ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 104

Brasília - DF, quarta-feira, 1 de junho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 2
Ministério da Ciência e Tecnologia 3
Ministério da Cultura 3
Ministério da Defesa 8
Ministério da Educação 8
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Integração Nacional 28
Ministério da Justiça 28
Ministério da Pesca e Aquicultura 33
Ministério da Previdência Social 35
Ministério da Saúde 35
Ministério das Cidades 44
Ministério das Comunicações 46
Ministério de Minas e Energia 49
Ministério do Desenvolvimento Agrário 172
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 172
Ministério do Esporte 176
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 176
Ministério do Trabalho e Emprego 185
Ministério dos Transportes 193
Conselho Nacional do Ministério Público 194
Ministério Público da União 194
Tribunal de Contas da União 224
Poder Judiciário 247
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 247

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AG. REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.617 (1)

ORIGEM : ADI - 137086 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S) : GUSTAVO ALEXANDRE MAGALHÃES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), negou provimento ao recurso de agravo. Ausente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 25.05.2011.

AG. REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.843 (2)

ORIGEM : ADI - 631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S) : GUSTAVO ALEXANDRE MAGALHÃES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso (Presidente), negou provimento ao recurso de agravo. Ausente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 25.05.2011.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.412, DE 31 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Nacional do Ministério Público terá uma Secretaria, com quadro próprio de pessoal, constituído na forma desta Lei.

§ 1º As Carreiras dos servidores da Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público são regidas pela Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

§ 2º O Ministério Público da União prestará apoio ao Conselho Nacional do Ministério Público para execução de sua gestão administrativa, mediante protocolo de cooperação a ser firmado entre os titulares das Secretarias dos órgãos-partes.

Art. 2º Ficam criados os seguintes cargos efetivos e em comissão e funções de confiança na Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público:

I - 88 (oitenta e oito) cargos efetivos de Analista do Conselho Nacional do Ministério Público;

II - 121 (cento e vinte e um) cargos efetivos de Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público;

III - 3 (três) cargos em comissão de nível CC-6;

IV - 9 (nove) cargos em comissão de nível CC-5;

V - 6 (seis) cargos em comissão de nível CC-4;

VI - 37 (trinta e sete) cargos em comissão de nível CC-3;

VII - 2 (dois) cargos em comissão de nível CC-2;

VIII - 5 (cinco) cargos em comissão de nível CC-l;

IX - 18 (dezoito) funções de confiança de nível FC-3; e

X - 12 (doze) funções de confiança de nível FC-2.

§ 1º A criação dos cargos e funções prevista neste artigo fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos e funções, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

§ 3º Por ocasião da implementação dos cargos e funções criados nesta Lei, no mesmo prazo e proporção do seu provimento, ocorrerá também a devolução à origem dos servidores requisitados, na mesma proporção, anualmente.

Art. 3º A Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando os cargos em comissão e as funções de confiança criados por esta Lei e pela Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, passa a ser a constante do Anexo.

Art. 4º Fica autorizada a redistribuição para o mesmo cargo, na Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público, dos servidores do Ministério Público da União à disposição do Conselho Nacional do Ministério Público na data da publicação desta Lei.

§ 1º A redistribuição de que trata o **caput** será feita mediante opção do servidor, a ser apresentada após a implantação total do quadro de pessoal instituído por esta Lei, em período fixado por ato próprio do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º Preservados os cargos criados pelo art. 7º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, o Conselho Nacional do Ministério Público redistribuirá para o quadro de pessoal do Ministério Público da União cargos vagos equivalentes aos dos servidores redistribuídos para a sua Secretaria na forma do **caput**.

§ 3º Os servidores de que trata o **caput** poderão optar por permanecer filiados ao plano de saúde a que se vinculavam no Ministério Público da União, hipótese em que a contribuição será custeada pelo servidor e pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 5º O Conselho Nacional do Ministério Público baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos e funções criados.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Miriam Belchior

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

(Art. 3º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011)

UNIDADE	Cargos em Comissão e Funções de Confiança		
	NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANT.
Presidência	CC-6	Chefe de Gabinete	1
	CC-5	Assessor Nível V	1
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	1
Corregedoria	CC-6	Chefe de Gabinete	1
	CC-5	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	4
	FC-3	Assistente	4
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	1
Gabinetes de Conselheiros	CC-4	Assessor Nível IV	12
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	12
Comissão de Controle Administrativo e Financeiro	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	1
Comissão Disciplinar	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	1
Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	1
Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	1
Comissão de Jurisprudência	CC-4	Assessor-Chefe	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	1
Auditoria Interna	CC-6	Auditor-Chefe	1
	CC-3	Coordenador	2
Gabinete do Secretário-Geral	CC-7	Secretário-Geral	1
	CC-6	Secretário-Geral Adjunto	1
	CC-5	Chefe de Gabinete	1
	CC-4	Assessor Nível IV	1
	CC-3	Coordenador de Ouvidoria	1
	FC-3	Secretário Adm. Nível III	3
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial	CC-5	Assessor Nível V	1
	CC-3	Assessor Nível III	2
	FC-3	Assistente	4
Assessoria Jurídica	CC-4	Assessor-Chefe	1
	FC-3	Assistente	1
Secretaria de Gestão Estratégica	CC-5	Secretário	1
Assessoria	CC-3	Assessor Nível III	1
Núcleo de Gestão Estratégica	FC-3	Chefe de Núcleo	1
Núcleo de Organização e Normatização	FC-3	Chefe de Núcleo	1
Secretaria de Planejamento Orçamentário	CC-5	Secretário	1
Coordenadoria de Planos e Avaliação	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira	CC-3	Coordenador	1
Secretaria de Tecnologia da Informatização	CC-5	Secretário	1
Assessoria de Políticas de TI	CC-3	Assessor Nível III	1
Núcleo de Gestão de Sistemas	CC-3	Coordenador	1
Serviço de Sistemas Internos	CC-1	Supervisor	1
Serviço de Sistemas Nacionais	CC-1	Supervisor	1
Núcleo de Suporte Técnico	CC-3	Coordenador	1
Serviço de Atendimento ao Usuário	CC-1	Supervisor	1
Serviço de Infraestrutura de Produção	CC-1	Supervisor	1
Secretaria de Administração	CC-5	Secretário	1
	CC-3	Assessor Nível III	1
	FC-2	Secretário Adm. Nível II	1
Comissão Permanente de Licitação	CC-1	Presidente da CPL	1
Coordenadoria de Material, Compras e Contratos	CC-3	Coordenador	1
	FC-2	Chefe de Seção	4
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CC-3	Coordenador	1
	CC-2	Assessor Técnico	1
	FC-2	Chefe de Seção	3
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	CC-3	Coordenador	1
	CC-2	Assessor Técnico	1
	FC-2	Chefe de Seção	2
Coordenadoria de Gestão de Contratos e Serviços	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Engenharia	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Serviço de Saúde	CC-3	Coordenador	1
Coordenadoria de Transporte	CC-3	Coordenador	1
Secretaria Processual	CC-5	Secretário	1
	CC-3	Assessor Nível III	1
Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição	CC-3	Coordenador	1
	FC-2	Chefe de Seção	2
Coordenadoria de Processamento de Feitos	CC-3	Coordenador	1
	FC-2	Chefe de Seção	2
Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões	CC-3	Coordenador	1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

LEI Nº 12.413, DE 31 DE MAIO DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a efetuar doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (**Global Alliance for Vaccines and Immunization - Gavi**), no valor de US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFIm), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a efetuar doação anual, por tempo indeterminado, à Central Internacional para Compra de Medicamentos (**UNITAID**), na proporção de US$ 2,00 (dois dólares norte-americanos) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

Art. 3º Fica a cargo do Ministério da Fazenda a liberação dos recursos consignados no art. 2º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 165, de 31 de maio de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Nº 166, de 31 de maio de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.

Nº 167, de 31 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 30 de maio de 2011

CNPJ: 28.160.083/0001-03
Processo Nº: 00100.000117/2011-26

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 58/62), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR CDL VITÓRIA, operacionalmente vinculada à SERASA RFB, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.4, de 12 de agosto de 2010. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 24 de maio de 2011, Seção 1, página 2, na Portaria n° 985 de 23 de maio de 2011, **onde se lê:** "Portaria nº 985, de 23 de maio de 2011", **leia-se:** "Portaria nº 985, de 20 de maio de 2011".

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2011

Processo nº 387/11.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ - CAP/Maceió, no uso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.31, Parág. 5º da Lei nº 8630, homologa a revisão da tarifa do Porto de Maceió, nos termos do Art. 1º da Resolução Nº 2007/2011, de 11 de abril de 2011 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e determina que a presente Deliberação entre em vigor a partir do dia 1º de junho de 2011.

LUIZ RICARDO KONARSKI

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÕES DE 31 DE MAIO DE 2011

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 31 de maio de 2011, decide:

Nº 69 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária GLOBO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 00.912.166/0001-84, com sede social em Davinópolis (MA), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola;

Nº 70 - Autorizar, por 5(cinco) anos, a sociedade empresária ULTRAPLANNA TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 31.083.496/0001-38, com sede social em Rio de Janeiro (RJ), a explorar serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo; e

Nº 71 - Revogar a autorização para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária LITORÂNEA AERO TÁXI LTDA., CNPJ nº 04.350.160/0001-11, com sede social em São Luis (MA), ficando revogada a Decisão nº 2, de 18 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2008, Seção 1, página 13.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br .

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES
DA SILVEIRA PELLEGRINO
Diretor-Presidente
Interino

RESOLUÇÃO Nº 190, DE 31 DE MAIO DE 2011

Aprova o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 120.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos X e XLVI, e 47, inciso I, da mencionada Lei, e considerando o que consta no processo nº 60800.009777/2010-26, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 31 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 120 (RBAC nº 120), intitulado "Programas de Prevenção do Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação Civil".

Parágrafo único. O Regulamento de que trata este artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www2.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www2.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES
DA SILVEIRA PELLEGRINO
Diretor-Presidente
Interino

Ministério da Ciência e Tecnologia

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 30 DE MAIO DE 2011

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto nº 5.667, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 593ª Sessão, realizada em 30 de maio de 2011, considerando que:

a) A Eletrobrás Termonuclear S/A - ELETRONUCLEAR recebeu a concessão da Autorização para Operação Inicial - AOI para a Unidade II da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA, através da Resolução CNEN nº. 007 de 24 de março de 2000, publicada no DOU de 29 de março de 2000, pág. 078, seção1;

b) Essa AOI foi sucessivamente prorrogada sendo que a autorização atualmente em vigor foi concedida pela Portaria nº. 068, de 23 de julho de 2010, publicada no DOU nº.141 de 26 de julho de 2010, pág. 2. Seção 1;

c) Através da Carta Eletronuclear nº. P-086/11, de 28 de maio de 2011, a operadora solicitou prorrogação da AOI em vigor, de modo a assegurar a continuidade na operação da Unidade II da CNAAA que vem mostrando desempenho operacional satisfatório, sem risco indevido aos trabalhadores, à população e ao meio ambiente, resolve:

Art.1º) Renovar a Autorização para Operação Inicial da Unidade II da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, até 31 de maio de 2012, dentro das seguintes condições:

I. A ELETRONUCLEAR deverá continuar a execução dos Planos de Ação abaixo relacionados, encaminhados através da Carta SM.G-336/06, de 19/06/2006, nas suas versões mais atualizadas:

a) Programa de Análise Probabilística de Segurança (APS)

- Plano de Ação (Doc. nº. DISN.0-002/06);

b) Programa de Monitoração e Avaliação da Eficácia da Manutenção

- Plano de Ação (Doc. nº. GMD.0-001/06);

c) Programa de Gerenciamento de Acidentes

- Plano de Ação: Acompanhamento da Experiência Internacional Referente à Análise de Acidentes além das Bases de Projeto em Usinas PWR (Doc.nº. SO.T-2PA-001/11);

- Plano de Ação: Instalação de Sistema de Filtragem para Aerossóis e Iodo Acoplado ao Sistema de Ventilação na Sala de Controle (Doc. nº. SO.T-002/07);

d) Programa de Engenharia de Fatores Humanos

- Plano de Ação (Doc. nº. GTS.O-RA-001/11).

II. A ELETRONUCLEAR deverá cumprir a reavaliação de análise de segurança devido ao acidente de Fukushima nos termos e prazos definidos no Ofício nº 082/11-CGRC/CNEN;

III. A CNEN ressalta que o Plano de Ação: Instalação de Sistema de Filtragem para Aerossóis e Iodo Acoplado ao Sistema de Ventilação na Sala de Controle deverá estar operacional até 31 de dezembro de 2011;

IV. A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou suspender a presente autorização, sempre que julgar necessárias medidas para a preservação da segurança nuclear e radiológica dos trabalhadores da Unidade II da CNAAA, do público ou do meio ambiente.

ODAIR DIAS GONÇALVES
Presidente

REX NAZARÉ ALVES
Membro

MARCOS NOGUEIRA MARTINS
Membro

MIRACY WERMELINGER PINTO LIMA
Membro

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 110, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria Nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei Nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto Nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de coprodução e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei Nº . 8.685/93, respectivamente.

07-0136 - Brava Gente Italiana
Processo: 01580.014403/2007-08
Proponente: Ypearts Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.101.698/0001-31
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "Versos Diversos" para "O Sarau".

08-0431 - O Sarau
Processo: 01580.042960/2008-91
Proponente: Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.477.471/0001-34

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 86, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Sidney Miller/2011;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 87, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Cássia Eller/2011;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 88, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Guiomar Novaes/2011;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 89, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação do Galpão 1 da Funarte MG /2011;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 295, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria Nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2832 - O Hotel dos Corações Partidos
Arthur Tadeu Curado Rangel De Farias
CNPJ/CPF: 703.043.351-34
Processo: 01400.007445/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 81.310,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Estrear o espetáculo teatral "O Hotel dos Corações Partidos" em Brasília, com a realização de uma temporada de trinta sessões.
11 3055 - Festival Contemporâneo de Dança IV Edição
Fractal Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 08.073.917/0001-28
Processo: 01400.007948/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 216.266,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Festival Contemporâneo de Dança de São Paulo se apresenta como um espaço de encontro que reúne artistas com longa trajetória, novos criadores e teóricos em dança. Além das apresentações de trabalhos nacionais e internacionais o festival promove uma rede de ações voltada à formação, que inclui oficinas, debates, residências artísticas, a VIII edição do projeto Teorema de novos criadores e o projeto 7x7 de formação de críticos em dança.
11 3059 - Baila Brasilia
Andre Ricardo Santana da Costa
CNPJ/CPF: 963.054.441-53
Processo: 01400.007953/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 228.100,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto Baila Brasília é uma iniciativa que tem como proposta instaurar a cultura da Dança de Salão nas comunidades do Distrito Federal por meio de aulas gratuitas desta modalidade. As aulas serão ministradas em quatro cidades satélites. Os alunos que se destacarem pelos critérios de dedicação, entusiasmo e talento, serão selecionados para a profissionalização na Dança Salão, proporcionando, desta forma a formação de multiplicadores desse ofício.
11 0267 - Session Companhia de Dança
Caio Fabio dos Santos
CNPJ/CPF: 057.543.739-10
Processo: 01400.000420/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 194.695,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criar linguagens de movimentos dentro das técnicas da dança de rua e Hip Hop, misturando as técnicas da dança contemporânea para trabalhos de palco, atividades socioculturais e Arteducacional em produção de espetáculos dos grupos Junior, sênior e Avançado, criar acessos à arte com novas linguagens no meio cultural com qualidade e produzir acesso à cultura Hip Hop através da disseminação das Culturas Urbanas com uma grade de 17 apresentações do espetáculo cidades do PR, SP, SC e RS.
11 2869 - SUSUNÉ, contos de mulheres negras
Carolina Virguëz Serrato de Paiva
CNPJ/CPF: 715.156.667-00
Processo: 01400.007502/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 203.665,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem e temporada de dois meses, num total de 22 apresentações do espetáculo teatral num teatro da cidade do Rio de Janeiro. As etapas de realização do projeto se iniciarão O espetáculo é constituido por sete contos musicais da tradição oral afrocolombiana e propõe uma reflexão sobre a identidade africana para o reconhecimento das semelhanças e contrastes entre as culturas negras na América latina, especificamente entre o Brasil e a Colômbia.
10 11229 - O dobro ou nada
Filipe Leite Rufato
CNPJ/CPF: 055.388.126-42
Processo: 01400.022111/20-10
MG - Ubá
Valor do Apoio R$: 7.962,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Apresentação de comédia teatral baseada no modelo Stand Up Comedy. Total de apresentações: 2 (duas). Duração da peça: aproximadamente 60 (sessenta minutos).
11 1550 - O MENINO QUE VENDIA PALAVRAS - ESTREIA E TURNÊ
Turbilhão de Idéias Cultura e Entretenimento Ltda
CNPJ/CPF: 09.535.973/0001-08
Processo: 01400.003033/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 966.100,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O espetáculo propõe-se a ser um evento teatral em que tanto os pais quanto as crianças se divirtam, criando uma atmosfera lúdica, criativa e sensorial. A proposta é fazer uma montagem que transforme o espaço onde for encenado o espetáculo em uma grande "biblioteca". Nos dias que não houver apresentação, crianças poderão usar como local de leitura. Temporada de 2 meses no Rio de Janeiro e 2 meses em São Paulo. Turnê por Belo Horizonte e Porto Alegre (3 apresentações em cada uma dessas cidades).
11 3185 - Madrugada
Zuzy Empreendimentos Ltda
CNPJ/CPF: 04.836.096/0001-83
Processo: 01400.008136/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 325.640,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da peça teatral "Madrugada", encenação de uma comédia inédita acerca das relações humanas, tendo como temas encontros, desencontros, crises e superações, brigas e separações de casais. O projeto celebra os 10 anos de atividades ininterruptas do Grupo Pedras e de seu processo criativo. Para isso, tem previstos ensaios abertos e atualização semanal do blog como forma de colaborar para a memória e aprimoramento das ferramentas de criação e interpretação do teatro.
11 3084 - Rafinha e Cacau - Uma Aventura Musical
Jeronimo Osorio Moreira Jardim
CNPJ/CPF: 007.423.500-10
Processo: 01400.008009/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 116.540,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem e temporada com 10 apresentações em Porto Alegre da peça "Rafinha e Cacau, uma Aventura Musical". Oito apresentações para público em geral, nos fins de semana e duas apresentações no meio da semana para estudantes da rede pública.
11 2891 - Rimbaud
João Carlos Teixeira de Mello
CNPJ/CPF: 011.918.577-60
Processo: 01400.007534/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 436.000,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montar um espetáculo teatral a partir da obra poética e da biografia do poeta francês Arthur RIMBAUD e apresentá-lo em diversas cidades brasileiras (RJ, DF, SP, BH, PE, PR), com foco no público adolescente e jovem. Tendo como fio condutor uma viagem imaginária do poeta ao Brasil, a montagem buscará passagens fortes da vida do poeta, entrelaçando-as às suas criações poéticas, principalmente à sua única obra publicada em vida, "Une saison en enfer".
11 3022 - 39º Festival Internacional de Folclore - Nova Petrópolis em dança
Associação dos Grupos de Danças Folclóricas Alemães de Nova Petrópolis
CNPJ/CPF: 00.780.123/0001-92
Processo: 01400.007882/20-11
RS - Nova Petrópolis
Valor do Apoio R$: 285.760,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Entre os dias 30 de julho e 14 de agosto de 2011, acontecerá em Nova Petrópolis - RS, junto à Rua Coberta, o 39º Festival Internacional de Folclore, com intensa programação cultural, envolvendo a comunidade e tendo como objetivo a propagação da cultura popular. O evento conta com a participação de grupos folclóricos nacionais e internacionais, somando mais de 200 apresentações. Para a 39ª edição, busca-se a ampliação da diversidade cultural, salientando a influência da música, através da dança.
11 3193 - Caminhão Mambembe Fiorini
Maria Bernadete Fonseca Fiorini
CNPJ/CPF: 534.085.436-15
Processo: 01400.008149/20-11
MG - Contagem
Valor do Apoio R$: 339.724,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa a montagem de uma produção teatral de rua com atores e bonecos e circulação de 30 apresentações gratuitas dessa produção no palco do Caminhão Mambembe Fiorini em espaços públicos de Minas Gerais e a realização de 30 oficinas - tema: "Universos do Papel - Criatividade e Possibilidades", (relacionada à peça teatral) dirigidas a agentes culturais, artistas e educadores.
10 2930 - Quando as Máquinas Param.
Cooperativa Cultural Brasileira
CNPJ/CPF: 06.292.764/0001-84
Processo: 01400.007271/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 70.137,52
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montar o espetáculo: "Quando as Máquinas Param" de Plínio Marcos, dirigido pelo seu filho Léo Lama, Diretor premiado, que há 21 anos não monta um texto do Plínio. Intenciona-se uma direção inovadora com Rodrigo Caldere e a atriz Kelly di Bertolli que estreou na carreira com Plínio e dirigiu peças durante os 5 anos que morou em N.York.
10 5345 - AUTO DA COMPADECIDA - Espetáculo teatro musical
Rosangela Meusburger Eventos Culturais EPP
CNPJ/CPF: 07.286.002/0001-38
Processo: 01400.012423/20-10
SP - Poá
Valor do Apoio R$: 355.550,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
- Produção e encenação do espetáculo inédito teatral com músicas compostas pelo Maestro Sérgio Moreira. No elenco jovens atores e músicos atuam com nomes respeitados e reconhecidos no meio teatral e musical. O texto de Ariano Suassuna propicia músicas e ritmos regionais valorizando a cultura popular brasileira.
11 0729 - IL PRIMO MIRACOLO
CASA DAS ARTES BELA VISTA
CNPJ/CPF: 00.357.647/0001-75
Processo: 01400.001580/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 260.280,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Roberto Birindelli (ator e diretor) interpreta 22 personagens, Na composição deste espetáculo, partiu-se do texto de Dario Fo, uma obra-prima da dialética, combinado com a dinâmica dos quadros de Cândido Portinari (da série Os Retirantes) para desenvolver uma elaborada linguagem visual e sonora. NESTE MOMENTO A IDÉIA É APRESENTAR O ESPETÁCULO EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO TOTAL DE 48 APRESENTAÇÕES
11 2847 - O Defunto
Talitha Pereira Cunha
CNPJ/CPF: 212.513.258-31
Processo: 01400.007462/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 323.115,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto prevê a montagem do espetáculo "O DEFUNTO", em temporada de 2 meses na cidade de São Paulo.
11 3003 - A DOIS PASSOS DO PARAÍSO
Walter Ulpiano de Souza Daguere
CNPJ/CPF: 021.434.787-71
Processo: 01400.007853/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 405.800,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto de criação e montagem do espetáculo teatral A DOIS PASSOS DO PARAÍSO, texto de Walter Daguerre, direção de Ernesto Piccolo e elenco formado por Guillherme Piva, Solange Badim, Natália Garcez e Álamo Facó. A previsão na cidade do Rio de Janeiro, para uma temporada inicial de 2 meses (Total de 24 apresentações).
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 2836 - CD Lounge Music - Sol e Lua
Amilton Kinzkowski
CNPJ/CPF: 809.219.659-15
Processo: 01400.007450/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 105.394,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravação, produção, duplicação e divulgação do CD Lounge Music - Sol e Lua.
10 12849 - Instituto Orquestra Sabará - Trezentos anos de Villa Real de Nossa Senhora da Conceição de Sab
Instituto Orquestra Sabará
CNPJ/CPF: 11.672.373/0001-25
Processo: 01400.024115/20-10
MG - Sabará
Valor do Apoio R$: 193.700,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo realizar uma série de concertos sinfônicos junto as festividades de comemoração dos Trezentos Anos de Elevação da cidade de Sabará ao estado de Villa Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará e 336 de fundação da cidade. Serão realizadas 13 concertos da orquestra sinfôncia do Instituto Orquestra Sabará divididos em: seis apresentações no teatro municipal, que fica na sede da cidade e sete apresentações nos demais distritos de Sabará.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 0853 - 17º FESTIVAL UNICANTO DE CORAIS
Associação Coral Unicanto da Imaculada Conceição de Londrina
CNPJ/CPF: 02.077.557/0001-56
Processo: 01400.001776/20-11
PR - Londrina
Valor do Apoio R$: 96.745,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A Realização do 17º Festival Unicanto de Corais promove o encontro de corais de todo o território nacional, bem como do exterior, dando ênfase ao repertorio com musicas eruditas e clássicas.
11 3029 - TURNÊ INSTRUMENTAL DA MÚSICA BRASILEIRA CRB Projeto Cultural e Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 07.011.021/0001-51
Processo: 01400.007904/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 2.411.540,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem objetivo de fazer 06 apresentações de concertos com a Orquestra Philarmônica de São Paulo, junto com a Jazz Big Band, regida pelo maestro Mário Tirolli, previstas para aconteceram no ano de 2011. Trata-se de repertório original, inspirado em temas populares da música brasileira e reescrito em arranjos no formato de música erudita e instrumental.
11 2822 - Expressões do Barroco
Gustavo Aníbal Nápoli Villalba
CNPJ/CPF: 520.791.396-49
Processo: 01400.007435/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 432.300,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Pretende-se realizar 20 apresentações gratuitas de caráter didático de aprox. 60 min pela Orquestra de Câmara de BH, especializada em música barroca, com status independente e ainda sem vínculos de patrocinio, composta por músicos jovens e solistas de grande relevância, egressados das Escolas de Música mais importantes do Estado de MG, descentralizando e suplementando as atividades culturais dos teatros, oferecendo cultura de qualidade, indo de forma itinerante às igrejas de BH e região.
11 2614 - Sarau das Cordas
MILTON DA CONCEICAO COSTA
CNPJ/CPF: 054.570.188-06
Processo: 01400.006848/20-11
SP - São José dos Campos
Valor do Apoio R$: 79.700,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão realizados recitais e oficinas compostas por músicas compostas e/ou transcritas para trio de violões. Procurar-se-á envolver público variado, não necessariamente acostumado com música erudita e musica intrumental brasileira.
11 0869 - Cine-Concerto: SONS & IMAGENS
Universo Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Processo: 01400.001803/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 544.572,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O programa SONS & IMAGENS pretende promover o encontro do cinema com a música, em cine-concertos itinerantes por 6 capitais brasileiras. Serão 12 eventos com exibição de clássicos do cinema mudo e cinema experimental em curta e média duração com a trilha sonora executada ao vivo por músicos nacionais e internacionais. A programação será oferecida gratuitamente ao público.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 0949 - Exposição Multimídia Vestiário
Instituto da Arte do Futebol Brasileiro
CNPJ/CPF: 10.233.223/0001-52
Processo: 01400.001970/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 614.770,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Vestiário se refere a uma exposição multimídia cuja temática são momentos/cenas de vestiários de futebol. Este projeto foi concebido a partir de um ensaio fotográfico realizado por Gilberto Perin em 2010. A exposição funcionará por um período de cinco meses na Sala de exposições temporárias Osmar Santos, no Museu do Futebol, ocupando uma área de 220 m². A expectativa é de atender até 250.000 visitantes
11 0346 - n.a.u. | núcleo de arte urbana br
ALEXANDRE CAMILLO TESSITORE
CNPJ/CPF: 157.670.548-00
Processo: 01400.000509/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 470.060,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
PROJETO ITINERANTE QUE INTEGRA ARTE E ENTRETENIMENTO EM CONTEINERES MARÍTIMOS. A estrutura será transportada para 4 cidades brasileiras (São Paulo , Florianópolis, Campos de Jordão e Porto Alegre) levando a arte ao público, ao invés de apenas convidá-los. O container customizado em espaço multicultural para manifestações artísticas garantirá combinações lúdicas de layouts e criará, a cada ciclo, um novo cenário.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 1122 - Conhecer, valorizar e preservar. Patrimônio Cultural edificado de Joinville.
Giane Maria de Souza
CNPJ/CPF: 020.605.289-84
Processo: 01400.002271/20-11
SC - Joinville
Valor do Apoio R$: 24.406,40
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto pretende desenvolver atividades voltadas à promoção de conhecimentos acerca do patrimônio cultural edificado da cidade de Joinville. Visando este objetivo, serão desenvolvidas oficinas problematizando a importância do patrimônio cultural como bem coletivo e social. Estas oficinas serão aplicadas em escolas públicas da Rede Estadual de Ensino localizadas em Joinville, para turmas de Ensino Médio.
11 3119 - XI ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CAHPADA DOS VEADEIROS
Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge
CNPJ/CPF: 10.680.513/0001-44
Processo: 01400.008054/20-11
GO - Alto Paraíso de Goiás
Valor do Apoio R$: 1.138.450,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O XI Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros é um evento que reunirá pessoas (mestres, artistas, pesquisadores e interessados) que trabalham com a arte da Cultura Tradicional (folclore) numa mostra da diversidade cultural, com espetáculos musicais, de dança, oficinas, vivências e rodas de prosa e artesanato, na Vila de São Jorge (Alto Paraíso / Goiás).
10 11971 - Programa de visitação de escolas públicas à Exposição Memória do Gás
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento
CNPJ/CPF: 02.414.436/0001-52
Processo: 01400.023077/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 429.278,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa à continuidade do Programa de visitação de escolas públicas à Exposição Memória do Gás (Pronac 088944), localizada no Complexo do Gasômetro, no bairro do Brás, São Paulo (SP).
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 1174 - Terra de Casas Vazias
Andre Luiz Ponce Leones
CNPJ/CPF: 840.152.681-72
Processo: 01400.002330/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 73.200,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto contempla uma bolsa de criação literária com duração de dez meses, para a produção da obra editorial "Terra de Casas Vazias" e sua posterior publicação. Trata-se de um livro de ficção, que será escrito por André de Leones.
11 2570 - ENTRE - Ary Perez
ary rodrigo perez
CNPJ/CPF: 997.423.578-20
Processo: 01400.006794/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 474.020,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O livro de arte "ENTRE" mostra a trajetória do artista, engenheiro, designer, cenógrafo Ary Perez e suas inúmeras realizações nas artes visuais contemporâneas. Além de registrar importantes obras criadas e construídas em parceria com artistas como José Resende, Nelson Félix , Denise Milan, o livro revela os processos de produção, onde a tecnologia está à serviço da arte. "Entre" a utopia dos artistas e limitações da realidade, Ary Perez está entre os que melhor fazem esta mediação.
11 2816 - Sujeito Oculto
Cristiane Henriques Costa
CNPJ/CPF: 870.013.227-68
Processo: 01400.007429/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 60.000,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Escrever e publicar o romance da escritora Cristiane Henriques Costa, ganhadora do Programa de patrocínio cultural da Petrobras de 2010, intitulado provisoriamente "Sujeito Oculto".
11 3020 - A evolução do design automotivo no Brasil (título provisório)
Fabiano Pereira de Souza
CNPJ/CPF: 259.084.148-59
Processo: 01400.007880/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 400.140,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto é um livro histórico e ricamente ilustrado sobre a produção do design automotivo brasileiro nos últimos 60 anos. O livro narra fatos históricos de designers brasileiros e seus projetos de sucesso.

11 2957 - Biografia de A.J Renner
Axt Consultoria Histórica Ltda.
CNPJ/CPF: 04.022.633/0001-51
Processo: 01400.007690/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 260.228,50
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produzir um livro de alta difusão cultural em moderno projeto gráfico e conteúdo relevante sobre a trajetória biográfica de A. J. Renner. Com tiragem prevista de 3.000 exemplares, o livro, com 300 páginas, terá miolo em policromia e papel couchê fosco, com acabamento em capa dura e sobrecapa. Contará com textos dos historiadores Gunter Axt e Eduardo Bueno, com ensaio fotográfico do fotógrafo Fernando Bueno, além de exaustiva e cuidadosa pesquisa iconográfica para imagens de época.
11 3091 - TRILHOS DE UMA HISTÓRIA
PLUS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 38.725.651/0001-11
Processo: 01400.008017/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 238.725,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é produzir e publicar um livro com imagens do fotógrafo Cyro José Soares e ilustrações de Eduardo Parentoni Brettas e textos de experientes historiadores e pesquisadores. O registro pretende mostrar a cultura e características presentes no trecho da Estrada de Ferro Vitória; Minas.
11 3005 - Livro ARQTE
Juliano Colodeti de Holanda
CNPJ/CPF: 082.100.077-26
Processo: 01400.007857/20-11
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 235.972,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Edição de livro reunindo 45 projetos, registrados em 300 fotografias, dos melhores profissionais de arquitetura que produzem em seus trabalhos uma identidade plástica e semântica diferenciada, apresentando projetos representativos da produção contemporânea de Arquitetos e Designers brasileiros.
11 1971 - A ALMA DO RIO
Réptil Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 06.131.919/0001-09
Processo: 01400.005624/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 224.025,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Livro sobre a cidade do Rio de Janeiro, com enfoque na formação da identidade cultural local, abordando a cidade pela ótica de uma carioca típica: a jornalista e apresentadora Cynthia Howlett, uma "local" que transita pelas mais diversas esferas da cultura da cidade. A pesquisa é de Antonio Edmilson Martins Rodrigues, historiador da PUC-RJ, autor de João do Rio - a cidade e o poeta. A apresentação é do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos.
11 2839 - Imagens da Ecoarte Sustentável
Marcos Capano
CNPJ/CPF: 222.841.568-51
Processo: 01400.007453/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 152.170,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O livro, de capa dura, com alto padrão de impressão e tradução para o inglês, tem a direção artística de Thiago da Costa Varela. Consta de textos e 15 fotografias que fazem uma releitura de mitos e ícones da história da arte dos últimos cinco mil anos. O projeto visa estabelecer uma ponte entre a arte do passado e do presente, com a participação especial de modelos, formadores de opinião e renomados artistas de nossa época, todos envolvidos em causas sociais e ambientais.
11 1020 - TAPEJARA JOIA RARA, SUA HISTORIA E PORQUêS
Volnei LOpes da Silva
CNPJ/CPF: 232.144.819-91
Processo: 01400.002140/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 82.545,60
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
O projeto consiste em resgatar a historia de Tapejara/PR e editar um livro com 300 páginas ilustradas por depoimentos, registros, fotos e mapas regionais. Baseando-se esta pesquisa em acervos familiares(dos pioneiros), órgãos da administração pública e redações de jornais da região, apresentando tambem a genealogia do município. O objetivo principal é dotar alunos, professores e pesquisadores da região composta por 32 municípios e uma população de 400.000 habitantes de um livro inédito.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 2834 - Do pau elétrico à guitarra baiana
Renata de Paula Trindade Rocha
CNPJ/CPF: 007.744.875-85
Processo: 01400.007447/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 215.302,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto alia a importância de se preservar a cultura da Guitarra Baiana à criatividade e ao empenho da Banda Retrofoguetes na renovação do cenário musical nacional; a partir de: 1) realização de oficinas para músicos; 2) edição e distribuição de livreto contando a história e a importância do instrumento; 3) produção da 5ª edição do Retrofolia, com dois shows, gravação de um CD com nove faixas.
11 3078 - Promoção da Cultura e de Desfiles Carnavalescos de Fomento Turístico
G R E S Bola Preta de Sobradinho
CNPJ/CPF: 01.635.275/0001-64
Processo: 01400.008002/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 1.224.200,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto carnavalesco com apresentação de 810 pessoas em alas, mais 100 pessoas na bateria e 100 em composições com 4 carros alegóricos para que possamos participar do Desfile Carnavalesco para do Distrito Federal.
10 8297 - Cultura Acessível: Onde tem arte eu vou!
Passatempo Educativo
CNPJ/CPF: 07.734.376/0001-79
Processo: 01400.017238/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 237.993,40
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta do projeto Cultura Acessível: Onde Tem Arte Eu Vou! é possibilitar às pessoas com necessidades especiais, vinculadas a centros de reabilitação, instituições inclusivas, escolas especiais, a participação no circuito cultural. São visitas monitoradas a museus, parques, exposições, esquetes teatrais através do desenvolvimento de aspectos perceptivo/sensoriais como recursos disponíveis em Braille, LIBRAS, acesso tátil para o bom aproveitamento da Proposta.
11 0712 - Parque das Letras
ASSOCIACAO AGOSTINHO COMELATO DE CULTURA
CNPJ/CPF: 08.720.403/0001-17
Processo: 01400.001548/20-11
SP - Americana
Valor do Apoio R$: 237.488,61
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "Parque das Letras" promove a literatura e a formação de público leitor, por meio de ações dinâmicas e criativas que despertam o interesse pela Leitura. O evento é gratuito e acontece sempre em um espaço público, que comporta a presença de autores de livros infantis e contadores de histórias, exposição de artes plásticas, teatro e oficinas de leitura, poesia, desenho e artes plásticas. etc. No evento tem a distribuição gratuita de livros infantis.
11 2367 - Plano Anual de Atividades do Museu das Minas e do Metal 2011- 2012
Associação Mantenedora do Museu das Minas e do Metal
CNPJ/CPF: 12.022.605/0001-62
Processo: 01400.006509/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 3.146.343,16
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Plano Anual de Atividades do Museu das Minas e do Metal - MMM tem o objetivo de garantir no período a manutenção da instituição, seus programas artístico-culturais permanentes nas áreas de literatura, cinema, história e palestras de temas na área temática do MMM assim como seu projeto educativo e ações junto a comunidade. Este projeto visa ainda, uma exposição temporária em homenagem aos trabalhadores que atuaram na implantação do MMM.
11 1265 - 21º Festival de Inverno da UFPR
FUNPAR-Fundação da Universidade Federal do Paraná p/ o Desenv da Ciência, da Tecnologia e da Cultura
CNPJ/CPF: 78.350.188/0001-95
Processo: 01400.002445/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 711.210,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O FESTIVAL DE INVERNO DA UFPR acontece durante e propicia a abertura de um espaço de difusão das artes, bem como a descoberta e o aprofundamento da dimensão estética, servindo como elo de integração entre as mais variadas áreas artísticas. O evento é hoje referência para os profissionais das artes, a comunidade universitária e aqueles que buscam uma iniciação ou aperfeiçoamento no âmbito artístico e cultural.
10 7073 - BRASIL EM NOTAS MUSICAIS
FX STUDIOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.531.044/0001-36
Processo: 01400.015090/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 959.580,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
PESQUISA DA MUSICA REGIONAL NORDESTINA , CONSTRUÇÃO DE UM INTRUMENTO E APRESENTAÇÃO E GRAVAÇÃO COM O COMPOSITOR RENATO CANDRO UTILIZANDO MESMO INSTRUMENTO NA SALA SÃO PAULO
11 2471 - MOSTRA TODO SIMONAL
Artistas Reunidos - Produção, Criação e Gravações Fonográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 00.235.372/0001-05
Processo: 01400.006654/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.726.120,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criar, montar e manter a Mostra TODO SIMONAL, organizando e apresentando ao público de 08 (oito) capitais do país, a produção artística do cantor Wilson Simonal, composta de exposição de artes visuais, exibição do Filme "Simonal; Ninguém sabe o duro que dei", finalizando com a apresentação artística do espetáculo Baile do Simonal.
11 3063 - Tche Mate, a Roda do Chimarrão
Magna Regina Tessaro Barp
CNPJ/CPF: 464.361.890-68
Processo: 01400.007958/20-11
RS - Barracão
Valor do Apoio R$: 86.260,40
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa desenvolver um espetáculo teatral e a criação de uma revista em quadrinhos, tendo como enredo a história de uma das maiores manifestações culturais gauchas: o Chimarrão. O texto abordará a história da erva mate, suas propriedades medicinais e estéticas, e a propagação da cultura que envolve a roda do chimarrão, contando as aventuras do mascote da ERVA MATE o Tchê Mate. O espetáculo terá 32 apresentaçoes em Escolas sugerindo o chimarrao como substituto do alcool e das drogas.
11 3069 - Barracão Cultural
Modo Maior - Com. e Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 03.143.086/0001-08
Processo: 01400.007971/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 146.420,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Realizar onze dias de festividade utilizando a infra-estrutura do Barracão Cultural, com acesso gratuito e com temática variada, no município de Várzea Alegre, O evento será dirigido aos habitantes, turistas, músicos, artesãos, artistas e público em geral.
11 2595 - Eventos Culturais FUNDARTE
Associação Amigos da Fundarte
CNPJ/CPF: 91.693.630/0001-44
Processo: 01400.006829/20-11
RS - Montenegro
Valor do Apoio R$: 247.280,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto prevê a realização de um calendário de programação cultural para a cidade de Montenegro e municípios do Vale do Caí abrangendo espetáculos de teatro, dança e música instrumental, V Encontro de Estudantes de Flauta Doce e a 3ª edição de um Salão de Artes de Pequenos Formatos com duas itinerâncias.
10 12119 - O jardim
PPP Produções LTDA-ME
CNPJ/CPF: 09.568.421/0001-98
Processo: 01400.023256/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 343.897,40
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"O jardim" é o projeto de montagem teatral da Cia Hiato e dá continuidade à investigação cênica desenvolvida nos últimos anos, alicerçada no questionamento sobre as formas de percepção da realidade, nas lacunas entre a experiência e a linguagem e na multi
11 1290 - ESCOLA DE SAMBA MIRIM DO GRES CONSULADO
Grêmio Recreativo e Escola de Samba Consulado
CNPJ/CPF: 79.400.149/0001-18
Processo: 01400.002483/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 103.620,75
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criação de uma Escola de Samba Mirim promovendo a formação artística para 200 jovens em situação de vulnerabilidade social, através de oficinas artísticas e educativas (percussão, dança, artes plásticas, serigrafia, capoeira), na quadra de ensaios do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Consulado na comunidade do Caeira do Saco dos Limões em Florianópolis SC, sede desta agremiação há mais de 21 anos.
11 1571 - Palco da Reciclagem - A Arte de Reciclar Contando histórias
STR Estrutura para Filmes e Eventos S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 07.994.291/0001-20
Processo: 01400.003061/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.246.800,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Palco da Reciclagem - A arte de reciclar contando histórias, apresentará de forma inédita,uma ação que unirá cultura através do teatro,lazer,interatividade com a participação total do público e principalmente um grande espetáculo sobre educação ambiental com ensinamentos utéis sobre coleta seletiva para ser utilizado na casa das pessoas.Tudo isso de uma forma lúdica, artística e cultural, através de uma apresentação teatral e audiovisual interativa.Em12 cidades com 270 apresentações

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 7479 - Dvd Poeira Leve e Mais Canções - Adriana Maciel
Navitrola Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.061.379/0001-09
Processo: 01400.015850/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 279.950,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravação do DVD Poeira Leve ao vivo, em estúdio, , de Adriana Maciel, lançado em 2004 e produzido por Ramiro Musotto. O trabalho foi muito elogiado pela critica em todo o Brasil. Poeira Leve é um documento rico da música brasileira, reúne compositores de diferentes épocas apresentados por artistas contemporâneos, que além de Adriana, participam do projeto.
10 12087 - UAKTI: Instrumentos & Voz
Grupo UAKTI Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 08.020.187/0001-05
Processo: 01400.023218/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 2.492.715,91
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto visa realizar a gravação de um CD e posterior edição de DVD inédito do grupo UAKTI com prensagem de 3.000 CD'S/DVD's e uma turnê de lançamento do mesmo em dezoito cidades brasileiras: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, João Pessoa, Maceió, Natal, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz e São Paulo.
10 12537 - CD Coisa Minha
Felipe Vieira Xavier
CNPJ/CPF: 067.186.996-59
Processo: 01400.023756/20-10
MG - Viçosa
Valor do Apoio R$: 70.510,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto objetiva a gravação do Cd "Coisa Minha", trabalho de autoria do cantor, compositor e violonista Gilson Reis. Composto por oito músicas autorais e duas regravações, o Cd busca valorizar alguns ritmos da música brasileira, principalmente Samba e Baião, com influências e elementos marcantes da música mineira. Como produtos principais, este projeto prevê a gravação do CD, uma home page oficial do artista e três shows para lançamento e divulgação do trabalho.
11 2815 - Sarau
PEDRA DA GÁVEA PRODUTORA E COMUNICAÇÕES S/A
CNPJ/CPF: 07.438.421/0001-48
Processo: 01400.007428/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 616.000,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo realizar encontros musicais com diversos artistas da música brasileira.
11 3054 - Soy loco por ti America
Tema Eventos Culturais S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20
Processo: 01400.007947/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 965.919,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é realizar uma série de 4 diferentes shows que promovam encontros entre artistas nacionais e da America do Sul. A série está prevista para acontecer nos CCBBs de Brasília e SP, totalizando 16 apresentações. Na programação estão: Lisandro Aristimuño, Fernando Cabrera, Aterciopelados, Francisca Valenzuela e os brasileiros Fernanda Takai, Marcelo Jeneci, Pedro Luís e um quarto nome a ser escolhido. Paulinho Moska participa como apresentador, diretor musical e curador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 1229 - SIMPLESMENTE MARIA ELIZA
ZIVKO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 11.273.016/0001-94
Processo: 01400.002398/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 43.200,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem como objetivo a produção do sexto CD da cantora independente Maria Eliza em comemoração aos dez anos do lançamento de seu primeiro CD, "Metade de Mim". Nesse novo trabalho canções dos seus primeiros trabalhos estarão presentes. Ainda haverá a produção de um DVD com depoimentos de pessoas que fizeram e ainda fazem parte da carreira da cantora, como Ivan Fábio Zurita (presidente da Nestle Brasil), Guilherme Arantes, entre outros e um show de lançamento em praça pública.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
10 3212 - MEU PINCEL MÁGICO ll
Casa da Cultura de Três Lagoas
CNPJ/CPF: 15.410.772/0001-79
Processo: 01400.008057/20-10
MS - Três Lagoas
Valor do Apoio R$: 147.955,50
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Pincel Mágico II oportuniza a arte plástica às crianças e adolescentes na faixa etária de 7 aos 17 anos, num total de 50 alunos socialmente desfavorecidos e ou portadores de necessidades especiais. O projeto será executado por uma equipe de dez monitores e um coordenador, incluindo alguns profissionais da área artística, durante nove meses de programa, às sextas-feiras no período matutino e vespertino na Casa da Cultura de Três Lagoas-MS, sendo todo o material fornecido gratuitamente.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 0858 - Semana da Diversidade Cultural no município de Julio de Castilhos-RS
João Batista da Silva Fraga
CNPJ/CPF: 718.618.900-87
Processo: 01400.001789/20-11
RS - Cachoeirinha
Valor do Apoio R$: 132.280,00
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
Realizar no período de 07 a 13 de julho de 2011, a Semana da Diversidade Cultural no Município de Julio de Castilhos-RS. Será montado em local público estrutura para receber grandes Shows como Tchê Barbaridade, Grupo Candieiro e Show do Guri de Uruguaiana e Teatros, além de oportunizar espaço para os artistas locais. Estas atividades terão entrada franca, democratizando o acesso das comunidades carentes de contatos culturais na região.
10 3356 - CD LEVADAS DANÇADEIRAS
Lívia Imperio de Freitas
CNPJ/CPF: 276.634.478-08
Processo: 01400.008391/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 299.155,50
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto LEVADAS DANÇADEIRAS se trata da gravação do CD das trilhas dos espetáculos LEVADAS DA BRECA e 5 DANÇADEIRAS... PEIRAS MEIRAS DIMOFEIRAS SERACOTEIRAS da Companhia Giz de Cena, e da criação de um livreto explicativo (acompanhando o CD) contendo: as brincadeiras que originaram as músicas e suas as letras, e sugerindo possibilidades de exploração de movimento e som..
10 11872 - Projeto TuteLar - Educação, Cultura e Integração Social
Casa de Cultura Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense
CNPJ/CPF: 36.446.029/0001-49
Processo: 01400.022940/20-10
RJ - São João de Meriti
Valor do Apoio R$: 749.490,20
Prazo de Captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
É uma iniciativa sócio-cultural que visa difundir a cidadania cultural, promover momentos de lazer e aprendizagem a fim de afastar da marginalidade crianças e jovens de baixa-renda e residentes da Baixada Fluminense, por meio do Fortalecimento de Linguagens Culturais e Artísticas; Promoção da qualificação profissional; Promoção de atividades de Integração com a Comunidade; Promoção de Eventos Culturais através de 04 (quatro) apresentações em São João de Meriti e Acompanhamento Escolar e Social.

PORTARIA Nº 296, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria Nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 4809 - TIHANY SPECTACULAR - TURNÊ
JWAP Promoções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 11.454.114/0001-28
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 922.573,90

PORTARIA Nº 297, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria Nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, RESOLVE:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 7685 - FESTIVAL CIRCO DA BALEIA
Fudação Benjamim Guimarães
CNPJ/CPF: 17.200.429/0001-25
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 02/05/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 1600 - DO DESENHO À XILOGRAVURA - Uma exposição de arte de Sandra Lapage
Luana Claudia Pereira Batista Franco
CNPJ/CPF: 071.253.098-36
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 8755 - Ano da França no Brasil - ComunicAção Franco-Brasileira
Pólis-Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
CNPJ/CPF: 57.752.206/0001-95
SP - São Paulo
Período de captação: 01/06/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
06 4939 - Construção do Centro Cultural
Associação Veneta de Tangara
CNPJ/CPF: 95.993.952/0001-60
SC - Tangará
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

RETIFICAÇÃO

Retificar o período de captação do projeto na portaria de prorrogação Nº . 0060/11 de 03/02/2011, publicada no D.O.U. de 04/02/2011, Seção 1, referente ao Processo: 01400.013562/2010-53, Projeto "NATAL NA PRAÇA 2010 em Porto Alegre, Pronac: 10 5992.

Onde se lê: Período de captação: 28/01/2011 a 31/12/2011
Leia-se: Período de captação: 28/01/2011 a 31/05/2011

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 65, DE 31 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto Nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei Nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 2123 - MÍOPE
Gabriele Gozzi Stein
CNPJ/CPF: 101.083.457-69
Processo: 01400.006017/20-11
ES - Vitória
Valor do Apoio R$: 128.569,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de até 15 minutos, sobre um homem que está sempre voltado para as miudezas do cotidiano.
11 2313 - Olhar de Cinema Internacional de Curitiba
Grafo Audiovisual Ltda. ME
CNPJ/CPF: 09.437.566/0001-50
Processo: 01400.006445/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 243.699,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Exibição gratuita de cerca de 70 filmes, debates, oficinas e seminário, em dezembro de 2011 na cidade de Curitiba.
11 2407 - II Festival de Jericoacoara - Cinema Digital
Anhamum Produções Audiovisuais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.966.506/0001-73
Processo: 01400.006564/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 444.230,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição do festival, onde serão realizadas mostras na vila de Jericoacoara e na sede do município, Jijoca, em junho de 2011.
11 3740 - IV Mostra Outros Cinemas
Sereia Distribuição de Filmes Ltda.
CNPJ/CPF: 08.905.114/0001-92
Processo: 01400.014367/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 75.000,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Realização da 4ª edição da mostra, de 23 a 28 de agosto de 2011 em Fortaleza, com exibições de curtas-metragens e debates com diretores/realizadores de filmes participantes.
11 1267 - Festival do Rio 2011
CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400.002454/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 8.188.760,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Realização de um dos principais eventos audiovisuais do país, com início no final do mês de setembro, encerrando-se na primeira semana de outubro de 2011.
11 2178 - ABUSO
Vitor Romera Carvalho
CNPJ/CPF: 373.071.388-40
Processo: 01400.006078/20-11
SP - São Carlos
Valor do Apoio R$: 12.402,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de até 15 minutos, proposto como trabalho de conclusão de curso da graduação de Bacharelado em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos.

ANEXO II

11 1928 - EFEITO BORBOLETA
É-MIDIA COMUNICAÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.770.464/0001-75
Processo: 01400.005569/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 362.358,90
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Produção de um programa de TV apresentado pela atleta Fernanda Garcia, de 26 minutos cada, divididos em 3 blocos, sendo 8 programas mensais.
11 1271 - Escola de Cinema Periférico
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA BLOCO DO BECO
CNPJ/CPF: 06.042.422/0001-06
Processo: 01400.002460/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 197.847,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Estabelecer na comunidade da Favela da Erundina um núcleo de produção e capacitação audiovisual, implantando uma escola de cinema com cursos de capacitação para jovens de 15 a 29 anos.
10 12524 - Conhecendo Museus do Nordeste
FUNDAÇÃO BOA VONTADE
CNPJ/CPF: 10.226.070/0001-16
Processo: 01400.023744/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.390.129,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
Produção de 15 documentários com 26 minutos cada, explorando os museus do Nordeste do Brasil para veicular na Rede Educação e Futuro de TV e Boa Vontade TV.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 105 /DPC, DE 31 DE MAIO DE 2011

Renova o credenciamento da Empresa Seaman Náutica Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa Seaman Náutica Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), para Profissionais Não-Tripulantes, na área metropolitana de Curitiba, sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Paraná, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º A presente renovação de credenciamento tem validade a partir de 1º de maio de 2011 até 30 de abril de 2013.

Art. 3º Esta Portaria renova o credenciamento concedido anteriormente por meio da Portaria nº 27/DPC de 30 de março de 2009, publicada no DOU nº 62 de 1º de abril de 2009, seção 1, página 14, e entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Rio de janeiro, 31 de maio de 2011.
Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 106 /DPC, DE 31 DE MAIO DE 2011

Renova o credenciamento da Empresa Seal Inspection & Training Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa Seal Inspection & Training Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança Plataforma (CBSP), para Profissionais Não-Tripulantes (PNT) e Tripulantes Não-Aquaviários (TNA), na área metropolitana do Rio de Janeiro, sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º A presente renovação de credenciamento tem validade a partir de 26 de maio de 2011 até 30 de junho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria renova o credenciamento concedido anteriormente por meio da Portaria nº 48/DPC, de 25 de maio de 2009, publicada no DOU nº 99, de 27 de maio de 2009, seção 1, página 9, e entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Rio de janeiro, 31 de maio de 2011.
Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 107 /DPC, DE 31 DE MAIO DE 2011

Renova o credenciamento da Empresa Rio Shipmanager Gerenciamento Operacional Marítimo S/C Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa Rio Shipmanager Gerenciamento Operacional Marítimo S/C Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), para Profissionais Não-Tripulantes, na área metropolitana de Curitiba, sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Paraná, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º A presente renovação de credenciamento tem validade a partir de 1º de maio de 2011 até 30 de abril de 2013.

Art. 3º Esta Portaria renova o credenciamento concedido anteriormente por meio da Portaria nº 26/DPC de 30 de março de 2009, publicada no DOU nº 62 de 1º de abril de 2009, seção 1, página 14, e entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Rio de janeiro, 31 de maio de 2011.
Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 108 /DPC, DE 31 DE MAIO DE 2011

Credencia a Empresa SOMA Segurança Ocupacional e Meio Ambiente Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa SOMA Segurança Ocupacional e Meio Ambiente Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), para Profissionais Não-Tripulantes (PNT), na área metropolitana de Santos-SP, sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Rio de janeiro, 31 de maio de 2011.
Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 335/AMRJ, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Suspensão e Devolução do Prazo de Execução Contratual.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas pelas Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos - NOLAM (SGM - 102, 3ª Revisão) e de acordo com o disposto no inciso XIV, do Art. 78 c/c § 5º do Art. 79, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento à finalidade e ao interesse público, que regem a Administração Pública, resolve:

Art. 1º SUSPENDER O PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 41.000/2010-032/00, firmado com a Empresa TEC-DESIGNER ENGENHARIA METAL MECÂNICA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.188.332/0001-16, por cento e vinte dias (120 dias), a partir do dia 03/01/2011 até o dia 03/05/2011, em face da necessidade de realizar a modificação do projeto e suas especificações com execução de serviços adicionais.

Art. 2º DEVOLVER O PRAZO EM EXECUÇÃO do contrato acima mencionado, por dezessete dias (17 dias), a partir do dia 03/05/2011 até 20/05/2011, para a continuidade dos serviços pela referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Contra-Almirante (EN) ARTHUR PARAIZO CAMPOS

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 687, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 7.446, de 1º de Março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 5º da Portaria GM/MEC nº 446, de 20 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites para as despesas com diárias, passagens e locomoção constantes do Anexo I da Portaria GM/MEC nº 446, de 20 de abril de 2011, na forma dos Anexos I e II desta portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO I

Redução dos Limites para Empenho de Despesas com Diárias, Passagens e Locomoção em 2011
(Detalhamento Constante do Anexo I da Portaria MEC Nº 446, de 20 de abril de 2011)

R$ 1,00

UG/UO		ATÉ JUN	ATÉ DEZ
150014	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO	1.150.000	1.150.000
TOTAL		1.150.000	1.150.000

ANEXO II

Acréscimo dos Limites para Empenho de Despesas com Diárias, Passagens e Locomoção em 2011
(Detalhamento Constante do Anexo I da Portaria MEC Nº 446, de 20 de abril de 2011)

R$ 1,00

UG/UO		ATÉ JUN	ATÉ DEZ
150002	Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA	150.000	150.000
26290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP	1.000.000	1.000.000
TOTAL		1.150.000	1.150.000

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CNE/CP Nº 4, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e

Considerando o disposto na alínea "a", do § 1 º do artigo 7º da Lei nº 4.024/61, na redação dada pela Lei nº 9.131/95, que atribui ao Conselho Nacional de Educação a incumbência de "subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação";

Considerando o disposto no inciso I do artigo 1º do Regimento do Conselho Nacional de Educação, instituído pela Portaria MEC nº 1.306/99, resultante da homologação do Parecer CNE/CP nº 99/99;

Considerando a aprovação, pelo Conselho Pleno, do documento de trabalho produzido pela Comissão Bicameral constituída pela Portaria CNE/CP nº 7/2009, reformulada pela Portaria CNE/CP nº 8/2009 e reconstituída pela Portaria CNE/CP nº 8/2010;

Considerando, ainda, o disposto no inciso VII do artigo 9º do Regimento do Conselho Nacional de Educação, resolve:

Artigo 1º Dar publicidade ao documento produzido pela Comissão Bicameral constituída pelas Portarias CNE/CP nº 7/2009, nº 8/2009 e nº 8/2010, aprovado por unanimidade na sessão plenária do dia 5 de maio de 2011, contendo "CONSIDERAÇÕES E EMENDAS AO PROJETO DE LEI nº 8.035/2010 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011 - 2020".

Artigo. 2º A Secretaria Executiva adotará as providências necessárias para dar plena execução à presente Portaria.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS CARUSO RONCA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 638, DE 27 DE MAIO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado através da Portaria MEC nº 265, de 24.03.2009, publicada no Diário Oficial da União de 25.03.2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar, a partir de 25.06.2011, por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público referente ao Edital nº 06/2010, publicado no D.O.U. em 30.03.2010 na seção 3, página 52, com resultado homologado pela Portaria nº 729, de 24.06.2010, publicada no D.O.U. em 25.06.2010 na seção 1, página 26.

DENIO REBELLO ARANTES

PORTARIA Nº 639, DE 27 DE MAIO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado através da Portaria MEC nº 265, de 24.03.2009, publicada no Diário Oficial da União de 25.03.2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar, a partir de 30.06.2011, por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público referente ao Edital nº 07/2010, publicado no D.O.U. em 30.03.2010 na seção 3, página 59, com resultado homologado pela Portaria nº 732, de 24.06.2010, publicada no D.O.U. em 25.06.2010, republicada em 30.06.2010 na seção 1, página 28.

DENIO REBELLO ARANTES

PORTARIA Nº 640, DE 27 DE MAIO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado através da Portaria MEC nº 265, de 24.03.2009, publicada no Diário Oficial da União de 25.03.2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar, a partir de 30.06.2011, por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público referente ao Edital nº 10, de 19.04.2010, publicado no D.O.U. em 20.04.2010 na seção 3, página 73, com resultado homologado pela Portaria nº 739, de 28.06.2010, publicada no D.O.U. em 29.06.2010, republicada em 30.06.2010 na seção 1, página 29.

DENIO REBELLO ARANTES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAMPUS DE ALEGRE

PORTARIA Nº 10, DE 31 DE MAIO DE 2011

Resultado final do processo seletivo simplificado.

A Presidenta da Comissão designada pela Portaria nº. 088, de 02/05/2011, do Substituto do Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus de Alegre, homologa e torna público o resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a contratação de Professor Substituto para a Disciplina de Zootecnia, objeto do Edital nº. 13/2011, de 02/05/2011, publicado no DOU de 03/05/2011, conforme discriminação a seguir:

Inscrição	Nome	Pontuação			Classificação
		Títulos	Desempenho Didático-Pedagógico	Total	
003	Thiago Vasconcelos Melo	15,74	59,22	74,96	1º
005	Lidiane Gomes dos Santos	6,80	45,60	52,40	2º

RENATA COGO CLIPES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.126, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas e considerando o disposto na Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, e o disposto na Resolução CNE/CES nº 01/2002, com a alteração da Resolução CNE/CES nº 08/2007, esta alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2009, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a lista de Instituições de Educação Superior que aderiram ao Programa de Revalidação de Diplomas de Médico obtidos no exterior (REVALIDA) para o ano de 2011, com o objetivo de formalizar as obrigações assumidas no Termo de Adesão firmado com o Ministério da Educação, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO

Lista de instituições que aderiram ao Programa REVALIDA

1	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG
2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD
3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR
4	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
5	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU
6	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA
7	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL	UNCISAL
8	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL
9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC
10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM
37	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 19-5-2011, seção 1 , pág 21, com incorreção no original .

PORTARIA Nº 1.248, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Portaria Interministerial nº. 127 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, conforme anexo, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.1073.8282.0001- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

PTRES: 020888

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.446, de 01 de março de 2011.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das IFES, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO

SESu/MEC

Crédito Orçamentário da Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Unidade	Processo nº	Valor Total (R$)	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal de Minas Gerais	23000.003255/2011-91	2.058.928,58	0100915030	2011NC000787

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MUSEU NACIONAL

PORTARIA Nº 3.718, DE 31 DE MAIO DE 2011

A Diretora Museu Nacional da universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso da sua competência delegada pela portaria nº 818 de 8 de março de 2010, publicada no Diário Oficial União de 09 de março de 2010, resolve:

tornar publico o resultado do processo seletivo aberto para concurso de professor Titular, referente ao Edital nº 7, de 25/01/2011, publicado no DOU nº018, Seção 03, de 26/01/2011, divulgando, o nome do candidato aprovado, tendo sido indicado na 1034ª Congregação do dia 26/05/2011

Departamento de Botânica

- Vera Lucia de Moraes Huszar

CLAUDIA RODRIGUES FERREIRA DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 418, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009766/2010-92, e do processo nº 23080.026981/2010-58 de reconsideração, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Expressão Gráfica, do Centro de Comunicação e Expressão, objeto do Edital nº 020/DDPP/2010, publicado no Diário Oficial da União de 20/04/2010, homologado pelo Conselho da Unidade em 22/06/2010.

Campo de Conhecimento: Desenho Técnico e Modelagem Geométrica
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 423, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009293/2010-23 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ecologia e Zoologia, do Centro de Ciências Biológicas, Campo de Conhecimento: Taxonomia de Grupos Recentes, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 623/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.126, DE 30 DE MAIO DE 2011

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público referente ao Edital nº 043/2010, realizado pelo Instituto de Economia nas áreas descritas abaixo:

I) Economia Política Internacional cujo Edital de homologação do resultado nº 045 foi publicado no Diário Oficial na União em 14 de junho de 2010, página 67, seção 3;

II) História das Relações Internacionais cujo Edital de homologação do resultado nº 038 foi publicado no Diário Oficial na União em 02 de junho de 2010, página 57, seção 3;

III) Política Externa cujo Edital de homologação do resultado nº 057 foi publicado no Diário Oficial na União em 17 de junho de 2010, página 62, seção 3;

IV) Integração Regional cujo Edital de homologação do resultado nº 057 foi publicado no Diário Oficial na União em 17 de junho de 2010, página 62, seção 3.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 31 DE MAIO DE 2011

Ratifica os Convênios ICMS 42/11 e 44/11 de 12 de maio de 2011.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 161ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 12 de maio de 2011, e publicados no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2011:

Convênio ICMS 42/11 - Altera o Convênio ICMS 03/11, que autoriza os Estados de Goiás e da Paraíba a dispensarem ou reduzirem juros, multas e demais acréscimos legais, previstos na legislação tributária, e a concederem parcelamento de débito fiscal, relacionado com o ICMS;

Convênio ICMS 44/11 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Rio de Janeiro às disposições do Convênio ICMS 38/09, que autoriza os Estados do Pará e São Paulo e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS nas prestações de serviço de comunicação referentes ao acesso à Internet por conectividade em banda larga prestadas no âmbito do Programa Internet Popular.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 31 de Maio de 2011

Nº 92 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicada em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS 34, DE 26 DE MAIO DE 2011

Altera o Protocolo ICMS 16/11, que trata da adesão do Estado do Paraná ao Protocolo ICMS 192/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira A cláusula segunda do Protocolo ICMS 16/11, de 1º de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos:

I - a partir de 1º de janeiro de 2012, em relação às operações com as seguintes mercadorias, dentre aquelas listadas no Anexo Único do Protocolo ICMS 192/09:

Item	NCM/SH	DESCRIÇÃO	MVA (%) ORIGINAL
28.	8471.30	Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10kg, contendo pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela	24,43
29.	8471.4	Outras máquinas automáticas para processamento de dados	38,73
30.	8471.50.10	Unidades de processamento, de pequena capacidade, exceto as das subposições 8471.41 ou 8471.49.00, podendo conter, no mesmo corpo, um ou dois dos seguintes tipos de unidades: unidade de memória, unidade de entrada e unidade de saída; baseadas em microprocessadores, com capacidade de instalação, dentro do mesmo gabinete, de unidades de memória da subposição 8471.70, podendo conter múltiplos conectores de expansão ("slots"), e valor FOB inferior ou igual a US$ 12.500,00, por unidade	22,03
31.	8471.60.5	Unidades de entrada, exceto as das subposições 8471.60.54	49,61
32.	8471.60.90	Outras unidades de entrada ou de saída, podendo conter, no mesmo corpo, unidades de memória	37,22
33.	8471.70	Unidades de memória	34,45
34.	8471.90	Outras máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições.	27,12
35.	8473.30	Partes e acessórios das máquinas da posição 84.71	32,39
36.	8504.3	Outros transformadores, exceto os produtos classificados nas subposições 8504.33.00 e 8504.34.00	42,49
37.	8504.40.10	Carregadores de acumuladores	58,46
38.	8504.40.40	Equipamentos de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou "no break")	36,26
54.	85.18	Microfones e seus suportes; alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos, fones de ouvido (auscultadores), mesmo combinados com microfone e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes, amplificadores elétricos de audiofreqüência, aparelhos elétricos de amplificação de som; suas partes e acessórios. Exceto os de uso automotivo	41,69
58.	8523.51.10	Cartões de memória ("memory cards")	49,68
61.	8528.51.20	Outros monitores dos tipos utilizados exclusiva ou principalmente com uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71, policromáticos	37,60

II - a partir de 1º de junho de 2011, em relação às demais mercadorias listadas no Anexo Único do Protocolo ICMS 192/09."

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Santa Catarina - Ubiratan Simões Rezende.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 138ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2010

Pauta publicada no DOU de 18-10-2010, Seção I, pág. 21.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 9º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária a Sra. Flavia Neto Vieira. Presentes pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg e Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Alexandre Imenez, Bruno Perrut Ferreira, Salvador Cícero Velloso Pinto, Marcelo Augusto Camacho Rocha e Claudio Carvalho Pacheco.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 137ª sessão.

2.3 - RECURSOS A SEREM SORTEADOS PARA RELATOR E REVISOR:

RECURSO Nº 4692 - Processo SUSEP Nº 15414.200057/2006-16 - Recorrente: Nilton Claudio Carvalho Belsarena - corretor de seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4699 - Processo SUSEP Nº 15414.000246/2003-48 - Recorrente: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4726 - Processo SUSEP Nº 15414.002387/2007-29 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4730 - Processo SUSEP Nº 15414.100057/2007-06 - Recorrente: Tókio Marine Seguradora S/A "em aprovação" (antiga Real Seguros S/A); Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4762 - Processo SUSEP Nº 15414.004615/2007-03 - Recorrente: INVESTPREV Seguros e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 4770 - Processo SUSEP Nº 15414.004798/2007-59 - Recorrente: Previcorp - Previdência Privada;Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4791 - Processo SUSEP Nº 15414.004086/2007-30 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4812 - Processo SUSEP Nº 15414.001387/2007-10 - Recorrente: UNIPREV União Previdenciária; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4814 - Processo SUSEP Nº 15414.002297/2006-57 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 4815 - Processo SUSEP Nº 15414.004930/2005-61 - Recorrente: RS Previdência; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4817 - Processo SUSEP Nº 15414.004507/2005-61 - Recorrente: RS Previdência; Conselheiro (a) Relator (a):Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4818 - Processo SUSEP Nº 15414.001384/2007-78 - Recorrente: Rural Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4824 - Processo SUSEP Nº 15414.004687/2007-42 - Recorrente: RS Previdência; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4826 - Processo SUSEP Nº 15414.001651/2007-15 - Recorrente: INVESTPREV Seguros e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4830 - Processo SUSEP Nº 15414.100898/2003-81 - Recorrente: Aniat Administradora e Corretora de Seguros Ltda; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 4832 - Processo SUSEP Nº 15414.000017/2008-38 - Recorrente: Brasilprev Seguros e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4840 - Processo SUSEP Nº 15414.200454/2006-98 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor(a):Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4844 - Processo SUSEP Nº 15414.200417/2006-80 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4846 - Processo SUSEP Nº 15414.001138/2004-73 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 4851 - Processo SUSEP Nº 15414.004590/2005-78 - Recorrente: Bradesco Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4856 - Processo SUSEP Nº 10.001168/00-23 - Recorrente: Heliana Fernandes Vital - ex Administradora da Montevan Previdência Privada - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4867 - Processo SUSEP Nº 15414.003938/2005-18 - Recorrente: Bradesco Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4870 - Processo SUSEP Nº 15414.004691/2004-68 - Recorrente: Itaú Seguros S/A; Conselheiro(a) Relator(a):Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4894 - Processo SUSEP Nº 15414.003720/2005-55 - Recorrente: Bradesco Seguros S/A; Conselheiro(a) Relator(a): Alexandre Imenez;Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 4939 - Processo SUSEP Nº 005-00612/97 - Recorrente: Providência - Associação Beneficente Previdenciária dos Servidores Civis e Militares do Brasil; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4977 - Processo SUSEP Nº 15414.004187/2007-19 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4979 - Processo SUSEP Nº 15414.004102/2007-94 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 4981 - Processo SUSEP Nº 15414.004151/2007-27 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5001 - Processo SUSEP Nº 15414.200236/2004-91 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO Nº 5003 - Processo SUSEP Nº 15414.003749/2006-18 - Recorrente: Caixa Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5005 - Processo SUSEP Nº 15414.001520/2003-04 - Recorrente: BEMGE Seguradora S/A atual Paraná Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5015 - Processo SUSEP Nº 15414.000335/2007-18 - Recorrente: Yasuda Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5025 - Processo SUSEP Nº 15414.001542/2004-47 - Recorrente: Sul América Capitalização S/A - SULACAP; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5029 - Processo SUSEP Nº 15414.000791/2007-68 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5033 - Processo SUSEP Nº 15414.004596/2006-26 - Recorrente: LUTERPREV - Entidade Luterana de Previdência; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto;Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5037 - Processo SUSEP Nº 15414.003115/2007-36 - Recorrente: J. Malucelli Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5039 - Processo SUSEP Nº 15414.005165/2006-87 - Recorrente: MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5043 - Processo SUSEP Nº 15414.000021/2007-15 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5047 - Processo SUSEP Nº 15414.100312/2004-60 - apenso Processo SUSEP Nº 15414.003244/2004-91 - Recorrente: Interbrazil Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto;Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5073 - Processo SUSEP Nº 15414.002411/2007-20 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5075 - Processo SUSEP Nº 15414.200036/2005-10 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5077 - Processo SUSEP Nº 15414.004529/2007-92 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5079 - Processo SUSEP Nº 15414.200018/2005-38 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5081 - Processo SUSEP Nº 15414.004822/2006-79 - Recorrente: Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Diretor Administrativo-Financeiro - PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5083 - Processo SUSEP Nº 15414.200009/2005-47 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5087 - Processo SUSEP Nº 15414.004104/2004-31 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5089 - Processo SUSEP Nº 15414.003494/2005-11 - Recorrente: Unimed Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5095 - Processo SUSEP Nº 15414.100760/2006-25 - Recorrente: Bradesco Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5103 - Processo SUSEP Nº 15414.200410/2005-87 - Recorrente: MBM Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5105 - Processo SUSEP Nº 15414.001556/2008-94 - Recorrente: Newprev Previdência Privada S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5107 - Processo SUSEP Nº 15414.001248/2008-69 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB;Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5113 - Processo SUSEP Nº 15414.100134/2003-96 - Recorrente: UPS Serviços - Sociedade Brasileira de Gestão em Assistência Ltda; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5119 - Processo SUSEP Nº 15414.000930/2007-53 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5121 - Processo SUSEP Nº 15414.000305/2007-10 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
RECURSO Nº 5364 - Processo SUSEP Nº 15414.100753/2007-12 - Recorrente: Gerson Barranco - corretor de seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.
2.4 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:
RECURSO Nº 0185 - Processo SUSEP Nº 15414.003756/97-02 - Recorrente: Bemge Seguradora S.A, atual Paraná Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não aplicar os recursos garantidores das reservas técnicas referentes a maio de 1997 em conformidade com a legislação em vigor. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.802,76. BASE LEGAL: Art. 57 do Decreto Nº 60.459/67. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2859/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Bemge Seguradora S.A, atual Paraná Companhia de Seguros, no sentido de aplicar à Recorrente a pena prevista no art. 6º, inciso IV das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95, por infração ao art. 57 do Decreto Nº 60.459/67, sem imposição de qualquer tipo de agravamento, nos exatos termos da decisão do Conselho Diretor da SUSEP, exarada no Termo de Julgamento. Diante disto, o valor da multa deve ser adequado ao decidido no julgamento de primeira instância, com a consequente devolução da diferença da importância recolhida a maior como garantia recursal. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.
RECURSO Nº 1165 - Processo SUSEP Nº 15414.003188/97-13 - Recorrente: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Dificuldades na liquidação do sinistro e indenização a menor efetuada ao segurado. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2860/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, visto que não foi devolvido ao segurado o valor pago a título de franquia, conforme se verifica no documento de fl.15. Presente o advogado Dr. Jurai Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.
RECURSO Nº 1507 - Processo SUSEP Nº 15414.005035/97-83 - III volumes - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A, atual denominação da Trevo Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item III - constituição a menor das provisões técnicas do 3º grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.367,07. BASE LEGAL: Artigos 84 e 110 do Decreto-Lei Nº 73/66. Item IV - desobediência à cronologia no registro de sinistros avisados e omissão de elementos mínimos. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Item V - desobediência à cronologia no registro de apólices emitidas e ausência de elementos mínimos. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Item VI - desobediência à cronologia no registro de apólices cobradas e omissão de elementos mínimos. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2861/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente nos termos da art. 1º,§ 1º da Lei Nº 9.873/99. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.
RECURSO Nº 1574 - Processo SUSEP Nº 10.005065/01-13 - Recorrente: Mongeral Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender à carta SUSEP/DECON/GERES/DIAPA Nº 801/01. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 104 do Decreto Nº 81.402/78. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2862/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Mongeral Previdência Privada, ante sua intempestividade. Presente a advogada Dra. Tatiana Ferreira da Silva que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.
RECURSO Nº 2595 - Processo SUSEP Nº 10.002765/99-32 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não aplicar recursos garantidores das reservas técnicas no mês de fevereiro/99, em conformidade com a legislação em vigor. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.367,07. BASE LEGAL: Art. 15, § 1º da Lei Nº 6.435/77 combinado com art. 23, § 1º do Decreto Nº 81.402/78. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2863/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da RS Previdência, ante sua intempestividade.
RECURSO Nº 2929 - Processo SUSEP Nº 008-00575/96 - II volumes - Recorrentes: PLASEG - Planejamento Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e Carlos Umberto Dutra - corretor de seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Reter cheque emitido pela Seguradora, destinado a liquidar o sinistro. PENALIDADE: Cancelamento dos registros. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2864/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da PLASEG - Planejamento Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e de Carlos Umberto Dutra - corretor de seguros, ante sua intempestividade.
RECURSO Nº 2955 - Processo SUSEP Nº 15414.004795/2002-19 - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Comercializar produto sem a prévia aprovação da SUSEP. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.367,07. BASE LEGAL: Art. 8º do Decreto Nº 60.459/67. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2865/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Federal de Seguros S.A, uma vez que a materialidade e a autoria da infração estão devidamente caracterizadas nos autos.
RECURSO Nº 3108 - Processo SUSEP Nº 010-00025/00 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagar a menor indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei Nº 6.194/74. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2866/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da União Novo Hamburgo Seguros S.A, visto que a Recorrente efetuou o pagamento da indenização do DPVAT com base em redução funcional de 50%, não obstante o relatório médico do reclamante ter atestado redução funcional de 70%. Ressalte-se que este percentual não restou impugnado por relatório médico da seguradora. As representações da FENAPREVI e do Ministério da Fazenda também votaram pelo desprovimento do recurso, porém com exclusão das reincidências. O Conselheiro representante da FENASEG declarou-se impedido de votar.
RECURSO Nº 3142 - Processo SUSEP Nº 15414.006134/98-81 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar benefício ao participante quando completado o tempo de contribuição. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6.435/77. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2867/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente, uma vez que não houve no presente caso o descumprimento do contrato, posto que a cláusula de renda mensal temporária era de exercício opcional, razão pela qual incabível a pena do art. 27, inciso III, das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, tendo em vista que a materialidade da infração restou devidamente caracterizada pelo parecer técnico do DETEC de fls. 54/56. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.
RECURSO Nº 3457 - Processo SUSEP Nº 10.000961/01-96 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2868/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para expurgar o agravamento da pena por reincidência, previsto no art. 33, inciso I, § 2º das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95, tendo em vista que houve cerceamento do direito de ampla defesa da Recorrente, na medida em que esta não pôde se defender da imputação de reincidência. Decidiu, ainda, determinar o levantamento do depósito à maior da multa. As representações da SUSEP e da FENACOR votaram pelo desprovimento do recurso, tendo em vista que restaram devidamente demonstradas a materialidade e a autoria da infração. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3508 - Processo SUSEP Nº 10.001080/01-65 - II volumes - Recorrente: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Cancelar apólice de seguro de vida em grupo e seguro de acidentes pessoais sem observar o período de vigência. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2869/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, uma vez que o documento de fl.268, referente a uma das apólices (apólice 1642), demonstra o contrário das alegações da Recorrente, no sentido de que o estipulante sequer sabia da existência das alterações efetuadas, razão pela qual não há prova cabal de que houve a aquiescência prévia e expressa do estipulante no que concerne às alterações efetuadas nas apólices em análise. Presente o advogado Dr. Jurai Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3571 - Processo SUSEP Nº 010-00043/99 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 4.014,46. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2870/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Companhia Excelsior de Seguros, em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 3670 - Processo SUSEP Nº 10.006008/01-15 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei Nº 6.194/74. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2871/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros para retirar o aumento aplicado como reincidência, pois a SUSEP somente lhe deu ciência dos processos usados para efeito da reincidência quando da decisão do Chefe de Departamento. As representações da SUSEP, FENACOR e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pelo desprovimento do recurso, tendo em vista que a existência de inquérito policial ou procedimento congênere em curso não constitui óbice ao pagamento da indenização de seguro DPVAT. Ressalte-se que a majoração da pena pela reincidência, além de justa, sequer foi impugnada pela Recorrente. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Decidiu, ainda, encaminhar ofício ao Sr. Superintendente da SUSEP relatando que a Recorrente agira de forma a induzir este Conselho em erro ao juntar recibo de quitação do pagamento do seguro DPVAT de outra vítima, embora já tivesse sido alertada por aquele Conselho. Foi determinada a extração de cópias das fls. 91 a 101 para remessa ao Sr. Presidente deste Conselho.

RECURSO Nº 3672 - Processo SUSEP Nº 10.003752/99-26 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2872/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que somente por ocasião da primeira decisão é que se informou a existência de processo anterior. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3725 - Processo SUSEP Nº 10.000843/01-60 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Valor pago a menor ao participante a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6.435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2873/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente para adequar a pena à legislação vigente à época, qual seja, a Resolução CNSP Nº 16/1991, tendo em vista que a infração ocorreu em fevereiro de 1994, e excluir o agravamento por reincidência, tendo em conta que os processos paradigmas tiveram seu trânsito em julgado em data posterior àquela do cometimento da infração. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3744 - Processo SUSEP Nº 10.001432/00-10 - II volumes - Recorrente: Mongeral S.A. Seguros e Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6.435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2874/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Mongeral S.A. Seguros e Previdência para conceder a atenuante prevista no art. 34. § 1º, inciso III, e § 2º, alínea "a" das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95, tendo em vista que houve o pagamento integral do valor devido até o momento de prolação da decisão de primeira instância. Ressalve-se que a manifestação da Recorrente quanto ao pagamento da parcela restante se deu tanto no recurso a este Conselho quanto no recurso dirigido ao Conselho Diretor da SUSEP. As representações da SUSEP e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pelo desprovimento do recurso, uma vez que a materialidade restou devidamente comprovada por meio do parecer técnico de fls.147/155, o qual demonstrou a diferença entre o valor pago e o valor devido. Presente a advogada Dra. Tatiana Ferreira da Silva que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3746 - Processo SUSEP Nº 15414.000134/98-69 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6.435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2875/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada no sentido de excluir o agravamento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que os paradigmas utilizados são posteriores ao fato gerador. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pelo afastamento da reincidência. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3748 - Processo SUSEP Nº 10.004031/00-85 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei Nº 6.194/74. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2876/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Itaú Seguros S.A. para retirar o aumento aplicado como reincidência, pois a SUSEP somente deu ciência do processo usado para efeito da reincidência quando da decisão de primeiro grau. Cabe ressaltar que, por ter efetuado o pagamento antes do julgamento de primeira instância, conforme informado às fls. 91/93 pelo denunciante, o CRSNSP decidiu, por unanimidade, conceder a atenuante prevista no art. 34, § 1º, inciso III das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95, e determinar a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. As representações da SUSEP e FENACOR votaram pela manutenção da reincidência. Presente a advogada Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3756 - Processo SUSEP Nº 15414.001420/98-23 - II volumes - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6.435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2877/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente para adequar a penalidade à Resolução CNSP Nº 17/1981, tendo em vista que a infração ocorreu em junho de 1987. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela adequação da penalidade. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3760 - Processo SUSEP Nº 15414.004935/98-30 - III volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2878/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para adequar a penalidade a norma vigente à época, Resolução CNSP Nº 17/81, e por consequência excluir a reincidência. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3829 - Processo SUSEP Nº 15414.002977/97-28 - II volumes - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2879/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente verificada às fls. 78/81 dos autos, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Nº 9873/99. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3853 - Processo SUSEP Nº 10.004725/99-99 - II volumes - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Atrasar pagamento de seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2880/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. para afastar a reincidência, tendo em vista que a infração ora em julgamento ocorreu antes do transito em julgado do processo sancionador Nº 005-1017/93. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela exclusão da reincidência.

RECURSO Nº 3939 - Processo SUSEP Nº 10.001902/00-81 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de fiança locatícia. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2881/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Unibanco AIG Seguros S.A, tendo em vista que não comprovou o motivo para a recusa da indenização, embora alegasse não ter sido comunicada pelo locador dos acordos celebrados. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3958 - Processo SUSEP Nº 15414.04211/2004-69 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Apresentar, no mês de julho de 2004, patrimônio líquido ajustado inferior ao capital mínimo exigido. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2882/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Investprev Seguros e Previdência S.A., tendo em vista que a materialidade da infração restou devidamente apurada pelo parecer técnico de fls. 17/18.

RECURSO Nº 3959 - Processo SUSEP Nº 15414.200249/2002-07 - Recorrente: AMBRÁS - Associação Municipalista do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não recolheu os prêmios de seguro, decorrentes dos contratos de seguros, em conformidade com o disposto no Termo de confissão de Dívida em 22 de dezembro de 2000. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 4.202.177,78. BASE LEGAL: Art. 21, § 4º do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº2883/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da AMBRÁS - Associação Municipalista do Brasil, tendo em vista que restou comprovada por meio do parecer de fls. 11/12 a materialidade da infração. Acrescente-se ainda que os argumentos apresentados foram desacompanhados das respectivas provas e a aplicação de atenuante, não foi sequer ventilada expressamente no recurso de fls.35/43.

RECURSO Nº 3967 - Processo SUSEP Nº 15414.000696/2003-31 - II volumes - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2884/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da RS Previdência, uma vez que a materialidade da infração restou comprovada por meio do parecer técnico de fls. 112/119.

RECURSO Nº 4029 - Processo SUSEP Nº 15414.003691/98-31 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2885/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente para adequar a penalidade àquela prevista no art. 27, inciso III da Resolução CNSP Nº 16/91 e em consequência expurgar a reincidência apontada no termo de julgamento de fl.104, tendo em vista que o transito em julgado do processo apontado como paradigma ocorreu em 26 de maio de 1998, sendo, portanto, inservível para majorar a penalidade imposta à Recorrente. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela adequação da penalidade. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4045 - Processo SUSEP Nº 15414.200001/2003-19 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização relativa a seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 36.000,00. BASE LEGAL: Art.5º, § 1º da Lei Nº 6194/74. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2886/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros para conceder a atenuante prevista no art. 34, § 1º, inciso III das Normas Anexas à Resolução CNSP Nº 14/95, em vista de ter comprovado em recente juntada de documentos que efetuou o pagamento da indenização em data anterior ao julgamento de primeira instância. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 4167 - Processo SUSEP Nº 15414.001794/2006-38 - Recorrente: Recíproca Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Realizar operação financeira em desacordo com as normas em vigor. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Arts. 73 e 74 da Lei Complementar Nº 109/01 combinado com o inciso III do art. 32 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2887/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento ao recurso da Recíproca Assistência, nos termos das alegações da Recorrente. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pelo provimento do recurso. Presente o advogado Dr. Reinaldo Moura que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4199 - Processo SUSEP Nº 15414.001706/2006-06 - Recorrente: Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Alexandre Imenez. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar à SUSEP o Questionário de Riscos referente ao FIP de janeiro de 2006, no prazo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.000,00. BASE LEGAL: Arts. 36 e 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2888/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A, em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 4279 - Processo SUSEP Nº 10.005475/01-55 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. Relator de vistas: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Protelar pagamento de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2889/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da Itaú Seguros S.A, amparados nos seguintes fatos: a) o rol de documentos solicitados pela Recorrente ao Interessado não contém nenhum documento diverso do mínimo necessário para se identificar quais seriam os beneficiários da indenização e não há nos autos sequer alegação do Interessado de que teria remetido tais documentos - mas somente uma parte dos mesmos, conforme se vê na fl.1; b) o valor ofertado pela Recorrente a título de indenização superava em mais de dezoito vezes o valor efetivamente devido a título de indenização; e c) a demora na liquidação do sinistro se deu essencialmente pela insistência do Interessado em se certificar se a Recorrente não estaria defraudando seu direito, certamente por crer que a indenização ofertada não corresponderia ao que entendia ser devido. A representação da SUSEP votou pelo desprovimento do recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4297 - Processo SUSEP Nº 15414.004805/2002-16 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei Nº 6435/77. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2890/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente para adequar a conduta infracional à norma vigente com a consequente exclusão da reincidência. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela adequação da penalidade e exclusão da reincidência. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4431 - Processo SUSEP Nº 15414.100527/2004-81 - II volumes - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Majorar prêmio mensal sem que fosse aumentado também o valor do capital segurado em seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2891/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A, tendo em vista que o aditivo de Nº 14 não trata de nova apólice, mas sim de uma proposta de recondução do contrato, que não possuiu a anuência necessária para as modificações efetuadas.

RECURSO Nº 4469 - Processo SUSEP Nº 15414.100029/2004-38 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de indenização por invalidez parcial por acidente do seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei Nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2892/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, nos termos do parecer técnico da SUSEP no sentido de que "a única previsão para redução do percentual previsto na tabela é oriundo do grau de redução funcional. Não há qualquer normativo na legislação securitária que estabeleça redução do percentual a ser indenizado devido a origem das lesões que acarretaram a invalidez permanente", razão pela qual o percentual da importância segurada deveria ser 50% sobre o percentual de 70% da tabela.

2.5 - ASSUNTOS GERAIS:

2.5.1 - Os membros do Conselho de Recursos decidiram adiar para a próxima sessão o julgamento do recurso Nº 1456 - Processo SUSEP Nº 005-00312/00 XLI Volumes - apenso Processo SUSEP Nº 005-00436/00.

2.5.2 - Foi homologada a desistência do recurso Nº 3520 - Processo SUSEP Nº 006-00169/00 da Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros "em aprovação" (antiga União Novo Hamburgo Seguros S.A).

2.5.3 - O recurso Nº 3606 - Processo SUSEP Nº 15414.002142/98-68 foi retirado de pauta.

2.5.4 - Foi homologada a desistência do recurso Nº 3735 - Processo SUSEP Nº 10.005662/99-14 da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente.

2.5.5 - Em vista da alegação pela Recorrente de outros processos em trâmite, cuja conexão se faz necessária para que desta maneira os mesmos obtenham julgamento uniforme, o recurso Nº 3930 - Processo SUSEP Nº 15414.003004/98-60 teve seu julgamento adiado.

2.5.6 - O recurso Nº 4426 - Processo SUSEP Nº 15414.200181/2006-81 teve seu julgamento adiado.

2.6 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 138ª (centésima trigésima oitava) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Flavia Neto Vieira, Secretária lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procuradores da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2011.

FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO
Procurador da Fazenda Nacional

ALEXANDRE IMENEZ
Conselheiro

BRUNO PERRUT FERREIRA
Conselheiro

SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

FLAVIA NETO VIEIRA
Secretária

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 26 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial - (Paes), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O(A) PROCURADOR(A)-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERABA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso II c/c artigo 81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria n° 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, no art. 12 da Lei. Nº 11.033/2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro, de 2004, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Ficam excluídos do parcelamento Especial(Paes) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684/2003, de acordo com seu artigo 7º, os contribuintes relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de inadimplência de três meses consecutivos ou seis alternados de tributos e exações com vencimento posterior a 28/02/03 e/ou das prestações do parcelamento, ou que tenham sido efetuados os pagamentos em valor inferior ao fixado nos incisos I, II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art.1º da Lei Nº 10.684/2003, além dos artigos 2º e 3º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25/08/2004.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias, contados da data de publicação deste Ato, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art.14 e § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3/2004, ao(à) Procurador(a)-Seccional da Fazenda Nacional em UBERABA-MG com endereço na Rua Aluízio de Melo Teixeira, Nº 378, CEP 38.065-290, Bairro Fabrício, Uberaba/MG. O Recurso terá efeito suspensivo e o sujeito passivo deverá continuar recolhendo as parcelas devidas enquanto não houver decisão definitiva do recurso.

Art. 3º A exclusão do PAES produzirá seus efeitos a partir do décimo primeiro dia, contando da data da ciência do ato de exclusão pelo sujeito passivo, exceto quando houver a apresentação de recurso. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto, a conta PAES será rescindida.

Art..4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da publicação.

MARIA DO SOCORRO SANTOS DE CASTRO

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJ da(s) pessoa(s) jurídica(s) e CPF das pessoas físicas excluídas:

NOME/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Sergio Juzenas CPF 678.748.608-10	11239.000459/2011-05

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 31 DE MAIO DE 2011

Rescinde o Parcelamento de que trata o art. 3º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em relação aos débitos previdenciários e não previdenciários, do contribuinte ARAGUAIA Construtora Brasileira de Rodovia SA, CNPJ 59.603.134/0001-40.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS - SP abaixo identificado, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, §§ 9º e 10; e 3º, § 1º, I, da Lei nº 11.941/2009 e dos arts. 4º; 9º, §§ 1º, II, 6º, 8º e 10; 12, § 10; 15, §§ 1º, II, e 3º; 20, II; 21, I, e §§ 1º e 2º; e 22 a 26 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009, e na Portaria PSFN/SCO/SP Nº 5, de 3 de setembro de 2010, publicada no DOU de 6 de setembro de 2010, Seção 1, página 23, declara:

Art. 1º Ficam rescindidos os Parcelamentos de que trata o art. 3º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, tanto em relação aos débitos não previdenciários (demais débitos - código de receita 1204) como em referência aos débitos previdenciários (código de receita 1165), de acordo com seu art. 1º, §§ 9º e 10, do contribuinte ARAGUAIA Construtora Brasileira de Rodovia SA, CNPJ 59.603.134/0001-40, domiciliado na Av. Getúlio Vargas nº 2.311, Recreio São Judas Tadeu, São Carlos - SP, CEP 13.570-390, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de pelo menos três parcelas em aberto (inadimplentes), por mais de 30 dias, conforme demonstrativo em anexo.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 1º, § 9º, da Lei nº 11.941/2009, houve a comunicação prévia do contribuinte em 18/4/2011, conforme fls. 64/65 do Processo Administrativo nº 12931.000095/2011-09.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, nos termos dos arts. 23 a 26 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 6, de 22 de julho de 2009, no prazo de 10 dias, contado da data de ciência ou publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO CARLOS - SP, no seguinte endereço: Rua Conde do Pinhal Nº 2.185, térreo, Centro, São Carlos - SP, CEP 13560-648, por meio de protocolo no setor de atendimento, diariamente das 8:00 às 12:00 horas, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, ou julgado improcedente, as rescisões dos Parcelamentos serão definitivas na esfera administrativa.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua ciência ou publicação ou de sua entrega por via postal.

RODRIGO PRADO TARGA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA PARAÍBA
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 31 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINA GRANDE - PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º , caput, e 7º , I e § 2º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006, bem como nos arts. 6º , II e § 1º , e no art. 7º , caput e § 1º , da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art. 1º , caput, da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com o seu art. 7º, I, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a existência de inadimplência do contribuinte por pelo menos 2 (dois) meses, consecutivos ou alternados.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da da Fazenda Nacional em Campina Grande - Paraíba, na Rua Capitão João Alves de Lira, nº: 1117 , bairro da Prata, em Campina Grande - Paraíba.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE SABÓIA XAVIER

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Relação dos CNPJ's das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ	CONTRIBUINTE
00.513.311/0001-54	FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE ARAUJO
01.017.332/0001-41	JOSE DANTAS DE MORAIS IRMAO ME
01.312.522/0001-91	LUIS MARTINS DE ARAUJO
01.435.917/0001-81	FRANCISCA DA CONCEIÇAO PEREIRA DE OLIVEIRA - ME
01.559.796/0001-80	JAQUELINA CORREIA MINA GOUVEIA ME
01.885.211/0001-11	INDONEZIA RODRIGUES F CESARINO ME
01.995.739/0001-43	INALDO DA SILVA SANTOS ME
02.056.369/0001-41	EVA LAURENTINO DE SOUZA PEREIRA ME
02.160.939/0001-49	ANTONIO EDVALDO GOMES
03.133.350/0001-14	TATIANA VENESSA BARBOSA JATOBA
04.002.217/0001-91	MARGARIDA MARIA VENTURA CANUTO
04.375.768/0001-09	JOSE JAILSON ENEDINO DOS SANTOS ME
04.746.691/0001-28	FUBADEMILHO INDUSTRIA E COMERCIO EPP
09.216.854/0001-84	IND E COM DE ESQUADRIAS NORDESTINA LTDA
09.286.717/0001-06	JONAS TRIGUEIRO MARTINS
10.742.500/0001-52	MADEIREIRA IDEAL COMERCIO E IND LTDA
10.771.970/0001-44	CASA OK TINTAS E PEÇAS LTDA
10.849.644/0001-02	MORAIS COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
12.732.475/0001-51	P HERMINIO DE CARVALHO
40.549.461/0001-32	ALYNE FERREIRA MONTEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 31 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata o art. 1º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CAMPINA GRANDE - PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º , caput, e 7º , I e § 2º da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006, bem como nos arts. 6º , II e § 1º , e no art. 7º , caput e § 1º , da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata o art. 1º , caput, da Medida Provisória Nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com o seu art. 7º, I, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a existência de inadimplência do contribuinte de parcela - somente uma parcela - devedora há mais de dois meses e inexistência de parcelas a vencer;

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da da Fazenda Nacional em Campina Grande - Paraíba, na Rua Capitão João Alves de Lira, nº: 1117 , bairro da Prata, em Campina Grande - Paraíba.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE SABÓIA XAVIER

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Relação dos CNPJ's das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ	CONTRIBUINTE
12.929.907/0001-19	CEARA MOVEIS LTDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.161, DE 31 DE MAIO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB Nº 1.052, de 5 de julho de 2010, que institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei Nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, com a redação dada pelo art. 72 da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 35 da Lei Nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e no Decreto Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 5º e 6º da Instrução Normativa RFB Nº 1.052, de 5 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

§ 1º Excepcionalmente, poderão efetuar a transmissão das EFD-PIS/Cofins até o 5º (quinto) dia útil do mês de fevereiro de 2012:

I - as pessoas jurídicas enquadradas no inciso I do art. 3º, referentes aos fatos geradores ocorridos no período de abril a dezembro de 2011; e

II - as pessoas jurídicas enquadradas no inciso II do art. 3º, referentes aos fatos geradores ocorridos no período de julho a dezembro de 2011.

§ 2º O prazo para entrega da EFD-PIS/Cofins será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração." (NR)

"Art. 6º A apresentação da EFD-PIS/Cofins, nos termos desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), definido em Ato Declaratório Executivo (ADE), editado com base no art. 9º, supre, em relação aos arquivos correspondentes, a exigência contida na Instrução Normativa SRF Nº 86, de 22 de outubro de 2001.

Parágrafo único. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações neles constantes, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação aplicável." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB Nº 1.052, de 2010, passa a vigorar acrescida do art. 5º-A:

"Art. 5º-A O processamento das PER/DCOMP, relativas a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, observará a ordem cronológica de entrega das EFD-PIS/Cofins transmitidas antes do prazo estabelecido no § 1º do art. 5º."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 30 DE MAIO DE 2011

Divulga a Agenda Tributária do mês de junho de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010,

DECLARA:

Art. 1º Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de junho de 2011, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE).

§ 1º Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos constantes do Anexo Único a este ADE deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

§ 2º O pagamento referido no caput deverá ser efetuado por meio de:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - Guia da Previdência Social (GPS), no caso das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas, por lei, a terceiros; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no caso dos demais tributos administrados pela RFB.

§ 3º A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 2º As referências a "Entidades financeiras e equiparadas", contidas nas discriminações da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, dizem respeito às pessoas jurídicas de que trata o § 1º do art. 22 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em atividade no ano do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar:

I - o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon Mensal) até o 5º (quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subseqüente ao do evento;

II - a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subseqüente ao do evento;

III - a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) até o último dia útil:

a) do mês de junho, para eventos ocorridos nos meses de janeiro a maio do respectivo ano-calendário; ou

2. do mês subseqüente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de junho a 31 de dezembro;

IV - o Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

a) do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro do respectivo ano-calendário; ou

b) do mês subseqüente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.

§ 1º A obrigatoriedade de apresentação da DIPJ, da DCTF Mensal e do Dacon Mensal, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento. § 2º Excepcionalmente o Dacon relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de abril e maio de 2011 deverá ser apresentado até o 5º (quinto) dia útil do mês de agosto de 2011.

§ 3º Nos casos extinção, incorporação, fusão, cisão parcial ou cisão total ocorridos nos meses de abril e maio de 2011, o Dacon deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês de agosto de 2011.

Art. 4º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica que permanecer inativa durante o período de 1º de janeiro até a data do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa até o último dia útil do mês subseqüente ao do evento.

Art. 5º No caso de extinção, decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), relativa ao respectivo ano-calendário, até o último dia útil do mês subseqüente ao da ocorrência do evento.

Parágrafo único. A Dirf, de que trata o caput, deverá ser entregue até o último dia útil do mês de março quando o evento ocorrer no mês de janeiro do respectivo ano-calendário.

Art. 6º Na hipótese de saída definitiva do País ou de encerramento de espólio, a Dirf de fonte pagadora pessoa física, relativa ao respectivo ano-calendário, deverá ser apresentada:

I - no caso de saída definitiva do Brasil, até:

a) a data da saída do País, em caráter permanente; e

b) 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, no caso de saída do País em caráter temporário;

II - no caso de encerramento de espólio, no mesmo prazo previsto para a entrega, pelos demais declarantes, da Dirf relativa ao ano-calendário.

Art. 7º A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subseqüente ao:

I - da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados, que tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subseqüente ao da decisão judicial;

II - da lavratura da escritura pública de inventário e partilha;

III - do trânsito em julgado, quando este ocorrer a partir de 1º de março do ano-calendário subseqüente ao da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados.

Art. 8º A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva, bem como as declarações correspondentes a anos-calendário anteriores, se obrigatórias e ainda não entregues;

II - no ano-calendário da caracterização da condição de não-residente, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da caracterização.

Parágrafo único. A pessoa física residente no Brasil que se retire do território nacional deverá apresentar também a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data da caracterização da condição de não-residente e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9º No caso de incorporação, fusão, cisão parcial ou total, extinção decorrente de liquidação, a pessoa jurídica deverá apresentar a Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV), contendo os dados do próprio ano-calendário e do ano-calendário anterior, até o último dia útil do mês subseqüente ao de ocorrência do evento.

Art. 10. Nos casos de extinção, fusão, incorporação e cisão total da pessoa jurídica, a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) de Situação Especial deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subseqüente à ocorrência do evento.

Art. 11. No recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço e como vencimento a data de vencimento do tributo na época de ocorrência do fato gerador, havendo sempre a incidência de acréscimos legais.

§ 1º Na hipótese de não reconhecimento de vínculo, e quando não fizer parte da sentença condenatória ou do acordo homologado a indicação do período em que foram prestados os serviços aos quais se refere o valor pactuado, será adotada a competência referente, respectivamente, à data da sentença ou da homologação do acordo, ou à data do pagamento, se este anteceder aquelas.

§ 2º O recolhimento das contribuições sociais devidas deve ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado, sendo que nesse último caso o recolhimento será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma.

§ 3º Caso a sentença condenatória ou o acordo homologado seja silente quanto ao prazo em que devam ser pagos os créditos neles previstos, o recolhimento das contribuições sociais devidas deverá ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo ou de cada parcela prevista no acordo, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no dia 20 .

Art. 12. Nos casos de extinção, cisão total, cisão parcial, fusão ou incorporação, a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) deverá ser entregue até o último dia do mês subseqüente ao do evento, exceto nos casos em que essas situações especiais ocorram no 1º (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a declaração deverá ser entregue até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Com relação ao ano-calendário de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Simples Nacional, esta deverá entregar a DASN, abrangendo os fatos geradores ocorridos no período em que esteve na condição de optante, até o último dia do mês de março do ano-calendário subseqüente ao de ocorrência dos fatos geradores.

Art. 13. Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subseqüente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 14. No caso de extinção decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total ocorrida no ano-calendário de 2011, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Declaração de Serviços Médico e de Saúde (Dmed) 2011, relativa ao ano-calendário de 2011, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento.

Art. 15. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

PORTARIA Nº 2.843, DE 31 DE MAIO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010,

resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único a esta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II (RJ), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém (PA).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser digitalizados e transferidos eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO DE VARGAS SERPA

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE PROCESSOS A SEREM TRANSFERIDOS DA DRJ RIO DE JANEIRO II (RJ) PARA A DRJ BELÉM (PA)

18471.000508/2008-92	15521.000062/2008-75	15540.000376/2008-40
18471.003023/2008-51	10707.001442/2008-35	15540.000643/2008-89
18471.003022/2008-14	15540.000703/2008-63	15540.000817/2008-11
15540.000662/2008-13	18471.004009/2008-74	15540.000411/2008-21
18471.003515/2008-46	15540.000549/2008-20	18471.003408/2008-18
15540.000298/2008-83	18471.003098/2008-31	15540.000556/2008-21
18471.004006/2008-31	18471.004391/2008-16	15521.000122/2008-50
10707.000693/2008-01	18471.003904/2008-71	18471.001801/2008-77
18471.000756/2008-33	18471.001234/2008-59	18471.002420/2008-13
15540.000500/2008-77	18471.003516/2008-91	18471.002995/2008-28
18471.002237/2008-18	18471.004313/2008-11	17883.000533/2008-61
15540.000689/2008-06	18471.001963/2008-13	18471.002058/2008-72
18471.001235/2008-01	15540.000399/2008-54	18471.003381/2008-63
18471.004393/2008-13	18471.004012/2008-98	15521.000203/2008-50
18471.002022/2008-99	18471.002169/2008-89	13706.007685/2008-85
13706.007752/2008-61	13009.001202/2008-04	13706.008258/2008-14
13706.005357/2008-44	13706.009589/2008-71	13706.004665/2008-52
15471.004817/2008-43	13732.000684/2008-92	13794.000221/2008-04
13706.005275/2008-08	13706.009104/2008-40	13706.010605/2008-79
13706.005675/2008-13	13706.006464/2008-90	10768.008371/2008-87
15471.003966/2008-95	13706.007731/2008-46	13706.007484/2008-88
13706.009022/2008-03	13706.005304/2008-23	13706.009381/2008-52
13706.010553/2008-31	10730.014944/2008-39	10768.009096/2008-19
13706.006271/2008-39	10768.008558/2008-81	13706.009955/2008-92
10768.007258/2008-84	15471.004316/2008-67	15471.004317/2008-10
13706.010563/2008-76	13706.008013/2008-97	13706.009614/2008-17
18239.006957/2008-05	13706.005024/2008-15	10768.007864/2008-08
13706.009721/2008-45	10768.008748/2008-06	13706.008029/2008-08
13706.008547/2008-13	13706.004079/2008-16	13706.004253/2008-12
13706.007157/2008-26	19404.001262/2008-32	13738.001822/2008-09
13732.000869/2008-05	13706.005897/2008-28	13706.010086/2008-49
13706.009313/2008-93	13706.010394/2008-74	10768.008971/2008-45
13706.004004/2008-27	13706.007161/2008-94	13732.000583/2008-11
15471.004330/2008-61	10725.003031/2008-66	13706.006073/2008-75
13706.009608/2008-60	13706.007678/2008-83	10768.008344/2008-12
13706.003701/2008-61	13706.004769/2008-67	13706.008720/2008-83
13706.004679/2008-76	10725.002572/2008-77	13706.007393/2008-42
13706.007847/2008-85	13706.009939/2008-08	15471.004428/2008-18
19404.001203/2008-64	13706.007873/2008-11	13706.007475/2008-97
13706.007503/2008-76	13706.008717/2008-60	10166.012023/2008-93
10730.014550/2008-81	10730.010315/2008-30	13706.008291/2008-44
13706.100048/2008-87	13706.007827/2008-12	13706.010653/2008-67
13706.010355/2008-77	13706.009783/2008-57	13706.006396/2008-69
18239.004942/2008-02	13706.009940/2008-24	13706.010719/2008-19
13732.001019/2008-16	15471.003961/2008-62	13706.007764/2008-96
13706.007336/2008-63	13706.007345/2008-54	13706.007528/2008-70

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 30 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.720157/2011-12 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Ford, modelo XLT Escape/Eco Sport, ano 2002, modelo 2002, cor azul, chassi 1FMCU03102KB96062, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 07/1802525-8, de 27.12.2007, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. Brendan Leo Flannery, CPF 837.300.445-91.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 5 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada "gel de arnica", composta de extratos de arnica montana, erva-de-santa-maria e castanha-da-índia, sebo de carneiro canforado, salicilato de metila, propilenoglicol e mentol, além de estabilizantes, emulsificantes, conservantes e corantes, apresentada em embalagens de 200g, classifica-se no código 3304.99.90 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da posição 33.04, da Nota 2 da Seção VI, da Nota 1.d) do Capítulo 30 e da Nota 3 do Capítulo 33), RGI-6 (textos da subposição de 1º nível 3304.9 e da subposição de 2º nível 3304.99) e da RGC-1 (texto do item 3304.99.90) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI
Chefe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8, DE 23 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada "Parfum Maison Vitta Femme", composta de perfume, água, álcool, etilhexil metoxicinamato, etilhexil salicilato, bht e triclosan, apresentada em embalagens de 55ml, classifica-se no código 3303.00.20 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da posição 33.03, da Nota 2 da Seção VI e da Nota 3 do Capítulo 33) e na RGC-1 (texto do item 3303.00.20), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

BARNER SILVA MARQUES
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9, DE 30 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada "Sabonete Líquido Íntimo - Essenza for Woman", preparação para lavagem da pele com componente ativo constituído por agentes orgânicos tensoativos sintéticos, apresentada em embalagens de 300ml, classifica-se no código 3401.30.00 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (texto da posição 34.01) e RGI-6 (texto da subposição 3401.30), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

BARNER SILVA MARQUES
Chefe
Substituto

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 30 DE MAIO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura - REIDI.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria DRFB/FOR/CE Nº 149, de 7 de abril de 2011 (DOU: 8/4/2011), e considerando o teor da Portaria MME Nº 234, de 7 de abril 2011 (DOU de 8/4/2011, seção 1, página 60 e seu Anexo I), que aprova o enquadramento de projetos de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa ATLÂNTICO - Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda, CNPJ 12.402.255/0001-60 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo Nº 10380.003.119/2011-21, declara:

Art. 1º HABILITADA a pessoa jurídica ATLÂNTICO - Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 12.402.255/0001-60, estabelecida na Rua Marcos Macedo, 1333, 4º, Andar, Sala 418, Meireles, Fortaleza, Ceará, CEP:60.150-190, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto Nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, vinculado ao projeto constante do Anexo I, da Portaria MME Nº 234/2011.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER SILVA NOBRE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo Nº 71, de 25 de junho de 2007, publicado no DOU de 27 de junho de 2007, seção 1, página 77, emitido a favor de UNILINK TRANSPORTES INTEGRADOS LTDA, CNPJ Nº 04.009.865/0001-70, conforme consta das fls. 34/3523/24, nos autos do processo de Nº 10380.004973/2007-29.

Onde se Lê: "até 31 de dezembro de 2007". Leia-se: "até 31 de dezembro de 2011"

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 27 DE MAIO DE 2011

Declara nula inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 298 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e o art. 35 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º Nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob Nº 07.214.346/0001-31, em nome de MARIO DE MELO DA SILVA ME, por vício praticado no ato de inscrição junto ao CNPJ, conforme consta do processo administrativo Nº 10219.000.030/2007-07, com efeitos a partir de 10/02/2005.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA BARBOSA

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 23 DE MAIO DE 2011

Declara a nulidade do ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 587, de 21 de dezembro de 2010, e art. 35, § 1º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 13558.720207/2005-62, declara:

Art. 1º A nulidade da inscrição Nº 02.095.616/0001-19, atribuída à pessoa jurídica ELIEL DE MATOS ALVES, no CNPJ, com efeitos a partir de 5 de setembro de 1997, em razão de multiplicidade de inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 30 DE MAIO DE 2011

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 203 e 292 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06/03/2009, e alterações posteriores; considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa do SRF 504 de 03 de fevereiro de 2005 e, ainda, o que consta do processo administrativo fiscal Nº 15504.003728/2011-51, resolve declarar:

1. Inscrita no Registro Especial sob o número 06101/183 a empresa MARINHO PRODUÇÃO DISTRIBUIÇÃO EXPORTAÇÃO E VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS LTDA, CNPJ n.º 00.210.033/0002-47, estabelecida à Rua Virginia, 338 - Carlos Prates - Belo Horizonte/MG, CEP 30.710-290, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento.

2. A interessada exerce a atividade de produtora e engarrafadora do produto LICOR, marca: MARINHO, que será comercializado em recipientes de 50, 350 e 750 ml.

3. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN/SRF N.º 504/2005, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

4.Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara anulada a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, DOU de 23/12/2010, e tendo em vista o disposto no art. 35 § 1º da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo 13807.000700/2011-21, resolve:

I- Anular de ofício a inscrição Nº 05.706.389/0001-09 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ concedida por esta Delegacia à empresa ARCELOR LUXEMBOURG S. A..

II- Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa cima citada, a partir de 25/06/2003, data de sua abertura.

III- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 30 DE MAIO DE 2011

Reconhece direito à redução da alíquota do IPI.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 220, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 13603.720066/2011-33, declara:

Art. 1º. Na forma da Nota Complementar (22-1) da Tabela do IPI (TIPI) aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, concedo à AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.808.708/0052-49, estabelecida à Av. Helena Vasconcelos Costa, 750, Cincão, em Contagem - MG, a redução de cinqüenta por cento da alíquota do IPI incidente sobre os seguintes produtos, registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Nº do Registro	Marca	Produto
0676000033-3	Antarctica	Refrigerante de limão ou soda limonada
6760000035	Diet Champagne Antarctica	Refrigerante de guaraná dietético
0676000083-0	Guarah Guaraná Antarctica	Refrigerante de guaraná de baixa caloria
067600088-1	Guaraná Antarctica Açaí	Refrigerante misto de guaraná e açaí
0676000075-9	H2OH! Seven up	Refrigerante de limão de baixa caloria
0676000079-1	H2OH! Seven up	Refrigerante misto de limão e maçã de baixa caloria
0676000023-6	Sukita	Refrigerante de laranja
0676000084-8	Sukita	Refrigerante de uva
0676000087-2	Sukita Vitaminada	Refrigerante de laranja com aroma de maçã, mamão e banana

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 40, DE 27 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: COMPENSAÇÃO AUTORIZADA POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. SUPERVENIÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA PARA O CONTRIBUINTE. APLICABILIDADE. Os créditos de natureza tributária relativos a tributos, inclusive contribuições, administrados pela RFB, reconhecidos por sentença judicial transitada em julgado que tenha permitido apenas a compensação com débitos de tributos da mesma espécie, poderão ser compensados com débitos próprios relativos a quaisquer tributos, inclusive contribuições, administrados pela RFB, desde que tal procedimento não afronte os fundamentos que embasaram a decisão do mérito da ação e que sejam atendidos os demais requisitos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Nº 11.457/2007, art. 25, § 2º; Lei Nº 10.6372002, art. 49; Lei Nº 9.430/1996, arts. 73 e 74; Lei Nº 8.383/1991, art. 66.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41, DE 27 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. Para fins de utilização do percentual de 12% sobre a receita bruta na determinação da base de cálculo presumida da CSLL, consideram-se serviços hospitalares aqueles executados nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), em ambientes compatíveis com os da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) Nº 50, de 2002, da Agência Nacional de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vigilância Sanitária (Anvisa), por prestadora de serviços organizada sob a forma de sociedade empresária, inscrita no Registro Público das Empresas Mercantis. A ausência de qualquer desses requisitos veda a fruição do benefício fiscal em foco.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Nº 9.249, de 1995, art. 15; Código Civil, arts. 966, 967 e 982; Instrução Normativa SRF Nº 480, de 2004, art. 27.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. Para fins de utilização do percentual de 8% sobre a receita bruta na determinação da base de cálculo presumida do IRPJ, consideram-se serviços hospitalares aqueles executados nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), em ambientes compatíveis com os da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) Nº 50, de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por prestadora de serviços organizada sob a forma de sociedade empresária, inscrita no Registro Público das Empresas Mercantis. A ausência de qualquer desses requisitos veda a fruição do benefício fiscal em foco.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20; Código Civil, arts.966, 967 e 982; Instrução Normativa SRF Nº 480, de 2004, art. 27

ROBERTO DOMINGUES DE MORAES
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 42, DE 27 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

EMENTA: A pessoa jurídica de direito público, fonte pagadora, é obrigada a informar na Dirf todos os beneficiários de rendimentos e, se for contratante de plano privado de assistência à saúde, na modalidade coletivo empresarial, deverá informar os totais anuais correspondentes à participação financeira do servidor no pagamento do plano de saúde, discriminando as parcelas correspondentes ao beneficiário titular e as correspondentes a cada dependente. São obrigadas a apresentar a Dmed as pessoas jurídicas, ou equiparadas nos termos da legislação do imposto de renda, prestadoras de serviços de saúde, bem como as operadoras de planos privados de assistência à saúde, sendo estas as pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, administradora de benefícios ou entidade de autogestão, autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar a operar planos privados de assistência à saúde.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB Nº 985,de 2009, art. 4º,§§ 3º, 4º e 6º, Instrução Normativa RFB Nº 1.033, de 2010, art. 10, § 3º, e art. 12, inciso IV.

ROBERTO DOMINGUES DE MORAES
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 43, DE 30 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

EMENTA: GFIP - RETIFICAÇÃO. A alteração/inclusão de dados informados em GFIP deve ser efetivada mediante o envio de nova declaração com a utilização do programa SEFIP, conforme disciplinado, minuciosamente, no Capítulo V do Manual da GFIP para SEFIP versão 8.4. AÇÃO JUDICIAL. DECISÃO NÃO TRANSITADA EM JULGADO. GFIP. INFORMAÇÕES Se o contribuinte obtém provimento judicial reconhecendo como indevidos recolhimentos de contribuições previdenciárias já efetuados, após ter apresentado a GFIP em conformidade com a legislação, a retificação da declaração deverá ser feita tão somente após o trânsito em julgado da respectiva decisão.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Manual da GFIP para SEFIP versão 8.4, aprovado pela Instrução Normativa RFB Nº 880, de 16 de outubro de 2008, Capítulo V, item 7 e Capítulo V, CTN , artigo 170-A.

ROBERTO DOMINGUES DE MORAES
Chefe
Substituto

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais em conformidade com o art. 294 da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com a competência estabelecida no art. 25 da Portaria RFB Nº 2.438, de 22 de dezembro de 2010, nos termos e condições dessa mesma Portaria e à vista do que consta no processo Nº 11128.006597/2001-75, declara:

1. Fica prorrogado até 31 de maio de 2014 o alfandegamento, a título permanente e em caráter precário, da Instalação Portuária de Uso Público localizada no Porto Organizado de Santos, na Avenida Engenheiro Antônio Alves Freire, 10 - Saboó - Santos/SP, com uma área de 18.799,00 m², administrada pela empresa TERMINAL MARÍTIMO DO VALONGO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 03.972.401/0001-00, para operar como Pátio Alfandegado de Veículos - PAV em operações de importação e exportação, em conformidade com o Quinto Instrumento de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato DP/14.2000, firmado em 11 de maio de 2011, cuja minuta foi aprovada na 1476ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da CODESP realizada em 01 de abril de 2011 de acordo com a DECISÃO DIREXE Nº 94.2011, bem como pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários conforme RESOLUÇÃO Nº 2.057-ANTAQ, de 09 de maio de 2011, publicada no D.O.U. de 11 de maio de 2011.

2. O recinto ora alfandegado está sob jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

3. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF instituído pelo Decreto-Lei Nº 1.437/75, de acordo com o "caput" do art. 4º do Decreto Nº 1.912/96, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF Nº 48/96.

4. Permanece atribuído à Instalação em questão o código 8.93.13.35-6.

5. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 31 DE MAIO DE 2011

Declara Cancelada a Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) devido à multiplicidade de inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 587, de 21 de Dezembro de 2010 e da competência que lhe confere o Art. 31 da IN RFB 1042, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.003092/2010-51, declara:

Art. 1º Fica cancelada a inscrição da pessoa física a seguir identificada, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com efeitos a partir da publicação deste, conforme incisos I e III, do artigo 30 da IN RFB Nº 1042/2010, devido à multiplicidade de inscrição para um mesmo contribuinte.

Nome: Luciano Luiz Prado
CPFs: 234.274.628-89
Motivo: Multiplicidade de Inscrição/Decisão Administrativa.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 30 DE MAIO DE 2011

Declaração de Nulidade de Ato perante o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e, de acordo com o disposto no artigo 35, inciso I e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta do processo administrativo de número 10855.003494/2007-61, declara a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de Nº 03.460.826/0001-21, desde a data de abertura, da pessoa jurídica NEUSA APARECIDA MENDES DE GOIS QUADRA - ME., por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

ÂNGELO CELSO BOSSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 9 DE MAIO DE 2011

Suspende o direito à utilização de regime especial de crédito presumido.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 65, § 6º, da Instrução Normativa SRF Nº 247, de 21 de novembro de 2002, alterado pela Instrução Normativa SRF Nº 464, de 21 de outubro de 2004 e considerando o que consta do processo Nº 10168.001823/2001-92, resolve:

Art. 1º Suspender, pelo prazo de trinta dias, o direito da pessoa jurídica Glenmark Farmacêutica Ltda., CNPJ 44.363.661/0001-57, à utilização do regime especial de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 247, de 2002, tendo em vista a constatação de irregularidade fiscal constante no processo Nº 10168.001823/2001-92.

Art. 2º A suspensão referida no art. 1º será convertida em exclusão, com efeitos a partir do 31º dia contado da data de publicação deste Ato, caso não haja regularização das pendências apontadas.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 12 DE MAIO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP Nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 02/05/2007, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas Nº 778 de 19 de outubro de 2008 e Nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo Nº 18186.004404/2010-97, resolve:

Art. 1º Reconhecer à CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, CNPJ 02.998.611/0001-04, a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria Nº 630, de 12 de julho de 2010 do Ministério de Minas e Energia, conforme determina art. 8º da IN RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 30 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre os procedimentos previstos na IN SRF Nº 650/2006.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Acrescer o § 7º ao art. 1º da Ordem de Serviço IRF/SPO Nº 5/2011, publicada no DOU de 15/04/2011, Seção 1, pág. 24, 25 e 26:

"Art. 1º - ...

...

§ 7º Quando problemas de ordem técnica inviabilizarem, dificultarem ou tornarem morosa a formalização do e-processo, a digitalização poderá ser feita pelo servidor responsável pela triagem e recepção dos documentos.

..."

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO BALAGUER

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 26 DE MAIO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10935.720231/2011-15, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa COMIL SILOS E SECADORES LTDA., CNPJ nº 76.061.480/0001-62, e o estabelecimento da empresa INDUSTRIAL REX LTDA., CNPJ nº 86.403.128/0001-11, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
PARAF AUTO-PERF RED TORX BC 6,3X19	7318.14.00	10%
PARAF AUTO-PERF SEXT FLG FENDA BC 4,2X13	7318.14.00	10%
PARAF AUTO-PERF SEXT FLG FENDA BC 5,5X19	7318.14.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 5X16 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M12X60 RI DIN 912	7318.15.00	10%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PARAF CIL SEXT INT ET M12X50 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M12X70 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 5X10 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 30 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 60 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF FRANCÊS BC M 8X25 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 60 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/16X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/16X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/16X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/16X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X2.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X3" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X4.1/2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 3/8X5" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 7/16X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 7/16X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 7/16X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 7/16X2.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X1.1/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X2.1/2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X3.1/2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X4" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X4.1/2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X5" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X5.1/2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X6" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X1" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/8X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/8X2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/8X2.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X5/8" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 1/4X2" RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P UNC 5/8X1.3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 25 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES P UNC 5/16X1" RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES P UNC 3/8X1" RP C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES P UNC 3/8X1.1/2" RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 20 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 25 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 35 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 40 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV CAB D28 P UNC 5/16X1.1/4" RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 3/8X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 5/16X1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 5/16X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET BSW 1/2X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 5/16X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 5/16X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET BSW 1/2X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 1/4X3" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 1/4X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 5/16X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 3/8X2.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 5/16X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA Z 3/16X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA Z 3/16X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA Z 3/16X5/8" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA Z 3/16X1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA Z 5/16X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF AA CHA FENDA BC 3,9X22 RI DIN 7972	7318.15.00	10%
PARAF AA CHA FENDA BC 6,3X45 RI DIN 7972	7318.15.00	10%
PARAF AA CHA FENDA BC 6,3X65 RI DIN 7972	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES P UNC 5/16X3/4" RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF SEXT ROSCA SOB Z 5/16X60	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET BSW 1/2X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC UNC 5/16X1" G.5 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 30 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC UNC 5/16X1.1/2" G.5 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC UNC 5/16X3/4" G.5 RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 3/8X1.1/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z UNC 1/4X1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z BSW 1/2X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z UNC 1/4X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z BSW 1/2X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 1/4X3/4" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 1/4X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P BSW 1/2X2.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF COR ELEV CAB D22 P UNC 5/16X1.1/4" RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z UNC 7/16X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 3/8X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 3/8X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 5/16X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET UNC 1/4X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z UNC 5/8X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M12X25 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M12X40 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 6X25 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 6X35 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 6X20 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X40 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X30 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X20 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 8X40 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X25 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 6X20 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X20 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X25 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X12 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X20 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 6X20 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M10X50 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 8X25 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 8X20 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA BC M 8X20 RI DIN 267	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X 25 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X 40 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X 30 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X 50 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X 90 5.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X120 5.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M12X140 5.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M 6X 40 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M10X 25 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M10X 40 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M10X 50 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M10X 90 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M10X100 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M 8X 40 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M 8X 50 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M16X 40 5.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M16X 50 5.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT P M16X140 5.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 25 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 12 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 20 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 25 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 45 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 20 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 3/8X1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET UNC 3/8X1" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 16 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 25 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 60 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X100 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 16 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X110 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 20 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 25 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 30 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 70 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 80 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X120 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 16 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 20 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 25 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 30 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 70 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 80 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 90 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M10X 60 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X100 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X140 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X150 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 30 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 70 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 70 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 80 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 90 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X100 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X120 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X150 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 45 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 70 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 80 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M16X 90 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X100 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X130 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X150 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 50 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 70 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 80 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 90 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M24X 80 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M10X20 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M10X25 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF REBITE	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M10X20 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M 8X20 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET BSW 5/16X2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 70 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M10X25 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 80 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA Z 5/16X2" RI	7318150O	10%
PARAF SEXT BC M24X100 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT Z UNC 5/8X1.1/2" RI	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 35 8.8 RI	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV BC M 8X30 RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M12X25 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M24X180 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M30X100 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 5X16 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M24X120 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 40 8.8 RP	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 90 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X120 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X130 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 20 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 25 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 30 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 35 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 40 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 40 8.8 RP C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 20 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 25 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 35 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 45 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X35 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV BC M 8X40 RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 8X30 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 35 8.8 RP C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M18X 90 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 6X 30 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X50 RP DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV BC M 8X50 RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 4X20 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 4X25 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 6X50 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 8X20 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M 8X30 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M12X30 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV BC M10X40 RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF CORREIA ELEV BC M10X50 RI C/PORCA SEXT	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M20X 50 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 5X30 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 5X70 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M24X200 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 50 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X100 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 6X12 RI DIN 913	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 5X 16 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 8X 35 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF OLHAL M8X 95 FUNDIDO	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M 6X20 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X35 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X60 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X80 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M 8X40 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 5X 20 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF OLHAL M8X110 FUNDIDO	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X60 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X50 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF S/CAB SEXT INT ET M10X70 RI DIN 916	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M30X260 8.8 RP DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M 8X35 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CIL FENDA BC M 4X35 RI ISO1207	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M12X 60 8.8 RP DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CHA FENDA BC M 5X 8 RI DIN 963	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M 5X 40 8.8 RI DIN 933	7318.15.00	10%
PARAF SEXT BC M30X130 8.8 RI DIN 931	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M 8X30 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF COR ELEV BC M 8X40 RI C/PORCA AUTO TRAV	7318.15.00	10%
PARAF COR ELEV BC M 8X50 RI C/PORCA AUTO TRAV	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M 8X 30 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF FRANCES BC M10X35 8.8 RI DIN 603	7318.15.00	10%
PARAF SEXT FLG SL BC M10X 45 8.8 RI C/ARR VED	7318.15.00	10%
PARAF CIL SEXT INT ET M10X50 RI DIN 912	7318.15.00	10%
PARAF MAQ RED FENDA BC M 6X20 RI DIN 267	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CIL FENDA BC M3X16 RI ISO1207	7318.15.00	10%
PARAF MAQ CIL FENDA BC M6X16 RI ISO1207	7318.15.00	10%
PORCA SEXT P UNC 3/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT PUNC 1/4"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M 8 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 3/8"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 7/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P BSW 1/2"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 9/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 5/8"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 3/4"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 1"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 1/4"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 5/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC UNC 5/16" G.5	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 1"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M10 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA BORB Z UNC 1/4"	7318.16.00	10%
PORCA BORBZ UNC 5/16"	7318.16.00	10%
PORCA BORB Z UNC 3/8"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z BSW 1/2"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 5/8"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M12 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 7/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M10 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA BORB BC M12	7318.16.00	10%
PORCA BORB BC M 6	7318.16.00	10%
PORCA BORB BC M10	7318.16.00	10%
PORCA BORB BC M 8	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M 8 8.8 DIN 934 "	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M24 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M30 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M12 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M 6 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M 5 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M20 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M10 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P M16 5.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M24 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M12 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M 6 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M10 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORCA SEXT BC M 8 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M16 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M20 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 3/4"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT P UNC 5/16"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M16 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M30 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M 5 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT Z UNC 1.1/4"	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M18 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M 6 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M 8 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M10 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M12 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M16 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M20 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M 4 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT AUTO TRAV BC M 4 8.8 DIN 985	7318.16.00	10%
PORCA SEXT BC M33 8.8 DIN 934	7318.16.00	10%
PORCA SEXT D5/8 -18 FIOS AUTO TRAVANTE	7318.16.00	10%
BARRA ROSCADA P 3/8"X1000 RT UNC	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P 1/2"X1000 RT BSW	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P 5/8"X1000 RT UNC	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P 3/4"X1000 RT UNC	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P 1"X1000 RT UNC	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z 1"X1000 RT UNC	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P M12X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M20X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P M10X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M16X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M24X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P M16X2000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M 8X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M30X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M10X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA Z M12X1000 RT	7318.19.00	10%
BARRA ROSCADA P M16X1000 SAE 1045 RI	7318.19.00	10%
ARR PRESS P 1/4"	7318.21.00	10%
ARR PRESS P 5/16"	7318.21.00	10%
ARR PRESS P 3/8"	7318.21.00	10%
ARR PRESS P 1/2"	7318.21.00	10%
ARR PRESS P 5/8"	7318.21.00	10%
ARR LISA P M 8 DIN 126	7318.21.00	10%
ARR LISA P 3/8"	7318.21.00	10%
ARR LISA P 1/2"	7318.21.00	10%
ARR LISA P 5/8"	7318.21.00	10%
ARR LISA P 3/4"	7318.21.00	10%
ARR LISA Z 5/16"	7318.21.00	10%
ARR LISA Z 3/8"	7318.21.00	10%
ARR LISA Z 1"	7318.21.00	10%
ARR LISA Z 1/4"	7318.21.00	10%
ARR VED NEOPREN M 8 P/PARAF SL	7318.21.00	10%
ARR VED NEOPREN M10 P/PARAF SL	7318.21.00	10%
ARR LISA Z 5/8"	7318.21.00	10%
ARR LISA P M12 DIN 126	7318.21.00	10%
ARR PRESS P M10 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M12 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M 8 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M10 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M16 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M24 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M30 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR LISA BC M 5 DIN 126	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M 6 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M20 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR PRESS BC M18 DIN 127	7318.21.00	10%
ARR LISA BC M 4 DIN 126	7318.21.00	10%
ARR LISA BC M24 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M 6 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M10 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M 8 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M16 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M12 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M20 DIN 126	7318.22.00	10%
ARR LISA BC M30 DIN 126	7318.22.00	10%
CAB REBITE	7318.23.00	10%
REBITE REP AL 4,8X10	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,8X12 ABL	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,8X15	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,8X 8	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 6,2X12	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 6,2X10	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,8X15	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 3,2X10	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,0X12	7616.10.00	10%
REBITE ACO CAB RED D4X15	7616.10.00	10%
REBITE REP AL 4,8X25	7616.10.00	10%
PORCA-REBITE PLUSNUT M 6 0,5~7,1 ROSCA INT	7616.10.00	10%
PORCA-REBITE PLUSNUT M 8 0,5~7,1 ROSCA INT	7616.10.00	10%
PORCA-REBITE PLUSNUT M10 0,5~7,1 ROSCA INT	7616.10.00	10%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
Torres Metálicas	Industrialização	7308.20.00	0%
Tulhas Metálicas	Industrialização	7309.00.10	0%
Sistemas de Aeração	Industrialização	8414.59.90	0%
Fornalhas automáticas	Industrialização	8416.30.00	0%
Fornalhas não-elétricas	Industrialização	8417.80.90	0%
Secadores	Industrialização	8419.31.00	0%
Captadores de Impurezas	Industrialização	8421.39.90	0%
Elevadores	Industrialização	8428.32.00	0%
Transportadores de Correia	Industrialização	8428.33.00	0%
Transportadores de Corrente	Industrialização	8428.39.10	0%
Transportadores de Rosca	Industrialização	8428.39.90	0%
Máquinas de Limpeza	Industrialização	8437.10.00	0%
Moinhos	Industrialização	8437.80.10	0%
Misturadores	Industrialização	8479.82.10	0%
Silos Metálicos	Industrialização	8479.89.40	0%

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 018, de 26/05/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 26 DE MAIO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10935.720232/2011-51, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa COMIL SILOS E SECADORES LTDA., CNPJ nº 76.061.480/0001-62, e o estabelecimento da empresa CORREIAS MERCÚRIO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CNPJ nº 50.937.564/0001-23, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
CORREIA PLANA 12"X1L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA ECOVIT 200 7"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA ECOVIT 200 8"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA ECOVIT 200 12"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 12 12"X5L 1/16X1/1.6 RTA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 15 8"X3L 1/ 8X1/16 RTA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 15 12"X4L 1/ 8X1/16 GENERAL	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 15 12"X4L 1/8X1/16 NORII	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 15 12"X4L 1/16X1/16 NOR	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 13"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 13"X4L 1/16X1/16"GENERAL	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 15"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X4L 1/ 8X1/16 NOR	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X4L 1/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X4L 1/16X1/16 RTA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X4L 1/16X1/16 RTA ANTI-CHAMA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 22 17"X5L 1/ 8X1/16 NOR	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 29 17"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EI 29 17"X4L 1/16X1/16 RTA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EL 22 13"X3L 1/8"X1/16" NORII	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EL 22 17"X4L 1/8"X1/16" NORII	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EL 22 7"X3L 1/8"X1/16" NORII	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 1"X1L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 16"X2L 1/16X1/16 ORS-CHEMIGUM	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 16"X2L 1/16X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 18"X2L 1/ 8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 18"X2L 1/16X3/32	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 20"X2L 1/ 8X1/16 NOR	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 20"X2L 1/ 8X1/16 W CORRUGADO	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 20"X2L 1/ 8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 24"X2L 1/ 8X1/16 ORS-CHEMIGUM	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 24"X2L 1/ 8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 30"X3L 1/ 8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 30"X3L 1/16X1/16 (ANTI OLEO)	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 30"X3L 1/8"X1/16" PATHFINDER	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 36"X3L 1/8"X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 36"X3L 1/8"X1/16" PATHFINDER	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 140 42"X3L 1/ 8"X1/16" W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 12"X3L 1/8"X1/16"	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 12"X4L 1/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 12"X4L 1/8"X1/16" PATHFINDER C/BORDA RV	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 17"X4L 1/8"X1/16"	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 30"X2L 1/8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 36"X2L 1/8X1/16 W LISA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA EP 220 7"X3L 1/8"X1/16" PATHFINDER C/BORDA RV	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA MB 140 20"X2L 1/ 8X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA MB 140 24"X2L 1/ 8X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PAN 100 3"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PAN 100 5"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PAN 100 12"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PAN 200 8"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PAN 200 12"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 140 GENERAL 16"X2L 1/16X3/32	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 140 GENERAL 18"X2L 1/ 8X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 140 GENERAL 20"X2L 1/ 8X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 140 GENERAL 24"X2L 1/ 8X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 144 20"X2L 3,01X1,5	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 24"X2L 3/16X1/16 NOR II	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 30"X2L 1/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 30"X2L 3/16X1/16 NOR II	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 GENERAL 20"X2L 3/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 GENERAL 24"X2L 3/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PEN 220 RTA 30"X3L 1/16X3/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 5"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 6"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 7"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 12"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 16"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 18"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 20"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 20"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1000 24"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1200 12"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1200 30"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 1200 36"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 2000 8"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 2000 8"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 2000 12"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PL 2000 12"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PN 1200 20" X2L 1/8X1/16 TG ANTI-OLEO	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PN 1200 24" X2L 1/8X1/16" TGS	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PN 1200 30" X3L 1/8X1/16" TGS	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PN 2200 7" X3L 1/16"X1/16" SAS (SANITÁRIA)	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA PN 2200 17" X4L 1/16X1/16" TGS	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 7"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 7"X3L 1/16X1/16 ORS CHEMIGUM	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 7"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 8"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 8"X3L 1/16X1/16 (ANTI-OLEO)	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 8"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 8"X4L 1/16X1/16	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 8"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 10"X4L GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X3L 1/16"X1/16" GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X4L 1/16"X1/16" GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X4L 1/16"X1/16" RTA	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X4L GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 12"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 13"X3L 1/16"X1/16"	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 13"X3L GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 13"X4L 1/16"X1/16" GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 13"X4L GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 15"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 15"X5L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 17"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 17"X4L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 17"X4L 1/16"X1/16" PATHFINDER	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 17"X4L 1/16X1/16 ORS CHEMIGUM	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA SUPERTHOR 9"X3L GOOD	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA THOR 5"X2L	4010.12.00	10%
CORREIA PLANA THOR 7"X3L	4010.12.00	10%
CORREIA V A 26	4010.12.00	10%
CORREIA V A 27	4010.39.00	10%
CORREIA V A 32	4010.39.00	10%
CORREIA V A 33	4010.39.00	10%
CORREIA V A 34	4010.39.00	10%
CORREIA V A 35	4010.39.00	10%
CORREIA V A 36	4010.39.00	10%
CORREIA V A 37	4010.39.00	10%
CORREIA V A 38	4010.39.00	10%
CORREIA V A 39	4010.39.00	10%
CORREIA V A 40	4010.39.00	10%
CORREIA V A 41	4010.39.00	10%
CORREIA V A 42	4010.39.00	10%
CORREIA V A 43	4010.39.00	10%
CORREIA V A 44	4010.39.00	10%
CORREIA V A 45	4010.39.00	10%
CORREIA V A 46	4010.39.00	10%
CORREIA V A 47	4010.39.00	10%
CORREIA V A 48	4010.39.00	10%
CORREIA V A 49	4010.39.00	10%
CORREIA V A 50	4010.39.00	10%
CORREIA V A 51	4010.39.00	10%
CORREIA V A 52	4010.39.00	10%
CORREIA V A 53	4010.39.00	10%
CORREIA V A 54	4010.39.00	10%
CORREIA V A 55	4010.39.00	10%
CORREIA V A 56	4010.39.00	10%
CORREIA V A 57	4010.39.00	10%
CORREIA V A 58	4010.39.00	10%
CORREIA V A 59	4010.39.00	10%
CORREIA V A 60	4010.39.00	10%
CORREIA V A 61	4010.39.00	10%
CORREIA V A 62	4010.39.00	10%
CORREIA V A 63	4010.39.00	10%
CORREIA V A 64	4010.39.00	10%
CORREIA V A 65	4010.39.00	10%
CORREIA V A 66	4010.39.00	10%
CORREIA V A 67	4010.39.00	10%
CORREIA V A 68	4010.39.00	10%
CORREIA V A 69	4010.39.00	10%
CORREIA V A 70	4010.39.00	10%
CORREIA V A 71	4010.39.00	10%
CORREIA V A 73	4010.39.00	10%
CORREIA V A 73 DENT TORQUE FLEX 13ª	4010.39.00	10%
CORREIA V A 75	4010.39.00	10%
CORREIA V A 90	4010.39.00	10%
CORREIA V A 92	4010.39.00	10%
CORREIA V A 95	4010.39.00	10%
CORREIA V A 120	4010.39.00	10%
CORREIA V B 32	4010.39.00	10%
CORREIA V B 35	4010.39.00	10%
CORREIA V B 37	4010.39.00	10%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CORREIA V B 39	4010.39.00	10%
CORREIA V B 40	4010.39.00	10%
CORREIA V B 43	4010.39.00	10%
CORREIA V B 44	4010.39.00	10%
CORREIA V B 45	4010.39.00	10%
CORREIA V B 46	4010.39.00	10%
CORREIA V B 47	4010.39.00	10%
CORREIA V B 50	4010.39.00	10%
CORREIA V B 51	4010.39.00	10%
CORREIA V B 52	4010.39.00	10%
CORREIA V B 53	4010.39.00	10%
CORREIA V B 54	4010.39.00	10%
CORREIA V B 55	4010.39.00	10%
CORREIA V B 56	4010.39.00	10%
CORREIA V B 57	4010.39.00	10%
CORREIA V B 58	4010.39.00	10%
CORREIA V B 59	4010.39.00	10%
CORREIA V B 60	4010.39.00	10%
CORREIA V B 62	4010.39.00	10%
CORREIA V B 65	4010.39.00	10%
CORREIA V B 67	4010.39.00	10%
CORREIA V B 68	4010.39.00	10%
CORREIA V B 69	4010.39.00	10%
CORREIA V B 70	4010.39.00	10%
CORREIA V B 71	4010.39.00	10%
CORREIA V B 73	4010.39.00	10%
CORREIA V B 74	4010.39.00	10%
CORREIA V B 75	4010.39.00	10%
CORREIA V B 76	4010.39.00	10%
CORREIA V B 77	4010.39.00	10%
CORREIA V B 78	4010.39.00	10%
CORREIA V B 81	4010.39.00	10%
CORREIA V B 83	4010.39.00	10%
CORREIA V B 85	4010.39.00	10%
CORREIA V B 90	4010.39.00	10%
CORREIA V B 95	4010.39.00	10%
CORREIA V B 97	4010.39.00	10%
CORREIA V B 105	4010.39.00	10%
CORREIA V B 112	4010.39.00	10%
CORREIA V B 120	4010.39.00	10%
CORREIA V C 85	4010.39.00	10%
CORREIA V C 90	4010.39.00	10%
CORREIA V C 95	4010.39.00	10%
CORREIA V C 96	4010.39.00	10%
CORREIA V C 105	4010.39.00	10%
CORREIA V C 112	4010.39.00	10%
CORREIA V C 119	4010.39.00	10%
CORREIA V C 120	4010.39.00	10%
CORREIA V C 128	4010.39.00	10%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
Torres Metálicas	Industrialização	7308.20.00	0%
Tulhas Metálicas	Industrialização	7309.00.10	0%
Sistemas de Aeração	Industrialização	8414.59.90	0%
Fornalhas automáticas	Industrialização	8416.30.00	0%
Fornalhas não-elétricas	Industrialização	8417.80.90	0%
Secadores	Industrialização	8419.31.00	0%
Captadores de Impurezas	Industrialização	8421.39.90	0%
Elevadores	Industrialização	8428.32.00	0%
Transportadores de Correia	Industrialização	8428.33.00	0%
Transportadores de Corrente	Industrialização	8428.39.10	0%
Transportadores de Rosca	Industrialização	8428.39.90	0%
Máquinas de Limpeza	Industrialização	8437.10.00	0%
Moinhos	Industrialização	8437.80.10	0%
Misturadores	Industrialização	8479.82.10	0%
Silos Metálicos	Industrialização	8479.89.40	0%

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 019, de 26/05/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/201009 e cumprindo o que determina o art. 30 parágrafo 2º da Instrução normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010 e com fundamento no inciso II, alínea "a" do art. 28 da citada Instrução Normativa, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 08.695.615/0001-91, da empresa ABBS TRANSPORTES LTDA EPP, considerando o teor do processo nº 13964.000528/2010-12, em que foi constatada a hipótese de inexistência de fato da pessoa jurídica por não dispor de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 30 DE MAIO DE 2011

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 439 da Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 070312011-20001040, em face à decisão judicial que cassou a determinação de sua expedição, em favor do contribuinte FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL, CNPJ 86.445.293/0001-36.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 30 DE MAIO DE 2011

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas, nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010, de acordo com o caput do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado no processo nº 13982.001219/2010-41, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504/2005, sob o nº 09203/0085, ao estabelecimento de CNPJ nº 08.510.553/0001-04 da COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES E AGROINDÚSTRIAS DO MUNICIPÍO DE PALMITOS - COOLONIALE, estabelecido na Rua Gertrud Resener, 515 - Centro - Palmitos/SC.

Art. 2º Os produtos engarrafados pelo estabelecimento e incluídos no registro são os seguintes:

Produto	Marca	Tipo Rec. (*)	Cap. Rec. (ml)	Reg. MA
Vinho tinto de mesa seco bordô	Cantina Demozzi	PET	2000	SC 21673 00002-8
Vinho tinto de mesa seco bordô	Cantina Demozzi	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00002-8
Vinho branco de mesa seco	Cantina Demozzi	PET	2000	SC 21673 00001-0
Vinho branco de mesa seco	Cantina Demozzi	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00001-0
Vinho tinto de mesa seco bordô	Cantina Tonico	PET	2000	SC 21673 00012-8
Vinho tinto de mesa seco bordô	Cantina Tonico	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00012-8
Vinho rosado de mesa seco	Cantina Tonico	PET	2000	SC 21673 00013-6
Vinho rosado de mesa seco	Cantina Tonico	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00013-6
Vinho branco de mesa seco	Cantina Tonico	PET	2000	SC 21673 00009-5
Vinho branco de mesa seco	Cantina Tonico	Vidro	360, 750 e 4600	SC 21673 00009-5
Vinho tinto de mesa seco	Cantina Tonico	PET	2000	SC 21673 00010-1
Vinho tinto de mesa seco	Cantina Tonico	Vidro	360, 750 e 4600	SC 21673 00010-1
Vinho tinto de mesa seco fino cabernet sauvignon	Cantina Tonico	PET	2000	SC 21673 00011-0
Vinho tinto de mesa seco fino cabernet sauvignon	Cantina Tonico	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00011-0
Vinho branco de mesa seco	Bell' Vin	PET	2000	SC 21673 00007-9
Vinho branco de mesa seco	Bell' Vin	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00007-9
Vinho tinto de mesa seco bordô	Bell' Vin	PET	2000	SC 21673 00008-7
Vinho tinto de mesa seco bordô	Bell' Vin	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00008-7
Vinho tinto de mesa seco	Família Vaccarin	PET	2000	SC 21673 00006-1
Vinho tinto de mesa seco	Família Vaccarin	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00006-1
Vinho branco de mesa seco	Família Vaccarin	PET	2000	SC 21673 00005-2
Vinho branco de mesa seco	Família Vaccarin	Vidro	750 e 4600	SC 21673 00005-2

(*) Vidro - retornável e PET - não retornável

Art. 3º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida Instrução Normativa, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 27 DE MAIO DE 2011

Concede Registro Especial a IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010, de acordo com o caput do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado no processo nº 10925.721133/2011-14, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504/2005, sob o nº 09203/0089, ao estabelecimento de CNPJ nº 03.940.430/0001-81 da empresa EVEREST COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, situado na Av. João Batista Ribeiro de Andrade, 35, Bairro Liberata, no município de Fraiburgo/SC.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualq uer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida IN, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 30 DE MAIO DE 2011

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas, nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010, de acordo com o caput do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado no processo nº 10925.721113/2011-35, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504/2005, sob o nº 09203/0090, ao estabelecimento de CNPJ nº 12.678.989/0001-76 da empresa VINHOS DUELO DO SUL LTDA, estabelecido na Linha Santo Isidoro, s/n, Interior, no município de Pinheiro Preto/SC.

Art. 2º Os produtos engarrafados pelo estabelecimento e incluídos no registro são os seguintes:

PRODUTO	MARCA	Cap. Rec. (ml)	Reg. MAPA
Aguardente de cana adoçada	Caninha duelo	500 e 920	08198 00001-6
Aguardente de cana adoçada	Caninha buchudinha	500	08198 00067-5
Aguardente composta	Duelito	190	08198 00070-5
Cachaça	Duelo	700	08198 00002-4
Bebida alcoólica mista	Duelo Coco	500	08198 00006-7
Bebida alcoólica mista	Duelo Cacau	500	08198 00016-1
Bebida alcoólica mista	Duelo Menta	500	08198 00018-7
Bebida alcoólica mista	Duelo Groselha	500	08198 00026-8
Bebida alcoólica mista	Duelo Limão	500	08198 00020-9
Bebida alcoólica mista	Duelo Açaí	500, 880 e 1500	08198 00027-6
Bebida alcoólica mista	Duelo Açaí	3000 e 4000	08198 00027-6
Bebida alcoólica mista	Duelo Maracujá	500	08198 00043-8
Bebida alcoólica mista	Duelo Morango	500	08198 00055-1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Bebida alcoólica mista	Duelo Pêssego	500	08198 00054-3
Bebida alcoólica mista	Duelo Tangerina	500	08198 00052-7
Bebida alcoólica mista	Duelo Maçã	500	08198 00056-0
Bebida alcoólica mista	Duelo Jurubeba	500 e 920	08198 00057-8
Bebida alcoólica mista	Duelo Catuaba	500, 900 e 920	08198 00061-6
Vinho Tinto de Mesa Suave	Duelo	750,3000 e 4600	08198 00074-8
Vinho Tinto de Mesa Seco	Duelo	750,3000 e 4600	08198 00076-4
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Duelo	750,3000 e 4600	08198 00073-0
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Duelo	750,3000 e 4600	08198 00075-6
Coquetel de Vinho com Fermentado, Suco e Xarope de Maça	Duelo Coq.Tinto	500,880, 1500	08198 00059-4
Coquetel de Vinho com Fermentado, Suco e Xarope de Maça	Duelo Coq.Tinto	3000 e 4000	08198 00059-4
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night ice limão	300	08198 00007-5
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night ice morango	300	08198 00008-3
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo Night Ice maçã	300	08198 00009-1
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night limão Ice pêssego	300	08198 00010-1
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night Ice Kiwi	300	08198 00011-0
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night ice cereja	300	08198 00012-8
Bebida Alcoólica mista de Vodca c/limão	Duelo night ice blue	300	08198 00015-2
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo nigth ice guaraná	300	08198 00053-5
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night ice açaí	300	08198 00071-3
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo night maracujá	300	08198 00078-1
Bebida alcoólica mista gaseificada	Duelo nigth ice cola	300	08198 00079-9

Art. 3º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida Instrução Normativa, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 23, DE 2 DE MARÇO DE 2011

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código TEC: 4202.92.00

Mercadoria: Mochilas com a superfície exterior de matéria têxtil em poliéster (100%) tecida em "ripstop", com alças para encaixar nos ombros sob a forma de "S", nos tamanhos de 41cm e 35cm de altura, cujos pesos e larguras máximas da vista posterior são, respectivamente, de 371g e 31cm e 274g e 26,5cm.Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 42.02) e 6 (texto das subposições 4202.9 e 4202.92) da TEC, aprovada pela Res. Camex Nº 43, de 2006.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 24, DE 11 DE MARÇO DE 2011

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código Tipi: 7312.10.90

Mercadoria: Cabo de aço flexível de 1390mm de comprimento total, com seção circular de 8mm de diâmetro e extremidades com seção quadrada de 6,8mm de aresta, cada extremidade quadrada com a extensão de 30mm precedida por uma fase de transição (entre a seção circular e quadrada) de 10mm, destina-se a compor ferramenta de uso manual com motor elétrico incorporado.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (textos da Nota 2a. da Seção XV e da posição 73.12) e 6 (texto da subposição 7312.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 7312.10.90) da Tipi aprovada pelo Dec. 6.006, de 2006, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto Nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB Nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código TEC: 8518.22.00

Caixa acústica dotada de amplificador elétrico de audiofrequência, denominado Squid, com potência de saída de 10W RMS, dotado de dois alto falantes de 40 mm, com 2W cada, e um subwoofer de 4", com 6W, configurando um sistema de som 2.1 (dois em um) e destinado a amplificar e reproduzir o som de aparelhos de MP3, TVs, de reprodutores de CDs e de celulares a serem conectados por meio de um cabo com conector P2 em sua extremidade. O produto tem a forma de um polvo cujo nariz é o controle de volume. Na parte superior encontra-se um "dock station" para conexão de um iPhone ou iPod. Possui ainda um cabo para ligação à rede elétrica, funcionando tanto em 110 como em 220 volts e tem dimensões de (A) 208 x (L) 200x (P) 175 mm.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 85.18), 6 (textos das subposições 8518.2 e 8518.22) da TEC, aprovada pela Res. Camex Nº 43, de 2006, subsídios das NESH, aprovadas pelo Decreto Nº 435/92, atualizadas pela IN/RFB Nº 807/2008 e SD Coana Nº 4 e 7 de 2009.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26, DE 25 DE MARÇO DE 2011

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código TEC: 8472.90.99

Mercadoria: Terminal eletrônico provido de uma tela sensível ao toque (touch screen) e um orifício para introdução de um cartão com chip, com as funções de registro, controle e comando das vendas realizadas por um sistema (unidade funcional) de venda automática de ferramentas de usinagem. Possui, também, a função de transmissão automática e periódica das informações relativas às vendas, ao vendedor e ao comprador, via Internet.

Denomina-se comercialmente "terminal KTC" e está amparado por este ato quando apresentado em separado da unidade funcional supra referida, cujo nome comercial é "conjunto KTC" e consiste na união do "terminal eletrônico" e até 10 "armários para venda automática", sendo esta última máquina por onde se dá a entrega das ferramentas vendidas.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 84.72) e 6 (texto da subposição 8472.90) e RGC/NCM 1 (textos do subitem 8472.90.9 e subitem 8472.90.99) da TEC, aprovada pela Res. Camex n.º 43, de 2006, e subsídios Nesh, aprovadas pelo Dec. Nº 435, de 1992, atualizadas pelas IN RFB Nº 807, de 2008, e n.º 1.072, de 2010.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O JNSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.205	TARCIO GUEDIM	069.189.099-40
9A.08.206	GABRIEL PEREIRA DA SILVA	073.818.019-06
9A.08.207	ANNE KAROLINE KRAMMEL	056.051.619-38
9A.08.208	BRUNO MACHADO SATURNINO	080.915.189-86
9A.08.209	LUCAS ALLAN REINALDO	079.463.039-12
9A.08.210	ALESSANDRO REBELLO	058.738.799-82
9A.08.211	RAFAEL LUIS DIAS	086.570.779-06
9A.08.212	CARLOS ALBERTO STUART JUNIOR	072.454.909-96
9A.08.213	JORGE ALBERTO KERBER	276.494.740-20
9A.08.214	RAFAEL SILVERIO	051.271.419-30
9A.08.215	PATRICK FERRACIOLI SACAVEM	089.794.869-60
9A.08.216	JACIARA DA CRUZ COUTINHO	052.455.666-05
9A.08.217	WILLIAN GERSON COSTA	075.806.969-32
9A.08.218	JENEFFER ROSANEA DA SILVA	056.751.619-96
9A.08.219	ADEMIR GIESE JUNIOR	045.139.179-97
9A.08.220	MICHEL SUDBRACK	038.330.869-04
9A.08.221	CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA	051.161.949-90
9A.08.222	JACKSON MACENA	070.937.449-66
9A.08.223	ROGER DA CUNHA	076.479.869-37
9A.08.224	LUCIANA MACAGNAN SPENGLER	939.832.129-72
9A.08.225	JOSE LEONE ABICH TATSCH	987.775.990-04
9A.08.226	MARCIO AVELINO MARTINS	036.524.059-19
9A.08.227	VIVIANE CRISTINA DE FARIA	007.033.259-22
9A.08.228	ALEXANDRE PRAZERES	007.598.379-61

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 27 DE MAIO DE 2011

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O JNSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.06.294	JUDSON ALEX GARCIA	059.624.149-69
9A.03.943	RODRIGO ORSI CORDEIRO	035.802.609-10
9A.06.877	MICHELI MAYER GALACHA DIAS	085.116.187-16
9A.06.199	FRANCIELE CAROLINE ALVES	048.077.949-06
9A.00.927	EVANDRO LUIZ BRAGA CORREA	619.323.459-49
9A.06.801	PATRICIA BONA	066.766.539-07
9A.06.974	FABIANA BEATRIZ LAUREANO	886.748.009-04

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.03.536	JUDSON ALEX GARCIA	059.624.149-69
9D.03.537	RODRIGO ORSI CORDEIRO	035.802.609-10
9D.03.538	MICHELI MAYER GALACHA DIAS	085.116.187-16
9D.03.539	FRANCIELE CAROLINE ALVES	048.077.949-06
9D.03.540	EVANDRO LUIZ BRAGA CORREA	619.323.459-49
9D.03.541	PATRICIA BONA	066.766.539-07
9D.03.542	FABIANA BEATRIZ LAUREANO	886.748.009-04

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 30 MAIO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1° da Lei n° 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, bem como a Portaria RFB n° 1.069, de 04 de julho de 2008, face ao disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto n° 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e na Instrução Normativa RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, DECLARA:

Art. 1° Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1° da Lei n° 7.798, de 10 de julho de 1989, passa a ser classificado conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3° As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País.

Art. 4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DARVIN FERNANDO THOMAS FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produto para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
05.243.017/0001-93	OSCLE (VINHO COMUM) (RECIPIENTE NÃO-RETORNÁVEL)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
05.243.017/0001-93	OSCLE (VINHO COMUM) (RECIPIENTE NÃO-RETORNÁVEL)	Acima de 1000ml	2204.21.00	G

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 352, DE 30 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, resolve:

Art. 1° Divulgar os valores nominais atualizados (VNA) e juros para os seguintes títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - DPMFI, decorrentes de dívidas securitizadas:

ATIVO	DATA DE ANIVERSÁRIO	VNA E JUROS NA DATA DE ANIVERSÁRIO EM R$
BNCC920116	16/5/2011	46,062670
CVSA970101	1/5/2011	2.189,54
CVSB970101	1/5/2011	1.738,36
CVSC970101	1/5/2011	2.189,54
CVSD970101	1/5/2011	1.738,36
ESTA980625	25/4/2011	208,76
ESTB980601	1/5/2011	365,16
ESTF980615	15/5/2011	572,42
ESTI980815	15/5/2011	1.106,33
JUST920116	16/5/2011	46,061561
NUCL910801	31/5/2011	100,809754
SOTV911001	30/5/2011	75,153739
SOTV910901	1/5/2011	124,072395
SOTV911114	14/5/2011	72,487930
SOTV920116	16/5/2011	46,062670
SUMA920199	16/5/2011	46,062670

Art. 2º Os valores nominais atualizados (VNA) e juros elencados no artigo anterior referem-se à ocorrência da última data de aniversário dos respectivos títulos.

Art. 3º Os valores nominais atualizados (VNA) das seguintes Notas do Tesouro Nacional - NTN, das Letras Financeiras do Tesouro - LFT e dos Certificados do Tesouro Nacional - CFT, para o dia de referência em maio de 2011, são os seguintes:

TÍTULO	DATA DE REFERÊNCIA	EMISSÃO	BASE	VENCIMENTO	VNA
CDP	1/5/2011	21/9/2000		21/9/2030	870,85
CDP	1/5/2011	17/2/2000		17/2/2030	884,69
CDP	1/5/2011	18/11/1999		18/11/2029	890,03
CDP	1/5/2011	23/9/1999		23/9/2029	926,00
CDP	1/5/2011	18/6/1999		18/6/2029	943,61
CDP	1/5/2011	22/4/1999		22/4/2029	943,16
CDP	1/5/2011	29/12/1998		29/12/2028	974,44
CDP	1/5/2011	17/12/1998		17/12/2028	981,79
CDP	1/5/2011	15/10/1998		15/10/2028	980,44
CDP	1/5/2011	20/8/1998		20/8/2028	1.004,58
CDP	1/5/2011	19/3/1998		19/3/2028	1.068,59
CDP	1/5/2011	22/3/2001		22/3/2031	866,11
CDP	1/5/2011	17/5/2001		17/5/2031	867,05
CDP	1/5/2011	28/3/2002		28/3/2032	874,90
CDP	1/5/2011	16/8/2001		16/8/2031	863,64
CFT-A1	1/5/2011	15/1/2000		diversos	2.581,46
CFT-A1	1/5/2011	15/9/1999		diversos	2.770,19
CFT-A1	1/5/2011	15/9/1998		15/9/2028	3.120,25
CFT-A4	1/5/2011	15/7/2000		diversos	2.502,28
CFT-A4	1/5/2011	15/12/1999		diversos	2.613,27
CFT-A5	1/5/2011	15/9/2001	15/7/2000	15/9/2024	1.850,76
CFT-A5	1/5/2011	15/4/2000		15/1/2016	1.347,92
CFT-B	1/5/2011	1/1/2006		1/1/2036	1,069815
CFT-B	1/5/2011	1/1/2005		1/1/2035	1,100128
CFT-B	1/5/2011	1/1/2004		1/1/2034	1,120133
CFT-B	1/5/2011	1/1/2003		1/1/2033	1,172204
CFT-B	1/5/2011	1/1/2002	1/7/2000	1/1/2032	1,205056
CFT-B	1/5/2011	1/1/2001		1/1/2031	1,232594
CFT-B	1/5/2011	1/1/2000		1/1/2030	1,258433
CFT-B	1/5/2011	1/12/1999		1/12/2029	1,262206
CFT-B	1/5/2011	1/11/1999		1/11/2029	1,264728
CFT-B	1/5/2011	1/10/1999		1/10/2029	1,267593
CFT-B	1/5/2011	1/8/1999		1/8/2029	1,274777
CFT-B	1/5/2011	1/6/1999		1/6/2029	1,282490
CFT-B	1/5/2011	1/1/1999		1/1/2029	1,330536
CFT-B	1/5/2011	1/11/1998		1/11/2028	1,348652
CFT-B	1/5/2011	1/1/1998		1/1/2028	1,434236
CFT-B	1/5/2011	1/12/1997		1/12/2027	1,453003
CFT-B	1/5/2011	1/1/1997		1/1/2027	1,574576
CFT-D1	1/5/2011	19/4/2002	1/7/2000	1/5/2031	874,06
CFT-D5	1/5/2011	15/4/2000		15/1/2016	467,11
CFT-E	1/5/2011	diversos	1/7/2000	diversos	2,521488
CFT-E	1/5/2011	1/10/2003	1/7/2000	1/10/2016	1.305,98
CFT-E	1/5/2011	1/9/2003	1/7/2000	1/9/2016	1.319,26
CFT-E	1/5/2011	1/8/2002	1/7/2000	1/8/2012	2.521,49
CFT-E	1/5/2011	1/6/2001		1/6/2031	2,289945
CFT-E	1/5/2011	1/4/2001		1/4/2031	2,332814
CFT-E	1/5/2011	1/12/2000		1/12/2030	2,380849
CFT-E5	1/5/2011	1/6/2002	1/7/2000	1/3/2022	1.726,93
CTN	1/5/2011	1/8/2004		1/8/2024	324,00
CTN	1/5/2011	1/7/2004		1/7/2024	331,35
CTN	1/5/2011	1/6/2004		1/6/2024	339,11
CTN	1/5/2011	1/4/2004		1/4/2024	354,32
CTN	1/5/2011	1/3/2004		1/3/2024	361,74
CTN	1/5/2011	1/2/2004		1/2/2024	367,71
CTN	1/5/2011	1/9/2003		1/9/2023	399,33
CTN	1/5/2011	1/8/2003		1/8/2023	404,66
CTN	1/5/2011	1/7/2003		1/7/2023	406,80
CTN	1/5/2011	1/6/2003		1/6/2023	406,55
CTN	1/5/2011	1/5/2003		1/5/2023	409,32
CTN	1/5/2011	1/4/2003		1/4/2023	417,02
CTN	1/5/2011	1/3/2003		1/3/2023	427,43
CTN	1/5/2011	1/2/2003		1/2/2023	441,35
CTN	1/5/2011	1/1/2003		1/1/2023	455,90
CTN	1/5/2011	1/12/2002		1/12/2022	477,49
CTN	1/5/2011	1/11/2002		1/11/2022	507,03
CTN	1/5/2011	1/10/2002		1/10/2022	531,67
CTN	1/5/2011	1/9/2002		1/9/2022	549,58
CTN	1/5/2011	1/8/2002		1/8/2022	567,67
CTN	1/5/2011	1/7/2002		1/7/2022	584,25
CTN	1/5/2011	1/6/2002		1/6/2022	598,89
CTN	1/5/2011	1/5/2002		1/5/2022	609,57
CTN	1/5/2011	1/4/2002		1/4/2022	618,79
CTN	1/5/2011	1/3/2002		1/3/2022	625,23
CTN	1/5/2011	1/2/2002		1/2/2022	631,54
CTN	1/5/2011	1/1/2002		1/1/2022	639,85
CTN	1/5/2011	1/12/2001		1/12/2021	647,34
CTN	1/5/2011	1/11/2001		1/11/2021	660,67
CTN	1/5/2011	1/10/2001		1/10/2021	674,81
CTN	1/5/2011	1/9/2001		1/9/2021	683,29
CTN	1/5/2011	1/8/2001		1/8/2021	699,32
CTN	1/5/2011	1/7/2001		1/7/2021	716,43
CTN	1/5/2011	1/6/2001		1/6/2021	730,33
CTN	1/5/2011	1/5/2001		1/5/2021	743,64
CTN	1/5/2011	1/4/2001		1/4/2021	758,18
CTN	1/5/2011	1/3/2001		1/3/2021	769,71
CTN	1/5/2011	1/2/2001		1/2/2021	778,77
CTN	1/5/2011	1/1/2001		1/1/2021	791,04
CTN	1/5/2011	1/12/2000		1/12/2020	803,60
CTN	1/5/2011	1/11/2000		1/11/2020	813,56
CTN	1/5/2011	1/10/2000		1/10/2020	824,43
CTN	1/5/2011	1/9/2000		1/9/2020	841,89
CTN	1/5/2011	1/8/2000		1/8/2020	870,15
CTN	1/5/2011	1/7/2000		1/7/2020	892,22
CTN	1/5/2011	1/6/2000		1/6/2020	908,36
CTN	1/5/2011	1/5/2000		1/5/2020	919,78
CTN	1/5/2011	1/4/2000		1/4/2020	930,69
CTN	1/5/2011	1/3/2000		1/3/2020	940,96
CTN	1/5/2011	1/2/2000		1/2/2020	953,23
CTN	1/5/2011	1/1/2000		1/1/2020	974,18
CTN	1/5/2011	1/12/1999		1/12/2019	1.001,18
CTN	1/5/2011	1/11/1999		1/11/2019	1.034,81
CTN	1/5/2011	1/10/1999		1/10/2019	1.062,43
CTN	1/5/2011	1/9/1999		1/9/2019	1.088,03
CTN	1/5/2011	1/8/1999		1/8/2019	1.115,48
CTN	1/5/2011	1/7/1999		1/7/2019	1.143,49
CTN	1/5/2011	1/6/1999		1/6/2019	1.158,50
CTN	1/5/2011	1/5/1999		1/5/2019	1.166,13
CTN	1/5/2011	1/4/1999		1/4/2019	1.185,57
CTN	1/5/2011	1/3/1999		1/3/2019	1.230,75
CTN	1/5/2011	1/2/1999		1/2/2019	1.287,28
CTN	1/5/2011	1/1/1999		1/1/2019	1.310,40
CTN	1/5/2011	1/12/1998		1/12/2018	1.328,78
CTN	1/5/2011	1/11/1998		1/11/2018	1.337,09
CTN	1/5/2011	1/10/1998		1/10/2018	1.350,85
CTN	1/5/2011	1/9/1998		1/9/2018	1.362,50
CTN	1/5/2011	1/8/1998		1/8/2018	1.373,32
CTN	1/5/2011	1/7/1998		1/7/2018	1.384,02
CTN	1/5/2011	1/6/1998		1/6/2018	1.402,50
CTN	1/5/2011	1/5/1998		1/5/2018	1.417,72
BTNBIB	1/5/2011	diversos		diversos	1,551192
LFT	1/5/2011	diversos	1/7/2000	diversos	4.657,660245
LFT-A	1/5/2011	20/6/2000		20/6/2015	1.342,623518
LFT-A	1/5/2011	4/5/2000		4/5/2015	1.345,791935
LFT-A	1/5/2011	22/12/1999		22/12/2014	1.288,425384
LFT-A	1/5/2011	1/12/1999		1/12/2014	1.272,464723
LFT-A	1/5/2011	25/8/1999		25/8/2014	1.240,157928
LFT-A	1/5/2011	2/8/1999		2/8/2014	1.255,399386
LFT-A	1/5/2011	5/5/1999		5/5/2014	1.222,638987
LFT-A	1/5/2011	29/3/1999		29/3/2014	1.191,670995
LFT-A	1/5/2011	18/3/1999		18/3/2014	1.203,931712
LFT-A	1/5/2011	18/2/1999		18/2/2014	1.202,585119
LFT-A	1/5/2011	22/1/1999		22/1/2014	1.192,619082
LFT-A	1/5/2011	13/1/1999		13/1/2014	1.201,676601
LFT-A	1/5/2011	25/11/1998		25/11/2013	1.170,182679
LFT-A	1/5/2011	21/10/1998		21/10/2013	1.170,071683
LFT-A	1/5/2011	27/8/1998		27/8/2013	1.142,220108
LFT-A	1/5/2011	19/8/1998		19/8/2013	1.147,043652
LFT-A	1/5/2011	25/6/1998		25/6/2013	1.096,193662
LFT-A	1/5/2011	28/5/1998		28/5/2013	1.069,606764
LFT-B	1/5/2011	diversos	1/7/2000	diversos	4.657,660245
NTN-A1	1/5/2011	15/9/2000		15/9/2013	165,206377
NTN-A1	1/5/2011	15/11/2000		15/9/2013	155,654813
NTN-A1	1/5/2011	15/5/2000		15/9/2013	159,638356
NTN-A1	1/5/2011	15/1/2000		15/9/2013	156,193538
NTN-A3	1/5/2011	10/12/1997		15/4/2024	1.414,583707
NTN-A6	1/5/2011	15/10/2000		15/4/2014	239,675871
NTN-B	15/5/2011	diversos	15/7/2000	diversos	2.043,248566
NTN-C	1/5/2011	diversos	1/7/2000	diversos	2.521,489020
NTN-I	1/5/2011	15/4/2001	1/7/2000	diversos	0,874055
NTN-I	1/5/2011	15/2/2001		diversos	0,790841
NTN-I	1/5/2011	15/11/2000		diversos	0,809269
NTN-I	1/5/2011	15/10/2000		diversos	0,838467
NTN-I	1/5/2011	15/9/2000		diversos	0,858928
NTN-I	1/5/2011	15/10/1999		diversos	0,800743
NTN-I	1/5/2011	15/9/1999		diversos	0,831422
NTN-I	1/5/2011	15/7/1999		diversos	0,868794
NTN-I	1/5/2011	15/5/1999		diversos	0,949487
NTN-I	1/5/2011	15/4/1999		diversos	0,949200
NTN-I	1/5/2011	15/3/1999		diversos	0,825835
NTN-I	1/5/2011	15/2/1999		diversos	0,828750
NTN-I	1/5/2011	15/11/1998		diversos	1,320436
NTN-I	1/5/2011	15/10/1998		diversos	1,323435

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NTN-I	1/5/2011	15/9/1998	diversos	1,332966
NTN-I	1/5/2011	15/8/1998	diversos	1,342864
NTN-I	1/5/2011	15/6/1998	diversos	1,361810
NTN-I	1/5/2011	15/5/1998	diversos	1,371306
NTN-I	1/5/2011	15/4/1998	diversos	1,379603
NTN-I	1/5/2011	15/2/1998	diversos	1,395264
NTN-I	1/5/2011	15/1/1998	diversos	1,405987
NTN-I	1/5/2011	15/11/1997	diversos	1,419689
NTN-I	1/5/2011	15/10/1997	diversos	1,431834
NTN-I	1/5/2011	15/9/1997	diversos	1,440091
NTN-I	1/5/2011	15/8/1997	diversos	1,448177
NTN-I	1/5/2011	15/7/1997	diversos	1,455950
NTN-I	1/5/2011	15/6/1997	diversos	1,464215
NTN-I	1/5/2011	15/5/1997	diversos	1,472713
NTN-I	1/5/2011	15/3/1997	diversos	1,490714
NTN-P	1/5/2011	1/1/2011	1/1/2027	1,002822
NTN-P	1/5/2011	1/1/2009	1/1/2025	1,016888
NTN-P	1/5/2011	1/1/2008	1/1/2024	1,033513
NTN-P	1/5/2011	1/1/2006	1/1/2022	1,069815
NTN-P	1/5/2011	1/1/2005	1/1/2021	1,100128
NTN-P	1/5/2011	1/1/2004	1/1/2020	1,120133
NTN-P	21/5/2011	21/3/2003	21/3/2018	1,158439
NTN-P	19/5/2011	19/4/2002	19/4/2017	1,198320
NTN-P	4/5/2011	4/12/2001	4/12/2016	1,207072
NTN-P	15/5/2011	15/2/2001	15/2/2016	1,232153
NTN-P	28/5/2011	28/12/2000	28/12/2015	1,234966
NTN-P	28/5/2011	28/9/2000	28/9/2015	1,239455
NTN-P	16/5/2011	16/6/2000	16/6/2015	1,245991
NTN-P	28/5/2011	28/12/1999	28/12/2014	1,261662
NTN-P	17/5/2011	17/11/1999	17/11/2014	1,266232
NTN-P	9/5/2011	9/7/1999	9/7/2014	1,273672
NTN-P	15/5/2011	15/6/1999	15/6/2014	1,282957
NTN-P	1/5/2011	1/6/1999	diversos	1,282490
NTN-P	24/5/2011	24/5/1999	24/5/2014	1,281696
NTN-P	26/5/2011	26/4/1999	26/4/2014	1,290705
NTN-P	6/5/2011	6/1/1999	6/1/2014	1,326909
NTN-P	10/5/2011	10/12/1998	10/12/2013	1,330086
NTN-P	28/5/2011	28/10/1998	28/10/2013	1,351066
NTN-P	22/5/2011	22/7/1998	22/7/2013	1,375084
NTN-P	2/5/2011	2/3/1998	2/3/2013	1,406856
NTN-P	27/5/2011	27/1/1998	27/1/2013	1,422279
NTN-P	9/5/2011	9/7/1997	9/7/2012	1,502107
NTN-P	26/5/2011	26/2/1997	26/2/2012	1,541823
NTN-P	6/5/2011	6/1/1997	6/1/2012	1,568110

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 357, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 19.010.442 (dezenove milhões, dez mil, quatrocentos e quarenta e dois) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R$ 47.934.620,37 (quarenta e sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e trinta e sete centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/5/2011	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2008	1º/1/2038	2,521489	143.671	362.264,84
1º/1/2009	1º/1/2039	2,521489	268.703	677.531,65
1º/1/2010	1º/1/2040	2,521489	18.598.068	46.894.823,88
TOTAL			19.010.442	47.934.620,37

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 353, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010 e, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de junho de 2011.R$

1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
ACRE	189.061.254,08
ALAGOAS	330.308.627,37
AMAPÁ	166.015.044,61
AMAZONAS	580.549.443,24
BAHIA	1.304.783.548,04
CEARÁ	754.505.956,15
DISTRITO FEDERAL	810.421.468,69
ESPÍRITO SANTO	617.728.379,15
GOIÁS	707.409.080,21
MARANHÃO	564.683.291,60
MATO GROSSO	493.846.955,75
MATO GROSSO DO SUL	370.774.981,67
MINAS GERAIS	2.332.493.512,47
PARÁ	744.065.601,74
PARAÍBA	384.316.102,18
PARANÁ	1.297.204.494,07
PERNAMBUCO	957.787.103,55
PIAUÍ	341.211.594,48
RIO DE JANEIRO	2.475.852.831,65
RIO GRANDE DO NORTE	418.750.818,37
RIO GRANDE DO SUL	1.462.832.504,93
RONDÔNIA	293.062.478,06
RORAIMA	129.995.709,78
SANTA CATARINA	841.295.106,28
SÃO PAULO	6.758.517.477,33
SERGIPE	327.463.524,70
TOCANTINS	285.702.797,57

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2º As retificações dos valores da Receita Líquida Real das unidades da Federação publicadas anteriormente, tendo em vista alterações na apuração.

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	2.913.911,71
Bauru/SP	31.187.163,04
Blumenau/SC	30.603.234,81
Campina Grande/PB	FALTAM DADOS
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS
Diadema/SP	43.384.847,44
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	12.201.957,74
Maringá/PR	FALTAM DADOS
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	853.514.942,36
São Carlos/SP	FALTAM DADOS
São Paulo/SP	2.035.574.337,81
Umuarama/PR	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	17.836.900,43

R$ 1,00

ACRE			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jan/11	723 de 29/12/10	178.930.019,18	178.725.966,47
fev/11	121 de 28/02/11	179.596.127,85	179.392.075,14
mar/11	121 de 28/02/11	189.084.151,58	179.273.588,49
abr/11	195 de 29/03/11	195.530.473,44	185.719.910,34
mai/11	282 de 29/04/11	197.110.608,94	187.300.045,85

GOIÁS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	686.020.686,18	685.988.460,47
mai/11	282 de 29/04/11	707.240.337,03	707.146.872,67

São Paulo/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
mar/11	121 de 28/02/11	2.031.994.372,26	2.032.928.016,63
abr/11	195 de 29/03/11	2.022.826.463,90	2.023.760.108,28
mai/11	282 de 29/04/11	2.037.978.681,57	2.038.912.325,95

Art. 3º Os valores da Receita Líquida Real, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação:

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
BAHIA	1.273.112.535,75
GOIÁS	688.024.588,98
MATO GROSSO DO SUL	367.269.424,79
RIO DE JANEIRO	2.281.003.132,94

Art.4º A retificação do valor da Receita Líquida Real do Estado de Goiás, recalculados em função de medida liminar publicada anteriormente, tendo em vista alterações na apuração.

R$ 1,00

GOIÁS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	666.932.785,66	666.900.559,94
mai/11	282 de 29/04/11	688.116.541,97	688.023.077,61

Art.4º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de junho de 2011.

LEANDRO GIACOMAZZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3.977, DE 31 DE MAIO DE 2011

Altera normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei Nº 4.595, de 1964, 4º e 14, da Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolve:

Art. 1° O Manual de Crédito Rural - MCR 10-1-39 passa a vigorar com a seguinte redação:

"39 - Os agricultores pertencentes ao Grupo "B" podem contratar operações de crédito no Pronaf Floresta e/ou Pronaf Jovem e/ou Pronaf Semiárido, de que tratam o MCR 10-7, 10-10 e 10-8, observado que o valor máximo para 1 (uma) ou para o conjunto das operações, nas referidas linhas, é de R$8.000,00 (oito mil reais), desde que:

....." (NR)

Art. 2° O MCR 10-2-3 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3 - .....

a) 50% (cinquenta por cento), a renda bruta proveniente da produção de açafrão, algodão-caroço, amendoim, arroz, aveia, cana-de-açúcar, centeio, cevada, feijão, fumo, girassol, grão-de-bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, bem como das atividades de apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, pecuária leiteira, ovinocaprinocultura e sericicultura;

b) 70% (setenta por cento), a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, avicultura não integrada e suinocultura não integrada;

c) ....." (NR)

Art. 3° O MCR 10-4-4 passa a vigorar com a seguinte redação:

"4 - .....

.....

d) pode ser concedido novo crédito de custeio ao produtor, independentemente do montante de recursos utilizado em outras operações ao amparo de recursos controlados do crédito rural e dos FNO, FNE e FCO, cujo valor não será computado para efeito do disposto na alínea "e" do item 2, quando se tratar de:

I - lavouras irrigadas em todo o País ou de safrinha de girassol, de feijão, de milheto, de milho, de soja e de sorgo nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, cultivadas sob as condições do Zoneamento Agrícola;

II - lavouras cujo produto será utilizado como matéria-prima na produção de biocombustíveis, em regime de parceria ou integração com indústrias, exigida do agricultor a apresentação do compromisso de compra do produto emitido pela unidade industrial;

e) a concessão de financiamento para custeio de lavoura subsequente, em áreas propiciadoras de 2 (duas) ou mais safras por ano agrícola, não deve ser condicionada à liquidação do débito referente ao ciclo anterior, salvo se o tempo entre as culturas sucessivas for suficiente ao processo de comercialização da colheita;

f) a agricultores do Grupo "B" que comprovarem ao agente financeiro que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou que explorem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel, pode ser concedido financiamento de custeio agrícola para a produção de alimentos e para as citadas culturas, nas condições estabelecidas na alínea "a" do item 2, com risco para o agente financeiro, desde que observados as datas de plantio e os municípios recomendados no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." (NR)

Art. 4º O MCR 10-6-1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

c)

.....

.....

II - pessoa jurídica: de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, observado o limite individual de R$30.000,00 (trinta mil reais) por sócio/associado/cooperado relacionado na DAP para agroindústria;

.....

d) .....

.....

II - 2% a.a. (dois por cento ao ano), para agricultores familiares que realizarem contrato individual de mais de R$10.000,00 (dez mil reais) até R$50.000,00 (cinquenta mil reais), ou para cooperativas e associações com financiamentos acima de R$500.000,00 (quinhentos mil reais) até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), limitados a R$30.000,00 (trinta mil reais) por sócio ou participante ativo;

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, observado o disposto no MCR 10-1-35." (NR)

Art. 5º O MCR 10-7-1-"c" passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) .....

I - quando destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B": até R$20.000,00 (vinte mil reais);

II - para as demais finalidades: até R$12.000,00 (doze mil reais), observado o disposto no MCR 10-1-39;" (NR)

Art. 6º O MCR 10-8-1-"c" passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) limite: R$12.000,00 (doze mil reais) por beneficiário, independentemente dos limites definidos para outros investimentos ao amparo do Pronaf, observado o disposto no MCR 10-1-39 e que:

....." (NR)

Art. 7º O MCR 10-10-1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

a)

.....

.....

III - tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela SAF/MDA ou que tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira;

.....

c) limite por beneficiário: até R$12.000,00 (doze reais), independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf, observado que só pode ser concedido 1 (um) financiamento para cada beneficiário e respeitado o disposto no MCR 10-1-39;

....." (NR)

Art. 8º O MCR 10-12-1 e o MCR 10-12-4 passam a vigorar com as seguintes redações:

"1 - .....

a)

.....

.....

II - tenham patrimônio líquido mínimo de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e máximo de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

.....

c)

.....

I - individual: até R$10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário, independente daqueles definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf;

II - por cooperativa: até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), respeitado o limite individual por cooperado participante do projeto financiado;

....." (NR)

"4 - Excepcionalmente, o limite definido no inciso II da alínea "c" do item 1 pode ser elevado para até R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante aprovação, pela instituição financeira, de projeto apresentado pela cooperativa emissora das cotas-partes, contendo:

.....

b) no caso de financiamento destinado a saneamento financeiro, plano de recuperação econômica da cooperativa, com demonstração de viabilidade econômico-financeira;

....." (NR)

Art. 9º O MCR 10-13-1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

.....

c) limite por beneficiário: R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), independente do número de operações, observado que:

I - o somatório dos financiamentos concedidos a famílias de agricultores desse grupo, com direito a bônus de adimplência, não excederá R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

.....

III - o crédito deve ser liberado de acordo com o cronograma de aplicação dos recursos;

....." (NR)

Art. 10. O MCR 10-14-1-"d" passa a vigorar com a seguinte redação:

"d) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência quando a atividade assistida requerer esse prazo, conforme cronograma estabelecido no respectivo projeto técnico;" (NR)

Art. 11. O MCR 10-16-1, o MCR 10-16-2 e o MCR 10-16-4 passam a vigorar com as seguintes redações:

"1 - .....

.....

.....

d) .....

.....

II - para as demais finalidades previstas no inciso I e as constantes dos incisos II a IV: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer esse prazo, conforme cronograma estabelecido no respectivo projeto técnico;

....." (NR)

"2 - .....

.....

c) limite de crédito: até R$8.000,00 (oito mil reais) por hectare, limitado a R$80.000,00 (oitenta mil reais) por beneficiário, em uma ou mais operações, descontando-se desse limite os valores contratados das operações "em ser" ao amparo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos), de que trata o MCR 10-18;

....." (NR)

"4 - .....

a)

.....

.....

II - do 2º (segundo) ao 4º (quarto) ano, até R$600,00 (seiscentos reais) por hectare/ano, com liberação em parcelas trimestrais, condicionadas à correta execução das atividades previstas para o período no projeto de financiamento;

b) .....

I - até R$50,00 (cinquenta reais) por hectare/ano, durante os quatro primeiros anos de implantação do projeto, não se aplicando, nessas operações, os limites definidos no MCR 2-4-13-"b";

....." (NR)

Art. 12. O MCR 10-18-1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

e) encargos financeiros:

I - taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano) para operações de até R$10.000,00 (dez mil reais);

II - taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para operações com valor superior a R$10.000,00 (dez mil reais);

III - caso o mutuário contrate nova operação que, somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola, ultrapasse o valor estabelecido no inciso I desta alínea, o novo financiamento deve ser contratado com a taxa de juros prevista no inciso II;

....."(NR)

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

RESOLUÇÃO Nº 3.978, DE 31 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir da Safra 2011/2012.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei Nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º, 14 e 25 da Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolve:

Art. 1º O Manual de Crédito Rural MCR 3-2-5, o MCR 3-2-6 e o MCR 3-2-10 passam a vigorar com a seguinte redação:

"5 - O montante de créditos de custeio ao amparo de recursos controlados, para cada tomador, em cada safra e em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), fica limitado a R$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), considerando-se nesse limite os valores tomados pelo mutuário na mesma safra em operações de custeio com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)." (NR)

"6 - O limite estabelecido no item 5 pode ser elevado:

a)

.....

.....

III - produtor que tome crédito conjugado com a contratação de seguro agrícola ou com mecanismo de proteção de preço baseado em contratos futuros, a termo, ou de opções agropecuários;

....." (NR)

"10 - As operações ao amparo dos recursos obrigatórios, de que trata o MCR 6-2, destinadas ao financiamento de despesas de custeio da avicultura e da suinocultura exploradas sob regime de parceria ficam limitadas ao valor do orçamento, plano ou projeto ou ao resultado da multiplicação do número de parceiros criadores participantes do empreendimento assistido por R$70.000,00 (setenta mil reais), o que for menor." (NR)

Art. 2º O MCR 3-3 passa a vigorar com nova redação para o item 14 e acrescido dos itens 18 e 19, com a seguinte redação:

"14 - .....

.....

.....

c) limite de crédito: R$300.000,00 (trezentos mil reais), por beneficiário/ano safra, em todo o SNCR, independentemente dos créditos obtidos para outras finalidades." (NR)

"18 - O limite de que trata a alínea "c" do item 14 pode ser elevado para até R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, por ano safra, nas safras 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015, desde que, no mínimo, os recursos adicionais ao limite previsto na alínea "c" do item 14 sejam direcionados exclusivamente para as finalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 9, observadas, ainda, as seguintes condições específicas:

a) prazo de reembolso: em até 5 (cinco) anos, incluídos até 18 meses de carência;

b) quando se tratar de operação de investimento para a finalidade de que trata a alínea "b" do item 9, o valor do crédito fica limitado ao montante necessário para a renovação de, no máximo, 20% (vinte por cento) da área total cultivada, por beneficiário, por ano safra, observado o limite previsto no caput deste item.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19 - O limite de que trata a alínea "c" do item 14 pode ser elevado para até R$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) por beneficiário, por ano safra, excepcionalmente na safra 2011/2012, com prazo de reembolso de até 5 (cinco) anos, incluídos até 18 meses de carência, desde que, no mínimo, os recursos adicionais ao limite previsto na alínea "c" do item 14 sejam direcionados exclusivamente para aquisição de reprodutores e matrizes bovinas e bubalinas." (NR)

Art. 3º O MCR 4-5-4 e o MCR 4-5-6 passam a vigorar com a seguinte redação:

"4 - Os produtos amparados e valores de referência são:

PRODUTOS	VALORES DE REFERÊNCIA
Abacaxi	R$0,35/quilo
Banana	R$0,20/quilo
Goiaba	R$0,45/quilo
Laranja	R$11,80/caixa 40,8 quilos
Maçã	R$0,60/quilo
Mamão	R$0,41/quilo
Manga	R$0,34/quilo
Maracujá	R$1,00/quilo
Pêssego	R$0,50/quilo
Mel de abelha	R$3,80/quilo
Lã ovina	R$3,50/quilo
Leite de ovelha	R$1,90/litro
Leite de cabra	R$1,32/litro." (NR)

"6 - O período de contratação dos financiamentos é de 1º/7/2011 a 30/6/2012." (NR)

Art. 4º O MCR 5-2-21 e o MCR 5-2-22 passam a vigorar com a seguinte redação:

"21 - Os créditos destinados a cooperativas, para aquisição de insumos e de bens para fornecimento aos associados, com recursos obrigatórios (MCR 6-2), estão limitados, por safra, ao valor médio de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por associado ativo e ao teto de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por associado beneficiário da aquisição dos insumos e bens.

22 - Os créditos destinados a adiantamento a cooperativas, com recursos obrigatórios (MCR 6-2), a título de pré-custeio, para aquisição de insumos para fornecimento aos associados devem ser transformados, no prazo de 90 (noventa) dias, em operações de fornecimento dos respectivos insumos aos associados, sob pena de desclassificação do rol de financiamentos rurais desde sua origem, observado que o crédito de custeio está limitado, por safra, ao valor médio de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por associado ativo e ao teto de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por beneficiário da aquisição dos insumos e bens." (NR)

Art. 5º O MCR 8-1-1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

a) .....

.....

II - possuam renda bruta anual de até R$700.000,00 (setecentos mil reais);

.....

c) .....

I - custeio: R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) por beneficiário em cada safra, observados os limites previstos na Seção 3-2, vedada a concessão de crédito de custeio, na mesma safra, nas condições estabelecidas no MCR 6-2 ou com recursos equalizados;

II - investimento: R$300.000,00 (trezentos mil reais) por beneficiário, por ano agrícola;

....." (NR)

Art. 6º Ficam revogados os itens 11 e 12 do MCR 3-2, renumerando-se os demais.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

RESOLUÇÃO Nº 3.979, DE 31 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre programas de investimento agropecuário amparados em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei Nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolve:

Art. 1º O Capítulo 13 do Manual de Crédito Rural (Programas com Recursos do BNDES - 13) passa vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO: Disposições Gerais - 1

1 - As operações dos programas coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional (TN) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), ficam sujeitas às normas gerais do crédito rural e às condições específicas definidas para cada programa.

2 - Admite-se a concessão de mais de um financiamento ao mesmo tomador, por ano-safra, no âmbito de cada programa de crédito, observados os requisitos específicos e desde que:

a) a atividade assistida requeira e fique comprovada a capacidade de pagamento do beneficiário;

b) o somatório dos valores concedidos para cada programa não ultrapasse os limites de crédito estabelecidos para os respectivos programas.

3 - Fica autorizada, para as operações ao amparo dos programas de investimento com recursos do BNDES, no caso de programa com saldo de recursos definidos no Plano Agrícola e Pecuário, a concessão de crédito após a data-limite de 30 de junho de cada ano, mediante observância das condições estabelecidas para a contratação da safra encerrada e dedução dos valores financiados das disponibilidades estabelecidas para o mesmo programa na nova safra.

4 - A instituição financeira, a seu critério e com base nas condições constantes do MCR 2-6-9, nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos repassados pelo BNDES e equalizadas pelo TN, sob coordenação do MAPA, com vencimento no ano civil, desde que respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas de principal com vencimento no respectivo ano destas operações, na instituição financeira, observadas as seguintes condições:

a) a base de cálculo dos 8% (oito por cento) é o somatório dos valores das parcelas de principal relativas a todos os programas agropecuários de que trata o caput, com vencimento no respectivo ano, apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

b) para efetivar a renegociação, o mutuário deve pagar até a data do vencimento da parcela, no mínimo, o valor correspondente aos encargos financeiros devidos no ano;

c) até 100% (cem por cento) do valor das parcelas do principal com vencimento no ano pode ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes, ou ser prorrogado para até 12 (doze) meses após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantidas as demais condições pactuadas;

d) cada operação de crédito somente pode ser beneficiada com até 2 (duas) renegociações de que trata este item;

e) a instituição financeira está autorizada a solicitar garantias adicionais, dentre as usuais do crédito rural, quando da renegociação de que trata este item;

f) a instituição financeira deve atender prioritariamente, com as medidas previstas neste item, os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos;

g) os mutuários devem solicitar a renegociação de vencimento da parcela do principal até a data prevista para o respectivo pagamento;

h) o pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado.

5 - A formalização da renegociação de que trata o item 4 deve ser efetuada pela instituição financeira em até 60 (sessenta) dias após o vencimento da respectiva prestação.

6 - O mutuário que renegociar sua dívida nas condições estabelecidas no item 4 ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte, parcela do principal acrescida de encargos financeiros, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou com recursos controlados do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

7 - Para efeito de equalização de taxas de juros, o BNDES deve apresentar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) planilhas específicas relativas às operações de investimento objeto da renegociação admitida no item 4.

8 - Os valores renegociados a cada ano, com base no item 4, devem ser deduzidos das disponibilidades do respectivo programa de crédito de investimento no plano de safra vigente ou no seguinte, caso o orçamento do vigente esteja esgotado.

9 - O BNDES, nas operações diretas, e as instituições financeiras por ele credenciadas, nas operações indiretas, são operadores dos programas de que trata o MCR 13.

10 - O risco das operações ao amparo dos financiamentos efetuados com recursos do BNDES é dos agentes operadores.

11 - Fica dispensada, até 31/12/2011, a exigência de que trata a alínea "b" do item 4 para as operações renegociadas na forma desta seção por agricultores que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios do estado do Rio de Janeiro que tenham decretado, em função das citadas intempéries, entre os dias 26/11/2010 e 31/1/2011, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual.

SEÇÃO: Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) - 2

1 - O Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro) destina-se ao financiamento de:

a) integralização de quotas-partes do capital social de cooperativas;

b) capital de giro para cooperativas.

2 - O financiamento para integralização de quotas-partes do capital social de cooperativas deve observar as seguintes condições específicas:

a) objetivo: promover a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

b) beneficiários: produtores rurais pessoas físicas ou jurídicas, e cooperativas singulares de produção;

c) finalidades:

I - integralização de quotas-partes do capital social por produtores rurais em cooperativas singulares de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

II - integralização de quotas-partes do capital social por cooperativas singulares em cooperativas centrais exclusivamente de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

d) limite global de crédito: até 100% (cem por cento) do valor da integralização de quotas-partes do associado, limitado a R$40.000,00 (quarenta mil reais) por associado produtor rural, não podendo ultrapassar, por cooperativa, o limite de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), descontado o valor financiado pela cooperativa, na forma da alínea "c" do item 5, independentemente de créditos obtidos em outros programas oficiais;

e) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

f) liberação do crédito: conforme o cronograma do projeto;

g) reembolso:

I - prazo: até 6 (seis) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência;

II - periodicidade: principal, em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do associado; juros, juntamente com as parcelas de amortização, exceto durante a fase de carência, quando são exigíveis semestralmente ou anualmente, conforme o cronograma de reembolso do principal;

h) remuneração dos agentes operadores, com base no saldo devedor, a título de del credere:

I - operações diretas do BNDES: até 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

II - operações indiretas: até 1% a.a. (um por cento ao ano) para o BNDES e até 3% a.a. (três por cento ao ano) para o agente financeiro operador;

i) documentação exigível da cooperativa:

I - plano de capitalização e recomposição do capital social, demonstrando a viabilidade econômico-financeira da cooperativa, e projeto técnico de utilização dos recursos aprovado em assembleia geral ordinária ou em convocação extraordinária, respeitado o quórum mínimo definido em estatuto e a legislação vigente do setor;

II - projeto técnico que demonstre a viabilidade de recuperação econômica da cooperativa, no caso daquelas que demandarem integralização de quotas-partes para o saneamento financeiro;

III - declaração da cooperativa de que não contraiu financiamento desta modalidade em outra instituição financeira ou, em caso de haver financiamento "em ser" nesta modalidade de crédito, informar o respectivo valor e o banco financiador;

IV - quando se tratar de financiamento de cotas-partes para saneamento financeiro, termo de cooperação técnica assinado com entidade de assessoria pública ou privada em gestão cooperativa, para o acompanhamento do projeto e aumento do nível de capacitação técnica dos dirigentes, gerentes e funcionários da cooperativa, devendo ser direcionada para projetos de profissionalização da gestão cooperativa, da organização e profissionalização dos associados, monitoramento e controles por meio de indicadores de desempenho técnico, econômico e financeiro, além da qualidade dos padrões administrativos e do sistema de controles internos;

j) os recursos recebidos pela cooperativa devem ser utilizados conforme plano de capitalização e recomposição do capital social aprovado;

k) a contabilização do valor relativo à integralização do capital social deve ser feita pela cooperativa na mesma data da liberação dos recursos, baixando a responsabilidade dos produtores rurais como devedores dessas quotas-partes;

l) as quotas-partes devem permanecer integralizadas ao capital da cooperativa emissora, no mínimo, até a quitação da respectiva operação de crédito pelos associados produtores rurais;

m) admite-se, respeitados os demais requisitos, a concessão de mais de uma operação de crédito de que trata este item ao mesmo produtor ou cooperativa, observado que:

I - o somatório dos valores das operações de crédito contratadas não pode ultrapassar os limites de que trata a alínea "d", mesmo que a contratação seja realizada em safras distintas;

II - não são computados, para efeito dos limites de que trata o inciso I, os valores referentes às operações contratadas até 30/6/2010.

3 - O financiamento para capital de giro para cooperativas deve observar o disposto nas alíneas "e", "f", "h" e inciso III da alínea "i" do item 2, e as seguintes condições específicas:

a) objetivo: disponibilizar recursos para o financiamento de capital de giro visando a atender as necessidades imediatas operacionais das cooperativas;

b) beneficiários: cooperativas, singulares e centrais, de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

c) limite de crédito: até R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por cooperativa, podendo esse limite ser ampliado para até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), quando contratados por cooperativas centrais, independentemente de créditos obtidos na modalidade definida no item 2, observado o disposto na alínea "f";

d) reembolso:

I - prazo: até 24 (vinte e quatro) meses, incluídos até 6 (seis) meses de carência;

II - periodicidade: mensal, trimestral ou semestral, de acordo com o fluxo de receita da cooperativa;

e) admite-se, respeitados os demais requisitos, a concessão de mais de uma operação de crédito de que trata este item à mesma cooperativa, observado que o somatório dos valores das operações de crédito "em ser" contratadas não deve ultrapassar os limites de que trata a alínea "c", mesmo que a contratação seja realizada em safras distintas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) a cooperativa que contratou operações de crédito para capital de giro no âmbito do Procap-Agro até 30/6/2011, com valor superior aos limites de que trata a alínea "c", somente poderá contratar nova operação de que trata este item quando o saldo devedor "em ser" das operações anteriores destinadas a capital de giro estiver abaixo do limite definido na alínea "c", observado o disposto na alínea "e".

4 - O montante de recursos destinados ao financiamento de capital de giro, de que trata o item 3, está limitado a 70% (setenta por cento) do volume de recursos destinados, anualmente, ao Procap-Agro, cabendo ao BNDES o controle desse limite.

5 - Fica autorizada, na safra 2011/2012, a concessão de crédito diretamente às cooperativas para saneamento financeiro por meio da integralização de quotas-partes, observadas às normas gerais do crédito rural e o disposto nas alíneas "a", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "m" do item 2, além das seguintes condições específicas:

a) beneficiários: cooperativas, singulares e centrais, de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

b) finalidade: saneamento financeiro por meio da integralização de quotas-partes em cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, pesqueira ou aquícola;

c) limite de crédito: até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por cooperativa, descontados do limite tomado pela cooperativa para integralização de quotas-partes de seus cooperados na respectiva cooperativa, na forma da alínea "d" do item 2.

6 - Equiparam-se a cooperativas centrais, para fins de acesso aos financiamentos de que trata esta Seção, as federações e confederações que atuem diretamente na fabricação de insumos e no processamento e industrialização da produção, desde que sejam formadas exclusivamente por cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.

SEÇÃO: Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) - 3

1 - As operações do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) objetivos do crédito:

I - apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de produtos agropecuários;

II - ampliar a capacidade de armazenamento da produção agropecuária pelos produtores rurais;

III - proteger a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo;

IV - apoiar a construção e a ampliação das instalações destinadas a guarda de máquinas e implementos agrícolas e a estocagem de insumos agropecuários;

b) itens financiáveis: investimentos relacionados com todos os itens inerentes aos sistemas de irrigação e de armazenamento, de forma coletiva ou individual, implantação e recuperação de equipamentos e instalações para proteção de pomares contra os efeitos de granizo, e a construção e ampliação de instalações destinadas à guarda de máquinas e implementos agrícolas e à estocagem de insumos agropecuários;

c) localização do empreendimento:

I - quando se tratar de crédito individual: na propriedade rural do beneficiário, admitindo-se ainda o estabelecimento da unidade armazenadora em imóvel distinto daquele onde se realiza a produção, desde que beneficie a logística de transporte e armazenagem do produtor rural beneficiário do financiamento;

II - quando se tratar de crédito coletivo: a unidade armazenadora ou as instalações para guarda de máquinas e implementos agrícolas e insumos deve ser edificada o mais próximo possível da área de produção dos beneficiários de crédito;

d) limites de crédito: R$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) por beneficiário, para empreendimento individual, e R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para empreendimento coletivo, respeitado o limite individual por participante, independentemente de outros créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural;

e) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

f) prazo de reembolso: até 12 (doze) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência;

g) amortizações: semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas da propriedade beneficiada;

h) o uso das instalações para armazenagem rural e para guarda de máquinas, implementos agrícolas e insumos pelos beneficiários deverá ser, no mínimo, pelo mesmo prazo do financiamento sob pena de desclassificação da operação do rol de financiamentos rurais desde sua origem.

SEÇÃO: Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) - 4

1 - As operações do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) objetivos do crédito:

I - apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização e armazenamento de produtos da apicultura, aquicultura, avicultura, chinchilicultura, cunicultura, floricultura, fruticultura horticultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, pesca, ranicultura, sericicultura e suinocultura;

II - fomentar ações relacionadas a defesa animal, particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e a implementação de sistema de rastreabilidade animal para alimentação humana;

III - apoiar a recuperação dos solos por meio do financiamento para aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas;

b) beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas de produção, inclusive para repasse a seus associados;

c) itens financiáveis: investimentos individuais ou coletivos relacionados com os objetivos do crédito definidos na alínea "a", além de:

I - construção, instalação e modernização de benfeitorias, aquisição de equipamentos de uso geral, inclusos os para manejo e contenção dos animais e para a geração de energia alternativa à eletricidade convencional, além de outros investimentos necessários ao suprimento de água, alimentação e tratamento de dejetos relacionados às atividades de criação animal ao amparo deste programa;

II - aquisição de máquinas, motores, reversores, guinchos, sistema de refrigeração e armazenagem de pescados, equipamentos e instalações de estruturas de apoio, inclusive às embarcações, material de pesca em geral, aquisição de redes, cabos e material para a confecção de poitas, equipamentos de navegação, comunicação e ecossondas, construção de viveiros, açudes, tanques e canais, serviços de topografia e terraplanagem, destinados à produção de peixes, camarões e moluscos em regime de aquicultura e à aquisição de alevinos e ração no primeiro ciclo de produção, entendido como custeio associado ao investimento, e instalação, ampliação e modernização de benfeitorias, bem como sistema de preparo, de limpeza, de padronização e de acondicionamento de peixes, camarões e moluscos produzidos em regime de aquicultura;

III - reposição de matrizes bovinas ou bubalinas, por produtores rurais que tenham aderido à certificação de propriedades livres ou monitoradas em relação à brucelose ou à tuberculose, ou cujas propriedades estejam participando de inquérito epidemiológico oficial em relação às doenças citadas; tenham tido animais sacrificados em virtude de reação positiva a testes detectores de brucelose ou tuberculose; atendam a todos os requisitos referentes à Instrução Normativa Nº 6, de 8/1/2004, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, e outros normativos correlatos;

IV - obras decorrentes da execução de projeto de adequação sanitária e/ou ambiental relacionado às atividades constantes das finalidades deste programa;

V - aquisição de matrizes e de reprodutores ovinos e caprinos;

d) admite-se o financiamento de custeio associado ao projeto de investimento quando relacionado com gastos de manutenção até a obtenção da primeira colheita ou produção, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do valor do investimento;

e) limites de crédito:

I - R$600.000,00 (seiscentos mil reais) por beneficiário, e de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para empreendimento coletivo, respeitado o limite individual por participante, independente de outros créditos contraídos ao amparo de recursos controlados do crédito rural;

II - quando se tratar de financiamento para reposição de matrizes bovinas ou bubalinas no âmbito do PNCEBT, o limite de crédito é de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) por beneficiário e de até R$3.000,00 (três mil reais) por animal;

f) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

g) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência;

h) amortizações: semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas da propriedade ou do empreendimento financiado, sendo que no caso de financiamento destinado à pecuária leiteira, as amortizações podem ser mensais.

SEÇÃO: Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) - 5

1 - As operações do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas;

b) finalidade: aquisição financiada, isoladamente ou não, de:

I - itens novos: tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café;

II - itens usados: tratores e colheitadeiras com idade máxima de oito e dez anos, respectivamente, isolados ou associados com sua plataforma de corte, pulverizadores autopropelidos, montados ou de arrasto, com tanques acima de 2.000 (dois mil) litros e barras de dezoito metros ou mais, plantadeiras acima de nove linhas e semeadoras acima de quinze linhas com idade máxima de cinco anos, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionário autorizado;

c) limite de crédito: 90% (noventa por cento) do valor dos bens objeto do financiamento;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 9,5% a.a. (nove inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

e) prazos de reembolso para itens novos:

I - até 8 (oito) anos quando o crédito for destinado à aquisição de equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, de tratores e implementos associados, e de colheitadeiras, isoladas ou associadas com sua (s) plataforma (s) de corte, desde que faturadas em conjunto;

II - até 4 (quatro) anos quando o crédito for destinado à aquisição de implementos agrícolas isolados;

f) prazos de reembolso para itens usados:

I - até 4 (quatro) anos para tratores e colheitadeiras isoladas ou com implementos agrícolas associados;

II - até 2 (dois) anos para implementos agrícolas isolados.

2 - Com relação ao disposto no item 1, deve ser observado que o financiamento para aquisição de equipamentos de preparo, secagem e beneficiamento de café fica sujeito às seguintes condições adicionais:

a) somente pode ser concedido a produtores rurais com renda bruta anual inferior a R$100.000,00 (cem mil reais);

b) não pode exceder o valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais) por mutuário.

3 - A remuneração incidente sobre o valor do crédito concedido será de:

a) 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) para o BNDES;

b) 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para a instituição financeira.

4 - Para produtores que se enquadrem como beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), conforme disposto no MCR 8-1, podem ser concedidos financiamentos ao amparo desta seção, observadas as seguintes condições especiais:

a) limite de crédito: 100% do valor dos bens objeto do financiamento;

b) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 7,5% a.a (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano).

SEÇÃO: Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) - 6

1 - As operações do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) objetivo: incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização;

b) beneficiários:

I - cooperativas singulares de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

II - cooperativas centrais formadas exclusivamente por cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira;

III - associados, para integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado;

c) ações enquadráveis:

I - industrialização de produtos agropecuários e de seus derivados;

II - instalação, ampliação, realocação e modernização de unidades industriais, de armazenamento, de processamento e de beneficiamento, inclusive logística relacionada a essas atividades;

III - implantação de sistemas para geração e cogeração de energia e linhas de ligação, para consumo próprio como parte integrante de um projeto de agroindústria;

IV - implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e de projetos de adequação ambiental, inclusive reflorestamento;

V - implantação de fábrica de rações e de fertilizantes, bem como a sua expansão, modernização e adequação;

VI - instalação, ampliação e modernização de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), incluindo a instalação, ampliação e modernização de laboratórios e unidades armazenadoras;

VII - implantação, ampliação e modernização de projetos de adequação sanitária;

VIII - instalação, ampliação e modernização de unidades industriais para a produção de biocombustíveis e açúcar;

IX - beneficiamento e processamento de materiais originários de florestas plantadas;

X - aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes relacionados às ações enquadradas;

d) itens financiáveis:

I - estudos, projetos e tecnologia;

II - obras civis, instalações e outros;

III - máquinas e equipamentos nacionais;

IV - despesas de importação;

V - capital de giro associado ao projeto de investimento;

VI - integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado;

VII - aquisição de máquinas e equipamentos também de forma isolada, quando destinados à modernização no âmbito dos setores e ações enquadráveis no programa;

VIII - projetos de industrialização de produtos prontos para o consumo humano, processados e embalados;

e) limite de crédito: até R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), por cooperativa, em uma ou mais operações, ressalvado o disposto no item 2, independentemente do nível de faturamento bruto anual verificado no último exercício fiscal da cooperativa, observado que o teto de financiamento será de 90% (noventa por cento) do valor do projeto;

f) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

g) prazo de reembolso: até 12 (doze) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, admitida também a concessão de igual carência para o pagamento dos juros, caso o projeto demonstre esta necessidade;

h) amortizações: semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas da cooperativa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2 - O limite estabelecido na alínea "e" do item 1 pode ser elevado para:

a) até R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), quando os recursos que superarem o limite de que trata a alínea "e" do item 1 forem destinados a empreendimentos da própria cooperativa em outras unidades da federação, ou a empreendimentos realizados no âmbito de cooperativa central;

b) até R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), quando os recursos forem destinados a cooperativas centrais, para projetos de que trata o inciso VIII da alínea "d" do item 1, não se aplicando, neste caso, o disposto na alínea "a" do item 2.

3 - Equiparam-se a cooperativas centrais, para fins de acesso aos financiamentos de que trata esta Seção, as federações e confederações que atuem diretamente na fabricação de insumos e no processamento e industrialização da produção, desde que sejam formadas exclusivamente por cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.

SEÇÃO: Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) - 7

1 - O Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) subordina-se às seguintes condições específicas:

a) objetivos:

I - reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias;

II - reduzir o desmatamento;

III - aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis;

IV - adequar as propriedades rurais à legislação ambiental;

V - ampliar a área de florestas cultivadas;

VI - estimular a recuperação de áreas degradadas;

b) beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas, inclusive para repasse a associados;

c) finalidade do crédito: investimentos destinados a:

I - recuperação de áreas e pastagens degradadas;

II - implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária;

III - implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto "na palha";

IV - implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta;

V - implantação, manutenção e manejo de florestas comerciais, inclusive aquelas destinadas ao uso industrial ou à produção de carvão vegetal;

VI - adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, e o tratamento de dejetos e resíduos, entre outros;

VII - implantação de planos de manejo florestal sustentável;

VIII - implantação e manutenção de florestas de dendezeiro, prioritariamente em áreas produtivas degradadas;

d) itens financiáveis, desde que vinculados a projetos destinados às finalidades relacionadas na alínea "c":

I - elaboração de projeto técnico e georreferenciamento das propriedades rurais, inclusive das despesas técnicas e administrativas relacionadas ao processo de regularização ambiental;

II - assistência técnica necessária até a fase de maturação do projeto;

III - realocação de estradas internas das propriedades rurais para fins de adequação ambiental;

IV - aquisição de insumos e pagamento de serviços destinados a implantação e manutenção dos projetos financiados;

V - pagamento de serviços destinados à conversão da produção orgânica e sua certificação;

VI - aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas (calcário e outros);

VII - marcação e construção de terraços e implantação de práticas conservacionistas do solo;

VIII - adubação verde e plantio de cultura de cobertura do solo;

IX - aquisição de sementes e mudas para formação de pastagens e de florestas;

X - implantação de viveiros de mudas florestais;

XI - operações de destoca;

XII - implantação e recuperação de cercas, aquisição de energizadores de cerca, aquisição, construção ou reformas de bebedouros e de saleiro ou cochos de sal;

XIII - aquisição de bovinos, ovinos e caprinos, para reprodução, recria e terminação, e sêmen dessas espécies;

XIV - aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional para a agricultura e pecuária não financiáveis pelos Programas de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra);

XV - construção e modernização de benfeitorias e de instalações, na propriedade rural;

XVI - serviços de agricultura de precisão, desde o planejamento inicial da amostragem do solo à geração dos mapas de aplicação de fertilizantes e corretivos;

XVII - despesas relacionadas ao uso de mão-de-obra própria, desde que compatíveis com estruturas de custos de produção regional (coeficiente técnico, preço e valor), indicadas por instituições oficiais de pesquisa ou de assistência técnica (federal ou estadual), e desde que se refiram a projetos estruturados e assistidos tecnicamente, admitindo-se, nessa hipótese, que a comprovação da aplicação dos recursos seja feita mediante apresentação de laudo de assistência técnica oficial atestando que o serviço, objeto de financiamento, foi realizado de acordo com o preconizado no projeto, devendo mencionado laudo ser apresentado pelo menos uma vez a cada semestre civil;

e) pode ser financiado custeio associado ao investimento, limitado a 30% (trinta por cento) do valor financiado, admitida a elevação para:

I - até 35% (trinta e cinco por cento) do valor financiado, quando destinado à implantação e à manutenção de florestas comerciais ou recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal;

II - até 40% (quarenta por cento) do valor financiado, quando o projeto incluir a aquisição de bovinos, ovinos e caprinos, para reprodução, recria e terminação, e sêmen dessas espécies;

f) limite de crédito: R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, por ano-safra, independentemente de outros créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural;

g) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

h) liberação do crédito: em parcelas, conforme o cronograma do projeto;

i) reembolso, em parcelas semestrais ou anuais, definido de acordo com o projeto técnico e com o fluxo de receitas da propriedade beneficiada, em:

I - até 5 (cinco) anos, com até 24 (vinte e quatro) meses de carência, quando o crédito for destinado à implantação de viveiros de mudas florestais;

II - até 8 (oito) anos, com até 36 (trinta e seis) meses de carência, quando se tratar de investimentos destinados à adequação ao sistema de agricultura orgânica e à recuperação de pastagens e de sistemas produtivos de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, podendo ser estendido a até 12 (doze) anos quando a componente florestal estiver presente;

III - até 12 (doze) anos, com carência de até 8 (oito) anos, não podendo ultrapassar 6 (seis) meses da data do primeiro corte, quando se tratar de projetos para implantação e manutenção de florestas comerciais e para produção de carvão vegetal, podendo o prazo ser estendido para até 15 (quinze) anos a critério da instituição financeira e quando a espécie florestal assim o justificar, podendo também a carência ser estendida ao pagamento dos juros, desde que previsto no projeto;

IV - até 15 (quinze) anos, com carência de até 12 (doze) meses, quando se tratar de projetos para recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente ou de reserva legal;

V - até 12 (doze) anos, com carência de até 6 (seis) anos, quando se tratar de projetos para implantação e manutenção de florestas de dendezeiro;

j) remuneração do agente operador, a título de del credere:

I - nas operações efetuadas diretamente pelo BNDES: 4% a.a. (quatro por cento ao ano); e

II - nas operações indiretas: 1% a.a. (um por cento ao ano), para o BNDES, e 3% a.a. (três por cento ao ano), para o agente financeiro operador.

2 - Documentos exigidos para concessão do financiamento de que trata esta Seção, além dos demais exigidos para a concessão de financiamento de investimento:

a) nos financiamentos que englobem sistemas integrados lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens, implantação de florestas comerciais e sistemas de plantio direto "na palha":

I - projeto técnico específico, assinado por profissional habilitado, contendo obrigatoriamente identificação do imóvel e da sua área total; croqui descritivo e histórico de utilização da área a ser beneficiada; apresentação de comprovantes de análise de solo e da respectiva recomendação agronômica; ponto georreferenciado por Sistema de Posicionamento Global (GPS) de navegação ou outro instrumento de aferição mais precisa, de preferência, na parte central da propriedade rural; e plano de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal, conforme o caso, da área do projeto;

II - relatório técnico com informações sobre a implementação do projeto e a caracterização da área, assinado por profissional habilitado, de instituição pública ou privada, a cada 4 (quatro) anos, a contar da data de liberação da primeira parcela dos recursos até a liquidação do financiamento, conforme modelo e sistemática definidos pelo MAPA, sendo que a não apresentação dos referidos relatórios no prazo de até 6 (seis) meses a contar do prazo estabelecido ensejará a desclassificação da operação a partir da data do término do referido prazo;

b) nos financiamentos que incluam adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, englobando recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, e o tratamento de dejetos e resíduos, entre outros:

I - comprovação de rentabilidade suficiente que assegure a quitação das obrigações inerentes aos financiamentos;

II - projeto técnico específico, assinado por profissional habilitado, com a identificação da área total do imóvel, o croqui da área a ser recuperada;

c) nos projetos para a agricultura orgânica:

I - para projetos de conversão: declaração de acompanhamento do projeto de conversão emitido pela certificadora; e

II - para produtores certificados: registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;

d) nos financiamentos que incluam a implantação de planos de manejo florestal sustentável: plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental competente.

3 - Fica autorizada, no âmbito do Programa ABC, a concessão de crédito emergencial para financiamento de orizicultores do Rio Grande do Sul, cujos municípios tenham decretado, em decorrência de enchentes, chuvas excessivas, trombas-d'água e enxurradas, situação de emergência ou estado de calamidade pública entre os dias 1º/11/2009 e 31/3/2010, reconhecido pelo Governo Estadual, para recuperação da capacidade produtiva de áreas danificadas e para a implantação da safra 2010/2011, nessas mesmas áreas, observadas as normas gerais estabelecidas para a concessão de crédito rural e seguintes condições adicionais:

a) beneficiários: orizicultores cuja área de produção esteja localizada nos municípios de que trata o caput e que tiveram toda ou parte de sua unidade produtiva danificada pelos eventos, comprovada por meio de laudo técnico elaborado por profissional habilitado, reconhecido pela instituição financeira;

b) itens financiáveis: despesas necessárias à recuperação de benfeitorias e infraestrutura danificadas pelos eventos de que trata este item, bem como despesas referentes aos custos de recuperação do solo ou de áreas degradadas e de formação da safra 2010/2011 quando implantada na área danificada na safra 2009/2010;

c) limite por beneficiário: independentemente de outros limites estabelecidos para este programa:

I - R$600.000,00 (seiscentos mil reais), não podendo ultrapassar R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por hectare de arroz, limitado ao financiamento da área que efetivamente demande recuperação;

II - caso a área danificada seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) da área cultivada com arroz na safra 2009/2010, o financiamento para a formação da safra 2010/2011 pode abranger até 100% (cem por cento) da área a ser cultivada, respeitados os limites por beneficiário e por hectare de que trata o inciso I da alínea "c" deste item;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 5,75% a.a. (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

e) forma e prazo de reembolso: em parcelas semestrais ou anuais, conforme o fluxo de receitas do empreendimento, observado o prazo de até 8 (oito) anos, com até 2 (dois) anos de carência;

f) prazo para contratação: até 30/9/2011;

g) risco da operação: da instituição financeira;

h) garantias: as admitidas no crédito rural;

i) fonte e limites de recursos: Sistema BNDES, no montante de R$204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais).

4 - O disposto no art. 2º, § 4º, da Resolução Nº 3.575, de 29 de maio de 2008, com a redação dada pela Resolução Nº 3.712, de 16 de abril de 2009, não se aplica às operações contratadas na modalidade prevista no item 3.

SEÇÃO: Recursos e período de aplicação - 8

1 - Ficam as operações de crédito ao amparo deste Capítulo submetidas aos seguintes volumes de recursos para aplicação entre 1º/7/2011 e 30/6/2012:

a) Procap-agro: até R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais);

b) Moderinfra: até R$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais);

c) Moderagro: até R$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais);

d) Moderfrota: até R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sendo que, deste total, até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) podem ser destinados às operações de que trata o MCR 13-5-4;

e) Prodecoop: até R$1.950.000.000,00 (um bilhão novecentos e cinquenta milhões de reais);

f) ABC: até R$2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais)." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

RESOLUÇÃO Nº 3.980, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vincula a contratação das linhas de financiamento PROCOPA e Mobilidade Urbana para COPA 2014 às ações listadas na Matriz de Responsabilidades.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 31 de maio de 2011, com base no art. 4º, incisos VI e VIII, da Lei Nº 4.595, de 1964, resolve:

Art. 1º Fica acrescido o seguinte § 5º ao art. 9º-Q da Resolução Nº 2.827, de 30 de março de 2001:

"§ 5º Só poderão ser contratadas operações de crédito para a execução das ações relacionadas na Matriz de Responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em 13 de janeiro de 2010, e posteriores termos aditivos." (NR)

Art. 2º Fica acrescido o seguinte § 4º ao art. 9º-R da Resolução Nº 2.827, de 2001:

"§ 4º Só poderão ser contratadas operações de crédito para a execução das ações relacionadas na Matriz de Responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em 13 de janeiro de 2010, e posteriores termos aditivos." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 31 de maio de 2011

Nº 34 - PROCESSO Nº 28110.35.257/85-DV. INTERESSADOS: MARLLOY S.A. e Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos do Ministério da Integração Nacional - DGFI/MI. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei Nº 9.784/99. DECISÃO: Conheço do recurso administrativo de fls. 2107 a 2137 dos autos do processo em tela para, no mérito, negar-lhe provimento, considerando o teor do Despacho Nº 228/2011, de 23 de fevereiro de 2011 (fls. 2195 a 2206) e do Parecer CONJUR/MI Nº 374/2011, de 3 de maio de 2011 (fls. 2208 a 2220). Restitua-se ao DGFI para adoção das providências subseqüentes.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 382, DE 31 DE MAIO DE 2011

Autoriza antecipação de transferência de recursos para ações de recuperação e reconstrução no Município de Cubatão / SP

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto Nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos para a execução de Recuperação e Reconstrução, descritas no Plano de Trabalho constante do Processo n° 59050.000376/2011-32, necessárias ao retorno da normalidade no Município de Cubatão / SP.

Art. 2º Tendo em vista a urgência na execução das ações para o restabelecimento da normalidade no cenário de desastres, constantes do Plano de Trabalho apresentado, antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 360.000,00, conforme art. 17, § 2° da Lei Nº 12.340/2010 e cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 20110NE000161, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 383, DE 31 DE MAIO DE 2011 (*)

Autoriza transferência de recursos para Ações de Defesa Civil para o Município de Corguinho / MS

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Corguinho / MS, Processo Nº 59050.000551/2011-91.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução de obras e serviços é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art.1º desta Portaria.

Art. 4º Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$140.000,00(cento e quarenta mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000158, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5º O repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por se tratar de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Republicada por ter saído com incorreção do original no DOU Nº 88, de 10 de maio de 2011, na Seção 1, pág. 49.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 46ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Em 31 de maio de 2011, às 10h e 5min, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 46ª Sessão Extraordinária, presidida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, em exercício, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e integrada pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Dra. Tatiana Siqueira Lemos, Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas. Na presença do Exmo. Presidente, em exercício, da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Vitor de Luca. Compareceram à Reunião os Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Robson de Souza, Dr. João Alberto Simões, Dr. Kleber Vinícius Bezerra Camelo de Melo. Abertos os trabalhos o Conselho passou a deliberar e decidiu: (Deliberação sobre a Eleição para Defensor Público-Geral Federal (biênio 2011/2013) (Questão de Ordem) A Exma. Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda, na qualidade de Presidente da CEA, requereu o retorno às atividades habituais do 6º Ofício Cível da DPU-DF de 2ª Categoria a partir do dia 06 de junho de 2011 e das atribuições de Defensora Pública-Chefe da referida Unidade a partir do dia 13 de junho de 2011. Iniciada a votação o Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, em exercício, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, considerou ainda estarem presentes os motivos ensejadores do afastamento determinado por este Colegiado na 126ª RO e, assim, votou pela manutenção do afastamento nos termos já determinados, no que foi seguido, integralmente, pelo Exmo. Dr. Kelery Dinarte. O Exmo. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes, abriu parcial divergência para autorizar o retorno pleiteado em relação ao desempenho da atividade-fim, nos termos requeridos, pois a mens legis foi permitir o exercício das funções com a maior liberdade, sendo certo que, se a requerente considera possível compatibilizar ambas as atuações, sem prejuízos para nenhuma delas, não haveria necessidade de o CSDPU indeferir tal pretensão, no que foi acompanhado pela Exma. Dra. Tatiana Siqueira Lemos, Exmo. Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e Exmo. Dr Jânio Urbano Marinho Júnior. O CSDPU, por unanimidade, indeferiu o pedido em relação ao retorno do exercício das atribuições de Defensora Pública-Chefe da DPU-DF de 2ª categoria e, por maioria, vencidos os Exmos. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e Dr. Kelery Dinarte, deferiu o retorno da requerente para a atividade-fim a partir do dia 06/06/2011. (Questão de Ordem) Trata-se de Questão de Ordem levantada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, em exercício, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, para deliberação colegiada sobre a eventual suspeição de membro suplente da Comissão Eleitoral Apuradora da Eleição para formação da lista tríplice para o cargo de Defensor Público-Geral Federal, biênio 2011/2013. O Exmo. Sr. Dr. Robson de Souza inscreveu-se como interessado para integrar a referida CEA, como representante da Categoria Especial (Resolução Nº 49, art. 9º, § 3º, III), tendo sido escolhido, por este Conselho Superior, na 125ª SO, de 06 de abril de 2011, para compor tal Comissão Eleitoral na condição de suplente. Ocorre que, na referida 125ª SO, o Exmo. Sr. Dr. Robson de Souza argüiu a suspeição do Exmo. Sr. Dr. José Rômulo Plácido Sales, que, posteriormente, requereu o registro de sua candidatura (Edital CEA Nº 02/2011, de 16 de maio de 2011), que restou definitivamente deferido (Edital CEA Nº 03/2011, de 24 de maio de 2011). Com efeito, ainda que não alegado por qualquer das partes, cabe a este Conselho Superior, de ofício, deliberar sobre a questão, que, em última análise, visa preservar a lisura do processo eleitoral. A respeito, cumpre pôr em destaque o art. 23, da Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990: "Art. 23. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral". Nesse sentido, é a diretriz jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral: "INTERESSE NA TUTELA JUDICIAL DA NORMALIDADE E DA LEGITIMIDADE DAS ELEICOES (CONST., ART. 14, PARAGRAFO 9) E DA LISURA ELEITORAL (LEI COMPLEMENTAR N. 64/90, ART. 23, "IN FINE")". TSE, RESPE 11241/RS, Rel. Min. Torquato Lorena Jardim, DJ 12/11/1993, p. 24103. "Sem falar que o Tribunal Superior Eleitoral detém competência para "tomar quaisquer providências que julgar convenientes à execução da legislação eleitoral" (inciso XVIII do art. 23 do Código Eleitoral)". TSE, QORCED 671/MA, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJ de 05/11/2007, p. 134/135. Prosseguindo a votação, o Exmo. Dr. Kelery Dinarte levantou questionamento em que os casos de suspeição haveriam de ser movidos por provocação da parte que se sentir prejudicada e não por provocação ex officio do próprio CSDPU. Diverge, neste ponto, dos argumentos atinentes às questões de impedimento, no que foi acompanhado pelo Exmo. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. O Exmo. Sr. Dr. Felipe Caldas Menezes ressaltou, ainda, que, de acordo com o art. 20 da Lei Nº 9.784/99, a suspeição, se notória, pode ser argüida por qualquer interessado, devendo ser acolhida a questão de ordem levantada. Tais as circunstâncias, o CSDPU, por maioria, vencidos os Exmos. Dr. Kelery Dinarte e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior reconheceu, ex officio, a suspeição do Exmo Sr. Dr. Robson de Souza para atuar como membro da Comissão Eleitoral Apuradora em face de sua argüição, feita na 125ª Sessão Ordinária do CSDPU, da suspeição do Exmo. Sr. Dr. José Rômulo Plácido Sales, eis que este teve o seu registro de candidatura deferido, bem como considerar incólumes todos os atos até aqui adotados pela CEA, pois o Exmo. Dr. Robson de Souza, como suplente, não praticou nenhum deles, no termos do voto do Presidente. (Questão de ordem) Acolhida a suspeição acima tratada, o CSDPU, por unanimidade, decidiu que a Exma. Dra. Ludmylla Mariana comporá a Comissão Eleitoral Apuradora, nos termos do precedente firmado na 125ª RO, como representante da Categoria Especial (Resolução Nº 49/2001, art. 9º, § 3º, III. (Questão de ordem) Seguindo o julgamento, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União marca, para o dia 20/06/2011, Reunião Extraordinária para os fins do art. 14, da Resolução Nº 49/2011 e do art. 13 do Edital Nº 01/2011 da CEA. Faz-se constar da presente Ata que o Conselheiro Jânio Marinho manifestou-se no sentido contrário ao julgamento dos processos incluídos extra-pauta nesta sessão, tendo em vista as ausências do Exmo. DPGF, Dr. José Rômulo Plácido Sales, e do Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa. Ato contínuo foi acordado, por unanimidade, que seriam analisados, ao menos, em homenagem ao princípio da eficiência, art. 37, caput, da CF/88, os processos de menor complexidade. (Inclusão de Pauta. Processos Nº 08038.010921/2011-26; 08038.012717/2011-40; 08038.013770/2011-68. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda, Dr. Ângelo Cavalcanti Alves de Miranda Neto e Dr. Thales Arcoverde Treiger, no período avaliado. (Inclusão de Pauta. Processos Nº 08038.014459/2011-36; 08038.0144602011-61; 08038.013745/2011-84; 08038.014302/2011-19. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves, Dra. Marília Silva Ribeiro de Lima, Dr. Rafael Bravo Gomes, Dra. Lutiana Valadares Fernandes, no período avaliado. (Inclusão de Pauta. Processos Nº 08038.005336/2011-12; 08038.009824/2011-91; 08038.012503/2011-73; 08038.012959/2011-33; 08038.013082/2011-06. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Nícolas Bortolotti Bortolon; Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira; Dr. José Geraldo Benjamin dos Santos; Dr. Francisca das Chagas Polianna de S. Maia, no período avaliado. Foi, ainda, homologado o relatório de atividades funcionais da Exma. Dra. Michelle Leite de Souza Santos. (Inclusão de Pauta. Processos Nº 08038.014247/2011-59; 08038.014243/2011-71; 08038.014497/2011-99; 08038.014461/2011-13 e 08038.013923/2011-77. Relatórios de atividades funcionais). Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Simone Castro Feres de Melo, Dr. Leonardo de Castro Trindade, Dra. Beatriz Lancia Noronha de Oliveira, Dr. João Felix de Oliveira Borges, no período avaliado. Foi, ainda, homologado o relatório de atividades funcionais do Exmo. Dr. Carlos de Almeida Sales Macêdo. (Inclusão de Pauta. Processos Nº 08038.014246/2011-12; 08038.014391/2011-95; 08038.014462/2011-50; 08038.003123/2011-48; 08038.003473/2011-12; 08038.002456/2011-50 e 08038.006306/2011-15. Relatórios de atividades funcionais). Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Júlia Corrêa de Almeida, Dra. Indira Bolsoni Pinheiro, Dr. Walker Teixeira Dedê e Pachêco, Dr. Diego de Amorim Vitório, Dr. Tiago Campana Bullara, Dr. João Freitas de Castro Chaves, no período avaliado. Foi, ainda, homologado o período de estágio probatório do Exmo. Dr. Luiz Marcelo Dias Martins. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.015433/2010-24. Consulta do Dr. Ângelo Cavalcanti Alves no âmbito do processo que gerou a Resolução Nº 50/2011 sobre interpretação de seus dispositivos.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que votou no sentido de que a área de atuação abrange tanto a área territorial do órgão de atuação do DPF quanto a do Conselho afeto. Explica que o órgão de atuação tem que exercer atribuições na área territorial que seja abrangida, ao menos parcialmente, bem como as matérias tratadas pelos Conselhos Afetos têm que guardar relação com ao menos parte das atribuições do Ofício ocupado pelo DPF, preferencialmente, nos termos do art.1º, § 1º da Resolução Nº 50/2011. Quanto à eventual retroatividade da norma de forma a influir da atuação daqueles que já estão com os respectivos mandatos em curso nos Conselhos afetos o art. 3º da Resolução Nº 50/2011 é expresso a respeito das situações jurídicas já consolidadas antes da entrada em vigor da norma, nos termos do art. 5º, inc. XXXVI, da CRFB de 88 e do art. 6º da LICC. Dessa forma, o relator finaliza voto argüindo que aqueles que ingressaram nos Conselhos afetos mediante indicações formuladas sem observância dos termos da Resolução 50/2011, mas antes da sua vigência, cumprirão integralmente seus mandatos, sendo que, apenas após, findo estes, para as novas indicações, a norma terá aplicabilidade, vencido neste ponto o Exmo. Dr. Kelery Dinarte por considerar que só seriam respeitadas as situações já consolidadas quando ao tempo da edição da Resolução já houvesse posse no Conselho e não mera indicação. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.012368/2011-66. Conflito de Atribuição entre DPU-RJ e DPU-SP, com medida cautelar.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes publicizou a medida liminar no sentido de que a matéria é de competência exclusiva do DPGF, porquanto não se trata de um recurso, este sim matéria de competência do CSDPU, deixando a matéria pela, complexidade demonstrada, para ser deliberada na Sessão Ordinária. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.012550/2011-17. Consulta.) Em relatório inicial a relatora expõe que se trata de pedido apresentado pelo Exmo. Dr. Roberto Funchal Filho para que a Chefia da Unidade designe extraordinariamente colegas lotados na mesma unidade, para atuação junto aos Ofícios Previdenciários, uma vez que os mesmos respondem pela maior parte da demanda que chega aquele núcleo da DPU, e ainda, que 2 (dois) DPF, titulares de Ofícios Previdenciários se encontram de férias. Subsidiariamente, requereu a limitação dos atendimentos previdenciários da Unidade. Iniciando julgamento, a Exma. Sra. Conselheira Relatora. Dra. Tatiana Siqueira Lemos votou no

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

sentido de que a Chefia da Unidade não tem competência para deferir restrição de atendimento, competência esta exclusiva do DPGF em conjunto com este Colegiado, votou, ainda, no caso concreto, pelo indeferimento do pedido de limitação de atendimento previdenciário da Unidade de São Paulo. O Exmo. Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas acompanhou o voto proferido pela Relatora. O julgamento do processo fica sobrestado pelo pedido de vista do Exmo. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. Neste momento, a videoconferência foi interrompida e os presentes se retiraram da sala para a apreciação de matérias sigilosas. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.010732/2011-53). (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.010731/2011-17) (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.011931/2011-89.) (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.006343/2008-28.) Por não haver nada mais a ser discutido a reunião extraordinária encerrou-se às 11h e 30m.

CARLOS EDUARDO REGILIO LIMA
Presidente do Conselho
Em exercício

GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO
Conselheiro Efetivo

TATIANA SIQUEIRA LEMOS
Conselheira Efetiva

FELIPE CALDAS MENEZES
Conselheiro Efetivo

JÂNIO URBANO MARINHO JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

KELERY DINARTE DA PÁSCOA FREITAS
Conselheiro efetivo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 206, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08400.026153/2010-66-SR/DPF/PE, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA CRUANGI S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.809.134/0001-74, para exercer suas atividades no Estado de Pernambuco.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 724, DE 13 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08400.001660/2011-78-SR/DPF/PE resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U.,à empresa COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA , CNPJ Nº 10.319.853/0001-44, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança Nº 035336, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 819, DE 11 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08230.015075/2009-30-SR/DPF/AL, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA., CNPJ Nº 12.733.937/0001-55, para atuar em ALAGOAS.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 857, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08230.004549/2010-51-SR/DPF/AL, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MENDO SAMPAIO S/A - USINA ROÇADINHO, CNPJ Nº 10.776.540/0043-74, para atuar em ALAGOAS, com Certificado de Segurança Nº 1329, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 858, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08512.012202/2011-05-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO BOAVISTA SHOPPING, CNPJ Nº 06.261.948/0001-87, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.693, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001645/DPF/PDE/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO EDIFICIO DAMHA CENTER, CNPJ Nº 07.131.336/0001-32, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.694, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000951/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRANDS COMPANY LTDA, CNPJ Nº 12.714.264/0001-96, para atuar em GOIÁS.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.719, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001369/DPF/RPO/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COMERCIAL DO SHOPPING CENTER SANTA URSULA DE RIBEIRÃO PRETO, CNPJ Nº 03.436.324/0001-65, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.750, DE 24 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1690/DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve: CONCEDER autorização à empresa PIVSEG PIAUI VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 10.674.819/0001-98, sediada no PIAUÍ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
3 (três) Revólver(es) calibre 38,
54 (cinquenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.753, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000673/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISE SEGURANCA E VIGILANCIA, CNPJ Nº 42.146.902/0003-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: Nº 620/11 (CNPJ Nº 42.146.902/0003-42);e Nº 620/11 (CNPJ Nº 42.146.902/0003-42).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.757, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001472/DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARAGUAIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 08.805.331/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em TOCANTINS, com Certificado de Segurança Nº 979/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.760, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/487/DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa NOSSA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 07.300.153/0001-01, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre 38.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.764, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1601/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa SERVI - SEGURANCA E VIGILANCIA DE INSTALACOES LTDA, CNPJ Nº 01.437.326/0002-24, sediada no DISTRITO FEDERAL, para adquirir:
Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:
19 (dezenove) Revólver(es) calibre 38,
320 (trezentos e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.766, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 2011/1444/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ Nº 60.860.087/0196-22, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

28 (vinte e oito) Revólver(es) calibre 38,

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.767, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000721/DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. ME, CNPJ Nº 01.301.890/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança Nº 994/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 174, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08360.018407/2009-52 - DELESP/SR/DPF/PA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria Nº 1084, de 18/10/2001, publicada no D.O.U. de 29/10/2001, à empresa FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF Nº 04.304.864/0001-58, localizada no Estado do PARÁ.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 175, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08360.018407/2009-52 - DELESP/SR/DPF/PA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria Nº 222, de 01/02/2007, publicada no D.O.U. de 08/02/2007, à empresa FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF Nº 04.304.864/0002-39, localizada no Estado do MARANHÃO.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08492.003666/2011-06 - Diego Facundo Carrizo

Processo Nº 08492.003669/2011-31 - Catalina Sofia Nacarato

Processo Nº 08495.001047/2011-49 - Leon Guzman.

DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente. Processo Nº 08390.001959/2011-99 - Stanislaw Teodor Piwowarczyk.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.060210/2008-43 - Mohamed Elhakimi e Nadia Mazouz.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08514.000414/2011-11 - Matias Enedin Toledo

Processo Nº 08701.001131/2011-80 - Agustin Guillermo Martinelli

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 01/04/2011, página 57, para conceder a permanência, nos termos do art. 7º Do Acordo Operacional Brasil-Argentina, de 29/11/2005. Processo N° 08505.025046/2009-17 - Martin Anibal Bonardi.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08432.002015/2009-81 - Ramon Angel Gonzalez Quintana.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08492.003176/2011-00 - Marcos Santiago Gomez Fernandez.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08089.000609/2011-29 - Graham Peter Anderson

Processo Nº 08102.001287/2010-39 - Ramon Enrique Ramayo Gonzalez e Yurisan Elena Lopez Garcia

Processo Nº 08107.000985/2011-58 - Maria Luciana Pinheiro Escobar

Processo Nº 08241.000198/2010-81 - Jose Raul Cuellar Reina

Processo Nº 08241.000648/2010-35 - Bilha Rojas Rios De Rodrigues

Processo Nº 08241.001143/2010-98 - Jimmy Ancizar Triana Arbelaez

Processo Nº 08241.001417/2009-13 - Luis Enrique Suarez Londono

Processo Nº 08241.001582/2009-67 - Eduardo Chiappe Lozano

Processo Nº 08280.019740/2011-93 - Xinliang Zhu e Xuefen Ye

Processo Nº 08310.001505/2011-61 - Xu Yonghua e Ni Aicui

Processo Nº 08310.001514/2011-51 - Clifton Marvin Kasantaroeno

Processo Nº 08310.002690/2011-19 - Farbricio Luis Lopes Dos Santos Portela

Processo Nº 08310.010461/2010-89 - João Carlos Cardoso Lousa

Processo Nº 08320.013598/2010-76 - Arlete De Jesus Lopes Tavares

Processo Nº 08354.005735/2010-10 - Roberto Dutto

Processo Nº 08390.000216/2011-00 - Gabrielle Philogene

Processo Nº 08390.000292/2011-15 - Chen Chia Ying

Processo Nº 08460.025624/2010-12 - Kennith Kipkosgey Chepkok

Processo Nº 08460.029940/2010-55 - Nsuka Kaluba e Lumama Nkembi Luwawu

Processo Nº 08460.052683/2010-55 - Manuel Francisco Penades Montero

Processo Nº 08492.018024/2010-12 - Luis Pablo Higuera Carvajal

Processo Nº 08502.010504/2010-79 - Oscar Edilfonso Rojas Colan

Processo Nº 08504.003271/2011-19 - José Manuel De Oliveira Carvalho

Processo Nº 08505.055094/2010-65 - Jinsheng Huang e Xinxin Huang

Processo Nº 08505.063722/2010-86 - Qianbo Liu e Xianyi Xu

Processo Nº 08505.067688/2010-19 - Marie Ange Raymonde Michele Bernardini

Processo Nº 08505.071486/2010-71 - Marilia Paulina Fernandes Correia

Processo Nº 08505.071836/2008-85 - Jose Alfredo Lopez Huaytari e Monica Paola Velasquez Justiniano

Processo Nº 08508.016858/2010-77 - Andrea Paola Peredo.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08286.000031/2011-84 - Martin Eduardo Cegarra Gonzalez

Processo Nº 08286.001317/2010-04 - Michael Fogde Johnsen

Processo Nº 08286.001629/2010-18 - Pedro Miguel Cirugião Leite de Vilhena

Processo Nº 08286.001909/2010-18 - Fabien Denoel

Processo Nº 08286.001960/2010-20 - Hugo Miguel Costantino Colaço

Processo Nº 08286.002065/2010-22 - Onur Keskioglu

Processo Nº 08295.001348/2011-29 - Luis Merino Millan

Processo Nº 08295.005398/2011-85 - Ivan Ernesto Alvarez Martin

Processo Nº 08505.071318/2010-86 - Olga Isabel Daza Romero

Processo Nº 08505.071364/2010-85 - Antonio Manuel Bras Pinheiro Del Grande

Processo Nº 08505.071404/2010-99 - Grissell Liseth Flores Cortez Dos Santos

Processo Nº 08505.071449/2010-63 - Ilana Weisz

Processo Nº 08505.071477/2010-81 - Mahmut Koray Erimez.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o(s) Estrangeiro(s) Zina Daniel e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seus filhos Kiala Gabriel Metro, Sissi Massala Daniel, Vinda Daniel Afonso, Afonso Muini Daniel e Ngombo Paulina Daniel. Processo N° 08280.038312/2010-89 - Zina Daniel, Kiala Gabriel Metro, Sissi Massala Daniel, Vinda Daniel Afonso, Afonso Muini Daniel e Ngombo Paulina Daniel.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 26/01/2010, página 77, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.012278/2009-05 - Roberto Marinelli.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 01/09/2010, página 43, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.047357/2008-48 - Calixto Perez Uruña e Flora Reina Rodriguez Escobar

Processo Nº 08083.004374/2009-80 - Nilton Osvaldo Chitanga.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 20/09/2010, página 40, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.052960/2009-22 - Herberth Jose Ochoa Pari e Delfina Paxi Mamani.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 01/10/2010, página 56, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.005107/2010-55 - Patricio Leonardo Vasquez Guerrero.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 20/09/2010, página 41, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.098358/2009-31 - Miguel Colque Quispe e Arminda Colque Quispe.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 27/12/2010, página 70, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08495.002477/2005-30 - Juan Gustavo Rivas Rosadilla.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 09/12/2010, página 59, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08432.002636/2010-06 - Darwin Federico Sosa e Estela Mari Duarte Silvera.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 10/08/2010, página 134, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08504.019015/2009-29 - Sonia Delia Arias Mendoza.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 04/08/2010, página 45, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08504.019012/2009-95 - Calixto Mamani Huanca.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 15/04/2011, página 54, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08494.007312/2009-98 - Mohamed Saido Ba Djalo.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08505.031219/2009-28 - Juan Edgar Colque Mamani e Sonia Moya Chauca

Processo Nº 08505.013503/2009-12 - David German Condori Acsama e Rosmery Velasquez Paredes.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não preenchem os requisitos do art.75, II, b, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08241.000106/2007-67 - Eliceo Maldonado Mendoza

Processo Nº 08270.010860/2009-20 - Alessandro Roberto Nitti

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.006970/2009-96 - Cris Stefan Gomez Moreno

Processo Nº 08505.072996/2010-66 - Ali Hussein Mohsen

Processo Nº 08520.014292/2010-81 - Ildefredo Maria Gomes Malabá.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08460.012207/2010-00 - Pedro Mariel Manuel Chifuqueno

Processo Nº 08505.005041/2011-84 - Xianjin Ou e Xiuxian Lin

Processo Nº 08505.042391/2010-41 - Jose Luis Serrano Marquez

Processo Nº 08505.047191/2010-84 - Markus Gunter Vogelmann

Processo Nº 08505.059095/2010-89 - Azizi Juma Nguzo.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros encontram-se fora do País.

Processo Nº 08505.055195/2010-36 - Francisco Javier Vejarano Matsuoka

Processo Nº 08792.000134/2010-43 - Phasuk Panamatang.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 09/08/2006, página 48, tendo em vista que o estrangeiro não se enquadra no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo N° 08505.033064/2006-11 - Wang Rongjun e Yulian Cai.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08083.000794/2011-10 - Carlos Manuel Romero Luna, até 24/05/2012

Processo Nº 08096.010957/2010-34 - Diego Anderson Tissiani Siviero, até 23/02/2012

Processo Nº 08102.011283/2010-69 - Sandro Alestino Mateus Narciso, até 02/02/2012

Processo Nº 08230.007603/2010-11 - Gloria Intchami, até 26/02/2012

Processo Nº 08270.005168/2011-02 - Marla Maysa Barbosa Martins, até 18/03/2012

Processo Nº 08280.011761/2010-80 - Ivan Jose Sebastião, até 21/07/2011

Processo Nº 08375.001696/2011-14 - Unico So Mane, até 16/03/2012

Processo Nº 08390.000611/2011-84 - Jairo Alberto Blanco Martinez, até 16/02/2012

Processo Nº 08410.004653/2010-28 - Jandira Francisco Soares, até 20/07/2011

Processo Nº 08460.006544/2011-31 - Percy Enrique Rivera Salas, até 31/07/2011

Processo Nº 08505.006640/2011-15 - Fatuma Catherine Atieno Odongo, até 04/03/2012

Processo Nº 08505.035735/2011-46 - Angela Mercedes Hernandez Vanegas, até 10/06/2012

Processo Nº 08505.035756/2011-61 - Ivanild Suzana dos Santos Gonga, até 09/06/2012

Processo Nº 08505.035761/2011-74 - Muhammad Shoaib Arif, até 09/06/2012

Processo Nº 08505.071326/2010-22 - Nianga Sarine Silva Barreto dos Santos, até 05/03/2012

Processo Nº 08506.008675/2011-89 - David Eduardo Merino, até 21/07/2012

Processo Nº 08506.008686/2011-69 - Jason Paul Statham, até 08/07/2012

Processo Nº 08506.008705/2011-57 - Santiago Reinaldo Yanchapaxi Herrera, até 13/06/2012

Processo Nº 08506.008721/2011-40 - Deodacio Laerson Cambolo, até 28/07/2012

Processo Nº 08506.008735/2011-63 - Elton Alexandre dos Santos Freire, até 17/05/2012

Processo Nº 08506.009355/2011-46 - Ivana Stankovic, até 29/06/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08364.000835/2011-11 - Domenico Meneguzzi, até 25/05/2012

Processo Nº 08241.000926/2011-35 - Carlos Michell Rios Nacimento, até 14/05/2012

Processo Nº 08260.003039/2010-18 - Jan Pieter Frans Maria de Bie, até 24/06/2011.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000512/2011-49 - Andreas Hallingstad, até 28/01/2012

Processo Nº 08000.000749/2011-20 - Nicholas Paul Smith, até 16/05/2012

Processo Nº 08000.001858/2011-64 - Gilles Jean Michel Gouachon, até 02/05/2012

Processo Nº 08000.002553/2011-70 - Benno Hembo, até 16/01/2012

Processo Nº 08000.002554/2011-14 - Steen Helbo Jensen, até 16/01/2012

Processo Nº 08000.002591/2011-22 - Josko Jurenic, até 19/08/2013

Processo Nº 08000.002595/2011-19 - Toni Poljanic, até 17/07/2013

Processo Nº 08000.002884/2011-18 - Mateusz Krzysztof Jakubowski, até 16/04/2013

Processo Nº 08000.003468/2011-29 - Sonia Maria de Seixas Mota Prego de Faria, até 05/09/2013

Processo Nº 08000.003602/2010-19 - James Walter Gibson, até 03/04/2012

Processo Nº 08000.011150/2010-31 - Arnd Rose, até 07/10/2012

Processo Nº 08000.013112/2010-12 - Jose Luis Modica Alsina, Antonella Modica Bellassai, Rosario Guadalupe Bellassai de Modica e Rosario Modica Bellassai, até 23/01/2013

Processo Nº 08000.014167/2010-40 - Juan Sebastian Roberto Montero Moran, Colomba Maria Montero Lopez e Paula Soledad Lopez Ugarte, até 19/12/2012

Processo Nº 08000.014352/2010-34 - Alberto Jose Domador Serrano, até 22/05/2012

Processo Nº 08000.019402/2010-70 - Teoh Pek Chuan, até 16/03/2013

Processo Nº 08000.021263/2010-44 - Foivos Nikolaos Bartsiokas, até 18/10/2011

Processo Nº 08000.021322/2010-84 - Vitaly Kostenkov, até 13/05/2013

Processo Nº 08000.021340/2010-66 - Oliver Stephen Perrett, até 28/03/2013

Processo Nº 08260.001691/2010-90 - Gustavo Enrique Romaguera Martin, até 04/05/2012

Processo Nº 08505.030399/2010-64 - Julie Hutchinson, até 28/07/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.002000/2011-17 - Cesar Hipolito Quilcate Villanueva, até 22/02/2013

Processo N° 08000.001705/2011-17 - Takuya Nojima, até 02/03/2013.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000779/2011-36 - Andon Nikolov Dohnev

Processo Nº 08000.000783/2011-02 - Simon James Mcardle

Processo Nº 08000.000795/2011-29 - George Dishington

Processo Nº 08000.002035/2011-56 - Pedro David Vittes

Processo Nº 08000.002835/2011-77 - Francisco Rosas

Processo Nº 08000.002838/2011-19 - Dmitriy Kuznetsov

Processo Nº 08000.002841/2011-24 - Ian Michael Chipman

Processo Nº 08000.002844/2011-68 - Panko Anestev Panayotov

Processo Nº 08000.002846/2011-57 - Mitko Georgiev Boev

Processo Nº 08000.002935/2011-01 - Darryl Andrew Pope

Processo Nº 08000.002938/2011-37 - Crestito Aglipa Bascon

Processo Nº 08000.002939/2011-81 - Roger Encarnacion Isturiz

Processo Nº 08000.002941/2011-51 - Jonny Mathias Buder

Processo Nº 08000.002945/2011-39 - Iliyan Stefanov Gabrovski

Processo Nº 08000.002947/2011-28 - Dobromir Stefanov Kalev

Processo Nº 08000.002948/2011-72 - Carl Fredrik Strandberg

Processo Nº 08000.002949/2011-17 - Michael Douglas Card

Processo Nº 08000.002953/2011-85 - Randy Carreon Dominguez

Processo Nº 08000.002954/2011-20 - Martin Jyssum

Processo Nº 08000.002957/2011-63 - Diego Gatti

Processo Nº 08000.002958/2011-16 - Luis Guillermo Silva Campos

Processo Nº 08000.002974/2011-09 - Lawrence Mark West

Processo Nº 08000.002975/2011-45 - Robert James Clucas

Processo Nº 08000.002979/2011-23 - Martin Yordanov Martinov

Processo Nº 08000.002980/2011-58 - Yordan Georgiev Yorgakiev

Processo Nº 08000.002983/2011-91 - Glenn Encinares Abunales

Processo Nº 08000.002987/2011-70 - Tsonko Marinov Tsonev

Processo Nº 08000.003114/2010-01 - Etelka Ilona Kovacs

Processo Nº 08000.014116/2010-18 - Stephane Guillette

Processo Nº 08000.014374/2010-02 - Senthan Thirumavalavan

Processo Nº 08018.008693/2009-48 - Vikas Rajdeo Rajbhar

Processo Nº 08018.008694/2009-92 - Pitchaipazam Baskaran

Processo Nº 08018.015734/2009-52 - Alan Paul Rash

Processo Nº 08018.017098/2009-01 - Janusz konrad Ogrocki

Processo Nº 08375.001517/2009-16 - Luis Ruben Paz Perdomo

Processo Nº 08505.028956/2009-43 - Raffaele Lamesta.

Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.000627/2011-33 - Haitao Zhang

Processo Nº 08000.001630/2011-74 - William Herbert Watson Jr

Processo Nº 08000.002033/2011-67 - Jeffrey Robert Mcfadden

Processo Nº 08018.015871/2009-97 - Nicolas Stamplif

Processo Nº 08240.002331/2011-24 - Mingquan Xu

Processo Nº 08286.002521/2009-09 - Roberto Valones Alcantara

Processo Nº 08286.002530/2009-91 - Jimmy Layco Doctor

Processo Nº 08311.000679/2010-15 - Melchor Huaman Cosi

Processo Nº 08354.001244/2010-91 - Angel Paul Saviana e Marie Josee Bernadette Moulis Saviana

Processo Nº 08390.004128/2009-54 - Tero Tapani Koskinen

Processo Nº 08460.007743/2009-41 - Dawen Ye

Processo Nº 08460.037527/2009-21 - Sergio Gabriel Recco

Processo Nº 08505.002163/2011-19 - Peng Hui

Processo Nº 08505.068991/2009-03 - Luis Alberto Jimenez Rodriguez

Processo Nº 08505.068992/2009-40 - Andrei Jesus Moya Martinez

Processo Nº 08505.068993/2009-94 - Allan Portuguez Cascante

Processo Nº 08702.006740/2009-09 - Yen Shao Yang

Processo Nº 08000.000628/2011-88 - Hongguang Li

Processo Nº 08000.002429/2011-12 - Jarred Lawrence Lemanski

Processo Nº 08000.002434/2011-17 - Sim Kim Beng James

Processo Nº 08000.002478/2011-47 - Rainer Hennig

Processo Nº 08018.005062/2009-77 - Lynsey Byers

Processo Nº 08505.002164/2011-63 - Guoli Chen.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de mudança de empregador. Processo N° 08504.017161/2009-10 - Jesus Sala Ortes.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 08/04/2011, Seção I, Pág. 46, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo No- 08505.036453/2010-85 - Rolando Mancha

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo No- 08505.036453/2010-85 - Rolando Mancha e Wendy July Maldonado Murillo.

No Diário Oficial da União de 29/03/2011, Seção I, Pág. 82, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.035332/2010-16 - Paola Matteo Selan

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.035332/2010-16 - Paola De Matteo Selan.

No Diário Oficial da União de 23/05/2011, Seção I, Pág. 49, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08280.033769/2010-05 - Ludwig Alois Schindler, Juliane Schindler e Terese Leyen

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08280.033769/2010-05 - Ludwig Alois Schindler, Juliane Schindler e Teresa Leyens.

No Diário Oficial da União de 30/08/2010, Seção I, Pág. 56, Onde se lê: Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência nos termos solicitado, salientando, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08296.003711/2009-16 - Adam Craig Payne

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08296.003711/2009-16 - Adam Craig Payne e Katie Ann Payne.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 148, DE 30 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: BEJEWELED 2 DELUXE (Estados Unidos da América - 2005)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004128/2011-36
Requerente: Miguel Oliveira

Título: CHUZZLE DELUXE (Estados Unidos da América - 2005)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004130/2011-13
Requerente: Miguel Oliveira

Título: MAHJONGG ARTIFACTS (Rússia - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: ALAWAR ENTERTAINMENT / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Mahjong
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004136/2011-82
Requerente: Miguel Oliveira

Título: MYSTERY P.I. - STOLEN IN SAN FRANCISCO (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Outros
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004137/2011-27
Requerente: Miguel Oliveira

Título: ZUMA (Estados Unidos da América - 2005)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004139/2011-16
Requerente: Miguel Oliveira

Título: CHOCOLATIER (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: PLAYFIRST / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004140/2011-41
Requerente: Miguel Oliveira

Título: FISHDOM (Rússia - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: PLAYRIX ENTERTAINMENT / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004141/2011-95
Requerente: Miguel Oliveira

Título: JEWEL QUEST II (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: iWIN / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004142/2011-30
Requerente: Miguel Oliveira

Título: JEWEL QUEST SOLITAIRE (Estados Unidos da América - 2006)
Titular dos Direitos Autorais: iWIN / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cartas
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004143/2011-84
Requerente: Miguel Oliveira

Título: MAHJONG DIMENSIONS DELUXE (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ARKADIUM INC./ WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia/Mahjong
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004145/2011-73
Requerente: Miguel Oliveira

Título: PLANTS VS. ZOMBIES - GAME OF THE YEAR (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: POPCAP / WILDTANGENT INC.
Distribuidor(es): WildTangent Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004147/2011-62
Requerente: Miguel Oliveira

Título: GREEN LANTERN: RISE OF THE MANHUNTERS (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: PSP
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004168/2011-88
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: SHREK`S CARNIVAL CRAZE PARTY GAMES (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004390/2011-81
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: EXCITEBOTS: TRICK RACING (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004391/2011-25
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: LEMMINGS REVOLUTION (Estados Unidos da América - 2000)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004401/2011-22
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: NIGHT AT THE MUSEUM: BATTLE OF THE SMITHSONIAN THE VIDEO GAME (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MAJESCO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004409/2011-99
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: NIGHT AT THE MUSEUM: BATTLE OF THE SMITHSONIAN THE VIDEO GAME (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MAJESCO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004410/2011-13
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: THE LAST AIRBENDER (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004415/2011-46
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: TONY HAWK`S MOTION FEATURING HUE PIXEL PAINTER (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004417/2011-35
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SUPER SCRIBBLENAUTS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004426/2011-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 30 de maio de 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:

Processo MJ Nº 08017.003354/2010-19
Título do Episódio: "BETTY, MINHA BELA FEIA II - PORQUE BETTY ENTROU DE LUTO"
Título da Série: "BETTY, MINHA BELA FEIA II / UGLY BETTY II"
Episódio: 24
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Família.
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.003358/2010-05
Título do Episódio: "BETTY, MINHA BELA FEIA II - MUITA AREIA PARA O MEU CAMINHÃOZINHO"
Título da Série: "BETTY, MINHA BELA FEIA II / UGLY BETTY II"
Episódio: 28
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Família.
Contém: Presença de Armas com Violência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.003363/2010-18

Título do Episódio: "BETTY, MINHA BELA FEIA II - BANANAS PARA BETTY"

Título da Série: "BETTY, MINHA BELA FEIA II / UGLY BETTY II"

Episódio: 33

Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Tema: Família.

Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Agressão Física.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.003368/2010-32

Título do Episódio: "BETTY, MINHA BELA FEIA II - PERGUNTAS QUE QUEIMAM"

Título da Série: "BETTY, MINHA BELA FEIA II / UGLY BETTY II"

Episódio: 38

Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Tema: Família.

Contém: Presença de Armas com Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.003369/2010-87

Título do Episódio: "BETTY, MINHA BELA FEIA II - CEGONHA À CAMINHO"

Título da Série: "BETTY, MINHA BELA FEIA II / UGLY BETTY II"

Episódio: 39

Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Tema: Família.

Contém: Consumo de Drogas Lícitas.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.000030/99-80

Filme: "BILLY MADISON - UM HERDEIRO BOBALHÃO"

Requerente: Rádio e Televisão Record S/A.

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Tema: Herança.

Contém: Consumo de Drogas Lícitas.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do filme, classificando-o como "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos".

A Rádio e Televisão Record S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o filme na versão apresentada à este Departamento.

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ Nº 08017.000444/2011-39

Minissérie: "DIVÃ"

Episódio(s): 01 ao 08

Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos

Tema: Costumes

Contém: Sexo.

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação da minissérie, classificando-a pelo monitoramento como: "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos".

Processo MJ Nº 08017.002398/2010-21

Título do Episódio: "POWER TRIP"

Título da Série: "CSI MIAMI - 7ª TEMPORADA /-/ CSI MIAMI - 7 SEASON"

Episódio: 09

Requerente: Rádio e Televisão Record S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos

Tema: Investigação.

Contém: Violência.

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação da minissérie, classificando-a pelo monitoramento como: "Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos".

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ Nº 08017.001607/2010-10

Série: "CRIMES DO COLARINHO BRANCO"

Requerente: Globo Comunicações e Participações S.A.

Episódios: 01 a 14.

CONSIDERANDO que a série "CRIMES DO COLARINHO BRANCO" foi apresentada sob a forma de autoclassificação, sendo que cada episódio foi apresentado como uma obra à parte, com seu próprio número protocolar.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou a continuidade da trama, apresentando também coerência quanto à temática investigativa, sem tendências de indicação que motivem uma reclassificação para faixa etária superior à requerida.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que no presente caso a transmissão da informação completa aos cidadãos se faz de forma mais eficaz tratando os episódios como um todo.

Resolvo apensar os processos de número protocolar 08017.001608/2010-64 a 08017.001620/2010-79, referentes aos episódios da série, ao processo 08017.001607/2010-10, atribuindo a eles a classificação "não recomendada para menores de 10 anos" por conter violência e consumo de drogas lícitas.

Em 31 de maio de 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007:

Processo MJ Nº 08017.000988/2005-52

Obra: "PROGRAMA DO RATINHO - VERSÃO 2005"

Emissora: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP)

Tema: Entretenimento.

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual, Erotização e Violência.

CONDIDERANDO que em 26/04/2011 a emissora foi advertida de que o conteúdo exibido no Programa vinha apresentando cenas não adequadas à classificação de "não recomendado para menores de 12 anos" e que esta classificação poderia ser elevada caso persistisse a exibição de tais cenas;

CONSIDERANDO que em 13/05/2011, em reunião com representantes da emissora, reiterou-se a inadequação da obra à classificação de "não recomendada para menores de 12 anos";

CONSIDERANDO que mesmo após as advertências, foi verificada a exibição de conteúdos inadequados para a classificação do Programa;

CONSIDERANDO que, a pedido da emissora, a obra em questão passou a ter classificação indicativa de "não recomendado para menores de 14 anos", conforme despacho de deferimento publicado em 24/05/2011;

CONSIDERANDO que em 25/05/2011, a emissora reconsiderou seu posicionamento e solicitou que o programa retornasse à classificação indicativa de "não recomendado para menores de 12 anos", comprometendo-se a exibir conteúdo compatível com tal classificação;

CONSIDERANDO inequívoca a constatação do Monitoramento deste Ministério de que o Programa em questão deve ter sua classificação indicativa elevada;

Resolvo indeferir o pedido da emissora, mantendo a obra como "não recomendada para menores de 14 anos" e concedendo à emissora o prazo de 5 (cinco) dias para que adeque a sua grade de programação.

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 145, DE 31 DE MAIO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei n.º 11.958, de 26 de junho de 2009, e no Decreto de 1º de janeiro de 2011, e o que consta na Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 7.077, de 26 de janeiro de 2010, no Anexo I, da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 25 de agosto de 2006, e no Processo nº 00350.007855/2010-71, resolve:

Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2011, nos termos do Anexo I.

Art. 2º Habilitar a empresa para fornecimento de óleo diesel marítimo às embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, de acordo com o Anexo II.

Art. 3º Alterar o Anexo da Portaria MPA nº 524, de 1º de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. no dia 03 de dezembro de 2010, seção I, páginas 100 e 102, nos termos do Anexo III.

Art. 4º Alterar o Anexo da Portaria MPA nº 524, de 1º de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. no dia 03 dezembro de 2010, seção I, página 101, EXCLUINDO a embarcação BEATRIZ S, inscrita na Capitania dos Portos sob o número 4010128364, de propriedade de MAILTON ANTONIO DE SOUZA, CPF Nº 657.245.509-20.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IDELI SALVATTI

ANEXO I

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTÔNIO NELES RODRIGUES 809.635.013-72	ALADIN 1630043206	CE00037967	14.144,54	4.675,12
CIRO JOAO NUNES DA COSTA 722.565.673-20	RIO PIRANGI 1620016206	CE00038791	28.812,96	9.523,40
FRANCISCO DEUSIMAR ALVES 426.767.033-15	ASA VERDE 1610046668	CE00014541	9.984,38	3.300,09
JANIO PESSOA DO NASCIMENTO 785.647.783-00	DIPESCA VI 1630037761	CE00048640	28.812,96	9.523,40
JEOVAH COELHO COLARES 102.208.443-72	PROPESCA VI 1610034210	CE00095805	29.860,70	9.869,71
JOANA VIANA DE MATOS RAMOS 786.792.493-00	RODOUFO 1610058399	CE00023874	15.226,19	5.032,64
JOSINILDO FERREIRA RODRIGUES 024.247.873-52	LAIANA 1630042382	CE00038849	18.859,39	6.233,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JOSÉ GESUALDO COUTO DE OLIVEIRA 815.922.213-00	DIAMANTINA 1630043001	CE00038825	28.289,09	9.350,25
JOSÉ JESUS CONCEIÇÃO SILVA 275.893.903-72	PERNALONGA 1630030724	CE00048258	28.812,96	9.523,40
JOSÉ RUBENS RODRIGUES FILHO 041.812.863-47	WELLITON II 1630041670	CE00038837	19.645,20	6.493,23
JOÃO CESAR COSTA 713.421.413-34	SAO MANOEL I 1610037154	CE00024764	13.478,92	4.455,12
LUIS GILBETO BRAGA DE COUTO 377.868.063-34	SOL 1630042854	CE00038861	28.289,09	9.350,25
MANOEL BRAGA MONTEIRO NETO 907.021.403-25	ADRIELE 1630042811	CE00038875	18.859,39	6.233,50
MARCIO WELITON DE ARAUJO 434.136.333-68	WELITON 1630039977	CE00007138	31.432,32	10.389,17
RAIMUNDA NUNES DA COSTA 382.464.653-68	FREI DAMIAO 1620012383	CE00039057	26.717,47	8.830,79
	PADRE CICERO 1620008491	CE00039061	26.717,47	8.830,79
SEBASTIÃO RODRIGUES ARAUJO 170.544.943-34	CAROLINA 1620012910	CE00039075	15.716,16	5.194,58
	MAYARA 1610048661	CE00039087	13.620,67	4.501,97
TOTAL	18		397.279,86	R$ 131.310,93

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
FRANCISCO CARLOS COSTA 228.381.043-49	PERNALONGA 1610056876	CE00040348	18.970,33	6.270,17
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS 491.128.723-34	GEISIVANDO 1610060997	CE00040590	23.962,52	7.920,21
	GILBERTO 1630016471	CE00040658	19.469,54	6.434,70
	GILDEMBERG 1610036981	CE00040610	19.469,54	6.434,70
JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS 671.297.903-00	JOÃO CLÁUDIO 1610057911	CE00041478	23.962,52	7.920,21
JOÃO CLAUDIO MATIAS RODRIGUES 011.884.778-38	JOSE CLAUDIO 1610060539	CE00041928	25.145,86	8.311,34
LUIZ FELIX DOS SANTOS 054.011.353-00	SÃO FRANCISCO DE ASSIS 1620017768	CE00041754	23.836,18	7.878,45
MARIA DE FÁTIMA ANDRÉ DE CARVALHO 202.558.103-34	SANTA CRUZ III 2930022221	CE00047728	26.717,47	8.830,79
OSMARINA MARTINS COSTA PAIVA 122.426.403-72	PICA PAU 1610054881	CE00041858	20.431,01	6.752,96
PAULO LUIZ GOMES DOS SANTOS 321.955.083-53	CARLOS AUGUSTO 1610064038	CE00047736	28.812,96	9.523,40
PAULO ROBERTO MOREIRA GURGEL 042.775.543-34	N. S. DOS NAVEGANTES II 1620018802	CE00040898	9.235,56	3.052,58
SOFIA HELLEN ALEXANDRE PIRES 053.520.133-83	AMIGO DE DEUS 1610065590	CE00041908	34.575,55	11.428,08
	DIVINA PROVIDÊNCIA 1630040606	CE00041896	23.574,24	7.791,88
	DOM LUIS I 1830059491	CE00024356	23.574,24	7.791,88
	PRINCIPE DA PAZ 1610064194	CE00041916	28.812,96	9.523,40
TOTAL	13		311.611,40	R$ 102.995,36

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
NORTEMAR COMERCIO E EXPORTAÇAO LTDA 05.556.078/0001-00	COSTA DOURADA 1210112540	PA00001926	60.245,28	20.039,09
S. P. DA SILVA EMBARCAÇÃO - SILVA PESCA 84.142.165/0001-98	SILVA III 0210238771	PA00001748	162.072,90	53.909,50
TOTAL	2		222.318,18	R$ 73.948,58

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTONIO MARDONIO NOGUEIRA DA SILVA 903.751.303-49	SALMO VII 1630035637	PA00095007	59.983,34	19.951,96
	SALMO VIII 1630038288	PA00095449	59.983,34	19.951,96
DEISI GASPERIN 428.175.442-34	ANEQUIM 0210234610	PA00095355	36.671,04	12.197,70
	CAMURUPIN 0210302810	PA00006476	17.025,84	5.663,22
	SCORPIONE 0210270659	PA00006250	35.361,36	11.762,07
	TUCUNARÉ 0210272171	PA00011537	47.148,48	15.682,76
ELISEU MARVILA 755.099.627-04	ALINE I 0210291290	PA00006368	68.103,36	22.652,88
EVA APARECIDA FERREIRA SILVA 004.250.867-39	DINIZ PESCA II 0210308371	PA00011549	47.148,48	15.682,76
JUSCELINO FIALHO DE MESQUITA 306.480.503-78	SAM SEBASTIAN II 0210298502	PA00006426	29.860,70	9.932,42
LACILDO SILVA PAZ 781.886.607-87	DINIZ PESCA 0210297468	PA00006418	57.625,92	19.167,82
MARCELO NOGUEIRA DA SILVA 924.534.573-49	SALMO IX 1630039489	PA00095045	28.812,96	9.583,91
	SALMO X 1630040312	PA00095027	28.812,96	9.583,91
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS RODRIGUES 318.513.203-34	IRIA I 1610054172	PA00011739	27.503,28	9.148,28
THAIRO BARROSO BASTOS DE SANTIAGO 948.542.542-20	MARILIA SANTIAGO 1630040886	PA00007188	28.812,96	9.583,91
TOTAL	14		572.854,02	R$ 190.545,57

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio de Janeiro

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
MAILTON ANTÔNIO DE SOUZA 657.245.509-20	BEATRIZ S 4010128364	SC00008988	101.819,92	34.466,04
TOTAL	1		101.819,92	R$ 34.466,04

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
CICERO KOWALSKY 810.503.729-72	MACEDO I 4430054011	SC00096409	75.961,44	26.649,17
FEMEPE CAPTURA DE PESCADOS LTDA 10.013.491/0001-69	FERREIRA VIII 4430064423	SC00012757	82.586,88	28.973,54
JOÃO JOVENTINO DOS SANTOS 045.824.359-04	DOM HENRIQUE IV 4430475211	SC00095867	70.722,72	24.811,30
SERGIO ANTONIO PAGLIOTTO 158.673.828-34	ELISA II 4010129042	SC00009688	123.938,10	43.480,58
	ELISA O 4430046409	SC00009696	144.912,24	50.838,84
TOTAL	5		498.121,38	R$ 174.753,43

Frota Pesqueira em Operação no Estado São Paulo				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Maio a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
MARIO PREY 350.982.798-87	ANEKIN 4430109087	SP00043258	40.600,08	13.625,39
TOTAL	1		40.600,08	R$ 13.625,39

ANEXO II

Razão social	CNPJ	UF DE CREDENCIAMENTO
COOPERATIVA MISTA DE PESCA NIPO BRASILEIRA	58.137.340/0036-79	SP

ANEXO III

Onde se lê:

J.S.S. PESCADOS LTDA 09.295.962/0001-90	MARDOSUL II 3810229920	SC00010255	100.103,85	35.118,93

Leia-se:

J.S.S. PESCADOS LTDA 09.295.962/0001-90	MAR DO SUL II 3810229920	SC00010255	214.508,25	75.249,50

Onde se lê:

NEREU RAMOS CALDEIRA 291.426.019-91	REI DO UNIVERSO 4430091790	SP00037505	102.963,96	36.122,33

Leia-se:

NEREU RAMOS CALDEIRA 291.426.019-91	REI DO UNIVERSO 4430115524	SP00041240	102.963,96	36.122,33

Ministério da Previdência Social

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 18 de maio de 2011, publicada no DOU nº 103, de 31/05/2011, seção 1, página 30: onde se lê: "Conselho de Recursos da Previdência Social"....."Presidente do Conselho", leia-se: "Câmara de Recursos da Previdência Complementar"...."Presidente da Câmara de Recursos".

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.259, DE 31 DE MAIO DE 2011

Estabelece recurso anual destinado ao custeio da Nefrologia do Município de Guanambi (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC);

Considerando a Portaria nº 677/SAS/MS, de 9 de dezembro de 2010, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva (TRS), dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, e

Considerando a Portaria nº 190/SAS/MS, de 29 de abril de 2011, que habilita, no Município de Guanambi (BA), o Hospital do Rim de Guanambi LTDA., como Serviço de Nefrologia, CNES 6677460, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 4.131.153,00 (quatro milhões, cento e trinta e um mil cento e cinquenta e três reais), destinado ao custeio da Nefrologia do Município de Guanambi (BA).

Art. 2º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.260, DE 31 DE MAIO DE 2011

Destina recursos financeiros para aquisição de mobiliário e equipamentos de tecnologia da Informática e Rede ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Coroatá (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 935/GM/MS, de 15 de maio de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Coroatá (MA); e

Considerando a Portaria nº 2. 970/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui diretrizes técnicas e financeiras de fomento à Regionalização da Rede Nacional SAMU - 192, resolve:

Art. 1º Destinar recursos financeiros para a aquisição de mobiliário e equipamentos de tecnologia da Informática e Rede ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Coroatá (MA), conforme descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a parcela única dos valores descritos no Anexo I a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Coroatá (MA).

Art. 3º Estabelecer, no Anexo II a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Regional de Coroatá (MA).

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Município para Repasse	UF	População coberta pela Central	Recurso financeiro para Materiais e Mobiliários	Recurso financeiro para Equipamento Tecnologia Informática e Rede	Valor do Recurso (Parcela Única).
Coroatá	MA	120.495	R$ 16.000,00	R$ 96.847,21	R$ 112.847,21

ANEXO II

MUNICIPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DA REGIONAL DE COROATÁ (MA).

Nº	MUNICÍPIO
1	Coroatá
2	Capinzal do Norte
3	Peritoró
4	Timbiras

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.261, DE 31 DE MAIO DE 2011

Habilita o Município de Itamaraju (BA) a receber o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico e Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Teixeira de Freitas (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.094/GM/MS, de 17 de dezembro de 2010, que habilita a Central de Regulação e Unidade de Suporte Básico a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Teixeira de Freitas (BA); e

Considerando a Portaria nº 2.970/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui diretrizes técnicas e financeiras de fomento à regionalização da Rede Nacional SAMU - 192, resolve:

Art. 1º Habilitar o Município de Itamaraju (BA) a receber o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico e Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Teixeira de Freitas (BA), conforme especificado no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito no Anexo I a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Itamaraju (BA).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência de janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Município para repasse	Unidade de Suporte Avançado (USA)	Unidade de Suporte Básico (USB)	Chassi	Placa	Valor do repasse mensal	Valor do repasse anual
Itamaraju/BA	01	-	93W245G34B2054231	NTU 6021	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
	-	01	93W245G34A2050001	NTN 3732	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL					R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

ANEXO II

MUNICIPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA REGIONAL DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA, COM UM TOTAL DE 406.774 DE HABITANTES (IBGE 2009).

Nº	MUNICÍPIO
1	Alcobaça
2	Caravelas
3	Ibirapuã
4	Itamaraju
5	Itanhém
6	Jucuruçu
7	Lajedão
8	Medeiros Neto
9	Mucuri
10	Nova Viçosa
11	Prado
12	Teixeira de Freitas
13	Vereda

PORTARIA Nº 1.262, DE 31 DE MAIO DE 2011

Habilita o Município de Uiarúna (PB) a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Avançado destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Cajazeiras (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.005/GM/MS, de 16 de dezembro de 2010, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Cajazeiras (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.970/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui diretrizes técnicas e financeiras de fomento à regionalização da Rede Nacional SAMU - 192, resolve:

Art. 1º Habilitar o Município de Uiarúna (PB) a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Avançado destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Cajazeiras (PB), conforme especificado no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito no Anexo II a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Uiraúna (PB).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Município para repasse	Unidade de Suporte Avançado (USA)	Chassi	Placa	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Uiraúna/PB	01	93W245G34B2054006	NPU 2424	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00

ANEXO II

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA REGIONAL DE CAJAZEIRAS - PB, COM UM TOTAL DE 169.621 (IBGE 2009) DE HABITANTES.

Nº	MUNICÍPIO
1	Bernadino Batista
2	Bom Jesus
3	Bonito de Santa Fé
4	Cachoeira dos Índios
5	Cajazeiras
6	Carrapateira
7	Monte Horebe
8	Poço José de Moura
9	Poço Dantas
10	Santa Helena
11	Santarém
12	São João do Rio do Peixe
13	São José de Piranhas
14	Triunfo
15	Uiraúna

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 934/GM/MS, de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial nº 80, de 28 de abril de 2011, seção 1, página 61,

Onde se lê:

Art. 3º Será transferido ao Fundo de Saúde dos Municípios de Buenos Aires, Brejinho, Chá de Alegria, Lagoa dos Gatos e São Benedito do Sul o valor do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde conforme o disposto no Anexo II desta Portaria.

Leia-se:

Art. 3º Será transferido ao Fundo de Saúde dos Municípios de Angelim, Buenos Aires, Brejinho, Chá de Alegria, Cumaru, Lagoa dos Gatos e São Benedito do Sul o valor do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde conforme o disposto no Anexo II desta Portaria.

Onde se lê:

ANEXO II

COD. IBGE	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PFVPS TOTAL (R$)	PARCELA QUADRIMESTRAL DE RECURSOS FEDERAIS (R$)
260270	BUENOS AIRES	13.675	31.179,00	7.794,75
260250	BREJINHO	7.368	16.799,04	4.199,76
260440	CHÃ DE ALEGRIA	12.187	27.786,36	6.946,59
260870	LAGOA DOS GATOS	15.570	35.499,60	8.874,90
261290	SÃO BENEDITO DO SUL	10.837	24.708,36	6.177,09
TOTAIS		59.637	135.972,36	33.993,09

Leia-se:

ANEXO II

COD. IBGE	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PFVPS TOTAL (R$)	PARCELA QUADRIMESTRAL DE RECURSOS FEDERAIS (R$)
260100	ANGELIM	10.385	23.677,80	7.892,60
260270	BUENOS AIRES	13.675	31.179,00	10.393,00
260250	BREJINHO	7.368	16.799,04	5.599,68
260440	CHÃ DE ALEGRIA	12.187	27.786,36	9.262,12
260490	CUMARU	13.812	31.491,36	10.497,12
260870	LAGOA DOS GATOS	15.570	35.499,60	11.833,20
261290	SÃO BENEDITO DO SUL	10.837	24.708,36	8.236,12
TOTAIS		83.834	191.141,52	63.713,84

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 611, DE 31 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 48 do Anexo I do Decreto Nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, e o art. 10 da Portaria Nº 936/GM/MS, de 27 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no art. 11 da Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que estabelece que, alternativamente, para dar cumprimento ao requisito previsto no art. 4º da referida Lei, a entidade de saúde de reconhecida excelência poderá realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do Sistema Único de Saúde (SUS), celebrando ajuste com a União, por intermédio do Ministério da Saúde (MS); e

Considerando a decisão do Comitê Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), em reunião ocorrida no dia 12 de maio de 2011, que definiu os temas e objetivos prioritários para o PROADI-SUS no próximo triênio (2012-2014), resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo a esta Portaria, os temas e objetivos prioritários para a elaboração de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS.

Parágrafo Único. Os temas e objetivos de que tratam o caput estão articulados com as áreas de atuação contempladas no art. 11 da Lei Nº 12.101, de 2009, e no art. 2º da Portaria Nº 936/GM/MS, de 2011.

Art. 2º As entidades de saúde de reconhecida excelência deverão apresentar, à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação desta Portaria, carta consulta com proposta de projetos segundo as áreas temáticas definidas nos termos do art. 2º da Portaria Nº 936/GM/MS, de 2011, e alterações posteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

ANEXO I

TEMAS E OBJETIVOS PARA O PROADI-SUS/2012-2014

Tema I - Promoção do acesso, qualidade, integralidade e cuidado em rede.

Objetivos:

1. Apoiar processos de qualificação e integração sistêmica da Atenção Primária e da Atenção Especializada ambulatorial e hospitalar do SUS;
2. Apoiar a implementação, a gestão e a avaliação das redes de atenção, em especial a rede temática de urgência e emergência; da atenção à mulher e à criança; da atenção à população idosa; da saúde mental com ênfase nos cuidados aos usuários de crack e outras drogas; das políticas e ações de saúde para a população indígena, ribeirinha e quilombola; da implementação da Política Nacional de Transplantes.
3. Apoiar ações de vigilância, promoção da saúde, prevenção de riscos e agravos à saúde com ênfase nas doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, doenças maternas e infantis, envelhecimento, dengue e outras doenças emergentes e reemergentes, dependência do crack e outras drogas.
4. Desenvolver estudos e projetos relativos ao acesso aos vários níveis de atenção do SUS, visando a sua ampliação, tais como: obstáculos, demanda reprimida, custos sociais da espera, sistemas de regulação, atenção primária como ordenadora do sistema, informatização, comparativos com o sistema suplementar, uso de serviços e ações do SUS pelo sistema suplementar.
5. Apoiar o desenvolvimento da gestão e do uso racional e monitoramento da qualidade de medicamentos e hemocomponentes e de outros insumos de interesse sanitário com ênfase na hipertensão arterial sistêmica, diabetes, oncologia, saúde mental, doenças maternas e infantis, doenças emergentes e reemergentes.
6. Apoiar o desenvolvimento de diretrizes/protocolos clínicos e de acesso visando à qualificação da assistência e à orientação da organização dos fluxos, otimizando o uso dos recursos em correspondência ao quadro epidemiológico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tema II - Financiamento e Gestão do SUS
Objetivos:
1. Apoiar estudos sobre mecanismos de financiamento e contratualização de redes de atenção ou de serviços de saúde;
2. Apoiar os processos de certificação e acreditação de estabelecimentos e redes de atenção do SUS;
3. Apoiar os processos de qualificação e gestão de hospitais públicos e filantrópicos contratados pelo SUS, dentre eles: elaboração de plano diretor, implantação de linha de cuidado ao paciente crítico, gestão clínica, gestão de risco e segurança do paciente, gestão de materiais, informação e informatização, apuração e gestão de custos, comissões de acompanhamento da contratualização do programa de reestruturação dos Hospitais de Ensino e Filantrópicos do SUS.
4.Apoiar o desenvolvimento de sistemas de regulação envolvendo: cartão SUS, prontuário eletrônico, regulação de leitos, consultas e exames, sistemas informatizados de apoio.
5. Contribuir para a avaliação econômica de serviços e programas do SUS, dos resultados da utilização de novos medicamentos, insumos e produtos para a saúde, visando subsidiar a incorporação de tecnologias apropriadas ao SUS, em especial: doenças cardiovasculares, oncologia, diabetes, dengue, doenças maternas e infantis, dependência do crack e outras drogas; principais agravos à população idosa .
6. Desenvolver estudos e projetos de atividade que visem a contribuir com a concretização do ressarcimento da saúde suplementar ao SUS.
7. Promover a transferência de tecnologia em gestão de resíduos de serviços de saúde e o desenvolvimento da implantação de ferramentas de gestão e controle de qualidade e efetividade das ações de vigilância em saúde.
8. Apoiar a construção de processos e metodologias para o fortalecimento dos instrumentos de gestão e de governança, tendo como base as regiões de saúde.
Tema III - Inovação científica e tecnológica
Objetivos:
1. Apoiar a realização de estudos de monitoramento do horizonte tecnológico, do desenvolvimento do complexo industrial da saúde, de avaliação de tecnologias em saúde para subsidiar a política de incorporação e retirada de tecnologias no SUS e a inovação do complexo produtivo da saúde.
2. Contribuir no campo da pesquisa clínica, desenvolvendo ensaios clínicos fases I, II, III ou IV em parceria com os centros da Rede Nacional de Pesquisa Clínica - RNPC.
3. Apoiar a inovação e a produção de tecnologias estratégicas para o SUS, a criação de redes de engenharia clínica e de gestão de tecnologias, visando a ampliar o acesso e a organizar linhas de cuidado, prioritariamente, da saúde da mulher, saúde mental, saúde da pessoa idosa, doenças crônicas (cardiovasculares, oncológicas e endócrino-metabólicas), doenças negligenciadas, urgência e emergência, ações de vigilância e promoção da saúde.
4. Contribuir para o desenvolvimento de estudos e projetos nos Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde dos hospitais de ensino da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde - REBRATS.
Tema IV - Desenvolvimento dos profissionais e trabalhadores do SUS
Objetivos:
1. Contribuir para a formação, a capacitação e a atualização dos profissionais e trabalhadores do SUS, especialmente aqueles vinculados às prioridades de dengue, mulher, criança, idoso, urgência e emergência, saúde mental e dependência do crack.
2. Contribuir para a formação e a capacitação dos trabalhadores e profissionais do SUS em contratualização - Contratos de Gestão, Vigilância em Saúde, Gestão de Serviços de Saúde e Gestão de Redes de Atenção;
3. Apoiar a formação e a especialização de profissionais de vigilância em saúde, de engenharia clínica e biomédica, de pesquisa clínica e epidemiologia clínica aplicada, para a avaliação e a gestão de tecnologias em saúde.
4. Apoiar os cursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS.
5. Apoiar os centros estaduais e municipais de formação e suas articulações com as instâncias de gestão regional, a criação e o fortalecimento das estruturas institucionais da gestão da educação e do trabalho na saúde nos municípios e estados, com foco em educação permanente e avaliação de desempenho.
6. Apoiar as políticas e os programas de reorientação da formação dos profissionais de saúde de nível superior, a distribuição e a alocação regional de profissionais de saúde nas áreas estratégicas do SUS.
7. Apoiar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação nos programas de qualificação dos profissionais e trabalhadores do SUS, como Telesaúde e plataformas de ensino a distância.

DIRETORIA EXECUTIVA
DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE MAIO 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS Nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF Nº . 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo Nº 25000.145205/2008-18, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 23/11/2011, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS Nº . 485/2008 publicada no DOU Nº 245, Seção 1, de 17/12/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 257, DE 31 DE MAIO DE 2011

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN Nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o inciso IV do artigo 9º do Anexo I do Decreto Nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, o inciso IV do artigo 6º e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em 23 de maio de 2011, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa - RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN Nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN Nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Art. 2º A alínea "b" do inciso II do artigo 2º, o caput do art. 13, os incisos II, IV ao XIV do artigo 17 e o § 1º do artigo 78, todos da RN Nº 197, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º ....
....
II - . .....
b) Assessoria da Presidência - ASSES/PRESI; e
....."(NR)

"Art. 13. A Assessoria da Presidência compete auxiliar diretamente o Diretor-Presidente e o Secretário Executivo da ANS nas atividades que lhe forem por eles designadas." (NR)

"Art. 17. .....
.....
II - propor políticas de recursos humanos integradas às necessidades institucionais, promovendo o alinhamento estratégico da gestão de pessoas na ANS;
.....
IV - coordenar e orientar os procedimentos e o fornecimento de informações e subsídios necessários aos processos e demandas judiciais que envolvam os recursos humanos da ANS;
V - formular, propor e coordenar, em conjunto com as demais unidades competentes, conforme o caso, a elaboração de normativos internos e procedimentos para orientar o planejamento, execução e controle das atividades de gestão de pessoas na ANS;
VI - realizar a instrução e o acompanhamento de processos administrativos referentes às solicitações dos servidores, encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos - GERH, a respeito dos direitos e prerrogativas previstos na Lei n° 8.112, de 1990, e demais legislações pertinentes;
VII - gerenciar, planejar, controlar, orientar e supervisionar a Coordenação de Administração de Pessoal, a Coordenação de Carreira e Desenvolvimento e a Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida, que se encontram sob sua supervisão;
VIII - instruir e analisar os processos administrativos de contratação de serviços e aquisição de materiais destinados ao atendimento às demandas das áreas da GERH;
IX - elaborar termos de referência para a contratação de serviços e aquisição de materiais destinados ao atendimento às demandas das áreas da GERH;
X - analisar e elaborar respostas através de notas técnicas às demandas oriundas da Procuradoria Federal, Auditoria Interna e Ouvidoria Interna relativas aos contratos administrativos da GERH;
XI - responder a GECOL nos processos de contratação de serviços nas fases interna e externa das licitações relativos às demandas originadas das contratações nas áreas da GERH;
XII - instruir os processos administrativos nas prorrogações e repactuações dos contratos da GERH e realizar análise das motivações apresentadas pelas contratadas para majoração contratual;
XIII - acompanhar a fiscalização dos contratos administrativos da GERH; e
XIV - negociar acordos de cooperação técnica para adesão da ANS nas unidades do Subsistema de atenção a saúde do servidor, relativos a ações de saúde." (NR)

"Art. 78. .....
.....
§ 1º Aos Gerentes-Gerais, chefes de Núcleos da ANS e Assessor da Presidência cabe ainda expedir ofício.
....."(NR)

Art. 3° A RN Nº 197, de 2009, passa a vigorar acrescida dos subitens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3, do subitem 1.1; e dos subitens 1.5 e 1.6; todos do item 1 da alínea "a" do inciso II do art. 2°; do item 1 da alínea "c", do inciso II do art. 2°; dos artigos 17-A, 17-B e 17-C, conforme disposto abaixo:

"Art. 2º .....
.....
II - .....
.....
a) .....
1. .....
1.1 .....
1.1.1 - Coordenação de Administração de Pessoal - CODAP;
1.1.2 - Coordenação de Carreira e Desenvolvimento - COCAD;
1.1.3 - Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida - COSAQ.
1.2 .....
1.3 .....
1.5 Coordenadoria de Logística e Serviços - CLS;
1.6 Coordenadoria de Administração Descentralizada em São Paulo - CAD/SP.
2.....
b).....
c).....
1. Coordenadoria de Administração Descentralizada no Distrito Federal - CAD/DF.
....."

"Art. 17-A. À Coordenação de Administração de Pessoal - CODAP compete:
I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de cadastro e registros funcionais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, procedimentos relativos ao processamento de folha de pagamento, consignações e benefícios de natureza social;
II - processar as operações relativas a processos de seleção para provimentos de cargo;
III - planejar, coordenar, orientar e executar os procedimentos e atos de nomeação e vacância;
IV - coordenar, supervisionar, controlar, orientar, propor e executar a concessão de aposentadoria, pensão, benefícios, direitos e vantagens previstas na legislação vigente;
V - coordenar, supervisionar, controlar, orientar e executar as atividades relativas à lotação, cessão, requisição, redistribuição e promoção de servidores, como também controlar e acompanhar o quadro de cargos e a força de trabalho da ANS; e
VI - emissão e controle das identificações funcionais da ANS."

"Art. 17-B. À Coordenação de Carreira e Desenvolvimento - COCAD compete:
I - planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à carreira dos servidores da ANS;
II - planejar, coordenar atividades relativas a processos de seleção para provimento de cargos;
III - planejar, coordenar e executar as ações relativas à integração de servidores na ANS;
IV - coordenar, executar e acompanhar os processos relativos a estágio probatório e estabilidade de servidores;
V - planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual para gratificação, progressão e promoção, consolidando o plano de carreira dos servidores da ANS;
VI - identificar, desenvolver e fornecer os subsídios necessários à gestão de pessoas por competências, em consonância com as diretrizes estratégicas da ANS;
VII - desenvolver ferramentas de atualização e suporte à gestão de pessoas na ANS;;
VIII - atuar em parceria com as áreas da ANS na administração de conflitos internos; e
IX - planejar, coordenar, orientar, executar e acompanhar as atividades de estágio, contemplado a elaboração e avaliação dos projetos de desenvolvimento do programa de estágio supervisionado de estudante de nível médio e de nível superior da ANS."

"Art. 17-C. À Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida - COSAQ compete:
I - planejar, coordenar, supervisionar e promover ações voltadas para a atenção, prevenção e promoção da saúde, segurança do trabalho e qualidade de vida dos servidores;
II - implementar ações de atenção ao ambiente de trabalho, de forma a impedir o desenvolvimento de agravos à saúde do trabalhador no âmbito da ANS;
III - promover o debate e a disseminação de idéias e ações relacionadas à saúde, por meio de campanhas oficiais, de responsabilidade social, educativas e informativas, de forma a incrementar a saúde do trabalhador como componente estratégico na criação de um ambiente saudável, no âmbito da ANS;
IV - acompanhar a gestão e fiscalização dos contratos referentes à saúde do trabalhador no âmbito da ANS;
V - viabilizar os programas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde de servidores de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho estabelecida pelo governo, por meio de acordos de cooperação técnica com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)."

Art. 4º Ficam revogados os subitens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3, do subitem 1.3, do item 1, da alínea "a", do inciso II, do artigo 2º; os incisos do artigo 13, da RN Nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 5º Ficam transformados, sem aumento de despesa, um Cargo Comissionado de Chefe de Assessoria, símbolo CA I, da ASSES/PRESI, um Cargo Comissionado de Assessor, símbolo CA III, da ASSES/PRESI, e um Cargo Comissionado de Coordenador, símbolo CGE IV, da GGRIN/PRESI, em dois Cargos Comissionados de Assessor, símbolo CA II, na ASSES/PRESI.

Art. 6º Fica transferido um Cargo Comissionado Técnico, símbolo CCT I da DIRAD/DIPRO para a GERH/SSEAF/SECEX/PRESI.

Art. 7º Os campos do Anexo da Resolução Normativa - RN Nº 198, 16 de julho de 2009, que definem a distribuição de cargos concernente à estrutura da PRESI e da DIPRO passam a vigorar conforme o Anexo desta Resolução Normativa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 8º O Anexo desta Resolução estará disponível para consulta e cópia na página da internet www.ans.gov.br.

Art. 9º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO REIS TAVARES
Diretor - Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.038, DE 16 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Pró-Saude Planos de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIV do art. 4º da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o inciso I e III do art. 82, da RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, e na forma do disposto no art. 24 da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, em reunião ordinária de 20 de abril de 2011, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves, constantes no processo administrativo n.º 33902.099806/2011-01, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Pró-Saúde Planos de Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.929.110/0001-68, registro ANS Nº 37.969-7 e com fulcro no § 2º, do art. 99, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora, o dia 27 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO REIS TAVARES
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 31 de maio de 2011

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.072 - PROCESSO 33902.157077/2005-69
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 358/2005/DIPRO/ANS, lavrada em 19/07/2005, pela constatação da conduta prevista na RDC Nº 85, de 21/09/2001, ao deixar de enviar os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP, referentes aos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: inciso IV do art. 6º da RDC Nº 24, de 13/06/2000, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.076 - PROCESSO 33902.226587/2003-21
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 068/2003/DIPRO/ANS, lavrada em 22/09/2003, pela constatação da conduta prevista na RDC Nº 85, de 21/09/2001, ao deixar de enviar os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP, referentes aos 3º e 4º trimestres de 2002, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: inciso IV do art. 6º da RDC Nº 24, de 13/06/2000, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.078 - PROCESSO 33902.210125/2002-10
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 0372/2002/DIPRO/ANS, lavrada em 10/10/2002, pela constatação da prevista na RDC Nº 85, de 21/09/2001, ao deixar de enviar os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP, referentes aos 1ºe 2º trimestres de 2002, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: inciso IV do art. 6º da RDC Nº 24, de 13/06/2000, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.079 - PROCESSO 33902.206680/2003-10
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 002/2003/DIOPE/ANS, lavrada em 03/11/2003, pela constatação da prevista no inciso IV do art. 6º da RDC 24/2000, ao deixar de encaminhar à ANS os dados econômico-financeiros relativos aos quadros 8 a 13 do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS, referentes aos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2001 e 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2002, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 20 da Lei 9656/98 e art. 3º da Resolução-RE Nº 01/2001, alterada pela Resolução-RN Nº 29/2003, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.080 - PROCESSO 33902.114641/2004-78
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 016/2004/DIPRO/ANS, lavrada em 13/11/2004, pela constatação da conduta prevista na RDC Nº 85, de 21/09/2001, ao deixar de enviar os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP, referentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2003, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: inciso IV do art. 6º da RDC Nº 24, de 13/06/2000, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.081 - PROCESSO 33902.050382/2005-21
Ao representante legal da empresa DENTAL SHARING ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 71.727.101/0001-07, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 280/2005/DIOPE/ANS, lavrada em 18/04/2005, pela constatação da prevista no inciso IV do art. 6º da RDC 24/2000, ao deixar de encaminhar à ANS os dados econômico-financeiros relativos aos quadros 8 a 13 do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS, referentes aos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2003 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 20 da Lei 9656/98 e art. 3º da Resolução-RE Nº 01/2001, alterada pela Resolução-RN Nº 29/2003, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.084 - PROCESSO 33902.050623/2005-31
Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 36454 na data de 20/12/2010, pela constatação da conduta Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1º trimestre de 2003 2)- Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2003; 3)- Prevista no inciso IV, artigo 6º- da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras DIOPS referente ao 3º trimestre de 2003 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00 e no artigo 35 da RN 124/06: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas - DIOPS referente ao 1ºtrimestre de 2004;- 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00 e no artigo 35 da RN;- 124/06: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas - DIOPS referente ao 2º- trimestre de 2004;7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00 e no artigo 35 da RN 124/06: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas - DIOPS referente ao 3º- trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001. 2) Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput, c/c RE DIOPE 01/2001. 3) Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput, c/c RE DIOPE 01/2001. 4) Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001. 5) Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001. 6) Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput, c/c RE DIOPE 01/2001. 7) Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput, c/c RE DIOPE 01/2001, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.086 - PROCESSO 33902.157621/2005-72
Ao representante legal da empresa MED FAMILY - O MÉDICO DA FAMILÍA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 02.993.879/0001-45, com último endereço desconhecido na ANS, da Representação Nº 892/2005/DIPRO/ANS, lavrada em 19/07/2005, pela constatação da conduta prevista na RDC Nº 85, de 21/09/2001, ao deixar de enviar os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP, referentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: inciso IV do art. 6º da RDC Nº 24, de 13/06/2000, podendo a representada prestar esclarecimentos quanto ao indício da infração apontada na representação, enviando provas documentais do efetivo cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 8º, §1º, inciso I da RN 48/2003, alterada pela RN 142/2006, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.087 - PROCESSO 33902.263839/2005-65

Ao representante legal da empresa UNIODONTO GOVERNADOR VALADARES COOP. TRAB. ODONTOLÓGICO LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.227.823/0001-17, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 18862 na data de 23/062006, pela constatação da conduta: 1) Prevista no inciso IV, artigo 7º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 36 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes referente aos meses de: maio a dezembro de 2003; janeiro a dezembro de 2004; janeiro a dezembro de 2005 e janeiro a março de 2006, 2) Prevista no artigo 36 da RN124: ao deixar de enviar à ANS as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes referente ao mês de abril de 2006, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: 1) Lei 9.656/98, artigo 20, c/c RN 17 de 11/11/02, artigo 4º e artigo 6º c/c RN 53 de 14/11/03, artigo 1º c/c RN 88 de 04/01/05, artigo 3º, 2) Lei 9.656/98, artigo 20 c/c RN 88 de 04/01/05, artigo 3º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.088 - PROCESSO 33902.054032/2008-86

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 31807 na data de 09/11/2009, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00, e no artigo 34 da RN 124, de 30/03/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os documentos e as informações solicitadas no Requerimento de Informações - RI Nº 0391/2007/GGTAP/DIPRO/ANS, de 15 de agosto de 2007, referentes ao "Acompanhamento da Atenção à Saúde na Saúde Suplementar - Área de atenção: saúde mental", conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput., podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.089- PROCESSO 33902.119790/2007-76

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 35793 na data de 07/05/2010, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00, e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 1º trimestre de 2005; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 2º trimestre de 2005; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 3º trimestre de 2005 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24/00, e no artigo 35 da RN 124/06: Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referentes ao 4º trimestre de 2005, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legaisLei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 85, de 21/09/01, artigo 4º, c/c RN 96, de 29/03/2005, artigo 2º; 2) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º, c/c RN 96, de 29/03/2005, artigo 2º; 3) Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º, c/c RN 96, de 29/03/2005, artigo 2º, 4) Lei Nº 9.656/98, art. 20, caput c/c RDC 85/01, artigo 4º, c/c RN 96, de 29/03/2005, artigo 2º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.090 - PROCESSO 33902.157154/2005-81

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 40065 na data de 26/05/2009, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os dados do Sistema de Informações de Produtos - SIP referente ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/1998, artigo 20, caput c/c RDC 85, de 21/09/01, artigo 4º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.091 - PROCESSO 33902.019608/2008-69

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 31889 na data de 08/01/2010, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1º trimestre de 2007; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2º trimestre de 2007, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legaisLei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c Resolução Normativa - RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º c/c IN DIOPE 03, de 18/05/2005, artigo 1º, §1º; 2) Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c Resolução Normativa - RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º c/c IN DIOPE 03, de 18/05/2005, artigo 1º, §1º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.092 - PROCESSO 33902.154669/2007-91

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 30675 na data de 21/07/2009, pela constatação da conduta Prevista no artigo 34 da RN 124, de 30/03/2006 ao não encaminhar, no prazo estabelecido, documento comunicando a não aplicação da contraprestação pecuniária em planos de saúde individuais e familiares, por variação de custo, para o período de vigência da RN 128/06: de maio de 2006 até abril de 2007, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Resolução Normativa - RN 156, de 08/06/2007, §1º artigo 4º, editada com base na Lei 9.656/98, art. 20, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

O(A) Gerente Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria Nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa Nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN Nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN Nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Nº 1.093 - PROCESSO 33902.224248/2008-15

Ao representante legal da empresa TAVARES BASTOS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 01.654.641/0001-22, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração Nº 31150 na data de 21/08/2009, pela constatação da conduta Prevista no artigo 34 da RN 124, de 30/03/2006 ao não encaminhar, no prazo estabelecido, documento comunicando a não aplicação da contraprestação pecuniária em planos de saúde individuais e familiares, por variação de custo, para o período de vigência da RN 156/07: de maio de 2007 até abril de 2008, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Resolução Normativa - RN 171, de 29/04/2007, art. 3º, editada com base na Lei 9.656/98, art. 20, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

MERCEDES SCHUMACHER

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 29 DE OUTUBRO DE 2010

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.001061/2008-61	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. p/ tomog. comput. do tórax, prev. na legis. p/ a benef. M.A.P.F.G.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 4 DE MARÇO DE 2011

O Chefe-Substituto do NUCLEO DA ANS SAO PAULO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.002794/2010-37	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	1) Deixar de encam. à ANS as infor. c/ relação à sua rede de entid. hosp.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 1º e anexo III, item 4, da RN 56/03, alt. pela RN n.º 95/05; e 2) Operar prods. em cond. operac. difer. da regis. na ANS. Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 85/2004 alter. pela RN 100/2005.	Advertência

RAFAEL HENRIQUES CALDEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÕES DE 11 DE MARÇO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.000461/2010-73	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Rescindir unilater.o contr. do benef. R.L., sob aleg. de inadim., mas sendo esta inf. a 60 dias, nos últ. 12 meses de vigên. do contr.. Art. 13, § ún., II da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 15 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.050220/2009-31	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. integral p/ cirur. de craniossinostose da benef. AAC, ao não reembolsar as desp. c/ o instrumen. cirúr.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 23 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.054693/2009-16	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar., ao benef. IR, cob. p/ os proced. Citomegalovírus Qualit. por PCR, Cadeias Leves - Kapa e Lambda - e Pesq. de Chagas HA p/ compon. hemoter. e Anti HCV, ao benef. I.R.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS)
25789.022917/2009-12	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar., à benef. M.C.A, cob. em consul. na especialid. de geriatria. Art. 12, inc. I, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.031972/2009-01	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar., ao benef. E.S.S., cob. p/ cirur. de ret. de mat. da tíbia dir.. Art. 12, inc. II, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.055180/2009-14	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Deixar de gar., à benef. E.R.M, cob. de cateter de Shilley e sessões de hemod.. Art. 12, inc. II, alín. b, c e e da Lei 9656/98.	Auto de infração nº 32.304 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.047006/2009-06	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar., à benef. S.B.O.P.,cob. p/ colecistect. c/ colangiog. por videolaparos.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069933/2009-79	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar., ao benef. J.N.V.J., cob. p/ biópsia dirig. da prós t. c/ sedação. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.044792/2010-15	SEISA SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE LTDA.	338362.	44.269.579/0001-68	Deixar de gar., ao benef. A.J.S., cob. p/ cirur. de hérnia de disco. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.002529/2011-30	ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS	340146.	61.740.791/0001-80	Reduzir a rede hosp. s/ autor. da ANS. Artigo 17, § 4º, da Lei 9656/98.	93.063,16 (NOVENTA E TRES MIL, SESSENTA E TRES REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)
25789.067991/2009-68	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Deixar de comun. à ANS o reaj. aplic. na mensal. da benef. M.L.N.M.. Art. 20, da Lei 9.656/98, c.c art. 7º, RN 74/2004, art. 7º, RN 99/2005 e art. 13, RN 171/2008.	Advertência.
25789.028673/2010-15	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Rescindir unilateralm. o contr. de plano de assist. à saúde indiv., da benef. V.S.S. hipót. legalm. permit.. Art. 13, § ún., inc. II, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.069950/2009-14	UNIMED DE SANTOS COOP DE TRAB MEDICO	355721.	58.229.691/0001-80	Deixar de gar., à benef. L.T.M.S.. cob. p/ ultrasson. transv.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.021478/2010-64	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Não gar. cob., após 24h, nos casos de urg. e emerg., a realiz. de artrodese da col. vert. via anter. à benef. R.M.B.S.. Art. 35-C da Lei 9.656/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.005557/2005-61	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Imputar, à benef. A.F.S., período de carên. p/ parto a termo sup. ao estab. pela Lei 9.656/98 e sua regulam.. Art.12, inc. V, alin. a, da Lei 9656/98 c/c art. 1º, inc. III da Resol. CONSU 4/98.	Auto de infração nº 18.616 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.045360/2009-98	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar., à benef. M.C.N.M., cob. p/ histerectomia. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 27 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.002938/2009-11	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Reajustar a mensal. do benef. A.J.S. acima do contrat. em 4/1997. Art. 25 da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.074607/2009-83	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES	338915.	63.089.205/0001-05	Deixar de gar., ao benef. A.N.V. cob. p/ microdelação de cromos. Y. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.049169/2009-15	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar. à benef. C.M. o cob. p/ ressonân. magnét. de mama. Art. 12, inc. I, alín.b da Lei 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.019475/2010-61	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Rescin. o contr. firm. c/ a empr. P. R. P. M. -ME antes do fim do período de vigên. e s/ comprov. comun. expres. ao contratan.. Art. 25, da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.001769/2009-01	AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	394009.	66.866.146/0001-22	Deixar de gar. cob. p/ Audiom. Tonal Limiar c/ Testes de Discrim., à benef. M.R.S.F.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.050692/2009-94	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Não garan. ao benef. J.C.N., a realiz. do proced. denom. Septação Gástr.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.018118/2010-85	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Aplicar reaj. em periodic. inf. a 12 meses. Art. 4º, inc. II, XIII e XVII da Lei 9.961/2000 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 19 da RN 195/2009.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.018159/2009-38	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Rescindir unilateralm., por inadimp., o contr. regulamentado do benef. A.N.M., s/ a dev. notifi. no prazo legal. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.067663/2010-03	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Reajustar em 5,6%, por mudança de faixa etária, a mensal. da benef. D.M.M. em desac. c/ o % prev. no contr.. Art. 15, da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.072408/2009-31	SANTA MARINA SAÚDE S/C LTDA	413798.	04.324.878/0001-33	Reduzir a rede hospit. creden. s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei nº. 9656/98.	56.488,42 (CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)
25783.007460/2009-76	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. p/ cirur. de Correção Anat. de Transp. ao benef. G.N.O.H., solicit. em caráter de emerg.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.063787/2010-10	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO S/C LTDA	357685.	62.574.884/0001-45	Deixar gar.. à benef. NR, a realiz. do proced. excisão e sutura de hemangioma. Art. 12, inc. II, alín. a.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.338, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a inspeção não foi realizada pela Coordenação de Bioequivalencia/GGMED/ANVISA/MS na data estabelecida a pedido do centro, o parecer da análise documental da equipe técnica conclui que o Centro Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos em Biofarmácia (CEB- UFPR) não atende às exigências da Resolução RDC Nº 103, de 8 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Certificação Primária de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos, referente ao Centro Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos em Biofarmácia (CEB- UFPR), processo número 25351.033572/2011-75 de 18/01/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 30 de maio de 2011

Nº 63 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art. 63 da Lei No- 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, NÃO CONHECE DOS RECURSOS a seguir especificados, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: BIOTEXTIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 01.623.403/0001-50
Processo Nº : 25351.695416/2010-39
Expediente Recurso Nº : 955422/10-0
Expediente Indeferido n.º: 919571/10-8

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.339, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011;

considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 196, 197, 200, incisos I e II;

considerando os arts. 4º e 6º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;

considerando os arts. 2º, 6º, inciso I, alínea "a", VII, §1º, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990;

considerando o inciso VII do art. 2º e o inciso XXVI do art. 7º, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os arts. 12, 59 e 67, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 93, Parágrafo único do Decreto Nº . 79.094, de 05 de janeiro de 1977.

Artigo 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo território nacional, de todas as propagandas do produto Redufast, sem registro junto à Anvisa, em todos os meios de comunicação de massa, inclusive na internet, especialmente nos sites www.worldshopp.hd1.com.br e www.worldshopp.com.br.

Artigo 2º "A determinação vigorará até a regularização do produto junto à ANVISA, com a publicação do deferimento do registro no Diário Oficial da União (D.O.U.)."

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ARESTO Nº 94, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 33.131.079/0001-49
Processo Nº : 25351.296006/2010-60
Expediente Indeferido Nº : 387260/10-2
Expediente do Recurso Nº : 118513/11-6

ARESTO Nº 95, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011 ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 44.363.661/0003-19
Processo Nº : 25351.573647/2010-75
Expediente Indeferido Nº : 756335/10-3
Expediente do Recurso Nº : 831565/10-5
Empresa: STRYKER DO BRASIL LTDA
CNPJ: 02.966.317/0001-02
Processo Nº : 25351.083621/2004-01
Expediente Indeferido Nº : 078144/08-4
Expediente do Recurso Nº : 445592/10-4
Empresa: KOTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 68.174.788/0001-96
Processo Nº : 25351.617676/2009-56
Expediente Indeferido Nº : 802952/09-1
Expediente do Recurso Nº : 984023/10-1

ARESTO Nº 96, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011 ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: ALACER BIOMEDICA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA
CNPJ: 04.192.554/0001-99
Processo Nº : 25351.070638/2010-77
Expediente Indeferido Nº : 094363/10-1
Expediente do Recurso Nº : 981665/10-8
Empresa: GRIFOLS BRASIL LTDA
CNPJ: 02.513.899/0001-71
Processo Nº : 25351.700273/2010-16
Expediente Indeferido Nº : 926064/10-1
Expediente do Recurso Nº : 977466/10-1
Empresa: POSITIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 07.861.044/0001-55
Processo Nº : 25351.125304/2010-17
Expediente Indeferido Nº : 167005/10-1
Expediente do Recurso Nº : 939452/10-4
Empresa: ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A
CNPJ: 00.257.992/0001-37
Processo Nº : 25351.659575/2010-64
Expediente Indeferido Nº : 871122/10-4
Expediente do Recurso Nº : 972492/10-3
Empresa: FLEX LAB COMERCIO DEMATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.620.178/0001-60
Processo Nº : 25351.237454/2010-81
Expediente Indeferido Nº : 312492/10-4
Expediente do Recurso Nº : 956426/10-8
Empresa: ZAMMI INSTRUMENTAL LTDA
CNPJ: 30.450.803/0001-09
Processo Nº : 25351.618955/2010-08
Expediente Indeferido Nº : 816761/10-3
Expediente do Recurso Nº : 958407/10-2
Empresa: ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 60.412.327/0001-00
Processo Nº : 25351.058954/2010-46
Expediente Indeferido Nº : 994912/10-7
Expediente do Recurso Nº : 078983/10-6
Empresa: OFT - VISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 74.215.013/0001-14
Processo Nº : 25351.727233/2010-13
Expediente Indeferido Nº : 280550/10-2
Expediente do Recurso Nº : 942616/10-3
Empresa: EMFILS - INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 02.551.718/0001-00
Processo Nº : 25351.054336/2008-07
Expediente Indeferido Nº : 070725/08-2
Expediente do Recurso Nº : 264425/10-8

ARESTO Nº 97, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa:

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE Nº : 269350/11-0
NOME DA EMPRESA: NEW MILLEN PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ: 00.385.181/0001-11
NOME DO PRODUTO: Alim. p/ Situação Metab. Esp. p/ Nut. Ent. Form. p/ Est. de Desnut. Moderada e grave, pré e pós operatório e caquexia do câncer
NUMERO DO PROCESSO: 25004.210032/2010-10
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 269821/11-8
NOME DA EMPRESA: INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A
CNPJ: 08.939.548/0001-03
NOME DO PRODUTO: Ácidos Graxos e Vitamina E em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25019.001264/99
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Revalidação de Registro
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 272085/11-0
NOME DA EMPRESA: DANONE LTDA.
CNPJ: 23.643.315/0115-10
NOME DO PRODUTO: Alim p/ sit met esp p/ nut ent/oral form p/má abs sb art de laranja col art
NUMERO DO PROCESSO: 25351.528671/2009-25
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Revalidação de Registro

ARESTO Nº 98, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: BRAZIL IMPORT LTDA
CNPJ: 04.967.408/0001-98
Processo Nº : 25351.742659/2009-56
Expediente Indeferido Nº : 927809/09-5
Expediente do Recurso Nº : 813341/10-7
Empresa: POLAR MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 07.341.604/0001-40
Processo Nº : 25351.480187/2010-11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Expediente Indeferido Nº : 631043/10-5
Expediente do Recurso Nº : 863958/10-2
Empresa: TOF COMERCIAL LTDA
CNPJ: 02.887.124/0001-66
Processo Nº : 25351.021274/2010-47
Expediente Indeferido Nº : 028325/10-8
Expediente do Recurso Nº : 850071/10-1
Empresa: ALACER BIOMEDICA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
CNPJ: 04.192.554/0001-99
Processo Nº : 25351.070688/2010-66
Expediente Indeferido Nº : 094432/10-7
Expediente do Recurso Nº : 981413/10-2
Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo Nº : 25351.132922/2004-68
Expediente Indeferido Nº : 579586/10-9
Expediente do Recurso Nº : 942981/10-6

ARESTO Nº 93, DE 31 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência nas reuniões de 22/02/2011 e 12/05/2011.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Ltda.
Medicamento: tioconazol
Forma Farmacêutica: solução tópica
Processo: 25351.870297/2008-08
Expediente: 190336/10-5
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
DECISÃO: POR UNANIMIDADE DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE PELA ÁREA TÉCNICA.
2.
Empresa: Cellofarm Ltda.
Medicamento: cloridrato de cefepima
Forma farmacêutica: pó para solução injetável
Processo n.: 25351.209858/2007-63
Expediente n.: 191210/10-1
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 041/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
3.
Empresa: Laboratório Americano de Farmacoterapia S/A
Medicamento: Siliver (Silybum marianum)
Forma Farmacêutica: Comprimido revestido
Processo Nº .: 25991.003240/78
Expediente Nº .: 194387/10-1
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 047/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
4.
Empresa: Hipolabor Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Parinex (heparina sódica)
Forma farmacêutica: solução injetável
Processo Nº : 25351.004752/2003-41
Expediente Nº : 604046/10-2
Assunto: Revalidação de Registro de Medicamento Biológico
Parecer: 054/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
5.
Empresa: CSL Behring Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.
Medicamento: Hepimun® P (imunoglobulina humana anti-hepatite B)
Forma Farmacêutica: Solução Injetável
Processo Nº : 25351.429171/2007-42
Expediente Nº : 609372/09-8
Assunto: Registro de Medicamento Biológico
Parecer: 055/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
6.
Empresa: FDA Allergenic Laboratório de Formulações Especiais Ltda.
Medicamento: extrato alergênico de fungos e leveduras
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo Nº : 25351.165610/2004-31
Expediente: 530211/10-1
Assunto: Alteração de Processo de Fabricação dos Princípios Ativos de Medicamento Biológico
Parecer: 056/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
7.
Empresa: GlaxoSmithKline Brasil Ltda.
Medicamento: vacina contra sarampo, caxumba e rubéola
Forma Farmacêutica: pó liófilo injetável
Processo Nº : 25000.018182/98-00
Expediente Nº : 698191/10-7
Assunto: Inclusão de Local de Fabricação de Produto Biológico
Parecer: 057/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
8.
Empresa: Greenpharma Química e farmacêutica Ltda.
Medicamento: Hiperterona (cloridrato de amiodarona)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo Nº : 25000.024033/94-01
Expediente Nº : 267410/10-6
Assunto: Renovação de Registro do Medicamento Similar
Parecer: 066/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
9.
Empresa: Laboratórios Libra do Brasil S.A.
Medicamento: Zolidina (cefazolina sódica)
Forma Farmacêutica: pó injetável
Processo Nº : 25025.005715/93
Expediente Nº : 288046/10-6
Assunto: Renovação de Registro do Medicamento Similar
Parecer: 067/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
10.
Empresa: União Química Farmacêutica Nacional Ltda.
Medicamento: Tropinom (tropicamida)
Forma Farmacêutica: Solução ocular
Processo Nº : 25351.019102/2003-09
Expediente Nº : 483095/10-4
Assunto: Inclusão de Local de Fabricação de Medicamento de Liberação Convencional com prazo de análise de Medicamento Similar
DECISÃO: CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO FORMAL DA EMPRESA UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL LTDA. DE DESISTÊNCIA DO RECURSO DE QUE TRATA O ITEM 2.2.12 DA PAUTA DA REUNIÃO PRESENCIAL ABERTA AO PÚBLICO Nº 04/2011, A DIRETORIA COLEGIADA CONSIDERA O PRESENTE RECURSO EXTINTO.
11.
Empresa: União Química Farmacêutica Nacional S.A.
Medicamento: Uni Aztrenam (aztreonam)
Forma Farmacêutica: Pó para solução injetável + diluente
Processo Nº : 25000.005004/98-19
Expediente Nº : 774058/09-1
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 069/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E PUBLICAR A RENOVAÇÃO.
12.
Empresa: Torrent do Brasil Ltda.
Medicamento: glimepirida
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo Nº : 25351.156234/2009-41
Expediente Nº : 364473/10-1
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 029/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
13.
Empresa: Laboratórios Bagó do Brasil S.A.
Medicamento: Incoril (cloridrato de diltiazem)
Forma Farmacêutica: Comprimido revestido de ação prolongada
Processo Nº : 25351.676573/2009-13
Expediente Nº : 463716/10-0
Assunto: Registro de Nova Forma Farmacêutica no País
Parecer: 050/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
14.
Empresa: Laboratórios Bagó do Brasil Ltda.
Medicamento: Gliotenzide (maleato de enalapril + hidroclorotiazida)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo Nº : 25351.212276/2004-11
Expediente Nº : 418697/10-4
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 068/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
15.
Empresa: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.
Medicamento: sulfametoxazol + trimetoprima
Forma Farmacêutica: Suspensão Oral
Processo Nº : 25351.306561/2007-45
Expediente Nº : 609933/10-5
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 060/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
16.
Empresa: Belfar Ltda.
Medicamento: Belfolic (ácido fólico)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo Nº : 25351.122005/2009-27
Expediente Nº : 505837/10-6
Assunto: Registro de Medicamento Específico
Parecer: 061/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
17.
Empresa: Quiral Química do Brasil S. A.
Medicamento: Oncosídeo (etoposídeo)
Forma farmacêutica: solução injetável
Processo n.: 25000.007933/96-29
Expediente n.: 306513/10-8
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 064/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
18.
Empresa: Nativita Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: cetoconazol
Forma farmacêutica: xampu
Processo n.: 25351.169481/2009-64
Expediente n.: 509877/10-7
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 070/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E PUBLICAR O REGISTRO.
19.
Empresa: Nativita Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: Cetonat (cetoconazol)
Forma farmacêutica: xampu
Processo n.: 25351.170047/2009-14
Expediente n.: 517123/10-7
Assunto: Registro de Medicamento Similar
Parecer: 071/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E PUBLICAR O REGISTRO.
20.
Empresa: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: paracetamol
Forma Farmacêutica: suspensão oral
Processo Nº : 25351.560113/2007-95
Expediente Nº : 100321/10-6
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
DECISÃO: CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO FORMAL DA EMPRESA LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. DE DESISTÊNCIA DO RECURSO DE QUE TRATA O ITEM 2.2.29 DA PAUTA DA REUNIÃO PRESENCIAL ABERTA AO PÚBLICO Nº 04/2011, A DIRETORIA COLEGIADA CONSIDERA O PRESENTE RECURSO EXTINTO.
21.
Empresa: Laboratório Farmacêutico do Recife - LAFARE Ltda.
Medicamento: Lafaregórico (Atropa belladonna L.)
Forma Farmacêutica: Elixir
Processo Nº .: 25351.106426/2009-47
Expediente Nº .: 218523/10-7
Assunto: Registro de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 074/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.815, de 29 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 82, de 2 de maio de 2011, Seção 1 pág. 74, Suplemento pág. 77.

Onde se lê:

EMPRESA: MEDIK NEW DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: ESTRADA DO CAROBA, NÚMERO 1081, LOJA201

BAIRRO: CAMPO GRANDE CEP: 23085590 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 07.998.549/0001-66

PROCESSO: 25351.199650/2011-10 AUTORIZ/MS: 1.08793.0

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: MEDIK NEW DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

ENDEREÇO: AV. SANTA CRUZ, N° 5721

BAIRRO: BANGU CEP: 21830008 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 07.998.549/0001-66

PROCESSO: 25351.199650/2011-10 AUTORIZ/MS: 1.08793.0

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 240, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 741, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a assistência de alta complexidade na Rede de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 361, de 25 de junho de 2007, que redefine as habilitações em Oncologia na Tabela de Habilitações de Serviços Especializados do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 62, de 11 de março de 2009, que mantém códigos na tabela de Habilitações de Serviços Especializados do SCNES e atualiza as habilitações de hospitais na Alta Complexidade em Oncologia;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do estado, por meio da Resolução Nº 196, de 14 de dezembro de 2010; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º - Alterar a habilitação do estabelecimento de saúde a seguir informado, para Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), Código 17.12:

Hospital	CNES	Mantenedora	CNPJ
Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo IMOAB - Hospital Antônio Jorge Dino - São Luís/MA	2697696	Fundação Antônio Jorge Dino	05.292.982/0002-37

Art. 2º - O custeio do impacto financeiro gerado por esta alteração deverá onerar o teto do Estado de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 241, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 213, de 27 de março de 2004, que trata da operacionalização dos procedimentos referentes a cirurgias reparadoras para pacientes portadores de HIV/AIDS nos sistemas de informações do Sistema Único de Saúde - SIA e SIH;

Considerando a Portaria Nº 2.582/GM/MS, de 02 de dezembro de 2004, que inclui cirurgias reparadoras para pacientes portadores de AIDS e usuários de anti-retrovirais ;

Considerando a Portaria SAS/SVS/MS Nº 2, de 27 de março de 2007, que trata das normas para habilitação/credenciamento dos Serviços de Tratamento da Lipodistrofia do Portador de HIV/AIDS e Serviços de Tratamento da Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS;

Considerando a Portaria Nº 116/GM/MS, de 22 de janeiro de 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o custeio dos procedimentos referentes às cirurgias reparadoras para pacientes portadores de AIDS e usuários de anti-retrovirais;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão e aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme a Deliberação Nº 189, de 14 de dezembro de 2010; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Vigilância em Saúde -Unidade de Assistência e Tratamento do Programa Nacional DST-AIDS/SVS e da Secretaria de Atenção à Saúde - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade/DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º - Habilitar, no estado do Maranhão, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade no Tratamento Reparador da Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS, o estabelecimento a seguir:

CNPJ	CNES	ESTABELECIMENTO
02.973.240/0006-02	2646536	Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho/SES - São Luís/MA

Art. 2º - O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação deverá onerar o teto do estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão, considerando a Portaria Nº 116/2009.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 242, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria Nº 44/GM/MS de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Habilitar o hospital a seguir no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria Nº 44/GM/MS de 10 de janeiro de 2001.

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
SP	SÃO PAULO	2091542	46374500/0179-17	AMBULATORIO DE ESPECIALIDADES AME MARIA ZELIA	ESTADUAL

Art. 2º Instruir que a habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JUNIOR

PORTARIA Nº 243, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando o estabelecido na Portaria Nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria Nº 3.482/GM/MS, de 25 de agosto de 1998;

Considerando a Portaria Conjunta SE/SAS Nº 42, de 30 de setembro de 1999, que estabelece no seu Artigo 2º, § 3º, que o valor relativo ao impacto de habilitação de serviços relativos ao Sistema Estadual de Referência Hospitalar para o Atendimento à Gestante de Alto Risco passa a compor o teto livre do Estado, que será responsável pelo custeio total desta unidade; e

Considerando o projeto específico encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite, resolve:

Art. 1º - Habilitar a unidade hospitalar a seguir descrita como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco, no que dispõe as Portaria Nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria Nº 3.482/GM/MS, de 25 de agosto de 1998, respectivamente:

Estado do Paraná

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Maringá	Hospital Maternidade Maria Auxiliadora - Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	79.115.762/0001-93	2594714	Secundário

Parágrafo único. A unidade será submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º - Estabelecer que o custeio da habilitação de que trata o artigo 1º desta Portaria deverá onerar o teto financeiro do estado e/ou município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 244, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando o estabelecido na Portaria Nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria Nº 3.482/GM/MS, de 25 de agosto de 1998;

Considerando a Portaria Conjunta SE/SAS Nº 42, de 30 de setembro de 1999, que estabelece no seu artigo 2º, § 3º, que o valor relativo ao impacto de habilitação de serviços relativos ao Sistema Estadual de Referência Hospitalar para o Atendimento à Gestante de Alto Risco passa a compor o teto livre do Estado, que será responsável pelo custeio total desta unidade; e

Considerando o projeto específico encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite, resolve:

Art. 1º Habilitar a unidade hospitalar a seguir, como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco, no que dispõe as Portarias Portaria Nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria Nº 3.482/GM/MS, de 25 de agosto de 1998, respectivamente:

Estado do São Paulo

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Carapicuíba	Hospital Geral de Carapicuíba	46.374.500/0139 2792168	20	Secundário

Parágrafo único. A unidade será submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º - Estabelecer que o custeio da habilitação de que trata o artigo 1º desta Portaria deverá onerar o teto financeiro do estado e/ou município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 245, DE 31 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria 1.919/GM/MS, de 15 de julho de 2010, que redefine, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação Nº 041, de 13 de Abril de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite da Bahia, resolve:

Art. 1º Remanejar recurso financeiro mensal no valor de R$ 48.056,21 (quarenta e oito mil, cinquenta e seis reais e vinte e um centavos), da Gestão Municipal de Saúde de Lajes ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia - FESBA, para execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado da Bahia, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros serão transferidos mensalmente de acordo com a produção realizada e após a devida identificação destes procedimentos nos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares, no período de julho de 2010 a junho de 2011.

Art. 3º Instruir que o remanejamento dos recursos transferidos por meio desta não acarretará impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Município	Valor
Lajes	- 48.056,21
Gestão Estadual	48.056,21

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SAS/MS Nº 160, de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União - DOU Nº 82, de 02 de maio de 2011, seção 1, página 79,

ONDE SE LÊ:
Art. 1º ....
SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Leitos
43.392.148/0027-59 CNES: 2077639	Hospital Municipal Planalto Waldomiro de Paula - São Paulo/SP	
26.02 Neonatal		06

PARANÁ

CNPJ	Hospital	Leitos
78.209.558/0001-79 CNES: 2783800	Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho - Jacarezinho/PR	
26.01 Adulto		03

Art. 2º - .....
PARÁ

CNPJ	Hospital	Leitos
05.054.929/0060-77 CNES: 2621614	Hospital Regional de Tucuruí - SES-PA - Tucuruí/GO	
26.01 Adulto		07

SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Leitos
43.374.500/0164-30 CNES: 6123740	Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - São Paulo/SP	
26.01 Adulto		52

CNPJ	Hospital	Leitos
43.374.500/0148-10 CNES: 2790602	Hospital Estadual Baurú - SES/SP - Baurú/SP	
26.01 Adulto		20
26.03 Pediátrico		11

CNPJ	Hospital	Leitos
43.374.500/0165-11	Hospital Regional de Cotia - Cotia/SP	
26.01 Adulto		10
26.02 Neonatal		06

CNPJ	Hospital	Leitos
43.374.500/0018-32 CNES: 2084236	Centro Esp. em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti - Mogi das Cruzes/SP	
26.03 Pediátrico		28

LEIA-SE:
Art. 1º - .....
SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Leitos
46.392.148/0027-59 CNES: 2077639	Hospital Municipal Planalto Waldomiro de Paula - São Paulo/SP	
26.02 Neonatal		06

PARANÁ

CNPJ	Hospital	Leitos
78.209.558/0001-79 CNES: 2783800	Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho - Curitiba/PR	
26.01 Adulto		03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - .....

PARÁ

CNPJ	Hospital	Leitos
05.054.929/0060-77 CNES: 2621614	Hospital Regional de Tucuruí - SES-PA - Tucuruí/PA	
26.01 Adulto		07

SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Leitos
46.374.500/0164-30 CNES: 6123740	Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - São Paulo/SP	
26.01 Adulto		52

CNPJ	Hospital	Leitos
46.374.500/0148-10 CNES: 2790602	Hospital Estadual Baurú - SES/SP - Baurú/SP	
26.01 Adulto		20
26.03 Pediátrico		11

CNPJ	Hospital	Leitos
46.374.500/0165-11 CNES: 2792141	Hospital Regional de Cotia - Cotia/SP	
26.01 Adulto		10
26.02 Neonatal		06

CNPJ	Hospital	Leitos
46.374.500/0018-32 CNES: 2084236	Centro Esp. em Reabilitação Dr. Arnald-o Pezzuti Cavalcanti - Mogi das Cruzes/SP	
26.03 Pediátrico		28

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 31 de maio de 2011

Processo Nº . 25000.206700/2008-01
Interessado: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO SANTA ROSÁLIA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 72 da Portaria GM/MS Nº 184/2011, DEFERE o descredenciamento da FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO SANTA ROSÁLIA LTDA, CNPJ Nº 01.538.159/0001-27, localizada em Sorocaba/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Sistema de Co-pagamento.

Ref.: Processo Nº . 25000.158472/2006-85
Interessado: UNIFARMED DELLIVERY COMPANY LTDA.
Assunto.: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 72 da Portaria GM/MS Nº 184/2011, DEFERE o descredenciamento da UNIFARMED DELLIVERY COMPANY LTDA, CNPJ Nº 06.238.692/0001-97, localizada em Terra Rica/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Sistema de Co-pagamento.

Ref.: Processo Nº . 25000.219004/2008-56
Interessado: J E FARMACÊUTICA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 72 da Portaria GM/MS Nº 184/2011, DEFERE o descredenciamento da J E FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ Nº 00.339.537/0004-23, localizada em São Francisco/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Sistema de Co-pagamento.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 268, DE 31 DE MAIO DE 2011

Identifica as unidades administrativas vinculadas aos Programas e Ações do PPA 2008-2011 sob responsabilidade do Ministério das Cidades, para o exercício de 2011, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011, e no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus Programas, resolve:

Art.1º Identificar as unidades administrativas vinculadas aos Programas e Ações do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 sob responsabilidade deste Ministério, para o exercício de 2011.

Art.2º Designar a Coordenação Geral de Planejamento deste Ministério (CGPLAN) para exercer as funções de coordenação da Unidade de Monitoramento e Avaliação - UMA.

Art.3º Revogar a portaria nº 246, de 20 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União, nº 97, de 24 de maio de 2010, Seção I, páginas 64 a 66.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO I

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DO MINISTÉRIO CIDADES, E RESPECTIVAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS:

PROGRAMAÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO		**Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA**
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
10SC	Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
12MH	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Hab	Departamento de Articulação Institucional - DARIN/SNSA
1N08	Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
2272	Gestão e Administração do Programa	Departamento de Articulação Institucional - DARIN/SNSA
7Q95	Apoio à Readequação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itabaiana - SE	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		**Secretaria Executiva - SE**
1B00	Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE
1B25	Fortalecimento da Política Nacional de Habitação	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DCIT/SNH
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SPOA
2272	Gestão e Administração do Programa	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/SPOA/SE
3955	Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento	Departamento de Articulação Institucional- DDCOT/SNSA
4055	Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE
4420	Funcionamento do Conselho das Cidades	Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DDI/SE
4511	Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SPOA
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Coordenação de Legislação, Desenvolvimento e Capacitação/CGRH/SPOA/SE
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunição Social - ASCOM/GM
7K10	Apoio à Segunda Etapa da Interligação Aeroporto Hercílio Luz-Florianópolis - Via Expressa Sul - SC	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q80	Apoio à Construção e Recuperação de Viadutos em Baurú - SP	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q84	Apoio à Execução de Anel Viário de Interesse Urbano em Criciuma - SC	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q85	Apoio à Execução de Anel Viário de Interesse Urbano em Gaspar - SC	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q97	Construção de Viadutos e Túneis no Município de São Paulo - SP	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7R04	Apoio à Requalificação da Praia da Avenida Beira Mar - Fortaleza - CE	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SPOA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS		**Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN**
2272	Gestão e Administração do Programa	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN
4398	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito	Coordenação-Geral de Infra-estrutura de Trânsito - CGIT/DENATRAN
4410	Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito	Coordenação-Geral de Informatização e Estatística - CGIE/DENATRAN
4414	Educação para a Cidadania no Trânsito	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT/DENATRAN
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT/DENATRAN
6622	Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito	Coordenação-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito - CGQFHT/DENATRAN
8028	Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT	Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito - CGPNE/DENATRAN
8487	Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito - CGPNE/DENATRAN
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
2272	Gestão e Administração do Programa	Secretaria Nacional de Habitação/SNH
8098	Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH
8100	Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
10S5	(RAP 2010) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
2272	Gestão e Administração do Programa	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
8865	Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos-DAFU/SNPU
8866	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos-DAFU/SNPU
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA		**Secretaria Nacional de Programas Urbanos - SNPU**
1P95	Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
2272	Gestão e Administração do Programa	Departamento de Planejamento Urbano - DPU/SNPU
2D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
8871	Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento	Departamento de Articulação Institucional - DARIN/SNSA
8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano	Diretoria de Desenvolvimento Intitucional - DDI/SE
8873	Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
8874	Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa	Departamento de Planejamento Urbano - DPU/SNPU
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS		**Secretaria Nacional de Programas Urbanos - SNPU**
10SB	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas	Departamento de Planejamento Urbano - DPU/SNPU
2272	Gestão e Administração do Programa	Departamento de Planejamento Urbano - DPU/SNPU

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8868	Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas	Departamento de Planejamento Urbano - DPU/SNPU
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS		**Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU**
0110	Contribuição à Previdência Privada	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
0B14	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU
0B15	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU
10SX	Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	Diretoria Técnica/CBTU
10SY	Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE	Diretoria Técnica/CBTU
10SZ	Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	Diretoria Técnica/CBTU
10T9	Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
11IO	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN	Diretoria Técnica/CBTU
11IJ9	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB	Diretoria Técnica/CBTU
11JD	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL	Diretoria Técnica/ CBTU
13UR	Estabelecimento de metodologias para o desenvolvimento das áreas lindeiras dos sistemas de trens	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU
13US	Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel	Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2272	Gestão e Administração do Programa	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
5174	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	Gerência de Planejamento -GEPLA/TRENSURB
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	Diretoria Técnica/CBTU
5754	Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	Diretoria Técnica/CBTU
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU e Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
7J92	Apoio à Implantação do Trecho Barreiro-Calafate-Hospitais do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte- MG	Diretoria Técnica/CBTU
7L64	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
9989 - MOBILIDADE URBANA		**Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB**
10SR	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano	Departamento de Mobilidade Urbana - DEMOB/SEMOB
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano	Departamento de Mobilidade Urbana - DEMOB/SEMOB
10ST	Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	Departamento de Mobilidade Urbana - DEMOB/SEMOB
2272	Gestão e Administração do Programa	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
2D47	Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego	Departamento de Mobilidade Urbana - DEMOB/SEMOB
7H25	Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q81	Apoio à Duplicação da Avenida Protásio Alves na Região Metropolitana de Porto Alegre - RS	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q83	Apoio à Duplicação do Viaduto da Avenida Tancredo Neves em Aracaju - SE	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q86	Apoio à Implantação da Avenida Metropolitana em São Luis - MA	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q87	Apoio à Implantação da Via Expressa de Interligação entre Avenidas Carlos Cunha e Daniel de La Rouche em São Luis - MA	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q90	Apoio à Modernização do Complexo de Transbordo de Passageiros de Goiânia - GO	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q92	Apoio à Readequação do Sistema Viário Urbano Articulado pelas Avenidas Gil Martins, José F de Almeida e Industrial em Teresina - PI	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q93	Apoio à Readequação e Ampliação da Avenida Independência na Região Metropolitana de Belém - PA	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q94	Apoio à Readequação e Ampliação do Corredor Porto Velho na Região Metropolitana do Rio De Janeiro - RJ	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q96	Apoio às Ações de Estruturação do Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Recife - PE	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q98	Implantação da Linha 15 - Branca-Vila Prudente-Tiquatira do Sistema de Metro de São Paulo - SP	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7Q99	Implantação da Linha Celso Garcia-Amador Bueno-Imperador do Sistema de Metro de São Paulo - SP	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7R69	Apoio à Implantação de Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Fortaleza - CE	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7R74	Prolongamento da Avenida Radial Leste - Zona Leste - São Paulo - SP	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
7R75	Apoio à Implantação da Alça Sul do Anel Metropolitano - Ligação BR 356 - Aeroporto de Confins	Departamento de Cidadania e Inclusão Social - DECIS/SEMOB
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
8875	Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH

ANEXO II

Relação de Ações do Ministério das Cidades que integram os programas Multissetoriais de responsabilidade de outros órgãos, e respectivas unidades administrativas responsáveis:

PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor - COBEN/CGRH/SPOA/SE
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO		
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH/SPOA/SE
2000	Administração da Unidade	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/SPOA/SE
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Divisão de Benefícios ao Servidor/CGRH/SPOA/SE
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Divisão de Pagamento de Pessoal/CGRH/SPOA/SE
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		
00AF	Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
00CW	Subvenção Econômica destinada à implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
00CX	Subvenção Econômica destinada à implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
00CY	Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
0E64	Subvenção Econômica destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS		
10TB	(RAP 2010) Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE		
10T2	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
10T3	Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Diretoria Técnica/CBTU
10T4	Adequação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Diretoria Técnica/CBTU
10T5	Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Diretoria Técnica/CBTU
10T6	Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Natal à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Diretoria Técnica/CBTU
10T7	Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Recife à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Diretoria Técnica/CBTU
1O34	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	Gerência de Planejamento - GEPLA/TRENSURB
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL		
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
7Q75	Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável em Maceió - AL	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
7R01	Sistema de Drenagem Urbana Sustentável em Itabaiana - SE	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
7R02	Sistema de Drenagem Urbana Sustentável na Zona de Expansão de Aracaju - SE	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas	Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica- DD-COT/SNSA

ANEXO III

Relação de Ações não-orçamentárias, e respectivas unidades administrativas responsáveis:

PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO		**Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA**
9562	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
9563	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
9564	Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
9565	Financiamento para Estados, Municípios e Concessionários Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
9568	Financiamento a Concessionários para Projetos de Desenvolvimento Institucional	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
90EQ	Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil	Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica - DICT/SNH
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
9556	Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários (Pró-Moradia)	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
9569	Financiamento a Pessoas Físicas para Aquisição de Material de Construção (Carta-Crédito)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL		
9566	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
1321 - HABITAÇÃO DE MERCADO		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
90E8	Financiamento Imobiliário Habitacional (SBPE)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
9570	Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
9572	Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROGRAMAÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		
9567	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistema de Limpeza Pública para o Acondicionamento, Coleta, Separação, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos	Departamento de Água e Esgotos - DAGES/SNSA
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
9989 - MOBILIDADE URBANA		**Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB**
9A37	Financiamento à Infraestrutura da Mobilidade Urbana - PRO-MOB	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
9930	Financiamento de Infraestrutura de Transporte Coletivo Urbano (Pró-Transporte)	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
90IT	Financiamento de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		**Secretaria Nacional de Habitação - SNH**
PROGRAMAÇÃO		**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**
9483	Arrendamento Residencial (PAR)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
9558	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
9559	Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social (Pró-Moradia)	Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários - DUAP/SNH
9560	Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH
9561	Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção)	Departamento de Produção Habitacional - DHAB/SNH

ANEXO IV

Relação de Gerentes de Programa Executivo

PROGRAMA	GERENTE EXECUTIVO
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	Manoel Renato Machado Filho
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMETNO URBANO	Marta Morosini
0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	Edson Gaspar
0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	Maria Salette de Carvalho Weber
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	Mirna Quinderé Belmino Chaves
1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	Daniel Todtmann Montandon
1137 - REABILITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS CENTRAIS	Carolina Baima Cavalcanti
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	Carlos Henrique Camacho
1321 - HABITAÇÃO DE MERCADO	Marta Garske
9989 - MOBILIDADE URBANA	Lúcia Gonçalves Pedrozo
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	Marta Garske

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 486, DE 31 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.012135/2009-93, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual MARCO ANTONIO DE AZEVEDO VISTORIA - ME, CNPJ - 07.951.906/0001-30, situada no Município de Praia Grande - SP, na Av. Presidente Kennedy, 2131 - Vila Guilhermina, CEP 11.702-200, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Praia Grande no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 487, DE 31 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.042397/2010-26, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica VISTRAN - VISTORIA, INSPEÇÃO E CERTIFICAÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ 11.564.253/0025-81, situada no Município de Pires do Rio - GO, na Rua Araguari, SN - QD. 16 LT. 32-A - Centro, CEP 75.209-970, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Pires do Rio no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 488, DE 31 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.015398/2011-89, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual JH CUNHA - VISTORIA DE AUTOMÓVEIS, CNPJ 13.246.869/0001-62, situada no Município de Rolim de Moura - RO, na Av. Norte Sul, 5416 - Centro, CEP 76.940-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Rolim de Moura e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Alta Floresta D'Oeste, Nova Brasilândia, Novo Horizonte D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis e São Miguel de Guaporé no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 489, DE 31 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.019775/2011-59, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica EVYDHENCE VISTORIA VEICULAR DE RONDÔNIA LTDA, CNPJ 13.418.283/0001-38, situada no Município de Vilhena - RO, na Av. Marechal Rondon, 2546 - Centro, CEP 76.980-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Vilhena e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Alta Floresta D'Oeste, Jaru, Ouro Preto, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Guajará-Mirim, Espigão D'Oeste, Colorado do Oeste, Alto Alegre do Parecis, Alvorada D'Oeste, Buritis, Cabixi, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Machadinho D'Oeste, Ministro Andreazza, Ministro da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Parecis, Pimenteiras D'Oeste, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Teixerópolis, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 490, DE 31 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020632/2011-90, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica VISTORIAS EPF LTDA, CNPJ 13.228.354/0001-30, situada no Município de Lages - SC, na Av. Brasil, 94 - Universitário, CEP 88.509-310, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Lages no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 124, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040253/2010, resolve:

Art. 1º Fica Renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 4 de janeiro de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA., pela Portaria nº 252, de 4 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 217, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 29, DE 30 DE MAIO DE 2011

Proposta de Atualização da Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 608, realizada em 26 de maio de 2011, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de Atualização da Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados, na forma do Anexo à presente Consulta Pública e do processo nº 53500.000235/2011.

A presente proposta de norma tem por objetivo uniformizar as características construtivas e os procedimentos de ensaio para a certificação de acumuladores chumbo-ácido estacionários ventilados, de acordo com as disposições estabelecidas no Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

Como resultado da presente Consulta Pública, a Anatel pretende publicar a Norma anexa e, consequentemente, revogar a Resolução nº 385, de 5 de outubro de 2004.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 30 de junho de 2011, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 28 de junho de 2011, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 29, DE 30 DE MAIO DE 2011.

Proposta de Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados.

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

70070-940 - Brasília - DF - Fax. (061) 2312-2002

biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 7.837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Processo n.º 535240007212010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.APLIM ASSOCIACAO DOS PROP DE LOTES DA ILHA DO MANGABAL	50011542357	00.762.364/0001-09
002.ASSOCIACAO DAS EMPRESAS DO DISTRITO INDUSTRIAL III	50000527734	26.040.741/0001-90
003.CAFÉ TRÊS CORAÇÕES SA	50402090616	17.467.515/0001-07
004.CLIMON CLINICA MEDICO ODONTOLOGICA MONJE S/C LTDA	50403344786	18.238.774/0001-10
005.COMAU SERVICE DO BRASIL LTDA	50005477565	02.693.750/0002-00
006.DEVANIR BONELLA	50404339484	074.357.208-44
007.GERALDO LEONARDO GUILHERME MICHELS	50011355409	283.433.600-87
008.LUIZ ANTONIO SABONGE	50012417319	336.065.368-87
009.LUIZ ANTÔNIO TONIN	50400881241	861.960.306-04
010.MAREX EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA	50403826420	18.024.190/0001-42
011.MEGA & ACCOUNTING LOGISTICA LTDA	50500013748	05.446.286/0003-19
012.MF-MINASFERTIL COMERCIO E REPRESENTACAOLTDA	50010571590	02.717.622/0001-60
013.PROVIR VIGILANCIA LTDA - ME	50013623770	05.648.394/0001-02
014.QUALISERVIS VIGILANCIA LTDA	50011543671	04.664.915/0001-52
015.SIELG SEGURANÇA PRIVADA LTDA	50404231608	06.096.678/0001-04
016.SUDOESTE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA	50402615603	04.134.002/0001-24
017.TITAS MILLENIUM VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	50403308801	04.043.940/0001-19

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 21 de dezembro de 2010

Nº 12.118 - Processo nº 53516.000950/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.371.416/0001-89, em face da decisão da Superintendência de Serviços Privados - SPV, exarada pelo Ato nº 3.912-SPV, de 10.06.2010, decidiu, em sua 592ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2010, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos presentes na Análise n.º 619/2010-GCJV, de 10 de dezembro de 2010.

Em 19 de maio de 2011

Nº 3.995 - Processo nº 53524.000721/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53524.000721/2010, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 606, realizada em 12 de maio de 2011, reformar a decisão contida no Ato nº 7.837, de 1º de dezembro de 2010 (fls.156), pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 269/2011-GCJR, de 4 de maio de 2011, afastando a sanção de caducidade de suas outorgas para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. COMAU SERVICE DO BRASIL LTDA.	02.693.750/0002-00	50005477565
0002. LUIZ ANTÔNIO SABONGE	336.065.368-87	50012417319

Em 24 de maio de 2011

Nº 4.142 - Processo nº 53536.000907/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 606, realizada em 21 de maio de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 370/2011-GCJV, de 3 de maio de 2011, conhecer do Recurso interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão contida no Despacho nº 10.560/2010-CD, de 17 de novembro de 2010.

Nº 4.148 - Processos n. 53516.005697/2007, 53542.002457/2007, 53504.013223/2008, 53504.010517/2008, 53520.000914/2008, 53551.000081/2008, 53520.004854/2008, 53516.003166/2008, 53524.000488/2009 e 53520.000113/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA., CNPJ/MF nº 03.721.699/0001-77, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho n° 10.696/2010-CD, de 22 de novembro de 2010, nos autos do Processo nº 53516.005697/2007, decidiu, em sua Reunião nº 606, realizada em 12 de maio de 2011, não conhecer do Pedido de Reconsideração, por não observância do pressuposto de admissibilidade relativo à regularidade formal, em face da ausência de exposição clara e completa das razões de sua inconformidade, em expressa observância ao que dispõe o art. 86 do Regimento da Anatel, mantendo-se integralmente os termos do Ato n° 1.094, de 11 de fevereiro de 2010, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 361/2011-GCJV, de 2 de maio de 2011.

Nº 4.151 - Processo nº 53516.000950/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ/MF nº 01.371.416/0001-89, em face da decisão do Conselho Diretor consubstanciada no Despacho nº 12.118/2010-CD, de 21 de dezembro de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 607, realizada em 19 de maio de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração protocolizado na Anatel em 8 de fevereiro de 2011 sob o nº 53500.002874/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 302/2011-GCJR, de 13 de maio de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

Na Consulta Pública nº 26, de 23 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 24 de maio de 2011, Seção 1, pág. 33, retifica-se conforme abaixo:

I - Onde se lê:

(...)

As contribuições e sugestões deverão ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 22 de junho de 2011.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 20 de junho de 2011, para: (...)

II - Leia-se:

(...)

As contribuições e sugestões deverão ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 7 de julho de 2011.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 5 de julho de 2011, para: (...)

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 3.625, DE 31 DE MAIO DE 2011

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Americana/SP e Paulínia/SP, no período de 02/06/2011 a 13/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.626, DE 31 DE MAIO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campo Grande/MS, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica a entidade, abaixo relacionada, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53539.001409/2008	R2 COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	Esperança e Areial/PB	6.000,00	Artigos 10, 27 e 28 do anexo à Res. nº 272/2001	15/09/2010

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53532.000285/2009	ASSOCIAÇÃO EXUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Exu/PE	1.840,58	Artigo 163, da Lei 9.472/97	22/05/2009
53532.002020/2009	ASSOCIAÇAO COMUNITÁRIA CATÓLICA KAIRÓS	Taquaritinga do Norte/PE	3.000,00	Artigo 163, da Lei 9.472/97	11/11/2009
53539.000768/2009	PAULO EDUARDO BRITO SOARES DE PINHO	João Pessoa/PB	3.310,08	Art. 131, da Lei 9.472/97, c/c art. 10, do anexo à Res. 272/2001 e art.163, da Lei 9.472/97, c/c art. 17, do anexo à Res. 259/2001	16/08/2010
53539.001017/2009	PAULO RAMOS DOS SANTOS	Santa Rita/PB	3.310,08	Art. 131, da Lei 9.472/97, c/c art. 10, do anexo à Res. 272/2001 e art.163, da Lei 9.472/97, c/c art. 17, do anexo à Res. 259/2001	17/08/2010
53539.000806/2009	RICARDO ANASTÁCIO DE SOUZA	João Pessoa/PB	3.310,08	Art. 131, da Lei 9.472/97, c/c art. 10, do anexo à Res. 272/2001 e art.163, da Lei 9.472/97, c/c art. 17, do anexo à Res. 259/2001	25/08/2010
53539.000792/2010	FLAVIANO PEREIRA CAVALCANTI	Campina Grande/PB	3.310,08	Art. 131, da Lei 9.472/97, c/c art. 10, do anexo à Res. 272/2001 e art.163, da Lei 9.472/97, c/c art. 17, do anexo à Res. 259/2001	28/10/2010
53532.002451/2010	SEVERINO ARAÚJO DE LIMA	São Lourenço da Mata/PE	2.850,00	Art. 163, da Lei 9.472/97, c/c art. 17, do anexo à Res. 259/2001.	03/02/2011
53539.000197/2009	NETWEV TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	João Pessoa/PB	3.010,08	Art. 131, da Lei 9.472/97, c/c art. 10, do anexo à Res. 272/2001	15/02/2011
53539.000820/2010	ORGANIZAÇÕES LIRA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.	João Pessoa/PB	2.187,50	Art. 55, inciso IV, alínea "c", c/c art. 4º, do anexo à Res. 242/2000	18/02/2011
53539.000845/2010	UPLINK INTERNET E CURSOS LTDA.	Itabaiana/PB	3.000,00	Artigos 27 e 28 do anexo à Resolução nº 272/2001	23/02/2011
53532.001908/2010	SURFIX TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.	Jaboatão dos Guararapes/PE	3.000,00	Artigos 27 e 28 do anexo à Resolução nº 272/2001	23/02/2011
53539.000915/2009	UPLINK INTERNET E CURSOS LTDA.	Campina Grande/PB	17.130,00	Arts. 27 e 28 do anexo à Res. nº 272/2001, art. 33, do anexo à Res. 272/2001 c/c arts. 4º e 55, I, "a" do anexo à Res. 242/2000, e art. 17, do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/97	02/03/2011
53539.000549/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO ALTO DO MADEIRO DE ITAPORANGA	Itaporanga/PB	1.000,00	Arts. 4º e 55, inciso V, alínea "b", do anexo à Res. 242/2000	10/03/2011

JOÃO BATISTA FURTADO FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 3.592, DE 30 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.001210/03. ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA LIBERDADE - ABECCOL - RADCOM - Patrocínio/MG - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 4.742, DE 17 DE AGOSTO DE 2009

Processos n.º 53524.000765/2009; 53504.014110/2006; 53504.011831/2006; 53508.006949/2007; 53508.006951/2007; 53528.004914/2008; 53520.002506/2008, 53554.002068/2006 e 53500.008128/2009. Aplica à RN BRASIL - SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA., CNPJ: 05.827.543/0001-09, a sanção de multa no valor de R$ 9.434,86 (nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos), por violação do disposto no art. 43 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.094, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

Processos n. 53516.005697/2007, 53542.002457/2007, 53504.013223/2008, 53504.010517/2008, 53520.000914/2008, 53551.000081/2008, 53520.004854/2008, 53516.003166/2008, 53524.000488/2009, 53520.000113/2009. Aplica à GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA., CNPJ/MF n.º 03.721.699/0001-77, a sanção de multa no valor de R$ 1.001,00 (mil e um reais), por violação do disposto no art 43, §1º e §2º, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001 e art. 60, §1º e §2º, do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998, com fundamento no inciso II do art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e inciso II do art. 4º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003. Conceder à entidade o prazo de 60 (sessenta) dias, para regularização de sua situação, ressaltando que o decurso desse prazo sem que as irregularidades sejam sanadas poderá ensejar a aplicação da sanção de caducidade à autorização para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.912, DE 10 DE JUNHO DE 2010

Processo nº 53516.000950/2009. Aplica à Sercomtel S/A Telecomunicações, CNPJ nº 01.371.416/0001-89, a sanção de multa no valor de R$ 5.338,17 (cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e dezessete centavos), pelo descumprimento do art. 3º; art. 4º, §1º; art. 5º; art. 7º; art. 10, §2º; art. 15, §1º, §3º; art. 18, §2º, todos do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008; art. 1º da Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, com fundamento no inciso II do art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e inciso II do art. 4º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.300, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos do art. 194, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regida pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997;

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n.º 477, de 07/08/2007; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Ato n.º 1.609, de 11 de março de 2010, publicado no D.O.U. em 12 de março de 2010, que versa sobre a incorporação da Telemig Celular S.A., CNPJ n.º 02.320.739/0001-06, pela Vivo Participações S.A., CNPJ n.º 02.558.074/0001-73, resolve:

Art. 1º - Unificar os Planos de Serviço da Telemig Celular S.A., incorporada pela Vivo Participações S.A. - MG (Termo de Autorização de número 004/2010), autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme detalhamento contido na planilha abaixo:

Telemig Celular S.A. - Banda A Autorização n.º 008/2004			Telemig Celular S.A. - Banda E Autorização n.º 002/2005			Vivo Participações S.A. Autorização n.º 004/2010	
N.º do Plano de Serviço	N.º do Processo	N.º do ATO de Homologação	N.º do Plano de Serviço	N.º do Processo	N.º do ATO de Homologação	N.º do Plano de Serviço Unificado	N.º do Processo do Plano Unificado
001/BAS/SMP	53500.008433/2004	43757 DE 14/04/2004	001/BAS/SMP	53500.009571/2005	50284 DE 13/05/2005	001/BAS/SMP	53500.007271/2011
001/POS/SMP	53500.008436/2004	43758 DE 14/04/2004	002/POS/SMP	53500.009567/2005	50286 DE 13/05/2005	001/POS/SMP	53500.007273/2011
004/POS/SMP	53500.014208/2004	45559 DE 27/07/2004	001/POS/SMP	53500.009567/2005	50286 DE 13/05/2005	002/POS/SMP	53500.007273/2011
006/POS/SMP	53500.014208/2004	45559 DE 27/07/2004	005/POS/SMP	53500.009566/2005	50288 DE 13/05/2005	003/POS/SMP	53500.007273/2011
007/POS/SMP	53500.014208/2004	45559 DE 27/07/2004	006/POS/SMP	53500.009566/2005	50288 DE 13/05/2005	004/POS/SMP	53500.007273/2011
025/POS/SMP	53500.026001/2004	47318 DE 19/10/2004	007/POS/SMP	53500.009565/2005	50290 DE 13/05/2005	005/POS/SMP	53500.007273/2011
026/POS/SMP	53500.026001/2004	47318 DE 19/10/2004	008/POS/SMP	53500.009565/2005	50290 DE 13/05/2005	006/POS/SMP	53500.007273/2011
009/POS/SMP	53500.014208/2004	45559 DE 27/07/2004	009/POS/SMP	53500.009564/2005	50293 DE 13/05/2005	007/POS/SMP	53500.007273/2011
014/POS/SMP	53500.014209/2004	45559 DE 27/07/2004	014/POS/SMP	53500.009562/2005	50297 DE 13/05/2005	008/POS/SMP	53500.007273/2011
015/POS/SMP	53500.014209/2004	45559 DE 27/07/2004	-	-	-	009/POS/SMP	53500.007273/2011
016/POS/SMP	53500.014210/2004	45559 DE 27/07/2004	-	-	-	010/POS/SMP	53500.007273/2011
021/POS/SMP	53500.014210/2004	45559 DE 27/07/2004	-	-	-	011/POS/SMP	53500.007273/2011
023/POS/SMP	53500.018143/2004	45560 DE 27/07/2004	016/POS/SMP	53500.009561/2005	50299 DE 13/05/2005	012/POS/SMP	53500.007273/2011
024/POS/SMP	53500.018144/2004	45561 DE 27/07/2004	017/POS/SMP	53500.009560/2005	50301 DE 13/05/2005	013/POS/SMP	53500.007273/2011
032/POS/SMP	53500.020530/2005	52463 DE 30/08/2005	021/POS/SMP	53500.020531/2005	52462 DE 30/08/2005	014/POS/SMP	53500.007273/2011
033/POS/SMP	53500.011743/2006	58650 DE 26/05/06	022/POS/SMP	53500.011744/2006	58651 DE 26/05/2006	015/POS/SMP	53500.007273/2011
034/POS/SMP	53500.005840/2007	64196 DE 23/03/2007	025/POS/SMP	53500.005918/2007	64216 DE 26/03/2007	016/POS/SMP	53500.007273/2011
035/POS/SMP	53500.005841/2007	64197 DE 23/03/2007	026/POS/SMP	53500.005920/2007	64217 DE 26/03/2007	017/POS/SMP	53500.007273/2011
036/POS/SMP	53500.005842/2007	64198 DE 23/03/2007	027/POS/SMP	53500.005922/2007	64219 DE 26/03/2007	018/POS/SMP	53500.007273/2011
038/POS/SMP	53500.005844/2007	406 DE 28/01/2009	029/POS/SMP	53500.005928/2007	64221 DE 26/03/2007	019/POS/SMP	53500.007273/2011
041/POS/SMP	53500.008350/2007	405 DE 27/01/2009	032/POS/SMP	53500.008344/2007	64463 DE 09/04/2007	020/POS/SMP	53500.007273/2011
042/POS/SMP	53500.008351/2007	408 DE 27/01/2009	033/POS/SMP	53500.008345/2007	64464 DE 09/04/2007	021/POS/SMP	53500.007274/2011
045/POS/SMP	53500.020050/2007	66815 DE 28/08/2007	036/POS/SMP	53500.020048/2007	66818 DE 28/08/2007	022/POS/SMP	53500.007274/2011
047/POS/SMP	53500.002403/2008	983 DE 22/02/2008	038/POS/SMP	53500.002412/2008	564 DE 02/02/2009	023/POS/SMP	53500.007274/2011
048/POS/SMP	53500.002404/2008	982 DE 22/02/2008	039/POS/SMP	53500.002413/2008	238 DE 19/01/2009	024/POS/SMP	53500.007274/2011
049/POS/SMP	53500.002405/2008	981 DE 22/02/2008	040/POS/SMP	53500.002414/2008	239 DE 19/01/2009	025/POS/SMP	53500.007274/2011
050/POS/SMP	53500.002406/2008	984 DE 22/02/2008	041/POS/SMP	53500.002415/2008	240 DE 19/01/2009	026/POS/SMP	53500.007274/2011
051/POS/SMP	53500.002407/2008	999 DE 22/02/2008	042/POS/SMP	53500.002416/2008	242 DE 19/01/2009	027/POS/SMP	53500.007274/2011
052/POS/SMP	53500.002408/2008	998 DE 22/02/2008	043/POS/SMP	53500.002417/2008	244 DE 19/01/2009	028/POS/SMP	53500.007274/2011
053/POS/SMP	53500.002409/2008	997 DE 22/02/2008	044/POS/SMP	53500.002418/2008	246 DE 19/01/2009	029/POS/SMP	53500.007274/2011
054/POS/SMP	53500.002411/2008	994 DE 22/02/2008	045/POS/SMP	53500.002419/2008	247 DE 19/01/2009	030/POS/SMP	53500.007274/2011
056/POS/SMP	53500.005176/2008	2115 DE 11/04/2008	048/POS/SMP	53500.005179/2008	2126 DE 11/04/2008	031/POS/SMP	53500.007274/2011
057/POS/SMP	53500.005177/2008	2119 DE 11/04/2008	047/POS/SMP	53500.005178/2008	2123 DE 11/04/2008	032/POS/SMP	53500.007274/2011
058/POS/SMP	53500.007018/2008	2109 DE 11/04/2008	049/POS/SMP	53500.007016/2008	2107 DE 11/04/2008	033/POS/SMP	53500.007274/2011
059/POS/SMP	53500.007019/2008	2106 DE 11/04/2008	050/POS/SMP	53500.007017/2008	2112 DE 11/04/2008	034/POS/SMP	53500.007274/2011
060/POS/SMP	53500.018364/2008	4487 DE 04/08/2008	054/POS/SMP	53500.018896/2008	4488 DE 04/08/2008	035/POS/SMP	53500.007274/2011
061/POS/SMP	53500.018364/2008	4487 DE 04/08/2008	052/POS/SMP	53500.018896/2008	4488 DE 04/08/2008	036/POS/SMP	53500.007274/2011
062/POS/SMP	53500.018364/2008	4487 DE 04/08/2008	053/POS/SMP	53500.018896/2008	4488 DE 04/08/2008	037/POS/SMP	53500.007274/2011
063/POS/SMP	53500.016286/2009	4445 DE 03/08/2009	055/POS/SMP	53500.016285/2009	4446 DE 03/08/2009	038/POS/SMP	53500.007274/2011
064/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	056/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	039/POS/SMP	53500.007274/2011
065/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	057/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	040/POS/SMP	53500.007274/2011
066/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	058/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	041/POS/SMP	53500.007312/2011
067/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	059/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	042/POS/SMP	53500.007312/2011
068/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	060/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	043/POS/SMP	53500.007312/2011
070/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	061/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	044/POS/SMP	53500.007312/2011
071/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	062/POS/SMP	53500.023354/2009	6032 DE 19/10/2009	045/POS/SMP	53500.007312/2011
072/POS/SMP	53500.009549/2010	3028 DE 10/05/2010	063/POS/SMP	53500.009550/2010	3029 DE 10/05/2010	046/POS/SMP	53500.007312/2011
073/POS/SMP	53500.023886/2010	6612 DE 08/10/2010	064/POS/SMP	53500.023887/2010	6614 DE 08/10/2010	047/POS/SMP	53500.007312/2011
074/POS/SMP	53500.027387/2010	7669 DE 25/11/2010	065/POS/SMP	53500.027388/2010	7668 DE 25/11/2010	048/POS/SMP	53500.007312/2011
001/REF/SMP	53500.013879/2004	45562 DE 27/07/2004	001/REF/SMP	53500.009570/2005	50304 DE 13/05/2005	001/REF/SMP	53500.007272/2011
002/PRÉ/SMP	53500.013880/2004	45563 DE 27/07/2004	001/PRÉ/SMP	53500.009569/2005	50305 DE 13/05/2005	001/PRÉ/SMP	53500.007314/2011
006/PRÉ/SMP	53500.003005/2008	4186 DE 15/07/2008	004/PRÉ/SMP	53500.003004/2008	4185 DE 15/07/2008	002/PRÉ/SMP	53500.007314/2011
007/PRÉ/SMP	53500.001178/2009	409 DE 27/01/2009	005/PRÉ/SMP	53500.001184/2009	410 DE 27/01/2009	003/PRÉ/SMP	53500.007314/2011
008/PRÉ/SMP	53500.002773/2009	817 DE 16/02/2009	006/PRÉ/SMP	53500.002771/2009	818 DE 16/02/2009	004/PRÉ/SMP	53500.007314/2011

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, os números desses Planos de Serviço deverão ser sempre divulgados juntamente com os nomes comerciais a serem adotados.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BARAVIERA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 3.655, DE 31 DE MAIO DE 2011

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 104, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.041460/2010, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO FM CIDADE ITIRAPINA LTDA, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Itirapina, Estado de São Paulo, utilizando o canal 277 (duzentos e setenta e sete).

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 106, DE 27 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.031068/2004, resolve:

Autorizar a TELEVISÃO LAGES LTDA, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, a substituir o seu canal de operação, que passará a ser 27 (vinte e sete).

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 110, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n º 401, de 22 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Delegar as seguintes competências ao Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, exclusivamente no tocante ao serviço de radiodifusão comunitária:

I - autorizar a utilização e a substituição de equipamentos transmissores das entidades autorizadas a explorar o serviço;

II - homologar a mudança de local de estúdio das entidades autorizadas;

III - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes ao serviço, no âmbito de sua competência;

IV - emitir notificações para encaminhamento de boletos; e

V - arquivar processos de tramitação regimental inviável, no âmbito de sua competência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 42, DE 20 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.000501/2010, resolve:

Aprovar o local de instalação e a utilização dos equipamentos da estação digital da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Londrina, Estado do Paraná, utilizando o canal digital 47D (quarenta e sete digital).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 54, DE 27 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.016435/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TROPICAL RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Macapá, Estado do Amapá, utilizando o canal 275 (duzentos e setenta e cinco), classe A4.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 343, DE 31 DE MAIO DE 2011

Autoriza a empresa GE Olho D'Água S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Dreen Olho D'Água, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005552/2010-80, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa GE Olho D'Água S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.723.444/0001-34, com sede na Fazenda Boa Vista 1C, Estrada RN 120, parte, Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Dreen Olho D'Água, constituída de vinte Unidades Geradoras de 1.500 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 15.300 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 5º3'18,58" S e 35º58'24,53" W, no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Dreen Olho D'Água, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara II, resultado da Chamada Pública nº 01/2010-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de junho de 2011;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de agosto de 2011;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de novembro de 2011;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 2 de janeiro de 2012;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de março de 2012;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 3 de junho de 2012;

g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 8 de dezembro de 2012;

h) início da Operação em Teste da 2ª e 3ª Unidades Geradoras: até 9 de dezembro de 2012;

i) início da Operação em Teste da 4ª e 5ª Unidades Geradoras: até 10 de dezembro de 2012;

j) início da Operação em Teste da 6ª e 7ª Unidades Geradoras: até 11 de dezembro de 2012;

k) início da Operação em Teste da 8ª e 9ª Unidades Geradoras: até 12 de dezembro de 2012;

l) início da Operação em Teste da 10ª e 11ª Unidades Geradoras: até 13 de dezembro de 2012;

m) início da Operação em Teste da 12ª e 13ª Unidades Geradoras: até 14 de dezembro de 2012;

n) início da Operação em Teste da 14ª e 15ª Unidades Geradoras: até 15 de dezembro de 2012;

o) início da Operação em Teste da 16ª e 17ª Unidades Geradoras: até 16 de dezembro de 2012;

p) início da Operação em Teste da 18ª e 19ª Unidades Geradoras: até 17 de dezembro de 2012;

q) início da Operação em Teste da 20ª Unidade Geradora: até 18 de dezembro de 2012; e

r) início da Operação Comercial da 1ª à 20ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2013;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 7.259.401,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e um reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Dreen Olho D'Água;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Dreen Olho D'Água, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.910, DE 24 DE MAIO DE 2011

Autoriza a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabelece os valores das parcelas da Receita Anual Permitida.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 12 do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 6º, § 1º e 7º, inciso II, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nas Resoluções Normativas nos 67 e 68, ambas de 8 de junho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta dos Processos nº 48500.006549/2010-83, 48500.006548/2010-39 e 48500.006588/2010-81, e considerando que:

as ampliações e reforços nas instalações de transmissão foram propostos na revisão 1 do documento Consolidação de Obras de Rede Básica - Período 2010 a 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP a implantar reforços na Rede Básica, conforme especificações a seguir:

I - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Araras - Santo Ângelo, com 21,2 km de extensão.

II - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Araraquara - Araras, com 15,2 km de extensão.

III - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Ilha Solteira - Mirassol II C1/C2, com 27,3 km de extensão.

IV - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Mirassol II - Araraquara C1/C2, com 20,5 km de extensão.

V - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Getulina - Bauru C1/C2, com 21,7 km de extensão.

VI - Substituição dos cabos para-raios de trecho da linha de transmissão 440 kV Jupiá - Getulina C1/C2, com 25,6 km de extensão.

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo I desta Resolução, os valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica ora autorizadas.

§ 1º O recebimento da parcela da Receita Anual Permitida de que trata o "caput" dar-se-á a partir da efetiva data de início da operação comercial.

§ 2º A entrada em operação comercial antes do prazo estabelecido nesta Resolução deverá ocorrer somente após homologação da ANEEL.

Art. 3° A Receita Anual Permitida a que se refere o art. 2º desta Resolução é estabelecida com base em custos que consideram o impacto proporcionado pela adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

Art. 4º A CTEEP deverá construir e implantar as instalações de transmissão de energia elétrica autorizadas no art. 1º desta Resolução, conforme cronograma apresentado e constante no Anexo II desta Resolução.

Art. 5º Os valores da Receita Anual Permitida, de que trata o art. 2º desta Resolução, já contemplam o adicional de 2,5%, referente à quota anual da Reserva Global de Reversão - RGR, com validade até o final do exercício de 2035.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º Na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, a CTEEP deverá atender às diretrizes estabelecidas nos Procedimentos de Rede, além de cumprir a respectiva normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º Os Anexos desta Resolução estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, com os respectivos valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.911, DE 24 DE MAIO DE 2011

Autoriza a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, e estabelece os valores das parcelas da Receita Anual Permitida.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 12 do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 6º, § 1º e 7º, inciso II, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nas Resoluções Normativas nos 67 e 68, ambas de 8 de junho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta dos Processos nº 48500.000367/2010-07 e 48500.000664/2010-44, 48500.006590/2010-50 e considerando que:

as ampliações e reforços nas instalações de transmissão foram propostos no documento Consolidação de Obras de Rede Básica - Período 2010 à 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE a implantar reforços na Rede Básica, conforme especificações a seguir:

I - Subestação Miracema:

a)Instalação de duas unidades monofásicas 500/138/13,8 kV - 60 MVA cada, para compor com a unidade reserva existente o segundo banco de transformadores monofásicos 500/138/13,8 kV - 3x60 MVA e conexões associadas;

b)Instalação de um módulo de conexão 500 kV, arranjo disjuntor e meio, para o segundo banco de transformadores monofásicos 500/138/13,8 kV, 3x60 MVA;

c)Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o segundo banco de transformadores monofásicos 500/138/13,8 kV, 3x60 MVA;

d)Complementação da infraestrutura de módulo geral pela instalação do segundo banco de transformadores monofásicos 500/138/13,8 kV, 3x60 MVA;

e)Instalação de painel com sistema de controle específico de paralelismo, no módulo de conexão de 138 kV do primeiro autotransformador existente;

f)Instalação de um módulo de interligação de barras em 500 kV, arranjo disjuntor e meio.

II - Subestação Rio Branco I:

a)Instalação do segundo autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 55 MVA;

b)Instalação de um módulo de conexão 230 kV, arranjo barra principal e transferência, para o segundo autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 55 MVA;

c)Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o segundo autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 55 MVA;

d)Complementação da infraestrutura de módulo geral pela instalação do segundo autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 55 MVA, adequação do primeiro autotransformador trifásico existente 230/138/13,8 kV, 55 MVA e módulo de interligação de barras em 138 kV;

e)Complemento de módulo geral no setor de 138 kV, arranjo barra principal e transferência;

f)Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o primeiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 55 MVA;

g)Instalação de um módulo de interligação de barras em 138 kV, arranjo barra principal e transferência.

III - Subestação São Luis III:

a)Instalação do segundo transformador trifásico 230/69/13,8 kV, 150 MVA;

b)Instalação de um módulo de conexão 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o segundo transformador trifásico 230/69/13,8 kV, 150 MVA;

c)Instalação de um módulo de conexão 69 kV, arranjo barra principal e transferência, para o segundo transformador trifásico 230/69/13,8 kV, 150 MVA;

d)Complementação da infraestrutura de módulo geral pela instalação do segundo transformador trifásico TR2 230/69/13,8 kV, 150 MVA.

IV - SE Santa Maria

a)Instalação do terceiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 100 MVA;

b)Instalação de um módulo de conexão 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o terceiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 100 MVA;

c)Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o terceiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 100 MVA;

d)Complementação da infraestrutura de módulo geral pela instalação do terceiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 100 MVA e adequação do primeiro autotransformador existente 230/138/13,8 kV, 100 MVA;

e)Complemento de módulo geral no setor de 138 kV, arranjo barra principal e transferência;

f)Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o primeiro autotransformador trifásico 230/138/13,8 kV, 100 MVA;

g)Instalação de um módulo de interligação de barras em 138 kV, arranjo barra principal e transferência;

h)Instalação de painel com sistema de controle específico de paralelismo no módulo de conexão de 230 kV do primeiro autotransformador existente;

i)Instalação de painel com sistema de controle específico de paralelismo no módulo de conexão de 230 kV do segundo autotransformador existente;

j)Adequação da entrada de linha 138 kV referente à linha de transmissão Santa Maria - Mãe do Rio, com a substituição de 3 pararaios.

V - SE Santa Maria

a)Instalação do primeiro banco de capacitores em derivação 230 kV, de 55 Mvar;

b)Instalação de um módulo de conexão 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o primeiro banco de capacitores em derivação 230 kV, de 55 Mvar;

c)Instalação do segundo banco de capacitores em derivação 230 kV, de 55 Mvar;

d)Instalação de um módulo de conexão 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para o segundo banco de capacitores em derivação 230 kV, de 55 Mvar;

e)Substituição de disjuntor do módulo de interligação de barras em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, existente;

f)Complementação da infraestrutura de módulo geral pela instalação dos bancos de capacitores em derivação 2 x 55 Mvar.

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo I desta Resolução, os valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica ora autorizadas.

§ 1º O recebimento da parcela da Receita Anual Permitida de que trata o "caput" dar-se-á a partir da efetiva data de início da operação comercial.

§ 2º A entrada em operação comercial antes do prazo estabelecido nesta Resolução deverá ocorrer somente após homologação da ANEEL.

Art. 3º A Receita Anual Permitida a que se refere o art. 2º desta Resolução é estabelecida com base em custos que consideram o impacto proporcionado pela adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

Art. 4º A ELETRONORTE deverá construir e implantar as instalações de transmissão de energia elétrica autorizadas no art. 1º desta Resolução, conforme cronograma apresentado e constante no Anexo II desta Resolução.

Art. 5º Os valores da Receita Anual Permitida, de que trata o art. 2º desta Resolução, já contemplam o adicional de 2,5%, referente à quota anual da Reserva Global de Reversão - RGR, com validade até o final do exercício de 2035.

Art. 6º Na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, a ELETRONORTE deverá atender às diretrizes estabelecidas nos Procedimentos de Rede, além de cumprir a respectiva normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º Os Anexos desta Resolução estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, com os respectivos valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.912, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista as áreas de terra atingidas pela linha de transmissão Itatiba - Viracopos - Tanquinho, na tensão nominal de 138 kV, localizada no Estado de São Paulo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, com base no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.001523/2011-20, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista as áreas de terra situadas numa faixa de 30 metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Transmissão Itatiba - Viracopos - Tanquinho, em circuito duplo, na tensão nominal de 138 kV, com 8,5 quilômetros de extensão, que interligará a Subestação Itatiba, de propriedade de Furnas, à estrutura 20-5, da Linha de Transmissão Tanquinho - Viracopos, de propriedade da requerente, localizada nos Municípios de Itatiba e Valinhos, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A planta de caminhamento da linha de transmissão, bem como as coordenadas UTM dos vértices, constam no desenho de referência "WIT-VIR-003-PLR0", inserido no Anexo 1 do supracitado Processo.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Fica a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.915, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da MGE Transmissão S.A., de áreas de terra necessárias à passagem das Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2 500 kV e Viana 2 - Viana 345 kV, localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, com base no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.002094/2011-16, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da MGE Transmissão S.A., as áreas de terra situadas numa faixa de setenta metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Transmissão em corrente alternada em 500 kV, interligando as subestações de Mesquita e Viana 2, com 252 km de extensão, localizadas nos municípios Santana do Paraíso, Ipaba, Caratinga, Iapu, Inhapim, Ubaporanga, Piedade de Caratinga, Imbé de Minas, Ipanema, Taparuba, Mutum, no Estado de Minas Gerais, e Brejetuba, Afonso Claudio, Domingos Martins, Marechal Floriano e Viana, no Estado do Espírito Santo, e numa faixa de cinqüenta e dois metros de largura, necessária à implantação da Linha de Transmissão em corrente alternada em 345 kV, circuito duplo, interligando as subestações de Viana 2 e Viana, com 7,4 km de extensão, localizada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. As plantas de caminhamento do trecho referido da linha de transmissão de que trata o "caput" constam nos Anexos 001e 002 do Processo nº 48500.002094/2011-16.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a MGE Transmissão S.A, praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em consequência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a MGE Transmissão S.A autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º Fica a MGE Transmissão S.A obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.917, DE 31 DE MAIO DE 2011

Anui à transferência de controle societário da Brasil Central Energia Ltda., atualmente detido pela Gaia Energia e Participações Ltda., para a Topázio Energética S.A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto n. 2.003, de 10 de setembro de 1996, com base no artigo 4º, XI, do Anexo I do Decreto n. 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Resolução n. 711, de 17 de dezembro de 2002, na Resolução n. 578, de 22 de maio de 2006, e o que consta do Processo n. 48500.002667/2011-01, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência de controle societário da Brasil Central Energia Ltda., atualmente detido pela Gaia Energia e Participações Ltda., para a Topázio Energética S.A., conforme ilustrado no quadro demonstrativo abaixo:

Acionistas	Antes da transferência Capital Social (%)	Depois da Transferência Capital Social (%)
Gaia Energia e Participações Ltda.	99,98	-
Outros	0,02	-
Topázio Energética S.A.	-	100
TOTAL	100	100

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

§ 2º A autorizada deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 436, DE 24 DE MAIO DE 2011

Prorroga os prazos estabelecidos no inciso II do § 6º do art. 218 e nos incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, o que consta do Processo n° 48500.002402/2007-19 e considerando:

a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso II, do § 6º do art. 218 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

público municipal e distrital, com as respectivas minutas dos termos contratuais a serem firmados e relatório detalhando o AIS, por Município, e apresentação, se for o caso, de relatório que demonstre e comprove a constituição desses ativos com os Recursos Vinculados à Obrigações Vinculadas ao Serviço Público (Obrigações Especiais);"

Art. 2º Alterar os incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 221...

I - ...

Média móvel de consumo (kWh)	*Data*
maior ou igual a 80	*01/12/2010*
maior que 65	*01/08/2011*
maior que 40	*01/09/2011*
maior que 30	*01/10/2011*
menor ou igual a 30	*01/11/2011*

II - os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda com base na leitura realizada no mês de julho de 2010, por atenderem aos critérios estabelecidos na Resolução nº 485, de 29 de agosto de 2002, deixarão de receber a TSEE a partir da fatura referente ao primeiro ciclo completo de faturamento iniciado após 1º de novembro de 2011."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de maio de 2011

Nº 2.058 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001701/2011-12, resolve: (i) afastar, por sua inaplicabilidade, os incisos III e IV do art. 3º da Resolução Normativa nº 165, de 19 de setembro de 2005, referente à PCH Santa Luzia, devendo ser considerado, para fins de repasse de preços aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, o menor valor entre o preço do contrato de substituição de lastro e o preço atualizado dos CCEARs, até 15 de agosto de 2011; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, no cálculo do aporte de garantias financeiras até o mês de agosto de 2011 da PCH Santa Luzia Alto, considere apenas o mês "m-1".

Em 24 de maio de 2011

Nº 2.159 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000644/2010-73, resolve conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela Companhia Energética do Maranhão contra o Auto de Infração n. 103/2010-SFE/ANEEL, mantendo-se a decisão, tomada em sede de juízo de reconsideração, de reduzir o valor da penalidade de multa de R$ 30.150,89 (trinta mil, cento e cinqüenta reais e oitenta e nove centavos) para R$ 28.019,31 (vinte e oito mil, dezenove reais e trinta e um centavos).

Nº 2.161 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000693/2010-14, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Celesc Distribuição S.A. contra o Auto de Infração n. 39/2010-SFE/ANEEL.

Nº 2.171 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000622/2010-11, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Rio Grande Energia S.A. - RGE em face do Auto de Infração n. 064/2010-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, mantendo a multa de R$ 120.707,41 (cento e vinte mil e setecentos e sete reais e quarenta e um centavos), a qual deverá ser recolhida com os acréscimos legais.

Nº 2.172 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000648/2010-51, resolve: (i) conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Caiuá Distribuição de Energia S.A. em face do Auto de Infração n. 052/2010-SFE/ANEEL, de 04 de maio de 2010, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE; e (ii) manter a penalidade de multa no valor de R$ 12.102,04 (doze mil cento e dois reais e quatro centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Nº 2.173 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000647/2010-15, resolve: (i) conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE em face do Auto de Infração n. 051/2010-SFE/ANEEL, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE; e (ii) manter a penalidade de multa no valor de R$ 7.852,53 (sete mil oitocentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta e três centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Nº 2.174 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000415/2003-11, resolve alterar o item (iv) do Despacho n. 1.237, de 04 de maio de 2010, de forma a estabelecer o prazo de 12 meses para que a Gerdau Aços Longos S.A. atenda aos novos Procedimentos de Rede, resultado da Audiência Pública n. 002/2011, contados a partir da sua publicação, em relação à Subestação Elevadora 13,8/230 kV da UHE Caçu.

Em 31 de maio de 2011

Nº 2.312 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004272/2010-54, resolve: I - conhecer e, no mérito, negar provimento aos recursos interpostos pela Barra Bioenergia em face dos Despachos nº 1.460/2011 e nº 1.859/2011, que determinaram a retenção das parcelas da Receita Fixa relativa às competências de março e abril de 2011, respectivamente; e II - declarar prejudicados, por perda de objeto, os recursos interpostos pela Barra Bioenergia em face dos Despachos nº 2.656/2010, nº 2.952/2010, nº 3.331/2010 e nº 3.680/2010, mediante os quais a Superintendência de Estudos do Mercado - SEM determinou a retenção da parcela da Receita Fixa da UTE Ipaussu, relativa às competências de setembro a dezembro de 2010, respectivamente.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 1.149, de 10 de maio 2011, publicada no D.O. nº 93, de 17 de maio de 2011, Seção 1, página 93, constante no Processo nº 48500.004118/2005-71, na competência informada no Anexo IV para o PROINFA; onde se lê: "junho/2011 a maio/2012"; leia-se: "julho/2011 a junho/2012".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 2.305 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL n° 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000823/2010-19, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP n° 001, de 24 de novembro de 1999, o "Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, n° 056/09, de 17 de dezembro de 2009, que entre si celebram Light - Serviços de Eletricidade S/A, e Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel"; II - Determinar que são obrigações da Light: a) observar o que dispõe a ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão n° 001/96, firmado com a União em 04 de junho de 1996, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do referido Contrato de Compartilhamento, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. III - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Light, conforme disposto no art. 11, Parágrafo único, da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 2.303 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o que consta dos Processos nºs 48500.000278/2010-52, 48500.002256/2010-27, 48500.002464/2010-26, 48500.004272/2010-54, 48500.004273/2010-07, 48500.004274/2010-43, 48500.005980/2010-11, nos termos das Regras de Comercialização, versão 2010, aprovadas por meio da Resolução Normativa nº 385, de 8 de dezembro de 2009, resolve: I - determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a ser realizada em junho de 2011 (competência maio de 2011), promova a retenção da parcela da Receita Fixa referente aos Contratos de Energia de Reserva - CER das UTEs listadas a seguir: i) BEN Bioenergia; ii) Decasa; iii) Cachoeira Dourada; iv) CBB - Companhia Bioenergética Brasileira; v) Unidade de Bioenergia Água Emendada; vi) Unidade de Bioenergia Costa Rica; vii) Biopav II; viii) Chapadão; ix) Ipaussu Bioenergia.

Nº 2.304 - SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 3º da Resolução Normativa nº 323, de 8 de julho de 2008, com base na Nota Técnica nº 059/2011-SEM/ANEEL, de 27 de maio de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.006174/2009-18, resolve registrar os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e o Primeiro Termo Aditivo celebrados entre a vendedora CELESC Distribuição S/A, CNPJ nº 08.336.783/0001-90e a compradora Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇÁ, CNPJ nº 09.364.804/0001-44, conforme condições detalhadas em anexo disponibilizado no sítio da ANEEL.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 2.306 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002319/2004-71, resolve: I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da unidade geradora UG 2, com potência instalada de 20.000 kW, da UHE Assis Chateaubriand (Mimoso), localizada no Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, de propriedade da empresa Pantanal Energética S.A. II - A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que as condições operativas da unidade geradora seja restabelecida.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.307 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002417/2007-87, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras UG01 a UG80, de 830 kW cada, totalizando 66.400 kW de capacidade instalada, da UTE Potiguar III, liberada para início da operação comercial por meio do Despacho nº 734, de 2 de março de 2009, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 6 de fevereiro de 2009; o Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 6 de fevereiro de 2009; e, o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, celebrado em 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Companhia Energética Potiguar S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.308 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005256/2006-21, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras UG01 a UG64, de 830 kW cada, totalizando 53.120 kW de capacidade instalada, da UTE Potiguar, liberada para início da operação comercial por meio do Despacho nº 733, de 2 de março de 2009, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 6 de fevereiro de 2009; o Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 6 de fevereiro de 2009; e, o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, celebrado em 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Companhia Energética Potiguar S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.309 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007759/2007-93, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras UG1 a UG19, com 8.763 kW de potência cada, e UG20, de 4.355 kW, totalizando 170.852 kW de potência instalada, da UTE Termonordeste, liberada para início da operação comercial por meio do Despacho nº 81, de 12 de janeiro de 2011, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 29 de abril de 2010; o Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 5 de janeiro de 2011; e, o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, celebrado em 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.310 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007762/2007-15, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras GG01, de 52.578 kW, GG02, de 61.341 kW, e GG03, de 56.933 kW, totalizando 170.852 kW de potência instalada, da UTE Termoparaíba, liberada para início da operação comercial por meio dos Despachos nº 80, de 12 de janeiro de 2011, e nº 126, de 18 de janeiro de 2011, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 29 de abril de 2010; o Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 5 de janeiro de 2011; e o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, celebrado em 25 de maio de 2011, todos firmados entre a EPASA e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma Resolução.

Nº 2.311 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000475/2008-57, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras UG1 a UG20, de 8.730 kW cada, totalizando 174.600 kW de capacidade instalada, da UTE Viana, liberada para início da operação comercial por meio do Despacho nº 04, de 05 de janeiro de 2010, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 26 de maio de 2009; o Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 16 de dezembro de 2009; e, o Oitavo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, de 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Termelétrica Viana S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.313 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007757/2007-02, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras GG05, GG06 e GG07, de 39.680 kW cada, e GG08, de 29.760 kW, totalizando 148.800 kW de capacidade instalada, da UTE Global II, liberada para início da operação comercial por meio dos Despachos nº 1.407, de 19 de maio de 2010, e nº 1.471, de 26 de maio de 2010, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 22 de dezembro de 2008; Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 16 de dezembro de 2009; e, o Oitavo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, de 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Candeias Energia S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.314 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007753/2007-16, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras GG01, GG03 e GG04, de 39.680 kW cada, e GG02, de 29.760 kW, totalizando 148.800 kW de capacidade instalada, da UTE Global I, liberada para início da operação comercial por meio do Despacho nº 1.259, de 06 de maio de 2010, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 22 de dezembro de 2008; Termo de Compromisso por Prazo Determinado, celebrado em 16 de dezembro de 2009; e, o Oitavo Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, de 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Candeias Energia S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A. - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.315 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000654/2004-35, resolve: I - Liberar as 20 unidades geradoras, totalizando 30.000 kW de potência instalada, da EOL Púlpito, localizada no Município de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, de titularidade da empresa Santo Antônio Energia Eólica S.A., autorizada nos termos da Resolução ANEEL n° 027, de 27 de janeiro de 2004 e que teve alteradas suas características técnicas e de seu sistema de transmissão de interesse restrito nos termos do Despacho ANEEL nº 3.581, de 21 de setembro de 2009, para início da operação em teste a partir do dia 1º de junho de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE(*)
Em 30 de maio de 2011

Nº 2.284 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.807, de 13 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e na Resolução nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta dos Processos nºs 48500.002414/2009-13 e 48500.006557/2010-20, resolve: I - Não conceder o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Suaçuí Grande, no trecho entre o canal de fuga da PCH Coqueiro e o remanso do reservatório da UHE Matão, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico - Trecho Leste, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.663.142/0001-03, tendo em vista que o referido trecho não se encontra disponível para a elaboração da revisão dos estudos de inventário.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

(*) Republicado por ter saído no DOU n° 103, de 31-5-2011, Seção 1, página 64, com incorreção no original.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 2.303 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004966/2010-91, resolve: I - Aceitar o Estudo de Viabilidade da UHE Iraí, com potência estimada nos estudos de inventário de 330 MW, situada no rio Uruguai, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, nos Municípios de Vicente Dutra no Estado do Rio Grande do Sul e Caibí no Estado de Santa Catarina, às coordenadas 27° 06' 50" de Latitude Sul e 53° 20' 26" de Longitude Oeste, para fins de análise, apresentado pela Companhia Energética do Uruguai, inscrita no CNPJ sob o nº 10.511.661/0001-35. II - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados após a data de publicação deste ato.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº. 2.127, 20 de maio de 2011, publicado no DOU de 23 de maio de 2011, página 70 seção 1, nº. 97, no campo do signatário, onde se lê: "ODENIR JOSÉ DOS REIS", leia-se: "ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 2.300 - O SUPERINTENDENTE INTERINO DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, publicada em 07 de fevereiro de 2008, com base no disposto no § 2º do art. 6º da Resolução Normativa nº 89, de 25 de outubro de 2004, incluído pela Resolução Normativa nº 325, de 22 de julho de 2008, e no art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, resolve publicar, apenas para fins de controle e acompanhamento, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores de diferença entre o faturamento que decorreria da aplicação dos critérios vigentes de classificação do consumidor baixa renda, na data imediatamente anterior à incidência da Lei nº 10.438, de 2002, e aquele verificado em conformidade com os novos critérios estabelecidos pelo art. 1º da mesma Lei, apurados com base na metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 89, de 25 de outubro de 2004, apresentados no anexo I, referentes aos meses de fevereiro, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010 e de janeiro, fevereiro, março e abril de 2011.

ANEXO I

DIFERENÇAS ENTRE O FATURAMENTO QUE DECORRERIA DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VIGENTES DE CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR BAIXA RENDA, NA DATA IMEDIATAMENTE ANTERIOR À INCIDÊNCIA DA LEI Nº 10.438, DE 2002, E AQUELE VERIFICADO EM CONFORMIDADE COM OS NOVOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO ART. 1º DA MESMA LEI, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA, PARA FINS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO.
PERÍODO DE FEVEREIRO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2010.

EMPRESA	FEVEREIRO/10	SETEMBRO/10	OUTUBRO/10	NOVEMBRO/10
Boa Vista - Boa Vista Energia S/A.	-	-	-	(41.034,27)
CEB Distribuição S.A.	(2.572.838,62)	-	-	-
COOPERALIANÇA - Cooperativa Aliança.	-	-	-	(64.703,10)
CPFL-Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz.	-	-	-	(156.224,18)
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S/A.	-	(3.807.786,95)	(3.807.786,95)	-
TOTAL	(2.572.838,62)	(3.807.786,95)	(3.807.786,95)	(261.961,55)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2010 E DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2011.

EMPRESA	DEZEMBRO/10	JANEIRO/11	FEVEREIRO/11	MARÇO/11
CEB Distribuição S.A.	-	-	-	(2.554.929,28)
COOPERALIANÇA - Cooperativa Aliança.	(71.150,24)	(102.968,57)	(105.967,91)	-
CPFL-Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz.	(156.224,18)	(316.459,36)	-	-
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S/A.	(3.807.786,95)	(3.878.170,68)	(4.079.090,94)	(4.085.423,41)
TOTAL	(4.035.161,37)	(4.297.598,61)	(4.185.058,85)	(6.640.352,69)

PERÍODO DE ABRIL DE 2011.

EMPRESA	ABRIL/11
COOPERALIANÇA - Cooperativa Aliança.	(81.330,87)
CPFL-Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz.	(290.264,19)
CPFL-Paulista - Companhia Paulista de Força e Luz.	(1.779.741,59)
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S/A.	(4.080.789,97)
MUX-Energia - Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda.	(25.637,30)
TOTAL	(6.257.763,92)

Nº 2.301 - O SUPERINTENDENTE INTERINO DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Portaria ANEEL nº 851, de 30 de janeiro de 2008, publicada em 07 de fevereiro de 2008, com base na metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 89, de 25 de outubro de 2004, e com base na Resolução Homologatória nº 945, de 02 de março de 2010, no art. 221 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, e nas verificações de consistências dos valores pleiteados pelas concessionárias, referentes às diferenças mensais de receita em virtude dos critérios de classificação de unidades consumidoras da Subclasse Residencial Baixa Renda, resolve homologar previamente, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores relativos às perdas de receita apresentados nos anexos I e II, referentes aos meses de março, abril, maio, junho, julho, novembro e dezembro de 2010 e de fevereiro, março e abril de 2011.

MARCOS BRAGATTO

ANEXO I

DIFERENÇAS DE RECEITA, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA
PERÍODO DE MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2010.

EMPRESA	MARÇO/10	ABRIL/10	MAIO/10	JUNHO/10
CELESC Distribuição S.A.	1.778.708,42	1.568.061,44	1.738.501,37	1.715.717,56

PERÍODO DE JULHO, NOVEMBRO, DEZEMBRO DE 2010 E DE FEVEREIRO DE 2011.

EMPRESA	JULHO/10	NOVEMBRO/10	DEZEMBRO/10	FEVEREIRO/11
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.	-	-	-	2.057.890,31
CELESC Distribuição S.A.	1.737.034,40	-	-	-
CELG - Companhia Energética de Goiás.	-	4.269.091,58	4.158.987,25	3.768.469,80
CLFM - Companhia Luz e Força de Mococa.	-	-	-	20.118,55
TOTAL	1.737.034,40	4.269.091,58	4.158.987,25	5.846.478,66

PERÍODO DE MARÇO DE 2011.

EMPRESA	MARÇO/11
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S/A.	249.706,12

ANEXO II

DIFERENÇAS DE RECEITA, EM R$, APURADAS EM VIRTUDE DOS NOVOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA
PERÍODO DE ABRIL DE 2011.

EMPRESA	DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA
AES-SUL - AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A.	1.463.912,27
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S/A.	7.186.487,24
CAIUÁ - Caiuá Distribuição de Energia S/A.	237.415,73
CEAL - Companhia Energética de Alagoas.	3.794.052,08
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.	1.871.534,65
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A.	3.463.074,93
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco.	10.414.726,40
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins.	1.410.634,37
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão.	8.147.414,42
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S/A.	342.888,76
CEMIG-D - CEMIG Distribuição S/A.	7.452.590,92
CEPISA - Companhia Energética do Piauí.	4.502.155,39
CFLO - Companhia Força e Luz do Oeste.	60.861,93
CHESP - Companhia Hidroelétrica São Patrício.	124.760,01
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica.	44.350,21
COCEL - Companhia Campolarguense de Energia.	74.259,00
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.	20.855.975,93
COELCE - Companhia Energética do Ceará.	13.313.529,84
COPEL-DIS - Copel Distribuição S/A.	5.030.602,50
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte.	2.409.305,58
DEMEI - Departamento Municipal de Energia de Ijuí.	45.651,19
DMEPC - Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas.	69.830,74
EBDE Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	401.164,69
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S/A.	54.501,33
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A.	238.149,65
ELETROCAR - Centrais Elétricas de Carazinho S/A.	67.490,24
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.	2.043.118,95
EMGDE Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	1.322.327,47
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A.	1.089.718,26
ENF Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.	148.509,88
EPDE Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.	4.389.322,89
ESDE Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.996.570,57
FORCEL - Força e Luz Coronel Vivida Ltda.	13.369,10
HIDROPAN - Hidroelétrica Panambi S/A.	29.424,70
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S/A.	2.462.186,15
RGE - Rio Grande de Energia S/A.	2.346.643,56
SULGIPE - Companhia Sul Sergipana de Eletricidade.	712.109,17
UHENPAL - Usina Hidro Elétrica Nova Palma Ltda.	24.208,97
TOTAL	109.654.829,67

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 253, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.003308/2009-00 nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A., CNPJ: 08.807.676/0001-01, autorizada a construir o Terminal Portuário Logístico do Açu, localizado no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, composto pelas instalações abaixo elencadas, bem como unidades acessórias, incluindo dessalgadoras, parque de bombas, sistema de aquecimento, tratamento de efluentes e sistema de combate a incêndio:

I - Tanques de armazenamento

TAG (TQ)	Produto Armazenado	Volume (m³)	Diâmetro (m)	Altura ou Comprimento (m)	Quantidade
001-028	Petróleo	80.000	80	17,08	28
303	OC-1B	5.000	20,05	16,02	1
503	Diesel	30	2,5	7,0 (Comprimento)	1
601-604	Slop/Interface	17.500	35	18	4

II - Instalações dos píeres de recebimento e de expedição, incluindo 9 braços de carregamento de 22" de diâmetro para recebimento, 6 braços de 26" de diâmetro para expedição e os seguintes dutos portuários:

Dutos portuários do píer de recebimento:

Nome do Duto	De	Para	Produto	Diâmetro	Vazão (m³/h)	Extensão (m)
Duto de Importação I Gleba Norte	Píer - lançador de pig AÇU-1.1400-EE-003	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-001	Petróleo	48"	9000	8560
Duto de Importação II Gleba Norte	Píer - lançador de pig AÇU-1.1400-EE-004	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-002	Petróleo	48"	9000	8560
Duto de Importação III Gleba Norte	Píer - lançador de pig AÇU-1.1400-EE-005	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-003	Petróleo	48"	9000	8560
Duto de Importação I Gleba Sul	Duto de Importação I Gleba Norte	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-004	Petróleo	48"	9000	~900
Duto de Importação II Gleba Sul	Duto de Importação II Gleba Norte	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-005	Petróleo	48"	9000	~900
Duto de Importação III Gleba Sul	Duto de Importação III Gleba Norte	Recebedor de pig AÇU-2.2900-EE-006	Petróleo	48"	9000	~900

Dutos portuários do píer de expedição:

Nome do Duto	De	Para	Produto	Diâmetro	Vazão (m³/h)	Extensão (m)
Duto de Exportação I Gleba Norte	Manifold de válvulas do tanque (tubovia)	Sucção bomba booster de exportação AÇU-2.2900-BQ-001 A	Petróleo	60"	7528	300
Duto de Exportação I Gleba Norte	Descarga bomba AÇU-2.2900-BQ-001A	Sucção bomba principal de exportação AÇU-2.2900-BQ-104A	Petróleo	48"	7528	570
Duto de Exportação I Gleba Norte	Descarga bomba AÇU-2.2900-BQ-104A	Píer - recebedor de pig AÇU-1.1400-EE-001	Petróleo	48"	7528	6321
Duto de Exportação II Gleba Norte	Manifold de válvulas do tanque (tubovia)	Sucção bomba booster de exportação AÇU-2.2900-BQ-001 B	Petróleo	60"	7528	300
Duto de Exportação II Gleba Norte	Descarga bomba AÇU-2.2900-BQ-001 B	Sucção bomba principal de exportação AÇU-2.2900-BQ-104B	Petróleo	48"	7528	570
Duto de Exportação II Gleba Norte	Descarga bomba AÇU-2.2900-BQ-104B	Píer - recebedor de pig AÇU-1.1400-EE-002	Petróleo	48"	7528	6321
Duto de Exportação I Gleba Sul	Manifold de válvulas do tanque (tubovia)	Sucção bomba booster de exportação AÇU-2.2900-BQ-003 A	Petróleo	60"	7528	300
Duto de Exportação I Gleba Sul	Descarga bomba AÇU-2.2900-BQ-003A	Sucção bomba principal de exportação AÇU-2.2900-BQ-104A	Petróleo	48"	7528	570
Duto de Exportação II Gleba Sul	Manifold de válvulas do tanque (tubovia)	Sucção bomba booster de exportação AÇU-2.2900-BQ-003 B	Petróleo	60"	7528	300
Duto de Exportação II Gleba Sul	Descarga bomba booster de exportação AÇU-2.2900-BQ-003 B	Sucção bomba principal de exportação AÇU-2.2900-BQ-104B	Petróleo	48"	7528	570

III - Uma plataforma rodoviária contendo 3 ilhas de descarregamento para caminhões-tanque.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização é válida até 02/12/2012, conforme a Licença de Instalação nº IN 001099 e Documento de Averbação nº AVB001006, emitidos em 02/12/2009 e 10/12/2010, respectivamente, pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria do Ambiente do Governo do Rio de Janeiro.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Nº 655 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	OBS.	PRAZO	PROCESSO
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	GOL Combustíveis Ltda. - 3309 06.983.874/0001-92	Reg. 1.127.198	-	02/05/2011 A 02/05/2015	48610.007679/2011-77
São Luis	MA	GRANEL Química Ltda. 44.983.435/0003-30	SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0437 01.387.400/0003-26	Reg. 1643322	-	01/03/2011 A INDETERMINADO	48610.005110/2011-77
Teresina	PI	GRANEL Química Ltda. 44.983.435/0006-83	SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0437 01.387.400/0020-27	Reg. 1643323	-	01/03/2011 A INDETERMINADO	48610.018580/2010-10
Porto Velho	RO	Distribuidora de Petróleo MANGUARY Ltda. - 0198 84.643.246/0001-71	SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0437 01.387.400/0013-06	Reg. 0071022	-	01/03/2011 A INDETERMINADO	48610.005202/2011-57
Serra	ES	OILTANKING Terminais Ltda. 04.409.230/0001-60	ATLÂNTICA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3220 05.552.292/0001-99	Reg. 214775	-	01/07/2011 A 30/06/2014	48610.007641/2011-02
Paulínia	SP	TRANSO Combustíveis Ltda. - 0389 01.136.600/0001-44	PETRONOSSA Petróleo Ltda. - 0557 02.160.088/0001-34	Reg. Aditivo 01127370	-	12/05/2011 A INDETERMINADO	48610.007721/2011-50
Duque de Caxias	RJ	COSAN Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - TA02 33.000.092/0046-60	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0010-14	Reg. 1.114.831	-	28/04/2011 A INDETERMINADO	48610.008503/2010-51
Duque de Caxias	RJ	COSAN Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - TA02 33.000.092/0046-60	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0010-14	Reg. 3.459.067	-	04/05/2011 A INDETERMINADO	48610.008503/2010-51
Senador Canedo	GO	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	TINSPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3267 07.382.683/0002-19	Aditivo 430.2.003/10-9 Reg. 1914885	-	01/04/2011 A 31/03/2012	48610.006395/2010-82
Guarulhos Senador Canedo	SP GO	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	PETROMAIS Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3195 05.594.763/0003-93 05.594.763/0001-21	Aditivo 430.0.005/10-4 Reg. 1.736.545	-	01/04/2011 A 31/03/2012	48610.006394/2010-38
Uberaba Uberlândia Senador Canedo	MG MG GO	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	UBP Distribuidora de Produtos de Petróleo Ltda. - 3013 03.279.954/0001-73 03.279.954/0004-16 03.279.954/0003-35	Aditivo 430.2.077/09-5 Reg. 1585131	-	01/05/2011 A 30/04/2013	48610.005043/2009-76
Uberlândia	MG	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	CIAPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 0452 01.466/091/0012-70	Aditivo 430.2.100/10-1 Reg. 1642695	-	01/12/2010 A 31/10/2011	48610.007640/2011-50
Guarulhos	SP	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	REDEPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3203 03.980.754/0003-05	Contrato AB-MC/RSP 430.2.004/11-1 Reg. 3.410.222	-	01/04/2011 A 31/03/2012	48610.007643/2011-93
Itajaí Araucária	SC PR	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	LATINA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0467 01.562.225/0006-09 01.562.225/0004-47	Aditivo 430.2.079/09-0 Reg. 1.328.986	-	01/05/2011 A 30/04/2013	48610.007501/2009-10
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0001-13	Segundo Aditivo Reg. 3.412.397	-	INDETERMINADO	48620.000149/2005-31
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	PETROLUNA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3158 03.776.647/0001-06	Primeiro Aditivo Reg. 1.643.858	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48610.007762/2011-46
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	GRAN PETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3251 07.135.653/0006-31	Primeiro Aditivo Reg. 1.251.121	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48610.013820/2010-90
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	TOBRAS Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3228 05.759.383/0007-95	Primeiro Aditivo Reg. 1.757.772	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48610.018540/2010-78
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	PETROSOL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3126 03.706.839/0005-61	Primeiro Aditivo Reg. 3.459.564	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48620.000118/2007-41
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	MONTE CABRAL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3172 04.138.529/0001-27	Primeiro Aditivo Reg. 3.459.565	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48620.000056/2006-97
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	PETROSUL Distribuidora, Transporte e Comércio de Combustíveis Ltda. - 0197 00.175.884/0007-00	Primeiro Aditivo Reg. 1.328.234	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48610.007722/2011-02

Nº 656 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Guaruhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	Orca Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3256 06.958.597/0001-68	Reg. 293803	A cessionária não detém filial no município de Guarulhos / SP	48610.007680/2011-00
Guaruhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	ELDORADO Combustíveis Ltda. - 3217 02.044.526/0001-07	Reg. 8.768.953	O CNPJ n.º 02.044.526/0001-07 não pertence a ELDORADO Combustíveis Ltda.	48610.007720/2011-13

Nº 657 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 15, de 18 maio de 2005, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço e envasilhamento listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CONTRATADA / REGISTRO	CONTRATANTE / REGISTRO	PRAZO	OBS	PROCESSO
Osasco	SP	LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - 4804 60.886.413/0004-90	REPSOL GÁS BRASIL S.A. 04.149.292/0007-75	01/04/2011 A 01/04/2016	-	00620.002098/2011

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO
E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 252, DE 31 DE MAIO DE 2011

A CHEFE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do processo de nº 48610.004823/2009-07, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Statoil Brasil Oleo e Gas Ltda., CNPJ 04.028.583/0001-10, realizar investimentos na implantação de infra-estrutura laboratorial, para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e na execução de projetos/programas específicos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia industrial básica, ambos de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, no projeto, instituição e valores listados a seguir:

Nº do Projeto	*Título*	*Instituição*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
SHB-001-B	Qualificação de Telas Premium Desenvolvidas no Brasil	ABTLuS	740.337,27	8.2.3
			1.443.179,64	8.2.6

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos efetivamente incorridos com aqueles praticados, usualmente, em serviços da mesma natureza, o que será avaliado pela ANP por ocasião da análise técnica para efeito da aprovação ou não das despesas realizadas.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no Plano de Trabalho apresentado, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, o Plano de Trabalho detalhado do projeto, com os dados reais sobre a sua execução.

Art. 5º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação e substitui a Autorização nº 230, publicada no DOU de 13/05/2009.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 00001180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O início de um novo tempo

Mais do que uma modificação de forma e de cores, a nova marca da Eletrobras, lançada em 2010, após meses de trabalho integrado envolvendo dezenas de profissionais, simbolizou a reinvenção da empresa, cada vez mais preparada para os novos tempos. Foram profundas mudanças de gestão, que, nesse ano que terminou, mostraram de forma mais consistente seus resultados. Por isso, 2010 já está marcado na história da Eletrobras.

Após quase três anos do início do processo de Transformação, a Eletrobras encerrou 2010 comemorando vitórias estratégicas, como a saída do cálculo do superávit primário, a inauguração de escritórios no exterior e a participação efetiva nas maiores obras de infraestrutura de energia do país.

Grande parte da credibilidade conquistada e consolidada pela Eletrobras em 2010 teve como esteio o lançamento de um documento fundamental e inédito para as nossas empresas: o primeiro Plano Estratégico Integrado. Reunindo missão, valores e a visão da Eletrobras para 2020, o plano foi fruto do esforço conjunto de profissionais de todas as empresas e deu início à construção dos planos de negócios que orientarão a nossa atuação nos próximos anos.

Cada vez com mais transparência e gestão profissional, a Eletrobras não teve problemas para captar aproximadamente R$ 1 bilhão no mercado internacional para alavancar o desenvolvimento de seus negócios no Brasil e no exterior, só em 2010. O reconhecimento de que a Eletrobras é uma das maiores empresas de energia elétrica do mundo – e a terceira em energia limpa – foi reforçado com a participação ativa da empresa, pela primeira vez, no World Energy Congress, realizado em Montreal, no Canadá, em setembro, e que reuniu representantes do setor de energia elétrica de 93 países. A empresa já esteve no evento como membro efetivo do e8 – grupo que reúne as empresas de energia elétrica de países do G8.

Firme em seu propósito de ser o maior sistema global de energia limpa do mundo até 2020 – visão expressa no Plano Estratégico Integrado, a Eletrobras continuará, em 2011 e nos anos seguintes, a investir em hidrelétricas, em energia eólica, em eficiência energética, em transmissão e no desenvolvimento do país, levando eletricidade de forma sustentável a cada vez mais pessoas.

O mercado já reconhece esse esforço, expresso na manutenção da empresa, pelo quarto ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo e coroado, em 2010, com a inclusão da Eletrobras na primeira edição do Índice de Carbono Eficiente, organizado pelo BNDES e BM&FBovespa.

Todas as vitórias conquistadas pelas empresas Eletrobras nos leilões de empreendimentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, que garantirão pelo menos mais 20 mil MW para o crescimento do país nos próximos anos, todos os avanços obtidos em eficiência empresarial, todo o prestígio conferido pelo mercado e todos os desafios vencidos em 2010 mostram que a Eletrobras entrou de vez em um novo tempo o de ser uma megaempresa.

2 – CENÁRIO ECONÔMICO

Panorama Internacional

Após a desaceleração acentuada, em 2008, e a retração de 2%, em 2009, o crescimento do PIB mundial ganhou fôlego em 2010. O crescimento da economia internacional, em 2010, foi caracterizado pela forte recuperação das economias em desenvolvimento, que vêm liderando o processo de retomada da economia global. A recomposição da liquidez dos mercados de crédito, o reaquecimento dos preços das *commodities*, além do bom desempenho de seus mercados domésticos, foram determinantes para o desempenho positivo dessas economias. Em contraste, a recuperação de boa parte dos países de renda mais elevada (como as economias do bloco europeu e as economias da Ásia Central) ainda se apresenta tímida, demonstrando problemas com o processo de reestruturação do setor bancário, além do elevado endividamento público em decorrência das políticas anticíclicas adotadas. Esses pacotes de incentivos, iniciados em 2008 e 2009, preveniram o colapso do sistema financeiro, enquanto as políticas fiscais e monetárias compensaram, parcialmente, o enfraquecimento da demanda privada.

Com algumas exceções (Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Portugal), as economias desenvolvidas voltaram a apresentar taxas de crescimento positivas em 2009. Estima-se que EUA, Austrália, Canadá e Japão irão crescer em torno de 3%, em 2010. No entanto, de acordo com a UNCTAD[1], este crescimento parece não ser sustentável no médio prazo, uma vez que a demanda doméstica desses países continua fraca, com taxas de desemprego elevadas e baixo consumo privado. Os investimentos privados ainda estão tímidos, desencorajados pela incerteza quanto à demanda futura e pelas restrições ao crédito. Na economia americana, por exemplo, apesar dos seguidos programas de estímulos, os níveis de atividade, emprego e de demanda têm exibido dados bastante voláteis acerca do desempenho econômico, não sendo possível afirmar se a economia iniciou uma fase consistente de recuperação e expansão.

As economias do leste asiático, por sua vez, demonstram forte recuperação ancorada na retomada das exportações e no fortalecimento do mercado interno. As políticas focadas no crescimento da demanda doméstica na China e na Índia, como os estímulos fiscais e política creditícia expansionista, foram responsáveis pelo crescimento do consumo e dos investimentos.

(Footnotes)

[1] Relatório "Trade and Development Report, 2010"

Economia Brasileira

Após a queda de 0,6% do PIB, em 2009, a economia brasileira recuperou-se de forma vigorosa em 2010, com um crescimento de 7,49% aproximadamente. Essa recuperação vem sendo alavancada pela vigorosa expansão do mercado interno, além da fraca base de comparação de 2009. As políticas de transferência de renda, o aumento contínuo do salário mínimo, o crescimento da massa salarial e do crédito foram determinantes para esse resultado. Nesse compasso, o consumo das famílias deve alcançar uma elevação de 7,9%, que, em conjunto com o investimento de longo prazo, foram os principais fatores para um bom desempenho da demanda agregada. Estima-se que a formação bruta de capital fixo cresça 24,5%, em 2010, atingindo uma taxa de investimento de 19,6%.

A taxa de inflação oficial, medida pelo IPCA, registrou alta de 5,72%, pressionada por fatores internos e externos. Internamente, fatores sazonais na oferta de produtos agrícolas e o crescimento da demanda de bens e serviços exerceram pressões relevantes sobre o índice de inflação. Já externamente, destacam-se as pressões associadas à alta dos preços das principais *commodities* agrícolas e metálicas.

Quanto à política monetária, observa-se um processo de retirada gradual dos incentivos introduzidos pelo Banco Central frente ao acirramento da crise financeira internacional para normalizar as condições de liquidez da economia, elevando a alíquota dos recolhimentos compulsórios de 15% para 20%. Na mesma direção, a taxa Selic registrou elevação de dois pontos percentuais ao longo de 2010, passando de 8,75%, no início do ano, para 10,75%, em dezembro. Segundo autoridade monetária, o afastamento da inflação corrente do centro da meta de inflação estabelecida e o aquecimento da demanda interna explicam a inflexão na gestão da política monetária.

América Latina e Caribe

A região da América Latina saiu da crise mais rápido do que o previsto. Fatores como a solidez dos fundamentos macroeconômicos, políticas anticíclicas consistentes, condições favoráveis de financiamento externo e receitas com a exportação de *commodities* foram determinantes para a recuperação das economias latino-americanas. As receitas robustas com exportação de *commodities* incentivaram a renda interna, o que, conjugado à melhora das condições de financiamentos tem dado suporte para o crescimento da demanda. Para boa parte das economias latino-americanas, o potencial efeito negativo da redução das importações das economias avançadas vem sendo compensado com o crescimento de seus mercados domésticos e com as exportações de *commodities*.

O crescimento da economia da América Latina, segundo o Relatório Anual do Banco Mundial, está estimado em 4,5% em 2010. Esse desempenho se mostrou bastante heterogêneo, com um grupo de países apresentando taxas de expansão expressivas como Paraguai, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil, com crescimento entre 7,5% e 9,7%. Panamá, República Dominicana, Chile, México, Colômbia e Costa Rica apresentaram crescimento entre 4% e 7%. Além disso, o Haiti e a Bolívia apresentaram crescimento negativo do PIB de -7% e -1,6%, respectivamente.

Câmbio e Balanço de Pagamentos

A balança comercial brasileira, em 2010, apresentou um superávit de US$ 20,3 bilhões, com as exportações somando US$ 201,9 bilhões – 31,4% acima do registrado em 2009. A base depreciada de 2009, a recuperação da economia mundial e, principalmente, o crescimento dos preços das *commodities* influenciaram esse resultado. Quanto às importações, observa-se um crescimento superior ao das exportações, no mesmo período analisado. As importações registraram o valor de US$ 181,6 bilhões contra US$ 127,7 bilhões em 2009, o que significa um crescimento de 41,7%. Esse crescimento foi fortemente impulsionado pela apreciação do Real e pelo crescimento da demanda interna.

O balanço de pagamentos totalizou um superávit de US$ 49,1 bilhões, em 2010. As transações correntes apresentaram déficit de US$ 47,5 bilhões no ano, equivalente a 2,28% do PIB e 1,52% superior ao déficit registrado em 2009. Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED) alcançaram o valor recorde de US$ 48,5 bilhões, com elevação de 86,8% na comparação com o resultado do ano anterior. Já os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram ingressos líquidos de US$ 67,8 bilhões em 2010, 31% superior ao verificado em 2009.

A taxa de câmbio, em 2010, apresentou baixa volatilidade, principalmente quando comparada aos dois anos anteriores. No entanto, o intenso influxo de capitais tem exercido forte pressão sobre a taxa de câmbio. Como resultado, a taxa de câmbio apresentou um processo persistente de apreciação ao longo de 2010, iniciando o ano cotado a R$ 1,87, passando para R$ 1,80 em junho e finalizando o ano em R$ 1,66.

Na tentativa de atenuar esse movimento de apreciação do Real, as intervenções do Banco Central, tanto no mercado à vista como no mercado futuro de câmbio, fizeram com que as reservas internacionais crescessem 17%, somando US$ 288,6 bilhões, em dezembro de 2010.

Mercado de Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica registrou uma elevação de 7,8%, em 2010, um pouco acima do crescimento do PIB (7,5%). Todas as classes apresentaram crescimento no consumo de energia elétrica, com destaque para a classe industrial, cuja taxa foi de 10,6%. As classes residencial e comercial cresceram 6,3% e 5,9%, respectivamente.

Após a forte queda da produção industrial no último trimestre de 2008 e a semi-estagnação em 2009, o ano de 2010 apresentou uma forte recuperação da produção industrial e, consequentemente, do consumo industrial de energia elétrica. O Sudeste foi a região que mais expandiu o consumo industrial, com crescimento de 13,1%. Cabe ressaltar que a região apresentou queda significativa nesse mesmo indicador no ano de 2009 (-9,6%). A forte presença de indústrias dos ramos extrativo-mineral e metalúrgico, com elevados coeficientes de exportação, bastante afetadas pela crise em 2008 e 2009, explica a recuperação do consumo de energia nessa região.

As expectativas quanto à trajetória de crescimento econômico e de consumo de energia elétrica, nos horizontes de curto e médio prazos, têm como cenário, pelo lado externo, o crescimento dos países emergentes – em particular a China, que, dado seu padrão de desenvolvimento, continuará a beneficiar as exportações de setores em que o Brasil possui vantagens comparativas, como celulose, agropecuária, siderurgia e a indústria extrativo-mineral. Esses setores, em especial o de siderurgia, por serem grandes consumidores de energia elétrica, fazem com que as expectativas do consumo de energia elétrica se elevem.

Pelo lado da economia doméstica, a manutenção (e eventual expansão) dos investimentos em infraestrutura, a recuperação no setor habitacional, a expansão da indústria (ainda que em menor escala do que em 2010) e o aquecimento do setor de serviços contribuirão positivamente para o consumo de energia nos próximos anos. Outros fatores relevantes são o crescimento do rendimento real médio e da massa salarial, além da expansão do crédito, que tendem a manter o consumo residencial de energia em ascensão.

O consumo de energia elétrica por região geográfica é apresentado na tabela abaixo:

Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)

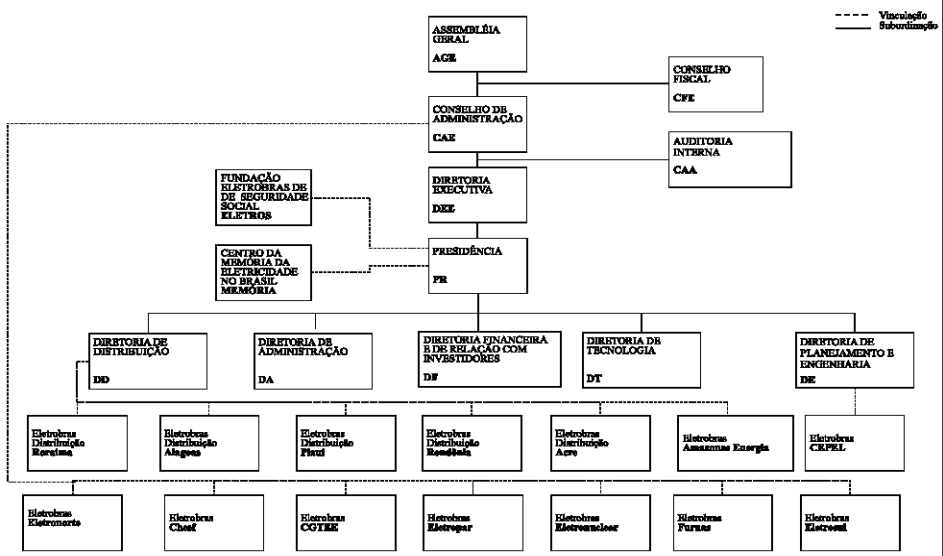
	Classe de Consumo				2010	2009	Variação
Região	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total	Total	(%)
Norte	5.918	13.069	3.489	3.438	25.914	24.083	7,6
Nordeste	19.280	29.422	10.286	12.005	70.993	65.244	8,8
Sudeste	56.781	103.731	38.118	26.478	225.108	207.737	8,4
Sul	17.079	30.884	11.723	11.117	70.803	66.729	6,1
Centro-Oeste	8.101	6.638	5.471	5.990	26.200	24.896	5,2

Fonte: Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do mercado de Energia Elétrica – Copam/EPE.

3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa adotado pela Eletrobras baseia-se nos princípios éticos e está em consonância com as melhores práticas de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Esses princípios refletem não só a preocupação com o atendimento aos requisitos de rentabilidade e sustentabilidade, mas também o desafio contínuo de reforçar a credibilidade junto aos seus *stakeholders* – acionistas, clientes, governo e sociedade, entre outros – mostrando a transparência da gestão e a atenção com os interesses desses públicos, concentrando esforços para gerar benefícios e melhorar esse relacionamento.



A governança é constituída por uma estrutura formal: a Assembleia Geral de Acionistas (AG), o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.

O Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) é um órgão colegiado com funções deliberativas, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas. O Conselho de Administração é composto por até dez membros, sendo sete indicados pelo ministro de Estado de Minas e Energia; um pelo ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; um eleito pelos acionistas minoritários e um em votação em separado, excluído o acionista controlador, pelos acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto, que representem, no mínimo, 10% do capital social.

O mandato dos conselheiros é de um ano, correspondendo a um exercício social, com possibilidade de reeleição. O Conselho de Administração se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário. Em 2010, foram realizadas 15 reuniões do Conselho de Administração. As reuniões são deliberadas por maioria de votos, podendo o estatuto fixar matérias que devem ser aprovadas por quórum qualificado.

O Conselho Fiscal é permanente e, entre outros atos, compete a ele fiscalizar as ações dos administradores da companhia e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de até cinco membros e respectivos suplentes, dentre eles um conselheiro especialista financeiro, atendendo às exigências legais recomendadas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC). Os cinco conselheiros são eleitos pela Assembleia-Geral Ordinária, para o mandato de um ano (permitida a recondução), sendo três indicados pelo acionista majoritário, dentre eles um indicado pelo ministro de Estado da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional; um pelos detentores de ações minoritárias ordinárias; e outro pelos detentores de ações preferenciais. Suas reuniões são mensais e, quando necessário, são realizadas reuniões conjuntas com o CAE. Em 2010, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

A remuneração dos conselheiros de administração e fiscais segue ao estabelecido na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, Art. 1º: dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas. Em 2010, o valor total da remuneração anual do Conselho de Administração foi de R$ 322 mil; e do Conselho Fiscal, R$ 188 mil. Os participantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Eletrobras não recebem participação nos lucros.

A Diretoria Executiva em 2010 era composta por seis Diretorias: Presidência, Diretoria de Administração, Diretoria de Distribuição, Diretoria de Planejamento e Engenharia, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e Diretoria de Tecnologia. Com funções estabelecidas no Estatuto Social e reuniões semanais, à Diretoria Executiva compete a direção geral da Eletrobras, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva receberam, no exercício social de 2010, a remuneração total de R$ 4.311 mil.

Em consonância com as estratégias do Plano de Transformação da Eletrobras e visando ao atendimento das metas do Pacto de Tucuruí, em 2010 foi elaborado o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras. O novo código define os princípios éticos e os compromissos de conduta que devem nortear o comportamento de todos os colaboradores e balizar as diretrizes corporativas no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Com o objetivo de melhorar a comunicação com seu público, fundamentada nos princípios da transparência e na busca contínua do aperfeiçoamento das melhores práticas de gestão empresarial, a empresa reformulou seu *website*, divulgando informações de seu compromisso com a sustentabilidade nos seus negócios, englobando aspectos sociais, ambientais, econômico-financeiros e de governança corporativa.

Para facilitar o acesso e a consulta de informações, contempladas em estatutos, regimentos, políticas, código de ética, normas e procedimentos, a Eletrobras criou o Código das Práticas de Governança Corporativa, que demonstra o comprometimento da companhia com as melhores práticas de gestão.

Corroborando a implementação das melhores práticas de governança corporativa, alguns acontecimentos marcaram o ano de 2010. Entre eles: a revisão do Regimento Interno do Conselho de Administração, que incorporou alterações como o monitoramento de tempo e temas das reuniões de Conselho. Essas reuniões passaram a ser divididas em dois blocos: discussões de temas estratégicos e matérias ordinárias em cumprimento às regras estatutárias. Outra mudança ocorrida foi a realização de ao menos duas reuniões anuais com os auditores externos.

Também teve início a revisão do Estatuto Social da *holding* e de suas empresas subsidiárias. Nesse aspecto, além da reformulação do conteúdo, as alterações promoveram a padronização de organização dos textos. Em relação às alterações estatutárias, a Eletrobras alcançou um grande avanço com a edição da Lei 12.375, art. 15, publicada em 30.12.2010, que alterou o art. 5º da Lei 3.890-A, de 25.04.1961, dispensando a exigência de edição de Decreto Presidencial para reforma de seu Estatuto Social. Agora qualquer alteração estatutária encerra-se com a aprovação na Assembleia Geral.

Os critérios de remuneração de dividendos consignados em seu Estatuto Social estão em conformidade com as condições e os prazos previstos no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível I da BM&FBovespa assinado pela Eletrobras. São assegurados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais os direitos garantidos pela Lei 6.404/76 e pelo Estatuto Social da Eletrobras.

Conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº. 358, de 03/01/2002, a companhia divulga em seu *website* o Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

4 – GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 - Planejamento Estratégico

4.1.1 - Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras (PAE – 2009-2012)

Em fevereiro de 2009, a Diretoria da Eletrobras apresentou ao seu Conselho de Administração (CAE) e aos presidentes das empresas Eletrobras, o Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras (PAE) para o período de 2009-2012.

Aprovado pelo CAE em março de 2009, o PAE 2009-2012 tinha por objetivo agilizar a aprovação e a execução de ações vitais para a Transformação do Sistema Eletrobras e previa investimentos e inversões financeiras da ordem de R$ 8,7 bilhões em 2009, sendo R$ 7,0 bilhões destinados à geração e transmissão e cerca de R$ 1 bilhão para as empresas de distribuição do Norte e Nordeste.

O PAE 2009-2012 trabalhou com uma estrutura composta por Objetivos Estratégicos, Fatores Críticos de Sucesso e Metas, sempre em sintonia com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020. Além dos investimentos citados, ele também contemplava ações no âmbito da Governança Corporativa, da Gestão Corporativa, da Internacionalização, da Gestão de Pessoas e da Imagem da Empresa.

Em 2010, foi realizado o monitoramento das metas do PAE 2009-2012 junto às empresas Eletrobras, por meio de um conjunto de indicadores de desempenho, concebidos para aferir o alcance das metas segundo a realidade de cada empresa.

Com o advento do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, de maior horizonte e abrangência, as ações ainda em curso no PAE 2009-2012 terão seu acompanhamento realizado nessa nova estrutura de planejamento.

4.2 - Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020

No ano de 2010, destacaram-se as seguintes realizações:

- **Aprovação do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras pelo Conselho de Administração da Eletrobras (CAE):**

Em 22 de janeiro de 2010, foi apresentado ao CAE o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, resultado de trabalho desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2009, por representantes de todas as empresas Eletrobras.

Os representantes apreciaram os cenários do ambiente de atuação das empresas Eletrobras, o cenário de referência escolhido, o posicionamento estratégico definido para o Sistema, destacando-se a missão, a visão, os valores, os benefícios para o público-alvo, os objetivos estratégicos finalísticos, os objetivos estratégicos de gestão e competências e, por último, a árvore estratégica do Sistema Eletrobras.

O CAE aprovou o Plano Estratégico apresentado, recomendando a continuidade dos trabalhos.

- **Conclusão dos trabalhos de formulação dos Planos Estratégicos de Negócios do Sistema Eletrobras 2010-2014:**

Como desdobramento de seu Plano Estratégico 2010-2020, a Eletrobras concluiu os seus Planos de Negócio 2010-2014, voltados preferencialmente para os eixos de negócio Geração, Transmissão e Distribuição, contemplando também estudos, diagnósticos e carteira de projetos nas áreas de Comercialização, Internacionalização e Programas de Governo e Fundos Setoriais.

Evidencia-se a preocupação da companhia em alinhar-se ao Plano Estratégico 2010-2020, segundo objetivos estratégicos finalísticos que considerem a cadeia de valor associada a cada um de seus negócios, estabelecendo parâmetros para a atuação de suas empresas controladas.

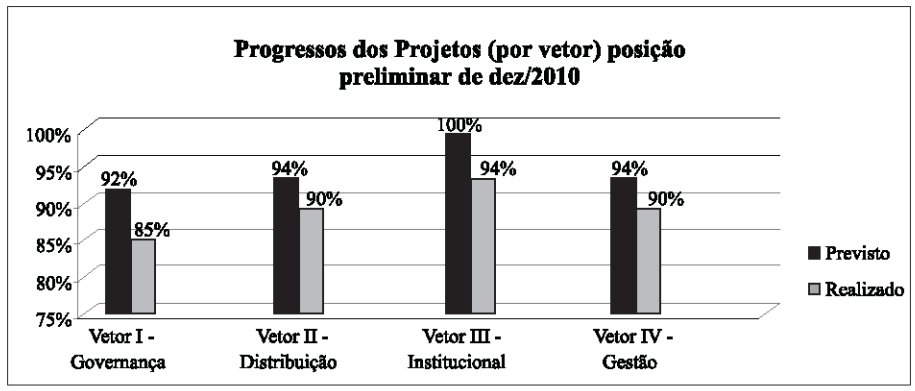
Esses planos foram entregues para apreciação e posterior aprovação aos membros da Diretoria Executiva (DEE) e do Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) em novembro de 2010.

A fase seguinte, prevista para 2011, posterior à aprovação, irá contemplar a seleção e priorização dos projetos estratégicos associados a cada plano de negócio. Os projetos elencados entrarão em fase de execução, associados a um sistema de gerenciamento e monitoramento, dos projetos e dos objetivos estabelecidos no plano. Esse trabalho deverá contar com o esforço integrado de especialistas de todas as empresas Eletrobras, segundo sua *expertise* em cada eixo de negócio.

4.3 - Plano de Transformação do Sistema Eletrobras (PTSE)

Durante o ano de 2010, o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras (PTSE) teve prosseguimento com a consecução das diretrizes definidas pelo MME, em 2008, por meio de quatro vetores de atuação: I - Aperfeiçoamento da governança corporativa, II - Reorientação dos negócios de distribuição, III - Reformulação institucional da *holding* e IV - Reorganização do modelo de gestão empresarial.

Desde então, a *holding* e suas empresas vêm atuando em 57 projetos. Ao final de 2010, um total de 31 projetos – cerca de 54% – haviam sido concluídos, restando 26 com atividades ainda em desenvolvimento e que terão continuidade durante o ano de 2011. Nessa data, o percentual médio de conclusão de todas as atividades previstas nos projetos do PTSE foi de cerca 90%, o que indica que o Plano está próximo de sua conclusão em comparação ao que foi inicialmente estabelecido. Esse índice é o resultado da consolidação dos percentuais de 85%, 89%, 94% e 90% apurados respectivamente para os vetores I, II, III e IV. Veja abaixo:



5 - GESTÃO CORPORATIVA

5.1. Gestão e Desempenho Empresarial

Em julho de 2010, foi criado o Comitê de Apoio à Gestão Empresarial do Sistema Eletrobras (Coage), com a finalidade básica de monitorar os resultados obtidos das atividades e projetos corporativos, fornecendo informações periódicas sobre as análises e consolidações decorrentes desse monitoramento para apoio ao processo de tomada de decisão. O Coage se reúne periodicamente, contando com representantes de todas as empresas Eletrobras, para análises e recomendações sobre projetos e atividades corporativas, visando ao suporte ao processo decisório.

O Resumo Executivo, entregue mensalmente aos conselheiros do Conselho de Administração da Eletrobras (CAE) e aos membros da Diretoria Executiva da Eletrobras, apresenta, de forma sintetizada, informações de desempenho sobre os ativos da Eletrobras listados e negociados em bolsas, os principais empreendimentos de geração e transmissão, o desempenho da carteira de participações acionárias da Eletrobras, números da gestão orçamentária com foco para investimentos, dentre outras informações consideradas necessárias para avaliar o desempenho empresarial da Eletrobras e suas empresas.

Estabelecido no final de 2009, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE) celebrado entre a Eletrobras e suas empresas, foi efetivamente implementado durante o ano de 2010. Instrumento de gestão no âmbito da Governança Corporativa, o CMDE visa estabelecer resultados e metas de gestão com o uso de indicadores econômico-financeiros, técnico-operacionais e socioambientais. O monitoramento do desempenho das empresas Eletrobras nesses indicadores foi realizado, trimestralmente, por meio de um processo de gestão integrada da *holding* com suas empresas, contemplando um conjunto de atividades e procedimentos específicos. O CMDE se constitui, assim, uma ferramenta aplicada à busca da melhoria da eficiência financeira e operacional das empresas.

Em alinhamento com o posicionamento estratégico para tornar-se, até 2020, o maior sistema empresarial global de energia limpa, com foco em resultado, valorização das pessoas, ética e transparência, a companhia deu prosseguimento aos estudos, iniciados em 2009, para a definição de uma nova estratégia e arquitetura de marcas. Os trabalhos, que envolveram pesquisas, determinação da nova marca e do seu posicionamento, foram concluídos em março de 2010 com o lançamento de uma arquitetura integrada de marcas para as empresas Eletrobras e com o início da implantação de um processo de gestão da marca que alinhe de forma contínua e permanente a estratégia empresarial e as estratégias de marca e de comunicação da Eletrobras e de suas empresas.

As iniciativas desse novo processo estão sendo coordenadas por um Comitê de Marcas e, desde o primeiro semestre de 2010, já foram implantadas, em todas as empresas Eletrobras, na atualização dos materiais corporativos e *websites*, no posicionamento integrado em campanhas publicitárias e concessão de patrocínios culturais/esportivos, e ainda na capacitação de profissionais cujas atividades possuam relacionamento relevante com os públicos de interesse da companhia. Ainda em 2010, foram formatadas pesquisas para estudos do valor da reputação e imagem corporativas, com o intuito de construir, de forma consistente e gradual, a imagem do grande *player* de energia brasileiro, cada vez mais perto da sociedade, no Brasil e nos países onde venha a atuar.

5.2. Gestão da Sustentabilidade Empresarial

Subordinado ao Conselho de Administração está o Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras. O Comitê atua na conscientização do público interno sobre a importância da sustentabilidade, coordenando diversos processos que visam promover, continuamente, a melhoria e aderência das suas empresas às boas práticas de sustentabilidade empresarial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100056

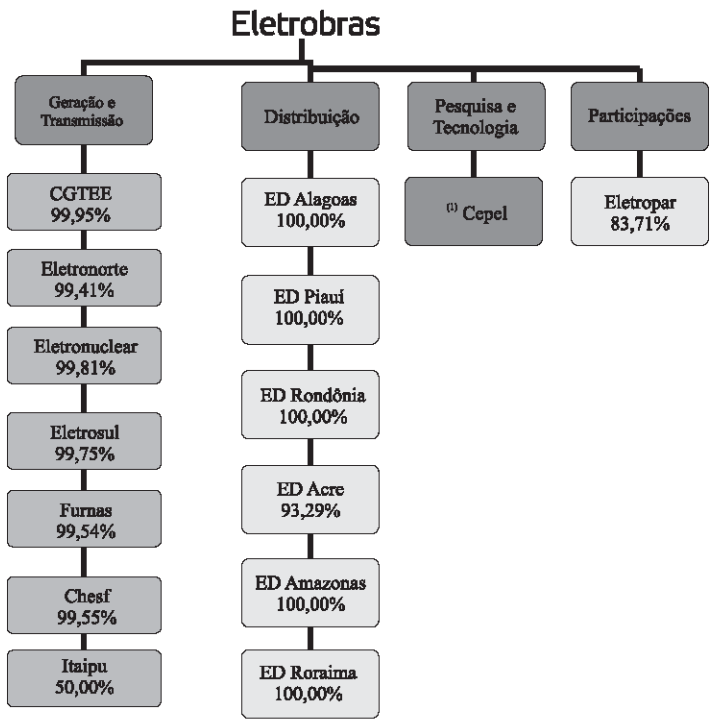
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Pacto de Tucuruí, elaborado em 2009 e gerido pelo Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, cujas ações visavam à implementação e melhoria de uma série de boas práticas de gestão voltadas para a sustentabilidade empresarial, teve cerca de 30% de suas metas concluídas em 2010. Dando continuidade a esse modelo de plano de ação, foi instituído o Pacto de Furnas, cujo escopo engloba as metas do Pacto de Tucuruí ainda não concluídas, além de novas demandas identificadas com base nos *gaps* apurados nos processos de participação no ISE e no DJSI.

As metas do Pacto de Furnas contemplam as dimensões ambiental, social, econômico-financeira, de governança corporativa e geral, com destaque para os seguintes temas: meio ambiente, gestão de riscos, governança corporativa, desenvolvimento de pessoas, planejamento estratégico, responsabilidade social e gestão de pessoas. O prazo limite para conclusão de todas as suas ações é junho de 2011.

6 – NOSSOS NEGÓCIOS

6.1. Estrutura Societária por Segmento de Negócios



(1) Cepel: Centro de Pesquisa de Energia Elétrica.

6.2. Geração, Transmissão e Distribuição

Geração:



Empresas Eletrobras:

Situação em 31/12/2010	Hidráulica*		Térmica		Nuclear		Total*	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
CGTEE	---	---	840	4	---	---	840	4
Chesf	10.268	14	347	1	---	---	10.615	15
Eletronorte**	8.694	5	490	10	---	---	9.184	15
Eletronuclear	---	---	---	---	1.990	2	1.990	2
Amazonas Energia	277,5	1	1.860,5	4	---	---	2.138	5
Furnas**	9.351	15	962	2	---	---	10.313	17
TOTAL	**28.591**	**35**	**4.500**	**21**	**1.990**	**2**	**35.081**	**58**

***Não considera 50% de Itaipu (7.000 MW); ** Inclui as participações nas SPEs.**

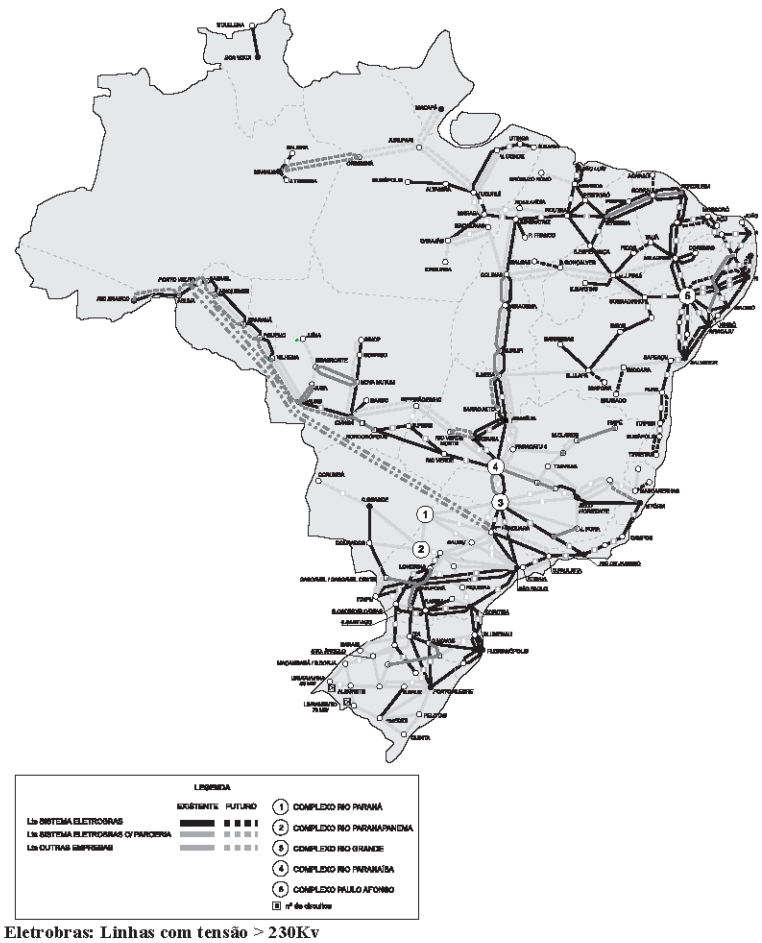
SPE	Usinas	Hidráulica		Térmica		
		MW	%	Usinas	MW	%
Furnas	Peixe Angical	452	40			
	Baguari	140	15			
	Retiro Baixo	82	49			
	Foz do Chapecó	855	40			
	Serra do Facão	212,6	49,5			
Eletronorte				Serra do Navio	23,3	49
TOTAL		**1.741,60**			**23,3**	

Capacidade Instalada - Situação em 31/12/2010 (MW)						
Empresas	UHE	UTE	UTN	(EOL+SOL)	Total	%
Sistema Eletrobras*	28.591	4.500	1.990	---	35.081	31
Itaipu (50%)*	7.000	---	---	---	7.000	6
Outras**	45.103	25.186	---	927	71.216	63
Brasil	**80.694**	**29.686**	**1.990**	**927**	**113.297**	**100**

*** Dados obtidos do Banco de Dados de Geração-BIG da Aneel e junto às empresas Eletrobras.**

****Dados obtidos do relatório da Aneel (SFG). Capacidade instalada até 31/12/2010, subtraída a participação das empresas Eletrobras.**

Transmissão:



Empresas Eletrobras: Linhas com tensão > 230Kv

Empresas	Situação em 31/12/2010
	Extensão (Km)*
Amazonas Energia	365
Chesf	18.265
Eletronorte	9.278
Eletrosul	8.730
Furnas	17.152
TOTAL	**53.790**

***Extensão das linhas considerando as parcerias.**

6.3 – Distribuição: Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (EDs)

6.3.1 - Revisão Tarifária

Os Índices de Reajuste das Tarifas (IRT´s) das Empresas Distribuidoras (ED) de Energia Elétrica estabelecidos pela Aneel, em 2010, encontram-se na tabela abaixo:

Índice de Reajuste Tarifário - IRT	ED Amazonas	ED Acre	ED Alagoas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima
IRT Econômico	3,22%	16,81%	8,32%	7,45%	17,06%	3,71%
Componentes Financeiros	3,64%	0,00%	4,39%	-1,36%	0,00%	-1,86%
IRT Total	6,86%	16,81%	12,71%	6,08%	17,06%	1,86%
Efeito Médio Consumidor Cativo	-2,08%	7,42%	6,56%	1,80%	10,60%	1,31%

No caso da ED Rondônia e da ED Acre, os IRTs totais seriam de 22,61% e 21,76%, respectivamente. Para diminuir o impacto para os consumidores do aumento elevado das tarifas, a Eletrobras solicitou que fossem diferidos os componentes financeiros de 5,55% e 5,58%, respectivamente. Esses valores serão considerados como componentes financeiros nos reajustes de 2011 atualizados pela variação do IGP-M.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3.2 – Comercialização de Energia Elétrica

A quantidade de energia elétrica fornecida aos consumidores finais de todas as empresas distribuidoras da Eletrobras aumentou em 11,8% em 2010, comparado a 2009. Pode-se destacar que o maior aumento foi o da classe industrial – 15,6% – por causa da retomada de produção das atividades produtivas de muitas indústrias após a crise econômica de 2009. As classes residencial e comercial também tiveram aumentos expressivos – 13,5% e 11,5% – respectivamente – devido ao significativo aumento das ligações de novos consumidores, como também devido ao aumento da renda dos trabalhadores.

A participação das principais classes de consumidores no consumo total praticamente se manteve em 2010, sendo residencial 35,5%, industrial 21,8% e comercial 20,7%.

Destacam-se entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica a ED Amazonas com 37,4% e a ED Alagoas, com 19,4%. A primeira, ao contrário das demais, tem uma forte participação do consumo de energia na classe industrial, dada a importância do Polo Industrial de Manaus, com 34,3% do total comercializado por essa distribuidora em 2010. Já na ED Alagoas, a classe residencial respondeu por 36,9% do total fornecido pela distribuidora.

As distribuidoras que obtiveram maior crescimento no fornecimento de energia elétrica no último ano foram a ED Piauí (17%), ED Rondônia (14,2%) e ED Acre (10,7%), todas impulsionadas pelo maior crescimento da classe residencial. Cabe ressaltar que, no caso da ED Piauí, houve um expressivo programa de regularização de consumidores. Já no caso da ED Rondônia, o crescimento está atrelado ao grande contingente populacional atraído pelas obras do complexo hidrelétrico do rio Madeira (usinas de Jirau e Santo Antônio). A Amazonas Energia, a ED Alagoas e a ED Roraima obtiveram crescimentos menores: 10,4%, 9,4% e 8,1%, respectivamente.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica empresas Eletrobras - (GWh)					
Classe	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**
Residencial	4.574	4.030	3.753	3.331	3.146
Comercial	2.662	2.387	2.226	2.009	1.895
Industrial	2.814	2.443	2.628	2.465	2.384
Rural	539	508	490	400	414
Outras Classes	2.193	2.159	2.061	1.561	1.718
Total	**12.782**	**11.527**	**11.158**	**9.766**	**9.557**

6.3.3 – Controle de Perdas

De uma forma geral, no ano de 2010, as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras apresentaram redução dos níveis percentuais de perdas sobre a energia injetada. Destacaram-se as empresas ELB Rondônia e ELB Piauí, as quais obtiveram reduções acima de dois pontos percentuais.

Em 2011, com os recursos financiados pelo Banco Mundial, o projeto será estendido para as demais empresas de distribuição. Envolvendo ações de cunho tecnológico e alicerçado em telemedição de unidades consumidoras com grande representação no faturamento da empresa, esse projeto propiciará a redução das perdas e contribuirá para a blindagem de aproximadamente 64% da receita das empresas de distribuição.

Empresas	Perdas Técnicas		Perdas não Técnicas		Perdas Totais	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
ELB Amazonas	2,10%	1,92%	40,30%	40,78%	42,40%	42,70%
ELB Acre	11,87%	12,71%	12,22%	13,49%	24,09%	26,20%
ELB Alagoas	8,42%	8,80%	23,03%	22,54%	31,45%	31,34%
ELB Piauí	12,60%	13,60%	20,91%	21,87%	33,51%	35,47%
ELB Rondônia	10,00%	10,00%	23,99%	21,54%	33,99%	31,54%
ELB Roraima	8,10%	7,62%	8,03%	9,47%	16,13%	17,09%

6.3.4 – DEC/FEC

Considerando as metas por conjuntos de consumidores definidas pela Aneel, em 2010 nenhuma empresa conseguiu atender de modo satisfatório a qualidade do serviço exigida pela agência, ou seja, mais de 60% do total de consumidores tiveram os serviços afetados.

A Eletrobras Amazonas Energia apurou um índice de DEC de 72 e de FEC de 60, ultrapassando o limite de 58 estabelecido pela Aneel nos dois índices.

É importante destacar que reduções significativas desses índices requerem grandes investimentos na expansão do sistema elétrico, bem como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva, melhoria de subestações e redes de distribuição, que certamente contribuirão para o estabelecimento e manutenção dos níveis de DEC e FEC dentro dos valores estabelecidos pelo agente regulador.

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) - Hora/Ano							
Ano	**ED Acre**	**ED Alagoas**	**ED Amazonas Capital**	**ED Amazonas Interior**	**ED Piauí**	**ED Rondônia**	**ED Roraima**
2009	47	21	52	104	44	34	9
2010	45	20	72		41	32	17

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) - nº Interrupções/Ano							
Ano	**ED Acre**	**ED Alagoas**	**ED Amazonas Capital**	**ED Amazonas Interior**	**ED Piauí**	**ED Rondônia**	**ED Roraima**
2009	42	16	31	107	33	42	21
2010	44	14	60		32	30	22

6.3.5 – Inadimplência

Em 2010, houve um decréscimo de 6,6% no estoque nominal dos débitos em atraso, passando para R$ 1,002 bilhão, contra R$ 1,073 bilhão, em 2009.

As empresas que mais contribuíram para essa redução foram a Eletrobras Amazonas Energia (-34,3%), ED Alagoas (-5,5%) e ED Acre (-21,5%). A primeira obteve uma redução de R$ 113,4 milhões do estoque de inadimplência em relação a dez/2009, referente à baixa de débitos considerados de recuperação improvável. A segunda reduziu o estoque de inadimplência em aproximadamente R$ 100 milhões, utilizando o mesmo procedimento de baixa, somado a uma negociação da dívida do setor industrial, no montante de R$ 17 milhões, e mais R$ 8,5 milhões como resultado das negociações com 34 prefeituras e 2 hospitais entre os meses de julho e setembro de 2010. Na ED Acre, a redução foi de 21,5%, devido, principalmente, à negociação com empresa de serviço público no valor de R$ 17,6 milhões e com algumas prefeituras no valor de R$ 8,8 milhões.

Todas as empresas de distribuição da Eletrobras estão adotando práticas intensivas para reduzir a inadimplência. Neste contexto, para obter melhores resultados no próximo exercício, foi elaborado um Plano de Ação para 2011, que inclui as seguintes ações: definir novo modelo para cobrança administrativa e cortes terceirizados, realizar ampla higienização cadastral dos clientes, institucionalizar a negativação no SPC/Serasa, centralizar na sede a gestão do corte em todo o estado, instalar agências de atendimento em todas as sedes municipais, implantar novo processo de cobrança judicial terceirizada, sistematizar a negativação no Cadin, implementar campanha motivacional direcionada aos colaboradores próprios e terceirizados e promover ações de marketing institucional com foco em campanhas educativas.

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R$ mil					
Classe	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**
Residencial	190.321	268.310	245.998	264.616	213.461
Comercial	113.374	127.401	119.962	117.130	101.092
Industrial	194.758	203.013	171.965	150.014	112.289
Rural	60.268	53.365	46.462	40.824	34.107
Poder Público	168.159	162.930	143.700	135.479	123.822
Serviço Público	221.403	203.979	306.566	372.062	291.974
Iluminação Pública	54.043	53.922	65.199	35.269	30.075
Total	**1.002.326**	**1.072.920**	**1.099.852**	**1.115.394**	**906.820**

6.3.6 – Atendimento aos Clientes

No ano de 2010, no tocante ao atendimento ao cliente, as seis empresas de distribuição de energia do Sistema Eletrobras alcançaram as seguintes marcas:

Descrição	2010	2009
Total de Consumidores	3.292.599	3.124.017
Total de Municípios Atendidos	463	464
Quantidade de Agência de Atendimento/Postos de Atendimento	351	348
Total de Atendimentos Realizados (Agência e Postos)	2.750	2.388
Quantidade de Pontos de Atendimentos	162	131
Total de Ligações Atendidas (CTA's)	4.237.033	4.141.506

6.3.7 – Fornecimento de Energia Elétrica

Empresas	2010	2009	Crescimento (%)	Participação (%)
Amazonas Energia/Interior	4.716	4.274	10,34	1,1
ED Acre	690	623	10,75	0,2
ED Alagoas	2.503	2.285	9,54	0,6
ED Piauí	2.219	1.897	16,97	0,5
ED Rondônia	2.177	1.907	14,16	0,5
ED Roraima	477	440	8,41	0,1
Total	**12.782**	**11.426**	**11,9**	**3,1**
Brasil	**419.016**	**388.204**	**7,9**	**100**

6.3.8 – Participações Acionárias

Empresas	Participação (%)
AES Tietê	**7,94**
CDSA	**0,13**
CEB	**3,29**
CEB Lajeado	**40,07**
CEEE - D	**32,59**
CEEE - GT	**32,59**
CELB	**0,48**
CELESC	**10,75**
CELGPAR	**0,07**
CELPA	**34,24**
CELPE	**1,56**
CELTINS	**0,000026**
CEMAR	**33,57**
CEMAT	**40,92**
CERR	**0,00484**
CESP	**2,05**
CGEEP	**0,47**
COELCE	**7,06**
COPEL	**0,56**
CTEEP	**35,42**
EATE	**21,72**
EEB	**0,11**
EMAE	**39,02**
ENERGISA	**2,98**
ETEP	**7,56**
GUASCOR	**4,41**
Inambari	**29,40**
Lajeado Energia	**40,07**
Mangue Seco	**49,00**
Norte Energia	**15,00**
Paulista Lajeado	**40,07**
Tangará	**25,47**
Tumarin	**50,00**

Em 2010, a remuneração dessas participações, na forma de dividendos, alcançou mais de R$ 1,8 bilhão (recebimentos econômicos e financeiros), significando uma das maiores fontes de recursos ordinários da companhia, sendo que a maior parte da contribuição foi das empresas subsidiárias.

Dividendos/JCP Recebidos - R$ milhões					
Empresas	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**
Subsidiárias	1.241	999	502	378	686
Coligadas*	464	411	426	464	189
Coligadas	71	75	63	46	45
Parcerias	33	52	227	169	38

***Coligadas com ações comercializadas na BM&FBovespa.**

7 – O MERCADO DE ENERGIA DO SISTEMA ELETROBRAS

A capacidade instalada nacional atingiu em 31/12/2010 a marca de 112.398 MW, enquanto o Sistema Eletrobras alcançou o montante de 40.296 MW instalados, representando 36% de participação percentual no Brasil.

7.1 – Expansão da Geração

O Sistema Eletrobras detém a concessão/autorização para a construção de novos empreendimentos obtida via autorizações/licitações/leilões de 2.444 MW, com participação direta; e de 20.489 MW em parceria com agentes privados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), previstos para entrar em operação até 2015.

Além das usinas já concedidas/autorizadas, o Sistema Eletrobras desenvolve estudos de projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam cerca de 17.600 MW de capacidade instalada de geração.

Das usinas hidrelétricas indicativas que constam na expansão da oferta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2019 (PDE 2019), elaborado pela EPE/MME, o Sistema Eletrobras participa dos estudos de 16 projetos no total de 15.301 MW, o que equivale a 82% da capacidade de todas as hidrelétricas indicativas constantes no Plano.

PDE 2019 - Projetos Indicativos em Estudo no Sistema Eletrobras		
UHE	**MW**	**Previsão de Operação no PDE**
Cachoeira	63	jan/15
Castelhano	64	jan/15
Estreito	56	jan/15
Ribeiro Gonçalves	113	out/15
Uruçuí	134	out/15
Toricoejo	76	jan/16
São Luiz do Tapajós	6.133	nov/16
Mirador	80	out/18
Água Limpa	320	nov/18
Marabá	2.160	nov/18
Serra Quebrada	1.328	nov/18
Cachoeira do Caí	802	jan/19
Cachoeira dos Patos	528	jan/19
Jamanxim	881	jan/19
Jardim do Ouro	227	jan/19
Jatobá	2.336	jan/19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.2 – Expansão da Transmissão

A implementação dos empreendimentos de transmissão vem sendo fortemente afetada em virtude do longo prazo demandado para a concessão de licenças ambientais – Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI). Mesmo assim, as empresas do Sistema Eletrobras incorporaram no ano de 2010 ao Sistema Interligado Nacional (rede básica) cerca de 819 km de linhas de transmissão, 2.568 MVA em capacidade de transformação em subestações, bem como 1.000 Mvar de compensação reativa. Adicionalmente, as empresas do Sistema Eletrobras, em parceria com empreendedores privados, constituindo as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), incorporaram no ano de 2010 ao Sistema Interligado Nacional (rede básica) 62,70 Km de linhas de transmissão.

Quanto aos empreendimentos em andamento, no âmbito nacional (empreendimentos que se estendem pelas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste) destacam-se as obras de transmissão vinculadas às usinas do Rio Madeira, previstas para energização até abril de 2013. O marco relevante foi a obtenção da LI da SE Coletora Porto Velho em julho de 2010 e o início de execução de obras civis, bem como a obtenção da LI da LT 230 kV Coletora Porto Velho / Porto Velho em agosto de 2010. Vale ressaltar, também, que os principais equipamentos da Estação Retificadora nº 1 e da Estação Inversora nº 1 já foram contratados e estão em processo de fabricação. As linhas de corrente contínua, os bipolos nº 1 e nº 2, continuam em fase de licenciamento ambiental, enfatizando que os cabos condutores e as estruturas metálicas já foram adquiridos.

Na região Norte, destaca-se a concessão das licenças ambientais (LP e LI) em 10/08/2010 e 04/11/2010, respectivamente, para o empreendimento LT 500 kV Oriximiná / Silves / Lechuga, anteriormente denominado Oriximiná / Itacoatiara / Cariri. Vale registrar que, em novembro de 2010, com atraso de 10 meses em relação ao cronograma original, após a liberação pelo órgão ambiental, foram iniciadas as atividades de mobilização do canteiro de obras para dar início à construção.

Na região Nordeste, a maioria dos empreendimentos ainda depende das licenças ambientais para dar início aos trabalhos de construção.

7.3 – Leilão de Linhas de Transmissão e Subestações

Durante o ano de 2010, as empresas do Sistema Eletrobras participaram dos 3 leilões de transmissão, promovidos pela Aneel, competindo com investidores nacionais e internacionais. O sucesso obtido pelo Sistema Eletrobras nos leilões demonstra a força e a competência das empresas, arrematando 10 dos 20 lotes leiloados, compreendendo um total de 519 km de linhas de transmissão, que representam cerca de 34% do total ofertado (1.511 km). A operacionalização desses empreendimentos propiciará ao Sistema Eletrobras Receitas Anuais Permitidas (RAP) de cerca de R$ 36,09 milhões, correspondentes a empreendimentos próprios. Destaca-se também a participação nos leilões acima das empresas do Sistema Eletrobras em parceria com empreendedores privados, que propiciará uma RAP proporcional à participação societária no montante aproximado de R$ 1,62 milhão.

7.4 – Interligações Fronteiriças

O Sistema Eletrobras opera quatro interligações com países vizinhos:

Interligação com o Paraguai – composta de quatro linhas de transmissão que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita, no Paraguai, e à subestação Foz do Iguaçu no Brasil. A energia produzida pelo setor paraguaio da usina pode ser fornecida ao Brasil através do sistema de transmissão em corrente contínua, com capacidade de 6.300 MW, desde a subestação de Foz até a subestação de Ibiúna, em São Paulo.

Interligação com o Uruguai – formada pela estação conversora de frequência de Rivera, com capacidade de 70 MW, e por uma linha de transmissão em 230 kV que interliga a conversora à subestação de Livramento, no Brasil.

Os Ministérios das áreas de energia do Brasil e Uruguai firmaram, em julho de 2006, o Memorando de Entendimentos, com o objetivo de fortalecer a integração energética entre os dois países, mediante a construção de uma interligação de grande porte, com capacidade de 500 MW, que consiste na construção dos seguintes empreendimentos:

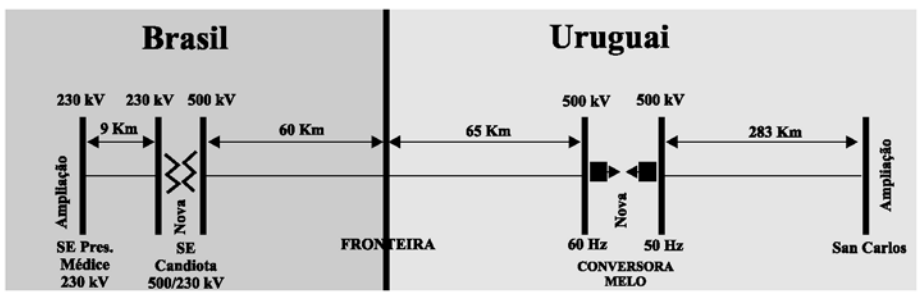
Do Lado Brasileiro:

- Ampliação da subestação Presidente Médici (uma entrada de linha de 230kV);
- Construção de linha de transmissão em 230 kV, com nove quilômetros de extensão, entre a subestação Presidente Médici e a subestação Candiota;
- Construção de uma nova subestação Candiota 500/230 kV – 672 MVA;
- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com sessenta quilômetros de extensão, entre a subestação Candiota e a fronteira com o Uruguai.

Do Lado Uruguaio:

- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com 65 quilômetros de extensão, entre a fronteira com o Brasil e a SE Conversora Melo;
- Construção da subestação Conversora Melo - 60/50 Hz – 500MW;
- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com 283 quilômetros de extensão, entre a subestação Conversora Melo e a subestação San Carlos;
- Ampliação da subestação San Carlos.

Abaixo segue o esquema da interligação:



O empreendimento do lado brasileiro está sob a responsabilidade da Eletrobras e do lado uruguaio a cargo da UTE, conforme definido no contrato ECE-554/2010, celebrado entre a Eletrobras e a UTE em 16 de março de 2010. Cabe destacar que esse é o primeiro empreendimento que será integralmente implantado pela Eletrobras na qualidade de proprietária da instalação, conforme estabelecido na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2.280/2010 de 23 de fevereiro de 2010.

Em 2010, foram desenvolvidas as atividades relacionadas à elaboração de Projeto Básico das LT e das Subestações, bem como os trabalhos relacionados ao processo de licenciamento ambiental. A energização do empreendimento está prevista para fevereiro de 2013, conforme estipulado no contrato celebrado com a UTE, já mencionado.

Interligação com a Argentina – é feita através da estação conversora de frequência de Uruguaiana, situada no Brasil, com capacidade de 50 MW, e a linha de transmissão em 132 kV, que interliga a subestação de Uruguaiana à subestação de Paso de Los Libres, na Argentina.

Interligação com a Venezuela – é feita por meio de uma linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga a cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, à cidade de Santa Elena, na Venezuela.

7.5 – Comercialização de Energia Elétrica

Empresas Eletrobras	2010		2009	
	MWh	R$ milhões	MWh	R$ milhões
CGTEE	4.463.495	590	2.136.371	212
Eletronorte	52.258.019	4.384	53.620.173	3.416
Chesf	56.048.205	4.356	55.150.430	3.710
Furnas	43.350.532	3.124	43.316.368	2.858
*Eletronuclear	13.361.400	1.782	11.876.917	1.677
Total	**169.481.651**	**14.236**	**166.100.259**	**11.873**

***Toda energia produzida pela Eletronuclear é adquirida por Furnas.**

UHE ITAIPU

Compradores	2010	
	MWh	US$ milhões
Ande	7.272.103	198,4
Eletrobras	78.030.525	3.092,6
Total	**85.302.628**	**3.291,0**

8 – ATIVIDADES INTERNACIONAIS

8.1. Orientação Estratégica e Foco das Atividades

O processo de internacionalização da Eletrobras tem como objetivo básico apoiar o aumento do valor da companhia. As atividades no exterior, em 2010, visaram à construção de uma carteira de ativos rentáveis, aproveitando os fatores de escala e as competências essenciais do Sistema Eletrobras na produção de energia limpa e na transmissão de eletricidade. Em uma perspectiva de longo prazo, esse processo deverá permitir uma ampliação da participação da empresa nos mercados de energia elétrica em termos globais, preservando sua importância relativa no contexto mundial do setor.

Do ponto de vista geográfico, os principais esforços de prospecção em 2010 se concentraram nas Américas do Sul, Central e do Norte. Pontualmente, examinaram-se, ainda, oportunidades de investimento em outros continentes, principalmente nos países de língua portuguesa na África subsaariana.

Na América do Sul, a integração regional é incipiente e concentrada no Cone Sul e na Região Andina, oferecendo oportunidades de investimentos futuros em projetos de transmissão e em projetos de geração hidrelétrica e eólica, dentro de uma perspectiva de integração dos sistemas do subcontinente. Em geração hidrelétrica especificamente, há oportunidades de projetos não apenas para o atendimento dos mercados locais, como também para a exportação de energia, além de projetos binacionais. Três países apresentam atualmente maiores perspectivas para projetos de geração e têm sido mais diretamente acompanhados: Argentina, Colômbia e Peru.

Na América Central, por sua vez, os avanços em integração hoje em curso podem permitir investimentos em expansão ou reforço do sistema de transmissão atual e oferecem oportunidade de projetos de geração com atendimento regional, além da região poder ser considerada como porta para uma futura integração Norte-Sul. Nesses países, a Eletrobras tem buscado identificar e desenvolver projetos de geração hidrelétrica que possam ajudar a limpar a matriz energética regional. A utilização predominante de combustível fóssil, na maioria desses países, abre boas perspectivas para implantação de aproveitamentos hidrelétricos, tanto pelo aspecto do meio ambiente, quanto pelo valor final de tarifas a ofertar à sociedade.

Na América do Norte, a orientação do governo dos EUA para energia limpa e renovável atrairá elevado volume de investimentos, não só em geração como também em transmissão; além disso, o país possui grandes sistemas não completamente interligados, havendo sinalizações na direção de sua interligação. A Eletrobras tem ali também prospectado alternativas de negócios tanto pelas oportunidades de investimentos em transmissão, como pela possibilidade de acompanhamento direto e absorção do avanço tecnológico em andamento no setor elétrico daquele país, em particular nas novas formas de geração renovável.

9 – INVESTIMENTOS

A seguir os projetos de grandes vultos de 2010 que mais se destacaram em relação a 2009: modernização da UHE Luis Carlos Barreto (MG) com a realização acima de 100% (Eletrobras Furnas); manutenção do sistema de geração de energia elétrica no Nordeste com a realização superior em 60% (Eletrobras Chesf); reforços e melhorias no sistema de transmissão na região Nordeste com acréscimo de 72% (Eletrobras Chesf); manutenção do sistema de transmissão no Nordeste com aumento de 80% (Eletrobras Chesf); substituição do grupo de geradores a vapor da usina de Angra I com realização de 100% (Eletrobras Eletronuclear); Implantação da usina termonuclear de Angra III no Rio de Janeiro com uma variação superior de 100% (Eletrobras Eletronuclear); implantação da usina de Candiota III-Fase C com acréscimo acima de 100% (Eletrobras CGTEE); implantação da usina hidrelétrica de Mauá a maior em 62% (Eletrobras Eletrosul); programa Luz para Todos com acréscimo de 196% (Eletrobras Distribuição Rondônia); programa Luz para Todos com aumento de 198% (Eletrobras Distribuição Piauí); infraestrutura de apoio superior ao ano de 2009 devido à aquisição do terreno para sede própria (Eletrobras); programa Luz para Todos com acréscimo de 79% (Eletrobras Amazonas Energia).

Natureza dos Investimentos - R$ milhões	2010	2009	%
Geração	2.815	2.621	7,4
Transmissão	1.257	1.755	-28,4
Distribuição	822	518	58,7
Qualidade Ambiental	50	42	19
Pesquisa	16	18	-11,1
Infraestrutura	319	237	34,6
Total	**5.279**	**5.191**	**1,7**

9.1 – Recursos Ordinários

Os recursos ordinários, na forma de empréstimos e financiamentos aplicados em 2010, nas empresas controladas e distribuidoras, totalizaram R$ 7,2 bilhões, conforme a seguir:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	**R$ milhões**	**R$ milhões**	**R$ milhões**
Empresas Distribuidoras			
ED Amazonas	-	390	390
ED Roraima	-	-	-
ED Alagoas	32	45	77
ED Piauí	-	169	169
ED Rondônia	42	29	71
ED Acre	103	41	144
Controladas	**R$ milhões**	**R$ milhões**	**R$ milhões**
CGTEE	165	324	489
Chesf	-	6	6
Eletronorte	313	796	1.109
Eletronuclear	3.309	261	3.570
Eletrosul	-	698	698
Furnas	-	517	517
Itaipu	-	26	26
TOTAL	**3.964**	**3.302**	**7.266**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 – GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Desempenho Econômico-Financeiro

A Eletrobras alcançou um lucro de R$ 2.248 milhões em 2010, equivalente a R$ 1,99 por ação. No mesmo período do exercício de 2009 a empresa lucrou R$ 911,5 milhões, equivalente a R$ 0,81 por ação, o que representa um crescimento de 147% no seu resultado anual.

A receita financeira líquida, fundamentalmente decorrentes dos financiamentos e empréstimos concedidos, geraram um ganho de R$ 2.157 milhões, representando, no entanto, uma queda de 44% no nível das receitas dessa natureza em relação ao exercício anterior.

Nos 12 meses de 2010, a Eletrobras registrou perda cambial de R$ 431 milhões, contra uma perda de R$ 4.019 milhões no exercício de 2009. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2010 a Companhia verificou um ganho de R$ 616 milhões, enquanto que, em 2009, foi apurado um ganho de R$ 356 milhões.

10.1 – Lucro Líquido Consolidado (Eletrobras e Controladas)

Empresas Eletrobras	2010/R$ milhões	2009/R$ milhões
Eletrobras *Holding*	2.248	911
Eletrobras Eletronorte	140	585
Eletrobras Eletronuclear	-135	218
Eletrobras Eletropar	23	17
Eletrobras Eletrosul	68	214
Eletrobras Furnas	636	358
Eletrobras CGTEE	41	128
Eletrobras Chesf	2.177	906
Itaipu	441	670
Amazonas Energia	-1.315	-225
ED Alagoas	-43	34
ED Rondônia	14	-10
ED Piauí	-69	-111
ED Acre	13	-10

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10.2 – Receita Operacional

Consolidado	2010/R$ milhões	2009/R$ milhões
Eletrobras *Holding*	4.085	4.666
Eletrobras Furnas	6.835	6.112
Eletrobras Chesf	5.468	4.645
Eletrobras Eletrosul	1.063	953
Eletrobras Eletronorte	4.637	3.644
Eletrobras Eletropar	26	21
Eletrobras Eletronuclear	1.672	1.573
Eletrobras CGTEE	527	190
ED Alagoas	706	695
ED Rondônia	637	659
ED Piauí	851	549
ED Acre	193	198

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Receita Operacional Líquida - R$ milhões			
	2010	2009	%
Operações com Energia Elétrica	25.549	21.935	16,48
Participações Societárias	670	1.571	-57,37
Outras	1.201	1.206	-0,48
Total	**27.419**	**24.712**	**10,96**

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10.3 – Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	2010/R$ milhões	2009/R$ milhões
Eletrobras *Holding*	3.465	3.650
Eletrobras Furnas	5.802	5.612
Eletrobras Chesf	3.051	3.346
Eletrobras Eletrosul	811	571
Eletrobras Eletronorte	4.126	3.233
Eletrobras Eletropar	6	5
Eletrobras Eletronuclear	1.284	1.155
Eletrobras CGTEE	503	283
ED Alagoas	754	649
ED Rondônia	630	638
ED Piauí	901	595
ED Acre	173	198

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Custos não Controláveis/R$ milhões			
	2010	2009	%
Energia elétrica comprada para revenda	4.315	3.581	20,49
Uso da rede elétrica	1.354	1.263	7,16
Remuneração e ressarcimento	1.087	1.188	-8,48
Resultado a compensar de Itaipu	441	670	-34,14
Total (1)	**7.197**	**6.702**	**7,38**

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Custos Controláveis/R$ milhões			
	2010	2009	%
Pessoal, material e serviços	7.371	6.486	13,64
Combustível para produção de energia elétrica	744	756	-1,66
PASEP e COFINS	1.711	1.532	11,73
Depreciação e amortização	1.592	1.624	-1,96
Provisões operacionais	1.530	2.140	-28,54
Doações e contribuições	261	238	9,68
Construção	2.953	1.724	71,32
Outras	1.359	989	37,46
Total (2)	**17.522**	**15.490**	**13,12**
Total Geral	**24.719**	**22.192**	**11,39**

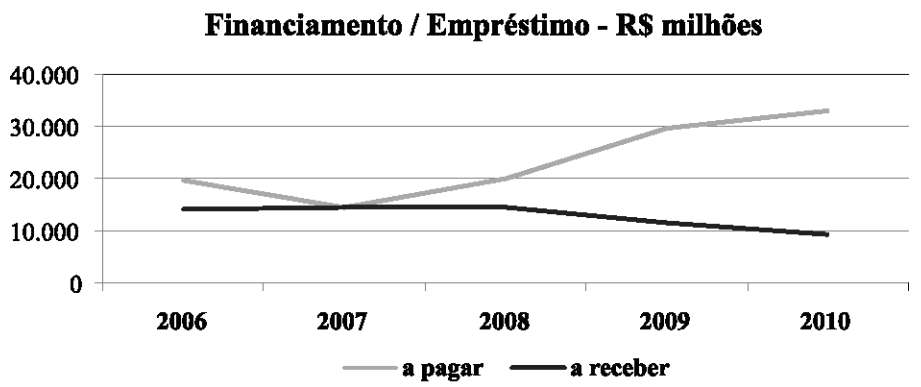
O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10.4 – Receita por Segmento de Negócio

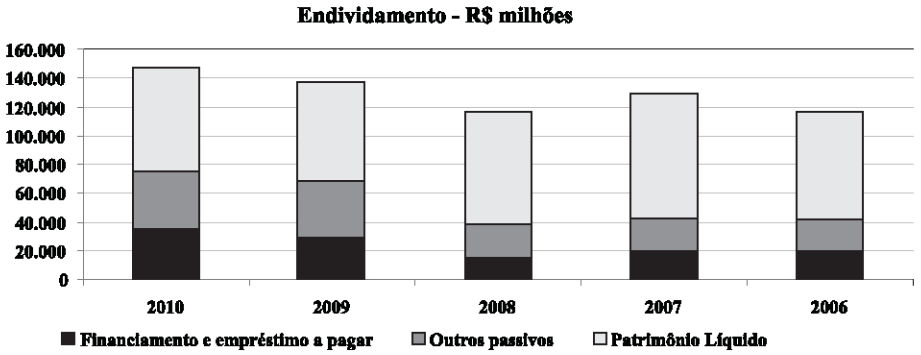
Consolidado	2010/R$ milhões	2009/R$ milhões
Geração	18.343	15.912
Transmissão	6.316	5.077
Distribuição	6.353	6.049
Outros	2.882	2.974

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10.5 – Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.



O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Fluxo do Financiamento – R$ milhões					
	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Endividamento	456	566	713	1.586	27.949

Financiamentos e Empréstimos Concedidos às Controladas

Empresas Eletrobras:	Saldo em 31/12/2010 (R$ milhões)	Saldo em 31/12/2009 (R$ milhões)
CGTEE	922	782
Chesf	156	254
Eletronorte	3.819	3.458
Eletronuclear	607	3.114
Eletrosul	780	670
Furnas	1.914	1.342
Itaipu	11.343	12.970
ED Alagoas	209	117
ED Rondônia	109	100
ED Piauí	355	316
ED Acre	65	25
Amazonas Energia	517	366

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10.6 – Resultado Primário

Em 30 de dezembro de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.377 alterando o artigo 2º e o anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010 e o artigo 2º e o anexo III da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011. Dessa forma, as empresas Eletrobras foram excluídas da meta do resultado primário nos exercícios de 2010 e 2011.

11 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Eletrobras concluiu, em novembro de 2010, a contratação de um empréstimo sindicalizado, de US$ 500 milhões, na modalidade A/B Loan, junto à Corporación Andina de Fomento (CAF) e os bancos BBVA, HSBC, Santander, Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Bank of Tokyo-Mitsubishi. A operação foi estruturada de tal forma que a Parte A, de US$ 125 milhões, ficou sob a responsabilidade da CAF, enquanto que a Parte B, de US$ 375 milhões, foi aportada por um sindicato formado pelos cinco bancos acima mencionados. O empréstimo na modalidade A/B Loan apresenta um prazo de liquidação de 10 anos para a Parte A e de 7 anos para a Parte B.

Os recursos obtidos irão compor o Fundo de Financiamento às Controladas (FFC). O Fundo foi criado em 2007, a fim de prover os recursos necessários ao financiamento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras. Durante o ano de 2010, foi dada continuidade às negociações para contratação de empréstimo junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), no valor de € 24 milhões, com aval da União.

Em 2010, também, foi dado prosseguimento à contratação de empréstimo com o Bird, cujos recursos serão destinados ao Programa de Investimentos nas Empresas de Distribuição da Eletrobras – Projeto Energia +. Foi obtida a aprovação do Senado Federal, mediante os termos da Resolução nº 58, de novembro de 2010, para a contratação de empréstimo, no valor de até US$ 495 milhões, com aval da União.

Negociações junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) estão em desenvolvimento, com vistas à contratação de operação de empréstimo. A AFD formalizou à Eletrobras uma proposta de financiamento no valor de US$ 134 milhões, sem aval da União, destinados ao *funding* de projetos relacionados a energias renováveis e eficiência energética.

Os recursos obtidos serão destinados ao Fundo de Financiamento às Controladas (FFC) e depois utilizados como *funding* para projetos que sejam elegíveis pelos critérios de seleção da AFD. A agência concorda em financiar o aporte de capital em projetos de energias renováveis, linhas de transmissão e subestações.

Assim, após as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, iniciaram-se as gestões junto aos órgãos competentes, como a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em paralelo, encontra-se em análise o instrumento contratual entre Eletrobras e AFD. A contratação está pendente de autorização da STN.

Foi dado início à obtenção das autorizações governamentais para contratação de financiamento externo pela Eletrobras, destinado à aquisição de equipamentos estrangeiros para a usina de Angra 3, em fase de construção. O financiamento externo será obtido pela Eletrobras, e negocia-se o aval da União para a referida operação.

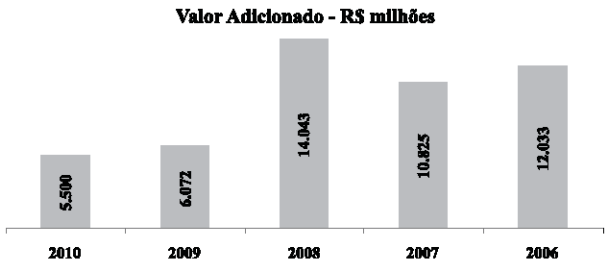
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 – VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO

Distribuição do Valor Adicionado %		
	2010	2009
Terceiros	25%	52%
Acionistas	16%	4%
Pessoal	32%	32%
Governo	27%	12%

O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.



O resultado de 2009 foi alterado para refletir as modificações do IFRS e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

13 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O empréstimo compulsório, instituído pela Lei 4.156/1962, com a finalidade de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi cobrado e recolhido de diversos tipos de consumidores em sua primeira fase. Mas, com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, o mesmo passou a ser cobrado e recolhido apenas dos consumidores industriais com consumo mensal superior a 2.000 kWh. Estas cobranças eram feitas através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1° de janeiro do ano seguinte do recolhimento, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório (CICE).

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, no exercício de 2010, a Eletrobras implantou, no sistema escritural do Banco Bradesco S.A., o montante de 976.439 ações preferenciais da classe "B", que eram avaliadas, em dezembro de 2010, ao valor de mercado a R$ 26.129.507,64. Depois, enviou-as às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais o montante de R$ 4.454.640,58, referente aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.

14 – AUDITORES INDEPENDENTES

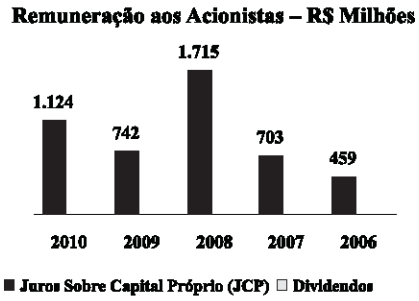
Empresas Eletrobras	Auditor Independente
CGTEE	PricewaterhouseCoopers
Chesf	PricewaterhouseCoopers
Eletronorte	PricewaterhouseCoopers
Eletronuclear	PricewaterhouseCoopers
Eletropar	PricewaterhouseCoopers
Eletrosul	PricewaterhouseCoopers
Furnas	PricewaterhouseCoopers
Amazonas Energia	PricewaterhouseCoopers
ED Acre	PricewaterhouseCoopers
ED Alagoas	PricewaterhouseCoopers
ED Piauí	PricewaterhouseCoopers
ED Rondônia	PricewaterhouseCoopers
ED Roraima	PricewaterhouseCoopers
Itaipu	BDO Trevisan

15 – MERCADO DE CAPITAIS

15.1 – Base acionária em 31/12/2010



15.2 – Remuneração aos Acionistas



15.3 – Análise das Ações da Eletrobras

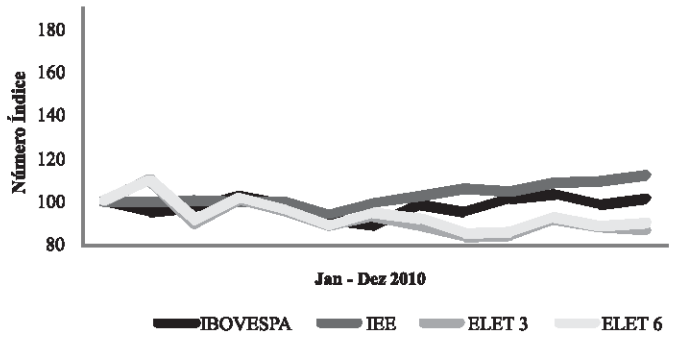
Ao longo do ano de 2010, as ações ordinárias apresentaram uma desvalorização de 13,10%. A cotação mais alta foi verificada no dia 22 de janeiro, R$ 30,68, enquanto que a mais baixa, R$ 20,42, foi registrada em 6 de maio.

As ações preferenciais, por sua vez, desvalorizaram-se 10,25%. No dia 22 de janeiro, tiveram o maior valor de negociação no ano, R$ 34,05. Já em 6 de maio apresentaram seu valor mínimo, R$ 24,57.

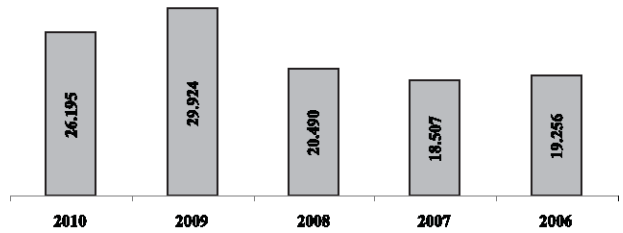
Essa desvalorização dos ativos reduziu o valor de mercado da empresa em 27,46%, passando dos R$ 40.100 milhões no final de 2009 para R$ 26.211 milhões, em 2010.

O volume negociado ao longo do ano totalizou 195.023.600 ações preferenciais e 281.931.100 ações ordinárias, com um índice de presença de 100%.

IBOVESPA, IEE, ELET 3 e ELET 6 em 2010



15.4 – Valor de Mercado



15.5 – *Rating* (classificação de risco)

A classificação de risco da Eletrobras, segundo a agência de classificação de riscos Standard & Poor's, está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país, por ser a União o acionista majoritário da empresa. Vista como uma extensão do governo federal, a empresa obteve classificação BBB- para negócios em moeda estrangeira e BBB+ para negócios em moeda local, com perspectiva estável.

Como justificativas para as notas de crédito atribuídas à Eletrobras podemos apontar os seguintes fatores:

- Atuação como agente financeiro responsável pelo financiamento à expansão dos investimentos das subsidiárias, além de agente gestor dos ativos sob controle da União;

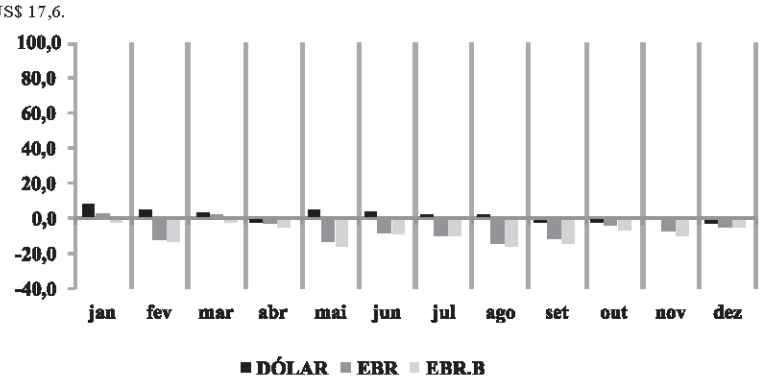
- Forte liquidez e grande base de ativos, além da forte participação acionária do governo federal na sua estrutura acionária.

No ano de 2010 a empresa realizou uma emissão de bônus de US$ 1,0 bilhão, o qual recebeu o *rating* das agências Standard and Poor´s e Fitch.

15.6 – Programa de ADRs - Bolsa de Valores de Nova Iorque

No ano de 2010, os ADRs das ações ordinárias da Eletrobras (EBR) registraram uma cotação máxima de US$ 16,64 no dia 22 de janeiro. O valor mínimo registrado foi de US$ 10,94 no dia 6 de maio. Essa ação encerrou o ano cotada a US$ 13,74, obtendo uma desvalorização de 6,08 % em relação a dezembro de 2009, quando fechou cotada a US$ 14,63.

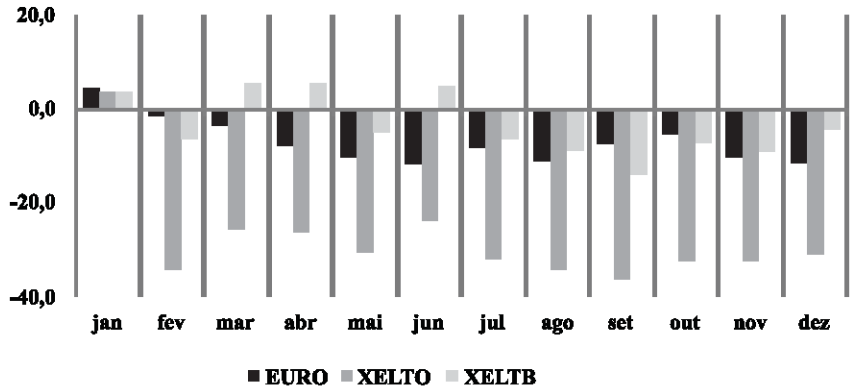
Os ADRs de ações preferenciais da Eletrobras (EBR. B) apresentaram o valor mais alto no dia 11 de janeiro, US$ 18,83. O valor mínimo registrado dessas ações ocorreu no dia 6 de maio, quando a cotação atingiu US$ 13,08. Essa ação encerrou o ano cotada a US$ 16,65 com uma desvalorização de 5,4% em relação ao fechamento de dezembro de 2009, quando fechou cotada a US$ 17,6.



15.7 – Programa Latibex - Bolsa de Valores de Madrid

As ações ordinárias do programa Latibex (XELTO) obtiveram, no ano de 2010, uma desvalorização de 31,32%, visto que em dezembro deste ano fechou a € 10,11 e, em dezembro de 2009, fechou a € 14,72.

As ações preferenciais do programa Latibex (XELT) encerraram o ano de 2010 cotadas em € 12,19. Em dezembro de 2009, esse ativo fechou em € 12,76, o que reflete uma desvalorização de 4,47%.



15.8 – Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e das regras do Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa, a empresa realiza, semestralmente, reuniões nas Apimecs regionais do país: RJ, SP, MG, DF, Sul e Nordeste. Inclusive, recebeu certificados de assiduidade em todas as praças citadas. Ademais, a área de Relações com Investidores, anualmente, realiza reuniões na Europa e nos Estados Unidos (*Roadshows*) com o objetivo de apresentar a companhia aos investidores estrangeiros. Em Nova Iorque, presença no Brazil Day e realização do Eletrobras Day e, em Madri, participação no Fórum Latibex.

16 – GESTÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS SETORIAIS DE GOVERNO

16.1 – Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão (RGR) foi criada pela Lei 5.655/1971 com a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do governo federal. Com o advento da MP 517/2010, artigo 16, a cobrança das quotas da RGR foi prorrogada até o final do exercício de 2035.

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobras aplicou no exercício financeiro de 2010 o montante de R$ 1.049 milhão. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos está apresentada nos quadros a seguir:

Ingressos e aplicações em 2010

Movimentação	Em R$ milhões
Ingressos:	**3.126**
Arrecadação de quotas	1.590
Outros	1.536
Aplicações:	**1.049**
Financiamentos	1.049

Região	Financiamento Liberado - R$ milhões	%
Norte	320	30,5
Nordeste	166	15,8
Centro-Oeste	138	13,2
Sul	248	23,6
Sudeste	177	16,9
TOTAL	**1.049**	**100,0**

Linhas de crédito

Programa	Liberações – R$ milhões	%
Luz para Todos	454	43,3
Reluz/Conservação	45	4,3
Geração	184	17,5
Transmissão	279	26,6
Distribuição	72	6,9
Revitalização de Parques Térmicos	15	1,4
Outros	0	0,0
TOTAL	**1.049**	**100,0**

16.2 – Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE foi criada pela Lei 10.438/2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados. Além disso, promove também a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da subclasse residencial baixa renda, foi criada a subvenção econômica, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2010, foram liberados, a título de subvenção, R$ 3.247 milhões, sendo R$ 1.679 milhão para baixa renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R$ 1.568 milhão para o Programa Luz para Todos.

Ingressos e aplicações em 2010:

Movimentação	R$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:	**3.976**
Arrecadação de quotas	3.127
Outros	849
Aplicações:	**3.846**
Subvenção Luz para Todos	1.568
Subvenção Baixa Renda	1.679
Outras	599

16.3 – Conta de Consumo de Combustível (CCC)

O fundo CCC foi criado na década de 70 para atender ao Sistema Interligado Nacional, passando a considerar a cobertura dos sistemas isolados em 1992. Tendo inicialmente a finalidade de cobrir parte dos custos com a aquisição de combustíveis, passou também a considerar, a partir de 1998, a cobertura com os empreendimentos sub-rogados ao fundo, com intuito de buscar a economicidade e a substituição de derivados de petróleo.

Em julho de 2009, foi editada a MP 466/2009, que deu origem à Lei 12.111/2009, regulamentada pelo Decreto 7.246/2010, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados e que alterou diversos dispositivos legais relacionados ao fundo setorial CCC. Em linhas gerais, a Lei determina que o Fundo Setorial CCC, que hoje reembolsa parte dos custos com combustível, passe a reembolsar parte do custo da geração de energia. Importante destacar que, a partir da Lei 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades do fundo setorial CCC.

Em 2010, o fundo operou apenas na cobertura de parte dos custos com combustíveis e dos empreendimentos sub-rogados, uma vez que a normatização da lei ainda não foi concluída pela Aneel. Para tal, foram arrecadados, por meio das quotas mensais das empresas distribuidoras, transmissoras e permissionárias, cerca de 3,9 bilhões de reais. Esse valor, com o acréscimo de cerca de 130 milhões de reais, provenientes de multas, parcelamentos, aplicações e outros, permitiu repasses da ordem de 3,6 bilhões de reais, sendo 120 milhões de reais para as sub-rogações e o restante para os combustíveis.

A diferença entre o valor arrecadado e o valor reembolsado foi direcionada para uma conta de reserva, como determinado pela Aneel, iniciando a formação de um fundo para o pagamento das diferenças devidas quando da aplicação da Lei 12.111/2009.

16.4 – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz)

O programa Procel Reluz, de abrangência nacional, consiste na implementação de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública e sinalização semafórica, por meio de substituição de lâmpadas incandescentes, mistas e a vapor de mercúrio por lâmpadas a vapor de sódio à alta pressão e vapor metálica, que são mais eficientes. No caso da sinalização semafórica, substituem-se as lâmpadas incandescentes por sistemas que utilizam diodos emissores de luz (LEDs), com maior vida útil e consumo de energia até 90% menor.

O programa beneficiou dez municípios em 2010, tornando eficientes 89.559 pontos, o que resultou em uma economia de energia de 29,9 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 6,8 mil kW. Esse resultado foi possível a partir de investimentos que totalizaram R$ 33,1 milhões, cabendo à Eletrobras o financiamento de R$ 24,8 milhões.

Destaca-se ainda um aumento de 74% nos valores financeiros da carteira de projetos do Procel Reluz entre o final do exercício de 2009 até o mesmo período de 2010, passando de aproximadamente R$ 371,6 milhões para R$ 646,6 milhões.

O total de recursos financeiros, com recursos da RGR, liberados em 2010 considerando as realizações dos anos anteriores foi de R$ 45,3 milhões para projetos do Procel Reluz, representando um aumento de 62,5% em relação ao mesmo período de 2009.

Desde o início do programa, já foram implementados mais de 2,34 milhões de pontos, com investimento total da ordem de R$ 510 milhões. A energia total já economizada é de 827 mil MWh/ano, com uma redução 190,8 mil kW de demanda no horário de ponta do sistema elétrico.

Segue, por região, a utilização dos recursos investidos no programa Reluz, no ano de 2010:

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Recursos – R$ milhão	2.787	-	1.762	8.275	20.278	**33.102**

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Número de pontos	7.891	-	4.058	27.114	50.496	**89.559**

Região	C.Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Redução demanda - kW	491	-	125	2.857	3.350	**6.823**

16.5 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

O Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobras, na função de Secretaria Executiva do Procel, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento. Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

Em 2010, com investimentos de aproximadamente R$ 13.090 mil, excluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) já mencionados no programa Procel Reluz, o Procel desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia na ordem de 6,16 mil GWh. Este resultado é equivalente ao consumo anual de energia elétrica de aproximadamente 3,1 milhões de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de R$ 3,6 bilhões. Estes recursos são passíveis de serem alocados em outros projetos, como por exemplo, a área social ou de infraestrutura.

Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destaca anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobras/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), do Inmetro.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2010, destaca-se sua concessão a 3.778 modelos de 206 empresas diferentes, distribuídos em 31 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. O ano de 2010 foi também o primeiro ano de concessão do Selo Procel para televisores de LED no modo espera, reatores eletrônicos para lâmpadas tubulares, condicionadores de ar – tipo *split* cassete – e painéis fotovoltaicos de geração de energia.

16.6 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) cumpriu seu objetivo principal, de aumentar a participação de empreendimentos com base nas fontes eólica, de biomassa e Pequena Central Hidrelétrica (PCH), no Sistema Interligado Nacional.

A sua implantação contribuiu para a diversificação da matriz energética, além de ter fomentado a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

A Eletrobras, na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacou, em 2010, a contribuição do programa na diversificação da matriz energética, com a entrada em operação comercial de 21 empreendimentos, divididos em 14 eólicas (321,41 MW), seis PCH (94,20 MW) e uma UTE a biomassa (36 MW), adicionando o total de 451,61 MW de potência ao Sistema Interligado Nacional.

Esses novos empreendimentos, acrescidos aos empreendimentos já em operação, no âmbito do Proinfa, representaram, até 31/12/2010, o montante de 113 usinas implantadas e acrescentaram ao país 2.484,07 MW de capacidade instalada.

16.7 – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos

O programa Luz para Todos, institucionalizado pelo Decreto nº 4.873, de novembro de 2003, visa propiciar, até o ano de 2011, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

No ano de 2010, foram realizadas 419.204 novas ligações no âmbito do programa, acumulando um montante de 2.654.536 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 13 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para 2010, foram realizados 72,5% da meta global de 578.429 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

17 – PESQUISA, DESENVOLVIMENTO e INOVAÇÃO

17.1 – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel)

O Eletrobras Cepel é o executor central de programas e projetos de P&D+I para as empresas Eletrobras. Foi criado em 1974, fruto de uma visão estratégica da Eletrobras, tendo como principal objetivo a formação de uma infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país.

Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema Eletrobras. Entre eles, estão o MME e entidades setoriais como a EPE, o ONS, a CCEE e a Aneel, além de concessionárias e fabricantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Eletrobras Cepel possui um acervo de metodologias e programas computacionais em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, que é aplicado no planejamento da expansão da geração e da transmissão, na operação de sistemas hidrotérmicos interligados e na operação da rede básica, sendo largamente utilizados em todo o setor elétrico.

Desenvolve também estudos e pesquisas que geram tecnologias para a transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para a instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando à otimização de investimentos e à segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais. Dá apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como Luz para Todos, Proinfa, Procel e Reluz, colaborando também na elaboração dos planos de expansão de energia.

O Cepel, em 2010, desenvolveu 99 projetos corporativos de P&D para as empresas Eletrobras, sendo: planejamento da expansão da geração e da transmissão (5); meio ambiente (5); hidrologia estocástica, recursos hídricos e ventos (4); planejamento da operação energética (5); planejamento, operação e análise de redes (8); tecnologias Scada/Ems – Sage (6); automação local e análise de perturbações (2); tecnologias de transmissão (11); metalurgia e materiais (7); monitoramento e diagnóstico de equipamentos e instalações (16); conservação e uso eficiente de energia (14); energias renováveis e geração Distribuída (6); distribuição, medição de energia e combate a perdas (3); técnicas computacionais aplicadas à área energética (2); análise financeira de projetos e tarifas (1); confiabilidade (1); qualidade de energia (2) e integração de base de dados (1).

Na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, as empresas Eletrobras disponibilizaram, por meio de contribuição anual, recursos para o orçamento de 2010, na ordem de R$ 126 milhões, dos quais R$ 16 milhões foram investimentos em infraestrutura.

17.2 – Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI)

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

Em 2010, as empresas do Sistema Eletrobras investiram em projetos de P&D recursos estimados da ordem de R$ 72,5 milhões. Esse valor, informado pelas empresas nas planilhas de levantamento de dados para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), corresponde às aplicações em projetos desenvolvidos com recursos das Leis 9.991/2000 e 10.848/2004. No Cepel, foram investidos recursos estimados da ordem de R$ 198,9 milhões.

Em relação às ações desenvolvidas pela *holding*, destacam-se:

- **Planejamento Estratégico Tecnológico**
- **Inventários de Projetos e Produtos**
- **Parque Tecnológico de Tucuruí – TUCPARC**
- **Investimento em Capacitação**
- **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) / Eficiência Energética do Sistema Eletrobras**
- **Eficiência Energética do Sistema Eletrobras**

17.3 – Logística de Suprimento

No contexto da logística de suprimento, a Eletrobras vem atuando diretamente no processo da definição da Política de Logística de Suprimento para o Sistema Eletrobras, cujos principais resultados em 2010 foram: revisão do manual de logística de suprimento, elaboração da metodologia para avaliação de desempenho de fornecedores, elaboração do manual de gestão de fornecedores, elaboração do manual de gestão de contratos, regulamento para procedimento licitatório simplificado da Eletrobras, padronização das especificações técnicas de equipamentos e materiais de transmissão, padronização das especificações técnicas de óleo isolante e gás SF6 etc.

17.4 – Normas e Qualidade

As principais atividades na área de normas e qualidade em 2010 foram às seguintes:

No âmbito do Comitê Estratégico de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras: adoção de critérios da qualidade, baseados nas normas da família NBR ISO 9000 para fornecimento de produtos, padronização das metodologias de inspeção, sistemática de avaliação de desempenho técnico de fornecedores e implantação da ISO 9001 na cadeia de suprimentos.

18 – DIMENSÃO AMBIENTAL

A dimensão ambiental está inserida nas atividades empresariais como uma variável do processo decisório da empresa, contribuindo para que sejam atingidos os objetivos estratégicos e metas corporativas estabelecidas. Assim, em suporte técnico e institucional aos principais eixos de atuação da *holding*, destacam-se, em 2010, as seguintes atividades na área ambiental:

No desenvolvimento e implementação de projetos de geração e de transmissão: 1) conclusão da etapa de viabilidade do AHE Belo Monte, com a obtenção da Licença Prévia Ambiental; 2) conclusão dos estudos de inventário (parte ambiental) dos AHE Garabi e Panambi; 3) coordenação das atividades ambientais relativas aos estudos e licenciamento dos AHE do Complexo Tapajós; e 4) acompanhamento das atividades ambientais relativas aos estudos e licenciamento ambiental da Interligação Brasil-Uruguai.

Participação na prospecção de negócios e desenvolvimento de projetos internacionais de interesse da Eletrobras, compreendendo a análise ou acompanhamento dos estudos ambientais, conforme o caso, dos seguintes projetos: AHE Inambari (Peru), AHE Tumarín (Nicarágua), AHE Pescadero/Ituango (Colômbia), AHE Baynes (Namíbia/Angola) e LT Cesul (Moçambique).

Nas atividades de coordenação da gestão ambiental das empresas Eletrobras, tiveram prosseguimento as atividades do Comitê de Meio Ambiente das empresas, um colegiado composto pelos gerentes e equipes técnicas das áreas de meio ambiente, que contam com dez grupos de trabalho e três comissões técnicas, debatendo e atuando em temas de interesse comum à gestão ambiental. Os principais produtos desenvolvidos ao longo do ano foram: 1) a consolidação de contribuições das empresas a atos normativos federais encaminhados ao Núcleo de Ações Socioambientais do Ministério de Minas e Energia (Nessa-MME); 2) a elaboração do Inventário de emissões de gases de efeito estufa das empresas Eletrobras – ano base 2009; e 3) a elaboração de relatório técnico, contendo a revisão de metodologia de avaliação de passivos ambientais.

19 – DIMENSÃO SOCIAL

19.1 – Cultura e Sociedade

Cultura

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas em seu planejamento estratégico e em linha com as orientações do governo federal, no que tange à difusão e à democratização da cultura, foi aprovado em 2010 o edital para chamada pública de projetos para o programa cultural das empresas Eletrobras. Totalizando um valor de R$ 15 milhões, o edital 2010 estabelece o valor aportado por cada empresa para apoio aos projetos selecionados, sendo R$ 9 milhões provenientes de recursos da *holding*. A seleção pública proporcionou às empresas o patrocínio a 27 projetos de produção teatral, sete festivais de teatro, quatro produções de cinema, sete projetos de festivais de cinema e 17 projetos no âmbito do patrimônio cultural imaterial.

Entre vários outros projetos apoiados pela empresa em 2010, por meio de escolha direta, destaca-se a conclusão da reforma e a reinauguração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. No ano de 2010, a Eletrobras aportou um investimento de cerca de R$ 27 milhões para projetos culturais incentivados.

Esportes

Em 2010, houve continuidade das parcerias esportivas, incrementando ações e, visualizando melhores oportunidades de divulgação de sua marca, estabelecendo sua imagem de parceira no desenvolvimento do país por meio do esporte.

A Eletrobras participa em parcerias no esporte, destacando-se nas diversas modalidades do basquetebol. Em 2010, A Confederação Brasileira de *Basketball* (CBB) incrementou novos núcleos voltados para o "Basquete do Futuro Eletrobras", um projeto de iniciação ao basquete, em nível nacional, voltado para crianças e jovens de 9 a 16 anos, com uma proposta pedagógica. As seleções brasileiras masculina e feminina, em suas diversas categorias, depois de garantir vaga em todas as competições oficiais para o ano de 2011, iniciaram treinos preparativos para representar o Brasil nos torneios internacionais, em especial o pré-olímpico masculino e feminino.

Destaque-se ainda, o basquetebol master, categoria dedicada a veteranos nas faixas de 40 a 60 anos. Essa categoria alcançou terceiro e segundo lugares no *ranking* mundial e nos campeonatos internacionais disputados.

O basquete de rua (Libra), coordenado pela Central Única das Favelas (Cufa), cuja modalidade apresenta uma performance diferenciada, também tem alcançado, desde sua primeira edição em 2005, excelentes resultados nos campeonatos nacionais e internacionais.

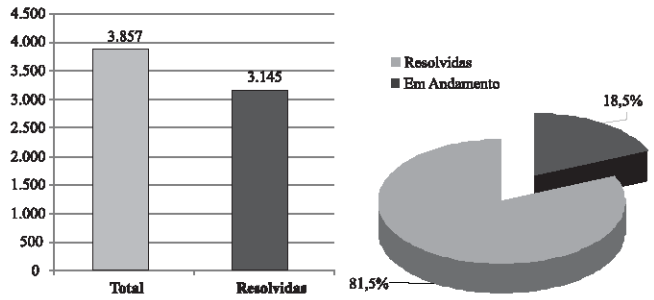
No futebol, a parceria com o Clube de Regatas Vasco da Gama possibilitou ao time melhores condições para a disputa da primeira divisão do futebol brasileiro. A parceria tem proporcionado à Eletrobras um ótimo retorno de mídia e divulgação de sua imagem. Sua marca já não pertence apenas a seu próprio público de interesse, mas a todos que, de alguma forma, veem na Eletrobras uma grande parceira.

19.2 – Ouvidoria

Em 2010, os resultados alcançados pela Ouvidoria foram significativos, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Internamente, o processo de atendimento da Ouvidoria foi totalmente informatizado por meio da reformulação do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU). Esse sistema passou a protocolar o recebimento das manifestações, permitindo o acompanhamento do seu trâmite interno, o que reduziu o prazo de atendimento das demandas. Outro ponto fortalecido com o SOU foi o aumento da segurança no trânsito das informações entre as partes.

Ainda em 2010, como fruto de uma estratégia positiva para o fortalecimento das ouvidorias nas empresas Eletrobras, todas foram equipadas com o Sistema de Gerenciamento Informatizado de Ouvidoria (Sistema SOU). Tal iniciativa visou à sistematização da ouvidoria corporativa e faz parte de um conjunto de ações que busca ampliar a transparência da gestão das empresas.

Em 2010, a Ouvidoria recebeu 3.857 manifestações. Dessas, 3.145 (81,5 %) foram solucionadas e 712 (18,5 %) encontram-se em andamento.



19.3 – Prêmios e Reconhecimento

Em 2010, a companhia passou a ocupar um lugar permanente no e8, grupo das maiores empresas do setor elétrico nos países que integram o G8 (Estados Unidos, Japão, Canadá, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Rússia). Anteriormente a Eletrobras integrava o grupo como convidada.

Com isso, a empresa passou a ser a primeira de um país emergente e a única da América do Sul a integrar o grupo. Esse prestígio internacional foi um reflexo do crescimento da Eletrobras internamente. Pela quarta vez consecutiva, a empresa foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE Bovespa) e fechou 2010, conquistando, pelo segundo ano seguido, o título de empresa de maior prestígio no Brasil no setor de energia, concedido pela revista Época Negócios, a partir de um levantamento que colheu as percepções de 15 mil consumidores, nas cinco regiões do país, sobre 237 marcas corporativas de 30 diferentes setores da economia.

A sustentabilidade da Eletrobras rendeu, ainda, outras conquistas, como o Prêmio Empresa Socialmente Responsável, conferido pela Unisuam, e o Selo Pró-Equidade de Gênero, concedido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Contemplada com o Selo desde a primeira edição, há três anos, a Eletrobras recebeu ainda um troféu pelas participações consecutivas.

A Eletrobras Distribuição Piauí recebeu o prêmio Abraconee de Melhor Divulgação das Informações Contábeis em 2010, entre as companhias de capital fechado na categoria pequeno porte, concedido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica. Já a Eletrobras Distribuição Roraima venceu nas categorias "Maior Crescimento" e "Melhor da Região Norte" do Prêmio Iasc (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor), concedido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

19.4 – Responsabilidade Social

A responsabilidade social na Eletrobras é considerada estratégica para os negócios da empresa e está presente em sua missão, visão e conjunto de valores organizacionais, bem como no posicionamento da sua estratégia de marca. De forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil e de países onde atua, a responsabilidade e a ética social e ambiental são transversais aos programas de energia elétrica desenvolvidos pela Eletrobras, nos quais também se inserem os princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os projetos que recebem apoio técnico e financeiro da Eletrobras são selecionados a partir de critérios objetivos, alinhados às suas Diretrizes de Responsabilidade Social e aos compromissos voluntários assumidos pela empresa.

20 – AÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Eletrobras coordena comitês e grupos de trabalho nas áreas de gestão documental, de bibliotecas, de normas e de processos no âmbito das empresas Eletrobras. Buscando melhoria contínua nas áreas citadas, foram elaboradas propostas de políticas para atuação integrada e padronizada entre as empresas. Neste contexto, aguardam aprovação as políticas de: Gestão de Documentos e Informações, Bibliotecas, Gestão de Documentos Normativos e Gestão Orientada por Processos. Além disso, quanto à implantação da gestão orientada por processos na Eletrobras, foram realizados estudos para definição de mecanismos de governança e de metodologia, bem como definidas as atribuições dos escritórios de processo. Projetos-piloto de melhoria de processos estão em desenvolvimento, utilizando as melhores práticas de mercado.

Foram desenvolvidas atividades que culminaram com a autorização da aquisição, por R$ 83.385.000,00, de dois terrenos conjugados, no centro da cidade do Rio de Janeiro, destinados à construção de instalações capazes de abrigar todas as funções corporativas da Eletrobras e da Eletrobras Eletronuclear. Além disso, em atendimento à decisão estratégica da Eletrobras de implantar um escritório de representação nas cidades de Montevidéu, no Uruguai, e Lima, no Peru, prestou-se apoio logístico e de infraestrutura para instalação das referidas sucursais.

De modo a otimizar as contratações, a Eletrobras criou a área de Gestão de Contratos, realizou a primeira licitação para compra corporativa para a *holding* e suas empresas, organizou o Primeiro Encontro de Fornecedores da Eletrobras, que se constituiu num marco do relacionamento com fornecedores – importante *stakeholder* da empresa –, aderiu à nova política fiscal do sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas e realizou 13 contratações, visando exclusivamente ao conjunto das empresas Eletrobras, dentre 73 contratações efetuadas por licitação ou por inexigibilidade/dispensa de licitação.

No que concerne à área de informática, o Departamento de Tecnologia da Informação da Eletrobras criou mecanismos de governança de TIC, com a implantação de escritórios de projetos, de processos internos, de riscos de TI e de qualidade de TI. Além disso, implantou uma solução de "Consolidação e Virtualização de Servidores", com o intuito de prover infraestrutura moderna e adequada para suportar às áreas de negócios da Eletrobras.

Ainda no ano de 2010, foi concluída a fase I do Projeto SAP-ERP ECC6.0, o que implicou na modernização dos processos financeiros e administrativos da empresa. Foi desenvolvido também o Projeto Solução Fiscal/Sistema Público de Escrituração Digital, com vista a atender ao Sped fiscal e contábil e a gerar nota fiscal eletrônica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100063

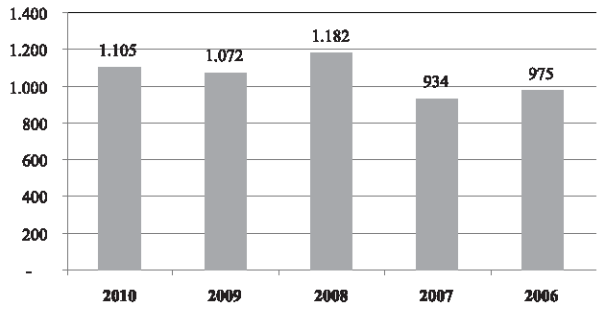
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21 – GESTÃO DE PESSOAS

21.1 – Política Integrada de Gestão de Pessoas

Durante o ano de 2010, foram aprovados e implantados:

- **Sistema de Informações de Gestão de Pessoas (Sigpes)**: para a integração das informações de pessoal das empresas Eletrobras, tais como: dados cadastrais, encargos sociais, benefícios, saúde, segurança do trabalho, treinamento e desenvolvimento, dirigentes, processos trabalhistas e custo de pessoal.
- **Concurso Público:** em 2010, foram realizadas 148 admissões de empregados aprovados em concurso público, sendo 124 decorrentes de reposição de pessoal e 24 decorrentes do aumento do quadro de pessoal aprovado pela Portaria nº 19, de 14 de outubro de 2008.
- **Programa Jovem Aprendiz: a** Eletrobras mantém, desde 1997, um programa voltado para a melhor qualificação técnico-profissional de jovens estudantes na qualidade de aprendizes. No ano de 2010, houve um aumento de 19% do quadro do programa Jovem Aprendiz, com a disponibilização de 51 vagas.



Número de Colaboradores – Empresas Eletrobras		
	2010	2009
CGTEE	690	565
Chesf	5.638	5.635
Eletronorte	3.850	3.600
Eletrosul	1.716	1.580
Eletronuclear	2.430	2.308
Furnas	4.906	4.758
Itaipu Binacional	1.473	1.622

21.2 – Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Em relação às iniciativas tomadas pela Eletrobras para aprimorar a melhoria da saúde, do bem-estar e da segurança de seus empregados, foram realizados 1.351 exames ocupacionais, 3.023 atendimentos sociais, 4.738 procedimentos administrativos, 3.375 atendimentos médicos e 30 casos de atendimentos psicológicos. Outras ações estiveram presentes em 2010 tais como: campanhas de vacinação contra a gripe, doação de sangue, Dia Mundial da Luta Contra a Aids, reeducação alimentar, atenção ao tabagismo, medicina de viagem, saúde da mulher, de olho na saúde etc.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (R$ mil)	2010	2009
Educação	1.599	2.540
Saúde e InfraEstrutura	48	443
Geração de Renda e Trabalho	1.030	1.084
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	370	-
Esporte e Lazer (Lei de Incentivo ao Esporte - Lei nº 11.438/06)	300	-
Meio Ambiente	219	-
Cultura	26.999	-
Total de Investimentos	**30.565**	**4.067**

21.3 – Treinamento e Desenvolvimento

A educação corporativa das Eletrobras tem como premissa a atuação integrada e cooperativa das empresas, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade. É composta pela Universidade do Sistema Eletrobras (Unise) e por quinze Unidades de Educação Corporativa, correspondentes a cada uma das empresas Eletrobras, inclusive a *holding*.

A Unise iniciou suas operações em janeiro de 2010, conforme concebida no projeto IV.6.3 do Plano de Transformação e tem como missão "promover as melhores soluções educacionais para o desenvolvimento das competências dos profissionais do Sistema Eletrobras para alavancar vantagem competitiva". Ela é composta de cinco escolas: Excelência Operacional, Estratégias de Mercado, Gestão, Liderança e Responsabilidade Social Corporativa. Em cada escola, estão estabelecidos pilares de formação, que definem os eixos de desenvolvimento de competências.

O portfólio para 2010 de programas educacionais da Unise foi estabelecido a partir de discussões estratégicas, que envolveram os executivos das áreas de negócio e de suporte de todas as empresas Eletrobras.

Em 2010, a Unise desenvolveu 52 programas educacionais, na sua maioria de média e longa duração, tais como: especialização em energia nuclear e comercialização de energia, extensão em regulação do setor elétrico e em energia eólica, bem como programas destinados ao desenvolvimento de novas lideranças, com a participação total de 2.120 profissionais das 15 empresas Eletrobras.

A Unidade de Educação Corporativa da Eletrobras desenvolve competências profissionais específicas do negócio da *holding*, em sintonia com as diretrizes da Unise. Em 2010, foram promovidas 1.208 ações educacionais, destinadas exclusivamente para empregados da Eletrobras *holding*, que envolveram 2.731 participantes, conforme tabela:

Educação Corporativa Eletrobras - 2010				
Ações	Quantidade	Participantes	H/h	Investimentos (R$)
Longa Duração	48	48	240	1.051.319,60
Curta e Média Duração	630	1946	23,3	2.905.058,17
Idiomas	441	441	40,3	1.057.102,06
Seminários e Congressos	89	296	23,5	606.976,00
Totais	**1208**	**2.731**	**327**	**5.620.455,83**

21.4 – Relações Trabalhistas e Sindicais

No acordo coletivo de trabalho nacional, com o intuito de adequar as empresas Eletrobras ao Plano de Transformação, foram unificados os seguintes benefícios: a) o auxílio educacional foi ampliado para os dependentes com até 17 anos de idade; b) em relação ao auxílio educacional e ao auxílio creche/pré-escolar há reembolso das despesas com uniformes e material escolar para dependentes matriculados em instituições de ensino público ou privados, no caso de serem beneficiários de bolsa de estudo integral.

Foram, também, remetidos ao acordo coletivo de trabalho nacional os seguintes temas: a) licença maternidade; b) licença para acompanhamento; c) complemento auxílio doença; d) adicionais, vantagens e benefícios em que as empresas se comprometem durante a vigência do acordo, a discutir com as entidades sindicais a possibilidade de unificar os seguintes procedimentos no âmbito do Sistema Eletrobras: frequência (banco de horas); horas extras (turno de revezamento e horas *in itinere*); adicional de sobreaviso; adicional noturno.

Além disso, foi concedido o reajuste salarial de 5,26%, equivalente ao IPCA do período, um abono salarial correspondente a 7,5% da remuneração de um empregado acrescido da quantia de R$ 2.105,20 e auxílio alimentação/refeições correspondente a 13 talões/ano de 25 unidades com o valor face de R$ 25,00.

No que concerne ao acordo de trabalho específico, merece ser destacada: a) a criação do Comitê Permanente de Pleitos Trabalhistas; b) a negociação e aprovação do Plano de Carreira e Remuneração; e c) a negociação da PLR 2010.

22 – BALANÇO SOCIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
I – RECURSOS HUMANOS				
1.1 - Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	**176.549**	**134.654**	**3.193.548**	**2.909.468**
- Empregados	172.766	131.066	3.173.731	2.892.531
- Administradores	3.783	3.588	19.818	16.937
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	15,42	14,81		
- Administradores	1,00	1,00		
1.2 - Benefícios Concedidos				
Encargos Sociais	56.655	41.498	974.801	782.939
Alimentação	11.421	8.877	224.927	174.653
Transporte	664	478	19.294	18.225
Previdência Privada	35.684	59.425	196.871	176.531
Saúde	10.661	44.432	316.326	280.391
Segurança e medicina do trabalho	4.411	4.157	32.539	28.096
Educação Creches ou auxilio Creche	1.837	1.215	45.660	36.371
Cultura	-	-	2.064	2.182
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.421	6.406	63.096	58.256
Outros	-	-	144.710	274.325
Participações nos lucros ou resultados	35.032	27.000	396.182	304.642
T O T A L	**162.786**	**193.488**	**2.416.470**	**2.136.611**
1.3 - Composição do corpo funcional				
Nº. de empregados no final do exercício	1.105	1.300	24.967	24.423
Nº. de admissões	148	227	1.364	1.016
Nº. de demissões	43	189	571	692
Nº. de estagiários no final do exercício	197	197	2.103	2.245
Nº. de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	8	4	651	597
Nº. de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	160	-	8.172	7.333
Nº. de empregados por sexo:				
- Masculino	709	857	20.233	19.942
- Feminino	396	443	4.622	4.481
Nº. de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	447	417	6.186	5.539
- De 36 a 60 anos	615	808	17.250	17.605
- Acima de 60 anos	43	75	1.416	1.279
Nº. de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	24	24
- Com ensino fundamental	15	99	3.054	3.189
- Com ensino médio	150	170	5.472	5.256
- Com ensino técnico	-	-	5.434	5.832
- Com ensino superior	529	569	7.939	7.399
- Pós-graduados	411	462	2.922	2.723
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,74	0,74	-	-
- Feminino	0,26	0,26	-	-
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas				
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	36	30	4.150	4.372
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	7	14	602	17.477
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	12	20	652	5.467
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	14.501	18.495	161.764	145.672

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1 - Relacionamento com a Comunidade				
Totais dos investimentos em:				
- Educação	1.969	2.540	24.255	15.991
- Cultura	27.000	33.400	47.890	49.854
- Saúde e infra-estrutura	48	443	70.800	45.449
- Esporte e lazer	16.024	19.572	18.505	21.436
- Alimentação.	-	-	4.637	3.426
- Geração de trabalho e renda	1.030	1.084	10.402	8.890
- Reassentamento de Famílias	-	-	142.299	145.764
- Outros	-	-	31.907	22.937
Total dos investimentos	**46.071**	**57.039**	**350.695**	**313.747**
Tributos (excluídos encargos sociais)	274.692	221.394	3.530.263	2.754.642
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	551.736	562.388
Total - Relacionamento com a comunidade	**320.763**	**278.433**	**4.432.694**	**3.630.777**
2.2 - Interação com os Fornecedores				
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	-	-		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
III - Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	-	-	110.747	100.958
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	-	-	55.047	45.753
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	-	-	98	163
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	219	-	2.771	5.591
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	-	-	32.336	13.123
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	-	-	10	2
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	-	-	17	62
Passivos e contingências ambientais.	-	-	3.976	-
Total da interação com o meio ambiente	**219**	**0**	**205.002**	**165.652**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
IV - Outras Informações				
Receita Líquida (RL)	4.085.083	4.665.986	27.419.158	24.711.937
Resultado Operacional (RO)	2.453.201	-355.087	4.411.373	4.051.351

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009

(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	7	5.598.702	5.576.540	2.731.239	9.220.169	8.617.294	5.527.468
Caixa restrito		2.058.218	1.341.719	734.386	2.058.218	1.341.719	734.386
Títulos e valores mobiliários	8	5.811.767	6.919.179	6.638.802	6.774.073	7.662.640	7.439.509
Contas a receber	9	428.633	84.665	39.531	4.016.006	3.102.079	3.118.394
Ativo financeiro de contratos de concessão	18	-	-	-	726.507	715.720	522.851
Ativo financeiro de Itaipu	19	413.423	267.408	388.414	997.015	854.656	1.100.155
Financiamentos e empréstimos	10	2.644.139	3.539.436	2.697.114	1.359.269	1.926.193	1.499.420
Conta de Consumo de Combustível		1.428.256	375.558	573.993	3.041.484	877.833	550.894
Remuneração de participações societárias	11	684.073	567.821	512.397	178.604	78.726	61.951
Tributos a recuperar	12	1.370.133	1.081.667	146.107	1.825.905	1.326.933	509.883
Direito de ressarcimento	13	-	-	-	324.451	221.519	527.809
Devedores diversos		173.255	382.315	171.165	478.367	602.731	373.070
Almoxarifado		607	1.960	1.879	676.609	675.104	595.911
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	40.418	58.765	45.278
Instrumentos financeiros		-	-	-	283.220	227.540	52.640
Outros		228.149	121.141	80.882	805.632	511.773	362.944
		20.839.355	20.259.409	14.715.909	32.805.947	28.801.225	23.022.563
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Financiamentos e empréstimos	10	22.117.783	25.177.898	39.537.157	8.300.171	9.839.828	13.405.178
Contas a receber	9	-	-	-	1.470.216	1.431.080	1.874.062
Títulos e valores mobiliários	8	761.750	682.624	613.374	769.905	687.188	618.473
Estoque de combustível nuclear	14	-	-	-	799.556	755.434	720.294
Ativo financeiro de contratos de concessão	18	-	-	-	24.995.626	22.352.102	20.821.244
Ativo financeiro de Itaipu	19	824.574	874.420	2.061.683	15.648.086	16.744.837	24.119.962
Ativos fiscais diferidos	12	1.835.272	1.892.008	1.348.168	4.338.682	4.493.223	3.450.717
Cauções e depósitos vinculados		562.665	489.890	407.304	1.750.678	1.521.317	991.957
Conta de Consumo de Combustível		785.327	1.074.402	572.279	1.156.926	1.173.580	572.279
Instrumentos financeiros		-	-	-	297.020	228.020	40.050
Outros		199.908	141.992	73.517	889.930	766.145	1.012.243
		27.087.279	30.333.234	44.613.482	60.416.796	59.992.754	67.626.459
Adiantamentos para participação societária	15	5.548.884	11.784.618	2.078.679	7.141	4.001	4.027
		32.636.163	42.117.852	46.692.161	60.423.937	59.996.755	67.630.486
INVESTIMENTOS	16	52.035.980	42.681.197	40.400.426	4.724.647	5.288.107	5.043.144
IMOBILIZADO	17	101.848	30.899	25.494	46.682.498	41.597.605	36.495.658
INTANGÍVEL	20						
Contratos de concessão		-	-	-	932.509	991.879	1.328.055
Outros		50.003	51.855	53.706	1.331.463	1.032.804	786.539
		52.187.831	42.763.951	40.479.626	53.671.117	48.910.395	43.653.396
TOTAL DO ATIVO		105.663.349	105.141.212	101.887.696	146.901.001	137.708.375	134.306.445

BALANÇO PATRIMONIAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009

(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	24	275.908	230.045	192.181	1.868.465	1.115.275	1.135.497
Empréstimo compulsório	25	16.191	12.941	85.205	16.925	13.675	85.946
Fornecedores	22	365.965	307.009	230.362	5.165.765	3.079.614	2.504.293
Adiantamento de clientes	23	302.100	24.108	15.381	341.462	63.400	53.159
Tributos e contribuições sociais	27	76.680	15.967	91.608	1.102.672	963.365	810.536
Conta de Consumo de Combustível	26	2.579.546	923.535	649.341	2.579.546	923.535	667.626
Remuneração aos acionistas	29	3.340.024	3.155.767	1.656.386	3.424.520	3.214.450	1.687.448
Créditos do Tesouro Nacional	30	92.770	76.036	72.236	92.770	76.036	72.236
Obrigações estimadas		28.983	9.448	67.835	772.071	672.214	600.661
Obrigações de ressarcimento		759.214	857.001	479.868	759.214	857.001	479.868
Previdência complementar	31	-	-	-	330.828	351.149	510.197
Provisões para contingências	32	-	-	-	257.580	252.708	303.452
Taxas regulamentares	28	-	-	-	584.240	589.433	695.247
Arrendamento mercantil		-	-	-	120.485	108.827	106.435
Instrumentos financeiros		-	-	-	237.209	40.050	296.134
Outros		65.484	82.577	78.910	715.758	949.112	652.416
		7.902.865	5.694.434	3.619.313	18.369.510	13.269.844	10.661.151
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	24	13.429.818	12.528.895	11.159.700	31.269.971	28.392.542	26.910.231
Créditos do Tesouro Nacional	30	250.485	311.306	403.429	250.485	311.306	403.429
Empréstimo compulsório	25	141.425	127.358	129.866	141.425	127.358	129.866
Tributos e contribuições sociais	27	-	70.266	1.189.202	1.217.649	1.273.890	2.472.172
Remuneração aos acionistas	29	5.601.077	7.697.579	-	5.601.077	7.697.579	-
Obrigação para desmobilização de ativos	33	-	-	-	375.968	323.326	266.168
Adiantamento de clientes	23	-	-	-	928.653	978.980	1.018.488
Conta de Consumo de Combustível	26	785.327	908.832	572.279	1.876.598	1.344.380	1.413.039
Provisões para contingências	32	1.290.567	1.317.575	1.416.818	3.901.289	3.528.917	3.769.666
Previdência complementar	31	30.617	101.472	-	2.066.702	1.992.012	2.179.845
Provisão para passivo a descoberto em controladas		201.827	2.213.120	1.874.562	-	-	-
Arrendamento mercantil		-	-	-	1.694.547	1.639.448	1.685.071
Concessões a pagar	34	-	-	-	834.215	761.131	656.249
Adiantamentos para futuro aumento de capital	35	5.173.856	4.712.825	4.287.353	5.173.856	4.712.825	4.287.353
Instrumentos financeiros		-	-	-	303.331	228.020	40.050
Outros		551.371	211.044	46.784	2.365.315	1.747.768	1.103.761
		27.456.370	30.200.272	21.079.993	58.001.081	55.059.482	46.335.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	37	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567
Reservas de capital	37	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	37	16.804.851	19.009.667	28.900.908	16.804.851	19.009.668	28.900.908
Prejuízos acumulados		-	(3.345.743)	(4.086.684)	-	(3.345.744)	(4.086.684)
Ajustes de avaliação patrimonial		163.335	179.427	196.906	163.335	179.427	196.906
Dividendo adicional proposto		753.201	370.755	257.836	753.201	370.755	257.836
Outros resultados abrangentes		377.818	827.491	(285.485)	377.818	827.491	(285.485)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	226.296	132.543	121.516
		70.304.114	69.246.506	77.188.390	70.530.410	69.379.049	77.309.906
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		105.663.349	105.141.212	101.887.696	146.901.001	137.708.375	134.306.445

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**39**	4.085.083	4.665.986	27.419.157	24.711.937
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	**40**	472.332	434.499	7.370.713	6.486.218
Participação de empregados e administradores nos resultados		35.031	27.000	296.270	284.534
Energia comprada para revenda	**41**	1.960.532	1.599.732	4.315.084	3.581.396
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	743.761	756.285
Uso da rede elétrica	**41**	-	-	1.353.839	1.263.408
Remuneração e ressarcimento		-	-	1.087.341	1.188.032
Depreciação e amortização		7.210	6.075	1.592.476	1.624.246
Construção		-	-	2.953.484	1.723.960
Provisões operacionais	**42**	730.269	1.334.691	1.529.549	2.140.406
Resultado a compensar de Itaipu		-	-	441.057	669.675
Doações e contribuições		191.774	183.045	261.006	237.978
Outras		68.118	65.342	1.063.205	704.448
		3.465.266	3.650.384	23.007.785	20.660.586
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		619.817	1.015.602	4.411.372	4.051.351
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		2.157.684	3.884.310	781.872	1.035.487
Receita de aplicações financeiras		1.261.856	1.147.357	1.537.435	1.464.782
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		24.829	518	393.987	228.145
Atualizações monetárias		717.912	175.509	616.141	356.023
Outras receitas financeiras		60.377	106.407	44.857	736.766
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(656.096)	(643.592)	(1.675.821)	(1.758.473)
Encargos de arrendamento mercantil		-	-	(332.449)	(213.470)
Encargos sobre recursos de acionistas		(1.263.501)	(1.422.982)	(1.298.647)	(1.468.713)
Atualizações cambiais		(469.677)	(4.618.216)	(431.497)	(4.018.643)
		1.833.384	(1.370.689)	(364.122)	(3.638.096)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.453.201	(355.087)	4.047.250	413.255
Imposto de renda		(149.381)	932.493	(1.074.606)	635.875
Contribuição social sobre o lucro líquido		(55.907)	334.061	(419.659)	201.010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.247.913	911.467	2.552.985	1.250.140
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES		2.247.913	911.467	2.247.913	911.467
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	305.072	338.673
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	**38**	R$1,99	R$0,81	R$2,25	R$1,10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de Reais)

				RESERVAS DE LUCROS											
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	AFAC	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 01/01/2009 ANTES DA ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	**26.156.567**	**26.048.342**	**196.906**	**2.037.862**	**17.038.712**	**9.336.858**	**487.476**	**-**	**28.285**	**-**	**4.287.353**	**-**	**85.618.361**	**-**	**85.618.361**
Efeitos da adoção das novas práticas			(196.906)						168.621	**(4.086.684)**	(4.287.353)	(285.485)	(8.687.807)	121.516	(8.566.291)
Dividendos adicionais								257.836					257.836		257.836
Em 01 de janeiro de 2009 (reapresentado)	**26.156.567**	**26.048.342**	**-**	**2.037.862**	**17.038.712**	**9.336.858**	**487.476**	**257.836**	**196.906**	**(4.086.684)**	**-**	**(285.485)**	**77.188.390**	**121.516**	**77.309.906**
Dividendos Adicionais								(257.836)					(257.836)		(257.836)
Ações em tesouraria					(879)								(879)		(879)
Ajustes acumulados de conversão												(29.790)	(29.790)		(29.790)
Ajuste Benefício pós-emprego												5.914	5.914		5.914
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda												206.662	206.662		206.662
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes												(72.276)	(72.276)		(72.276)
Outros resultados abrangentes reflexos												1.002.466	1.002.466		1.002.466
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						926.581							926.581		926.581
Reversão para pagamento						(10.263.439)							(10.263.439)		(10.263.439)
Realização de reservas de reavaliação									(17.479)	17.479			-		-
Reversão de reservas					(74.554)		(487.476)			562.030			-		-
Lucro líquido do exercício										911.467			911.467	338.673	1.250.140
Destinação do resultado:													-		-
Constituição de reservas				8.526						(8.526)			-		-
Remuneração aos acionistas										(741.509)			(741.509)	(327.646)	(1.069.155)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO								370.755					370.755		370.755
Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	**26.156.567**	**26.048.342**	**-**	**2.046.388**	**16.963.279**	**-**	**-**	**370.755**	**179.427**	**(3.345.743)**	**-**	**827.491**	**69.246.506**	**132.543**	**69.379.049**
Dividendos Adicionais								(370.755)					(370.755)		(370.755)
Ações em tesouraria					878								878		878
Ajustes acumulados de conversão												(4.453)	(4.453)		(4.453)
Ajuste Benefício pós-emprego												36.498	36.498		36.498
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda												104.740	104.740		104.740
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes												(48.021)	(48.021)		(48.021)
Outros resultados abrangentes reflexos												(538.437)	(538.437)		(538.437)
Ajustes de avaliação patrimonial									(16.092)				(16.092)		(16.092)
Realização de reservas de reavaliação										16.092			16.092		16.092
Reversão de reservas					(2.205.694)					2.205.694			-		-
Lucro líquido do exercício										2.247.913			2.247.913	305.072	2.552.985
Destinação do resultado:													-		-
Remuneração aos acionistas										(1.123.956)			(1.123.956)	(211.319)	(1.335.275)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO								753.201					753.201		753.201
Em 31 de dezembro de 2010	**26.156.567**	**26.048.342**	**-**	**2.046.388**	**14.758.463**	**-**	**-**	**753.201**	**163.335**	**-**	**-**	**377.818**	**70.304.114**	**226.296**	**70.530.410**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**2.453.201**	**(355.087)**	**4.047.250**	**413.255**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	7.210	6.075	1.592.476	1.624.246
Variações monetárias/cambiais líquidas	(275.152)	4.442.707	(387.617)	3.662.620
Encargos financeiros	327.171	(1.927.925)	5.057.509	1.971.943
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	(501.058)	(535.842)
Receita de construção	-	-	(636.818)	(440.915)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.109.056)	(3.694.296)	(601.165)	(1.571.031)
Repasse Itaipu	(215.989)	548.554	548.554	1.335.177
Provisão para passivo a descoberto	148.167	(74.859)	148.167	(74.859)
Provisão para impostos diferidos	-	-	828	(2.999)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.559	1.246.741	463.201	772.214
Provisão para contingências	(27.008)	(99.242)	460.628	96.752
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	82.402	(412.956)
Provisão para plano de benefício pós emprego	(70.855)	68.623	(43.645)	942.772
Encargos da Reserva Global de Reversão	328.925	310.998	395.756	380.439
Ajuste a valor presente - avaliação atuarial	(36.532)	-	(17.931)	31.485
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	-	-	332.449	213.470
Participação minoritária no resultado	-	-	(305.072)	(338.673)
Encargos sobre recursos de acionistas	1.263.501	1.422.982	1.298.647	1.468.710
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	441.057	669.675
Perda/Ganho na alienação de ativos	-	-	(49.286)	203.918
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	-	(46.599)	(430.984)
Outras	876.418	147.799	337.902	(417.427)
	234.359	2.398.157	8.570.385	9.147.735
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Caixa restrito	(716.499)	(607.333)	(716.499)	(607.333)
Consumidores e revendedores	(319.323)	98.382	(889.281)	16.315
Títulos e valores mobiliários	1.107.412	(280.377)	888.568	(223.131)
Conta de consumo de combustível - CCC	(1.052.698)	198.435	(2.163.651)	(326.939)
Tributos a recuperar	426.416	215.205	215.910	840.102
Direito de ressarcimento	-	238.528	(102.932)	306.290
Devedores diversos	209.060	(211.150)	124.364	(229.661)
Almoxarifado	1.353	-	(1.505)	(79.193)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	18.347	(13.487)
Instrumentos financeiros	-	-	(55.680)	(174.900)
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	-	(10.787)	(192.869)
Ativo financeiro de Itaipu	(146.015)	-	(142.359)	245.499
Outros	(205.547)	(54.718)	(392.399)	241.806
	(695.841)	(403.028)	(3.227.904)	(197.501)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Empréstimo compulsório	3.250	(72.264)	3.250	(72.271)
Fornecedores	58.956	(166.164)	2.086.151	575.321
Adiantamento de clientes	277.992	8.727	278.062	10.241
Tributos e contribuições sociais	114.729	-	193.323	(898.824)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.656.011	274.194	1.656.011	274.194
Concessões a pagar	-	-	247.786	5.314
Arrendamento mercantil	-	-	11.658	108.827
Obrigações estimadas	19.535	(58.387)	99.857	71.553
Obrigações de ressarcimento	(97.787)	340.701	(97.787)	377.133
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Previdência Complementar	-	-	-	-
Taxas regulamentares	-	-	(5.194)	589.433
Instrumentos financeiros	-	-	197.159	40.049
Outros	(17.235)	46.487	(481.282)	943.797
	2.015.451	373.294	4.188.994	2.024.767
Caixa proveniente das atividades operacionais	**4.007.170**	**2.013.336**	**13.578.725**	**11.388.256**
Pagamento de encargos financeiros	(319.609)	(78.062)	(1.453.344)	(1.104.469)
Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	(864.871)	(741.256)	(864.871)	(788.445)
Recebimento de encargos financeiros	1.741.418	542.569	468.975	574.508
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(292.857)	(450.649)	(890.205)	(906.786)
Depósitos judiciais	(51.956)	(1.232)	(146.131)	(354.036)
Caixa líquido das atividades operacionais	**4.219.295**	**1.284.706**	**10.693.149**	**8.809.028**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	866.811	2.241.945	3.829.260	1.672.331
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(287.820)	(221.247)	(1.202.294)	(1.145.379)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(3.118.071)	(1.102.644)	(3.143.565)	(1.390.796)
Pagamento de refin. de impostos e contrib. - principal	-	-	(92.115)	(97.480)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Empréstimo compulsório e Reserva Global de Reversão	1.049.035	896.445	1.049.035	896.445
Outros	-	(231.860)	(346.433)	(1.416.057)
Caixa líquido das atividades de financimento	**(1.490.045)**	**1.582.639**	**93.888**	**(1.480.936)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(2.338.198)	(2.125.820)	(142.291)	(216.056)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	3.912.725	1.846.586	(486.933)	1.064.842
Créditos de energia renegociados recebidos	-	-	342.745	563.460
Aquisição de ativo imobilizado	(74.566)	(83.320)	(6.256.197)	(5.262.299)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(359.219)	(290.736)
Aquisição de ativo financeiro - Transmissão/Distribuição	-	-	(266.146)	737.675
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(67.241)	(523.681)	(628.455)	(1.018.951)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	(5.596.121)	(595.274)	(3.095.671)	-
Receb. de remuneração de investos. em part. societárias	1.456.313	1.459.495	600.869	731.216
Outros	-	(30)	107.136	(547.417)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(2.707.088)**	**(22.044)**	**(10.184.162)**	**(4.238.266)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**22.162**	**2.845.301**	**602.875**	**3.089.826**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.576.540	2.731.239	8.617.294	5.527.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.598.702	5.576.540	9.220.169	8.617.294
	22.162	**2.845.301**	**602.875**	**3.089.826**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	**2.247.913**	**911.467**	**2.552.985**	**1.250.140**
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes acumulados de conversão	(4.453)	(29.790)	(4.520)	(30.059)
Ajuste ganhos e perdas atuariais	24.089	3.903	(345.034)	243.385
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	69.128	136.397	(50.143)	440.775
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-	-	8.489	(13.540)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	(482.470)	530.051	-	-
Participação no resultado abrangente das coligadas e entidades com controle compartilhado	(55.967)	472.415	(58.465)	472.415
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(449.673)**	**1.112.976**	**(449.673)**	**1.112.976**
Total do resultado abrangente do exercício	**1.798.240**	**2.024.443**	**2.103.312**	**2.363.116**
Atribuível				
Acionistas da Companhia			**1.798.240**	**2.024.443**
Participação dos não controladores			**305.072**	**338.673**
			2.103.312	**2.363.116**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.040.641	1.014.849	29.814.652	25.831.184
Não operacionais	-	-	1.200.655	1.206.390
	2.040.641	1.014.849	31.015.307	27.037.574
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(182.675)	(162.934)	(9.424.392)	(7.569.875)
Encargos setoriais	-	-	(1.514.504)	(1.317.463)
Energia comprada para revenda	(1.960.532)	(1.599.732)	(4.315.084)	(3.581.396)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(743.761)	(756.285)
	(2.143.207)	(1.762.666)	(15.997.741)	(13.225.019)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(102.566)	(747.817)	15.017.566	13.812.555
4 - RETENÇÕES				
Provisões operacionais	(730.269)	(1.334.691)	(1.529.549)	(2.140.406)
Depreciação, amortização e exaustão	(7.210)	(6.075)	(1.592.476)	(1.624.246)
	(737.479)	(1.340.766)	(3.122.025)	(3.764.652)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(840.045)	(2.088.583)	11.895.541	10.047.903
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	2.177.646	3.694.296	669.755	1.571.031
Receitas financeiras	4.222.658	5.314.101	3.374.292	3.821.203
	6.400.304	9.008.397	4.044.047	5.392.234
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.560.259	6.919.814	15.939.588	15.440.137
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	322.091	277.482	4.877.556	4.251.184
. Participação de empregados nos lucros	35.031	27.000	296.270	284.534
. Plano de aposentadoria e pensão	35.684	59.425	(32.309)	214.682
	392.806	363.907	5.141.517	4.750.400
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	338.492	(1.223.395)	4.245.666	1.742.320
	338.492	(1.223.395)	4.245.666	1.742.320
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	2.389.274	6.684.790	3.738.414	7.459.299
. Doações e contribuições	191.774	183.045	261.006	237.978
	2.581.048	6.867.835	3.999.420	7.697.277
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	753.201	370.755	753.201	370.755
. Participação de acionistas não controladores	-	-	305.072	338.673
. Lucros retidos	1.494.712	540.712	1.494.712	540.712
	2.247.913	911.467	2.552.985	1.250.140
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	5.560.259	6.919.814	15.939.588	15.440.137

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009

(*CONTROLADORA E CONSOLIDADO*)

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Companhia") é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Amazonas Energia - AME, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Companhia Energética de Alagoas - CEAL e Companhia Energética do Piauí - CEPISA.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A – ELETROPAR e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - ITAIPÚ, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, Inambari Geração de Energia S.A. e Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A. (CHC).

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima e da RS Energia e SC Energia, controladas pela Eletrosul.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de participação direta e indireta, por meio de suas controladas. (Nota 16)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados fundos).

A emissão das Demonstrações Contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2011.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (Não auditado)

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I - Geração de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Ano de Vencimento
UHE (Usina Hidrelétrica) Paulo Afonso I	BA	180,00	2015
UHE Paulo Afonso II	BA	443,00	2015
UHE Paulo Afonso III	BA	794,20	2015
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462,40	2015
UHE Apolônio Sales (Moxotó)	BA	400,00	2015
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.479,60	2015
UHE Xingó	AL / SE	3.162,00	2015
UHE Piloto	PE	2,00	2015
UHE Araras	CE	4,00	2015
UHE Funil	BA	30,00	2015
UHE Pedra	BA	20,01	2015
UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	PI	237,30	2015
UHE Sobradinho	BA / PE	1.050,30	2022
UHE Curemas	PA	3,52	2024
UTE (Usina Termoelétrica) Camaçari	BA	346,80	2027
UHE Belo Monte	PA	11.233,10	2045
EOL São Pedro do Lago	BA	28,80	2046
EOL Pedra Branca	BA	28,80	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	28,80	2046
UHE - Tucuruí	PA	8.370,00	2024
UHE - Curuá-Una	PA	30,30	2028
UHE - Samuel	RO	216,75	2029
UHE - Coaracy Nunes	AP	76,95	2015
UTE - Rio Madeira	RO	119,35	Indeterminado
UTE - Rio Acre	AC	45,49	Indeterminado
UTE - Rio Branco I	AC	18,65	Indeterminado
UTE - Rio Branco II	AC	31,80	Indeterminado
UTE - Santana	AP	60,00	Indeterminado
UTE - Electron	AM	120,00	Indeterminado
UTE - Senador Arnon Afonso Farias	RR	85,99	Indeterminado
UHE Dardanelos	MT	261,00	2042
UTE Serra do Navio	SE	23,30	2037
UTE PCH Capivara	SE	29,80	2037
Parque Eólico Miassaba 3	RN	50,40	2045
Parque Eólico Rei dos Ventos 3	RN	48,60	2045
UHE Passo São João	RS	77,00	2041
UHE Mauá	PR	361,00	2042
UHE São Domingos	MS	48,00	2037
PCH(Pequena Central Hidrelétrica) Barra do Rio Chapéu	SC	15,00	2035
PCH João Borges	SC	19,00	2035
EOI Coxilha Negra V	RS	30,00	2045
EOI Coxilha Negra VI	RS	30,00	2045
EOI Coxilha Negra VII	RS	30,00	2045
UHE Jirau	RO	3.300,00	2043
UTE Presidente Médici - Candiota	RS	446,00	2015
UTE São Jerônimo	RS	20,00	2015
UTE Nutepa	RS	24,00	2015
UTE Candiota (Fase C)	RS	350,00	2041
UHE Balbina	AM	277,50	2027
UHE Aparecida	AM	251,50	2015
UTE Mauá	AM	711,40	2015
Outras	AM	597,10	2015
UTE FLORES	AM	80,00	2015
UTE Cidade Nova	AM	20,00	2015
UTE Iranduba	AM	50,00	2015
UTE Distrito	AM	40,00	2015
UTE São Jorge	AM	50,00	2015
UHE Furnas	MG	1.216,00	2015
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050,00	2015
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440,00	2017
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320,00	2017
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476,00	2023
UHE Funil	MG	216,00	2015
UHE Itumbiara	MG / GO	2.082,00	2020
UHE Corumbá I	GO	375,00	2014
UHE Manso	MG	212,00	2035
UHE Serra da Mesa	GO	1.275,00	2011
UTE Santa Cruz	RJ	932,00	2015
UTE Campos (Roberto Silveira)	RJ	30,00	Prorrogação concedida
UHE Batalha	MG / GO	52,50	2041
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	333,70	2041
UHE Peixe Angical	TO	452,00	2036
UHE Baguari	MG	140,00	2041
UHE Foz do Chapecó	RS	855,00	2036
UHE Serra do Facão	GO	212,58	2036
UHE Retiro Baixo	MG	82,00	2041
UTN (Usina Termonuclear) Angra I	RJ	640,00	Indeterminado
UTN Angra II	RJ	1.350,00	Indeterminado
UTN Angra III	RJ	1.405,00	Indeterminado
UHE Santo Antônio	RO	3.150,10	2043

A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;

b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e

c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

II - Transmissão de Energia Elétrica

	Localização	Extensão (km)	Ano de vencimento da concessão
LT 230 kV – SE São Luís II / São Luís III	MA	ND	2038
LT 230 kV – SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	-	ND	2039
LT 500 kV – LT Presidente Dutra – São Luís II / SE Miranda II	MA	ND	2039
LT 500 kV – LT Jorge Teixeira – Lechuga,Circuito duplo	AM	ND	2040
Linhas de Transmissão Coxipó-Cuiabá-Rondonópolis (MT),E Seccionadora Cuiabá em 230 Kv	MT	193	2034
Linhas de Transmissão Colinas, Miracema,gurupi, Peixe Nova da Serra 2 (TO/GO) em 500 kV	TO/GO	695	2036
Linhas de Transmissão Jauru-Juba-C2 (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV,SE Juba e SE Maggi 30/138 kV	MT	402	2008
Linhas de Transmissão Oriximiná - Itacoatiara -Cariri (PA/AM), em 500kV, SE Itacoatiara e SE Cariri	PA/AM	586	2038
LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara (SP), 600kv	RO/SP	2.375	2039
Estação Conversora 01 CA/CC 600/±500 kV Velho(RO) e Estação Inversora 01 CA/CC,600/±500 kV CC/500 kV (Araraquara-SP)	RO/SP	ND	2039
LT Porto Velho - Samuel Ariquemes - Ji-Paraná -Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 230 kV	RO/MT	987	2039
LT Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC),230 kV	RO/AC	487	2039
LT Jaurú - Cuiabá (MT), e SE Jaurú,com 500 kV	MT/SE	348	2039
LT 500 kV CA/±600 kV CC Coletora Porto Velho; LT ±600 kV CC/500 kV CA Subestação Araraquara	RR	ND	2039
LT 525 kV Campos Novos/Biguaçu/Blumenau	SC	359	2035
LT 525 kV Itá/Nova Santa Rita	SC/RS	314,8	2015
LT 525 kV Caxias/Itá	RS/SC	256	2015
LT 525 kV Areia/Curitiba I	PR	235,2	2015
LT 525 kV Areia/Bateias	PR	220,3	2015
LT 525 kV Campos Novos/Caxias	SC/RS	203,3	2015
LT 525 kV Itá/Salto Santiago	SC/PR	186,8	2015
LT 525 kV Areia/Campos Novos	PR/SC	176,3	2015
LT 525 kV Areia/Ivaiporã	PR	173,2	2015
LT 525 kV Ivaiporã/Salto Santiago	PR	167	2015
LT 525 kV Blumenau/Curitiba	SC/PR	136,3	2015
LT 525 kV Ivaiporã/Londrina	PR	121,9	2015
Outras LT de 525 kV	-	395,4	2015
LT 230 kV Presidente Médice/Santa Cruz 1	RS	237,4	2038
LT 230 kV Dourados/Guaíra	MS/PR	226,5	2015
LT 230 kV Monte Claro/Passo Fundo	RS	211,5	2015
LT 230 kV Anastácio/Dourados	MS	210,9	2015
LT 230 kV Passo Fundo/Nova Prata 2	RS	199,1	2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LT 230 kV Areia/Ponta Grossa	PR	181,6	2015
LT 230 kV Campo Mourão/Salto Osório 2	PR	181,3	2015
LT 230 kV Campo Mourão/Salto Osório 1	PR	181,2	2015
LT 230 kV Salto Osório/Xanxerê	PR/SC	162	2015
LT 230 kV Areia/Salto Osório 1	PR	160,5	2015
LT 230 kV Areia/Salto Osório 2	PR	160,3	2015
LT 230 kV Londrina/Assis 1	PR/SP	156,6	2015
LT 230 kV Blumenau/Palhoça	SC	133,9	2015
LT 230 kV Biguaçu/Blumenau 2	SC	129,5	2015
LT 230 kV Areia/São Mateus do Sul	PR	129	2015
LT 230 kV Cascavel/Guaíra	PR	126,2	2015
LT 230 kV Lageado Grande/Siderópolis	RS/SC	121,9	2015
LT 230 kV Jorge Lacerda "B"/Palhoça	SC	121,3	2015
LT 230 kV Curitiba/São Mateus do Sul	PR	116,7	2015
LT 230 kV Blumenau/Jorge Lacerda "B"	SC	116,4	2015
LT 230 kV Campo Mourão/Apucarana	PR	114,5	2015
LT 230 kV Assis/Londrina	SP/PR	114,3	2015
LT 230 kV Atlântida 2/Gravataí 3	RS	102	2015
Outras LT de 230 kV	-	1556	2015
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 1	SP/MS	218,7	2015
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 3	SP/MS	218,7	2015
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 4	SP/MS	218,7	2015
LT 138 kV Jorge Lacerda "A"/Palhoça 1	SC	108,6	2015
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 1	MS	108,3	2015
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 3	MS	108,3	2015
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 4	MS	108,3	2015
LT 138 kV Dourados das Nações/Ivinhema	MS	94,7	2015
Outras LT de 138 kV	-	657	2015
LT 132 kV Conversora de frequência de Uruguaiana/Paso de Los Libres	RS	12,5	2015
LT 69 kV Salto Osório/Salto Santiago	PR	56,2	2015
LT 345 kV Furnas – Pimenta II	MG	66	2035
LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade ; ; LT 500/230 kV – 1200 MVA Subestação Trindade	GO	193	2040
LT 230 kV Trindade – Xavantes	GO	37	2040
LT 230 kV Trindade – Carajás	GO	29	2040
LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2; LT 500/±600 kV – 3.150 MW, Subestação Estação retificadora 2 CA/CC e LT ±600/500 kV – 2.950 MW, Subestação Estação Inversora 02 CC/CA	RO	2375	2038
LT 500 kV Mesquita – Viana 2 ; LT 500/345kV 900 MVA – Viana 2	MG / ES	248	2040
LT 345 kV Viana 2 – Viana	MG / ES	10	2040
2 LT 138 kV Unidade Geradora – Sistema Interligado Nacional; LT 138 kV, Subestação Elevadora	-	33	2035
LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia; LT 230 kV, Subestação Serra da Mesa	TO	105	2015
LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto; LT 230 kV, Subestação Niquelândia e LT 230 kV, Subestação Barro Alto	TO	88	2015
LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	MS /GO /MT	ND	2039
LT 230 kV CD Chapadão – Jataí Taquari	MS /GO /MT	ND	2039
LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	MS /GO /MT	ND	2039
2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV; LT 500/138 kV, Subestação Itatiba e LT 500 kV, Subestação Campinas e SE Ibiúna	SP	1	2039
LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	-	61	2035
LT 345 kV Montes Claros – Irapé	MG	138	2034
LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	MG	144	2035
LT 230 kV Milagres/Tauá (CE); LT 230 kV Subestação Tauá (CE)	CE	208	2035
LT 230 kV Milagres/Coremas (CE/PB)	CE/PB	120	2035
LT 230 kV Paraíso/Açu II (RN)	RN	135	2037
LT 230 kV Funi/Itapebi (BA)	BA	197,80	2015
LT 230 kV Ibicoara/Brumado (BA); LT 500/230 kV Subestação Ibicoara (PE)	BA/PE	95	2037
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA); LT 230/138 kV Subestação Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 230 kV Picos/Tauá (PI/CE)	PI/CE	183,2	2037
LT 230 kV Jardim/Penedo (SE/AL)	SE/AL	110	2038
LT 500/230 kV Subestações Suape II(PE); LT 230/69 kV Suape III (PE)	PE	24	2039
LT 230 kV Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB)	PE/PB	96,7	2039
LT 230 kV Paulo Afonso III/Zebu (AL); LT 230/69 kV Subestações Santa Rita II; LT 230/69 kV Zebu (AL); LT 230/69 kV Natal III (RN)	AL/PB/RN	6	2039
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 500/230 kV Subestação Camaçari IV	BA	80,84	2040
LT 230/69 kV Subestação Arapiraca III; LT 230kV Circuito duplo rio LargoII/Penedo	AL	45	2040
LT 230/69kV Subestação Pólo (BA)	BA		2040
LT 230 kV Paraíso/Açu (RN), circuito 3	RN	123	2040
LT 230 kV Açu/Mossoró II (RN), circuito 2	RN	69	2040
LT 230 kV João Câmara / Extremoz II; LT 230 kV Subestação João Câmara (RN); LT 230 kV Subestação Extremoz II (RN)	RN	82	2040
LT 230 kV Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA); LT 230 kV Subestação Igaporã (BA)	BA	115	2040
LT 230 kV Sobral III/Acaraú II (CE); LT 230 kV Subestação Acaraú (CE)	CE	97	2040
83 subestações de transmissão; 15 subestações elevadoras	-	18.260	2015
LT 500 kV Teresina(PI)/Sobral/Fortaleza(CE)	PI/CE	546	2034
LT 500 kV Colinas/Miracema/ Urupi/ Peixe 2/Serra da Mesa (TO/GO)	TO/GO	695	2036
LT 500 kV Oriximiná/Itacoatiara CD	-	375	2038
LT 500 kV Itacoatiara/Cariri (PA/AM); LT 500/138 kV subestações Itacoatiara e LT 500/230 kV Cariri	PA/AM	212	2038
LT +/- 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/ Araraquara 2 (SP), 01 em CC; LT 500 kV/+/- 600kV – 3.150 MW Estação Retificadora 02 CA/CC; LT , +/- 600 kV/500kV – 2.950 MW Estação Inversora 02 CC/CA.	RO/SP	2.375	2039
LT 230 kV São Luiz II/ São Luiz III (MA); LT 500 kV Subestação Pecém II (CE) e LT 230 kV Aquiraz II (CE)	MA/ CE	96	2040
SE - Campos Novos	SC	2.466	2015
SE – Caxias	RS	2.016	2015
SE – Gravataí	RS	2.016	2015
SE - Nova Santa Rita	RS	2.016	2015
SE – Blumenau	SC	1.962	2015
SE – Curitiba	PR	1.344	2015
SE – Londrina	PR	1.344	2015
SE - Santo Ângelo	RS	1.344	2015
SE – Biguaçu	SC	300	2015
SE – Biguaçu	SC	672	2035
SE – Joinville	SC	691	2015
SE – Areia	PR	672	2015
SE – Itajaí	SC	525	2015
SE – Xanxerê	SC	450	2015
SE - Jorge Lacerda "A"	SC	399,8	2015
SE – Palhoça	SC	384	2015
SE – Siderópolis	SC	364	2015
SE - Assis	SP	336	2015
SE - Joinville Norte	SC	300	2015
SE - Atlântida 2	RS	249	2015
SE - Canoinhas	SC	225	2015
SE – Dourados	MS	225	2015
SE - Caxias 5	RS	215	2015
SE - Passo Fundo	RS	168	2015
SE - Tapera 2	RS	166	2015
SE - Gravataí 3	RS	165	2015
SE – Desterro	SC	150	2015
SE – Missões	RS	150	2039
SE – Anastácio	MS	150	2015
SE – Ilhota	SC	100	2015
Outras subestações	-	404,5	2015

III - Distribuição de Energia Elétrica

Companhia	Região Geográfica	Municípios Atendidos	Ano de Vencimento da Concessão
Distribuição Acre	Estado do Acre	25	2015
Distribuição Rondônia	Estado de Rondônia	52	2015
Distribuição Alagoas	Estado de Alagoas	102	2015
Distribuição Piauí	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Distribuição Roraima	Estado de Roraima	1	2015

O prazo de concessão nas tabelas acima representa a média da data de vencimento das concessões adquiridas para cada companhia.

Caso concessões das controladas da Companhia, não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

Essas Demonstrações Contábeis consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"). Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados nas notas 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3.

3.2. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia compreendem:

- As Demonstrações Contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As Demonstrações Contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As Demonstrações Contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas Demonstrações Contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as Demonstrações Contábeis consolidadas descritos anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as Demonstrações Contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas Demonstrações Contábeis consolidadas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e na data de 01 de janeiro de 2009 (data de transição), e das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As Demonstrações Contábeis elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das Demonstrações Contábeis, sendo as diferenças na taxa de câmbio reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;

c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;

d) Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas; e

e) Face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

A companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Participação		Participação		Participação	
Controladas (Consolidação integral)	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	75%	-	75%	-
Cepisa	100%	-	99%	-	99%	-
Ceron	100%	-	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	99%	-	99%	-
Eletroacre	93%	-	93%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	82%	-	82%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%	-	49%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	49%	-	49%
Boa Vista	-	100%	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	49%	-	49%
	Participação		Participação		Participação	
Controladas em Conjunto (Consolidação proporcional)	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Itaipu	50%	-	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%	-	-
Norte Energia	15%	49%	-	-	-	-
CHC	50%	-	-	-	-	-
Amapari	-	49%	-	49%	-	49%
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%	-	49%
Artemis	-	49%	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%	-	50%
Chapecoense	-	40%	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%	-	40%
Eólica Cerro Chato I	-	90%	-	-	-	-
Eólica Cerro Chato II	-	90%	-	-	-	-
Eólica Cerro Chato III	-	90%	-	-	-	-
Energia Sustentável	-	40%	-	40%	-	40%
Goiás Transmissão	-	49%	-	-	-	-
Integração Transmissora	-	49%	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%	-	25%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%	-	
Madeira Energia	-	39%	-	39%	-	39%
Manaus Construtora Ltda	-	20%	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%	-	50%
MGE Transmissão	-	49%	-	-	-	-
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	49%	-	49%	-	49%
Rio Branco Transmissora	-	49%	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	-	-	-
SC Energia (Incorporada no exercício de 2009)	-	0%	-	0%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%	-	0%
Sete Gameleiras	-	49%	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%	-	49%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%	-	-
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%	-	-
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%	-	-
Transudeste	-	25%	-	25%	-	25%
Uirapuru	-	49%	-	49%	-	49%

Conforme determinação da Instrução CVM 408, as Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas demonstrações contábeis são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

3.3.1 Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto com Itaipu Binacional

a) As Demonstrações Contábeis da controlada em conjunto com Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2010 - US$ 1.00 - R$ 1,6662, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2009 - US$ 1.00 - R$ 1,7412 e US$1.00 – R$2,3370 em 01 de janeiro de 2009), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;

b) O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado no ativo financeiro;

c) A remuneração sobre o capital (dividendos conforme estipulado pelo tratado binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional, registrada como receita na controladora é eliminada no consolidado; e

d) Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

3.4. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

3.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*).

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Contábeis da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas Demonstrações Contábeis consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia linha a linha.

3.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das Demonstrações Contábeis de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.8. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa: na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão de *impairment*.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Incluem ainda o fornecimento a faturar por serviços prestados e ainda não faturados, originados substancialmente da atividade de distribuição e que são mensurados com base em estimativas tendo como base o histórico de consumo de MW.

3.9. Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

3.10. Depósitos Judiciais

Destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. Tais ativos são considerados como empréstimos e recebíveis, sendo que o resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.11. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização

3.12. Estoque de Combustível Nuclear

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante, na rubrica Almoxarifado.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.13. Imobilizado

Na data de transição a Companhia avaliou que os ativos de geração, incluindo a geração nuclear e determinados ativos de uso corporativo não foram qualificáveis como estando no escopo do ICPC 01 – Contratos de Concessão (nota 3.14), que deste modo estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e pela perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões e com base em parecer de consultor jurídico independente, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (vide detalhes na Nota 17).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.13.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, a variação incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) Período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.14. Contratos de Concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o poder concedente em nível de governo federal brasileiro, por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido multiplicado pela tarifa autorizada.

O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica dos contratos antigos é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo que para os novos os contratos de transmissão é estabelecida uma Receita Anual Permitida – RAP, que vigora por todo o prazo de concessão, sendo atualizada anualmente por um índice de inflação e sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor foi alterada de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo a determinação do preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos de venda bilaterais com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW)

Os prazos das principais concessões estão descritas na Nota 2.

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

Distribuidoras de energia elétrica

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Transmissoras de energia elétrica

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

A ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão de Serviços é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão publico-privada apresentará, tipicamente, as seguintes características:

- Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- Um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo operador como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

a) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis.

b) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

c) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida -RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

No negócio de geração de energia, com exceção de Itaipu, e da Amazonas Energia, a ICPC 01 (IFRIC 12) não é aplicável, mantendo a infraestrutura classificada no ativo imobilizado. Contudo, a norma é aplicável à distribuição e transmissão de energia elétrica, e esses negócios se enquadram no modelo misto (bifurcado) e no modelo financeiro, respectivamente.

No tocante a atividade de geração a Companhia considerou os seguintes aspectos:

- Geração hidráulica e térmica – não aplicável tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A única exceção refere-se a geração da Amazonas Energia que é destinada exclusivamente para a operação de distribuição e que possui um mecanismo tarifário específico;

- Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração por ser uma autorização e não uma concessão, não havendo prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do concedente ao final do período de autorização.

Com relação a Itaipu, toda infraestrutura foi classificada como estando no escopo ICPC 01 (IFRIC 12) em função dos seguintes fatos específicos:

- Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

- A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde a parte significativa da vida útil da planta.

A infraestrutura foi classificada como um ativo financeiro levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- O fluxo financeiro foi estabelecido de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023;

- A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em foram previamente definidas as condições de pagamento;

- Através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Eletrobras, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais dívidas foram inicialmente registradas a valor justo, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

3.15. Ativo financeiro – Concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outogardo) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição de energia elétrica são remunerados com base na remuneração WACC regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (vide Nota 20).

3.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo de não circulante.

3.16.1 Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente a Companhia não possui valores capitalizados referente a gastos com estudos e projetos.

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Inclui ainda, os direitos decorrentes de concessões adquiridas e a pagar, substancialmente através das sociedades de propósito específico (SPE).

3.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em função do histórico de prejuízos operacionais das distribuidoras, a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa 21).

3.18. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.19. Combinações de Negócios

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 01 de janeiro de 2009 foram alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.20. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

3.20.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.20.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em Outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.21. Concessões a pagar

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado:

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.22. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.22.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiros, sendo incluídos na rubrica Outras receitas e de despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como:

- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,
- investimentos mantidos até o vencimento, ou
- empréstimos e recebíveis. São inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.22.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

3.22.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.22.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou Empréstimos e financiamentos.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

(b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.22.5. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados, a fim de reembolsar o detentor por perda que incorre devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas junto com o julgamento da Administração da companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação as garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais.

3.22.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A Nota 43 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Determinadas controladas em conjunto contrataram operações de derivativos, sendo que em alguns casos foi aplicado a política de *hedge accounting*.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

3.22.7. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.22.8. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de hedge, porém, atualmente com exceção das operações de determinadas SPEs, não possui transações classificadas como tal. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de hedge, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) "*hedges*" de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na demonstração do resultado.

(b) "*hedges*" de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

3.23. Obrigações com funcionários

3.23.1 Obrigações de aposentadoria

As empresas da Companhia operam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços dos empregados nos exercícios correntes e anteriores. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que em tais planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em Outros Resultados Abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. A Companhia adota a prática de reconhecer integralmente os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes.

3.23.2 Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, alem de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em Outros Resultados Abrangentes no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.23.3 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.24. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.24.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto nos pronunciamentos CPC 25 e IAS 37, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte americano (vide Nota 33).

3.24.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

3.24.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.25. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital, são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC.

3.26. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.27. Juros sobre o Capital Próprio - JCP e distribuição de dividendos

O JCP imputado aos dividendos do exercício, é calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembléia Geral, devem ser apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada Dividendos adicionais propostos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.28. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.29. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções concedidos ao comprador e outras deduções similares.

3.29.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição:

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação pode ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica.

b) Transmissão:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros a Companhia não apura margem de construção.

3.29.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos em controladas e coligadas é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.30. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais contratos de arrendamento são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Os ativos adquiridos através de contrato de arrendamento financeiro são depreciados com base no mais curto dos períodos: a vida útil dos ativos ou o período da durante o qual esse ativo será arrendado.

3.31. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não destinadas a distribuição de dividendos.

3.32. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.33. Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.34. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.35. Apresentação de relatórios por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos relatórios operacionais são fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.36. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis individuais e como informação suplementar às Demonstrações Contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

III) Provisão para desmobilização de ativos - A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos.

IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final os contratos de concessão, com direito de recebimento integral de indenização do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre a base de determinação do valor indenizável, havendo diferentes interpretações. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia baseada em parecer de consultor jurídico independente adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos de geração que possuem cláusula de indenização prevista nos contratos e das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica que foram classificadas no escopo da ICPC-01(IFRIC-12).

V) Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

VI) Vida útil dos bens do imobilizado

As controladas da Eletrobrás utilizam os critérios definidos na resolução ANEEL n.367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

NOTA 5 – NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia exceto pelo IAS 24.

a) IAS 12 Imposto de renda

Norma corrigida em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. A Administração da Companhia está avaliando esse impacto nas Demonstrações Contábeis.

b) IAS 24 Revisado (revisado), Divulgações de Partes Relacionadas

Emitido em novembro de 2009 e substitui o IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Como a aplicação prévia , no todo ou em parte, é permitida, houve adoção antecipada dessa norma. Os efeitos dessa são de divulgação e não trarão impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Emitida em novembro de 2009 , esta norma introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

d) IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

Pronunciamento está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IASB quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

e) Alteração ao IFRIC 14 e IAS 19 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação

Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

f) Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. O pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011 de forma retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas d Demonstrações Contábeis da Companhia.

g) Alteração ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. O pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de forma retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

h) Alteração ao IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescenta exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. O pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento, porém não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

i) Alteração ao IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. O pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

j) Alteração no IAS 32, Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações

Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em/ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia em suas Demonstrações Contábeis.

NOTA 6 – TRANSIÇÃO PARA O IFRS

6.1 – Base da transição para o IFRS

6.1.1 – Aplicação do IFRS 1

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Contábeis consolidadas anuais em conformidade com os IFRSs. A Companhia aplicou o IFRS 1 na preparação dessas Demonstrações Contábeis consolidadas.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo o IFRS nessa data.

Na preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do IFRS.

6.1.2 – Isenções da aplicação retrospectiva completa adotadas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

a) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 31.

b) Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial

A Companhia optou por zerar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de Demonstrações Contábeis e transição ao IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.

c) Isenção para capitalização de custos de empréstimos

A Companhia optou por aplicar a isenção prevista no IFRS 1 em relação aos custos de empréstimos e não reprocessou as capitalizações de juros anteriores à data de transição.

d) Isenção para o tratamento inicial do IFRIC 12

A Companhia optou por aplicar a isenção prevista no IFRS 1 com relação a infraestrutura dos ativos classificados como sendo de concessão na data de transição e efetuou as correspondentes reclassificações com base no valor residual contábil em 1º de janeiro de 2009, visto os contratos de concessão da Companhia serem substancialmente antigos, não sendo praticável efetuar o ajuste de forma retrospectiva.

e) Uso do custo atribuído

A Companhia não registrou a mais valia dos ativos pelo seu valor justo. Dado o fato da proximidade do fim das concessões de parte relevante das operações da Companhia (no ano de 2015) e considerando-se as incertezas com relação ao valor de indenização foi mantido o custo histórico como base de valor do ativo imobilizado. A Companhia tem o entendimento que o valor justo dos seus ativos supera o seu valor contábil, no entanto de forma conservadora e levando-se em consideração parecer de consultor jurídico independente e também a avaliação da capacidade de realização de seus ativos, a Companhia concluiu que o custo histórico representa nesse momento a melhor base de mensuração contábil do ativo imobilizado. A consideração da indenização pelo valor contábil foi mantida de modo uniforme para várias premissas relevantes adotadas no *impairment* de ativos e inclusão na formação do valor residual dos ativos.

As demais isenções previstas no IFRS 1 não são aplicáveis à Companhia e suas controladas.

6.1.3 - Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou a exceção obrigatória relativa às estimativas na aplicação retrospectiva, dado que as estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009, são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas ou não eram aplicáveis a Companhia:

- Contabilização de *hedge*;
- Reversão de ativos e passivos financeiros; e
- Participação de acionistas não controladores.

6.2 – Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Consolidação de SPE

As sociedades de propósito específico SPE, que anteriormente não eram consolidadas, passaram a ser consolidadas para atendimento ao IFRS. A Companhia passou a efetuar a consolidação proporcional dos investimentos que se qualificam como sendo de controle compartilhado, a partir de 1º de janeiro de 2009.

b) Ajuste de obrigações de aposentadoria

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Adicionalmente a Companhia adotou os critérios de limite de reconhecimento de ativo atuarial conforme previsto no IFRIC 14, e dos requisitos de cobertura mínima também previstos na referida norma. Esses ajustes foram efetuados substancialmente no saldo de abertura.

c) Uso do bem público - UBP

A Companhia registrou o valor presente das obrigações de pagamento pelo uso do bem público, ou concessão onerosa, como passivo, em contrapartida de um ativo intangível na data de transição para o IFRS.

d) Juros sobre capital próprio - JCP e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

e) Ativo imobilizado

Conforme previsto no plano de contas específico do setor elétrico aprovado pela ANEEL, nos anos anteriores houve capitalização de diversos gastos que não se qualificam como gastos capitalizáveis de acordo com o IAS 36. Entre esses gastos estão incluídos: determinadas despesas gerais e administrativas, juros de capital próprio capitalizados sobre as obras em andamento, variação cambial, gastos ambientais retardatários e outros. Em contrapartida a legislação societária brasileira estabeleceu a correção monetária dos ativos não monetários até o ano de 1995, sendo que de acordo com a definição de economia hiperinflacionária nos termos do IAS 29 a aplicação da correção monetária dos referidos ativos deveria ser efetuada até 1997. A Companhia efetuou levantamento dos referidos gastos para os bens de geração de energia elétrica que permaneceram classificados como ativo imobilizado. Nesse levantamento ajustes, e considere-se também o fato da Companhia considerar na base de formação do valor residual do ativo imobilizado a ser objeto de ressarcimento o seu valor contábil.

f) Classificação de caixa e equivalentes da caixa

A Companhia possui investimentos em fundos exclusivos cuja carteira é composta de forma substancial por títulos públicos de longo prazo, fazendo parte do perfil de investimentos a aquisição de tais títulos como base principal. Esses títulos possuem em sua maioria vencimentos em um prazo superior a 90 dias. Os investimentos dessa natureza passaram a ser classificados com aplicações financeiras conforme o IAS 7.

g) Ativos e passivos regulatórios

As empresas de distribuição de energia elétrica registravam, de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ativos e passivos regulatórios a serem objeto de recomposição tarifária em períodos subseqüentes. Esses ativos e passivos não estão previstos no atual framework contábil do IFRS e foram revertidos em todos os períodos apresentados.

h) Investimentos

Determinados investimentos em participações societárias minoritárias que eram avaliados ao custo pelas práticas contábeis anteriormente adotadas passarem a ser avaliados a mercado de acordo com o IAS 39 e foram classificados como disponíveis para venda.

i) Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Os adiantamentos que se encontravam classificados no patrimônio líquido foram reclassificados para o passivo não circulante, visto não atenderem as condições de classificação como instrumento de patrimônio conforme especificado no IAS 32.

j) Dividendos propostos

Somente os dividendos mínimos obrigatórios devem ser registrados no passivo nas Demonstrações Contábeis antes de sua aprovação. A proposta da Administração de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório deve ser registrada dentro do patrimônio líquido, em conta específica dentro da reserva de lucros, denominada reserva de dividendos propostos, a ser registrado passivo após aprovação em Assembléia Geral Ordinária. Desta forma, foi efetuada a reclassificação dos dividendos registrados no passivo em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009, referente a proposta da Administração de distribuição de dividendos complementares do exercício, para a referida conta no patrimônio líquido.

k) Receita líquida

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O CPC 30 Receitas define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita deve incluir somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento determinados pela ANEEL, não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita.

l) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes reconciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para o IFRS nas seguintes datas:

- Balanço Patrimonial na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 6.2.1)
- Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009 (Nota 6.2.2)
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 6.2.3)

6.2.1 – Reconciliação do balanço patrimonial em – 01/01/2009

I - Controladora

	CONTROLADORA			
ATIVO	31/12/2008 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS		01/01/2009 Balanço de Abertura - IFRS
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	9.370.041	(6.638.802)	(1)	2.731.239
Caixa restrito	734.386	-		734.386
Contas a receber	1.709.569	(1.670.038)	(2)	39.531
Ativo financeiro de Itaipu	-	388.414	(3)	388.414
Financiamentos e empréstimos	2.697.114	-		2.697.114
Conta de Consumo de Combustível	573.993	-		573.993
Remuneração de participações societárias	1.212.966	(700.569)	(4)	512.397
Títulos e valores mobiliários	-	6.638.802	(5)	6.638.802
Créditos renegociados	84.371	(84.371)	(6)	-
Tributos a Recuperar	1.418.353	(1.272.246)	(7)	146.107
Direito de ressarcimento	516.766	(516.766)	(8)	-
Devedores diversos	171.165	-		171.165
Almoxarifado	1.879	-		1.879
Outros	87.308	(6.426)		80.882
	18.577.911	(3.862.002)		14.715.909
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	39.537.157	-		39.537.157
Contas a receber	199.646	(199.646)	(9)	-
Títulos e valores mobiliários	613.374	-		613.374
Ativo financeiro de Itaipu	-	2.061.683	(10)	2.061.683
Ativos fiscais diferidos	1.348.168	-		1.348.168
Cauções e depósitos vinculados	-	407.304	(11)	407.304
Conta de Consumo de Combustível	572.279	-		572.279
Direito de ressarcimento	4.312.809	(4.312.809)	(12)	-
Outros	73.547	(30)		73.517
	46.656.980	(2.043.498)		44.613.482
Adiantamentos para participação societária	730.281	1.348.398	(13)	2.078.679
	47.387.261	(695.100)		46.692.161
INVESTIMENTOS	43.682.716	(3.282.290)	(14)	40.400.426
IMOBILIZADO	25.494	-		25.494
INTANGÍVEL	53.706	-		53.706
	43.761.916	(3.282.290)		40.479.626
TOTAL DO ATIVO	109.727.088	(7.839.392)		101.887.696

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA 31/12/2008 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS		01/01/2009 Balanço de Abertura - IFRS
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	192.181	-		192.181
Empréstimo compulsório	85.205	-		85.205
Fornecedores	1.676.071	(1.445.709)	(15)	230.362
Adiantamento de clientes	15.381	-		15.381
Tributos e contribuições sociais	1.363.854	(1.272.246)	(16)	91.608
Conta de Consumo de Combustível	649.341	-		649.341
Remuneração aos acionistas	1.914.222	(257.836)	(17)	1.656.386
Créditos do Tesouro Nacional	72.236	-		72.236
Obrigações estimadas	67.835	-		67.835
Obrigações de ressarcimento	923.344	(443.476)	(18)	479.868
Outros	78.910	-		78.910
	7.038.580	(3.419.267)		3.619.313
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	11.159.700	-		11.159.700
Créditos do Tesouro Nacional	2.854.201	(2.450.772)	(19)	403.429
Empréstimo compulsório	129.866	-		129.866
Tributos e contribuições sociais	943.882	245.320	(20)	1.189.202
Conta de Consumo de Combustível	572.279	-		572.279
Provisões para contingências	1.009.514	407.304	(21)	1.416.818
Provisão para passivo a descoberto em controladas	353.921	1.520.641	(22)	1.874.562
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	4.287.353	(23)	4.287.353
Outros	46.784	-		46.784
	17.070.147	4.009.846		21.079.993
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	26.156.567	-		26.156.567
Reservas de capital	26.048.342	-		26.048.342
Reservas de reavaliação	196.906	(196.906)	(24)	-
Reservas de lucros	28.900.908	-		28.900.908
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(4.086.684)	(25)	(4.086.684)
Ajustes de avaliação patrimonial	28.285	168.621	(26)	196.906
Dividendo adicional proposto	-	257.836	(27)	257.836
Outros resultados abrangentes	-	(285.485)	(28)	(285.485)
	81.331.008	(4.142.618)		77.188.390
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.287.353	(4.287.353)	(29)	-
	85.618.361	(8.429.971)		77.188.390
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.727.088	(7.839.392)		101.887.696

Legenda:

(1) Fundo Exclusivo - CPC 03, CPC 33, CPC 38
(2) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(3) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(4) ICPC 08 - Dividendos
(5) Fundo Exclusivo - CPC 03, CPC 33, CPC 38
(6) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(7) Vide analise Tax
(8) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(9) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(10) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(11) Apresentação das Contingências Brutas
(12) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(13) CPC 39
(14) CPC 39
(15) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(16) Vide analise tax
(17) ICPC 08 - Dividendos
(18) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(19) ICPC 01 e CPC 38 - Efeito ITAIPU
(20) Vide analise tax
(21) Apresentação das Contingências Brutas
(22) CPC 39
(23) CPC 39
(24) Ajuste ref. absorção de prejuízos acumulados alterados pelos impactos de adoção do IFRS
(25) Ajuste ref. absorção de prejuízos acumulados alterados pelos impactos de adoção do IFRS
(26) Estorno dos efeitos de Hedge e conversão cambial para outros resultados abrangentes
(27) ICPC 08
(28) Efeito de Hedge e conversão cambial oriundos do AVP.
(29) CPC 39

II – Consolidado

ATIVO	CONSOLIDADO 31/12/2008 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	01/01/2009 Balanço de Abertura - IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	12.832.000	(7.304.532)	5.527.468
Caixa restrito	734.386	-	734.386
Contas a receber	4.341.459	(1.223.065)	3.118.394
Ativo financeiro de contratos de concessão		522.851	522.851
Ativo financeiro de Itaipu		1.100.155	1.100.155
Financiamentos e empréstimos	1.493.271	6.149	1.499.420
Conta de Consumo de Combustível	554.748	(3.854)	550.894
Remuneração de participações societárias	261.093	(199.142)	61.951
Títulos e valores mobiliários	-	7.439.509	7.439.509
Créditos renegociados	619.871	(619.871)	-
Tributos a recuperar	2.081.850	(1.571.967)	509.883
Direito de ressarcimento	516.766	11.043	527.809
Devedores diversos	377.879	(4.809)	373.070
Almoxarifado	759.963	(164.052)	595.911
Despesas pagas antecipadamente	76.874	(31.596)	45.278
Instrumentos financeiros		52.640	52.640
Outros	947.497	(584.553)	362.944
	25.597.657	(2.575.094)	23.022.563
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Financiamentos e empréstimos	13.467.643	(62.465)	13.405.178
Créditos renegociados	2.070.302	(2.070.302)	-
Contas a receber	-	1.874.062	1.874.062
Títulos e valores mobiliários	617.889	584	618.473
Estoque de combustível nuclear	725.142	(4.848)	720.294
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	20.821.244	20.821.244
Ativo financeiro de Itaipu	-	24.119.962	24.119.962
Ativos fiscais diferidos	2.786.948	663.769	3.450.717
Cauções e depósitos vinculados		991.957	991.957
Conta de Consumo de Combustível	572.279		572.279
Direito de ressarcimento	4.312.809	(4.312.809)	-
Instrumentos financeiros	-	40.050	40.050
Outros	1.363.886	(351.643)	1.012.243
	25.916.898	41.709.561	67.626.459
Adiantamentos para participação societária	4.027	-	4.027
	25.920.925	41.709.561	67.630.486
INVESTIMENTOS	5.896.865	(853.721)	5.043.144
		-	
IMOBILIZADO	80.262.674	(43.767.016)	36.495.658
		-	
INTANGÍVEL		-	
Contratos de concessão	-	1.328.055	1.328.055
Outros	375.811	410.728	786.539
	86.535.350	(42.881.954)	43.653.396
TOTAL DO ATIVO	138.053.932	(3.747.487)	134.306.445

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONSOLIDADO 31/12/2008 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	01/01/2009 Balanço de Abertura - IFRS
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	1.714.612	(579.115)	1.135.497
Empréstimo compulsório	85.205	741	85.946
Fornecedores	2.594.567	(90.274)	2.504.293
Adiantamento de clientes	53.159	-	53.159
Tributos e contribuições sociais	2.075.726	(1.265.190)	810.536
Conta de Consumo de Combustível	670.482	(2.856)	667.626
Remuneração aos acionistas	1.948.109	(260.661)	1.687.448
Créditos do Tesouro Nacional	72.236	-	72.236
Obrigações estimadas	550.573	50.088	600.661
Obrigações de ressarcimento	923.344	(443.476)	479.868
Previdência complementar	502.699	7.498	510.197
Provisões para contingências	1.481.709	(1.178.257)	303.452
Taxas regulamentares	708.285	(13.038)	695.247
Arrendamento mercantil	-	106.435	106.435
Instrumentos financeiros	-	296.134	296.134
Outros	906.311	(253.895)	652.416
	14.287.017	(3.625.866)	10.661.151
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	18.297.562	8.612.669	26.910.231
Créditos do Tesouro Nacional	2.854.201	(2.450.772)	403.429
Reserva Global de Reversão - RGR	7.193.770	(7.193.770)	-
Empréstimo compulsório	129.866	-	129.866
Tributos e contribuições sociais	2.713.664	(241.492)	2.472.172
Obrigação para desmobilização de ativos	266.168	-	266.168
Adiantamento de clientes	1.018.488	-	1.018.488
Conta de Consumo de Combustível	1.432.982	(19.943)	1.413.039
Provisões para contingências	1.695.557	2.074.109	3.769.666
Previdência complementar	1.567.002	612.843	2.179.845
Arrendamento mercantil	-	1.685.071	1.685.071
Concessões a pagar	-	656.249	656.249
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	4.287.353	4.287.353
Instrumentos financeiros	-	40.050	40.050
Outros	746.628	357.133	1.103.761
	37.915.888	8.419.500	46.335.388
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	232.668	(232.668)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26.156.567	-	26.156.567
Reservas de capital	26.048.342	-	26.048.342
Reservas de reavaliação	196.906	(196.906)	-
Reservas de lucros	28.900.908	-	28.900.908
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(4.086.684)	(4.086.684)
Ajustes de avaliação patrimonial	28.285	168.621	196.906
Dividendo adicional proposto		257.836	257.836
Outros resultados abrangentes		(285.485)	(285.485)
Participação de acionistas não controladores		121.516	121.516
	81.331.008	(4.021.102)	77.309.906
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.287.351	(4.287.351)	-
	85.618.359	(8.308.453)	77.309.906
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.053.932	(3.747.487)	134.306.445

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.2.2 – Reconciliação do balanço patrimonial em 31/12/2009

I – Controladora

ATIVO	CONTROLADORA 31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	31/12/2009 IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	12.495.719	(6.919.179)	5.576.540
Caixa restrito	1.341.719		1.341.719
Contas a receber	1.611.189	(1.526.524)	84.665
Ativo financeiro de Itaipu	-	267.408	267.408
Financiamentos e empréstimos	3.539.436		3.539.436
Conta de Consumo de Combustível	375.558		375.558
Remuneração de participações societárias	1.483.062	(915.241)	567.821
Títulos e valores mobiliários	-	6.919.179	6.919.179
Créditos renegociados	51.786	(51.786)	-
Tributos a Recuperar	701.025	380.642	1.081.667
Direito de ressarcimento	278.239	(278.239)	-
Devedores diversos	382.315		382.315
Almoxarifado	1.960		1.960
Outros	141.943	(20.802)	121.141
	22.403.951	(2.144.542)	20.259.409
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Financiamentos e empréstimos	25.177.898		25.177.898
Contas a receber	104.337	(104.337)	-
Títulos e valores mobiliários	682.624		682.624
Ativo financeiro de Itaipu	-	874.420	874.420
Ativos fiscais diferidos	2.493.243	(601.235)	1.892.008
Cauções e depósitos vinculados	-	489.890	489.890
Conta de Consumo de Combustível	1.074.402		1.074.402
Direito de ressarcimento	1.803.348	(1.803.348)	-
Outros	141.992		141.992
	31.477.844	(1.144.610)	30.333.234
Adiantamentos para participação societária	9.926.015	1.858.603	11.784.618
	41.403.859	713.993	42.117.852
INVESTIMENTOS	44.024.992	(1.343.795)	42.681.197
IMOBILIZADO	30.899		30.899
INTANGÍVEL	51.855		51.855
	44.107.746	(1.343.795)	42.763.951
TOTAL DO ATIVO	107.915.556	(2.774.344)	105.141.212

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA 31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	31/12/2009 IFRS
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	230.045		230.045
Empréstimo compulsório	12.941		12.941
Fornecedores	1.509.907	(1.202.898)	307.009
Adiantamento de clientes	24.108		24.108
Tributos e contribuições sociais	236.560	(220.593)	15.967
Conta de Consumo de Combustível	923.535		923.535
Remuneração aos acionistas	3.526.522	(370.755)	3.155.767
Créditos do Tesouro Nacional	76.036		76.036
Obrigações estimadas	9.448		9.448
Obrigações de ressarcimento	1.264.046	(407.045)	857.001
Previdência complementar	37.448	(37.448)	-
Outros	45.130	37.447	82.577
	7.895.726	(2.201.292)	5.694.434
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	12.528.895		12.528.895
Créditos do Tesouro Nacional	1.344.571	(1.033.265)	311.306
Empréstimo compulsório	127.358		127.358
Tributos e contribuições sociais	-	70.266	70.266
Remuneração aos acionistas	7.697.579		7.697.579
Conta de Consumo de Combustível	908.832		908.832
Provisões para contingências	827.685	489.890	1.317.575
Previdência complementar	101.472		101.472
Provisão para passivo a descoberto em controladas	53.660	2.159.460	2.213.120
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	4.712.825	4.712.825
Outros	337.993	(126.949)	211.044
	23.928.045	6.272.227	30.200.272
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26.156.567		26.156.567
Reservas de capital	26.048.342		26.048.342
Reservas de reavaliação	179.427	(179.427)	-
Reservas de lucros	19.009.667		19.009.667
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.345.743)	(3.345.743)
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.043)	194.470	179.427
Dividendo adicional proposto		370.755	370.755
Outros resultados abrangentes		827.491	827.491
	71.378.960	(2.132.454)	69.246.506
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.712.825	(4.712.825)	-
	76.091.785	(6.845.279)	69.246.506
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.915.556	(2.774.344)	105.141.212

II – Consolidado

ATIVO	CONSOLIDADO 31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	31/12/2009 IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	15.398.093	(6.780.799)	8.617.294
Caixa restrito	1.341.719	-	1.341.719
Consumidores e revendedores	4.260.617	(4.260.617)	-
Contas a receber	-	3.102.079	3.102.079
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	715.720	715.720
Ativo financeiro de Itaipu	-	854.656	854.656
Financiamentos e empréstimos	1.922.866	3.327	1.926.193
Conta de Consumo de Combustível	375.558	502.275	877.833
Remuneração de participações societárias	340.607	(261.881)	78.726
Títulos e valores mobiliários	-	7.662.640	7.662.640
Créditos renegociados	421.922	(421.922)	-
Tributos a recuperar	1.120.239	206.694	1.326.933
Direito de ressarcimento	946.212	(724.693)	221.519
Devedores diversos	582.749	19.982	602.731
Almoxarifado	859.285	(184.181)	675.104
Despesas pagas antecipadamente	88.176	(29.411)	58.765
Instrumentos financeiros	-	227.540	227.540
Outros	536.923	(25.150)	511.773
	28.194.966	606.259	28.801.225
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Financiamentos e empréstimos	9.836.412	3.416	9.839.828
Créditos renegociados	1.523.630	(1.523.630)	-
Contas a receber	-	1.431.080	1.431.080
Títulos e valores mobiliários	687.291	(103)	687.188
Estoque de combustível nuclear	755.434	-	755.434
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	22.352.102	22.352.102
Ativo financeiro de Itaipu	-	16.744.837	16.744.837
Ativos fiscais diferidos	4.581.036	(87.813)	4.493.223
Cauções e depósitos vinculados	-	1.521.317	1.521.317
Conta de Consumo de Combustível	1.074.402	99.178	1.173.580
Direito de ressarcimento	1.842.309	(1.842.309)	-
Instrumentos financeiros	-	228.020	228.020
Outros	712.452	53.693	766.145
	21.012.966	38.979.788	59.992.754
Adiantamentos para participação societária	4.000	1	4.001
	21.016.966	38.979.789	59.996.755
INVESTIMENTOS	6.816.146	(1.528.039)	5.288.107
IMOBILIZADO	77.261.818	(35.664.213)	41.597.605
INTANGÍVEL			
Contratos de concessão	-	991.879	991.879
Outros	526.764	506.040	1.032.804
	84.604.728	(35.694.333)	48.910.395
TOTAL DO ATIVO	133.816.660	3.891.715	137.708.375

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONSOLIDADO 31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	31/12/2009 IFRS
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	998.626	116.649	1.115.275
Empréstimo compulsório	12.941	734	13.675
Fornecedores	3.471.735	(392.121)	3.079.614
Adiantamento de clientes	63.400	-	63.400
Tributos e contribuições sociais	1.144.100	(180.735)	963.365
Conta de Consumo de Combustível	923.535	-	923.535
Remuneração aos acionistas	3.553.545	(339.095)	3.214.450
Créditos do Tesouro Nacional	76.036	-	76.036
Obrigações estimadas	832.535	(160.321)	672.214
Obrigações de ressarcimento	1.264.046	(407.045)	857.001
Previdência complementar	423.087	(71.938)	351.149
Provisões para contingências	121.526	131.182	252.708
Taxas regulamentares	596.468	(7.035)	589.433
Arrendamento mercantil	-	108.827	108.827
Instrumentos financeiros		40.050	40.050
Outros	681.844	267.268	949.112
	14.163.424	(893.580)	13.269.844
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	16.791.118	11.601.424	28.392.542
Créditos do Tesouro Nacional	1.344.571	(1.033.265)	311.306
Reserva Global de Reversão - RGR	7.656.946	(7.656.946)	-
Empréstimo compulsório	127.358	-	127.358
Tributos e contribuições sociais	1.155.410	118.480	1.273.890
Remuneração aos acionistas	7.697.579	-	7.697.579
Obrigação para desmobilização de ativos	215.306	108.020	323.326
Adiantamento de clientes	978.980	-	978.980
Conta de Consumo de Combustível	908.832	435.548	1.344.380
Provisões para contingências	2.302.017	1.226.900	3.528.917
Previdência complementar	2.000.398	(8.386)	1.992.012
Arrendamento mercantil		1.639.448	1.639.448
Concessões a pagar		761.131	761.131
Adiantamentos para futuro aumento de capital		4.712.825	4.712.825
Instrumentos financeiros		228.020	228.020
Outros	2.177.792	(430.024)	1.747.768
	43.356.307	11.703.175	55.059.482
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	205.144	(205.144)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26.156.567	-	26.156.567
Reservas de capital	26.048.342	-	26.048.342
Reservas de reavaliação	179.427	(179.427)	-
Reservas de lucros	19.009.667	-	19.009.667
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.345.743)	(3.345.743)
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.043)	194.470	179.427
Dividendo adicional proposto		370.755	370.755
Outros resultados abrangentes		827.491	827.491
Participação de acionistas não controladores		132.543	132.543
	71.378.960	(1.999.911)	69.379.049
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.712.825	(4.712.825)	-
	76.091.785	(6.712.736)	69.379.049
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.816.660	3.891.715	137.708.375

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.2.3 – Reconciliação da demonstração de resultado em 31/12/2009

I – Controladora

	CONTROLADORA			
	31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS		31/12/2009 IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.438.727	(4.772.741)	(1)	4.665.986
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal, Material e Serviços	434.499			434.499
Participação de empregados e administradores nos resultados	27.000			27.000
Energia comprada para revenda	7.298.919	(5.699.187)	(2)	1.599.732
PASEP e COFINS	43.159	(43.159)		-
Depreciação e amortização	6.075			6.075
Provisões operacionais	1.109.291	225.400	(3)	1.334.691
Doações e contribuições	183.045			183.045
Outras	65.342			65.342
	9.167.330	(5.516.946)		3.650.384
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	271.397	744.205		1.015.602
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	3.884.310			3.884.310
Receita de aplicações financeiras	1.147.357			1.147.357
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	3.782	(3.264)	(4)	518
Atualizações monetárias	175.509			175.509
Outras receitas financeiras	106.407			106.407
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(643.592)			(643.592)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.422.982)			(1.422.982)
Atualizações cambiais	(4.618.216)			(4.618.216)
	(1.367.425)	(3.264)		(1.370.689)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.096.028)	740.941		(355.087)
Imposto de renda	932.493			932.493
Contribuição social sobre o lucro líquido	334.061			334.061
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	170.526	740.941		911.467
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	170.526	740.941		911.467
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	-			-

(1) Rol – Alteração do resultado das controladas e coligadas devido a adoção dos CPC´s que alteraram o Resultado de Equivalência Patrimonial - ICPC01 e CPC 38.
(2) Energia Compra p/ Revenda - ICPC01 e CPC 38.
(3) Prov. Operacionais - Alteração do resultado das controladas e coligadas devido a adoção dos CPC´s.
(4) Acréscimo moratório - ICPC01 e CPC 38.

II – Consolidado

	CONSOLIDADO		
	31/12/2009 BR GAAP	AJUSTES PARA IFRS	31/12/2009 IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.652.514	(2.940.577)	24.711.937
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	6.453.314	32.904	6.486.218
Participação de empregados e administradores nos resultados	207.482	77.052	284.534
Energia comprada para revenda	6.122.533	(2.541.137)	3.581.396
Combustível para produção de energia elétrica	742.372	13.913	756.285
PASEP e COFINS	1.504.665	(1.504.665)	-
Uso da rede elétrica	1.270.463	(7.055)	1.263.408
Remuneração e ressarcimento	1.184.482	3.550	1.188.032
Depreciação e amortização	2.397.874	(773.628)	1.624.246
Construção	-	1.723.960	1.723.960
Provisões operacionais	1.516.796	623.610	2.140.406
Resultado a compensar de Itaipu	669.675	-	669.675
Doações e contribuições	237.872	106	237.978
Outras	904.351	(199.903)	704.448
	23.211.879	(2.551.293)	20.660.586
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.440.635	(389.284)	4.051.351
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	1.037.626	(2.139)	1.035.487
Receita de aplicações financeiras	1.416.513	48.269	1.464.782
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	200.148	27.997	228.145
Atualizações monetárias	334.700	21.323	356.023
Outras receitas financeiras	-	736.766	736.766
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(1.686.761)	(71.712)	(1.758.473)
Encargos de arrendamento mercantil	-	(213.470)	(213.470)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.467.632)	(1.081)	(1.468.713)
Atualizações cambiais	(3.979.339)	(39.304)	(4.018.643)
Outras despesas financeiras	(1.129.157)	1.129.157	-
	(5.273.902)	1.635.806	(3.638.096)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS	(97.697)	97.697	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(930.964)	1.344.209	413.255
Imposto de renda	887.304	(251.429)	635.875
Contribuição social sobre o lucro líquido	309.115	(108.105)	201.010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	265.455	984.685	1.250.140
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	170.526	740.941	911.467
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	94.929	243.744	338.673

6.2.4 – Efeitos em cada trimestre de 2009 e 2010, em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011.

(Valores expressos em R$ Milhões)

Reconciliação do PL	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	2009			2010		
Período findo em:	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio Líquido publicado	86.111	84.360	85.121	76.968	78.049	78.965
Dividendos	68	(68)	-	84	(84)	-
IAS 16 - Imobilizado	(168)	(1.023)	1.160	(1.348)	(273)	(222)
Derivativos	-	-	-	(187)	187	-
Arrendamento mercantil	(487)	(1)	(1)	(518)	(28)	(28)
Ativo regulatório	(327)	(23)	(29)	(408)	(45)	80
IFRIC 12 - Transmissão	70	(70)	41	92	8	18
IFRIC 12 - Distribuição	-	-(2)	(3)	(5)	8	8
Benefício pós emprego	(493)	(12)	(14)	(137)	(1)	(3)
Reclassificações	467	(1.677)	65	(3.985)	(356)	(158)
Patrimônio Líquido reapresentado	85.241	81.484	86.340	70.556	77.465	78.660

Reconciliação do Resultado	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	2009			2010		
Período findo em:	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Resultado publicado	101	(2.091)	454	738	995	800
IAS 16 - Imobilizado	28	-	154	(44)	8	13
Derivativos	-	70	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	(1)	-	(3)	(95)	(276)	(214)
Ativo regulatório	(63)	-	(110)	(19)	25	(88)
IFRIC 12 - Transmissão	42	8	49	(184)	812	996
IFRIC 12 - Distribuição	-	91	10	(9)	96	284
Benefício pós emprego	(11)	(56)	(40)	22	50	269
Reclassificações	(2)	-	(2)	-	-	10
Resultado reapresentado	94	(1.978)	512	409	1.710	2.070

Considerando a extensão e a complexidade das alterações introduzidas pelos CPCs/IFRS, a companhia está divulgando os efeitos nas informações trimestrais, para fins de atendimento à deliberação CVM 656, com base no seu melhor entendimento.

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial pelos auditores independentes da companhia de acordo com os requerimentos da Comisão de Valores Mobiliários para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeita aos procedimentos de auditoria.

NOTA 7 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:						
Caixa e Bancos	-	27.119	8.548	762.332	705.126	477.357
Aplicações Financeiras	5.598.702	5.549.421	2.722.691	8.457.837	7.912.168	5.050.111
	5.598.702	5.576.540	2.731.239	9.220.169	8.617.294	5.527.468
II - Caixa Restrito:						
CCC	1.287.256	475.565	156.354	1.287.256	475.565	156.354
Comercialização de EE de Itaipu	13.175	145.497	151.135	13.175	145.497	151.135
PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)	757.787	720.657	426.897	757.787	720.657	426.897
	2.058.218	1.341.719	734.386	2.058.218	1.341.719	734.386
	7.656.920	6.918.259	3.465.625	11.278.387	9.959.013	6.261.854

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os títulos apresentados no ativo circulante são destinados a negociação.

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
LFT	5.325.193	6.661.984	5.869.099	6.281.655	7.403.318	6.669.806
LTN	420.233	219.990	656.088	426.077	222.117	656.088
NTN	66.528	37.188	114.684	66.528	37.188	114.684
DI FUTURO	(187)	17	(1.069)	(187)	17	(1.069)
TOTAL	5.811.767	6.919.179	6.638.802	6.774.073	7.662.640	7.439.509
NÃO CIRCULANTE						
CFT	248.950	225.176	208.760	248.950	225.176	208.760
FINAN	620	620	6.422	620	620	6.422
FINOR	2.945	3.488	3.398	2.945	3.488	3.398
NTN	155.106	145.353	133.360	158.403	149.794	137.427
Rendimentos de Parcerias	158.884	149.818	165.442	158.884	149.818	165.442
Partes Beneficiárias	194.761	157.685	90.697	194.761	157.685	90.697
Outros	484	484	5.295	5.342	607	6.327
TOTAL	761.750	682.624	613.374	769.905	687.188	618.473

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
LFT	Banco do Brasil	-	-	5.325.193	6.661.984	5.869.099
LTN	Banco do Brasil	-	-	420.233	219.990	656.088
NTN- B	Banco do Brasil	-	-	51.616	-	-
NTN- F	Banco do Brasil	-	-	14.912	37.188	114.684
DI futuro	Banco do Brasil	-	-	(187)	17	(1.069)
				5.811.767	6.919.179	6.638.802
NÃO CIRCULANTE						
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/2012	IGP-M	248.950	225.176	208.760
FINAM	Banco da Amazônia	-	-	620	620	6.422
FINOR	Banco do Nordeste	-	-	2.945	3.488	3.398
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/2018	-	2	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/2012	-	80.733	75.650	69.408
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/2012	-	58.471	54.790	50.269
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/2012	-	15.865	14.878	13.651
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/2012	-	28	27	24
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	17/11/2014	-	-	-	6
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/2014	-	7	6	-
Rendimento de Parcerias	Banco do Brasil	-	-	158.884	149.818	165.442
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/2032	-	194.761	157.685	90.697
Outros	Banco do Brasil	-	-	484	484	5.295
				761.750	682.624	613.374

CONSOLIDADO

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
LFT	Banco do Brasil	-	-	6.281.655	7.403.318	6.669.806
LTN	Banco do Brasil	-	-	426.077	222.117	656.088
NTN- B	Banco do Brasil	-	-	51.616	-	-
NTN- F	Banco do Brasil	-	-	14.912	37.188	114.684
DI futuro	Banco do Brasil	-	-	(187)	17	(1.069)
				6.774.073	7.662.640	7.439.509
NÃO CIRCULANTE						
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/2012	IGP-M	248.950	225.176	208.760
FINAM	Banco da Amazônia	-	-	620	620	6.422
FINOR	Banco do Nordeste	-	-	2.945	3.488	3.398
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/2018	-	2	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/2012	-	80.733	75.650	69.408
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/2012	-	58.471	54.790	50.269
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/2012	-	15.865	14.878	13.651
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/2012	-	28	27	24
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	17/11/2014	-	-	-	6
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/2014	-	7	6	-
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/2018	TR+6% aa	2	1	1
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	126	122	120
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2014	TR+6% aa	3	3	3
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/2018	TR+6% aa	-	1.331	1.279
ELET	Banco do Brasil	-	-	-	-	876
NTN-P 740100	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	772	724	673
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/2020	TR+6% aa	1	1	1
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/2021	TR+6% aa	1	1	1
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/2012	TR+6% aa	744	697	653
NTN-P 741806	Banco do Brasil	22/07/2013	TR+6% aa	3	3	3
NTN-P 741806	Banco do Brasil	16/06/2015	TR+6% aa	27	26	24
TDA	Banco do Brasil	Até 2019	TR+3% aa	4.739	-	-
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/2012	TR+6% aa	358	344	330
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/2014	TR+6% aa	170	164	157
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	318	304	291
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/2012	TR+6% aa	610	571	531
NTN-B 760199	Banco do Brasil	15/05/2017	TR+6% aa	117	106	-
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/2024	TR+6% aa	7	6	-
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/2025	TR+6% aa	38	36	-
Telemar NL ON TMAR3	BNDES	-	-	2	2	2
Telemar NL PNA TMAR5	BNDES	-	-	20	25	25
ELET'S NTB-B 760199	Banco do Brasil	-	-	94	94	94
CPRM - CERT. 023.994.1	Não identificado	-	-	3	3	3
Amazônia Celular TMAC3B	BNDES	-	-	-	-	20
Amazônia Celular TMAC11B	BNDES	-	-	-	-	12
Rendimento de Parcerias	Banco do Brasil	-	-	158.884	149.818	165.442
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/2032	-	194.761	157.685	90.697
Outros	Banco do Brasil	-	-	484	484	5.295
				769.905	687.188	618.473

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2010, no montante de R$ 93.673 (31 de dezembro de 2009 - R$ 84.728 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 105.465), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
EATE	23.214	41.327	49.353
Tangará	96.782	73.320	64.620
Elejor	-	-	16.226
Guascor	38.187	29.680	26.396
Outras	701	5.491	8.847
	158.884	149.818	165.442

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Paulista Lajeado	501.350	501.350	501.350
Ceb Lajeado	151.225	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(457.814)	(494.890)	(561.878)
Valor justo	194.761	157.685	90.697

e) OUTROS - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R$ 291.772 (31 de dezembro de 2009 - R$ 291.817 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 283.690), e apresentada como redutora do respectivo ativo.

A composição da carteira dos fundos exclusivos está classificada no quadro acima conforme a sua natureza.

NOTA 9 – CONTAS A RECEBER

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo no exercício de 2010 de R$ 97.787 (31 de dezembro de 2009 – positivo em R$ 377.133 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 35.643), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores e Revendedores			
Companhia Energética do Amapá	912.041	727.425	871.017
Créditos Renegociados	20.356	23.576	13.582
Outras	188.859	160.593	88.369
	1.121.256	911.594	972.968
Consumidores das Distribuidoras	716.080	768.185	630.237
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560	293.560
	2.130.896	1.973.339	1.896.765

As movimentações na PCLD de contas de consumidores e revendedores de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 1º de Janeiro de 2009	1.896.765
(+) Complemento	346.207
(-) Reversões/Baixa	(269.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.973.339
(+) Complemento	338.042
(-) Reversões/Baixa	(180.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.130.896

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado a apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO					
	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total	Total
AES ELETROPAULO	117.182	-	-	117.182	95.435	79.761
AES SUL	28.064	-	-	28.064	21.289	19.071
AMPLA	42.731	-	-	42.731	38.824	35.394
ANDE	42.224	-	-	42.224	52.051	55.251
EBE	13.546	-	1.601	15.147	15.220	13.043
CEA	14.325	35.010	877.031	926.366	727.425	566.283
CEB	11.650	-	-	11.650	13.245	25.961
CEEE-D	37.878	-	12	37.890	30.570	28.576
CELESC	50.436	-	-	50.436	40.005	14.835
CELG	43.489	-	-	43.489	36.541	34.315
CELPA	47.125	-	-	47.125	41.434	43.364
CELPE	44.451	-	-	44.451	42.217	48.250
CEMAR	32.427	-	-	32.427	27.709	30.259
CEMIG	85.137	-	-	85.137	81.464	71.246
CESP	2.799	-	-	2.799	3.269	2.798
COELCE	31.451	-	-	31.451	31.674	30.752
COELBA	75.665	-	1.733	77.398	64.440	64.685
COPEL	101.704	-	-	101.704	88.008	81.710
CPFL	19.400	-	-	19.400	24.724	20.280
ELEKTRO	55.185	-	-	55.185	48.692	47.779
ENERSUL	14.587	-	-	14.587	14.697	13.048
ESCELSA	24.464	-	2.834	27.298	19.392	16.776
LIGHT	84.798	-	-	84.798	78.330	66.521
PIRATININGA	3.379	-	-	3.379	8.824	3.883
RGE	3.907	-	-	3.907	6.746	6.357
Comercialização CCEE	229.121	43.681	296.148	568.950	365.432	308.646
Uso da Rede Elétrica	435.840	4.481	28.318	468.639	431.676	414.424
PROINFA	287.444	7.672	133.513	428.629	84.664	39.530
Consumidores	422.100	211.393	317.948	951.441	1.003.780	917.876
Poder público	74.103	46.834	333.397	454.334	461.653	487.281
Celg	-	-	52.474	52.474	20.691	24.460
AES-Sul	-	-	-	-	-	-
CEMIG	-	-	-	-	-	16.624
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	128.635	128.635	150.286	128.399
Tesouro Nacional	-	-	96.459	96.459	130.186	113.236
Casal	-	-	7.000	7.000	6.463	5.125
Agepisa	-	-	-	-	-	-
Outros	555.534	54.352	434.230	1.044.116	768.362	1.139.360
(-) PCLD	-	-	(2.130.896)	(2.130.896)	(1.973.339)	(1.896.765)
	3.032.146	403.423	580.437	4.016.006	3.102.079	3.118.394
NÃO CIRCULANTE						
Celg	-	-	141.037	141.037	222.544	286.097
Acordo Reestr.Dívida Externa - Garantia	-	-	119.769	119.769	110.274	171.810
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	544.043	544.043	490.718	547.831
Tesouro Nacional	-	-	455.789	455.789	406.684	458.379
Casal	-	-	107.266	107.266	99.974	97.542
Outros	-	-	102.312	102.312	100.886	312.403
	-	-	1.470.216	1.470.216	1.431.080	1.874.062
	3.032.146	403.423	2.050.653	5.486.222	4.533.159	4.992.456

V – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG -

A Eletrobras renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à CELG, sub-rogados por Furnas à Eletrobras, no montante de R$ 392.021. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R$ 80.604 (31 de dezembro de 2009 - R$ 140.555 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 244.924), sendo R$ 35.247 registrados no ativo não circulante (31 de dezembro de 2009 - R$ 143.448 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 181.307).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R$ 378.938, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2010, correspondente a R$ 193.511 (31 de dezembro de 2009 - R$ 220.009 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 310.557), sendo R$ 141.037 registrados no ativo não circulante (31 de dezembro de 2009 - R$ 170.182 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 286.097).

b) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R$ 552.298 em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R$ 536.870 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 727.184).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R$ 672.678 em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R$ 641.004 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 676.230), sendo R$ 128.638 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2009 - R$ 150.286 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 547.831), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Esta hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,15% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 52% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 2,77% do saldo da carteira.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

I - Créditos junto à AES-Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Companhia ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito, foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmado o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Consequentemente foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobras perante a Quinta Vara Cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Companhia discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante deste cenário, a Administração da Eletrobras dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R$ 410.017 (31 de dezembro de 2009 - R$ 397.594), que representa a melhor estimativa do valor de realização da companhia no atual estágio do processo.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 228.465 (31 de dezembro de 2009 - R$ 192.232 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 117.676) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplência. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 1º de dezembro de 2009	117.676
(+) Complemento	137.534
(-) Reversões	(62.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	192.232
(+) Complemento	50.409
(-) Reversões	(14.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	228.465

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III – Capitalização de AFAC:

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em outubro de 2009, a capitalização de empresas controladas, no montante de R$ 11.770.400, correspondente aos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), então existentes, no montante de R$ 2.945.835, e de parte dos financiamentos concedidos às empresas controladas, no montante de R$ 9.043.089.

CONTROLADORA

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
				NÃO				NÃO				NÃO
Controladas e Controlada em Conjunto	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FURNAS	7,13	9.389	100.681	1.803.612	7,58	7.246	512.610	821.835	10,00	8.082	78.073	1.091.846
CHESF	7,17	44	24.454	131.747	8,75	-	102.921	150.876	11,47	31.575	440.873	2.988.359
ELETROSUL	6,86	4.147	42.613	733.562	7,46	6.389	97.681	566.020	7,56	1.168	77.274	513.719
ELETRONORTE	7,45	12.591	237.971	3.568.778	13,07	10.235	224.254	3.223.741	13,58	15.499	231.349	7.342.563
ELETRONUCLEAR	8,99	7.351	52.823	546.904	11,73	1.682	69.987	3.042.036	12,69	2.176	64.870	2.835.655
CGTEE	3,57	1.284	85.666	834.738	2,54	538	62.361	719.292	6,39	816	-	574.138
CEAL	7,63	1.024	55.353	152.730	6,62	-	-	117.409	10,49	3.435	39.874	303.656
CERON	6,72	630	15.736	93.108	8,45	752	-	98.859	12,57	1.472	53.617	396.735
CEPISA	7,06	2.074	39.776	313.137	9,39	561	-	315.330	11,43	984	84.663	348.331
ELETROACRE	10,40	451	46.904	17.390	7,39	-	2.352	22.366	12,03	351	9.557	30.161
AMAZONAS	7,37	2.631	95.743	418.339	7,95	2.297	-	363.337	11,02	-	140.254	589.101
ITAIPU	7,09	-	897.087	10.446.168	7,09	-	1.143.038	11.826.932	7,08	-	60.944	18.355.584
		41.616	1.694.807	19.060.213		29.700	2.215.204	21.268.033		65.558	1.281.348	35.369.848
CEMIG	6,44	2.140	74.962	340.569	6,22	222	57.735	343.741	6,76	2.456	63.022	372.732
COPEL	7,40	1.882	47.497	258.771	8,39	14	37.627	261.716	10,21	2.103	38.771	272.558
CEEE	6,44	736	8.130	99.471	8,01	538	26.779	56.955	9,33	275	67.280	46.810
DUKE	-	-	-	-	10,00	2.049	126.593	362.530	10,00	2.375	168.691	439.233
AES ELETROPAULO	10,38	299.218	108.840	2.639	10,48	286.780	108.062	513	10,00	274.406	117.931	-
TRACTBEL	12,00	-	10.796	-	12,00	435	32.711	10.796	12,00	707	29.611	41.114
CELPE	6,10	1.070	16.976	53.350	6,00	961	16.976	62.286	6,00	867	17.173	77.957
CEMAR	5,85	1.654	48.214	367.187	5,94	-	30.225	363.860	5,09	1.154	26.352	317.532
CESP	9,38	958	33.406	185.709	9,34	1.067	30.778	201.823	9,36	1.167	28.121	235.273
OUTRAS	6,36	120.849	358.853	1.752.128	3,33	116.087	611.125	2.245.645	-	103.701	521.721	2.364.100
(-) PCLD		(101.124)	(127.341)	(2.254)		(82.257)	(109.975)	-		(58.222)	(59.454)	-
		327.383	580.333	3.057.570		325.896	968.636	3.909.865		330.989	1.019.219	4.167.309
		368.999	2.275.140	22.117.783		355.596	3.183.840	25.177.898		396.547	2.300.567	39.537.157

CONSOLIDADO

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
				NÃO				NÃO				NÃO
Controladas e Controlada em Conjunto	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FURNAS	7,13	-	-	-	7,58	-	-	-	10,00	-	-	-
CHESF	7,17	-	-	-	8,75	-	-	-	11,47	-	-	-
ELETROSUL	6,86	-	-	-	7,46	-	-	-	7,56	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	-	-	-	13,07	-	-	-	13,58	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	-	-	-	11,73	-	-	-	12,69	-	-	-
CGTEE	3,57	-	-	-	2,54	-	-	-	6,39	-	-	-
CEAL	7,63	-	-	-	6,62	-	-	-	10,49	-	-	-
CERON	6,72	-	-	-	8,45	-	-	-	12,57	-	-	-
CEPISA	7,06	-	-	-	9,39	-	-	-	11,43	-	-	-
ELETROACRE	10,40	-	-	-	7,39	-	-	-	12,03	-	-	-
AMAZONAS	7,37	-	-	-	7,95	-	-	-	11,02	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	448.544	5.223.083	7,09	-	571.519	5.913.466	7,08	-	30.472	9.177.791
		-	448.544	5.223.083		-	571.519	5.913.466		-	30.472	9.177.791
CEMIG	6,44	2.140	74.962	340.569	6,22	222	57.735	343.741	6,76	2.456	63.022	372.732
COPEL	7,40	1.882	47.497	258.771	8,39	14	37.627	261.716	10,21	2.103	38.771	272.558
CEEE	6,44	736	8.130	99.471	8,01	538	26.779	56.955	9,33	275	67.280	46.810
DUKE	-	-	-	-	10,00	2.049	126.593	362.530	10,00	2.375	168.691	439.233
AES ELETROPAULO	10,38	299.218	108.840	2.639	10,48	286.780	108.062	513	10,00	274.406	117.931	-
TRACTBEL	12,00	-	10.796	-	12,00	435	32.711	10.796	12,00	707	29.611	41.114
CELPE	6,10	1.070	16.976	53.350	6,00	961	16.976	62.286	6,00	867	17.173	77.957
CEMAR	5,85	1.654	48.214	367.187	5,94	-	30.225	363.860	5,09	1.154	26.352	317.532
CESP	9,38	958	33.406	185.709	9,34	1.067	30.778	201.823	9,36	1.167	28.121	235.273
OUTRAS	6,36	120.881	361.830	1.771.646	3,33	117.106	670.248	2.262.142	-	104.863	639.299	2.424.178
(-) PCLD		(101.124)	(127.341)	(2.254)		(82.257)	(109.975)	-		(58.222)	(59.454)	-
		327.415	583.310	3.077.088		326.915	1.027.759	3.926.362		332.151	1.136.797	4.227.387
		327.415	1.031.854	8.300.171		326.915	1.599.278	9.839.828		332.151	1.167.269	13.405.178

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Controladora	1.635.679	1.532.052	1.269.282	1.073.702	16.607.068	22.117.783
Consolidado	613.823	574.935	476.325	402.930	6.232.158	8.300.171

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Furnas	17.846	-	106.712	-	-	-
Chesf	429.325	147.108	263.615	-	-	-
Eletrosul	19.282	53.694	67.848	-	-	-
Eletronuclear	-	13.063	7.187	-	-	-
Eletronorte	32.998	285.943	-	-	-	-
Eletropar	2.277	138	2.067	-	-	-
CGTEE	8.240	-	-	-	-	-
Itaipu	40.153	27.722	27.206	39.736	27.287	13.184
CTEEP	114.061	-	-	114.061	-	-
Outros	19.891	40.153	37.762	24.807	51.439	48.767
	684.073	567.821	512.397	178.604	78.726	61.951

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE						
Imposto de renda - fonte	745.504	832.284	146.107	1.440.502	1.124.526	244.399
Antecipações de IRPJ e CSLL	603.622	227.593	-	36.220	24.565	82.186
PASEP/COFINS compensáveis	21.007	21.790	-	215.828	84.392	85.528
ICMS a recuperar	-	-	-	21.683	13.024	61.418
Outros	-	-	-	111.672	80.426	36.352
	1.370.133	1.081.667	146.107	1.825.905	1.326.933	509.883
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda - fonte	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários	-	-	-	-	-	-
ICMS a recuperar	-	-	-	1.124.202	863.525	746.334
PIS/COFINS a recuperar	-	-	-	401.439	522.631	475.499
Ativos Fiscais Diferidos	1.835.272	1.892.008	1.348.168	2.813.041	3.107.067	2.228.884
	1.835.272	1.892.008	1.348.168	4.338.682	4.493.223	3.450.717
	3.205.405	2.973.675	1.494.275	6.164.587	5.820.156	3.960.600

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL regula a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário das aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R$ 498.171.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato este que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN. A Lei 12.111/09 estabelece mecanismos que possibilitam que a conta de impostos a recuperar decorrente de compra de combustível deixe de acumular créditos e passe a ser realizado nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente 4 anos. Em 2010, o montante de R$ 267.490, corresponde à créditos relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008 que, em razão da previsão de utilizá-los, forma julgados como não sendo passíveis de recuperabilidade e desta forma ficaram sujeitos a *impairment*, reconhecido em atendimento ao CPC 01.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 13 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis agora passará a reembolsar o montante igual à diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

a) à contratação de energia e de potência associada;

b) à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;

c) aos encargos e impostos; e

d) aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO		
NÃO CIRCULANTE	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Estoque de Combustível Nuclear			
Concentrado de urânio	65.179	111.199	104.442
Elementos prontos	392.133	239.771	141.888
Material de almoxarifado	275.599	267.303	259.213
Em curso - combustível nuclear	66.645	137.161	214.751
	799.556	755.434	720.294

NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Controladas						
Furnas	-	31.154	31.154	-	-	-
Chesf	-	3.018.051	294.397	-	-	-
Eletrosul	735.905	430.144	94.576	-	-	-
Eletronorte	631.793	4.023.201	-	-	-	-
Eletropar	-	62.285	62.285	-	-	-
Eletronuclear	3.309.744	-	-	-	-	-
Cgtee	324.000	38.850	-	-	-	-
Ceal	7.485	525.485	235.833	-	-	-
Ceron	72.671	1.117.860	718.688	-	-	-
Cepisa	183.953	779.224	494.369	-	-	-
Eletroacre	218.925	180.567	143.321	-	-	-
Amazonas	57.267	1.573.796	-	-	-	-
	5.541.743	11.780.617	2.074.623	-	-	-
Outros investimentos	7.141	4.001	4.056	7.141	4.001	4.027
	5.548.884	11.784.618	2.078.679	7.141	4.001	4.027

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

16.1

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
I - Avaliados por Equivalência Patrimonial						
a) Controladas						
Chesf	17.138.688	12.952.651	12.255.307	-	-	-
Eletronorte	10.255.947	6.273.393	5.965.885	-	-	-
Eletrosul	2.629.792	2.417.701	2.336.978	-	-	-
Furnas	13.273.623	12.759.202	12.711.166	-	-	-
CGTEE	353.907	288.921	164.212	-	-	-
Eletronuclear	2.940.641	3.128.305	2.924.999	-	-	-
Eletropar	172.418	98.827	82.100	-	-	-
Itaipu	83.310	87.060	116.851	-	-	-
Distribuidora Rondônia	272.772	-	-	-	-	-
Ditribuidora Alagoas	274.006	-	-	-	-	-
Amazonas Energia	372.012	-	-	-	-	-
Mangue Seco II	3.318	-	-	-	-	-
CHC	8.139	-	-	-	-	-
Norte Energia	24.779	-	-	-	-	-
IGESA	8.491	6.710	-	-	-	-
	47.811.843	38.012.770	36.557.498	-	-	-
b) Coligadas						
Celpa	305.304	339.796	320.172	305.304	339.796	320.172
CEEE-GT	627.300	539.023	189.178	627.300	539.023	189.178
Cemat	480.650	473.037	429.876	480.650	473.037	429.876
Emae	317.116	312.881	316.260	328.656	324.131	329.870
CTEEP	1.616.274	1.647.206	1.555.035	1.632.607	1.665.285	1.580.581
Cemar	302.263	244.749	197.649	302.263	244.749	197.649
Lajeado Energia	539.588	527.677	231.366	539.588	527.677	231.366
Ceb Lajeado	72.907	73.151	69.478	72.907	73.151	69.478
Paulista Lajeado	26.900	27.862	27.357	26.900	27.862	27.357
CEEE-D	377.518	415.005	5.913	377.518	415.005	5.913
Serra do Facão	-	-	-	-	-	274.425
Intesa	-	-	-	-	-	68.673
AETE	-	-	-	-	-	25.200
Norte Brasil Transmissora	-	-	-	-	15.190	-
Porto Velho Transmissora	-	-	-	-	9.190	-
Transmissora Matogrossense de Energia	-	-	-	-	735	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	57	58
Centroeste de Minas	-	-	-	-	84	1.941
Brasnorte	-	-	-	-	89.009	89.009
Brasventos Eolo	-	-	-	2.232	-	-
Rei Dos Ventos 3	-	-	-	2.196	-	-
Brasventos Miassaba 3	-	-	-	3.335	-	-
Baguari	-	-	-	82.172	79.225	61.925
Aguas da Pedra	-	-	-	125.089	123.602	123.970
Chapecoense	-	-	-	57	3.981	270.630
Amapari	-	-	-	27.997	32.236	37.489
Outros	-	-	-	25	23	-
	4.665.820	4.600.387	3.342.284	4.936.796	4.983.048	4.334.760
SUBTOTAL	52.477.663	42.613.157	39.899.782	4.936.796	4.983.048	4.334.760
II - Mantidos a Valor Justo						
Celesc	165.711	145.593	144.786	165.711	145.593	144.786
Cesp	161.439	181.872	88.382	161.439	181.872	88.382
Coelce	153.430	163.746	119.359	153.430	163.746	119.359
AES Tietê	725.821	604.743	449.024	725.821	604.743	449.024
EEVP	17.657	15.895	7.979	17.657	15.895	7.979
Energisa(Saelpa + CELB)	68.966	77.552	213.030	68.966	77.552	213.030
CELG	322	276	287	322	276	287
CELPE	51.321	52.546	34.909	51.321	52.546	34.909
COPEL	58.169	55.873	33.677	58.169	55.873	33.677
AES Eletropaulo	-	-	-	67.291	72.300	54.319
Energias do Brasil	-	-	-	19.170	16.615	11.192
CPFL Energia	-	-	-	35.094	30.077	25.682
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	5.344	5.344	16.961	5.344	5.344	16.961
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738	21.738	21.738
Elejor	-	-	9.829	-	-	9.829
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801	11.801	11.801
CEA	20	20	20	20	20	20
CEB	3.528	3.528	3.528	3.528	3.528	3.528
CER	102	102	102	102	102	102
Outros	6.575	49.170	10.368	114.554	167.197	126.915
	1.455.244	1.393.099	1.169.080	1.684.778	1.630.118	1.376.820
SUBTOTAL	53.932.907	44.006.256	41.068.862	6.621.574	6.613.166	5.711.580
Provisão para perdas em investimentos	(1.896.927)	(1.325.059)	(668.436)	(1.896.927)	(1.325.059)	(668.436)
TOTAL	52.035.980	42.681.197	40.400.426	4.724.647	5.288.107	5.043.144

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16.2 - Mutação dos investimentos – Controladora

Controladas e coligadas	Saldo em 01/01/2009	Aquisição de capital	Integralização de capital	Absorção de Prejuízos	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste em patrimônio líquido	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2009
Chesf	12.255.307	-	-	-	900.878	257.012	-	(460.546)	-	12.952.651
Eletronorte	5.965.885	-	-	-	297.173	281.333	14.945	(285.943)	-	6.273.393
Eletrosul	2.336.978	-	-	-	213.816	(11.534)	-	(121.559)	-	2.417.701
Furnas	12.711.166	-	-	-	345.466	(56.229)	11.352	(252.553)	-	12.759.202
CGTEE	164.212	-	-	-	128.141	(3.432)	-	-	-	288.921
Eletronuclear	2.924.999	-	-	-	217.833	34.443	-	(48.970)	-	3.128.305
Eletropar	82.100	-	-	-	8.817	22.687	(8.438)	(6.339)	-	98.827
Itaipu	116.851	-	-	-	-	(29.791)	-	-	-	87.060
IGESA	-	7.858	-	-	(869)	(279)	-	-	-	6.710
Celpa	320.172	-	-	-	30.150	-	-	(10.526)	-	339.796
CEEE-GT	189.178	-	-	-	510.308	-	(144.257)	(16.206)	-	539.023
Cemat	429.876	-	-	-	61.173	-	-	(6.145)	(11.867)	473.037
EMAE	316.260	-	-	-	(2.937)	-	-	(442)	-	312.881
CTEEP	1.555.035	14.909	-	-	304.537	-	-	(138.734)	(88.541)	1.647.206
Cemar	197.649	-	-	-	66.557	-	-	(19.457)	-	244.749
Lajeado Energia	231.366	272.575	-	-	43.698	-	-	-	(19.962)	527.677
CEB lajeado	69.478	-	-	-	15.466	-	-	(11.793)	-	73.151
Paulista Lajeado	27.357	-	-	-	7.956	-	-	(7.451)	-	27.862
CEEE-D	5.913	-	-	-	629.933	-	(220.841)	-	-	415.005
	39.899.782	295.342	-	-	3.778.096	494.210	(347.239)	(1.386.664)	(120.370)	42.613.157

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2009	Aquisição de capital	Integralização de capital	Absorção de Prejuízos	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste em patrimônio líquido	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2010
Chesf	12.952.651	-	3.018.050	-	2.167.435	(163.567)	-	(835.881)	-	17.138.688
Eletronorte	6.273.393	-	4.023.201	-	138.939	(128.600)	(17.988)	(32.998)	-	10.255.947
Eletrosul	2.417.701	-	332.644	-	67.455	(28.300)	-	(159.708)	-	2.629.792
Furnas	12.759.202	-	31.154	-	632.598	(131.485)	-	(17.846)	-	13.273.623
CGTEE	288.921	-	38.850	-	41.191	(6.815)	-	(8.240)	-	353.907
Eletronuclear	3.128.305	-	-	-	(134.498)	29.060	-	(82.226)	-	2.940.641
Eletropar	98.827	-	62.285	-	19.465	(5.458)	-	(2.701)	-	172.418
Itaipu	87.060	-	-	-	-	(3.750)	-	-	-	83.310
Ceron	-	-	1.117.860	(858.930)	13.842	-	-	-	-	272.772
Ceal	-	-	525.484	(208.861)	(42.617)	-	-	-	-	274.006
Amazonas Energia	-	-	1.949.359	(223.419)	(1.353.554)	(374)	-	-	-	372.012
Mangue Seco II	-	4.178	-	-	(860)	-	-	-	-	3.318
CHC	-	-	10.431	-	(1.590)	(702)	-	-	-	8.139
Norte Energia	-	25.112	-	-	(333)	-	-	-	-	24.779
IGESA	6.710	3.496	-	-	(1.614)	(101)	-	-	-	8.491
Celpa	339.796	-	-	-	(34.492)	-	-	-	-	305.304
CEEE-GT	539.023	-	-	-	67.160	-	21.117	-	-	627.300
Cemat	473.037	-	-	-	7.613	2.455	-	-	(2.455)	480.650
EMAE	312.881	-	-	-	5.453	-	-	(1.218)	-	317.116
CTEEP	1.647.206	27.151	-	-	287.671	(12.134)	-	(244.506)	(89.114)	1.616.274
Cemar	244.749	-	-	-	93.533	(1)	(22.859)	(13.159)	-	302.263
Lajeado Energia	527.677	-	-	-	61.873	4.142	-	(20.577)	(33.527)	539.588
CEB lajeado	73.151	-	-	-	14.013	(1)	-	(14.256)	-	72.907
Paulista Lajeado	27.862	-	-	-	6.710	-	-	(7.672)	-	26.900
CEEE-D	415.005	-	-	-	(37.487)	-	-	-	-	377.518
	42.613.157	59.937	11.109.318	(1.291.210)	2.017.906	(445.631)	(19.730)	(1.440.988)	(125.096)	52.477.663

16.3 - Informações das Investidas

31/12/2010

Coligada/Controlada	% Part.	Ativo	Passivo
Amapari	49%	120.287	-
Amazônia Eletronorte Transmissora	49%	174.953	-
Artemis Transmissora	49%	280.905	126.239
Baguari Energia	31%	-	-
Boa Vista Energia	100%	293.769	-
Brasnorte Transmissora	50%	269.994	-
Brasventos Eolo	49%	-	-
Brasventos Miassaba 3	49%	-	-
CEB Lajeado	-	363.643	30.470
CELPA	-	2.861.740	3.327.588
Ceron	100%	1.256.754	983.982
CEMAT	-	3.328.329	2.159.719
Chapecoense.	40%	2.721.112	2.008.691
Chesf	100%	20.688.689	3.472.528
Cia de Transm. Centroeste de Minas	49%	49.132	13.932
CEEE-GT	100%	3.918.135	1.599.016
Transirapé	25%	85.492	43.340
Transleste	24%	157.284	62.514
Transudeste	25%	98.701	44.715
CGTEE	99,96%	1.801.847	1.447.762
Ceal	100%	888.341	614.381
CEMAR	-	2.807.608	1.899.555
Cepisa	-	-	-
CEEE-D	-	4.019.615	2.272.782
Construtora Integração	49%	11.470	2.302
CTEEP	-	6.931.418	2.367.583
ELETROPAR	83,71%	211.190	31.948
ELETRONUCLEAR	99,80%	7.806.727	4.860.487
Eletrosul	100%	-	-
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai	27%	118.686	53.272
EMAE	-	1.133.069	320.369
Aguas da Pedra	49%	781.878	531.731
Enerpeixe	40%	2.080.693	878.144
Eólica Cerro Chato I	90%	23.299	23.408
Eólica Cerro Chato II	90%	23.422	23.523
Eólica Cerro Chato III	90%	23.465	23.569
ESBR	40%	6.624.371	4.564.365
Estação Transmissora	100%	640.056	-
Goiás Transmissão	49%	28.372	1.496
Inambari	49%	30.046	1.167
Integração Transmissora	49%	619.698	381.944
IE Madeira	49%	681.938	421.900
Lajeado Energia	-	2.346.448	548.458
Linha Verde Transmissora	49%	104.393	-
Madeira Energia	39%	8.393.184	8.294.170
Manaus Construtora	50%	33.221	2.714
Manaus Transmissora	50%	700.949	-
MGE Transmissão	49%	18.675	992
Norte Brasil Transmissora	49%	249.196	-
Norte Energia	30%	312.263	147.076
Paulista Lajeado	-	128.943	11.837
Pedra Branca	49%	338	15
Porto Velho Transmissora	100%	195.046	2.287
Retiro Baixo	49%	441.469	223.555
Rio Branco Transmissora	49%	72.496	-
RS Energia	100%	274.719	131.307
São Pedro do Lago	49%	338	16
SC Energia	100%	-	-
Serra do Facão.	50%	1.132.462	768.603
Sete Gameleiras S.A	49%	340	16
STN	49%	676.560	282.185
TDG	49%	26.631	62
Transenergia Goiás	49%	5.801	152
Transenergia Renovável	49%	225.370	144.560
Transenergia São Paulo	49%	9.470	211
Transmissora Matogrossense	49%	95.350	-
Uirapuru	49%	103.053	55.803

31/12/2009

Coligada/Controlada	% Part.	Ativo	Passivo
Amazonas Energia	100%	5.151.982	5.601.207
Artemis Transmissora	49%	289.335	140.816
Boa Vista	100%	18.279.689	11.944.848
CEB Lajeado	-	373.820	40.038
CELPA	-	3.070.671	2.997.241
Ceron	100%	797.926	1.656.856
CEMAT	-	3.186.916	2.030.911
Chapecoense	40%	2.208.139	1.569.231
Chesf	100%	19.266.180	6.241.895
Cia de Transm. Centroeste de Minas	49%	36.350	3.746
CEEE-GT	100%	3.777.734	1.665.449
Transirapé	25%	83.291	42.030
Transleste	24%	155.511	65.205
Transudeste	25%	95.397	43.325
CGTEE	99,96%	1.243.165	954.071
Ceal	100%	787.325	992.702

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CEMAR	-	2.429.211	1.719.998
Cepisa	99%	683.074	1.572.148
CEEE-D	0%	4.027.902	2.070.243
Construtora Integração	49%	-	-
CTEEP	-	6.388.075	1.725.064
Boa Vista	100%	260.480	242.385
ELETROPAR	83,71%	185.281	90.040
ELETRONUCLEAR	99,80%	7.374.177	4.239.917
Eletrosul	100%	4.691.829	2.267.096
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai	27%	123.836	58.844
EMAE	0%	1.130.957	329.109
Aguas da Pedra	49%	720.568	469.073
Enerpeixe	40%	2.080.612	976.365
ESBR	40%	3.003.984	1.992.041
Estação Transmissora	49%	259.917	1.494
Inambari	49%	25.355	2.531
Integração Transmissora	49%	623.378	406.332
Madeira	49%	115.986	11.395
Madeira Energia	39%	4.311.059	4.210.952
Manaus Construtora	50%	15.864	5.926
Manaus Transmissora	50%	574.814	619.632
Norte Brasil Transmissora	49%	63.039	18.280
Paulista Lajeado	0%	131.586	12.077
Porto Velho Transmissora	100%	65.560	907
Retiro Baixo	49%	426.886	223.746
RS Energia	100%	272.695	148.296
SC Energia	100%	433.183	248.123
Serra do Facão	50%	983.221	673.031
STN	49%	653.735	309.182
Transenergia Goiás.	49%	284	232
Transenergia Renovável	49%	32.773	27.674
Transenergia São Paulo	49%	553	360
Uirapuru	49%	105.356	61.996

01/01/2009

Coligada/Controlada	% Part.	Ativo	Passivo
Amazonas Distribuidora de	100%	4.734.996	5.042.701
Artemis Transmissora	49%	298.034	160.915
Baguari	31%	-	-
Boa Vista	0%	18.274.119	12.249.798
CEB	-	346.317	21.701
CELPA	-	3.040.951	2.713.994
Ceron	100%	541.904	1.391.206
CEMAT	-	3.116.771	2.066.244
Chapecoense	40%	239.684	-
Chesf	100%	18.981.571	6.658.488
Cia de Transm. Centroeste de Minas	49%	13.372	-
CEEE-GT	100%	2.116.748	1.535.650
Transirapé	25%	67.098	47.295
Transleste	24%	149.624	70.284
Transudeste	25%	18.917	50.882
CGTEE	99,80%	855.660	691.349
Ceal	100%	697.402	922.914
CEMAR	-	2.110.565	1.489.159
Cepisa	99%	620.656	1.399.379
CEEE-D	0%	1.824.998	1.806.853
CTEEP	-	5.620.335	1.213.222
Boa Vista	100%	193.896	178.179
ELETROPAR	83,71%	160.347	82.546
ELETRONUCLEAR	99,80%	6.896.916	3.966.349
Eletrosul	100%	4.356.555	2.012.780
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai	27%	119.697	70.100
EMAE	0%	1.129.026	318.519
Aguas da Pedra	49%	-	-
Enerpeixe	40%	2.117.187	1.111.159
ESBR	40%	-	-
Estação Transmissora	49%	-	-
Inambari	49%	1.948	-
Integração Transmissora	49%	-	-
Madeira	25%	-	-
Lajeado Energia	0%	1.973.777	668.301
Linha Verde Transmissora		-	-
Madeira Energia	39%	447.287	447.187
Manaus Construtora	50%	-	-
Manaus Transmissora	50%	-	-
MGE	0%	-	-
Norte Brasil Transmissora	49%	-	-
Norte Energia	30%	-	-
Paulista Lajeado	0%	126.128	7.880
Pedra Branca	49%	-	-
Porto Velho Transmissora	100%	-	-
Rei dos Ventos 3	0%	-	-
Retiro Baixo	49%	-	-
Rio Branco Transmissora	49%	-	-
RS Energia	100%	254.064	133.173
São Pedro do Lago	49%	-	-
SC Energia	100%	443.199	268.195
Serra do Facão	0%	-	-
Sete Gameleiras	49%	-	-
STN	49%	-	-
TDG	49%	-	-
Transenergia Goiás	0%	-	-
Transenergia Renovável	0%	-	-
Transenergia São Paulo	0%	-	-
Transmissora Matogrossense	49%	-	-
Uirapuru	49%	106.212	69.027

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seu primeiro termo aditivo celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2010 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A Companhia detém 100% do seu capital social.

b) Distribuição Rondônia - detém concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A Companhia possui 100% do seu capital social.

c) Distribuição Piauí – Em conformidade com o Contrato de Concessão n° 04/2001-ANEEL, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 12/02/2001, a Cepisa detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos. A Cepisa tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, suprindo todos os 224 municípios do Estado do Piauí, com área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 892 mil consumidores, por meio de linhas e subestações, nas tensões de 138/69/34,5/13,8/7,97 kV. A Companhia detém 100% do se capital da Cepisa.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (1.600,60 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A Eletrobras detém 100% do capital social.

e) Eletrobras Distribuição Roraima - é uma empresa de capital fechado, de direito privado, controlada pela Eletrobras Eletronorte, com atuação na cidade de Boa Vista - RR. Estatutariamente suas funções principais são: explorar os serviços de energia elétrica, realizando, para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica e prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades. A Eletrobras Distribuição Roraima detém concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL Contrato de Concessão 21/2001 - ANEEL 21.03.2001 e 1° Termo Aditivo de 14.10.2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015, atendendo cerca de 98% dos consumidores.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR) - controlada pela ELETROBRAS, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade núcleoelétrica, denominada usina Angra 3. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para controlada FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL) - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e através da participação em Sociedades de Propósito Específicos nos estados de Rondônia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia pode ainda, realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Adicionalmente, a concessionária está autorizada a participar de consórcios ou de outras companhias, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia. A Eletrosul é uma companhia fechada controlada pela Eletrobras.

c) Itaipú Binacional (ITAIPU) - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, também referidas como Altas Partes Contratantes, sendo seu capital pertencente em partes iguais às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e à Administración Nacional de Electricidad - ANDE, também referidas como Partes.

Seu objetivo é o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e a operação de uma Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada para contratação de 12,6 milhões de kW, gerando energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai.

d) Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) - concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. O sistema de transmissão da Chesf é composto por 18.723 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 12.792 km de circuitos de transmissão em 230 kV, 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, 100 subestações com tensão maior que 69 kV e 762 transformadores efetivamente em operação em todos os níveis de tensão, totalizando uma capacidade de transformação de 44.181 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) - concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Eletrobras, com atuação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento – contratos iniciais – à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender às demais regiões do país.

As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.694,00 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 600,33 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.294,33 MW. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.192,13 Km de linhas de transmissão, 43 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.888,02 Km de linhas de transmissão e 53 subestações.

A Companhia detém o controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e a participação societária em Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S/A. (FURNAS) – controlada pela Eletrobras, atua na geração, transmissão e comercialização na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins e participantes de Sociedade de Propósitos Específicos nas regiões de Tocantins, Rondônia e divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A comercialização de energia realiza-se com empresas distribuidoras de energia e consumidores de todo o território nacional. O sistema de produção de energia elétrica de FURNAS é composto por 8 (oito) usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.662 MW, e 2 usinas termelétricas com 796 MW de capacidade, totalizando 9.458 MW.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica. A companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBovespa.

b) Eletrobras Participações S.A. (ELETROPAR) - controlada pela ELETROBRAS, está vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tem por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km² regulada pelo Contrato de Concessão n 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) – sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios. Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) - é concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. Sociedade de capital aberto.

g) Lajeado Energia S.A. (Lajeado) - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., sociedade de capital aberto que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL pelo prazo de 35 anos, com vigência até 2033.

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT) - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário das empresas Rede Energia S.A. e Inepar S.A.- Indústria e Construções, atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica 03/1997, assinado em 11/12/1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11/12/2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997 de 7 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10/12/2027.

Ao longo dos últimos anos, a Eletrobras firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Eletrobras participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos:

1) STN - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico criada pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE). O capital da empresa Sistema de Transmissão Nordeste é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e Chesf 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006.

2) Manaus Construtora Ltda. - Sociedade de Propósito Específico, criada em 06 de abril de 2009, da qual a Companhia é sócia com 195 quotas, em conjunto com a Abengoa Holding, com 505 quotas, e a Eletronorte, com 300 quotas. Esta empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri, subestação Itacoatiara 500/138 kV e SE 500/230 kV, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

3) Artemis Transmissora de Energia - Sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago - Ivaiporã e Ivaiporã - Cascavel D'Oeste, onde a controlada Eletrosul participa com 49% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

4) Uirapuru Transmissora de Energia - Sociedade de Próposito Específico, constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção de 120 Km de linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 49% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51%. A linha de transmissão entrou em operação em 2006.

5) Empresa Transmissora do Alto Uruguai (ETAU) - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 187 Km de linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 27,4% das ações do capital social da ETAU, ficando as empresas Terna Participações S.A. com 52,6%, DME Energética Ltda com 10% e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com 10%. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

6) Energia Sustentável do Brasil (ESBR)- Sociedade de Propósito Específico que tem por objetivo a exploração da concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, (RO), com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013. O Sistema Eletrobras possui participação de 40% do capital da empresa (Chesf - 20% e Eletrosul 20%) juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (9,9%). O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos.

7) Norte Brasil Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação e operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão coletora Porto Velho - Araraquara, trecho 02, em Corrente Contínua, em cerca de 600 KV, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui participação de 49% das ações do capital social (Eletrosul possui 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

8) Estação Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Estação Refiticadora 1 corrente alternada/corrente contínua, e Estação Inversora 1 corrente contínua/corrente alternada, 600/500 KV - 2950 MW com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

9) Porto Velho Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO), Subestação Coletora Porto Velho (RO), em 500/230 KV, e duas estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW, bem como demais instalações, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

10) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) - Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) - Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em agosto de 2005. A Eletronorte participa com 49% do capital social da AETE.

11) Intesa - Integração Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da Intesa distribui-se em: o Sistema Eletrobras com 49% (Chesf - 12% e Eletronorte - 37%) e Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia - FIP, com 51%. O início da operação comercial da Intesa teve início em 2008.

12) Energética Águas da Pedra - Sociedade de Propósito Específico que tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos. O Sistema Eletrobras participa com 49% (Chesf - 24,50% e Eletronorte - 24,50%) juntamente com a Neoenergia S.A. que detem 51%. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, com prazo de concessão de 35 anos.

13) Amapari Energia - Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 em parceria entre a MPX Energia S.A. e Eletronorte, que tem por objeto estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23,33 MW. Trata-se de uma usina termelétrica (UTE) a óleo diesel, no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. A participação da Eletronorte é de 49% e da MPX Energia é de 51%.

14) Brasnorte Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico criada em 2007, com o objetivo de explorar a concessão de Linha de Transmissão Juba - Jauru, 230 kV, com 129 Km de extensão; Linha de Transmissão Maggi - Nova Mutum, 230 kV, com 273 Km de extensão; Subestação Juba, 230/138 kV e Subestação Maggi, 230/138 kV. A participação da Eletronorte no capital social da referida Sociedade é de 49,71%, Terna Participações S/A 38,70% e Bimetal Ind. E Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA é de 11,62%.

15) Manaus Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, criada em 2008 pelo Consórcio Amazônia, com participação de 30% da Eletronorte, Abengoa Concessões Brasil Holding com 50,50% e a Chesf com 19,50%, com a finalidade de construção, operação e manutenção das instalações das Linhas de Transmissão Oriximiná (PA)/ Itacoatiara(AM), circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara(AM)/Cariri(AM), circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA.

16) Enerpeixe - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, sendo a participação de Furnas de 40% do capital social da referida sociedade, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

17) Transleste - Sociedade de Propósito Específico criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) - Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada Furnas na sociedade corresponde a 24% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

18) Transudeste - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 25% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.

19) Transirapé - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) - Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 24,5% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em maio de 2007.

20) Chapecoense - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Chapecoense Geração S.A., que tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de Furnas é de 49,9% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 855 MW, que será operada pelo consórcio Chapecoense composto pela CPFL (51%), Chapecoense, (40%), e CEEE-GT (9%), cabendo à Furnas o desempenho das atividades de engenharia do proprietário, na forma de serviço. A entrada em operação da primeira máquina está prevista para agosto de 2010.

21) Serra do Facão - Sociedade de Propósito Específico constituída com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, no Estado de Goiás. A participação acionária de Furnas no consórcio, é de 100%. A entrada em operação comercial da primeira máquina está prevista para maio de 2010.

22) Retiro Baixo - Sociedade de Propósito Especifico, denominada Retiro Baixo Energética S.A., criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no Rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu. A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com entrada em operação comercial da primeira máquina em 2010.

23) Baguari Energia - É uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para 2009. A participação de Furnas corresponde a 30,61% do capital social e o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está integralmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

24) Centroeste de Minas - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Furnas (MG) - Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 49% do capital social.

25) Consórcio Madeira Energia S.A (MESA) - Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 com o objetivo de construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, (RO). O capital social do Consórcio MESA tem participação de Furnas (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%).

26) IE Madeira - Sociedade de Próposito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, LT Coletora Porto Velho - Araraquara, trecho 01, em CC, 600 KV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 KV/+ 600 KV - 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA, 600 KV/5020KV - 2.950. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 24,5% e Chesf 24,5%) e a CTEEP 31%.

27) IGESA - Sociedade de Propósito Específico criada em 2008, que tem por objetivo os estudos de viabilidade técnicoeconômica, ambiental e jurídico, implantação e exploração do aproveitamento hidroelétrico Inambari (Peru), no rio Inambari e do sistema de Transmissão de Uso Exclusivo, interligando o Peru ao Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 19,6% e Eletrobras 29,4%) a empresa encontra-se em fase de pré-operacional.

28) Transenergia - Sociedade de Propósito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C, do Leilão 008/2008-ANEEL. A participação de Furnas na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social.

29) Norte Energia S.A. - Em 26 de agosto de 2010, a sociedade de propósito específico, Norte Energia S.A., de cuja sociedade a Eletrobras é acionista (49,98%), assinou o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica cujo objetivo é regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Xingu, denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Usina Hidrelétrica, pelo prazo de 35 anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (vide Nota 32), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 5,25% (6.37% em 2009) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

31/12/2010			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.616.274	97,53%	1.576.419
EMAE	317.116	100,00%	317.116
CESP	264.446	95,88%	253.561
AES TIETE	23.046	88,94%	20.496
COELCE	15.329	41,02%	6.288
DUKE(Ger.Paranapanema)	3.344	63,25%	2.115
CEMAT	480.650	86,64%	416.452
CEB	72.907	50,00%	36.453
CELPA	305.304	5,31%	16.201
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.242	15,24%	4.304
CEEE-GT	627.300	10,08%	63.241
CEMAR	302.263	24,80%	74.976
SUBTOTAL	4.060.910		2.790.919
Outros Investimentos	47.975.070		-
TOTAL	52.035.980	5,36%	2.790.919

31/12/2009			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.478.447	88,93%	1.314.783
EMAE	316.815	100,00%	316.815
CESP	269.680	95,82%	258.407
AES TIETE	23.046	89,22%	20.562
COELCE	15.328	100,00%	15.328
DUKE(Ger.Paranapanema)	3.344	62,48%	2.089
CEMAT	512.872	86,64%	444.352
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	396.393	5,31%	21.048
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.241	15,24%	4.304
CEEE-GT	494.046	87,39%	431.747
SUBTOTAL	3.546.429		2.834.496
Outros Investimentos	39.134.768		-
TOTAL	42.681.197	6,64%	2.834.496

NOTA 17 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado apresentados abaixo referem-se a infraestutura do segmento de geração/administração de energia:

CONTROLADORA

	31/12/2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Administração	139.187	(39.007)	100.180
	139.187	(39.007)	100.180
Em curso			
Administração	1.668	-	1.668
	1.668	-	1.668
	140.855	(39.007)	101.848

	31/12/2009		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Administração	64.621	(33.722)	30.899
	64.621	(33.722)	30.899
Em curso			
Administração	-	-	-
	-	-	-
	64.621	(33.722)	30.899

	01/01/2009		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Administração	55.045	(29.551)	25.494
	55.045	(29.551)	25.494
Em curso			
Administração	-	-	-
	-	-	-
	55.045	(29.551)	25.494

CONSOLIDADO

	31/12/2010			
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	53.940.091	(23.344.259)	(357.343)	30.238.489
Administração	1.894.993	(1.065.400)	(35.558)	794.035
Comercialização	128.090	(44.847)	-	83.243
	55.963.174	(24.454.506)	(392.901)	31.115.767
Em curso				
Geração	8.808.957	-	-	8.808.957
Administração	276.340	-	(32)	276.308
Comercialização	10.252	-	-	10.252
Arrendamento Mercantil	1.212.002	-	-	1.212.002
	10.307.551	-	(32)	10.307.519
Saldo de Investidas	5.259.212	-	-	5.259.212
	71.529.937	(24.454.506)	(392.933)	46.682.498

	31/12/2009			
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	54.222.482	(22.628.381)	(316.638)	31.277.463
Administração	632.283	(347.392)	(139.935)	144.956
Comercialização	128.152	(40.540)	-	87.612
	54.982.917	(23.016.313)	(456.573)	31.510.031
Em curso				
Geração	5.330.686	-	-	5.330.686
Administração	202.849	-	-	202.849
Comercialização	7.001	-	-	7.001
Arrendamento Mercantil	1.258.618	-	-	1.258.618
	6.799.154	-	-	6.799.154
Saldo de Investidas	3.288.420	-	-	3.288.420
	65.070.491	(23.016.313)	(456.573)	41.597.605

	01/01/2009			
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	34.311.782	(13.969.792)	(1.030.877)	19.311.113
Administração	18.881.658	(7.739.950)	(139.938)	11.001.770
Comercialização	127.405	(35.891)	-	91.514
	53.320.845	(21.745.633)	(1.170.815)	30.404.397
Em curso				
Geração	3.280.342	-	-	3.280.342
Administração	479.853	-	-	479.853
Comercialização	45.368	-	-	45.368
Arrendamento Mercantil	1.305.235	-	-	1.305.235
	5.110.798	-	-	5.110.798
Saldo de Investidas	980.463	-	-	980.463
	59.412.106	(21.745.633)	(1.170.815)	36.495.658

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia não podem ser vendidos nem dados em garantias.

Movimentação do Imobilizado:

	01/01/2009	31/12/2009					
CONSOLIDADO	Saldo inicial	Adições	Transferencia curso/serviço	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Saldo Final
Geração							
Em serviço	52.661.823	312.968	1.613.468	(361.345)	(2.493)	(4.432)	54.219.989
Amortização acumulada	(21.397.298)	(476.285)	766	140.677	(876.265)	327	(22.608.078)
Em curso	3.586.025	4.032.356	(1.610.225)	(531.740)	-	(150.657)	5.325.759
	34.850.550	3.869.039	4.009	(752.408)	(878.758)	(154.762)	36.937.670
Administração							
Em serviço	531.617	108.113	36.437	(43.871)	(13)	-	632.283
Amortização acumulada	(304.071)	(17.787)	213	8.459	(25.261)	-	(338.447)
Obrigações Especiais	(9.920)	-	-	-	3	-	(9.917)
Em curso	174.170	84.600	(50.988)	(6)	-	-	207.776
	391.796	174.926	(14.338)	(35.418)	(25.271)	-	491.695
Comercialização							
Em serviço	127.405	747	-	-	-	-	128.152
Amortização acumulada	(35.891)	(4.649)	-	-	-	-	(40.540)
Em curso	45.368	112.532	-	(150.899)	-	-	7.001
	136.882	108.630	-	(150.899)	-	-	94.613
Provisão p/ Ajustes Vlr recuperação Ativos	(742.021)	-	-	616.573	3.308	-	(122.140)
Reversão da Provisão	-	-	-	61.552	-	-	61.552
Depreciaão dos Ativos da provisão	-	-	-	13.410	-	-	13.410
Reintegração Acumulada	(8.373)	-	-	171	(743)	-	(8.945)
Arrendamento Mercantil	1.305.235	-	-	-	(46.617)	-	1.258.618
	554.841	-	-	691.706	(44.052)	-	1.202.495
Obrigações Esp. Vinc. A concessão	(418.874)	1.586	-	-	-	-	(417.288)
TOTAL	35.515.195	4.154.181	(10.329)	(247.019)	(948.081)	(154.762)	38.309.185
Saldo de Investidas	980.463						3.288.420
Total Consolidado	36.495.658						41.597.605

CONSOLIDADO	31/12/2009	31/12/2010					
	Saldo final	Adições	Transferencia curso/serviço	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Saldo final
Geração							
Em serviço	54.219.989	425.008	524.524	(82.023)	-	1.773	55.089.271
Amortização acumulada	(22.608.078)	(700.049)	(230)	41.406	(639.756)	(29.555)	(23.936.262)
Em curso	5.325.759	4.754.629	(530.968)	(295.762)	-	(352.890)	8.900.768
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-	-	-
	36.937.670	4.479.588	(6.674)	(336.379)	(639.756)	(380.672)	40.053.777
Administração							
Em serviço	632.283	113.909	29.454	(34.603)	(9)	-	741.034
Amortização acumulada	(338.447)	(23.945)	2.271	14.451	(22.407)	-	(457.925)
Obrigações Especiais	(9.917)	-	9.758	-	1	-	(158)
Em curso	207.776	73.392	(49.138)	(47.501)	-	-	184.529
	491.695	163.356	(7.655)	(67.653)	(22.415)	-	467.480
Comercialização							
Em serviço	128.152	-	-	(62)	-	-	128.090
Amortização acumulada	(40.540)	(4.307)	-	-	-	-	(44.847)
Em curso	7.001	3.251	-	-	-	-	10.252
	94.613	(1.056)	-	(62)	-	-	93.495
Obrigações Especiais	-	(32)	-	-	-	-	(32)
Provisão p/ Ajustes Vlr recuperação Ativos	(122.140)	92.771	-	29.369	-	-	-
Reversão da Provisão	61.552	-	-	-	(61.552)	-	-
Depreciaão dos Ativos da provisão	13.410	-	-	-	(13.410)	-	-
Reintegração Acumulada	(8.945)	(1.748)	-	-	-	-	(10.693)
Arrendamento Mercantil	1.258.618	-	-	-	(46.616)	-	1.212.002
Total	1.202.495	90.991	-	29.369	(121.578)	-	1.201.277
Obrigações Esp. Vinc. A concessão	(417.288)	2.976	-	21.569	-	-	(392.743)
TOTAL	38.309.185	4.735.855	(14.329)	(353.156)	(783.749)	(380.672)	41.423.286
Saldo de Investidas	3.288.420						5.259.212
Total Consolidado	41.597.605						46.682.498

NOTA 18 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A rubrica ativo financeiro - concessão refere-se ao ativo financeiro a receber pelas empresas do Sistema Eletrobras no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, e no âmbito da concessão de transporte de eletricidade no Brasil, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Transmissão			
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Circulante	726.507	715.720	522.851
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Não Circulante	6.718.361	5.703.925	9.559.261
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	15.935.225	14.920.837	9.873.842
Distribuição			
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	2.342.040	1.727.340	1.388.141
	25.722.133	23.067.822	21.344.095
Ativo Financeiro – Circulante	726.507	715.720	522.851
Ativo Financeiro – Não Circulante	24.995.626	22.352.102	20.821.244
Total do Ativo Financeiro	25.722.133	23.067.822	21.344.095

NOTA 19 – ATIVO FINANCEIRO – ITAIPU

Considerando o empreendimento ITAIPU como um fluxo de caixa, foi constituído um ativo financeiro conforme abaixo;

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a Receber	1.850.802	1.564.087	1.743.267
Direito de Ressarcimento	290.704	278.239	516.766
Fornecedores de Energia - Itaipu	(588.983)	(601.427)	(722.826)
Obrigações de Ressarcimento	(555.508)	(386.243)	(437.052)
Total Ativo Circulante	997.015	854.656	1.100.155
Contas a Receber	35.715	104.336	199.646
Direito de Ressarcimento	1.910.996	1.803.348	4.312.809
Obrigações de Ressarcimento	(1.122.137)	(1.033.265)	(2.450.772)
Total Ativo Não Circulante	824.574	874.419	2.061.683
Imobilizado Itaipu			
Geração			
Em Serviço	13.650.931	14.671.331	20.383.981
Em Curso	420.050	321.625	425.819
	14.070.981	14.992.956	20.809.800
Administração			
Em Serviço	718.508	751.115	1.001.389
Em Curso	34.023	126.347	247.090
	752.531	877.462	1.248.479
Total do Ativo Financeiro de Itaipu Consolidado	16.645.101	17.599.493	25.220.118

Os efeitos da constituição do ativo financeiro de Itaipu estão listados acima.

Detalhamos a seguir as rubricas mais importantes:

I - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2010, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 1.910.996 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US$ 1,146,919 (31 de dezembro de 2009 – R$ 1.803.348, equivalentes a US$ 1,035,693 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 4.312.809, equivalentes a US$ 1,845,447), dos quais R$ 1.122.137 mil, equivalente a US$ 673.470 mil, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2010 o equivalente a 34.464 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22,60/kW e a tarifa de repasse (venda), US$ 24,63/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2010, a atividade foi superavitária em R$ 192.493 sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica "Obrigação de Ressarcimento".

NOTA 20 – ATIVO INTANGÍVEL – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	CONSOLIDADO Mutação do Ativo Intangível					
Intangível	01/01/2009	31/12/2009				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Amortizações	Transferencias	Saldo final
Geração						
Vinculados a Concessão						
Em serviço	1.752.580	254.549	(225.906)	(31.279)	86.970	1.836.914
Amortização acumulada	(296.423)	(164.419)	21.635	(23.808)	26	(462.989)
Obrigações Especiais	(134.629)	(51.216)	1.553	915	(6.045)	(189.422)
Em curso	163.148	48.018	(28.932)	-	(85.246)	96.988
Obrigações Especiais	(69.355)	(24.255)	17.910	-	6.089	(69.611)
Impairment	-	-	-	-	-	-
Total	1.415.321	62.677	(213.740)	(54.172)	1.794	1.211.880
Não Vinculado a Concessão(Outros)	699.273	125.005	5.632	(17.107)	-	812.803
Total	699.273	125.005	5.632	(17.107)	-	812.803
Total Intangível	2.114.594	187.682	(208.108)	(71.279)	1.794	2.024.683

	CONSOLIDADO Mutação do Ativo Intangível							
Intangível	31/12/2009	31/12/2010						
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Amortizações	Outros	Imobilizações	Transferencias	Saldo final
Geração								
Vinculados a Concessão								
Em serviço	1.836.914	387.224	(39.901)	(40.829)	(47)	-	27.257	2.170.618
Amortização acumulada	(462.989)	(110.900)	5.394	(26.530)	-	-	491	(594.534)
Obrigações Especiais	(189.422)	(24.640)	1.315	4.945	-	-	(7.800)	(215.602)
Em curso	96.988	109.805	(12.012)	-	-	-	(22.877)	171.904
Obrigações Especiais	(69.611)	(29.407)	2.814	-	-	-	7.524	(88.680)
Impairment	-	-	-	-	(6.307)	-	-	(6.307)
								-
Total	1.211.880	332.082	(42.390)	(62.414)	(6.354)	-	4.595	1.437.399
Não Vinculado a Concessão (Outros)	812.803	40.331	5.305	(21.581)	-	(10.285)	-	826.573
Total	812.803	40.331	5.305	(21.581)	-	(10.285)	-	826.573
Total Intangível	2.024.683	372.413	(37.085)	(83.995)	(6.354)	(10.285)	4.595	2.263.972

NOTA 21 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia definiu o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em "valor em uso" sendo o mesmo maior que o "valor justo menos custos de venda". O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

• Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

• Taxa média de desconto (5,65% para geração, 5,18% para transmissão e 5,88% distribuição) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

• A taxa de crescimento não inclui inflação.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2010:

- Eletrosul – Face ao atraso da entrada em operação da Usina Passo São João, o qual foi observado no ano de 2010, os fluxos de caixa futuros serão insuficientes para cobrir os custos. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 foi registrado *impairment* no montante de R$ 135.138.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Amazonas Energia (atividade de distribuição) – No ano de 2010 a ANEEL determinou uma nova metodologia de reajuste tarifário que inclui, entre outros fatores, a redução na remuneração dos ativos (WACC regulatório). Esses fatores levaram a necessidade de se efetuar provisão para perdas dos ativos de distribuição no valor de R$ 243.910.

- Furnas – A Companhia apurou uma perda de R$ 596.662 mil, registrada em 01 de janeiro de 2009 e um ajuste de R$ 343.895 mil em 31 de dezembro de 2010, em decorrência da redução na taxa de desconto resultando em uma reversão de provisão de R$ 252.767 mil em 31 de dezembro de 2010, ambas contabilizadas na rubrica de imobilizado em curso.

No ano de 2010 o efeito líquido das provisões para perdas foi no montante de R$ 117.281.

NOTA 22 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional, e tem a seguinte composição:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Bens, Materiais e Serviços	102.260	100.544	206.241	1.314.871	1.174.479	918.219
Energia Comprada para Revenda	263.705	206.465	-	3.850.379	1.896.966	1.541.098
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	24.121	515	8.169	44.976
	365.965	307.009	230.362	5.165.765	3.079.614	2.504.293

NOTA 23 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	-	39.362	39.292	37.778
Adiantamentos de clientes - PROINFA	302.100	24.108	15.381	302.100	24.108	15.381
	302.100	24.108	15.381	341.462	63.400	53.159
NÃO CIRCULANTE						
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	-	928.653	978.980	1.018.488
	-	-	-	928.653	978.980	1.018.488
TOTAL	302.100	24.108	15.381	1.270.115	1.042.380	1.071.647

I - ALBRÁS

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (*LME*) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide Nota 46).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
Adiantamentos Recebidos	31/12/2010	31/12/2009
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(220.854)	(181.728)
Ganhos	(11.131)	-
Total do passivo	968.015	1.018.272

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Companhia a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Cabe ainda destacar que as operações relativas ao PROINFA não geram para Companhia ganhos ou perdas de natureza econômica.

NOTA 24 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

I - Contratos obtidos pela Eletrobras:

A) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo;

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. No ano de 2010, foi assinado novo contrato com a CAF no valor de US$500.000, destinado a compor o fundo de financiamento às Controladas.

Ainda de acordo com as práticas de mercado, há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

Em 2009 foi concluída a operação de emissão de bônus no valor de US$1,000,000.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 30 de julho de 2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a., possibilitando um "yield", para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento, de 7,0% a.a. O preço de emissão foi de 99,112% do valor de face, cujo 60% das ofertas foram originadas dos Estados Unidos, 30% na Europa e 10% na Ásia.

Os recursos obtidos nesta operação junto ao mercado internacional compõem o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Além dos empréstimos, financiamentos e bônus existentes atualmente no passivo da Companhia, há ainda um contrato de assunção de dívidas da CEEE.

Estão sendo desenvolvidas negociações com outras entidades multilaterais, tais como Banco Europeu de Investimentos e Agência Francesa de Desenvolvimento, com vistas à obtenção de novas linhas de financiamento. Está sendo considerada ainda a emissão de novos bônus no ano de 2011.

Em fase mais avançada se encontram as contratações de crédito a serem firmadas com o KFW, a ser repassado à controlada Eletrosul, e com o BIRD.

Não há no passivo da Companhia contratos com cláusulas de índices financeiros.

B) Reserva Global de Reversão

O Governo Federal criou um fundo para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos que compõe o fundo não fazem parte destas demonstrações contábeis e, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são utilizados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal, por intermédio da Eletrobras.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 31), e não se constituem em receita ou ativo da Eletrobras.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Contudo, a Eletrobras toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

a) I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

b) II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

c) III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

d) IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

e) V - iluminação pública eficiente;

f) VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

g) VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a., sem nenhum tipo de indenização. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R$ 8.159.038 (31 de dezembro de 2009 – R$ 7.656.946 e 01 de janeiro de 2009 R$ 7.193.770), e estão incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

	CONTROLADORA											
	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira												
Instituições financeiras												
BID	4,16%	2.202	31.001	201.509	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600
CAF	2,29%	9.886	25.634	1.935.355	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900
KFW	3,86%	70	21.158	43.556	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	202	31.349	95.514
AMFORP & BEPCO	-	-	-	-	-	-	-	-	6,50%	-	128	-
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	259	31.348	95.513
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.823	482.981
BNP Paribas	1,48%	338	57.703	601.060	1,86%	15.044	-	737.695	6,40%	2.170	-	566.327
Outras		175	1.684	9.344		219	1.760	11.957		340	2.360	18.995
		14.350	203.584	3.104.720		43.574	123.066	2.608.389		21.344	165.490	3.264.830
Bônus												
Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100
Credit Suisse	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%	59.421	-	1.741.200	-	-	-	-
		57.974	-	2.166.060		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100
Outros												
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-		-	-	-
		-	-	-		-	-	-		-	-	-
		72.324	203.584	5.270.780		106.979	123.066	4.871.949		26.691	165.490	3.965.930
Moeda Nacional												
Reserva Global de Reversão		-	-	8.159.038		-	-	7.656.946		-	-	7.193.770
Outros		-	-	-		-	-	-		-	-	-
		-	-	8.159.038		-	-	7.656.946		-	-	7.193.770
		72.324	203.584	13.429.818		106.979	123.066	12.528.895		26.691	165.490	11.159.700

	CONSOLIDADO											
	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira												
Instituições financeiras												
BID	4,16%	2.202	31.001	201.509	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600
CAF		9.886	25.634	1.935.355	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900
KFW		70	21.158	43.556	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	376	59.698	95.514
AMFORP & BEPCO		-	-	-	-	-	-	-	6,50%	-	128	-
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	331	45.110	95.513
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.823	482.981
BNP Paribas		338	57.703	601.060	1,86%	15.044	-	737.695	6,40%	2.170	-	566.327
Outras		721	11.782	12.476		447	3.942	23.852		6.994	475.533	12.179.675
		14.896	213.682	3.107.852		43.802	125.248	2.620.284		28.244	680.774	15.425.510
Bônus												
Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100
Credit Suisse	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%	59.421	-	1.741.200	-	-	-	-
		57.974	-	2.166.060		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100
Outros												
Tesouro Nacional - ITAIPU		2.412	349.744	7.978.640		3.342	344.448	8.701.254		-	-	-
		2.412	349.744	7.978.640		3.342	344.448	8.701.254		-	-	-
		75.282	563.426	13.252.552		110.549	469.696	13.585.098		33.591	680.774	16.126.610
Moeda Nacional												
Reserva Global de Reversão		-	-	8.159.038		-	-	7.672.055		-	-	7.248.309
Outros		65.039	1.164.718	9.858.381		63.467	471.563	7.135.389		54.061	367.071	3.535.312
		65.039	1.164.718	18.017.419		63.467	471.563	14.807.444		54.061	367.071	10.783.621
		140.321	1.728.144	31.269.971		174.016	941.259	28.392.542		87.652	1.047.845	26.910.231

* Empréstimos de SPE's principalmente junto ao BNDES.

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.
b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a U$ 3.328.945, equivalente a R$ 5.546.688 mil e no consolidado a US$ 8.337.090 mil, equivalente a R$ 13.891.260 mil.
A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US$	EURO	YEN
Controladora	92%	2%	6%
Consolidado	97%	1%	2%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2010, foi de 4,19% e 2009 foi de 5,65%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Controladora	117.445	145.901	183.825	408.798	7.204.178	8.060.147
Consolidado	273.459	339.716	428.018	951.845	16.774.199	18.767.237

II – Operação de arrendamento financeiro:

A controlada Amazonas Energia possui operação de leasing financeiro, para o qual foi registrado o passivo e correspondente ativo imobilizado. A conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento financeiro ao final do período e o seu valor presente estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Menos de um ano	244.098	249.738	230.500
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.220.493	1.248.690	1.152.501
Mais de cinco anos	2.213.161	2.514.030	2.504.769
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	416.322	(69.014)	381.390
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	4.094.074	3.943.444	4.269.160
Ajuste a valor presente	(2.279.042)	(2.195.169)	(2.477.654)
Valor presente dos pagamentos	1.815.032	1.748.275	1.791.506
Menos de um ano	120.485	108.827	106.435
Mais de um ano e menos de cinco anos	602.315	544.056	530.860
Mais de cinco anos	1.092.232	1.095.392	1.154.211

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujo os montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

		31 DE DEZEMBRO DE 2010						
Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2010	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício 2011	2012	2013	a Liberar Após 2013
UHE Tucuruí	BNDES	100,00%	941.000	586.834	483.261	381.522	279.783	-
Subestação Miranda II	BNDES	100,00%	47.531	39.522	35.966	32.523	29.081	-
SE São Luís II e III	BNDES	100,00%	13.653	13.653	12.596	11.621	10.646	-
Norte Transmissora	BNDES	24,50%	72.275	72.275	-	-	-	-
Manaus Transmissora	BNDES	30,00%	75.428	75.428	-	-	-	-
Linha Verde	BTG Pactual	49,00%	147.000	-	147.000	-	-	-
LT e Subestação Ribeiro Golçalves-Balsas	BNB	100,00%	70.000	-	-	-	-	-
UHE Jirau	BNDES	20,00%	1.444.000	833.313	1.542.895	1.660.531	1.600.332	-
SPE Manaus Transmissora	BNDES	24,50%	72.275	72.275	-	-	-	-
ESBR	Bradesco	20,00%	68.888	68.888	63.220	27.051	7.232	-
IE Madeira	BNDES/Bancos Repassadores	24,50%	98.336	86.802	-	-	-	-
UHE Simplício	BNDES	100,00%	1.034.410	915.060	953.499	887.741	822.560	-
UHE Santo Antônio	BNDES /Bancos Repassadores /FNO	39,00%	2.589.051	2.256.456	2.444.652	2.848.008	3.082.029	-
UHE Foz do Chapecó	BNDES	40,00%	655.287	781.186	767.164	717.886	668.175	-
UHE Baguari	BNDES	30,62%	60.153	58.452	55.856	51.560	47.263	-
UHE Serra do Facão	BNDES	49,50%	257.263	-	-	-	-	-
UHE Batalha	BNDES	100,00%	224.000	100.384	224.859	208.698	192.691	-
IE Madeira	BNDES/Bancos Repassadores	24,50%	98.336	86.802	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	BNDES	49,00%	13.827	-	13.109	11.946	10.793	-
Goiás Transmissão	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-	-	-
MGE	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-	-	-
UHE Passo de São João	BNDES	100,00%	183.330	186.857	186.856	177.913	164.850	-
UHE Jirau	BNDES	20,00%	1.444.000	833.313	1.542.895	1.660.531	1.600.332	-
UHE Mauá	BNDES/Bancos Repassadores	49,00%	364.834	304.014	370.235	344.907	322.102	-
RS Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	126.221	124.256	112.468	100.679	89.365	-
SC Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	270.197	199.526	172.189	150.327	128.576	-
Eólicas Cerro Chato I, II e III	BNDES	90,00%	201.077	20.108	201.077	190.604	165.469	-
Norte Transmissora	BNDES	24,50%	72.275	19.691	-	-	-	-
ESBR	Bradesco	20,00%	68.888	68.888	63.220	27.051	7.232	-
UHE São Domingos	BNDES	100,00%	207.000	-	-	-	-	-
Porto Velho Transmissora	BNDES	100,00%	283.411	-	-	-	-	-
Angra 3	BNDES	100,00%	6.146.256	-	1.358.092	3.403.542	5.036.976	1.109.280
Mangue Seco 2	BNB	49,00%	12.250	16.748	-	-	-	-
Belo Monte	ANEEL	15,00%	156.915	156.915	125.532	109.841	109.841	109.841
Mangue Seco 2	BNB	49,00%	40.951	-	-	-	-	-
Total			17.560.318	7.977.646	10.876.641	13.004.482	14.375.328	1.219.121

Garantias Eletrobras - Consolidado

	Valor Garantido (Quota Parte das Controladas) R$ Milhões	Total Garantido em 31/12/2010 R$ Milhões	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício R$ Milhões			A Garantir R$ Milhões
			2011	2012	2013	Após 2013
Total	17.560	7.978	10.877	13.004	14.375	1.219
Controladas	9.137	2.042	3.427	5.254	6.665	1.109
SPEs	8.423	5.936	7.481	7.766	7.710	110

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras e já liberados pelos bancos financiadores. O valor justo é calculado com base em 1% do total liberado até 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 01/01/2009	18.046
Movimentação em 2009	62.383
Garantia devida em 31/12/2009	80.429
Movimentação em 2010	(653)
Garantia devida em 31/12/2010	79.776

UHE Passo de São João – O empreendimento, integralmente da controlada Eletrosul tem potência instalada de 77MW e investimentos previstos de R$260.000 mil.

Foi autorizada operação de financiamento junto ao BNDES no valor de R$183.330, com amortizações em 192 meses (16 anos) e carência até 15 de julho de 2010.

A Eletrobras, por meio da Deliberação 020/2008 e da Resolução 030/2008 assinou este contrato na qualidade de interveniente garantidora.

UHE Simplício - O empreendimento, integralmente de Furnas tem capacidade instalada de geração de 337,7 MW e investimentos estimados de R$1.200.000 mil.

O BNDES autorizou financiamento no valor de R$1.034.410, com amortizações em 192 meses (16 anos), carência até 15 de julho de 2010.

A Eletrobras, por meio da Deliberação 019/2008 e da Resolução 029/2008 assinou este contrato na qualidade de interveniente garantidora.

UHE Mauá – O empreendimento tem capacidade instalada de 361MW e 51% de participação da Copel.

Foi aprovada junto ao BNDES a contratação de dois financiamentos, no valor individual de R$ 182.417, um de forma direta e outro de forma indireta, com amortizações em 192 meses (16 anos) e carência até 15 de janeiro de 2012.

A Eletrobras, por meio da Deliberação 014/2009 e da Resolução 109/2009 assinou este contrato na qualidade de interveniente garantidora.

UHE Jirau – A SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, Chesf, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, venceu leilão para construir e operacionalizar a UHE Jirau, com capacidade instalada de 3.450MW, localizada no Rio Madeira, no município de Porto Velho, estado de Rondônia.

Foi aprovada a contratação de dois financiamentos, sendo um direto e outro via bancos repassadores, junto ao BNDES no valor total de R$ 7.273.395, a serem pagos em 240 meses (20 anos).

A Eletrobras, por meio da Deliberação 062/2009 e da Resolução 428/2009 assinou este contrato na qualidade de interveniente garantidora da participação (de 20%) de cada uma das suas controladas.

UHE Santo Antônio - A SPE Madeira Energia S/A – MESA, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda e Andrade Gutierrez Participações S/A venceu o leilão para construir e operacionalizar a UHE Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, com capacidade instalada de 3150,4MW.

Através da Deliberação 030/2009, de 27 de março de 2009 foi aprovada a assinatura da Eletrobras na qualidade de interveniente anuente no Acordo de Capitalização celebrado entre as empresas no valor de R$6.638.593, na participação de Furnas (39%).

Subestação Miranda II – Empreendimento corporativo que visa à instalação do terceiro transformador 230/138/13,8kV e conexões associadas, ampliando e reforçando o sistema de transmissão da Eletronorte no estado do Maranhão.

Por meio da Deliberação 202/2009, de 21 de dezembro de 2010, foi aprovada a garantia corporativa para o financiamento com o BNDES, no valor de R$47.531.

UHE Foz do Chapecó – A SPE Foz do Chapecó Energia é a responsável pela implantação da UHE Foz do Chapecó, com capacidade instalada de 855MW.

Por meio da Deliberação 085/2010, de 30 de março de 2010, foi aprovada a prestação de garantia da Eletrobras à Furnas nos instrumentos contratuais, em substituição às Fianças Bancárias já contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%, totalizando então R$653.200).

UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, UHE Baguari terá 140MW de capacidade instalada e localiza-se em Minas Gerais.

Por meio da Deliberação 078/2010, de 30 de março de 2010, foi aprovada a prestação de garantia da Eletrobras no contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R$60.153.

UHE Serra do Facão – A UHE Serra do Facão é constituída de uma SPE, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%). e terá uma potência instalada de 210MW.

Por meio da Deliberação 142/2010, de 19 de maio de 2010, foi aprovada a prestação de garantia pela Eletrobras do financiamento junto ao BNDES, cujo valor total é de R$520.000 mil, na proporção da participação de Furnas (R$257.400).

Eólicas Cerro Chato I, II e III – As SPE's Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas Por Eletrosul (90%) e Wobben (10%). O orçamento do empreendimento constituído de três sítios de 30MW cada é de R$406.000 mil, tendo 80% de financiamento (R$325.000 mil) com taxa de juros de 4,5% a.a e prazo de pagamento de 10 anos (2 anos de carência).

Com a Deliberação 193/2010, de 29 de julho de 2010, foi aprovado aval da Eletrobras de 90% do valor financiado para o financiamento (R$292.500).

Subestação São Luiz II e III – Empreendimento corporativo referente à subestação São Luiz III e à linha de transmissão São Luiz I – São Luiz II, de aproximadamente 36 km no estado do Maranhão.

Foi aprovada, pela Deliberação 140/2010, de 19 de maio de 2010, a fiança corporativa da Eletrobras no financiamento do BNDES para o empreendimento, no valor de R$13.653 (TJLP+1,3%+1,28% em 14 anos).

Norte Transmissora de Energia – A SPE Norte Brasil Transmissora, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.

Pela Deliberação 139/2010, de 19/05/2010, foi aprovada a prestação de garantia no contrato de curto prazo no valor de R$ 295.000 na proporção da participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) resultando em R$ 144.550.

Manaus Transmissora de Energia – A SPE Manaus Transmissora de Energia, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar, operar e fazer manutenção de 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). Para viabilizar o investimento, foi contratado junto ao BNDES um financiamento de curto prazo no valor de R$ 251.426.

Pela Resolução 138/2010, foi aprovada a prestação de garantia pela Eletrobras neste contrato, limitada ao percentual de suas controladas (49,5%, resultando em R$ 124.445).

Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Eletrobras e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guacari, no Rio Grande do Norte.

Foi aprovada, pela Deliberação 209/2010, de 26 de agosto de 2010, a prestação de garantia pela Eletrobras, proporcional a sua participação (R$12.250), no contrato de financiamento do curto prazo junto ao BNB.

UHE Batalha – Para UHE Batalha, empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW e localizada entre Minas Gerais e Goiás, foi firmado financiamento junto ao BNDES no valor de R$224.000 mil. A Eletrobras, por meio da Deliberação 169/2010, figura como garantidora do referido contrato.

RS e SC Energia – A Eletrobras concedeu garantia a Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras RS e SC Energia.

Por meio da Deliberação 073/2010, foi aprovada a prestação de garantia da Eletrobras.

IE Madeira - A SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A., com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%), contratou junto ao BNDES um empréstimo de curto prazo no valor total de R$401.370.

Pela Deliberação 196/2010, foi aprovada prestação de contra garantia pela Eletrobras mediante assinatura de Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao financiamento no limite de participação de suas controladas.

Belo Monte – A UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu terá capacidade instalada de 11.233 MW. Para isso foi constituída a SPE Norte Energia, com participações de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%).

Pela Deliberação 230/2010, foi aprovada a prestação de garantia da Eletrobras em favor da SPE para as obrigações junto a seguradora JMALUCELLI no âmbito do contrato de contra garantia no valor de R$156.915.

ESBR – A Deliberação 171/2010, aprovou a prestação de garantia da Eletrobras nos contratos de emissão de Cartas de Crédito entre o Bradesco e a SPE ESBR nos contratos de fornecimento de turbinas e geradores celebrado com a Dong Fang Eletrioc Corp. para UHE Jirau no valor da participação de suas controladas (R$82.421, o que representam os 40% de participação).

NOTA 25 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2010, a R$ 157.616 (31 de dezembro de 2009, a R$ 140.299 e 01 de janeiro de 2009, R$ 215.071), dos quais R$ 141.425 no não circulante (31 de dezembro de 2009 - R$ 127.358 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 129.866).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 27) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Juros a Pagar	16.191	12.941	85.205
NÃO CIRCULANTE			
Créditos Arrecadados	141.425	127.358	129.866
	157.616	140.299	215.071

NOTA 26 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Ressalta-se que a Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional – (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 27 – IMPOSTO DE RENDA E OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de Renda	-	51.666	874.413	400.167	454.235	1.120.332
Contribuição Social	-	18.600	314.789	252.752	157.948	456.332
PASEP e COFINS	83	801	69.366	153.256	147.963	231.399
ICMS	-	-	-	70.267	73.014	103.160
PAES	-	-	-	930.552	1.016.863	1.055.263
Outros	76.597	15.166	22.242	513.327	387.232	316.222
Total	76.680	86.233	1.280.810	2.320.321	2.237.255	3.282.708
Passivo circulante	76.680	15.967	91.608	1.102.672	963.365	810.536
Passivo não circulante	-	70.266	1.189.202	1.217.649	1.273.890	2.472.172

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2010		31/12/2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	2.453.201	2.453.201	(355.087)	(355.087)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	613.300	220.788	(88.772)	(31.958)
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(25.462)	(9.166)	(25.967)	(9.348)
Equivalência patrimonial	(456.054)	(164.179)	(729.974)	(282.484)
Provisão de JCP	(92.689)	(33.368)	(185.377)	(66.736)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	165.410	59.548	264.162	95.098
Demais adições (exclusões)	(55.124)	(17.716)	(166.566)	(38.633)
Total da despesa (Receita)de IRPJ e CSLL	149.381	55.907	(932.494)	(334.061)

b) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infra-estrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, o incentivo fiscal mencionado totalizou R$ 380.357 (R$ 163.153 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 R$ 343.251), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

c) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado há 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 28 – TAXAS REGULAMENTARES

	CONSOLIDADO		
CIRCULANTE	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	113.103	138.208	101.758
CCC/CDE	53.896	22.397	33.112
Compensação financeira - recursos hídricos	390.792	404.767	536.115
Taxa de fiscalização ANEEL	5.547	7.007	12.394
PROINFA	20.902	17.054	11.259
OUTROS	-	-	609
	584.240	589.433	695.247

NOTA 29- REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

I - O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações. Prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor da remuneração mínima obrigatória, na forma de JCP imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	2.247.913
(-) Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.166.317)
= Base de cálculo	(918.404)
Dividendos mínimos	-
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	16.092
(+) Reversão de Reserva de Lucros	2.205.694
Dividendos mínimos estatutários – ações preferenciais	370.755
Remuneração proposta aos acionistas	
Dividendos mínimos (JCP) sobre lucro do exercício	370.755
Dividendos adicionais (JCP) – ações ordinárias	753.201
	1.123.956

Em 2010 a Eletrobras registrou como remuneração integral aos acionistas, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R$ 370.755 (R$ 741.509 em 2009), imputados aos dividendos daquele exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação foi a que segue:

Remuneração por ação – Expressa em R$		31/12/2010	31/12/2009
Ações ordinárias	3,6029% do capital (2009 -1,77%)	0,83	0,41
Ações preferenciais da classe A	9,4118 % do capital (2009 - 9,41%)	2,17	2,17
Ações preferenciais da classe B	7,0588% do capital (2009 -7,06%)	1,63	1,63

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A atualização incide a partir de 1º de janeiro de 2010 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

Em cumprimento ao deliberado na 50ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2009, na forma de JCP, teve início em 18 de maio de 2010.

II - O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010. Essa deliberação decorreu da melhora na posição do caixa da Companhia no ano de 2009.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integrarem o quadro de Acionistas da Eletrobras no dia 29 de janeiro de 2010.

Ainda, segundo o Estatuto da Eletrobras, os referidos créditos continuarão a ser remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre esta remuneração, retenção de Imposto de renda na fonte, nos termos da legislação vigente.

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R$ 167.211 (R$ 219.153 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 R$ 154.401) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010. A remuneração relativa ao exercício de 2006, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 30 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	85.904	68.720	62.231	234.313	287.646	362.601
Outros	6.866	7.316	10.005	16.172	23.660	40.828
	92.770	76.036	72.236	250.485	311.306	403.429

NOTA 31 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos.

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33.

A seguir estão apresentados os resultados consolidados do Grupo Eletrobras. A data de avaliação para cada ano é 31 de dezembro, bem como do valor justo dos ativos dos planos.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego.

Tabela 1.a - Planos de benefícios previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	2.327.808	2.250.502	1.927.732	16.998.502	14.424.138	13.297.053
Valor justo dos ativos do plano	(2.587.788)	(2.181.879)	(2.045.822)	(19.238.810)	(14.984.812)	(12.366.388)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(259.980)	68.623	(118.090)	(2.240.308)	(560.674)	930.665
Compensação de quotas - Plano CD	(129.847)	62.548	-	(360.959)	62.548	(34.289)
Valor máximo de ativo atuarial passível de reconhecimento no fim do exercício	-	-	-	-	-	-
Dívida contratada entre patrocinador e plano	2.753	-	-	1.057.783	1.314.210	1.975.677
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	2.753	6.074	-	1.621.389	1.589.104	2.212.513
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(2.572)	17.045	-	(455.604)	513.389	(800.711)
Custo de serviço corrente	31.439	25.556	n/a	241.651	214.860	n/a
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	216.809	202.089	n/a	1.388.730	1.391.289	n/a
Contribuições esperadas de participante (-)	(25.416)	(25.981)	n/a	(223.581)	(206.651)	n/a
Rendimento esperado dos ativos (-)	(192.040)	(195.031)	n/a	(1.439.109)	(1.184.816)	n/a
Despesa/(Receita) reconhecida no exercício	30.792	6.633	n/a	(32.309)	214.682	n/a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 1.b - Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	12.556	26.712	46.676	885.207	754.057	477.529
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	12.556	26.712	46.676	885.207	754.057	477.529
Valor máximo de ativo atuarial passível de reconhecimento no fim do exercício	-	-	-	-	-	-
Dívida contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	12.556	26.712	46.676	885.207	754.057	477.529
Valor acumulado em ORA no final do exercício						
Custo de serviço corrente	708	870	n/a	10.757	11.065	n/a
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	2.017	2.125	n/a	33.176	10.650	n/a
Contribuições esperadas de participante (-)	-	-	n/a	-	-	n/a
Rendimento esperado dos ativos (-)	-	-	n/a	-	-	n/a
Despesa/(Receita) reconhecida no exercício	2.725	2.995	n/a	43.933	21.715	n/a

a) Divulgação de Benefícios Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela 2.a - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.250.502	1.927.732	-	14.424.138	13.297.053	-
Custo de serviço corrente	31.439	25.556	-	241.651	214.860	-
Juros sobre a obrigação atuarial	216.809	202.089	-	1.388.730	1.391.289	-
Benefícios pagos no ano (-)	(174.633)	(214.649)	-	869.157	861.266	-
Aquisição de quotas - Plano CD	(88.458)	144.273	-	249.922	(60.524)	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	92.149	165.501	-	312.176	221.970	-
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.327.808	2.250.502	1.927.732	16.998.502	14.424.138	13.297.053

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela 2.b - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor justo dos ativos no início do ano	2.181.879	2.045.822	-	14.984.812	12.366.388	-
Benefícios pagos durante o exercício	174.633	214.649	-	869.157	861.266	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	25.416	25.981	-	191.105	172.699	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	18.617	17.604	-	215.972	501.323	-
Compensação de quotas - Plano CD	99.818	81.724	-	311.034	143.779	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	192.040	195.031	-	3.035.964	2.535.082	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.587.788	2.181.879	2.045.822	19.238.810	14.984.812	12.366.388
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	244.652	30.366	-	(1.564.380)	(1.316.314)	-

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

Tabela 2.c - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor acumulado em ORA no início do exercício	135.135	118.090	-	513.389	(800.711)	-
(Ganho)/perda atuarial total apurado no exercício	(152.503)	135.136	-	(1.050.993)	(1.444.449)	-
Variação no efeito do limite para reconhecimento de ativo no período	130.133	(118.090)	118.090	1.289.439	512.332	-
Ajuste referente à dívida registrado em ORA	2.753	-	-	(1.207.439)	2.246.217	-
Efeito da adoção do CPC 33 registrado em ORA	-	-	-	-	-	(800.711)
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(115.518)	135.135	-	(455.604)	513.389	(800.711)

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - Movimentação do passivo/ativo de benefícios pós-emprego no exercício:

Tabela 2.d - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação do Passivo/(Ativo) de benefícios pós-emprego	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Passivo/(Ativo) de benefícios pós-emprego no início do exercício	6.074	-	-	1.589.104	2.215.513	-
Despesa/(Receita) reconhecida na demonstração do resultado	30.793	6.634	-	(32.309)	214.682	-
Contribuições do empregador vertidas no ano (-)	(18.617)	(17.604)	-	(215.972)	(501.323)	-
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos imediatamente em ORA	(152.503)	135.136	-	(1.050.993)	(1.444.449)	-
Aumento/(redução) no valor máximo de ativo atuarial passível de reconhecimento no exercício	130.133	(118.090)	-	1.289.439	512.332	-
Compensação de quotas - Plano CD	4.120	-	-	358.942	592.349	-
Ajuste referente à dívida registrado em ORA	2.753	-	-	(316.822)	-	-
Efeito da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 33	-	-	-	-	-	2.215.513
Passivo/(Ativo) de benefícios pós-emprego ao final do ano	2.753	6.074	-	1.621.389	1.589.104	2.215.513

b) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela 3.a - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor das obrigações atuariais no início do ano	26.712	46.676	-	754.057	477.529	-
Custo de serviço corrente	708	870	-	10.757	11.065	-
Juros sobre a obrigação atuarial	2.017	2.125	-	33.176	10.650	-
Benefícios pagos no ano	-	-	-	8.414	7.533	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(16.881)	(22.959)	-	78.803	247.280	-
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	12.556	26.712	46.676	392.506	754.057	477.529

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela 3.b - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação e composição do valor justo dos ativos	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	-	-	-	8.414	7.533	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-	-	8.414	7.533	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-	-	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	-	-	-	-	-	-

Tabela 6.a - Planos de benefícios previdenciários - Ajustes de experiência do Plano	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	2.327.808	2.250.502	16.998.502	14.424.138
Valor justo dos ativos do plano	(2.587.788)	(2.181.879)	(19.238.810)	(14.984.812)
Superávit / (Déficit)	259.980	(68.623)	2.240.308	560.674
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	3.690	309.774	312.176	221.970
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano	(344.469)	(112.090)	(1.564.380)	(1.316.314)

Tabela 6.b - Outros benefícios pós-emprego - Ajustes de experiência do Plano	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	12.556	26.712	392.506	336.466
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano	(16.881)	(22.959)	20.522	(39.084)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) Premissas Atuariais

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Premissas atuariais para 31 de dezembro de 2010

Premissas	Eletrobras	Amazonas	Boa Vista	Ceal	Cepisa	CGTEE
Taxa real anual de desconto atuarial	5,50%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	10,25%	10,77%	10,77%	9,73%	10,77%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/A	1,00%	N/A	N/A	N/A
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

Premissas	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Taxa real anual de desconto atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	N/I	N/I	10,77%	9,73%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/I	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-2000	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

d) Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

A tabela a seguir apresenta os efeitos no valor presente da obrigação de benefício definido e nos custos do serviço corrente e de juros quando do aumento e da diminuição de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos.

Variação nas taxas de tendência dos custos médicos:

Variação nas taxas de custos médicos	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1% (2,0%)	2	6.010	2.916	623	23.985
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1% (0%)	1	4.526	5.569	577	17.366
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1% (2,0%)	8	40.192	19.439	4.277	163.103
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1% (0%)	6	29.723	38.386	4.020	117.283

e) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	Eletrobras	Amazonas	Boa Vista	Ceal	Cepisa	CGTEE
Valores Disponíveis Imediatos	2	5	10	435	1.490	278
Realizáveis Previdenciários	17.027	103	36	17.073	1	967
Investimentos em Títulos Públicos	721.794	34.447	8.968	-	-	71.147
Investimentos em Ações	270.507	1.074	279	7.407	-	35.803
Investimentos em Fundos	1.044.770	35.552	10.540	310.072	130.451	53.631
Investimentos Imobiliários	104.576	2.791	736	-	4.178	2.340
Empréstimos e Financiamentos	117.264	7.622	1.617	18.399	3.833	6.465
Créditos Privados e Depósitos	242.399	-	-	-	-	-
Outros	77.171	20.978	5.182	4.223	-	26.557
Exigíveis Previdenciários (-)	(4.627)	(963)	(132)	(24.128)	(105)	(3.212)
Exigíveis de Investimentos (-)	(3.095)	(10)	(17)	(842)	(18)	(991)
Total	2.587.788	101.598	27.218	332.639	139.830	192.985

Categoria de Ativo	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas	Consolidado
Valores Disponíveis Imediatos	1.667	92	84	46	255	4.362
Realizáveis Previdenciários	38.755	11.504	4.936	27.290	642.910	760.603
Investimentos em Títulos Públicos	2.185.223	475.461	264	404.983	-	3.902.287
Investimentos em Ações	549.441	14.365	2.026	-	17.838	898.740
Investimentos em Fundos	1.258.115	396.673	1.395.204	471.946	7.396.350	12.503.304
Investimentos Imobiliários	36.075	41.198	33.639	23.142	180.002	428.675
Empréstimos e Financiamentos	235.162	51.614	35.875	30.644	251.911	760.406
Créditos Privados e Depósitos	-	377.631	19.895	-	23.021	662.945
Outros	26.730	126	34.304	(14.031)	105.899	287.140
Exigíveis Previdenciários (-)	(20.402)	(2.113)	(19.583)	(21.005)	(774.043)	(870.313)
Exigíveis de Investimentos (-)	(123.224)	(3.764)	(21)	(5.547)	(176)	(137.705)
Total	4.187.542	1.362.787	1.506.623	917.468	7.843.965	19.200.445

NOTA 32 - PROVISÕES PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Trabalhistas	-	-	-	80.355	90.266	78.438
Tributárias	-	-	-	105.013	23.454	75.110
Cíveis	-	-	-	63.368	131.118	149.904
Outros	-	-	-	8.844	7.870	-
	-	-	-	257.580	252.708	303.452
NÃO CIRCULANTE						
Trabalhistas	6.130	6.130	88.574	814.248	719.869	731.922
Tributárias	-	-	-	177.294	190.046	208.750
Cíveis	1.284.437	1.311.445	1.328.244	2.672.024	2.449.066	2.672.119
Outros	-	-	-	237.723	169.936	156.875
	1.290.567	1.317.575	1.416.818	3.901.289	3.528.917	3.769.666
	1.290.567	1.317.575	1.416.818	4.158.869	3.781.625	4.073.118

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, e julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01.01.2009	1.416.818	4.073.118
Constituição de provisões	-	563.248
Reversão de provisões	(99.243)	(498.894)
Pagamentos	-	(232.453)
Atualização monetária	-	(123.394)
Saldo em 31.12.2009	1.317.575	3.781.625
Constituição de provisões	-	674.073
Reversão de provisões	(27.008)	(251.330)
Pagamentos	-	(59.930)
Atualização monetária	-	14.431
Saldo em 31.12.2010	1.290.567	4.158.869

1 – Principais Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas que se encontram registradas:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R$ 1.290.567 (31 de dezembro de 2009 - R$ 1.317.575 e 01 de janeiro de 2009 R$ 1.416.819), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente cerca de 1.537 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão foram revistas levando-se em consideração os impactos dos aspectos jurídicos e metodológicos, decorrentes da decisão judicial. Dessa forma a administração da companhia reconhece uma provisão no montante de R$ 1.290.567, correspondente a totalidade das perdas esperadas.

1.1.2 - Em empresas controladas

1.1.2.1 - Na controlada Chesf:

a) Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R$ 7 bilhões, valor não atualizado desde aquela data.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou "não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica". Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações contábeis da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual divida da Chesf com a Mendes Júnior.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos por Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Há informação de apresentação de recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior e pela União, embora a Chesf não tenha sido intimada para apresentar contra-razões a esses recursos. Em 31/12/2010 aguardava-se a interposição de eventuais recursos pela empreiteira Mendes Júnior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

b) A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Nesse julgamento, o STJ reduziu substancialmente a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco alterado essa decisão e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual. Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf e pela União Federal, que aguardam julgamento.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R$ 842.469, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava sub judice no STJ; contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco onde aguarda julgamento.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31/12/2010 é de R$ 427.193, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

1.1.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R$ 553.313.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.2 - Em empresas controladas

1.2.2.1 - Na controlada Furnas:

a) Data – base dos engenheiros

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R$ 32.267 mil para a probabilidade de perda provável.

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico.

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos.

1.2.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R$ 168.008.

1.2.2.3 - Na controlada Cepisa:

Os processos referem-se a diversas ações movidas contra a Cepisa, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, adicional de penosidade, equiparação/reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, que totalizam um montante de R$ 46.096.

1.3 - Ações judiciais tributárias

1.3.1 - Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

Em 03 de maio de 2001, a Empresa recebeu autos de infração relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R$ 1.098.900 mil (R$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de ITAIPU, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo STF, da Súmula Vinculante 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 (cinco) anos, passando o montante atualizado de R$ 1.098.900 para R$ 241.441.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R$ 89.318 mil, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R$ 195.187 refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

1.3.1.2 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R$ 10.631 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 10.279 e 01 de janeiro de 2009 R$ 8.770).

1.3.1.3 - Na controlada Cepisa :

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são compostas por processos referente a ICMS e ISS, que totalizam o montante de R$ 10.385.

2 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

2.1 - Ações judiciais cíveis

2.1.1 - Em empresas controladas

2.1.1.1 - Na controlada Chesf:

a) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, ajuizada em 08 de junho de 1999, para as faturas emitidas após 30 de abril de 1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito à compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou a ação e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17 de outubro de 2005.

Posteriormente, a ação foi julgada procedente, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No TJPE, o Relator do recurso proferiu decisão declarando a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente, em vista da intervenção da União Federal no feito, e determinou o envio dos autos à Justiça Federal.

Na Justiça Federal, o processo foi distribuído à 5ª Vara Federal, tendo o Juiz proferido decisão indeferindo o pedido da União para intervir no feito, e consequentemente determinou a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual. O processo está em fase de apresentação de recurso pela União Federal.

b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R$ 100.000 perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo 20028500002809-6), tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31de agosto de 2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em julho de 2010 foi publicada decisão invertendo o ônus da prova e o ônus financeiro para sua realização, determinando que o custo da perícia seja suportada pela Chesf. Foi interposto agravo de instrumento contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro.

Em agosto de 2010 houve a publicação do despacho do Dês. Relator Francisco Barros Dias, convertendo o agravo de instrumento em agravo retido, e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem, onde em 03 de agosto de 2010 foi publicado despacho do juiz da 2ª Vara da JF/SE mantendo a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos e determinando que se aguarde por 90 (noventa) dias eventual atribuição de efeito suspensivo pelo Egrégio TRT 5ª.

Em 09 de agosto de 2010, opusemos Embargos Declaratórios contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido. Em setembro de 2010, foi publicado despacho negando provimento aos Embargos Declaratórios opostos pela Chesf. Foi Interposto Agravo Legal contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento retido. Em 18 de outubro de 2010 foi publicada decisão do Des. Fed. Relator recebendo o Agravo Legal interposto como pedido de reconsideração e indeferindo.

Suportada por avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível.

c) Ação ordinária proposta pela AES – Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando a contabilização e liquidação pela ANEEL das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo 2002.01.00.040870-5) interposto contra a ANEEL, resultou num débito de aproximadamente R$ 110.000 a ser pago até o dia 07 de novembro de 2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade (dias 03 à 07 de novembro de 2008), as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passivo necessário. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passivo necessário e contestou a ação. Aguarda-se especificação de provas. Posição inalterada em 31 de dezembro de 2010.

2.1.1.2 - Na controlada Eletrosul:

A Companhia possui alguns riscos, no valor de R$ 143.539, classificados como perda possível, que referem-se, basicamente, a processos de: desapropriação no valor de R$ 10.264, nulidade de processo de licitação no valor de R$ 5.546, cobrança no valor de R$ 630, revisão contratual no valor de R$ 6.679, encargos do uso do sistema de transmissão no valor de R$ 2.344 e anulação de contrato no valor de R$ 109.415.

2.2 - Ações judiciais tributárias

2.2.1 - Em empresas controladas

2.2.1.1 - Na controlada Cepisa:

A Cepisa sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Cepisa, quatorze autos de infração, no total de R$ 70.441. Suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Cepisa, este valor não foi provisionado, por ser considerado, quanto à probabilidade de perda, como perda possível.

2.2.1.2 - Na controlada Eletronuclear

Dentre as ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias e efetuado indevidamente pela Companhia, sendo o valor questionado de R$ 47.505.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.3 - Ações judiciais trabalhistas

2.3.1 - Em empresas controladas

2.3.1.1 - Na controlada Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia Energética de Alagoas – Ceal, visando o recebimento de diferenças salariais ocorridas em virtude do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, transitando em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

O risco de perda avaliado pela Administração amparada em consultores jurídicos, enquadra-se como possível, pois o julgamento da limitação à data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução, uma vez que, conforme a OJ/TST (SDI I) nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

2.3.1.2 - Na controlada Cepisa

Refere-se a diversas ações movidas, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, adicional de penosidade, equiparação/reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos. O montante provisionado é de R$ 46.096 mil em 31/12/2010.

NOTA 33 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 375.968 (31 de dezembro de 2009 – R$ 323.326 e 01 de janeiro de 2009 R$ 266.168).

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	CONSOLIDADO
Valor Presente em 01/01/2009	266.168
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no exercício	57.158
Valor Presente em 31/12/2009	323.326
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no exercício	52.642
Valor Presente em 31/12/2010	375.968

NOTA 34 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO A PAGAR – UBP

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

	CONSOLIDADO		
Usina	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passo São João	3.515	2.889	2.607
Mauá	10.498	8.693	7.832
São Domingos	4.047	3.276	3.091
Jirau	35.616	31.573	13.994
Batalha e Simplício	40.336	38.668	37.929
Foz do Chapecó	246.259	-	-
Peixe Angical	79.472	79.098	81.218
Retiro Baixo	3.503	-	-
Serra do Facão	612.482	554.009	455.823
Santo Antônio	51.587	48.239	45.109
	1.087.315	766.445	647.603
Ajuste a valor presente	(253.100)	(5.314)	8.646
TOTAL	834.215	761.131	656.249

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

		Valor nominal original		Valores atualizados	
UHE	Pmto (anos)	Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Passo São João	30	200	5.944	253	7.513
Mauá	31	618	18.855	747	22.857
São Domingos	26	260	6.717	313	8.098
Jirau	31	3.150	96.840	3.150	110.994
Batalha	35	25	8.725	31	10.811
Simplício	35	94	34.036	117	42.173
Foz do Chapecó	26	1.605	504.000	3.511	1.102.359
Peixe Angical	26	4.965	133.633	12.482	198.679
Retiro Baixo	31	196	6.865	233	7.129
Serra do Facão	29	40.618	1.073.000	42.911	1.237.337
Santo Antônio	35	11.852	379.267	13.897	486.391

NOTA 35 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Aquisição de participação acionária na CEEE	2.364.929	2.154.197	1.959.715
Aquisição da participação acionária na CGTEE	2.272.187	2.069.716	1.882.864
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	78.280	71.305	64.868
UHE de Xingó	219.942	200.344	182.257
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	34.429	31.361	28.530
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	204.089	185.902	169.119
	5.173.856	4.712.825	4.287.353

A Companhia reclassificou no exercício de 2010 os adiantamentos para futuro aumento de capital para passivo exigível não circulante que, até então, estavam apresentados no patrimônio líquido.

NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Amazonas	911.068	934.959	957.594	982.787	1.009.180	-
Boa Vista	115.271	143.125	164.561	182.812	169.142	-
CEAL	377.138	391.427	526.737	530.645	542.397	562.337
CEPISA	374.529	465.297	432.263	384.239	350.444	7.738.709
Ceron	790.401	783.687	965.834	990.603	1.029.013	2.112.000
CGTEE	221.200	243.300	267.700	294.400	323.900	2.915.100
Eletroacre	12.138	4.121	5.187	5.542	32.958	1.957.949
Eletrobrás	1.866.494	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000	-
Eletronorte	3.649.919	3.805.172	3.937.048	4.264.002	4.541.500	-
Eletronuclear	213.371	108.657	56.503	1.611	225	151.326
Eletrosul	158.790	208.725	208.155	208.155	208.155	5.208.695
Furnas						
Total	8.690.320	8.938.470	9.370.581	9.694.796	10.056.914	20.646.116

a) Combustível nuclear

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2.

b) Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

c) Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, necessários à manutenção operacional desses ativos.

d) Compra de Energia de Produtor Independente (PIE)

O compromisso de compra de energia é pelo período de 23 anos (até 2023).

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 26.156.567 (31 de dezembro de 2009 - R$ 26.156.567 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	470.656.241	52,00	-	712	0,00	470.656.953	41,56
BNDESPAR	190.757.950	21,08	-	18.691.102	8,23	209.449.052	18,50
FND	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,03
FGHAB	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI	-	-	-	8.750.000	3,85	8.750.000	0,77
FGO	-	-	-	1.008.500	0,44	1.008.500	0.09
OUTROS	196.987.747	21,77	146.920	198.736.329	87,48	395.870.996	34,96
	905.023.527	100,00	146.920	227.186.643	100,00	1.132.357.090	100,00

Do total das 395.870.576 (já deduzidas as 420 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 255.921.896 ações, ou seja, 64,65% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 134.375.612 ações ordinárias, 28 ações preferenciais da classe "A" e 121.546.256 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 71.962.910 ações ordinárias e 32.973.907 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de American Depositary Receipts - ADR's. Em 31 de dezembro de 2010, o valor patrimonial da ação é de R$ 62,29 (31 de dezembro de 2009 - R$ 62,16 e 01 de janeiro de 2009 R$ 69,70).

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos, de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos e de 1% para benefícios assistenciais de empregados, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, para as duas primeiras respectivamente:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.046.388	2.046.388
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/1976)	14.758.463	16.963.279
Especial (art. 202 – Lei 6.404/1976) - Dividendos não distribuídos	-	-
	16.804.851	19.009.667
Dividendos Adicionais Propostos	753.201	370.755
	17.558.052	19.380.422

IV - Reservas de Reavaliação

Refere-se à reserva reflexa, decorrente da reavaliação do ativo imobilizado, das coligadas Celpa e Cemat, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

NOTA 38 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2010			
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	1.544.746	250	387.775	1.932.771
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.746	522	702.645	2.247.913
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.358
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R$)	1,71	3,55	3,09	

	31/12/2009			
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	476.606	77	119.642	596.325
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	476.606	349	434.512	911.467
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.358
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R$)	0,53	2,37	1,91	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	31/12/2010			
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	1.544.625	250	391.308	1.936.183
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.625	522	706.178	2.251.325
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.358
Emprestimo compulsorio	-	-	2.088	2.088
	905.024	147	229.275	1.134.446
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação diluído (R$)	1,71	3,55	3,08	

	31/12/2009			
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	479.077	77	121.171	600.325
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	479.077	349	436.041	915.467
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.358
Emprestimo compulsorio	-	-	1.718	1.718
	905.024	147	228.905	1.134.076
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação diluído (R$)	0,53	2,38	1,90	

NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
GERAÇÃO				
Comercialização	1.821.770	1.560.429	2.331.877	1.946.152
Suprimento / Venda de Energia	-	-	15.795.678	14.511.724
Repasse Itaipu	215.989	(548.554)	215.989	(548.554)
Outros	2.882	2.974	2.882	2.974
TRANSMISSÃO				
Receita de construção	-	-	2.322.937	1.389.752
Receita de operação e manutenção	-	-	2.225.952	1.981.838
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	-	-	1.766.731	1.704.929
DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-
Fornecimento	-	-	3.909.083	4.450.542
Receita de construção	-	-	810.475	361.709
Receita de operação e manutenção	-	-	433.048	30.118
Outras Receitas	-	-	1.200.655	1.206.390
TOTAL	2.040.641	1.014.849	31.015.307	27.037.574
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	575.505	523.236
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	438.544	295.618
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	98.430	61.991
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	-	-	162.244	129.347
ICMS	-	-	1.040.163	1.047.663
PASEP e COFINS	133.204	43.159	1.711.238	1.531.542
Outras Deduções	-	-	239.781	307.271
	133.204	43.159	4.265.905	3.896.668
Resultado de Operações com Energia	1.907.437	971.690	26.749.402	23.140.906
Resultado de Participação Societária	2.177.646	3.694.296	669.755	1.571.031
Receita Operacional Líquida	4.085.083	4.665.986	27.419.157	24.711.937

1 - Resultado de Participações Societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.550.254	2.093.539	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	38.735	47.838	38.735	47.838
	1.588.989	2.141.377	38.735	47.838
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	467.647	1.421.850	467.647	1.378.663
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	16.038	13.593	16.038	13.593
Dividendos	101.847	103.868	101.847	103.868
Remuneração dos investimentos em parcerias	3.125	13.608	45.488	27.069
	121.010	131.069	163.373	144.530
	2.177.646	3.694.296	669.755	1.571.031

NOTA 40 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal	357.775	336.907	4.845.247	4.465.866
Material	6.450	4.376	399.299	294.257
Serviços	108.107	93.216	2.126.167	1.726.095
	472.332	434.499	7.370.713	6.486.218

NOTA 41- ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fornecimento	-	-	1.054.622	899.224
Suprimento	1.466.606	863.091	2.189.639	1.776.741
Comercialização CCEE	468.701	693.250	1.018.274	862.040
Outros	25.225	43.391	52.549	43.391
	1.960.532	1.599.732	4.315.084	3.581.396
Uso da Rede Elétrica	-	-	1.353.839	1.263.408
TOTAL	1.960.532	1.599.732	5.668.923	4.844.804

NOTA 42 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Contingências	(27.008)	(99.242)	301.621	117.847
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	338.042	346.207
PCLD - RTE	-	-	(22.374)	(39.306)
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	36.245	74.556	36.245	74.556
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	20.904	177.320
Perdas na realização de AFAC's	160.433	510.235	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	148.167	(74.861)	-	-
Perdas em Investimentos - diversos	421.629	842.830	421.629	842.830
Outras	(9.197)	81.173	433.482	620.952
	730.269	1.334.691	1.529.549	2.140.406

NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão de Recursos

1.1-Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2010, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2009, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 7 % e 20%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	31/12/2010	31/12/2009
Total dos Empréstimos (Nota 24)	33.138.436	29.507.817
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	9.220.169	8.617.294
Dívida Líquida	23.918.267	20.890.523
(+) Total do Patrimônio Líquido	70.530.410	69.379.049
Total do Capital	94.448.677	90.269.572
Índice de Alavancagem Financeira	25%	23%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários: são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.

c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.

d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.

e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 813 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos (809 em 31 de dezembro de 2009), totalizando R$ 24.761.922 (R$ 28.717.335 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 - R$ 42.234.271), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$	%	R$
Dólar Norte-Americano	7,515,523	50,57	12.522.366
IGP-M	414,328	2,79	690.353
Real	6,627,032	44,59	11.041.961
YEN	239,896	1,61	399.716
EURO	64,534	0,44	107.526
Total	14,861,313	100,00	24.761.922

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, não havia instrumentos financeiros derivativos em carteira própria da empresa ou de suas controladas diretas. De igual maneira, não houve operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. São apresentadas operações de derivativos em algumas Sociedades de Propósito Específico, as quais estão relacionadas com operações de swap vinculadas a empréstimos específicos ou *hedge* de fluxo de caixa relacionado com a compra futura de materiais a serem utilizados na construção dos ativos.

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Neste contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente estaria a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros apenas serão realizadas com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Em 2009, foi aprovado um novo Mandato para Operações de Derivativos, o qual teve seu escopo ampliado, abrangendo, além dos descasamentos de moeda, as exposições à taxa de juro.

A empresa vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de *hedge* Financeiro, a realização de operações de Swap de Taxa de Juros com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Tais operações abrangem um valor nocional em torno de US$ 700 milhões e prazos que variam de 2015 a 2020. A previsão é que estas operações sejam realizadas no ano de 2011.

Além da operação de Swap de Libor, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas ao longo do ano de 2010 e poderão ser implementadas a partir de 2011. Seguindo a Política de *hedge* Financeiro, a análise de soluções estruturais estão sendo priorizadas e oportunidades de novas captações externas estão sendo consideradas como importante instrumento de mitigação das exposições ativas em moeda estrangeira.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar este risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras.

Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

Também está em discussão um anexo contratual sobre margens de garantia, que será condição prévia para realização de qualquer operação desta natureza. Através deste instrumento contratual irá se reduzir substancialmente a exposição ao risco de contraparte ao longo da vida das operações com derivativos.

4 - A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa.

O impacto do derivativo embutido no resultado foi positivo em R$187.490 e R$55.200 nos anos de 2009 e 2010 respectivamente.

Em 2009, com o intuito reduzir a exposição cambial de determinados contratos, a SPE ESBR firmou contratos a termo de moeda sem entrega física (NDF) com instituições financeiras. Os valores destes acordos foram de US$41.000 e US$16.400, com vencimentos em 17 de setembro de 2009 e 18 de dezembro de 2009, e taxas pactuadas de R$2,29 e R$2,18, respectivamente. Tais operações foram classificadas como *hedge*s de fluxo de caixa. Conforme previsto nas normas contábeis brasileiras e internacionais, as variações cambiais das NDFs foram registradas à conta de ajustes de avaliação patrimonial e transferidas ao ativo imobilizado quando da efetiva liquidação do passivo junto ao fornecedor.

Em 17 de setembro de 2009, a Controlada liquidou a operação de NDF no valor de US$41.000 com perdas apuradas de R$20.360. Em relação ao contrato de NDF no valor de US$16.400, sua liquidação ocorreu na data do vencimento, com resultado negativo de R$6.599, sem que houvesse cumprimento das obrigações contratuais por parte do fornecedor. As variações cambiais da NDF foram registradas no patrimônio líquido da Controlada e lá foram mantidas até o real cumprimento das obrigações da Dong Fang, o que ocorreu ao fim do primeiro semestre de 2010.

A partir do final do exercício de 2009, a SPE alterou sua estratégia de *hedge* e desde então vem realizado aplicações financeiras em dólar, com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores Dong Fang e Hyosung. Tais aplicações também são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

A movimentação completa da conta de ajustes de variação patrimonial, durante os anos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é descrita abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(2.640)	-
Variação cambial sobre NDFs	-	(10.784)
Variação cambial sobre principal de depósitos vinculados	(4.738)	-
Efeito de pagamento a fornecedores - saldos do exercício anterior	2.640	
Efeito de pagamento a fornecedores - saldos do exercício atual	(373)	8.144
Saldo no final do exercício	(5.111)	(2.640)

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2010 com 15 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R$ 5.546.687 (R$ 5.101.994 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 R$ 4.158.111), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ (equivalentes)	%	R$
Dólar Norte-Americano	3.060.813	91,95	5.099.926
EURO	64.628	1,94	107.683
YEN	203.504	6,11	339.079
Total	3.328.945	100,00	5.546.688

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, em posição ativa, no montante de R$ 4.455 (R$ 5.583 em 31 de dezembro de 2009), proveniente principalmente dos contratos de financiamentos concedidos à controlada Itaipu Binacional, cujo principal está integralmente reconhecida em balanço, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de cap and floor band relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450/ton. Considerando que o preço do alumínio atinja o cap em todos os anos até o final do contrato, o impacto financeiro em 31/12/2010 seria de R$ 245.089.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

CONTROLADORA

	31/12/2010			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	275.907	195.687	1.230.529	12.003.601
Emprestimo compulsório	174.166	192.453	259.664	
Fornecedores e outras obrigações	2.061.540	2.061.540	2.061.540	

	31/12/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	230.044	275.907	745.076	11.507.913
Emprestimo compulsório	155.030	171.309	231.135	231.135
Fornecedores e outras obrigações	2.177.245	2.105.072	2.105.072	2.105.072

	01/01/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	192.183	230.044	714.694	10.214.962
Emprestimo compulsório	174.166	192.453	259.664	259.664

CONSOLIDADO

	31/12/2010			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.868.466	455.637	2.865.163	27.949.170
Obrigações com arrendamento financeiro	120.485	240.933	361.400	1.092.214
Empréstimo compulsório	174.166	192.453	259.664	-
Fornecedores	5.563.938	2.081.548	2.061.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	639.278	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.313	10.118	150.133

	31/12/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.115.275	1.868.466	1.734.836	24.789.240
Obrigações com arrendamento financeiro	108.827	217.628	326.441	1.095.379
Empréstimo compulsório	155.030	171.309	231.135	231.135
Fornecedores	4.226.214	2.111.944	2.105.072	2.105.072
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.548.686	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	-	7.966	153.598

	01/01/2009			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.135.497	1.115.275	2.890.138	22.904.818
Obrigações com arrendamento financeiro	106.435	212.432	318.647	1.153.992
Empréstimo compulsório	174.166	192.453	259.664	259.664
Fornecedores	1.697.972	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	-	4.595	156.969

7 – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2010 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R$/US$)	7,515,524	12.522.366	1,75	1,3125	0,8750	9.864.125	6.576.083
IGP-M	414,328	690.353	5,96%	4,47%	2,98%	721.212	710.926
EURO(R$/€)	64,534	107.526	2,4238	1,8179	1,2119	84.701	56.467
Yen(R$/¥)	239,897	399.716	0,0215	0,0161	0,0107	314.865	209.910
TOTAL	8,234,283	13.719.961				10.984.903	7.553.386

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar(R$/US$)	7,515,524	12.522.366	1,75	2,1875	2,6250	16.440.208	19.728.250
IGP-M	414,328	690.353	5,96%	7,45%	8,94%	741.784	752.071
EURO(R$/€)	64,534	107.526	2,4238	3,0298	3,6357	141.168	169.401
Yen(R$/¥)	239,897	399.716	0,0215	0,0269	0,0322	524.774	629.729
TOTAL	8,234,283	13.719.961				17.847.934	21.279.451

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R$/US$)	3,060,812	5.099.925	1,75	1,3125	0,8750	4.017.316	2.678.210
EURO(R$/€)	64,628	107.683	2,4238	1,8179	1,2119	84.824	56.549
Yen(R$/¥)	203,505	339.079	0,0215	0,0161	0,0107	267.100	178.067
TOTAL	3,328,945	5.546.687				4.369.240	2.912.826

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar(R$/US$)	3,060,812	5.099.925	1,75	2,1875	2,6250	6.695.526	8.034.631
EURO(R$/€)	64,628	107.683	2,4238	3,0298	3,6357	141.373	169.648
Yen(R$/¥)	203,505	339.079	0,0215	0,0269	0,0322	445.166	534.200
TOTAL	3,328,945	5.546.687				7.282.065	8.738.479

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R$/US$)	1,146,919	1.910.996	1,75	1,3125	0,8750	1.505.331	1.003.554

Apreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:

Moeda (Risco)	Saldo US$	Saldo R$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar(R$/US$)	1,146,919	1.910.996	1,75	2,1875	2,6250	2.508.885	3.010.662

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA

	31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
Empréstimos e financiamentos	-	24.761.922	-	24.761.922
Investimentos mantidos a custo	-	-	52.410	52.410
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.402.837	-	-	1.402.837
Total do ativo	1.597.598	24.761.922	52.410	26.411.930
PASSIVOS				
Empréstimos e financiamentos	13.705.726	-	-	13.705.726
Derivativos designados como hedge	-	-	-	-
Total do passivo	13.705.726	-	-	13.705.726

	31/12/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Partes beneficiárias	157.685	-	-	157.685
Empréstimos e financiamentos	-	28.717.334	-	28.717.334
Investimentos mantidos a custo	-	-	61.970	61.970
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.298.097	-	-	1.298.097
Total do ativo	1.455.782	28.717.334	61.970	30.235.086
PASSIVOS				
Empréstimos e financiamentos	12.758.940	-	-	12.758.940
Total do passivo	12.758.940	-	-	12.758.940

	01/01/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Partes beneficiárias	90.697	-	-	90.697
Empréstimos e financiamentos	-	42.234.271	-	42.234.271
Investimentos mantidos a custo	-	-	77.647	77.647
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.091.433	-	-	1.091.433
Total do ativo	1.182.130	42.234.271	77.647	43.494.048
PASSIVOS				
Empréstimos e financiamentos	11.351.881	-	-	11.351.881
Derivativos designados como hedge	-	-	-	-
Total do passivo	11.351.881	-	-	11.351.881

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO			
	31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	2.339.639	15.093	-	2.354.732
Contas a receber	207.369	-	-	207.369
Ao valor justo por meio do resultado	-	-	540.072	540.072
Derivativos	(2.038)	-	-	(2.038)
Derivativos designados como hedge	-	582.404	-	582.404
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
Empréstimos e financiamentos	-	24.761.922	-	24.761.922
Investimentos mantidos a custo	-	-	52.410	52.410
Investimentos da Divida	758.868	-	-	758.868
Títulos Patrimoniais	1.548	-	-	1.548
Ativo financeiro (indenizável)	287.282	-	-	287.282
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.610.908	-	-	1.610.908
Total do ativo	5.398.337	25.359.419	592.482	31.350.238
PASSIVOS				
Fornecedores	2.499.219	-	-	2.499.219
Empréstimos e financiamentos	14.507.793	-	-	14.507.793
Derivativos designados como hedge	-	540.540	-	540.540
Total do passivo	17.007.012	540.540	-	17.547.552

	31/12/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	1.780.332	24.560	-	1.804.892
Contas a receber	211.561	-	-	211.561
Derivativos	20	-	-	20
Derivativos designados como hedge	-	455.560	-	455.560
Partes beneficiárias	157.685	-	-	157.685
Empréstimos e financiamentos	-	28.717.334	-	28.717.334
Investimentos mantidos a custo	-	-	61.970	61.970
Ativo financeiro (indenizável)	207.838	-	-	207.838
Disponíveis para venda	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.479.880	-	-	1.479.880
Total do ativo	3.837.316	29.197.454	61.970	33.096.740
PASSIVOS				
Fornecedores	1.198.701	-	-	1.198.701
Empréstimos e financiamentos	13.526.137	-	-	13.526.137
Derivativos designados como hedge	-	268.070	-	268.070
Total do passivo	14.724.838	268.070	-	14.992.908

	01/01/2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	2.305.214	2.182	-	2.307.396
Contas a receber	208.664	-	-	208.664
Derivativos	5.549	-	-	5.549
Derivativos designados como hedge	-	92.690	-	92.690
Partes beneficiárias	90.697	-	-	90.697
Empréstimos e financiamentos	-	42.234.271	-	42.234.271
Investimentos mantidos a custo	-	-	77.647	77.647
Ativo financeiro (indenizável)	129.467	-	-	129.467
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.091.433	-	-	1.091.433
Total do ativo	3.831.024	42.329.143	77.647	46.237.814
PASSIVOS				
Fornecedores	641.495	-	-	641.495
Empréstimos e financiamentos	15.335.319	264.026	-	15.599.345
Derivativos designados como hedge	-	336.184	-	336.184
Total do passivo	15.976.814	600.210	-	16.577.024

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíqüido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 44 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, são as seguintes:

	RESULTADO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO				
	31/12/2010				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	657.139	18.015.971	5.833.463	2.912.584	27.419.157
Despesas Operacionais	(1.844.617)	(12.479.549)	(5.367.376)	(3.316.243)	(23.007.785)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.187.478)	5.536.422	466.087	(403.659)	4.411.372
Resultado Financeiro	717.898	(596.809)	(410.835)	(74.376)	(364.122)
IRPJ / CSLL	(206.119)	(1.078.830)	(198.609)	(10.707)	(1.494.265)
Participação Minoritária	(305.072)	-	-	-	(305.072)
Lucro Líquido Do Exercício	(980.771)	3.860.783	(143.357)	(488.742)	2.247.913

	31/12/2009				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	1.583.869	16.041.377	4.588.691	2.498.000	24.711.937
Despesas Operacionais	(2.560.633)	(10.826.693)	(4.503.602)	(2.769.658)	(20.660.586)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(976.764)	5.214.684	85.089	(271.658)	4.051.351
Resultado Financeiro	(3.981.326)	(6.811)	487.745	(137.704)	(3.638.096)
IRPJ / CSLL	1.266.418	(217.767)	(207.921)	(3.845)	836.885
Participação Minoritária	(338.673)	-	-	-	(338.673)
Lucro Líquido Do Exercício	(4.030.345)	4.990.106	364.913	(413.207)	911.467

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 45 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 41.59% das ações ordinárias e preferências da companhia (vide Nota 38).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Consumidores e revendedores	5.272	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.913.683	-	-
Dividendo a receber	17.846	-	-
AFAC	-	-	-
Receitas de participação societária	-	-	632.598
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	101.774
	1.936.801	-	734.372
CHESF			
Financiamentos e empréstimos	156.244	-	-
AFAC	-	-	-
Dividendo a receber	429.325	-	-
Obrigações diversas	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	17.927
Receitas de participações societárias	-	-	2.167.434
	585.569	1.355	2.185.361
ELETRONORTE			
Consumidores e revendedores	181	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.819.340	-	-
Dividendo a receber	32.998	-	-
AFAC	631.793	-	-
Receitas de participação societária	-	-	138.939
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	262.901
	4.484.312	-	401.840
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	780.322	-	-
Dividendo a receber	19.282	-	-
AFAC	735.905	-	-
Créditos Renegociados	12	-	-
Receita de participações societárias	-	-	67.454
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	61.769
	1.535.521	-	129.223
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	921.689	-	-
AFAC	324.000	-	-
Dividendo a receber	8.240	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	41.191
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	25.780
	1.253.929	-	66.971
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	607.076	-	-
AFAC	3.309.744	-	-
Obrigações diversas	-	1.589	-
Outros	-	101.594	-
Resultado de participações societárias	-	-	(134.498)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	403.043
	3.916.820	103.183	268.545

CONSOLIDADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	5.671.628	-	-
Dividendo a receber	417	-	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	2.839.516
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	427.192
	5.672.045	-	3.266.708
Ceal			
Financiamento e empréstimos	209.107	-	-
AFAC	7.485	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(42.617)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	10.696
	216.592	-	(31.921)
Cepisa			
Financiamento e empréstimos	354.987	-	-
AFAC	183.953	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	24.321
	538.940	-	24.321
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	516.713	-	-
AFAC	57.267	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(1.353.554)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	31.421
	573.980	-	(1.322.133)
Ceron			
Financiamentos e empréstimos	109.474	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	13.842
AFAC	72.671	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	7.415
	182.145	-	21.257
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	19.464
Dividendo a receber	2.277	-	-
	2.277	-	19.464
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	64.745	-	-
AFAC	218.925	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.819
	283.670	-	3.819
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	343.255	-
	-	343.255	-
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	(32.173)
	-	-	(32.173)
SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE			
Partic. societária permanente	193.244	-	-
Fornecedores	-	1.151	-
Receita de prestação serviços	-	-	1.854
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	33.262
Encargo de uso da rede	-	-	(10.410)
	193.244	1.151	24.706
7 GAMELEIRAS			
Participação Societária Permanente	158	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(3)
	158	-	(3)
SÃO PEDRO LAGO			
Participação Societária Permanente	157	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(4)
	157	-	(4)
PEDRA BRANCA			
Participação Societária Permanente	158	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(3)
	158	-	(3)
TDG			
Participação societária permanente	13.018	-	-
Despesa de Equiv. Patrimonial	-	-	(261)
	13.018	-	(261)
INTESA			
Partic. societária permanente	28.530	-	-
JCP/Dividendos	676	-	-
Fornecedores	-	903	-
Encargo de uso da rede elétrica	-	-	(8.045)
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	2.844
	29.206	903	(5.201)
EAPS			
Partic. societária permanente	61.286	-	-
Despesa de Equiv. Patrimonial	-	-	(330)
	61.286	-	(330)
EAPSA			
Partic. societária permanente	61.985	-	-
Equivalência Patrimonial	(699)	-	-
Despesa de equiv. patrimonial	-	-	(699)
	61.286	-	(699)
ANDE			
Consumidores e revendedores	74.717	-	-
Outros	7.420	-	-
Obrigações diversas	-	27.578	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	179.121
Receitas financeiras	-	-	4.461
Despesas financeiras	-	-	20
Outras despesas	-	-	(32.353)
	82.137	27.578	151.249
ÁGUAS DA PEDRA			
Partic. societária permanente	123.271	-	-
Equivalência Patrimonial	(699)	-	-
Despesa de equiv. patrimonial	-	-	(1.029)
	122.572	-	(1.029)
ESBR (Energia Sustentável)			
Partic. societária permanente	824.002	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(2.170)	-
Despesa de equivalência patrimonial	-	-	(7.937)
Outras despesas	-	-	(1.235)
	824.002	(2.170)	(9.172)
MANAUS TRANSMISSÃO			
Partic. societária permanente	(18.187)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(466)	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(8.981)
	(18.187)	(466)	(8.981)
MANAUS CONSTRUÇÃO			
Partic. societária permanente	5.949	-	-
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	5.948
	5.949	-	5.948
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA			
Partic. societária permanente	123.147	-	-
Receita de equivalência Patrimonial	-	-	2.066
Receitas financeiras			2.065
	123.147	-	4.131
EMPRESA NORTE ENERGIA			
Participação societária permanente	26.669	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(333)
	26.669	-	(333)
FACHESF			
Fornecedores	-	1.695	-
Contribuição normal	-	11.179	-
Contratos atuarias	-	107.452	-
Despesa financeira	-	-	(41.637)
Despesas operacionais	-	-	(94.311)
	-	120.326	(135.948)
ENERPEIXE			
Contas a receber	895	-	-
Consumidores e revendedores	452	-	-
JCP/Dividendos a receber	8.000	-	-
Participação societária permanente	481.020	-	-
Receita financeira	-	-	47.321
Receitas uso da rede elétrica	-	-	4.319
Receitas de prestação de serviços	-	-	6.581
	490.367	-	58.221
TRANSLESTE			
Participação societária permanente	22.745	-	-
JCP/Dividendos a receber	1.021	-	-
Fornecedores	-	(29)	-
Contas a pagar	-	(93)	-
Receita financeira	-	-	4.298
Encargo de uso da rede elétrica	-	-	(1.010)
	23.766	(122)	3.288
TRANSUDESTE			
Contas a receber	20	-	-
Participação societária permanente	13.497	-	-
JCP/Dividendos	1.971	-	-
Contas a pagar	-	(58)	-
Fornecedores	-	(18)	-
Receita financeira	-	-	2.449
Receita de Prestação de Serviços	-	-	115
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(626)
	15.488	(76)	1.938
TRANSIRAPÉ			
Participação societária permanente	10.327	-	-
JCP/dividendos	1.578	-	-
Contas a pagar	-	(40)	-
Fornecedores	-	(10)	-
Receita financeira	-	-	1.796
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(426)
	11.905	(50)	1.370
CENTROESTE			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.223	-	-
Participação societária permanente	25	-	-
Contas a receber	370	-	-
Fornecedores	-	(12)	-
Contas a pagar	-	(40)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	360
Encargo de uso da rede elétrica	-	-	(247)
	17.618	(52)	113
BAGUARI			
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.172	-	-
	82.172	-	-
RETIRO BAIXO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.210	-	-
Participação societária permanente	56.626	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	4.431
Receitas financeiras	-	-	600
	106.836	-	5.031
SERRA FALCÃO ENERGIA			
Contas a receber	53	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	47.677	-	-
Participação societária permanente	142.881	-	-
Contas a pagar	-	(10.059)	-
Receitas de prestação de serviço	-	-	1.578
Receitas financeiras	-	-	(40.334)
Outras despesas	-	-	(59.690)
	190.611	(10.059)	(98.446)
CHAPECOENCE			
Participação societária permanente	279.516	-	-
Despesas financeiras	-	-	(6.287)
	279.516	-	(6.287)
INAMBARI			
Contas a receber	479	-	-
Participação societária permanente	5.660	-	-
Receitas financeiras	-	-	(1.076)
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.008
	6.139	-	(68)

TRANSENERGIA RENOVÁVEL			
Contas a receber	12	-	-
Participação societária permanente	39.597	-	-
Receitas de prestação de serviço	-	-	251
Despesa financeira	-	-	(926)
	39.609	-	(675)
MADEIRA ENERGIA			
Participação societária permanente	38.928	-	-
Despesa financeira	-	-	(79.733)
	38.928	-	(79.733)
TRANSENERGIA SÃO PAULO			
Participação societária permanente	4.537	-	-
Despesas financeiras	-	-	(50)
	4.537	-	(50)
TRANSENERGIA GOIÁS			
Participação societária permanente	2.768	-	-
Despesas financeiras	-	-	(87)
	2.768	-	(87)
MGE TRANSMISSÃO			
Participação societárias permanente	8.665	-	-
Despesas financeiras	-	-	(562)
	8.665	-	(562)
GOIÁS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	13.169	-	-
Receitas financeiras	-	-	(1.087)
	13.169	-	(1.087)
BRASVENTO EOLO			
Participação societária permanente	2.232		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.231	-	-
	4.463	-	-
BRASVENTO MIASSABA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.670	-	-
	6.670	-	-
REI DOS VENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.392	-	-
	4.392	-	-
PODER PÚBLICO FEDERAL			
Consumidores e concessionárias	16.430	-	-
Fornecimento de energia	-	-	76.563
Outras receitas	-	-	11.615
	16.430	-	88.178
REAL GRANDEZA			
Contas a receber	1.291	-	-
Contribuição normal	-	5.140	-
Contrato de dívidas atuariais	-	83.735	-
Outros passivos	-	52.445	-
Provisões atuariais	-	-	(11.277)
Encargo de dívidas	-	-	13.425
Contribuição normal mantenedor	-	-	11.929
Despesas financeiras	-	-	(98.490)
Contribuições despesas administrativas	-	-	2.899
Contribuição patrocinadora	-	-	-
Outras receitas	-	-	155
Outras despesas	-	-	(148.207)
	1.291	141.320	(229.566)
ETAU			
Contas a receber	50	-	-
JCP/Dividendos a receber	1.975	-	-
Participação societária permanente	14.935	-	-
Receita de JCP/Dividendos	-	-	3.833
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	8.367
	16.960	-	12.200
ARTEMIS			
Contas a receber	466	-	-
JCP/Dividendos permanente	2.676	-	-
Participação societária permanente	75.786	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	7.317
Receita de JCP/Dividendos	-	-	7.840
	78.928	-	15.157
UIRAPURU			
Contas a receber	4.207	-	-
Partic. societária permanente	24.455	-	-
JCP/Dividendos a receber	985	-	-
Receita de JCP/Dividendos	-	-	1.823
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	3.474
	29.647	-	5.297
RS ENERGIA			
Contas a receber	1.546	-	-
Partic. societária permanente	142.646	-	-
JCP/ dividendos a receber	1.077	-	-
Despesa com equivalência patrimonial	-	-	(490)
	145.269	-	(490)
CERRO CHATO I			
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.131	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(180)
	14.131	-	(180)
CERRO CHATO II			
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.131	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(180)
	14.131	-	(180)
CERRO CHATO III			
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.131	-	-
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	(180)
	14.131	-	(180)
NORTE BRASIL			
Partic. societária permanente	9.459	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	186
	9.459	-	186
CONST. INTEGRAÇÃO			
Partic. societária permanente	4.624	-	-
Receita com participação societária	-	-	4.624
	4.624	-	4.624
PORTO VELHO			
Contas a receber	4	-	-
Partic. societária permanente	192.759	-	-
JCP/Dividendos a receber	768	-	-
Receita de equivalência patrimonial	-	-	3.034
	193.531	-	3.034
AMAPARI			
Partic. societária permanente	41.533	-	-
Equivalência Patrimonial	(1.207)	-	-
Outros Ativos	103	-	-
Receita de equivalência. Patrimonial	-	-	768
	40.429	-	768
PREVINORTE			
Contribuições previdenciárias	-	5.128	-
Despesas atuariais	-	-	(85.604)
	-	5.128	(85.604)
NUCLEOS			
Contratos atuariais Cons. Divida	-		-
Outros passivos	-	102.390	-
Contribuições previdenciárias (normal, etc)	-	2.050	-
Contribuição normal mantenedor	-	-	8.657
Provisão atuarial	-	-	(6.472)
	-	104.440	2.185
FIBRA			
Contas a Pagar	-	43.031	-
Contribuição normal	-	2.546	-
Outros passivos	-	-	-
Contribuições previdenciárias	-	-	(17.298)
Despesa Atuariais	-	-	-
Despesas Financeiras	-	-	(4.400)
	-	45.577	(21.698)
CAJUBI			
Contas a pagar	-	2.299	-
Contribuições previdenciárias normais	-	4.749	(16.845)
Outros passivos	-	479.862	-
Despesas atuariais	-	-	(320.751)
Despesas financeiras	-	-	(20)
	-	486.910	(337.616)

NOTA 46 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	4.488	3.385	24.545	16.435
Salários e encargos sociais	748	990	4.821	4.167
Outros	333	203	3.051	2.554
	5.569	4.578	32.417	23.156

NOTA 47 - EVENTOS SUBSEQUENTES

I – UHE Teles Pires:

Em 19 de janeiro de 2011 foi constituída a sociedade de propósito específico Companhia Hidroelétrica Teles Pires para a construção, geração e manutenção da UHE Teles Pires. A Eletrosul possui participação de 24,5%, cabendo a Furnas Centrais Elétricas S.A. 24,50%, a Neoenergia S.A 50,1% e a Odebrecht Participações S.A. 0,90%.

II – Interligação de Manaus ao SIN:

A interligação da região ao Sistema Interligado Nacional – SIN mediante construção da Linha de Transmissão Tucuruí-Manaus de 500 kV, prevista para ser concluída em 2012. Obra do governo federal orçada em R$ 3.340.000, beneficiará, diretamente ou por desvios vicinais, as cidades de Urucará, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Maués, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, até a subestação de Cariri na região de Manaus.

III - Transformação de Unidades Geradoras - Bicombustíveis

Dando prosseguimento ao projeto de transformação de unidades geradoras para utilização do gás natural foram investidos R$ 14.000 para a conversão de duas unidades MS70001B da usina de Mauá e quatro unidades LM6000 com previsão de operação comercial entre os meses de janeiro a março/2011.

IV – Banda Larga

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás está negociando com a Eletrobras o uso de sua rede de fibras óticas para colocar em prática o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), previsto ara entrar em operação em 2011.

V – Aumento do Capital Social

O Decreto S/N° de 29 de setembro de 2010, autorizou a Eletrobras aumentar o seu capital com subscrição de ações, utilizando o montante equivalente aos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). O Conselho de Administração, através da Deliberação em 29 de junho de 2010 e a 155ª Assembléia Geral Extraordinária – da Eletrobras, de 11 de janeiro de 2011, aprovaram o aumento de capital no valor equivalente a R$ 5.148.764, considerando a subscrição particular de ações para os detentores de ações ordinárias e preferenciais da classe "B", resultando na emissão de 220.277.010 novas ações, assim distribuídas: 182.026.770 ações ordinárias (ON) e 38.250.240 ações preferenciais de classe "B". A subscrição em ações preferenciais da classe "A", tendo em vista que estas só puderam ser subscritas até junho de 1969, conforme o § 1° do art. 8° do Estatuto Social da Eletrobras. O referido aumento foi homologado pela 157ª Assembléia Geral Extraordinária – da Eletrobras, ocorrida em 16 de março de 2011, passando o capital social de R$ 26.156.567 para R$ 31.305.331, dividido em 1.087.050.297 ações ordinárias, 146.920 ações preferenciais da classe "A" e 265.436.883 ações preferenciais de classe "B", todas sem valor nominal. As ações emitidas em decorrência da mencionada subscrição, serão remuneradas com o mesmo valor de dividendos por ação, a ser aprovado na 51ª Assembléia Geral Ordinária.

VI – Tarifa de energia de Itaipu

O Senado Federal aprovou, em 11 de maio de 2011, o Projeto de Decreto Legislativo que autoriza o governo brasileiro a aumentar de cerca de US$ 120 milhões para US$ 360 milhões anuais o montante pago pelo Brasil pela energia de Itaipu relativa a parte não utilizada pelo Paraguai, com impacto na tarifa de repasse ao consumidor e, portanto, adquirida sem impacto sobre o resultado da companhia.

VI – Concessão da UHE Xingó

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL indeferiu, em 10 de maio de 2011, o pedido de ajustamento do período da concessão da Usina Hidrelétrica Xingó. Tal pedido fora feito à ANEEL em 2004 e o presente ato não traz qualquer impacto às Demonstrações Contábeis da Companhia, eis que a administração adotou como premissa, para esta UHE, o termo final de concessão em 2015 e, como base de avaliação da indenização o valor residual contábil, condição esta em que a decisão daquela Agência em nada alterou a posição patrimonial e de resultado da Companhia.

Ressalte-se que, o primeiro dos 6 hidrogeradores da UHE Xingó entrou em operação comercial em dezembro de 1994, e o último em agosto de 1997. Assim, ao se considerar o termo final da concessão em 2015, a ANEEL entende que o período total de concessão, somado ao de prorrogação, é de 20 anos.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Geração

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor de Distribuição

José Antonio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia – PricewaterhouseCoopers, emitido sobre as Demonstrações Contábeis da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o número 393/2011, em reunião do colegiado realizada, em 12 de maio de 2011.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o numero 393/2011, em reunião do colegiado realizada, em 12 de maio de 2011.

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Diretor de Geração

MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

PEDRO CARLOS HOSKEN VIEIRA
Diretor de Distribuição

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

JOÃO VICENTE AMATO TORRES
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Contábeis e o parecer emitido pelos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao Exercício findo em 31.12.2010 e, encontrando-se corretos e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Presidente

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
Conselheiro

LUIZ SOARES DULCI
Conselheiro

VIRGINIA PARENTE DE BARROS
Conselheira

LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA
Conselheiro

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA
Presidente

CHARLES CARVALHO GUEDES
Conselheiro

DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Conselheiro

ANA LUCIA DE PAIVA LORENA FREITAS
Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou das proposta relativa à destinação do resutado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade - DFC e no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2010, o Conselho Fiscal da Eletrobras entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRAS, relativamente à destinação do resultado do exercício de 2010, está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011

ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA
Presidente

CHARLES CARVALHO GUEDES
Conselheiro

DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Conselheiro

ANA LUCIA DE PAIVA LORENA FREITAS
Conselheira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras (a "Companhia" ou "Eletrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Aplicação do método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Continuidade operacional das empresas controladas da distribuição

Chamamos a atenção para a Nota 16 às demonstrações financeiras, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 554.323 mil. Essa situação suscita dúvida sobre a continuidade operacional destas empresas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As normas de auditora anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, os exames das demonstrações financeiras de determinadas empresas coligadas foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas demonstrações financeiras da Eletrobras, os investimentos destas empresas coligadas avaliados pelo método de equivalência patrimonial representam com base nas práticas contábeis vigentes na época, investimentos de R$ 6.359.637 mil em 31 de dezembro de 2009 e a participação nos resultados monta a R$ 1.383.048 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras da Itaipu Binacional, com ativos totais de R$ 9.865.700 mil em 31 de dezembro de 2009, incluídas nas informações contábeis consolidadas, foram também examinadas por outros auditores independentes. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por estas empresas coligadas, estava fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores e continha os seguintes parágrafos de ênfase relacionados com esses investimentos: (a) reembolso referente aos gastos com plano de complementação de aposentadoria pela Lei no. 4.819/1957 na empresa coligada CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; (b) reconhecimento dos créditos de ajuste na Conta de Resultados a Compensar - CRC referente à complementação e suplementação de aposentadoria de seus funcionários ex-autárquicos conforme decisão judicial favorável das empresas coligadas CEEE - D - Companhia de Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e CEEE - GT - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica; e (c) continuidade normal dos negócios da empresa coligada EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas são apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 30 de março de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 6 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Sergio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

MENSAGEM

Desafios são empresarialmente necessários, principalmente quando as mudanças se tornam obrigatórias para a garantia da sobrevivência e estão inseridos em um contexto maior, o da transformação de todas as empresas Eletrobras no maior sistema empresarial global de energia limpa até 2020.

O ano de 2010 foi pleno em desafios para a Eletrobras Eletronorte, levando a Empresa a buscar soluções para problemas estruturais, em parte ocasionados por realizar suas atividades em uma região onde prevaleciam os sistemas isolados, e a reduzir custos para permitir maior geração de caixa e, posteriormente, torná-los compatíveis com empresas referência no setor.

Merece destaque a negociação com as distribuidoras regionais na resolução de problemas como inadimplências ou o equacionamento de questões advindas da passagem de ativos de energia abaixo de 230 kV, ou de contratos de compra de energia.

Outro ponto importante foi a continuidade do processo de expansão, participando de maneira significativa em Sociedades de Propósito Específico, como a Norte Energia S.A., responsável pela construção e futura operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ou a Energética Águas da Pedra, responsável por Dardanelos, sem falar nos empreendimentos de transmissão, como a interligação das usinas do Madeira a São Paulo.

Também foi preciso perseguir o cumprimento das metas pactuadas com a Eletrobras no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial que, junto com aquelas estabelecidas no Plano Estratégico 2010-2020, orientam as ações empresariais.

Alguns destes desafios foram vencidos ou estão em processo de solução. Outros, cujo equacionamento depende de decisões externas, não puderam ser conquistados e continuam merecendo nossa atenção e prioridade.

Nenhum deles, contudo, nos causou marca mais profunda do que superar a perda de um Diretor-Presidente como o Engenheiro Jorge Nassar Palmeira, exemplo de paixão pela Eletrobras Eletronorte, que nos deixou de forma prematura em agosto de 2010.

A força e a determinação de colaboradores e colaboradoras, o empenho de todos os diretores e a participação sinergética da Eletrobras no equacionamento dos principais problemas e na determinação das diretrizes a serem perseguidas, permitiram que a Eletrobras Eletronorte, pelo segundo ano seguido, conquistasse resultado positivo, fato inédito em nossa história.

A obtenção do lucro contábil, contudo, é apenas parte daquilo que nos causa orgulho. Podemos mencionar muitos outros fatos que nos envaideceram em 2010 e que demonstram o esforço empresarial em prol da sustentabilidade.

Na dimensão social, citamos o programa pró-equidade de gênero, a promoção da diversidade e igualdade de oportunidades, o programa de estágio, o projeto Jovem Aprendiz e o programa de qualidade de vida da força de trabalho. E não podemos deixar de mencionar o engajamento em importantes políticas públicas como o da universalização da energia por meio do Programa Luz Para Todos, onde a Eletrobras Eletronorte atua como coordenadora da Região Elétrica Norte.

A preservação do patrimônio cultural e arqueológico e a grande atenção dada às comunidades indígenas são exemplos de ações que nos orgulham na dimensão ambiental e que ratificam a atuação que a Empresa sempre teve para a preservação do meio ambiente.

Tais fatos e ações propiciaram à Eletrobras Eletronorte a conquista de prêmios, reconhecimentos e certificações que nos dão a certeza de estarmos trilhando o caminho certo, já que abrangem avaliações em temas diversos como:

- excelência da gestão: a Superintendência de Produção Hidráulica foi reconhecida como destaque nos critérios Sociedade e Pessoas;

- inovação: Prêmio "17ª Empresa Mais Inovadora do Brasil 2010", concedido pela Revista Época Negócios em parceria com a consultoria A.T. Kearney; Prêmio "Finep de Inovação 2010" como vencedora da Região Centro-Oeste; e as "100 Mais Inovadoras no Uso de TI", onde obteve a 11ª posição do ranking geral;

- gestão da operação e manutenção:
  - o prêmio especial de execução de TPM para a Usina Hidrelétrica de Tucuruí;
  - o prêmio de excelência em consistência e comprometimento de TPM para as Regionais de Transmissão do Mato Grosso – CMT, de Rondônia/Acre – CRA, do Pará – CPA, do Maranhão – CMA e do Tocantins – CTO, a Regional de Produção do Amapá – CAP e a Usina Hidrelétrica de Samuel;
  - o prêmio de excelência em TPM – Categoria B para a Regional de Transmissão de Roraima – CRR e para a Usina Hidrelétrica de Curuá-Una.

- gestão ambiental - a Superintendência de Produção Hidráulica e a Superintendência de Produção e Comercialização do Amapá mantiveram a certificação na NBR ISO 14001;

- gestão de processos: foram mantidas as certificações NBR ISO 9001:2008 dos processos:
  - o aquisição e financeiro das unidades regionais do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Tucuruí;
  - o de operação em tempo real, pré-operação e pós-operação nos Centros de Operação do Acre/Rondônia, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins e Brasília;
  - o de cinco unidades da Sede.

- direitos humanos: a Eletrobras Eletronorte aderiu voluntariamente à 3ª Edição do Programa Pró-equidade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, que, na sua continuidade, garantiu à empresa três premiações consecutivas, obtendo certificações do Selo Pró Equidade de Gênero.

Sabemos que essas conquistas e os desafios vencidos foram frutos não somente do esforço dos nossos colaboradores, mas também da parceria e cooperação de fornecedores, de clientes, da sociedade, em especial as comunidades de convivência dos nossos empreendimentos e das demais partes interessadas que conosco interagem.

Continuamos contando com o apoio de todos e todas para que possamos alcançar em 2011 resultados ainda melhores, sempre tendo à frente a imagem da grande Eletrobras fortalecida e a marca única – uma das dez brasileiras presentes na lista das 500 marcas mundiais mais famosas, que nos une de Norte a Sul do Brasil.

INSTITUIÇÃO E PROPÓSITOS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras é uma concessionária de serviço público de energia elétrica.

Criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973, foi autorizada a funcionar como concessionária de serviços públicos de energia elétrica pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973.

Com sede no Distrito Federal, a Empresa atua intensamente na Região da Amazônia legal, com instalações operacionais nos Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e administrativas.

Além de atender aos clientes localizados nos estados mencionados, a Eletrobras Eletronorte fornece energia para compradores que se localizam nas demais regiões brasileiras, por meio do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Com base nos dados preliminares do Censo 2010 divulgados pelo IBGE, 25.478.352 milhões de habitantes vivem nos Estados onde a Eletrobras Eletronorte tem ativos de geração e transmissão. Destes, mais de 15 milhões se beneficiam da energia elétrica proveniente das quatro usinas hidrelétricas – Tucuruí (PA), a maior usina genuinamente brasileira e a quarta do mundo, Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO) e Curuá-Una (PA) – e de parques termelétricos.

Com uma potência instalada total de 9.294,33 megawatts e sistemas de transmissão que contam com 9.888,02 quilômetros de linhas e 53 subestações, tem capacidade total de transformação de 29.043 MVA.

DIMENSÃO EMPRESARIAL

DADOS OPERACIONAIS	2008	2009	2010
USINAS EM OPERAÇAO	11	11	11
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	7	7	7
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	9.293,26	9.293,26	9.294,33
Hidráulica (MW)	8.694,00	8.694,00	8.694,00
Térmica (MW)	599,26	599,26	599,97
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km)	10.573,81	9.841,37	9.888,02
Em 500 kV (km)	3.236,10	3.236,10	3.243,32
Em 230 kV (km)	5.438,97	5.446,87	5.482,81
Em 138 kV (km)	1.387,09	955,61	959,10
Tensões abaixo de 138 kV (km)	511,65	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES	59	52	53
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA)	27.158	27.024	29.043
Usinas	9.999	9.939	9.939
Subestações	17.159	17.085	19.104
Custo bruto do ativo imobilizado (R$ mil)	25.709.227	25.853.190	25.788.392

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh AMBIENTES	2008	2009	2010
Ambiente de Contratação Regulada - ACR (Dist. do SIN)	15.023.890,348	14.474.366,247	15.725.880,031
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	19.493.341,623	19.578.355,857	19.534.887,929
Sistema Isolado (RR, AP)	4.144.876,701	4.155.959,142	1.727.038,353
Liquidação CCEE	1.053.214,546	5.822.469,338	2.241.322,223
Total	39.715.323,218	44.031.150,584	39.229.128,536

FINANCEIROS	2008	2009	2010
Ativo Total (R$ mil)	17.843.043	18.279.689	19.210.110
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	4.582.340	4.128.716	4.300.632
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	3.810.033	3.382.893	3.430.390
Resultado do Serviço (R$ mil)	234.445	276.699	265.462
Lucro / Prejuízo líquido (R$ mil)	-2.424.558	584.534	139.764
Patrimônio Líquido (R$ mil)	6.188.665	6.334.841	10.316.815
Rentabilidade do Patrimônio Liquido (%)	-39,18	9,23	1,35
Serviço da Dívida (Encargos, Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não Circulante) – total em R$ mil	8.614.719	4.299.948	4.524.400
Em Moeda Nacional (R$ mil)	7.766.309	3.716.788	3.988.503
Em Moeda Estrangeira (R$ mil)	848.410	583.160	535.897
Endividamento do Patrimônio Liquido (%)	139,20	67,88	43,85
Em moeda Nacional (%)	125,49	58,67	38,66
Em moeda Estrangeira (%)	13,71	9,21	5,19

INDICADORES DE PERFOMANCE	2008	2009	2010
Quadro de Pessoal	3.725	3.701	3.850
Salário Médio dos Funcionários (R$)	4.331,97	5.329,80	6.201,89
Retorno dos Ativos em Produção (Resultado do Exercício / Ativo Imobilizado em Serviço)	-17,26%	2,93%	1,54%
Capital Social (R$ mil)	4.177.205	4.177.205	8.200.406
Taxa de Gravidade de Acidentes (TGA)	79,00	75,83	99,93
Taxa de Frequência de Acidentes (TFA)	1,51	1,09	2,05
Índice de Absenteísmo (IAD)	2,5	2,10	2,53

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Linhas (km)
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	505,69
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	302,00
Amazonas	-	UTE Electron (*)	-	-
Maranhão	-	-	9	2.430,48
Mato Grosso	-	-	9	2.538,31
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá Una	-	12	2.538,71
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	8	866,06
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**)	1	190,20
Tocantins	-	-	2	516,57
Total	4	7	53	9.888,02

(*) Usina cedida em comodato para a Amazonas Energia S.A.
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A

ARQUITETURA DOS NEGÓCIOS

A quase totalidade da receita da Empresa é proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilidade do seu sistema de transmissão. Essas operações são suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Empresa, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia, realizados por Comercializadores ou Consumidores Livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A Empresa atua, simultaneamente, nos Sistemas Isolados e no Sistema Interligado Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Sistemas Isolados atendidos pela Eletrobras Eletronorte estão localizados nos Estados de Roraima e Amapá, enquanto que os Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre participam da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No caso do Estado de Roraima o suprimento é feito com a importação de energia da Venezuela.

O Sistema isolado do Amapá é suprido pela Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes e pela Usina Termelétrica de Santana.

A Eletrobras Eletronorte possui uma subsidiária integral, a Boa Vista Energia S.A e participa de 16 (dezesseis) Sociedades de Propósito Especifico - SPEs para geração e transmissão de energia elétrica, a seguir relacionadas (com a indicação do percentual de participação da Empresa em cada uma destas SPEs):

Sociedade de Propósito Especifico - SPE	Percentual (%)
AMAZÔNIA ELETRONORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	37,00
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,71
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00
ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100,00
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50
LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00
RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	49,00
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	24,50
AMAPARI ENERGIA S.A.	49,00
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50
NORTE ENERGIA S.A.	19,98

Compõe também o patrimônio da Empresa a participação em duas SPEs criadas exclusivamente para o período de construção dos empreendimentos a que estão associadas.

A Empresa é, ainda, patrocinadora da Fundação de Previdência Complementar – Previnorte, entidade sem fins lucrativos, criada em 1988 com objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadoria e pensões proporcionadas pela previdência social.

Nova Marca

Dentre as mudanças originadas pelo processo de transformação do Sistema Eletrobras, uma das mais significativas foi a mudança da marca.

Criada para um momento onde foram estabelecidos novos desafios, como uma maior atuação internacional e a priorização da geração de energia limpa, o lançamento da nova marca tem uma simbologia que vai muito além dos aspectos gráficos e da apresentação midiática do Sistema Eletrobras, representando o inicio de um processo de mudança cultural em todas as empresas do Sistema.

Desta forma, desde março de 2010, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. passou a utilizar o nome fantasia "Eletrobras Eletronorte" e assim ser representada visualmente:

Eletrobras
Eletronorte

Governança

A estrutura de governança da Eletrobras Eletronorte é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Ao Conselho de Administração compete a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrobras Eletronorte, por meio de diretrizes fundamentais de administração, bem como o controle superior da Empresa, a fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, o acompanhamento da execução dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos.

Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a administração da Empresa, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e pelos Diretores de Gestão Corporativa, Econômico-Financeiro, de Planejamento e Engenharia e de Produção e Comercialização.

Contrato de Metas de Desempenho Empresarial — CMDE

Como importante instrumento de governança, em dezembro de 2009, foi assinado, entre a Eletrobras e a Eletrobras Eletronorte, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, abrangendo período de 5 (cinco) anos, onde foram estabelecidas metas a serem alcançadas para indicadores nas áreas Econômico-Financeira, Técnico-Operacional e Socioambiental.

Composição Acionária

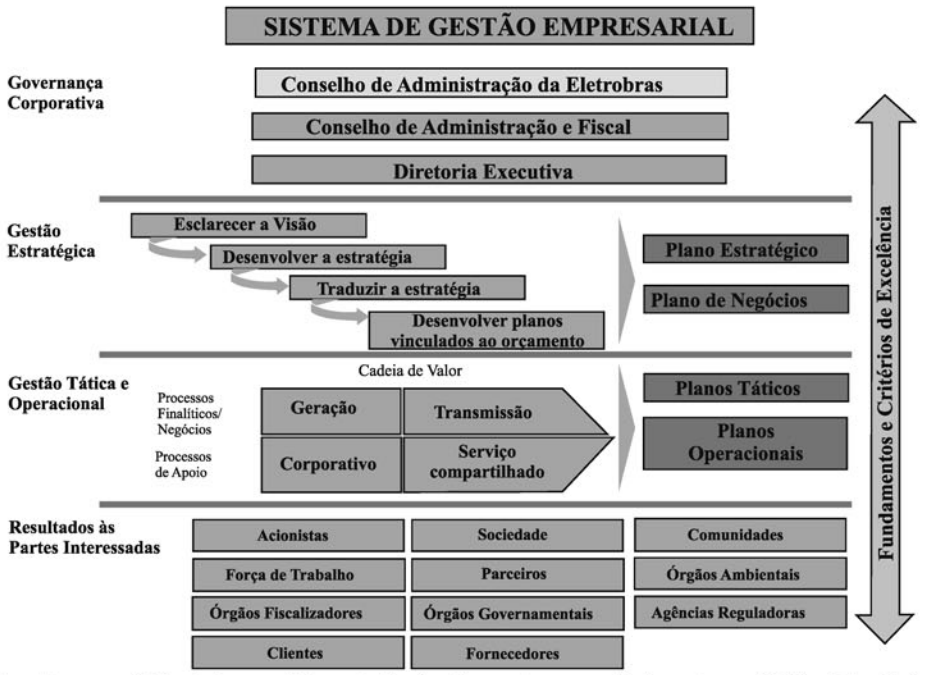
O seguinte quadro apresenta a composição acionária da Eletrobras Eletronorte em 31 de dezembro de 2010:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA – 31/12/2010
(ÚLTIMA CAPITALIZAÇÃO: AGE DE 23/08/2010)

ACIONISTAS	C.N.P.J.	QTDE. DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
1. Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras	00.001.180/0001-26	135.087.915	99,410	8.170.406.565,70
2. Prefeitura Municipal de Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,194	9.867.322,33
3. Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA	04.895.728/0001-20	247.635	0,182	9.272.765,92
4. Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,108	5.481.317,35
5. Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,026	1.347.731,10
6. Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	04.065.033/0001-70	22.016	0,016	824.395,64
7. Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON	05.914.650/0001-66	13.949	0,010	522.324,44
8. Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	320.831,30
9. União Federal	-	1.804	0,001	67.551,31
10. Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,024	1.195.141,52
11. Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,023	1.100.255,14
TOTAL		135.889.074	100,00	8.200.406.201,75

Sistema de Gestão

Para a realização de suas atividades a Eletrobras Eletronorte utiliza sistema de gestão que é representado pelo diagrama seguinte:



A gestão empresarial é apoiada por modelos, metodologias e ferramentas como os Fundamentos e os Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ e do GesPública, TPM, Balanced Scorecard – BSC e outros, conforme a especificidade da área ou atividade.

A Eletrobras Eletronorte faz parte, também, do Conselho das Partes Interessadas do Movimento Brasil Competitivo – MBC.

Código de Ética

As empresas do Sistema Eletrobras definiram, em conjunto, Código de Ética único, aprovado em 2010 e distribuído para todos os colaboradores e também disponível para consulta pela intranet e pela internet (http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/publicacoes/).

O processo de elaboração contou com ampla participação dos trabalhadores e trabalhadoras e apresenta os princípios que orientam as ações e os compromissos de conduta institucionais, presentes nas interações das empresas do Sistema Eletrobras com colaboradores e colaboradoras, fornecedores e demais partes interessadas.

Relação com as Partes Interessadas

A Eletrobras Eletronorte mantém diversos canais de interação com as partes interessadas, alguns deles atendendo especificidades de cada uma das partes e outros de caráter geral que visam incentivar o diálogo com todos os envolvidos.

Canais de Comunicação com as Partes Interessadas

Para fazer a comunicação administrativa, a Empresa utiliza todos os meios disponíveis para a comunicação interna entre áreas, gerentes, equipes e pessoas, tais como: comunicados internos, quadros de aviso, correio eletrônico, reuniões, encontros e demais atividades de rotina.

A Eletrobras Eletronorte utiliza em seus relacionamentos internos e externos os seguintes veículos:

- Jornal Novo Tempo: publicação quinzenal, editada na sede e nas unidades regionais, distribuída para todos os colaboradores e para todas as colaboradoras da Empresa nos formatos impresso e eletrônico (http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/modulos/home_NovoTempo.html), com o objetivo de compartilhar informações de interesse maior do público interno.
- Revista Corrente Contínua: edição bimensal, com tiragem de dez mil exemplares, na qual são publicadas grandes reportagens sobre geração, transmissão, meio ambiente, responsabilidade social e tecnologia, com ênfase na divulgação das atividades, projetos e empreendimentos desenvolvidos pela Empresa. É um veículo direcionado ao público externo, mas que, também, abrange toda a força de trabalho. Está disponível no endereço web http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/modulos/home_CorrenteContinua.html.
- Assessoria de imprensa: atendimento e relacionamento com os veículos de imprensa para garantir espaço às notícias de interesse da Empresa e fortalecer a marca e a imagem empresarial nos noticiários nacionais e regionais. Dessa atividade faz parte o Clipping e o Relatório Analítico do Clipping, em que são selecionadas e analisadas todas as notícias veiculadas na mídia sobre a Empresa, seus negócios e empreendimentos.
- Ouvidoria: A Ouvidoria-Geral é um canal de interação social, disponibilizado ao público interno e externo da Eletrobras Eletronorte, dando oportunidade para o encaminhamento de sugestões, elogios, reclamações e denúncias, abrangendo os seguintes temas: contratações, empregados, concursos, meio ambiente, responsabilidade social, ética, assédio moral, sexual, discriminações de gênero, raça, cor, religião e outros, com o intuito de assegurar isonomia junto aos cidadãos e à sociedade.
- Canal Aberto: veículo exclusivo para transmitir informações sobre negociações sindicais.
- Campanhas e ações de comunicação interna: organização, planejamento e execução de campanhas e eventos para o público interno, com produção de peças de divulgação impressas, eletrônicas e audiovisuais.
- Intranet: rede de informações, restrita aos colaboradores, que possibilita o acesso rápido e fácil a conteúdos corporativos. Também é usada como ferramenta de endomarketing para divulgar informações sobre projetos, resultados e atividades internas da gestão da Empresa.
- Internet: o portal da Eletrobras Eletronorte – http://www.eletronorte.gov.br - oferece vários serviços e informações ao público. Apresenta a Empresa em seus diversos níveis de atuação, estabelece um canal com a imprensa, oferece serviços especiais a públicos específicos; publica notícias sobre a Empresa e o setor elétrico e informações atualizadas sobre geração, transmissão, meio ambiente, responsabilidade social e tecnologia.
- Videoconferência: Sistema de comunicação interativa em tempo real entre 2 ou mais localidades geograficamente distribuídas. A interatividade em tempo real permite que as localidades troquem entre si imagens de pessoas, telas de computadores e voz. Composta por 38 "salas" (nativas e estações de trabalho) instaladas no: Acre, Amapá (2), Distrito Federal (7, nó central), Maranhão (4), Pará (10), São Paulo, Mato Grosso (6, nó regional), Rondônia (4, nó regional), Roraima, Tocantins (2, nó regional). Novos pontos de presença estão sendo instalados e, também, é possível a conexão, por meio da Internet (tecnologia IP), com qualquer localidade que apresente compatibilidade e capacidade de processamento com programas, equipamentos (inclusive estação de trabalho), protocolos e banda de telecomunicação. A Eletrobras Eletronorte já realizou sessões de videoconferência com entidades privadas e do setor elétrico no Brasil (SP, RJ, PE, SC, PR e outros estados) e no mundo (França, Suécia e outros países).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Publicidade institucional: desenvolvimento de campanhas publicitárias para divulgação de realizações empresariais e governamentais junto a segmentos de público de interesse institucional.
- Publicidade legal: publicações legais no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação.

Gestão Estratégica

O posicionamento estratégico do Sistema Eletrobras foi definido em trabalho que teve a participação de representantes de todas as empresas controladas e que foi materializado inicialmente pelo Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, que definiu o novo Credo adotado também pela Eletrobras Eletronorte, como demonstrado no Mapa Estratégico adiante reproduzido.

Com base no novo Credo e nas premissas e diretrizes do Plano Estratégico, a Eletrobras elaborou, posteriormente, os planos de negócio de Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Internacionalização e Programas de Governo.

Cada empresa controlada desdobra os objetivos e ações com base nas diretrizes emanadas pela Eletrobras, onde se destaca o compromisso do sistema com a sustentabilidade, explicitado em seu credo.

A Eletrobras Eletronorte possui processo estruturado de planejamento estratégico, cujo primeiro ciclo abrangeu os anos de 1978 a 1984, e que vem recebendo melhorias continuas.

Em 8 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano Estratégico 2010-2020 que fundamentou o Mapa Estratégico, e determinando que os esforços empresariais são direcionados por seis objetivos estratégicos, como mostrado no gráfico seguinte:



A coordenação do processo de planejamento estratégico é feita pela Assessoria de Planejamento Estratégico, órgão vinculado à Presidência, com base em diretrizes estabelecidas pela Eletrobras e pela Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronorte e nas conclusões e recomendações oriundas das Oficinas e Encontros de Planejamento. Em paralelo, é compatibilizada com o orçamento empresarial, consolidado pela Diretoria Econômico-Financeira - DF.

O processo utiliza, desde 1996, como metodologia o Balanced Scorecard - BSC e como ferramenta computacional o Portal de Gestão Estratégica, onde são cadastrados o Mapa Estratégico, os objetivos e iniciativas estratégicas, os indicadores e as metas e que se constitui no instrumento online para o registro, monitoramento e a análise do desempenho empresarial.

No desdobramento tático-operacional é utilizado como ferramenta computacional o Sistema SGestor.

A sistemática de reuniões se divide em Oficinas e Encontros de Planejamento e em reuniões de Análise do Desempenho.

As Oficinas visam identificar ações para eficientização de processos e a priorização de novos empreendimentos. São segmentadas por negócios (Geração - Expansão, Geração - Operação e Manutenção, Transmissão - Expansão, Transmissão - Operação e Manutenção) e uma Oficina especifica para os assuntos corporativos.

Os Encontros de Planejamento reúnem todos os Diretores e gerentes de nível G1 para apresentação e debate de temas estratégicos.

As reuniões de análise do desempenho são feitas em três níveis e abrangem os indicadores e metas estabelecidos no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE.

No primeiro nível, técnicos e gerentes da Assessoria de Planejamento Estratégico - PPE, Superintendência de Planejamento e Controle - FPC e das Assessorias de Gestão de cada Diretoria apresentam, mensalmente, a situação e a análise dos indicadores e das ações estratégicas.

Trimestralmente, a análise de desempenho é feita pela Diretoria Executiva e, em terceiro nível, pelo Conselho de Administração.

A Eletrobras Eletronorte tem a sustentabilidade como tema estratégico orientador de suas ações e que perpassa todas as perspectivas do seu Mapa Estratégico (Financeira, Clientes e Mercado, Processos Internos e Pessoas e Aprendizado).

Para tal, tem participado anualmente como uma das empresas do Sistema Eletrobras dos questionários ISE BMF&Bovespa e Dow Jones Sustainability Indexes. O claro direcionamento de todas as empresas do Sistema Eletrobras para solução das lacunas que são identificadas por estes questionários gerou inicialmente o Pacto de Tucuruí, em 2009, e no ano seguinte o Pacto de Furnas, onde todas se comprometem com o aprimoramento de suas práticas de sustentabilidade.

Participar destes questionários representa para a Eletrobras Eletronorte a oportunidade de consolidar internamente a cultura da sustentabilidade e, em paralelo, auxiliar na resolução de questões que impactam negativamente em seus resultados e suas ações. A Empresa procura, desta forma, criar pilares consistentes em todas as dimensões da sustentabilidade que possam garantir lucratividade e saúde financeira, mesmo mantendo atuação positiva e relevante na preservação do meio-ambiente e em prol das comunidades de convivência.

Em virtude de seguidos resultados econômico-financeiros negativos, revertido a partir do exercício de 2009, a Eletrobras Eletronorte tem dado especial atenção às questões estruturais que devem ser resolvidas para que a perenidade empresarial possa ser garantida em sua dimensão econômico-financeira.

As principais questões estruturais, dentre as que constam do Plano Estratégico 2010-2020 da Eletrobras Eletronorte e do Projeto Eletronorte Eficiência e Crescimento – PEEC, são; dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, transferência do contrato do PIE Termonorte II para a distribuidora local do Estado de Rondônia, transferência do controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras e o vencimento das concessões da rede básica de transmissão de energia e da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Estado do Amapá.

Desta forma, a melhoria de seus indicadores de sustentabilidade tem sido enfatizada como uma das iniciativas estratégicas relevantes, tendo como indicador a pontuação obtida no questionário ISE BMF&Bovespa.

A partir de 2010, por meio do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE celebrado entre a Eletrobras e a Eletrobras Eletronorte, indicadores específicos para as áreas social e ambiental estão sendo acompanhados e informados para a holding. São eles o Montante Mínimo de Investimentos Sociais em relação à Receita Operacional Líquida – MIS e o Montante Mínimo de Investimentos Ambientais em relação à Receita Operacional Líquida – MIMA.

Gestão da Sustentabilidade

O cenário de sustentabilidade ganhou maior visibilidade e espaço dentro das empresas na última década e vem motivando ações conjuntas, inovadoras e transformadoras entre empresas e pessoas, que atuam em favor das comunidades na busca de uma sociedade mais justa.

Alinhada ao processo de transformação na gestão da sustentabilidade, em dezembro de 2008 a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronorte aprovou por meio da RD 0856/2008 a criação do Comitê de Sustentabilidade, composto de Coordenador-Geral, Secretário-Executivo, representantes da dimensão Ambiental, Social, Econômico-Financeira e Governança Corporativa, além de Gerentes das Assessorias de Planejamento e Gestão de cada Diretoria.

As principais atribuições do Comitê são as seguintes:

- Sugerir e apresentar à Diretoria Executiva políticas e diretrizes empresariais destinadas à implementação de práticas e ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente;
- Promover a disseminação da cultura de sustentabilidade em toda a Empresa;
- Sugerir para a Diretoria Executiva a indicação dos representantes da Eletrobras Eletronorte no Comitê de Sustentabilidade da Eletrobras e em outros Comitês de Sustentabilidade que tenham participação da Empresa;
- Coordenar as ações destinadas ao cumprimento das recomendações do Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras;
- Coordenar a elaboração anual do programa de melhoria de gestão focada em ações de sustentabilidade e acompanhar a sua implementação, monitorando os resultados alcançados;
- Avaliar periodicamente o desempenho da Empresa em assuntos que se relacionem à sustentabilidade de seus negócios, bem como recomendar a revisão das políticas, estratégias e ações nos planos, ambiental, de atuação social, relacionamento com partes interessadas, imagem e reputação, dentre outros;
- Coordenar as respostas aos questionários Dow Jones Sustainabilty Indexes - DJSI da Bolsa de Valores de Nova York e Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, indicando os responsáveis para cada uma das dimensões de sustentabilidade;
- Coordenar a elaboração de relatórios de gestão em sustentabilidade que atendam padrões mundialmente aceitos, em especial o Global Reporting Initiative – GRI.

Em 2010, Os Diretores-Presidentes de todas as empresas do Sistema Eletrobras assinaram o Pacto de Furnas, que assume novas metas de compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Tais metas subsidiaram a construção de planos de ação para implementação de práticas de sustentabilidade corporativa e, consequentemente, o atendimento às demandas dos índices de sustentabilidade nacionais e internacionais, bem como implementar, divulgar e prover os recursos e as condições necessárias para efetivar sua aplicação e estender esse comprometimento a fornecedores e parceiros.

A Eletrobras Eletronorte, dentro desse contexto empresarial, incluiu como parte de um de seus objetivos estratégicos no Plano Estratégico 2010-2020, a Iniciativa Estratégica – Implementar Ações de Eliminação das lacunas da Dimensão Social, que é acompanhado por meio do Indicador Atendimento aos Requisitos de Sustentabilidade Social – ARSS e que foi construído com base no percentual de atendimento aos requisitos do ISE Bovespa.

O processo para a implantação de uma gestão sustentável na Empresa requer o efetivo envolvimento e integração de áreas estratégicas, que farão a análise das ferramentas que auxiliam esse processo e a elaboração dos planos para eliminação das lacunas e alcance das metas estabelecidas pela Eletrobras.

O Encontro foi dividido em salas temáticas cujos produtos estão a seguir descritos:

- Sala Temática de Responsabilidade Social Empresarial - foi construído coletivamente Plano de Ação com o objetivo de orientar a elaboração, análise, implementação, gestão, acompanhamento e avaliação de projetos e programas socioambientais que visem proporcionar o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das comunidades nas áreas de convivência da Empresa, com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Sala Temática de Comunicação para a Sustentabilidade - foi realizada a análise do mapa das partes interessadas prioritária se definidas as Diretrizes para elaboração do Plano de Ação da Comunicação para a Sustentabilidade.
- Sala Temática de Ética Institucional - foram definidas as atribuições dos (as) representantes regionais da Comissão de Ética da Eletrobras Eletronorte.

Visando garantir a implantação de procedimentos específicos para a realização de licitações sustentáveis na Eletrobras Eletronorte, foi emitida pela Superintendência de Suprimento de Material e Serviços – GSS em parceria com a Superintendência de Meio Ambiente – EEM e Assessoria de Sustentabilidade Empresarial e Ações de Responsabilidade Social – PSS, a Nota Técnica DG 002/2010, de 22 de novembro de 2010. Esta Nota determina que as áreas requisitantes, ao elaborarem a especificação técnica de seus objetos adotem critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental de bens, serviços ou obras, com observância da legislação acima mencionada e da normatização ambiental e social existente.

Gestão Integrada de Riscos

A Eletrobras, como uma das ações do Plano de Transformação, determinou a implantação da gestão de riscos em todas as empresas do Sistema.

O processo coordenado pela holding, com a participação de representantes de todas as empresas do Sistema, tem suas diretrizes estabelecidas formalmente na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, aprovada em 2010, que define a Gestão Integrada de Riscos como sendo "a arquitetura implantada internamente na empresa para gerenciar os riscos de maneira eficaz, contribuindo para a redução da materialização de eventos que impactem negativamente seus objetivos estratégicos. A gestão integrada de riscos, por meio de um enfoque estruturado e da melhor compreensão das inter-relações entre riscos, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a empresa e seus acionistas".

Para a concretização das orientações desta Política, a Eletrobras Eletronorte reformulou, em abril de 2010, as atribuições do Comitê de Riscos da Eletronorte e da Assessoria de Gestão Integrada de Riscos, órgão vinculado a Presidência.

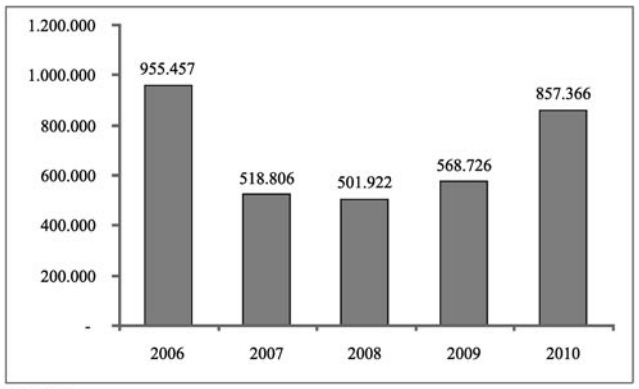
O Comitê apoia a Diretoria Executiva nas questões relativas à gestão de riscos corporativos e controles internos. A Assessoria possui a atribuição geral de integrar o gerenciamento dos riscos aos quais a Empresa está exposta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1 - Principais Componentes Patrimoniais

a) Créditos junto a consumidores e revendedores (inclui valores da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE)



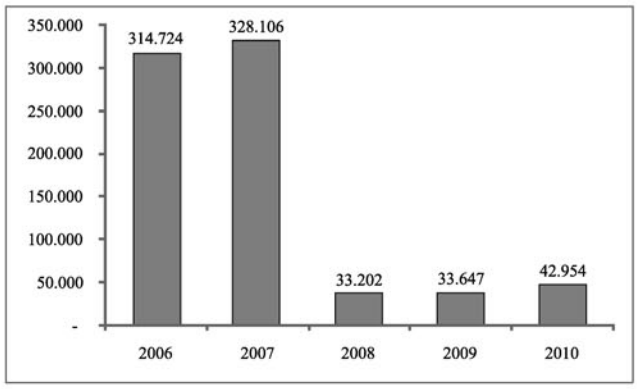
EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Contas a receber	1.324.651	986.707	1.121.860	1.303.006	1.785.969
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(369.194)	(467.901)	(619.938)	(734.280)	(928.603)
Valor líquido	955.457	518.806	501.922	568.726	857.366

A Eletrobras Eletronorte detém uma carteira de clientes com baixíssima inadimplência, exceto a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) que vem acumulando débitos ao longo do tempo, alcançando o expressivo montante de R$ 926.365 mil, na data de 31/12/2010, sendo que a parcela de R$ 877.031 mil encontrava-se vencida há mais de 90 dias naquela data.

O assunto CEA está sendo discutido no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), onde se busca uma solução definitiva que possibilite o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro daquela concessionária.

b) ICMS a recuperar



EM MILHARES DE REAIS

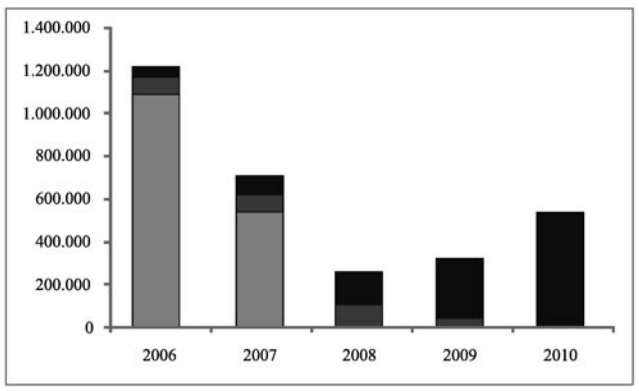
	2006	2007	2008	2009	2010
Valor do crédito	447.164	588.256	622.232	730.715	741.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(132.440)	(260.150)	(589.030)	(697.068)	(698.488)
Valor líquido	314.724	328.106	33.202	33.647	42.954

A Eletrobras Eletronorte não logrou êxito na recuperação dos créditos de ICMS, incidentes sobre a aquisição de combustível para produção de energia elétrica, fato que vinha contribuindo para aumentar os seus prejuízos ao longo do tempo.

Embora tenha constituído provisão para créditos de liquidação duvidosa a esse título, conforme determina a legislação societária em vigor, a Administração adotou todas as medidas judiciais cabíveis no sentido de resguardar os direitos da Empresa, existindo vários processos em andamento na justiça com essa finalidade.

Com a interligação do Sistema Acre/Rondônia, em outubro de 2009, e com o advento da Lei n.º 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a Eletrobras Eletronorte deixou de assumir esse ônus.

c) Participações Societárias Permanentes



EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Manaus Energia S/A	1.153.680	612.396	-	-	-
Boa Vista Energia S/A	109.156	100.264	61.192	20.272	-
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	69.400	119.250	236.881	340.997	603.390
TOTAL	1.332.236	831.910	298.073	361.269	603.390

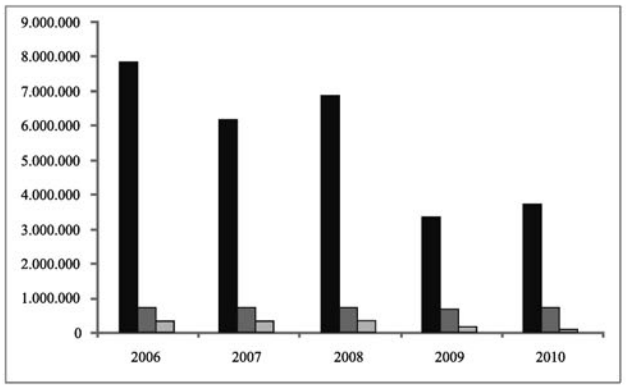
Com a transferência do controle acionário da ex-subsidiária integral Manaus Energia S/A (atual Amazonas Distribuidora de Energia S/A) para a Eletrobras, em maio de 2008, as participações societárias permanentes da Eletrobras Eletronorte ficaram substancialmente reduzidas.

No decorrer do ano de 2011, também deverá ser transferido para a Eletrobrás o controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S/A - que apresentou patrimônio líquido negativo de R$ 95.076 mil em 2010.

No ano de 2010, a Empresa adquiriu a participação acionária de 19,8% na Norte Energia S/A, proprietária do projeto UHE Belo Monte, assumiu o controle acionário total da Estação Transmissora de Energia S/A e, também, negocia a aquisição do controle acionário da Rio Branco Transmissora de Energia S/A. Ainda neste exercício, a Eletrobras Eletronorte vendeu a sua participação acionária, de 24,5%, na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Porto Velho Transmissora de Energia S.A. para a Eletrobras Eletrosul.

Em 2010, a Eletrobras Eletronorte firmou contrato de captação de recursos com a sua Controladora, no montante de R$ 1.232.000 mil, na condição de Adiantamento por conta de Futuro Aumento de Capital (AFAC), destinado a inversões financeiras. Neste exercício foi liberada a parcela de R$ 631.793 mil, ficando o saldo de R$ 600.207 mil para liberação no período de 2011/2012.

d) Dívida de Empréstimos e Financiamentos



EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Eletrobras	7.741.686	6.264.660	7.571.244	3.439.341	3.803.059
BNDES	1.042.709	898.341	790.717	689.514	639.974
Outros	403.889	315.006	252.758	171.093	81.367
Total	9.188.284	7.478.007	8.614.719	4.299.948	4.524.400

Em dezembro de 2009, teve desfecho um fato extremamente relevante para a Eletrobras Eletronorte, com grande reflexo para sua estrutura patrimonial e, também, para melhoria dos seus resultados futuros, que foi a conversão de parte da sua dívida com a Eletrobras, no montante de R$ 4.023.201 mil, em Adiantamento por de conta de Futuro Aumento de Capital (AFAC), cuja integralização ao capital ocorreu no exercício de 2010.

A Eletrobras contratou consultoria externa para definir a estrutura ótima de capital das suas controladas. Tal estudo serviu de base para a aprovação da capitalização e repactuação de diversos financiamentos concedidos pela Eletrobras às suas controladas de geração, de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

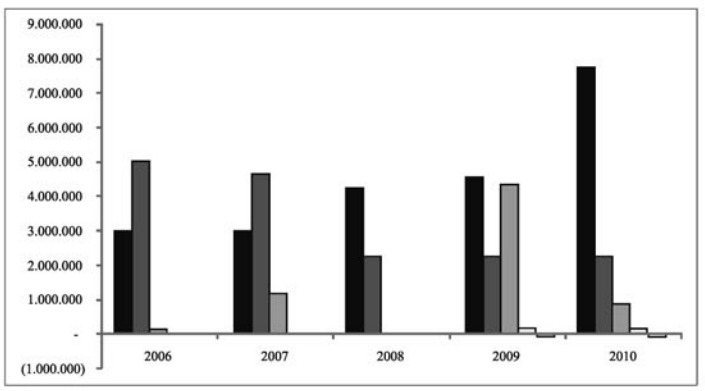
O Conselho de Administração da Eletrobras condicionou a referida capitalização à celebração de um Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE). Este instrumento estabeleceu novas regras de governança corporativa para as Controladas do Sistema Eletrobras, com destaque para a alteração dos seus Estatutos Sociais.

Também foi repactuada outra parcela da dívida, no montante de R$ 1.583.263 mil, com encargos mais reduzidos, conforme segue:

(i) encargos anteriores a repactuação da dívida: 15% de juros, taxa de administração de 3% e atualização monetária pelo IGP-M;

(ii) encargos após a repactuação da dívida: 6% de juros, taxa de administração de 2% e atualização monetária pelo IPCA.

e) Patrimônio Líquido e Adiantamento por conta de Futuro Aumento de Capital (AFAC)



EM MILHARES DE REAIS

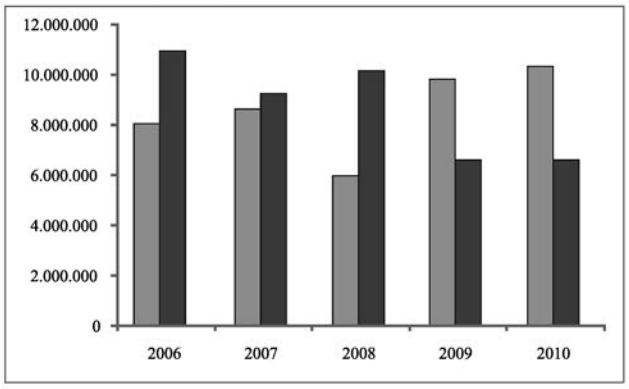
	2006	2007	2008	2009	2010
Capital social	2.843.235	2.843.235	4.177.205	4.177.205	8.200.406
Reservas de capital	4.982.516	4.440.201	2.011.460	2.011.460	2.011.460
AFAC	117.031	1.333.970	-	4.023.201	631.793
Reservas de lucros	-	-	-	158.119	122.850
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(11.943)	(17.901)
Total	7.942.782	8.617.406	6.188.665	10.358.042	10.948.608

O gráfico acima mostra o impacto positivo no patrimônio líquido da Eletrobras Eletronorte decorrente da conversão de parte da sua dívida de empréstimos e financiamentos com a Eletrobras em aumento de capital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Relação Capital Próprio X Capital de Terceiros



EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Capital próprio *	7.942.782	8.617.406	6.188.665	10.358.042	10.948.608
Capital de terceiros**	11.090.366	9.695.777	10.741.553	6.818.394	6.841.810
Total	19.033.148	18.313.183	16.930.218	17.176.436	17.790.418

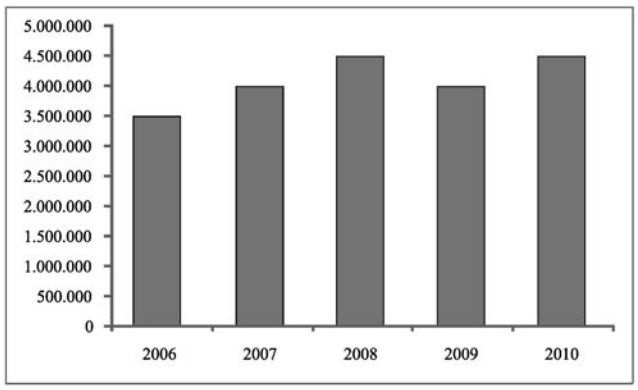
*Exclui: instrumentos financeiros derivativos, tributos diferidos, provisões para contingências e adiantamentos para futuro aumento de capital.

**Inclui adiantamentos para futuros aumentos de capital

A relação capital próprio x capital de terceiros, praticamente não se alterou entre 2009 e 2010, mantendo-se em torno de 61% e 39%, respectivamente.

II - Desempenho Econômico Financeiro

a) Faturamento Bruto

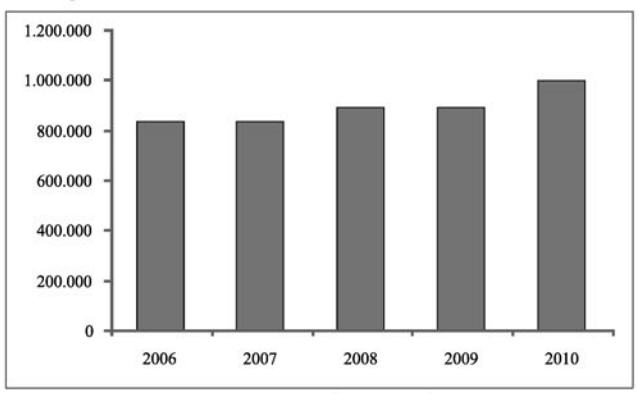


EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Venda de energia e serviços	2.901.501	3.537.466	3.883.459	3.420.964	3.669.574
Disponibilização do sistema de transmissão	605.573	623.088	703.708	767.537	883.134
Total	3.507.074	4.160.554	4.587.167	4.188.501	4.552.708

O faturamento bruto em 2010 apresentou crescimento de 8,46% em relação a 2009, motivado pelo aumento da venda de energia elétrica aos consumidores industriais.

b) Tributos Federais e Encargos Setoriais incidentes sobre a Receita

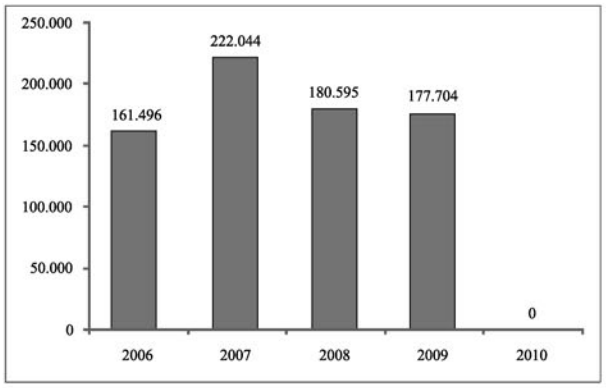


EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	10.494	12.089	16.071	18.821	15.427
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.155	34.645	37.169	33.937	39.377
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.021	39.018	52.144	58.667	45.999
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	24.604	38.381	48.655	81.972	98.505
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	34.868	41.358	57.845	53.932	58.890
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	90.145	34.598	38.039	34.314	36.787
Reserva Global de Reversão - RGR	85.210	102.131	111.607	96.315	108.220
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	140.188	126.599	155.768	181.491	173.115
Conta de Consumo de Combustível - CCC	221.397	211.457	159.455	137.187	209.947
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	160.686	190.568	266.508	248.476	271.302
Total	821.768	830.844	943.261	945.112	1.057.569

O gráfico acima mostra a enorme carga tributária a que está submetida a Empresa.

c) Custos com Combustível para Produção de Energia Elétrica



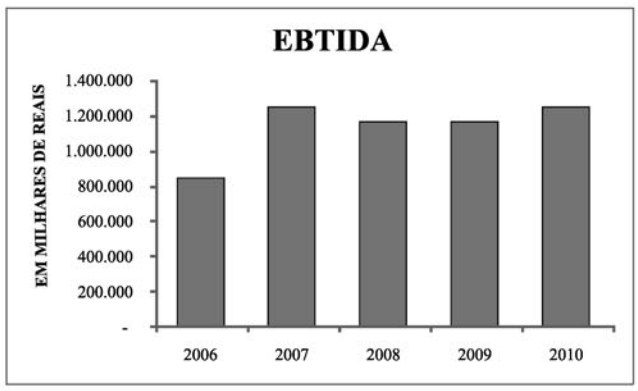
EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Valor do combustível para produção de energia elétrica	1.031.237	1.006.746	1.142.260	962.645	351.178
ICMS não recuperado	81.032	126.081	63.569	108.386	-
Valor reembolsado pela CCC	(950.773)	(910.783)	(1.025.234)	(893.327)	(351.178)
Custo efetivo	161.496	222.044	180.595	177.704	-

O gráfico acima mostra quanto a Conta de Consumo de Combustível (CCC) contribuiu para amenizar o impacto no resultado da Eletrobras Eletronorte nos últimos cinco anos, por produzir energia elétrica no sistema isolado.

Com a interligação do Sistema Acre/Rondônia, em outubro de 2009, aliado ao novo marco regulatório dos sistemas isolados, instituído por meio da Lei n.º 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a Empresa deixou de assumir esse pesado ônus.

d) A geração operacional de caixa - LAJIDA (EBITDA)

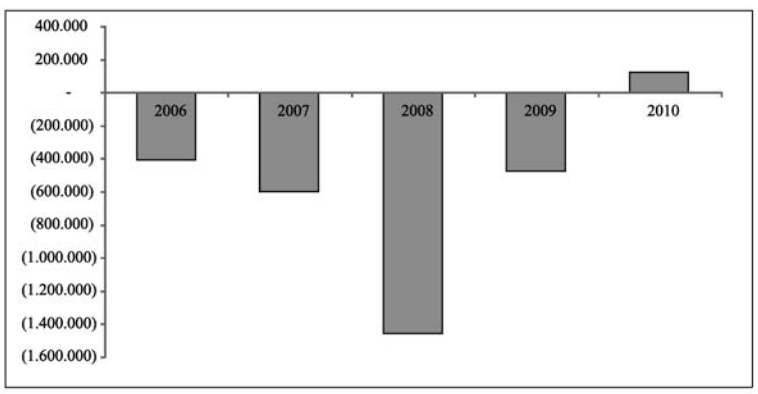


EM MILHARES DE REAIS

RUBRICAS	2006	2007	2008	2009	2010
Faturamento Bruto	3.507.074	4.160.554	4.587.167	4.188.501	4.552.708
(-) Impostos e Contribuições sobre a Receita	(671.703)	(693.244)	(772.307)	(745.823)	(870.242)
(=) Faturamento Líquido	2.835.371	3.467.310	3.814.860	3.442.678	3.682.466
(-) Despesas Desembolsáveis	(1.965.460)	(2.235.993)	(2.678.704)	(2.334.461)	(2.474.324)
LAJIDA (EBITDA)	869.911	1.231.317	1.136.156	1.108.217	1.208.142

A geração interna de caixa Eletrobras Eletronorte apresentou crescimento de 9,02% neste exercício, quando comparada com o exercício anterior.

e) Resultado Financeiro



EM MILHARES DE REAIS

	2006	2007	2008	2009	2010
Receita financeira	299.994	265.722	265.085	946.211	644.839
Despesa financeira	(723.591)	(902.359)	(1.773.049)	(980.571)	(507.339)
Resultado financeiro	(423.597)	(636.637)	(1.507.964)	(34.360)	137.500

Em virtude do grande endividamento da Eletrobras Eletronorte, o seu resultado financeiro sempre ficou muito susceptível às flutuações das moedas que indexam os contratos de empréstimos e financiamentos, trazendo como consequência impactos irreparáveis nos seus resultados finais.

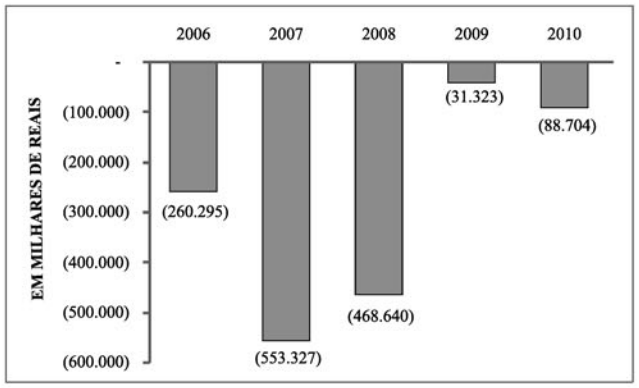
A repactuação da dívida, levada a efeito com a Eletrobras no final de 2009, convertida em AFAC, teve o condão de eliminar esse grande problema estrutural da Empresa.

A partir de 2009, o resultado financeiro passou a ser beneficiado pelo registro da remuneração dos ativos financeiros, conforme preceituam as novas práticas contábeis em vigor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

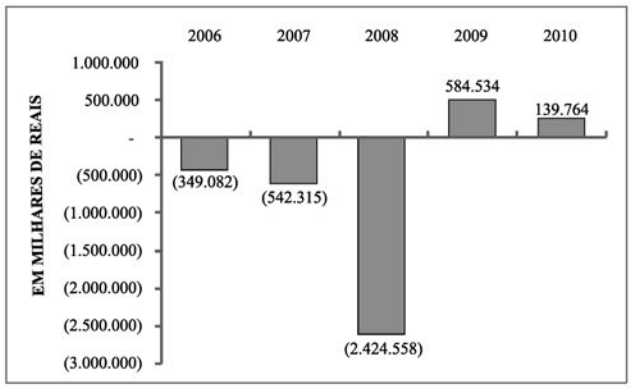
f) Resultado da Equivalência Patrimonial



A equivalência patrimonial vinha impactando desfavoravelmente o resultado da Eletrobras Eletronorte nos últimos exercícios. Com a transferência do controle acionário da ex-subsidiária integral Manaus Energia S/A (atual Amazonas Distribuidora de Energia S/A) para a Eletrobras a situação melhorou consideravelmente.

Encontra-se em estágio bastante adiantado, devendo ter um desfecho no transcorrer do exercício de 2011, a transferência do controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S/A para a Eletrobras. A subsidiária gerou um prejuízo para a Eletrobrás Eletronorte, neste exercício, de R$ 115.348 mil, absorvido pelo resultado na rubrica de equivalência patrimonial.

g) Resultado final dos Exercícios



A Eletrobras Eletronorte encerrou o exercício de 2010 com lucro líquido de R$ 139.764 mil, cabendo destacar que a adoção das práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standard – IFRS), na sua plenitude a partir deste exercício, conforme preceitua a Lei 11.638/2007, não provocou reflexo relevante neste resultado.

A rigor, três fatores contribuíram, de forma preponderante, para o resultado deste exercício:

(i) Incorporação ao capital social de grande parcela da dívida de empréstimos e financiamentos com a Eletrobras, com respectiva redução de encargos financeiros;

(ii) Interligação do sistema Acre/Rondônia, evitando os custos de geração térmica; e

(iii) Advento do Marco Regulatório dos Sistemas Isolados, estabelecido por meio da Lei 12.111/2009, que minimiza os custos de produção de energia elétrica no Amapá.

A ocorrência de tais eventos eliminou alguns problemas estruturais relevantes que a Eletrobras Eletronorte vinha enfrentando, deixando a certeza que, doravante, os seus resultados serão consistentemente positivos.

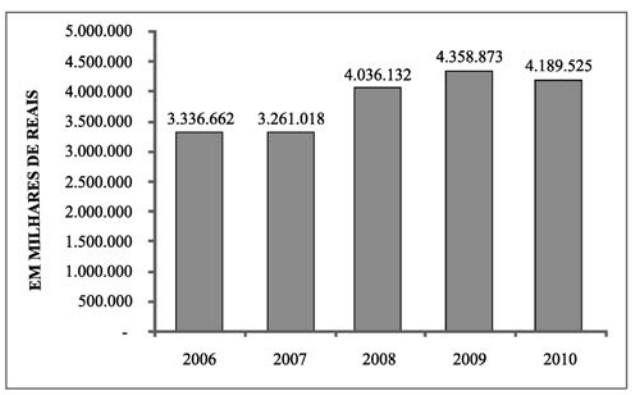
O resultado de 2010 também foi impactado negativamente no montante de R$ 115.348 mil, em virtude da equivalência patrimonial da Boa Vista Energia S/A.

No exercício de 2009, a Empresa obteve lucro líquido de R$ 584.534 mil, que perde a comparabilidade com o deste exercício em função dos seguintes eventos:

(i) Reversão do "impairment" vinculado à Usina Hidrelétrica de Samuel, com reflexo favorável de R$ 598.269 mil no resultado; e

(ii) Ajuste positivo no resultado, em função das novas práticas contábeis (IFRS), no montante de R$ 284.450 mil.

h) Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Liquido



A Eletrobras Eletronorte vinha acumulando créditos tributários de grande monta, sem possibilidade de compensação, dada a sua histórica performance de apuração de prejuízo.

Com as várias medidas adotadas, conforme comentado anteriormente, já a partir do exercício social de 2010 a Empresa começou a recuperar esses créditos.

III – Conciliação entre o resultado das demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações contábeis societárias, conforme determinações contidas no item 5 do Despacho ANEEL nº 4097, de 30 de dezembro de 2010.

a) Conciliação do balanço patrimonial em 31/12/2010 - ANEEL X IFRS

ATIVO	CONTROLADORA		
	ANEEL (31/12/2010)	AJUSTES ICPC01	IFRS (31/12/2010)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	717.577	-	717.577
Contas a receber de clientes	869.074	(11.708)	857.366
Contas a receber de partes relacionadas	467.320	-	467.320
Direito de ressarcimento	287.729	-	287.729
Devedores diversos	38.301	-	38.301
Instrumentos financeiros derivativos	283.220	-	283.220
Ativo financeiro da concessão	-	540.254	540.254
Estoques	81.611	-	81.611
Outros créditos	78.606	-	78.606
	2.823.438	**528.546**	**3.351.984**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a receber de partes relacionadas	27.687	-	27.687
Depósitos judiciais	388.969	-	388.969
Devedores diversos	44.727	-	44.727
Instrumentos financeiros derivativos	297.020	-	297.020
Ativo financeiro da concessão	-	4.142.809	4.142.809
Tributos diferidos	155.757	4.596	160.353
Outros créditos	8.410	-	8.410
Bens destinados a alienação	73.868	-	73.868
Adiantamento para participação societária	564.130		564.130
	1.560.568	**4.147.405**	**5.707.973**
INVESTIMENTOS	684.638	-	684.638
IMOBILIZADO	14.120.798	(4.661.774)	9.459.024
INTANGÍVEL	6.491	-	6.491
	16.372.495	**(514.369)**	**15.858.126**
TOTAL	**19.195.933**	**14.177**	**19.210.110**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANEEL (31/12/2010)	AJUSTES ICPC01	IFRS (31/12/2010)
CIRCULANTE			
Contas a pagar a fornecedores	544.266	-	544.266
Salários e encargos sociais a pagar	81.318	-	81.318
Empréstimos e financiamentos	427.104	-	427.104
Encargos do consumidor a recolher	50.573	-	50.573
Impostos e contribuições a recolher	72.552	-	72.552
Remuneração aos acionistas	33.644	-	33.644
Participação nos lucros	33.194	-	33.194
Pesquisa e desenvolvimento	95.304	-	95.304
Pré-venda de energia elétrica	39.362	-	39.362
Convênios	48.858	-	48.858
Provisões	123.714	-	123.714
Instrumentos financeiros derivativos	228.020	-	228.020
Outros passivos	192.178	-	192.178
	1.970.087	**-**	**1.970.087**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	4.097.296	-	4.097.296
Tributos diferidos	165.706	9.961	175.667
Pesquisa e desenvolvimento	15.288	-	15.288
Pré-venda de energia elétrica	928.653	-	928.653
Provisões	718.985	-	718.985
Instrumentos financeiros derivativos	297.020	-	297.020
Benefícios pós-emprego	57.032	-	57.032
Adiantamento p/futuro aumento de capital	631.793	-	631.793
Outros passivos	1.474	-	1.474
	6.913.247	**9.961**	**6.923.208**
	8.883.334	**9.961**	**8.893.295**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8.200.406	-	8.200.406
Reservas de capital	2.011.460	-	2.011.460
Reservas de lucros	118.634	4.216	122.850
Ajuste de avaliação patrimonial	(17.901)	-	(17.901)
	10.312.599	**4.216**	**10.316.815**
TOTAL	**19.195.933**	**14.177**	**19.210.110**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Conciliação da Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - ANEEL X IFRS

	CONTROLADORA		
	ANEEL (31/12/2010)	AJUSTES ICPC01	IFRS (31/12/2010)
RECEITAS OPERACIONAIS			
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	3.266.509		3.266.509
Receita de construção	-	265.789	265.789
Receita de operação e manutenção	901.074	(516.214)	384.860
Outras receitas operacionais	383.474	-	383.474
	4.551.057	**(250.425)**	**4.300.632**
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Impostos e contribuições	(377.406)		(377.406)
Encargos setoriais	(492.836)		(492.836)
	(870.242)	**-**	**(870.242)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.680.815**	**(250.425)**	**3.430.390**
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo de construção	-	(265.789)	(265.789)
Energia elétrica comprada para revenda	(57.745)		(57.745)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(535.642)		(535.642)
Pessoal	(497.654)		(497.654)
Material	(72.027)		(72.027)
Serviços de terceiros	(156.938)		(156.938)
Combustível para produção de energia elétrica	-		-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(173.115)		(173.115)
Depreciação e amortização	(620.164)	207.921	(412.243)
Provisões e reversões	(280.645)		(280.645)
Outros custos	(21.065)		(21.065)
	(2.414.995)	**(57.868)**	**(2.472.863)**
LUCRO BRUTO	**1.265.820**	**(308.293)**	**957.527**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(627.731)		(627.731)
Provisões e reversões	(64.334)		(64.334)
Receita do serviço de comunicação multimídia	19.591		19.591
Outras receitas (despesas) operacionais	(15.085)		(15.085)
	(687.559)	**-**	**(687.559)**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**(88.704)**	**-**	**(88.704)**
			-
RESULTADO FINANCEIRO			-
Receitas financeiras	349.597	295.242	644.839
Despesas financeiras	(507.339)		(507.339)
	(157.742)	**295.242**	**137.500**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**331.815**	**(13.051)**	**318.764**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(163.073)**	**17.267**	**(145.806)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**168.742**	**4.216**	**172.958**
Participação nos lucros	**(33.194)**	**-**	**(33.194)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**135.548**	**4.216**	**139.764**
Lucro líquido por ação - R$	**1,00**	**-**	**-**

Conforme demonstrado, a adoção das práticas contábeis internacionais (IFRS) praticamente não afetou a estrutura patrimonial e de resultado da Eletrobras Eletronorte, quando comparadas com a estrutura estabelecida pelas normas regulatórias.

Força de Trabalho Própria

O Sistema Eletrobras orientou as empresas para a promoção de políticas e ações voltadas para a valorização do seu quadro funcional, em todas as suas dimensões. Além disso, deverão apoiar projetos comunitários em educação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, saúde, inclusão social e desenvolvimento local. Especial atenção será conferida ao atendimento das populações e localidades no entorno de seus empreendimentos.

O nível de rotatividade de empregados e empregadas entre 2008 e 2010 regrediu de 3,85%, em dezembro de 2008, para 0,95%, em dezembro de 2010.

O percentual de empregados e empregadas com até 5 anos de empresa, que compõe o quadro de pessoal próprio da Eletrobras Eletronorte, foi ampliado de 36,23%, em 2009, para 38,91% , em 2010, em virtude da ampla recomposição do quadro de pessoal que se iniciou em setembro de 2004 e se estendeu até 2010. Este aumento também foi afetado pela readmissão de 182 empregados em razão do processo de anistia concedido pelo Governo Federal por intermédio da Comissão Especial Interministerial.

Evolução da Dimensão Social Interna 2009/2010

Ano	2009	2010
Nº de empregados no início do exercício	3.725	3.701
Nº de empregados no final do exercício	3.701	3.850
Quantidade de portadores de deficiências que trabalham na Empresa	183	225
Nº de demissões	57	35
Nº de admissões	33	184
Número de aposentadorias no período	2	0
Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente(*)	1,95	4,20 (*)
Salário Médio dos Empregados	R$ 5.359,07	R$ 6.213,04
Taxa de gravidade de acidentes TGA	75,83	99,93
Taxa de freqüência de acidentes TFA	1,09	2,05
Índice de absenteísmo - IAD - Global	2,10	2,53

(*) Salário Mínimo em 31 de dezembro de 2010 – R$ 510,00
Salário Mínimo em 31 de dezembro de 2009 – R$ 465,00

Perfil da Força de Trabalho Própria em 2010 por tempo de serviço e sexo:

Faixas de Tempo de Serviço	Quantidades e Percentuais				Total Geral	Percentual em Relação ao Total de Empregados e Empregadas
	Homens	% Homens por Faixa de Tempo	Mulheres	% Mulheres por Faixa de Tempo		
Até 5 anos de empresa	1.166	37,74	333	43,64	1.499	38,91
de 6 a 10 anos de empresa	73	2,36	1	0,1	74	1,92
de 11 a 15 anos de empresa	63	2,04	0	0	63	1,63
de 16 a 20 anos de empresa	39	1,26	1	0,13	40	1,03
de 21 a 25 anos de empresa	851	27,55	257	33,68	1.108	28,76
de 26 a 30 anos de empresa	466	15,15	122	15,98	588	15,31
Acima de 30 anos de empresa	429	13,90	49	6,44	478	12,44
TOTAL	3.087	100	763	100	3.850	100,00%

Perfil da Força de Trabalho por Escolaridade

Escolaridade	Quantidade de Homens	% de Homens por Escolaridade	Quantidade de Mulheres	% de Mulheres por Escolaridade
Analfabetos	0	0	0	0
Ensino Fundamental Incompleto/ Alfabetizado	0	0	0	0
Ensino Fundamental Completo	324	10,48	52	6,81
Ensino Médio/Técnico	1.415	45,80	222	29,09
Ensino Superior	1.119	36,29	403	52,81
Pós-Graduação*	229	7,43	86	11,29
Total	3.087	100	763	100

(*) Especialização, MBA, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado

Perfil da Força de Trabalho por faixa etária, sexo, região e período de trabalho:

Categorias	Por faixa etária/ Região	Nº de homens em 2010	Nº de mulheres em 2010	Total em 2010					Período integral (entre 6h e 8h/dia)	Meio período (entre 3h e 4h/dia)
				Região Sul	Região Sudeste	Região Centro Oeste	Região Nordeste	Região Norte		
Diretores e Conselheiros	18 a 25 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10,52 ha 30 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	31 a 40 anos	3	0	0	0	3	0	0	3	0
	41 a 50 anos	9	0	0	0	9	0	0	9	0
	51 a 60 anos	7	0	0	0	7	0	0	7	0
	Maior que 60 anos	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Empregados gerentes (incluindo cedidos	Total em 2010	14	0	0	0	14	0	0	14	0
	18 a 25 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	26 a 30 anos	5	5	0	0	8	0	2	10	0
	31 a 40 anos	5	3	0	0	6	0	2	8	0
	41 a 50 anos	61	12	0	0	32	0	41	73	0
	51 a 60 anos	116	21	0	0	89	0	48	137	0
	Maior que 60 anos	25	1	0	0	17	0	9	26	0
Demais empregados (incluindo cedidos	Total em 2010	212	42	0	0	152	0	102	254	0
	18 a 25 anos	75	27	0	0	40	0	62	102	0
	26 a 30 anos	363	101	0	0	214	0	250	464	0
	31 a 40 anos	513	115	0	0	195	0	433	628	0
	41 a 50 anos	783	233	0	0	312	0	704	1.016	0
	51 a 60 anos	975	217	0	0	513	0	679	1.192	0
	Maior que 60 anos	168	28	0	0	130	0	66	196	0
	Total em 2010	2.877	721	0	0	1.404	0	2.194	3.598	0

Categorias	Por faixa etária/ Região	Total em 2010							Período integral (entre 6h e 8h/dia)	Meio período (entre 3h e 4h/dia)
		Nº de homens em 2010	Nº de mulheres em 2010	Região Sul	Região Sudeste	Região Centro Oeste	Região Nordeste	Região Norte		
Requisitados (fora do Sistema Eletrobras)	18 a 25 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	26 a 30 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	31 a 40 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	41 a 50 anos	0	2	0	0	2	0	0	2	0
	51 a 60 anos	2	0	0	0	0	0	2	2	0
	Maior que 60 anos	1	0	0	0	1	0	0	1	0
	Total em 2010	3	2	0	0	3	0	2	5	0

Instrumento de Avaliação do Relacionamento da Empresa com a Força de Trabalho

A pesquisa de clima é um instrumento corporativo que avalia a percepção compartilhada dos empregados sobre os níveis de satisfação, motivação e relações de trabalho.

Em 2010, a pesquisa de clima organizacional da Eletrobras Eletronorte foi realizada pela primeira vez em conjunto com as empresas do Sistema Eletrobras. 83,9% dos empregados participaram e foi apurado índice de favorabilidade de 72,30%, o que indica que os empregados têm uma boa percepção do clima de trabalho.

Relação Sindical

"A relação existente entre sindicatos e empresa favorece os interesses dos colaboradores" foi uma questão respondida pelos empregados e empregadas na pesquisa de clima organizacional de 2010. 65,14% dos respondentes consideraram a relação favorável.

A Eletrobras Eletronorte tem como data-base para negociação de sua política salarial e reajustes o dia 1º de maio de cada ano. A negociação com os sindicatos é feita em dois níveis: o nacional, com a participação de todas as empresas do sistema Eletrobras, e o específico, quando recebe a Pauta Específica de Reivindicações, encaminhada pelos 10 sindicatos representativos dos empregados e empregadas para negociação.

Na Pauta Específica constam cláusulas de benefícios e vantagens que abrangem somente os empregados e empregadas da Eletrobras Eletronorte.

A negociação do Acordo Coletivo de Trabalho é feita por uma Comissão de Negociação nomeada pela diretoria da Empresa com esta finalidade.

Quando se trata de reajuste salarial, ou outras reivindicações de natureza econômica, a negociação é feita pela Eletrobras com as Federações CUT, FNU e demais sindicatos que representam os trabalhadores de todo o Sistema Eletrobras, no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional, que envolve todas as empresas do Sistema.

Não há compromisso formal com a garantia da livre associação sindical e direito à negociação coletiva, ficando a critério das entidades sindicais o convencimento dos empregados e empregadas para a devida associação ao sindicato.

A Eletrobras Eletronorte segue o estabelecido no Artigo 8º da Constituição Federal, que define a livre associação profissional ou sindical. Desta forma, a Empresa não se opõe à associação sindical de qualquer empregado ou empregada, sendo este um direito de todos.

Para tratar do direito de greve ou instâncias de greve patronal, a Empresa, além de observar o estabelecido na Lei 7.783, de 28.06.1989 (Lei da Greve), lança mão de seu Plano de Contingência, que contém todo o roteiro para garantir a continuidade dos serviços essenciais. Nesse aspecto, todos os gerentes são alertados para colocar em prática o Plano de Contingência, para que os serviços essenciais sejam mantidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Evolução das Reclamações Trabalhistas 2009/2010:

	2009	2010
Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período	1	0
Montante reivindicado em processos judiciais (R$ mil)	R$ 194.438.602,66	R$ 1.930.813,49
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	61	26
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	50	13
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	11	8
Número de empregados vinculados nos processos	130	43

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Consciente de que o sucesso e a sustentabilidade do seu negócio dependem do compromisso social com a promoção da equidade e da diversidade, a Eletrobras Eletronorte trabalha com o objetivo de gerar oportunidades iguais para todas e todos.

A Empresa aderiu às Recomendações Sociais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU e assumiu o compromisso com a valorização da diversidade de forma expressa, mediante a inclusão dos princípios da equidade, igualdade e respeito às diferenças nos valores da Empresa e no Código de Ética e Conduta.

Programa Pró-Equidade de Gênero

Para a operacionalização do Programa Pró – Equidade de Gênero 3ª. Edição, a Eletrobras Eletronorte definiu como objetivo geral incorporar e aprofundar o recorte de gênero, raça/cor e etnia nas políticas internas, por meio de ações afirmativas que promovam a equidade e a igualdade de condições entre homens e mulheres.

Para tanto, foram elaborados objetivos específicos a médio prazo, com horizonte de realização até dezembro/2010 e, a longo prazo, com realização até dezembro/2011.

Vale ressaltar que algumas ações são de caráter permanente no que tange a sensibilização e fortalecimento da equidade de gênero no mundo do trabalho.

Os objetivos estabelecidos foram parcialmente alcançados em 2010, refletindo avanços significativos para a construção de uma cultura de equidade de gênero nos processos empresariais.

As ações do Plano 2009 – 2010 foram desenvolvidas pelas áreas gestoras dos processos empresariais definidas a partir dos indicadores da Ficha Perfil.

No eixo Gestão de Pessoas foram pactuadas 14 macro ações e no eixo Cultura Organizacional 9 macro ações. Integram ainda o Plano, 4 ações de fortalecimento da Equidade de Gênero no Mundo do Trabalho: Semana da Mulher, Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, Dia da Consciência Negra e Ciclo de Encontros das Empresas Publicas Estatais e de Economia Mista.

No eixo Gestão de pessoas foram envolvidas diretamente as seguintes áreas: Gerência de Administração de Pessoal, Gerência de Promoção de Qualidade de Vida, Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho, Superintendência de Desenvolvimento e Educação. No eixo Cultura Organizacional as seguintes áreas tiveram ação direta: Ouvidoria, Coordenação de Comunicação Empresarial, Comissão de Ética e Assessoria de Sustentabilidade Empresarial e Ações de Responsabilidade Social.

Com relação ao comportamento/atitudes dos gestores e das gestoras foram observados avanços principalmente no que se refere à sensibilização e a conscientização para a promoção da equidade de gênero.

Os homens estão mais cuidadosos no tratamento com as mulheres e os empregados e empregadas com relação a negros e negras nas relações de trabalho.

Em função do atendimento das orientações da Eletrobras quanto à inclusão de dependentes homoafetivos no Plano de Proteção e Recuperação de Saúde – PPRS, observa-se mudança de postura no tratamento e no reconhecimento dos direitos desse segmento.

Foram verificadas ainda as seguintes mudanças comportamentais nas Unidades Descentralizadas:

- Acre–AC - a Gerência de Serviços de Apoio, que é coordenada por uma mulher, teve a iniciativa da contratação de mão-de-obra feminina terceirizada (vigilância), nos serviços de portaria e controle de manutenção de veículos.
- Tucuruí-PA – houve um aumento gradual do número de participantes em ações educacionais relacionados à temática do Programa (treinamentos e palestras); adoção de iniciativa para contratação de mão-de-obra feminina terceirizada (vigilância e motorista); aumento do número de coberturas jornalísticas e produção de matérias no jornal interno realizadas pelo sub-comitê de gênero; mudança da imagem das capas dos relatórios do TPM – Manutenção Produtiva Total (book), de gestão da unidade (RG) e matérias jornalísticas valorizando a inclusão da mulher e a diversidade étnica racial; a mobilização e articulação das mulheres para aquisição de uniformes femininos (calças e camisas); participação do subcomitê como membros do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Tucuruí – PA); integração das atividades do Programa Pro - Equidade ao Programa TPM no Pilar Saúde; realização da Escola Postural considerando o recorte de gênero (turmas masculinas e femininas).
- Mato Grosso – MT- A aquisição de roupas anti-chama feminina; realização do curso de libras; construção de vestiários femininos na Divisão de Transmissão de Cuiabá.

Programa de Estágio

A Empresa, por agir de forma indutora ao desenvolvimento local e regional onde atua, vem nos últimos 5 anos contribuindo com o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, aprimorando o seu processo de seleção de estagiários e estagiárias.

Para tanto, ampliou a oferta de vagas para estudantes de níveis médio e superior para as áreas técnicas e operacionais, administrativas e de negócios, bem como vem adotando procedimentos nas normas internas para promover ações que permitam ampliar a participação de grupos tradicionalmente discriminados no mercado de trabalho por questões de sexo, raça/cor, orientação sexual, etnia e pessoas com deficiência, destacamos: estabelecimento do percentual mínimo de 50% de ofertas de vagas para pessoas de baixa renda, 10% para pessoas com deficiência (conforme previsto na lei nº 11.788/08).

Para garantir a incorporação das dimensões de gênero, raça/cor, foram incluídos no Procedimento Documental Corporativo – PDC, as seguintes orientações: coleta de informações de raça/cor, sexo, deficiência de todos (as) os (as) candidatos (as) inscritos; utilização da linguagem inclusiva no Edital do processo seletivo; inserção de questões relacionadas a gênero, raça / cor, orientação sexual, violência doméstica, assédio moral e sexual no trabalho e outras, no conteúdo da prova de Conhecimentos Gerais do processo seletivo.

Para cada vaga oferecida deverá ser assegurada a inscrição de, no mínimo, uma candidata do sexo feminino e a contratação deverá ser realizada considerando a classificação por sexo. Os procedimentos do processo de seleção estão em fase de padronização corporativa.

Participaram do Programa de Estágio de Estudante em 2010 mais mulheres que homens, 54% e 46% respectivamente.

Embora a Eletrobras Eletronorte tenha buscado incentivar a maior participação de grupos tradicionalmente discriminados, observa-se ainda baixa representatividade dos segmentos de cor preta. Já a participação de pessoas de cor parda foi bastante significativa.

Educação e Desenvolvimento

A Universidade Corporativa Eletronorte – UCEL - oferta ações educacionais vinculadas aos negócios estratégicos da Empresa, tendo em vista o desenvolvimento de competências das pessoas, o aprendizado organizacional e a Gestão do Conhecimento.

A UCEL, em 2010, implementou 1.430 ações educacionais (internas e externas), que aperfeiçoaram e qualificaram a força de trabalho da Eletrobras Eletronorte (empregados, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes). Essas ações atingiram 69,8 horas de treinamento, em média por empregado, perfazendo um total de 273.251,37 horas, com 19.922 participações para 3.991 profissionais. O valor total investido foi de R$ 6.380.729,91, correspondendo a 0,14% do faturamento bruto da Empresa e, um investimento médio por empregado de R$ 1.984,61.

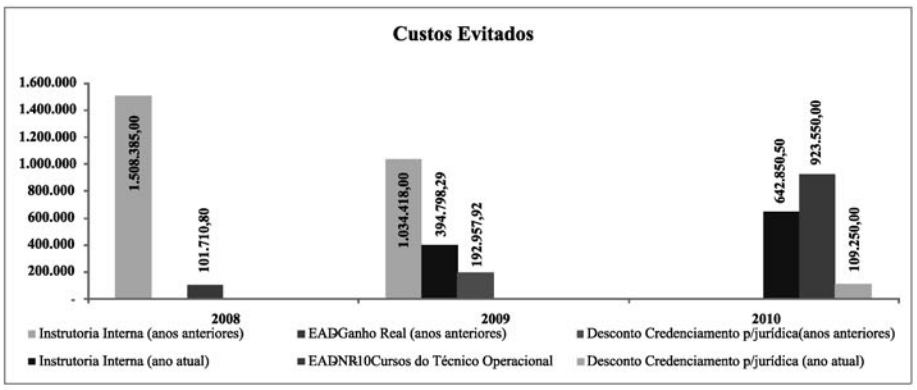
Ações educacionais de 2008 a 2010.

	2008	2009	2010
Ações Educacionais	1.545	1.066	1.430
Pessoas Capacitadas	4.494	3.961	3.991
Participações	26.179	18.333	19.922
Horas Treinadas	386.473	275.844	273.251
Custo Total (R$)	8.609.940,45	7.302.150,10	6.380.729,91

Média de Horas de Treinamento por Ano por Categoria Funcional

NÍVEIS		2009 Duração dos eventos em horas	2009 % de horas de treinamento/ categoria	2010 Duração dos eventos em horas	2010 % de horas de treinamento /categoria
Gerentes		**32.404**	**13,30%**	**22.191**	**9,45%**
Cargos Nível Fundamental		**48.694**	**19,99%**	**29.444**	**12,53%**
	Fundamental Administrativo	836	0,34%	616	0,26%
	Fundamental Operacional	47.857	19,64%	28.828	12,27%
Cargos Nível Médio		**79.335**	**32,56%**	**109.061**	**46,43%**
	Médio Operacional	10.778	4,42%	19.205	8,18%
	Médio Técnico	41.048	16,85%	63.346	26,97%
	Médio Administrativo	27.508	11,29%	26.510	11,29%
Cargos Nível Superior		**83.213**	**34,15%**	**74.215**	**31,59%**
	Superior Técnico	53.281	21,87%	29.421	12,52%
	Superior Administrativo	29.932	12,28%	44.795	19,07%
TOTAL GERAL		**243.646**	**100,00%**	**234.912**	**100,00%**

Para minimizar os efeitos das restrições orçamentárias, a área de educação corporativa tem buscado maior eficiência na oferta das ações educacionais, disponibilizando cada vez mais cursos à distância e pela TV Digital, além de estimular o uso de instrutores internos e a contratação de fornecedores de ações educacionais via credenciamento (Pessoa Jurídica). Mantém, assim, a Força de Trabalho alinhada às mudanças tecnológicas, às exigências do mercado e às estratégias de negócios, reduzindo custos como demonstrado nos quadros seguintes:



Ucel –Evolução de custos evitados (R$)

2008	2009	2010
1.508.385,00	**1.034.418,00**	**1.675.650,00**

Saúde e segurança do trabalho

Saúde

Em 2010 foram efetivados 99,46% dos exames periódicos previstos, que são padronizados de acordo com a idade, sexo e função exercida. A apresentação dos resultados é feita por meio de um cartão de saúde que monitora a situação de cinco níveis de qualidade de saúde (índice de massa corpórea, variação da pressão arterial, colesterol, triglicerídeos e glicemia) em relação a referenciais comparativos.

	Meta 2010
Saúde	100% de realização dos exames médicos periódicos pelos (as) empregados (as) no ano

Segurança

A política de segurança da Eletrobras Eletronorte inclui as seguintes diretrizes:

• Garantir segurança no trabalho dentro dos processos produtivos.
• Garantir que as ações de educação necessárias sejam ministradas integrando-se aspectos de segurança do trabalho.
• Assegurar o suprimento quantitativo e qualitativo de materiais e equipamentos de segurança do trabalho.

Foram desenvolvidas iniciativas nas Unidades Descentralizadas no que se refere à adequação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's tais como: Aquisição de roupas anti-chama femininas para eletricistas de linha de transmissão e aquisição de uniformes (roupas, calçados e capacetes) considerando as características femininas. Estas iniciativas vão contribuir com a revisão da Instrução Normativa – IN 021 – Equipamentos de Segurança que se encontra em elaboração, acrescentando item que regulamente a adequação de EPI's para as mulheres.

É prática em algumas Regionais a realização de reuniões com terceiros informando sobre procedimentos de segurança praticados na Eletrobras Eletronorte. Há carência de treinamentos em algumas Normas Regulamentadoras para empregados e empregadas da Empresa, cujo atendimento está inserido no Plano de Ações Educacionais de 2011.

Os equipamentos de segurança são fornecidos aos empregados e empregadas da Eletrobras Eletronorte e são exigidos nos contratos com terceiros, de acordo com o Catálogo de Segurança corporativo.

Os planos de contingências de equipamentos e linhas de transmissão são cadastrados no Sistema de Acompanhamento da Manutenção (SAM), disponível no site do Operador Nacional do Sistema (ONS): www.ons.org.br/agentes/agentes.aspx.

Em 2010, foram registrados 29 acidentes de trabalho com empregados, 16 acidentes com afastamento e 13 acidentes sem afastamento.

Acidentes do Trabalho		
Tipo	**2009**	**2010**
Número absoluto de acidentes sem afastamento	Não registra esse tipo de acidente	13
Número absoluto de acidentes com afastamento	26	16
Índice relativo total de empregados	0,0069	0,0043
Dias/Homens perdidos	457	635
Índice de frequência	1,09	2,05
Índice de avaliação gravidade	75,83	99,93
Número de óbitos	0	0

	Meta 2010
Segurança	Nenhum acidente de trabalho no ano 2010

Programas de qualidade de vida da Eletrobras Eletronorte

A Eletrobras Eletronorte prima pela saúde integral e a melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores por meio do desenvolvimento de ações e programas. A responsabilidade técnica desse trabalho é atribuída à equipe multiprofissional, constituída por Assistente Social, Auxiliar de Enfermagem, Cirurgiã Dentista, Educador Físico, Fisioterapeuta, Fonoaudióloga, Massoterapeuta, Médico do Trabalho, Nutricionista e Psicóloga.

As atividades e a composição das equipes técnicas das Unidades Descentralizadas e da Sede possuem algumas variações, respeitando as particularidades regionais.

O Programa de Qualidade de Vida da Eletrobras Eletronorte tem por objetivo reduzir o estresse ocupacional e prevenir Doenças Relacionadas ao Trabalho (Dort) e Lesões por Esforços Repetitivos (LER). Possibilita minimizar gastos evitáveis com a recuperação da saúde, afastamentos, licenças médicas e absenteísmo, além de melhorar a qualidade de vida dos empregados.

O Programa contempla várias atividades e oficinas educativas. Cartilhas e materiais informativos, elaborados pela equipe multidisciplinar de saúde da Empresa, são distribuídos aos participantes, disponibilização em ambiente virtual (link) de orientações sobre ações de prevenção de doenças e estilo de vida saudável são utilizados como recurso para consolidar conceitos e estimular a adoção de hábitos saudáveis.

São realizadas diversas ações educativas com o objetivo de prevenir doenças graves, dentre elas pode ser citado o reembolso da vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) que tem o objetivo de reduzir o número de pacientes que venham a desenvolver câncer de colo de útero.

Além disso, são realizadas campanhas educativas sobre a questão da AIDS, nas quais são ofertadas palestras educativas sobre o assunto, assim como são distribuídos preservativos para toda força de trabalho da Empresa.

Ainda nessa linha, são oferecidas nas dependências da Eletrobras Eletronorte, Oficinas de Reeducação Alimentar, Educação e Prevenção do Diabetes e da Hipertensão Arterial, sendo que as duas últimas são consideradas doenças crônicas que podem culminar com o desenvolvimento de cardiopatias graves.

As doenças crônicas não-transmissíveis vêm assumindo importante magnitude à medida que estão associadas às causas mais comuns de mortes registradas no país. Fazem parte desse grupo de doenças a obesidade, o diabetes mellitus e a hipertensão arterial. O aumento da incidência dessas doenças também está ligado diretamente aos maus hábitos alimentares.

As Oficinas de Alimentação e Nutrição contribuem para adoção de uma alimentação saudável, da atividade física e mudança no estilo de vida dos empregados.

Existe também na Empresa Oficina de Controle do Tabagismo que tem como principal objetivo reduzir o número de fumantes existentes na Empresa e com isso reduzir a possibilidade de que nossos empregados desenvolvam o câncer de pulmão.

Na Oficina, são repassadas aos participantes as informações necessárias para que o empregado-fumante que deseje parar de fumar opte pela estratégia que mais se adapte ao seu perfil. O método utilizado consiste em uma abordagem ativa e pragmática, de forma que os participantes sejam incentivados a aplicar o que aprenderam com a oficina em outros aspectos da vida.

Direitos Humanos

O Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras, entre os compromissos que estabelece com seus colaboradores: diretores, conselheiros, empregados, contratados, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes, afirma categoricamente "Não admitir – em suas atividades próprias, nas atividades dos parceiros e na cadeia produtiva das empresas do Sistema Eletrobras – o trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho forçado ou em condições degradantes. Não admitir também qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica; e denunciar os infratores".

Este compromisso é materializado por diversas ações como, por exemplo, o Programa Pró Equidade e o "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços" da Eletrobras Eletronorte, aprovado em 2009, que estabelece como uma das suas regras de conduta por parte dos fornecedores de bens e serviços o respeito aos direitos humanos, entre os quais se destaca a proibição de utilizar trabalho escravo ou trabalho involuntário de presos em sua cadeia produtiva.

Entre as ações desenvolvidas no Programa Pró Equidade, a Empresa assinou a Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres junto ao Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem.

O tratado, que também foi elaborado pelo Pacto Global das Nações Unidas, estabelece sete passos a serem adotados pela Empresa, que fornecem um conjunto de considerações essenciais para a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho, no mercado e na comunidade. Fundamentados em práticas empresariais da vida real, os princípios auxiliam as companhias a adequar políticas e práticas já existentes, ou estabelecer outras novas e necessárias.

A Eletrobras Eletronorte também aderiu voluntariamente à 3ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, que, na sua continuidade, garantiu à Empresa três premiações consecutivas, obtendo certificações do Selo Pró-Equidade de Gênero.

Para a operacionalização do Programa Pró-Equidade de Gênero 3ª. Edição definiu-se como objetivo geral de aprofundar o recorte de gênero, raça/cor e etnia em suas políticas internas por meio de ações afirmativas que promovam a equidade e a igualdade de condições entre homens e mulheres na empresa, destacando-se as seguintes macro ações: Semana da Mulher, Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, Dia da Consciência Negra e Ciclo de Encontros das Empresas Publicas Estatais e de Economia Mista, Semanas Internas de Prevenção de Acidentes no Trabalho, com o tema " Gênero, Segurança e Saúde no Trabalho".

Por meio da incorporação dos dados de sexo, raça/cor e deficiência no Sistema de Atualização Cadastral Corporativo, foi possível a construção do mapa da diversidade da Empresa e a transversalidade na elaboração de políticas internas voltadas para a força de trabalho e na definição de procedimentos e instruções normativas.

Nas campanhas e nos eventos internos são usadas imagens que valorizam a diversidade e o manual de identidade da Eletrobras, lançado nesse ano, estimula a utilização da pluralidade, da brasilidade e de diferentes culturas nas campanhas.

Com vistas a intensificar a troca de experiências e contribuir para a ampliação da Rede Pró – Equidade de Gênero por meio de novas adesões ao Programa, a Eletrobras Eletronorte juntamente com mais 06 grandes empresas públicas estatais e de economia mista (Petrobras, Serpro, Caixa, Banco do Brasil e Embrapa) realizaram o I Ciclo de Encontros de Fortalecimento da Equidade de Gênero em 2009. Em 2010 somam-se a estes esforços mais duas importantes empresas do setor eletro energético e mineral – Itaipu e CPRM e realizam 02 Encontros do II Ciclo.

O compromisso da Eletrobras Eletronorte com o respeito integral aos Direitos Humanos encontra-se, ainda, espelhado no Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, onde constam cláusulas que abordam os seguintes temas: Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho; orientação quanto às práticas de discriminatórias; garantia de equidade de gênero, raça/etnia; licença para trabalhadoras vítimas de violência doméstica; licença maternidade e paternidade; licença para acompanhamento de dependentes; segurança do trabalho; assédio moral; e liberação dos membros da CIPA.

Para fortalecer as medidas protetoras no combate a violência contra mulher e contribuindo com a qualidade de vida das mulheres com ênfase na auto-estima, foi realizada a VI Semana da Mulher que proporcionou a ampliação da discussão sobre o tema Trabalho e Família.

Em 23 agosto de 2010, a Eletrobras Eletronorte aderiu voluntariamente ao Programa de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A iniciativa é uma proposta feita pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O compromisso prevê a promoção de ações concretas para sensibilizar empregados e empregadas, clientes e fornecedores sobre a exploração de crianças e adolescentes. O pacto também sugere que elas estabeleçam cláusulas em seus contratos explicitando a rejeição a esse tipo de crime.

Previdência Privada

A Previnorte – Fundação de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, patrocinada pela Eletrobras Eletronorte, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados das empresas que patrocinam esses planos.

Além da Eletrobras Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Manaus Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM 31.12.2010

(CONSOLIDADO)

SEGMENTO	VALOR EM R$	(%)
1. Renda Fixa	**1.223.666.910,69**	**81%**
Notas do Tesouro Nacional	504.994.963,33	
Letras Financeiras do Tesouro	125.403,39	
Títulos da Dívida Agrária	20.299.619,44	
Certificado de Depósito Bancário	359.956.497,66	
Letras Hipotecárias	9.479.214,63	
Letras Imobiliárias	17.570.250,67	
Fundos de Investimentos	289.633.754,36	
Depósito a Prazo com Garantia Especial	21.607.207,21	
2. Renda Variável	**181.598.344,37**	**12%**
Mercado de Ações	15.430.444,26	
Valores a Receber (Dividendos)	395.643,26	
Fundo de Ações	165.772.256,85	
3. Investimentos Imobiliários	**45.450.231,38**	**3%**
Para Uso Próprio	5.295.196,44	
Para Renda	40.155.034,94	
4. Operações com Participantes	**60.610.735,96**	**4%**
Empréstimos	60.610.735,96	
	1.511.467.210,92	
TOTAL	**1.511.326.222,40**	**100%**

DEMONSTRATIVO DE VALORES REPASSADOS
PELO PATROCINADOR ELETROBRAS ELETRONORTE EM 2010

Mês Ref.	Contribuição		Assistência Médica	UTI Móvel	Assistência Odontológica	Empréstimos Consignados	Total
	Participantes	Patrocinadora					
JAN	2.746.759,98	2.621.080,05	28.229,06	651,00	2.209,80	1.444.849,05	6.843.778,94
FEV	2.349.988,82	2.349.947,64	28.169,97	651,00	2.311,40	1.569.304,26	6.300.372,09
MAR	2.383.093,94	2.344.865,86	28.677,46	604,50	2.273,30	1.559.957,95	6.319.493,01
ABR	2.374.260,31	2.340.549,87	28.408,63	632,40	2.400,30	1.587.310,02	6.333.561,53
MAI	2.394.596,35	2.344.172,13	30.465,02	632,40	2.349,50	1.615.133,86	6.387.349,26
JUN	2.434.626,31	2.358.887,64	30.465,06	632,40	2.374,90	1.519.801,08	6.346.787,39
JUL	2.603.766,68	2.509.372,95	30.148,12	632,40	2.374,90	1.406.133,98	6.552.409,23
AGO	3.053.506,25	2.901.637,64	30.245,06	632,40	2.400,30	1.404.740,60	7.393.162,25
SET	2.673.667,19	2.520.166,02	30.021,16	632,40	2.260,60	1.394.282,36	6.621.229,73
OUT	2.670.183,85	2.515.278,33	30.640,04	641,70	2.222,50	1.576.186,37	6.795.152,79
NOV	2.689.036,18	2.529.269,59	30.229,23	632,40	2.222,50	1.704.380,95	6.955.770,85
DEZ*	2.919.528,22	2.730.331,12	30.571,90	632,40	2.209,80	1.770.701,53	7.453.974,97
13º*	2.897.181,68	2.433.494,02	-----	-----	-----	-----	5.330.675,70
TOTAL	34.190.395,96	32.499.072,86	356.269,71	7.607,40		18.552.762,01	85.633.717,74

***Valores repassados em jan/2011**

Indicadores sociais internos

Empregados/ empregabilidade/administradores

a) Informações gerais	2008	2009	2010
Número total de empregados	3.725	3.701	3.852(*)
Empregados com até 30 anos de idade (%)	21,00	18,50	15,14
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	15,84	15,80	16,39
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	33,34	30,47	28,57
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	30,41	35,23	39,90
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	19,59	19,26	19,81
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	14,17	15,66	16,53
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	6,04	7,46	6,23
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	29,61	30,26	30,52
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	19,00	20,88	18,11
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	12,00	18	10,65
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	0,75	1,26	1,04
Empregados portadores de deficiência	256	183	225
(*) Incluindo 2 diretores do quadro de empregados da Empresa			

b) Perfil da remuneração – Identificar a percentagem de empregados em cada faixa de salário (R$)	2008	2009	2010
Até 5 salários mínimos	22,30%	14,50%	7,79%
De 5 a 10 salários mínimos	37,36%	44,01%	37,01%
De 10 a 25 salários mínimos	34,49%	36,77%	50,31%
Acima de 25 salários mínimos	5,82%	4,70%	4,88%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) Saúde e segurança no trabalho	2008	2009	2010
Número total de acidentes de trabalho com empregados	22	26	29
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	11	7	16
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%	0	1	0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	Não disponível	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados	1,51	1,09	2,05

d) Desenvolvimento profissional	2008	2009	2010
Perfil da escolaridade — discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados			
Ensino fundamental	5,64	0,89	9,84
Ensino médio	47,65	52,23	42,68
Ensino superior	38,71	38,50	39,25
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	8,00	8,38	8,23
Analfabetos na força de trabalho (%)	0	0	0
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (%)	R$ 8.609.940,53 - Valor Total R$2.544,81 por empregado	R$ 7.302.150,10 - Valor Total R$2.142,62 por empregado	R$ 6.380.729,91 - Valor Total R$1.984,61 por empregado
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	80,0	73,5	69,8

e) Comportamento frente a demissões	2008	2009	2010
Número de admissões durante o período	200	34	184
Reclamações trabalhistas	58	61	0
Montante reivindicado em processos judiciais trabalhistas (R$ Mil)			
Valor provisionado no passivo (R$ mil)	158.289	154.601	162.041
Número de empregados vinculados nos processos	Não disponível	130	43

f) Preparação para a aposentadoria	2008	2009	2010
Investimentos em previdência complementar (R$ Mil)	23.489	24.135	28.816
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar	Não disponível	1.045	3.356
Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria	1247	1247	1247

g) Trabalhadores terceirizados	2008	2009	2010
Número de trabalhadores terceirizados /contratados	669	653	548

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sendo um tema complexo e que passa por várias áreas, na Eletrobras Eletronorte a Assessoria de Sustentabilidade Empresarial e Ações de Responsabilidade Social – PSS tem o desafiador papel de tratar especificamente as questões relacionadas à Responsabilidade Social Empresarial. Ligada diretamente à Presidência da Empresa, a Assessoria tem entre suas atribuições desenvolver projetos e programas sociais com as comunidades de convivência.

Em 2010, foi concebido o Plano Diretor de Responsabilidade Social Empresarial da Eletrobras Eletronorte que se constitui em um instrumento de abrangência corporativa, com o objetivo de orientar a elaboração, análise, implementação, gestão, acompanhamento e avaliação de projetos e programas socioambientais que visem proporcionar o desenvolvimento sustentável dessas populações.

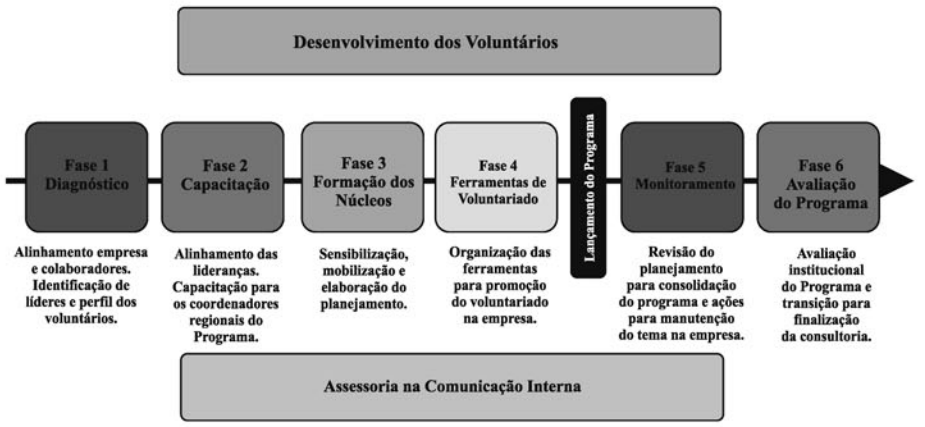
O Plano define cinco eixos de Projetos Sociais da Eletrobras Eletronorte, inspirados nas políticas públicas, sendo três estruturantes: 1) Geração de Emprego e Renda; 2) Educação, Cultura e Esporte; e 3) Cidadania, e dois transversais: 1) Gênero e Diversidade; e 2) Meio Ambiente. Este Plano proporcionará, a partir de 2011, uma metodologia própria de classificação, identificação de demandas, análise, seleção e monitoramento dos Projetos Sociais da Empresa de maneira mais eficaz e transparente, que complementa e normatiza a utilização do Manual de Projetos Sociais, disponível na página da Eletrobras Eletronorte na internet.

As ações de Responsabilidade Social da Eletrobras Eletronorte também estão concretizadas em seu Plano Estratégico 2010-2020, que tem em seu Objetivo 5 – Eficientizar os processos empresariais, dois indicadores afetos diretamente ao processo: Montante de Investimentos Sociais – MIS e Atendimento aos Requisitos de Sustentabilidade Empresarial - ARSE, este último construído com base no percentual de atendimento aos requisitos do ISE Bovespa.

PROGRAMAS E PROJETOS

A Eletrobras Eletronorte realizou, em 2010, os seguintes programas e projetos em suas áreas de convivência:

- **Programa Jovem Aprendiz -** visou a inserção de 145 jovens, provenientes de meio social e familiar vulneráveis, em curso de educação profissional, em consonância com a política pública e legislação de Primeiro Emprego.
- **Projeto Educando -** tem o objetivo de prevenir acidentes de escalpelamento, causado por embarcações na região Amazônica, por meio de um convênio com a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, beneficiando cerca de 400.000 pessoas de dezessete municípios do Estado do Pará e dois do Estado do Amapá.
- **Projeto Escolinha de Futebol Criança Feliz Maranhão -** realizado com o objetivo de promover o resgate da cidadania, em comunidades carentes, por meio da prática desportiva e de lazer, beneficiou 44 crianças e adolescentes em 2010.
- **Projeto de construção da Escola Nossa Senhora das Graças -** proporcionará um espaço adequado para o ensino médio e fundamental e um centro de congregação social para 473 famílias do município de Medicilância no Pará.
- **Projeto Karatê com Energia -** realizado no estado do Mato Grosso, tem como principal propósito reduzir a evasão escolar e proporcionar a prática esportiva do karatê, desenvolvendo a disciplina, a concentração e o senso de responsabilidade, qualidades importantes para o desenvolvimento educacional e cidadania. Foram beneficiadas, em 2010, aproximadamente 400 pessoas.
- **Projeto Casa Abrigo -** A Eletrobras Eletronorte está em fase de negociação com o governo local com o objetivo de implementar o projeto casa abrigo, que irá proporcionar o serviço de abrigamento para atendimento das mulheres em situação de violência no entorno da UHE Tucuruí, com capacidade de atender 240 pessoas anualmente, entre mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos.
- **Programa de Voluntariado Empresarial** – Visa promover a formação e fortalecimento de núcleos de voluntários nas Unidades Regionais da Eletrobras Eletronorte e aumentar o relacionamento de voluntários(as) da Empresa com as comunidades locais. O Programa será desenvolvimento em 6 fases:



- **Programa A3P** – Agenda Ambiental da Administração Pública – A Eletrobras Eletronorte, em cumprimento ao Decreto Presidencial no. 5.940/06, de 25/10/06, que instituiu em todos os órgãos públicos federais a obrigatoriedade da coleta seletiva de materiais recicláveis como plásticos, vidros, papéis e metais para sua posterior destinação a cooperativa de catadores organizados, vem desenvolvendo ações para a efetiva implantação deste programa em todas as suas instalações.
- **PIRTUC -** Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí é a contribuição da Eletrobras Eletronorte para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. É formado por 03 (três) programas e 69 (sessenta e nove) beneficiando 322.746 pessoas. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infra-estrutura social econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região com período de 20 (vinte) anos para implementação, iniciado em 2002, envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões.

PIRTUC Valores realizados em R$			
Até 2007	2008	2009	2010
38.727.686,96	4.708.549,35	10.338.549,44	32.562.822,42

- **PIRJUS** – Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí. A Eletrobras Eletronorte desenvolve ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões.

PIRJUS Valores realizados em R$			
Até 2007	Até 2008	Até 2009	Até 2010
3.005.830,00	1.858.251,85	1.004.316,91	9.287.909,39

- **Projeto IPIRÁ -** desenvolvido em parceria com o Ministério da Pesca e Aqüicultura – MPA e a Secretaria de Estado da Pesca e Aqüicultura do Pará SEPAq, tem como objetivo a criação de peixes em tanques-rede, no Parque Aquícola de Breu Branco III. Prevê geração de trabalho e renda para 325 famílias de pescadores.

Os recursos distribuídos por parceiro são:

Distribuição de recursos do projeto por parceiro em R$

Recursos Eletrobras Eletronorte	Recursos Sepaq	Recursos MPA	TOTAL
5.500.304,00	638.584,44	2.080.000,00	8.414.457,24

- **PROSET -** Programa Social dos Expropriados da Primeira Etapa da UHE Tucuruí – tem como um de seus principais objetivos a construção da autonomia dos expropriados, por meio de apoio a projetos produtivos que visam à emancipação econômica de 2.344 famílias, organizadas em 06 (seis) cooperativas localizadas nos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Itupiranga, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Jacundá.

PROSET Desembolso em Projetos Produtivos R$

2007	2008	2009	2010
4.115.450,00	2.259.750,00	319.000,00	163.000,00

- **Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009** – Parceria da Eletrobras Eletronorte e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA , tem como objetivo o fortalecimento da capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos da Eletrobras Eletronorte. O Projeto teve início em 06/07/2009, com previsão de duração de 5 anos.
- **Universalização de Energia –** Em consonância ao Ministério de Minas e Energia, a Eletrobras Eletronorte atua como Coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2010		2.926.988	Em 2009		3.143.340
Distribuição do Valor Adicionado		48,64% governo	28,15% empregados		35,56 % governo	22,31% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		4,16 % acionistas	19,06% financiadores % outros		10,28% acionistas	31,85% financiadores % outros
2 - RECURSOS HUMANOS	**Em 2010**			**Em 2009**		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	597.099			427.697		
- Empregados	593.920			424.767		
- Administradores	3.179			2.930		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	25,48			33,94		
- Administradores	0,0			0,0		
2.2 - Benefício Concedidos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	202.571	33,93%	5,91%	149.148	34,87%	4,41%
Alimentação	34.747	5,82%	1,01%	21.794	5,10%	0,64%
Transporte	2.678	0,45%	0,08%	2.199	0,51%	0,07%
Previdência privada	28.816	4,83%	0,84%	24.135	5,64%	0,71%
Saúde	79.842	13,37%	2,33%	37.751	8,83%	1,12%
Segurança e medicina do trabalho	2.542	0,43%	0,07%	2.279	0,53%	0,07%
Educação ou auxilio Creche	7.825	1,31%	0,23%	5.740	1,34%	0,17%
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.260	2,72%	0,47%	14.152	3,31%	0,42%
Creches ou auxílio creche		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	72.185	12,09%	2,10%	62.025	14,50%	1,83%
Outros	58.469	9,84%	1,70%	20.329	4,79%	0,60%
Total	**505.935**	**84,78%**	**14,75%**	**339.552**	**79,42%**	**10,04%**
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	3.852			3.701		
Nº de admissões	184			34		
Nº de demissões	35			59		
Nº de estagiários no final do exercício	410			651		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	225			183		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	548			653		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	3.089			2.988		
- Feminino	763			713		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	1.217			984		
- De 36 a 60 anos	2.449			2.507		
- Acima de 60 anos	186			210		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-			-		
- Com ensino fundamental	376			33		
- Com ensino médio/técnico	1.637			2.128		
- Com ensino superior	1.524			1.424		
- Pós-graduados	315			116		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	83,00%			84,34%		
- Feminino	17,00%			15,66%		
2.4 - Contigências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	28			61		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	12			50		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	9			11		
Nº de processos trabalhistas aguardam julgamento	7			-		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 6.669 mil			R$ 331 mil		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação e cultura	-	0,00%	0,00%	25	0,00%	0,00%
Programa luz para todos - Decreto 4873/03	8.755	2,75%	0,26%	10.552	1,31%	0,31%
Esporte e lazer	23	0,00%	0,01%	207	0,03%	0,01%
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Atendimento comunidades indígenas	6.325	1,98%	0,18%	5.035	0,63%	0,15%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	402	0,13%	0,01%	217	0,03%	0,01%
Total dos investimentos	**15.505**	**4,86%**	**0,46%**	**16.036**	**2,00%**	**0,47%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	870.242	273,01%	25,37%	745.823	92,92%	22,05%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	173.115	54,31%	5,05%	181.492	22,61%	5,37%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**1.058.862**	**332,17%**	**30,87%**	**943.351**	**117,52%**	**27,89%**
3.2 - Interação com os Fornecedores	**São exigidos controles sobre:**					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.					
4 - Interação com o Meio Ambiente	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	3.576	1,12%	0,10%	3.869	0,48%	0,11%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	11.311	3,55%	0,33%	10.999	1,37%	0,33%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	497	0,16%	0,01%	348	0,04%	0,01%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	400	0,13%	0,01%	487	0,06%	0,01%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	**15.784**	**4,95%**	**0,46%**	**15.703**	**1,96%**	**0,46%**
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	3.430.390			3.382.893		
Resultado Operacional (RO)	318.764			802.683		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Avaliação e Registro de Aspectos e Impactos Ambientais

A Eletrobras Eletronorte busca continuamente aperfeiçoar seus processos de avaliação, registro e mitigação de aspectos e impactos ambientais.

Para tal, identifica, avalia e registra os aspectos e impactos ambientais de suas atividades e empreendimentos (identifica e avalia mais de 75% dos projetos e registra aspectos ambientais significativos em 25% das atividades e empreendimentos).

A Empresa não identifica e nem avalia os aspectos e impactos ambientais nos processos de encerramento de unidades, atividades ou processos, descomissionamento de unidades ou mudanças de sites.

As questões relativas à biodiversidade, associadas às ações da Eletrobras Eletronorte, desenvolvem-se de acordo com o estabelecido na legislação brasileira sobre o assunto e com as particularidades de cada um de seus empreendimentos, além de obedecer a política especifica do Sistema Eletrobras.

Durante a fase de estudos prévios de impacto ambiental de um projeto, a análise dos ecossistemas, da fauna e da flora associados é sempre considerada, dependendo da relevância e das características ambientais do local onde será implantado o empreendimento. Para cada um destes empreendimentos, seja construção ou operação, são desenvolvidas medidas de mitigação, controle, monitoramento e compensação ambiental dos impactos causados na biodiversidade.

A Eletrobras Eletronorte também acompanha as ações ambientais e fundiárias das Sociedades de Propósito Especifico – SPEs em que tem participação acionária.

São, também, elaborados relatórios de Caracterização e Análise Sócio-Ambiental – R3, por solicitação do Ministério de Minas e Energia – MME. Objetivam a caracterização dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, bem como análise integrada para a identificação das áreas mais ou menos sensíveis à implantação dos empreendimentos nos corredores e indicar a diretriz preferencial para a linha de transmissão e para a extensão aproximada.

Em 2010 foram elaborados relatórios para os seguintes empreendimentos:

- Subestação 230 kV Lucas do Rio Verde – MT;
- Linha de Transmissão 500 kV Manaus/Boa Vista – AM/RR e Subestações Associadas; Ampliação da Subestação 230/138 kV – Nobres – MT;
- Ampliação da Subestação de Tucuruí – Pátio de 138 kV com 2 Autotransformadores Trifásicos de 230/138 – 13,8 kV – 100 MVA – PA;
- SE Miramar 230/69/13,8 kV com 2 vezes 150 MVA – PA.

Estes relatórios abrangem populações que atingem cerca de 2 milhões de habitantes, realizando análise integrada para a identificação das áreas mais ou menos sensíveis à implantação dos empreendimentos nos corredores e indicam a diretriz preferencial para a linha de transmissão e para a extensão aproximada.

Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos

Em parceria com empresas privadas, a Eletrobras Eletronorte elabora os estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de aproveitamentos hidrelétricos.

Foram realizados em 2010 estudos para os aproveitamentos hidrelétricos da Bacia do Rio Tapajós, da Bacia do Rio Itacaiúnas, das Bacias dos Rios Tocantins e Araguaia, da Bacia do Rio Araguari, da Bacia do Rio Teles Pires e da Bacia do Rio Xingu.

Estes estudos exigem interações constantes com órgãos governamentais, como o Ministério de Minas e Energia - MME, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, responsáveis pelas diversas autorizações e licenciamentos para a realização dos trabalhos, principalmente daqueles realizados em Unidades de Conservação – UCs.

Programas Indígenas

A Eletrobras Eletronorte dispensa atenção especial às comunidades indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e Programa São Marcos, desenvolvendo ações, por meio de Programas de Apoio, como forma de compensar os impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos.

O Programa Parakanã é uma ação indigenista dirigida aos Awaete-Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, na bacia do rio Tocantins, hoje com 867 Parakanã. Em 2010, as ações desenvolvidas incluíram assistência à saúde, implantação de sistema de educação escolarizada, apoio às atividades produtivas, valorização da sua cultura, defesa do meio ambiente e demarcação e defesa de sua terra tradicional. Neste ano, a Eletrobras Eletronorte investiu o montante de R$ 5.290.066,71, no Programa.

O Programa Waimiri Atroari, em 2010, completou 23 anos, mantendo a Terra Indígena Waimiri Atroari, como um lugar onde a natureza e o homem se reproduzem com exuberância e liberdade. São 2.585.611,96 hectares, onde 1.358 Waimiri Atroari, distribuídos em 22 aldeias, vivem tradicionalmente, mantendo sua cultura. Em 2010 a Eletrobras Eletronorte aplicou R$ 4.772.614,46 no Programa.

A Eletrobras Eletronorte presta serviços mutuamente com a APITSM, com a interveniência da Funai, no que couber, na Terra Indígena São Marcos, em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista/Santa Elena, no Estado de Roraima, visando manter a integridade do empreendimento da Empresa e o desenvolvimento da Comunidade Indígena.

Fazem parte do Programa Indígena São Marcos, aproximadamente 5.000 pessoas das etnias Macuxi, Taurepáng e Wapixana, divididos em 40 aldeias. Em 2010 foi assinado um Termo de Compromisso entre APITSM e Eletrobras Eletronorte com a interveniência da FUNAI, com prazo de execução de 8 anos, perfazendo a importância de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a serem utilizados sob a forma de Projetos.

Em 2010 a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronorte aprovou um conjunto de medidas de apoio emergencial e medidas de longo prazo para as Comunidades Assurini do Trocará, Krikati e Guajajara, por meio da RD 0589-2010. As medidas emergenciais abrangem apoio à saúde, educação, segurança alimentar, adequação da infraestrutura, de forma a melhorar as condições de vida dos membros destas comunidades.

Além das medidas emergenciais, serão desenvolvidas medidas de longo prazo, visando favorecer a autonomia e independência (principalmente econômica) das comunidades apoiadas, o que pretende estabelecer um processo de participação da comunidade na escolha e priorização das medidas a serem desenvolvidas, e compatibilizar os programas as medidas dos programas com as ações em desenvolvimento e planejadas pela FUNAI.

Em 05/05/2010, foi firmado com a empresa JGP Consultoria e participações Ltda., o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 4500068680, objetivando a alteração do seu valor original. O citado contrato tem como objetivo a execução de todos os estudos, documentos e ações necessárias à obtenção na instância ambiental, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA 237/97, da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), bem como a regularização do empreendimento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para a implantação da LT 230 kV Ribeiro Gonçalves – Balsas e Subestações Associadas, relacionadas ao lote "A" do Leilão nº 006/2008 – ANEEL.

Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico

A Eletrobras Eletronorte promove, em conformidade com as normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão dos empreendimentos das linhas de transmissão nos processos de licenciamento ambiental. Evita, desta forma, a destruição dos sítios arqueológicos. Desenvolve, também, estudos junto à comunidade acadêmica da região para a Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico.

Encontram-se em tramitação as tratativas entre Eletrobras Eletronorte e Órgãos Competentes, para as providências quanto a transferência, guarda e curadoria do acervo arqueológico depositado nas dependências da UHE Samuel – RO.

Gestão Ambiental e Acompanhamento de Programas Ambientais

Acompanhamento das Ações Ambientais

O acompanhamento das ações ambientais, através do Plano Básico Ambiental – PBA, tem garantido o atendimento das condicionantes das licenças de instalação, como a condicionante n° 2.1 da LI n° 710/10 da LT 230 kV Ribeiro Gonçalves / Balsas – C1/SE Balsas, que estabeleceu a apresentação de relatórios periódicos contemplando o andamento dos programas ambientais e a entrega dos relatórios trimestrais de acompanhamento. Na SE Miranda II, o monitoramento das ações ambientais das obras foi uma das principais ferramentas de Gestão Ambiental durante a fase de implantação e hoje o empreendimento já consta com a licença de operação nº 1012 – SEMA – MA, que tem validade até 25/11/2012

Obtenção de Licenças / Autorizações Ambientais para as Ampliações

Em atendimento às exigências dos órgãos ambientais, as ampliações realizadas nas subestações, após serem autorizadas pela ANEEL, passam pelo processo de licenciamento ambiental e pelo comissionamento ambiental, quando necessário.

O acompanhamento das obras envolve a realização de reuniões periódicas com todos os agentes envolvidos nas quais as ações ambientais são discutidas e as pendências são apresentadas para viabilizar as soluções pertinentes.

Todas as plantas em operação da Eletrobras Eletronorte possuem licenças ambientais dentro do prazo de validade ou com a renovação solicitada em tempo hábil, conforme resolução Conama nº 237/97.

No ano de 2010 foram solicitadas, em tempo hábil, ao órgão licenciador competente as renovações dos seguintes quantitativos de licenças:

Licenças de Operação – LO's

Regional	LO's Vencidas em 2010	LO's renovadas em 2010	LO's Renovação Solicitadas em 2010	LO's Novas 2010	Órgão Licenciador
CAC	5	3	8	-	IMAC
CAP	5	-	23	-	SEMA/IMAP
CMA	-	1	-	2	SEMA
CRA	-	-	4	-	SEDAM
CPH	-	2	-	-	SEMA/SEDAM

A Eletrobras Eletronorte administra atualmente 84 (oitenta e quatro) licenças de operação, que estão distribuídas por empreendimento regional como demonstrado a seguir:

Quantidade de empreendimentos e licenças de operação por regional

Regional	Nº de Empreendimentos/ Regional	Nº de empreendimentos				LOs (Total)
		LT	SE	UHE	UTE	
CAC	11	**5**	**3**	-	3	9
CAP	23	9	10	1	3	21
CMA	19	9	10	-	-	16
CMT	16	7	9	-	-	7
CPA	21	10	10	-	-	20
CRA	19	6	12	-	1	4
CRR	2	1	1	-	-	1
CPH	6	-	3	3	-	5
CTO	3	1	2	-	-	1
Total	**120**	**48**	**60**	**4**	**7**	**84**

Observação: Com exceção das regionais CTC,CAP,CMA as demais regionais apresentam uma única licença de operação para mais de um empreendimento, resultando em diferenças entre número de empreendimentos e número de licenças.

Sistema de Gestão Ambiental

O sistema de gestão ambiental da Eletrobras Eletronorte visa gerenciar as questões ambientais decorrentes das plantas industriais em produção. Com base nos aspectos e possíveis impactos gerados pelas atividades industriais de geração e transmissão e respectivos requisitos legais gerencia-se ações preventivas e corretivas.

Nesse contexto, a Empresa definiu um conjunto de programas mínimos para atender a maioria das condicionantes de licenças e também os requisitos legais mínimos dependentes da atividade industrial: geração térmica, hídrica ou transmissão.

Os programas ambientais mínimos são os seguintes:

Programas Ambientais Mínimos

Item	PROGRAMA AMBIENTAL	UHE	UTE	LT	SE
1	Educação Ambiental				
2	Limnologia e Qualidade da Água				
3	Conservação e Uso do Reservatório				
4	Pesca e Ictiofauna				
5	Gerenciamento de Resíduos				
6	Gerenciamento de Efluentes				
7	Gerenciamento de Emissão Atmosférica				
8	Comunicação Interna e Externa				
9	Identificação e Acesso a Requisitos Legais				
10	Recuperação de Áreas Degradadas				
11	Atendimento a Emergência				
12	Manutenção da Faixa de Servidão				

Em 2010, a gerência responsável pelo Sistema realizou em conjunto com o coordenador do TPM – pilar meio ambiente – um trabalho de implantação de programas mínimos nas regionais de transmissão do Maranhão (CMA), Tocantins (CTO), Mato Grosso (CMT), Rondônia/Acre (CRA) e Pará (CPA), que ainda não possuem sistemas de gestão ambiental implantados.

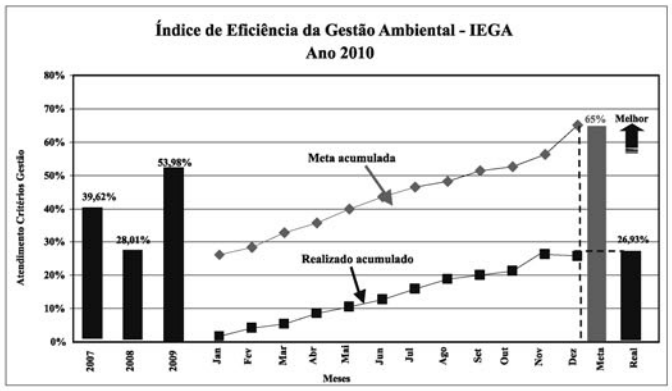
Estas ações foram realizadas em conjunto com as auditorias ambientais previstas para 2010. Em Tucuruí (CPH) e no Amapá (CAP) foram realizadas duas auditorias atendendo o escopo das certificadoras.

A meta estabelecida para verificação da eficiência da gestão ambiental – IEGA foi 65%, e o alcançado está muito abaixo do esperado, 26,93%, como apresentado no gráfico seguinte:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Índice de Eficiência da Gestão Ambiental - IEGA



Anualmente, critérios de auditoria são estabelecidos juntamente com cronograma, para a realização de auditorias ambientais para verificação do andamento do sistema. Em 2010, foram programadas a realização de uma auditoria nas plantas não certificadas e duas nas plantas certificadas com a ISO 14.001:2004 (Tucuruí e Macapá), conforme escopo da certificação. O Índice de Realização de Auditorias – IRA ultrapassou o valor de 100% do programado, em função da realização das duas auditorias na regional de Roraima. Estiveram fora da programação de auditorias as UHE`s Curuá-Una e Samuel devido a ausência de licenças de operação das mesmas.

Além disso, a fim de consolidar estrategicamente a diretriz de sustentabilidade da Eletrobras, a Gerência recebeu em seus quadros dois analistas ambientais e um assistente de meio ambiente no ano de 2010 e submeteu dois analistas e o assistente ao curso de auditor líder para uma melhor atuação na implementação de Sistema de Gestão Ambiental da empresa, alcançando um total de 8 auditores da norma ISO 14.001:2004.

Agenda Ambiental na Administração Pública A3P

Paralelamente à assinatura do Termo de Adesão em setembro de 2009, realizou-se o lançamento na Sede do Projeto "Arte com Lixo", programa voltado aos empregados terceirizados da limpeza, que desenvolveram oficinas de reciclagem com os resíduos gerados na empresa (jornal, restos de madeira e outros), contribuindo com a melhoria da renda das artesãs.

Uma vez implantada a coleta seletiva em dez/09, a Eletrobras Eletronorte promoveu a destinação correta dos resíduos coletados. Os materiais recicláveis são doados para as cooperativas de catadores organizados e os resíduos perigosos são direcionados adequadamente, cumprindo o Dec. 5940/06. Já foram recolhidos pela Recicla Brasília, associação com a qual a Eletrobras Eletronorte firmou termo de compromisso, o total de 5.271 kg de papel.

O Programa da Agenda Ambiental A3P foi implantado nas Regionais CAP, CTO, CRR, CPH e CAC e as demais estão em fase de negociação junto ao Comitê A3P-Sede.

Custos Ambientais

Em 2010, efetivamente foi realizada a apropriação dos custos ambientais pela maioria das Regionais. Destacam as regionais de Tucuruí e Amapá em função da implantação dos Programas Mínimos da fauna aquática e terrestre, flora e educação ambiental e o Pará, em função de contratos realizados para a realização da coleta seletiva.

A tabela a seguir demonstra o quadro completo de custos apropriados por regional:

Despesas de Custeio – Meio Ambiente – por Regional - ano 2010

UD	TOTAL	%
CAP	198.901,36	2,61
CAC	14.214,91	0,19
CMA	159.727,95	2,10
CMT	3.328,00	0,04
CPA	375.901,99	4,94
CRD	18.270,64	0,24
CRR	-	-
CPH	5.778.683,34	75,92
CTO	15.307,45	0,20
EEM	1.047.068,76	13,76
TOTAL	**7.611.404,4**	**100,00**

Em 2010, o somatório dos gastos com custeio e investimento em Meio Ambiente totalizou um montante de R$ 15.778.983,41 como discriminados na tabela seguinte:

Despesas de Custeio e Investimento Natureza Ambiental

Discriminação do Grupo da Despesa	Valores R$
Manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	3.575.907,23
Prevenção e ou recuperação de ambiente degradado	11.311.079,52
Educação ambiental com a força de trabalho	201.044,09
Educação ambiental para a comunidade	291.431,00
Outros projetos ambientais	399.521,57
Total Geral	**15.778.983,41**

Auditorias Ambientais

Para aferição do desempenho ambiental, a Eletrobras Eletronorte adotou como ação do levantamento das não conformidades e da verificação do atendimento dos requisitos legais nas plantas em operação por meio da auditoria ambiental. Também as plantas certificadas na norma ISO: 14.001:2004 têm em seus escopos a exigências de realização de duas auditorias internas como condicionante de manutenção das certificações.

Na regional CRR também foi realizada duas auditorias internas, uma de verificação do atendimento aos requisitos legais no trecho da linha de transmissão e outra de documentação e proposição dos programas mínimos definidos para as plantas em operação.

Ressalta-se que as regionais de Tucuruí e do Amapá, num grande esforço corporativo, mantiveram com sucesso a certificação ambiental com base na normatização ISO 14.001:2004.

A obtenção da certificação converge com as diretrizes adotadas pela Eletrobras no que diz respeito ao tratamento da dimensão ambiental para o alcance da sustentabilidade empresarial.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Geração

O aumento de produtividade com maior eficiência de processos possibilitou a melhoria do desempenho das Usinas da Eletrobras Eletronorte. Alguns exemplos:

- Sistemas Isolados

1. Gestão do contrato Soenergy de 45 MW emergenciais para o Sistema Amapá (aluguel de unidades geradoras), que se tornou o fator crítico de sucesso no atendimento ao Sistema no segundo semestre do ano, com menor risco de cortes de carga;
2. Revitalização da UTE Electron e disponibilização do bloco "A" da usina para Eletrobras Distribuidora Amazonas, contribuindo de forma decisiva para reduzir o risco déficit de oferta registrado no Sistema Manaus;

- Órgãos Reguladores - ONS / ANEEL

1. Desenvolvimento da atualização tecnológica do SPCS da UHCU (projeto de modernização da UHE Curuá-Una) potencializando sua confiabilidade de forma a contribuir com o Sistema Interligado Nacional – SIN;
2. Implantação do processo de fiscalização preventiva da ANEEL em instalações de geração, possibilitando maior interação com a ANEEL e ELETROBRAS durante as fiscalizações e testes de unidades geradoras das Usinas, além da adoção de medidas preventivas.

- Certificação TPM nas unidades de geração

1. Como estratégia de aceleração do projeto de implantação e fortalecimento da metodologia de Manutenção Produtiva Total – TPM, em todas as instalações operacionais da Empresa, a Eletrobras Eletronorte certificou junto a organização JIPM (Japão) cinco de suas usinas, em diferentes estágios de desenvolvimento da metodologia:
2. Elaboração de material didático e aplicação de treinamento em diversas Regionais.

- Inovação

Utilização de tecnologia 3D e princípio de realidade virtual na modernização de procedimentos e normas técnicas de operação e manutenção de instalações de geração. Desenvolvimento de Instruções Técnicas de Manutenção-ITM, projeto ITM Virtual, para a UHE Tucuruí, em replicação para as demais usinas;

- Consultoria de Engenharia de O&M da Geração

Apoio técnico especializado e diagnósticos técnicos em usinas de empresas parceiras, SPEs, elaborando pareceres especializados sobre engenharia de operação e manutenção de unidades geradoras térmicas e hidráulicas.

Transmissão

O Sistema de Transmissão da Eletrobras Eletronorte, em função de suas peculiaridades, exige processos e procedimentos diferenciados de manutenção e operação das instalações.

Para tanto, em consonância com as diretrizes empresarias, são implementadas ações contínuas de melhorias no macro processo Operar e Manter, enfocando soluções logísticas inovadoras que irão refletir no desempenho operacional das instalações.

Como no negócio Geração, também na Transmissão, a Eletrobras Eletronorte adota a metodologia TPM – Manutenção Produtiva Total que visa identificar e eliminar as perdas existentes nos processos operacionais e maximizar a disponibilidade dos ativos.

Como indicado pelo TPM, utiliza como ferramenta de análise de confiabilidade das instalações a metodologia Manutenção Baseada na Confiabilidade – RCM, usada para determinar o que deve ser feito para assegurar que qualquer ativo físico cumpra sua função no seu contexto operacional.

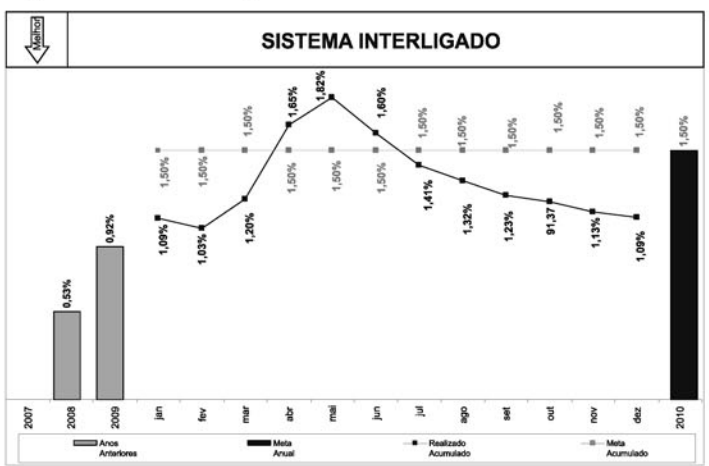
Como sistema de informação gerencial de O&M é utilizado o Módulo PM da plataforma SAP R/3, onde a gestão da operação e manutenção é integrada às gestões de suprimento, materiais e financeira, permitindo com isso a integração total da operação e manutenção com todas as demais áreas da Empresa.

Deve-se destacar dentre as atividades de gestão da operação e da manutenção da Transmissão, a interligação dos Sistema Acre-Rondônia com o Sistema Interligado Nacional - SIN.

No primeiro ano de operação interligada, os desafios das equipes e instalações do Acre e de Rondônia se multiplicaram até atingir o padrão de regularidade e confiabilidade exigidos pelo SIN, resultado obtido a partir de alteração de procedimentos, treinamentos e adequação de instalações.

GESTÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultados do Negócio Transmissão de Energia Elétrica



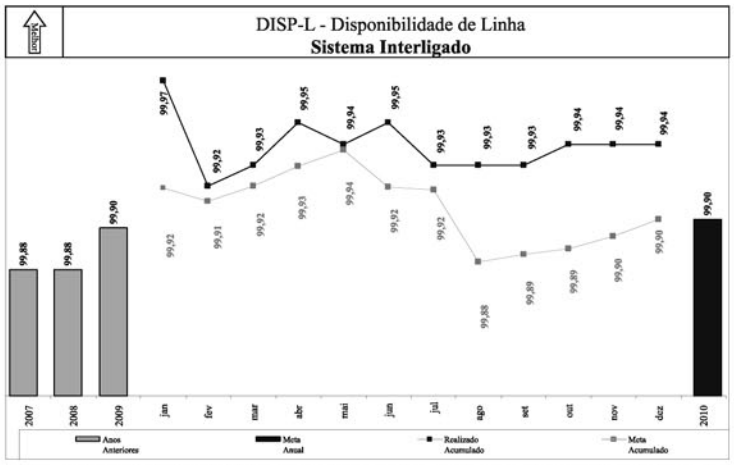
O indicador Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI afere a parcela variável a ser descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão. A meta estabelecida para 2010 foi atendida. Ressalta-se que a meta anual realizada está 27,33% melhor do que a estabelecida no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE celebrado com a Eletrobras. O bom desempenho deveu-se aos conjuntos de ações de gestão, de engenharia e de execução da operação e manutenção, com destaque para:

- O planejamento, a programação de serviços, as melhorias metodológicas introduzidas nos programas responsáveis pela manutenção das condições básicas de equipamentos e instalações e para o planejamento executivo das grandes manutenções;
- a interação das áreas de Engenharia de Manutenção e Engenharia de Operação da Transmissão, nas ações de recepção de empreendimentos, planejamento e programação da execução de comissionamentos, até a entrega do empreendimento para operação;
- ações sistemáticas para sensibilização quanto a prevenção de falhas na execução de serviços.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sistema Interligado - DISP-L - Disponibilidade de Linha

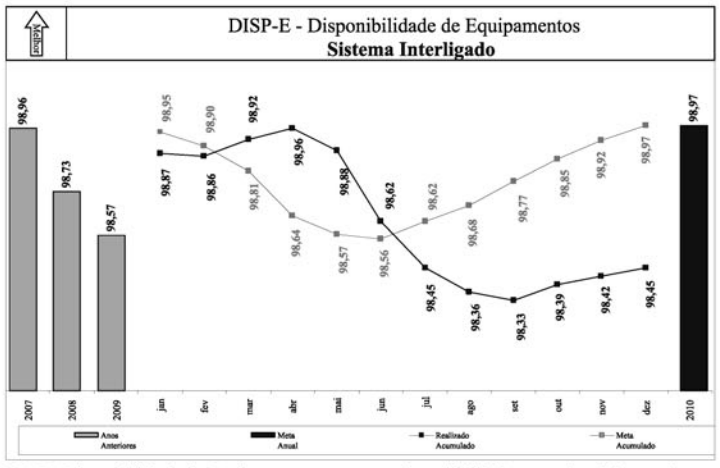


O indicador DISP-L - Disponibilidade de Linha representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O indicador apresentou desempenho satisfatório em relação à meta anual estabelecida, o que demonstra a efetividade das ações de manutenção e operação desenvolvidas pela empresa. Para a obtenção desse resultado foi executado um conjunto de ações de gestão, de engenharia e de execução da operação e manutenção, com destaque para:

- o planejamento, a programação de serviços, as melhorias metodológicas introduzidas nos programas responsáveis pela manutenção das condições básicas de equipamentos e instalações e para o planejamento executivo das grandes manutenções;
- a interação das áreas de Engenharia de Manutenção e Engenharia de Operação da Transmissão, nas ações de recepção de empreendimentos, planejamento e programação da execução de comissionamento, até a entrega do empreendimento para operação;
- ações sistemáticas para sensibilização quanto a prevenção de falhas na execução de serviços.

Sistema Interligado – DISP-E - Disponibilidade de Equipamento

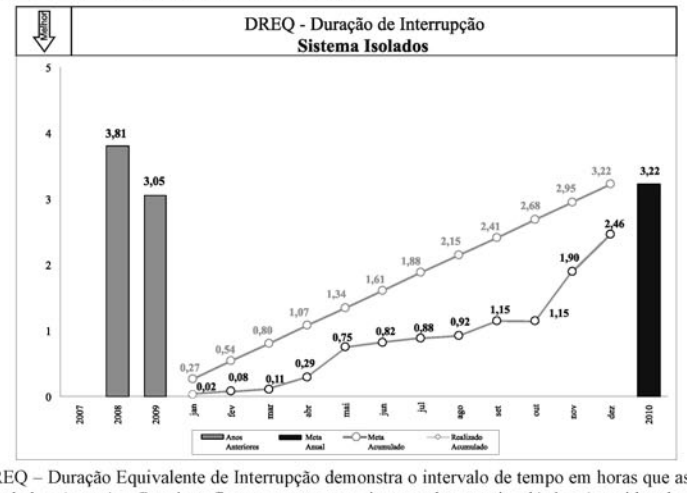


O indicador DISP-E - Disponibilidade de Equipamento apresenta a disponibilidade operacional dos equipamentos associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Este indicador refere-se aos equipamentos do SIN e apresentou desempenho inferior à meta anual estabelecida, realizando 99,47% da meta proposta para 2010.

Tal resultado decorreu, principalmente, de desligamentos decorrentes de deficiências nos sistemas de controle e células capacitivas dos equipamentos Compensação Série e Bancos de Capacitores.

Como medida corretiva, além de adotar a metodologia TPM e a ferramenta Manutenção Centrada em Confiabilidade – RCM, a Empresa está implementando também a recuperação geral das famílias de equipamentos de potência, bem como a substituição dos ativos em final de vida útil, visando o restabelecimento das condições básicas de funcionamento dos seus ativos de transmissão.

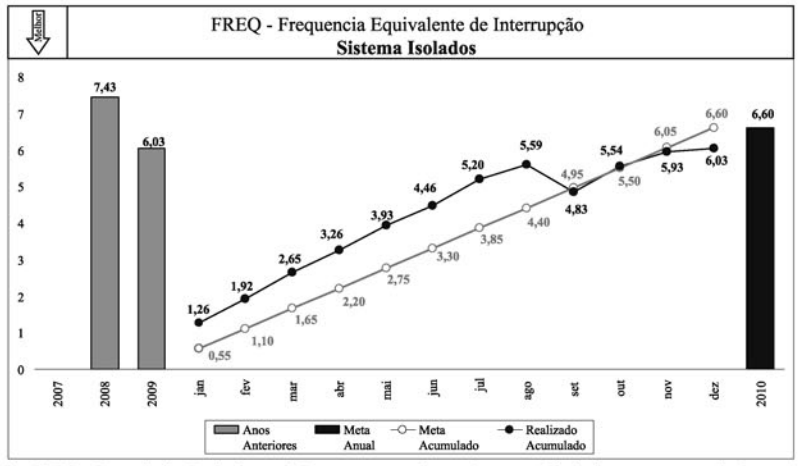
Sistemas Isolados – DREQ – Duração Equivalente de Interrupção



O indicador DREQ – Duração Equivalente de Interrupção demonstra o intervalo de tempo em horas que as concessionárias dos sistemas isolados Amapá e Roraima ficaram sem o suprimento de energia elétrica (consideradas as interrupções programadas e não programadas). O desempenho deste indicador, em 2010, apresentou resultado satisfatório em relação aos anos anteriores, atingindo a meta estabelecida. A efetividade das ações desenvolvidas pela Empresa decorreu, principalmente, da implementação de melhoria da gestão nos seguintes processos:

- Engenharia de Operação e Manutenção - com foco na metodologia TPM, enfatiza os procedimentos direcionados para a disponibilidade dos ativos do segmento Transmissão. Cabe destacar as revisões nos Programas de Manutenção Autônoma - PMAs e nos Programas de Manutenção Planejada – PMPs;
- Gestão de Intervenções - com foco no planejamento do serviço a ser executado;
- Análise do desempenho com estabelecimento de ações preventivas e foco na melhoria contínua da performance dos equipamentos de transmissão;
- Treinamentos específicos de acordo com as lacunas identificadas, principalmente quando da realização de comissionamentos quando os empregados adquirem as habilidades para operar e manter os novos equipamentos.

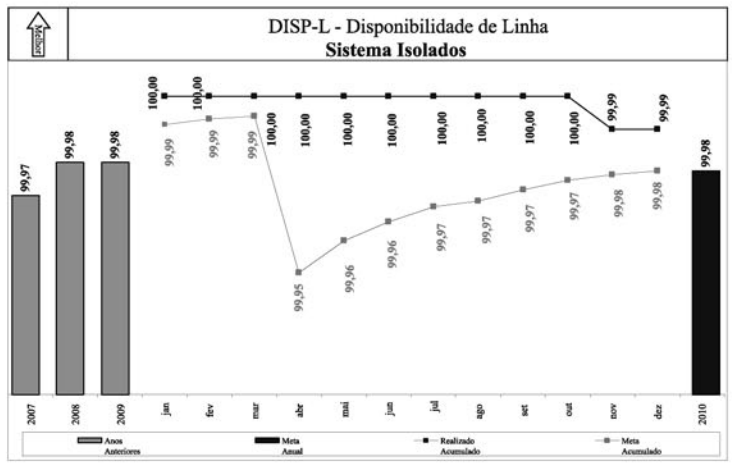
Sistemas Isolados – FREQ – Frequência Equivalente de Interrupção



O indicador FREQ – Frequência Equivalente de Interrupção traduz o número médio de interrupções equivalentes à potência máxima do sistema que as concessionárias, dos sistemas Isolados Amapá e Roraima, sofreram no período de apuração.

O desempenho demonstrado no ano de 2010 apresentou resultado satisfatório em relação aos anos anteriores e atingiu a meta estabelecida. Os resultados refletem as melhorias alcançadas na gestão dos processos relacionados no indicador DREQ.

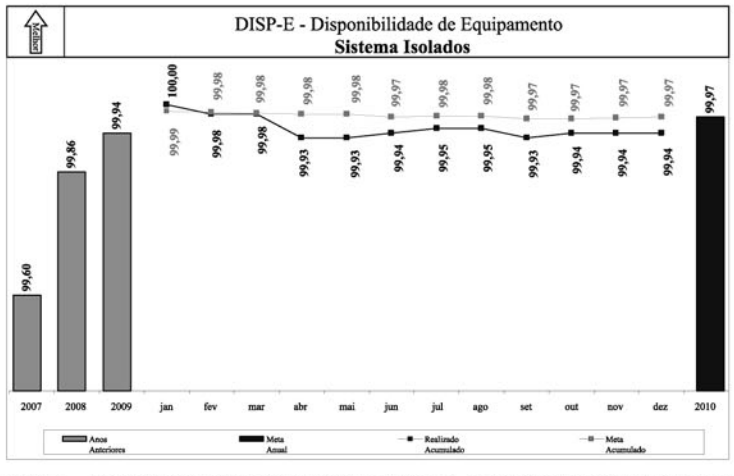
Sistemas Isolados – DISP-L – Disponibilidade de Linha



O DISP-L – Disponibilidade de Linha representa a disponibilidade de linhas de transmissão, associadas aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima.

Em 2010, o DISP-L atingiu a meta estabelecida, também como resultado da melhoria na gestão dos processos relacionados no indicador DREQ.

Sistemas Isolados – DISP-E – Disponibilidade de Equipamento



O indicador DISP-E – Disponibilidade de Equipamento representa a disponibilidade operacional dos equipamentos, associados aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima.

Este indicador apresentou desempenho inferior à meta anual estabelecida, realizando 99,97% da meta proposta. Tal resultado decorreu, principalmente, de desligamentos decorrentes de deficiências nos sistemas de controle e células capacitivas dos equipamentos Bancos de Capacitores.

Para melhoria do desempenho estão sendo tomadas as mesmas medidas corretivas já relatadas para o indicador DISP-E do Sistema Interligado.

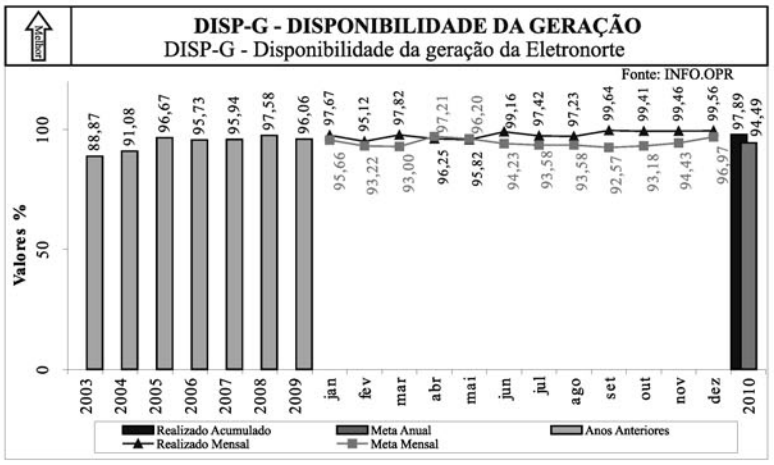
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resultados do Negócio Geração de Energia Elétrica

DISPG – Disponibilidade da Geração

O DISPG expressa em porcentagem o período em que as unidades geradoras estão aptas a gerar energia, quando considerado determinado intervalo de tempo (Ex: mês, ano).

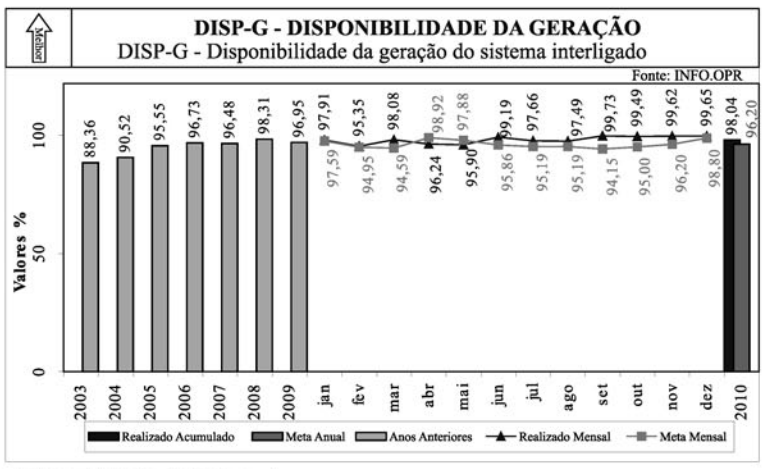


Em 2010, a disponibilidade de geração da Eletrobras Eletronorte (considerando o somatório dos Sistemas Isolados e do Sistema Interligado) (vide gráfico anterior) apresentou bom resultado devido ao desempenho da geração no sistema interligado e também pela boa gestão da manutenção das instalações dos sistemas isolados.

DISPG – Disponibilidade de geração do Sistema Interligado

O Gráfico seguinte mostra a disponibilidade de geração dos equipamentos associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A meta para 2010 foi de 96,20% pois, o plano de manutenção das usinas da ELN previa paradas complementares e para incorporar as manutenções transferidas de 2009, além das paradas convencionais anuais, e paradas para a implementação de melhorias nos sistemas de supervisão e controle das unidades geradoras, e esta foi atendida.



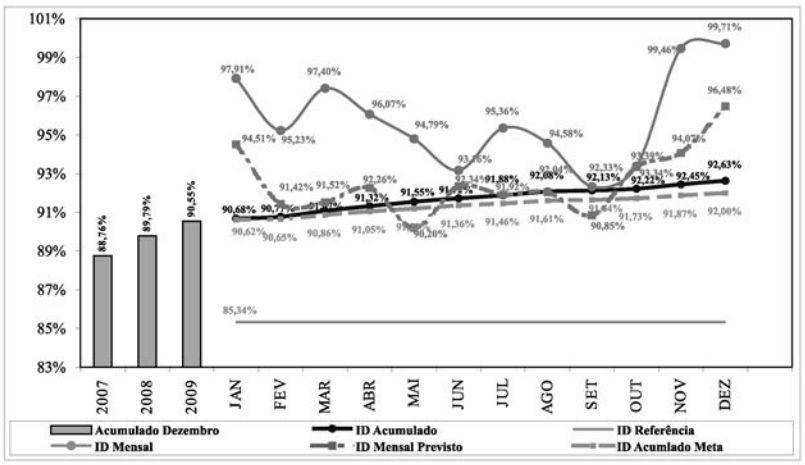
ID – Índice de Disponibilidade – UHE Tucuruí

O planejamento das intervenções programadas para o ano de 2010 para a UHE Tucuruí foi elaborado em conjunto pelas áreas da Superintendência de Engenharia de Operação e Manutenção da Geração - COG e pela Superintendência de Produção Hidráulica - CPH, observando dentre outros, os dados da escala móvel de 60 meses da usina.

Este trabalho teve como resultado o ID acumulado (60 meses) de 92,63%, acima da meta da Eletrobras Eletronorte de 92,00% e da referência-meta da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL- 85,34%, e com tendência de melhoria.

O gráfico a seguir apresenta os resultados de ID da UHE Tucuruí a partir de 2007.

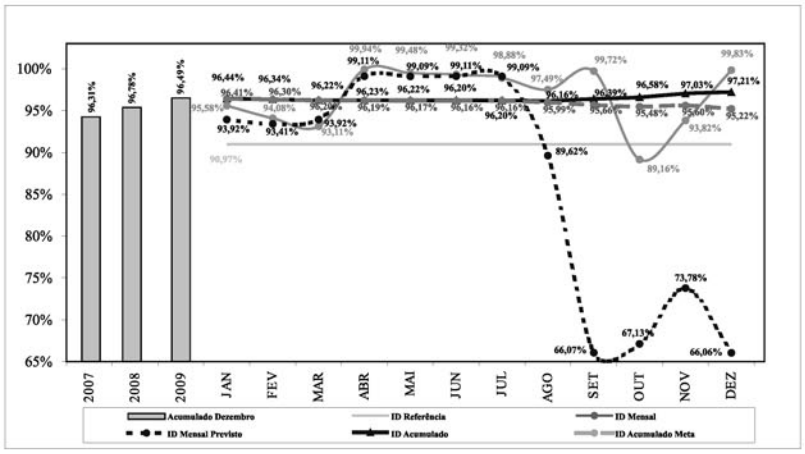
ID – Índice de Disponibilidade – UHE Tucuruí



Índice de Disponibilidade – ID da UHE Curuá-Una

O planejamento das intervenções programadas em 2010 para a UHE Curuá-Una foi elaborado em conjunto pela Superintendência de Engenharia de Operação e Manutenção da Geração - COG e pela Superintendência de Produção Hidráulica - CPH observando dentre outros, os dados da escala móvel de 60 meses da usina. Este trabalho teve como resultado o ID acumulado (60 meses) de 97,21% acima da meta da Eletrobras Eletronorte de 95,22 e da referência-meta ANEEL- 90,97 %, e com tendência de melhoria.

O gráfico seguinte apresenta os resultados de ID da UHE Curuá-Una a partir de 2007.ID – Índice de Disponibilidade – UHE Curuá-Una



SERVIÇOS ASSOCIADOS

Prestação de Serviço de Operação e Manutenção para Terceiros

O processo de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção para Terceiros objetiva o aumento da receita, por meio da utilização de mão-de-obra própria, e o fortalecimento da marca Eletrobras Eletronorte no contexto do setor elétrico brasileiro.

Esse processo contempla atividades de negociação, contratação e gestão de contratos de prestação de serviços. A Empresa tem, até o momento, contratos firmados com as seguintes organizações:

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE, LT Tucuruí/Presidente Dutra Circuito 3 - 500 kV, com extensão de 800 km: o contrato foi assinado em 23/12/2002, com vigência de 30 anos e previsão de receita mensal de R$ 586,3 mil;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP, para a construção da LT Tucuruí/Vila do Conde Circuito 2 - 500 kV, extensão de 330 km: a assinatura ocorreu em 08/11/2002 com vigência de 30 anos e receita mensal de R$ 132,5 mil;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE: contrato assinado em 12/2005, objetivando a construção da LT Vila do Conde – Santa Maria – 230 kV, extensão de 160 km, gerando atualmente uma receita mensal de R$ 67,6 mil;
- Empresa Eletronorte Amazônia, Transmissão de Energia – AETE: contrato constituído para a construção da LT Coxipó Cuiabá – Rondonópolis – 230 kV, com extensão de 200 km. Assinado em 07/2005, receita mensal de R$ 107,4 mil;
- Centrais Elétricas do Tocantins – Celtins: objetiva a Operação e Manutenção da Subestação de Miracema 13,8kV, foi assinado em 09/2006 gerando receita mensal de R$ 16,3 mil;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE: objetivando a Operação e Manutenção da LT Tucuruí – Marabá – Açailândia – 500 kV, com extensão de 450 km, o contrato foi assinado em 12/2006, gerando receita mensal de R$ 371,1 mil;
- Centrais Elétricas de Mato Grosso S/A – CEMAT: objetiva a Operação e Manutenção da Subestação de SINOP, 13.8 kV. Foi assinado em 08/2006 e encerrado em janeiro de 2009. Receita mensal de R$ 12,7 mil;
- Integração Transmissora de Energia – INTESA: Operação e Manutenção da LT Colinas – Miracema – Gurupi – Peixe 2 – Serra da Mesa 2 – 500 kV, extensão de 695 km. A assinatura ocorreu em 15/12/2008, receita mensal de R$ 204,9 mil;
- Mineração Onça Puma – MOP: Operação e Manutenção da LT Carajás – Integradora – 230 kV, circuito duplo, com extensão de 83 km e da SE Integradora, contrato já assinado pela VALE e em processo de assinatura pela Eletrobras Eletronorte, que ira gerar receita mensal de R$ 180,9 mil;
- BRASCAN - Itiquira Energética S/A: objetivando a Operação e Manutenção do Bay de 230 kV na SE Rondonópolis, assinado em 02 de março de 2009, receita mensal de R$ 33,8 mil;
- BRASNORTE - Transmissora de Energia S/A: Operação dos equipamentos que compõem as Subestações de Jaurú, Brasnorte e Nova Mutum e da Linha de Transmissão em 230 kV - Circuito duplo de Juba - Jaurú, com 129 km de extensão e do Circuito Brasnorte - Nova Mutum com 273 km de extensão, assinado em 17 de setembro de 2009, receita mensal de R$ 81,2 mil;
- Energia Sustentável do Brasil S/A – ESBR: Operação dos equipamentos que compõem as SEs Derivação 230-69/13,8 kV, Canteiro 69/13,8 kV e Setor 13,8 kV com quatro ramais, Linha de Transmissão em 69 kV com 11 km de extensão, TAP 230 kV com aproximadamente 200 metros de extensão e sistemas de proteção e controle das SE's Terminais - Abunã e Porto Velho, assinado em 06 de outubro de 2009, receita mensal de R$ 57,0 mil.

GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

Comercialização no sistema interligado nacional

A Eletrobras Eletronorte, em 2010, comercializou no Sistema Interligado a energia assegurada da UHE Tucuruí (4.140 MWmédio), da UHE Curuá-Una (24 MWmédio) e UHE Samuel (85,21 MWmédio), e também 400 MWmédio de energia secundária gerada pelo sistema. Teve como resultado faturado uma receita bruta de R$ 3.375.148.523,22 (três bilhões e trezentos e setenta e cinco milhões e cento e quarenta e oito mil e quinhentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos).

A retomada do preço do alumínio permitiu a recuperação do faturamento com os fabricantes de alumínio primário, já que os contratos de venda de energia para estes clientes são vinculados aos preços praticados no mercado internacional.

A Eletrobras Eletronorte obteve um acréscimo de 19,08% no faturamento com os fabricantes de alumínio em relação ao ano de 2009. Em 2010, o crescimento no faturamento dos consumidores livres e cativos foi da ordem de 5,61%.

Destaca-se a manutenção da carteira de clientes da Eletrobras Eletronorte, mesmo com a migração do consumidor cativo Alunorte para o mercado livre.

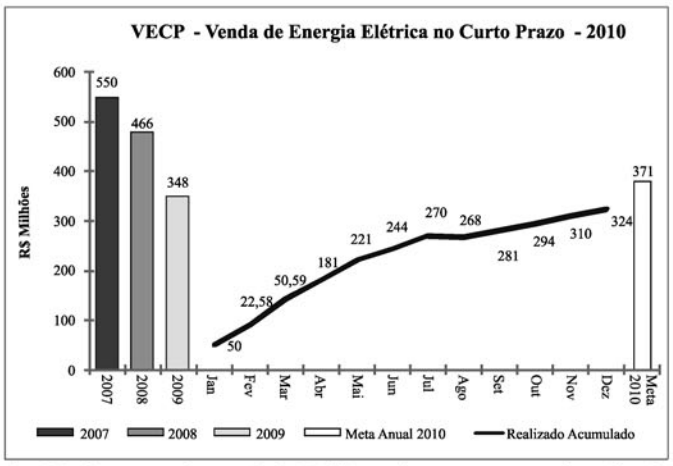
Contratos de Curto Prazo

O bom desempenho econômico do primeiro semestre de 2010 foi compensado pela retração no volume de negócios no segundo semestre devido ao escasso volume de água e conseqüente aumento no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O faturamento anual neste mercado atingiu o valor de 323,79 milhões, o que representou 87,30% em relação à meta estipulada em R$ 370,88 milhões conforme gráfico seguinte:



A receita adicional ao PLD alcançou um desempenho de 87,98% em relação a meta contratada, realizando R$ 38,61 milhões para uma meta de R$ 43,88 milhões estabelecida para o ano de 2010.

O ciclo de 2010 teve como destaque a intensificação da análise das variáveis que impactam no cálculo do Custo Marginal de Operação (CMO), grandeza cujo valor é fator crítico de sucesso no processo de comercialização de energia.

Por meio da análise sistemática dessas variáveis, dentre as quais destacam-se a previsão de vazões afluentes e dos níveis de partida dos reservatórios das usinas do sistema interligado, o cálculo do preço de venda passou a contar com relatórios semanais de estimativa de CMO.

Além disso, foi continuado o uso de instrumentos de proteção decorrentes da análise de riscos, aderente à estratégia comercial da Empresa.

Comercializadoras			
	2008	2009	2010
Valor Faturado (MWmedio)	237	336	268
Nº de Contratos	71	23	58
Nº de Clientes	20	13	20
Valor Faturado (R$ x 1000)	297.573,20	255.770,88	188.744,64

O resultado deste esforço foi a elevação do preço de venda em 69,5% em relação ao ano anterior.

Contratos Vigentes com Distribuidoras

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

A Eletrobras Eletronorte possui sete produtos comercializados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Sistema Acre Rondônia

A Eletrobras Eletronorte firmou contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) com a Eletroacre – Eletrobras Distribuição Acre em 1º de dezembro de 2008 com o lastro da UHE Samuel. O fornecimento de energia se dará até 31 de dezembro de 2014.

O contrato firmado entre a Eletrobras Eletronorte e a Ceron teve sua vigência encerrada em 30 de novembro de 2008, sendo o abastecimento da distribuidora garantido até a sua interligação. A partir desta data, a Ceron está descontratada e liquida suas diferenças (entre contratado e medição real) na CCEE.

A Ceron – Eletrobras Distribuidora de Rondonia e Eletrobras Eletronorte aguardam a anuência da Aneel para vigência da cessão do contrato entre a Eletrobras Eletronorte e a Termonorte para a Ceron. Enquanto não há definição da agência reguladora, a Eletrobras Eletronorte , para garantir o suprimento da região, continua atendendo ao contrato cedido a Ceron, inclusive com a compra de combustível, obtendo ressarcimento pelo Encargo de Energia de Reserva – ESS.

Distribuidoras - CCEAR				
Tipo de Documento		2008	2009	2010
Leilão CCEAR	R$*1000	1.179.984	1.175.911	1.384.722
	MWMédio	1.710	1.652	1.795
Crescimento R$ x 1000	%	-----	(0,00)	0,18
Crescimento MWMédio	%	-----	(0,03)	0,09

Contratos com Consumidores Industriais

Consumidores Cativos

A Eletrobras Eletronorte permanece com os consumidores cativos Vale (Complexo Mineração Carajás – CMC, Mineração Serra do Sossego – MSS, Unidade Pelotização – UP e Complexo Portuário Ponta da Madeira – CPPM), Alunorte e Dow Corning Metais do Pará (sucessora da Globe Metais Ind. e Comércio S.A.).

Consumidores Livres

Consumidores Industriais				
Tipo de Contrato		2008	2009	2010
Livre	R$*1000	1.388.524	1.094.789	1.280.168
	MWMédio	1.748	1.731	1.738
Cativo	R$*1000	171.779	143.258	175.287
	MWMédio	233	167	223
Total	R$*1000	1.560.303	1.238.047	1.455.455
	MWMédio	1.981	1.899	1.962
Crescimento R$*1000	%	-----	(0,21)	0,18
Crescimento MWMédio	%	-----	(0,04)	0,03

Recuperação Tarifária Extraordinária			
	2008	2009	2010
RTE Distribuidoras (R$*1000)	6.929	2.109	1.074
RTE Geradoras (R$*1000)	0	0	0

Liquidação CCEE			
	2008	2009	2010
Liquidação das Diferenças (R$*1000)	193.524	124.468	132.786
MWMédio	136,09	664,67	254,54
Crescimento na liquidação (R$)	-----	-36%	7%
Crescimento na venda (MWmed)	-----	388%	-62%

Contratos Vigentes na Área do Sistema Isolado

No Sistema Isolado do Amapá, a Eletrobras Eletronorte comercializa energia de geração própria que é vendida para a distribuidora local.

O último aditivo celebrado com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA estabelece o preço para o período 2008/2009, bem como a sistemática para os próximos reajustes, enquanto um novo contrato é negociado entre as partes, também para atender a solicitação da ANEEL de 2006, quando da publicação da última tarifa de suprimento de energia.

Em Boa Vista, a Eletrobras Eletronorte comercializa com a distribuidora local a energia importada da Edelca – empresa geradora de energia da Venezuela, como demonstrado no quadro seguinte:

Sistemas Isolados				
Distribuidora		2008	2009	2010
CEA	R$*1000	88.698	100.279	115.513
	MWMédio	115	123	138
CERON	R$*1000	214.686	187.430	----
	MWMédio	223	185	----
ELETROACRE	R$*1000	65.188	67.184	----
	MWMédio	72	66	----
BOVESA	R$*1000	75.838	93.443	----
	MWMédio	63	70	78.747
TO	R$*1000	444.441	448.336	59
	MWMédio	472	444	194.260
Crescimento da Receita		----	0,88	-56,57
Crescimento da Energia Suprida		----	-5,89	-55,60

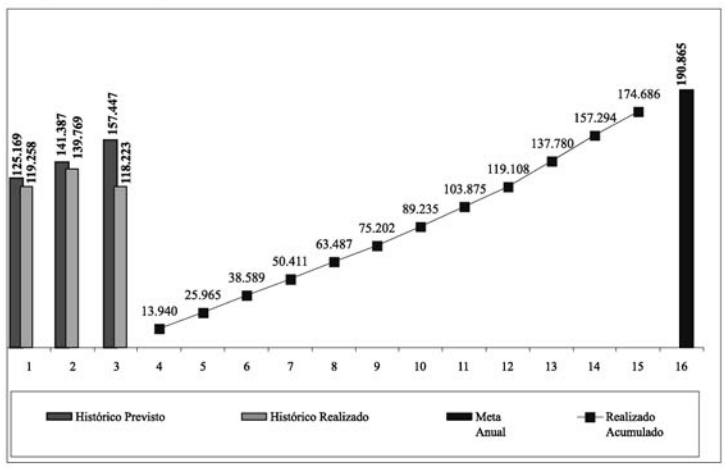
Importação da Venezuela - Edelaca				
		2008	2009	2010
Energia	US$ x 1000	16.056	21.694	16.126
	MWMédio	53	72	51
Compra da Linha	MWMédio	4.500	9.000	9.000
Operação e Manutenção	US$ x 1000	1.059	1.069	1.089
Crescimento do Faturamento		----	35,11	-25,67
Crescimento Energia Recebida		----	35,85	-29,57

Planejamento e Programação Energética dos Sistemas Isolados

A Eletrobras Eletronorte gerou, em 2010, 75,8 MW médios em suas usinas térmicas do Sistema Isolado do Amapá. O custo de geração deste sistema foi reduzido em R$ 9,69 milhões, sendo R$ 4,29 milhões no pagamento da Tarifa de Equivalente da Energia Hidráulica – TEHE e R$ 5,40 milhões no ICMS, totalizando um decréscimo de 8,24 %.

Para o sistema Acre-Rondônia, o custo da geração térmica é ressarcido através de Encargo de Serviços do Sistema – ESS, na contabilização da CCEE.

Consumo de Óleo (Diesel + OCTE) - m³



AVALIAÇÃO DE CLIENTES

Em 2010, a Eletrobras Eletronorte realizou o 9º Ciclo de Aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos, que buscou medir o índice de satisfação dos clientes externos; conhecer as suas expectativas e identificar novas oportunidades de negócios, inclusive parcerias, além de identificar os Pontos Fortes e as Oportunidades de melhorias apontadas por cada cliente.

Nessas pesquisas o Cliente tem a oportunidade de reforçar os pontos fortes em relação aos produtos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte, além de manifestar suas críticas e sugestões.

Para cada oportunidade de melhoria apontada pelo cliente, a Eletrobras Eletronorte cadastra e acompanha a realização dos Planos de Melhoria, bem como posiciona o cliente, em reuniões ao longo do ano, quanto ao andamento e realização das atividades cadastradas nos planos de ação.

São realizadas, também, reuniões técnicas, onde são tratados assuntos de interesse comum.

Cada empresa cliente tem um atendimento diferenciado, sendo as Unidades Regionais (Pará, Maranhão, Acre, Rondônia, Tocantins, Amapá, Mato Grosso e Roraima) e Brasília as responsáveis pela personalização do atendimento a cada Cliente.

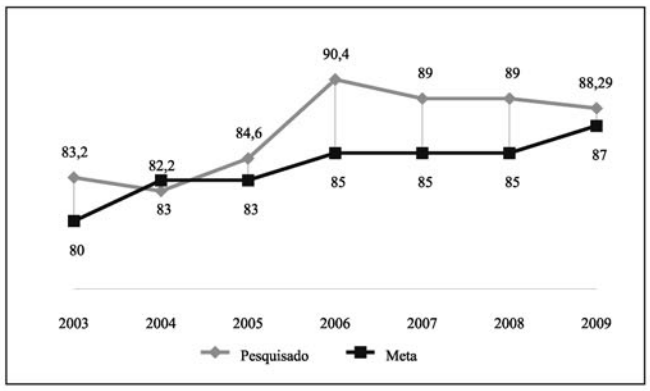
Em 2010 foram cadastradas 86 atividades voltadas à melhoria da satisfação dos clientes externos, sendo realizado um percentual de 96,5%. A eficácia das ações corretivas realizadas é verificada em conjunto com os Centros de Operação e Empresas Clientes, em reuniões ou contato telefônico ou e-mail.

O índice global de satisfação dos clientes externos aferido no primeiro trimestre de 2010 foi de 88,43%, superior a meta estabelecida para o ciclo que é de 87% (ver gráfico abaixo). Com este resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação quanto aos produtos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte.

No primeiro trimestre de 2011 será aferido o Índice de Satisfação dos Clientes Externos referente ao Ciclo de 2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Quando os dados da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos são disponibilizados para a Eletrobras Eletronorte, após a compilação por consultoria interna independente, cada gerente de Centro de Operação Regional (CEOR) agenda uma reunião com as empresas-clientes para disseminar os dados coletados na pesquisa, discutir a pertinência e validar os resultados.

Os resultados desta pesquisa são fundamentais para a definição de novas estratégias de gestão, aperfeiçoando os processos existentes, propiciando ações de melhoria em produtos e serviços ofertados, dentro da política institucional de relacionamento da Empresa com esse público.

Os principais Clientes Externos da Eletrobras Eletronorte para o produto energia elétrica são:

Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica e Consumidores Industriais: Celpa, Celtins, Ceron, Eletroacre, Cemar, CEA, CEMAT, Albras, Alunorte, Celpa, Companhia Vale do Rio Doce, Dow Corning, Investco, Alumar, Alunorte e ONS.

Constantemente, a Eletrobras Eletronorte procura desenvolver os recursos necessários para prestar um bom atendimento aos seus clientes e, assim, evitar situações que gerem reclamações.

Embora tenha sido registrado, nos últimos cinco anos, um número médio de 5,6 reclamações/ano, a Empresa estabelece, no plano de ação que trata as reclamações, os prazos para solucionar os problemas, que podem variar de acordo com a sua complexidade.

Número de reclamações de clientes nos últimos cinco anos:

Centros de Operação	2006	2007	2008	2009	2010
CEOR-RA	0	3	0	1	3
CEOR-AP	0	1	0	0	1
CEON	0	0	0	0	0
CTOE	0	0	0	0	0
CEOS	0	3	1	3	0
CEOR-TM (MARANHÃO)	1	1	1	0	1
CEOR-MT	-	1	0	1	0
CACT	0	0	0	1	0
CRRT	2	0	1	2	0
TOTAL	**3**	**9**	**3**	**8**	**5**
Média reclamações/ano	0,4	1,0	0,3	0,9	0,6

De 2001 a 2010 foram realizadas ações de melhorias como: a disponibilização, via internet, do questionário para o preenchimento pelo cliente; revisão dos questionários de pesquisa, em relação aos itens pesquisados; realização de reuniões anuais com os clientes para a análise de pertinência das oportunidades de melhorias e sugestões apontadas pelos clientes; reuniões anuais com os clientes para verificação da eficácia dos planos de ação implantados, na busca de aumentar o índice de satisfação.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Por se tratar de uma sociedade de economia mista, a Eletrobras Eletronorte está sujeita a um regime jurídico específico de contratação pública, segundo as regras previstas na Lei nº. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), além de outros instrumentos normativos.

Assim, a Empresa seleciona e contrata os fornecedores de bens e serviços baseando-se em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade e custo, visando a escolha da melhor proposta e, conseqüentemente, zelar pelo correto uso dos recursos.

As informações sobre as licitações são divulgadas de forma transparente e igualitária para todos os interessados no Diário Oficial da União (DOU) e também no site da Empresa, no endereço eletrônico www.eletronorte.gov.br, menu principal Compras e Licitações, opção Editais Eletrobras Eletronorte.

Além disso, todas as informações sobre os contratos celebrados estão detalhadas e sistematizadas pelo link Transparência Pública.

Em 2009, a Eletrobras Eletronorte aprovou o Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços (também disponível em http://www.eletronorte.gov.br/opencms/export/sites/eletronorte/comprasLicitacoes/CartilhadeRelacionamentocomFornecedores.pdf).

Com isso, a Empresa assumiu formalmente o compromisso de realizar contratos de bens e serviços com base na ética e na transparência, valorizando os fornecedores que se comprometem em adotar práticas como a observância dos direitos humanos, o comércio justo e a sustentabilidade no cumprimento da função socialmente responsável da propriedade.

O documento incorpora os princípios de várias normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Código de Relacionamento com os fornecedores de bens e serviços é um desdobramento do Código de Ética traz regras de conduta gerais tanto para esses fornecedores quanto para os (as) empregados (as) da Eletrobras Eletronorte, no que diz respeito ao atendimento aos fornecedores.

O Código aplica-se a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relações comerciais com a Empresa e exige que seus fornecedores adotem vários requisitos SA 8000 (norma internacional de avaliação da responsabilidade social para empresas fornecedoras e vendedoras, baseada em convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT e em outras convenções das Nações Unidas - ONU) nas relações com os seus trabalhadores.

Assim, a Eletrobras Eletronorte adota uma postura compatível com princípios, valores e normas que promovem a cidadania e o desenvolvimento humano, visando uma sociedade mais justa, sustentável e solidária.

Perfil dos Fornecedores

No ano de 2010, foram celebrados 3.091 contratos administrativos, incluindo os oriundos de diversas modalidades de licitação e de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação. Desse total, 2.052 contratos (66,4%) foram celebrados com fornecedores de materiais de consumo e equipamentos.

Entre as compras, pode-se citar a aquisição de Compensador Estático 230 KV, para a SE São Luís, localizada no estado do Maranhão, e de cabos elétricos para atender o estado do Amapá, no Programa Luz para Todos. Os 1.039 contratos restantes (33,6%) foram celebrados com fornecedores de serviços, incluindo serviços de obras de engenharia para construção de subestação e linhas de transmissão, serviços de contratação de apólice de seguros e serviços de vale-refeição para seus empregados, entre outros.

Na cadeia produtiva, entre os maiores fornecedores de equipamento e materiais de serviços para o sistema elétrico de transmissão e geração estão: Siemens Ltda., ABB Ltda., Weg Equipamentos Elétricos S/A, Areva Transmissão e Distribuição Ltda. e Toshiba Sistemas de Transmissão e Distribuição do Brasil Ltda.. Além destes, a Eletrobras Eletronorte assinou 63 contratos com microempresas e 71 contratos com empresas de pequeno porte.

GESTÃO DOS FORNECEDORES

Seleção de Fornecedores

A Eletrobras Eletronorte, antes de selecionar um fornecedor, torna transparente que somente poderá contratá-lo se for idôneo e estiver em situação regular quanto ao recolhimento de seus tributos e encargos sociais.

Além disso, em todos os instrumentos convocatórios existe a previsão de que o fornecedor deve declarar que atende ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos e de qualquer trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em 2010, o Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços passou a ser vinculado aos editais de licitação e contratos administrativos, tornando-se obrigatório para todos aqueles que celebrem instrumentos contratuais com a Eletrobras Eletronorte.

Entre outras condutas, ele exige que os fornecedores cumpram todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, contratuais e firmadas em convenções e acordo coletivos no relacionamento com seus empregados e que observem e cumpram a legislação ambiental vigente.

Política de Auxílio ao Desenvolvimento de Pequenas e Microempresas

Desde junho de 2007, a Eletrobras Eletronorte inclui em seus instrumentos convocatórios os preceitos da Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, promovendo um tratamento diferenciado às empresas que se enquadram nesses portes. Assim, nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente é exigida para efeito de assinatura do contrato. Também, nos termos legais, é assegurada, como critério de desempate nas licitações, a preferência de contratação dessas empresas.

O Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços também estabelece que a Eletrobras Eletronorte e seus empregados comprometem-se na condução dos processos de contratação e gestão de contratos, bem como no relacionamento com os fornecedores, a contribuir para a inclusão de pequenas e microempresas no mercado.

Política de Auxílio ao Desenvolvimento de Fornecedores Locais

As licitações públicas têm o objetivo de garantir a observância do princípio da isonomia e selecionar as propostas mais vantajosas para a Eletrobras Eletronorte. A Empresa assegura igualdade a todos os interessados em contratar, sendo-lhe vedado pela Lei de Licitações e Contratações admitir, prever, incluir ou tolerar, nos instrumentos convocatórios, cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.

As licitações visam sempre ampliar a competitividade e a publicidade nas aquisições de bens e serviços, o que veio a ser facilitado com o advento do pregão eletrônico, que possibilita que empresas de todo o país possam celebrar negócios com a Eletrobras Eletronorte, com maior transparência e agilidade para ambas as partes.

Monitoramento

A Eletrobras Eletronorte, por intermédio do Comitê Estratégico de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras (CELSE) - GT Qualidade, estimula seus fornecedores a aperfeiçoar produtos e serviços por meio do programa "Projeto NBR 19000", avalia o desempenho técnico dos fornecedores de materiais e certifica processos de qualidade (NBR ISO 9001), com foco no produto.

A Empresa realiza inspeções do fornecimento considerado crítico, de equipamentos e materiais para o sistema elétrico de transmissão e geração. Nesses casos, os contratos já prevêem cláusulas de inspeção que estabelecem que a Empresa está autorizada, por si ou por intermédio de qualquer pessoa física ou jurídica por ela designada, a verificar, examinar e acompanhar, às suas expensas, os ensaios, testes, evolução da fabricação, comissionamento e quaisquer outras atividades inerentes ao fornecimento contratado.

No que se refere ao controle de qualidade técnica do fornecedor, está previsto, na nova revisão do Manual de Organização da Eletrobras Eletronorte, realização de avaliação industrial, auditorias de gestão da qualidade e diligenciamento das etapas de aquisição de matéria-prima e fabricação de material, bem como atividades de inspeção de material e serviços de recuperação em fábrica.

Respeito ao Fornecedor

Uma das regras gerais de conduta definida no Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços para a Eletrobras Eletronorte é o dever de preservar as informações de caráter reservado fornecidas por qualquer um de seus fornecedores ou prestadores de serviço.

O documento também estabelece uma política de privacidade com os fornecedores, assegurando a garantia da segurança dos dados e informações dos fornecedores e da Eletrobras Eletronorte, divulgando-os somente com seu expresso consentimento, e zelo pelo direito de propriedade, seja da Empresa, seja de terceiros.

Além disso, a Eletrobras Eletronorte possui dispositivo que disciplina as regras para o cumprimento aos prazos de pagamento acordados.

Novos Negócios e Parcerias

A Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, instituiu as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Em seu capítulo IV,a Lei cita, entre outras obrigações, que "a sociedade de propósito específico fica incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria e (...) deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento".

Com a edição da Lei 11.651, de 7 de abril de 2008, a Eletrobras passou a ter direito, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se na constituição de consórcios empresariais e participação em sociedades.

O instrumento de constituição da SPE é o contrato ou estatuto social celebrado entre as partes, cujas cláusulas essenciais deverão seguir a legislação que regulamenta as sociedades anônimas, devidamente registrado nas juntas comerciais. Uma vez constituída, a SPE adquire personalidade jurídica própria, e passa a responder pelos direitos e obrigações decorrentes da realização do empreendimento para o qual foi constituída.

Em 2010, a Eletrobras Eletronorte passou a fazer parte da SPE Norte Energia S.A. que tem a seguinte composição acionária:

Norte Energia S.A. – Composição Acionária

EMPRESA	Participação Acionária (%)
Eletrobras Eletronorte	19,98
Eletrobras	15,00
Eletrobras Chesf	15,00
Bolzano Participações	10,00
Petros	10,00
Gaia (autoprodutor)	9,00
Caixa Fip Cevix	5,00
OAS	2,51
Queiroz Galvão	2,51
Funcef	2,50
Cetenco	1,25
Contern	1,25
Galvão	1,25
Mendes Junior	1,25
Serveng	1,25
J. Malucelli Construrora	1,00
Sinobras (autoprodutor)	1,00
J. Malucelli Energia	0,25

Nas parcerias de transmissão, ocorreu recomposição societária no empreendimento que tem a finalidade de integração das Usinas de Jirau e Santo Antônio, localizadas no Rio Madeira, ao Sistema Interligado Nacional – SIN e que é constituído por dois bipolos de corrente contínua (2x3150 MW ±600 kV), entre as subestações Coletora Porto Velho (RO) e Araraquara 2 (SP), com uma extensão aproximada de 2375 km.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial de 26/02/2009, a União outorgou à Estação Transmissora de Energia S.A., a concessão para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica (Estação Retificadora Nº 1 CA/CC, 500/+-600 KV – 3150 MW, localizada na SE Coletora de Porto Velho e pela Estação Inversora Nº 1 CC/CA, +-600/500 KV – 2950 MW, localizada na SE Araraquara 2).

Após o leilão os parceiros estabeleceram negociações que resultaram na reestruturação societária, com a transferência de ações para Eletrobras Eletronorte, que passou a ser detentora de 100% das ações da SPE Estação Transmissora de Energia S.A.

EMPREENDIMENTOS PRÓPRIOS

Objetivos e metas institucionais programáticas

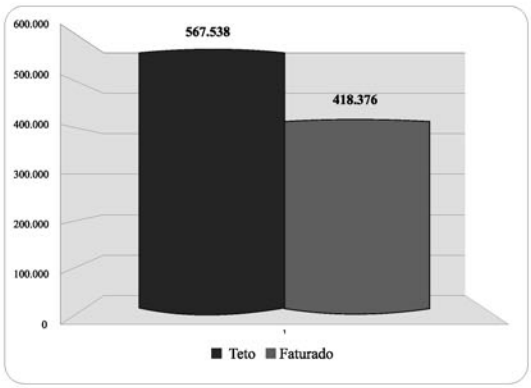
A Eletrobras Eletronorte, em 2010, realizou investimentos nos seguintes programas governamentais: 0276 – Gestão de política de energia, 0294 - Energia na região nordeste, 0297 - Energia na região norte, 0807 - Investimento das empresas estatais em infra-estrutura de apoio e 1042 – Energia nos sistemas isolados.

No exercício financeiro de 2010 foi aprovado na Lei Orçamentária Anual nº. 12.214, de 26 de janeiro de 2010, a dotação de R$ 567.537.724,00 (Quinhentos e sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil e setecentos e vinte e quatro reais), para o programa de investimentos corporativo da Eletrobras Eletronorte.

A realização orçamentária alcançou o seguinte montante:

- Teto Aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA: R$567.537.724,00 (Quinhentos e sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil e setecentos e vinte e quatro reais);
- Valor realizado (Valor Faturado): R$ 418.376.450 (Quatrocentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta reais), equivalente a 73,7%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO ELETROBRAS ELETRONORTE – 2010



Geração

E Eletrobras Eletronorte solicitou à ANEEL a aprovação do Projeto Básico da implantação da 4ª unidade geradora da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, no Pará, que permitirá a ampliação da capacidade de geração de 30,3 MW para 40,3 MW. Estima-se a conclusão da obra para dezembro de 2012.

No Sistema Isolado do Amapá, continua com andamento normal a ampliação da capacidade de geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes – 2ª Casa de Força – que garantirá importante suprimento de energia para contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado. A conclusão das obras está prevista para dezembro de 2013.

Transmissão

Na implementação de reforços, ampliações e melhorias nas instalações operacionais a Eletrobras Eletronorte atendendo às autorizações da, realizou comissionamentos e testes operacionais que possibilitaram a entrada em operação dos seguintes empreendimentos:

ESTADO	EMPREENDIMENTO
Acre	Implantação de Reator de Neutro 48kV – 470 OHMS- SE Rio Branco
Amapá	Implantação do TR3 3F 69-13,8 kV 26,6 MVA – SE Equatorial
	Implantação do vão de transformador para recebimento de 24MW emergenciais
Mato Grosso	Conexões de transformador 230/69/13,8kV – SE Sorriso
	Adequação da SE Sorriso e ampliação com implantação do segundo transformador 230kV, 30 MVA
	Implantação do autotransformador 230/138/13,8kV, 100MVA – SE Coxipó
Maranhão	Instalação de um banco de capacitores trifásico e suas conexões, de 230 kV e 20 MVAr – SE Peritoró
	Complementação do módulo geral, em 230 kV, arranjo barra dupla - SE Peritoró
	Recapacitação da LT SEs São Luis I e São Luis II - Circuito 1, 230 kV
	Recapacitação da LT SEs São Luis I e São Luis II - Circuito 2, 230 kV
	Implantação da LT 230 kV São Luís II / São Luís III
	Implantação da SE Miranda II 500kV
Pará	Instalação de um transformador 230/69/13,8 kV, de 150 MVA e suas conexões- SE SANTA MARIA
	Implantação do banco de transformado 230/69/13,8kV, 3x50MVA - SE GUAMÁ
	Implantação do banco de autotransformador 500/230/13,8kV 3x250MVA - SE VILA DO CONDE
	Implantação do Transformador 230/69/13,8kV 33MVA - SE VILA DO CONDE
	Implantação do banco de transformador 230/69/13,8kV, 3x50MVA - SE Utinga
	Instalação de 2 Banco de Reatores Monofásicos manobrável, em 500 kV, 180 MVAr, inclusive fase reserva, e conexões associadas - SE MARABÁ
	Instalação de 2 Banco de Reatores Monofásicos manobrável, em 500 kV, 180 MVAr, inclusive fase reserva, e conexões associadas - SE MARABÁ
Rondônia	Implantação de Reator de Neutro 48kV 470 OHMS – SE Abunã
	Implantação do Autotransformador 230kV, 55MVA - SE Abunã
	Implantação do transformador 69-13,8kV 26MVA – SE Porto Velho

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Programas e projetos de eficiência energética

O Programa Eletronorte de Eficiência Energética – PEEE foi criado em março de 2005 e revisado em 25/11/2010, por meio da RD-0748/10, para desenvolver ações de combate ao desperdício de energia elétrica. É um programa estruturado para viabilizar projetos de eficiência energética e de ações educacionais para uso racional de energia elétrica.

Projetos de eficiência energética em prédios públicos

Os projetos do Procel Prédios Públicos foram desenvolvidos em parceria com a Eletrobras em dois hospitais públicos de Belém-PA e resultaram na economia de 1.235 MW/ano. Além dos projetos dos dois hospitais públicos, a empresa realizou diversos diagnósticos energéticos, cujos projetos estão sendo desenvolvidos em parceria com outras empresas.

Projetos de eficiência energética para gestão energética municipal - PLAMGE

Desde 2005, a Eletrobras Eletronorte vem promovendo melhorias junto às prefeituras para gestão do consumo de energia elétrica. Esses projetos de gestão energética municipal se apresentam como um instrumento para administrar a utilização da energia elétrica, de forma eficaz, ou seja, o uso de energia elétrica é um vetor de desenvolvimento para o município.

Os projetos já desenvolvidos em parcerias com as prefeituras municipais, por meio de acordos de cooperação técnica, foram:

Projetos de Gestão Energética Municipal - concluídos			
PLAMGE Plano de Gestão da Energia Elétrica	Economia projetada em MWh	Economia obtida em MWh	Resultado da economia em R$
Prefeitura Municipal de Ariquemes – RO	11.354	7.596.937	1.925.145,00
Prefeitura Municipal de Abaetetuba – PA	4.329	1.925.836	688.000,00
Prefeitura Municipal de S. José de Ribamar–MA	3.361	379.363	1.187.394,10
Prefeitura Municipal de Presidente Dutra–MA	875	275.042	61.272,00
Prefeitura Municipal de Tucuruí - PA	4.118	44.444	20.000,00
Prefeitura Municipal de Ananindeua - PA	22.414	0	0,00
Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO	1.796	0	0,00
Total	**48.247**	**10.221.622**	**3.881.811,10**

Além dos PLAMGEs já concluídos e entregues às prefeituras, a Eletrobras Eletronorte está desenvolvendo os seguintes projetos de Gestão Energética Municipal:

- Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA;
- Prefeitura Municipal de Miracema – TO;
- Prefeitura Municipal de Timon – MA;
- Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC.

A Empresa prestou, também, apoio a alguns municípios de Rondônia e Pará, possibilitando a constituição e capacitação das Unidades de Gestão Energética Municipal – UGEMs e vem desenvolvendo os programas educacionais para uso racional de energia que apresentam os seguintes resultados:

Programa Educacional	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Número de escolas beneficiadas	132	368	347	186	100	191	**1.324**
Número de professores capacitados	1.422	1.742	2.283	1.100	86	1.257	**7.800**
Número de alunos beneficiados	113.891	228.642	242.810	123.828	20.073	131.358	**860.602**

Esses programas já foram implantados em 49 municípios do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, como detalhado na tabela seguinte:

Estados	Municípios
Pará	Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Tailândia, Novo Repartimento, Santarém, Belém, Ananindeua, Barcarena, Belém, Castanhal.
Maranhão	São Luís, São José de Ribamar, Imperatriz, Presidente Dutra, Timon, Itapecuru-Mirim e Coelho Neto.
Tocantins	Palmas, Colinas, Miracema, Miranorte, Porto Nacional e Guaraí.
Mato Grosso	Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Jauru, Diamantino, Rio Branco, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde.
Amapá	Macapá, Santana, Serra do Navio, Porto Grande, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes.
Acre	Rio Branco
Rondônia	Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho, Candeias do Jamari e Guajara-Mirim.

Os projetos de eficiência energética e os programas para uso racional de energia, desenvolvidos pela Eletrobras Eletronorte acumulam a economia de 32.709 MWh ou R$11.545.220,43, no período entre 2005 a 2010.

A eficientização das instalações próprias da empresa foi iniciada em 2008, com a constituição de Comissões Internas de Conservação de Energia – CICEs nas Unidades Regionais de Tucuruí, Amapá, Rondônia, Acre e Tocantins. Já foram evitados custos que montam R$167.647,00 a partir de medidas administrativas e de pequenas melhorias de eficientização energética.

Gestão de programas de P&D

O Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento - PEPD tem por objetivo gerar soluções tecnológicas e conhecimentos para a organização, racionalizando recursos de prospecção por meio de contratos ou de parcerias com instituições de pesquisas.

Conforme legislação específica de P&D, foi repassada em 2010 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, o montante de R$ 19,4 milhões, sendo R$ 13,7 milhões ao FNDCT e R$ 6,7 milhões ao MME (a soma das parcelas não está compatível com o total).

Os investimentos em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento atingiram, em 2010, o montante de R$ 3,8 milhões.

Além dos investimentos exigidos por Lei, a Eletrobras Eletronorte aportou, em 2010, em outros projetos considerados estratégicos a importância de R$ 600 mil que não foram submetidos à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Nesse contexto de aplicações de recursos em projetos de P&D, ressalta-se o valor de R$ 9,8 milhões aportado pela Eletrobras Eletronorte no Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL.

O quadro a seguir apresenta um resumo de alguns importantes projetos executados e/ou concluídos no ano de 2010:

Título	Objetivo	Valor Gasto
Monitoramento e Diagnóstico das Hidrelétricas da Amazônia	Implantar melhorias nas metodologias utilizadas no LACEN – ENQA - Centro de Tecnologia da Eletrobras Eletronorte nos ensaios de metais, pesticidas e a implementação de novos parâmetros para atendimento da Portaria MS 518 e do CONAMA 357.	**2.652.634,76**
Medidas de fluxos de gases de efeito estufa nos reservatórios hidrelétricos da Amazônia: fase montante e fase jusante.	Compor um banco de dados sobre emissões de reservatórios hidrelétricos para que o país tenha uma estimativa mais fidedigna da contribuição de seu parque hidrelétrico para o total de suas emissões.	**1.479.580,35**
Implantação de metodologia de monitoramento da qualidade do gás SF6 em disjuntores e subestação blindada	A metodologia de monitoração da qualidade do gás SF6 de forma on site, contribuirá também para a equipe de manutenção um melhor conhecimento do desempenho dos equipamentos, maior disponibilidade, menor custo da manutenção. Permitirá a garantia da qualidade do gás isolante em operação, além da responsabilidade quanto ao passivo ambiental classe 1 em gás com subprodutos tóxicos.	**104.510,11**
Desenvolvimento de um sistema de medição sem fio da temperatura e da deformação do rotor de hidrogerador.	Avaliar experimentalmente as soluções envolvendo a possibilidade de aplicação de sistemas de sensores ópticos no desempenho dinâmico de rotores de hidrogeradores.	**477.960,28**
Modelo de Análise de Risco para Bioinvasões Aquáticas: Estudo de Caso do Mexilhão Dourado	Na presença do molusco, saber onde e quando a técnica de controle mais adequada a ser utilizada; - Ações proativas evitam acidentes de interrupção no fornecimento de energia por entupimento de tubulações cheias com mexilhão dourado - qualidade e segurança no de fornecimento da energia. - Redução de riscos operacionais na condição de propagação do Limnoperna fortunei	**620.170,01**
Atividade florestal madeireira na área de influência do Complexo Hidrelétrico Belo Monte (PA): cadeia produtiva e propriedades tecnológicas de espécies pouco conhecidas	O estudo permitirá ampliar o número de espécies com possibilidade de aproveitamento madeireiro, tornando viável o manejo florestal sustentado em área a ser impactada por empreendimento da Concessionária, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	**413.344,85**
Cadastro georreferenciado de linhas de transmissão e monitoração com sensoriamento remoto	Controle efetivo do cadastro de elementos da linha de transmissão. Este sistema possibilitará o acompanhamento de performance da linha de transmissão, disponibilizando informações quanto às tendências de anomalias.	**1.522.461,29**
Estudo da capacidade de descarga de vertedouros de baixa queda com elevado grau de submergência	Identificar a influência dos níveis de água a jusante do vertedouro sobre a real capacidade de descarga evitando erros graves de dimensionamento.	**413.481,07**
Interação Fluido-Estrutura em anéis distibuidores de turbinas hidráulicas	Este projeto contribuirá para a redução de máquina parada devido às ocorrências de problemas de falha no anel distribuidor.	**334.008,22**
Desenvolvimento de um Sistema Computacional para Análise dos Efeitos da Expansão e Modernização da UHE de Tucuruí	Disponibilidade de ferramentas de software adequadas e que permitirão uma melhor análise dos impactos da expansão e modernização do sistema, permitindo uma maior produtividade na análise de um amplo conjunto de cenários.	**517.868,94**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

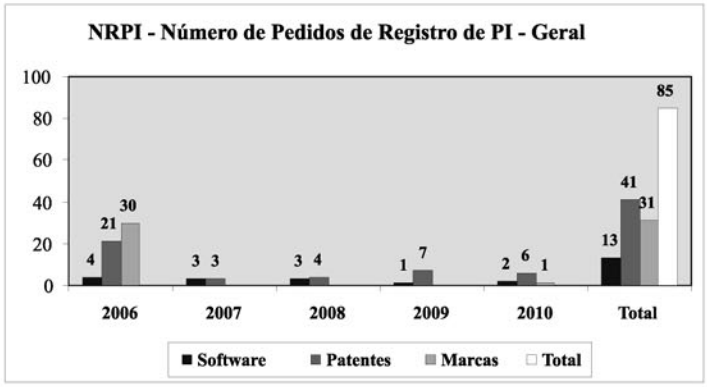
Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual - PEPI

O Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual - PEPI visa proteger os produtos tecnológicos e softwares gerados na Empresa por meio de Projetos de Pesquisa desenvolvidos pelas Instituições de Pesquisas e diretamente pelos empregados, disseminando a inovação e fomentando a cultura de propriedade intelectual cuja gestão está sob a responsabilidade do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.

A Revisão 2 do PEPI, aprovada pela RD 0822/2010, promoveu as seguintes reformulações na estrutura do programa; ampliação dos objetivos; reformulação das diretrizes e premissas e a inclusão do Prêmio Muiraquitã Induzido (Prêmio para pesquisadores e/ou estudantes para solução tecnológica de uma demanda estabelecida pela Eletrobras Eletronorte).

Em 2010 foram realizadas 226 pesquisas de anterioridade, sendo que 55 referem-se a projetos de P&D e, destes, 11% fora identificado a falta de originalidade em sua proposta de pesquisa evitando aplicação de recursos em pesquisa cuja tecnologia já é conhecida.

Por conseqüência dos trabalhos realizados, foi possível efetivar 06 (seis) pedidos de patente, 02 (dois) registros de software e 01 (um) de marca no ano de 201º, perfazendo um total de 85 o número de pedidos de registro de Propriedade Intelectual, como pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Os Processos de Certificação

A certificação de processos, na norma NBR ISO 9001, iniciou-se em 2000 para atender a cláusula 22ª do contrato de prestação de serviços de transmissão - CPST, entre o Operador Nacional do Sistema- ONS e a Eletrobras Eletronorte.

A implantação dos requisitos da norma ISO 9001 nas Unidades Administrativas Regionais, se aplica em 135 processos de Aquisição e Financeiros das Unidades Regionais do Pará, Maranhão, Rondônia, Acre, Amapá, Tocantins, Roraima, Mato Grosso e Tucuruí.

Na Sede da Eletrobras Eletronorte, 13 são os processos certificados, contemplando as áreas de Gestão de Contratos da Transmissão, Redes de Telecomunicações, Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, Projetos de Linhas de Transmissão, Medição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os Centros de Operação Regionais de Tocantins, Roraima, Maranhão, Pará, Porto Velho, Acre, Mato Grosso, Amapá e Brasília, totalizam 27 processos certificados, compreendendo a Pré-operação, Tempo Real e Pós-operação.

Durante o exercício de 2010 foram realizadas 61 auditorias da qualidade, sendo 38 Internas, realizadas por auditores internos qualificados e 23 Externas, realizadas por Organismos de Certificação Credenciados pelo INMETRO e Internacionais, com o objetivo de manter as certificações vigentes.

Ressalta-se que as regionais de Tucuruí e do Amapá, em um grande esforço corporativo, mantiveram com sucesso a certificação ambiental com base na normatização ISO 14.001:2004. Essas certificações têm como escopo todos os processos da UHE Tucuruí, da UHE Coaracy Nunes, da UTE Santana e da LT – Coaracy Nunes / Santana.

Principais Premiações, Certificações e Reconhecimentos em 2010

Prêmio/ Reconhecimento/ Certificação	Quem?	Instituição Concedente
Destaque no Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ	A CPH – Superintendência de Produção Hidráulica foi reconhecida como destaque nos critérios Sociedade e Pessoas no PNQ 2010.	Fundação Nacional da Qualidade – FNQ
Manutenção da certificação na NBR ISO 14001	A CPH – Superintendência de Produção Hidráulica manteve a certificação em dez/10.	Bureau Veritas Certification – BVC
Manutenção da certificação na NBR ISO 14001	A CAP – Superintendência de Produção e Comercialização do Amapá – Manteve certificação das plantas UHE, UTE e LT auditadas em NOV e DEZ/10. Registro BSI - EMS 537158	
Prêmio de Excelência em Comprometimento Consistente em TPM	UHE Tucuruí - única usina do setor elétrico mundial a receber este prêmio	Japan Institute of Plant Maintenance – JIPM
10ª edição do estudo "As 100 Mais Inovadoras no Uso de TI",	Eletrobras Eletronorte - 11ª posição do ranking geral	Revista Information Week Brasil
Prêmio IT Leaders 2010	Eletrobras Eletronorte - 54ª posição de melhor TI corporativa do Brasil	Revista Computer World
Prêmio AS EMPRESAS MAIS INOVADORAS DO BRASIL 2010	A Eletrobras Eletronorte é a 17ª empresa mais inovadora do Brasil - única empresa estatal e também a única do Setor Elétrico a receber a premiação	Revista Época Negócios em parceria com a consultoria A.T. Kearney
Aprovação na Auditoria de 1ª Etapa do Prêmio de Excelência em TPM	UHE Curuá-Una	Japan Institute of Plant Maintenance - JIPM
Aprovação na Auditoria da 1ª fase do Prêmio de Excelência em Comprometimento e Consistência em TPM.	UHE Samuel, Regional de Produção do Amapá, Regional de Transmissão do Pará, Regional de Transmissão do Maranhão, Regional de Transmissão do Tocantins e Regionais de Rondônia e Acre.	Japan Institute of Plant Maintenance - JIPM
Aprovação na auditoria para o Prêmio Consistência em TPM	Regional de Transmissão de Mato Grosso	Japan Institute of Plant Maintenance - JIPM
Manutenção das certificações na NBR ISO 9001:2008	Processos de aquisição e financeiro das unidades regionais do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Tucuruí. Processos de operação em tempo real, pré-operação e pós-operação nos Centros de Operação do Acre/Rondônia, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins e Centro de Brasília (CEON). Processos das unidades da sede: • CETR – Redes de Telecomunicação • CCEC/CCEL - Medição e Comercialização de Energia Elétrica • EETL –Linhas de Transmissão • CEOC – Gestão do Contrato de Transmissão e Faturamento da Rede Básica • GSE - Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas	Bureau Veritas Certification – BVC e BSI Management Systems
Prêmio Finep de Inovação 2010	A Eletrobras Eletronorte foi a vencedora da Região Centro-Oeste na categoria "Gestão da Inovação", onde 113 empresas concorreram ao Prêmio na região, e 885 em todo o Brasil. Na classificação geral entre as 5 regiões, a Eletrobras Eletronorte ocupou a 4ª posição.	Finep
Prêmio Fundação COGE (Troféu Rogério Morgado)	A Eletrobras Eletronorte foi homenageada por apresentar o maior número de projetos na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas ao longo dos dez anos de realização do prêmio	Fundação COGE
Prêmio projetos inovadores de educação corporativa, trabalho no mundo contemporâneo e políticas públicas para a educação do trabalhador	A Eletrobras Eletronorte obteve o 1º lugar na categoria Inovação em Educação Corporativa no I Congresso Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa – Conitec. Fruto de um projeto de P&D desenvolvido pela Diretoria de Comercialização e Produção em parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA, denominado "Utilização de Realidade Virtual em Treinamento de Operadores e Mantenedores na Usina Hidrelétrica Tucuruí". O produto transforma as Instruções Técnicas de Operação (ITO) e Manutenção (ITM) em Instruções Técnicas Virtuais.	Associação Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa – Anitec
7ª Edição do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica, na categoria Educação	A Eletrobras Eletronorte recebeu o prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica pelas ações desenvolvidas no projeto "Procel nas Escolas do município de Timom (MA)"	Eletrobras, no âmbito do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – e pelo Ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Prêmio do Anuário Brasileiro de Proteção 2010	A Usina Hidrelétrica de Tucuruí recebeu mais uma vez o Prêmio do Anuário Brasileiro de Proteção 2010, de melhor CASE da Região Norte – Ações Preventivas de Segurança e Saúde no Trabalho e Menção Honrosa na mesma categoria.	Revista Proteção

O Relatório da Administração da Eletrobras Eletronorte 2010 traz a público, de maneira organizada e clara, os esforços da Empresa na direção da melhoria dos seus padrões de qualidade e de produtividade em beneficio do bem-estar, do desenvolvimento e da qualidade de vida da população atendida.

Importante sublinhar, ainda, o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão e encaminhamento das questões de maior interesse da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados na busca do cumprimento da missão da Eletrobras Eletronorte.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor – Presidente

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Produção e Comercialização

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	8	717.577	802.333	1.286.494	844.287	812.321	1.289.931
Contas a receber de clientes	9	857.366	568.726	494.148	722.792	498.410	536.230
Contas a receber de partes relacionadas	10	467.320	439.546	296.803	432.320	439.546	296.803
Direito de ressarcimento	11	287.729	187.569	518.762	337.521	187.569	518.762
Devedores diversos	12	38.301	45.008	76.106	43.070	47.813	77.098
Instrumentos financeiros derivativos	13	283.220	227.540	52.640	284.488	227.540	52.640
Ativo financeiro da concessão	14	540.254	498.274	408.726	572.708	527.238	408.726
Estoques	15	81.611	80.713	82.762	84.731	83.548	84.602
Outros créditos	16	78.606	50.831	43.051	75.336	51.296	44.803
		3.351.984	**2.900.540**	**3.259.492**	**3.397.253**	**2.875.281**	**3.309.595**
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Contas a receber de partes relacionadas	10	27.687	34.043	433.205	51.513	72.283	369.893
Depósitos judiciais	17	388.969	378.393	133.460	393.007	380.518	133.460
Devedores diversos	12	44.727	38.476	41.094	47.545	38.476	41.094
Instrumentos financeiros derivativos	13	297.020	228.020	40.050	297.916	228.020	40.050
Ativo financeiro da concessão	14	4.142.809	4.128.558	4.025.919	5.546.463	4.412.451	4.108.748
Tributos diferidos	35	160.353	88.940	88.755	202.676	88.940	88.755
Outros créditos	16	8.410	5.705	6.467	16.835	10.906	7.910
Bens destinados a alienação	18	73.868	439	419	73.886	457	419
Adiantamento para participação societária	19	564.130	160.624	-	7.763	160.624	-
		5.707.973	**5.063.198**	**4.769.369**	**6.637.604**	**5.392.675**	**4.790.329**
INVESTIMENTOS	20	684.638	454.957	391.761	175.359	328.174	376.044
IMOBILIZADO	21	9.459.024	9.848.673	9.835.462	9.510.535	9.906.273	9.844.975
INTANGÍVEL	22	6.491	12.321	18.035	19.542	47.534	54.862
		15.858.126	**15.379.149**	**15.014.627**	**16.343.040**	**15.674.656**	**15.066.210**
TOTAL		**19.210.110**	**18.279.689**	**18.274.119**	**19.740.293**	**18.549.937**	**18.375.805**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE							
Contas a pagar a fornecedores	23	544.266	551.474	777.724	620.355	551.309	848.222
Salários e encargos sociais a pagar	24	81.318	32.599	30.868	88.242	33.646	31.825
Empréstimos e financiamentos	25	427.104	429.396	452.355	669.263	446.710	454.536
Encargos do consumidor a recolher	26	50.573	48.156	72.964	53.712	49.350	73.872
Impostos e contribuições a recolher	27	72.552	74.416	67.863	82.806	78.414	69.819
Remuneração aos acionistas	28	33.644	288.744	-	33.644	288.744	-
Participação nos lucros	29	33.194	72.185	-	36.994	75.059	-
Pesquisa e desenvolvimento	30	95.304	77.800	69.956	98.856	79.032	70.922
Pré-venda de energia elétrica	31	39.362	39.292	37.778	39.362	39.292	37.778
Convênios	32	48.858	138.920	28.266	48.858	138.920	28.266
Provisões	33	123.714	79.371	167.966	195.875	90.434	168.869
Instrumentos financeiros derivativos	13	228.020	40.050	296.134	237.209	40.050	296.134
Outros passivos	34	192.178	89.784	95.458	76.299	104.496	100.284
		1.970.087	**1.962.187**	**2.097.332**	**2.281.475**	**2.015.456**	**2.180.527**
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	25	4.097.296	3.870.552	8.162.364	4.249.984	4.009.017	8.177.208
Tributos diferidos	35	175.667	158.709	-	189.462	158.709	-
Pesquisa e desenvolvimento	30	15.288	14.198	28.540	17.040	18.160	32.187
Pré-venda de energia elétrica	31	928.653	978.980	1.018.488	928.653	978.980	1.018.488
Provisões	33	718.985	676.474	854.701	719.059	676.474	854.701
Instrumentos financeiros derivativos	13	297.020	228.020	40.050	303.331	228.020	40.050
Benefícios pós-emprego	36	57.032	31.093	17.549	57.039	31.093	17.549
Adiantamento p/futuro aumento de capital	37	631.793	4.023.201	-	631.793	4.023.201	-
Outros passivos	34	1.474	1.434	30.774	45.642	75.986	30.774
		6.923.208	**9.982.661**	**10.152.466**	**7.142.003**	**10.199.640**	**10.170.957**
		8.893.295	**11.944.848**	**12.249.798**	**9.423.478**	**12.215.096**	**12.351.484**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	38	8.200.406	4.177.205	4.177.205	8.200.406	4.177.205	4.177.205
Reservas de capital	38	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460
Reservas de lucros	38	122.850	158.119	-	122.850	158.119	-
Prejuízos acumulados	38	-	-	(152.762)	-	-	(152.762)
Ajustes de avaliação patrimonial	38	(17.901)	(11.943)	(11.582)	(17.901)	(11.943)	(11.582)
		10.316.815	**6.334.841**	**6.024.321**	**10.316.815**	**6.334.841**	**6.024.321**
TOTAL		**19.210.110**	**18.279.689**	**18.274.119**	**19.740.293**	**18.549.937**	**18.375.805**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

	nota	CONTROLADORA 31/12/2010	CONTROLADORA 31/12/2009	CONSOLIDADO 31/12/2010	CONSOLIDADO 31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	**3.430.390**	**3.382.893**	**4.322.885**	**3.454.531**
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo de construção	14.e	(265.789)	(351.895)	(1.048.628)	(352.341)
Energia elétrica comprada para revenda	41.1	(57.745)	(239.978)	(57.745)	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	41.2	(535.642)	(520.282)	(535.642)	(520.282)
Pessoal		(497.654)	(422.016)	(520.697)	(441.594)
Material		(72.027)	(86.978)	(77.656)	(87.217)
Serviços de terceiros		(156.938)	(153.137)	(159.316)	(154.690)
Combustível para produção de energia elétrica		-	(69.318)	(21.735)	(69.318)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(173.115)	(181.491)	(173.115)	(181.491)
Depreciação e amortização		(412.243)	(404.998)	(418.095)	(410.178)
Provisões e reversões	41.3	(280.645)	(318.853)	(280.645)	(318.853)
Outros custos		(21.065)	(86.419)	(27.310)	(89.111)
		(2.472.863)	**(2.835.365)**	**(3.320.584)**	**(2.865.053)**
LUCRO BRUTO		**957.527**	**547.528**	**1.002.301**	**589.478**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	42.1	(627.731)	(452.511)	(665.988)	(484.010)
Provisões e reversões	42.2	(64.334)	181.682	(122.042)	168.926
Receita do serviço de comunicação multimídia	43	19.591	9.186	19.591	9.186
Outras receitas (despesas) operacionais	42.3	(15.085)	582.481	(34.172)	578.768
		(687.559)	**320.838**	**(802.611)**	**272.870**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(88.704)**	**(31.323)**	**9.769**	**(50.666)**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	44	644.839	946.211	750.231	1.004.492
Despesas financeiras	44	(507.339)	(980.571)	(640.820)	(1.009.814)
		137.500	**(34.360)**	**109.411**	**(5.322)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**318.764**	**802.683**	**318.870**	**806.360**
Imposto de Renda e Contribuição Social	45	**(145.806)**	**(145.964)**	**(145.912)**	**(149.641)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		**172.958**	**656.719**	**172.958**	**656.719**
Participação nos lucros	29	**(33.194)**	**(72.185)**	**(33.194)**	**(72.185)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**139.764**	**584.534**	**139.764**	**584.534**
Lucro líquido por ação - R$		**1,03**	**7,10**	**1,03**	**7,10**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

	nota	CONTROLADORA 31/12/2010	CONTROLADORA 31/12/2009	CONSOLIDADO 31/12/2010	CONSOLIDADO 31/12/2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas de vendas de energia e serviços	39/43	4.321.396	4.138.522	5.249.771	4.256.587
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41/42	(301.495)	(286.938)	(324.254)	(290.328)
		4.019.901	**3.851.584**	**4.925.517**	**3.966.259**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos de construção		(265.789)	(351.895)	(1.048.628)	(352.341)
Energia elétrica comprada para revenda	41	(57.745)	(239.978)	(57.745)	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	41	(535.642)	(520.282)	(535.642)	(520.282)
Material		(72.027)	(86.978)	(77.656)	(87.217)
Serviços de terceiros		(156.938)	(153.137)	(159.316)	(154.690)
Combustível para produção de energia elétrica		-	(69.318)	(21.735)	(69.318)
Seguros		(16.112)	(21.946)	(16.273)	(22.105)
Outros insumos		(76.496)	521.456	(166.611)	542.000
		(1.180.749)	**(922.078)**	**(2.083.606)**	**(903.931)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.839.152**	**2.929.506**	**2.841.911**	**3.062.328**
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização		(424.815)	(419.837)	(431.231)	(426.569)
Provisões e reversões	41/42	(43.484)	149.767	(79.666)	140.401
		(468.299)	**(270.070)**	**(510.897)**	**(286.168)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**2.370.853**	**2.659.436**	**2.331.014**	**2.776.160**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias	20	(88.704)	(31.323)	9.769	(50.666)
Receitas financeiras	44	644.839	946.211	750.231	1.004.492
		556.135	**914.888**	**760.000**	**953.826**
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.926.988**	**3.574.324**	**3.091.014**	**3.729.986**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Remuneração do trabalho		790.768	628.991	843.158	673.304
Participação nos lucros	29	33.194	72.185	33.194	72.185
Governos (impostos e contribuições)		1.423.542	1.264.458	1.463.406	1.317.249
Encargos financeiros e variação monetária	44	507.339	980.571	640.820	1.009.814
Arrendamentos e Aluguéis		32.381	43.585	32.738	43.782
Ajustes de adoção das novas práticas		18.095	261.415	18.095	261.415
Remuneração aos acionistas	28	114.681	307.922	28.053	308.897
Lucros retidos (Reserva Legal)	38	6.988	15.197	22.973	33.833
Outros		-	-	8.577	9.507
TOTAL		**2.926.988**	**3.574.324**	**3.091.014**	**3.729.986**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS

	nota	CONTROLADORA 31/12/2010	CONTROLADORA 31/12/2009	CONSOLIDADO 31/12/2010	CONSOLIDADO 31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos e participações		**318.764**	**802.683**	**318.870**	**806.360**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações					
Depreciação e amortização	46	424.815	419.837	431.231	426.569
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	44	(117.837)	(65.649)	(117.837)	(65.649)
Variação monetária ativa		(125.351)	(105.126)	(125.472)	(103.855)
Variação monetária e cambial passiva		109.678	(283.243)	113.371	(283.243)
Encargos de empréstimos e financiamentos	44	363.215	1.263.696	403.273	1.274.979
Encargos de empréstimos e financiamentos concedidos		(3.072)	(3.785)	(3.072)	(3.785)
Resultado de participações societárias		88.704	31.323	(9.769)	50.666
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		301.495	286.938	324.254	290.328
Provisões passivas		43.484	(149.767)	79.666	(140.401)
Baixa de ativo imobilizado		5.891	262.317	5.891	262.317
Instrumentos financeiros derivativos	13	(55.200)	(430.984)	(46.599)	(430.984)
Ativo Financeiro - TIR		(295.242)	(250.024)	(331.513)	(255.258)
Amortização RAP		498.274	408.726	498.274	408.726
Tributos diferidos		-	-	872	(702)
(Reversão)Provisão redução ao valor recuperável de ativos		(26.070)	(598.269)	(26.070)	(598.269)
		1.531.548	**1.588.673**	**1.515.370**	**1.637.799**
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(350.501)	(115.497)	(360.516)	(115.497)
Contas a receber de partes relacionadas		(531.890)	(399.606)	(576.354)	(463.657)
Créditos tributários		-	(80.601)	(11.521)	(80.257)
Devedores diversos		-	(19.227)	3.567	(20.767)
Ativo financeiro		(259.263)	-	(757.350)	(1.430)
Outros		(24.457)	(30.470)	4.445	(42.366)
		(1.166.111)	**(645.401)**	**(1.697.729)**	**(723.974)**
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais					
Contas a pagar a fornecedores		7.208	209.438	156.803	264.088
Salários e encargos sociais a pagar		48.719	1.731	49.388	1.812
Impostos e contribuições a recolher		145.806	(22.853)	140.728	(24.916)
Pesquisa e desenvolvimento	30	18.594	(6.498)	18.567	(5.697)
Pré-venda de energia elétrica	31	(50.257)	(37.994)	(50.257)	(37.774)
Obrigações estimadas		-	10.601	699	11.357
Pagamento participação nos lucros	29	(72.185)	-	(72.185)	-
Participação nos lucros		33.194	72.185	33.194	72.185
Outros		(25.586)	(103.849)	28.133	(88.926)
		105.493	**122.761**	**305.070**	**192.129**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**470.930**	**1.066.033**	**122.711**	**1.105.954**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos		(322.045)	(437.312)	(375.460)	(455.672)
Recebimento de encargos de empréstimos e financiamentos		2.825	3.889	2.825	3.889
Depósitos judiciais		8.102	(205.721)	6.346	(207.443)
		(311.118)	**(639.144)**	**(366.289)**	**(659.226)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**159.812**	**426.889**	**(243.578)**	**446.728**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos		529.735	41.766	661.269	49.041
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(414.248)	(870.601)	(439.380)	(890.606)
Remuneração aos acionistas		(315.976)	-	(317.875)	(1.052)
Adiantamento para provável aumento de capital		631.793	-	1.145.656	220
Caixa líquido das atividades de financiamento		**431.304**	**(828.835)**	**1.049.670**	**(842.397)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos		5.594	653.780	5.594	653.780
Aquisição de ativo imobilizado		(73.595)	(480.851)	(193.803)	(445.865)
Intangível		-	-	21.954	(34.712)
Adiantamento participação societária		(403.506)	-	(403.506)	-
Participações societárias		(214.943)	(259.508)	(214.943)	(255.144)
Recebimento remuneração de participações societárias		10.578	4.364	10.578	-
Caixa líquido das atividades de investimento		**(675.872)**	**(82.215)**	**(774.126)**	**(81.941)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(84.756)**	**(484.161)**	**31.966**	**(477.610)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		802.333	1.286.494	812.321	1.289.931
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		717.577	802.333	844.287	812.321
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**84.756**	**484.161**	**(31.966)**	**477.610**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	DEMONSTRAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais	Outras	Total				
Saldo em 01.01.2009	**4.177.205**	**2.011.460**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.188.665**	**-**
Ajuste inicial de adoção das novas práticas (Lei 11.638/07):										
Instrumentos financeiros derivativos (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(160.706)	-	**(160.706)**	-
Ajustes/Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	15.773	-	**15.773**	-
Ajustes/Custos UHE Tucuruí	-	-	-	-	-	-	(10.832)	-	**(10.832)**	-
Ganhos (perdas) atuariais (nota 36)	-	-	-	-	-	-	3.003	(11.582)	**(8.579)**	(11.582)
Saldo em 01.01.2009 após ajuste inicial	**4.177.205**	**2.011.460**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(152.762)**	**(11.582)**	**6.024.321**	**(11.582)**
Ganhos (perdas) atuariais (nota 36)	-	-	-	-	-	-	15.091	(361)	**14.730**	(361)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	584.534	-	**584.534**	584.534
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal (nota 28)	-	-	15.197	-	-	15.197	(15.197)	-	-	-
Dividendos propostos (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(288.744)	-	**(288.744)**	-
Dividendos adicionais propostos (nota 28)	-	-	-	19.178	-	19.178	(19.178)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	123.744	123.744	(123.744)	-	-	-
Saldo em 31.12.2009	**4.177.205**	**2.011.460**	**15.197**	**19.178**	**123.744**	**158.119**	**-**	**(11.943)**	**6.334.841**	**584.173**
Transferência da reserva de lucros	-	-	-	-	(123.744)	(123.744)	123.744	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(123.744)	-	**(123.744)**	-
Ganhos (perdas) atuariais (nota 36)	-	-	-	-	-	-	(18.095)	(5.958)	**(24.053)**	(5.958)
Integralização de capital - AGE 23/08/2010 (nota 37)	4.023.201	-	-	-	-	-	-	-	**4.023.201**	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	139.764	-	**139.764**	139.764
Destinação do lucro líquido:									-	
Constituição de reserva legal (nota 28)	-	-	6.988	-	-	6.988	(6.988)	-	-	-
Dividendos propostos (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(33.194)	-	**(33.194)**	-
Dividendos adicionais propostos (nota 28)	-	-	-	81.487	-	81.487	(81.487)	-	-	-
Saldo em 31.12.2010	**8.200.406**	**2.011.460**	**22.185**	**100.665**	**-**	**122.850**	**-**	**(17.901)**	**10.316.815**	**133.806**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, fundada em junho de 1973, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com sede em Brasília – DF, à SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901, com atuação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento – contratos iniciais – à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender às demais regiões do país.

Estatutariamente a Companhia tem por objeto social, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) participar de pesquisas de interesse do setor energético ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; c) prestar serviços de laboratório, operação e manutenção de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, apoio técnico, operacional e administrativo às empresas prestadoras do serviço público de energia elétrica; d) participar de associações ou organizações de caráter técnico-científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; e) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Em 11 de novembro de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel autorizou a Eletronorte a explorar os serviços de comunicação multimídia, conforme termo PVST/SPF nº 148/2003 – Anatel, assinado entre a Agência Reguladora e a Companhia. As receitas daí decorrentes estão sendo tratadas como não vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (nota 43).

A quase totalidade da receita da Companhia é proveniente da venda/suprimento de energia elétrica e da disponibilidade do seu sistema de transmissão. Essas operações estão suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota 39).

As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.694,00 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 600,33 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.294,33 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na nota 2.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.192,13 Km de linhas de transmissão, 43 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.888,02 Km de linhas de transmissão e 53 subestações.

A Companhia celebrou Contrato de Concessão da Transmissão, nº 058/2001 - Aneel, ficando assegurado o direito de receber a Receita Anual Permitida - RAP, estabelecida na Resolução nº 167, de 31 de maio de 2000. Essa receita passou a sofrer reajuste anual e revisão a cada 4 anos.

A Companhia também aufere receitas adicionais provenientes de contratos bilaterais, relativos às instalações de conexão e demais instalações de transmissão, homologados pela Aneel.

A Companhia detém o controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e a participação societária em Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica (nota 20).

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações junto ao Poder Concedente:

a) Eletronorte:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE (*)

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UHE - Tucuruí (Sistema Interligado)	Decreto nº 74.279, de 11.07.1974; Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004 - ANEEL (Termo Aditivo nº 01, de 07.04.2005 e Termo Aditivo nº 02, de 10.04.2006)	11.07.2024	Tucuruí - PA	8.370,00
2	UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado)	Resolução Autorizativa nº 345, de 18.10.2005; Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004 (Termo Aditivo nº 02, de 10.04.2006)	27.07.2028	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel (Sistema Interligado)	Decreto nº 83.975, de 14.09.1979; Despacho DNAEE, de 02.07.1981; Prorrogação por mais 20 anos conf. Despacho ANEEL nº4.671, de 15.12.2009 e Portaria MME nº 89, de 11.03.2010	14.09.2029	Candeias do Jamari - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes (Sistema Isolado)	Portaria nº 038, de 13.02.1992 (Decreto nº 35.701, de 23.06.1954); Portaria MME nº 179, de 25.06.1997; Despacho nº 776, de 22.09.2004; Despacho nº 1.635, de 24.07.2006	08.07.2015	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	76,95
5	UTE - Rio Madeira (Sistema Interligado)	Portaria MME nº 1.130, de 08.09.1988; Resolução ANEEL nº 373, de 20.09.200 (regularizou a implantação e ampliação); Despacho Aneel nº 722, de 13.11.2002;	Indeterminado	Porto Velho - RO	119,35
6	UTE - Rio Acre (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE nº 235, de 21.10.1988; Portaria DNAEE nº 606, de 31.08.1994; Portaria MME nº 97, de 05.04.1995; Despacho SCG/ANEEL nº 1.971, de 16.05.2008	Indeterminado	Rio Branco - AC	45,49
7	UTE - Rio Branco I (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE nº156, de 06.07.1990; Portaria MME nº 194, de 12.06.1995; Despacho ANEEL nº 1.063, de 31.12.2001	Indeterminado	Rio Branco - AC	18,65
8	UTE - Rio Branco II (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE nº156, de 06.07.1990; Portaria MME nº 193, de 12.06.1995; Despacho ANEEL nº 1.063, de 31.12.2001	Indeterminado	Rio Branco - AC	32,75
9	UTE - Santana (Sistema Isolado)	Portaria MME nº 414, de 02.12.1994; Resolução Aneel nº 10, de 13.01.2000; Resolução Autorizativa nº 375, de 10.11.2004; Despacho SCG/Aneel nº 2062, de 08.12.2005.	Indeterminado	Santana - AP	178,10
10	UTE - Electron (Sistema Isolado)	Portaria DNAEE nº 156, de 06.07.1990. Cedida em comodato à Amazonas Energia.	Indeterminado	Manaus - AM	120,00
11	UTE - Senador Arnon Afonso Farias de Mello (Sistema Isolado)	Resolução Autorizativa nº 1.018, de 21.08.2007; Despacho nº 861, de 01.04.2010 (altera potência para 85,992 Kx). Cedida em comodato à Boa Vista Energia (Port. MME nº 58, de 10.02.2010).	Indeterminado	Boa Vista - RR	85,99
12	Transmissão Rede Básica	Portaria MME nº 185, de 06.06.2001.	07.07.2015		
13	LT 230 kV - SE São Luís II / São Luís III	Contrato de Concessão nº 007/2008-ANEEL de 17.03.2008	17.03.2038	São Luís - MA	
14	LT 230 kV - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	Contrato de Concessão nº 001/2009-ANEEL de 28.01.2009	28.01.2039	Piauí / Maranhão	
15	LT 500 kV - LT Presidente Dutra-São Luís II / SE Miranda II	Contrato de Concessão nº 002/2009-ANEEL de 28.01.2009	28.01.2039	Maranhão	
16	LT 500 kV - LT Jorge Teixeira-Lechuga, Circuito duplo	Decreto Presidencial de 23.06.2010 (publicado no DOU de 24.06.2010); Contrato de Concessão nº 009/2010-ANEEL de 12.07.2010.	12.07.2040	Amazonas	
		TOTAL			**9.294,33**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Boa Vista Energia S.A.

CONCESSÃO DA BOA VISTA ENERGIA S.A. (*)				
Item	**Empreendimento**	**Documento de Autorização ou Concessão**	**Prazo de Concessão**	**Município**
1	Distribuição Município de Boa Vista - RR	Resolução ANEEL nº 395, de 11.10.2000, combinado ao aritgo 22, parágrafo 2º da Lei 9.074 de 07.07.1995; Contrato de Concessão nº 21/2001 - ANEEL, de 21.03.2001, 1º Termo Aditivio de 14.10.2005.	07.07.2015	Boa Vista - RR

c) Estação Transmissora de Energia S/A.

CONCESSÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (*)			
Item	**Empreendimento**	**Documento de Autorização ou Concessão**	**Prazo de Concessão**
1	Estação Conversora Corrente Alternada-CA/Corrente Contínua-CC do Bipolo nº 1 na Subestação Coletora Porto Velho, em 500 kV CA/±600 kV CC, no Estado de Rondônia, e Inversora CC/CA do Bipolo nº 1 na Subestação Araraquara 2, em ±600 kV CC/500 kV CA, no Estado de São Paulo	Contrato de Concessão nº 012/2009-ANEEL de 26.02.2009.	26.02.2039

(*) Informação não auditada

d) Sociedades de Propósito Específico – SPE

As concessões dos empreendimentos outorgados às SPE estão demonstradas na nota 20.4.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de abril de 2011.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme requerido nas normas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na nota 5.

a) Demonstrações contábeis individuais - Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Companhia, apresentadas sob o título de Controladora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações contábeis consolidadas – Consolidado

As demonstrações contábeis consolidadas, demonstradas sob o título de Consolidado, estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis pela CVM e pelo CPC.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP) e CPCs, incluindo as conciliações do balanço patrimonial e resultado, estão descritas na nota 6.2.

3.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Controladora determina a gestão em outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.4. Ativos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Disponíveis para negociação

Os ativos financeiros disponíveis para negociação são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda negociar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

d) Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.5. Ativo financeiro da concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura do Balanço em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia e suas controladas adotaram, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo CPC (equivalente a IFRIC 12 das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB).

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o Poder Concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia e de suas controladas, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição e transmissão de energia, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do ativo financeiro.

a) Aplicação na atividade de distribuição de energia

Considerando as características da concessão de distribuição da controlada Boa Vista Energia S.A., foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre ativo intangível e ativo financeiro.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre financeiro e intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do imobilizado, a alteração mencionada não alterou o patrimônio líquido da Companhia e sua controlada em 1º de janeiro de 2009.

b) Aplicação na atividade de transmissão

Na atividade de transmissão, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (i) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente, ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, pois a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como ativo financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Companhia, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

■ **Concessões de transmissão novas:**

As concessões de transmissão novas da Companhia foram outorgadas em 2009, consequentemente não houve a necessidade de cálculos retroativos. Os custos relacionados à construção da infraestrutura foram registrados no resultado quando da sua apuração e a receita de construção a valor justo, sem margem de lucro.

Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ao final da vigência do contrato.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Os impactos nos registros contábeis em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados na nota 14.

■ **Concessões de transmissão antigas**:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que, em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC 01 de forma retroativa. Dessa forma, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente considerados como ativo financeiro.

Os impactos nos registros contábeis, em função da adoção do ICPC 01, para as novas concessões de transmissão estão demonstrados na nota 14.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.6. Estoques

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização (nota 15).

3.7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial de Juros – TR mais 0,5% de juros (nota 17).

3.8. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial pela Companhia, reconhecidos inicialmente ao custo e as variações no resultado do exercício, ou no lucro abrangente ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável (nota 20).

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas controladas são alteradas ou ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 21.c).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 21.c.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Conforme preceitua a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão, no exercício de 2010 a Companhia e suas controladas procederam aos ajustes determinados tendo efetuado as transferências de seus ativos imobilizados para ativo financeiro, já que são detentoras de contratos de concessão onde o Poder Concedente controla e regulamenta os serviços que o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Ao final do contrato estes ativos serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização pela reversão (nota 14).

3.10. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota 22.

Os custos de aquisição e implantação que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

□ é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;

□ a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

□ o *software* pode ser vendido ou usado;

□ o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

□ estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e

□ o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na implantação de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota 22.

3.11. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços que no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 23).

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva (nota 25).

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas.

O passivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende de expectativa realização.

Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos das antecipações efetuadas ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas (nota 28).

3.15. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordos coletivos de trabalho, firmado com entidades sindicais representativa dos empregados, nos termos da legislação específica em vigor (nota 29).

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

3.16. Provisões

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 33).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.17. Benefícios pós-emprego

a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. participam de plano de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 36).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definida na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: o programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes e a apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18. Pré-venda de energia

Os valores antecipados pelo cliente Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados, parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 31).

Devido às particularidades da operação foram apurados os derivativos embutidos nos referidos contratos (nota 13).

3.19. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.20. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 38).

3.21. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, bem como, no Consolidado, após a eliminação das receitas intercompanhias.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As receitas da Companhia estão especificadas na nota 39.

3.22. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.23. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas durante determinado período e é apresentada voluntariamente como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações extraídas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.24. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

NOTA 4 – NORMAS E SUAS ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

As normas e suas alterações e interpretações foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não houve adoção antecipada das normas que ainda não estão em vigor por parte da Companhia e suas controladas.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas a administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

a) Tributos diferidos

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 45).

b) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

c) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

e) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia e sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia e sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 36.

As demais empresas consolidadas não possuem benefícios pós-emprego.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 33).

NOTA 6 – TRANSIÇÃO PARA OS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 instaurou o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos seguintes pronunciamentos técnicos: Pronunciamento Conceitual Básico e CPC 01 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

6.1 – Base da transição para os CPCs

a) Aplicação do CPC 37 – Primeira adoção das normas internacionais de contabilidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou o CPC 37 na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação das demonstrações contábeis, de acordo com o CPC 37, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva dos CPCs.

b) Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

■ **Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros**

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos pronunciamentos do CPC. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

■ **Isenção relativa à aplicação retroativa da ICPC 01 – Contratos de Concessão**

A Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

■ **Isenção para mensuração dos benefícios a empregados**

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de adoção inicial dos novos pronunciamentos do CPC contra lucros acumulados.

■ **Isenção para capitalização de custos de empréstimos**

A Companhia optou por aplicar a isenção prevista no CPC 37 em relação aos custos de empréstimos e não reprocessou as capitalizações de juros anteriores à data de transição.

As demais isenções previstas no CPC 37 não são aplicáveis à Companhia e suas controladas.

■ **Isenção do custo atribuído**

A Companhia optou por não atribuir custo ao imobilizado em 1º de janeiro de 2009, por entender que o imobilizado está a valor justo e representa o custo adequado de reposição.

c) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

■ **Exceção das estimativas**

As estimativas segundo os CPCs em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As outras exceções obrigatórias no CPC 37 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas ou não eram aplicáveis a Companhia: (i) Contabilização de *hedge*; (ii) Reversão de ativos e passivos financeiros; e (iii) Participação de não controladores.

6.2 – Conciliação entre BR GAAP e novos CPCs

As explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição estão demonstradas a seguir:

a) Consolidação

Uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que anteriormente não era consolidada, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), passou a ser consolidada para atendimento aos CPCs.

b) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os CPCs e estão informados na nota 35.

c) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º. de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

■ balanço patrimonial na data de transição de 1º de janeiro de 2009.

■ balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009.

■ demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

e) Gastos vinculados a compensações socioambientais

Em função do Pronunciamento Técnico CPC 27, não é mais permitido o registro de custos retardatários, tais como custos socioambientais, contingências e outros após a entrada em operação comercial dos empreendimentos de geração. Somente é permitida a capitalização de custos que aumentam a vida útil dos bens integrantes da infraestrutura de geração e que geram fluxo de caixa adicional (receita).

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2010 (com efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, para fins de comparação) foram estornadas as provisões constituídas a este título.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Conciliação do balanço patrimonial da Companhia em 01.01.2009

ATIVO	CONTROLADORA			
	BRGAAP (31/12/2008)	RECLASSI-FICAÇÃO	AJUSTES	Novos CPCs (01/01/2009)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	-	1.286.494	-	1.286.494
Numerário disponível	1.766	(1.766)	-	-
Aplicações financeiras	1.284.728	(1.284.728)	-	-
Contas a receber de clientes	-	494.148	-	494.148
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.062.777	(1.062.777)	-	-
Empréstimos e financiamentos	254.354	(254.354)	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	296.803	-	296.803
Coligadas e controlada	42.449	(42.449)	-	-
Direito de ressarcimento	-	518.762	-	518.762
Dispêndios a reembolsar	75.776	(75.776)	-	-
Devedores diversos	88.931	(12.825)	-	76.106
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	52.640	52.640
Ativo financeiro da concessão	-	-	408.726	408.726
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(637.737)	637.737	-	-
Estoques	82.762	-	-	82.762
Outros créditos	25.893	17.158	-	43.051
Despesas pagas antecipadamente	9.996	(9.996)	-	-
	2.291.695	**506.431**	**461.366**	**3.259.492**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a receber de partes relacionadas	-	433.205	-	433.205
Concessionárias e permissionárias	59.083	(59.083)	-	-
Empréstimos e financiamentos	421.911	(421.911)	-	-
Controladora	3.520	(3.520)	-	-
ICMS a recuperar	622.232	(622.232)	-	-
Depósitos judiciais	133.460	-	-	133.460
Devedores diversos	22.303	18.791		41.094
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	40.050	40.050
Ativo financeiro da concessão	-	-	4.025.919	4.025.919
Tributos diferidos	-	-	88.755	88.755
Outros créditos	807	5.660	-	6.467
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(682.054)	682.054	-	-
Despesas pagas antecipadamente	32.964	(32.964)	-	-
Bens destinados a alienação	419	-	-	419
	614.645	**-**	**4.154.724**	**4.769.369**
INVESTIMENTOS	391.761	-	-	391.761
IMOBILIZADO	14.593.301	-	(4.757.839)	9.835.462
INTANGÍVEL	18.035	-	-	18.035
	15.617.742	**-**	**(603.115)**	**15.014.627**
TOTAL	**17.909.437**	**506.431**	**(141.749)**	**18.274.119**

g) Conciliação do balanço patrimonial da Companhia em 31.12.2009

ATIVO	CONTROLADORA			
	BRGAAP (31/12/2009)	RECLASSI-FICAÇÃO	AJUSTES	Novos CPCs (31/12/2009)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	-	802.333	-	802.333
Numerário disponível	89.501	(89.501)	-	-
Aplicações financeiras	712.832	(712.832)	-	-
Contas a receber de clientes	-	568.726	-	568.726
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.298.320	(1.298.320)	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.149	(6.149)	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	439.546	-	439.546
Coligadas e controlada	433.397	(433.397)	-	-
Direito de ressarcimento	-	187.569	-	187.569
Dispêndios a reembolsar	195.178	(195.178)	-	-
Devedores diversos	83.320	(38.312)	-	45.008
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	227.540	227.540
Ativo financeiro da concessão	-	-	498.274	498.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(837.270)	837.270	-	-
Estoques	80.713	-	-	80.713
Outros créditos	33.550	17.281	-	50.831
Despesas pagas antecipadamente	8.294	(8.294)	-	-
	2.103.984	**70.742**	**725.814**	**2.900.540**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a receber de partes relacionadas	-	34.043	-	34.043
Concessionárias e permissionárias	4.686	(4.686)	-	-
Empréstimos e financiamentos	21.865	(21.865)	-	-
Controladora	12.177	(12.177)	-	-
ICMS a recuperar	730.715	(730.715)	-	-
Depósitos judiciais	378.393	-	-	378.393
Devedores diversos	20.527	17.949	-	38.476
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	228.020	228.020
Ativo financeiro da concessão	-	-	4.128.558	4.128.558
Tributos diferidos	-	-	88.940	88.940
Outros créditos	968	4.737	-	5.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(751.426)	751.426	-	-
Despesas pagas antecipadamente	38.712	(38.712)	-	-
Bens destinados a alienação	439	-	-	439
Adiantamento para participação societária	-	160.624	-	160.624
	457.056	**160.624**	**4.445.518**	**5.063.198**
INVESTIMENTOS	615.581	(160.624)	-	454.957
IMOBILIZADO	14.765.235	-	(4.916.562)	9.848.673
INTANGÍVEL	12.321	-	-	12.321
	15.850.193	**-**	**(471.044)**	**15.379.149**
TOTAL	**17.954.177**	**70.742**	**254.770**	**18.279.689**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			
	BRGAAP (31/12/2008)	RECLASSI-FICAÇÃO	AJUSTES	Novos CPCs (01/01/2009)
CIRCULANTE				
Contas a pagar a fornecedores	-	777.724	-	777.724
Fornecedores	271.294	(271.294)	-	-
Salários e encargos sociais a pagar	-	30.868	-	30.868
Folha de pagamento	17.386	(17.386)	-	-
Empréstimos e financiamentos	433.762	18.593	-	452.355
Encargos de empréstimos e financiamentos	18.593	(18.593)	-	-
Encargos do consumidor a recolher	-	72.964	-	72.964
Taxas regulamentares	89.959	(89.959)	-	-
Entidade de previdência complementar	3.902	(3.902)	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	67.863	-	67.863
Tributos e contribuições sociais	81.345	(81.345)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	69.956	-	-	69.956
Pré-venda de energia elétrica	37.778	-	-	37.778
Obrigações estimadas	46.451	(46.451)	-	-
Convênios	28.266	-	-	28.266
Provisões	121.515	46.451	-	167.966
Intrumentos financeiros derivativos	-	-	296.134	296.134
Outras contas a pagar	74.560	20.898	-	95.458
	1.294.767	**506.431**	**296.134**	**2.097.332**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	8.162.364	-	-	8.162.364
Tributos e contribuições sociais	29.406	(29.406)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	28.540	-	-	28.540
Pré-venda de energia elétrica	1.018.488	-	-	1.018.488
Compensações sócioambientais - UHE Tucuruí	328.135	-	(328.135)	-
Provisões	857.704	(3.003)		854.701
Intrumentos financeiros derivativos	-	-	40.050	40.050
Benefícios pós-emprego	-	3.003	14.546	17.549
Outras contas a pagar	1.368	29.406	-	30.774
	10.426.005	**-**	**(273.539)**	**10.152.466**
	11.720.772	**506.431**	**22.595**	**12.249.798**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	4.177.205	-	-	4.177.205
Reservas de capital	2.011.460	-	-	2.011.460
Prejuízos acumulados	-	-	(152.762)	(152.762)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(11.582)	(11.582)
	6.188.665	**-**	**(164.344)**	**6.024.321**
TOTAL	**17.909.437**	**506.431**	**(141.749)**	**18.274.119**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			
	BRGAAP (31/12/2009)	RECLASSI-FICAÇÃO	AJUSTES	Novos CPCs (31/12/2009)
CIRCULANTE				
Contas a pagar a fornecedores	-	551.474	-	551.474
Fornecedores	480.732	(480.732)	-	-
Salários e encargos sociais a pagar	-	32.599	-	32.599
Folha de pagamento	18.611	(18.611)	-	-
Empréstimos e financiamentos	416.324	13.072	-	429.396
Encargos de empréstimos e financiamentos	13.072	(13.072)	-	-
Encargos do consumidor a recolher	-	48.156	-	48.156
Taxas regulamentares	71.421	(71.421)	-	-
Entidade de previdência complementar	4.264	(4.264)	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	74.416	-	74.416
Tributos e contribuições sociais	88.404	(88.404)	-	-
Remuneração aos acionistas	288.744	-	-	288.744
Participação nos lucros	72.185	-	-	72.185
Pesquisa e desenvolvimento	77.800	-	-	77.800
Pré-venda de energia elétrica	39.292	-	-	39.292
Obrigações estimadas	57.052	(57.052)	-	-
Convênios	138.920	-	-	138.920
Provisões	22.319	57.052	-	79.371
Intrumentos financeiros derivativos	-	-	40.050	40.050
Outros passivos	68.487	27.529	(6.232)	89.784
	1.857.627	**70.742**	**33.818**	**1.962.187**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	3.870.552	-	-	3.870.552
Impostos e contribuições diferidos	-	-	158.709	158.709
Pesquisa e desenvolvimento	14.198	-	-	14.198
Pré-venda de energia elétrica	978.980	-	-	978.980
Compensações sócioambientais - UHE Tucuruí	296.756	-	(296.756)	-
Provisões	707.567	(31.093)	-	676.474
Intrumentos financeiros derivativos	-	-	228.020	228.020
Benefícios pós-emprego	-	31.093	-	31.093
Adiantamento para aumento de capital	-	4.023.201	-	4.023.201
Outros passivos	1.434	-	-	1.434
	5.869.487	**4.023.201**	**89.973**	**9.982.661**
	7.727.114	**4.093.943**	**123.791**	**11.944.848**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	4.177.205	-	-	4.177.205
Reservas de capital	2.011.460	-	-	2.011.460
Reservas de lucros	15.197	-	142.922	158.119
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(11.943)	(11.943)
	6.203.862	**-**	**130.979**	**6.334.841**
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	4.023.201	(4.023.201)	-	-
	10.227.063	**(4.023.201)**	**130.979**	**6.334.841**
TOTAL	**17.954.177**	**70.742**	**254.770**	**18.279.689**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

h) Conciliação da demonstração de resultado da Companhia em 31.12.2009

	CONTROLADORA			
	BRGAAP (31/12/2009)	RECLASSI-FICAÇÃO	AJUSTES	Novos CPCs (31/12/2009)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.433.492**	**-**	**(50.599)**	**3.382.893**
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo de construção	-	-	(351.895)	(351.895)
Energia elétrica comprada para revenda	(239.978)	-	-	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(520.282)	-	-	(520.282)
Pessoal	(404.209)	(17.807)	-	(422.016)
Material	(70.189)	(1.765)	(15.024)	(86.978)
Serviços de terceiros	(134.817)	(3.637)	(14.683)	(153.137)
Combustível para produção de energia elétrica	(962.645)	893.327	-	(69.318)
Parcela de combustível subsidiada pela CCC	893.327	(893.327)	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(181.491)	-	-	(181.491)
Depreciação e amortização	(603.628)	(1.661)	200.291	(404.998)
Provisões e reversões	(213.833)	(105.020)	-	(318.853)
Outros custos	(26.851)	(49.772)	(9.796)	(86.419)
	(2.464.596)	**(179.662)**	**(191.107)**	**(2.835.365)**
Custo do serviço prestado a terceiros	(6.917)	6.917	-	-
LUCRO BRUTO	**961.979**	**(172.745)**	**(241.706)**	**547.528**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(172.746)	172.746	-	-
Despesas gerais e administrativas	(431.791)	(20.720)	-	(452.511)
Provisões e reversões	-	181.682	-	181.682
Receita do serviço de comunicação multimídia	-	9.186	-	9.186
Outras (receitas) despesas operacionais	160.963	421.518	-	582.481
	(443.574)	**764.412**	**-**	**320.838**
RECEITA DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDA	**9.186**	**(9.186)**	**-**	**-**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**(31.323)**		**-**	**(31.323)**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	-	265.203	681.008	946.211
Despesas financeiras	-	(980.571)	-	(980.571)
Rendas	94.306	(94.306)	-	-
Acréscimos moratórios	65.649	(65.649)	-	-
Variação monetária ativa	58.197	(58.197)	-	-
Variação monetária e cambial passiva	283.243	(283.243)	-	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	(1.263.696)	1.263.696	-	-
Outras receitas e despesas financeiras	46.933	(46.933)	-	-
	(715.368)	**-**	**681.008**	**(34.360)**
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS	**582.481**	**(582.481)**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	**363.381**	**-**	**439.302**	**802.683**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**12.745**	**-**	**(158.709)**	**(145.964)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**376.126**	**-**	**280.593**	**656.719**
Participação nos lucros	**(72.185)**	**-**	**-**	**(72.185)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**303.941**	**-**	**280.593**	**584.534**
Lucro liquido por ação - R$	**3,69**	**-**	**-**	**7,10**

NOTA 7 - POLÍTICA COM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Eletrobras contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, como única empresa de auditoria independente, para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria em suas demonstrações contábeis e de suas controladas, para os exercícios de 2009 a 2013, devendo ser ressaltado que não existe qualquer outro contrato de prestação de serviços firmado com a referida empresa.

A Companhia tem como princípio norteador, a não contratação de outros serviços junto à empresa contratada, de forma que seja preservada a sua inalienável condição de independência.

NOTA 8 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e depósitos bancários à vista:			
Contas bancárias a vista	545	1.120	1.680
Contas bancárias a vista - convênio DNIT (*)	-	88.299	-
Fundos de caixa	93	82	86
	638	**89.501**	**1.766**
Aplicações financeiras:			
Banco do Brasil S.A.			
Fundo de Investimento Extra-Mercado Exclusivo	627.649	604.676	1.241.061
Fundo de Investimento - Convênios	4.043	1.524	-
Poupança - convênio DNIT	-	87.080	43.667
Banco da Amazônia S.A.			
Poupança - outros convênios	66.768	19.552	-
Banco do Nordeste do Brasil S.A.			
Poupança - outros convênios	18.479	-	-
	716.939	**712.832**	**1.284.728**
TOTAL	**717.577**	**802.333**	**1.286.494**

(*) Recurso recebido em 30.12.2009 e aplicado em poupança no Banco do Brasil S.A. no primeiro dia útil seguinte (04.01.2010).

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e depósitos bancários à vista:			
Contas bancárias à vista	2.367	3.548	4.258
Contas bancárias à vista - convênio DNIT (*)	-	88.299	-
Fundos de caixa	93	82	86
	2.460	**91.929**	**4.344**
Aplicações financeiras:			
Banco do Brasil S.A.			
Fundo de Investimento Extra-Mercado Exclusivo	631.590	605.183	1.241.920
Fundo de Investimento - Convênios	4.043	1.524	-
Outras Aplicação (CDB´s e debêntures, etc.)	54.359	7.053	-
Poupança - convênio DNIT	-	87.080	43.667
Banco da Amazônia S.A.			
Poupança - outros convênios	66.768	19.552	-
Banco do Nordeste do Brasil S.A.			
Poupança - outros convênios	18.480	-	-
Outras Instituições Financeiras			
Outras Aplicação (CDB´s e debêntures, etc.)	66.587	-	-
	841.827	**720.392**	**1.285.587**
TOTAL	**844.287**	**812.321**	**1.289.931**

(*) Recurso recebido em 30.12.2009 e aplicado em poupança no Banco do Brasil S.A. no primeiro dia útil seguinte (04.01.2010).

A Companhia mantém contas bancárias a vista em diversos bancos e fundos de caixas na Sede e nas Unidades Descentralizadas.

Os valores das aplicações financeiras são oriundos da geração interna de caixa da Companhia, incluindo a pré-venda de energia elétrica negociada com o consumidor Albrás, por ocasião do leilão de energia ocorrido em 2004 (nota 31). São provenientes, ainda, de convênios firmados com Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas, Governo do Estado do Amapá e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (nota 32).

As aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A., conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle federal, nos termos do Decreto-Lei nº 1.290, de 3 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta, cuja rentabilidade no exercício de 2010 correspondeu a 98,31% do CDI (98,74% no exercício de 2009).

Os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Águas, e outras entidades estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

NOTA 9 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica.

a) Perfil e vencimentos das contas a receber:

	CONTROLADORA					
	31/12/2010				31/12/2009	1/1/2009
		VENCIDOS				
CIRCULANTE	VINCENDOS	ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL	TOTAL
CONSUMIDORES						
- Industrial	**104.485**	**-**	**-**	**104.485**	**91.669**	**111.661**
	104.485	**-**	**-**	**104.485**	**91.669**	**111.661**
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS						
- Suprimento	**222.893**	**58.494**	**1.044.300**	**1.325.687**	**1.051.724**	**851.698**
Cia. de Eletricidade do Amapá - CEA	14.324	35.010	877.031	926.365	727.425	566.283
Boa Vista Energia S.A.	16.845	20.773	165.026	202.644	120.773	67.660
Light Serviços de Eletricidade S.A.	12.598	-	-	12.598	16.269	9.752
Vale S.A.	17.009	-	-	17.009	16.262	14.953
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	11.828	-	-	11.828	14.963	9.239
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	13.122	2.711	2.243	18.076	11.881	8.262
Copel Distribuição S.A.	12.306	-	-	12.306	11.489	10.575
Cemig Distribuição S.A.	6.813	-	-	6.813	11.228	6.435
Cia. Energética de Goiás - Celg	9.609	-	-	9.609	8.879	8.586
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	8.967	-	-	8.967	8.734	8.455
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.434	-	-	7.434	7.725	11.495
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	6.414	-	-	6.414	6.154	6.038
Ampla Energia e Serviços S.A.	6.731	-	-	6.731	6.062	5.382
Cia. Energética de Alagoas - Ceal	6.279	-	-	6.279	5.698	5.639
Cia. Energética de Pernambuco - Celpe	5.637	-	-	5.637	5.415	5.300
Cia. Estadual de Distribuição de Energia	7.278	-	-	7.278	5.317	3.924
Cia. Energética do Piauí - Cepisa	5.262	-	-	5.262	5.234	6.195
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	-	-	-	-	4.869	31.002
Cia. Energética do Ceará - Coelce	5.027	-	-	5.027	4.784	4.589
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - Epesa	-	-	-	-	4.739	-
Cia. Energética do Maranhão - Cemar	4.978	-	-	4.978	4.689	7.148
Aes-Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	6.730	-	-	6.730	4.079	3.726
Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.	2.180	-	-	2.180	3.754	2.020
Bandeirante Energia S.A.	3.119	-	-	3.119	3.345	2.515
Outras distribuidoras/comercializadoras	32.403	-	-	32.403	31.957	46.525
- Uso da rede elétrica/Conexão	**135.854**	**1.578**	**1.890**	**139.322**	**101.908**	**95.909**
- Comercialização (CCEE)	**162.834**	**43.681**	**1.668**	**208.183**	**52.498**	**1.082**
- Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	**8.292**	**-**	**-**	**8.292**	**521**	**2.427**
	529.873	**103.753**	**1.047.858**	**1.681.484**	**1.206.651**	**951.116**
	634.358	**103.753**	**1.047.858**	**1.785.969**	**1.298.320**	**1.062.777**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(14.324)**	**(35.010)**	**(879.269)**	**(928.603)**	**(729.594)**	**(568.629)**
TOTAL	**620.034**	**68.743**	**168.589**	**857.366**	**568.726**	**494.148**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO					
	31/12/2010				31/12/2009	1/1/2009
		VENCIDOS				
CIRCULANTE	VINCENDOS	ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL	TOTAL
CONSUMIDORES						
- Residencial	**8.991**	**5.228**	**3.913**	**18.132**	**18.399**	**14776**
- Industrial	**105.203**	**268**	**289**	**105.760**	**92.794**	**112.743**
- Comercio, serv. Outras atividades	**4.701**	**1.517**	**551**	**6.769**	**7.071**	**6.103**
- Rural	**223**	**82**	**411**	**716**	**935**	**747**
- Poder público	**5.493**	**3.265**	**58.611**	**67.369**	**59.951**	**56.225**
-Federal	781	174	27	982	951	884
-Estadual	2.979	3.028	58.584	64.591	46.713	48.465
-Municipal	1.733	63	-	1.796	12.287	6.876
- Iluminação pública	**50**	**-**	**-**	**50**	**2.110**	**2.087**
- Serviço público	**3.302**	**867**	**3.007**	**7.176**	**3.771**	**54.377**
	127.963	**11.227**	**66.782**	**205.972**	**185.031**	**247.058**
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS						
- Suprimento	**222.230**	**41.195**	**881.193**	**1.144.618**	**933.344**	**852.937**
Cia. de Eletricidade do Amapá - CEA	14.324	35.010	877.031	926.365	727.425	566.283
Light Serviços de Eletricidade S.A.	12.598	-	-	12.598	16.269	9.752
Vale S.A.	17.009	-	-	17.009	16.262	14.953
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	11.828	-	-	11.828	14.963	9.239
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	13.122	2.711	2.243	18.076	11.881	8.262
Copel Distribuição S.A.	12.306	-	-	12.306	11.489	10.575
Cemig Distribuição S.A.	6.813	-	-	6.813	11.228	6.435
Cia. Energética de Goiás - Celg	9.609	-	-	9.609	8.879	8.586
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	8.967	-	-	8.967	8.734	8.455
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.434	-	-	7.434	7.725	11.495
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	6.414	-	-	6.414	6.154	6.038
Ampla Energia e Serviços S.A.	6.731	-	-	6.731	6.062	5.382
Cia. Energética de Alagoas - Ceal	6.279	-	-	6.279	5.698	5.639
Cia. Energética de Pernambuco - Celpe	5.637	-	-	5.637	5.415	5.300
Cia. Estadual de Distribuição de Energia	7.278	-	-	7.278	5.317	3.924
Cia. Energética do Piauí - Cepisa	5.262	-	-	5.262	5.234	6.195
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	-	-	-	-	4.869	31.002
Cia. Energética do Ceará - Coelce	5.027	-	-	5.027	4.784	4.589
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - Epesa	-	-	-	-	4.739	-
Cia. Energética do Maranhão - Cemar	4.978	-	-	4.978	4.689	7.148
Aes-Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	6.730	-	-	6.730	4.079	3.726
Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.	2.180	-	-	2.180	3.754	2.020
Bandeirante Energia S.A.	3.119	-	-	3.119	3.345	2.515
Outras distribuidoras/comercializadoras	48.585	3.474	1.919	53.978	34.350	115.424
- Parcelamento	**5.922**	**1.634**	**1.095**	**8.651**	**2.721**	**1.865**
- Uso da rede elétrica/Conexão	**135.854**	**1.578**	**1.890**	**139.322**	**101.908**	**95.909**
- Comercialização (CCEE)	**162.834**	**43.681**	**1.668**	**208.183**	**52.498**	**1.082**
- Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	**8.292**	**-**	**-**	**8.292**	**521**	**2.427**
	535.132	**88.088**	**885.846**	**1.509.066**	**1.090.992**	**954.220**
	663.095	**99.315**	**952.628**	**1.715.038**	**1.276.023**	**1.201.278**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(14.324)**	**(35.010)**	**(942.912)**	**(992.246)**	**(777.613)**	**(665.048)**
TOTAL	**648.771**	**64.305**	**9.716**	**722.792**	**498.410**	**536.230**

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A provisão é constituída de acordo com a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base nos seguintes critérios, definidos pela administração da Companhia:

■ contas vencidas há mais de 90 dias para os consumidores da classe residencial.

■ contas vencidas há mais de 180 dias para os consumidores da classe comercial.

■ contas vencidas há mais de 360 dias para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública.

■ análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

Os demonstrativos da provisão encontram-se discriminados abaixo:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS			
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	926.365	727.425	566.283
Espora Energética S.A.	352	285	259
Polyenka Ltda	473	410	384
Serrana Papel e Celulose S.A.	280	240	230
Global Energy Comercializadora S.A.	311	265	244
Usina Termoeletrica Winimport S.A.	324	270	270
Outros	498	699	959
Total	**928.603**	**729.594**	**568.629**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
CONSUMIDORES			
Residencial	1.868	2.378	655
Industrial e rural	421	200	283
Comercial	(728)	458	392
Poder público	62.103	44.971	45.611
Serviço público	(21)	12	49.478
	63.643	**48.019**	**96.419**
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS			
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	926.365	727.425	566.283
Espora Energética S.A.	352	285	259
Polyenka Ltda	473	410	384
Serrana Papel e Celulose S.A.	280	240	230
Global Energy Comercializadora S.A.	311	265	244
Usina Termoeletrica Winimport S.A.	324	270	270
Outros	498	699	959
	928.603	**729.594**	**568.629**
Total	**992.246**	**777.613**	**665.048**

NOTA 10 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

As contas a receber de partes relacionadas, de curto e longo prazo, são as seguintes:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos:			
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	144.608
Boa Vista Energia S.A.	8.329	6.149	5.656
Eletrobras	-	-	104.090
	8.329	**6.149**	**254.354**
Demais Instalações de Transmissão-DITs:			
Boa Vista Energia S.A.	42.640	42.762	42.449
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	43.889	114.512	-
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	33.459	136.490	-
	119.988	**293.764**	**42.449**
Outros:			
Ceron - Contratos com o PIE Termo Norte	**416.941**	**139.633**	**-**
Subtotal	**545.258**	**439.546**	**296.803**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(77.938)**	**-**	**-**
TOTAL DO CIRCULANTE	**467.320**	**439.546**	**296.803**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos:			
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	393.443
Boa Vista Energia S.A.	16.620	21.865	28.468
	16.620	**21.865**	**421.911**
Outros:			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	11.067	12.178	3.520
Cia. Energética do Maranhão - Cemar	-	-	4.949
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	-	4.686	54.134
	11.067	**16.864**	**62.603**
Subtotal	**27.687**	**38.729**	**484.514**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	**(4.686)**	**(51.309)**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**27.687**	**34.043**	**433.205**
TOTAL GERAL	**495.007**	**473.589**	**730.008**

As principais informações a respeito dos itens relacionados no demonstrativo anterior estão relacionadas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos concedidos:

■ Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Decorreu da quitação de dívida com os produtores independentes que fornecem energia elétrica para a ex-subsidiária integral Amazonas Distribuidora de Energia S.A., tendo em vista que os contratos foram garantidos pela Companhia até o mês de maio de 2008, quando o controle acionário da ex-subsidiária integral foi transferido para a Eletrobras.

Foi realizada quitação integral em 2009 por meio de encontro de contas com o serviço da dívida da Companhia junto à sua controladora.

■ Boa Vista Energia S.A.

Empréstimo decorrente da cobertura dos déficits de caixa do exercício de 2006.

■ Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Refere-se ao saldo do contrato pactuado com a Eletrobras, proveniente da operação de transferência do controle acionário da ex-subsidiária integral Amazonas Distribuidora de Energia S.A., cuja quitação foi realizada no exercício de 2008 por meio de encontro de contas com o serviço da dívida da Companhia junto à sua controladora.

■ Mutações dos empréstimos e financiamentos concedidos:

	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 01.01.2009	**104**	**254.250**	**254.354**	**421.911**
Provisão de encargos	3.785	-	3.785	-
Variação monetária	-	5.986	5.986	(354)
Transferências	-	6.249	6.249	(6.249)
Recebimentos	(3.889)	(260.336)	(264.225)	(393.443)
Saldo em 31.12.2009	**-**	**6.149**	**6.149**	**21.865**
Provisão de encargos	3.072	-	3.072	-
Variação monetária	-	-	-	2.281
Transferências	-	7.526	7.526	(7.526)
Recebimentos	(2.825)	(5.593)	(8.418)	-
Saldo em 31.12.2010	**247**	**8.082**	**8.329**	**16.620**

b) Demais Instalações de Transmissão - DITs

Nos termos da Resolução Aneel nº 067/2004, foram estabelecidos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, em tensão acima de 230 kV, que é o ambiente de atuação dos Agentes Transmissores, onde se insere a Companhia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A citada resolução também caracterizou como "Demais Instalações de Transmissão – DITs" as instalações abaixo de 230 kV, ou seja, que se situam entre 69 e 138 kV.

Por intermédio dos Ofícios nº 152/2007-SRF/Aneel e nº 171/2008-SRT-SCR/Aneel, o órgão fiscalizador determinou que os ativos de propriedade da Companhia com função de distribuição fossem transferidos para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Dessa forma, as DITs de propriedade da Companhia, nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima, foram transferidas respectivamente para as distribuidoras: Cia. de Eletricidade do Acre – Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron e Boa Vista Energia S.A., por constituírem ambiente de atuação destas.

A transferência onerosa teve como referência o valor reconhecido pela Aneel na base de remuneração das Distribuidoras, ocasionando provisão de R$ 77.938.

c) Outros

■ **Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron – Contratos com o PIE Termo Norte**

Em 1999, a Companhia assinou contrato de compra de energia com o Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE Termo Norte, no montante de 409 MW, para atender às necessidades do sistema isolado, compreendido pelas distribuidoras Eletroacre e Ceron.

Em 1º de dezembro de 2008 foi assinado o Termo de Cessão dos contratos nº SUP1.9.S.0108-0 e SUP1.0.S.0056-0, celebrados entre a Eletronorte e o PIE Termo Norte, para a Ceron, contemplando as usinas Termo Norte I de 64 MW e Termo Norte II de 345 MW e encaminhados à Aneel para sua homologação.

Baseado no Ofício SEM/SGR/SRT/SFF/Aneel nº 304/2009, de 8 de dezembro de 2009, foi celebrado o primeiro termo aditivo aos termos de cessão dos contratos de suprimento de energia elétrica SUP 1.9.S.0108-0 – Termo Norte I e SUP 1.0.S.0056-0 – Termo Norte II, da Eletronorte para a Ceron, com vigência a partir de 31 de julho de 2009.

Em função do citado primeiro termo aditivo, todos os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de agosto de 2009, foram debitados à Ceron.

Conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009, os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de 24 de outubro de 2009, passaram a ser liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em conformidade com a Carta CTA-PR-060/2011, de 13/04/2011, e tendo em vista os efeitos econômicos que não devem ser suportados pela Ceron, resultando na necessidade de interferência da Eletrobras ao assumir os riscos econômicos decorrentes da aplicação do Despacho ANEEL 2.673/2010, em fase de contestação pela Eletrobras, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou a assunção do risco envolto na cessão do Contrato com a Termonorte II, no intuito de buscar o equilíbrio da concessão da Ceron, salientando, no entanto, que a matéria deverá ser submetida ao Conselho de Administração da Eletrobras.

NOTA 11 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Lei 12.111/2009 e CCEE	284.037	179.743	506.430
Dispêndios reembolsáveis	40.414	38.582	33.732
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.722)	(30.756)	(21.400)
TOTAL	**287.729**	**187.569**	**518.762**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Lei 12.111/2009 e CCEE	333.829	179.743	506.430
Dispêndios reembolsáveis	40.414	38.582	33.732
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.722)	(30.756)	(21.400)
TOTAL	**337.521**	**187.569**	**518.762**

a) Lei nº 12.111/2009 e CCEE

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela Conta Consumo de Combustível – CCC, relativos ao custo de equivalente hidráulico e ICMS nas aquisições de óleo combustível para os sistemas isolados, a partir de agosto/2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009 e ao valor a ser liquidado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrente da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009.

b) Dispêndios reembolsáveis

Referem-se a gastos realizados pela Companhia e que deverão ser reembolsados por terceiros, inclusive estudos de viabilidade de empreendimentos.

Considerando as dificuldades de realização financeira de parte desses créditos, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa da parcela representativa de maior risco.

NOTA 12 - DEVEDORES DIVERSOS

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Eletrobras Participações S/A - Eletropar	11.574	11.574	11.574
Impostos e contribuições a compensar	32.729	39.844	64.670
Empregados	4.027	3.160	2.960
Fornecedores	26.295	26.295	597
Outros	2.645	3.139	9.292
	77.270	84.012	89.093
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.969)	(39.004)	(12.987)
TOTAL DO CIRCULANTE	**38.301**	**45.008**	**76.106**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Receita Federal do Brasil (COFINS e PASEP)	1.774	4.828	7.883
Governo do Estado de Roraima	19.196	14.545	13.259
ICMS a recuperar	741.442	730.715	622.232
Outros	1.153	1.153	1.161
	763.565	751.241	644.535
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(718.838)	(712.765)	(603.441)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**44.727**	**38.476**	**41.094**
TOTAL GERAL	**83.028**	**83.484**	**117.200**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Eletrobrás Participações S/A - Eletropar	11.574	11.574	11.574
Impostos e contribuições a compensar	32.729	39.844	64.670
Empregados	5.251	4.286	3.788
Fornecedores	26.306	26.306	608
Outros	6.179	4.807	9.445
	82.039	86.817	90.085
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.969)	(39.004)	(12.987)
TOTAL DO CIRCULANTE	**43.070**	**47.813**	**77.098**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Receita Federal do Brasil (COFINS e PASEP)	1.774	4.828	7.883
Governo do Estado de Roraima	19.196	14.545	13.259
ICMS a recuperar	741.442	730.715	622.232
Outros	3.971	1.153	1.161
	766.383	751.241	644.535
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(718.838)	(712.765)	(603.441)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**47.545**	**38.476**	**41.094**
TOTAL GERAL	**90.615**	**86.289**	**118.192**

a) Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Parte substancial desse crédito se refere ao faturamento da Eletronorte pela cessão de uso da infraestrutura do seu sistema de transmissão à Eletronet, com a interveniência da Eletropar. Outra parte se refere aos adiantamentos concedidos à Eletropar para futuro acerto de contas com os recursos decorrentes da operação com a Eletronet.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

b) Impostos e contribuições a compensar

Refere-se ao Imposto de Renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e à retenção de tributos sobre serviços prestados e venda de energia elétrica conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
IRRF sobre aplicações financeiras, serviços prestados e venda de energia elétrica	22.912	29.827	36.451
Retenção de CSLL sobre serviços prestados e venda de energia elétrica	7.452	376	842
Retenção de COFINS e PASEP sobre serviços prestados e venda de energia elétrica	1.110	8.403	25.850
Outros	1.255	1.238	1.527
TOTAL	**32.729**	**39.844**	**64.670**

■ **Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS**

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Eletronorte, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível – CCC resultou num montante recolhido a maior de R$ 144.515, já atualizado pela taxa de juros SELIC, até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no Balanço.

c) Empregados

O valor engloba todas as operações de crédito com empregados decorrentes de acordos trabalhistas, adiantamentos de despesas de viagens e, principalmente, décimo terceiro salário. A antecipação do décimo terceiro salário é relacionada aos empregados que sairão de férias no início de janeiro de 2011 e já receberam o adiantamento correspondente.

d) Fornecedores

O valor mais relevante refere-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores de materiais e serviços.

e) Governo do Estado de Roraima

Em 26 de janeiro de 1999, a Companhia, o Governo do Estado de Roraima, a Boa Vista Energia S.A. e a Cia. Energética de Roraima – CER, assinaram um Termo de Ajuste de Direitos e Obrigações, com a finalidade de pôr fim às controvérsias relativas a créditos e débitos financeiros decorrentes de operações comerciais entre as partes, conforme demonstrativo:

CRÉDITOS DA ELETRONORTE	
Fornecimento de Energia Elétrica no período de 01.01.90 até 31.12.96	13.799
Empregados cedidos à CER	185
Prestação de serviços de informática à CER	200
TOTAL	**14.184**
(-) CRÉDITOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	
Saldo da UTE Senador Arnon de Mello	(7.906)
Base da unidade 3 da UTE Senador Arnon de Mello	(636)
Dívida da Boa Vista Energia com a CER	(1.755)
Serviços prestados pela Secretaria de Obras do Estado de Roraima	(1.969)
Extensões de rede executadas pela CER	(122)
TOTAL	**(12.388)**
SALDO A FAVOR DA ELETRONORTE	**1.796**
(+) Encargos moratórios	11.463
SALDO EM 01.01.2009	**13.259**
(+) Encargos moratórios	1.286
SALDO EM 31.12.2009	**14.545**
(+) Encargos moratórios	4.651
SALDO EM 31.12.2010	**19.196**

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

f) ICMS a recuperar

A Companhia é detentora de créditos escriturais de ICMS incidentes sobre as aquisições de bens para o ativo imobilizado e combustível para produção de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Créditos de ICMS junto aos Estados	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Rondônia	469.394	469.367	385.400
Amapá	132.124	130.986	106.697
Acre	91.855	91.833	91.703
Maranhão	25.229	17.682	12.695
Pará	17.290	15.558	20.507
Roraima	5.550	5.289	5.230
	741.442	730.715	622.232
(-) Provisão p/créditos de liq.duvidosa	(698.488)	(697.068)	(589.030)
TOTAL	**42.954**	**33.647**	**33.202**

Os créditos de ICMS perante os Estados do Acre, Amapá e Rondônia, são oriundos, preponderantemente, da aquisição de combustíveis derivados de petróleo, utilizados no processo de geração de energia elétrica, cabendo ressaltar que nas operações de venda dessa energia para as concessionárias estaduais o ICMS correspondente é diferido, sendo cobrado do consumidor final pela empresa distribuidora.

O reconhecimento dos referidos créditos está amparado na Constituição Federal que definiu o ICMS como um tributo não-cumulativo e plurifásico, permitindo a sistemática de compensação do que for devido em cada etapa da circulação da mercadoria com o montante cobrado em operações anteriores.

A administração da Companhia, com o apoio da controladora Eletrobras, vem intensificando os esforços necessários, nas diversas instâncias cabíveis, no intuito de assegurar a realização financeira desse direito constitucional, inclusive já ingressou com medida judicial contra os Estados do Acre e de Rondônia.

Visando desonerar as empresas que não vinham conseguindo recuperar o ICMS sobre aquisição de combustíveis para a produção de energia elétrica, o art. 86 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que alterou o art. 8º da Lei 8.631, de 4 de março de 1993, estabeleceu que a Conta Consumo de Combustíveis – CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008, extinguindo-se esse benefício a partir de 2009.

Em 29 de julho de 2009, foi editada pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 466, convertida, em 9 de dezembro de 2009, na Lei nº 12.111, estabelecendo no artigo 3º que a CCC passará a reembolsar, a partir de 30 de julho de 2009, o montante igual à diferença entre o custo total de geração da energia elétrica, para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo medido da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR do Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme regulamento.

O citado dispositivo legal esclarece que no custo total da geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos aos encargos do Setor Elétrico e impostos (art. 3º § 1º inciso IV), além de estabelecer, ainda, que no caso de efetivo aproveitamento de créditos tributários referente a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir à CCC o montante integral do crédito tributário aproveitado (art. 3º § 8º).

Em virtude desse ônus ter sido assumido integralmente pela CCC, no exercício de 2004 e, parcialmente, no exercício de 2005 (80%), no exercício de 2006 (60%), no exercício de 2007 (40%), no exercício de 2008 (20%) conforme determina a Lei nº 10.833/2003, parcialmente no exercício de 2009 (100% a partir de 30 de julho) e integralmente no exercício de 2010 (100%), nos termos da Lei nº 12.111/2009, a Companhia vem registrando os valores já ressarcidos e/ou a ressarcir em contas de ativo e passivo de igual valor, que são compensadas para fins de apresentação do Balanço Patrimonial.

A movimentação ocorrida no período de 2004 a 2010, relativamente aos créditos de ICMS constituídos e os valores passíveis de ressarcimento do referido tributo, pela CCC, é a seguinte:

	CONTROLADORA				
	ACRE	AMAPÁ	RONDÔNIA	RORAIMA	TOTAL
Exercício de 2004:					
- Reembolso integral pela CCC	**18.936**	**-**	**92.562**	**-**	**111.498**
Exercício de 2005:					
- Ônus da Eletronorte (20%)	4.454	7.034	30.397	-	41.885
- Reembolso pela CCC (80%)	17.817	28.135	121.574	-	167.526
	22.271	**35.169**	**151.971**	**-**	**209.411**
Exercício de 2006:					
- Ônus da Eletronorte (40%)	3.022	15.913	53.749	-	72.684
- Reembolso pela CCC (60%)	4.534	23.869	80.628	-	109.031
	7.556	**39.782**	**134.377**	**-**	**181.715**
Exercício de 2007:					
- Ônus da Eletronorte (60%)	375	27.923	82.943	-	111.241
- Reembolso pela CCC (40%)	250	18.616	55.297	-	74.163
	625	**46.539**	**138.240**	**-**	**185.404**
Exercício de 2008:					
- Ônus da Eletronorte (80%)	902	33.948	144.339	268	179.457
- Reembolso pela CCC (20%)	225	8.487	36.183	68	44.963
	1.127	**42.435**	**180.522**	**336**	**224.420**
Exercício de 2009:					
- Ônus da Eletronorte (*)	-	23.857	83.380	3	107.240
- Reembolso pela CCC (*)	-	26.218	-	407	26.625
	-	**50.075**	**83.380**	**410**	**133.865**
Exercício de 2010:					
- Ônus da Eletronorte (*)	-	-	-	-	-
- Reembolso pela CCC (*)	1.730	29.105	-	1.479	32.314
	1.730	**29.105**	**-**	**1.479**	**32.314**
TOTAL					
- Ônus da Eletronorte	8.753	108.675	394.808	271	512.507
- Reembolso pela CCC	43.492	134.430	386.244	1.954	566.120
TOTAL GERAL	**52.245**	**243.105**	**781.052**	**2.225**	**1.078.627**

(*) Até julho/2009 a Eletronorte assumiu o ônus integral do ICMS. A partir de agosto/2009, de acordo com a Lei 12.111/2009, o ônus está sendo assumido pela CCC, com exceção do estado de Rondônia, cujo ICMS está sendo liquidado pela CCEE, conforme determinação da ANEEL.

Constituiu-se provisão para o valor do ICMS não reembolsado pela CCC (ônus da Eletronorte), como também para outros créditos de ICMS cuja possibilidade de recuperação é considerada remota.

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes. São eles a Alcoa e a BHP Billiton, que compõe o Consórcio de Alumínio do Maranhão - Alumar e a Alumínio Brasileiro S.A. - Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagmento de um prêmio vinculado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange (LME)*, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA		
	Datas do contrato		Volumes Médios de Megawatts (MW)
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band* (teto e piso) relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos e os ganhos e perdas apurados são os seguintes:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Circulante	283.220	227.540	52.640
Não Circulante	297.020	228.020	40.050
	580.240	**455.560**	**92.690**
Passivo			
Circulante	228.020	40.050	296.134
Não Circulante	297.020	228.020	40.050
	525.040	**268.070**	**336.184**
Ganho (Perda)	**55.200**	**187.490**	**(243.494)**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Circulante	284.488	227.540	52.640
Não Circulante	297.916	228.020	40.050
	582.404	**455.560**	**92.690**
Passivo			
Circulante	237.209	40.050	296.134
Não Circulante	303.331	228.020	40.050
	540.540	**268.070**	**336.184**
Ganho (Perda)	**41.864**	**187.490**	**(243.494)**

NOTA 14 – ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas, conforme citado na nota 3.5, estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata da contabilização de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros na atividade de transmissão da Companhia são os seguintes:

Ativo Financeiro - Concessões de transmissão	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Circulante			
-Receita Anual Permitida - RAP	**540.254**	**498.274**	**408.726**
Realizável a Longo Prazo			
-Receita Anual Permitida - RAP	653.262	840.451	991.120
-Ativo Indenizável	3.489.547	3.288.107	3.034.799
	4.142.809	**4.128.558**	**4.025.919**
Total	**4.683.063**	**4.626.832**	**4.434.645**

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo financeiro de transmissão foram as seguintes:

a) Ativo financeiro Indenizável - A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

b) Ativo financeiro amortizável pela RAP – A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis em 01.01.2009 como ativo financeiro amortizável a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão. A partir de 01.01.2009 as novas adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.

c) Receita financeira – A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis, a título de receita financeira, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.

d) Receita de O&M - A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis, Receita de Operação e Manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referente os encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D).

e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção - A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis, margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição precípua de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento, onde o retorno ocorre através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

NOTA 15 – ESTOQUES

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Materiais de consumo	45.439	42.300	42.467
Peças de reposição - nacional	12.498	13.195	13.569
Peças de reposição - importada	6.484	6.786	6.865
Combustíveis e lubrificantes	16.195	13.596	1.228
Outros	995	4.836	18.633
TOTAL	**81.611**	**80.713**	**82.762**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Materiais de consumo	45.439	42.300	42.467
Peças de reposição - nacional	12.498	13.195	13.569
Peças de reposição - importada	6.484	6.786	6.865
Combustíveis e lubrificantes	16.195	13.596	1.228
Outros	4.115	7.671	20.473
TOTAL	**84.731**	**83.548**	**84.602**

Materiais de consumo, peças de reposição, combustíveis e lubrificantes e outros materiais armazenados em almoxarifados, destinam-se às operações e manutenções das instalações da Companhia (usinas, subestações, linhas de transmissão, escritórios regionais e sede).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 16 - OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Empregados	21.332	5.628	4.631
Alienação de bens e direitos	1.521	1.589	978
Serviços prestados a terceiros	6.002	5.431	2.481
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	23.448	24.825	20.588
RGR Exercício 2009	9.310	-	-
Fornecedores	46.641	41.967	37.414
Diversos	4.969	1.014	1.436
Despesas pagas antecipadamente	7.396	8.294	9.996
	120.619	88.748	77.524
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.013)	(37.917)	(34.473)
TOTAL DO CIRCULANTE	**78.606**	**50.831**	**43.051**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e Valores Mobiliários	891	843	687
RGR Exercício 2010	3.437	-	-
Parcelamento Intesa	3.084	-	-
Diversos	998	125	120
Despesas pagas antecipadamente	33.975	38.712	32.964
	42.385	39.680	33.771
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.975)	(33.975)	(27.304)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**8.410**	**5.705**	**6.467**
TOTAL GERAL	**87.016**	**56.536**	**49.518**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Empregados	21.332	5.628	4.631
Alienação de bens e direitos	1.521	1.589	978
Serviços prestados a terceiros	6.002	5.431	2.481
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	23.448	24.825	20.588
RGR Exercício 2009	9.310	-	-
Fornecedores	46.641	41.967	37.414
Diversos	1.699	1.479	3.188
Despesas pagas antecipadamente	7.396	8.294	9.996
	117.349	89.213	79.276
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.013)	(37.917)	(34.473)
TOTAL DO CIRCULANTE	**75.336**	**51.296**	**44.803**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e Valores Mobiliários	891	843	687
RGR Exercício 2010	3.437	-	-
Parcelamento Intesa	3.084	-	-
Diversos	9.423	5.326	1.563
Despesas pagas antecipadamente	33.975	38.712	32.964
	50.810	44.881	35.214
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.975)	(33.975)	(27.304)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**16.835**	**10.906**	**7.910**
TOTAL GERAL	**92.171**	**62.202**	**52.713**

a) Empregados

Valores a receber relacionados a empregados cedidos com ônus para órgãos da administração pública.

b) Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico.

c) Pesquisa e desenvolvimento – P & D

No Ativo Circulante, em pesquisa e desenvolvimento – P&D, são contabilizados os custos com projetos em andamento durante seu período de realização, por meio de Ordens de Serviço – ODS (nota 30).

d) Reserva Global de Reversão - RGR

Valores recolhidos a maior nos exercícios de 2009 e 2010 a serem compensados em recolhimentos futuros após a autorização da Aneel.

e) Fornecedores

O valor mais relevante refere-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores de materiais e serviços.

f) Despesas pagas antecipadamente

• Longo Prazo - Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" – CVA

A Resolução Homologatória da Aneel nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Eletronorte a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás e Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, o valor de R$ 33.975, referente à CVA diferida. A Companhia vem discutindo com os citados consumidores uma forma de realizar esse crédito, no entanto, em função do longo prazo já decorrido desde a primeira resolução, sem a devida realização financeira, foi constituída provisão pelo valor integral.

NOTA 17 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Processos cíveis	283.774	293.568	43.262
Processos trabalhistas	81.843	49.387	58.269
Processos tributários	23.352	35.438	31.929
TOTAL	**388.969**	**378.393**	**133.460**

NOTA 18 - BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Unidades de vila residencial	653	218	218
Terrenos	106	221	201
Máquinas e equipamentos	73.109	-	-
TOTAL	**73.868**	**439**	**419**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Unidades de vila residencial	653	218	218
Terrenos	106	221	201
Máquinas e equipamentos	73.109	-	-
Outros	18	18	-
TOTAL	**73.886**	**457**	**419**

a) Unidades de vila residencial

Conjunto de pequenas edificações em áreas urbanas em Manaus (AM).

b) Terrenos

Conjunto de terrenos específicos decorrentes da desativação de instalações termelétricas em Belém (PA) e Manaus (AM).

c) Máquinas e equipamentos

Referem-se às UTEs Mauá 5 e 6 (Manaus) a serem transferidas à Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, conforme orientação da Eletrobras.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos – SPE, nas quais a Companhia tem participação societária (nota 20), conforme demonstrado a seguir:

Empresa	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Estação Transmissora de Energia S.A.	522.207	160.624	-
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	34.160	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	3.335	-	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	2.232	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	2.196	-	-
TOTAL	**564.130**	**160.624**	**-**

Empresa	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Estação Transmissora de Energia S.A.	-	160.624	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	3.335	-	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	2.232	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	2.196	-	-
TOTAL	**7.763**	**160.624**	**-**

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

20.1. Composição dos saldos

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Participações societárias			
Estação Transmissora de Energia S.A.	104.672	24.201	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	88.158	89.009	39.600
Integração Transmissora de Energia S.A.	87.969	72.985	68.673
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	61.804	28.143	25.200
Energética Águas da Pedra S.A.	61.286	61.985	61.985
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	37.985	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	37.808	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	37.157	736	-
Norte Energia S.A.	35.522	-	-
Amapari Energia S.A.	27.996	39.558	41.423
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	11.569	15.190	-
Manaus Construtora Ltda	9.152	-	-
Construtora Integração Ltda	2.312	-	-
Boa Vista Energia S.A.	-	20.272	61.192
Porto Velho Transmissora de Energia S.A.	-	9.190	-
	603.390	**361.269**	**298.073**
Bens e direitos destinados a uso futuro no serviço concedido	**81.248**	**93.688**	**93.688**
TOTAL	**684.638**	**454.957**	**391.761**

20.2 – Movimentação das participações societárias:

a) No exercício de 2010

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2009	Integra-lizações (Baixas)	Dividendos Recebidos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
Participações societárias permanentes					
Estação Transmissora de Energia S.A.	24.201	74.580	-	5.891	104.672
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	89.009	-	-	(851)	88.158
Integração Transmissora de Energia S.A.	72.985	-	-	14.984	87.969
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	28.143	-	(7.597)	41.258	61.804
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	-	-	(699)	61.286
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	-	37.959	-	26	37.985
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	-	37.689	-	119	37.808
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	736	35.968	-	453	37.157
Norte Energia S.A.	-	35.966	-	(444)	35.522
Amapari Energia S.A.	39.558	-	-	(11.562)	27.996
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	15.190	1.971	-	(5.592)	11.569
Manaus Construtora Ltda	-	-	(2.981)	12.133	9.152
Construtora Integração Ltda	-	-	-	2.312	2.312
Boa Vista Energia S.A.	20.272	-	-	(20.272)	-
Porto Velho Transmissora de Energia S.A.	9.190	(9.190)	-	-	-
	361.269	**214.943**	**(10.578)**	**37.757**	**603.390**
Provisão para Participações Societárias					
Boa Vista Energia S.A.	-	-	-	(95.076)	(95.076)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	(31.385)	(31.385)
	-	**-**	**-**	**(126.461)**	**(126.461)**
Total	**361.269**	**214.943**	**(10.578)**	**(88.704)**	**476.929**

b) No exercício de 2009

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2008	Integra-lizações	Dividendos Recebidos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2009
Participações societárias permanentes					
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	39.600	49.409	-	-	89.009
Integração Transmissora de Energia S.A.	68.673	-	-	4.312	72.985
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	-	-	-	61.985
Amapari Energia S.A.	41.423	-	-	(1.865)	39.558
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	25.200	-	(4.207)	7.150	28.143
Estação Transmissora de Energia S.A.	-	24.201	-	-	24.201
Boa Vista Energia S.A.	61.192	-	-	(40.920)	20.272
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	15.190	-	-	15.190
Porto Velho Transmissora de Energia S.A.	-	9.190	-	-	9.190
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	736	-	-	736
Total	**298.073**	**98.726**	**(4.207)**	**(31.323)**	**361.269**

20.3 – Controladas

a) Boa Vista Energia S.A.

A Subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na cidade de Boa Vista (RR).

A partir de 21 de julho de 2001, a Boa Vista Energia passou a comprar energia elétrica da Eletronorte, importada da Venezuela (nota 41).

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.481, de 03 de maio de 1995, alterado pelo Decreto nº 1.503, de 25 de maio de 1995 e Decreto nº 2.653, de 1º de julho de 1998, incluiu a Eletronorte e sua subsidiária integral, juntamente com as demais empresas do Grupo Eletrobras, no Programa Nacional de Desestatização – PND. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, excluiu a Eletrobras e suas controladas do PND, inclusive a Eletronorte. A Boa Vista Energia permanece incluída no PND, tendo sido proposta a sua exclusão, em 21 de janeiro de 2010, pela Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Desestatização.

A Companhia está adotando as providências para a transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras (nota 54.a).

b) Estação Transmissora de Energia S.A.

Trata-se de Sociedade de Propósito Específico, formada para explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, objeto do Leilão Aneel nº 007/2008 – Lote C-CC, com a seguinte composição acionária inicial:

(i) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - 24,5%

(ii) Eletrosul – Centrais Elétricas - 24,5%

(iii) Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. - 25,5% e

(iv) Andrade Gutierrez Participações S.A. - 25,5%.

■ Características do empreendimento:

Estação Conversora Corrente Alternada - CA / Corrente Contínua - CC do Bipolo nº 1 na Subestação Coletora Porto Velho, em 500 kV CA/±600 kV CC, no Estado de Rondônia, e Inversora CC/CA do Bipolo nº 1 na Subestação Araraquara 2, em ±600 kV CC/500 kV CA, no Estado de São Paulo.

Neste exercício a Companhia adquiriu a participação dos demais acionistas, passando a controlar integralmente o capital da Estação Transmissora de Energia S.A. Essa operação foi homologada pela Resolução Autorizativa nº 2.453, de 29 de junho de 2010, da Aneel.

c) Porto Velho Transmissora de Energia S.A.

Neste exercício a Companhia vendeu a sua participação acionária na SPE Porto Velho Transmissora de Energia S.A.. Essa operação foi homologada pela Resolução Autorizativa nº 2.499, de 10 de agosto de 2010, da Aneel.

20.4 - Empreendimentos em parceria:

Considerando que a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações da Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008, trouxe a possibilidade da Eletrobras, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se com ou sem aporte de recursos para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou de autorização, a Companhia se associou a parceiros em Sociedades de Propósito Específico – SPE para exploração de empreendimentos conforme demonstrativos a seguir:

a) Empreendimentos em Geração:

SPE	Características do empreendimento	Participação (%)	Parcerias		Concessão		Entrada em operação	Dados Financeiros	
			Sócio	%	Início	Duração (anos)		Capital Social	Lucro (Prejuízo)
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	24,50	Neoenergia S.A.	51,00	3/7/2007	35	Não	253.000	(1.348)
			Chesf	24,50					
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada e	49,00	MPX Energia S.A.	51,00	20/5/2008	29	(*)	84.761	93
Brasventos Miassaba 3	PCH Capivara com 29,8 MW de potência instalada		Furnas	24,50	20/04/2010	35	Não	-	-
Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 50 MW de potência instalada		J. Malucelli	10,00	(previsão)				
			Miassaba	31,00					
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 48,6 MW de potência instalada	24,50	Bionergy	10,00	20/04/2010	35	Não	-	-
			Furnas	24,50	(previsão)				
			J. Malucelli	10,00					
			Eolo	31,00					
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 48,6 MW de potência instalada	24,50	Bionergy	10,00	20/04/2010	35	Não	-	-
			Furnas	24,50	(previsão)				
			J. Malucelli	10,00					
			Eolo	31,00					
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú, em Vitória do Xingú - PA	19,98	Bionergy	10,00	26/8/2010	35	Não	162.410	(2.223)
			Bozano Participações S.A.	10,00					
			Caixa Fundo Investimento Participações	5,00					
			Eletrobrás	15,00					
			Chesf	15,00					
			Construtora Queiroz Galvao S.A.	2,51					
			Construtora OAS Ltda	2,51					
			Contem Construcoes e Comercio Ltda	1,25					
			Cetenco Engenharia S.A.	1,25					
			Fundação Petros de Seguridade Social	10,00					
			Fundação dos Economiarios Federais	2,50					
			Gaia Energia e Partic S.A.	9,00					
			Galvão Engenharia S.A.	1,25					
			J. Malucelli Energia S.A.	0,25					
			J. Malucelli Construtora de Obras S.A.	1,00					
			Mendes Junior Trading Engenharia S.A.	1,25					
			Siderurgica Norte Brasil S.A.	1,00					
			Serveng-Civilsan S.A.	1,25					

(*) A UTE Serra do Navio está em operação

b) Empreendimentos em Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Participação (%)	Parcerias		Concessão		Entrada em operação	Dados Financeiros	
			Sócio	%	Início	Duração (anos)		Capital Social	Lucro (Prejuízo)
AETE - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmis- são Coxipó-Cuiabá- Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	49,00	Bimetal Indústria e Metalúrgica Ltda	26,99	18/2/2004	30	Sim	43.469	14.751
			Alubar Cabos S/A	10,76					
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmissão Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km	37,00	Linear Partic. e Incorp. Ltda	13,25	27/4/2006	30	Sim	170.000	23.704
			Fundo de Investimento em Part. Brasil Energia - FIP	51,00					
BRASNORTE Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmissão Jauru-Juba-C2 (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV com 402 Km	49,71	Chesf	12,00	17/3/2008	30	Sim	179.052	4.140
			Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A	38,67					
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Trans- missão Oriximiná - Itacoatiara - Cariri (PA/ AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Itacoatiara e SE Cariri	30,00	Bimetal Indústria e Metalúrgica Ltda	11,62	16/10/2008	30	Não	1	(46.057)
			Chesf	19,50					
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	30,00	Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	50,50	-	-	-	1	30.505
			Chesf	19,50					
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara (SP), ±600 kV com 2.375 Km	24,50	Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	50,50	26/2/2009	30	Não	69.940	2.432
			Eletrosul	24,50					
			Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	25,50					
			Construtora Andrade Gutierrez	25,50					
Estação Transmissora de Energia S.A. (*)	Estação Conversora 01 CA/CC, 500/±600 kV (Porto Velho-RO) e Estação Inversora 01 CA/CC, 600/±500 kV CC/500 kV (Araraquara-SP)	100,00	-	-	26/2/2009	30	Não	98.781	3.288
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	24,50	Eletrosul	24,50	-	-	-	1	9.438
			Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	25,50					
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 987 Km, 230 kV	49,00	Construtora Andrade Gutierrez	25,50	19/11/2009	30	Não	57.303	(1.629)
			Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CTEEP	25,50					
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC), com 487 Km, 230 kV	49,00	Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	25,50	19/11/2009	30	Não	37.960	166
			Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CTEEP	25,50					
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 348 Km e SE Jaurú, com 500 kV	49,00	Abengoa Conc. Brasil Holding S/A	25,50	19/11/2009	30	Não	74.905	916
			Alupar Investimento S/A	31,00					
			Bimetal Indústria e Metalúrgica Ltda	15,00					
Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CTEEP 5,00									

(*) A Eletronorte adquiriu a participação acionária dos demais acionistas tornando-se a controladora da Estação Transmissora de Energia S/A (nota 20.3.b).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20.5 - Uso futuro de bens

Os bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, têm a seguinte composição:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Terrenos	61.064	132	132
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.526	8.790	8.790
Máquinas e equipamentos	11.658	84.766	84.766
TOTAL	**81.248**	**93.688**	**93.688**

a) Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF).

b) Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, em processo de adaptação e melhorias, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO).

c) Máquinas e equipamentos

Compensador estático, em processo de estudos técnicos para instalação e complemento de necessidades operacionais, localizadas em Manaus (AM).

NOTA 21 - IMOBILIZADO

a) Composição

	CONTROLADORA			%
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	(*)
IMOBILIZADO EM SERVIÇO				
Geração				
- Hidráulica	16.332.236	15.517.758	15.430.031	2,21
- Térmica	409.039	401.725	399.522	3,38
- Conexão	236.230	1.018.435	1.039.437	3,56
Administração	64.980	66.660	46.800	15,41
Comercialização	127.794	127.924	127.177	1,30
	17.170.279	**17.132.502**	**17.042.967**	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	(166.551)	(174.071)	(174.071)	
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-UHE Samuel	-	-	(616.573)	
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-Sistema Boa Vista	-	(32.679)	(32.679)	
	17.003.728	**16.925.752**	**16.219.644**	
(-) Depreciação/Amortização acumuladas				
Geração				
- Hidráulica	(7.471.206)	(6.906.275)	(6.520.252)	
- Térmica	(321.130)	(303.720)	(289.293)	
- Conexão	(57.870)	(198.550)	(205.453)	
Administração	(37.915)	(35.352)	(21.518)	
Comercialização	(44.768)	(40.483)	(35.856)	
	(7.932.889)	**(7.484.380)**	**(7.072.372)**	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão(-)Depreciação Acumulada	14.049	-	-	
(+) Redução ao valor recuperável (*impariment*)-Sistema Boa Vista	-	3.311	-	
	(7.918.840)	**(7.481.069)**	**(7.072.372)**	
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	**9.084.888**	**9.444.683**	**9.147.272**	
IMOBILIZADO EM CURSO				
Geração				
- Hidráulica	41.804	37.688	77.115	
- Térmica	61.868	60.307	47.550	
- Conexão	124.101	116.299	356.894	
Administração	136.111	182.695	161.263	
Comercialização	10.252	7.001	45.368	
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	**374.136**	**403.990**	**688.190**	
TOTAL DO IMOBILIZADO	**9.459.024**	**9.848.673**	**9.835.462**	

(*) Média anual das taxas de depreciação

	CONSOLIDADO			%
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	(*)
IMOBILIZADO EM SERVIÇO				
Geração				
- Hidráulica	16.332.236	15.517.758	15.430.031	2,21
- Térmica	409.039	401.725	399.522	3,38
- Conexão	236.230	1.018.435	1.039.437	3,56
Administração	124.872	131.355	61.132	15,41
Comercialização	128.090	128.152	127.405	1,30
	17.230.467	**17.197.425**	**17.057.527**	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	(166.551)	(174.071)	(174.071)	
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-UHE Samuel	-	-	(616.573)	
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-Sistema Boa Vista	-	(32.679)	(32.679)	
	17.063.916	**16.990.675**	**16.234.204**	
(-) Depreciação/Amortização acumuladas				
Geração				
- Hidráulica	(7.471.206)	(6.906.275)	(6.520.252)	
- Térmica	(321.130)	(303.720)	(289.293)	
- Conexão	(57.870)	(198.550)	(205.453)	
Administração	(47.394)	(43.576)	(28.710)	
Comercialização	(44.847)	(40.540)	(35.891)	
	(7.942.447)	**(7.492.661)**	**(7.079.599)**	
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão(-)Depreciação Acumulada	14.049	-	-	
(+) Redução ao valor recuperável (*impariment*)-Sistema Boa Vista	-	3.311	-	
	(7.928.398)	**(7.489.350)**	**(7.079.599)**	
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	**9.135.518**	**9.501.325**	**9.154.605**	
IMOBILIZADO EM CURSO				
Geração				
- Hidráulica	41.804	37.688	77.115	
- Térmica	61.868	60.307	47.550	
- Conexão	124.101	116.299	356.894	
Administração	136.992	183.653	163.443	
Comercialização	10.252	7.001	45.368	
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	**375.017**	**404.948**	**690.370**	
TOTAL DO IMOBILIZADO	**9.510.535**	**9.906.273**	**9.844.975**	

(*) Média anual das taxas de depreciação

b) Principais Instalações em Serviço

	CONTROLADORA					
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2010	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2009
UHE Tucuruí	13.696.926	(6.189.103)	7.507.823	14.034.209	(5.880.089)	8.154.120
UHE Samuel	1.849.706	(951.778)	897.928	1.854.862	(907.389)	947.473
UTE Rio Madeira	148.869	(117.891)	30.978	148.869	(113.769)	35.100
UTE Rio Acre	40.449	(30.338)	10.111	40.449	(28.430)	12.019
SE Santana	31.037	(11.299)	19.738	31.037	(10.386)	20.651
SE Elevadora Tucuruí	398.628	(133.123)	265.505	398.628	(123.512)	275.116
UHE Coaracy Nunes	139.114	(53.887)	85.227	139.114	(50.490)	88.624
UHE Curuá-Una	126.091	(77.108)	48.983	125.855	(74.120)	51.735
UTE Santana	116.638	(82.298)	34.340	115.455	(76.524)	38.931
Outros	622.821	(286.064)	336.757	244.024	(219.671)	24.353
Sub-Total	**17.170.279**	**(7.932.889)**	**9.237.390**	**17.132.502**	**(7.484.380)**	**9.648.122**
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(166.551)	14.049	(152.502)	(174.071)	-	(174.071)
(-) Impairment Sistema Boa Vista	-	-	-	(32.679)	3.311	(29.368)
Total do Imobilizado em Serviço	**17.003.728**	**(7.918.840)**	**9.084.888**	**16.925.752**	**(7.481.069)**	**9.444.683**

c) Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo órgão regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 240/2006, de 5 de dezembro de 2006, da Aneel. As principais taxas praticadas pela Companhia, por Unidades de Cadastro – UC e por Atividade, são as seguintes:

UC	Descrição	Taxa de Depreciação (%)	CONTROLADORA		
			31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
	GERAÇÃO				
24	Edificações - casa de força	2,0	2.005.248	1.181.027	1.178.845
35	Gerador	3,3	1.919.744	1.076.787	1.076.787
41	Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	640.348	372.788	362.896
50	Reservatório, barragem e adutora	2,0	7.743.321	9.197.237	9.478.288
85	Turbina hidráulica	2,5	2.272.542	3.458.341	3.112.012
			14.581.203	**15.286.180**	**15.208.828**
	CONEXÃO				
19	Condutor	2,5	24.725	183.518	168.233
31	Estrutura (postes, torres)	2,5	28.902	174.485	230.187
41	Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	33.681	65.102	67.499
68	Sistema de radiocomunicação	7,1	1.367	51.115	51.381
80	Transformador de força	2,5	45.619	146.843	133.166
			134.294	**621.063**	**650.466**
	ADMINISTRAÇÃO				
27	Equipamento geral	10,0	55.567	54.767	39.003
88	Veículos	20,0	4.957	7.437	7.024
			60.524	**62.204**	**46.027**
	COMERCIALIZAÇÃO				
19	Condutor	2,5	18.295	18.295	18.295
31	Estrutura (postes, torres)	2,5	20.769	20.769	20.769
58	Sistema de aterramento	2,5	10.431	10.431	10.431
80	Transformador de força	2,5	12.625	12.625	12.625
84	Turbina a gás	5,0	26.429	26.429	26.429
			88.549	**88.549**	**88.549**
	OUTROS	2,5 a 20,0	**2.305.709**	**1.074.506**	**1.049.097**
Sub-total			**17.170.279**	**17.132.502**	**17.042.967**
(-) Obrigações vinculadas à concessão			(166.551)	(174.071)	(174.071)
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-UHE Samuel			-	-	(616.573)
(-) Redução ao valor recuperável (*impairment*)-Sistema Boa Vista			-	(32.679)	(32.679)
(-) Depreciação e amortização acumuladas			(7.918.840)	(7.481.069)	(7.072.372)
Total do Imobilizado em Serviço			**9.084.888**	**9.444.683**	**9.147.272**

d) Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

e) Bens em comodato

A Companhia emprestou equipamentos, mediante contrato de comodato para as seguintes empresas:

■ **Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

Usina Termelétrica Electron, compreendendo 06 unidades geradoras a diesel GE, transformador, sistema de recebimento de óleo diesel, sistema de tratamento de óleo diesel, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, transformador de serviços auxiliares, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática, com potência instalada de 120 MW, no seguinte valor:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Valor Bruto	26.629	26.629	26.629
(-) Depreciação acumulada	(26.628)	(26.628)	(26.628)
Sub total	**1**	**1**	**1**
Ativo Imobilizado em curso	**23.988**	**21.373**	**11.483**
Valor residual	**23.989**	**21.374**	**11.484**

■ **Boa Vista Energia S.A.**

Usina Termelétrica Senador Arnon Farias de Mello (antiga UTE FLORESTA), compreendendo unidade geradora a gás LM, transformadores, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, vagão, turbina de potência, gerador de gás, banco de baterias, cabos de alta tensão, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática, potência instalada de 85,92 MW, no seguinte valor:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Valor Bruto	15.774	15.774	15.774
(-) Depreciação acumulada	(11.665)	(10.888)	(9.332)
Valor residual	**4.109**	**4.886**	**6.442**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Bens da União em regime especial

A Companhia mantém registrado, no sistema extrapatrimonial, bens da União em regime especial de utilização, na atividade de geração, vinculados à UHE Coaracy Nunes, localizada no Estado do Amapá, no seguinte valor:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Valor Bruto	70.013	70.013	70.013
(-) Depreciação acumulada	(70.013)	(70.013)	(70.013)
Valor residual	-	-	-

g) Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-Imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Participações da União	151.983	147.894	147.894
Outros	519	26.177	26.177
TOTAL	**152.502**	**174.071**	**174.071**

NOTA 22 - INTANGÍVEL

	CONTROLADORA					
	31/12/2010			31/12/2009	1/1/2009	Taxa anual de amortização
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço						
Direitos de propriedade ou de uso	26.578	(20.087)	6.491	12.321	18.035	20%
TOTAL	**26.578**	**(20.087)**	**6.491**	**12.321**	**18.035**	

	CONSOLIDADO						
	31/12/2010					31/12/2009	1/1/2009
	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Direitos de propriedade ou de uso	29.511	(22.221)	-	-	7.290	13.269	18.960
Intangível Concessão	50.178	(36.303)	(696)	(6.307)	6.872	30.736	24.631
	79.689	**(58.524)**	**(696)**	**(6.307)**	**14.162**	**44.005**	**43.591**
Em curso							
Direitos de propriedade ou de uso	1.972	-	-	-	1.972	157	51
Intangível Concessão	3.408	-	-	-	3.408	3.372	11.220
	5.380	**-**	**-**	**-**	**5.380**	**3.529**	**11.271**
TOTAL	**85.069**	**(58.524)**	**(696)**	**(6.307)**	**19.542**	**47.534**	**54.862**

Os valores contemplados como Direitos de propriedade ou de uso referem-se substancialmente a aquisição e implantação e/ou Direito de Uso de *Softwares*.

NOTA 23 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de uso da rede elétrica	56.203	58.825	53.147
Fornecedores de energia elétrica	81.663	62.979	82.882
Fornecedores de materiais, serviços e combustíveis	406.400	429.670	641.695
TOTAL	**544.266**	**551.474**	**777.724**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de uso da rede elétrica	56.203	58.825	53.147
Fornecedores de energia elétrica	82.617	63.451	150.542
Fornecedores de materiais, serviços e combustíveis	481.535	429.033	644.533
TOTAL	**620.355**	**551.309**	**848.222**

a) Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme Avisos de Débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

b) Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica de Produtor Independente de Energia - PIE e, também, importação de energia elétrica de empresa venezuelana.

c) Fornecedores de materiais, serviços e combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas com compras de materiais, combustíveis e prestação de serviços.

NOTA 24 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Imposto de renda retido na fonte	21.343	11.429	10.359
Entidade de previdência complementar	5.846	4.392	3.844
Empréstimos sob consignações	2.588	1.460	1.994
Contribuições sociais	33.431	15.257	14.670
Diferenças salariais	18.039	-	-
Outros	71	61	1
TOTAL	**81.318**	**32.599**	**30.868**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Imposto de renda retido na fonte	22.257	12.011	10.896
Entidade de previdência complementar	6.188	4.682	4.089
Empréstimos sob consignações	2.629	1.506	2.032
Contribuições sociais	33.542	15.349	14.760
Diferenças salariais	18.039	-	-
Outros	5.587	98	48
TOTAL	**88.242**	**33.646**	**31.825**

Refere-se a diferenças salariais, consignações e encargos sociais em favor de terceiros, descontados dos empregados e administradores na folha de pagamento do mês de dezembro de 2010 e que serão repassadas às respectivas entidades em janeiro de 2011.

NOTA 25 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras e moeda nacional são:

a) Resumo da dívida de empréstimos e financiamentos

	CONTROLADORA											
	31/12/2010				31/12/2009				1/1/2009			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
MOEDAS ESTRANGEIRAS												
- Eletrobras	9.233	41.862	51.095	481.409	10.245	42.278	52.523	525.536	15.325	57.056	72.381	766.939
- Instituições Financeiras	38	1.116	1.154	2.239	52	1.459	1.511	3.590	85	2.328	2.413	6.677
	9.271	**42.978**	**52.249**	**483.648**	**10.297**	**43.737**	**54.034**	**529.126**	**15.410**	**59.384**	**74.794**	**773.616**
MOEDA NACIONAL												
- Eletrobras	3.434	185.297	188.731	3.081.825	-	171.563	171.563	2.689.719	-	185.933	185.933	6.545.991
- BNDES	1.994	106.157	108.151	531.823	2.775	101.739	104.514	585.000	3.183	93.121	96.304	694.413
- Petrobras	-	77.973	77.973	-	-	99.285	99.285	66.707	-	95.324	95.324	148.344
	5.428	**369.427**	**374.855**	**3.613.648**	**2.775**	**372.587**	**375.362**	**3.341.426**	**3.183**	**374.378**	**377.561**	**7.388.748**
TOTAL	**14.699**	**412.405**	**427.104**	**4.097.296**	**13.072**	**416.324**	**429.396**	**3.870.552**	**18.593**	**433.762**	**452.355**	**8.162.364**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO											
	31/12/2010				31/12/2009				1/1/2009			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
MOEDAS ESTRANGEIRAS												
- Eletrobras	9.233	41.862	51.095	481.409	10.245	42.278	52.523	525.536	15.325	57.056	72.381	766.939
- Instituições Financeiras	38	1.116	1.154	2.239	52	1.459	1.511	3.590	85	2.328	2.413	6.677
	9.271	**42.978**	**52.249**	**483.648**	**10.297**	**43.737**	**54.034**	**529.126**	**15.410**	**59.384**	**74.794**	**773.616**
MOEDA NACIONAL												
- Eletrobras	3.434	185.324	188.758	3.081.976	-	174.090	174.090	2.689.719	-	188.114	188.114	6.560.835
- BNDES	1.994	214.040	216.034	642.005	2.775	113.525	116.300	701.866	3.183	93.121	96.304	694.413
- Petrobras	-	77.973	77.973	-	-	99.285	99.285	66.706	-	95.324	95.324	148.344
- Instituições Financeiras	211	134.038	134.249	42.355	-	3.001	3.001	21.600	-	-	-	-
	5.639	**611.375**	**617.014**	**3.766.336**	**2.775**	**389.901**	**392.676**	**3.479.891**	**3.183**	**376.559**	**379.742**	**7.403.592**
TOTAL	**14.910**	**654.353**	**669.263**	**4.249.984**	**13.072**	**433.638**	**446.710**	**4.009.017**	**18.593**	**435.943**	**454.536**	**8.177.208**

Toda dívida com a Eletrobras tem a mesma como garantidora. A dívida com instituições financeiras é garantida pelo Tesouro Nacional. A dívida com o BNDES é garantida pela receita proveniente da venda de energia elétrica.

Sobre os empréstimos e financiamentos incidem atualização monetária, encargos e taxas de juros de 5% a 14,03% a.a., para o mercado interno e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de juros de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda

MOEDAS / INDEXADORES	31/12/2010			31/12/2009			1/1/2009		
	$ mil	R$ mil	%	$ mil	R$ mil	%	$ mil	R$ mil	%
NACIONAL									
R$	-	1.841.802	40,71	-	3.716.788	86,44	-	2.398.108	27,84
IPCA	-	2.146.701	47,45	-	-	-	-	5.368.201	62,31
		3.988.503			**3.716.788**			**7.766.309**	
ESTRANGEIRA									
Y	8.230.927	168.734	3,73	8.798.607	165.493	3,85	9.366.240	241.649	2,81
US$	219.734	366.120	8,09	238.757	415.724	9,67	255.742	597.670	6,94
EURO	468	1.043	0,02	775	1.943	0,04	2.807	9.091	0,10
		535.897			**583.160**			**848.410**	
TOTAL		**4.524.400**	**100,00**		**4.299.948**	**100,00**		**8.614.719**	**100,00**

c) Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2010	2009
IGP-M	11,32	(1,72)
Y (Iene Japonês)	8,99	(27,10)
US$ (Dólar Americano)	(4,31)	(25,49)
EURO	(11,14)	(22,57)

d) Programação dos vencimentos

O principal dos empréstimos e financiamentos que compõem o não circulante, no montante de R$ 4.097.296, equivalente a US$ 2.459.065 mil, tem seus vencimentos assim programados:

ANO	CONTROLADORA		
	MOEDA		
	NACIONAL	ESTRANGEIRA	TOTAL
2012	372.254	42.977	**415.231**
2013	309.115	42.870	**351.985**
2014	313.963	42.729	**356.692**
2015	669.193	42.214	**711.407**
2016	323.521	41.869	**365.390**
Após 2016	1.625.602	270.989	**1.896.591**
TOTAL	**3.613.648**	**483.648**	**4.097.296**

e) Mutações dos empréstimos e financiamentos

	CONTROLADORA							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01.01.2009	**3.183**	**374.378**	**377.561**	**7.388.748**	**15.410**	**59.384**	**74.794**	**773.616**
Ingressos	-	-	-	41.767	-	-	-	-
Refinanciamentos	(828.631)	-	(828.631)	828.631	-	-	-	-
Provisão de encargos	1.214.400	-	1.214.400	-	49.296	-	49.296	-
Variação monetária e cambial	-	(736)	(736)	(75.781)	(3.273)	(15.304)	(18.577)	(194.026)
Transferências	-	818.738	818.738	(818.738)	-	50.464	50.464	(50.464)
Quitação por Aumento Capital	-	-	-	(4.023.201)	-	-	-	-
Amortizações / pagamentos	(386.177)	(819.793)	(1.205.970)	-	(51.136)	(50.807)	(101.943)	-
Saldo em 31.12.2009	**2.775**	**372.587**	**375.362**	**3.341.426**	**10.297**	**43.737**	**54.034**	**529.126**
Ingressos	-	-	-	522.294	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.446)	-	(3.446)	10.883	-	-	-	-
Provisão de encargos	287.763	-	287.763	-	40.333	-	40.333	-
Variação monetária e cambial	-	8.502	8.502	97.500	(977)	(534)	(1.511)	(1.573)
Transferências	-	358.455	358.455	(358.455)	-	43.905	43.905	(43.905)
Quitação por Aumento Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações / pagamentos	(281.664)	(370.117)	(651.781)	-	(40.382)	(44.130)	(84.512)	-
Saldo em 31.12.2010	**5.428**	**369.427**	**374.855**	**3.613.648**	**9.271**	**42.978**	**52.249**	**483.648**

f) Detalhamento dos empréstimos e financiamentos em 31.12.2010

CONTRATO	PROJETO	SALDO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS						
			Moeda	Taxa de juros	Taxa de Administ.	N º Parcelas	Início	Fim	Periodicidade
BNDES - 03278231025 / 03278231017	AMPLIAÇÃO DA UHE TUCURUÍ - MAQ. 13 A 23.	586.834	R$	TJLP + 3,5% a.a.	-	120	15/10/2006	15/9/2016	Parcelas Mensais
BNDES - 09.2.13551	SUBSTAÇÃO MIRANDA II	39.522	R$	8,58% a.a.	1% a.a.	168	15/12/2010	15/11/2024	Parcelas Mensais
BNDES - 10.20.2677	AMPLIAÇÃO DA SUBSTAÇÃO SÃO LUÍS II E III	13.618	R$	8,58% a.a.	1% a.a.	168	15/12/2010	15/11/2024	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1424/96 - RES 377/96	UHE COARACY NUNES E SISTEMA ASSOCIADO	22.425	R$	13,95% a.a.	3% a.a.	120	30/7/1999	30/6/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1545/97 - RES. 610 E 790	LT TUC/ALTAMIRA/SE TUC/SE ALTAMIRA	82.451	R$	14,03% a.a.	3% a.a.	120	30/4/1999	30/3/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1554/97 - RES. 272 E 544	UTE SANTANA/UTE RIO MADEIRA/SE JARÚ/UTE RIO BRANCO E RIO ACRE	17.893	R$	13,95% a.a.	3% a.a.	120	30/8/1999	30/6/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1630/97 - RES 868/97	SE JI-PARANÁ	1.189	R$	14,03% a.a.	3% a.a.	120	30/5/1999	30/4/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1659/97 - RES 960/97	SE MIRANDA II	2.004	R$	13,98% a.a.	3% a.a.	120	30/7/1999	30/6/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1674/97 - RES 869/97	INTERLIGAÇÃO NORTE SUL	551	R$	18,75% a.a.	3% a.a.	36	30/4/1999	30/3/2011	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 1679/97	LT TUCURUÍ / CAMETÁ E SE CAMETÁ	622	R$	9,75% a.a.	2% a.a.	60	30/9/1999	30/8/2013	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2092/01	AMPLIAÇÃO DA UHE TUCURUÍ	277.287	R$	5,42% a.a.	3% a.a.	180	30/1/2009	30/9/2023	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2272/02 - RES 765/02	EXPANSÃO DA UHE TUCURUÍ (MAQ. 13 A 23)	564.920	R$	5% a.a.	2% a.a.	120	30/5/2006	30/5/2018	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2273/02 - RES 766/02	SISTEMA DE TRANSMISSÃO JAURU/COXIPÓ E PDD/PERITORÓ	137.324	R$	5% a.a.	2% a.a.	120	30/10/2005	30/9/2017	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2710/08	SISTEMA DE TRANSMISSÃO UHE SAMUEL	17.188	R$	5,00%	2,00%	60	31/5/2011	30/4/2016	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2257/09	SISTEMA DE TRANSMISSÃO-SE MARANHÃO, MATO GROSSO, PARÁ, ACRE E RONDÔNIA	59.876	R$	6,00%	1,00%	120	30/7/2011	30/6/2021	Parcelas Mensais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONTRATO	PROJETO	SALDO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS					
			Moeda	Taxa de juros	Taxa de Administ.	Nº Parcelas	Início	Fim	Periodicidade
ELETROBRAS - ECF - 2258/09	SISTEMA TRANSM.-SE VILA DO CONDE, MARABÁ, IMPERATRIZ, PRES DUTRA E MIRANDA	21.800	R$	6,00%	1,00%	120	30/7/2011	30/6/2021	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2794/09	REPACTUAÇÃO DE DÍVIDA DA ELETRONORTE JUNTO A ELETROBRÁS	1.635.612	R$	6,00%	1,00%	240	30/1/2010	31/12/2029	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2785/09	SISTEMA TRANSM.-SE IMPERATRIZ E SE MARABÁ	31.583	R$	6,00%	1,00%	120	30/10/2011	30/9/2021	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2818/10	SISTEMA TRANSM.-SE VILA DO CONDE, MARABÁ, IMPERATRIZ, PRES DUTRA E MIRANDA	78.507	R$	6,00%	1,00%	120	30/11/2011	30/10/2021	Parcelas Mensais
ELETROBRAS - ECF - 2894/10	EQUACIONAR O DÉFICT FINANCEIRO DA CONCESSIONARIA PARA O EXERCICIO DE 2010	319.324	R$	6,00%	1,00%	1		30/1/2014	ÚNICA
PETROBRAS	CONTRATO DE CONFISSÃO DE DIVÍDA - REFINANCIAMENTO DE ICMS	77.973	R$	6% a.a.	6 % a.a.	60	31/7/2006	31/7/2011	Parcelas Mensais
CREDIT NATIONAL - BALBINA - FRETES E SEGUROS	UHE BALBINA	47	EURO	3,5 % a.a.	-	34	30/6/1997	31/12/2013	Parcelas Semestrais
CREDIT NATIONAL - BALBINA	UHE BALBINA	93	EURO	3,5 % a.a.	-	48	30/6/1992	31/12/2015	Parcelas Semestrais
CREDIT NATIONAL - SAMUEL	UHE SAMUEL	879	EURO	3,5 % a.a.	-	48	30/6/1993	31/12/2016	Parcelas Semestrais
CREDIT NATIONAL - BALBINA - FRETES E SEGUROS	UHE BALBINA	23	EURO	3,5 % a.a.	-	32	30/6/1997	31/12/2012	Parcelas Semestrais
DMLP - TESOURO NACIONAL	DIVERSOS	2.351	EURO	8,00 % a.a.	-	21	30/4/2004	15/4/2014	Parcelas Semestrais
ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID	INTERLIGAÇÃO NORTE SUL	318.954	US$	6,83 % a.a.	-	20	6/10/2001	6/4/2025	Parcelas Semestrais
ELETROBRAS- ECR 259/98 - CAF	INTERLIGAÇÃO BRASIL/VENEZUELA	44.815	US$	Libor + 3,25 % a.a.	-	14	4/2/2002	4/8/2015	Parcelas Semestrais
ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBANK	INTERLIGAÇÃO NORTE SUL	168.734	YEN	2,48 % a.a.	-	20	4/4/2002	6/4/2024	Parcelas Semestrais
TOTAL		**4.524.400**							

NOTA 26 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	11.894	24.334	51.572
Conta de Consumo de Combustível - CCC	21.855	10.099	11.404
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.966	2.626	2.721
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13.858	11.097	7.267
TOTAL	**50.573**	**48.156**	**72.964**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	14.492	25.428	52.078
Conta de Consumo de Combustível - CCC	22.368	10.176	11.788
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.966	2.626	2.721
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13.858	11.097	7.267
Outros	28	23	18
TOTAL	**53.712**	**49.350**	**73.872**

NOTA 27 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Contribuições Previdenciárias	3.179	2.977	2.491
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social-COFINS	21.038	22.802	24.875
Contribuição para Formação Patrimônio do Servidor Público-PASEP	4.631	4.950	5.399
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.969	13.040	8.756
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.027	68	70
Imposto sobre Serviço - ISS	2.314	2.065	1.984
Retenção de Tributos Federais - Lei 10.833/2003	27.362	28.499	20.888
Outros	32	15	3.400
TOTAL	**72.552**	**74.416**	**67.863**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Contribuições Previdenciárias	3.804	3.534	3.042
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social-COFINS	21.038	23.117	25.529
Contribuição para Formação Patrimônio do Servidor Público-PASEP	4.631	5.018	5.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11.057	13.195	8.813
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.360	284	292
Imposto sobre Serviço - ISS	2.585	2.074	2.056
Retenção de Tributos Federais - Lei 10.833/2003	27.362	28.499	20.888
Outros	8.969	2.693	3.658
TOTAL	**82.806**	**78.414**	**69.819**

a) Contribuições Previdenciárias

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil - RFB sobre serviços prestados por pessoas físicas.

b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Contribuições devidas à RFB sobre a receita da Companhia, do mês de dezembro de 2010, para recolhimento no mês de janeiro de 2011, apuradas nos regimes cumulativo e não-cumulativo de tributação.

c) Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

Contribuições devidas à RFB sobre a receita da Companhia, do mês de dezembro de 2010, para recolhimento no mês de janeiro de 2011, apuradas nos regimes cumulativo e não-cumulativo de tributação.

d) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, incluindo a parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

e) Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Imposto devido à RFB, retido de prestadores de serviços e sobre encargos nos empréstimos de mútuo com a controladora.

f) Imposto sobre Serviços – ISS

Imposto devido aos fiscos municipais, incidente sobre os serviços prestados pela Companhia, bem como retenção sobre serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas.

g) Retenção de Tributos Federais – Lei nº 10.833/2003

Retenção conjunta de IR, CSLL, COFINS e PASEP, devidos à RFB, incidentes sobre as aquisições de material e serviços de pessoas jurídicas.

h) Outros

Outros tributos devidos, entre os quais destacam-se as contribuições devidas pela controladora ao FUST – Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, incidentes sobre os serviços de comunicação multimídia prestados pela Companhia.

NOTA 28 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em atendimento aos dispositivos da legislação societária e em conformidade com o item 3.1.2.3 da cláusula terceira do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE, firmado em 30 de dezembro de 2009 com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, que prevê a distribuição de 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício, sob a forma de dividendos, a Companhia submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, remuneração aos acionistas no montante de R$ 133.859, sob a forma de dividendos adicionais propostos, e o montante de R$ 33.194, a título de dividendos obrigatórios, previsto no parágrafo primeiro do artigo 33 do Estatuto Social, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009 (Após ajustes CPC)
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	139.764	584.534
Constituição da Reserva legal (5%)	(6.988)	(15.197)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	132.776	569.337
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**33.194**	**142.334**
b) Dividendos propostos		
Dividendos propostos	33.194	288.744
Dividendos adicionais propostos	100.665	19.178
Total dos dividendos propostos	**133.859**	**307.922**
Dividendos por ação - R$	**0,99**	**3,74**

Sobre os valores dos dividendos, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir de 31 de dezembro de 2010 até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, devendo ser considerada com a taxa diária, para a atualização do valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, de acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.381, de 13 de março de 2000.

NOTA 29 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A Companhia adota um programa de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, que tem como objetivo incentivar a melhoria dos níveis de produtividade, qualidade e resultados.

A participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados ocorre com base em acordo coletivo de trabalho firmado com as entidades sindicais representativas dos empregados, nos termos da legislação em vigor, por meio da pactuação prévia de metas e compromissos.

Dessa forma, a Companhia provisionou o montante de R$ 33.194 (2009 – R$ 72.185), correspondente ao limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) dos dividendos propostos, para participação dos trabalhadores no lucro do exercício de 2010, em conformidade com a legislação aplicável (Consolidado – R$ 33.194 e 72.185, respectivamente).

O pagamento da participação dos trabalhadores no lucro do exercício de 2010 será submetido à deliberação do Conselho de Administração, para posterior exame e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas.

NOTA 30 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o Ministério das Minas e Energia - MME. Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A posição em 31 de dezembro de 2010 dos recursos aplicados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e dos repasses ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, é a seguinte:

RESUMO	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
PASSIVO CIRCULANTE			
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	91.515	74.782	41.979
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	2.526	2.012	18.651
Ministério de Minas e Energia – MME	1.263	1.006	9.326
TOTAL	**95.304**	**77.800**	**69.956**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	**15.288**	**14.198**	**28.540**
ATIVO CIRCULANTE			
Custos com projetos em andamento	(23.448)	(24.825)	(20.588)
TOTAL GERAL	**87.144**	**67.173**	**77.908**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, a Companhia contabilizou no resultado deste exercício, em pesquisa e desenvolvimento, o montante de R$ 36.787 (2009 – R$ 34.314), como dedução da receita operacional (nota 40).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Além dos investimentos exigidos por lei, a Companhia aplicou em outros importantes Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, não submetidos à Aneel, a importância de R$ 744 (2009 – R$ 2.610), e também efetuou aportes de recursos ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL, no valor de R$ 9.874 (2009 – R$ 9.498).

NOTA 31 – PRÉ-VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional.

Com base nestas condições, a Albrás, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia.

Dessa forma, o edital de licitação previa o pagamento antecipado, que se constituiria em créditos de energia antecipadamente adquirida pela Albrás e que seria amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Posição	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL
1/1/2009	37.778	1.018.488	1.056.266
31/12/2009	39.292	978.980	1.018.272
31/12/2010	39.362	928.653	968.015

ANO	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	VALORES LIBERADOS	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	SALDO
2004	300.000	(15.968)	-	284.032
2005	500.000	(29.201)	-	754.831
2006	250.000	(29.979)	-	974.852
2007	150.000	(32.900)	-	1.091.952
2008	-	(35.686)	-	1.056.266
2009	-	(37.994)	-	1.018.272
2010	-	(39.126)	(10.493)	968.653
TOTAL	**1.200.000**	**(220.854)**	**(10.493)**	**968.653**

NOTA 32 – CONVÊNIOS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Convênio nº 310/2006 - DNIT	35.323	120.393	9.175
Convênio nº 010/2001 - MME	-	3.819	3.662
Convênio nº 010/2004 - MME	2.309	3.183	2.955
Convênio nº 011/2004 - MME	-	1.477	1.382
Convênio nº 001/2006 - MME	4	1.039	4.735
Convênio nº ECV-083/2005 - Eletrobras	154	146	137
Convênio nº ECV-199/2006 - Eletrobras		366	338
Convênio nº ECV-250/2007 - Eletrobras	2.652	7.647	4.446
Convênio nº ECV-273/2008 - Eletrobras	5	4	-
Convênio nº ECV-302/2009 - Eletrobras	160	-	-
Convênio nº ECF-261/2009 - Eletrobras	5.351	-	-
Convênio nº ECV-316/2010 - Eletrobras	1.333	-	-
Convênio s/ nº - Estado do Amapá	229	567	1.235
Outros convênios	1.338	279	201
TOTAL	**48.858**	**138.920**	**28.266**

■ **Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**

Saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

■ **Convênio nº 010/2001 - Ministério de Minas e Energia – MME**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº 010/2001, firmado em 27 de dezembro de 2001, para elaboração de inventários de bacias hidrográficas e estudos de viabilidade de empreendimentos de interesse estratégico do setor elétrico.

■ **Convênio nº 010/2004 - Ministério de Minas e Energia – MME**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº 010/2004, firmado em 30 de setembro de 2004, para execução dos serviços de levantamento, cadastramento, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva, obras, tombamento e regularização patrimonial, assim como atividades que se tornem necessárias para a execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRC-PRODEEM, criado pelo Decreto Federal de 27 de dezembro de 1994.

■ **Convênio nº 011/2004 - Ministério de Minas e Energia – MME**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº 011/2004, firmado em 30 de setembro de 2004, para execução de estudos, projetos, serviços, obras e atividades necessárias à instalação e capacitação em operação e manutenção, tombamento, regularização patrimonial e cadastramento de sistemas de geração de energia elétrica, com fontes renováveis e auto-sustentáveis, para atendimento de comunidades desassistidas do serviço convencional de energia elétrica, localizadas na área de atuação da Eletronorte, iniciando pelo Estado do Maranhão, conforme a Fase V do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM, criado pelo Decreto Federal de 27 de dezembro de 1994.

■ **Convênio nº 001/2006 - Ministério de Minas e Energia – MME**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº 001/2006, firmado em 22 de junho de 2006, para elaboração de estudos e projetos que envolvem as atividades de planejamento e de monitoramento da operação e expansão do sistema elétrico brasileiro, para manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica.

■ **Convênio nº ECV-083/2005 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-083/2005 firmado em 25 de janeiro de 2006 para desenvolvimento de um programa de ações integrante do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, de forma a tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, os sistemas de iluminação, climatização e motores elétricos da Fundação Hospitalar do Acre – FUNDHACRE, bem como a conscientização dos funcionários do hospital nos conceitos e fundamentos de eficiência energética, além do descarte dos materiais retirados e divulgação dos resultados do projeto implementado através da elaboração de uma documentação específica.

■ **Convênio nº ECV-199/2006 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-199/2006, firmado em 18 de outubro de 2006, para capacitar professores da Educação Básica da Rede Pública, nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, com o intuito de formar uma consciência conservacionista em seus alunos, levando-os, como consumidores, a adotarem procedimentos para uso racional de energia elétrica e atuarem como agentes de divulgação desses procedimentos, bem como proporcionar aos alunos de ensino fundamental e médio das escolas envolvidas, atividades lúdicas relativas às informações passadas pelo seu professor e também promover o prêmio Eletronorte de Eficiência Energética Escolar.

■ **Convênio nº ECV-250/2007 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-250/2007, firmado em 19 de dezembro de 2007, para acompanhamento, fiscalização e gerenciamento pela Eletronorte, das atividades necessárias e credenciar a participação do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE Belo Monte em leilão de geração, atividades essas coordenadas pela Eletrobras.

■ **Convênio nº ECV-273/2008 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-273/2008, firmado em 1º de dezembro de 2008, para desenvolvimento de ações integrantes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, com objetivo de adquirir, instalar, implantar e acompanhar o uso de equipamentos de informática para a utilização das Unidades de Gestão Energéticas Municipais – UGEMs, nos municípios de Ananindeua - PA, Abaetetuba - PA, Tucuruí - PA, Ariquemes - RO, Candeias do Jamari - RO, São José de Ribamar - MA, Presidente Dutra - MA e Imperatriz - MA.

■ **Convênio nº ECV-302/2009 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-302/2009, firmado em 2 de dezembro de 2009, para desenvolvimento de ações integrantes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, a fim de promover a melhor gestão da energia elétrica dos municípios de Boa Vista – RR, Rio Branco – AC, Timon – MA, Ji-Paraná – RO, Rondonópolis – MT, Macapá – AP e Santana – AP, de sua área de atuação, por meio da elaboração de um Plano Municipal de Gestão de Energia Elétrica – PLAMGE, para cada município.

■ **Contrato nº ECFS-261/2009 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Contrato nº ECFS-261/2009, firmado em 25 de agosto de 2009, para cobertura financeira dos custos diretos das obras, da 2ª tranche do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia, a ser executado pela Eletronorte na área de concessão da Cia de Eletricidade do Amapá no Estado do Amapá.

■ **Convênio nº ECV-316/2010 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio nº ECV-316/2010, firmado em 29 de abril de 2010, para desenvolvimento de estudos de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) na Bacia do Rio Tapajós, de viabilidade dos empreendimentos que compõem o Complexo Hidrelétrico do Tapajós (AHE São Luiz do Tapajós, AHE Jatobá, AHE Cachoeira do Caí, AHE Jamanxim e AHE Cachoeira dos Patos) e das atividades necessárias a credenciar a participação dos empreendimentos em leilões de geração.

■ **Convênio s/nº - Estado do Amapá**

Saldo de recursos recebidos por conta do Convênio s/nº, firmado em 20 de abril de 2006, para execução de obras da primeira etapa do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia – MME, a serem executadas na área de concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, cujo montante equivale a até 11% (sendo 10% participação do Estado e 1% da Eletronorte) do custo total das respectivas obras do referido Programa.

NOTA 33 - PROVISÕES

	CONTROLADORA					
	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA
CIRCULANTE						
Tributárias	-	14.449	(7.501)	14.449	46.887	46.887
Fornecedores	-	-	-	-	74.628	74.628
Férias	40.208	71.303	48.165	39.988	29.792	32.655
Encargos sociais s/férias	170.377	29.118	135.005	17.064	137.918	13.796
Outras	974	8.844	7.870	7.870	-	-
TOTAL CIRCULANTE	**211.559**	**123.714**	**183.539**	**79.371**	**289.225**	**167.966**
NÃO CIRCULANTE						
Trabalhistas	7.440	162.041	(3.688)	154.601	(44.526)	158.289
Tributárias	269	3.631	(2.784)	3.362	1.802	6.146
Cíveis	34.801	553.313	(171.755)	518.511	38.595	690.266
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**42.510**	**718.985**	**(178.227)**	**676.474**	**(4.129)**	**854.701**
TOTAL GERAL	**254.069**	**842.699**	**5.312**	**755.845**	**285.096**	**1.022.667**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO					
	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADA
CIRCULANTE						
Trabalhistas	2.032	10.463	7.623	8.431	16	808
Tributárias	-	14.449	(7.501)	14.449	46.887	46.887
Fornecedores	-	-	-	-	74.628	74.628
Férias	40.208	71.303	48.165	39.988	29.792	32.655
Encargos sociais s/férias	170.377	29.118	135.005	17.064	137.918	13.796
Cíveis	(177)	151	233	328	(17)	95
Outras	2.829	70.391	7.870	10.174	-	-
TOTAL CIRCULANTE	**215.269**	**195.875**	**191.395**	**90.434**	**289.224**	**168.869**
NÃO CIRCULANTE						
Trabalhistas	7.440	162.041	(3.688)	154.601	(44.526)	158.289
Tributárias	269	3.631	(2.784)	3.362	1.802	6.146
Cíveis	34.801	553.387	(171.755)	518.511	38.595	690.266
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**42.510**	**719.059**	**(178.227)**	**676.474**	**(4.129)**	**854.701**
TOTAL GERAL	**257.779**	**914.934**	**13.168**	**766.908**	**285.095**	**1.023.570**

a) Processos judiciais

A Companhia vem sendo acionada em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo ações de natureza trabalhista, tributária e cível.

A administração, seguindo as boas práticas contábeis e em atendimento ao CPC 25, adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

■ Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;

■ Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas;

■ Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Durante o exercício de 2010 a administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingências relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para os riscos, cujas chances de um desfecho desfavorável é considerado provável, no seguinte contexto:

■ Os processos judiciais trabalhistas são compostos, na sua grande parte, de ações relativas a adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS, alinhamento de curva salarial, etc;

■ Os processos judiciais cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório de natureza financeira e por reclamatórias de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas;

■ Na área tributária existem algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil.

b) Processos judiciais não provisionados

Deixou-se de provisionar os seguintes processos, por representarem baixo risco de perda para a Companhia (risco possível) de acordo com opinião dos consultores jurídicos:

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Trabalhistas	17.199	175.993	27.946
Tributários	4.220.955	990.925	1.376.593
Cíveis	334.304	767.548	108.034
TOTAL	**4.572.458**	**1.934.466**	**1.512.573**

O acréscimo no montante dos processos tributários, neste exercício, deve-se a processos relacionados a ICMS movidos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.

c) Outras provisões

■ Provisão de férias

Corresponde ao período já adquirido pelos empregados (integral e/ou proporcional), cujas férias não foram ainda gozadas.

■ Encargos sociais sobre provisão de férias

Refere-se a encargos sociais que serão recolhidos por ocasião do gozo das férias, no total de 37%, conforme percentuais citados abaixo:

- 25,7% - Contribuições previdenciárias
- 8,0% - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
- 1,8% - Serviço Social da Indústria – SESI
- 1,5% - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

NOTA 34 - OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	-	59.259	53.909
Cauções em garantia	1.197	664	620
Caixa de Assistência E-Vida	36.000	-	-
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	15.618	21.697	15.656
Taxa de fiscalização Aneel	1.286	1.568	1.339
Passivo a descoberto em controladas e coligadas (nota 20.2)	126.461	-	-
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	5.128	4.264	3.814
Diversos	6.488	2.332	20.120
TOTAL DO CIRCULANTE	**192.178**	**89.784**	**95.458**
NÃO CIRCULANTE			
Diversos	1.474	1.434	30.774
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**1.474**	**1.434**	**30.774**
TOTAL GERAL	**193.652**	**91.218**	**126.232**

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CIRCULANTE			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	-	59.259	53.909
Cauções em garantia	1.197	664	620
Caixa de Assistência E-Vida	36.000	-	-
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	15.618	21.697	15.656
Taxa de fiscalização Aneel	1.286	1.568	1.339
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	5.128	4.264	3.814
Diversos	17.070	17.044	24.946
TOTAL DO CIRCULANTE	**76.299**	**104.496**	**100.284**
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	16.585	58.864	-
Diversos	29.057	17.122	30.774
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**45.642**	**75.986**	**30.774**
TOTAL GERAL	**121.941**	**180.482**	**131.058**

▪ Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras

Refere-se a parte de dívida da Companhia, oriunda do Acordo Geral do Setor Elétrico, em função do Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, instituído pelo Governo Federal em 2001, quitada neste exercício.

▪ Caixa de Assistência E-Vida

Refere-se ao aporte necessário à constituição de reservas e outras garantias financeiras, requeridas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para a constituição da Caixa de Assistência do Setor Elétrico – E-Vida, entidade responsável pela implantação e administração do plano de saúde dos empregados da Companhia e dependentes reconhecidos.

NOTA 35 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social) sobre os ajustes decorrentes da adoção dos pronunciamentos do CPC, conforme demonstrado a seguir:

TRIBUTOS DIFERIDOS	CONTROLADORA				
	31/12/2010			31/12/2009	1/1/2009
	IRPJ	CSLL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
Ativo fiscal diferido					
Realizável a longo prazo					
-Instrumentos financeiros derivativos	107.747	38.788	146.535	82.788	82.788
-Ativo financeiro da transmissão	3.379	1.217	4.596	-	-
-Outros resultados abrangentes	6.781	2.441	9.222	6.152	5.967
	117.907	**42.446**	**160.353**	**88.940**	**88.755**
Passivo fiscal diferido					
Não circulante					
-Instrumentos financeiros derivativos	121.546	43.757	165.303	146.535	-
-Ativo financeiro da transmissão	6.075	3.887	9.962	12.174	-
-Ganhos atuariais	296	106	402	-	-
	127.917	**47.750**	**175.667**	**158.709**	**-**

TRIBUTOS DIFERIDOS	CONSOLIDADO				
	31/12/2010			31/12/2009	1/1/2009
	IRPJ	CSLL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
Ativo fiscal diferido					
Realizável a longo prazo					
-Instrumentos financeiros derivativos	107.747	38.788	146.535	82.788	82.788
-Ativo financeiro da transmissão	3.379	1.217	4.596	-	-
-Outros resultados abrangentes	6.781	2.441	9.222	6.152	5.967
-Outros ativos fiscais	31.121	11.202	42.323	-	-
	149.028	**53.648**	**202.676**	**88.940**	**88.755**
Passivo fiscal diferido					
Não circulante					
-Instrumentos financeiros derivativos	121.546	43.757	165.303	146.535	-
-Ativo financeiro da transmissão	6.075	3.887	9.962	12.174	-
-Ganhos atuariais	296	106	402	-	-
-Outros passivos fiscais	10.133	3.662	13.795	-	-
	138.050	**51.412**	**189.462**	**158.709**	**-**

NOTA 36 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos do regime geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do sistema Eletrobras.

A administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego no exercício de 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram, em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações do CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS-19 do *International Accounting Standards - IAS*.

Os impactos dessa mudança estão demonstrados no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e nesta nota explicativa. Os valores e as informações inseridas na presente nota já consideram os impactos acima descritos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONTROLADORA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
OBRIGAÇÕES REGISTRADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Programa Previdenciário	-	-	-
Programa de Saúde	34.545	17.263	17.549
Programa de Seguro	22.487	13.830	-
Total	**57.032**	**31.093**	**17.549**
RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS NO RESULTADO			
Programa Previdenciário	24.584	(4.677)	(16.100)
Programa de Saúde	2.946	1.097	-
Programa de Seguro	2.389	3.004	-
Total	**29.919**	**(576)**	**(16.100)**
GANHOS (PERDAS) ATUARIAIS RECONHECIDAS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Ganhos (Perdas) Atuariais do Exercício:			
Programa Previdenciário	(75.050)	(8.226)	(12.745)
Programa de Saúde	15.123	(1.199)	17.549
Programa de Seguro	6.268	(7.884)	-
Redução (Aumento) de Outros Resultados Abrangentes:			
Programa Previdenciário	80.782	72.549	57.881
Programa de Saúde	-	-	-
Programa de Seguro	-	-	-
Total	**27.123**	**55.240**	**62.685**

36.1 – Plano de Aposentadorias e Pensões

O programa de suplementação de aposentadorias e pensões, administrado pela Previnorte, é composto de:

a) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Plano com características de Benefício Definido sob regime financeiro de capitalização, tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, calculadas sobre a folha de salários em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável. Este plano está em extinção desde 01/01/2000 e a partir dessa data não pode receber novos participantes.

A Companhia estima pagar ao plano BD no exercício de 2011 a importância de R$ 1.186.

b) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano continua em plena expansão.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

A Companhia estima pagar ao plano CD no exercício de 2011 a importância de R$ 33.828.

36.2 – Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos aposentados por invalidez. Em função da estrutura de custeio adotada, de forma facultativa, os ex-empregados que aderiram ao último programa de incentivo ao desligamento são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio do seguro de vida é calculado coletivamente para toda a massa populacional.

As obrigações com esses programas também foram calculadas atuarialmente, e demonstradas em laudo.

36.3 – Cálculo atuarial do Programa de Benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

	CONTROLADORA		
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.102.736)	(265.423)	(251.117)
Valor Presente dos Ativos Garantidores	1.256.067	337.972	309.976
Excesso (Insuficiência) no final do exercício	153.331	72.549	58.859
Ativo de Benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - Paragr. 58	(153.331)	(72.549)	(58.859)
Ativo (Passivo) Atuarial	-	-	-
PROGRAMA DE SAÚDE:			
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(34.546)	(17.263)	-
Valor Presente dos Ativos Garantidores	-	-	-
Excesso (Insuficiência) no final do exercício	(34.546)	(17.263)	-
Ativo de Benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - Paragr. 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	**(34.546)**	**(17.263)**	**-**
PROGRAMA DE SEGURO:			
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(22.486)	(13.830)	-
Valor Presente dos Ativos Garantidores	-	-	-
Excesso (Insuficiência) no final do exercício	(22.486)	(13.830)	-
Ativo de Benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - Paragr. 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	**(22.486)**	**(13.830)**	**-**

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

	CONTROLADORA	
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações no Início do Exercício	265.423	251.117
Custo do Serviço	62.402	1.039
Custo do Juros	25.971	25.914
Benefícios pagos/adiantados	(34.069)	(21.691)
Aquisição de quotas - Plano CD	813.931	-
(Ganhos) ou Perdas atuariais	(30.922)	9.044
Obrigações no Fim do Exercício	**1.102.736**	**265.423**
Valor justo dos ativos no início do exercício	337.972	309.976
Retorno esperado dos investimentos	29.994	29.596
Contribuições patronais	30.316	787
Contribuições de participantes	33.795	2.034
Benefícios pagos/adiantados	(34.069)	(21.691)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	44.128	17.270
Compensação de quotas	813.931	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**1.256.067**	**337.972**

	CONTROLADORA	
PROGRAMA DE SAÚDE:	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações no Início do Exercício	17.263	17.549
Custo do Serviço	1.087	1
Custo do Juros	1.859	1.096
Benefícios pagos/adiantados	(786)	(185)
Aquisição de quotas - Plano CD	-	-
(Ganhos) ou Perdas atuariais	15.123	(1.198)
Obrigações no Fim do Exercício	**34.546**	**17.263**
Valor justo dos ativos no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos investimentos	-	-
Contribuições patronais	786	185
Contribuições de participantes	-	-
Benefícios pagos/adiantados	(786)	(185)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	-	-
Compensação de quotas	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**-**	**-**

36.4 – Valores reconhecidos como Resultados dos Exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras Despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

	CONTROLADORA	
PROGRAMA DE SEGURO:	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações no Início do Exercício	13.829	18.710
Custo do Serviço	938	1.200
Custo do Juros	1.451	1.803
Benefícios pagos/adiantados	-	-
Aquisição de quotas - Plano CD	-	-
(Ganhos) ou Perdas atuariais	6.268	(7.884)
Obrigações no Fim do Exercício	**22.486**	**13.829**
Valor justo dos ativos no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos investimentos	-	-
Contribuições patronais	-	-
Contribuições de participantes	-	-
Benefícios pagos/adiantados	-	-
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	-	-
Compensação de quotas	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**-**	**-**

36.5 – As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS	
Hipóteses econômicas:	
Taxa anual de juros atuarial real	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa real de evolução de custos médios	-
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
Hipóteses atuariais:	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

36.6 – Ativos Garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

	TOTAL	%
Valores Disponíveis Imediatos	92	0,0%
Realizáveis Previdenciários	11.504	0,8%
Investimentos em Títulos Públicos	475.461	34,9%
Investimentos em Ações	14.365	1,1%
Investimentos em Fundos	396.673	29,1%
Investimentos Imobiliários	41.198	3,0%
Empréstimos e Financiamentos	51.614	3,8%
Créditos Privados e Depósitos	377.631	27,7%
Outros	126	0,0%
(-) Exigíveis Previdenciários	(2.113)	-0,2%
(-) Exigíveis de Investimentos	(3.764)	-0,3%
Total	**1.362.787**	**100,0%**

NOTA 37 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a adiantamentos por conta de futuro aumento de capital, objeto de contratos celebrados entre a Companhia e a Eletrobras, cujos recursos visam cobrir a parcela de capital próprio da Eletronorte relativo às inversões financeiras aportadas nas Sociedades de Propósito Específico – SPE.

Em 23 de agosto de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária autorizou a integralização de capital no montante de R$ 4.023.201, objeto de adiantamento de capital registrado nesta rubrica no exercício de 2009.

NOTA 38 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 8.200.406, está representado por 135.889.074 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O valor patrimonial da ação em 31.12.2010 é de R$ 76,06 (2009 – R$ 75,34).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Composição acionária

ACIONISTAS	31/12/2010	31/12/2009				
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO R$ mil	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO R$ mil
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	135.087.915	99,410	8.170.407	81.552.306	99,027	4.147.206
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,194	9.867	263.513	0,320	9.867
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,182	9.273	247.635	0,301	9.273
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,108	5.481	146.382	0,178	5.481
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,026	1.348	35.992	0,044	1.348
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,016	824	22.016	0,027	824
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,010	522	13.949	0,017	522
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	321	8.568	0,010	321
União Federal	1.804	0,001	68	1.804	0,002	68
Outras pessoas físicas	31.531	0,024	1.195	31.531	0,038	1.195
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,023	1.100	29.769	0,036	1.100
TOTAL	**135.889.074**	**100,000**	**8.200.406**	**82.353.465**	**100,000**	**4.177.205**

c) Reservas de capital

O saldo dessa reserva, no montante de R$ 2.011.460, é proveniente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, reconhecida patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos do Tesouro Nacional, por força da extinção do regime de remuneração garantida, vigente no setor elétrico brasileiro até o ano de 1993, nos termos da Lei n° 8.631/1993.

d) Reservas de lucros

■ Reserva Legal

De acordo com a legislação societária foi constituída Reserva Legal com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social (nota 28).

■ Dividendos adicionais

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 (Contabilização da proposta de pagamento de dividendos) o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral, devem ser apresentados no patrimônio líquido (nota 28).

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conta criada com a finalidade de receber os ajustes decorrentes da adoção dos pronunciamentos técnicos do CPC. A Companhia considerou nesta rubrica os ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme o CPC 33 (nota 36).

f) Lucros ou prejuízos acumulados

Conta destinada a receber o resultado do exercício e destiná-lo, em caso positivo, de acordo com as políticas da Companhia. Os prejuízos serão mantidos nesta conta somente se não for possível a absorção dos mesmos pelos lucros e reservas.

g)- Demonstração dos Outros Resultados Abrangentes

A Companhia esta apresentando nesta demonstração os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, reconhecidos conforme item 93A do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados (nota 36).

NOTA 39 – RECEITAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS OPERACIONAIS		
GERAÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO		
Fornecimento de energia elétrica	1.242.769	1.039.001
Suprimento de energia elétrica	1.782.385	1.836.168
Transações no âmbito da CCEE	146.465	126.372
Energia vendida a distribuidora	94.890	127.452
	3.266.509	**3.128.993**
TRANSMISSÃO		
Receita de construção	265.789	351.895
Receita de operação e manutenção	384.860	358.811
	650.649	**710.706**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Prestação de serviços a concessionárias	32.530	26.785
Conta de consumo de combustível - CCC	209.948	137.187
Conta de desenvolvimento energético - CDE	39.376	33.937
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	98.505	81.972
Prestação de serviços - outras	3.115	9.136
	383.474	**289.017**
SUBTOTAL	**4.300.632**	**4.128.716**
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL (nota 40)	**(870.242)**	**(745.823)**
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**3.430.390**	**3.382.893**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS OPERACIONAIS		
GERAÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO		
Fornecimento de energia elétrica	1.324.737	1.127.468
Suprimento de energia elétrica	1.793.053	1.842.558
Transações no âmbito da CCEE	146.465	126.372
Energia vendida a distribuidora	108.553	140.705
	3.372.808	**3.237.103**
TRANSMISSÃO/DISTRIBUIÇÃO		
Receita de construção	1.090.014	352.341
Receita de operação e manutenção	391.712	375.058
	1.481.726	**727.399**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Prestação de serviços a concessionárias	32.721	27.497
Conta de consumo de combustível - CCC	209.948	137.187
Conta de desenvolvimento energético - CDE	39.376	33.937
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	98.505	81.972
Prestação de serviços - outras	12.516	11.492
	393.066	**292.085**
SUBTOTAL	**5.247.600**	**4.256.587**
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL (nota 40)	**(924.715)**	**(802.056)**
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**4.322.885**	**3.454.531**

NOTA 40 – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(45.999)	(58.667)
Imposto sobre Serviços - ISS	(1.215)	(1.023)
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social-COFINS	(271.302)	(248.476)
Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	(58.890)	(53.932)
	(377.406)	**(362.098)**
ENCARGOS SETORIAIS		
Reserva Global de Reversão - RGR	(108.220)	(96.315)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(39.377)	(33.937)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(209.947)	(137.187)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(36.787)	(34.314)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(98.505)	(81.972)
	(492.836)	**(383.725)**
TOTAL	**(870.242)**	**(745.823)**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(69.568)	(87.305)
Imposto sobre Serviços - ISS	(3.722)	(2.100)
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social-COFINS	(285.968)	(263.355)
Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	(62.104)	(57.163)
Outros	(381)	-
	(421.743)	**(409.923)**
ENCARGOS SETORIAIS		
Reserva Global de Reversão - RGR	(111.351)	(99.062)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(39.377)	(33.937)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(607)	(685)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(214.384)	(140.331)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(37.523)	(35.127)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(98.505)	(81.972)
Outros	(1.225)	(1.019)
	(502.972)	**(392.133)**
TOTAL	**(924.715)**	**(802.056)**

NOTA 41 – CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

41.1 - Energia elétrica comprada para revenda

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Importada da Venezuela	(44.997)	(61.249)
Produtor Independente de Energia	-	(165.428)
Mercado de Curto Prazo - CCEE	(12.748)	(13.301)
TOTAL	**(57.745)**	**(239.978)**

a) Energia importada da Venezuela

Refere-se à importação de energia elétrica da Venezuela, e vendida, na totalidade, para a Subsidiária Integral Boa Vista Energia S.A., localizada na cidade de Boa Vista - RR.

b) Mercado de Curto Prazo – CCEE

Representa as despesas resultantes das operações processadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, correspondentes a débitos junto aos agentes que operam na CCEE.

Os valores referentes às operações realizadas no âmbito da CCEE foram registrados com base nas informações divulgadas pela mesma.

41.2 – Encargos de uso do sistema de transmissão

Corresponde aos custos provenientes do uso feito pela Companhia do Sistema de Transmissão Interligado, pertencente a outras concessionárias transmissoras de energia elétrica, para escoar sua energia vendida.

Os valores são faturados mensalmente, por meio de Avisos de Débito – AVD emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

41.3 – Provisões e reversões

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos de liquidação duvidosa		
Cia de Eletricidade do Amapá-CEA	(198.941)	(161.142)
ICMS a recuperar	(14.500)	(123.832)
DITs Ceron / Eletroacre / Boa Vista Energia	(77.939)	-
Dispêndios reembolsáveis	(9.886)	(12.796)
Governo de Roraima	(4.652)	(1.729)
Outras	3.160	9.635
	(302.758)	**(289.864)**
Trabalhistas	**9.709**	**2.162**
Tributárias	**(221)**	**2.224**
Diversas	**12.625**	**(33.375)**
TOTAL	**(280.645)**	**(318.853)**

NOTA 42 – RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

42.1 - Despesas gerais e administrativas

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal	(485.449)	(323.597)
Material	(4.818)	(5.373)
Serviços de terceiros	(86.409)	(69.442)
Depreciação e amortização	(12.572)	(13.178)
Arrendamentos e aluguéis	(25.923)	(21.117)
Outras despesas	(12.560)	(19.804)
TOTAL	**(627.731)**	**(452.511)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal	(503.722)	(339.930)
Material	(5.861)	(6.523)
Serviços de terceiros	(96.111)	(78.314)
Depreciação e amortização	(13.819)	(16.041)
Arrendamentos e aluguéis	(26.419)	(21.384)
Outras despesas	(20.056)	(21.818)
TOTAL	**(665.988)**	**(484.010)**

42.2 - Reversões e (provisões)

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos de liquidação duvidosa		
Dispêndios reembolsáveis	378	2.002
Outras	885	924
	1.263	**2.926**
Trabalhistas	(17.149)	1.526
Tributárias	(47)	8.061
Benefícios pós-emprego	-	(31.093)
UHE Balbina	-	181.748
Diversas	(48.401)	18.514
TOTAL	**(64.334)**	**181.682**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos de liquidação duvidosa		
Dispêndios reembolsáveis	378	2.002
Outras	(54.948)	(3.976)
	(54.570)	**(1.974)**
Trabalhistas	(17.149)	1.526
Tributárias	(47)	8.061
Benefícios pós-emprego	-	(31.093)
UHE Balbina	-	181.748
Diversas	(50.276)	10.658
TOTAL	**(122.042)**	**168.926**

42.3 - Outras receitas (despesas) operacionais

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Outras despesas		
Impairment - UHE Samuel - reversão	-	598.269
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	(18.661)	(1.047)
Empregados cedidos com ônus para Eletronorte	(13.860)	(9.900)
Diversas	16.247	(5.824)
	(16.274)	**581.498**
Outras receitas		
Ganhos na alienação/desativação de bens e direitos	767	752
Diversas	422	231
	1.189	**983**
TOTAL	**(15.085)**	**582.481**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Outras despesas		
Impairment - UHE Samuel - reversão	-	598.269
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	(18.661)	(1.047)
Empregados cedidos com ônus para Eletronorte	(13.860)	(9.900)
Diversas	(2.784)	(9.771)
	(35.305)	**577.551**
Outras receitas		
Ganhos na alienação/desativação de bens e direitos	767	752
Diversas	366	465
	1.133	**1.217**
TOTAL	**(34.172)**	**578.768**

NOTA 43 – RECEITA DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDA

Por meio do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia nº 148/2003, assinado pela Anatel em 11 de novembro de 2003, foi ratificada a autorização expedida à Companhia para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes (pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada, para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço.

A autorização objeto do citado termo tem como área de prestação de serviço o território nacional e foi expedida por prazo indeterminado.

O SCM na Eletronorte é composto de estações ópticas fixas em operação, que são utilizadas para comunicações corporativas, tais como: teleproteção do sistema elétrico, interligação de centrais privadas de comutação telefônica, transmissão de dados, etc.

Essa atividade vem sendo tratada contabilmente como Não Vinculada ao Serviço Público de Energia Elétrica.

A receita líquida com o SCM está demonstrada abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
Receita do SCM	20.764	9.806
(-) FUST	(183)	(77)
(-) FUNTTEL	(91)	(38)
(-) COFINS	(623)	(294)
(-) PASEP	(135)	(64)
(-) ISS	(87)	(94)
(-) Taxa de fiscalização ANATEL	(54)	(53)
TOTAL	**19.591**	**9.186**

Considerando o crescimento com a receita do SCM a administração fará controle dos respectivos custos envolvidos de forma a apurar o resultado dessa atividade a partir do exercício de 2011.

NOTA 44 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendas		
- Aplicações financeiras	47.988	90.525
- Empréstimos concedidos	3.072	3.785
	51.060	**94.310**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica		
- Juros sobre atraso de pagamento	72.596	49.056
- Multa sobre atraso de pagamento	45.241	16.593
	117.837	**65.649**
Variação monetária ativa		
- Emprestimos concedidos	2.281	5.632
- Depósitos judiciais	18.677	39.212
- Atraso de pagamento - faturas de energia	9.311	5.877
- Ativo financeiro - transmissão	295.242	250.024
- Participações societárias	28.892	-
- Outras	25.307	7.476
	379.710	**308.221**
Outras receitas financeiras		
- Juros e multas no fornecimento de materiais e serviços	1.510	29.260
- Ganhos com derivativos	55.200	430.984
- Diversas	39.522	17.787
	96.232	**478.031**
TOTAL DAS RECEITAS	**644.839**	**946.211**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variação monetária passiva		
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(105.999)	76.515
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	3.084	212.603
- Outras	(4.690)	(5.875)
	(107.605)	**283.243**
Encargos de dívidas		
- Empréstimos e financiamentos	(335.533)	(1.263.696)
- Dividendos	(27.682)	-
	(363.215)	**(1.263.696)**
Outras despesas financeiras		
- Pesquisa e desenvolvimento	(6.763)	(5.144)
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	(27.854)	(6.348)
- Diversas	(1.902)	11.374
	(36.519)	**(118)**
TOTAL DAS DESPESAS	**(507.339)**	**(980.571)**
RESULTADO FINANCEIRO	**137.500**	**(34.360)**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendas		
- Aplicações financeiras	50.961	116.600
- Empréstimos concedidos	3.072	3.785
	54.033	**120.385**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica		
- Juros sobre atraso de pagamento	95.496	81.023
- Multa sobre atraso de pagamento	45.241	16.593
	140.737	**97.616**
Variação monetária ativa		
- Emprestimos concedidos	16.700	5.632
- Depósitos judiciais	18.677	39.212
- Atraso de pagamento - faturas de energia	9.311	5.877
- Ativo financeiro - transmissão	300.075	250.024
- Participações societárias	28.892	-
- Outras	66.201	7.715
	439.856	**308.460**
Outras receitas financeiras		
- Juros e multas no fornecimento de materiais e serviços	1.510	29.260
- Ganhos com derivativos	55.200	430.984
- Diversas	58.895	17.787
	115.605	**478.031**
TOTAL DAS RECEITAS	**750.231**	**1.004.492**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variação monetária passiva		
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(168.429)	68.797
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	3.084	212.603
- Outras	(32.221)	(5.875)
	(197.566)	**275.525**
Encargos de dívidas		
- Empréstimos e financiamentos	(340.804)	(1.269.865)
- Dividendos	(27.682)	-
	(368.486)	**(1.269.865)**
Outras despesas financeiras		
- Pesquisa e desenvolvimento	(6.763)	(5.144)
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	(27.854)	(6.348)
- Diversas	(40.151)	(3.982)
	(74.768)	**(15.474)**
TOTAL DAS DESPESAS	**(640.820)**	**(1.009.814)**
RESULTADO FINANCEIRO	**109.411**	**(5.322)**

NOTA 45 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do Imposto de Renda – IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e os créditos fiscais acumulados estão escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, conforme a seguir:

45.1- Apuração do Lucro Real

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes dos tributos	**318.764**	**802.683**
Efeitos das adições e (exclusões):		
Ajustes Lei nº 11.941/2009 (RTT)*	(110.590)	(1.050.929)
Equivalência patrimonial	115.748	40.919
Provisões (reversões de provisões)	344.979	129.300
Demais adições (exclusões)	(104.412)	(309.014)
Lucro real (Prejuízo fiscal) para fins de tributação	**564.489**	**(387.041)**
Composição do IR e CSLL		
Corrente:		
Imposto de Renda	(97.883)	12.745
Contribuição Social	(35.563)	-
	(133.446)	**12.745**
Diferido:		
Imposto de Renda	(9.089)	(116.698)
Contribuição Social	(3.271)	(42.011)
	(12.360)	**(158.709)**
IR e CSLL - Total	**(145.806)**	**(145.964)**

(*) Regime Tributário de Transição - RTT

O crédito tributário de imposto de renda, no montante de R$ 12.745, foi constituído no exercício de 2009, para a quitação de débitos da Companhia, referente ao Parcelamento Especial – PAES e CSLL, junto à Receita Federal do Brasil, utilizando crédito de prejuízo fiscal para liquidação dos acréscimos legais, nos termos da Lei nº 11.941/2009.

45.2- Créditos Fiscais

CRÉDITOS FISCAIS (Bases de Cálculo)	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízos fiscais acumulados	4.189.525	4.358.872
Bases de cálculo negativas da CSLL	4.240.507	4.409.854
Provisões não dedutíveis	2.619.337	2.318.583
Remuneração das imobilizações em curso - diferida	432.885	514.843
Demais adições temporárias	65.910	176.349

a) Prejuízos Fiscais acumulados

Saldos dos prejuízos fiscais acumulados, escriturados na Parte B do LALUR, compensáveis em até 30% dos lucros tributários futuros para fins de IR.

b) Bases de cálculo negativas da CSLL

Saldos das bases negativas da CSLL, escriturados na Parte B do LALUR, compensáveis em até 30% dos lucros tributários futuros para fins da CSLL.

c) Provisões não dedutíveis

Provisões contábeis não aceitas pelo fisco como dedutíveis na apuração do IR e CSLL, escrituradas na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros por meio de baixas e/ou reversões.

d) Remuneração das Imobilizações em Curso – diferida

Receita de juros de obras em andamento, sobre o capital de terceiros, isenta de tributação, calculada até o exercício de 1995, diferida por determinação do Poder Concedente à época, e incorporada ao ativo imobilizado, realizada mensalmente pela depreciação e ajustada na apuração do lucro real para fins de IR e CSLL, controlada na Parte B do LALUR.

e) Demais adições temporárias

Outras adições fiscais registrados na Parte B passíveis de ajustes futuros.

45.3 Ativo fiscal diferido

O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. Dessa forma, a administração não vem contabilizando os créditos fiscais, tendo em vista que dos últimos três exercícios somente no exercício de 2010 a Companhia apurou lucro tributário.

NOTA 46 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal	(983.103)	(763.420)
Material	(76.844)	(94.116)
Serviços de terceiros	(243.348)	(226.216)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(69.318)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(173.115)	(181.491)
Energia elétrica comprada para revenda	(57.745)	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(535.642)	(520.282)
Custo de construção - transmissão	(265.789)	(351.895)
Depreciação e amortização	(424.815)	(419.837)
Taxa de fiscalização	(15.427)	(18.821)
Arrendamento e aluguéis	(32.381)	(43.585)
Seguros	(17.366)	(21.946)
Provisões e reversões	(344.979)	(137.171)
Outras despesas	5.626	(18.118)
TOTAL	**(3.164.928)**	**(3.106.194)**

NOTA 47 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A demonstração do resultado da Companhia, segregada nos segmentos de geração, transmissão, comercialização e atividade não relacionada, está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA									
	2010					2009				
	GERAÇÃO	TRANS-MISSÃO	COMERCIA-LIZAÇÃO	ATIVID. NÃO VINCULADA	TOTAL	GERAÇÃO	TRANS-MISSÃO	COMERCIA-LIZAÇÃO	ATIVID. NÃO VINCULADA	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS										
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	3.171.619	-	94.890	-	3.266.509	3.001.541	-	127.452	-	3.128.993
Receita de construção	-	265.789	-	-	265.789	-	351.895	-	-	351.895
Receita de operação e manutenção	-	384.860	-	-	384.860	-	358.811	-	-	358.811
Outras receitas operacionais	351.660	31.722	92	-	383.474	255.805	33.070	142	-	289.017
	3.523.279	**682.371**	**94.982**	**-**	**4.300.632**	**3.257.346**	**743.776**	**127.594**	**-**	**4.128.716**
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL										
Impostos e contribuições	(294.318)	(53.006)	(30.082)	-	(377.406)	(271.361)	(37.695)	(53.041)	-	(362.097)
Encargos setoriais	(458.025)	(32.261)	(2.550)	-	(492.836)	(349.958)	(26.481)	(7.287)	-	(383.726)
	(752.343)	**(85.267)**	**(32.632)**	**-**	**(870.242)**	**(621.319)**	**(64.176)**	**(60.328)**	**-**	**(745.823)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.770.936**	**597.104**	**62.350**	**-**	**3.430.390**	**2.636.027**	**679.600**	**67.266**	**-**	**3.382.893**
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Custo de construção	-	(265.789)	-	-	(265.789)	-	(351.895)	-	-	(351.895)
Energia elétrica comprada para revenda	(12.748)	-	(44.997)	-	(57.745)	(178.729)	-	(61.249)	-	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(535.642)	-	-	-	(535.642)	(520.282)	-	-	-	(520.282)
Pessoal	(177.773)	(306.456)	(13.425)	-	(497.654)	(182.325)	(227.347)	(12.344)	-	(422.016)
Material	(54.279)	(16.006)	(1.742)	-	(72.027)	(61.781)	(23.500)	(1.697)	-	(86.978)
Serviços de terceiros	(97.049)	(57.838)	(2.051)	-	(156.938)	(103.892)	(46.518)	(2.727)	-	(153.137)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-	-	-	(69.318)	-	-	-	(69.318)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(173.115)	-	-	-	(173.115)	(181.491)	-	-	-	(181.491)
Depreciação e amortização	(409.912)	(701)	(1.630)	-	(412.243)	(401.768)	(1.569)	(1.661)	-	(404.998)
Provisões e reversões	(238.117)	(29.836)	(12.692)	-	(280.645)	(200.098)	(33.772)	(84.983)	-	(318.853)
Outros custos	(4.675)	(16.640)	250	-	(21.065)	(73.504)	(12.403)	(512)	-	(86.419)
	(1.703.310)	**(693.266)**	**(76.287)**	**-**	**(2.472.863)**	**(1.973.188)**	**(697.004)**	**(165.173)**	**-**	**(2.835.365)**
LUCRO BRUTO	**1.067.626**	**(96.162)**	**(13.937)**	**-**	**957.527**	**662.839**	**(17.404)**	**(97.907)**	**-**	**547.528**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS										
Despesas gerais e administrativas	(471.832)	(144.328)	(11.571)	-	(627.731)	(220.718)	(219.462)	(12.331)	-	(452.511)
Provisões e reversões	(48.943)	(13.842)	(1.549)	-	(64.334)	88.335	89.169	4.179	-	181.683
Receita do serviço de comunicação multimídia	-	-	-	19.591	19.591	-	-	-	9.186	9.186
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.039)	(16.764)	20.718	-	(15.085)	589.611	(6.810)	(320)	-	582.481
	(539.814)	**(174.934)**	**7.598**	**19.591**	**(687.559)**	**457.228**	**(137.103)**	**(8.473)**	**9.186**	**320.838**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**-**	**-**	**-**	(88.704)	**(88.704)**	**-**	**-**	**-**	(31.323)	**(31.323)**
RESULTADO FINANCEIRO										
Receitas financeiras	276.939	308.180	30.828	28.892	644.839	648.473	283.247	14.491	-	946.211
Despesas financeiras	(428.556)	(74.816)	(3.967)	-	(507.339)	(1.143.906)	151.600	11.735	-	(980.571)
	(151.617)	233.364	26.861	28.892	**137.500**	(495.433)	434.847	26.226	-	**(34.360)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	**376.195**	**(37.732)**	**20.522**	**(40.221)**	**318.764**	**624.634**	**280.340**	**(80.154)**	**(22.137)**	**802.683**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(136.725)	6.809	(6.413)	(9.477)	**(145.806)**	(133.789)	(12.175)	-	-	**(145.964)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**239.470**	**(30.923)**	**14.109**	**(49.698)**	**172.958**	**490.845**	**268.165**	**(80.154)**	**(22.137)**	**656.719**
Participação nos lucros	(30.821)	-	(2.373)	-	**(33.194)**	(40.424)	(31.761)	-	-	**(72.185)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**208.649**	**(30.923)**	**11.736**	**(49.698)**	**139.764**	**450.421**	**236.404**	**(80.154)**	**(22.137)**	**584.534**
Lucro líquido por ação - R$	**1,54**	**(0,23)**	**0,09**	**(0,37)**	**1,03**	**5,47**	**2,87**	**(0,97)**	**(0,27)**	**7,10**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 48 - LUCRO ANTES DOS JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA / EBITDA (não auditada)

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA / LAJIDA foi de R$ 1.208.142 em 2010, contra R$ 1.108.217 em 2009, representando um aumento de 9,02%, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS		
Venda de energia e serviços	4.149.643	3.890.298
Outras receitas	403.065	298.203
Impostos e contribuições sobre a receita	(870.242)	(745.823)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**3.682.466**	**3.442.678**
DESPESAS		
Pessoal	(983.103)	(763.420)
Material	(76.844)	(94.116)
Serviços de terceiros	(243.348)	(226.216)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(69.318)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(173.115)	(181.491)
Energia elétrica comprada para revenda	(57.745)	(239.978)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(535.642)	(520.282)
Provisões e reversões	(344.979)	(137.170)
Outras despesas	(59.548)	(102.470)
TOTAL DAS DESPESAS	**(2.474.324)**	**(2.334.461)**
SUPERAVIT OPERACIONAL	**1.208.142**	**1.108.217**
MARGEM EBITDA	**32,81%**	**32,19%**

NOTA 49 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela Aneel.

49.1 - As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	CONTROLADORA					
	2010			2009		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Boa Vista Energia S.A.						
Outros	4.778	(3)	-	122	-	-
	4.778	**(3)**	**-**	**122**	**-**	**-**
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.						
Fornecedores	-	(117)	-	-	-	-
Outros	92	-	2.167	-	-	-
	92	**(117)**	**2.167**	**-**	**-**	**-**
Integração Transmissora de Energia S.A.- Intesa						
Fornecedores	-	308	-	-	558	-
Outros	5.163	-	3.351	-	-	-
	5.163	**308**	**3.351**	**-**	**558**	**-**
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.-AETE						
Fornecedores	-	1	-	-	199	-
Outros	163	-	1.397	-	-	-
	163	**1**	**1.397**	**-**	**199**	**-**
Amapari Energia S.A.						
Outros	103	-	-	-	-	-
	103	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Energética Águas da Pedra S.A - EAPSA						
Outros	-	-	54	-	-	-
	-	**-**	**54**	**-**	**-**	**-**
Manaus Transmissora de Energia S.A.						
Outros	-	-	714	-	-	-
		-	**714**		**-**	**-**
TOTAL	**10.299**	**189**	**7.683**	**122**	**757**	**-**

49.2 - As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	CONTROLADORA					
	2010			2009		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	3.429.096	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.245	(1.184.432)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	631.793	-	-	4.023.201	-
Outros	10.265	4	-	12.177	59.259	-
	10.265	**631.797**	**-**	**12.177**	**7.521.801**	**(1.184.432)**
Cia. Energética do Piauí - Cepisa						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.235	-	-	5.540	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	2.549
Outros	-	-	-	4	-	-
	6.235	**-**	**-**	**5.544**	**-**	**2.549**
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	416.940	-	-	4.869	-	-
Venda das DITs	43.889	-	-	114.512	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	2.186	-	-	-	-	1.734
Outros	6	1	-	14	-	-
	463.021	**1**	**-**	**119.395**	**-**	**1.734**
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.279	-	-	5.901	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	308	-	-	-	-	1.734
Outros	-	-	-	-	31	-
	6.587	**-**	**-**	**5.901**	**31**	**1.734**
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Fornecedores	-	4.543	-	-	5.022	-
Outros	303	-	-	84	-	-
	303	**4.543**	**-**	**84**	**5.022**	**-**
Eletrobrás Partipações S.A. - Eletropar						
Outros	**11.574**	**-**	**-**	**-**	**11.574**	**-**
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	18.625	-	-	11.881	-	-
Venda das DITs	33.459	-	-	134.490	-	-
Outros	184	-	-	78	4	-
	52.268	**-**	**-**	**146.449**	**4**	**-**
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4.157	4	-	3.597	-	-
Fornecedores	-	9.167	-	-	10.775	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	32.847
Outros	457	24	-	98	33	-
	4.614	**9.195**	**-**	**3.695**	**10.808**	**32.847**
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8.614	-	-	7.439	-	-
Fornecedores	-	6.202	-	-	7.260	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	65.137
Outros	216	-	-	69	123	-
	8.830	**6.202**	**-**	**7.508**	**7.383**	**65.137**
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	236	-	-	76	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	683
	236	**-**	**-**	**76**	**-**	**683**
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	502	-	-	438	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	3.836
	502	**-**	**-**	**438**	**-**	**3.836**
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Outros	5.689	631	-	6.195	274	-
	5.689	**631**	**-**	**6.195**	**274**	**-**
Previnorte Fundação de Previdência Complementar						
Outros	**-**	**5.128**	**-**	**-**	**4.264**	**-**
TOTAL	**570.124**	**657.497**	**-**	**307.462**	**7.561.161**	**(1.075.912)**

a) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

■ Contratos de empréstimos e financiamentos

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado (nota 25).

■ Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos da Eletrobras para a Companhia, assim como os custos com empregados cedidos da Companhia para Eletrobras são totalmente reembolsados entre as empresas.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos da Eletrobras por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados da Eletrobras são totalmente reembolsados entre as empresas.

b) Furnas Centrais Elétricas S.A.

■ Disponibilização do Sistema de Transmissão

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos de Furnas por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados de Furnas são totalmente reembolsados entre as empresas.

c) Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

■ Disponibilização do Sistema de Transmissão

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos da Chesf por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados de Chesf são totalmente reembolsados entre as empresas.

■ Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos da Chesf para a Companhia, assim como os custos com empregados cedidos da Companhia para a Chesf, são totalmente reembolsados entre as empresas.

d) Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

■ Disponibilização do Sistema de Transmissão

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos da Eletrosul por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados de Eletrosul são totalmente reembolsados entre as empresas.

■ Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos da Eletrosul para a Companhia, assim como os custos com empregados cedidos da Companhia para a Eletrosul, são totalmente reembolsados entre as empresas.

e) Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear

■ Disponibilização do Sistema de Transmissão

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos da Eletronuclear por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados de Eletronuclear, são totalmente reembolsados entre as empresas.

f) Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

■ Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. por empregados da Companhia, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., são totalmente reembolsados entre as empresas.

■ Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. , são totalmente reembolsados entre as empresas.

49.3 - Remuneração do pessoal chave da administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	2.463	2.139
Encargos sociais	87	75
Benefícios	880	817
Participação nos lucros e resultados	234	191
TOTAL	**3.664**	**3.222**

NOTA 50 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

50.1 – Gestão de recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da Companhia, destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos concedidos à controlada Boa Vista Energia S.A. (nota 10) e os investimentos de participações societárias nesta controlada e nas sociedades de propósito específico (nota 20).

50.2 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo. (nota 8).

b) Contas a receber de clientes e partes relacionadas

São ativos financeiros apresentados a valores de custo, deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base em análise individual dos créditos existentes e constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais riscos de perda (notas 9 e 10).

c) Créditos renegociados

São ativos mantidos até o vencimento e registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.

d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos concedidos são ativos financeiros com recebimento fixos ou determináveis, restritos à subsidiária integral Boa Vista Energia S.A., mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva (nota 10).

Como passivos financeiros destacam-se os empréstimos obtidos junto à Eletrobras e BNDES, mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se método da taxa de juros efetiva BNDES (nota 25).

e) Instrumentos financeiros derivativos embutidos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações apuradas lançadas no resultado na rubrica resultado financeiro, custo das vendas ou outras receitas e despesas operacionais, dependendo de sua função.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na nota 13. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A Companhia possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a dois clientes Alumar e Albras cuja receita está parcialmente associada ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange (LME)*, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos prêmios. Os detalhes do contrato estão informados na nota 13.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos especulativos.

50.3 – Gestão de riscos

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio, vinculados a empréstimos e financiamentos (nota 25.b).

b) Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de financiamento em moeda estrangeira, principalmente referenciados à taxa Libor (nota 25.f)

c) Risco de commodities

A Companhia possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a dois clientes, Alumar e Albrás cuja receita está parcialmente associada ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange (LME)*, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos prêmios.

O risco está relacionado à oscilação do preço do alumínio, matéria prima utilizada pelos clientes da Companhia nos seus processos produtivos.

d) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis junto a clientes.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. No segmento de distribuição, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência analisando as especificidades da sua carteira de clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto, na sua totalidade, por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, os limites de crédito são revisados periodicamente.

e) Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

f) Risco regulatório

A Companhia detém concessões para a exploração de serviços de geração e transmissão de energia elétrica que, de acordo com a legislação em vigor, podem ser renovadas. Caso a renovação dessas concessões (nota 2) não sejam deferidas, ou a renovação venha a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia – concessão onerosa, pode ocorrer comprometimento do seu desempenho operacional. Cabe destacar que o prazo de concessão da UHE Tucuruí, principal usina da Companhia, vence em 11 de julho de 2024.

g) Risco de preço

Até 2004 os preços de suprimento de energia elétrica, decorrentes da atividade de geração, eram fixados pela Aneel. A partir da realização do Leilão 001/2004, concretizado pela Agência Reguladora do Setor de Energia Elétrica, as geradoras passaram a comercializar sua energia com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação da Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

h) Risco de mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pela Companhia é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia em ambiente regulado - CCEAR, celebrados em decorrência da participação em leilões de energia promovidos pela Aneel, em dezembro de 2004.

A Companhia, portanto, detém risco de descontratação de sua energia nos termos da legislação vigente.

NOTA 51 – SEGUROS (não auditada)

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia tem por filosofia básica transferir, por meio da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 4.563.585, estando a especificação por modalidade de risco e data de vigência abaixo demonstradas:

SEGURADORA / RISCO	CONTROLADORA		
	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
a) Mapfre Seguros S.A. Engenharia, na modalidade de funcionamento operacional	26.12.2010 a 26.12.2011	4.314.639	16.322
b) Tókio Marine Seguradora S.A. Incêndio, raio e explosão	09.12.2010 a 09.12.2011	61.667	21
c) Tókio Marine Seguradora S.A. Incêndio, raio e explosão	04.05.2010 a 04.05.2011	87.279	18
d) Tókio Marine Seguradora S.A. Responsabilidade civil	14.12.2010 a 14.12.2011	100.000	1.045
TOTAL		**4.563.585**	**17.406**

■ Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional:

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termoelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

■ Seguro de incêndio, raio e explosão:

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

■ Seguro de responsabilidade civil geral:

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

NOTA 52 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010 estão demonstradas a seguir:

CONTROLADORA		
CATEGORIA	REMUNERAÇÃO	
	MAIOR (R$)	MENOR (R$)
Diretores	27.861,07	27.861,07
Empregados	35.917,24	1.847,21
	SALÁRIO MÉDIO (R$)	**REMUNERAÇÃO MÉDIA (R$)**
Empregados	6.201,89	9.650,23

As remunerações estão de acordo com a política salarial praticada pela Companhia e incluem salário base, gratificação de função, adicional por tempo de serviço e produtividade.

NOTA 53 – GASTOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE (não auditada)

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Investimentos e custeios com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente:		
- Manutenção e Preservação	308	1.757
- Planejamento/Desenvolvimento	2.236	1.066
- Combustível	123	317
- Material	299	214
- Programa/Meio Ambiente	177	116
- Outros	433	399
TOTAL	**3.576**	**3.869**
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados:		
- Programa/Apoio a Comunidades Indígenas	11.272	10.443
- Planejamento/Fiscalização	39	557
TOTAL	**11.311**	**11.000**
Investimentos e gastos com educação ambiental de empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade:		
- Programa Germoplasma/Meio Ambiente	8	205
- Educação Ambiental	187	40
- Outros	11	25
TOTAL	**206**	**270**
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade:		
- Educação Ambiental	23	40
- Programa/Meio Ambiente	139	-
- Transporte/Combústivel	58	21
- Outros	71	16
TOTAL	**291**	**77**
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais:		
- Transporte de resíduos	140	325
- Material	-	127
- Programa/Meio Ambiente	169	-
- Apoio Administrativo	-	17
- Outros	91	18
TOTAL	**400**	**487**
TOTAL GERAL	**15.784**	**15.703**

NOTA 54 – ASSUNTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO

a) Transferência do Controle Acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras

No contexto da reestruturação e reorganização das Concessionárias de distribuição pertencentes ao Sistema Eletrobras encontra-se em andamento as providências com vistas a transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras.

b) Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

A Resolução Normativa Aneel n° 367, de 2 de junho de 2009, aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, que tem como principais objetivos:

▪ Padronizar os procedimentos de controle patrimonial adotados no Setor Elétrico, permitindo a fiscalização e o monitoramento das atividades objetos da concessão, permissão ou autorização, pela Aneel;

▪ Permitir uma adequada avaliação patrimonial para atendimento das necessidades de valoração de bens e instalações e remuneração do capital investido no tempo da outorga do serviço, mediante estrutura tarifária.

A Companhia está adotando as providências necessárias à implementação das instruções contidas no referido manual até a data limite de 31 de dezembro de 2011 estabelecida pela Aneel.

NOTA 55 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás está negociando com a Eletrobras o uso da rede de fibras óticas do grupo, que inclui a Companhia, para colocar em prática o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), previsto para entrar em operação ainda este ano.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como concordaram com a opinião dos auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Produção e Comercialização

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA
Presidente

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Conselheiro

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Conselheiro

TÚLIO NEIVA RIZZO
Conselheiro

WANDERMILSON JESUS GARCÊZ DE AZEVEDO
Conselheiro

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Produção e Comercialização

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

JOSÉ FRANCISCO DE ABREU
Contador - CRC-DF-003586/O-5

CONSELHO FISCAL

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA

JOSÉ CORDEIRO NETO

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2009

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujos balanços patrimoniais e as respectivas notas explicativas estão apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 13 de março de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 6 que foram efetuados para alterar os balanços patrimoniais e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP167828/O-4 "S" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2010. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembléia Geral Ordinária.

Brasília - DF, 28 de abril de 2011

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA

JOSÉ CORDEIRO NETO

BOA VISTA ENERGIA S/A

EXEMPLAR

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2010

I Mensagem da Administração

Este relatório demonstra as iniciativas voltadas à gestão alinhada ao compromisso firmado com a holding no âmbito do Plano de Transformação da Eletrobrás e na celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, com vistas a dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro e atender as diretrizes estratégicas do Sistema Eletrobrás.

Atuando com uma governança corporativa alicerçada na gestão ética, transparente e com responsabilidade social, a Administração priorizou ações voltadas a melhorar o relacionamento com a sociedade, maximizar receita, eficientizar os processos operacionais, combater à inadimplência e às perdas de energia elétrica.

Desta forma, a Companhia buscou incessantemente aumentar a qualidade dos serviços prestados à população de Boa Vista, com o devido empenho na manutenção do Certificado NBR ISO 9001 das suas atividades comerciais e operacionais.

No ano de 2010, em conjunto com os órgãos competentes, se conseguiu evitar o risco de racionamento elétrico para o Estado de Roraima, proveniente do fenômeno meteorológico La Niña, que afetou diretamente a geração elétrica do complexo hidrelétrico de Guri - Venezuela.

Destaque se o desempenho dos colaboradores, referendado com a conquista da redução das Perdas Elétricas Globais, para o menor índice registrado nos últimos anos, de 16,14%, e na manutenção dos índices que mensuraram a qualidade e continuidade dos serviços prestados de energia elétrica aos seus clientes, que resultou no reconhecimento junto ao órgão regulador com agraciamento do Prêmio IASC nas categorias "Maior Crescimento 2009/2010" e "Melhor da Região Norte 2009/2010".

Os resultados obtidos somente foram possíveis em virtude do processo de gestão empresarial transparente e focada em resultados, alicerçado no comprometimento dos colaboradores, que buscaram incansavelmente atingir as metas propostas, visando atender aos propósitos e valores desta Companhia.

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor Presidente

II - Apresentação

A Eletrobras Distribuição Roraima tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis acompanhadas com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

No Relatório que ora se apresenta, podem ser visto um resumo das realizações e resultados do Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras (PTSE), que contempla um conjunto de 41 projetos (ou ações), distribuídos em quatro vetores de atuação definidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia teve participação efetiva nos conjuntos de projetos, que tiveram o objetivo de implementar uma nova visão de futuro, alinhada ao novo ambiente institucional do setor elétrico brasileiro, com foco na eficiência empresarial para obter melhores resultados para as diversas partes interessadas (stakeholders).

O ano de 2010 foi marcado por dois sucessos para a Companhia. O primeiro foram as ações para equacionar o período de racionamento elétrico do Estado de Roraima, provocado pelo fenômeno meteorológico La Niña, que afetou diretamente o complexo hidrelétrico de Guri - Venezuela. O segundo foi o registro do menor índice de perdas elétricas dos últimos 5 anos, 16,14%, fruto dos esforços dos administradores e colaboradores.

Atualmente o mercado de energia vendida da capital de Roraima vem demonstrando crescimento contínuo, registrando no ano uma taxa de crescimento de 7,9%, em relação ao ano anterior. O segmento privado foi o que mais cresceu, registrando uma taxa de 9,8%, alavancado pelas classes Residencial e Comercial. O segmento público esteve próximo do privado, registrando um crescimento de 9,3%, onde se destacaram as classes Iluminação Pública e Serviço Público, com taxas de crescimento de 27,9% e 16,7%, respectivamente.

O desempenho quanto à qualidade e continuidade dos serviços prestados de energia elétrica é medido com base nos seguintes indicadores: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), que mede o período de tempo em que o consumidor permaneceu sem energia elétrica, que registrou 16,97 horas acumuladas em 2010; FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que mede a quantidade de vezes em que o consumidor teve o serviço interrompido, registrou 22 interrupções no ano; TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que mede o intervalo entre uma reclamação de interrupção e o seu restabelecimento, registrou 72 minutos em 2010. Com os resultados dos indicadores apresentados, a Companhia se manteve dentro dos limites estabelecidos pelo órgão regulador.

No ambiente econômico-financeiro, a Companhia apresentou em 2010, prejuízo líquido de R$ 113,3 milhões em suas Demonstrações Contábeis. Os fatores relevantes deste resultado foram: a) o aumento da despesa financeira, ocasionado pela inadimplência do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletronorte; b) aumento da despesa com Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosas, provocada principalmente pela inadimplência das contas de energia elétrica do Governo do Estado de Roraima e da Companhia de Água e Esgoto de Roraima - CAER.

Destaca-se finalmente, como fato relevante, a redução tarifária de 1,31% para o consumidor final, aplicada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.081, de 26/10/2010, para o período de novembro/2010 a outubro/2011. Após o reajuste ocorrido em 2010, a tarifa residencial da Companhia ficou classificada no ranking das distribuidoras de energia elétrica divulgado no sitio da ANEEL, como a 3ª mais baixa do Brasil.

III - PERFIL

1. A Eletrobras Distribuição Roraima

Em 1989, surgiu a Regional de Boa Vista, com a encampação de parte da Companhia Energética de Roraima - CER, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Esta regional surgiu com o propósito de Companhia de distribuição, comercialização e geração de energia elétrica, assumindo assim as atividades, até então, desenvolvidas pela CER na Capital.

A Eletrobras Distribuição Roraima denominada neste relatório de "Companhia" foi criada em 23 de dezembro de 1997, começando a atuar no município de Boa Vista a partir da assinatura, juntamente com a Eletronorte, do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", em 3 de fevereiro de 1998. Atua no mercado de acordo com a legislação e normas que regem o setor elétrico brasileiro, conforme Contrato de Concessão nº 021/2001 estabelecido com o Poder Concedente, por meio do Órgão Regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial nº 31, em 13 de fevereiro de 1998, seção 01, páginas 55 e 56.

A Eletrobras Distribuição Roraima é uma subsidiária integral da Eletronorte, inscrita no CNPJ nº 02.341.470/0001-44, constituída como Sociedade Anônima Fechada - Empresa Pública, controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em julho de 2001, foi concluída a construção da Linha de Transmissão, em tensão de 230 kV, que interliga à Subestação de Las Claritas na Venezuela, pertencente a CVG EDELCA, com a Subestação Boa Vista de propriedade da Eletronorte e, às Linhas de Transmissão, em tensão de 69 kV, que interligam as Subestações Centro e Floresta da Eletrobras Distribuição Roraima.

Com a implantação deste sistema elétrico o Estado de Roraima, mais especificamente, os municípios de Boa Vista, Cantá, Bonfim, Mucajaí, Iracema e Alto Alegre, passaram a ser supridos pela energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Guri instalada na Venezuela, em substituição aos parques térmicos da Companhia e da Companhia Energética de Roraima - CER, o que garantiu uma maior confiabilidade e continuidade no fornecimento da energia elétrica, proporcionado uma melhor qualidade de vida a essa população.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Missão do Sistema Eletrobras, base de sua razão de ser e identidade institucional, consiste em: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

A Visão do Sistema Eletrobras, imagem que sintetiza a situação desejada para a instituição no ano de 2020, é a seguinte: Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Os Valores que balizam as práticas e os comportamentos do Sistema Eletrobras e dos seus integrantes, representando suas doutrinas essenciais e permanentes, são: Foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização e comprometimento das pessoas, ética e transparência.

3. Governança Corporativa

Os principais órgãos de governança da Companhia, formalmente constituídos e com atuação regular, são:

- Assembleia Geral de Acionistas - dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração, compete aprovar quaisquer alterações no estatuto bem como alteração na composição de capital da Organização. Ao longo de 2010, foram convocadas três Assembleias-Gerais, sendo duas Extraordinárias e uma Ordinária.

- Conselho Fiscal - Tem caráter permanente e é composto por três membros que representam a Eletrobras, o Tesouro Nacional e o Ministério de Minas e Energia. As reuniões são mensais e, quando necessário, são realizadas, ainda, reuniões conjuntas com o Conselho de Administração.

- Conselho de Administração - Composto por seis membros, onde o Presidente da Companhia é membro efetivo deste colegiado, juntamente com outros cinco membros representantes, sendo um da Eletrobras, um do Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão, dois do Ministério de Minas e Energia e um representante do Estado de Roraima, com mandato de três anos.

- Auditoria Interna - Subordinada diretamente ao Conselho de Administração, executa o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria - PAINT, visando avaliar e conferir os processos administrativos, quanto ao cumprimento dos normativos legais e internos. Segue as diretrizes da Eletrobras, executa o monitoramento do processo do contencioso em conformidade com a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, com perspectiva ainda, de serem mapeados e inseridos mais onze processos administrativos.

- Diretoria Executiva - Composta pela Presidência e mais seis diretorias: Gestão, Financeiro, Comercial, Operação, Planejamento e Expansão, Assuntos Regulatórios. As reuniões, semanais, são dedicadas à condução dos negócios, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração.

- Comitê de Gestão - Composta por um representante da Presidência e mais seis representantes das diretorias de Gestão, Financeiro, Comercial, Operação, Planejamento e Expansão e Assuntos Regulatórios. As reuniões, semanais, são dedicadas à coordenação, acompanhamento e controle das atividades da Empresa, de acordo com os planos, orientações e decisões da Diretoria Executiva.

IV - GESTÃO

1. Plano de Transformação do Sistema Eletrobras - PTSE

A Eletrobras e Ministério de Minas e Energia identificaram a necessidade de buscar a transformação e o fortalecimento do Sistema Eletrobras. A partir das diretrizes definidas pelo governo federal, foi elaborado o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras (PTSE).

Sustentado numa nova plataforma estratégica, organizacional e mercadológica, o PTSE visa dotar o Sistema Eletrobras de uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando-o competitivo na operação e na expansão da oferta de energia elétrica, proporcionando a remuneração adequada a seus acionistas. O PTSE contempla quatro vetores de atuação:

I - Aperfeiçoamento da governança corporativa;

II - Reorientação dos negócios de distribuição;

III - Reformulação institucional da holding;

IV - Reorganização do modelo de gestão empresarial.

A coordenação das atividades é realizada pelo Comitê de Gestão da Transformação do Sistema Eletrobras (CGTE), formado por representantes de cada uma das empresas do Sistema Eletrobras e de cada uma das diretorias da Eletrobras.

O ano de 2010 teve grandes avanços no PTSE e a Eletrobras Distribuição Roraima, como Companhia do Sistema Eletrobras, teve participação efetiva nos conjuntos de projetos, como podem ser demonstrados a seguir os principais projetos e resultados alcançados que estão relacionados com a Companhia.

Reformulação Institucional

Lei 11.943: Licitação simplificada - foi definida possibilidade de adoção de regime simplificado de licitação para as empresas Eletrobras.

Lei 12.111: Sistemas Isolados - definição das regras para geração e comercialização nos sistemas isolados. Redução de custos da ordem de R$ 1 bilhão por ano.

Lei 12.375: Alteração Estatutária da Eletrobras - as mudanças estatutárias passam a ser aprovadas tão somente pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE), como qualquer empresa sujeita à lei das Sociedades Anônimas. Anteriormente, além da aprovação da AGE, era necessário decreto presidencial específico.

Lei 12.377: Superávit primário - em dezembro de 2010, o Congresso Nacional aprovou a retirada da Eletrobras do cálculo do superávit primário A decisão abre caminho para que a Eletrobras possa elevar ainda mais o patamar de investimentos.

Plano Estratégico

Plano Estratégico Integrado 2010-2020: Foram definidas as estratégias corporativas para as empresas Eletrobras no período de 2010-2020, a partir dos estudos de diversos cenários.

Plano de Negócios 2011-2015: Foram elaborados, com especialistas de todas as empresas Eletrobras, um total 7 (sete) planos de negócios: Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização de Energia, Internacionalização, Fundos Setoriais e Programas de Governo. Tendo como base as estratégias corporativas do Plano Estratégico foram relacionadas às iniciativas a serem implantadas e o montante de investimentos para o período. O Conselho de Administração ainda não aprovou o referido Plano.

Marcas e Comunicação Corporativa

Nova marca para as empresas Eletrobras: Foi definida e implantada uma nova arquitetura de marca para as empresas Eletrobras. A estratégia de marca visa atender ao novo posicionamento que ressalta a integração das empresas. Espera-se maior visibilidade, melhoria da imagem corporativa com sustentabilidade e aumento do valor da marca Eletrobras.

Em 22 de março de 2010, a Eletrobras realizou no Rio de Janeiro uma cerimônia no Museu Histórico Nacional, com as presenças dos presidentes das empresas do Sistema Eletrobras, de principais lideranças e autoridades para lançar a nova marca para o Sistema Eletrobras. Uma nova marca para um novo tempo, um movimento para frente na construção conjunta de uma empresa global, multiplicadora de riquezas e comprometida com o planeta e a vida.

Como participante do Sistema Eletrobras, antes denominada Boa Vista Energia, com a nova arquitetura e marca construída a Companhia passa a se chamar Eletrobras Distribuição Roraima.

Comunicação Corporativa: Foi definida uma política integrada de comunicação corporativa com foco específico nos processos direcionados aos públicos de interesse da Eletrobras. Algumas iniciativas para adoção da política estão sendo implantadas tendo como base o plano estratégico empresarial e respectiva estratégia de marca para as empresas Eletrobras.

Política de Patrocínios: Foi definida e aprovada uma Política de Patrocínios para as empresas Eletrobras estabelecendo diretrizes para uma atuação integrada que reforce a presença das empresas de acordo com o novo posicionamento estratégico.

Edital de Cultura: Pelo segundo ano consecutivo (2010 e 2011) foi lançado um Edital de seleção pública de patrocínio a projetos culturais das empresas Eletrobras. A concessão e a participação de todas as empresas possui abrangência nacional e visa atender as demandas culturais nas áreas de Teatro, Cinema e Patrimônio Imaterial.

Gestão Integrada de Pessoas

Novo Plano de Carreira e Remuneração - PCR: O PCR das empresas do Sistema Eletrobras foi concluído, aprovado e implantando. Um Plano unificado composto de políticas e procedimentos para o gerenciamento da Carreira, Remuneração e Avaliação dos profissionais do Sistema Eletrobras que aderiram ao novo plano.

Novo Sistema de Gestão do Desempenho - SGD: O modelo do SGD das empresas do Sistema Eletrobrás foi concluído e aprovado. Um Sistema que irá proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dos profissionais, subsidiar processos de Gestão de Pessoas, tais como remuneração, carreira, seleção interna, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho; e contribuir para aumentar os níveis de produtividade da Empresa e do Sistema Eletrobras. Este projeto está em fase de planejamento para implantação.

Clima Organizacional: O Modelo Unificado de Clima Organizacional foi elaborado e definido pelas empresas do Sistema Eletrobras. Em 2010, foi aplicada a 1ª pesquisa das empresas Eletrobras. Os resultados orientarão a elaboração de Planos de Ação para melhorias contínuas no Clima Organizacional das empresas e a definição e apuração de indicadores no âmbito do CMDE (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial).

Plano de Capacitação e Universidade Corporativa - Unise: Em 2010, a Unise iniciou as suas ações conforme projeto concebido em 2009. Realizou programas voltados para o negocio de distribuição de energia: Regulação do Setor Elétrico; Programas de Liderança, voltados para os potenciais líderes. Estão sendo desenhados ainda os programas de: Disseminação de Valores das empresas Eletrobras; Desenvolvimento das Competências Gerais do PCR; Alinhamento Gerencial para todo o corpo gerencial das empresas; e o Portal da Unise, que estará disponível em todas as estações de trabalho.

Governança Corporativa

Alterações nos estatutos das empresas controladas: As alterações implantadas definem que as decisões de negócio serão deliberadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras (CAE). A padronização dos estatutos já foi aprovada por todas as instâncias governamentais e depende apenas da aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas de cada empresa.

Melhores práticas de governança: Melhores práticas adotadas pelo mercado estão sendo incorporadas. Algumas já foram implantadas como: (i) a definição de manuais para conselheiros fiscais e de administração que representam a Eletrobras; (ii) critérios normativos para representantes da Eletrobras em conselhos e (iii) código de práticas de governança corporativa. A adoção de outras práticas ainda depende de aprovação de alterações no estatuto da Eletrobras.

Realinhamento da Estratégia Financeira

Capitalização de Geradoras e Distribuidoras: A capitalização de R$ 14 bilhões de dívidas das empresas geradoras e distribuidoras da Eletrobras, reduziu o endividamento dessas empresas contribuindo para uma maior eficiência tributária da Eletrobras como um todo e aumento da capacidade de investimentos das empresas.

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou através da Deliberação DEL-135/2009, de 30.10.09, a capitalização das Empresas de Distribuição, envolvendo aumento de capital mediante capitalização de crédito de empréstimos e financiamentos mais os saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Para a Eletrobras Distribuição Roraima foi aprovado à capitalização de R$ 18 milhões provenientes de financiamento com a Eletrobras, que está condicionada a transferência acionaria da Eletronorte para a Eletrobras.

Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial

Diagnóstico dos negócios e operações: Foi realizado amplo diagnóstico dos negócios e operações das empresas Eletrobras, identificando as estruturas, macro-processos, funções e recursos existentes e apontando aqueles que necessitam de mudanças para evitar a destruição de valor e aumento dos seus resultados.

Modelo organizacional para a Eletrobras: Partindo das fragilidades identificadas e dos desafios que a empresa tem pela frente, propõe-se um novo modelo organizacional que viabilize um ambiente mais adequado para a viabilização das estratégicas existentes.

Gestão do Desempenho Empresarial

Informações Gerenciais para Conselho de Administração: Os Conselhos de Administração das empresas estão recebendo um Resumo Executivo com as principais informações sobre as operações.

Contratos de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE: Os contratos foram assinados em 2009 com cada uma das empresas Eletrobras para o período de 5 (cinco) anos. Foram estabelecidas metas a serem alcançadas para indicadores diversos nas áreas Financeira, Técnico-Operacional e Socioambiental. Encontra-se em análise pelo Conselho de Administração uma proposição de novos indicadores e nova metodologia de acompanhamento do desempenho.

Sustentabilidade

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Política e Comitê de Sustentabilidade: Foi aprovada uma política de Sustentabilidade para as empresas Eletrobras. O Comitê de Sustentabilidade, vinculado ao Conselho de Administração, e integrado por representantes de todas as empresas, passou a operar para gerir a política e os respectivos planos de ações.

Planos de Ação: Foram definidos dois planos de ações para Sustentabilidade Empresarial da Eletrobras: Fase 1 - Pacto de Tucuruí (2009-2010) e Fase 2 - Pacto de Furnas (2010-2011).

Gestão de Riscos: Definida a Política de Gestão Integrada de Riscos para as empresas Eletrobras (a ser aprovada pelo CAE). Foram mapeados os riscos corporativos de diversas naturezas em todas as empresas visando à definição de ações de mitigação.

Controles Internos: Todas as empresas atuaram, com resultado favorável, na conformação dos controles internos em processos críticos para atendimento à Lei SOX (Sarbannes-Oxley). A iniciativa é um dos requisitos para a manutenção da negociação de papéis da Eletrobras na Bolsa de Nova Iorque.

Política de Eficiência Energética: A política foi definida e aprovada para ser adotada nas instalações de todas as empresas Eletrobras, como forma de ampliar as práticas de eficientização do uso da energia elétrica.

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial: Pelo quarto ano consecutivo (2007 a 2010) a Eletrobras foi listada no ranking das empresas que, segundo avaliação da Bovespa, possuem alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Negócios de Distribuição

Ações de Governança - Gestão centralizada: A gestão das distribuidoras foi centralizada na Eletrobras. Para tanto foi criada uma estrutura organizacional específica (Diretoria de Distribuição) e constituída uma única diretoria para gerir os negócios e operações das empresas de distribuição. O Conselho de Administração foi reestruturado e os estatutos reformulados.

Readequação de Processos: Foi elaborado diagnóstico dos processos organizacionais existentes em todas as distribuidoras visando à readequação e aproveitamento de boas práticas adotadas. Foi realizado o dimensionamento qualiquantitativo de pessoal com sinalizações para adequação dos custos associados. O processo de compras de materiais e equipamentos para a construção e manutenção da rede de distribuição de energia foi reformulado buscando a redução de custos operacionais e de aquisição. Na Eletrobras, foram avaliados os processos existentes na holding para gestão das distribuidoras. Alguns desses processos e estruturas foram readequados. Outras melhorias estão sendo planejadas.

Plano de Melhoria de Desempenho - PMD: Foi definido um conjunto ações organizadas por temas diversos (expansão da rede, tecnologia da informação, operação & manutenção, etc.) onde foram estabelecidas responsabilidades e metas a serem alcançadas. Pouco mais da metade do PMD já foi implantado. O Plano tem metas alinhadas para considerar novas realidades identificadas Com o objetivo de obter o equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição da Eletrobras. No ano de 2010, o Banco Mundial (BIRD) aprovou um financiamento para a Eletrobras de US$ 500 milhões que será integralmente repassado às distribuidoras para implementação de várias ações previstas no PMD.

Maiores informações são encontradas no endereço www.eletrobras.com/transformacao, com os resultados do Plano de Transformação da Eletrobras e seus reflexos para a Eletrobras Distribuição Roraima.

2. Planejamento Estratégico

As ações estratégicas da Companhia estão consolidadas no Plano de Melhoria de Desempenho (PMD) para o período de 2010-2014, contemplando os seguintes direcionamentos estratégicos:

- Redução de Perdas de Energia Elétrica;
- Redução de Inadimplência e equacionamento de estoque de recebíveis;
- Atingimento de metas do Programa Luz para Todos;
- Melhoria da Qualidade dos Serviços;
- Expansão da Rede para atender o crescimento do mercado;
- Adequar o PMSO à Empresa de Referência definida pela ANEEL;
- Vinculação dos projetos de PEE e P&D aos objetivos empresariais e à aprovação da ANEEL;
- Renovação da Tecnologia da Informação;
- Outras ações relevantes.

O modelo de gestão do PMD tem como ferramenta principal a utilização de reuniões de Análise Crítica de Desempenho, e conta ainda com um Painel de Indicadores de Desempenho com os principais indicadores de desempenho financeiro e não financeiro, que são acompanhados visando à eficácia das ações e o alinhamento aos direcionamentos estratégicos.

Destacamos abaixo os principais indicadores do PMD 2010, e os resultados alcançados.

Principais indicadores do PMD - 2010	Ref.	2008	2009	2010	2010 PMD	%
1. PERDAS						
Perdas de Energia Elétrica	%	16,6	17,1	16,1	15,2	5,9
2. ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA						
Contas consumidores vencidos	R$ milhões	110,9	77,3	86,1	12,2	605
3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS						
DEC	Horas	13,7	8,8	16,9	13,1	29,0
FEC	Nº de vezes	35,6	20,9	22,1	28,7	-23,0
TMA	Minutos	52,0	56,5	72,7	52,0	39,8
4. PESSOAS						
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento	%	0	0	11,0	0	-
Taxa de Gravidade de Acidentes	%	0	0	706,9	0	-
5. PROGRAMA LUZ PARA TODOS						
Número de UC's rurais ligadas		33	71	48	1.191	-96,0
6. DESEMPENHO ECONÔMICO						
Lucro Líquido ou Prejuízo	R$ milhões	-37,5	2,6	-113,2	-25,3	-347

3. Relação com Investidores

Com responsabilidade e transparência tem seguido as boas práticas de governança corporativa. Assim, a alta administração, juntamente com seus subordinados, tem atuado com padrão de qualidade, agilidade e ética com alinhamento das informações junto às suas partes interessadas. Assim, disponibiliza no seu sítio www.boavistaenergia.gov.br, os links: Transparência Pública e Processos de Contas Anuais, com informações a respeito da gestão da Companhia. São utilizados ainda, o atendimento telefônico, correio padrão, presencial e envio de e-mails.

Encontra-se para aprovação o resultado da avaliação econômico-financeira elaborada Deloitte Touche Tohmatsu, com vistas, a transferência acionária da Eletronorte para a Eletrobras.

4. Investimentos

O programa de investimento contemplou a execução de obras no valor de R$ 10,27 milhões nos segmentos de distribuição, comercialização e administração, com vistas, a garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos clientes.

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)		2010	2009	%
Distribuição		4,33	3,47	24,78
Comercialização		1,56	2,83	-44,88
Infra-estrutura		3,77	3,24	16,36
Luz Para Todos		0,61	0,69	-11,59
Total Geral	**10,27**		**10,23**	**1,0**

V - DESEMPENHO EMPRESARIAL

1. Contrato de Metas de Desempenho Empresarial

A Companhia vem atuando em consonância com as diretrizes do Plano de Transformação da Eletrobras, para adequação da sua estrutura de capital, a fim de minimizar os custos de capital da Companhia e maximizar a geração de valor para seus acionistas. Por essa razão, busca aprimorar o perfil de endividamento quanto aos custos, prazos e indexadores.

Dentro das Novas Regras de Governança, a Companhia assinou em 2009, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, com as metas e resultados a serem alcançadas para maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, e as condições de acompanhamento e monitoramento do Contrato.

O desempenho dos indicadores e metas estabelecidos no CMDE no ano de 2010 está apresentado na tabela abaixo.

Descrição da Meta	Indicador Utilizado	Unidade	Perfil	Desempenho Realizado	Meta	%
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS						
Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida	PMSO/ROL	%	< melhor	53,8	52,9	101,7
Manter o Serviço da Dívida nos níveis projetados pelas empresas no estudo de reestruturação de capital	Serviço da Dívida/EBITDA	%	< melhor	-6,5	-12,0	54,2
Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	%	> melhor	-	-10,6	-
Aumentar o nível histórico de realização dos Investimentos	Investimento Realizado/Investimento Aprovado	%	> melhor	25,2	84,0	30,0
INDICADORES OPERACIONAIS						
Aumentar o nível da Margem Operacional	Resultado Operacional/ROL	%	> melhor	-69,2	-31,1	222,5
Aumentar o índice de satisfação dos consumidores	IASC Aneel	%	> melhor	62,5	61,4	101,7
Reduzir a Duração Equiv. de Interrupção do Cliente - DEC	DEC	Horas	< melhor	17,0	13,1	129,5
Reduzir o Freqüência Equiv. de Interrupção do Cliente - FEC	FEC	Nº de vezes	< melhor	22,1	28,7	77,0
Reduzir o Tempo Médio de Atendimento - TMA	TMA	Minutos	< melhor	72,7	52,0	139,8
Reduzir o nível de Perdas de Energia fora da Tarifa	%Perdas Real - % Perdas Regulatória	%	< melhor	0,88	-0,10	-880,0
Reduzir a Inadimplência (INAD) dos consumidores	INAD	%	< melhor	43,3	6,8	637,2
Obter um nível mínimo de satisfação dos colaboradores	Índice de Satisfação dos Colaboradores	%	> melhor	N/A	60,0	-
INDICADORES SÓCIO-AMBIENTAIS						
Manter um montante mínimo de Investimentos Sociais em relação à Receita Operacional Líquida	Montante de Investimentos Sociais/ROL	%	> melhor	N/A	0,42	-
Manter um montante mínimo de Investimentos Ambientais em relação à Receita Operacional Líquida	Montante de Investimentos Ambientais/ROL	%	> melhor	N/A	0,65	-

2. Distribuição de Energia Elétrica

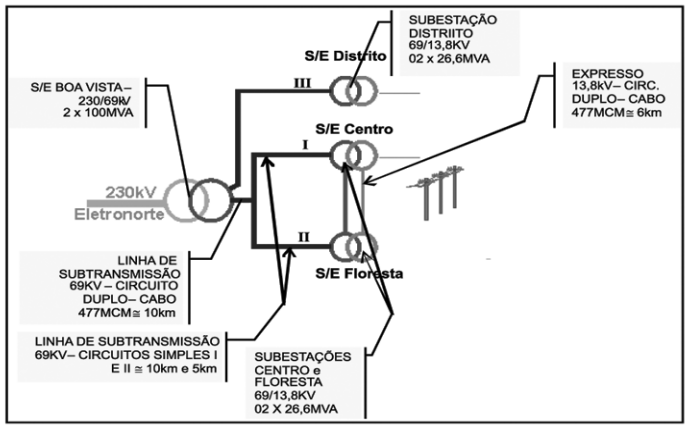
A Companhia recebe energia da Eletrobras Eletronorte na tensão de 69kV, na subestação Boa Vista (Eletronorte), de onde partem três linhas para as Subestações Floresta, Centro e Distrito.

O sistema de subtransmissão em 69kV da Companhia é constituído por aproximadamente 70 km de LTs interligando as subestações. As SEs Centro, Floresta e Distrito, totalizam juntas 159,6MVA de capacidade de transformação, sendo cada uma delas composta de dois transformadores 69/13,8kV de 26,6MVA.

O suprimento a CER é realizado por meio de alimentadores de distribuição em 13,8kV, em três pontos de conexão e o sistema de Distribuição está composto de 24 alimentadores em 13,8 kV.

A figura abaixo apresenta o mapa eletroenergético, contendo o sistema de subtransmissão no ano de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



As informações dos ativos elétricos da Companhia são apresentadas na tabela abaixo:

Descrição	2010	2009	%
Redes AT (Km)	70	70	-
Redes MT (Km)	1.385	1.332	3,98
Redes BT (Km)	1.398	1.370	2,07
Subestações (Unidade)	3	3	-
Trafos aéreos (Unidade)	2.375	2.236	6,22
Postes (Unidade)	49.976	47.643	4,90

3. Geração de Energia Elétrica

Em dezembro de 2009, a empresa venezuelana CVG EDELCA - Electrificación del Caroní C.A., responsável pela totalidade do suprimento do Sistema Elétrico de Roraima - Brasil comunicou a Eletrobras Eletronorte da criticidade de geração de energia naquele país, agravada pelo fenômeno meteorológico La Niña, que afetou diretamente o complexo hidrelétrico de Guri, indisponibilizando sete unidades geradoras daquela hidrelétrica e consequentemente a redução em 70% da capacidade de geração, levando o país da Venezuela ao racionamento de energia.

Numa primeira tentativa de evitar o racionamento elétrico no Estado, a Eletrobras Eletronorte, por solicitação da CVG EDELCA, tentou colocar em operação, no mês de janeiro de 2010, a Usina Termo Elétrica - UTE Floresta em Boa Vista-RR, para substituir de forma gradativa até o limite de 60MW o intercâmbio de energia entre os sistemas elétricos.

Após avaliação técnica operacional em uma das três unidades geradoras instaladas na UTE Floresta, se verificou a incapacidade de atingir a produção de 60MW, além da não confiabilidade para produção em regime contínuo, relembrando que as unidades geradoras da UTE Floresta, estão desde o ano de 2001, quando da interligação e início do suprimento pela CVG EDELCA, em regime de operação contínua em base load e programadas para operação em regime descontinuado e eventual.

Dado o compromisso brasileiro de complementação de geração térmica em Boa Vista e a condição crítica do Parque Térmico da UTE Floresta, composto de grupos geradores com mais de 40 anos de operação, com vida útil em fase de esgotamento, o Ministério de Minas e Energia, amparado pelo Decreto nº 7093, de 02/02/2010, da Presidência da República Federativa do Brasil, publicou a Portaria nº 058, de 11/02/2010, indicando a concessionária Eletrobras Distribuição Roraima como agente responsável pela realização de contratação de grupos geradores, por meio de chamada pública, observando a publicidade e transparência preconizada no referido decreto.

Ainda conforme o Art. 3°, da Portaria n° 058, de 10.02.2010, do MME, autorizou, em caráter emergencial, pelo prazo de 24 meses, a cessão temporária, pela Eletrobras Eletronorte para a Eletrobras Distribuição Roraima, dos bens vinculados a UTE -Floresta, para atendimento ao mercado consumidor da referida concessionária.

Tomadas todas as ações legais para contratação, observando-se a requerida publicidade e transparência preconizada no referido Decreto, a Companhia assinou em fevereiro de 2010, os contratos com os vencedores dos lotes para a disponibilidade de potência e geração de energia elétrica de 60 MW, e seus sistemas auxiliares e associados, em corrente alternada trifásica, freqüência de 60 Hz, tensão de 13,8kV, serviços de operação e manutenção das usinas, a serem instalados 40 MW na UTE Floresta e 20MW na UTE Distrito, na cidade de Boa Vista, pelo período de 24 meses.

Com a conclusão das obras entraram em funcionamento no dia 09/04/10 o grupo de geradores da UTE Distrito, com a produção de 20 MW, e em seguida a produção de 40MW dos grupos geradores da UTE Floresta, no dia 21/04/10. Que foram utilizados ate meados de outubro quando o suprimento da Eletronorte foi normalizado.

As duas UTEs consumiram o total de 51,8 milhões de litros de óleo combustível no período de abril a outubro de 2010, que estiveram em funcionamento e geraram a despesa de aluguel de máquinas na ordem de R$ 19,9 milhões. As principais informações da produção de energia das UTEs estão apresentadas na tabela a seguir:

Usinas Termeletricas (UTEs)	Dados Físicos		Custos Incorridos			
	MwH GERADO	Óleo Combustível Consumido (litros)	Óleo Combustível	ICMS	Aluguel de Máquinas	TOTAL
UTE Floresta	103.659	32.767.726	59.023	13.608	12.047	**84.678**
UTE Distrito	69.416	19.071.289	33.951	7.464	7.896	**49.311**
Total	**173.076**	**51.839.015**	**92.974**	**21.073**	**19.943**	**133.990**

4. Comercialização de Energia Elétrica

O mercado de energia vendida na capital do Estado e à Companhia Energética de Roraima - CER, que supre mais cinco municípios, registrou a quantidade de 540.065 MWh, representando um crescimento de 7,9% em relação a 2009.

Classes de Consumidores	2010 N° Clientes	2010 MWh	2010 R$milhões	2009 N° Clientes	2009 MWh	2009 R$milhões
- Residencial	72.247	238.782	71,52	69.206	214.999	85,21
- Industrial	309	12.989	4,61	312	13.421	5,64
- Comércio, serviço e outras	7.286	108.941	34,91	6.820	99.345	41,01
- Rural	1.803	6.883	1,43	1.821	7.035	1,99
- Poder Público	758	70.260	21,41	755	68.796	25,63
- Iluminação Pública	31	26.523	3,46	31	20.732	4,68
- Serviço Público	62	16.981	3,52	77	14.557	4,33
Subtotal - Fornecimento Faturado	**82.496**	**481.359**	**140,86**	**79.022**	**438.885**	**168,50**
Suprimento de Energia à CER	**1**	**58.706**	**10,67**	**1**	**61.754**	**6,39**
Uso da Rede de Distribuição			**13,66**	**-**	**-**	**13,25**
Total Geral	**82.497**	**540.065**	**165,19**	**79.023**	**500.639**	**188,14**

Em relação à quantidade de energia vendida em Mwh, a classe iluminação publica apresentou no exercício o maior crescimento, com aumento de 27,9% em relação ao ano anterior, e em segundo a classe serviço publico ficou com o aumento de 16,7%, seguida da classe residencial com aumento de 11,1%. O numero de unidades consumidoras obteve um crescimento de 4,4% em comparação ao ano de 2009, com o acréscimo em 2010, de 3.474 unidades consumidoras, predominantemente impulsionado por novos clientes das classes residencial e comercial.

O aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2010 se deve principalmente ao aumento da renda dos consumidores, a ampliação de programas de expansão da rede de distribuição, e a redução do índice de perdas elétricas.

No ano de 2010, a Companhia faturou com o fornecimento de energia elétrica o total de R$ 165,19 milhões, redução de 12,2% em comparação com o ano de 2009, que registrou o valor de R$ 188,14 milhões. O motivo do decréscimo foi em razão da redução tarifaria média de 20,05%, homologado pela Aneel, por meio da Resolução Homologatória n° 897/2009 para o período de novembro-2009 a outubro-2010, que aplicou o índice da Segunda Revisão Tarifária Periódica. O fator preponderante para aplicação desse índice negativo foi a aplicação da Lei 12.111/09, que resultou na redução da tarifa de suprimento de energia elétrica proveniente da Eletrobras Eletronorte.

5. Resultados Econômicos e Financeiros

Dados Econômico-Financeiros (R$ milhões)	2008	2009	2010	%
Receita Operacional Bruta	156,53	190,44	175,15	-8,03
Receita Operacional Líquida	112,48	137,23	127,25	-7,27
LAJIDA	-39,91	-6,72	-81,08	1.106,89
Resultado do Serviço	-45,11	-13,16	-88,07	569,18
Resultado Financeiro	8,01	15,78	-18,78	-219,03
Lucro/Prejuízo Líquido	-38,38	2,62	-113,26	-4.431,32
Ativo Total	193,90	260,72	261,51	0,30
Patrimônio Líquido	15,72	18,33	-95,08	-618,63
Indicadores Econômico-Financeiros (%)				
Margem LAJIDA	-35,48	-4,90	-63,71	1.201,50
Margem Líquida	-34,12	1,91	-89,00	-4770,87
Cobertura do Serviço da Dívida	-42,67	6,74	-32,75	-585,91
Rentabilidade do Capital Próprio	-244,20	14,26	119,13	735,14
Participação do Capital Próprio	8,11	7,03	-36,36	-617,07
Grau de Endividamento	91,89	92,97	136,36	46,67
Ações (und.)				
Valor Patrimonial da Ação (lote mil ações)	0,06	0,07	-0,35	-618,63
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	-0,12	0,01	-0,35	-4.413,32

5.1 Receita Operacional Bruta

A Companhia obteve uma receita operacional bruta de R$ 175,15 milhões que representa uma redução de 8,03% se comparado com o exercício de 2009. O principal fator que contribuiu para essa redução foi o reajuste tarifário médio negativo de 20,05% concedido pela ANEEL para o período de 01.11.2009 a 30.11.2010.

5.2 Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou uma ROL de R$ 127,25 milhões, obtendo uma variação negativa de 7,27% se comparado com o mesmo período de 2009, baseado também na redução do reajuste tarifário.

5.3 Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

O LAJIDA é o lucro das operações sociais da Companhia adicionados dos custos de depreciação e amortização que são despesas econômicas e não financeiras, pois não oneram o caixa da Companhia. Em 2009, obteve-se um LAJIDA negativo de R$ 81,08 milhões.

As principais contas que contribuíram para o LAJIDA negativo foram: As variações monetárias passivas de R$ 33,52 milhões referentes ao contrato de financiamento com a Eletronorte com variação de 334%; Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa de R$ 55,02 milhões que teve uma variação de 1.523%, e a aquisição de combustível para produção de energia elétrica de R$ 21,74 milhões no período em que a Companhia teve de comprar energia gerada de produtores independentes.

5.4 Lucro/Prejuízo do Exercício

Em 2010, a Companhia obteve um prejuízo de R$ 113,3 milhões e os principais fatores de contribuição foram: a redução da tarifa de energia vendida; as variações monetárias passivas do contrato de financiamento com a Eletronorte; a aquisição de combustível para a produção de energia elétrica; e a provisão dos devedores duvidosos.

5.5 Estrutura de Capital e Endividamento

O serviço da dívida totalizou R$ 71,2 milhões em 2010, obtendo uma redução de 20,5% em relação a 2009, que foi de R$ 89,6 milhões. As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são provenientes dos valores devidos assim distribuídos: R$ 16,2 milhões junto à Eletrobras e R$ 55,0 milhões devidos à Eletronorte. As variações ocorreram principalmente devido a redução de R$ 12,7 milhões do valor original registrado em 2009 dos ativos da Subestação Distrito Industrial adquirido junto à Eletronorte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A dívida financeira que corresponde às captações de empréstimos e financiamento está indexada a moeda nacional e a correções pelo IGP-M e suas captações são provenientes de contratos junto à Eletrobras e Eletronorte, com respectiva participação de 22,8% e 77,2%, com prazos médios de amortização de 5 anos.

O endividamento bruto, que corresponde a somas das dívidas financeiras, tributos, taxas, dívidas com coligadas/controladas e outras obrigações regulamentares - em dezembro de 2010 atingiu R$ 356,6 milhões, o que representa aumento de 47,1% em comparação ao registrado de R$ 242,4 milhões, de dezembro de 2009. O crescimento do endividamento originou-se principalmente do não pagamento integral das faturas mensais de suprimento de energia elétrica à Eletronorte, e acréscimos moratórios da divida financeira.

Na estrutura de capital de dezembro 2010 a participação de capital de terceiros superou a participação do capital próprio em 21,4%, enquanto que ano anterior estava em 92,9%. Dos fatores que contribuíram para esse aumento, destacam-se o crescimento da dívida com a compra de energia elétrica e com os empréstimos e financiamentos.

Maiores informações podem ser obtidas junto as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas anexo deste relatório.

5.6 Conciliação das Demonstrações Financeiras Regulatórias

No processo de convergência das normas destaca-se a aplicação da Interpretação IFRIC 12 que se refere à contabilização das concessões de serviços público (correlacionada a Interpretação Técnica Brasileira ICPC 01 - Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem aos IASB - International Accounting Standards Board (CPC-Estrutura Conceitual).

A Aneel considera que este ajuste não representa o negocio das concessionárias, portanto, divulgou a Resolução Normativa nº 396/2010, instituindo assim a Contabilidade Regulatória.

Em atendimento ao Despacho Aneel nº 4.097/2010, segue abaixo a conciliação entre Demonstração Financeira Societária e Regulatória referente ao exercício 2010.

ATIVO	Regulatório 31/dez/10	Ajustes Regulatórios	Societário 31/dez/10
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.694	0	1.694
Consumidores e concessionária	117.386	0	117.386
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.617)	0	(70.617)
Devedores diversos	2.900	0	2.900
Estoques	2.075	0	2.075
ICMS a recuperar	613	0	613
Matéria prima - CCC	49.792	0	49.792
Outros créditos	5.785	(4.308)	1.477
	109.628	**(4.308)**	**105.320**
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e concessionária	65.408	0	65.408
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.288)	0	(25.288)
Ativo indenizável (concessão)	0	92.244	92.244
Outros créditos	2.454	0	2.454
Imobilizado	111.508	(103.184)	8.324
Intangível	3.563	9.482	13.045
	157.645	**(1.458)**	**156.187**
TOTAL DO ATIVO	**267.273**	**(5.766)**	**261.507**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Regulatório 31/dez/10	Ajustes Regulatórios	Societário 31/dez/10
CIRCULANTE			
Fornecedores	255.457	0	255.457
Folha de pagamento	1.669	0	1.669
Empréstimo e financiamento	2.804	0	2.804
Taxas regulamentares	3.139	0	3.139
Tributos a recolher	1.616	0	1.616
Obrigações estimadas	5.118	0	5.118
Provisões para contingências	10.614	0	10.614
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	6.926	(3.374)	3.552
Partes relacionadas	8.413	0	8.413
Outras obrigações	5.385	(3.078)	2.307
	301.141	**(6.452)**	**294.689**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimo e financiamento	13.595	0	13.595
Partes relacionadas	46.540	0	46.540
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	1.752	0	1.752
Outros - Atuarial	7	0	7
	61.894	**0**	**61.894**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	320.743	0	320.743
Outros Resultados Abrangentes	(144)	0	(144)
Prejuízos acumulados	(416.361)	686	(415.675)
	(95.762)	**686**	**(95.076)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**267.273**	**(5.766)**	**261.507**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Regulatório 31/dez/10	Ajustes Regulatórios	Societário 31/dez/10
RECEITA OPERACIONAL	165.811	9.336	175.147
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		-	
Impostos sobre Vendas	(39.320)	-	(39.320)
Encargos do Consumidor	(8.175)	(396)	(8.571)
	(47.495)	(396)	(47.891)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**118.316**	**8.940**	**127.256**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		-	
Custo com energia elétrica		-	
Energia elétrica comprada para revenda	(60.868)	671	(60.197)
Custo de operação	(50.814)	(7.275)	(58.089)
	(111.682)	(6.604)	(118.286)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**6.634**	**2.336**	**8.970**
DESPESAS OPERACIONAIS		-	
Despesas com vendas	(66.474)	-	(66.474)
Despesas gerais e administrativas	(26.779)	-	(26.779)
Outras despesas operacionais	(3.788)	-	(3.788)
	(97.041)	-	(97.041)
RESULTADO DO SERVIÇO	**(90.407)**	**2.336**	**(88.071)**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	**(6.413)**	-	**(6.413)**
RESULTADO OPERACIONAL	**(96.820)**	**2.336**	**(94.484)**
RESULTADO FINANCEIRO		-	
Renda de aplicações financeiras	238	-	238
Variação monetária ativa	22.991	(91)	22.900
Variação monetária passiva	(33.523)	-	(33.523)
Encargos de dívidas	(5.271)	-	(5.271)
Outras	(3.182)	58	(3.124)
	(18.747)	(33)	(18.780)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(115.567)**	**2.303**	**(113.264)**

5.7 Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers e a empresa contratada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por meio do contrato ECE-466/2009, para executar nas empresas do Grupo Eletrobras, os serviços regulares e especiais de auditoria independente das demonstrações financeiras, conforme as normas brasileiras e em US GAAP/SEC, dos exercícios de 2009 a 2013.

Incluem-se ainda as revisões das demonstrações consolidadas, procedimentos fiscais e tributários e informações complementares requeridas pela Agencia Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras.

6. Reajuste/Revisão Tarifária

O contrato de concessão prevê um reajuste tarifário anual, para proteger a concessionária contra a corrosão do processo inflacionário. Há ainda uma revisão tarifária periódica, que acontece a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Segundo o contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas A e B.

Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela empresa para o atendimento do serviço.

O reajuste tarifário tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis, ocorrendo anualmente na data base de 1° de novembro.

O cálculo do Índice de Reajuste Tarifário para aplicação no período de novembro/2010 a outubro/2011, resultou em um reajuste médio das tarifas de 1,86%, e um efeito médio para o consumidor final de 1,31%, conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.081, de 26/10/2010.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
A4 - 13,8kV	0,05%
B1 - Residencial	1,97%
B1 - Baixa Renda	-0,55%
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	0,05%
AT - Baixa Tensão (< 2,30kV)	1,87%
Total	**1,31%**

Fonte: Nota Técnica Complementar n° 340/2010 - SRE/ANEEL, de 28/10/2010

Após o reajuste ocorrido em 2010, a tarifa residencial da Eletrobras Distribuição Roraima ficou classificada no ranking das distribuidoras de energia elétrica divulgado no sitio da ANEEL, em dezembro de 2011, como a 3ª mais baixa do Brasil.

6.1 Ambiente Regulatório da Concessão

O setor de distribuição de energia elétrica é constituído por uma estrutura de mercado conhecida como monopólio natural, onde são realizados investimentos específicos e de longo prazo de maturação. Classificado como um serviço público básico e essencial para a sociedade requer o cumprimento das leis, regulamentos e contratos de concessão, sob a supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador independente do setor.

Para a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Eletrobras Distribuição Roraima celebrou junto à União, por intermédio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 021/2001, com vigência até o ano de 2015, tendo por objeto regular a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, cuja concessão se restringe ao município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

Atualmente a sua área concessão possui uma população de cerca de 284 mil habitantes, o equivalente a 63% da população total do Estado de Roraima, e atende a 82,5 mil unidades consumidoras, em uma área de 5.687 km².

Em função da crise energética ocorrida no inicio do ano na Venezuela, o projeto da construção da linha de transmissão que interligará à cidade de Boa Vista-RR ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da cidade de Manaus-AM, ganhou prioridade no Ministério de Minas e Energia (MME). Espera-se com conclusão das obras um crescimento acentuado do seu mercado, devido à segurança energética que esse projeto proporcionará.

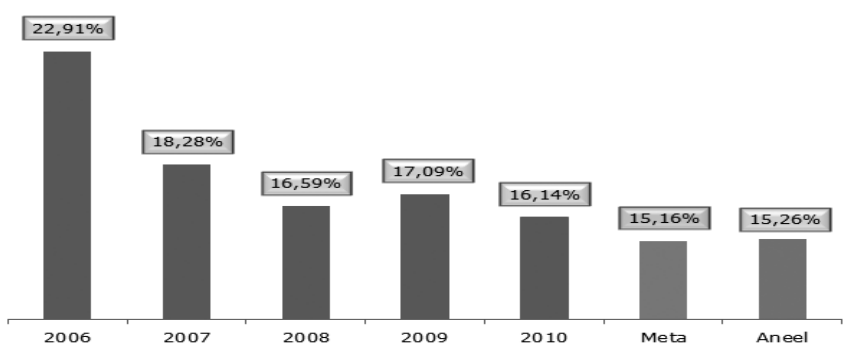
7. Controle de Perdas Elétricas

Os índices de perdas elétricas apresentaram redução em relação a 2009, fruto dos esforços que vêm sendo realizados com o processo de seleção de unidades consumidoras para inspeção com indicativos de irregularidades, bem como, a realização de suspenção de fornecimento de energia em unidades consumidoras na condição de clandestinas.

Para redução do índice, foram tomadas as ações que estão relacionadas no PMD, que se destacam:

- Suspensão de fornecimento de energia elétrica de 27.545 unidades consumidoras na condição de clandestinas;
- Regularização de 216 unidades consumidoras na condição de clandestinas;
- Inspeção de 1.353 unidades consumidoras desligadas no sistema comercial há mais de seis ciclos de faturamento, com sinais de irregularidades, detectando que as UCs estavam: 717 desligadas, 432 auto religadas e 204 outras situações;
- Realização de 4.459 visitas orientadas a unidades consumidoras desligadas a mais de 6 meses, com objetivo de realizar pre-inspeções, constatando que: 2.379 auto religadas, 1.504 continuavam desligadas, 208 imóveis demolidos, 132 abandonados, e 236 outros;
- Aquisição de 14.504 medidores eletrônicos, compreendendo em 5.988 monofásicos, 6.488 bifásicos e 2.028 trifásicos;
- Substituição de 4.147 medidores obsoletos com mais de 20 anos;
- Recuperação 5.860 MWh por meio do processo de recuperação de faturamento;

Perdas Elétricas Anualizadas - 0%



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. DEC / FEC / TMAE

Os indicadores de continuidade do fornecimento DEC (Duração Equivalente de Interrupções) e FEC (Frequência equivalente de interrupções) atingiram as metas estabelecidas pela ANEEL. O indicador TMAE (Tempo média de Atendimento Emergencial) teve sua realização abaixo do tempo máximo estabelecido para a área de concessão da empresa, porém suas realizações foram maiores que as realizadas no período de 2009.

O indicador FEC apresentou realização abaixo da meta estabelecida pelo órgão regulador, com a ocorrência de 22 interrupções ocasionadas pelos seguintes fatores:

- Desligamentos de grande porte no período de testes e energização das Usinas Termelétricas Floresta e Distrito durante o período de restrição de fornecimento por parte da Venezuela;
- Aumento do período de chuvas rigorosas com temporais e vendavais de grande impacto sobre o sistema elétrico, danificando as redes de distribuição.

Para a manutenção dos índices dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL foram tomadas diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Acompanhamento pontual da evolução dos resultados dos indicadores possibilitando a identificação de áreas do sistema com problemas, e identificando o mais breve possível a causa dos desligamentos e possibilitando a tomada de ação;
- Construção dos alimentadores 09 e 10 na Subestação Floresta, possibilitando o desmembramento de cargas rurais e urbanas, e minimizando os efeitos da rede rural afete áreas urbanas de grande concentração de clientes;
- Adequações de rede de média tensão que possibilitaram maiores opções de manobras em alimentadores, reduzindo os tempos de desligamentos;
- Implantação do Sistema de Gestão da Distribuição (SGD), que otimizou o despacho de ocorrências do Centro de Operação de Distribuição (COD).

Indicador	Unidade medida	Resultados			Meta 2010
		2008	2009	2010	
DEC	Hora	15,00	8,80	16,97	13,10
FEC	Qtde	35,15	20,93	22,11	28,70
TMA	Minuto	52,00	56,45	72,71	52,0

9. Inadimplência

Em 2010, foi registrado um acréscimo de 8,79 % no estoque nominal dos débitos em atraso - R$ 84,14 milhões, contra R$ 77,34 milhões em 2009. Esse acréscimo deu-se principalmente em decorrência do não pagamento das fatura de energia elétrica e parcelamentos vencidos do Governo do Estado, além das faturas de energia elétrica da Companhia de Água e Esgoto de Roraima - CAER.

A Companhia vem empenhando esforços para obter o equilíbrio dos principais problemas estruturais. Nesse contexto, foram tomadas medidas de caráter corretivo, visando à recuperação dos créditos em atraso. Tais ações estão centradas, principalmente, na eficientização do corte, na cobrança administrativa e na cobrança judicial.

Nas classes de consumo residencial, comercial, industrial e rural, aquelas em que é possível realizar ações diretas da Companhia, houve uma redução no volume total de inadimplência em comparação com o ano de 2009, de 10,4%.

No âmbito dos poderes públicos, foram tomadas as ações que estão relacionadas no PMD, onde destacamos:

- Negociação de débitos vencidos da Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV, através da assinatura do Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívida 002/2010, com o pagamento de R$ 12,4 milhões, o equivalente a 66% da dívida, e o parcelamento na ordem de R$ 5,5 milhões;

Campanha para redução da inadimplência

A Companhia realizou nos meses de novembro e dezembro a campanha de desconto especial para os consumidores das classes residencial, comercial, industrial, e rural. O objetivo era proporcionar para os clientes que estavam com três ou mais faturas de energia vencidas a oportunidade de quitar seus débitos junto à companhia.

Como incentivo, foram concedidos para os pagamentos à vista dos débitos o desconto de 100% da multa e juros de mora. Caso o cliente optasse pelo parcelamento da dívida, teria 50% de desconto sobre multa e juros de mora, e teriam que pagar uma entrada mínima de 5% do valor apurado, com o numero de parcelas podendo chegar a 120, dependendo do calculo realizado pela companhia.

O resultado da campanha foi à efetivação de 330 parcelamentos, além das faturas pagas à vista, foi resgatado da conta a receber um montante de R$ 0,94 milhões.

No quadro abaixo são apresentados os valores do contas a receber vencidos por classes de consumidores.

Classes de Consumidores	2010	2009	%
Residencial	9,14	9,23	-0,98
Industrial	0,56	0,57	-1,75
Comércio, serv. outras atividades	2,07	3,24	-36,11
Rural	0,49	0,65	-24,62
Poder Público Federal	0,20	0,15	33,33
Poder Público Estadual	61,61	44,36	38,89
Poder Municipal	0,06	10,51	-99,43
Iluminação pública	-	1,47	-
Serviço público	3,88	0,02	19.300
Suprimento de Energia à CER	8,12	7,13	13,88
Total	**86,13**	**77,34**	**11,37**

10. Atendimento aos Clientes

Continuamente a Companhia vem procurando melhorar os serviços oferecidos a seus clientes. Nesse sentido, vem implantando uma série de medidas para facilitar os contatos com seus mais de 82 mil clientes, tendo como base as novas regras estabelecidas pela agencia reguladora Aneel por meio da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabeleceu as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.

Entre as medidas adotadas e serviços ofertados, destacam-se:

- Instalação de 2 (dois) terminais de autoatendimento;
- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line como: segunda via de conta, danos elétricos, podagem de árvores, religação entre outros;
- Implantação de atendimento personalizado aos grandes consumidores;
- Revitalização do trailer para atendimento nos bairros;
- Revisões dos processos e sistemas comerciais para atender as exigências da Resolução Normativa nº 414/2010.

Feira do Empreendedor SEBRAE

A companhia participou como patrocinadora da Feira do Empreendedor e Atual Empreendedor, realizado em novembro de 2010. A participação no evento contou palestras e stand localizado no espaço de inovação e apoio a negocio, onde foram prestadas orientações ao publico a respeito dos seus serviços.

11. Compras e Contratações

De um total de 76 solicitações de aquisições, 67 foram contratadas e 9 revogadas, não havendo nenhum processo anulado. Foi realizado um planejamento no sentido de aglutinar requisições de compras em apenas um processo, reduzindo o número de certames licitatórios e os custos decorrentes desta atividade.

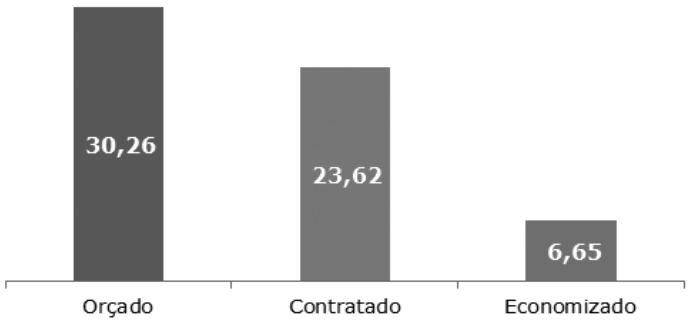
Modalidade de Licitação	Contratado		Revogado	
	2010	2009	2010	2009
Pregão	31	46	8	14
Carona (UG N Part.)	13	7		-
Tomada de Preço	2	4		-
Concorrência	2	3	1	-
Dispensa de Licitação	8	4		1
Inexigibilidade	3	5		-
DL (Cotação Eletrônica)	8	11		-
Total	**67**	**80**	**9**	**15**

Destaca-se o número de pregões na forma eletrônica, representado por 46,27% dos processos contratados, o que significa maior celeridade e economia nas aquisições e ainda, a realização de pregões com Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Decreto 3.931/2001. Os processos revogados representaram um total de 11,84% das solicitações de aquisições, em razão de preços acima do estimado ou certames desertos de propostas. Dos 67 processos de aquisição foram emitidos 135 contratos, conforme a seguir:

Modalidade de Licitação	Quantidade de Contratos
Pregão	99
Carona	13
Tomada de Preços	2
Concorrência	2
Dispensa de Licitação/ Cotação Eletrônica	16
Inexigibilidade	3
Total	**135**

Os valores estimados para contratação através do pregão eletrônico totalizou no período R$ 30,26 milhões, tendo sido contratado o valor de R$ 23,62 milhões, obtendo-se uma economia R$ 6,65 milhões, o equivalente a 21,97% em relação aos valores estimados, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Economia com Pregão Eletrônico - R$ milhões



O montante de recursos contratados está distribuído da seguinte forma: 54,71% Pregão, 33,37% DL, 9,07% pela modalidade Carona, 1,39% Tomada de Preço, 0,94% Inexigibilidade, 1% e Concorrência 0,52%.

Modalidade de Licitação	R$ Milhões
Pregão	23,62
Tomada de Preço	0,60
Concorrência	0,22
Dispensa de Licitação/Cotação Eletrônica	14,41
Inexigibilidade	0,40
Carona	3,92
Total	**43,17**

Foram atendidas 107 requisições de compra direta, totalizando R$ 0,17 milhões e 93 solicitações de adiantamento, totalizando R$ 0,02 milhões.

Houve 7 penalidades aplicadas, a seguir descritas, considerando-se apenas as aplicadas efetivamente e registradas no cadastro do fornecedor.

Penalidade	Quantidade
Advertência	6
Suspensão	1
Total	**7**

Foram solicitados 23 atestados de capacidade técnica pelos fornecedores, não tendo sido indeferido nenhum pedido.

Atestado de Capacidade Técnica	Quantidade
Deferido	23
Indeferido	-
Total	**23**

Recebidas 14 solicitações de Registro Cadastral, as quais foram atendidas, emitindo o Certificado de Registro Cadastral - CRC, com validade de 12 meses. Vale ressaltar que o número reduzido de solicitações de CRC's, ocorreu principalmente pela adesão da Companhia ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF nos processos de aquisição.

12. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica (Luz para Todos)

Instituído por meio do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e alterado pelos Decretos nos. 6.442 e 7.324, de 25.04.2008 e 05.10.2010, respectivamente, sendo coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobras, o Programa Luz para Todos tem como objetivo promover melhoria nas condições socioeconômicas das áreas rurais do País, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho das populações beneficiadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No ano de 2010 foram atendidos 48 consumidores, com a construção de 14,00 km de rede de distribuição de energia elétrica e aplicando R$ 0,61 milhões. Desde o momento de sua implantação, em 2004, o programa já atendeu 955 consumidores e aplicou o total de R$ 8,32 milhões.

A Companhia não alcançou a meta prevista em 2010, devido à rescisão de Contrato, assinado em 22.04.2010, com consórcio de empresas, por descumprimento de cláusulas contratuais e o processo para contratação de empresa para dar continuidade às obras do Programa Luz para Todos, que se encerrou com a assinatura do novo Contrato em 08.10.2010.

As metas foram repactuadas e está previsto para o ano de 2011, o atendimento de 1.300 domicílios, pelo Programa, com a aplicação de recursos na ordem de R$ 15 milhões.

13. Programa de Eficiência Energética (PEE)

Seguindo regulamentação da ANEEL, as concessionárias de distribuição de energia elétrica devem destinar 0,2% de suas receitas operacionais líquidas para P&D, 0,2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Industrial, 0,1% para o MME e 0,5% para eficiência energética.

Em 2010, a companhia recolheu R$ 0,2 milhões para FNDCT e R$ 0,1 milhões para o MME/EPE. Adicionalmente investiu R$ 1,6 milhões em Programas de Eficiência Energética - PEE, destinados para atender ações em benefício aos consumidores de baixa renda e eficientização de instalações elétricas.

A seguir são demonstrados os programas com os resultados e investimentos realizados.

Programa de Substituição de Geladeiras

Programa destinado ao público de baixo poder aquisitivo, onde foram realizadas visitas de inspeção e vistoria nas instalações elétricas, substituição de geladeiras ineficientes por geladeiras eficientes, com selo Procel, e manufatura reversa de todos os equipamentos substituídos. Complementarmente todas as famílias das unidades consumidoras contempladas receberam orientação quanto ao uso racional de energia.

O programa foi concluído em novembro de 2010, sendo aplicados recursos na ordem de R$ 0,87 milhões.

Programa de Eficiência Energética na Universidade Federal de Roraima - UFRR

O programa foi lançado em abril de 2010, no auditório da UFRR com a participação da reitoria da universidade e representantes da companhia. Durante o evento foram ministradas palestras sobre eficiência energética e apresentados detalhes do programa.

O programa esta em fase de conclusão para o inicio de 2011, com a aplicação de recursos na ordem de R$ 0,65 milhões, substituição de 106 condicionadores de ar, 3.900 luminárias, 6.832 lâmpadas fluorescentes e 3.638 reatores, contemplando as instalações dos prédios dos Blocos I, II, III e IV, Centro de Ciências Agrárias, Escola de Aplicação, Gerencia Operacional, Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas, Núcleo de Energia, Instituto de Geociências, Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e Caribe, Centro de Computação e Iluminação Externa.

14. Normas e Qualidade

A utilização de diversos instrumentos de gestão representados pelos programas corporativos, de modo a implementar melhorias e inovações em seu sistema de gestão, leva a Organização à conquista de novas oportunidades, utilizando-se de ferramentas, como a avaliação de sua gestão por meio das pesquisas realizadas pela ABRADEE e ANEEL, certificação dos processos operacionais por meio da Norma ISO 9001 e o estudo do clima organizacional, formando assim uma gestão integrada em seus processos. Fortalecendo suas práticas de gestão e obtendo feedback sobre o seu fornecimento de energia, conforme os seguintes mecanismos externos e internos:

14.1 Certificação da ISO 9001:2000

A Companhia aderiu ao Sistema de Gestão da Qualidade, Certificação ISO 9001, como forma de promover melhorias em seus processos, obtendo a certificação da Norma ISO 9001:2000 em julho de 2007, através da Auditoria de Certificação realizada pela TÜV Rheinland Brasil em dois processos que envolvem o atendimento comercial e a operação do sistema elétrico.

Em agosto de 2010, foi realizada a auditoria de recertificação dos processos que compõem a ISO 9001. Diferente das demais auditorias, esta é caracterizada por seu maior rigor, uma vez que há a necessidade de comprovação de melhoria dos processos. Especificamente neste ciclo foi necessário demonstrar adaptação a versão 2008 da referida NBR. O desafio foi maior pela necessidade de ampliar o escopo certificado com a inserção do processo "coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individual e coletivo". Tal ampliação aconteceu por imposição do órgão regulador ANEEL a partir da resolução 024/2000, sob pena de impor severas multas a quem a descumprisse.

No mês de setembro de 2010, a TÜV Rheinland emitiu diploma para Companhia, certificando a melhoria apresentada nos seus processos e o cumprimento dos requisitos da versão 2008 da NBR ISO 9001. Conferindo assim, o status de "Em Evolução", sendo este a última etapa antes de ser considerada uma empresa de excelência.

Dessa forma, visando melhorar o atendimento aos nossos clientes, a Companhia manteve a Certificação da NBR ISO 9001:2000 em seus processos de Atendimento Comercial e Operação do Sistema Elétrico, objetivando garantir a qualidade nos serviços prestados.

14.2 Código de Ética e Normas de Conduta

Lançado em dezembro de 2010, o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras é resultado de uma ampla revisão do código anterior e define de forma clara os princípios éticos e os compromissos de conduta das empresas Eletrobras. O novo Código incorpora, ainda, as atuais perspectivas de mercado relativas à excelência da governança corporativa, além das questões de sustentabilidade empresarial

Este documento é resultado do trabalho conjunto das empresas Eletrobras, coordenados pelo Grupo de Trabalho de Ética do Sistema Eletrobras - GTESE, formado pela Comissão de Ética da Eletrobras e por pelo menos um empregado de cada uma das empresas. Foram realizadas análises comparativas dos códigos existentes para o alinhamento dos conteúdos e discutidos nos seminários e consulta publica nas intranets aos empregados.

VI - DIMENSÃO SOCIAL

1. Gestão de Pessoas

Com orientações do Governo Federal para transformar-se e fortalecer-se, a unificação das políticas de Gestão de Pessoas se tornou uma das ferramentas fundamentais do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras.

Para atender às demandas existentes, alcançando um posicionamento moderno, competitivo e rentável para a holding e suas subsidiárias, foram constituídos grupos de trabalho para discussão, unificação e implantação das melhores praticas e políticas.

No âmbito da unificação das políticas, foi constituído o Grupo de Trabalho para Gestão de Pessoas, composto pelos gerentes das áreas de Gestão de Pessoas de cada empresa, sob a coordenação da Eletrobras. Com o objetivo de elaborar um Plano de Gestão Integrada de Pessoas do Sistema Eletrobras, o GT foi dividido em três subgrupos, dedicado aos temas: Carreira e Remuneração; Avaliação e Desempenho; Administração de Pessoal; e Benefícios Assistenciais, Saúde e Segurança do Trabalho.

A Eletrobras em novembro de 2010, implantou o Plano de Carreira e Remuneração - PCR e os Cadernos I e II contendo as práticas de Gestão de Pessoas para todas as empresas do Sistema Eletrobras, inclusive para a Companhia, com o objetivo de reduzir as distorções existentes entre as empresas, eliminar lacunas entre as competências requeridas pelos processos de trabalho, as competências dos empregados e viabilizar a alocação dos profissionais de maneira mais adequada e efetiva, facilitando, ainda, a interação entre as áreas de Gestão de Pessoas das empresas.

Atualmente, a Companhia tem 295 empregados e conta com 110 prestadores de serviços, 1 requisitado da Eletrobrás Amazonas Energia e 2 empregados nomeados conforme Art. 37 da CF. Além disso, visando a promoção da cidadania, cumpre com a Lei de Aprendizagem, assegurando o direito à qualificação profissional de jovens para o trabalho comunitário, mantendo 10 adolescentes, pertencentes a famílias de baixa renda, contratados como aprendizes, e oferece oportunidades de estágio adequado às demandas de preparação de jovens para o mercado do trabalho, com 50 estagiários de nível médio e superior, remunerados, com carga diária de 4 a 6 horas.

1.1 Saúde, Bem-Estar e Segurança do Trabalho

A Eletrobras Distribuição Roraima mantem para os seus empregados e dependentes o Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS, disponibilizando serviços odontológicos e médico-hospitalares em diversas especialidades. Atualmente vem atendendo as exigências da Norma Reguladora - NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego, e atualização por meio de treinamento dos seus técnicos eletricistas.

Quanto aos indicadores de segurança no trabalho dos seus empregados, a organização registrou em 2010 a Taxa de Frequência de Acidentes - TFA de 11,04 e a Taxa de Gravidade de Acidentes - TGA de 706,86. Já em relação ao absenteísmo, este teve um decréscimo em relação ao ano anterior, passando de 3,45% em 2009 para 2,64% em 2010.

Entre ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se ainda:

- Acompanhamento periódico da saúde do colaborador, com a manutenção da saúde, da segurança e do bem estar dos colaboradores e seus dependentes, cumprindo os requisitos legais e acordo coletivo de trabalho, prezando pelos direitos humanos e sociais;

- Tratamento fora de domicílio - TFD, com a realização de 23 tratamentos, sendo 13 de empregados e 10 de dependentes;

- Atendimento a 145 genitores e dependentes dos colaboradores no Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS, garantindo-lhes assistência médica, odontológica, terapêutica, laboratorial e financiamento parcial de aparelhos corretores;

- Disponibilização do Plantão Social para colaboradores e dependentes para atendimento a situações emergenciais, composto por assistente social, técnico de enfermagem e técnico da área de benefícios.

- Por meio de contrato de prestação de serviço com o SESI/RR, realizou através do Projeto Anti-Stress, mais de 2.880 atendimentos de massagem, e ginástica laboral. O objetivo do projeto é favorecer o controle e o gerenciamento do stress, sobretudo o ocupacional, onde são realizadas sessões de massagem, de ginástica laboral favorecendo ao bem estar físico, mental e social.

- Realização de campanha de imunização com aplicação das seguintes vacinas: H1N1Influenza (anti-gripal), antitetânica, Hepatite, Triples Viral e Febre Amarela;

- Realização da 10° Semana Interna de Prevenção a Acidentes no Trabalho - SIPAT;

- Incentivo a participação dos colaboradores em atividades esportivas, que anualmente tem representado a Companhia nos Jogos Regionais dos Industriários, promovidos pelo SESI. A delegação deste ano contou com 37 atletas para mais de seis modalidades esportivas, onde as competições foram realizadas na cidade de Belém - PA.

Semana da Saúde

Realizado em abril de 2010, a Semana da Saúde, onde foram disponibilizadas para os empregados oficinas de saúde mental, saúde sexual, avaliação da qualidade de vida, e atividades como ginastica e caminhada coletiva.

Programa de Orientação para Aposentadoria

Em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho e ao Estatuto do Idoso, a Companhia implantou em setembro de 2010, o Programa de Orientação para Aposentadoria.

O programa surgiu da necessidade de desenvolver ações de orientação a seus colaboradores aposentáveis, que estão na faixa de idade igual ou superior a 50 anos, para a vida pós-trabalho, usufruindo com seus familiares das conquistas após anos de dedicação ao trabalho.

Com o advento da aposentadoria, o programa tem como objetivo à construção de um projeto de vida saudável que lhes preserve a qualidade de vida, do ponto de vista biopsicossocial.

Nos meses seguintes a implantação do programa, foram realizadas palestras, oficinas e encontros abordando os temas: qualidade de vida; orientação financeira; saúde e sexualidade; previdência social e privada; descoberta de novos talentos; relacionamento familiar e comunitário; e outros temas de interesse dos participantes.

Pesquisa de Clima Organizacional

Lançado em outubro de 2010, a primeira Pesquisa de Clima Organizacional do Sistema Eletrobras. Trata-se da oportunidade para que cada colaborador expresse sua opinião sobre diversos aspectos da empresa na qual trabalha.

Numa ação integra das empresas do Sistema Eletrobras, foi desenvolvido um sistema próprio capaz de captar a satisfação do colaborador no trabalho, com confidencialidade das informações e participação anônima. Com o resultado da pesquisa será possível identificar oportunidades de melhoria que tornem o ambiente de trabalho mais agradável e produtivo

Na Companhia tivemos a participação na pesquisa de 226 colaboradores, do quantitativo previsto de 282 que estavam aptos, perfazendo um percentual de participação de 80,1%.

1.2 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia juntamente com as Empresas de Distribuição da Eletrobras, vem desenvolvendo continuamente mecanismos e recursos para garantir a melhoria das competências de seus empregados. Mais do que cumprir os requisitos e as legislações vigentes, a Companhia mobiliza esforços para investir no crescimento individual e coletivo da sua força de trabalho.

Atualmente vem disponibilizando para todos os seus colaboradores treinamentos presenciais e à distância em diversas áreas do conhecimento. Através da sua Unidade de Educação Corporativa, oferece o que há de mais moderno em infraestrutura educacional, com TV Corporativa (TV Lume), salas de treinamento devidamente equipadas, videoconferências, computadores, entre outros.

O resultado em 2010 é a realização de 244 ações educacionais para os colaboradores, com investimentos de R$ 0,93 mil, resultando em 22.277 horas de capacitações.

1.3 Relações Trabalhistas e Sindicais

O Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011 estabeleceu:

- Reajuste salarial de 5,26%;

- Abono salarial não incorporável ao salário correspondente a 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R$ 2.105,20;

- No âmbito do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, encontra-se em fase de aprovação pelo DEST, o processo de unificação das vantagens e benefícios oferecidos aos empregados.

1.4 Responsabilidade Social

Atualmente, não se tem mais dúvidas de que o crescimento econômico caminha lado a lado com o desenvolvimento social. A Eletrobras Distribuição Roraima pela natureza de seu negócio, entende as questões sociais como parte expressiva de sua missão. Isso se reflete no alinhamento de suas práticas de gestão, no conjunto de seus valores organizacionais e programas de energia elétrica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destacamos os principais programa e ações realizadas no ano.

Voluntariado Empresarial

Alinhado às três dimensões da Sustentabilidade da Eletrobras (triple bottom line: econômico-financeira, social e ambiental), vem oferecendo a oportunidade de trabalho voluntário aos cidadãos roraimenses e estimulando a participação dos empregados em ações de cidadania, campanhas e integração com comunidades.

Energização

Realizado em março de 2010, pela Companhia, um grande evento de promoção a cidadania à comunidade do entorno de sua subestação, localizada no Bairro Equatorial. Foram atendidas 4.854 pessoas, entre adultos e crianças com vários serviços: emissão de documentos pessoais (carteiras de identidades, CPF´s); cortes de cabelo; palestras sobre saúde bucal; atendimentos médicos, odontológicos, oftalmológicos, esportes, lazeres, etc.

Esta ação contou com o trabalho de 150 voluntários, sendo 50 deles, empregados diretos da empresa.

Natal Solidário

Uma campanha de iniciativa para o voluntariado interno da Companhia, que consiste na doação de alimentos não perecíveis à população carente do município de Boa Vista. A distribuição acontece diretamente ou através de instituições parceiras. Em 2010, a Companhia entregou os alimentos arrecadados à comunidade atendida pelo Comitê de Combate à Fome/Ação da Cidadania-RR.

Pró-Equidade de Gênero

Lançado em março de 2010, o Programa Pró-Equidade de Gênero, com divulgação o termo de compromisso assinado com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para a realização de ações.

O programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo de trabalho. Trata-se de um programa de iniciativa do Governo Federal e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que reafirma os compromissos de promoção de igualdade entre mulheres e homens.

Durante o ano de 2010, foram realizados dois seminários sobre a temática "Equidade de Gênero". Um grande seminário foi realizado em Maceió-AL, com parcerias das demais empresas de distribuição da Eletrobras, representantes do Comitê de Gênero do Ministério de Minas e Energia e empresas vinculadas. O segundo seminário ocorreu internamente para sensibilização da força de trabalho para a temática de equidade de gênero no ambiente de trabalho e fora dele.

Legião da Boa Vontade - LBV

A Eletrobras Distribuição Roraima firmou parceria com a LBV, para arrecadar dos associados daquela organização a contribuição mensal à instituição por meio da conta de energia.

Arraial Eletrobras Distribuição Roraima

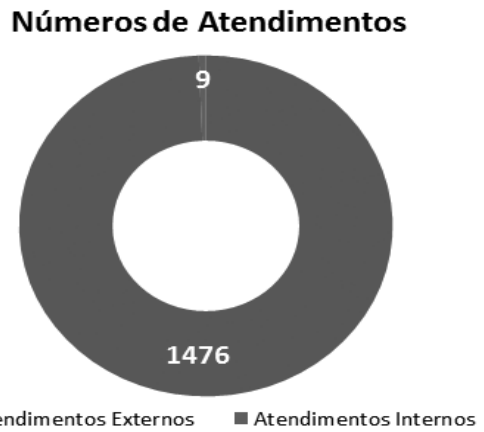
Com o apoio dos colaboradores, realizou-se em julho de 2010, uma grande festa de arraial no pátio da empresa, com a participação de familiares. Durante dois meses as colaboradoras candidatas a rainha realizaram vendas de lanches, bingos e sorteios para a arrecadação do dinheiro para custear as despesas da festa.

O resultado foi uma festa belíssima com muito milho cozido, bolo, churrasquinho, brinquedos para as crianças, premiações e música da banda Remela de Gato.

1.5 Ouvidoria

A Ouvidoria da Companhia estabelece um canal permanente de comunicação entre a alta administração, o corpo funcional e a sociedade, para processamento de reclamações, denúncias e pedidos de informações, entre outros.

As mensagens à Ouvidoria podem ser enviadas pelo correio eletrônico, fax, cartas, telefone ou pessoalmente. No ano de 2009, foram registrados 3.585 atendimentos, sendo solucionados 781. Já em 2010, foi realizado um total de 1.485 atendimentos, sendo na sua maioria demanda externas, e foi solucionado um percentual próximo dos 100%, conforme os resultados descriminados a seguir:





VII - MEIO AMBIENTE

O respeito ao meio ambiente é parte expressiva da natureza do negócio da Companhia, em consonância com a Política Ambiental do Sistema Eletrobrás quem vem tratando as questões ambientais de acordo com os princípios de sustentabilidade e com as políticas públicas, em especial aquelas relativas a meio ambiente, recursos hídricos, mudanças climáticas, energia e legislações regulatórias pertinentes, tem buscado o alinhamento das suas práticas de gestão e apoio a projetos externos.

Dentre as ações voltadas para o meio ambiente, destacamos:

- Implantação da Política Ambiental do Sistema Eletrobras;
- Renovação das licenças ambientais de operação do serviço de distribuição de rede e subestações, bem como, o requerimento para os novos empreendimentos;
- Monitoramento das pressões sonoras produzidas pelas Usinas Termelétricas, instaladas na cidade de Boa Vista, com vistas a atender a legislação vigente.

VIII - PREMIAÇÕES

Neste ano de 2010, a Eletrobras Distribuição Roraima novamente superou todas as expectativas para o Prêmio IASC, concedido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Promovida desde 2000, a premiação reconhece, em nove categorias, as empresas distribuidoras de energia elétrica que apresentam o maior Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. Nesta edição, foram consultados 19.340 consumidores residenciais em 475 municípios brasileiros.

Agraciada com dois prêmios de vencedora nas categorias "Maior Crescimento 2009/2010" e "Melhor da Região Norte 2009/2010", concorrendo com mais de 60 distribuidoras de energia elétrica do Brasil, foram alcançados resultados surpreendentes que consolidaram o reconhecimento dos consumidores pelo seu desempenho e serviços prestados.

O índice de "Maior Crescimento" da Companhia registrou o aumento de 53,06%, saltando de 40,8% em 2009, para 62,45% neste ano. Já o índice "Melhor da Região Norte" registrou o percentual de 62,45%, enquanto o índice médio da região encontra-se no patamar de 52,33%.

Essas premiações somam as recebidas pela Companhia em 2007, também reconhecida na categoria "Maior Crescimento" e, em 2008, como a "Melhor da Região Norte".

Em cerimonia realizada na sede da Aneel, a Companhia recebeu o troféu, certificado e selo IASC.

IX - BALANÇO SOCIAL

(Valores expressos em R$ mil)

1 - Geração e distribuição de riqueza	**Em 2010: 140.906**			**Em 2009: 113.404**		
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	28% governo 36,2% empregados 27,5% financiadores 8,4% outros			41,1,0% governo 38,7% empregados 12,3% financiadores 7,9% outros		
2 - RECURSOS HUMANOS **2.1 - Remuneração**	**Em 2010:**			**Em 2009:**		
Folha de pagamento bruta (FPB)		50.847			43.540	
- Empregados		50.773			43.407	
- Administradores		74			1,0	
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados		21,2			35,3	
- Administradores		1,0			1,0	
2.2 - Benefícios Concedidos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	11.302	22,2%	8,9%	8.526	19,6%	6,2%
Alimentação	2.113	4,2%	1,7%	1.840	4,2%	1,3%
Transporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Previdência privada	1.592	3,1%	1,3%	1.330	3,1%	1,0%
Saúde	990	1,9%	0,8%	1.795	4,1%	1,3%
Segurança e medicina do trabalho	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Educação	295	0,6%	0,2%	244	0,6%	0,2%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	744	1,5%	0,6%	373	0,9%	0,3%
Creches ou auxílio creche	186	0,4%	0,1%	163	0,4%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados	2.635	5,2%	2,1%	3.423	7,9%	2,5%
Total	**19.857**	**39,1%**	**15,6%**	**17.694**	**40,6%**	**12,9%**
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício		295			294	
Nº de admissões		4			18	
Nº de demissões		3			9	
Nº de estagiários no final do exercício		50			43	
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício		6			6	
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		0			0	
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino		215			217	
- Feminino		80			77	
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos		-			-	
- De 18 a 35 anos		120			130	
- De 36 a 60 anos		171			161	
- Acima de 60 anos		4			3	
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos		-			-	
- Com ensino fundamental		24			25	
- Com ensino médio		166			172	
- Com ensino superior		72			74	
- Pós-graduados		33			23	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino		63%			63%	
- Feminino		37%			37%	
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a Companhia		32			16	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		3			6	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		9			8	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		1.050			100	
3 - Interação da Companhia com o Ambiente Externo	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Saúde e infra-estrutura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Aliementação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	-	**0,0%**	**0,0%**	-	**0,0%**	**0,0%**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tributos (excluídos encargos sociais)	39.320	-41,6%	30,9%	46.308	-351,94%	33,7%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**39.320**	**-41,6%**	**30,9%**	**46.308**	**-351,9%**	**33,7%**
3.2 - Interação com os Fornecedores Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	**São exigidos controles sobre:** Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, prática de trabalho insalubre a menores de 18 anos, padrão de qualidade na execução dos serviços e nos relacionamentos com a contratante.					
4 - Interação com o Meio Ambiente	**Em 2010:**			**Em 2009:**		
	Valor (mil)	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da Companhia	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a Companhia	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	**-**	**0,00%**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**0,00%**
5 - Outras informações		**2010**			**2009**	
Receita Líquida (RL)		127.256			137.232	
Resultado Operacional (RO)		(94.484)			(13.161)	

IX - AGRADECIMENTOS

A Eletrobras Distribuição Roraima agradece o esforço de todos os seus colaboradores, clientes e fornecedores. Em especial ao seu acionista, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Governos Federal, Estadual, Municipal, à Agência Reguladora e outras autoridades interessadas.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.694	2.188	3.437
Consumidores e concessionária	5	117.386	103.838	138.501
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(70.617)	(48.019)	(96.419)
Devedores diversos	7	2.900	2.532	992
Estoques		2.075	1.790	1.840
ICMS a recuperar		613	-	344
Reembolso - CCC	8	49.792	-	-
Outros créditos	9	1.477	633	1.408
		105.320	**62.962**	**50.103**
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores e concessionária	5	65.408	60.105	13.181
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(25.288)	-	-
Ativo indenizável (concessão)	10	92.244	88.063	82.829
Outros créditos	9	2.454	5.201	1.443
Imobilizado	11	8.324	9.173	9.513
Intangível	12	13.045	35.213	36.827
		156.187	**197.755**	**143.793**
TOTAL DO ATIVO		**261.507**	**260.717**	**193.896**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

(CONTINUAÇÃO)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Notas	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
CIRCULANTE				
Fornecedores	13	255.457	124.004	70.498
Folha de pagamento	14	1.669	1.038	957
Empréstimo e financiamento	15	2.804	2.527	2.181
Taxas regulamentares	16	3.139	1.194	908
Tributos a recolher	17	1.616	1.596	1.956
Obrigações estimadas	18	5.118	4.419	3.883
Provisões para contingências	19	10.614	8.759	903
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	20	3.552	1.232	966
Partes relacionadas	21	8.413	6.303	48.026
Outras obrigações	22	2.307	6.622	943
		294.689	**157.694**	**131.221**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimo e financiamento	15	13.595	16.223	14.844
Partes relacionadas	21	46.540	64.506	28.467
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	20	1.752	3.962	3.647
Obrigações com benefícios pós-emprego		7	684	-
		61.894	**85.375**	**46.958**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
Capital social	23.a	320.743	320.743	320.743
Ajuste de avaliação patrimonial		(144)	(684)	-
Prejuízos acumulados	23.b	(415.675)	(302.411)	(305.026)
		(95.076)	**17.648**	**15.717**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		**261.507**	**260.717**	**193.896**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/dez/10	31/dez/09
RECEITA LÍQUIDA	24	**127.256**	**144.370**
CUSTO DO SERVIÇO	25	**(118.286)**	**(113.911)**
LUCRO BRUTO		**8.970**	**30.459**
Despesas com vendas	26.a	(66.474)	(5.807)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(26.779)	(27.146)
Outras despesas operacionais	26.c	(3.788)	(10.667)
Outras receita (despesas)		(6.413)	(1)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(94.484)**	**(13.162)**
Receitas financeiras	27	23.138	32.274
Despesas financeiras	28	(41.918)	(16.497)
RESULTADO FINANCEIRO		**(18.780)**	**15.777**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(113.264)**	**2.615**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Notas	31/dez/10	31/dez/09
Lucro/Prejuízo do Exercício		**(113.264)**	**2.615**
Perda atuarial com benefícios pós emprego	29	(144)	(684)
Total do Resultado Abrangente do Exercício		**(113.408)**	**1.931**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Em milhares de reais

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2008	**320.743**	**(305.026)**		**15.717**
Outros resultados abrangentes	-		(684)	(684)
Lucro do exercício		2.615		2.615
Em 31 de dezembro de 2009	**320.743**	**(302.411)**	**(684)**	**17.648**
Outros resultados abrangentes	-	-	540	540
Prejuízo do exercício	-	(113.264)	-	(113.264)
Em 31 de dezembro de 2010	**320.743**	**(415.675)**	**(144)**	**(95.076)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	31/dez/10	31/dez/09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**(113.264)**	**2.615**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação do Imobilizado	1.384	1.054
Amortização do Intangível	6.843	5.713
Encargos do Serviço da Dívida	1.925	2.355
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.021	3.390
Provisão para contingências	1.855	7.856
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)	6.307	-
	(39.929)	**22.983**
(Aumento) redução de ativo		
Consumidores e concessionária	(18.851)	(12.261)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.135)	(51.790)
Devedores diversos	(368)	(1.540)
Estoques	(285)	50
ICMS a recuperar	(613)	344
Reembolso - CCC	(49.792)	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	(4.181)	(5.234)
Outros	1.575	(4.633)
	(79.650)	**(75.064)**
Aumento (redução) de passivo		
Fornecedores	131.453	53.506
Folha de pagamento	631	81
Taxas regulamentares	1.945	286
Tributos a recolher	20	(360)
Obrigações estimadas	699	536
Pesquisa & desenvolvimento e eficiência energética	110	581
Partes relacionadas	(3.136)	(5.684)
Outras obrigações	(4.452)	5.679
	127.270	**54.625**
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**7.691**	**2.544**
Pagamentos de encargos do serviço da dívida	(2.090)	(356)
	(2.090)	**(356)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.601**	**2.188**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição no ativo imobilizado	(528)	(714)
Ativo intangível (concessão)	(3.381)	(2.449)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.909)**	**(3.163)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.186)	(274)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(2.186)**	**(274)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(494)**	**(1.249)**
Caixa e equivalentes de caixa no INÍCIO do exercício	2.188	3.437
Caixa e equivalentes de caixa no FIM do exercício	1.694	2.188
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(494)**	**(1.249)**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais

	31/dez/10	31/dez/09
1 - RECEITA		
Vendas de energia e serviços	175.147	197.576
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55.021)	(3.390)
	120.126	**194.186**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(16.967)	(20.409)
Material	(1.348)	(1.510)
Combustível p/ produção de energia elétrica	(21.735)	-
Custo de energia elétrica comprada	(60.197)	(79.885)
Taxa de fiscalização	(290)	(231)
Tributos	(12)	(184)
Seguros	(161)	(159)
Recuperação de despesa	5.289	10.217
Outros	(3.812)	(3.657)
	(99.233)	**(95.818)**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	**20.893**	**98.368**
4 - RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(8.227)	(6.767)
Provisão para contingências	(1.855)	(7.856)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)	(6.307)	-
	(16.389)	**(14.623)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**4.504**	**83.745**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	23.138	32.274
	23.138	**32.274**
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**27.642**	**116.019**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	50.847	43.540
Governo (impostos e contribuições)	39.320	46.308
Aluguéis	250	161
Encargos de dívidas e outros	38.794	13.887
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	1.362	1.370
Conta de consumo de combustível - CCC	4.437	3.144
Outras	5.896	4.994
	140.906	**113.404**
LUCRO LÍQUIDO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(113.264)**	**2.615**
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**27.642**	**116.019**

Notas Explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletrobrás Distribuição Roraima é uma empresa de capital fechado, de direito privado, controlada pela Eletrobrás Eletronorte, com atuação na cidade de Boa Vista - RR. Estatutariamente suas funções principais são: explorar os serviços de energia elétrica, conforme o respectivo contrato de concessão nº. 021/2001-ANEEL, processo ANEEL nº 48100.002181/97-95 e Resolução ANEEL 054 de 08/02/2001, realizando, para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica e prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

A Companhia desenvolve também atividades de pesquisa e aproveitamento de fontes alternativas de energia, visando a sua transformação e consequente exploração como energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.481, alterado pelo Decreto nº 1.503, de 25 de maio de 1995 e Decreto nº 2.653, de 1º de junho de 1998, incluiu no Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletronorte e suas subsidiárias integrais, juntamente com as demais empresas do Sistema Eletrobrás. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, excluiu a Eletrobrás e suas controladas do PND, inclusive a Eletronorte. A Eletrobrás Distribuição Roraima permanece incluída no PND, sendo proposta a sua exclusão, em 21 de janeiro de 2010, pela Resolução n° 1 do Conselho Nacional de Desestatização.

A partir de 22 de julho de 2001, a Eletrobrás Distribuição Roraima passou a comprar energia da Eletronorte, importada da Venezuela.

NOTA 2 - CONCESSÃO

A Eletrobrás Distribuição Roraima detém concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL conforme Resolução nº 395 de 11/10/2000, combinada com o artigo 22, parágrafo 2º, Lei nº 9.074, de 07/07/95, Resolução nº 054 de 08/02/2001, Contrato de Concessão nº 21/2001 - ANEEL 21.03.2001 e 1° Termo Aditivo de 14.10.2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015, atendendo cerca de 98% dos consumidores.

Nº de municípios atendidos	Localidade da sede	Data da concessão	Data do vencimento da concessão
01	Boa Vista - RR	21/03/2001	07/07/2015

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -(CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das presentes demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, com intervalo não superior a um ano.

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º. de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em: destinados à negociação, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. Os ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou empréstimos e recebíveis são contabilizados ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pró-rata temporis (Nota 35).

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro da concessão e títulos a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

c) Consumidores e concessionária: Engloba os valores a receber com o fornecimento e suprimento de energia elétrica, faturados e não faturados até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. Inclui também, acréscimos moratórios derivados de atraso de pagamento por parte dos consumidores.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

e) Estoque: Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

f) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL (Nota 11). Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01-Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado são bens de uso administrativo. Demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Intangíveis.

g) Ativo Indenizável (Concessão): Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio um Custo Médio Ponderado de Capital, denominado WACC (sigla Weighted Average Cost of Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes (Nota 10).

h) Intangível (Concessão): Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizado como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço publico por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão e CPC 05 - Contratos de Construção (Nota 12). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

i) Avaliação do valor de recuperação dos ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (vide Nota 31).

j) Benefício pós-emprego: A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego e também as orientações de contabilização estabelecidas no CPC 33. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON.

A Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: o programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes e a apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados.

O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido mediante administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletrobrás Eletronorte. Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%, sendo que nos exercícios de 2009 e 2010 foram apurados prejuízos fiscais (Nota 32). A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, sendo que nos exercícios de 2009 e 2010 foram apuradas bases de cálculos negativas.

l) Receitas e despesas financeiras: Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

m) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável.

n) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita no montante dessa obrigação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

o) Uso de Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e das provisões para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment).

p) Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas dos serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi fornecida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

3.3. ADOÇAO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 instauraram para as Companhias, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

Para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes aos balanços de 31/12/2008 e 31/12/2009 e resultado de 2009, sem, contudo afetar a qualidade das informações apresentadas.

Balanços Patrimoniais em 1º de janeiro de 2009

ATIVO	31/12/2008	Adoção inicial CPC		01/01/2009
		Reclassificação	Ajustes	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3.437	-	-	3.437
Consumidores e concessionária	138.501	-	-	138.501
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(96.419)	-	-	(96.419)
Devedores diversos	992	-	-	992
Estoques	1.840	-	-	1.840
ICMS a recuperar	344	-	-	344
Outros créditos	3.987	-	(2.579)	1.408
	52.682	**-**	**(2.579)**	**50.103**
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores e concessionária	13.181	-	-	13.181
Ativo indenizável (concessão)		82.829	-	82.829
Outros créditos	1.443	-	-	1.443
Imobilizado	128.185	(118.672)	-	9.513
Intangível	984	35.843	-	36.827
	143.793	**-**	**-**	**143.793**
TOTAL DO ATIVO	**196.475**	**-**	**(2.579)**	**193.896**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2008	Adoção inicial CPC		01/01/2009
		Reclassificação	Ajustes	
CIRCULANTE				
Fornecedores	70.498	-	-	70.498
Folha de pagamento	957	-	-	957
Empréstimo e financiamento	2.181	-	-	2.181
Taxas regulamentares	908	-	-	908
Tributos a recolher	1.956	-	-	1.956
Obrigações estimadas	3.883	-	-	3.883
Provisões para contingências	903	-	-	903
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	2.706	-	(1.740)	966
Partes relacionadas	48.026	-	-	48.026
Outras obrigações	943	-	-	943
	132.961	**-**	**(1.740)**	**131.221**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimo e financiamento	14.844	-	-	14.844
Partes relacionadas	28.467	-	-	28.467
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	3.647	-	-	3.647
	46.958	**-**	**-**	**46.958**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	320.743	-	-	320.743
Prejuízos acumulados	(304.187)	-	(839)	(305.026)
	16.556	**-**	**(839)**	**15.717**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**196.475**	**-**	**(2.579)**	**193.896**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009

ATIVO	31/12/2009	Adoção inicial CPC		31/12/2009
		Reclassificação	Ajustes	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.188	-	-	2.188
Consumidores e concessionária	103.838	-	-	103.838
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.019)	-	-	(48.019)
Devedores diversos	2.532	-	-	2.532
Estoques	1.790	-	-	1.790
ICMS a recuperar	0	-	-	-
Outros créditos	3.860	-	(3.227)	633
	66.189	**-**	**(3.227)**	**62.962**
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores e concessionária	60.105	-	-	60.105
Ativo indenizável (concessão)	0	88.063	-	88.063
Outros créditos	5.201	-	-	5.201
Imobilizado	131.445	(122.021)	(251)	9.173
Intangível	1.760	33.958	(505)	35.213
	198.511	**-**	**(756)**	**197.755**
TOTAL DO ATIVO	**264.700**	**-**	**(3.983)**	**260.717**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2009	Adoção inicial CPC		31/12/2009
		Reclassificação	Ajustes	
CIRCULANTE				
Fornecedores	124.004	-	-	124.004
Folha de pagamento	1.038	-	-	1.038
Empréstimo e financiamento	2.527	-	-	2.527
Taxas regulamentares	1.194	-	-	1.194
Tributos a recolher	1.596	-	-	1.596
Obrigações estimadas	4.419	-	-	4.419
Provisões para contingências	8.759	-	-	8.759
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	3.327	-	(2.095)	1.232
Partes relacionadas	6.303	-	-	6.303
Outras obrigações	6.893	-	(271)	6.622
	160.060	**-**	**(2.366)**	**157.694**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimo e financiamento	16.223	-	-	16.223
Partes relacionadas	64.506	-	-	64.506
Pesquisa & desenvolvimento / eficiência energética	3.962	-	-	3.962
Obrigações com benefícios pós-emprego	684	-	-	684
	85.375	**-**	**-**	**85.375**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	320.743	-	-	320.743
Ajuste de avaliação patrimonial	(684)	-	-	(684)
Prejuízos acumulados	(300.794)	-	(1.617)	(302.411)
	19.265	**-**	**(1.617)**	**17.648**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**264.700**	**-**	**(3.983)**	**260.717**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2009	Adoção inicial CPC	31/12/2009
		Ajustes	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**136.965**	**7.405**	**144.370**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica	(79.662)	(223)	(79.885)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-
Custo de operação	(19.578)	-	(19.578)
Pessoal	(239)	-	(239)
Material	-	-	-
Materia prima e insumo p/ produção de energia	(1.302)	(7.389)	(8.691)
Serviços de terceiros	(4.675)	(505)	(5.180)
Depreciação e amortização	(338)	-	(338)
Outras	**(26.132)**	**(7.894)**	**(34.026)**
	(105.794)	**(8.117)**	**(113.911)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**31.171**	**(712)**	**30.459**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	(5.807)	-	(5.807)
Despesas gerais e administrativas	(27.146)	-	(27.146)
Outras despesas operacionais	(10.667)	-	(10.667)
	(43.620)	**-**	**(43.620)**
RESULTADO DO SERVIÇO	**(12.449)**	**(712)**	**(13.161)**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	**(1)**	**-**	**(1)**
RESULTADO OPERACIONAL	**(12.450)**	**(712)**	**(13.162)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras	307	-	307
Variação monetária ativa	31.967	-	31.967
Variação monetária passiva	(7.718)	-	(7.718)
Encargos de dívidas	(6.169)	-	(6.169)
Outras	(2.544)	(66)	(2.610)
	15.843	**(66)**	**15.777**
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**3.393**	**(778)**	**2.615**

3.3.1. Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações da Companhia:

a) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC estrutura conceitual) - As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como Ativos e Passivos Regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPCs foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

b) Contratos de Concessão (ICPC 01 E OCPC 05) - Conforme divulgado na Nota 10, a Administração da Companhia estimou o ativo financeiro indenizável com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, conforme ICPC 01 e OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, considerando-se os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Esses montantes foram classificados como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) foi classificada como ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

c) Contratos de Construção (CPC 17) - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração de resultado. Em atendimento a este Pronunciamento Técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria e a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não-relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Tipo de Movimentação	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Conta Corrente	1.460	1.681	2.578
Aplicações Financeiras - Extra Mercado	234	507	859
TOTAL	**1.694**	**2.188**	**3.437**

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra mercado.

NOTA 5 - CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIA

	31/dez/10				31/dez/09	01/jan/09
CIRCULANTE	**VINCENDOS**	**VENCIDOS**		**TOTAL**	**TOTAL**	**TOTAL**
		ATÉ 90 DIAS	**HÁ MAIS DE 90 DIAS**			
CONSUMIDORES						
- Residencial	**8.991**	**5.228**	**3.913**	**18.132**	**18.399**	**14.776**
- Industrial	**718**	**268**	**289**	**1.275**	**1.125**	**1.082**
- Comércio, serv. outras atividades	**4.701**	**1.517**	**551**	**6.769**	**7.071**	**6.103**
- Rural	**223**	**82**	**411**	**716**	**935**	**747**
- Poder público	**5.493**	**3.265**	**58.611**	**67.369**	**59.951**	**56.225**
- Federal	781	174	27	982	951	884
- Estadual	2.979	3.028	58.584	64.591	46.713	48.465
- Municipal	1.733	63	-	1.796	12.287	6.876
- Iluminação pública	**50**	-	-	**50**	**2.110**	**2.087**
- Serviço público	**3.302**	**867**	**3.007**	**7.176**	**3.771**	**54.377**
	23.478	**11.227**	**66.782**	**101.487**	**93.362**	**135.397**
REVENDEDORES						
- Suprimento normal	**1.855**	**3.474**	**1.919**	**7.248**	**7.755**	**1.239**
- Suprimento parcelamento	**5.922**	**1.634**	**1.095**	**8.651**	**2.721**	**1.865**
	7.777	**5.108**	**3.014**	**15.899**	**10.476**	**3.104**
Total Circulante	**31.255**	**16.335**	**69.796**	**117.386**	**103.838**	**138.501**
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
CONSUMIDORES						
- Poder público estadual	**12.007**	-	-	**12.007**	**13.051**	-
- Poder público municipal	**11.026**	-	-	**11.026**	**6.626**	**7.308**
- Iluminação pública	-	-	-	-	-	**84**
- Serviço público	**36.427**	-	-	**36.427**	**38.879**	**2.494**
REVENDEDORES						
- Suprimento parcelamento	**5.948**	-	-	**5.948**	**1.549**	**3.295**
Total do Não Circulante	**65.408**	-	-	**65.408**	**60.105**	**13.181**
TOTAL GERAL	**96.663**	**16.335**	**69.796**	**182.794**	**163.943**	**151.682**

Os valores a receber registrados no Ativo Não Circulante, no montante de R$ 65.408, referem-se a débitos renegociados com a CERR, CODESAIMA, Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV, e Companhia de Água e Esgoto de Roraima - CAER, com previsão de quitação para novembro de 2022.

NOTA 6 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e também com base em critérios definidos pela administração da Companhia, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando os seguintes critérios:

a) contas vencidas há mais de 90 dias para os consumidores da classe residencial.

b) contas vencidas há mais de 180 dias para os consumidores da classe comercial.

c) contas vencidas há mais de 360 dias para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública.

d) análise individualizada dos créditos relevantes (unidades consumidoras atendidas em alta tensão), vencidos entre 30 e 360 dias incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado conforme quadro abaixo:

CIRCULANTE	**31/dez/10**	**31/dez/09**	**01/jan/09**
Residencial	1.868	2.378	655
Comercial	(728)	458	392
Industrial e rural	421	200	283
Poder público	69.077	44.971	45.611
Serviço público	(21)	12	49.478
Total	**70.617**	**48.019**	**96.419**
NÃO CIRCULANTE			
Poder público	25.288	-	-
Total	**25.288**	-	-

A principal variação é referente aos valores correspondentes ao Governo do Estado de Roraima que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando o reajuste dos débitos por juros compostos.

Em outubro de 2010, foi realizada negociação de débitos com a Prefeitura de Boa Vista, firmando os termos de reconhecimento, confissão e consolidação de dívida e acordo de pagamento. Em decorrência, foi efetuada a reversão da provisão de faturas já provisionadas desde 2006 até agosto de 2010.

Movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Saldo no Início do Exercício	**(48.019)**	**(96.419)**	**(73.260)**
Constituição	(67.793)	(27.836)	(25.007)
Reversão	12.772	24.446	965
Baixa por Perda	7.135	51.790	883
Saldo Final do Exercício	**(95.905)**	**(48.019)**	**(96.419)**

NOTA 7 - DEVEDORES DIVERSOS

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Adiantamentos a empregados	1.224	1.126	828
Adiantamentos a fornecedores	11	11	11
Outros	1.665	1.395	153
Total	**2.900**	**2.532**	**992**

Os adiantamentos a empregados dizem respeito principalmente a título de diárias no país, férias, abonos pecuniários sobre férias, 13º salário, e Tratamento Fora de Domicílio - TFD. Em relação à rubrica Outros, a principal composição se refere a R$1,2 milhões registrados desde 2009, proveniente da arrecadação não repassada pelo agente arrecadador Guariente, e também, a valores a serem reembolsados em relação aos empregados que se encontram cedidos para outras Companhias do sistema Eletrobrás.

NOTA 8 - REEMBOLSO CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem como finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

Com o advento da Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios receberam modificações nas práticas estabelecidas, inclusive para localidades isoladas a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às concessionarias durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional - SIN, a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, conforme contido em seu Art. 3º é o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada, à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico, aos impostos e investimentos realizados, além dos demais custos necessários para geração.

O custo total de geração nos sistemas isolados será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do Ambiente de Contratação Regulada - ACR/Sistema Interligado Nacional -SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

I - à contratação de energia e de potência associada;

II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;

III - à aquisição de combustíveis;

IV - aos encargos e impostos; e

V - aos investimentos realizados.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL a gestão da CCC fica a cargo da Eletrobrás, que elabora o planejamento do exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético - EPE e leva para homologação da ANEEL do rateio para os agentes envolvidos no processo.

No exercício de 2010 a Companhia calculou e contabilizou no seu Ativo Circulante, o montante de R$ 49.792 a título de reembolso CCC em detrimento da aplicação das premissas contidas na Lei 12.111, sendo que, do valor total de R$ 109,9 milhões apurado como custo total de geração (compra de combustível e aluguel de máquinas), compra de energia da Eletrobrás Eletronorte e ICMS não recuperado deduzido da receita própria (quantitativo da energia requerida vezes o preço médio do ACR), e subtraindo-se deste montante o total já recebido no período de abril a agosto de 2010 através da metodologia de subvenção anteriormente em vigência (R$ 66,5 milhões).

Segue abaixo o detalhamento de cada direito apurado no exercício:

	31/dez/10
Combustível-CCC	6.288
Arrendamento e Aluguéis-CCC	14.092
ICMS aquisição de combustível-CCC	14.679
Compra de Energia ELN-CCC	14.733
Total	**49.792**

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Tributos compensáveis	1.266	416	384
Dispêndios a reembolsar	49	324	58
Convênio de arrecadação	(154)	(154)	667
Cauções e depósitos vinculados	-	273	472
Despesas antecipadas	-	13	-
Outros	316	(239)	(173)
Circulante	**1.477**	**633**	**1.408**
Partes relacionadas	1.125	5.172	600
Cauções e depósitos vinculados a litígios	1329	29	843
Não Circulante	**2.454**	**5.201**	**1.443**

Em relação a Cauções e Depósitos vinculados a litígios, são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. São avaliados de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estão apresentados conforme detalhamento abaixo:

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Trabalhistas	1.125	159	766
Cíves	204	143	549
Total	**1.329**	**302**	**1.315**

- Trabalhistas - depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da Justiça do Trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução; e

- Cíveis - valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução junto à Justiça Cível.

NOTA 10 - ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A rubrica Ativo Indenizável (Concessão) - ICPC 01, no montante de R$ 92.244, em 2010 (2009 - R$ 88.063), refere-se ao ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo Bifurcado.

Os contratos de concessões regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

Distribuidoras de energia elétrica

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica, bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e da Orientação Técnica OCPC 05 Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Imobilizado	(-) Obrigações Especiais	Intangível	Ativo Indenizável (Concessão)
Saldos originalmente publicados em 31/12/2008	136.518	(8.333)	984	-
Bifurcação do Ativo Imobilizado e Intangível	(127.005)	8.333	35.843	82.829
Saldos reapresentados de acordo com aplicação do ICPC 01 e OCPC 05 em 01/01/2009	**9.513**	**-**	**36.827**	**82.829**

A movimentação dos saldos referente ao Ativo Indenizável (Concessão) está assim apresentada:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	**82.829**
(+) Adições	5.278
(-) Obrigações Especiais	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**88.063**
(+) Adições	5.152
(-) Obrigações Especiais	(971)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**92.244**

As concessões de distribuição da Companhia não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

O imobilizado refere-se aos bens, direitos e instalações utilizadas na administração da companhia.

Por natureza, o Imobilizado está constituído da seguinte forma:

ATIVO IMOBILIZADO

	Taxas Médias Anuais	31/dez/10			31/dez/09	01/jan/09
	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	2.475	(1.101)	1.374	1.458	1.107
Máquinas e equipamentos	9,77%	10.742	(5.620)	5.122	5.488	4.629
Móveis e utensílios	10,00%	550	(321)	229	270	290
Terrenos	0%	557	-	557	557	557
Veículos	20%	2.677	(2.516)	161	442	750
Subtotal		**17.001**	**(9.558)**	**7.443**	**8.215**	**7.333**
Em curso						
A ratear		-	-	-	14	32
Compras em andamento		-	-	-	-	211
Edificações, obras civis e benfeitorias		120	-	120	-	445
Máquinas e equipamentos		-	-	-	95	507
Material em depósito		761	-	761	637	732
Móveis e utensílios		-	-	-	212	253
Subtotal		**881**	**-**	**881**	**958**	**2.180**
Total		**17.882**	**(9.558)**	**8.324**	**9.173**	**9.513**

A movimentação do imobilizado está demonstrada conforme quadro a seguir:

ATIVO IMOBILIZADO

	EM SERVIÇO			EM CURSO		TOTAL
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2009	**14.560**	**(7.227)**	**7.333**	**2.180**	**2.180**	**9.513**
(+) Adições	-	(1.054)	(1.054)	714	714	(340)
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	1.936	-	1.936	(1.936)	(1.936)	-
(+/-) Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**16.496**	**(8.281)**	**8.215**	**958**	**958**	**9.173**
(+) Adições	-	(1.384)	(1.384)	528	528	(856)
(-) Baixas	(100)	107	7	-	-	7
(+/-) Amortização	-	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	605	-	605	(605)	(605)	-
(+/-) Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**17.001**	**(9.558)**	**7.443**	**881**	**881**	**8.324**

Os valores agregados ao ativo imobilizado em curso constituem-se basicamente de gastos efetuados pela Companhia na manutenção das atividades administrativas.

A formação do custo de cada empreendimento é efetuada mediante a utilização do instrumento contábil denominado Ordens em Curso, que são processos de registro, acompanhamento e controle para apuração destes custos.

A empresa calcula e contabiliza as quotas de depreciação aplicando as taxas de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador conforme tabela XVI anexa à Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2009, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994 e Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009 no que for aplicável.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Concessionária por Atividades e por Unidades de Cadastro - UC são:

Atividades/Unidades de Cadastro - UC	Taxa Anual de depreciação %
Administração	
Equipamento geral	10,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0
Comercialização	
Equipamento geral	10,0

NOTA 12 - INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01 o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01.

Por natureza, o Intangível está assim constituído:

ATIVO INTANGÍVEL

	31/12/2010					31/12/2009	01/01/2009
	Custo	Amortização Acumulada	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Intangível Concessão	50.178	(36.303)	(696)	(6.307)	6.872	30.736	24.631
Demais Intangíveis	2.927	(2.134)	-	-	793	948	925
Subtotal	53.105	(38.437)	(696)	(6.307)	7.665	31.684	25.556
Em curso							-
Intangível Concessão	3.408	-	-	-	3.408	3.372	11.220
Demais Intangíveis	1.972	-	-	-	1.972	157	51
Subtotal	5.380	-	-	-	5.380	3.529	11.271
Intangível Concessão	**53.586**	**(36.303)**	**(696)**	**(6.307)**	**10.280**	**34.108**	**35.851**
Demais Intangíveis	**4.899**	**(2.134)**	**-**	**-**	**2.765**	**1.105**	**976**
Total	**58.485**	**(38.437)**	**(696)**	**(6.307)**	**13.045**	**35.213**	**36.827**

Os valores contemplados como Demais Intangíveis referem-se substancialmente a aquisição e/ou Direito de Uso de Softwares, que são licenças de direito de uso de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das referidas licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados dos equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados em linha reta de acordo com a vida útil estimada do software na legislação vigente.

A movimentação do Intangível está demonstrada conforme quadro a seguir:

ATIVO INTANGÍVEL

	EM SERVIÇO					EM CURSO			TOTAL
	Custo	Amortização Acumulada	(-) Obrigações Especiais	*Impairment*	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Especiais	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2009	**55.392**	**(27.935)**	**(1.900)**	**-**	**25.557**	**11.808**	**(537)**	**11.271**	**36.827**
(+) Adições	-	(5.713)	-	-	(5.713)	2.449	-	2.449	(3.264)
(-) Baixas	(1.151)	1.124	1.553	-	1.526	-	-	-	1.526
(-) Amortização	-	-	54	-	54	-	-	-	54
(+/-) Transferências	10.728	26	(493)	-	10.261	(10.728)	537	(10.191)	70
(+/-) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**64.969**	**(32.498)**	**(786)**	**-**	**31.685**	**3.529**	**-**	**3.529**	**35.213**
(+) Adições	-	(6.843)	(1)	-	(6.844)	3.381	-	3.381	(3.463)
(-) Baixas	(13.347)	414	-	-	(12.933)	-	-	-	(12.933)
(+/-) Amortização	-	-	367	-	367	-	-	-	367
(+/-) Transferências	1.530	491	(276)		1.745	(1.530)	-	(1.530)	215
(+/-) Outros	(47)	-	-	(6.307)	(6.354)	-	-	-	(6.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**53.105**	**(38.436)**	**(696)**	**(6.307)**	**7.666**	**5.380**	**-**	**5.380**	**13.045**

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável concessão (Nota 10).

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Com a edição da Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31 de outubro de 2006, atualizada pela Resolução ANEEL nº 338 de 25 de novembro de 2008, que estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação, ficando estabelecido que a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não seria mais computada na "Parcela B" da receita requerida da concessionária.

A partir de 1º de janeiro de 2007, tanto o saldo existente, quanto as novas adições em Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determinação do Despacho ANEEL nº. 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofício Circular SFF/ANEEL nº. 1.314, de 27 de junho de 2007.

A data de início de apuração da amortização se deu a partir do 2º ciclo da revisão tarifária, o que na concessionária, ocorreu a partir de 1º de Novembro de 2009, conforme Resolução Homologatória nº 897, de 27 de outubro de 2009.

Para a apuração do valor da amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, a concessionária utiliza a taxa média regulatória.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

A Companhia registrou no resultado de 2010 o valor de R$ 6.307, referente à Provisão para Desvalorização de ativos - Impairment (Nota 31).

c) Ajustes dos ativos transferidos da Eletrobras Eletronorte

Do valor total de R$ 13.347 referente às baixas ocorridas no exercício de 2010, R$ 12.720 referem-se aos ajustes dos ativos da Linha de Transmissão 69KV - SE Boa Vista - SE Distrito Industrial e da Subestação Distrito Industrial 69/13,8 KV, que foram adquiridos junto a Eletronorte em 2008 pelo montante de R$ 42.640, sendo que, no Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ativos nº 0928/08, previa que o valor final desta negociação seria o valor homologado pela ANEEL. Em outubro de 2009 a ANEEL homologou estes ativos, juntamente com a 2ª revisão tarifária periódica da companhia pelo valor de R$ 29.920 para fins de composição da base de remuneração regulatória.

NOTA 13 - FORNECEDORES

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Fornecedores de energia elétrica	202.644	120.773	67.660
Fornecedores de materiais e serviços	52.813	3.231	2.838
Total	**255.457**	**124.004**	**70.498**

A variação na rubrica de Fornecedores foi devido a:

a) Não pagamento integral das faturas mensais de energia elétrica à Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE (parcelas vencidas desde agosto de 2007);

b) Contabilização de juros, multas e atualizações em relação às faturas vencidas e não pagas, totalizando o montante de R$ 30.902 no exercício 2010;

c) Reajuste de 8,81% na tarifa de energia comprada, obtido pela variação do IGPM no período, conforme previsto no Contrato de Suprimento de Energia mantido com a Eletrobras Eletronorte.

d) Aquisição em 2010 de combustível junto à Petrobrás (abril a setembro) para suprir a geração de energia no período em que houve redução de energia elétrica comprada para revenda, proveniente do racionamento ocorrido na Venezuela.

NOTA 14 - FOLHA DE PAGAMENTO

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Imposto de renda retido na fonte	914	582	537
Previnorte - contribuição empregados	342	290	245
INSS	111	92	90
Empréstimos consignados	41	46	38
ASEEL - Associação dos empregados	11	12	13
Outros	250	16	34
Total	**1.669**	**1.038**	**957**

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) A composição/movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Saldo em 1º de janeiro de 2009	**2.181**	**14.844**
Encargos Financeiros Provisionados	-	2.355
Encargos Financeiros Pagos	(356)	-
Transferência para o Circulante	976	(976)
Amortização de Financiamentos	(274)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**2.527**	**16.223**
Encargos Financeiros Provisionados	1.925	-
Encargos Financeiros Pagos	(2.090)	-
Transferência para o Circulante	2.628	(2.628)
Amortização de Financiamentos	(2.186)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**2.804**	**13.595**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

b) Contratados com a Eletrobrás e decorrentes de recursos setoriais provenientes do Fundo RGR - Reserva Global de Reversão e incidem encargos de 2% a 10% ao ano, especificados em cláusulas contratuais;

c) Os valores dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante que perfaz em 31/12/2010 o montante de R$ 13.595 tem seus vencimentos assim programados:

Ano	Moeda Nacional
2011	
2012	3.074
2013	3.373
2014	3.705
2015	3.443
Total	**13.595**

NOTA 16 - TAXAS REGULAMENTARES

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Quota da reserva global de reversão - RGR	2.598	1.094	506
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	513	77	384
Taxa fiscalização ANEEL	28	23	18
Total	**3.139**	**1.194**	**908**

NOTA 17 - TRIBUTOS A RECOLHER

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	625	557	551
Contrib. Social p/ finc. da Seguridade Social - COFINS	-	315	654
Contrib. p/ formação patr. servidor público - PASEP	-	68	142
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	88	155	57
Fundo de Garantia p/ Tempo de Serviço - FGTS	339	230	215
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230	216	222
Imposto Sobre Serviço - ISS	266	9	72
Outros	68	46	43
Total	**1.616**	**1.596**	**1.956**

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/dez/10	31/dez/09	1/jan/09
Encargos sociais - INSS	928	751	663
Encargos sociais - FGTS	312	253	222
Férias - Provisão	1.755	1.722	1.520
Gratificação de férias - Provisão	1.820	1.435	1.267
Outras	303	258	211
Total	**5.118**	**4.419**	**3.883**

Os valores evidenciados nesta nota dizem respeito às estimativas das obrigações em potencial referentes a férias e outras assemelhadas, devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, assim como, aquelas devidas a diretores e conselheiros, quando for o caso, da estimativa dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	10.463	8.431	808
Cíveis	151	328	95
Total	**10.614**	**8.759**	**903**

Mutações das provisões para demanda judiciais

	01/01/2009	Constituição	(-) Reversão	31/12/2009
Trabalhistas	808	7.884	261	8.431
Cíveis	95	357	124	328
Total	**903**	**8.241**	**385**	**8.759**
	31/12/2009	**Constituição**	**(-) Reversão**	**31/12/2010**
Trabalhistas	8.431	3.190	1.158	10.463
Cíveis	328	132	309	151
Total	**8.759**	**3.322**	**1.467**	**10.614**

Conforme especificado no CPC 25, os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tornou-se provável de realização, e, caso seja provável, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade. A administração da Companhia, fundamentada na Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005 e na apreciação da avaliação de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas nas demonstrações contábeis são suficientes para cobrir prováveis perdas em demandas judiciais de qualquer natureza. As ações estão assim classificadas:

a) Trabalhistas: Referem-se a vínculo laboral, danos morais, adicionais de penosidade e periculosidade, diferença de alteração da jornada de trabalho e encargos previdenciários.

b) Cíveis: Referem-se a ações indenizatórias por cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e por danos auditivos.

c) Atualização Monetária: Para uma melhor estimativa de desembolso das provisões contingenciaiscom provável risco de perda, foi utilizado o índice de reajuste IPCA-E - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial - publicado mensalmente no Diário da Justiça eletrônico acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o valor atualizado (para as ações cíveis); e se utilizou a tabela única de atualização e conversão de débitos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho (para as ações trabalhistas).

d) Demandas não provisionadas: A maioria dessas demandas é oriunda dos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor de causa limita-se a quarenta vezes o salário mínimo (conforme Art. 3º, I, da Lei 9.099/95), sendo que os fatos geradores com maior frequência na petição inicial das ações são referentes à cortes indevidos, repetição de indébitos e danos elétricos. Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível ou remota) conforme opinião dos Consultores Jurídicos e estão demonstradas a seguir:

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Demandas trabalhistas	1.236	1.841	1.033
Demandas cíveis	32.633	20.621	19.100
Total	**33.869**	**22.462**	**20.133**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOTA 20 - PESQUISA & DESENVOLVIMENTO/ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
CIRCULANTE			
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	1789	506	706
PEE - Programa de eficiência energética	1.763	726	260
	3.552	**1.232**	**966**
NÃO CIRCULANTE			
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	286	1.124	975
PEE - Programa de eficiência energética	1.466	2.838	2.672
	1.752	**3.962**	**3.647**

Os recursos sem destinação estabelecida deverão ser analisados quanto ao prazo de aplicabilidade e, se for o caso, registrados no Passivo Não Circulante.

Os valores devidos a títulos de FNDCT e MME somam R$ 67 e estão inseridos no valor total do P&D apresentado no Circulante. Não foram desembolsados valores a título de projetos vinculados ao P&D, no entanto, os valores estabelecidos no circulante já estão direcionados para os seguintes projetos: Projeto Cooperado (Fundação CEFETMINAS) e Projeto Cooperado (Smart Grid Parintins); Em referência aos programas de PEE, os projetos que estão sendo desenvolvidos com a aplicação dos recursos informados no circulante são os seguintes: Projeto Agente Eletrobrás, Projeto Hospital da Criança e Projeto Educacional PROCEL.

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
CIRCULANTE			
Amazonas Energia	87	100	6
Eletronorte	8.326	6.203	48.020
	8.413	**6.303**	**48.026**
NÃO CIRCULANTE			
Eletronorte	46.540	64.506	28.467
	46.540	**64.506**	**28.467**

A principal variação refere-se à redução de R$ 12.720 do valor original registrado em 2009 da aquisição da Linha de Transmissão 69KV - SE Boa Vista, SE Distrito Industrial e da Subestação Distrito Industrial 69/13,8 KV, da Eletrobrás Eletronorte. Outra variação importante foi a reclassificação dos contratos oriundos de recursos da RGR realizados junto com a Eletrobrás que voltaram a ser registrados na rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

NOTA 22 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/dez/10	31/dez/09	01/jan/09
Contribuição para iluminação pública arrecadada	682	5.335	91
Consumidores	804	875	170
Empregados	(6)	(6)	11
Credores diversos	-	301	583
Outras	827	117	88
Total	**2.307**	**6.622**	**943**

A principal variação resultou da redução considerável do valor a repassar a titulo de Contribuição para a Iluminação Pública, que mediante o acordo de negociação das faturas de energia elétrica junto à prefeitura ocorrido em outubro de 2010, vem se fazendo compensações dos valores devidos.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2010 representa R$ 320.743, (em 2009 - R$ 320.743) composto de 269.353.526 (duzentos e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e seis) ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 24 - RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Notas	31/dez/10	31/dez/09
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	a	132.701	159.309
Suprimento de energia elétrica	a	10.668	6.390
Uso da rede de distribuição	a	13.663	13.253
Receita de construção	b	6.572	7.138
Receita de remuneração Ativo Financeiro	a	9.178	8.762
Outras receitas	c	2.365	2.724
		175.147	**197.576**
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	d	**(47.891)**	**(53.206)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**127.256**	**144.370**

a) FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	N° de Consumidores (*)		Mwh (*)		R$ mil	
	31/dez/10	31/dez/09	31/dez/10	31/dez/09	31/dez/10	31/dez/09
FORNECIMENTO FATURADO						
- Residencial	72.247	69.206	238.782	214.999	71.518	85.212
- Industrial	309	312	12.989	13.421	4.608	5.642
- Comércio, serviço e outras atividades	7.286	6.820	108.941	99.345	34.913	41.012
- Rural	1.803	1.821	6.883	7.035	1.433	1.992
- Poder Público	758	755	70.260	68.796	21.407	25.628
- Iluminação Pública	31	31	26.523	20.732	3.463	4.682
- Serviço Público	62	77	16.981	14.557	3.522	4.327
	82.496	**79.022**	**481.359**	**438.885**	**140.864**	**168.495**
RECEITA DE REMUNERAÇÃO ATIVO FINANCEIRO					**(9.178)**	**(8.762)**
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	**1.015**	**(424)**
SUBTOTAL - FORNECIMENTO	**82.496**	**79.022**	**481.359**	**438.885**	**132.701**	**159.309**
SUPRIMENTO	1	1	58.706	61.754	10.668	6.390
USO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	13.663	13.253
ICMS FATURADO	-	-	-	-	(23.569)	(28.638)
TOTAL	**82.497**	**79.023**	**540.065**	**500.639**	**133.463**	**150.314**

(*) Não auditados

A Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, por meio da Resolução nº 897/2009, homologou o índice da segunda revisão tarifária periódica da Companhia em um percentual negativo de aproximadamente -20,05%, com vigência de novembro 2009 até outubro de 2010, cujos reflexos ocasionaram a redução do faturamento referente ao exercício de 2010 comparado com o ano de 2009.

b) RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/dez/10	31/dez/09
Renda de prestações de serviços	191	712
Arrendamento, aluguéis de bens	799	742
Serviço taxado	899	853
Outras	476	417
Total	**2.365**	**2.724**

d) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAIS

		31/dez/10	31/dez/09
ICMS	24.a	(23.569)	(28.638)
PIS/PASEP		(2.823)	(3.140)
COFINS		(12.865)	(14.462)
ISS		(63)	(68)
Quota para RGR		(2.772)	(2.384)
Encargos PEE		(607)	(685)
Encargos CCC		(4.437)	(3.144)
Encargos P&D		(607)	(685)
Outros encargos		(148)	-
		(47.891)	**(53.206)**

NOTA 25 - CUSTOS DO SERVIÇO

O custo do serviço apresentado na demonstração do resultado, pode ser assim apresentado:

		31/dez/10	31/dez/09
Energia elétrica comprada para revenda	a	(60.197)	(79.885)
Pessoal		(22.791)	(19.578)
Material		(223)	(239)
Materia prima e insumo p/ produção de energia		(21.735)	-
Serviços de terceiros		(7.156)	(8.691)
Depreciação e amortização		(5.852)	(5.180)
Outras		(332)	(338)
		(118.286)	**(113.911)**

a) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Quantidade MWh (*)		Milhares de Reais	
	31/dez/10	31/dez/09	31/dez/10	31/dez/09
Energia Comprada	515.646	613.027	60.197	79.885

(*) Não auditados

NOTA 26 - DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

a) Despesas com vendas

	31/dez/10	31/dez/09
Pessoal	(9.519)	(6.682)
Material	(216)	(258)
Serviço de terceiros	(5.590)	(5.078)
Depreciação	(20)	(20)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa (*)	(55.021)	(3.390)
Outros	3.892	9.621
Total	**(66.474)**	**(5.807)**

(*) Em relação à rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, houve uma reversão de provisão no exercício de 2009 provenientes dos parcelamentos firmados com CAER e CODESAIMA, o que ocasionou uma PCLD de apenas R$ 3.390 mil no exercício. Em 2010, baseado na Nota Técnica n° 005 de dezembro/09 relativa aos novos procedimentos para a constituição e contabilização da PCLD, a Companhia passou a adotar uma análise mais criteriosa para todos os clientes classificados em Alta Tensão, e, assim, demonstrando as perdas efetivas nos valores a receber.

b) Despesas gerais e administrativas

	31/dez/10	31/dez/09
Pessoal	(16.840)	(15.778)
Administradores	(74)	(133)
Entidade de previdência privada	(1.623)	(1.369)
Material	(909)	(1.013)
Serviço de terceiros	(4.221)	(6.640)
Arrendamentos e aluguéis	(250)	(161)
Depreciação	(1.120)	(1.243)
Outros	(1.742)	(809)
Total	**(26.779)**	**(27.146)**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) Outras despesas operacionais

	31/dez/10	31/dez/09
Taxa de fiscalização ANEEL	(290)	(231)
Provisão p/ crédito liquidação duvidosa - ICMS	(812)	(1.510)
Reversão (Provisões) para contingências	(1.855)	(7.856)
Outros	(831)	(1.070)
Total	**(3.788)**	**(10.667)**

NOTA 27 - RECEITAS FINANCEIRAS

	31/dez/10	31/dez/09
Renda de aplicações financeiras	238	307
Variação monetária ativa (a)	22.900	31.967
Efeito líquido no resultado	**23.138**	**32.274**

a)VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA

	31/dez/10	31/dez/09
Variação Monetária e Acréscimos Moratórios s/ Parcelamentos	19.373	28.126
Juros e Multa s/ Energia Vendida	2.515	3.534
Outras	1012	307
Total	**22.900**	**31.967**

NOTA 28 - DESPESAS FINANCEIRAS

	31/dez/10	31/dez/09
Encargos de dívidas	(5.271)	(6.169)
Variação monetária passiva	(33.523)	(7.718)
Outros	(3.124)	(2.610)
Efeito líquido no resultado	**(41.918)**	**(16.497)**

O principal fato que contribuiu para o aumento das despesas financeiras foi ocasionado pela inadimplência do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletronorte em virtude do não pagamento integral das faturas mensais de energia elétrica comprada para revenda (desde outubro de 2007 a Companhia não efetua pagamento integral), sendo que essas faturas são corrigidas pelo IGP-M, e ainda acrescidas respectivamente de juros e multa de 1% e 2% ao mês.

Em relação aos Encargos de Dívidas, são valores apropriados com as partes relacionadas (Eletronorte e Eletrobrás), às quais a companhia mantém contrato, sendo que R$ 1.93 mil se referem a encargos do serviço da dívida dos contratos registrados como empréstimos e financiamentos que a companhia possui junto à Eletrobrás.

NOTA 29 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada como entidade fechada de previdência complementar, instituída e patrocinada pela Companhia, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de dois planos de benefícios. O Plano de Benefícios Definidos - BD, inicialmente instituído com a finalidade de assegurar aos empregados aposentados pela Companhia uma renda de inatividade assemelhada à da ativa, quando somada àquela paga pelo regime geral da previdência social, e o Plano de Contribuições Definidas, com o objetivo de assegurar uma renda de inatividade determinada pelos aportes de contribuição e de suas capitalizações durante a fase de atividade. O Plano BD foi fechado para novas adesões quando do lançamento do Plano CD no ano 2000.

A Administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS-19 do International Accounting Standards.

Os impactos dessa mudança estão demonstrados no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e nessas notas explicativas. Os valores e as informações inseridas na presente nota já consideram os impactos acima descritos:

Estatísticas sobre os dados cadastrais		
População	**31/dez/10**	**31/dez/09**
1. Participantes ativos	13	13
2. Beneficiários:		
2.1. Aposentados	4	4
Total (1+2)	**17**	**17**
Características Etárias	**31/dez/10**	**31/dez/09**
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	47,3	46,2
1.2. Serviço creditado (total)	30	23
1.3. Tempo para aposentadoria	12,4	12,8
2. Aposentados		
2.1. Idade média	59,5	58,0
Salários e Benefícios		
1. Participantes ativos		
1.1 Salário médio	7	6
2. Aposentados		
2.1 Benefício médio	1,5	1

Estado de equilíbrio do plano			
	31/dez/10	**31/dez/09**	**01/jan/09**
I - Obrigações consolidadas			
a) No início do exercício	3.250	2.916	2.916
b) Custo de serviço	83	60	0
c) Custo dos juros	317	305	0
d) Benefícios pagos	(76)	(72)	0
e) (Ganhos) e perdas:	939	41	0
f) No fim do exercício	4.513	3.250	2.916
II - Ativos garantidores			
a) No início do exercício	3.944	3.275	3.275
b) Retorno esperado dos ativos	465	404	0
c) Contribuições e aportes	99	179	0
d) Benefícios pagos	(76)	(72)	0
e) Ganhos e (perdas)	(213)	158	0
f) No fim do exercício	4.322	3.944	3.275
III- Estado de cobertura No fim do Exercício	(190)	694	359

(Ganhos) e Perdas Acumulados	**31/dez/10**	**31/dez/09**
a) No início do exercício	(7)	109
b) Nas obrigações do ano	939	41
c) Nos ativos garantidores	213	158
d) Amortizações	-	-
e) No fim do exercício	1.145	(7)
f) Limite de diferimento	451	394
g) Prazo de diferimento	12	13

Reconciliação do Passivo em Dez/2010	**(Passivo)/AtivoLíquido Total**
Valor no início do exercício	687
Custo do serviço corrente	(83)
Custo dos juros	(317)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	465
Contribuições pagas	99
Valor no final do exercício	**851**

Custo periódico do plano	**2011 (Projeção)**
a) Custo do serviço	98
b) Custo dos juros	440
c) Retorno esperado nos ativos	(494)
d) Contribuições de participantes	(126)
Total do Custo de Curto Prazo	**(82)**

Fluxo de pagamentos de benefícios de longo prazo

Exercícios	Valores
2011	117
2012	117
2013	117
2014	120
2015	169
2016	851
2017	851
2018	851
2019	851
2020	851
2021	851
2022	851
2023	851
2024	851

NOTA 30 - ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia elaborou estudo técnico de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente dos fluxos de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

a) Taxa de desconto de 5,88%;

b) Receita com fornecimento de Energia, aplicando o reajuste tarifário médio positivo de 1,856% em relação as tarifas de energia elétrica homologadas em 2010;

c) Crescimento vegetativo (vertical) do mercado;

d) Considerado o plano de perdas;

e) Compra de energia, considerando os valores projetados com base na energia requerida contratada para 2011 e com os efeitos da Lei 12.111/09;

f) Considerando para a composição dos custos de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais, os valores projetados para o ano de 2011 e repetidos para os demais anos;

g) Imposto de Renda e CSSL foram considerados para fins de cálculo de impairment;

h) Não foram considerados novos investimentos;

i) Consideração da reversão do imobilizado não depreciado em 2015;

O valor recuperável destes ativos não foi o suficiente para cobrir o valor do ativo intangível, sendo necessário o reconhecimento do impairment para a Companhia que resultou na contabilização de R$ 6.307 no exercício atual.

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurado valores decorrentes de Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrada a posição desses créditos.

a)Apuração do Lucro Real

	2010	2009
Lucro (Prejuízo) do exercício, antes do IR e CSLL	**(113.264)**	**3.716**
Efeitos das adições e (exclusões)		
Provisões (reversão de provisões)	56.896	12.694
Demais adições (exclusões)	(6.921)	(51.047)
Reajustes de anos anteriores	(946)	(44.636)
Base de Cálculo	**(64.235)**	**(79.273)**

b)Créditos Fiscais

	2010	2009
Prejuízos fiscais acumulados	341.049	244.551
Base de cálculo negativa da CSLL	332.649	235.747
Provisões não dedutíveis	63.473	48.019
Demais adições temporárias	10.614	8.759
Total	**747.785**	**537.076**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/95 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, Companhias com histórico de resultados negativos e sem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não devem constituir ativo fiscal diferido.

NOTA 32 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra e venda de energia elétrica, ativos de distribuição, operações de empréstimos e financiamentos, empregados cedidos e outros. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela ANEEL. Todas as outras transações são efetuadas considerando as condições aplicáveis às circunstâncias.

Parte Relacionada	Natureza da Operação	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Eletronorte	Empréstimos, financiamentos e encargos	(24.950)	(3.072)
Eletronorte	Suprimento de energia	(202.644)	(97.528)
Eletronorte	Aquisição de Ativos	(29.920)	-
Eletronorte	Pessoal cedido e outros	123	-
Eletrobras	Empréstimos, financiamentos e encargos	(16.399)	(1.925)
Eletrobras	Reembolso subsídio CCC	22.435	-
Eletrobras	Pessoal cedido e outros	98	-

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração para empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foi de R$ 34.266,23 e R$ 1.614,23 respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia.

O salário médio dos empregados em 31/12/2010 foi de R$ 6.501,07.

Os honorários dos dirigentes, a partir de julho de 2008, são pagos pela ELETROBRAS.

NOTA 34 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

34.1 - Gestão de Recursos

Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

DESCRIÇÃO	31/dez/10	31/dez/09
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	258.261	126.531
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 04)	1.694	2.188
Dívida líquida	**256.567**	**124.343**
Total do Patrimônio Líquido	(95.076)	(18.332)
Total do Capital	**161.491**	**106.011**
Índice de alavancagem financeira	**158,87**	**117,29**

34.2 - Instrumentos Financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e a Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009.

34.2.1 - Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis.

- Contas a receber de clientes - Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

- Ativo indenizável (concessão) - Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

34.2.2 - Passivos Financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.

- Empréstimos e financiamentos - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

34.2.3 - Estimativa do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009:

DESCRIÇÃO	CATEGORIA	ATIVO					
		31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
		CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO
Ativo							
Caixa e Equivalentes de Caixa	Mantido para negociação	1.694	1.694	2.188	2.188	3.437	3.437

34.2.4 - Gestão de Riscos Financeiros

A administração da Companhia segue a orientação do Conselho de Administração na gestão de riscos financeiros.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos concedidos são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

c) Risco de mercado

- Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados da Eletrobrás.

- Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia não tem compromissos atrelados à taxa de câmbio.

d) Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia- MME com subsídios da ANEEL. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 35 - CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com CPC 26, as Demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. A insuficiência de capital de giro é suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

Nota 36 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Energia Elétrica	2001 a 2015	115.271	143.125	164.561	182.813	169.142	-
Total		**115.271**	**143.125**	**164.561**	**182.813**	**169.142**	**-**

Os valores relativos aos contratos de compra de energia elétrica junto à Eletrobrás Eletronorte, cuja vigência encerrar-se-á conjuntamente com o contrato de concessão (2015), representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 e foram homologados pela ANEEL.

Boa Vista - RR, 31 de dezembro de 2010.

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor Presidente e Diretor de Assuntos Reg. e Projetos Especiais

Leonardo Lins de Albuquerque
Diretor de Planejamento e Expansão e Diretor de Operação

Ronaldo Ferreira Braga
Diretor Financeiro

Luis Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Pedro Mateus de Oliveira
Diretor Comercial

Licínio da Trindade Santana Jardim
Contador - CRC/AM - 010097/O-0 T-RR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Boa Vista Energia S.A.
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas
Boa Vista Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Boa Vista Energia S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Energia S.A. em 31 de

dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota 35 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 189.369 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 35, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração

do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço

patrimonial de 1º de janeiro de 2009

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas estão sendo apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 20 de março de 2009, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Boa Vista Energia S.A.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.3 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2011

PRICEWATERHOUSECOOPERS

AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP000160/O-5 "S" RR

SÉRGIO EDUARDO ZAMORA
Contador CRC 1SP167828/O-4 "S" RR

JOSÉ VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO
Contador CRC PE016700/O-0 "S" RR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 104/2011 - DF

Ref. DNPM nº 871.544/2009

Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 12.751, publicado no DOU. de 13.11.2009, por ter sido outorgado indevidamente a Itafós Mineração Ltda.(2.96)

Ref. DNPM nº 868.182/2008

Acolhendo proposta da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários, INDEFIRO, o pedido de revogação do alvará, face e manifestação do técnico da DGTM constante às fls, 258/259.(2.56)

Ref: DNPM nºs 800.282/2000 - II volumes

Interessado: Marlene Lima Hollanda Vidal - FI

Cristiano de Melo Oliveira

Assunto: Recurso contra decisão que acolheu sugestão de inabilitação de proponentes em processo de disponibilidade.

Nos termos do Despacho do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários da PROGE/DNPM, quanto ao Parecer nº 100/2011/HP/PROGE/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão,

a) ANULO a decisão de fls. 521, publicado no D.O.U. de 26/08/2010; (1864)

b) NÃO CONHEÇO do recurso interposto por Marlene Lima Hollanda Vidal - FI, às fls. 484, por intempestividade; (1837)

c) NÃO CONHEÇO do pedido de reconsideração, às fls. 523/524, por tratar de questão já discutida. (1837)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

844.007/2011-RENATO ACCIOLY CHUEKE-Registro de Licença n°24/2011 de 30/05/2011-Vencimento em 06/01/2013

844.014/2011-BALTAZAR TEIXEIRA CAVALCANTE FILHO-Registro de Licença n°021/2011 de 18/05/2011-Vencimento em 21/01/2013

844.033/2011-ALTAMIR BEZERRA DAS CHAGAS BARBOS-Registro de Licença n°023/2011 de 19/05/2011-Vencimento em Indeterminado

844.040/2011-LEONARDO FRANCISCO SARMENTO CORDEIRO-Registro de Licença n°022/2011 de 18/05/2011-Vencimento em 21/03/2021

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

880.008/2009-VEUDISON DA COSTA RODRIGUES- AI N°119/2011

880.010/2009-VEUDISON DA COSTA RODRIGUES- AI N°120/2011

880.040/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS- AI N°113/2011

880.041/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS- AI N°114/2011

880.291/2009-ANTONIO JOZELITO CHAVES- AI N°123/2011

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

880.367/2008-AMAZONIA BEBIDAS E CONCENTRADOS LTDA-ALVARÁ N°871/2009

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

880.147/2004-VALE S A-AI N°129/2011

880.150/2004-VALE S A-AI N°130/2011

880.102/2005-LAUDAIR CEZAR NUNES-AI N°128/2011

880.002/2006-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-AI N°136/2011

880.003/2006-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-AI N°135/2011

880.004/2006-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-AI N°134/2011

880.203/2007-CONSTRUTORA E MINERAÇÃO MURUÁ LTDA-AI N°126/2011

880.204/2007-CONSTRUTORA E MINERAÇÃO MURUÁ LTDA-AI N°127/2011

880.388/2007-LUIZ SÉRGIO VIEIRALVES DONATO LOPES-AI N°131/2011

880.389/2007-LUIZ SÉRGIO VIEIRALVES DONATO LOPES-AI N°132/2011

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)

880.009/2008-F. R. CHAGAS- Registro de Licença No.:366/2008 - Vencimento em 01/02/2012

880.444/2009-TIBIRIÇA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Registro de Licença No.:006/2010 - Vencimento em 21/07/2013

880.081/2010-MANUEL LOPES DA SILVA- Registro de Licença No.:026/2010 - Vencimento em 23/03/2012

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 83/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Giovanni Magnus Bezerra de Souza - 848518/08 - Not.49/2011 - R$ 2.070,19

Roseli Diniz de Almeida Silva - 848370/08 - Not.51/2011 - R$ 4.140,39

Varginha Mineração e Loteamentos Ltda - 848093/04 - Not.50/2011 - R$ 212,63

RELAÇÃO Nº 84/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Nja Produtos Minerais - 848184/10

RELAÇÃO Nº 85/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Alpha pp Empreendimentos e Participações Ltda - 848545/08

Casablanca Mineração Ltda - 848524/08, 848529/08

Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 848534/08, 848535/08, 848536/08, 848539/08, 848541/08, 848542/08, 848543/08

RELAÇÃO Nº 93/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Carly Hissa Hasbun - 848565/07

Companhia Industrial de Cimento Apodí - 848116/07

Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda - 848594/07

Francisco Heroncio de Medeiros - 848034/06

George Fabio de Lara Andrade - 848530/07

Marcelo Martins Soares - 848375/08

Márcio Dantas Teixeira - 848033/06

Paulo Roberto Retz - 848507/07

Sebastião Eduardo de Moura Galvão - 848031/06

RELAÇÃO Nº 94/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

848.130/2011-ROGÉRIO VIDAL NUNES BARBOSA

848.131/2011-ROGÉRIO VIDAL NUNES BARBOSA

848.132/2011-ROGÉRIO VIDAL NUNES BARBOSA

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

848.263/2009-VALE FOSFATADOS S A -Alvará N°3.014/2010

848.268/2009-VALE FOSFATADOS S A -Alvará N°1.330/2010

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

848.143/2006-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°204/2011

848.174/2006-MONT GRANITOS S/A-AI N°199/2011

848.232/2006-MONT GRANITOS S/A-AI N°196/2011

848.235/2006-METAL DATA S.A-AI N°198/2011

848.260/2006-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-AI N°200/2011

848.271/2006-CID GONÇALVES PACHECO-AI N°205/2011

848.274/2006-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE-AI N°197/2011

848.010/2007-JOÃO MARIA DA SILVA FERREIRA-AI N°194/2011

848.014/2007-MARCOS DANTAS DE MEDEIROS-AI N°193/2011

848.212/2007-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-AI N°195/2011

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

848.064/2003-ANA MARGARETH FERREIRA LOPES JUNGHANS

848.252/2006-JEOVA PEREIRA DA SILVA

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

848.053/2010-GEAN CARLOS SILVA DE AZEVEDO - PLG N°1/2011 de 27/05/2011 - Prazo 5 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
848.091/2011-ÁLVARO ALVES DOS SANTOS
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
810.177/1974-RAIMUNDO GOMES DE ARAUJO FORTES- Alvará nº3.222/1977 - Cessionário: ITAPETINGA AGRO-INDUSTRIAL S/A- CNPJ 08.331.340/0001-07

RELAÇÃO Nº 94/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Blue Hill Empreendimentos Minerais Ltda - 848297/10 - Not.40/2011 - R$ 2.063,47, 848298/10 - Not.41/2011 - R$ 2.063,47, 848299/10 - Not.42/2011 - R$ 2.063,47, 848300/10 - Not.43/2011 - R$ 2.063,47, 848301/10 - Not.44/2011 - R$ 2.063,47, 848306/10 - Not.45/2011 - R$ 2.063,47, 848475/10 - Not.46/2011 - R$ 2.063,47, 848476/10 - Not.47/2011 - R$ 2.063,47, 848477/10 - Not.48/2011 - R$ 2.063,47

RELAÇÃO Nº 95/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
João Bosco Pereira Dantas - 848354/10, 848455/10, 848486/10, 848488/10

RELAÇÃO Nº 99/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Erlie Lenz Cesar Filho - 848157/09, 848158/09, 848159/09, 848160/09

CARLOS MAGNO BEZERRA CORTEZ

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 95/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
806.028/2010-MINERAÇÃO MARACANÃ LTDA.-OF. N°705/2011-SUP/DNPM/MA
806.030/2010-P J F SANTOS-OF. N°704/2011-SUP/DNPM/MA
806.031/2010-E. A. DE OLIVEIRA - MINÉRIO-OF. N°706/2011-SUP/DNPM/MA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
806.154/2007-JORGE ALEXANDRE ILGENFRITZ- Cessionário:ITACARAÍ BRITA LTDA.- CPF ou CNPJ 11.123.578/0001-51- Alvará n°1.126/2010
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
806.036/2008-M.C. PAVELICH EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS-BALSAS/MA - Guia n° 002/2011-8.500toneladas-Cascalho- Validade:18/02/2012
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
806.056/2000-H2O EMPRESA DE MINERACAO LTDA-AI Nº 055 e 056/2011-SUP/DNPM/MA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.691/2010-TRATEC LTDA-Registro de Licença n°15/2011 de 23 DE MAIO DE 2011-Vencimento em 11 DE MAIO DE 2013
Fase de Licenciamento
Determina a cassação do Registro de Licença(1289)
806.135/2005-BENEDITO T. CUNHA F.I- Registro de Licença N°084- Publicado no DOU de 2005
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.052/2006-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA

RELAÇÃO Nº 96/2011

Fase de Disponibilidade
Determina a exclusão de processo do Edital de Disponibilidade(1809)
806.043/2000 - EDITAL N° 005/2011 - Publicado DOU de 22 de março de 2011

JOMAR SILVA FEITOSA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.367/2011-JOÃO EURIPEDES ALVES E SILVA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.522/2009-CHAPÉU DO SOL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.357/2011-ORLANDINO BASSO-OF. N°399/11
866.370/2011-PERSIO DOMINGOS BRIANTE-OF. N°400/11
866.371/2011-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.-OF. N°401/11
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
867.042/2010-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
867.076/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.077/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.078/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.079/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.080/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.081/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
867.082/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
866.074/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
866.082/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
866.086/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorizaçãode Pesquisa para Licenciamento.(165)
866.659/2010-MINERAÇÃO AEROPORTO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.610/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10990/2010
866.883/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10992/2010
866.884/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10993/2010
866.885/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10994/2010
866.887/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10996/2010
866.888/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10935/2010
866.889/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10936/2010
866.891/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10938/2010
866.893/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10997/2010
866.894/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10998/2010
866.895/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10999/2010
866.897/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e Participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°11000/2010
866.898/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°11001/2010
866.899/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10940/2010
866.900/2010-WALLASSE GUEDES CORREIA- Cessionário:Adherpar Empreendimentos e participações Ltda- CPF ou CNPJ 11.085.724/0001-00- Alvará n°10941/2010
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.664/2009-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - PLG N°13/2011 de 13/05/2011 - Prazo 05 anos
866.773/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°20/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
866.784/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°18/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
866.785/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°14/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
866.786/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°15/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
866.787/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°16/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
866.788/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°19/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
867.018/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°17/2011 de 20/05/2011 - Prazo 05 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
867.036/2010-MINERAÇÃO AEROPORTO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
867.346/2005-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP
867.350/2005-ALEXANDRE VINE
866.545/2007-MINERAÇÃO PANAMERICANA LTDA ME
867.069/2007-JONILSON GOMES DE MIRANDA
867.137/2007-JORGE NEI VARGAS RODRIGUES
866.089/2008-EXECUTIVA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
866.180/2008-JOSÉ SAMPAIO LEITE
866.370/2008-VERDE FERTILIZANTES LTDA
866.367/2009-ADRIANO MARTINS SIMI
866.696/2009-GEOECONÔMICA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS LTDA

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 299/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
835.453/1994-STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2442 e 2443/11-FISC
831.709/1999-NILTON ANTONIO BORGES-OF. N°2242/11-DIFISC
830.052/2001-JOAQUIM LOPES FERREIRA-OF. N°2134 e 2135/11-FISC
830.258/2001-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-OF. N°2319 e 2320/11-FISC
831.751/2001-FILITO DO BRASIL LTDA-OF. N°2098/11-FISC
830.609/2003-GREEN PROJETOS-OF. N°2216/11-FISC
830.687/2003-GIACAMPOS DIAMOND LTDA-OF. N°2257/11-FISC
831.222/2004-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1592/11-FISC
833.202/2004-MINERAÇÃO GRANITOS DE MINAS LTDA-OF. N°1102 e 1103/11-FISC
832.199/2005-GONÇALO ALVES FILHO-OF. N°1281/11-FISC
832.813/2005-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2109/11-FISC
832.397/2006-ALTO DA BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2180/11-FISC
832.486/2006-ERIVANIO PRESTACAO DE SERVICOS E COM. DE MAT. DE CONST. LTDA. ME-OF. N°2106/11-FISC
832.783/2006-VALDIR NOGUEIRA TABORDA-OF. N°4009/10-FISC
833.807/2006-MINERAÇÃO CANAÃ LTDA-OF. N°2179/11-FISC
830.455/2007-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-OF. N°1900 e 1901/11-FISC
834.626/2007-EDMUNDO TAVARES VASCONCELOS FILHO-OF. N°2183/11-FISC
831.297/2008-CERUNI EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA-OF. N°2184 e 2185/11-FISC
832.108/2008-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2235/11-FISC
834.520/2008-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-OF. N°2327/11-FISC
830.230/2009-PAULO ROBERTO WACHSMUTH-OF. N°1897/11-FISC
831.157/2009-ROSILENE PANSINI-OF. N°2578/11-FISC
831.521/2009-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2107 e 2108/11-FISC
831.584/2009-MINERAÇÃO PEREIRA LTDA-OF. N°2326/11-FISC
833.005/2009-JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS-OF. N°2091 e 2092/11-FISC
831.479/2010-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-OF. N°1105 e 1106/11-FISC
832.681/2010-LOCADORA DE EQUIPAMENTOS BRITTOS LTDA-OF. N°1868 e 1869/11-FISC
834.595/2010-FERNANDO IVAN PEREIRA-OF. N°1871 e 1872/11-FISC
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.641/1997-A.GRANUSO LTDA-OF. N°1896/11-FISC

RELAÇÃO Nº 305/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.994/1979-NILZA DA COSTA PEREIRA-OF. N°382/11-FISC
830.388/1983-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2029/11-FISC
831.593/1984-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1903/11-FISC

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

831.637/1986-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1985/11-FISC
831.638/1986-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1983/11-FISC
831.639/1986-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1986/11-FISC
830.192/1998-ARAR PEDRAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2230/11-FISC
831.756/1999-CERÂMICA AVANTE LTDA.-OF. N°1988/11-FISC
830.367/2000-EMPRESA DE MINERACAO ITAGRAN LTDA.-OF. N°2058/11 -FISC e Limagran Serraria de Mármores e Granitos Ltda.
831.562/2000-MANOEL XAVIER DO ROZÁRIO-OF. N°2501/11-FISCAM
831.743/2000-PORTO ROCHAS LIMI SLATE LTDA - M.E.-OF. N°2249,2250 e 2251/11-FISC
830.248/2002-MINERAÇÃO CÓRREGO DOS FREITAS LTDA-OF. N°2093/11-FISC
831.504/2002-CEZAR AUGUSTO SANTOS TEIXEIRA-OF. N°2453/11-FISCAM
831.492/2004-EDUARDO GERALDO FERNANDES-OF. N°2428/11-FISCAM
831.583/2004-CENIBRA LOGÍSTICA LTDA-OF. N°2440/11-FISCAM
831.884/2004-LG MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1684/11-FISC
832.456/2004-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1894/11-FISC
832.457/2004-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1895/11-FISC
830.144/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°1590/11-FISC
830.145/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2245/11-FISC
830.146/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2289/11-FISC
830.147/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2291/11-FISC
830.148/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2296/11-FISC
830.592/2005-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°2020/11-FISC
831.421/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2307/11-FISC
831.422/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°2312/11-FISC
832.912/2005-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°2429/11-FISC
833.540/2006-AGENOR XAVIER MACHADO-OF. N°1984/11-FISC
831.070/2007-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. N°1305/11-FISC
831.514/2007-PEDRA SOLARIS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1989/11-FISC

RELAÇÃO Nº 319/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.861/1998-JACIR DE MORAIS CARDOSO- Área de 582,45 ha para 49,99 ha-Areia
831.860/1999-MINERACAO DORNAS LTDA- Área de 1.000,00 ha para 49,64 ha-Calcário
832.123/2000-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- Área de 399,77 ha para 337,13 ha-Granito
830.347/2001-DRAGAGEM SANTO ANTÔNIO PIRAPORA LTDA- Área de 357,60 ha para 49,70 ha-Areia e Cascalho
830.145/2002-WILSON PEREIRA DO CARMO- Área de 576,45 ha para 49,63 ha-Quartzito
833.155/2003-MINERAÇÃO PONTES LTDA- Área de 1.689,42 ha para 1.446,58 ha-Minério de Manganês e Areia
832.104/2004-HEMATITA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA- Área de 590,43 ha para 49,87 ha-Alexandrita
830.784/2005-JESU LUIZ AFONSO FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL- Área de 138,62 ha para 69,88 ha-Quartzito e Areia
834.810/2008-RJ MINERAÇÃO LTDA- Área de 1.932,05 ha para 508,49 ha-Granito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.972/1989-AGENOR XAVIER MACHADO-Quartzito
830.872/1993-TROPICAL STONE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Quartzito
831.396/2000-LUCIO DUARTE MACHADO - FI-Ardósia
832.309/2000-BRASICAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Calcário
830.289/2001-CORDOVAL GERALDO DA CRUZ-Areia
832.086/2004-LUÍS FERNANDO SANTOS BOLINA-Calcário
830.899/2005-DELTAMIL COMÉRCIO LTDA-Areia
830.487/2007-IRMÃOS CAPISTRANO LTDA-Quartzito
831.415/2007-MBL - MATERIAIS BÁSICOS LTDA-Minério de Ferro
830.007/2008-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-Areia

RELAÇÃO Nº 320/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
830.698/1992-MANOEL FERNANDES PESSOA

RELAÇÃO Nº 321/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
830.266/2004-MINERA PESQUISA GEOLÓGICA LTDA.-ALVARÁ N°219/05
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.628/2001-CERÂMICA MISSON LTDA.-ALVARÁ N°9617/01
830.181/2009-CLEINIO FRANCISCO DE CARVALHO-ALVARÁ N°8889/09

RELAÇÃO Nº 322/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.789/2005-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA-BOM SUCESSO/MG, IBITURUNA/MG, NAZARENO/MG - Guia n° 111/2011 e 112/2011-4.000 t e 50.000 t-Quartzo (Industrial) e Areia (Construção Civil)- Validade:29/05/2012
831.603/2007-ATILA MOREIRA-ITAÚNA/MG - Guia n° 94/2011 e 95/2011-12.000 e 38.000 toneladas-Argila e Areia- Validade:08/09/2011
832.431/2007-AREIAS MODÊLO LTDA ME-CACHOEIRA DA PRATA/MG, FORTUNA DE MINAS/MG - Guia n° 100/2011 e 101/2011-50.000 e 16.000 toneladas-Areia e Sailbro- Validade:28/04/2012
832.702/2007-ROSANGELA APARECIDA TEIXEIRA & CIA LTDA-FORMIGA/MG - Guia n° 107/2011-50.000 toneladas-Areia- Validade:23/02/2015
833.272/2007-MINERAÇÃO NOSSA SRA DE NATIVIDADE LTDA-SÃO THOMÉ DAS LETRAS/MG - Guia n° 105/2011-1.500 toneladas-Quartzito- Validade:21/03/2013
833.682/2007-ROMAGRAN ROMUALDO GRANITOS LTDA-JEQUERI/MG, PEDRA DO ANTA/MG - Guia n° 106/2011-3.170 toneladas-Granito- Validade:13/04/2015
830.770/2008-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-JEQUITIBÁ/MG - Guia n° 116/2011-18.000 toneladas-Quartzo (Minério de Silicio)- Validade:26/08/2012
830.707/2009-DELMO ANTONIO PRETINHO DOS SANTOS ME-PEDRO LEOPOLDO/MG, SÃO JOSÉ DA LAPA/MG - Guia n° 102/2011-48.000 toneladas-Areia- Validade:02/07/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.874/1985-MINERAÇÃO AGUA LIMPA LTDA ME-MANHUAÇU/MG - Guia n° 88/2011-3.240 ton/ano-Granito- Validade:Da sua assinatura até 06/05/2013
833.256/1995-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-PLANURA/MG, COLÔMBIA/SP - Guia n° 96/2011-24.750 toneladas-Areia- Validade:20/09/2011
831.500/1997-VALDECY VAIANA DE SOUZA E CIA LTDA-SANTA BÁRBARA/MG, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG - Guia n° 104/2011-45.000 toneladas-Areia- Validade:07/04/2015
830.352/2001-ANTÔNIO RODRIGUES DE MOURA-CARMO DO CAJURU/MG - Guia n° 109/2011-18.000 toneladas-Quartzo (Minério de Silício)- Validade:27/06/2014
896.060/2010-GRANITO BORCHARDT LTDA.-ITUETA/MG - Guia n° 93/2011-3.170 toneladas-Granito- Validade:18/05/2014

RELAÇÃO Nº 323/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
834.783/2010-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
834.840/2010-LENICE LOPES FREIRE VILELA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.261/2011-TRUINFO IESA INFRAESTRUTURA S A-OF. N°1085/11-DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
831.327/2009-TRANSAREIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
831.421/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA- AI N°831/11-MG
832.912/2005-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA- AI N°778/11-MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.240/2006-GILSILENE CARDOSO DE JESUS-AI N°770/11-FISC
832.054/2006-VAALDIAM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°843/11-FISC
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
832.945/2009-JOÃO SARAUSA-OF. N°611/11-DGTM
832.946/2009-JOÃO SARAUSA-OF. N°611/11-DGTM
832.947/2009-JOÃO SARAUSA-OF. N°611/11-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.050/1989-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°1154 e 1155/11-DGTM
831.661/2001-JOSÉ BERNARDES VIDAL FI-OF. N°1071/11-DGTM
832.847/2003-COSTA E VITA LTDA-OF. N°634/11-DGTM
830.920/2006-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1116/11-DGTM
833.026/2009-RODRIGO ANTONIO DA SILVA-OF. N°1119/11-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.050/1989-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°1156/11
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
832.407/2000-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.- AI N° 72/11-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
833.831/2007-LUCIA ANDREA DA SILVA JUSTE & CIA LTDA ME-Registro de Licença n°3621/11 de 09/05/11-Vencimento em Indeterminado
834.095/2007-AREAL BELA VISTA LTDA-Registro de Licença n°3622/11 de 09/05/11-Vencimento em 18/10/2011
832.504/2008-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-Registro de Licença n°3623/11 de 09/05/11-Vencimento em Indeterminado
831.598/2009-CERAMICA CAIMAN LTDA ME-Registro de Licença n°3620/11 de 09/05/11-Vencimento em 17/07/2011
832.806/2009-ALOISIO FERNANDES OLIVEIRA ME-Registro de Licença n°3628/11 de 09/05/11-Vencimento em 01/12/2029
830.039/2010-MINERADORA CALDENSE LIMITADA-Registro de Licença n°3624/11 de 09/05/11-Vencimento em 16/11/2013
830.070/2010-CERÂMICA NORTESUL LTDA-Registro de Licença n°3626/11 de 09/05/11-Vencimento em Indeterminado
830.836/2010-MARCRONE FIGUEIREDO-Registro de Licença n°3625/11 de 09/05/11-Vencimento em Indeterminado
832.895/2010-CERÂMICA LARES LTDA-Registro de Licença n°3627/11 de 09/05/11-Vencimento em Indeterminado
833.253/2010-THALLYS EDUARDO PINTO COELHO-Registro de Licença n°3620/11 de 12/05/11-Vencimento em Indeterminado
833.992/2010-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-Registro de Licença n°3631/11 de 12/05/11-Vencimento em 09/09/2013
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
830.221/1996-CONCRETRAN S.A.- Registro de Licença No.:1487/00 - Vencimento em 09/03/2010
830.465/2001-MARIA BÁRBARA PENHA DA SILVA-Registro de Licença No.:1750/01 - Vencimento em 21/05/2012
830.820/2001-COMERCIAL LATALIZA & FRANÇA LTDA.- Registro de Licença No.:1709/01 - Vencimento em 27/10/2013
831.465/2004-SEBASTIÃO FERNANDES DE CASTRO ME- Registro de Licença No.:2491/04 - Vencimento em 03/03/2013
831.676/2004-MARCIO TEZA BENEVENUTE - ME- Registro de Licença No.:3168/07 - Vencimento em 18/03/2014
832.920/2004-AREIA IRMÃOS RIBEIRO LTDA- Registro de Licença No.:2707/05 - Vencimento em 01/07/2015
831.335/2007-CERÂMICA CARMELITANA LTDA- Registro de Licença No.:3084/07 - Vencimento em 04/04/2012
832.910/2007-CERAMICA CARMELO LTDA- Registro de Licença No.:3600/11 - Vencimento em 22/02/2012
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
834.640/2008-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°2460/11-FISC
832.217/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.218/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.219/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.220/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.222/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.225/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.226/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.227/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.228/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

832.229/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.230/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM
832.364/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°912/11-DGTM

RELAÇÃO Nº 325/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
833.395/2007-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- DOU de 08/12/08
Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
830.151/2004-JANDY GRALHA RIBAS - Publicado DOU de 05/08/10, Relação n° 243/10, Seção 1, pág. 69- Onde se lê:"...Aprova o relatório de pesquisa/inciso I, do art.30 do CM (3.17)..."'Leia-se:"..Aprova o Relatório Final de Pesquisa com redução de área de 883,39 ha para 356,97 ha/inciso I, do Art.30 do C.M. (291)"

RELAÇÃO Nº 326/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.174/1990-ANGELA MARIA LAMOUNIER
832.700/1994-MINERAÇÃO SANTA CAROLINA LTDA
830.100/1996-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA
830.281/1998-ILAN AKHERMAN
831.559/1999-ZENILDA BETZEL LUXINGER
832.598/2003-MANOEL LUCIO FERREIRA
830.109/2004-VÍTOR ANASTÁCIO DE CARVALHO
831.400/2004-CLÁUDIO FABIANO OLIVEIRA DE ARAÚJO
831.729/2004-GRAMACOB MINERAÇÃO LTDA
832.478/2004-JÕAO VICENTE CARLETI
832.479/2004-JÕAO VICENTE CARLETI
832.480/2004-JÕAO VICENTE CARLETI
830.007/2005-ANTÔNIO MAGALHÃES DE ANDRADE
830.017/2005-JÕAO VICENTE CARLETI
830.108/2005-VELDIR JOSÉ XAVIER
831.255/2005-MINERADORA GRANÓPOLIS LTDA
832.515/2006-JOSÉ ANTÔNIO MOREIRA DE SOUZA

RELAÇÃO Nº 327/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.385/2006-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA
833.521/2006-2V AGROPECUÁRIA LTDA
831.096/2008-LIGAS DE ALUMÍNIO S/A
832.133/2008-JOSÉ BELMIRO ROCHA DE ALMEIDA

RELAÇÃO Nº 331/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.019/2009-ANDRE SAMPAIO SANTOS
830.372/2009-ANDRÉ MACEDO DE BRITO
831.193/2009-JOSÉ MOREIRA FILHO
830.348/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.684/2010-TALAL AHMAD HASSAN ASSAAD DIB
832.690/2010-TOTAL INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO LTDA
832.978/2010-SÉRGIO LUIZ MAIA
832.994/2010-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
832.996/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
834.112/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.114/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.115/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.119/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.122/2010-VALE FERTILIZANTES S.A.
834.376/2010-RIMA INDUSTRIAL SA
834.899/2010-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
834.900/2010-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
834.902/2010-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
830.079/2011-FRANCISCO DE ASSIS MOURA
830.141/2011-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
830.216/2011-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA
830.280/2011-VANDERLEY FERREIRA DE ANDRADE
830.327/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
830.396/2011-W T JUNIOR
830.479/2011-MÁRMORE ORIENTE LTDA
830.501/2011-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
830.502/2011-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
830.503/2011-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
830.587/2011-MORAIS E REIS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
830.614/2011-GENI PAIXÃO BAGNI FI
830.620/2011-NADSON TORRES SARMENTO
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
830.169/2008-WAGNER VIANA SILVA-Alvará N°7517/08
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
832.082/2005-ORENBRAS COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
832.083/2005-ORENBRAS COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
832.348/2005-CITY CAR VEÍCULOS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA
832.394/2005-FABRÍCIO ALEXANDRE DE JESUS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
833.770/2008-CLEBIO DE SOUZA REIS - ME-Registro de Licença n°3617/11 de 13/04/11-Vencimento em Indeterminado
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
830.520/2010-CLAUDINEY MIGUEL PINTO ME
832.689/2010-CERÂMICA BEIJA FLOR LTDA
832.791/2010-BRASILINA PEREIRA GONTIJO ME
832.909/2010-OTALICIO DE OLIVEIRA MAIA ME
834.234/2010-RAFAEL ADRIANO PACHECO
834.297/2010-RIBEIRO & DONIZETI LTDA ME
834.317/2010-FERLIG FERRO LIGA LTDA
834.460/2010-ENILSON SÉRGIO DA SILVA ME
834.909/2010-CERÂMICA REAL MINAS LTDA - EPP
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
832.562/2001-COMÉRCIO DE AREIA RIO SAPUCAÍ LTDA ME- Registro de Licença No.:2472/04 - Vencimento em Indeterminado
832.620/2001-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPECUÁRIA E ECO TURISMO LTDA- Registro de Licença No.:1984/02 - Vencimento em 06/10/2012
831.837/2002-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREIÃO LTDA- Registro de Licença No.:2027/02 - Vencimento em 10/03/2012
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
830.215/2009-MANOEL ABREU DE LIMA-Argila-Registro de Licença N°3516/10, DOU de 09/11/2010

RELAÇÃO Nº 332/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
834.810/2007-INGO GUSTAV WENDER
834.930/2007-INGO GUSTAV WENDER
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.952/2007-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-OF. N°916/11-DGTM
834.970/2007-INGO GUSTAV WENDER-OF. N°923/11-DGTM
834.404/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°941/11-DGTM
834.736/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°948/11-DGTM
831.047/2009-AUROBRÁS MINERAÇÃO S/A-OF. N°946/11-DGTM
831.091/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°958/11-DGTM
831.433/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°922/11-DGTM
831.589/2009-LUA MADEIRA IMUNIZADA LTDA ME-OF. N°915/11-DGTM
832.239/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°951/11-DGTM
832.884/2009-MARIA ELOISA LEMOS ATTIÊ-OF. N°914/11-DGTM
830.069/2010-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-OF. N°939/11-DGTM
830.458/2010-DRAGAGEM FLAUSINO LTDA.-OF. N°944/11-DGTM
830.459/2010-DRAGAGEM FLAUSINO LTDA.-OF. N°943/11-DGTM
830.472/2010-MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO MMRJ LTDA.-OF. N°938/11-DGTM
830.475/2010-MINERAÇÃO ANA DA CRUZ-OF. N°947/11-DGTM
830.684/2010-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°927/11-DGTM
830.949/2010-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°934/11-DGTM
831.168/2010-CONCRETRAN S.A.-OF. N°933/11-DGTM
831.493/2010-LUCAS FIUZA DA CUNHA PEREIRA-OF. N°935/11-DGTM
831.704/2010-JOSÉ CÉSAR RAIMUNDO-OF. N°936/11-DGTM
832.668/2010-CALCINAÇÃO DIAMANTE LTDA-OF. N°1175/11-DGTM
832.683/2010-TALAL AHMAD HASSAN ASSAAD DIB-OF. N°937/11-DGTM
832.795/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°926/11-DGTM
832.884/2010-MAURO RUIZ ALVES COSTA-OF. N°952/11-DGTM
832.953/2010-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-OF. N°959/11-DGTM
832.991/2010-MINERAÇÃO IRMÃOS MIRANDA LTDA.-OF. N°932/11-DGTM
832.993/2010-MINERAÇÃO IRMÃOS MIRANDA LTDA.-OF. N°929/11-DGTM
833.530/2010-SOUZA FERNANDES CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA-OF. N°950/11-DGTM
834.113/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°925/11-DGTM
834.134/2010-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA-OF. N°957/11-DGTM
834.230/2010-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°956/11-DGTM
834.231/2010-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°955/11-DGTM
834.232/2010-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°954/11-DGTM
834.242/2010-MINERAÇÃO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA-OF. N°953/11-DGTM
834.363/2010-ENI FÁTIMA DIAS CAMPOLINA-OF. N°913/11-DGTM
834.503/2010-MENDES E PELIZON CONSULTORIALTDA-OF. N°918/11-DGTM
834.504/2010-MENDES E PELIZON CONSULTORIALTDA-OF. N°920/11-DGTM
834.539/2010-MINERAÇÃO CALFENIX LTDA-OF. N°912/11-DGTM
834.562/2010-LOS ANDES MINERAÇÃO LTDA-OF. N°911/11-DGTM
834.678/2010-ZELITA ANTONELLO-OF. N°921/11-DGTM
834.680/2010-CLOVIS GOMES DE ARAUJO-OF. N°919/11-DGTM
834.739/2010-FREDERICO CHAVES FIGUEIREDO-OF. N°910/11-DGTM
834.758/2010-EMILIO MARCIO GOMES DE CARVALHO-OF. N°931/11-DGTM
834.859/2010-WILSON JOÃO MENDES HENRIQUES FILHO-OF. N°928/11-DGTM
834.998/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°949/11-DGTM
830.301/2011-ROOSEVELT DAS NEVES ROCHA-OF. N°1174/11-DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.292/1987-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA- AI N° 588/11-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.292/1987-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1836/11-FISC

RELAÇÃO Nº 340/2011

Retificação:No Despacho, Publicado DOU 24/05/11 na Relação 291/2011 - Seção I - Pág 40, Onde se lê:832.181/2009 Leia -se:932.181/09

No Despacho, Publicado DOU 24/05/11 na Relação 291/2011 - Seção I - Pág 40, processo de cobrança:933.905/10 - Onde se lê:CNPJ:03.740.556/0001-03 Leia -se:CNPJ:03.740.556/0001-02

No Despacho, Publicado DOU 24/05/11 na Relação 291/2011 - Seção I - Pág 40 e 41, Processos de Cobranças:

932.181/09, 932.377/09, 933.677/10, 933.678/10, 933.687/10, 933.701/10, 933.708/10 933.709/10, 933.711/10, 933.718/10, 933.721/10, 933.726/10, 933.730/10, 933.734/10 933.739/10, 933.740/10, 933.743/10, 933.745/10, 933.746/10, 933.747/10, 933.748/10, 933.757/10, 933.766/10, 933.775/10, 933.776/10, 933.779/10, 933.781/10, 933.790/10 933.792/10, 933.797/10, 933.798/10, 933.799/10, 933.804/10, 933.812/10, 933.851/10, 933.871/10, 933.887/10, 933.893/10, 933.905/10, 933.919/10 933.929/10, 933.933/10 933.935/10, 933.936/10, 933.940/10, 933.941/10, 930.538/11, 930.539/11, 930.548/11, 930.754/11 930.756/11, 930.764/11, 930.765/11, 930.767/11, 930.789/11, 930.796/11 930.800/11, 930.884/11, 930.890/11, 930.896/11, 930.912/11, 930.914/11, 930.916/11 930.923/11, 930.946/11, 931.030/11 , 931.031/11 , 931.046/11, 931.051/11, 931.063/11 931.072/11, 931.073/11, 931.080/11, 931.270/11, 931.273/11, 931.277/11, 931.283/11, 931.284/11, 931.285/11, 931.291/11, 931.292/11, 931.305/11, 931.342/11, 931.345/11 931.346/11 931.350/11

Onde se lê: Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que se julgou improcedente a defesa administrativa interposta;restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º, IX, da Lei nº8.876/94, c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Leis nº9.993/00, nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Leia-se:Fica (m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que não houve apresentação da(s) defesa(s) adiministrativa (s), restando-lhe(s)pagar ou parcelar o(s) débito apurado (s)da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º, IX, da Lei nº8.876/94, c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Leis nº9.993/00, nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No Despacho, Publicado DOU 24/05/11 na Relação 291/2011 - Seção I - Pág 40, Processo de Cobrança:932.106/2009

Onde se lê: Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que se julgou improcedente a defesa administrativa interposta;restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º, IX, da Lei nº8.876/94, c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Leis nº9.993/00, nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Leia-se:Fica (m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que apresentação da(s) defesa(s) adiministrativa (s) foi protocolizada fora do prazo lega (intempestivamente) ou perante órgão Incompetente ou por quem não seja legitimado;restando-lhe(s)pagar ou parcelar ou apresentar recursos relativos aos débito apurado(s)da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º, IX, da Lei nº8.876/94, c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Leis nº9.993/00, nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 166/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito anuência da Cessão Total de Direitos(103)
850.659/2009-JOSÉ GUIMARÃES MARTINS- DOU de 27/05/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
850.443/1988-VALE S A- Área de 6.825 para 6.560,86-Minério de Níquel
850.400/1991-VALE S A- Área de 1.500,97 para 1.417,90-Minério de Cobre
851.376/1991-VALE S A- Área de 1.000,01 para 200,72-Caulim
850.457/1993-VALE S A- Área de 9.265,51 para 1.191,36-CAULIM
850.118/1995-VALE S A- Área de 4.534,58 para 4.259,94-Minério de Ferro
857.645/1995-VALE S A- Área de 4.293,21 para 3.692,19-MINÉRIO DE NÍQUEL
857.651/1995-VALE S A- Área de 1.647,15 para 1.637,42-CAULIM
859.584/1995-VALE S A- Área de 2.871,40 para 2.776,07-MINÉRIO DE COBRE
850.025/1996-VALE S A- Área de 2.359,44 para 2092,36-MINÉRIO DE FERRO
850.105/1998-GREIPHIL MINAS LTDA- Área de 8.061,00 para 2.887,00-MINÉRIO DE OURO
850.277/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 10.000 para 7.108,43-BAUXITA BRUTA
850.279/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 8.726,74 para 6.976,82-BAUXITA BRUTA
850.282/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 6.510,77 para 5.537,80-BAUXITA BRUTA
850.285/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 5.522,43 para 3.067,22-BAUXITA BRUTA
850.286/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 10.000 para 7.284,48-BAUXITA BRUTA
850.173/2006-VALE S A- Área de 93,38 para 67,66-BAUXITA BRUTA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.280/1999-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12.522/2000
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.663/2010-ANGELIN ORIO
850.235/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA.
850.408/2011-ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS
850.414/2011-ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS
850.415/2011-ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS
850.416/2011-ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
851.003/2005-VALE S A
851.123/2008-TIBERIO CESAR MENEZES FERREIRA
851.124/2008-TIBERIO CESAR MENEZES FERREIRA
851.125/2008-TIBERIO CESAR MENEZES FERREIRA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.155/1995-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA

RELAÇÃO Nº 167/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de aprovação do Relatório Pesquisa(196)
850.470/2000-ROLAND AGROPASTORIL LTDA.- DOU de 13/05/2011
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
850.274/2007-SUERLEY ARAÚJO TEODORO- NOT. N°257/2011

RELAÇÃO Nº 168/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
850.425/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.426/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.427/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.428/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.429/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.430/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.431/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.432/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.433/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.434/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.435/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.436/2003-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.
850.047/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.048/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.049/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.051/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.052/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.053/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.054/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA
850.280/2004-LONTRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
850.427/2005-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 169/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Calmit Mineração e Participação Ltda - 850940/10 - A.I. 352/11, 850945/10 - A.I. 353/11, 850722/09 - A.I. 354/11, 850723/09 - A.I. 355/11, 850724/09 - A.I. 356/11, 850725/09 - A.I. 357/11, 850726/09 - A.I. 358/11, 850727/09 - A.I. 359/11, 850728/09 - A.I. 360/11, 850729/09 - A.I. 361/11, 850730/09 - A.I. 362/11, 850731/09 - A.I. 363/11, 850732/09 - A.I. 364/11, 850733/09 - A.I. 365/11, 850734/09 - A.I. 366/11, 850735/09 - A.I. 367/11, 850736/09 - A.I. 368/11
Companhia Brasileira de Alumínio - 850916/10 - A.I. 351/11
Hélio Moreira da Silva - 850641/09 - A.I. 370/11
Miguel Nabut - 850455/09 - A.I. 369/11

RELAÇÃO Nº 171/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antares Mineração e Comércio Ltda-epp - 850207/04 - Not.367/2011 - R$ 2.107,03
Brazauro Recursos Minerais Ltda - 850208/04 - Not.368/2011 - R$ 247,36
Ieda Santana Fernandez - 850008/98 - Not.364/2011 - R$ 3.308,65, 850008/98 - Not.366/2011 - R$ 3.308,65

RELAÇÃO Nº 172/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Ieda Santana Fernandez - 850008/98 - Not.363/2011 - R$ 2.601,20, 850008/98 - Not.365/2011 - R$ 2.321,00
Xstrata Brasil Exploração Mineral LTDA. - 850049/01 - Not.362/2011 - R$ 7.009,34

RELAÇÃO Nº 173/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Armando Corrêa de Siqueira Filho - 850469/10
Diogo Sampaio de Souza - 850035/10
Freire Garcia Vieira Advogados s c - 850446/09
José Carneiro da Silva - 850767/09, 850768/09

RELAÇÃO Nº 175/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cesar Pena Fernandes - 850466/09 - A.I. 396/11
Freire Garcia Vieira Advogados s c - 850449/09 - A.I. 396/11, 850445/09 - A.I. 395/11
João de Lima Rolim - 850577/09 - A.I. 401/11
José Isaias Lisboa Machado - 850645/09 - A.I. 400/11
Valdinei Mauro de Souza - 850489/09 - A.I. 398/11
Votorantim Metais Zinco s a - 850580/09 - A.I. 399/11, 850578/09 - A.I. 402/11

RELAÇÃO Nº 270/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
João Carlos Fachetti - 850198/06 - A.I. 374/11
Rbs-redstone Mineração do Brasil Ltda - 850541/09 - A.I. 375/11, 850543/09 - A.I. 376/11, 850545/09 - A.I. 377/11, 850546/09 - A.I. 378/11, 850547/09 - A.I. 379/11, 850548/09 - A.I. 380/11, 850549/09 - A.I. 381/11, 850550/09 - A.I. 382/11, 850551/09 - A.I. 383/11, 850552/09 - A.I. 384/11
Vale s a - 850232/04 - A.I. 371/11, 850855/05 - A.I. 372/11, 850893/05 - A.I. 373/11

EVERY GENIGUENS TOMAZ DE AQUINO

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 94/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.410/2008-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.332/2010-ANTONIO CARLOS RUDEY
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.228/2011-AREAL BOZZA LTDA-OF. N°818//2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.760/2005-IRMÃOS STANSKI LTDA- Alvará n°5.872/2008 - Cessionario:826.272/2011 - 826.273/2011 - 826.274/2011-STANSZYK E STEPANSKI LTDA.- CPF ou CNPJ 00.355.237/0001-95
826.023/2009-BOLESLAU WESGUEBER ME- Alvará n°4.093/2009 - Cessionario:826.247/2011 - 826.248/2011-DANIEL WESGUEBER NETO- CPF ou CNPJ 055.778.609-62
826.046/2011-HOBI & CIA.LTDA.- Alvará n°2.521/2011 - Cessionario:826.275/2011-ARENORTE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA. ME- CPF ou CNPJ 02.716.218/0001-72
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.590/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°887/2011
826.591/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°887/2011
826.592/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°887/2011
826.167/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°887/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.422/2008-JOSÉ ARISTEU BUENO DE CAMARGO-Área de 858,21 HA para 46,34 HA-AREIA E ARGILA
826.560/2009-OIKAWA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Área de 49,48 HA para 5,81 HA-DIABÁSIO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.041/2010-JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA - PEDREIRA-AREIA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.332/1998-MINERADORA TIBAGIANA LTDA-OF. N°858/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

826.098/2002-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-OF. N°860/2011

826.133/2002-J.RUBENS BENICIO & CIA LTDA-OF. N°875/2011

826.303/2002-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-OF. N°867/2011

826.318/2002-AREAL CHUEDA LTDA.-OF. N°871/2011

826.563/2002-I.M. FERREIRA & CIA.LTDA.-OF. N°881/2011

826.662/2002-ALVES & BATEZATI LTDA-OF. N°874/2011

826.259/2005-FOGGIATTO & CIA LTDA-OF. N°879/2011

826.137/2007-JOSE LUIZ DA FONSECA PEREIRA FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°877/2011

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

826.022/1997-J. J. M. MACEDO & CIA. LTDA.-OF. N°1.370/2010-180 dias

826.412/1998-J. J. M. MACEDO & CIA. LTDA.-OF. N°1.370/2010-180 dias

826.284/2003-J. J. M. MACEDO & CIA. LTDA.-OF. N°1.370/2010-180 dias

826.534/2003-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-OF. N°1.575/2010-60 dias

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

826.042/2002-SERGIO PEDRO TOSIN- Alvará n°7.289/2002 - Cessionário: MINERAÇÃO RIO PÓ LTDA.- CNPJ 00.826.036/0001-29

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

826.132/1997-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°819/2011

826.332/1998-MINERADORA TIBAGIANA LTDA-OF. N°859/2011

826.533/2000-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°882/2011

826.133/2002-J.RUBENS BENICIO & CIA LTDA-OF. N°876/2011

826.303/2002-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-OF. N°868/2011

826.318/2002-AREAL CHUEDA LTDA.-OF. N°870/2011

826.563/2002-I.M. FERREIRA & CIA.LTDA.-OF. N°880/2011

826.662/2002-ALVES & BATEZATI LTDA-OF. N°873/2011

826.137/2007-JOSE LUIZ DA FONSECA PEREIRA FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°878/2011

826.329/2007-PEDREIRA ICA LTDA-OF. N°872/2011

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

826.150/1990-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A-OF. N°869/2011

Fase de Licenciamento

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

826.359/2004-FRAZZATO E NERI LTDA-OF. N°560/2011

Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)

826.342/2006-JOSÉ ODÉCIO FURLAN JUNIOR- Registro de Licença No.:862/2006 - Vencimento em 18/04/2011

RELAÇÃO Nº 95/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Retificação de despacho(1387)

826.168/2006-CIMENTO RIO BRANCO S.A. - Publicado DOU de 20/04/2011, Relação n° 65/2011, Seção 1, pág. 166- ONDE SE LÊ: "...A.I. 286/2011..." LEIA-SE: "...A.I. 288/2011..."

RELAÇÃO Nº 96/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

826.492/1999-FABRICAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSO E PRODUTOS DE MADEIRA SAN PIETRO LTDA-OF. N°886/2011

826.016/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°883/2011

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

826.244/1995-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°811/2007-180 dias

826.562/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°647/2009-180 dias

826.436/2000-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1.375/2010-180 dias

826.566/2000-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1.375/2010-180 dias

826.016/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1.377/2010-180 dias

826.408/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1.207/2008-180 dias

826.019/2003-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.048/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.049/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.050/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.053/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.054/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.055/2006-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1.382/2010-180 dias

826.400/2006-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°1.418/2010-180 dias

826.346/2008-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°1.404/2010-180 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

826.492/1999-FABRICAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSO E PRODUTOS DE MADEIRA SAN PIETRO LTDA-OF. N°885/2011

RELAÇÃO Nº 97/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

826.079/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR - Guia n° 40/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:11/05/2012

826.080/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR - Guia n° 39/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:11/05/2012

826.100/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 41/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:11/05/2012

826.101/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 42/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:11/05/2012

826.102/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 43/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:11/05/2012

826.103/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 56/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:12/05/2012

826.104/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 58/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:23/05/2012

826.105/1994-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-ALTÔNIA/PR, TERRA ROXA/PR - Guia n° 57/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:23/05/2012

826.568/1995-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-GUAÍRA/PR - Guia n° 61/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:25/05/2012

826.570/1995-MINERAÇÃO MERCANTIL MARACAJU LTDA.-MUNDO NOVO/MS, GUAÍRA/PR - Guia n° 62/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:25/05/2012

826.000/2004-MAZINI & CIA LTDA ME-CARLÓPOLIS/PR - Guia n° 12/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:27/09/2011

826.296/2004-STANSZYK E STEPANSKI LTDA-ARAUCÁRIA/PR, BALSA NOVA/PR - Guia n° 51/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:19/05/2012

826.753/2005-AREAL BOZZA LTDA-CURITIBA/PR - Guia n° 45/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:24/11/2012

826.152/2006-PEDREIRA RIO QUATI LTDA-CASCAVEL/PR - Guia n° 53/2011-50.000TONELADAS-BASALTO- Validade:20/05/2012

826.398/2006-AREIAL ROGALSKI LTDA-BALSA NOVA/PR - Guia n° 13/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:21/03/2012

826.458/2006-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-PIÊN/PR - Guia n° 55/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:24/05/2012

826.743/2006-MARCOS HEINZ MAAHS-ME-RIO NEGRO/PR - Guia n° 54/2011-25.000TONELADAS-AREIA- Validade:09/10/2011

826.275/2007-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 22/2011 E 23/2011-50.000 E 12.000TONELADAS-AREIA E ARGILA- Validade:30/03/2012

826.549/2007-ALAYDE BRANT DE CARVALHO DA COSTA LIMA - ME-JACAREZINHO/PR - Guia n° 20/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:24/03/2012

826.688/2007-SSR MINERAÇÃO & LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-PIRAQUARA/PR - Guia n° 44/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:17/12/2011

826.131/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA.-LAPA/PR, PALMEIRA/PR - Guia n° 49/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:27/04/2012

826.132/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA.-LAPA/PR, PALMEIRA/PR - Guia n° 50/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:27/04/2012

826.380/2008-S PETERMAN & M PETERMAN LTDA - ME-SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR - Guia n° 46/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:13/05/2012

826.402/2008-UZIEL LTDA. ME-VENTANIA/PR - Guia n° 30/2011-8.500TONELADAS-CASCALHO- Validade:25/04/2012

826.599/2008-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-CASTRO/PR - Guia n° 15/2011-5.000TONELADAS-TALCO- Validade:22/03/2012

826.694/2008-J. A. GAI COMÉRCIO DE AREIA ME-ARAUCÁRIA/PR - Guia n° 21/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:29/03/2012

826.100/2009-V. CAMPOS & CIA LTDA-SANTA HELENA/PR - Guia n° 27/2011-50.000TONELADAS-BASALTO- Validade:12/04/2012

826.355/2009-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 16/2011, 17/2011, 18/2011 E 19/2011-50.000, 12.000, 16.500 E 50.000TONELADAS-AREIA, ARGILÇA, SAIBRO E BRITA P/MIGMATITO- Validade:24/03/2012

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

826.769/1996-MINERAÇÃO LB LTDA-PIÊN/PR, CAMPO ALEGRE/SC - Guia n° 47/2011-30.000TONELADAS-AREIA- Validade:07/08/2011

826.009/1998-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 25/2011 E 26/2011-50.000 E 12.000TONELADAS-AREIA E ARGILA- Validade:30/03/2012

826.511/1998-IRMÃOS STANSKI LTDA-BALSA NOVA/PR - Guia n° 52/2011-45.000TONELADAS-AREIA- Validade:19/05/2012

826.153/1999-BOLESLAU WESGUEBER ME-ITARARÉ/SP, SENGÉS/PR - Guia n° 24/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:30/03/2012

826.201/2000-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-UNIÃO DA VITÓRIA/PR - Guia n° 35/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:03/05/2012

826.316/2000-HELENA MARIA DE OLIVEIRA CUNHA ME-RONDON/PR, PARAÍSO DO NORTE/PR - Guia n° 28/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:11/04/2012

826.012/2001-HELENA MARIA DE OLIVEIRA CUNHA ME-SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR - Guia n° 29/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:12/04/2012

826.349/2001-EXTRABEL EXTRATIVA DE AREIA BETEL LTDA-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 31/2011-45.000TONELADAS-AREIA- Validade:14/04/2012

826.744/2001-AREIAL SCHEREMETA LTDA ME-LAPA/PR, PORTO AMAZONAS/PR - Guia n° 59/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:24/05/2012

826.628/2003-TRES RIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 32/2011 E 33/2011-50.000 E 12.000TONELADAS-AREIA E ARGILA- Validade:30/10/2011

826.656/2003-AREAL AGUA AZUL LTDA.-SÃO JOÃO DO TRIUNFO/PR, LAPA/PR - Guia n° 14/2011-40.050TONELADAS-AREIA- Validade:14/01/2012

826.353/2004-ANTONIO MORO & CIA. LTDA.-NOVA TEBAS/PR - Guia n° 36/2011-45.000TONELADAS-BASALTO- Validade:15/10/2011

826.688/2005-SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE-GUARAPUAVA/PR - Guia n° 11/2011-50.000TONELADAS-BASALTO P/BRITA- Validade:01/03/2012

826.147/2006-J. BLUM & J. BLUM EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-RIBEIRÃO CLARO/PR - Guia n° 60/2011-45.000TONELADAS-AREIA- Validade:27/04/2012

826.102/2007-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-UNIÃO DA VITÓRIA/PR - Guia n° 34/2011-50.000TONELADAS-AREIA- Validade:03/05/2012

826.350/2008-HOBI & CIA.LTDA.-UNIÃO DA VITÓRIA/PR - Guia n° 37/2011-50.000TONELADAS-ARENITO- Validade:05/05/2012

826.050/2009-GALLI COMÉRCIO DE ARGILA LTDA-SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR - Guia n° 10/2011-12.000TONELADAS-ARGILA- Validade:28/02/2012

826.075/2009-HOBI & CIA.LTDA.-VITORINO/PR - Guia n° 38/2011-50.000TONELADAS-BASALTO- Validade:05/05/2012

FRANCISCO NAILOR CORAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, resolve:

Art. 1° O inciso VIII do artigo 21 da Portaria MDA n° 23, de 30 de abril de 2010, publicada no DOU de 5 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. .....

.....

VIII - espelhos ou certidão, devidamente datada e assinada, de realização de pesquisas aos sistemas do Incra (SIPRA assentamento e regularização, SRTT, SISPROT e SNCR), MDA (SISTERLEG) e IBAMA (SICAFI), além de certidão de pesquisa no cadastro a que se refere o art. 18, § 2°, desta Portaria;

....." (NR)

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO FLORENCE

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 126, DE 31 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000849/2011-38, de 3 de maio de 2011, resolvem:

Art.1º Estabelecer o Processo Produtivo Básico para o produto MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", conforme os incisos I, II e III deste artigo:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuitos impressos que implementem as funções de processamento central, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo;

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo; e

III - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso III, que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput ficam temporariamente dispensados da montagem local os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades, observado o disposto no § 6º e no art. 2º:

I - bateria; e

II - gabinete.

§ 3º Para o cumprimento do disposto no caput ficam dispensados da montagem local, até 31 de dezembro de 2013, os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades, observado o disposto no § 6º e no art. 2º:

I - telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, inclusive com a estrutura de fixação e com dispositivo sensível ao toque.

§ 4º Após o prazo estabelecido no § 3º os subconjuntos indicados em seu inciso I deverão ser produzidos no País, de acordo com o Processo Produtivo Básico específico, num percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), tomando-se por base a produção no ano calendário.

§ 5º O prazo concedido no § 3º poderá ser reavaliado, buscando-se compatibilizar o Processo Produtivo Básico com a efetiva oferta nacional e a política governamental de apoio e atração de indústrias de componentes no País.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo ficam estabelecidos os seguintes cronogramas de utilização de componentes, partes e peças produzidos conforme os respectivos Processos Produtivos Básicos, cujos percentuais serão estabelecidos tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados no MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECALDO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", produzidos conforme o PPB e comercializados com o incentivo fiscal do IPI, previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, no ano calendário, levando-se em conta o disposto no art. 2º:

I - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de processamento central (placa-mãe):

Ano calendário	2011	2012	2013 em diante
Percentual	50%	80%	95%

II - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de acesso à rede de comunicação sem fio, quando aplicável:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Percentual	-	-	50%	80%

III - Placas de comunicação que possibilitem acesso à rede de telefonia celular, quando aplicável:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Percentual	-	-	20%	30%

IV - Carregadores de baterias ou conversores CA/CC:

Ano calendário	2011	2012	2013 em diante
Percentual	-	50%	80%

V - Componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, quer sejam em forma de circuitos integrados, quer em forma de módulos ou placas, tais como os citados abaixo ou outras tecnologias futuras:

a) Componente Circuito integrado Nand Flash (FBGA / LGA);

b) Componente Circuito integrado DRAM ou LPDRAM (FBGA);

c) Circuito integrado MCP (Multi Chip Package - FBGA / LGA);

d) Componente eMMC (Multi Media Card) (FBGA / LGA);

e) Componente eSSD (FBGA / LGA);

f) Módulo SSD - (Small Form Factor Solid State Drive);

g) Módulo de memoria DRAM; e

h) Cartão de memoria µSD card.

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Produzidos de acordo com o PPB específico	-	20%	30%	50%

§ 7º A base de cálculo sobre a qual incidirão os percentuais será sobre o total de componentes e módulos, descritos no inciso V, que atuem com a função de memória, ficando a critério do fabricante a opção de escolha para integrar nos percentuais estabelecidos.

§ 8º Caso a empresa fabricante opte por produzir o gabinete utilizado no TABLET PC a partir das etapas: fabricação do molde, injeção plástica e pintura, os percentuais estabelecidos no inciso V do § 6º para fabricação das memórias deverão ser os seguintes:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Produzidos de acordo com PPB específico	-	15%	22%	40%

Art. 2º Caso os percentuais estabelecidos nos §§ 4º e 6º do art. 1º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

Parágrafo único. A diferença residual a que se refere o caput não poderá exceder a 5% (cinco por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 3º As empresas fabricantes deverão apresentar, quando aplicável, autorização do cedente da tecnologia quando da habilitação da empresa à redução ou isenção do IPI, prevista no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 4º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência e Tecnologia e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção - SDP, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, até 31 de maio do ano posterior, relatório consolidado com as seguintes informações:

I - quantitativo de insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria;

IV - quantidades de "TABLET PC" produzidos conforme o PPB e comercializados com a fruição dos benefícios, no ano calendário.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas por meio eletrônico com envio para o endereço na Internet: cgice@mdic.gov.br ou por meio magnético à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do MDIC.

§ 2º Caso a empresa não envie as informações citadas nos incisos I,II, III e IV deste artigo no prazo estabelecido, a mesma será notificada, por meio de ofício, da concessão de prazo adicional correspondente a 30 (trinta) dias para atendimento ao disposto neste artigo.

§ 3º A persistência da falta de informações por parte da empresa, após o prazo indicado no parágrafo 2º deste artigo, implicará na rejeição de pleitos à inclusão de novos produtos e/ou modelos à sua relação de bens incentivados.

§ 4º O não envio das informações citadas neste artigo por parte da empresa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 127, DE 31 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e o que consta no Processo MDIC nº 52001.000849/2011-38, de 3 de maio de 2011, resolvem:

Art.1º Estabelecer o Processo Produtivo Básico para o produto MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", conforme os incisos I, II e III deste artigo:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuitos impressos que implementem as funções de processamento central, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo;

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo; e

III - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, no País, exceto a etapa descrita no inciso III que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput ficam temporariamente dispensados da montagem local os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades, observado o disposto no § 6º e no art. 2º:

I - bateria; e

II - gabinete.

§ 3º Para o cumprimento do disposto no caput ficam dispensados da montagem local, até 31 de dezembro de 2013, os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades, observado o disposto no § 6º e no art. 2º:

I - telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, inclusive com a estrutura de fixação e com dispositivo sensível ao toque.

§ 4º Após o prazo estabelecido no § 3º os subconjuntos indicados em seu inciso I deverão ser produzidos no País, de acordo com o Processo Produtivo Básico específico, num percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), tomando-se por base a produção no ano calendário.

§ 5º O prazo concedido no § 3º poderá ser reavaliado, buscando-se compatibilizar o Processo Produtivo Básico com a efetiva oferta nacional e a política governamental de apoio e atração de indústrias de componentes no País.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo ficam estabelecidos os seguintes cronogramas de utilização de componentes, partes e peças produzidos conforme os respectivos Processos Produtivos Básicos, cujos percentuais serão estabelecidos tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados no MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", produzidos conforme o PPB e comercializados com o incentivo fiscal, no ano calendário, levando-se em conta o disposto no art. 2º:

I - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de processamento central (placa-mãe):

Ano calendário	2011	2012	2013 em diante
Percentual	50%	80%	95%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de acesso à rede de comunicação sem fio, quando aplicável:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Percentual	-	-	50%	80%

III - Placas de comunicação que possibilitem acesso à rede de telefonia celular, quando aplicável:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Percentual	-	-	20%	30%

IV - Carregadores de baterias ou conversores CA/CC:

Ano calendário	2011	2012	2013 em diante
Percentual	-	50%	80%

V - Componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, quer sejam em forma de circuitos integrados, quer em forma de módulos ou placas, tais como os citados abaixo ou outras tecnologias futuras:

a) Componente Circuito integrado Nand Flash (FBGA / LGA);

b) Componente Circuito integrado DRAM ou LPDRAM (FBGA);

c) Circuito integrado MCP (Multi Chip Package - FBGA / LGA);

d) Componente eMMC (Multi Media Card) (FBGA / LGA);

e) Componente eSSD (FBGA / LGA);

f) Módulo SSD - (Small Form Factor Solid State Drive);

g) Módulo de memoria DRAM; e

h) Cartão de memoria µSD card.

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Produzidos de acordo com o PPB específico	-	20%	30%	50%

§ 7º A base de cálculo sobre a qual incidirão os percentuais será sobre o total de componentes e módulos, descritos no inciso V, que atuem com a função de memória, ficando a critério do fabricante a opção de escolha para integrar nos percentuais estabelecidos.

§ 8º Caso a empresa fabricante opte por produzir o gabinete utilizado no TABLET PC a partir das etapas: fabricação do molde, injeção plástica e pintura, os percentuais estabelecidos no inciso V do § 6º para fabricação das memórias deverão ser os seguintes:

Ano calendário	2011	2012	2013	2014 em diante
Produzidos de acordo com PPB específico	-	15%	22%	40%

Art. 2º Caso os percentuais estabelecidos nos §§ 4º e 6º do art. 1º não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

Parágrafo único. A diferença residual a que se refere o caput não poderá exceder a 5% (cinco por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 3º As empresas fabricantes deverão apresentar, quando aplicável, autorização do cedente da tecnologia quando da habilitação da empresa fabricante aos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 4º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, até 31 de maio do ano posterior, relatório contendo a quantidade de insumos adquiridos no mercado nacional, apresentando as seguintes informações:

I - quantitativo de insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria;

IV - quantidades de "TABLET PC" produzidos conforme o PPB e comercializados com a fruição dos benefícios, no ano calendário.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas por meio eletrônico ou por meio de mídia magnética à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.

§ 2º Caso a empresa não envie as informações citadas nos incisos I,II, III e IV deste artigo no prazo estabelecido, a mesma será notificada, por meio de ofício, da concessão de prazo adicional correspondente a 30 (trinta) dias para atendimento ao disposto neste artigo.

§ 3º A persistência da falta de informações por parte da empresa, após o prazo indicado no parágrafo 2º deste artigo, implicará na rejeição de pleitos à inclusão de novos produtos e/ou modelos à sua relação de bens incentivados.

§ 4º O não envio das informações citadas neste artigo por parte da empresa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no § 9º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991 e no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 246, DE 30 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro Nº 156, de 04 de junho de 2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Vidro de Segurança Temperado de Veículo Rodoviário Automotor;

Considerando a Resolução Contran Nº 254, de 26 de outubro de 2007, que estabelece requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com o inciso III, do artigo 111 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando a existência de conflito entre o escopo de aplicação da Portaria Nº 156/2009 e da Resolução Nº 254/2007;

Considerando a necessidade de adequar o escopo de aplicação, bem como os prazos de adequação, da Portaria supracitada, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 3º da Portaria Inmetro Nº 156/2009, que passará a vigorar de acordo com o que segue abaixo:

"Art. 3º Cientificar que fica mantida, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para Vidro de Segurança Temperado de Veículo Rodoviário Automotor, destinado, exclusivamente, ao mercado de reposição, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido no Regulamento ora aprovado." (N.R.)

Art. 2º Alterar a redação do artigo 4º da Portaria Inmetro Nº 156/2009, que passará a vigorar de acordo com o que segue abaixo:

"Art. 4º Determinar que a partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os vidros de segurança temperados de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados.

Parágrafo Único - A partir de 06 (seis) meses, contados do término do prazo estabelecido no caput, os vidros de segurança temperados de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (N.R.)

Art. 3º Alterar a redação do artigo 5º da Portaria Inmetro Nº 156/2009, que passará a vigorar de acordo com o que segue abaixo:

"Art. 5º Determinar que a partir de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os vidros de segurança temperados de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados.

Parágrafo Único - A determinação contida no caput deste artigo não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos estabelecidos no artigo anterior." (N.R.)

Art. 4º Excluir o segundo parágrafo dos subitens 6.1.1.3.1, 6.2.3 e a Nota do subitem 6.2.3.1, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro Nº 156/2009.

Art. 5º Alterar a redação do subitem 6.2.1 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro Nº 156/2009, que passará a vigorar da forma que se segue:

"6.2.1 Solicitação de inicio de processo

A empresa solicitante deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP na qual deve constar a categoria, o memorial descritivo do VSL, o número e a quantidade do lote.

No caso de importação, deve ser fornecida, além das documentações acima, uma cópia da Licença de Importação e o Termo de Compromisso devidamente assinado." (N.R.)

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 247, DE 30 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro Nº 157, de 04 de junho de 2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Vidro de Segurança Laminado de Pára-brisa de Veículo Rodoviário Automotor;

Considerando a Resolução Contran Nº 254, de 26 de outubro de 2007, que estabelece requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com o inciso III, do artigo 111 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando a existência de conflito entre o escopo de aplicação da Portaria Nº 157/2009 e da Resolução Nº 254/2007;

Considerando a necessidade de adequar o escopo de aplicação, bem como os prazos de adequação, da Portaria supracitada, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 3º da Portaria Inmetro Nº 157/2009, que passará a vigorar da forma expressa a seguir:

"Art. 3º Cientificar que fica mantida, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para Vidro de Segurança Laminado de Pára-brisa de Veículo Rodoviário Automotor destinado, exclusivamente, ao mercado de reposição, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados." (N.R.)

Art. 2º Alterar o artigo 4º da Portaria Inmetro Nº 157/2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Determinar que a partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os vidros de segurança laminados de pára-brisas de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados.

Parágrafo único - A partir de 06 (seis) meses, contados do término do prazo estabelecido no caput, os vidros de segurança laminados de pára-brisas de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados." (N.R.)

Art. 3º Alterar o artigo 5º da Portaria Inmetro Nº 157/2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Determinar que a partir de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os vidros de segurança laminados de pára-brisas de veículos rodoviários automotores destinados, exclusivamente, ao mercado de reposição, deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados.

Parágrafo Único - A determinação contida no caput deste artigo não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos fixados no artigo anterior." (N.R.)

Art. 4º Excluir o segundo parágrafo dos subitens 6.1.1.3.1, 6.2.3 e a Nota do subitem 6.2.3.1, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro Nº 157/2009.

Art. 5º Alterar o subitem 6.2.1 dos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aprovados pela Portaria Inmetro Nº 157/2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"6.2.1 Solicitação de inicio de processo

A empresa solicitante deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP na qual deve constar a categoria, o memorial descritivo do VSL, o número e a quantidade do lote.

No caso de importação, deve ser fornecida, além das documentações acima, uma cópia da Licença de Importação e o Termo de Compromisso devidamente assinado." (N.R.)

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 177, DE 26 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006 e os termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização n.º 77/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base no Art. 32 da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006, o remanejamento de cota de importação de insumos no valor de US$ 3,000,000.00 (três milhões de dólares norte-americanos), do produto "Auto-rádio" - Código Suframa Nº 0099, cujo Projeto Industrial de Ampliação foi aprovado por meio da Resolução Nº 0322/2008, de 17/12/2008, para o produto "Auto-rádio com DVD" - Código Suframa Nº 1712, com Projeto de Diversificação aprovado mediante Resolução Nº 0200/2010, de 26/08/2010., em nome da empresa P S T ELETRÔNICA LTDA.

Art. 2º ESTABELECER que a empresa P S T ELETRÔNICA LTDA. apresente no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da concessão do remanejamento, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização, em cumprimento ao que dispõe o Parágrafo Único do Art. 32, da Resolução n.º 202/2006, para o produto Auto-rádio com DVD - Código Suframa Nº 1712.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 178, DE 26 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 14 e § 2º da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, e nos termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização Nº 83/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR o adicional de quotas de importação no valor de US$ 66.230,00 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta dólares norte-americanos) ao limite de importação de insumos do produto BICICLETA SEM CÂMBIO - Cód. Suframa Nº 1753, correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor atribuído à quota do 3º ano de produção, consignado pela Portaria Nº 62, de 27/02/2007, emitida em nome da empresa CALOI NORTE S.A., com inscrição Suframa Nº 20.002.301-2.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

PORTARIA Nº 179, DE 27 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise Nº 18/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa RIMATEC DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 18/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, para a fabricação de CAIXA ACÚSTICA, concedendo-lhe o gozo dos benefícios fiscais previstos no Art. 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto CAIXA ACÚSTICA, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial Nº 254 - MDIC/MCT, de 29 de dezembro de 2010;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

PORTARIA Nº 180, DE 27 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise Nº 16/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1° - APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa NUTRICÊUTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 16/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, para a fabricação de SOLUÇÕES PARENTERAIS, concedendo-lhe o gozo dos benefícios fiscais previstos no Art. 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial Nº 155 - MDIC/MCT, de 8 de setembro de 2006;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 20 DE MAIO DE 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 250ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2011, em Manaus/AM, aprovou as seguintes Resoluções: N.º 046/11 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA reservar o lote n° 3.96-2, localizado na Rua A (acesso ao Conjunto Habitacional Nova República II), s/n, Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 11.454,19 m² em nome do ROTARY CLUBE DE MANAUS - DISTRITO INDUSTRIAL, destinado à implantação de um Centro Profissionalizante, com aplicação do preço de R$ 1,00 (um real) o metro quadrado; N.º 047/11 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, a conceder Direito Real de Uso sob a forma onerosa, de acordo com o valor em vigor e estabelecido nas Normas Técnicas que regem o Distrito Industrial, pertinente ao lote n° 08, medindo 73.300,25 m², localizado na Av. Carlos Drummond de Andrade, s/n, Conjunto Atílio Andreazza - Japiim, em favor do CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - CT-PIM, para instalação de um Parque Técnológico, condicionado à conclusão das obras e implantação integral por parte do CT-PIM, dos projetos de engenharia e arquitetura, aprovados para o lote, no prazo de 05(cinco) anos, sob pena de reversão das benfeitorias à SUFRAMA e a rescisão unilateral da Concessão de Direito Real de Uso; N.º 048/11 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, doar o lote Nº 2-A-1, medindo 954.485,64 m², localizado na Avenida dos Oitis, s/n. (anteriormente denominada de via expressa norte/sul) - Expansão do Distrito Industrial, à Prefeitura Municipal de Manaus para a implantação de um Centro de Triagem de Animais Silvestres e demais condições que estabelece; N.º 049/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2010, da empresa AGIO IMAGE PRODUTOS FOTOGRÁFICOS DA AMAZÔNIA LTDA., com CNPJ Nº 04.228.980/0001-35 e Inscrição Suframa n.º 20095001-0, conforme disposto no art. 4º da Resolução Nº 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 050/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação, referente ao exercício de 2010, da empresa BRASITECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARA APARELHOS DE BELEZA LTDA., relativo ao produto Código Suframa n.º 1294 - SECADOR PROFISSIONAL DE CABELO, conforme disposto no art. 4º, da Resolução n.º 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 051/11 - Art. 1º AUTORIZAR a outorga da Escritura de Compra e Venda do lote 4-A-1/B, com área de 8.547,25m², localizada na Av. dos Oitis, Nº 4.325 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco em nome da COMERCIAL DE ESTIVAS REGO LTDA., observadas as disposições legais pertinentes; N.º 052/11 - Art. 1º HOMOLOGAR, com base no Art. 6º, da Resolução Nº 192, de 27 de junho de 2002, os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento ano-base 2010, decorrente da dispensa da etapa de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR (Código Suframa 0089), conforme previsto na Portaria Interministerial Nº 221, de 09 de novembro de 2010, da empresa SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A., deferidos pela Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com o Parecer Técnico Nº 033/2011-SAP/CGTEC/COART; N.º 053/11 - Art. 1º CANCELAR os incentivos fiscais atribuídos ao Projeto Técnico-Econômico de Diversificação, aprovado por meio da Resolução Nº 112, de 29 de abril de 2008, para a produção de MICROCOMPUTADOR PORTATIL - Código Suframa Nº 0307, CÂMERA DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS - Código Suframa Nº 0780, GRAVADOR/ REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL - Código Suframa Nº 1063 e Resolução Nº 149, 19/06/2008, para o produto GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VÍDEO NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, PORTÁTIL - Código Suframa Nº 1751, em nome da empresa LM COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA, com CNPJ Nº 02.143.420/0001-52 e Inscrição Suframa Nº 20.1231.01-8; N.º 054/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2010 da empresa ARMOR BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS PARA IMPRESSÃO LTDA., com CNPJ Nº 08.979.043/0001-72 e Inscrição SUFRAMA n.º 20.122.501-8, conforme disposto no art. 4º, da Resolução Nº 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 055/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2010 da empresa KODAK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com CNPJ N.º 22.999.247/0001-04 e Inscrição SUFRAMA Nº 20.0365.01-0, conforme disposto no art. 4º, da Resolução N.º 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 056/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2010 da empresa NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA., com CNPJ n.º 02.140.198/0001-34 e Inscrição Suframa Nº 20.0576.01-1, conforme disposto no art. 4º da Resolução Nº 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 057/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2010 da empresa PEPSI-COLA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA LTDA., com CNPJ Nº 02.726.752/0001-60 e Inscrição Suframa n.º 200812017, conforme disposto no art. 4º, da Resolução Nº 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 058/11 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação, referente ao período de 2010, da empresa PLASTAPE INDÚSTRIA DE FITAS E PLÁSTICOS LTDA., conforme disposto no art. 4º da Resolução n.º 300, de 16 de dezembro de 2010; N.º 059/11 - Art. 1º HOMOLOGAR, com base no Art. 6º, da Resolução Nº 192, de 27 de junho de 2002, os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento ano-base 2010, decorrente da dispensa da etapa de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção TONALIZADOR (Código Suframa 0375), conforme previsto na Portaria Interministerial Nº 30, de 21 de fevereiro de 2006 e Resolução n° 200/08, de 08 de agosto de 2008, da empresa BENFICA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA., deferidos pela Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com o Parecer Técnico Nº 025/2011-SAP/CGTEC/COART; N.º 060/11 - Art. 1º HOMOLOGAR, com base no Art. 6º, da Resolução Nº 192, de 27 de junho de 2002, os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no ano-base 2009, decorrente da dispensa da etapa de industrialização de Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção FITA ADESIVA, Código Suframa 0399, consoante ao disposto no Parágrafo único, art. 3º, da Portaria Interministerial Nº 238, de 8 de dezembro de 2010, da empresa AMAZON TAPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA. deferido pela Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com o Parecer Técnico Nº 037/2011-SAP/CGTEC/COART; N.º 061/11 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - a outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote Nº 3.86/1, medindo 36.919,53m², localizado na Av. dos Oitis Nº 534 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, em nome da empresa NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA., observadas as disposições legais pertinentes; N.º 062/11 - Art. 1º ALTERAR a nomenclatura do produto ODORIZADOR DE AMBIENTE NA FORMA DE PASTILHAS IMPREGNADAS E GEL, aprovado pela Portaria Nº 274, de 13, de julho de 2007, em nome da empresa CERAS JOHNSON LTDA. para ODORIZADOR DE AMBIENTE NA FORMA DE PASTILHAS IMPREGNADAS, GEL OU LÍQUIDO e demais condições que estabelece; N.º 063/11 - Art. 1º ALTERAR a nomenclatura do produto CHAPA, FOLHA, TIRA, PELÍCULA DE PLÁSTICOS (exceto de poliestireno e a auto-adesiva) para ARTES GRÁFICAS E DESENHO, aprovado pela Portaria Nº 52, de 22 de fevereiro de 2006, em nome da empresa PROCOATING INDUSTRIAL DE LAMINADO DA AMAZÔNIA LTDA. para POLIÉSTER para ARTES GRÁFICAS E DESENHO, EM FORMA DE FOLHAS OU ROLOS e demais condições que estabelece; N.º 064/11 - Art. 1º CANCELAR os incentivos fiscais atribuídos ao Projeto Técnico-Econômico de Implantação, aprovado por meio da Portaria Nº 423, de 18 de outubro de 2007, para a produção de UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE - (UCP) - Código Suframa Nº 0309, em nome da empresa LM COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA, com CNPJ Nº 02.143.420/0001-52 e Inscrição Suframa Nº 20.1231.01-8; N.º 065/11 - Art. 1º - AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA a Retificar a Escritura de Compra e Venda do lote Nº 4-D-9, pertinente a alteração da área de 2.230,00m² para 2.679,97m², localizado na Rua Palmeira do Miriti, s/Nº - Área de Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, em nome da empresa ALFAMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME., observadas as disposições legais pertinentes; N.º 066/11 - Art. 1º RATIFICAR os termos dos projetos de Diversificação/Ampliação/Atualização aprovados pelas Resoluções Nº 260, de 31 de outubro de 2006 e n.º 155, de 19 de julho de 2008 e seus Pareceres Técnicos de Projeto Nº 201/2006 e 139/2008, respectivamente, da empresa YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA., conferindo-lhe a possibilidade de pagamento de "royalties" pela cessão da tecnologia, uma vez cumprida a legislação de regência para o caso; N.º 067/11 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote n° 7-A-1/A, localizado na Av. dos Oitis, s/n - Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 4.702,30 m², em nome da HOLLD SERVICE DA AMAZÔNIA LTDA., observadas as disposições legais pertinentes; N.º 068/11 - Art. 1º AUTORIZAR a alienação do lote n. 3.77, com área de 19.873,57 m², situado na Av. Cupiúba, s/n. - Distrito Industrial Marechal Castelo Branco a favor de KASINSKI FABRICADORA DE VEÍCULOS LTDA.; N.º 069/11 - Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução N.º 413/2001, que aprovou o projeto agropecuário de interesse de RAIMUNDO MONSENHOR MONTEIRO e autorizou a SUFRAMA alienar uma área de 25,0471 hectares, contida no Distrito Agropecuário, em nome do interessado e demais condições que estabelece; N.º 070/11 - Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução N.º 424/2001, que aprovou o projeto agropecuário de interesse de WALDENICE RIBEIRO DE SOUZA e autorizou a SUFRAMA alienar uma área de 25,0037 hectares, contida no Distrito Agropecuário, em nome da interessada e demais condições que estabelece; N.º 071/11 - Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução N.º 365/2002, que aprovou o projeto agropecuário de interesse de EMANUEL LOPES e autorizou a SUFRAMA alienar uma área de 25,1538 hectares, contida no Distrito Agropecuário, em nome do interessado, bem como distratar o Termo de Reserva de Área N.º 084/2001, firmado em 16 de julho de 2001 e demais condições que estabelece; N.º 072/11 - Art. 1º APROVAR o Cronograma Físico de Aproveitamento de Área Ocupada de interesse de RUTH TEIXEIRA DOS REIS, para a regularização de uma área de 25,684 hectares, localizada no Ramal do Procópio, margem direita, conforme Processo N.º 52710.004853/2004-41 e demais condições que estabelece; N.º 073/11 - Art. 1º RETIFICAR a área de 25,065 hectares aprovada através da Resolução Nº 004/2003 para 29,816 hectares; Art. 2º APROVAR o Cronograma Físico de Atualização de Aproveitamento de Área de interesse de RAIMUNDO FREIRE DE OLIVEIRA, em uma área de 29,816 hectares, conforme Processo N.º 52710.001918/2002-33; N.º 074/ 11 - Art. 1º AUTORIZAR a transferência do empreendimento de interesse de EUNICE ALMEIDA DOS SANTOS, em um lote de terras de 24,9828 hectares localizado na estrada vicinal ZF - 7, Distrito Agropecuário da SUFRAMA, para ROBERTO CASTRO SILVA; N.º 075/11 - Art. 1º AUTORIZAR a transferência do empreendimento de interesse de EUNICE DE LOURDES VILLALBA, em um lote de terras de 24,9687 hectares localizado na estrada vicinal ZF - 9A, Distrito Agropecuário da SUFRAMA, para LEANDRO VILLALBA; N.º 076/11 - Art. 1º AUTORIZAR a transferência do empreendimento de interesse de RAIMUNDO NONATO DE SOUZA CABRAL, em um lote de terras de 73,5128 hectares localizado na rodovia BR-174, Distrito Agropecuário da SUFRAMA, para PAULA GEYSA SOUZA DUTRA; N.º 077/11 - Art. 1º APROVAR o projeto de atualização do empreendimento agropecuário de interesse de FRANCISCA BARROSO DA SILVA ARTICLINO, em uma área de 3,304 hectares, a qual se encontra explorada com 2 ha de frutas diversas, 0,0018 ha de suinocultura e 0,004 ha de avicultura, além das infraestruturas no meio das atividades agrícolas, conforme Processo N.º 52710.002106/2001-24 e demais condições que estabelece; N.º 078/11 - Art. 1º APROVAR o projeto de atualização do empreendimento agropecuário de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

interesse de NARZEU TAVARES COUTINHO FILHO, em uma área de 2,1289 hectares, a qual se encontra explorada com 1 ha de culturas diversas, além das infraestruturas no meio das atividades agrícolas, conforme Processo N.º 52710.001258/2001-18 e demais condições que estabelece; N.º 079/11 - Art. 1º APROVAR o Cronograma Físico de Aproveitamento de Área Ocupada do empreendimento agropecuário de interesse de AUREA DA SILVA PEREIRA, em uma área de 4,0056 hectares para a regularização de um lote que se encontra explorado com 1 ha de culturas diversas e infraestrutura entre as atividades, conforme Processo N.º 52710.001626/2009-77 e demais condições que estabelece; N.º 080/11 - Art. 1º APROVAR o Cronograma Físico de Aproveitamento de Área Ocupada do empreendimento agropecuário de interesse de FRANCISCA DAS CHAGAS DE FARIAS MATOS, em uma área de 3,908 hectares para a regularização de um lote que se encontra explorado com 0,9982 ha de culturas diversas e 0,0018 ha de piscicultura, além de infraestrutura entre as atividades, conforme Processo N.º 52710.000055/2009-53 e demais condições que estabelece; N.º 081/11 - Art. 1º APROVAR o Cronograma Físico de Aproveitamento de Área Ocupada do empreendimento agropecuário de interesse de PEDRO CARLOS BARBOSA DA SILVA, em uma área de 3,5422 hectares para a regularização de um lote que se encontra explorado com 1,025 ha de culturas diversas e 0,25 ha de macaxeira, além de infraestrutura entre as atividades, conforme Processo N.º 52710.002128/2010-85 e demais condições que estabelece; N.º 082/11 - Art. 1º APROVAR o Cronograma Físico de Aproveitamento de Área Ocupada do empreendimento agropecuário de interesse de VICENTE DA COSTA, em uma área de 3,6911 hectares para a regularização de um lote que se encontra explorado com 2 ha de fruticultura diversificada, além de infraestrutura entre as atividades, conforme Processo N.º 52710.001262/2009-25 e demais condições que estabelece; N.º 083/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/DIVERSIFICAÇÃO da empresa METALBOM - COMÉRCIO DE FERRAMENTAS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 62/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PARTES E PEÇAS SOLDADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, CANOTE DO SELIM PARA BICICLETA, ARTEFATO A PARTIR DE LAMINADO (CHAPA) DE AÇO e ARTEFATOS TUBULARES DE FERRO/AÇO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 084/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS DA AMAZÔNIA LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 38/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PRÉ-FORMA - PET PARA RECIPIENTE e CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 085/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa AMAPLAST AMAZONAS PLÁSTICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 42/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 086/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 54/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de REGULADOR DE PRESSÃO DO COMBUSTÍVEL PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 087/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CIS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 50/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de LEITOR DE CARTÕES MAGNÉTICOS E CÓDIGOS DE BARRAS COM DIGITALIZADOR (SCANNER) DE CHEQUES INCORPORADO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 088/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PHITRONICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 56/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de UNIDADE ACIONADORA DE DISCO MAGNÉTICO RÍGIDO (ACIMA DE 1GBYTE POR HDA), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 089/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COELMATIC LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 40/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 090/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa CALOI NORTE S.A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 69/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BICICLETA SEM CÂMBIO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 091/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa H-BUSTER DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 58/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de AUTORRÁDIO COM "DVD-PLAYER" E "GPS" INTEGRADOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 092/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa P S T ELETRÔNICA S/A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 72/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RASTREADOR/IMOBILIZADOR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES COM GPS E COMUNICAÇÃO VIA TELEFONE CELULAR e DISPOSITIVO ANTIFURTO PARA CICLOMOTOR, MOTONETA, MOTOCICLETA, TRICICLO E QUADRICICLO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 093/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 46/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 094/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa IIMAK DA AMAZÔNIA FITAS PARA IMPRESSÃO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 47/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FITA DE TECIDO NÃO BORDADO PARA IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA, EM ROLO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 095/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa UNICOBA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 57/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA CABO COM GRAVADOR-REPRODUTOR VIDEOFÔNICO DIGITAL INCORPORADO e APARELHO RECEPTOR DE POSICIONAMENTO GLOBAL POR SATÉLITE (GPS - GLOBAL POSITIONING SYSTEM), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 096/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa MASA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 67/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de TELEJOGO, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 097/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa ELECTROLUX DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 48/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FORNO DE MICROONDAS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 098/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 61/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO FÍSICO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 099/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO-ATUALIZAÇÃO da empresa PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 68/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de DISPENSADOR AUTOMÁTICO DE CÉDULAS (PAPEL-MOEDA), para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 100/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa REXAM AMAZÔNIA LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 55/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de LATA DE ALUMÍNIO/AÇO PARA ACONDICIONAMENTO DE LÍQUIDOS POTÁVEIS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 101/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 73/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CÂMERA DE VÍDEO ("CAMCORDER"), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 102/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa DAFRA DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 71/2010-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM3, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 103/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa GREENWORLD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 66/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MONITOR DE VÍDEO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA) e MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO FÍSICO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, com redação dada por legislações posteriores e demais condições que estabelece; N.º 104/11- Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEXSTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 76/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA) e PEÇAS ESTAMPADAS A PARTIR DE CHAPAS, PELÍCULAS OU TIRAS METÁLICAS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 105/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa INTELBRAS S/A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA , na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 060/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PORTEIRO ELETRÔNICO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 106/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa PACE BRASIL - INDÚSTRIA ELETRÔNICA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 81/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE, RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE COM GRAVADOR-REPRODUTOR VIDEOFÔNICO DIGITAL INCORPORADO, RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA CABO, RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA CABO COM GRAVADOR-REPRODUTOR VIDEOFÔNICO DIGITAL INCORPORADO e RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA TRANSMISSÃO LOCAL TERRESTRE, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 107/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PIONEER DO BRASIL LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 74/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 108/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FACOMSA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 64/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO POR DESCARGA CAPACITIVA PARA MOTOR DE COMBUSTÃO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 109/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa TECTOY S.A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 79/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 110/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa MUSASHI DA AMAZONIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 77/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de EMBREAGEM UNIDIRECIONAL PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS, TRICICLO E QUADRICICLO e PARTES E PEÇAS USINADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 111/11- Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 90/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 112/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO da empresa BERTOLINI CONSTRUÇÃO NAVAL DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 92/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ESTRUTURA FLUTUANTE - BALSA PARA TRANSPORTE e BARCOS PARA EMPURRAR OUTRAS EMBARCAÇÕES, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 113/11 - Art. 1º APROVAR o projeto Industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DIGITAL S/A., Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 93/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CÂMERA DE VÍDEO ("CAMCORDER"), MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO FÍSICO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA TRANSMISSÃO LOCAL TERRESTRE E GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro

PROIBIDA A VENDA EXEMPLAR DIGITAL

de 1991, com redação dada por legislações posteriores e demais condições que estabelece; N.º 114/11 - Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico de IMPLANTAÇÃO da empresa R.C COMÉRCIO DE ESTIVAS LTDA - EPP, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 04/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para prestação de serviços de FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS para o Distrito Industrial, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco e demais condições que estabelece; N.º 115/11 - Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico de IMPLANTAÇÃO da empresa SIMITRANS LTDA.- FILIAL MANAUS, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 41/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para prestação de SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO POR ATACADO, ARMAZENAGEM, GUARDA E CONSERVAÇÃO DE MERCADORIAS, GERENCIAMENTO DE ESTOQUES, TRANSPORTE DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco e demais condições que estabelece; N.º 116/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 83/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MÁQUINA DE PROCESSAMENTO DE DADOS COM TECLADO ALFANUMÉRICO E PROJETOR DE VÍDEO INTEGRADOS NO MESMO CORPO, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 117/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa ICTA INDUSTRIAL, COMERCIAL DE IMPRESSORAS E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 63/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FITA PARA IMPRESSÃO DE POLIÉSTER e IMPRESSORA DE TRANSFERÊNCIA TÉRMICA COM LARGURA DE IMPRESSÃO DE ATÉ 6 CM, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, §§ 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, com redação dada por legislações posteriores e demais condições que estabelece, N.º 118/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa TOXELL INDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 75/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA) e TELEJOGO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 119/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa MERCODATA DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 84/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei Nº . 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Presidente do Conselho

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 218, DE 31 DE MAIO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/02/2011, 01/03/2011, 03/05/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei Nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria Nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria Nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/02/2011, 01/03/2011 e 03/05/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto Nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei Nº 11.438 de 2006 e do Decreto Nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004579/2010-42
Proponente: Associação Recreativa Esportiva para Crianças e Adolescentes
Título: Clubes Juvenis, um Gol para o Futuro
Registro/ ME: 02CE016362007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.784.622/0001-09
Cidade: Fortaleza - UF: CE
Valor aprovado para captação: R$ 519.035,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1218 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 42893-0
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.
2 - Processo: 58701.004731/2010-97
Proponente: Instituto Usina Social
Título: Eco Esporte Brasil
Registro/ ME: 02RJ024432008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.087.158/0001-15
Cidade: São Gonçalo - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 484.939,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0394 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 78967-4
Período de Captação: da data de publicação até 03/05/2012.
3 - Processo: 58701.004606/2010-87
Proponente: Associação Saque de Ouro
Título: Taça São Paulo de Vôlei de Praia
Registro/ ME: 02SP075052010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.045.949/0001-24
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 543.063,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4334 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 8474-3
Período de Captação: da data de publicação até 15/08/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.002143/2009-85
Proponente: Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte - IDECACE
Título: Pra Frente Brasil
Valor aprovado para captação: R$ 2.103.114,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3324 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 23365-X
Período de Captação: da data de publicação até 01/03/2012.
2 - Processo: 58701.003362/2008-06
Proponente: Federação Internacional de Futevôlei - FFV/GO
Título: Circuito Mundial de Futevôlei
Valor aprovado para captação: R$ 941.820,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3689 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 25633-1
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.003958/2010-15

No Diário Oficial da União Nº 102, de 30 de maio de 2011, na Seção 1, página 121 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 216/2011, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 306.855,80, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 357.896,77.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 118, DE 31 DE MAIO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e conforme o disposto no parágrafo 3º do art. 5º e no art. 7º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria MP nº 54, de 15 de abril de 2011, para incluir o seguinte artigo:

"Art. 11 Ficam autorizadas as contratações previstas no art. 5º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, quando os casos de necessidade inadiável se enquadrarem nas hipóteses previstas no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 119, DE 31 DE MAIO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II, parágrafo único, art. 87, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 5º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, a solicitação feita por meio do Ofício nº 392/2011/SE-MF, e

Considerando que a Escola de Administração Fazendária - ESAF possui entre suas competências a de executar recrutamento e seleção para a administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

Considerando que para a realização dessas atividades é necessário o aluguel de salas de aula, veículos e equipamentos, resolve:

Art. 1º Autorizar a ESAF a realizar as contratações previstas nos incisos I, V e VI do art. 5º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, necessárias para a realização das atividades de recrutamento e seleção.

Parágrafo único. Nos processos de contratação relacionados no caput deve estar discriminado o concurso ou processo seletivo e o período necessário para a realização das atividades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 120, DE 31 DE MAIO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º A despesa a ser empenhada com diárias, passagens e locomoção pelas unidades administrativas e entidades supervisionadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no período de janeiro a dezembro de 2011, fica limitada aos valores constantes dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portaria GM nº 35, de 23 de março de 2011, e nº 68, de 3 de maio de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção pelas unidades da Administração Direta e Indireta em 2011

R$ 1,00

Unidade	Até Jun	Até Dez
ADM. DIRETA	2.521.000	5.541.000
Gabinete da Ministra	100.000	296.000
Assessoria Econômica-ASSEC	15.000	30.000
Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos-DEAEX	10.000	15.000
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-DEST	10.000	25.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA	81.000	670.000
Secretaria de Assuntos Internacionais-SEAIN	100.000	200.000
Secretaria de Gestão-SEGES	90.000	200.000
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação-SLTI	90.000	150.000
Secretaria de Orçamento Federal-SOF	45.000	75.000
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos-SPI	90.000	100.000
Secretaria do Patrimônio da União-SPU	1.700.000	3.400.000
Secretaria de Recursos Humano-SRH	90.000	180.000
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento-SEPAC	100.000	200.000
ADM. INDIRETA	2.780.000	6.400.000
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE	2.700.000	6.180.000
Escola Nacional de Administração Pública-ENAP	80.000	220.000
TOTAL GERAL	5.301.000	11.941.000

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e locomoção em 2011 das Unidades Estaduais do IBGE em 2011

ANEXO II

R$ 1,00

Unidade Estadual	Até Jun	Até Dez
Rondônia	32.872	83.959
Acre	46.274	98.504
Amazonas	161.612	234.638
Roraima	31.282	59.800
Pará	102.077	250.169
Amapá	32.738	61.500
Tocantins	41.464	82.961
Maranhão	125.080	222.032
Piauí	98.212	188.509
Ceará	126.371	287.035
R.G. Norte	40.101	92.510
Paraíba	38.151	90.503
Pernambuco	165.855	295.894
Alagoas	58.360	109.200
Sergipe	22.501	57.692
Bahia	163.630	374.183
Minas Gerais	142.285	342.728
Espírito Santo	29.916	57.401
Rio de Janeiro	49.402	105.380
São Paulo	139.555	361.909
Paraná	58.693	156.600
Santa Catarina	36.698	112.597
R.G. Sul	66.788	178.487
Mato Grosso do Sul	48.720	106.742
Mato Grosso	164.751	326.834
Goiás	106.240	249.506
Distrito Federal	33.803	62.053
TOTAL	2.163.431	4.639.326

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 17, DE 30 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre março/abril de 2011, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

MURILO FRANCISCO BARELLA

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011
Relatório de Execução Orçamentária referente ao 2º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2011 foi aprovado pela Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Atual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 10.02.2011. Englobou as programações de 73 empresas estatais federais, sendo 66 do setor produtivo e 7 do setor financeiro. Das empresas do setor produtivo, 15 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 28 ao Grupo Petrobras e as 23 restantes estão agrupadas em demais empresas. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

2. As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:
- sete, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- quinze, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- vinte e oito, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- sete, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

3. A Lei Orçamentária Anual fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento de 2011, no montante de R$ 107.374.256.189,00 (cento e sete bilhões, trezentos e setenta e quatro milhões, duzentos e cinqüenta e seis mil e cento e oitenta e nove reais), o que significou aumento de 1,8% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2010 e de 23,7% sobre o montante realizado naquele exercício. Os valores de 2010 foram atualizados para preços médios de 2011 pelo IGP-DI. O montante originalmente aprovado para 2011 agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 369 projetos e 286 atividades.

4. O Orçamento de Investimento de 2011 teve sua dotação aumentada em decorrência de incorporação de saldos de exercícios anteriores, no montante R$ 505.800.646,00, conforme discriminado no Quadro 01 a seguir. Desse movimento resultou uma Dotação Atual no montante de R$ 107.880.056.835,00 (cento e sete bilhões, oitocentos e oitenta milhões, cinqüenta e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2011 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 378 projetos e 286 atividades.

QUADRO 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Demonstrativo da evolução da dotação constante da LOA 2011 - até 2º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos		Movimento Líquido
	Suplementação	Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 12.381, de 09.02.2011)			**107.374.256.189**
Decreto de 28.01.2011 (1)	**53.787.715**	**0**	**53.787.715**
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	15.000.000	0	15.000.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	31.000.000	0	31.000.000
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	7.787.715	0	7.787.715
Decreto de 28.01.2011 (2)	**452.012.931**	**0**	**452.012.931**
Companhia Docas do Ceará - CDC	233.643	0	233.643
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	7.946.280	0	7.946.280
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	582.957	0	582.957
Companhia Docas do Pará - CDP	15.351.075	0	15.351.075
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.500.000	0	1.500.000
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	53.000.000	0	53.000.000
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	52.881.598	0	52.881.598
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	313.017.378	0	313.017.378
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	7.500.000	0	7.500.000
Resumo dos Créditos	**505.800.646**	**0**	**505.800.646**
Dotação Atual			**107.880.056.835**

(1) Reabertura de créditos extraordinários
(2) Reabertura de créditos especiais

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011 (Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, exclusive os dispêndios com a aquisição de bens destinados a arrendamento mercantil, e benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais.

6. Até o segundo bimestre de 2011, as empresas realizaram investimentos no valor de R$ 22.586.602.740,00 (vinte e dois bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e dois mil e setecentos e quarenta reais) equivalentes a 20,9% da dotação atual.

7. O Quadro 02 demonstra a situação de projetos e atividades, agrupados por faixa percentual de desempenho definida pela relação entre o realizado até o segundo bimestre e a dotação atual de cada subtítulo, bem como a expressividade de cada faixa em relação ao quantitativo total de subtítulos programados.

QUADRO 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Quantitativo de projetos e atividades, por faixa % de execução - até 2º bimestre

Faixa % de Desempenho	Projeto (a)	Atividade (b)	Total (c)	Composição (c/Tc) %
0	150	50	200	30,1
0,01 a 20,90	167	167	334	50,3
20,91 a 33,33	25	39	64	9,6
33,34 a 100,00	27	28	55	8,3
Acima de 100,00	9	2	11	1,7
TOTAL (T)	**378**	**286**	**664**	**100,0**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

'Despesa por Órgão

8. A Tabela 01 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por ÓRGÃO, informando a dotação atual de cada ministério setorial para o exercício de 2011 e os valores já realizados no período de janeiro a abril deste ano.

TABELA 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa por **Órgão**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Desemp. % (c/a)
Presidência da República	774.704.696	30.636.361	**49.963.677**	6,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17.529.689	1.223.925	**2.008.253**	11,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	17.480.000	484.534	**908.609**	5,2
Ministério da Fazenda	3.852.944.305	291.531.071	**549.891.095**	14,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	148.646.241	3.555.430	**8.375.793**	5,6
Ministério de Minas e Energia	99.502.773.263	11.115.146.721	**21.757.091.467**	21,9
Ministério da Previdência Social	122.881.598	479.084	**1.646.379**	1,3
Ministério da Saúde	174.367.212	1.650.268	**4.781.346**	2,7
Ministério dos Transportes	40.000	0	**0**	0,0
Ministério das Comunicações	1.052.246.831	48.521.719	**67.624.964**	6,4
Ministério da Defesa	2.216.443.000	90.458.641	**144.311.157**	6,5
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**20,9**

9. Destacaram-se o Ministério de Minas e Energia, ao qual estão vinculados 92,2% do total dos investimentos das estatais constantes da LOA, que realizou 21,9% da programação atual, o Ministério da Fazenda, com 14,3% de realização da programação atual, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com 11,5% de realização de suas respectivas programações.

Fontes de financiamento dos investimentos

10. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados das **Fontes de Financiamento dos Investimentos**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	Composição % de (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Composição % de (c)
Recursos Próprios	95.489.057.055	10.980.159.686	94,8	**21.234.121.522**	94,0
Geração Própria	95.489.057.055	10.980.159.686	94,8	**21.234.121.522**	94,0
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	6.442.876.938	194.211.230	1,7	**211.935.464**	0,9
Tesouro	1.227.733.039	28.913.617	0,2	**46.637.851**	0,2
Direto	994.808.464	20.134.027	0,2	**26.547.426**	0,1
Saldos de Exercícios Anteriores	232.924.575	8.779.590	0,1	**20.090.425**	0,1
Controladora	5.205.885.888	165.297.613	1,4	**165.297.613**	0,7
Outras Estatais	9.258.011	0	0,0	**0**	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.642.587.111	257.782.138	2,2	**735.105.247**	3,3
Internas	3.596.132.197	257.782.138	2,2	**735.105.247**	3,3
Externas	46.454.914	0	0,0	**0**	0,0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.305.535.731	151.534.700	1,3	**405.440.507**	1,8
Controladora	1.732.635.731	119.420.640	1,0	**362.984.379**	1,6
Outras Fontes	572.900.000	32.114.060	0,3	**42.456.128**	0,2
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**100,0**	**22.586.602.740**	**100,0**

11. Dos gastos realizados com investimentos em 2011, parcela equivalente a 94,0% do total foi financiada com recursos de geração própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 88,5%. Não foram utilizados os recursos de outras estatais, destinados a aumento do patrimônio líquido e os recursos da fonte operações de créditos de longo prazo externas. Outros recursos de longo prazo garantiram a execução de 1,8% dos investimentos efetivados. Na programação atual, essa fonte equivalente a 2,1% do total.

Despesa por Funções e Subfunções

12. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função, em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

13. As tabelas 03 e 04 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no 2º bimestre de 2011, e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 03 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa - por **Função**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Desemp. % (c/a)
Administração	11.016.000	1.679	**4.158**	0,0
Previdência Social	111.881.598	479.084	**1.646.379**	1,5
Saúde	174.367.212	1.650.268	**4.781.346**	2,7
Agricultura	17.529.689	1.223.925	**2.008.253**	11,5
Indústria	2.449.618.000	392.496.659	**878.232.778**	35,9
Comércio e Serviços	3.659.070.546	255.757.235	**501.464.155**	13,7
Comunicações	1.033.178.398	48.518.779	**67.104.959**	6,5
Energia	96.942.101.263	10.758.176.760	**20.929.749.912**	21,6
Transporte	3.481.294.129	125.383.365	**201.610.800**	5,8
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**20,9**

TABELA 04 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa - por **Subfunção**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Desemp. % (c/a)
Administração Geral	1.065.671.170	108.607.690	**187.445.077**	17,6
Tecnologia da Informação	2.656.579.718	232.008.804	**478.983.907**	18,0
Suporte Profilático e Terapêutico	164.999.222	1.364.958	**4.296.642**	2,6
Vigilância Epidemiológica	2.460.781	0	**0**	0,0
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600.000	0	**0**	0,0
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	7.222.050	252.652	**427.813**	5,9
Irrigação	118.429.750	16.300.440	**34.030.197**	28,7
Produção Industrial	2.409.945.000	384.490.934	**865.714.758**	35,9
Mineração	2.180.000	348.996	**353.492**	16,2
Comercialização	672.397.000	105.116.111	**242.854.854**	36,1
Serviços Financeiros	2.135.601.719	153.032.418	**240.858.648**	11,3
Comunicações Postais	379.000.000	17.158.557	**32.695.019**	8,6
Telecomunicações	526.229.453	0	**0**	0,0
Conservação de Energia	115.922.000	11.163.376	**19.736.324**	17,0
Energia Elétrica	8.702.388.002	748.504.702	**1.364.105.430**	15,7
Combustíveis Minerais	77.454.303.000	8.867.026.136	**17.041.992.627**	22,0
Biocombustíveis	189.404.000	6.951.410	**16.253.595**	8,6
Transporte Aéreo	2.113.995.758	85.640.801	**136.174.221**	6,4
Transporte Hidroviário	2.791.648.212	93.899.255	**162.134.357**	5,8
Transportes Especiais	6.371.080.000	751.820.514	**1.758.545.779**	27,6
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**20,9**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Despesa por Programa

14. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

15. A Tabela 05 mostra os valores realizados pelas empresas estatais federais, no período em análise, no âmbito dos 36 programas contemplados no Orçamento de Investimento de 2011, destacando 10 no setor de petróleo e derivados, 8 no setor de energia elétrica e 6 no setor de transporte de responsabilidade das Companhias Docas, nos quais foram realizados, respectivamente, R$ 20.019,8 milhões, R$ 1.376,1 milhões e R$ 48,4 milhões. Foram ainda realizados R$ 1.142,2 milhões em demais setores, dos quais se distinguem os títulos: (1) Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio (que agrega gastos com a aquisição e manutenção de bens destinados à administração e suporte das empresas), com dispêndios no montante de R$ 664,4 milhões; (2) Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, R$ 240,9 milhões; e (3) Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária, R$ 134,4 milhões.

TABELA 05 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa - por **Programa**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Desemp. % (c/a)
Gestão da Política de Previdência Social	97.881.598	197.081	**659.370**	0,7
Aprimoramento dos Serviços Postais	379.000.000	17.158.557	**32.695.019**	8,6
Luz para Todos	260.583.923	80.142.767	**147.843.635**	56,7
Gestão da Política de Energia	75.515.187	4.987.666	**8.238.419**	10,9
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.953.591.000	699.432.377	**1.201.723.663**	24,3
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	825.616.000	128.793.247	**283.309.092**	34,3
Indústria Petroquímica	3.382.694.000	414.353.508	**933.191.864**	27,6
Oferta de Petróleo e Gás Natural	40.499.504.000	4.965.466.528	**9.292.574.252**	22,9
Refino de Petróleo	28.841.435.000	2.875.912.550	**5.914.881.057**	20,5
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	6.271.058.000	419.139.463	**929.702.840**	14,8
Energia na Região Nordeste	1.867.245.553	139.486.859	**244.642.773**	13,1
Energia na Região Sul	800.202.166	169.877.121	**253.217.313**	31,6
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	3.997.960.782	287.827.647	**610.292.153**	15,3
Energia na Região Norte	593.802.292	26.157.725	**39.626.586**	6,7
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.180.000	348.996	**353.492**	16,2
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	57.168.736	4.642.142	**9.806.936**	17,2
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.821.344.000	248.299.804	**494.755.559**	27,2
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	126.489.409	1.210.579	**1.765.468**	1,4
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	1.987.506.349	84.430.222	**134.408.753**	6,8
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	360.000.000	39.813.800	**57.711.342**	16,0
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	2.135.601.719	153.032.418	**240.858.648**	11,3
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	3.694.962.790	332.762.684	**664.425.086**	18,0
Inclusão Digital	526.229.453	0	**0**	0,0
Energia nos Sistemas Isolados	1.017.788.613	43.036.754	**62.410.938**	6,1
Energia Alternativa Renovável	86.646.000	8.247.162	**10.605.028**	12,2
Brasil com Todo Gás	2.097.471.000	394.565.699	**939.368.913**	44,8
Eficiência Energética	115.922.000	11.163.376	**19.736.324**	17,0
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	7.222.050	252.652	**427.813**	5,9
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	164.999.222	1.364.958	**4.296.642**	2,6
Desenvolvimento da Agroenergia	83.771.000	2.117.847	**4.624.100**	5,5
Vetor Logístico Amazônico	16.461.000	0	**0**	0,0
Vetor Logístico Centro-Norte	122.673.564	6.524.273	**16.194.498**	13,2
Vetor Logístico Leste	272.002.712	32.625	**361.645**	0,1
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	121.305.636	19.928.178	**26.439.214**	21,8
Vetor Logístico Nordeste Meridional	63.848.439	18.210	**18.210**	0,0
Vetor Logístico Centro-Sudeste	152.373.642	2.962.279	**5.436.095**	3,6
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**20,9**

16. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho que as empresas, por eles responsáveis, dedicam em sua execução, medido pelos respectivos indicadores de desempenho. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados, todos acima de R$ 933,1 milhões, e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 36 programas:

- Oferta de Petróleo e Gás Natural, 41,1%;
- Refino de Petróleo, 26,2%;
- Atuação Internacional na Área de Petróleo, 5,3%;
- Brasil com Todo Gás, 4,2%; e
- Indústria Petroquímica, 4,1%.

Despesa por Órgão/Unidade

17. A Tabela 06 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades subordinadas, os valores da respectiva dotação aprovada para 2011, dos realizados no 2º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 06 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa - por **Órgão/Unidade**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Desemp. % (c/a)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	774.704.696	30.636.361	**49.963.677**	6,4
Companhia Docas do Ceará - CDC	43.297.505	64.675	**185.215**	0,4
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	122.280.030	372.791	**579.385**	0,5
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	69.988.925	123.531	**137.931**	0,2
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	161.373.642	3.154.078	**5.663.847**	3,5
Companhia Docas do Pará - CDP	143.134.564	6.647.890	**16.544.881**	11,6
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	155.148.499	341.336	**498.847**	0,3
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	79.481.531	19.932.060	**26.353.571**	33,2
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	17.529.689	1.223.925	**2.008.253**	11,5
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	5.047.793	617.442	**1.099.752**	21,8
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	2.333.476	21.992	**48.809**	2,1
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	10.148.420	584.491	**859.692**	8,5
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	17.480.000	484.534	**908.609**	5,2
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	17.480.000	484.534	**908.609**	5,2
MINISTÉRIO DA FAZENDA	3.852.944.305	291.531.071	**549.891.095**	14,3
Banco da Amazônia S.A. - BASA (1)	63.568.368	46.689	**76.408**	0,1
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	185.000.000	7.608.563	**8.782.507**	4,7
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	75.220.057	5.697.177	**7.720.309**	10,3
Casa da Moeda do Brasil - CMB	360.000.000	39.813.800	**57.711.342**	16,0
IRB - Brasil Resseguros S.A.	17.982.181	6.325.069	**6.471.832**	36,0
Caixa Econômica Federal - CAIXA	951.268.076	74.468.465	**116.367.141**	12,2
COBRA Tecnologia S.A.	14.903.000	1.761.717	**3.063.101**	20,6
Banco do Brasil S.A. - BB	2.178.970.018	155.770.160	**349.619.709**	16,0
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	3.000.000	13.247	**52.562**	1,8
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	1.216.437	0	**0**	0,0
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.816.168	26.184	**26.184**	1,4
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	148.646.241	3.555.430	**8.375.793**	5,6
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	148.646.241	3.555.430	**8.375.793**	5,6
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	99.502.773.263	11.115.146.721	**21.757.091.467**	21,9
GRUPO ELETROBRÁS	8.224.654.263	681.513.407	**1.291.936.824**	15,7
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	14.293.736	3.267.045	**7.485.404**	52,4
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	2.227.853.786	76.227.628	**305.842.815**	13,7
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	111.239.872	1.708.800	**12.667.069**	11,4
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	807.148.332	39.187.005	**59.304.034**	7,3
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	444.945.325	106.112.491	**148.317.290**	33,3
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.554.892.667	132.599.172	**234.960.951**	15,1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.264.023.242	120.741.994	**186.586.696**	14,8
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	16.000	1.679	**4.158**	26,0
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	96.544.496	15.466.365	**19.905.517**	20,6
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	178.385.196	9.739.348	**14.199.875**	8,0
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	290.002.522	31.372.397	**63.261.335**	21,8
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	204.440.480	19.048.179	**26.728.978**	13,1
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	45.522.716	1.948.273	**2.319.493**	5,1
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	893.730.024	63.292.505	**111.467.050**	12,5
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	91.615.869	60.800.526	**98.886.159**	107,9
GRUPO PETROBRAS	91.278.119.000	10.433.633.314	**20.465.154.643**	22,4
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	60.734.500.000	6.755.223.835	**13.708.370.817**	22,6
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	716.844.000	115.266.487	**268.382.935**	37,4
Petrobras Química S.A. - PETROQUISA	33.000	5.314	**14.502**	43,9
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	51.426.000	10.193.146	**16.075.738**	31,3
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	2.475.269.000	123.111.653	**239.951.189**	9,7
Fronape International Company - FIC	16.550.000	6.442.345	**9.350.418**	56,5
Petrobras International Finance Company - PIFCo	2.000.000	860.422	**869.933**	43,5
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	811.831.000	145.646.263	**248.308.324**	30,6
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	8.354.723.000	964.294.075	**1.625.128.132**	19,5
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	4.936.941.000	692.990.032	**1.192.373.245**	24,2
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	1.169.630.000	352.640.534	**866.609.997**	74,1
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	159.319.000	24.605.155	**41.645.319**	26,1
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	13.200.000	252.186	**698.757**	5,3
Termorio S.A.	15.123.000	149.395	**377.003**	2,5
Fafen Energia S.A.	3.100.000	446.951	**918.038**	29,6
Termoceará Ltda.	9.000.000	11.434	**54.131**	0,6
Termomacaé Ltda.	5.504.000	62.378	**169.909**	3,1
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	9.035.945.000	878.641.471	**1.410.350.001**	15,6
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF	4.605.000	6.052	**6.052**	0,1
Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA	2.747.000	147.616	**240.496**	8,8
Petrobrás Biocombustível S.A. - PBIO	94.588.000	2.287.265	**5.004.354**	5,3
Comperj Estirenicos S.A. - CPRJEST	32.832.000	0	**0**	0,0
Comperj Meg S.A. - CPRJMEG	74.585.000	0	**0**	0,0
Comperj Participações S.A. - CPRJPAR	350.000	0	**0**	0,0
Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL	392.483.000	0	**0**	0,0
Companhia Integrada Textil de Pernambuco - CITEPE	1.236.999.000	165.297.613	**315.234.392**	25,5
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	850.439.000	187.036.250	**504.933.552**	59,4
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUE SECO 2	77.553.000	8.015.442	**10.087.409**	13,0
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	122.881.598	479.084	**1.646.379**	1,3
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	122.881.598	479.084	**1.646.379**	1,3
MINISTÉRIO DA SAÚDE	174.367.212	1.650.268	**4.781.346**	2,7
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	174.367.212	1.650.268	**4.781.346**	2,7
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	40.000	0	**0**	0,0
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	40.000	0	**0**	0,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.052.246.831	48.521.719	**67.624.964**	6,4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	500.000.000	46.732.630	**65.218.810**	13,0
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	552.246.831	1.789.089	**2.406.154**	0,4
MINISTÉRIO DA DEFESA	2.216.443.000	90.458.641	**144.311.157**	6,5
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO (2)	2.215.873.000	90.177.721	**144.004.982**	6,5
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	570.000	280.920	**306.175**	53,7
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**20,9**

(1) Dados referentes a março de 2011. O BASA não informou acompanhamento de abril de 2011, descumprindo o Decreto nº 3735/2001.
(2) Em conformidade com o Decreto de 12.05.2011, a programação orçamentária da INFRAERO foi transferida para a Presidência da República a partir daquele data

18. Das 73 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2011, vinte e duas apresentaram, até o segundo bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações atuais, superior à média geral de 20,9%: CGTEE, 107,9%; TAG, 74,1%; Petroquimicasuape, 59,4%; FIC, 56,5%; Emgepron, 53,7%; Cepel, 52,4%; Petroquisa, 43,9%; PIFCo, 43,5%; BR, 37,4%; IRB-Brasil Re, 36,0%; Eletrosul, 33,3%; Codern, 33,2%; TBG, 31,3%; Refap, 30,6%; Fafen Energia, 29,6%; Liquigás, 26,1%; Eletropar, 26,0%; Citepe, 25,5%; PIB BV, 24,2%; Petrobrás, 22,6%; Cepisa, 21,8%; e Ceasaminas, 21,8%. As empresas CPRJPOL, CPRJMEG, CPRJEST, CPRJPAR, Emgea e Codomar não apresentaram realização no período.

19. As empresas a seguir ultrapassaram a dotação atual aprovada para as ações citadas: 1) Ceasaminas - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais; 2) Petrobras - Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobrás - CENPES (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luiz Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS) - No Estado de Mato Grosso do Sul; Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD) da Petrobras (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; e Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste - Imobilização Petrobrás - Nacional; 3) Ceal - Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Alagoas) - No Estado de Alagoas; 4) CGTEE - Implantação da Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul; e Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul - Na Região Sul; e 5) TAG - Implantação do Gasoduto Cacimbas - Vitória (ES) com 128 km - Na Região Sudeste; Ampliação da Malha de Gasoduto da Região Sudeste - Na Região Sudeste; e Implantação de Trecho do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (AM), com 417 km - No Estado do Amazonas.

Distribuição geográfica da despesa

20. A Tabela 07 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações e os valores realizados no bimestre, e acumulado no exercício, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 24,3% do montante realizado. Os investimentos implementados no Exterior participaram com 12,5%.

TABELA 07 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
Dados consolidados da Despesa por **Macro-Região**

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2º Bimestre (b)	**Realizado até 2º Bimestre (c)**	Composição (%) de(a) a/Ta	Composição (%) de(c) c/Tc
Nacional	28.461.494.807	2.908.826.216	**5.479.592.750**	26,4	24,3
Exterior	12.583.915.000	1.664.586.874	**2.827.721.728**	11,7	12,5
Região Norte	3.619.447.239	414.786.307	**597.371.367**	3,4	2,6
Região Nordeste	22.613.033.204	2.200.470.963	**4.173.814.585**	21,0	18,5
Região Sudeste	34.171.896.993	3.397.293.337	**7.632.121.438**	31,7	33,8
Região Sul	5.737.597.757	886.472.458	**1.723.704.658**	5,3	7,6
Região Centro-Oeste	692.671.835	111.251.599	**152.276.214**	0,6	0,7
Total	**107.880.056.835**	**11.583.687.754**	**22.586.602.740**	**100,0**	**100,0**

21. Da relação percentual entre gasto efetivo e dotação atual de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 19,3; Exterior, 22,5; Região Norte, 16,5; Região Nordeste, 18,5; Região Sudeste, 22,3; Região Sul, 30,0; e Região Centro-Oeste, 22,0.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

22. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO de 2011).

23. As tabelas de 8 a 12, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 2º bimestre de 2011, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 89 da LDO de 2011, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

TABELA 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2011
(Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO 2011 - Art. 89 - § 3°)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2010	Saldos em 31.12.2010															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	**58.341.919**	**58.341.919**	**7.623.561**	**6.257.770**	**3.425.991**	**12.198.120**	**19.462.745**	**2.829.391**	**6.544.343**	**20.679.845**	**26.988.181**	**10.673.893**	**20.724.806**	**3.428.427**	**3.330.917**	**0**	**30.857.769**
Acre	3.191.957	3.191.957	313.862	151.697	287.658	266.702	1.388.410	190.901	592.726	1.259.544	1.186.567	745.846	1.341.582	255.549	135.494	0	1.459.331
Amapá	1.496.990	1.496.990	103.774	32.746	139.087	308.123	208.688	58.531	646.040	1.004.758	350.361	141.871	875.074	170.364	64.781	0	386.771
Amazonas	9.000.053	9.000.053	363.457	952.745	637.635	1.513.606	4.085.868	572.868	873.874	3.304.748	3.627.812	2.067.493	2.490.716	551.642	781.105	0	5.176.590
Pará	16.022.446	16.022.446	3.173.280	3.734.838	1.265.816	1.988.776	2.485.327	1.007.564	2.366.846	6.071.520	7.148.380	2.802.546	7.266.582	1.194.926	1.349.379	0	6.211.560
Rondônia	17.051.789	17.051.789	1.215.774	802.336	560.556	5.951.894	7.237.707	461.708	821.815	4.963.454	9.780.482	2.307.853	3.089.013	630.108	643.680	0	12.688.987
Roraima	1.989.328	1.989.328	168.745	31.079	85.545	248.137	1.049.449	110.333	296.041	1.035.772	397.897	555.659	1.502.227	113.725	40.371	0	333.007
Tocantins	9.589.357	9.589.357	2.284.669	552.329	449.695	1.920.882	3.007.295	427.486	947.001	3.040.049	4.496.682	2.052.626	4.159.612	512.115	316.107	0	4.601.523
Região Nordeste	**142.325.853**	**142.325.853**	**21.247.391**	**33.305.985**	**12.341.945**	**14.078.162**	**26.769.437**	**14.096.589**	**20.486.344**	**56.898.375**	**55.700.596**	**29.726.883**	**55.910.586**	**12.381.524**	**10.253.841**	**0**	**63.779.903**
Alagoas	5.780.152	5.780.152	1.101.814	924.794	604.507	495.341	404.694	1.048.972	1.200.029	2.771.970	1.798.328	1.209.854	3.199.259	503.366	341.091	0	1.736.436
Bahia	40.769.527	40.769.527	7.821.072	7.890.796	3.268.482	4.480.867	8.119.994	3.690.612	5.497.702	17.371.098	12.689.345	10.709.084	16.353.659	3.533.357	2.920.099	0	17.962.412
Ceará	24.146.885	24.146.885	2.438.170	4.802.518	3.109.900	2.549.199	6.744.385	1.720.532	2.782.181	9.504.171	9.594.554	5.048.160	7.659.821	2.106.857	1.948.937	0	12.431.271
Maranhão	12.994.058	12.994.058	3.145.901	1.791.269	1.013.781	1.145.624	2.612.150	1.305.480	1.979.853	5.279.690	5.576.373	2.137.995	5.663.067	1.032.936	837.882	0	5.460.173
Paraíba	7.114.673	7.114.673	752.837	867.469	744.132	596.564	1.126.880	1.385.716	1.641.074	3.215.032	1.854.712	2.044.929	4.146.709	825.020	580.301	0	1.562.643
Pernambuco	30.215.905	30.215.905	2.080.994	14.668.067	1.554.412	2.895.670	4.098.078	2.038.190	2.880.493	8.950.528	16.626.659	4.638.718	7.760.475	2.133.169	1.834.464	0	18.487.797
Piauí	7.304.855	7.304.855	1.684.386	541.506	644.853	713.928	1.348.048	580.726	1.791.410	3.204.063	3.030.823	1.069.969	3.605.735	727.795	452.023	0	2.519.302
Rio Grande do Norte	8.527.590	8.527.590	995.791	1.166.460	938.697	851.575	1.425.790	1.160.470	1.988.806	4.427.452	2.352.753	1.747.385	4.646.830	966.582	720.244	0	2.193.933
Sergipe	5.472.209	5.472.209	1.226.426	653.104	463.181	349.394	889.417	1.165.891	724.796	2.174.371	2.177.050	1.120.788	2.875.032	552.441	618.800	0	1.425.936
Região Sudeste	**534.314.517**	**534.314.517**	**15.583.601**	**136.311.497**	**24.741.622**	**150.090.895**	**104.319.175**	**57.978.121**	**45.289.605**	**258.336.185**	**134.216.991**	**141.761.340**	**153.236.694**	**23.194.424**	**22.520.817**	**0**	**335.362.582**
Espírito Santo	13.139.820	13.139.820	1.068.430	1.581.573	948.068	3.566.603	2.411.947	2.238.381	1.324.817	7.322.597	2.099.695	3.717.528	6.390.617	1.244.502	1.236.370	0	4.268.330
Minas Gerais	78.908.759	78.908.759	6.358.646	15.852.462	4.843.080	17.525.522	12.318.818	12.479.051	9.531.180	46.366.719	10.285.236	22.256.804	37.309.803	5.792.985	5.089.570	0	30.716.401
Rio de Janeiro	196.936.849	196.936.849	233.550	51.373.070	3.517.286	66.471.915	56.220.484	10.441.432	8.679.111	72.706.967	88.293.853	35.936.029	23.128.545	3.100.818	2.066.283	0	168.641.203
São Paulo	245.329.088	245.329.088	7.922.975	67.504.392	15.433.187	62.526.855	33.367.926	32.819.257	25.754.497	131.939.903	33.538.206	79.850.979	86.407.728	13.056.119	14.128.593	0	131.736.648
Região Sul	**157.412.281**	**157.412.281**	**21.023.052**	**24.501.146**	**8.187.737**	**50.808.285**	**17.557.679**	**22.406.341**	**12.928.041**	**82.864.390**	**21.337.350**	**53.210.542**	**77.687.068**	**12.469.642**	**12.619.986**	**0**	**54.635.585**
Paraná	55.064.678	55.064.678	7.703.345	6.864.420	3.238.437	18.780.064	6.316.070	7.787.598	4.374.744	29.552.733	7.144.051	18.367.894	27.065.630	4.482.746	4.009.024	0	19.507.277
Rio Grande do Sul	61.011.229	61.011.229	9.681.031	10.618.588	2.906.552	18.100.539	5.659.716	9.285.724	4.759.079	32.680.487	7.389.056	20.941.686	31.554.889	4.245.826	4.902.840	0	20.307.674
Santa Catarina	41.336.374	41.336.374	3.638.677	7.018.137	2.042.748	13.927.682	5.581.893	5.333.019	3.794.219	20.631.170	6.804.242	13.900.962	19.066.549	3.741.071	3.708.121	0	14.820.633
Região Centro-Oeste	**90.185.267**	**90.185.267**	**13.982.454**	**10.491.378**	**4.779.098**	**16.161.618**	**13.590.302**	**11.019.825**	**20.160.592**	**48.436.233**	**19.831.045**	**21.917.989**	**54.598.975**	**5.544.679**	**3.758.532**	**0**	**26.283.080**
Distrito Federal	28.986.072	28.986.072	719.913	1.485.923	850.102	1.415.593	5.698.798	4.535.179	14.280.566	22.152.775	2.607.062	4.226.235	20.974.958	1.226.443	607.379	0	6.177.293
Goiás	28.681.484	28.681.484	5.768.007	4.273.667	1.599.511	6.448.494	4.192.889	3.941.950	2.456.966	11.768.997	8.315.820	8.596.667	15.400.753	2.014.509	1.625.349	0	9.640.874
Mato Grosso	19.051.135	19.051.135	4.716.638	1.840.625	1.556.111	5.097.783	2.779.620	1.184.342	1.876.017	8.970.454	4.356.706	5.723.975	10.765.297	1.379.758	972.643	0	5.933.437
Mato Grosso do Sul	13.466.574	13.466.574	2.777.896	2.891.162	773.374	3.199.748	918.996	1.358.355	1.547.043	5.544.007	4.551.456	3.371.111	7.457.968	923.969	553.161	0	4.531.476
TOTAL	**982.579.837**	**982.579.837**	**79.460.059**	**210.867.776**	**53.476.393**	**243.337.079**	**181.699.337**	**108.330.267**	**105.408.925**	**467.215.028**	**258.074.163**	**257.290.646**	**362.158.128**	**57.018.696**	**52.484.093**	**0**	**510.918.919**

Obs.:os dados pertinentes à BESCREDI e ao BPB foram excluídos, em razão das incorporações pelo BB em 30/04 e 31/05/2010, respectivamente.

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2011
(Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO 2011 - Art. 89 - § 3°)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2011	Realizado até o 2º Bimestre / 2011															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	**47.722.943**	**11.041.941**	**405.148**	**683.513**	**1.411.611**	**1.676.725**	**3.030.122**	**1.420.867**	**2.413.954**	**7.724.738**	**747.545**	**2.569.657**	**6.644.281**	**1.267.302**	**563.627**	**162.220**	**2.404.510**
Acre	2.848.174	563.442	22.502	46.328	83.309	16.241	121.835	103.266	169.961	410.972	53.879	98.591	415.144	73.190	56.317	3.088	15.703
Amapá	2.079.485	356.212	3.426	12.119	55.254	17.332	68.863	35.858	163.361	319.011	13.921	23.280	278.914	48.387	24.701	0	4.211
Amazonas	6.945.801	1.491.140	25.449	223.088	125.340	172.951	215.727	340.088	388.497	1.033.277	138.116	319.747	956.402	187.581	115.316	26.479	205.362
Pará	15.125.732	2.890.611	106.796	192.720	548.573	391.570	353.359	472.827	824.766	2.042.020	204.275	644.316	1.822.672	496.637	221.962	104.294	245.045
Rondônia	11.704.341	2.927.753	89.425	149.164	326.400	790.828	919.701	237.029	415.206	2.208.404	195.625	523.724	1.035.109	256.139	68.638	11.000	1.556.868
Roraima	1.800.871	1.411.637	6.193	9.309	19.911	107.795	1.116.768	66.248	85.412	711.011	15.957	684.669	1.182.388	26.926	5.496	0	196.828
Tocantins	7.218.539	1.401.146	151.358	50.785	252.823	180.008	233.870	165.552	366.750	1.000.043	125.773	275.330	953.654	178.443	71.196	17.358	180.494
Região Nordeste	**130.770.643**	**34.906.664**	**839.042**	**3.657.729**	**5.716.888**	**2.827.372**	**5.852.374**	**5.872.291**	**10.140.968**	**22.123.942**	**2.878.502**	**9.904.220**	**22.575.415**	**4.285.349**	**2.341.124**	**633.051**	**5.071.725**
Alagoas	5.824.964	1.839.669	14.890	123.759	243.951	129.948	193.146	546.628	587.348	996.952	49.540	793.177	1.435.223	164.068	87.965	13.995	138.417
Bahia	32.235.780	8.844.409	312.449	721.004	1.651.094	835.651	1.616.859	1.622.494	2.084.858	5.899.328	720.337	2.224.744	5.827.530	1.166.124	584.912	245.702	1.020.141
Ceará	18.977.533	5.318.305	53.380	635.792	1.053.058	412.865	1.348.881	645.767	1.168.561	3.364.296	677.446	1.276.563	3.101.246	811.730	414.100	52.911	938.316
Maranhão	11.741.035	3.063.523	308.497	225.419	568.610	250.710	430.222	502.651	777.416	1.952.426	451.289	659.808	1.821.108	394.300	160.381	62.238	625.497
Paraíba	7.677.496	2.246.597	25.094	216.581	486.413	120.881	314.096	498.741	584.793	1.416.216	76.583	753.798	1.583.603	327.069	178.353	60.594	96.979
Pernambuco	33.606.908	7.736.914	32.169	1.094.507	676.271	676.862	1.069.082	851.734	3.336.290	4.542.323	534.174	2.660.417	4.674.398	635.825	481.108	164.275	1.781.307
Piauí	7.335.191	1.728.667	27.200	152.183	346.307	98.680	242.239	259.003	603.055	1.219.381	96.034	413.252	1.285.583	243.029	90.394	18.183	91.478
Rio Grande do Norte	9.171.705	2.616.945	9.014	323.217	466.389	195.876	508.715	448.097	665.637	1.718.159	169.142	729.644	1.747.176	346.091	260.653	7.527	255.497
Sergipe	4.200.033	1.511.637	56.349	165.269	224.797	105.901	129.135	497.178	333.008	1.014.862	103.958	392.817	1.099.548	197.114	83.258	7.625	124.092
Região Sudeste	**353.129.133**	**132.679.254**	**2.386.860**	**17.455.902**	**15.448.349**	**23.009.825**	**29.561.534**	**23.034.813**	**21.781.971**	**97.069.454**	**7.801.303**	**27.808.497**	**70.116.345**	**11.326.190**	**5.381.362**	**5.468.793**	**40.386.564**
Espírito Santo	13.549.609	4.015.227	137.117	367.245	603.575	573.943	568.715	879.453	885.178	2.839.149	145.736	1.030.342	2.755.508	437.695	254.273	121.015	446.736
Minas Gerais	70.353.890	27.524.322	950.656	2.800.568	3.450.631	2.878.890	8.080.748	4.584.492	4.778.338	18.367.413	1.039.259	8.117.650	18.320.977	2.174.287	1.214.990	1.030.872	4.783.196
Rio de Janeiro	113.918.352	31.934.247	11.624	1.929.601	1.104.029	13.024.192	7.586.297	5.015.813	3.262.691	21.570.651	4.361.521	6.002.075	10.253.317	931.085	436.061	654.760	19.659.024
São Paulo	155.307.282	69.205.458	1.287.464	12.358.489	10.290.113	6.532.801	13.325.773	12.555.055	12.855.763	54.292.242	2.254.787	12.658.429	38.786.543	7.783.123	3.476.039	3.662.146	15.497.607
Região Sul	**133.484.274**	**41.843.267**	**2.560.481**	**4.431.961**	**4.968.152**	**8.082.877**	**6.265.076**	**7.722.068**	**7.812.653**	**24.817.711**	**2.674.980**	**14.350.576**	**27.435.990**	**4.079.047**	**2.646.914**	**1.752.726**	**5.928.591**
Paraná	46.488.055	15.612.358	1.320.291	1.439.231	2.030.024	3.366.463	1.760.564	2.768.174	2.927.611	9.165.017	837.028	5.610.313	10.285.350	1.482.395	879.184	651.102	2.314.327
Rio Grande do Sul	52.293.564	15.080.602	888.579	1.517.942	1.512.974	2.285.544	2.757.362	3.200.133	2.918.066	8.638.791	1.019.692	5.422.119	10.188.994	1.393.225	900.023	439.251	2.159.110
Santa Catarina	34.702.656	11.150.307	351.610	1.474.788	1.425.154	2.430.870	1.747.149	1.753.760	1.966.975	7.013.903	818.260	3.318.144	6.961.646	1.203.427	867.707	662.373	1.455.154
Região Centro-Oeste	**72.701.310**	**26.318.645**	**1.701.159**	**1.464.233**	**2.108.166**	**2.507.166**	**3.279.354**	**4.259.093**	**10.999.474**	**16.583.630**	**1.480.445**	**8.254.570**	**20.463.197**	**2.224.958**	**955.009**	**570.227**	**2.105.254**
Distrito Federal	19.753.542	11.448.428	53.508	248.233	326.927	165.160	916.689	1.859.758	7.878.153	7.884.744	266.851	3.296.833	10.096.345	511.758	198.974	123.287	518.065
Goiás	26.495.018	7.442.224	777.859	619.796	872.434	903.557	1.315.132	1.372.298	1.581.147	4.347.574	510.525	2.584.125	5.252.580	855.681	414.123	256.076	663.764
Mato Grosso	14.208.191	4.170.267	457.970	285.852	549.539	984.721	534.608	558.326	799.250	2.410.937	346.414	1.412.916	2.866.052	568.545	196.402	76.126	463.142
Mato Grosso do Sul	12.244.559	3.257.727	411.823	310.350	359.265	453.728	512.925	468.712	740.924	1.940.376	356.656	960.695	2.248.220	288.975	145.511	114.738	460.283
TOTAL	**737.808.304**	**246.789.771**	**7.892.691**	**27.693.338**	**29.653.166**	**38.103.966**	**47.988.460**	**42.309.132**	**53.149.020**	**168.319.476**	**15.582.775**	**62.887.520**	**147.235.228**	**23.182.845**	**11.888.037**	**8.587.018**	**55.896.644**

Obs.: o BASA não informou as movimentações de abril/2011, com o que foram considerados os dados de até março/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2011
(Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO 2011 - Art. 89 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2011	Realizado até o 2º Bimestre / 2011															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	**30.528.297**	**9.577.362**	**280.688**	**794.226**	**1.400.133**	**971.030**	**2.991.154**	**1.050.236**	**2.089.895**	**6.237.559**	**1.365.239**	**1.974.563**	**5.441.518**	**1.229.767**	**632.744**	**75.578**	**2.197.755**
Amortização	24.064.197	6.983.294	193.388	569.616	1.011.039	778.737	2.191.617	735.165	1.503.732	4.516.700	1.018.018	1.448.576	3.905.243	885.765	461.484	52.904	1.677.898
Encargos	6.464.101	2.594.067	87.300	224.610	389.093	192.293	799.537	315.071	586.163	1.720.859	347.221	525.987	1.536.275	344.002	171.260	22.673	519.857
Acre	**2.016.523**	**571.640**	**9.030**	**49.990**	**79.835**	**21.287**	**197.362**	**81.290**	**132.844**	**413.036**	**54.299**	**104.305**	**333.738**	**84.486**	**44.952**	**3.088**	**105.376**
Amortização	1.603.151	417.375	6.281	35.776	58.096	17.078	147.444	56.903	95.798	299.820	41.021	76.534	241.749	61.507	32.425	2.162	79.532
Encargos	413.372	154.265	2.749	14.215	21.739	4.210	49.919	24.387	37.046	113.216	13.278	27.771	91.989	22.978	12.526	926	25.845
Amapá	**1.558.644**	**346.471**	**896**	**14.539**	**54.850**	**22.697**	**79.853**	**29.552**	**144.084**	**308.452**	**16.243**	**21.776**	**239.955**	**52.891**	**26.745**	**0**	**26.880**
Amortização	1.231.372	252.362	487	10.064	39.492	17.896	59.074	20.686	104.661	224.659	11.456	16.247	174.489	38.546	19.092	0	20.234
Encargos	327.272	94.109	409	4.475	15.358	4.800	20.778	8.866	39.422	83.793	4.787	5.529	65.466	14.345	7.653	0	6.646
Amazonas	**5.415.632**	**1.477.698**	**17.323**	**201.736**	**136.380**	**142.807**	**373.550**	**264.653**	**341.250**	**944.459**	**231.734**	**301.505**	**763.207**	**155.530**	**130.308**	**11.984**	**416.669**
Amortização	4.163.523	1.080.959	12.074	142.704	98.815	118.256	280.435	185.257	243.418	684.555	171.144	225.260	544.282	114.583	95.436	8.389	318.269
Encargos	1.252.109	396.740	5.249	59.032	37.565	24.551	93.115	79.396	97.833	259.905	60.590	76.245	218.926	40.947	34.872	3.595	98.400
Pará	**10.754.025**	**2.787.790**	**137.238**	**375.388**	**551.322**	**185.981**	**451.296**	**318.878**	**767.686**	**1.992.337**	**329.927**	**465.526**	**1.487.910**	**485.476**	**247.998**	**53.709**	**512.696**
Amortização	8.472.197	2.017.648	91.129	271.178	397.139	153.772	330.545	223.214	550.670	1.434.420	238.860	344.368	1.068.439	342.724	180.252	37.597	388.635
Encargos	2.281.829	770.142	46.110	104.209	154.184	32.209	120.751	95.663	217.016	557.917	91.067	121.158	419.471	142.752	67.746	16.113	124.061
Rondônia	**5.121.961**	**1.962.479**	**54.704**	**81.393**	**322.957**	**424.327**	**577.867**	**179.681**	**321.550**	**1.116.761**	**557.042**	**288.676**	**785.196**	**256.606**	**103.735**	**6.796**	**810.146**
Amortização	4.078.259	1.455.426	38.594	58.009	231.097	332.034	437.825	125.777	232.090	816.836	422.116	216.474	569.299	184.879	75.828	4.757	620.662
Encargos	1.043.703	507.053	16.110	23.384	91.860	92.293	140.042	53.904	89.460	299.926	134.926	72.201	215.897	71.726	27.907	2.039	189.484
Roraima	**1.047.076**	**1.195.355**	**8.808**	**14.884**	**20.136**	**17.900**	**1.014.330**	**54.674**	**64.622**	**603.348**	**23.410**	**568.597**	**1.120.592**	**38.483**	**14.465**	**0**	**21.815**
Amortização	797.032	842.644	5.745	10.802	14.814	14.045	712.471	38.272	46.496	425.832	16.750	400.062	787.770	28.101	10.262	0	16.511
Encargos	250.044	352.711	3.064	4.083	5.322	3.854	301.859	16.402	18.127	177.515	6.661	168.535	332.822	10.382	4.203	0	5.304
Tocantins	**4.614.436**	**1.235.932**	**52.689**	**56.296**	**234.652**	**156.032**	**296.897**	**121.508**	**317.858**	**859.167**	**152.585**	**224.180**	**710.921**	**156.296**	**64.541**	**0**	**304.174**
Amortização	3.718.664	916.884	39.079	41.083	171.587	125.655	223.823	85.056	230.600	630.579	116.673	169.632	519.216	115.424	48.188	0	234.056
Encargos	895.772	319.048	13.610	15.213	63.065	30.377	73.074	36.452	87.258	228.588	35.912	54.548	191.705	40.872	16.353	0	70.118
Região Nordeste	**92.912.760**	**29.005.837**	**557.909**	**3.148.357**	**5.413.131**	**1.393.594**	**5.610.643**	**4.026.975**	**8.855.228**	**18.989.061**	**2.481.831**	**7.534.945**	**18.217.175**	**4.146.560**	**2.140.874**	**280.811**	**4.220.417**
Amortização	73.659.701	21.041.344	400.427	2.310.989	3.917.844	1.163.191	4.102.953	2.818.883	6.327.058	13.775.267	1.843.281	5.422.797	13.059.026	3.038.109	1.563.755	196.566	3.183.889
Encargos	19.253.059	7.964.493	157.482	837.368	1.495.287	230.404	1.507.691	1.208.093	2.528.169	5.213.794	638.550	2.112.149	5.158.149	1.108.451	577.119	84.245	1.036.529
Alagoas	**4.561.067**	**1.564.555**	**77.104**	**98.871**	**291.112**	**49.367**	**164.368**	**352.922**	**530.811**	**889.282**	**62.029**	**613.244**	**1.134.136**	**172.728**	**102.178**	**0**	**155.514**
Amortização	3.521.842	1.120.414	54.491	71.081	208.247	41.236	120.260	247.045	378.052	642.457	44.665	433.292	807.997	125.412	73.101	0	113.904
Encargos	1.039.225	444.142	22.612	27.790	82.865	8.131	44.108	105.877	152.759	246.826	17.364	179.952	326.138	47.316	29.077	0	41.610
Bahia	**26.802.353**	**7.465.536**	**139.226**	**692.840**	**1.687.262**	**467.486**	**1.534.332**	**1.126.112**	**1.818.278**	**5.154.619**	**492.265**	**1.818.652**	**4.513.608**	**1.204.969**	**513.486**	**119.620**	**1.113.853**
Amortização	21.451.460	5.453.678	101.179	512.904	1.220.605	393.409	1.124.253	788.279	1.313.050	3.757.178	361.733	1.334.767	3.259.108	884.227	382.277	83.734	844.333
Encargos	5.350.893	2.011.858	38.047	179.936	466.657	74.077	410.079	337.834	505.228	1.397.441	130.532	483.885	1.254.500	320.742	131.210	35.886	269.520
Ceará	**14.052.904**	**4.283.870**	**35.547**	**456.732**	**981.271**	**237.232**	**1.101.269**	**441.976**	**1.029.843**	**2.932.543**	**389.178**	**962.149**	**2.528.233**	**728.923**	**311.111**	**6.065**	**709.537**
Amortização	11.012.448	3.107.028	25.313	328.244	704.735	195.985	806.256	309.383	737.114	2.123.114	287.380	696.534	1.811.342	532.291	227.585	4.246	531.565
Encargos	3.040.455	1.176.841	10.234	128.488	276.536	41.247	295.014	132.593	292.729	809.429	101.798	265.614	716.892	196.632	83.526	1.820	177.971
Maranhão	**8.721.408**	**2.274.243**	**51.668**	**163.485**	**554.119**	**108.447**	**400.613**	**345.454**	**650.456**	**1.578.203**	**201.511**	**494.529**	**1.354.442**	**410.575**	**155.025**	**39.155**	**315.046**
Amortização	6.970.933	1.654.310	36.992	119.342	400.598	89.852	297.558	241.818	468.151	1.147.097	150.204	357.009	975.983	299.007	113.566	27.408	238.346
Encargos	1.750.475	619.933	14.676	44.144	153.521	18.595	103.055	103.636	182.305	431.106	51.307	137.520	378.460	111.567	41.459	11.746	76.701
Paraíba	**6.200.106**	**1.948.915**	**41.234**	**204.070**	**474.813**	**62.278**	**327.481**	**342.843**	**496.196**	**1.244.632**	**85.865**	**618.418**	**1.214.356**	**343.814**	**214.405**	**44.607**	**131.734**
Amortização	4.919.401	1.404.346	29.424	145.205	343.110	52.415	237.883	239.990	356.318	904.388	61.167	438.791	870.180	250.152	153.843	31.225	98.946
Encargos	1.280.705	544.570	11.810	58.865	131.704	9.863	89.598	102.853	139.878	340.245	24.698	179.627	344.176	93.662	60.562	13.382	32.787
Pernambuco	**16.622.070**	**6.618.837**	**93.982**	**1.053.916**	**509.430**	**293.608**	**1.063.259**	**613.711**	**2.990.931**	**3.815.892**	**934.955**	**1.867.990**	**4.209.126**	**536.421**	**362.969**	**56.665**	**1.453.657**
Amortização	13.203.678	4.799.972	67.549	794.563	375.789	246.007	773.450	429.598	2.113.017	2.757.681	707.320	1.334.971	2.992.670	400.484	266.605	39.664	1.100.550
Encargos	3.418.392	1.818.865	26.433	259.353	133.641	47.601	289.809	184.113	877.915	1.058.211	227.635	533.019	1.216.456	135.937	96.364	17.001	353.107
Piauí	**5.183.426**	**1.525.258**	**29.274**	**107.218**	**339.029**	**61.853**	**311.031**	**190.892**	**485.960**	**1.105.908**	**111.530**	**307.820**	**1.033.979**	**245.099**	**111.080**	**12.896**	**122.204**
Amortização	4.079.356	1.101.760	21.147	76.203	245.170	50.444	226.636	133.625	348.536	798.763	82.772	220.225	741.373	178.744	80.722	9.027	91.893
Encargos	1.104.070	423.498	8.127	31.015	93.859	11.410	84.395	57.268	137.425	307.145	28.758	87.595	292.606	66.355	30.358	3.869	30.311
Rio Grande do Norte	**7.506.904**	**2.114.976**	**35.574**	**243.671**	**369.358**	**74.149**	**545.395**	**281.848**	**564.981**	**1.424.054**	**118.457**	**572.465**	**1.414.066**	**323.257**	**247.269**	**0**	**130.385**
Amortização	5.929.467	1.529.123	25.108	173.353	269.889	60.529	395.958	197.294	406.992	1.036.164	85.360	407.599	1.017.380	237.006	177.487	0	97.251
Encargos	1.577.437	585.853	10.466	70.318	99.468	13.621	149.437	84.555	157.989	387.890	33.096	164.867	396.686	86.252	69.782	0	33.134
Sergipe	**3.262.522**	**1.209.645**	**54.300**	**127.554**	**206.736**	**39.173**	**162.895**	**331.217**	**287.771**	**843.927**	**86.040**	**279.678**	**815.230**	**180.773**	**123.350**	**1.803**	**88.489**
Amortização	2.571.116	870.712	39.224	90.094	149.702	33.314	120.698	231.852	205.829	608.425	62.679	199.608	582.994	130.786	88.568	1.262	67.101
Encargos	691.407	338.933	15.076	37.460	57.034	5.859	42.196	99.365	81.942	235.502	23.362	80.069	232.235	49.987	34.782	541	21.387
Região Sudeste	**242.421.529**	**106.810.951**	**1.802.997**	**12.840.899**	**15.188.399**	**12.366.891**	**28.992.767**	**16.691.413**	**18.927.585**	**77.074.209**	**9.075.034**	**20.661.708**	**55.960.143**	**11.215.283**	**5.029.334**	**3.133.228**	**31.472.962**
Amortização	192.797.662	78.206.019	1.340.999	9.567.901	10.876.669	9.955.769	21.186.646	11.683.989	13.594.045	55.869.071	6.950.403	15.386.544	40.117.722	8.159.818	3.759.162	2.193.260	23.976.058
Encargos	49.623.867	28.604.932	461.998	3.272.998	4.311.729	2.411.123	7.806.121	5.007.424	5.333.539	21.205.138	2.124.630	5.275.163	15.842.421	3.055.465	1.270.172	939.968	7.496.905
Espírito Santo	**11.044.029**	**3.197.777**	**70.652**	**336.806**	**589.964**	**359.710**	**462.139**	**602.193**	**776.312**	**2.332.583**	**152.730**	**712.464**	**1.990.210**	**524.237**	**258.278**	**61.298**	**363.753**
Amortização	8.698.024	2.340.472	52.505	247.189	424.689	301.138	340.093	421.535	553.322	1.694.271	116.630	529.571	1.429.585	384.775	194.719	42.909	288.484
Encargos	2.346.006	857.305	18.147	89.618	165.275	58.572	122.046	180.658	222.990	638.312	36.100	182.893	560.626	139.462	63.559	18.389	75.269
Minas Gerais	**54.150.688**	**23.026.557**	**690.545**	**1.970.328**	**3.421.250**	**1.697.063**	**8.191.385**	**3.236.750**	**3.819.236**	**15.636.859**	**796.085**	**6.593.613**	**14.557.746**	**2.441.553**	**1.409.198**	**505.972**	**4.112.087**
Amortização	43.060.828	16.744.350	512.585	1.445.962	2.460.375	1.409.862	5.905.042	2.265.725	2.744.798	11.360.439	606.904	4.777.007	10.436.733	1.791.855	1.047.826	354.180	3.113.755
Encargos	11.089.860	6.282.206	177.960	524.365	960.875	287.201	2.286.342	971.025	1.074.438	4.276.420	189.181	1.816.605	4.121.013	649.698	361.372	151.792	998.331
Rio de Janeiro	**64.243.688**	**24.347.327**	**9.013**	**3.494.967**	**1.167.802**	**4.585.906**	**7.188.142**	**3.817.647**	**4.083.850**	**15.216.358**	**5.838.009**	**3.292.960**	**9.127.456**	**1.015.846**	**376.842**	**464.636**	**13.362.547**
Amortização	51.437.994	17.985.835	6.690	2.640.197	849.863	3.559.896	5.308.824	2.672.353	2.948.012	11.022.821	4.473.418	2.489.596	6.552.086	744.916	285.600	325.245	10.077.987
Encargos	12.805.694	6.361.491	2.323	854.770	317.939	1.026.010	1.879.318	1.145.294	1.135.838	4.193.536	1.364.591	803.364	2.575.369	270.930	91.242	139.391	3.284.560
São Paulo	**112.983.125**	**56.239.291**	**1.032.786**	**7.038.798**	**10.009.383**	**5.724.212**	**13.151.101**	**9.034.824**	**10.248.187**	**43.888.410**	**2.288.210**	**10.062.671**	**30.284.731**	**7.233.647**	**2.985.016**	**2.101.322**	**13.634.576**
Amortização	89.600.817	41.135.362	769.218	5.234.554	7.141.743	4.684.872	9.632.687	6.324.377	7.347.913	31.791.541	1.753.451	7.590.370	21.699.317	5.238.271	2.231.017	1.470.925	10.495.832
Encargos	23.382.308	15.103.930	263.569	1.804.244	2.867.641	1.039.340	3.518.414	2.710.447	2.900.274	12.096.870	534.759	2.472.301	8.585.414	1.995.376	753.999	630.396	3.138.744
Região Sul	**108.948.608**	**34.575.999**	**2.052.686**	**4.447.783**	**4.868.120**	**4.673.767**	**6.366.339**	**5.113.931**	**7.053.373**	**22.139.373**	**1.691.953**	**10.744.673**	**20.077.138**	**4.544.530**	**2.764.939**	**893.506**	**6.295.886**
Amortização	86.972.945	25.486.610	1.525.741	3.273.168	3.517.411	3.852.688	4.668.701	3.579.752	5.069.150	16.256.240	1.288.286	7.942.084	14.601.373	3.347.762	2.062.549	625.454	4.849.472
Encargos	21.975.663	9.089.389	526.945	1.174.615	1.350.709	821.079	1.697.639	1.534.179	1.984.224	5.883.133	403.667	2.802.590	5.475.765	1.196.768	702.390	268.051	1.446.414
Paraná	**37.747.907**	**12.444.369**	**1.061.272**	**1.280.615**	**2.046.453**	**1.742.017**	**1.894.043**	**1.774.770**	**2.645.198**	**7.927.531**	**558.324**	**3.958.514**	**7.496.397**	**1.694.664**	**903.389**	**333.076**	**2.016.841**
Amortização	30.255.480	9.173.480	789.288	940.550	1.475.710	1.438.073	1.386.783	1.242.339	1.900.737	5.830.344	425.569	2.917.567	5.450.138	1.249.577	678.154	233.153	1.562.457
Encargos	7.492.427	3.270.888	271.984	340.065	570.743	303.944	507.260	532.431	744.461	2.097.186	132.756	1.040.946	2.046.259	445.087	225.235	99.923	454.384
Rio Grande do Sul	**42.363.190**	**12.902.547**	**770.053**	**1.303.056**	**1.506.418**	**1.645.643**	**2.858.662**	**2.172.854**	**2.645.861**	**7.939.959**	**594.932**	**4.367.656**	**7.677.005**	**1.585.547**	**1.043.320**	**143.736**	**2.452.938**
Amortização	33.900.426	9.495.170	572.036	964.372	1.089.731	1.353.628	2.094.914	1.520.998	1.899.491	5.825.436	452.311	3.217.423	5.578.512	1.159.715	775.992	100.615	1.880.335

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Encargos	8.462.764	3.407.377	198.016	338.684	416.687	292.015	763.748	651.856	746.371	2.114.523	142.621	1.150.233	2.098.493	425.833	267.328	43.121	572.603
Santa Catarina	**28.837.510**	**9.229.083**	**221.361**	**1.864.112**	**1.315.248**	**1.286.107**	**1.613.634**	**1.166.307**	**1.762.314**	**6.271.883**	**538.696**	**2.418.504**	**4.903.736**	**1.264.318**	**818.229**	**416.693**	**1.826.107**
Amortização	22.817.038	6.817.959	164.417	1.368.246	951.969	1.060.987	1.187.004	816.415	1.268.922	4.600.459	410.406	1.807.094	3.572.723	938.470	608.402	291.685	1.406.679
Encargos	6.020.472	2.411.124	56.944	495.866	363.279	225.120	426.631	349.892	493.392	1.671.424	128.290	611.410	1.331.013	325.848	209.827	125.008	419.427
Região Centro-Oeste	**60.826.157**	**21.486.546**	**1.314.066**	**1.407.784**	**2.082.387**	**1.498.996**	**3.522.655**	**2.931.825**	**8.728.834**	**13.457.861**	**1.484.406**	**6.544.279**	**15.647.791**	**2.180.598**	**1.025.169**	**294.705**	**2.338.284**
Amortização	48.861.670	15.588.081	973.064	1.041.346	1.524.758	1.233.417	2.571.317	2.052.278	6.191.901	9.755.626	1.120.929	4.711.525	11.227.147	1.611.854	758.406	206.293	1.784.381
Encargos	11.964.487	5.898.465	341.001	366.438	557.628	265.579	951.338	879.548	2.536.933	3.702.234	363.477	1.832.754	4.420.644	568.744	266.763	88.411	553.902
Distrito Federal	**16.090.932**	**9.093.315**	**45.179**	**337.254**	**271.735**	**138.622**	**1.169.123**	**1.334.423**	**5.796.979**	**5.576.945**	**362.489**	**3.153.881**	**7.486.325**	**587.212**	**248.508**	**77.649**	**693.620**
Amortização	12.826.810	6.449.204	33.587	246.143	195.782	112.255	857.876	934.096	4.069.465	3.952.461	271.665	2.225.078	5.267.886	430.081	180.450	54.354	516.432
Encargos	3.264.122	2.644.111	11.593	91.110	75.954	26.367	311.246	400.327	1.727.513	1.624.484	90.824	928.803	2.218.440	157.131	68.058	23.295	177.188
Goiás	**21.746.261**	**6.384.139**	**653.048**	**528.018**	**852.380**	**579.656**	**1.347.860**	**916.707**	**1.506.470**	**3.917.289**	**541.159**	**1.925.691**	**4.217.331**	**838.494**	**423.187**	**144.606**	**760.521**
Amortização	17.496.979	4.682.068	484.799	390.781	625.758	475.917	975.037	641.695	1.088.081	2.874.980	410.144	1.396.944	3.062.031	619.951	312.342	101.224	586.519
Encargos	4.249.283	1.702.071	168.249	137.237	226.621	103.739	372.823	275.012	418.389	1.042.309	131.015	528.747	1.155.299	218.544	110.844	43.382	174.002
Mato Grosso	**11.998.705**	**3.552.717**	**388.043**	**312.264**	**580.653**	**501.854**	**620.503**	**389.872**	**759.528**	**2.403.962**	**288.685**	**860.070**	**2.303.594**	**462.649**	**221.728**	**10.374**	**554.373**
Amortização	9.736.243	2.643.185	285.592	230.776	427.223	417.569	456.421	272.910	552.696	1.778.542	217.827	646.816	1.697.688	344.695	167.221	7.262	426.321
Encargos	2.262.462	909.531	102.450	81.488	153.430	84.286	164.083	116.962	206.832	625.420	70.857	213.254	605.906	117.954	54.507	3.112	128.052
Mato Grosso do Sul	**10.990.259**	**2.456.376**	**227.795**	**230.248**	**377.619**	**278.864**	**385.169**	**290.823**	**665.858**	**1.559.666**	**292.073**	**604.637**	**1.640.541**	**292.243**	**131.747**	**62.076**	**329.769**
Amortização	8.801.638	1.813.623	169.086	173.646	275.996	227.677	281.983	203.576	481.659	1.149.644	221.292	442.687	1.199.542	217.127	98.393	43.453	255.109
Encargos	2.188.620	642.752	58.709	56.602	101.623	51.187	103.185	87.247	184.199	410.022	70.781	161.949	440.999	75.116	33.354	18.623	74.661
TOTAL	**535.637.352**	**201.456.695**	**6.008.345**	**22.639.048**	**28.952.168**	**20.904.278**	**47.483.559**	**29.814.381**	**45.654.915**	**137.898.063**	**16.098.463**	**47.460.169**	**115.343.766**	**23.316.738**	**11.593.060**	**4.677.827**	**46.525.304**
Amortização	426.356.174	147.305.348	4.433.619	16.763.020	20.847.721	16.983.801	34.721.234	20.870.067	32.685.887	100.172.904	12.220.917	34.911.526	82.910.511	17.043.307	8.605.356	3.274.477	35.471.697
Encargos	109.281.177	54.151.347	1.574.726	5.876.029	8.104.447	3.920.477	12.762.325	8.944.314	12.969.028	37.725.159	3.877.546	12.548.642	32.433.255	6.273.431	2.987.704	1.403.350	11.053.607

Obs.: o BASA não informou as movimentações de abril/2011, com o que foram considerados os dados de até março/2011.

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2011
(Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO 2011 - Art. 89 - § 3°)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2011 Saldos	Saldos em 30.04.2011															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	**75.536.565**	**59.806.498**	**7.748.021**	**6.147.057**	**3.437.470**	**12.903.815**	**19.501.713**	**3.200.022**	**6.868.401**	**22.167.024**	**26.370.487**	**11.268.987**	**21.927.569**	**3.465.963**	**3.261.800**	**86.642**	**31.064.524**
Acre	4.023.607	3.183.759	327.334	148.035	291.132	261.656	1.312.883	212.877	629.842	1.257.480	1.186.147	740.132	1.422.989	244.253	146.859	0	1.369.658
Amapá	2.017.830	1.506.731	106.304	30.326	139.491	302.758	197.698	64.837	665.318	1.015.317	348.039	143.375	914.033	165.859	62.737	0	364.102
Amazonas	10.530.222	9.013.494	371.583	974.097	626.595	1.543.750	3.928.046	648.303	921.121	3.393.566	3.534.193	2.085.735	2.683.911	583.694	766.112	14.495	4.965.282
Pará	20.394.154	16.125.267	3.142.837	3.552.170	1.263.066	2.194.365	2.387.390	1.161.513	2.423.925	6.121.203	7.022.728	2.981.336	7.601.343	1.206.086	1.323.343	50.585	5.943.909
Rondônia	23.634.168	18.017.063	1.250.496	870.107	563.999	6.318.395	7.579.540	519.055	915.472	6.055.096	9.419.066	2.542.901	3.338.926	629.641	608.584	4.204	13.435.709
Roraima	2.743.125	2.205.612	166.129	25.504	85.320	338.032	1.151.888	121.907	316.831	1.143.436	390.444	671.732	1.564.022	102.167	31.402	0	508.020
Tocantins	12.193.459	9.754.570	2.383.338	546.818	467.866	1.944.858	2.944.268	471.530	995.892	3.180.925	4.469.870	2.103.775	4.402.344	534.263	322.762	17.358	4.477.843
Região Nordeste	**180.183.736**	**148.226.680**	**21.528.525**	**33.815.357**	**12.645.703**	**15.511.940**	**27.011.167**	**15.941.905**	**21.772.084**	**60.033.256**	**56.097.267**	**32.096.157**	**60.268.826**	**12.520.313**	**10.454.091**	**352.240**	**64.631.211**
Alagoas	7.044.049	6.055.264	1.039.600	949.682	557.345	575.922	433.472	1.242.678	1.256.565	2.879.639	1.785.838	1.389.787	3.500.347	494.706	326.877	13.995	1.719.340
Bahia	46.202.953	42.148.400	7.994.296	7.918.960	3.232.314	4.849.032	8.202.521	4.186.994	5.764.282	18.115.807	12.917.417	11.115.176	17.667.581	3.494.512	2.991.524	126.082	17.868.701
Ceará	29.071.514	25.181.320	2.456.003	4.981.578	3.181.687	2.724.832	6.991.997	1.924.324	2.920.900	9.935.924	9.882.822	5.362.574	8.232.834	2.189.664	2.051.926	46.846	12.660.051
Maranhão	16.013.685	13.783.339	3.402.729	1.853.203	1.028.271	1.287.887	2.641.759	1.462.677	2.106.813	5.653.914	5.826.151	2.303.274	6.129.733	1.016.661	843.238	23.084	5.770.623
Paraíba	8.592.062	7.412.355	736.697	879.980	755.731	655.167	1.113.495	1.541.613	1.729.670	3.386.616	1.845.430	2.180.309	4.515.956	808.275	544.249	15.986	1.527.888
Pernambuco	47.200.743	31.333.981	2.019.180	14.708.658	1.721.253	3.278.924	4.103.901	2.276.212	3.225.852	9.676.959	16.225.877	5.431.145	8.225.747	2.232.573	1.952.604	107.610	18.815.447
Piauí	9.456.620	7.508.264	1.682.311	586.471	652.131	750.754	1.279.256	648.836	1.908.505	3.317.536	3.015.327	1.175.401	3.857.339	725.725	431.337	5.287	2.488.576
Rio Grande do Norte	10.192.390	9.029.557	969.232	1.246.006	1.035.728	973.301	1.389.110	1.326.719	2.089.462	4.721.556	2.403.438	1.904.563	4.979.940	989.416	733.629	7.527	2.319.045
Sergipe	6.409.720	5.774.202	1.228.476	690.819	481.243	416.121	855.657	1.331.852	770.033	2.345.306	2.194.968	1.233.928	3.159.350	568.782	578.708	5.823	1.461.539
Região Sudeste	**645.022.120**	**560.182.820**	**16.167.465**	**140.926.500**	**25.001.571**	**160.733.828**	**104.887.942**	**64.321.521**	**48.143.992**	**278.331.430**	**132.943.261**	**148.908.129**	**167.392.895**	**23.305.331**	**22.872.845**	**2.335.565**	**344.276.183**
Espírito Santo	15.645.400	13.957.269	1.134.895	1.612.012	961.680	3.780.836	2.518.523	2.515.641	1.433.683	7.829.162	2.092.701	4.035.406	7.155.915	1.157.960	1.232.365	59.716	4.351.313
Minas Gerais	95.111.961	83.406.525	6.618.757	16.682.702	4.872.461	18.707.348	12.208.182	13.826.794	10.490.283	49.097.273	10.528.411	23.780.841	41.073.034	5.525.719	4.895.362	524.900	31.387.510
Rio de Janeiro	246.611.514	204.523.769	236.160	49.807.704	3.453.514	74.910.201	56.618.639	11.639.599	7.857.952	79.061.260	86.817.365	38.645.144	24.254.406	3.016.057	2.125.502	190.124	174.937.681
São Paulo	287.653.246	258.295.254	8.177.653	72.824.083	15.713.917	63.335.443	33.542.598	36.339.488	28.362.073	142.343.734	33.504.783	82.446.737	94.909.540	13.605.594	14.619.616	1.560.825	133.599.679
Região Sul	**181.947.948**	**164.679.550**	**21.530.847**	**24.485.324**	**8.287.770**	**54.217.395**	**17.456.415**	**25.014.477**	**13.687.321**	**85.542.729**	**22.320.376**	**56.816.445**	**85.045.919**	**12.004.159**	**12.501.961**	**859.220**	**54.268.290**
Paraná	63.804.825	58.232.668	7.962.363	7.023.036	3.222.008	20.404.510	6.182.591	8.781.002	4.657.157	30.790.220	7.422.755	20.019.693	29.854.583	4.270.477	3.984.819	318.026	19.804.763
Rio Grande do Sul	70.941.603	63.189.284	9.799.557	10.833.475	2.913.109	18.740.440	5.558.416	10.313.003	5.031.284	33.379.319	7.813.816	21.996.149	34.066.878	4.053.503	4.759.542	295.515	20.013.846
Santa Catarina	47.201.520	43.257.598	3.768.926	6.628.813	2.152.653	15.072.445	5.715.407	5.920.473	3.998.880	21.373.190	7.083.806	14.800.602	21.124.458	3.680.180	3.757.599	245.680	14.449.680
Região Centro-Oeste	**102.060.420**	**95.017.366**	**14.369.548**	**10.547.827**	**4.804.877**	**17.169.788**	**13.347.001**	**12.347.093**	**22.431.232**	**51.562.003**	**19.827.084**	**23.628.280**	**59.414.381**	**5.589.039**	**3.688.372**	**275.523**	**26.050.051**
Distrito Federal	32.648.682	31.341.185	728.242	1.396.903	905.293	1.442.131	5.446.363	5.060.513	16.361.740	24.460.574	2.511.424	4.369.187	23.584.977	1.150.988	557.845	45.638	6.001.737
Goiás	33.430.241	29.739.569	5.892.819	4.365.446	1.619.566	6.772.395	4.160.161	4.397.540	2.531.644	12.199.283	8.285.185	9.255.101	16.436.002	2.031.696	1.616.285	111.470	9.544.116
Mato Grosso	21.260.622	19.668.686	4.786.565	1.814.214	1.524.998	5.580.650	2.693.725	1.352.796	1.915.739	8.977.429	4.414.436	6.276.821	11.327.756	1.485.653	947.317	65.752	5.842.207
Mato Grosso do Sul	14.720.875	14.267.926	2.961.924	2.971.264	755.020	3.374.612	1.046.752	1.536.243	1.622.109	5.924.717	4.616.039	3.727.170	8.065.647	920.701	566.925	52.663	4.661.990
TOTAL	**1.184.750.790**	**1.027.912.913**	**81.344.405**	**215.922.065**	**54.177.390**	**260.536.767**	**182.204.238**	**120.825.018**	**112.903.030**	**497.636.441**	**257.558.475**	**272.717.998**	**394.049.590**	**56.884.804**	**52.779.069**	**3.909.190**	**520.290.259**

Obs.: o BASA não informou as movimentações de abril/2011, com o que foram considerados os dados de até março/2011.

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2011
(Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO 2011 - Art. 89 - § 3°)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2011	Realizado até o 2º Bimestre / 2011															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	**35.194**	**1.057**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1.057**	**0**	**0**	**1.057**	**0**	**0**	**310**	**747**	**0**	**0**	**0**
Acre	10.168	210	0	0	0	0	210	0	0	210	0	0	210	0	0	0	0
Amazonas	8.475	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pará	16.551	747	0	0	0	0	747	0	0	747	0	0	0	747	0	0	0
Rondônia	0	100	0	0	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	0	0
Região Nordeste	**85.007**	**7.770**	**0**	**123**	**0**	**0**	**7.647**	**0**	**0**	**7.770**	**0**	**0**	**1.824**	**3.632**	**0**	**0**	**2.314**
Alagoas	4.111	770	0	0	0	0	770	0	0	770	0	0	676	94	0	0	0
Bahia	29.008	2.117	0	123	0	0	1.994	0	0	2.117	0	0	158	1.260	0	0	700
Ceará	6.662	1.653	0	0	0	0	1.653	0	0	1.653	0	0	330	125	0	0	1.199
Maranhão	17.953	142	0	0	0	0	142	0	0	142	0	0	0	142	0	0	0
Paraíba	3.365	681	0	0	0	0	681	0	0	681	0	0	235	189	0	0	257
Pernambuco	15.846	2.212	0	0	0	0	2.212	0	0	2.212	0	0	300	1.822	0	0	90
Piauí	312	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	3.000	69	0	0	0	0	69	0	0	69	0	0	0	0	0	0	69
Sergipe	4.748	126	0	0	0	0	126	0	0	126	0	0	126	0	0	0	0
Região Sudeste	**221.258**	**32.587**	**758**	**265**	**0**	**0**	**31.563**	**0**	**0**	**32.587**	**0**	**0**	**4.932**	**17.642**	**2.662**	**0**	**7.351**
Espírito Santo	1.840	1.408	0	0	0	0	1.408	0	0	1.408	0	0	0	1.408	0	0	0
Minas Gerais	6.166	4.147	381	265	0	0	3.501	0	0	4.147	0	0	646	3.501	0	0	0
Rio de Janeiro	126.303	15.587	0	0	0	0	15.587	0	0	15.587	0	0	2.139	9.634	862	0	2.952
São Paulo	86.948	11.446	378	0	0	0	11.068	0	0	11.446	0	0	2.147	3.099	1.800	0	4.400
Região Sul	**28.254**	**6.358**	**0**	**921**	**0**	**0**	**5.437**	**0**	**0**	**6.358**	**0**	**0**	**1.423**	**1.798**	**3.136**	**0**	**0**
Paraná	10.880	1.002	0	842	0	0	160	0	0	1.002	0	0	1.002	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	10.165	2.219	0	79	0	0	2.141	0	0	2.219	0	0	421	1.798	0	0	0
Santa Catarina	7.209	3.136	0	0	0	0	3.136	0	0	3.136	0	0	0	0	3.136	0	0
Região Centro-Oeste	**2.795**	**402**	**0**	**0**	**0**	**0**	**402**	**0**	**0**	**402**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**402**
Distrito Federal	339	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mato Grosso	2.206	402	0	0	0	0	402	0	0	402	0	0	0	0	0	0	402
Mato Grosso do Sul	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**372.507**	**48.174**	**758**	**1.309**	**0**	**0**	**46.106**	**0**	**0**	**48.174**	**0**	**0**	**8.489**	**23.819**	**5.798**	**0**	**10.068**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 37, DE 31 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de viabilizar o atendimento de despesas com auxílio-funeral no âmbito do Ministério da Educação, com recursos desvinculados, em razão de entendimentos emanados pelo Tribunal de Contas da União; e

Considerando a possibilidade de atendimento de despesas com inativos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ora financiadas com Recursos Ordinários, mediante a utilização de recursos oriundos da fonte 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO I									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							100.000
			S	1	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							100.000
			S	1	1	90	0	169	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							100.000
			S	1	1	90	0	169	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							100.000
			S	1	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

SIOP Formalização nº 327

PORTARIA Nº 38, DE 31 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização contida no art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando que a ação "200B - Rede de Meteorologia e Clima", integrante do programa de trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia, consta da Lei Orçamentária vigente com identificador de uso inadequado, no que concerne à classificação como contrapartida nacional, dos recursos oriundos de doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que financia a referida ação, o que não permite a sua execução para formação de recursos humanos no Brasil em Ciências Climáticas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, o identificador de uso constante da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no que concerne ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO

Órgão: 24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 - Ministério da Ciência e Tecnologia

ANEXO I									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1421	**Meteorologia e Mudanças Climáticas**							**250.800**
		ATIVIDADES							
19 571	**1421 200B**	**Rede de Meteorologia e Clima**							**250.800**
19 571	1421 200B 0001	Rede de Meteorologia e Clima - Nacional							250.800
			F	3	2	90	0	195	250.800
TOTAL - FISCAL									**250.800**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.800**

Órgão: 24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 - Ministério da Ciência e Tecnologia

ANEXO II									**Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)									**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1421	**Meteorologia e Mudanças Climáticas**							**250.800**
		ATIVIDADES							
19 571	**1421 200B**	**Rede de Meteorologia e Clima**							**250.800**
19 571	1421 200B 0001	Rede de Meteorologia e Clima - Nacional							250.800
			F	3	2	90	2	195	250.800
TOTAL - FISCAL									**250.800**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.800**

SIOP Formalização nº 303

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 53, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 40, inciso III, Anexo I do Decreto Nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, o art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP Nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União Nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, nos termos dos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e dos elementos que integram o Processo Nº 04926.000871/2006-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, à Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes - AMVER, do imóvel situado na à Avenida Leite de Castro, Nº 1364, no Município de São João Del Rei/MG, constituído por um terreno com área de 11.296,09 m², parte de um terreno maior de 69.645,00 m², adquirido por herança jacente de Lino Montoli, e registrado sob a matrícula Nº 42,130, em 19/02/2004, ficha Nº 01 no Livro Nº 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Del Rei/MG.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à instalação da sede da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes - AMVER, associação que tem como objetivo a integração da região das Vertentes, voltada para o desenvolvimento econômico e social dos municípios filiados e de toda comunidade das vertentes.

Art. 3º O prazo para a cessão será de dez anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 26, DE 20 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei Nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei Nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto Nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo Nº 11452.002406/00-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, ao Município de Peritiba, no Estado de Santa Catarina, do imóvel constituído por terreno e benfeitorias, medindo a área de 4.100,00m2 e as benfeitorias com 360,00m2 e 318,00m2, matriculado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Peritiba/SC, sob os números R.6/9391, fls. 01, do Livro 02 - Registro Geral.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção da Creche municipal e do Centro de Convivência de Idosos, com o prazo de 5 (cinco) ano, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 3º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 4º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de uso gratuito.

Art. 5º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISOLDE ESPINDOLA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 31 de maio de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094004504201088 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Estrangeiro: TODD ALLEN CHAPMAN Passaporte: 224974498, Processo: 46094009946201100 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: NADASON MARUTHAMUTHU Passaporte: A22720750, Processo: 46094011766201007 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Estrangeiro: JAN GEELMUYDEN Passaporte: 27547839, Processo: 46094002230201173 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Estrangeiro: AHMAD JANURI Passaporte: V 915817, Estrangeiro: ROSIDIN Passaporte: B 635656, Estrangeiro: SANDIKO RINDIK Passaporte: V 012601, Processo: 46094003753201137 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Estrangeiro: SUWITO Passaporte: B419466., Processo: 46094008317201073 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Estrangeiro: NABIL AOUAD Passaporte: 08CF47558, Processo: 46094003783201143 Empresa: ART FESTA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS P FESTA LTDA Estrangeiro: arturo machado jimenez Passaporte: 8732254, Processo: 46094003842201001 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: ARNBJOERN JOENSEN Passaporte: 203405585, Processo: 46094008586201030 Empresa: LOGICINFO CONSULTORIA LTDA. Estrangeiro: NUNO EDUARDO SALAZAR PAIS LOPES Passaporte: L310082, Processo: 46094008507201091 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: MARK HILLAN Passaporte: 800678870, Processo: 46094009124201030 Empresa: ROLLS-ROYCE MARINE BRASIL LTDA Estrangeiro: NILS-REIDAR OLSVIK VALLE Passaporte: 27681873, Processo: 46094012241201081 Empresa: JAYMAR DO BRASIL,SERVICOS E CONSULTORIA EM ATIVIDADES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: ROBERT CLARK NICOL Passaporte: 099158112, Processo: 46094014701201013 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: MICHAEL ODONNELL Passaporte: 099029709, Processo: 46094017179201013 Empresa: C-MAR DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CHARLES GLENN COARSEY Passaporte: 461174641, Processo: 46094002075201195 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL HENRY HARRISON Passaporte: 099179190, Processo: 46094003462201149 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Estrangeiro: JONATHAN DALE WORLEY Passaporte: 057530897, Processo: 46094004392201146 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: BURKHARD HELTEN Passaporte: 503447925, Processo: 46094004394201135 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: FLORIAN SCHULTES Passaporte: 5198013289, Processo: 46094004395201180 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: GABRIEL DR MONIZ PEREIRA Passaporte: C6ZGMJL7Y, Processo: 46094004397201179 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: NILS SCHAFER Passaporte: 519818088, Processo: 46094004396201124 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: WINFRIED JOHANNES BRAUN Passaporte: 500424606, Processo: 46094007629201141 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Estrangeiro: LEONARD WILLARD WRIGHT Passaporte: BA 157216, Processo: 46094005962201115 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Estrangeiro: NIKOLAKI TZELO Passaporte: AH0114078, Processo: 46094009128201107 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Estrangeiro: JAMES JOSEPH BELING Passaporte: 403815762, Processo: 46094004251201042 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Estrangeiro: MATTHEW CLAYTON KNIGHT Passaporte: 435420817, Processo: 46094005041201071 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: BENILDO PEÑARUBIA RIVAMONTE Passaporte: XX5337674, Processo: 46094005041201071 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JUANCHO LUCAS SANTOS Passaporte: XX2344031, Processo: 46094005040201027 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: IMAN MUNANDAR SUTADJI Passaporte: S565076, Processo: 46094009912201026 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Estrangeiro: EFREN ASOMBRADO SAGUT Passaporte: XX2647025, Processo: 46094009912201026 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Estrangeiro: MICHAEL JIM ERASMO JUPLO Passaporte: UU0782840, Processo: 46094011450201015 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: MAREK KRZYSTYNIAK Passaporte: AS 2522263, Processo: 46094009287201012 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: JAMES EDWARD ANSTEE Passaporte: 207178923, Processo: 46094012346201030 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: DANIEL ANTONIO SOLANO SANSON Passaporte: 1649562, Processo: 46094011941201058 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: ERNESTO JR CUNANAN ELOGADA Passaporte: XX2625522, Processo: 46094010297201009 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: MALCOLM CHARLES GARDINER Passaporte: 099196018, Processo: 46094013083201086 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: EDUARD CATSBURG Passaporte: BEKCD2KF9, Processo: 46094015370201021 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Estrangeiro: GENER CRUZA CUADRO Passaporte: XX1698561, Processo: 46094002743201184 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: ERMEN UYAN ABAY-ABAY Passaporte: UU 0590994, Processo: 46094017285201005 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Estrangeiro: NOELITO DELOS SANTOS ESTOPIN Passaporte: XX3355608, Processo: 46094002219201111 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: VIVIAN SOSAS LANTICSE Passaporte: UU0486882, Processo: 46094002807201147 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Lee Earl Bartlett III Passaporte: 450475967, Processo: 46094005217201176 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Estrangeiro: LEE PETER RAPLEY Passaporte: 705469158, Processo: 46094007093201163 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Estrangeiro: CHRISTOPHER WHITSON NESS Passaporte: 465402889, Processo: 46094016408201082 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Estrangeiro: FRANTZ PETTER SCHNEIDER Passaporte: 20771089, Processo: 46094009793201010 Empresa: AT&T GLOBAL NETWORK SERVICES BRASIL LTDA Estrangeiro: YVES DEVOS Passaporte: EG566509, Processo: 46094006229201037 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: KUNAL MANOJ KATYAL Passaporte: Z1728166, Processo: 46094006313201051 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: ATLE LITLABOE Passaporte: 25157009, Processo: 46094008102201052 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ALLAN IGOT MELENCION Passaporte: XX2247423, Processo: 46094009260201020 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CAMILO JR. DAILEG TOLENTINO Passaporte: XX4038371, Processo: 46094005430201188 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Mack Morris Green Passaporte: 450480232, Processo: 46094009544201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: ALEXANDER LUPONOSOV Passaporte: 63Nº3122880, Estrangeiro: ALEXEY NEGOVORA Passaporte: 64Nº1435545, Processo: 46094007226201011 Empresa: MICHAEL PAGE INTERNATIONAL DO BRASIL - RECRUTAMENTO ESPECIALIZADO LTDA. Estrangeiro: LIAM JAMES WILLIAMS Passaporte: 761248370, Processo: 46094007770201062 Empresa: ZTE DO BRASIL COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Estrangeiro: ZHEYUAN YIN Passaporte: G33913231, Processo: 46094012217201041 Empresa: BRAVIEW INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CHI-YEN HUNG Passaporte: 212094919, Processo: 46094016749201058 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: LARS PETER SMELAND Passaporte: 21085320, Processo: 46094005536201009 Empresa: SHELL BRASIL LTDA Estrangeiro: ROBERT MICHAEL SOLAR Passaporte: 403264968, Processo: 46094007221201098 Empresa: ROLLS-ROYCE MARINE BRASIL LTDA Estrangeiro: PAUL-MORTEN SKJELTEN Passaporte: 25203799, Processo: 46094014420201052 Empresa: FIRMENICH & CIA. LTDA. Estrangeiro: ERIC SAINT-GELAIS Passaporte: BA513695, Processo: 46094014419201028 Empresa: FIRMENICH & CIA. LTDA. Estrangeiro: CORINNE SYLVIE LANTHEMANN Passaporte: X3622724, Processo: 46094017201201025 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: KELLY ARTHUR CAMBRIDGE Passaporte: EB352093, Processo: 46094002055201114 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: BARRY STEWART CHALMERS Passaporte: 400302175, Processo: 46094016332201095 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: ADOLFO ANTONIO SANDOVAL BERRO Passaporte: 000824271, Processo: 46094000436201169 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: MORTEN OEISLEBOE HAGELAND Passaporte: 27734222, Processo: 46094006640201193 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Estrangeiro: KLAAS G. LOBEAU Passaporte: EG628393, Processo: 46094008149201105 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Estrangeiro: RAMANARAYANAN NATARAJAN Passaporte: J0355952, Processo: 46094008821201154 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Estrangeiro: SUDHEER HARIHALLI SHARMA Passaporte: F8340373, Processo: 46094010349201110 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Estrangeiro: ARUN PURUSHOTHAMAN PILLAI Passaporte: J3112725, Processo: 46094006314201003 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: BJOERN FRODE HOLMBOE FAGERHAUG Passaporte: 25668167, Processo: 46094006314201003 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: JAMES PATRICK O´KEEFFE Passaporte: PT2952295, Processo: 46094006314201003 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: JASON THOMAS HINES Passaporte: WJ831834, Processo: 46094006308201048 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: ANDERS THRONAES Passaporte: 26626160, Processo: 46094006308201048 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: DAVID ANDREW FORECAST Passaporte: 107252193, Processo: 46094006317201039 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: THOMAS JOHN HOLLAND Passaporte: 093070589, Processo: 46094006316201094 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Estrangeiro: KRISTOPHER ROBYN CURLEY Passaporte: BA452146, Processo: 46094008520201040 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: ROBERT ANDREW JONES Passaporte: 099194549, Processo: 46094009285201023 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: GWENN MARY GREENWOOD Passaporte: 403306392, Processo: 46094013146201002 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JOVEN MUYOT BABATE Passaporte: XX4654410, Processo: 46094010298201045 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: PETER JAN KLIJN Passaporte: NP9F69B46, Processo: 46094013588201041 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: ROD STEVEN RIX Passaporte: 099167206, Processo: 46094012246201011 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Estrangeiro: BRIAN MCINTOSH LOCHRIE Passaporte: 099205992, Processo: 46094002222201127 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: MIROSLAW WOJCIECH KLAROWSKI Passaporte: AJ 6157406, Processo: 46094002220201138 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: SERGIY MAMONOV Passaporte: AK357980, Processo: 46094001637201183 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Ashton Keith Anthony Knutt Passaporte: TA101338, Processo: 46094001660201178 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Oriano Barbalic Passaporte: 002702204, Processo: 46094017286201041 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Estrangeiro: MARLEX GASPAR RACIMO Passaporte: XX2985453, Processo: 46094017287201096 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Estrangeiro: ISIDRO BARCEBAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LANCARA Passaporte: XX2652778, Processo: 46094001641201141 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Timothy Scot Myers Passaporte: 426254201, Processo: 46094001754201147 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Estrangeiro: SCOTT ANDREW MILLS Passaporte: 540044293, Processo: 46094002542201187 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: ANTONINO LA PICA Passaporte: 176557Z, Processo: 46094000482201168 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Estrangeiro: AQUINO JR. LIWANAG MANGUSSAD Passaporte: XX4687396, Processo: 46094003265201120 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: Anthony John Mactaggart Ross Passaporte: 800281796, Processo: 46094003254201140 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: MATTHIAS MICHAEL BERNER Passaporte: 600717721, Processo: 46094011216201080 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CESAR FERNANDO VASQUEZ ASTETE Passaporte: 4121757, Processo: 46094017931201026 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CALEB JAMES EASTON Passaporte: 208055153, Processo: 46094003581201011 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. Passaporte: 028060145 Estrangeiro: DENISE CAROLYN JOHNSON, Processo: 46000006885200817 Empresa: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA Passaporte: 200206457 Estrangeiro: JACOB ZWERGIUS BOMHOLT, Processo: 46000034848200980 Empresa: RM EÓLICA PERNAMBUCANA S.A Passaporte: BE957126 Estrangeiro: NOEMIA IGLESIAS MARTINEZ, Processo: 46000034845200946 Empresa: RM EÓLICA PERNAMBUCANA S.A Passaporte: BF587330 Estrangeiro: ALBERTO GIL ALVAREZ, Processo: 46000034844200900 Empresa: RM EÓLICA PERNAMBUCANA S.A Passaporte: BE626345 Estrangeiro: FRANCISCO DOMINGUEZ PAZO, Processo: 46000034842200911 Empresa: RM EÓLICA PERNAMBUCANA S.A Passaporte: AC235939 Estrangeiro: ALFONSO MONTEAGUDO TOBIO, Processo: 46000034841200968 Empresa: RM EÓLICA PERNAMBUCANA S.A Passaporte: BE626327 Estrangeiro: MARCOS GONZALEZ RIAL, Processo: 46000019121201014 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 3278077 Estrangeiro: JORGE LUIS CARRASCO MONTAÑEZ, Processo: 46000018713201019 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO Passaporte: 801296641 Estrangeiro: JASON AMMON NATHAN, Processo: 46000006193201093 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. Passaporte: TG8113637 Estrangeiro: MAKOTO KOGA, Processo: 46000000789201080 Empresa: ANADARKO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL LTDA Passaporte: 134772749 Estrangeiro: ERIC LEITH PULPAN, Processo: 46000009856200726 Empresa: JOÃO PAULO DOS SANTOS MOUTA CIPRIANO GUIMARÃES Passaporte: L4021022 Estrangeiro: HAYLEY BROOKE GOGEFF, Processo: 46000036257200866 Empresa: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA Passaporte: 404309X Estrangeiro: ALESSIO CAPRARI, Processo: 46000036114200854 Empresa: BANCO J.P. MORGAN S.A Passaporte: 22784292N Estrangeiro: MARTIN OSMAN NONNA, Processo: 46000028654200945 Empresa: CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE S.A Passaporte: G470075 Estrangeiro: PAULO JORGE CERQUEIRA FERNANDES, Processo: 46000026996200921 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Passaporte: 04ED18640 Estrangeiro: ROMAIN LOUIS MARIE MAXENCE AUBRY DE LA NOE, Processo: 46000025984200989 Empresa: SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Passaporte: 432375059 Estrangeiro: CHRISTOPHER WILLIAM CUNNINGHAM, Processo: 46000024950200977 Empresa: LINDE GASES LTDA. Passaporte: 706439852 Estrangeiro: JAMES RICHARD POULTER, Processo: 46000024895200915 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: EH193280 Estrangeiro: GUNTER MARCEL SERVAES, Processo: 46000018146201092 Empresa: TRIVELLA INVESTIMENTOS S.A. Passaporte: T1032387 Estrangeiro: VINCENT PAUL MCPHILLIP, Processo: 46000017167200957 Empresa: LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A. Passaporte: 08AR53324 Estrangeiro: VINCENT PIERRE MICHEL REY, Processo: 46000016120200976 Empresa: MCKINSEY E COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Passaporte: 05190111392 Estrangeiro: CARLOS GUERRA FARIAS, Processo: 46000011325200965 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Passaporte: G29953951 Estrangeiro: JIAJIA FANG, Processo: 46000001790201021 Empresa: DADA BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA Passaporte: C692782 Estrangeiro: LUIGI ANGELO SERRATTO, Processo: 46094003298201099 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: EB0114703 Estrangeiro: EDGAR ATIENZA ANDAL, Processo: 46000035235200960 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: A00364529 Estrangeiro: ISAK ZIRK COETZER, Processo: 46000031365200923 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Passaporte: AP1993669 Estrangeiro: PRZEMYSLAW ROBERT WIKTORKO, Processo: 46000029398200911 Empresa: SEVAN MARINE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO LTDA. Passaporte: 099057105 Estrangeiro: GRAHAM BRIAN KNIGHT, Processo: 46000027744200919 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 461118427 Estrangeiro: BRIAN WAYNE JOWERS, Processo: 46000024635200940 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 458544130 Estrangeiro: EDWARD HORACE CUFFE, Processo: 46000022420200994 Empresa: HMC SERVIÇOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA. Passaporte: NH6880231 Estrangeiro: PIETER LEENDERT RIJSDAM, Processo: 46000019796201055 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 26431794 Estrangeiro: JARL OVE BRINGSVOR, Processo: 46000019486201031 Empresa: SBM CAPIXABA OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA. Passaporte: ZZ204334 Estrangeiro: HERNANDO JR BATULAN ALFARAS, Processo: 46000019400200936 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 134543336 Estrangeiro: SAMUEL RAY CLIFTON, Processo: 46000018534201073 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: UU 0798702 Estrangeiro: SIM TAG-ULO LABASTILLA, Processo: 46000017077201008 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: XX3110320 Estrangeiro: RONULITO PAJO CORCINO, Processo: 46000016258200975 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 27092716 Estrangeiro: JAN AGA, Processo: 46000016257200921 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 02M031787843 Estrangeiro: IVAR PEDER GRIP, Processo: 46000016247200995 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 26875616 Estrangeiro: BENGT RENE STOA, Processo: 46000015214201061 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 27543740 Estrangeiro: JON ARNE PEDERSEN, Processo: 46000015055201003 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: XX3793956 Estrangeiro: ARNULFO ELLANO AUSTRIA, Processo: 46000014485201008 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Passaporte: 233923832 Estrangeiro: RATKO PAVLOVIC, Processo: 46000014076201001 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: AT5835020 Estrangeiro: MAREK JAN SZYDLIK, Processo: 46000013793201016 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: TT0077568 Estrangeiro: SATURNINO ALDERITE ELEVERA Passaporte: XX0080363 Estrangeiro: RUDERICK TARROJA MATTA, Processo: 46000013792201063 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: RR0413049 Estrangeiro: RODEN UNDAZAN MANARANG Passaporte: XX4122107 Estrangeiro: RANILDO PEDRES CRISTOBAL Passaporte: XX2985791 Estrangeiro: MERVIE AUXTERO YUCOT Passaporte: XX2742249 Estrangeiro: MARK GIAN DILAG TABUGA, Processo: 46000013773201037 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: XX0655945 Estrangeiro: ALLAN HERMOSO GUERRA, Processo: 46000013772201092 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: XX0268737 Estrangeiro: ELDORADO ABLANDO VILLARUZ Passaporte: SS0041704 Estrangeiro: ABRAHAM MABAYLAN GALLINERO Passaporte: XX0746994 Estrangeiro: HERMINIO RAYOS MORALES, Processo: 46000013771201048 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 64N°0633023 Estrangeiro: VASILY GERASIMOV, Processo: 46000013770201001 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: R460136 Estrangeiro: SUGIHARTO KURNIAWAN, Processo: 46000013477201036 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 25314074 Estrangeiro: GUNNAR ROBERT BUSCHMANN, Processo: 46000013476201091 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: UU0407771 Estrangeiro: ARNEL ALFARO ILANO Passaporte: XX0704915 Estrangeiro: WENDEL CABA-ONG SALA, Processo: 46000013475201047 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: VV0068655 Estrangeiro: PAUL MANAOIS SANCHEZ Passaporte: 26960948 Estrangeiro: ERNST CATO STRNDMOEN Passaporte: P00083274 Estrangeiro: BRANKO RADMAN, Processo: 46000013473201058 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: R462474 Estrangeiro: ERFISON, Processo: 46000013472201011 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 702065986 Estrangeiro: FRANK ROGER SPEIGEL, Processo: 46000013385201056 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: RR0346306 Estrangeiro: CHRISTOPHER GALUBA ESTEBAN, Processo: 46000012541201061 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: H2997957 Estrangeiro: KANAGAVEL DHANA BALAN, Processo: 46000009908201060 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 101829634 Estrangeiro: REIDAR KIRKE, Processo: 46000007382201083 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: BA620424 Estrangeiro: ARTHUR RANDELL, Processo: 46000006932200911 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 25044206 Estrangeiro: JAN HAKON HANSEN, Processo: 46000005394201073 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: 001418210 Estrangeiro: ALEN SARIC, Processo: 46000005305200955 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Passaporte: G1422754 Estrangeiro: MAHENDRA CHANDRA MENON, Processo: 46000004935201046 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 307076100 Estrangeiro: JAMES PAUL BARRY, Processo: 46000004502201091 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: EG202496 Estrangeiro: JACQUES H. H. BALVE Passaporte: EF730800 Estrangeiro: FRANKY ROELS Passaporte: 002407243 Estrangeiro: RANKO SNEBERGER, Processo: 46000004501201046 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Passaporte: NUK0LDL91 Estrangeiro: PAUL ARNE REELING Passaporte: EH246022 Estrangeiro: FRANKY JOHAN VANBAVINCKHOVE Passaporte: EH713103 Estrangeiro: DIRK GILBERT KYNDT Passaporte: NRD7HKCK9 Estrangeiro: CHRISTIAN SYBOLT JAN VAN BLOOIS, Processo: 46000004044201090 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: 102112943 Estrangeiro: ALAN MINNICAN, Processo: 46000003582201067 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 63N°0008657 Estrangeiro: VLADIMIR KIKVADZE, Processo: 46000003006201010 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 27372427 Estrangeiro: TOR ARNE HELLAND Passaporte: 27089188 Estrangeiro: SINDRE AARSETH, Processo: 46000002776201045 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: 26363523 Estrangeiro: NILS MORTEN FALSTAD Passaporte: 27567766 Estrangeiro: ARILD DAHL, Processo: 46000002368201093 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA. Passaporte: 093079189 Estrangeiro: RICHARD JOHN STOTT, Processo: 46000000311201050 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA Passaporte: Z1813371 Estrangeiro: VENKATA SUBRAHMANYAM KODUKULA, Processo: 46000035906200810 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Passaporte: 609735931 Estrangeiro: MICHAEL KIMPEL, Processo: 46000001091200786 Empresa: TINER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A Passaporte: G582503 Estrangeiro: RITA MOURA VARELA, Processo: 46094001031201067 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G38815876 Estrangeiro: YUHAI FENG, Processo: 46094001023201011 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G34343362 Estrangeiro: HENGPING LI, Processo: 46094001020201087 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G28226347 Estrangeiro: FEIFEI MI, Processo: 46000032551200980 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G33811910 Estrangeiro: XINCHI QIAO, Processo: 46000032549200919 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: P00503856 Estrangeiro: QU JIE, Processo: 46000014811201079 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G31257585 Estrangeiro: ZHONGPU PEI, Processo: 46000014798201058 Empresa: ABB LTDA. Passaporte: F0266264 Estrangeiro: MARC ENRIQUE PAREDES, Processo: 46000014724201011 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: 761213690 Estrangeiro: CHRISTOPHER STUART JOHNSON, Processo: 46000014669201060 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39694824 Estrangeiro: ZONGWU YANG, Processo: 46000014667201071 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G30044606 Estrangeiro: QUINGHUA FANG, Processo: 46000014658201080 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G40616073 Estrangeiro: JIAN BAI, Processo: 46000014643201011 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G31245919 Estrangeiro: YONGFA LIANG, Processo: 46000014637201064 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39658064 Estrangeiro: LEI CHEN, Processo: 46000014630201042 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G40616075 Estrangeiro: SHUNGEN WANG, Processo: 46000014622201004 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G21079527 Estrangeiro: CHUNYE LU, Processo: 46000014608201001 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G30061821 Estrangeiro: JING DAI, Processo: 46000012406201016 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G21579904 Estrangeiro: WEIHONG DONG, Processo: 46000012389201017 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G16122291 Estrangeiro: HONG LI, Processo: 46000012387201028 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G35442824 Estrangeiro: FEI YANG, Processo: 46000009331201096 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247020 Estrangeiro: SHEGUANG SUN, Processo: 46000009329201017 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247023 Estrangeiro: QINGMIN KU, Processo: 46000009088201014 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247052 Estrangeiro: GUANGLI SUN, Processo: 46000009071201059 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247022 Estrangeiro: WENLING SUN, Processo: 46000009070201012 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247048 Estrangeiro: WANGYOU YANG, Processo: 46000009003201090 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247026 Estrangeiro: JUNLEI ZHAO, Processo: 46000009000201056 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247067 Estrangeiro: HONGTAO ZHANG, Processo: 46000008988201036 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247049 Estrangeiro: MINSHENG SUN, Processo: 46000008984201058 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G37908570 Estrangeiro: SHI LIU, Processo: 46000008982201069 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G28281757 Estrangeiro: YUELI FENG, Processo: 46000008980201070 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247033 Estrangeiro: YUANPENG LIU, Processo: 46000008978201009 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G38816476 Estrangeiro: YUANJUN ZHANG, Processo: 46000008975201067 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247055 Estrangeiro: XIANPENG NI, Processo: 46000008974201012 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G32258833 Estrangeiro: XINCANG WANG, Processo: 46000008972201023 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247036 Estrangeiro: XIANGLEI SUN, Processo: 46000008971201089 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247044 Estrangeiro: ZONGYANG LIU, Processo: 46000008962201098 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247038 Estrangeiro: DEHENG YANG, Processo: 46000008961201043 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247053 Estrangeiro: ZHONGXUAN SUN, Processo: 46000008960201007 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247058 Estrangeiro: JIESHI LIN, Processo: 46000008954201041 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247041 Estrangeiro:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PEICUN LIN, Processo: 46000008949201039 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247060 Estrangeiro: GUOQIANG LI, Processo: 46000008945201051 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247029 Estrangeiro: MINGTAI GU, Processo: 46000008943201061 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G39247047 Estrangeiro: JUNWEI MU, Processo: 46000006745201063 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G26069578 Estrangeiro: GUOGUANG ZHANG, Processo: 46000006742201020 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G37907569 Estrangeiro: ZHENWEI LIU, Processo: 46000006741201085 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G20799109 Estrangeiro: FUZHI XIN, Processo: 46000006726201037 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G19746762 Estrangeiro: CHANGYONG ZHANG, Processo: 46000006701201033 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G28221644 Estrangeiro: DEJUN ZHENG, Processo: 46000006689201067 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G34804034 Estrangeiro: ZHUWEN PANG, Processo: 46000006645201037 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G20799101 Estrangeiro: WEI CHEN, Processo: 46000006644201092 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G29703431 Estrangeiro: ZHENBO TANG, Processo: 46000006642201001 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G28213896 Estrangeiro: WENGANG WANG, Processo: 46000006641201059 Empresa: THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA Passaporte: G20787306 Estrangeiro: FANGHUI LI, Processo: 46000002693201056 Empresa: THEKA COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA Passaporte: CC91537318 Estrangeiro: GACEL FERNANDO DIAZ GARCES, Processo: 46204008159200842 Empresa: VIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Passaporte: J288855 Estrangeiro: MANUEL ALBERTO DA SILVA LEAL RIOS, Processo: 46000023233200928 Empresa: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA Passaporte: BD 045245 Estrangeiro: GERARDO EMPARAN GARCES, Processo: 46000022073200908 Empresa: INFOR GLOBAL SOLUTIONS DO BRASIL SOFTWARES LTDA. Passaporte: 008075305 Estrangeiro: JORGE ADOLFO SALLES CABRERA, Processo: 46000014008201034 Empresa: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ Passaporte: 022335184 Estrangeiro: RODOLFO JOSE SANTELLI DE VECCHIS, Processo: 46000010294201069 Empresa: DADA BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA Passaporte: 07CT76237 Estrangeiro: BENJAMIN MARTIN FREDERIC FRANCOIS BRET, Processo: 46000009401200972 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA. Passaporte: TG7426412 Estrangeiro: ICHIRO MATANO, Processo: 46000003944201010 Empresa: ELDORADO S/A Passaporte: 05RT01517 Estrangeiro: FLORENCE ISABELLE DEBORNES, Processo: 46000002143201037 Empresa: THE CLUSTER COMPETITIVENESS GROUP CONSULTORIA LTDA Passaporte: 402120479 Estrangeiro: BRANDON S THOMPSON, Processo: 46000000364200937 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Passaporte: TZ0462768 Estrangeiro: AKIO YAMAGUCHI, Processo: 46000004002201059 Empresa: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA CAXIAS DO SUL Passaporte: RN35181611 Estrangeiro: JHON JAIRO PALACIOS GRANJA, Processo: 46000031710200929 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA. Passaporte: 20496129 Estrangeiro: STIAN HAGLIND Passaporte: 25974644 Estrangeiro: FRODE ANDRÉ ROEDAL, Processo: 46000019532201000 Empresa: MAERSK OIL BRASIL LTDA. Passaporte: NS16289K5 Estrangeiro: JORIS EVERT DE IONGH, Processo: 46000018417201018 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 63Nº9305691 Estrangeiro: NIKOLAY SACHKO, Processo: 46000017946201096 Empresa: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A. Passaporte: XX2889598 Estrangeiro: ALFREDO REYES DE LUNA, Processo: 46000012275201077 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: AP8535945 Estrangeiro: GABRIEL PIOTR STARCZYNSKI, Processo: 46000012260201017 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: XX2329593 Estrangeiro: ALDRIN LACASA COSTE, Processo: 46000009673201014 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 422080154 Estrangeiro: JODY PAUL QUEBEDEAUX, Processo: 46000000016201001 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 444829712 Estrangeiro: TROY WILLIAM DOWE, Processo: 46094000914201050 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Passaporte: C8P401Z04 Estrangeiro: FELICITAS GEISS, Processo: 46000006241201043 Empresa: TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Passaporte: 05AX07511 Estrangeiro: AMÉLIE MARIE-CHRISTINE SERGENT.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu por decurso de prazo os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094017737201041, Processo: 46094017739201030

Processo: 46094007323201011, Processo: 46094007324201058,

Processo: 46213014918201011, Processo: 46094002312201118,

Processo: 46000017090201059, Processo: 46094001950201031 Processo: 46094001951201085, Processo: 46094001952201020, Processo: 46094001962201065, Processo: 46094002275201067, Processo: 46000019141201087, Processo: 46094001232201064, Processo: 46094003123201081, Processo: 46094000772201021, Processo: 46094000773201075, Processo: 46094000775201064, Processo: 46000002579201026, Processo: 46000022167200979, Processo: 46215020318201072, Processo: 46215021716201014,

Processo: 46094010679201113, Processo: 46094010681201184,

Processo: 46217002542201062, Processo: 46217004050201010 ,

Processo: 46094010680201130, Processo: 46094015127201011,

Processo: 46094015187201025, Processo: 46094017289201085.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094009847201110 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC RANDALL HALL Passaporte: 473459612, Processo: 46094010164201113 Empresa: ETELEC DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICCARDO PAUCIULO Passaporte: AA2006322, Processo: 46094010343201142 Empresa: PROSWECO DO BRASIL CONSULTORIA TECNICA EM CALDEIRAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATS GUSTAV KARLBOM Passaporte: 62943470.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0263/2011 de 26/05/2011, 0266/2011 de 27/05/2011 e 0267/2011 de 30/05/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094011346201101 Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A Prazo: até 21/02/2013 Estrangeiro: Javier Gutierrez Castro Passaporte: 5091061, Processo: 46094011726201138 Empresa: RESIFLOR AGRO FLORESTAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONÇALO ABECASIS DA GAMA CASTEL'BRANCO Passaporte: G815451, Processo: 46094011596201133 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLORENT THOMAS CHARLY LEFÉVÈRE Passaporte: 05CK61129, Processo: 46094009326201162 Empresa: BASCOL BRASIL - INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL DE OLIVEIRA Passaporte: L409087, Processo: 46094009945201157 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES HENRICUS HODDE Passaporte: BN27CJ141, Processo: 46094011188201181 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: STEPHEN NICHOLAS COLLINS Passaporte: 099071155, Processo: 46094010547201183 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IMELDA CASTRO SCOTT Passaporte: 455874630, Processo: 46094011583201164 Empresa: MOKSHA8 BRASIL DISTRIBUIDORA E REPRESENTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCIANA ANNA LONGO Passaporte: YA0641922, Processo: 46094011311201164 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN WILLIAM ROBERTS Passaporte: 431717338, Processo: 46094011803201150 Empresa: LVMH FASHION GROUP BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDRA FRANÇOISE ALICE DAMBROSIO Passaporte: 04FE75783, Processo: 46094011584201117 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HARRY HARALD HARTMUT ZÜHLKE Passaporte: 169750080, Processo: 46094010889201101 Empresa: GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL EDUARDO SALAS MARQUINA Passaporte: D 0599058, Processo: 46094011457201118 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Bharanikulangara Joseph Passaporte: E6799089, Processo: 46094011718201191 Empresa: DIAGEO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEIGHTON WALL Passaporte: PB9662009, Processo: 46094011302201173 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN DAVID ARCH Passaporte: 455437324, Processo: 46094011419201157 Empresa: DIAGEO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRÍCIA PIRES CALVÁRIO Passaporte: L577432, Processo: 46094011530201143 Empresa: IRWIN INDUSTRIAL TOOL FERRAMENTAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ERIC GOLDBLATT Passaporte: 141716267, Processo: 46094011604201141 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bernardo Lopez Alvarado Passaporte: G03025741, Processo: 46094011420201181 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRÉGORY EMMANUEL HOUDAYER Passaporte: 03EC07914, Processo: 46094011372201121 Empresa: IBERICA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO IZA ANDRES Passaporte: AAA794026, Processo: 46094011573201129 Empresa: ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Filippo Martinico Passaporte: B232096, Processo: 46094011656201118 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS ROBERT PAJOS Passaporte: 81977211, Processo: 46094011371201187 Empresa: IBERICA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER MARTIN ARROYAL Passaporte: AC425308, Processo: 46094011325201188 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO LUIS VULCANO Passaporte: 16581218N, Processo: 46094011197201172 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMY PATRICIA KOWALCHUK Passaporte: WD296351, Processo: 46094011502201126 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO OLIVA LOPEZ Passaporte: AAA806440, Processo: 46094011763201146 Empresa: TPV DO BRASIL INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mingging Xue Passaporte: G31815864, Processo: 46094011483201138 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO COVALEDA VELEZ Passaporte: CC 79486200, Processo: 46094011408201177 Empresa: NSK BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI FUJIOKA Passaporte: TH1450279, Processo: 46094011428201148 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE GUY LUCIEN MERCADIER Passaporte: 09AC84661, Processo: 46094011952201119 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Atoosa Taghavi Bayat Passaporte: 81431200, Processo: 46094011600201163 Empresa: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carolina Margarita Prieto Sarabia Passaporte: CC 52249145, Processo: 46094011601201116 Empresa: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tuulia Pauliina Haveri Passaporte: PT6515124, Processo: 46094011603201105 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michel Marc Georges Arnaud Passaporte: 10AI97890, Processo: 46094011326201122 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAMILO BALLESTY Passaporte: 23146077N, Processo: 46094011388201134 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON WARREN CLENDENEN Passaporte: 219698197, Processo: 46094011394201191 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARIF RAIHAN ISLAM Passaporte: 135229665, Processo: 46094011503201171 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ITZIAR AMAYA REAL ORTEGA Passaporte: BB022489, Processo: 46094011505201160 Empresa: BRILLIANT DIAMOND DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PEDRAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MEHAL DILIPKUMAR MODI Passaporte: F1686919, Processo: 46094011386201145 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIDIER WLOSZCZOWSKI Passaporte: 10AD33011, Processo: 46094011418201111 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUSUKE TOMITA Passaporte: TH4577115, Processo: 46094011489201113 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVE PATRICK JOEL BOUS GUILLAMET Passaporte: 11AH41449, Processo: 46094011597201188 Empresa: SAP BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSHUMNA PARUPALLI Passaporte: B5801994, Processo: 46094011595201199 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANTIAGO NELSON HERNANDEZ Passaporte: 207118365, Processo: 46094011516201140 Empresa: TEN MODEL MANAGEMENT LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCIA DVORSKA Passaporte: BE2507692, Processo: 46094011571201130 Empresa: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ajay Shankar Jadhav Passaporte: F3439911, Processo: 46094011674201108 Empresa: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Melissa Jimenez Campos Passaporte: 112340530, Processo: 46094011677201133 Empresa: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hernan Enriquez Millon Passaporte: 111140573, Processo: 46094011572201184 Empresa: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juan Diego Calero Vargas Passaporte: 111900358, Processo: 46094011748201106 Empresa: EQUIPORT SOLUCOES PORTUARIAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLVER ANDRES RAMIREZ CABALLERO Passaporte: CC80757124, Processo: 46094011652201130 Empresa: DIGITAL SK SOLUCOES EM MIDIATIZACAO LTDA-ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEROME MARIE PIERRE GRAS Passaporte: 02ZC86368, Processo: 46094011568201116 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERWAN LE FLOCH Passaporte: 09AX29776, Processo: 46094011666201153 Empresa: ROLAND BERGER STRATEGY CONSULTANTS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stefan Boni Passaporte: X3388335, Processo: 46094011717201147 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANAIS LILIA CHBICHEB Passaporte: 04CF87596, Processo: 46094011911201122 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER MAURICIO LOPEZ GARCIA Passaporte: CC 79628555, Processo: 46094011910201188 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ULF MÖBIUS Passaporte: C8WNZ7T41, Processo: 46094011903201186 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONRAN LEE Passaporte: M17585228, Processo: 46094011833201166 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RALPH MARKUS STRECKER Passaporte: 664285538, Processo: 46094011794201105 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AARON WESLEY WIMBERLEY Passaporte: 477697954, Processo: 46094011807201138 Empresa: ELEVADORES OTIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL FERNANDES RIBEIRO Passaporte: J347034, Processo: 46094011921201168 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK FREDERICK NICHOLSON Passaporte: 446822796.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094010986201196 Empresa: IDEA INSTITUTE ENGENHARIA E DESIGN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO SAGLIOCCO Passaporte: D384631, Processo: 46094008218201172 Empresa: SUNGARD DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD MARTIN STOEVER Passaporte: 213930902, Processo: 46094008631201137 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 Mês(es) Estrangeiro: DAISUKE ONITSUKA Passaporte: TH0362202, Processo: 46094011328201111 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Amancio Barral Noya Passaporte: AAC685564, Processo: 46094009646201112 Empresa: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN PERSCH Passaporte: 904516692, Processo: 46094011329201166 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Carlos Rodrígues Hidalgo Passaporte: AAC975414, Processo: 46094011330201191 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Daniel Rey Sánchez Passaporte: AAA277540, Processo: 46094011331201135 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Francisco José Silvestre Casas Passaporte: AA523805, Processo: 46094011332201180 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Isaac Lema Souto Passaporte: BB552034, Processo: 46094011333201124 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Iván Castro Vidal Passaporte: AAB587090, Processo: 46094011334201179 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Javier Arcos Piñón Passaporte: BC806638, Processo: 46094011335201113 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Jesús Juan Díaz Morales Passaporte: AB691943, Processo: 46094011336201168 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: José María Pérez Mera Passaporte: AAC746390, Processo: 46094011314201106 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Juan Carlos Morales Rodríguez Passaporte: AAA592485, Processo: 46094011315201142 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Juan María Baizán Ragel Passaporte: P ESP Q465524, Processo: 46094011316201197 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Julian Francisco Otero Suárez Passaporte: BC990636, Processo: 46094011317201131 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Luís Manuel Tárrega Martí Passaporte: AAA058959, Processo: 46094011318201186 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Miguel Penedo Pérez Passaporte: AAA222054, Processo: 46094011319201121 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Moisés Rodríguez García Passaporte: AAA089431, Processo: 46094011320201155 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Raúl Rama Viña Passaporte: BF586095, Processo: 46094011337201111 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Ricardo Elvira Quintana Passaporte: AAA089415, Processo: 46094011338201157 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: Sergio Oliva Villar Passaporte: AAC865252, Processo: 46094011640201113 Empresa: AMERICAN GLASS PRODUCTS DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2012 Estrangeiro: JULIO CESAR CARDENAS PACHECO Passaporte: 5280991, Processo: 46094010952201100 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: GARETH LEYSHON HARRIS Passaporte: 205745421, Processo: 46094010957201124 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: GERAINT MICHAEL HARRIS Passaporte: 205745454, Processo: 46094008906201132 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOMESH UGRA Passaporte: Z 1652605, Processo: 46094010992201143 Empresa: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADAM BRUCE MCLEOD Passaporte: WR 330264, Processo: 46094010949201188 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: STEPHEN GWYNNE ELLIS Passaporte: 099128848, Processo: 46094010025201181 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIANFRANCO SPOLDI Passaporte: AA5189838, Processo: 46094010956201180 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JERRY CHOR MAN MO Passaporte: WS912768, Processo: 46094010069201110 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRESTACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GOPINATHAN MANOJ NAIR Passaporte: G9356843, Processo: 46094010953201146 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BING JIM Passaporte: BA348040, Processo: 46094011080201199 Empresa: MAG BRASIL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EVAN ALFRED WEDMAN Passaporte: 458544073, Processo: 46094011532201132 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROKAZU MAEDA Passaporte: TH 5.662.653, Processo: 46094011003201139 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EIJI YAMADA Passaporte: TG 3.844.041, Processo: 46094011004201183 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROTAKA TAJIRI Passaporte: TK 3.424.853, Processo: 46094011002201194 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAIKICHI MORITA Passaporte: TG 5.261.807, Processo: 46094011005201128 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOBUTAKE SUZUKI Passaporte: TH 8.639.371, Processo: 46094010117201161 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jean-Pierre Hubert Henri Sabine Passaporte: 04CF56944, Processo: 46094010950201111 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY JOHN NEEDOBA Passaporte: WK608288, Processo: 46094010834201193 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TAKASHI KIMATA Passaporte: TG7080560, Processo: 46094010836201182 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TADAHARU TAKENOUCHI Passaporte: TG3899566, Processo: 46094011590201166 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM M NOLAN Passaporte: 447595782, Processo: 46094011589201131 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEITH CARL WEGEHAUPT Passaporte: 029002721, Processo: 46094011139201149 Empresa: KIKUCHI DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KYOICHI OHARA Passaporte: TG7653242, Processo: 46094010540201161 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL CARRETERO Passaporte: 10CX08755, Processo: 46094011267201192 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: ANILKUMAR S/O SUBRAMANIAM Passaporte: S8206752C, Processo: 46094011268201137 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: NOEH EVERETTE VELA Passaporte: 136077308, Processo: 46094010763201129 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL RAMOS DOS SANTOS Passaporte: J943098, Processo: 46094011182201112 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ANDRZEJ KAZIMIERZ GOSPODARCZYK Passaporte: 302058729, Processo: 46094011269201181 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2012 Estrangeiro: APOLLO JAMES SCOTT Passaporte: 427697259, Processo: 46094011214201171 Empresa: MODUSPEC CONSULTORES DE RISCO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL AUSTIN ALLEN Passaporte: 447518713, Processo: 46094011024201154 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN THOMAS GROSS Passaporte: 447570517, Processo: 46094011143201115 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN DAVID NABOZNY Passaporte: 027990297, Processo: 46094010985201141 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SALVATORE LEONE Passaporte: 794650 X, Processo: 46094011140201173 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERT SCHINDLBECK Passaporte: 309795336, Processo: 46094011144201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONALD LYNN THOMAS Passaporte: 028048454, Processo: 46094011141201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELIZABETH ANDERSEN CARTER Passaporte: 028136498, Processo: 46094011026201143 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIRI BOHAC Passaporte: 39190579, Processo: 46094011145201104 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MORRIS GLEN BUTCHER Passaporte: 220016642, Processo: 46094011142201162 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR JOSE CUEVAS BURGOS Passaporte: 5.961.559, Processo: 46094011025201107 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROY PETER CHONG Passaporte: 141449977, Processo: 46094010987201131 Empresa: CLIENTIS-S3G DO BRASIL CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Pablo Zamora Hernández Passaporte: 13414943-4, Processo: 46094011100201121 Empresa: OSX CONSTRUCAO NAVAL SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAG BEOM CHOI Passaporte: M87740321, Processo: 46094011102201111 Empresa: OSX CONSTRUCAO NAVAL SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAE EUN CHA Passaporte: M57612127, Processo: 46094011351201114 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: ANDY SANDBERG Passaporte: C6G7N183H, Processo: 46094011354201140 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: DIRK SCHMIDT Passaporte: C2H54L7N8, Processo: 46094011355201194 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: EUGEN WARAGASCH Passaporte: C2F8T6CKF, Processo: 46094011101201176 Empresa: OSX CONSTRUCAO NAVAL SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANG HO JUNG Passaporte: M62879368, Processo: 46094011356201139 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: JÖRG HINRICH DE VRIES Passaporte: C2L1G78RK, Processo: 46094011357201183 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: KARL WILLIDAL Passaporte: P1924378, Processo: 46094011258201100 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOIC JAOUEN FEINBIER Passaporte: 3512101078, Processo: 46094011257201157 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YASEMIN YASLAR Passaporte: C6YF8ZNPH, Processo: 46094011358201128 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: KEVIN-RICHARD REENTS Passaporte: C2F8PGHR6, Processo: 46094011478201125 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAMERON LIDDLE Passaporte: 462937193, Processo: 46094011360201105 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: MALTE HOMEIER Passaporte: C2HY7KX1W, Processo: 46094011361201141 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: NIELS JANßEN Passaporte: C2H5GC6NF, Processo: 46094011362201196 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: PETER LÜCK Passaporte: C7ZK0JFFC, Processo: 46094011363201131 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 20/12/2011 Estrangeiro: SASCHA BAUS Passaporte: C1L9FFWL8, Processo: 46094011241201144 Empresa: JURONG DO BRASIL PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AKHTER HOSSAIN Passaporte: X0798986, Processo: 46094011240201108 Empresa: JURONG DO BRASIL PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MD MONJUR BHUIYAN Passaporte: Z0521579, Processo: 46094011375201165 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 11/05/2012 Estrangeiro: RAPHAEL JACQUES DOMINIQUE LIAGRE Passaporte: 03RC91068, Processo: 46094011376201118 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 11/05/2012 Estrangeiro: MAXIME CLEMENT JACKY LOUIS REGNAULT Passaporte: 11AA07100, Processo: 46094011492201129 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 25/04/2012 Estrangeiro: DAVID PHILIPPE CLAUDE DROUAULT Passaporte: 07AV35236, Processo: 46094011322201144 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: até 07/04/2012 Estrangeiro: JEAN-PAUL MARIUS LIAUMON Passaporte: 10CF62385, Processo: 46094011323201199 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: até 07/04/2012 Estrangeiro: CHRISTOPHE EBRARD Passaporte: 02VD96995, Processo: 46094011494201118 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 25/04/2012 Estrangeiro: JEROME SYLVAIN PARENT Passaporte: 06AD35369, Processo: 46094011493201173 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 25/04/2012 Estrangeiro: YANNICK FERNAND RAYMOND L'HÔTE Passaporte: 04IF13155, Processo: 46094011495201162 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMILIO F FLORES FERNANDEZ Passaporte: 405206965, Processo: 46094011587201142 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL H ROZEN Passaporte: WS198913, Processo: 46094011588201197 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOPING ZHOU Passaporte: G28457313, Processo: 46094011477201181 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN EDWARD CHUBB Passaporte: 400378186, Processo: 46094011699201101 Empresa: METSO PAPER SULAMERICANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YNGVE TORBJOERN JOHANSSON Passaporte: 81806947, Processo: 46094012076201148 Empresa: AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIOREL JUMBEI Passaporte: A3460023, Processo: 46094012077201192 Empresa: AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO ANTONIO SOBRAL COELHO Passaporte: H037443.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094004795201195 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HECTOR JESUS CASARES ROMERO Passaporte: D0534159, Processo: 46094005977201183 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN JOSE HERRERA RICALDE Passaporte: G05541909, Processo: 46094003309201111 Empresa: SPUMAPAC - INDUSTRIAL E DISTRIBUIDORA DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA Prazo: 29 Dia(s) Estrangeiro: GUANGCI CHENG Passaporte: G45836738, Processo: 46094003308201177 Empresa: SPUMAPAC - INDUSTRIAL E DISTRIBUIDORA DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA Prazo: 29 Dia(s) Estrangeiro: CHUANYOU LIU Passaporte: G22943719, Processo: 46094006565201161 Empresa: CONSORCIO DA HIDRELETRICA DE AIMORES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Gregory Lee Morris Passaporte: 218949833, Processo: 46094008174201181 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL HORACIO SFARA Passaporte: 14822113 N, Processo: 46094008175201125 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUBEN GUSTAVO SPERA Passaporte: 13624130 N, Processo: 46094008176201170 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ADRIAN MEDVEDOVSKY Passaporte: 23706400 N, Processo: 46094009795201181 Empresa: LETOURNEAU TECHNOLOGIES COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES JOSEPH BELING Passaporte: 403815762, Processo: 46094012888201193 Empresa: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO GIACOMELLI PENON Passaporte: NUC8K6KJ2, Processo: 46094012914201183 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HSUN CHI CHEN Passaporte: 205303887, Processo: 46094009939201108 Empresa: LETOURNEAU TECHNOLOGIES COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN PAUL MONTEMAYOR Passaporte: 426180556, Processo: 46094009940201124 Empresa: LETOURNEAU TECHNOLOGIES COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACOB JONATHAN MCCULLEN Passaporte: 460485938, Processo: 46094013017201197 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDMOND F COOK Passaporte: WM529765,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 46094012851201165 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENROY GEORGE SMITH Passaporte: A2049739, Processo: 46094010290201160 Empresa: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Adriaan Hubert Anne Vanderschaeve Passaporte: EI655116, Processo: 46094012912201194 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATS BERTIL RAMQVIST Passaporte: 53606107, Processo: 46094012910201103 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VESA TAPIO LAISTI Passaporte: PE 0174931, Processo: 46094012911201140 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUSSI TAPIO MIKOLA Passaporte: PU5897709, Processo: 46094012691201154 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEUNG JOO KIM Passaporte: JR3737865, Processo: 46094012853201154 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER YNGVE LARSSON Passaporte: 80670509, Processo: 46094013057201139 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEONG WOOK HAN Passaporte: M23870265, Processo: 46094012855201143 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAMIRO ZAPATA CUEVAS Passaporte: SC0386265, Processo: 46094012696201187 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAEHWAN CHOI Passaporte: M68390038, Processo: 46094012852201118 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO GOMEZ CORONADO Passaporte: CC72285888, Processo: 46094012220201146 Empresa: PETROCEAN COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES KREUGER Passaporte: JU 135682, Processo: 46094013096201136 Empresa: ITAPOA TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: HUANG XINHUA Passaporte: P00553461, Processo: 46094013050201117 Empresa: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAAKI NAKAJI Passaporte: TH5359397, Processo: 46094012645201155 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVER ARTURO GONZALEZ Passaporte: 1632847, Processo: 46094012648201199 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HECTOR ENRIQUE GATICA GUZMAN Passaporte: 007116644, Processo: 46094012497201179 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONGCHUL SHIN Passaporte: M83420540, Processo: 46094012649201133 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REMO VITTORIO POLZI Passaporte: YA1294749, Processo: 46094012647201144 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHAN PETER HOLMBERG Passaporte: 62155075, Processo: 46094012646201108 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ALBERTO ESCOBAR SOTO Passaporte: 199835229, Processo: 46094013228201120 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY PATRICK CLANCY Passaporte: 451282022, Processo: 46094012136201122 Empresa: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORIYASU MURATA Passaporte: TH0964912, Processo: 46094012650201168 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN CHRISTIAN NILSSON Passaporte: 80003836, Processo: 46094012219201111 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LINCOLN JACOB Passaporte: WT 399369, Processo: 46094012651201111 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LESTER AMAR MANGROO Passaporte: TA072308, Processo: 46094012624201130 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND AZAR Passaporte: RL1203847, Processo: 46094012652201157 Empresa: UNIGAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE KIKUCHI Passaporte: TH2174612, Processo: 46094013019201186 Empresa: V.W.S. BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCIS MORAN MCGUINNESS Passaporte: 093082877, Processo: 46094011384201156 Empresa: MINERACAO REGENT BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS KOCAN Passaporte: QB242068, Processo: 46094011383201110 Empresa: MINERACAO REGENT BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAREK WELZ Passaporte: QA857207, Processo: 46094011827201117 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CYRIL PETER JAMES Passaporte: Z2011855, Processo: 46094012120201110 Empresa: YACHIYO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROYUKI ISHIKAWA Passaporte: TH9094292, Processo: 46094011826201164 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAKEEL AHMAD Passaporte: Z1904443, Processo: 46094011324201133 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOBIAS DOMINIK VETTER Passaporte: 647422013, Processo: 46094013062201141 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCA SCHIAVO Passaporte: C 859655, Processo: 46094012625201184 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YVES LACHAPELLE Passaporte: JQ837929, Processo: 46094012621201104 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIGI VINDIGNI Passaporte: WL096241, Processo: 46094013063201196 Empresa: KORBER PAPERLINK AMERICA LATINA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARALD DANIEL PAGIS Passaporte: C1P2PLG1J, Processo: 46094012622201141 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM WENER Passaporte: WQ384525, Processo: 46094011577201115 Empresa: LLOYDS REGISTER DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER HOYOS PARDO Passaporte: CC 10242334, Processo: 46094012623201195 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THANH TUNG NGUYEN Passaporte: WDO68138, Processo: 46094012137201177 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOICHI NARA Passaporte: TH8783042, Processo: 46094012718201117 Empresa: PLACO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT APPLEYARD Passaporte: 112010603, Processo: 46094012217201122 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YANIC FRANÇOIS HAREL Passaporte: 211859921, Processo: 46094012913201139 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LARS HENNING KRUCKOW Passaporte: 202534970, Processo: 46094013331201170 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARI PETRI JOHANNES SOINI Passaporte: PP3950496, Processo: 46094013229201174 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW JERMAINE CLAXTON SR Passaporte: 477593153, Processo: 46094013183201193 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BERND WISWE Passaporte: C27NX77KP, Processo: 46094012603201114 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKUS KLINK Passaporte: C8K2HHC68, Processo: 46094012662201192 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES BOYD LUSBY JR Passaporte: 220906794, Processo: 46094011965201198 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO VENTURA RUIZ GONZALEZ Passaporte: AAA695034, Processo: 46094012181201187 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Donald Timothy Ashford Passaporte: 477690516, Processo: 46094012182201121 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Leonardo Fernandez Castro Passaporte: 478900689, Processo: 46094012562201166

Empresa: START ADMINISTRACAO DE RECURSOS TERCEIRIZAVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDEL FRANCISCO TELLO PADILLA Passaporte: 10833655079, Processo: 46094012561201111 Empresa: START ADMINISTRACAO DE RECURSOS TERCEIRIZAVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS PEREZ RAMOS Passaporte: 07480020282, Processo: 46094013191201130 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEWOO KIM Passaporte: DG1364496, Processo: 46094012149201100 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI KAWABATA Passaporte: TH4398809, Processo: 46094012471201121 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATOSHI OKAYAMA Passaporte: TK4236399, Processo: 46094012151201171 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EIJI SUGA Passaporte: TK0554342, Processo: 46094012150201126 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TARO UCHIDA Passaporte: TH0781856, Processo: 46094013304201105 Empresa: QMAX DO BRASIL SOLUCOES DO PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANA GERALD CUDMORE Passaporte: WA688392, Processo: 46094012416201131 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Robert Lee Terkosky Passaporte: 218688636, Processo: 46094012415201196 Empresa: FM DO BRASIL SERVICOS DE PREVENCAO DE PERDAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Victor Hugo Flores De La Peña Passaporte: 09829052346, Processo: 46094012183201176 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Emanuele Antonio La Bella Passaporte: 467055890, Processo: 46094012190201178 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sindre Sangolt Passaporte: 27395931, Processo: 46094012732201111 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMILIANO DI CURZIO Passaporte: AA4329945, Processo: 46094012776201132 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FONG WAI MUN RAYMOND Passaporte: E1497339E, Processo: 46094012744201137 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANWAR SDAT S/O MOHD IBRAHIM Passaporte: E0391129J, Processo: 46094012943201145 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Miguel Angel Fernandez Passaporte: 478494875, Processo: 46094012942201109 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Frederick York Durrance III Passaporte: 457456485, Processo: 46094012208201131 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN DALE WORLEY Passaporte: 057530897, Processo: 46094012659201179 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Willem Apers Passaporte: EH150419, Processo: 46094013190201195 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARUO TANIKAWA Passaporte: TG4551726, Processo: 46094012458201171 Empresa: JEOL BRASIL INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUNORI MUTO Passaporte: TZ 0650008, Processo: 46094012385201118 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARIUSZ MAREK WLOCH Passaporte: AL 4315460, Processo: 46094012449201181 Empresa: MANROLAND DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD PRETSCH Passaporte: CGPLLGJPF, Processo: 46094012595201114 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELMOIZ OSMAN MEHAISI HAG ALI Passaporte: C 0408039, Processo: 46094012392201110 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONAIN ADOLFO SALGE PADRON Passaporte: D0744319, Processo: 46094012395201153 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WALTER VLADIMIR INTRIAGO VERA Passaporte: A2748628, Processo: 46094012393201164 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KESHAN BASDEO Passaporte: TA163244, Processo: 46094012703201141 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUN SIK CHAE Passaporte: M42978554, Processo: 46094012407201140 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIA DE LAS NIEVES LOZANO SAÑUDO Passaporte: AAB989177, Processo: 46094012774201143 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ATLE OSCAR MONSEN Passaporte: 25381658, Processo: 46094012701201151 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KWANG YOUN SEO Passaporte: JR3801404, Processo: 46094012699201111 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANG HO AN Passaporte: M37182751, Processo: 46094012635201110 Empresa: BASE AEROFOTOGRAMETRIA E PROJETOS S/A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RASEKH EHSAN FATMI Passaporte: WH840200, Processo: 46094012636201164 Empresa: BASE AEROFOTOGRAMETRIA E PROJETOS S/A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JAMES PORTER Passaporte: 076471157, Processo: 46094012508201111 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HERIBERT NORBERT STIEGLMEIER Passaporte: C8M18863N, Processo: 46094012504201132 Empresa: VOITH TURBO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOERG FASSNACHT Passaporte: C8LXY2TW5, Processo: 46094012700201115 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONGKYU AN Passaporte: M28229492, Processo: 46094012712201131 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYUNGTAE SHIN Passaporte: M43973737, Processo: 46094012427201111 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN SEICHT Passaporte: P1117650, Processo: 46094012428201165 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT LIEDL Passaporte: P3287929, Processo: 46094012430201134 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL WERNIG Passaporte: L0819536, Processo: 46094012884201113 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORU IDE Passaporte: MS7143446, Processo: 46094012503201198 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONG WON YOON Passaporte: JR4010300, Processo: 46094012687201196 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Satyendra Kumar Singh Passaporte: H3855230, Processo: 46094012730201113 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLA FERRANTE Passaporte: AA1580536, Processo: 46094012597201103 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YING WANG Passaporte: G43787815, Processo: 46094013325201112 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRISTOF JOHNY SAS Passaporte: EI518175, Processo: 46094012581201192 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIEN CLAUDE ALBERT ROLAND Passaporte: 08AZ78421, Processo: 46094012582201137 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCK ERIC FORMET Passaporte: 02ZT71576, Processo: 46094012580201148 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIEN ALAIN GHISALBERTI Passaporte: 05TP41026, Processo: 46094012578201179 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMMANUEL PIERRE HENRI FROMY Passaporte: 05FP15583, Processo: 46094012586201115 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIC GERARD LEOPOLD DELAUNAY Passaporte: 03EC58862, Processo: 46094012723201111 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LORENZO DI ROCCO Passaporte: E023033, Processo: 46094013178201181 Empresa: ROXAR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL SIMON SAMAHA JR. Passaporte: 404888125, Processo: 46094012616201193 Empresa: QUIMICA FARMACEUTICA NIKKHO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AVINASH DADARAO DHANDE Passaporte: H1374128, Processo: 46094012584201126 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-LUC BERGER Passaporte: 06AV45401, Processo: 46094012593201117 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS EDUARDO TORRES Passaporte: 022979645, Processo: 46094012724201166 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIELE PERISSINOTTO Passaporte: YA0131464, Processo: 46094012727201108 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FEDERICO BARTALI Passaporte: AA5012517, Processo: 46094012585201171 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIEN FAYET Passaporte: 04AK09884, Processo: 46094012575201135 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OTTO HERMANN KONRAD Passaporte: 889007087, Processo: 46094012583201181 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS WOLFGANG FUCHS Passaporte: CG45290YL, Processo: 46094012697201121 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estran-

EXEMPLAR DE ASSINANTE

geiro: JONGWON LEE Passaporte: M11050958, Processo: 46094012702201104 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYUNGMOO LEE Passaporte: M50164483, Processo: 46094012713201186 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEUNGEUN KIM Passaporte: GK1900211, Processo: 46094012714201121 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIHO LEE Passaporte: KR0470556, Processo: 46094012698201176 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINHYUN SEO Passaporte: BS 2652438, Processo: 46094012922201120 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUNG DAE KIM Passaporte: M73245477, Processo: 46094012711201197 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNHYUNG PARK Passaporte: M13587782, Processo: 46094012576201180 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN GERHARD WENIGER Passaporte: 886304739, Processo: 46094012579201113 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLO ABBAMONTE Passaporte: AA4395239, Processo: 46094012933201118 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL PUGA OLMOS Passaporte: GO6047017, Processo: 46094012690201118 Empresa: MICROSOFT INFORMATICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASHISH MEHNDI Passaporte: Z1962225, Processo: 46094012692201107 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUN SOO KANG Passaporte: NW1273297, Processo: 46094012694201198 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEOUNG IL SHIN Passaporte: M75089310, Processo: 46094012686201141 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Iiro Mauno Yrjaenae Jaakkola Passaporte: PL4547776, Processo: 46094012695201132 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYUNGSU KIM Passaporte: IC1062228, Processo: 46094013058201183 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUNGJIN CHOI Passaporte: NW1302772, Processo: 46094012693201143 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SU HWAN LEE Passaporte: M67242862, Processo: 46094012598201140 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIUS JAKOB NAUER Passaporte: F0182352, Processo: 46094012534201149 Empresa: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL CROFTS SCOTT Passaporte: 099087023, Processo: 46094013328201156 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOBUHIKO MAMADA Passaporte: TK1837495, Processo: 46094012950201147 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BJORN EGIL PAULSEN Passaporte: 02M0324803-25, Processo: 46094013230201107 Empresa: GE TRANSPORTES FERROVIARIOS S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICHOLAS DAVID NAGRODSKY Passaporte: 474652950, Processo: 46094013184201138 Empresa: BRASALPLA RIO DE JANEIRO - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS RHOMBERG Passaporte: P 5400040, Processo: 46094013174201101 Empresa: MURATA DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTACAO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HISAO GOTO Passaporte: TK0073251, Processo: 46094013177201136 Empresa: COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSUNESHIGE NOZAKI Passaporte: TK0833900, Processo: 46094013176201191 Empresa: COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOBUYA FUJIWARA Passaporte: TH4536143, Processo: 46094013206201160 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEIL ANDREW MARTLAND Passaporte: 040668418, Processo: 46094013214201114 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALVARO MARTINEZ MURRIETA Passaporte: GO6046611, Processo: 46094013136201140 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEAN LUC FRANÇOIS ANDRE GROIZARD Passaporte: 06AV71451, Processo: 46094013173201158 Empresa: MURATA DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTACAO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEAKI MATSUNAMI Passaporte: MS1707554, Processo: 46094013137201194 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIERRICK MARNAT Passaporte: 07BC83604, Processo: 46094013307201131 Empresa: BRASALPLA RIO DE JANEIRO - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOF KESSLER Passaporte: P 2464232, Processo: 46094012846201152 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KULDEEP KUMAR JINDAL Passaporte: F8806924, Processo: 46094013170201114 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND AUER Passaporte: F0771755, Processo: 46094013308201185 Empresa: BRASALPLA RIO DE JANEIRO - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORG EBENSBERGER Passaporte: P 1799052, Processo: 46094013310201154 Empresa: BRASALPLA RIO DE JANEIRO - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FREDY HEINRICH Passaporte: L 0623083 4, Processo: 46094013392201137 Empresa: GULF MARINE (SERVICOS MARITIMOS) DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIO SCHWARZKOPF Passaporte: CHLX371CX, Processo: 46094013315201187 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCIN FOSTRIAK Passaporte: AD9030210, Processo: 46094013316201121 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAMIL DANIEL OLSZOWSKI Passaporte: EB7527091, Processo: 46094013314201132 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIUSZ JANCZAK Passaporte: AS2069346, Processo: 46094012620201151 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN FILLION Passaporte: JQ844163.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094015326201100 Empresa: CENA CULTURAL PRODUCOES LTDA-EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA EMMA DE LAET Passaporte: EH214028 Estrangeiro: DANILO E. A. POVOLO Passaporte: EG223620 Estrangeiro: DIRK J. O. VAN VAERENBERGH Passaporte: EG626003 Estrangeiro: DOMINIQUE VAN DURME Passaporte: EH161224 Estrangeiro: EMILIE DE ROO Passaporte: EI068962 Estrangeiro: GERRIT BECKER Passaporte: NRK9KBD78 Estrangeiro: GRIETJE RACHEL KATLEEN DEBACKER Passaporte: EL636201 Estrangeiro: GUY GERMAIN GILBERT BAGUET Passaporte: EI623384 Estrangeiro: HENDRIK L. J. LEBON Passaporte: EG242621 Estrangeiro: KURT W. A. LEFEVRE Passaporte: EG209123 Estrangeiro: LIEVEN J. P. THYRION Passaporte: EG610687 Estrangeiro: LUC ABDON LUCRECE LAROY Passaporte: EH531908 Estrangeiro: RICHARD JEANNETTE DIERICK Passaporte: EH734961 Estrangeiro: RUDY RICHARD SUWYNS Passaporte: EI036662, Processo: 46094015471201182 Empresa: PLAYWORKS PROJETOS PROMOCIONAIS E DE LAZER LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER WALTHERUS ANTONIUS DEN OTTER Passaporte: NNKHRJJ73 Estrangeiro: ALIDA MARIA LE LOUX Passaporte: NPB53D949 Estrangeiro: ARJEN HOFMA Passaporte: NM6H9CH97 Estrangeiro: Anthony Patrick James McGuinness Passaporte: 99060514 Estrangeiro: BOB VAN BREE Passaporte: NM442RR98 Estrangeiro: DERK EDUARDUS MARIA VAN BERKEL Passaporte: NUOK7CDK5 Estrangeiro: EDWIN CORNELIS DE GEUS Passaporte: NSLL73J39 Estrangeiro: ELBERT AUGUST FRANK MEIJER Passaporte: NN25K9RC1 Estrangeiro: EMMA KUNTI ZEE Passaporte: NV22LF655 Estrangeiro: ERIC JOHANNES KEIJER Passaporte: NX76BRD84 Estrangeiro: JAN-WILLEM VAN DER MEER Passaporte: NU147J932 Estrangeiro: JASPER JOHANNES BORSBOOM Passaporte: NPL4LP3L7 Estrangeiro: JEROEN JOSEPHUS MARIE JANSEN Passaporte: NUF56CJR5 Estrangeiro: JEROEN WINNUBST Passaporte: NU35J8B01 Estrangeiro: JESSY GEORGE MAAS Passaporte: NV8F632C8 Estrangeiro: JOHANNIS KORNELIS LAVOOIJ Passaporte: NPBP3H9F6 Estrangeiro: JORIS HENDRIK JOOSEN Passaporte: NR3F5PCK4 Estrangeiro: MAARTEN GEVERINK Passaporte: NW501BCK0 Estrangeiro: MARCEL BINNENMARSCH Passaporte: NWJRF5P68 Estrangeiro: MARCUS LEONARDUS JOHANNES HOUTMAN Passaporte: NSR201F60 Estrangeiro: MARKO ARAVENA MOYA Passaporte: 7727790126 Estrangeiro: MARTIN CRUL Passaporte: NY575CP41 Estrangeiro: MARTIN JOSEPH RYAN Passaporte: 704671590 Estrangeiro: MELANIE LEMM Passaporte: C7GG3YVZH Estrangeiro: MELISSA TIBA EL ARABY Passaporte: NVH1R1KK0 Estrangeiro: MICHA MULDER Passaporte: NTL760R21 Estrangeiro: NIELS CORNELIS VAN DE WIJNGAART Passaporte: NSJP000F4 Estrangeiro: OLGA FRANCISCA CAROLA PETRONELLA ZEGERS Passaporte: NRK2J4900 Estrangeiro: PAAVO OLAVI SILJAMÄKI Passaporte: PR5677810 Estrangeiro: PATRICIA MARGARIDA VAN ROESSEL Passaporte: NYP7LD8H0 Estrangeiro: PAUL ROELOF JOZEF PHILIPSEN Passaporte: NPP7BH084 Estrangeiro: PIETER BASTIAAN BOSUA Passaporte: NP5R631C4 Estrangeiro: REMCO HAKKERT Passaporte: NV6HDHB44 Estrangeiro: RODGER WILLEM BLOM Passaporte: BK6BF01L5 Estrangeiro: RODIN RAOUL VAN DER BEEK Passaporte: NR3KP71D3 Estrangeiro: ROGER RENE SANCHEZ Passaporte: 422075581 Estrangeiro: RUBEN DE GROOT Passaporte: NP3CJB085 Estrangeiro: RYAN GARY RADDON Passaporte: USA113326298 Estrangeiro: SANDER INO MELVIN VERMEULEN Passaporte: NTJ4426P6 Estrangeiro: SANDER WERKMAN Passaporte: NRP5JKHF3 Estrangeiro: SASJA STRENGHOLT Passaporte: NP7HL91D0 Estrangeiro: SEAN ALEXANDER HEIJGEN Passaporte: NMDHJ2D83 Estrangeiro: STEVEN VERSPRILLE Passaporte: NTH22L8H3 Estrangeiro: THOMAS JOHANNES MARIA VAN DEN HOUDT Passaporte: NUHCF95J8 Estrangeiro: TIMAR RYU EBBINGE Passaporte: NY9L68597 Estrangeiro: Wouter Willem Nieuwendijk Passaporte: NMKPL0704, Processo: 46094015173201192 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BORIS BELKIN Passaporte: EI274483, Processo: 46094015008201131 Empresa: NUESTRA SANGRE ENTRETENIMENTO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT WAYNE WATTERS Passaporte: 445212665, Processo: 46094015670201191 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYAN GARY RADDON Passaporte: 113326298, Processo: 46094015668201111 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD CARROLL Passaporte: 433213498, Processo: 46094015553201127 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CLERRENS MILTON BEKKER Passaporte: NV46JP6L7 Estrangeiro: ELLIOTT SMALL Passaporte: 452688587 Estrangeiro: ERIKA JANE DUFFEE Passaporte: 210606555 Estrangeiro: GUIDO NISENSON Passaporte: 14900346 Estrangeiro: JASON TAMBA Passaporte: OB0137127 Estrangeiro: JUAN CARLOS PORTILLO NAVA Passaporte: C1865929 Estrangeiro: MARK EDWARD JOHNSON Passaporte: 039068761 Estrangeiro: MERMANS KENKOSENKI MOSENGO Passaporte: OB0137247 Estrangeiro: MOHAMMED ALIDU Passaporte: 444517867 Estrangeiro: PETER JOSEPH BUNETTA Passaporte: 039261728 Estrangeiro: ROBERTO LUTI Passaporte: AA2693832 Estrangeiro: RUTH LIPUO TSIRA Passaporte: 446125994 Estrangeiro: SOYAPHI LOUIS MHLANGA Passaporte: 476755826, Processo: 46094015551201138 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL VATER Passaporte: 2495433936, Processo: 46094016133201168 Empresa: SONY MUSIC ENTERTAINMENT BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN WILLARD WILLIS Passaporte: 473913173 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAELESSI Passaporte: 209350596 Estrangeiro: DAVID RONALD CARR Passaporte: 213261273 Estrangeiro: JAMES BRIAN MCSWEENEY Passaporte: 464638895 Estrangeiro: JASON EDWARD HOARD Passaporte: 089960969 Estrangeiro: JASON EDWARD HOARD Passaporte: 481086825 Estrangeiro: JENNIFER LYNN TACKETT Passaporte: 432712723 Estrangeiro: JOHN LOTTMAN SHUDDE JR Passaporte: 135360030 Estrangeiro: JOHNNY MAC POWELL Passaporte: 213205969 Estrangeiro: KERRIE DIONNE ROBERTS Passaporte: 048143904 Estrangeiro: LESLEY KATHRYN CARAWAY Passaporte: 462322097 Estrangeiro: MARK DAVID LEE Passaporte: 213260502 Estrangeiro: MATTHEW AARON GUICE Passaporte: 430521432 Estrangeiro: NATHANIEL CRAIG EHMAN Passaporte: 403604076 Estrangeiro: NIGEL ANTHONY JAMES Passaporte: 099130553 Estrangeiro: SAMUEL TAI ANDERSON Passaporte: 213088152 Estrangeiro: SCOTTY JOHNNY WILBANKS Passaporte: 407176391 Estrangeiro: TAYLOR GLENN PRICE Passaporte: 406295457, Processo: 46094015626201181 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK EDWIN SHIPWAY Passaporte: 106017739, Processo: 46094016033201131 Empresa: ELLO MODEL MANAGEMENT - AGENCIA DE MODELOS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ZSÓFIA SREJ Passaporte: BA1162716, Processo: 46094016032201197 Empresa: ELLO MODEL MANAGEMENT - AGENCIA DE MODELOS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA KASHLEVA Passaporte: 63N9975695, Processo: 46094015669201166 Empresa: DJ'S E DESIGN COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURT MICHAEL KRONENBERGER Passaporte: 951629008 Estrangeiro: STEFFEN FRIEDRICH HARNING Passaporte: CH1HMVHPY, Processo: 46094015774201103 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Anthony John Medeski Passaporte: 112666719 Estrangeiro: Christopher Barry Wood Passaporte: 458004903 Estrangeiro: Eric John Addeo Passaporte: 452096251 Estrangeiro: Kenneth Michael Raduazzo Passaporte: 454948951 Estrangeiro: William David Evans Passaporte: 141524222 Estrangeiro: William Hugh Martin Passaporte: 458004902, Processo: 46094015775201140 Empresa: MANIFESTO PUB BAR E LANCHES LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Brian Dixon Passaporte: 040502214 Estrangeiro: David Antony Moore Passaporte: 210152425 Estrangeiro: Garry Paul Jennings Passaporte: 455354846 Estrangeiro: Hans Nagtegaal Passaporte: BYLCF5L85 Estrangeiro: Konstantinous Kospopoulos Passaporte: AA0757132 Estrangeiro: Lee Robert Dorrian Passaporte: 085192757 Estrangeiro: Scott Roy Carlson Passaporte: 209590528, Processo: 46094015773201151 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GEOFFREY ROBERT GILLETTE Passaporte: 207762114 Estrangeiro: JAMES ROBERT HASLIP Passaporte: 039067984 Estrangeiro: JEFFREY MARK NEBEN Passaporte: 214108993 Estrangeiro: ROBERT ALAN MINTZER Passaporte: 210184052 Estrangeiro: RUSSEL KEITH FERRANTE Passaporte: 113555038 Estrangeiro: WILLIAM BRIAN KENNEDY Passaporte: 480419838, Processo: 46094015772201114 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Amadou Seck Passaporte: NVCLC4100 Estrangeiro: Elmer Roger Ninvalle Passaporte: NVRF9RBF2 Estrangeiro: Gideon David Hamburger Passaporte: NY64CO4J8 Estrangeiro: Maarten Adriaan Bakker Passaporte: NSFP7K611 Estrangeiro: Nana Twum Barimah Passaporte: NS7JC9482 Estrangeiro: Saskia Magndalena Johanna Laroo Passaporte: NV5200R73 Estrangeiro: Warren Gilbert Byrd Passaporte: 483653897 Estrangeiro: Willem Smid Passaporte: NX0CJDJP2, Processo: 46094015944201141 Empresa: 27 MAIS 1 COMUNICACAO VISUAL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAITO MANABE Passaporte: TH4019328, Processo: 46094016201201199 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANJELIKA LEA JOSEPH Passaporte: 472361238 Estrangeiro: DARRELL JOSEPH LAVIGNE Passaporte: 440378284 Estrangeiro: DONALD RAMSEY Passaporte: 473881263 Estrangeiro: ERICA MONIQUE FALLS Passaporte: 402545524 Estrangeiro: JASON TRAVIS L HODGE Passaporte: 436148374 Estrangeiro: MELANEY WILLIAMS BATISTE Passaporte: 404705587 Estrangeiro: RICKEY ALLEN DUFFY JR Passaporte: 405719404, Processo: 46094015945201196 Empresa: SR PROMOCOES CULTURAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO CARMIGNANI Passaporte: AA0984341 Estrangeiro: BENJAMIN FABIEN JEAN-LOUIS Passaporte: EH360745 Estrangeiro: CARMEN MARÍA FERNÁNDEZ PAZ Passaporte: BE776714 Estrangeiro: CHRISTOPHE EDMOND FRANK CUYT Passaporte: EH938695 Estrangeiro: COLIN CHYC Passaporte: 107957988 Estrangeiro: DAVID RIK JACQUES GEORGES VANDEVELDE Passaporte: EH088331 Estrangeiro: JOHN RHODES Passaporte: 302035306 Estrangeiro: JOÃO CARLOS DA CONCEIÇÃO MENDES Passaporte: L219054 Estrangeiro: JULIAN MARK GEOFFREY HILL Passaporte: M7785340 Estrangeiro: JULIEN DANIEL PONCELET Passaporte: EI201943 Estrangeiro: LARS CHRISTIAN KALKE Passaporte: 131532716 Estrangeiro: LAURENT BERNARD HENRI LUDOVIC ROBERT Passaporte: EH922608 Estrangeiro: MARTIN GUSINDE Passaporte: 5289325709 Estrangeiro: MATHIEU ANTOINE Passaporte: EI478173 Estrangeiro: MIGUEL DE LA FUENTE GRACIANI Passaporte: AAA360598 Estrangeiro: PHILIPPE CHARLES THIERRY E. VAN DERPERREN Passaporte: EI335506 Estrangeiro: STEFAAN F. H. M. MICHELS Passaporte: EF819570 Estrangeiro: TORBEN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLAMM Passaporte: C1T0VYMNM Estrangeiro: VICTOR EUGENE BOHT Passaporte: C74838205 Estrangeiro: YSABEL VANGRUDENBERG Passaporte: EH923249, Processo: 46094016291201118 Empresa: LISANDRA NAZARE ROMA ASSUNCAO LEITE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADEMAR DANILO SANTOS JUNIOR Passaporte: CZ525375 Estrangeiro: ALTHEA MARIE LAYNE HAMILTON Passaporte: A3189217 Estrangeiro: ANDREW CHAD MARSH Passaporte: A3198780 Estrangeiro: CHRISTOPHER COLIN SMITH Passaporte: A3109111 Estrangeiro: COURICK MIGUEL CARLINGTON CLARKE Passaporte: A3233435 Estrangeiro: DEAN IVANHOE FRASER Passaporte: 464120326 Estrangeiro: GLENROY ALANZO JAMES BROWNE Passaporte: A3235886 Estrangeiro: LAMONT ST PATRICK BARRINGTON SAVORY Passaporte: A3108762 Estrangeiro: LERONE ANDRE HOWARD CHUTKAN Passaporte: A3179770 Estrangeiro: OMAR RUBEN RILEY Passaporte: 445700245 Estrangeiro: ORAL PHILL BROWN Passaporte: A3109596 Estrangeiro: ROMEL O'BRIEN MARSHALL Passaporte: A3235949 Estrangeiro: SHERIDA SACHA GAYE SHARPE Passaporte: A3096342 Estrangeiro: SYDNEY WATSON Passaporte: A3109098.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094002705201121 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNE KRISTIAN HOLM Passaporte: 21232858 Estrangeiro: GEIR SORENSEN Passaporte: 02-M0404367-27 Estrangeiro: JARL OVE BRINGSVOR Passaporte: 26431794 Estrangeiro: JON ARNE PEDERSEN Passaporte: 27543740 Estrangeiro: KAARE INGE RANUM Passaporte: 27787687 Estrangeiro: KNUT OTTO MYKLEBUST Passaporte: 26893507 Estrangeiro: OLAV ARNE KRISTIANSEN Passaporte: 25721263 Estrangeiro: TOR ARNE HELLAND Passaporte: 27372427, Processo: 46094002494201127 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENGT RENÉ STOEA Passaporte: 26875616 Estrangeiro: BJARNE OTTO NORDGAARD Passaporte: 27009423 Estrangeiro: BJOERN ARVE SJAAVIK Passaporte: 25521129 Estrangeiro: ESPEN HAUGLAND Passaporte: 26890914 Estrangeiro: IVAR PEDER GRIP Passaporte: 28115126 Estrangeiro: JAN AGA Passaporte: 27092716 Estrangeiro: KAY STIAN DANIELSEN Passaporte: 27141148 Estrangeiro: LEIF-JOHNNY THORSEN Passaporte: 20759412 Estrangeiro: STIG LARSEN Passaporte: 26548740 Estrangeiro: SVEN MORTEN AMLAND Passaporte: 25158278, Processo: 46094002504201124 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARILD DAHL Passaporte: 27567766 Estrangeiro: CATO DAGSVOLD Passaporte: 25627167 Estrangeiro: GEIR KVAMMEN Passaporte: 26893116 Estrangeiro: KJETIL OEYE Passaporte: 26185125 Estrangeiro: NILS MORTEN FALSTAD Passaporte: 26363523 Estrangeiro: REIDAR KIRKE Passaporte: 101829634 Estrangeiro: ROLF REIDAR NILSEN Passaporte: 27530623 Estrangeiro: SINDRE AARSETH Passaporte: 27089188, Processo: 46094004245201176 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRANKO RADMAN Passaporte: P00083274, Processo: 46094006461201156 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABRAHAM MABAYLAN GALLINERO Passaporte: XX5196451 Estrangeiro: ALLAN HERMOSO GUERRA Passaporte: XX0655945 Estrangeiro: ELDORADO ABLANDO VILLARUZ Passaporte: XX0268737 Estrangeiro: HERMINIO RAYOS MORALES Passaporte: XX0746994 Estrangeiro: JOVEN MUYOT BABATE Passaporte: XX4654410 Estrangeiro: PAUL MANAOIS SANCHEZ Passaporte: VV0068655 Estrangeiro: RONULITO PAJO CORCINO Passaporte: XX3110320 Estrangeiro: RUDERICK TARROJA MATTA Passaporte: XX0080363 Estrangeiro: SATURNINO ALDERITE ELEVERA Passaporte: EB0614485, Processo: 46094005051201198 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIETER LEENDERT RIJSDAM Passaporte: NM43C12K3 Estrangeiro: SCOTT VINCENT MC KNIGHT I Passaporte: 460529270, Processo: 46094010123201119 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUZANNE EMMA STALEY Passaporte: 303768673, Processo: 46094010921201141 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Przemyslaw Robert Wiktorko Passaporte: AP1993669, Processo: 46094012361201169 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LENNART ROGER AAMBOE Passaporte: 25976278 Estrangeiro: RUNE NARREVIK Passaporte: 27512652 Estrangeiro: STEINAR OLSEN Passaporte: 27553419 Estrangeiro: SVEN INGE KRYGAARD Passaporte: 25668018 Estrangeiro: TERJE SAESTAD Passaporte: 25917225 Estrangeiro: TOR BJOERN JEKTEBERG Passaporte: 26212920, Processo: 46094011626201110 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CESAR FERNANDO VASQUEZ ASTETE Passaporte: 4121757, Processo: 46094011923201157 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUNNEL NERY TORRES Passaporte: XX0749344, Processo: 46094012126201197 Empresa: DOF NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/07/2012 Estrangeiro: GUNNAR ROBERT BUSCHMANN Passaporte: 25314074, Processo: 46094013682201181 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERALD DRU NELSON Passaporte: 307003011, Processo: 46094013358201162 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 29/04/2013 Estrangeiro: MICHAEL JOSEPH FORTIER Passaporte: 421645956, Processo: 46094012215201133 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN WAYNE JOWERS Passaporte: 461118427, Processo: 46094012397201142 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CALEB JAMES EASTON Passaporte: 208055153, Processo: 46094013417201101 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: REYNALDO VENERACION ESTUCADO Passaporte: XX4399277, Processo: 46094013547201135 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AYE MIN ZAW Passaporte: M322792, Processo: 46094014189201188 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD SALMI BIN ABDULLAH Passaporte: A19287163, Processo: 46094013412201170 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES PETER DURIAS LIM Passaporte: XX0556176, Processo: 46094013376201144 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANUS SUNDSTEIN JOANESARSON Passaporte: 203947265, Processo: 46094013335201158 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAWEL TADEUSZ PAWLUS Passaporte: EA 9517578, Processo: 46094013419201191 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIU FURTUNOV Passaporte: 12899557, Processo: 46094013418201147 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERDINAND ERVIN STADLER Passaporte: 14402614, Processo: 46094013337201147 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP TALBOT Passaporte: 400036683, Processo: 46094013416201158 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ADRIAN CATALIN DUMINICA Passaporte: 11024926, Processo: 46094013415201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMEO DE GUZMAN TEMONIO Passaporte: EB0714142, Processo: 46094013338201191 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BERNARDO JR. BAEL NAPEÑAS Passaporte: XX4991430 Estrangeiro: RENAN GARCIA AGBADA Passaporte: VV0507869, Processo: 46094013877201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: DANILO GUILLERMO LOZANO Passaporte: EB0717047 Estrangeiro: NARCISO JR PENTECOSTES SACMAR Passaporte: UU0122852, Processo: 46094013413201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/09/2012 Estrangeiro: JOSEPH CRUZ SEVILLA Passaporte: XX4551381, Processo: 46094013403201189 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: FEDERICO ARQUILLANO MANERA Passaporte: EB1448206 Estrangeiro: PRIMOLINO LIRIO MEMBREBE Passaporte: XX2247214, Processo: 46094013334201111 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIKS BARDA Passaporte: LN0746918, Processo: 46094013421201161 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: IRENEO JR ADER LELIZA Passaporte: XX2787443, Processo: 46094013410201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ANDREW MALIG CABABAY Passaporte: WW0230101 Estrangeiro: DANTE TALENTO CABAJAR Passaporte: XX0769710 Estrangeiro: GERALD GILLO PARCIA Passaporte: EB1934771 Estrangeiro: MARK ANTHONY PAMATIAN ONTAL Passaporte: XX0646859 Estrangeiro: RAMON BULAY ISAAC Passaporte: EB2298833, Processo: 46094013420201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/0012 Estrangeiro: KONSTANTINOS KARAPAS Passaporte: AH1906482, Processo: 46094013284201164 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN ANDERSON ALEXANDER III Passaporte: 104607510 Estrangeiro: DANIEL SPENCER ZIGLAR Passaporte: 436611976 Estrangeiro: KURT BRIAN MADSEN Passaporte: 450482854 Estrangeiro: SIMON NICHOLAS AIREY Passaporte: 464226178 Estrangeiro: VLAD SKYRING Passaporte: KH1870502, Processo: 46094013379201188 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: ROD STEVEN RIX Passaporte: 099167206, Processo: 46094013709201135 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: DUJE MISE Passaporte: 027240573 Estrangeiro: JACEK DAMIAN SIWEK Passaporte: AU0231846, Processo: 46094013505201102 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2012 Estrangeiro: ABDELLATIF DEMERDASH AHMED DEMERDASH Passaporte: A00616776 Estrangeiro: NASSER ABDELMONEIM YOUSSEF IBRAHIM Passaporte: A00923793 Estrangeiro: NUNO EMANUEL HENRIQUES FERREIRA DE CARVALHO Passaporte: L173380, Processo: 46094013397201160 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEIL PETER GILLIES Passaporte: 400303654, Processo: 46094013405201178 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/12/2011 Estrangeiro: SHAIK FAIZAL ALAM AILA Passaporte: B3589080 Estrangeiro: SUJIT BABAJI PEDNEKAR Passaporte: E5606234, Processo: 46094013699201138 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: HUBERT MARCIN BOBROWSKI Passaporte: AM5310140 Estrangeiro: PIOTR KAZIMIERZ ZMICH Passaporte: AM2047984, Processo: 46094013380201111 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: WALDEMAR WLODZIMIERZ RESZKE Passaporte: EA5404616, Processo: 46094013506201149 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2012 Estrangeiro: NABIL OUESLATI Passaporte: W342771 Estrangeiro: WONG SOON WAI Passaporte: A24407120, Processo: 46094013400201145 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAGNO JR LEANO SORIANO Passaporte: XX3706033, Processo: 46094013414201169 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: ELMER ANTONIO LAZO AGUILAR Passaporte: B187705, Processo: 46094013283201110 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 01/04/2013 Estrangeiro: JANE BENNISON SHERROD Passaporte: 134967766 Estrangeiro: NATHAN J BUSBY Passaporte: 136072498 Estrangeiro: STEPHEN JAMES ANDREWS Passaporte: 093124559 Estrangeiro: THOMAS ELLIOTT PAYNE Passaporte: 422081402, Processo: 46094013873201142 Empresa: ENSCO BRAZIL-SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARL RAY HARPER Passaporte: 423914471 Estrangeiro: CECIL ZEBEDEE HENDERSON Passaporte: 216019534 Estrangeiro: CLINT LEE FORESTER Passaporte: 445879143 Estrangeiro: CRAIG LESLEY GAMBLE-ALMSTROM Passaporte: M9195651 Estrangeiro: DUSTIN CHARLES JACKSON Passaporte: 420245698 Estrangeiro: ERIC WAYNE GREEN Passaporte: 444689870 Estrangeiro: GORDON STIG AKE GILLIES Passaporte: 093107803 Estrangeiro: JAMES DONALD SONNIER JR. Passaporte: 469325761 Estrangeiro: JAMES WILLIAM ROBERTSON Passaporte: 441224363 Estrangeiro: JERRY DOUGLAS HOPKINS Passaporte: 452716282 Estrangeiro: JOHN BOSCO PAISLEY Passaporte: N2607276 Estrangeiro: JUSTIN LYNN MAXWELL Passaporte: 444026130 Estrangeiro: KENNETH KEVIN GRIFFIN Passaporte: 405464948 Estrangeiro: KENT WILSON KILLION Passaporte: 017104983 Estrangeiro: MARCUS SHANE PAUL Passaporte: 400412534 Estrangeiro: MICHAEL TODD HILEMAN Passaporte: 439870042 Estrangeiro: MURRAY JOSEPH GROS JR Passaporte: 482525189 Estrangeiro: PATRICK NEIL HANNIGAN Passaporte: 057577081 Estrangeiro: ROSS ADRIAN MCDAVITT Passaporte: E4020252 Estrangeiro: STEPHEN FRANK SEMANEK JR Passaporte: 134781037 Estrangeiro: VILIAMI DANIEL VENUS TAPEALAVA Passaporte: M2159489 Estrangeiro: WILLIAM DEAN LONG Passaporte: 134318389 Estrangeiro: WILLIAM GUY LOFTIN Passaporte: 406313529, Processo: 46094013559201160 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY JOHN GIBBS Passaporte: 761114992, Processo: 46094013834201145 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTON MAZUROV Passaporte: EK988358 Estrangeiro: OLEKSANDR CHERNOV Passaporte: EK 533619 Estrangeiro: VIKTOR GRYTSENKO Passaporte: EE280264, Processo: 46094013386201180 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEROEN WOLF Passaporte: BK74PK670, Processo: 46094013299201122 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANISH VERMA Passaporte: G1310448, Processo: 46094013385201135 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK MENTON Passaporte: 213787610, Processo: 46094013398201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: UPKAR SINGH GAMBHIR Passaporte: E3725430 Estrangeiro: VISHWA DEV KANDREGULA Passaporte: G2149102, Processo: 46094013384201191 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERRANCE ANTHONY WILLIAMS Passaporte: 407736101, Processo: 46094013402201134 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/08/2011 Estrangeiro: JOSEPH TONGOL ESTEBAN Passaporte: EB0170083 Estrangeiro: RAMIL VILLANUEVA GALVEZ Passaporte: XX5627240, Processo: 46094013558201115 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAR TJOSTLAND Passaporte: 27011326, Processo: 46094013564201172 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD ALBERTO NEATE Passaporte: 099161965, Processo: 46094013411201125 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODOLFO LASUAY NAVIGAR Passaporte: TT0327231, Processo: 46094013399201159 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/09/2011 Estrangeiro: HARBIR SINGH KANWAR Passaporte: Z2197604 Estrangeiro: MANISH CHANDRA Passaporte: G5737244 Estrangeiro: SUPRATIK KAR Passaporte: F9197767 Estrangeiro: VIDYA NAND BILAGI Passaporte: B5731506, Processo: 46094013879201110 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/05/2012 Estrangeiro: ARE EILIF HANSEN Passaporte: 28146502, Processo: 46094014188201133 Empresa: SBM SERVICOS LTDA. Prazo: até 08/04/2012 Estrangeiro: LARS PETER QVIST Passaporte: 62042596, Processo: 46094013835201190 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMANUEL MONICA FILIPE Passaporte: L636121, Processo: 46094013982201160 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: BORIS SMILJANIC Passaporte: 003158342, Processo: 46094013809201161 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 30/10/2012 Estrangeiro: GOPESH KIZHAKETHIL GOPI Passaporte: H6619536, Processo: 46094013841201147 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MALCOLM JOHN PHILLIPS Passaporte: 093116511, Processo: 46094013890201180 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN DURWARD HARRIS Passaporte: 480289919, Processo: 46094013509201182 Empresa: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S/A Prazo: até 08/09/2011 Estrangeiro: MICHAEL HANJO KUGLER Passaporte: 177807829, Processo: 46094013477201115 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 23/03/2012 Estrangeiro: DEREK CLARK Passaporte: 403001673, Processo: 46094013891201124 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS C NOLAN Passaporte: 400754282, Processo: 46094013472201192 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: FRASER ALAN JAMIESON PICKEN Passaporte: 453637685, Processo: 46094013557201171 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUDMUNDUR SVEINJÖRNSSON Passaporte: A2127933 Estrangeiro: HÖRDUR HARDARSON Passaporte: A2210012 Estrangeiro: ULFAR THOR VIDARSSON Passaporte: A2211329, Processo: 46094013475201126 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 03/01/2012 Estrangeiro: JAMES PATRICK WHITE Passaporte: L4559091 Estrangeiro: LEON ANTHONY SCHIRO III Passaporte: 478902521 Estrangeiro: MAMORA ANAK NYANDOT Passaporte: K18016290

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estrangeiro: SCOTT EDWARD STANTON Passaporte: 047127437 Estrangeiro: SHANIL KAIPANTHODI Passaporte: H7238852, Processo: 46094013474201181 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: MAARTEN JOHAN VERMEULEN Passaporte: NXF1BFRK9, Processo: 46094013839201178 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ALEXANDRE FERNANDES Passaporte: H 547163 Estrangeiro: LUIS MANUEL CASTRO TEIGA Passaporte: L 435669 Estrangeiro: PAULO JORGE DE BRITO APOLO LUTA Passaporte: L 699040, Processo: 46094013707201146 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 01/03/2012 Estrangeiro: EDWIN BUENCOSEJO VILLAR Passaporte: XX0309348 Estrangeiro: RANILLO BANTAYAN DE CLARO Passaporte: XX3764335, Processo: 46094013710201160 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: ANDRIY YEFYMOV Passaporte: EM002371 Estrangeiro: DAVOR SAVRETIC Passaporte: 135730411, Processo: 46094013840201101 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS-BO PEETZ-SCHOU Passaporte: 204905410, Processo: 46094013706201100 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/07/2012 Estrangeiro: MAREK CZUJAN Passaporte: AD4529748 Estrangeiro: MARTINS BAUMANIS Passaporte: LV3219634, Processo: 46094013836201134 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRY CUIZON GANTUANGKO Passaporte: XX2828758 Estrangeiro: JAN LEMUEL CALUYA CAMACHO Passaporte: EB0663571 Estrangeiro: JOMARK ESOGON RETES Passaporte: WW0087381 Estrangeiro: JUNE MARK SUPRESENCIA LUNAPSE Passaporte: EB1406941 Estrangeiro: NICHOLIE BABARAN ORCA Passaporte: EB1149386 Estrangeiro: RYAN ZURITA BUHION Passaporte: XX0800578, Processo: 46094013719201171 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 03/01/2012 Estrangeiro: AJUN ANAK IGOH Passaporte: K20079907 Estrangeiro: ANTHONY ANAK KEDIT Passaporte: K16808778 Estrangeiro: CURTIS HOWARD WATSON JR Passaporte: 438109269 Estrangeiro: FRANCIS JOHN UNDERWOOD Passaporte: 404704286, Processo: 46094013476201171 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AARON PETER ELLIS Passaporte: 306620731 Estrangeiro: JEREMY WYATT DALE Passaporte: 405709679 Estrangeiro: TERRY JOSEPH DIBBLE Passaporte: 473467272, Processo: 46094013875201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODOLFO JR. PRAGALE ALFANE Passaporte: EB1187690 Estrangeiro: ROMULO ESPERO CARIASO Passaporte: XX2333324, Processo: 46094013880201144 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY GEORGE ALLEN Passaporte: 105982185, Processo: 46094013878201175 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX AUSTIN MURPHY Passaporte: 111229868, Processo: 46094013874201197 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: ADRIAN VALENTIN DOBOS Passaporte: 12783477 Estrangeiro: AURELIAN TANASE Passaporte: 11466762 Estrangeiro: GRIGORE IONESCU Passaporte: 12514187 Estrangeiro: ROMEO JR. MAGDAY BARROGA Passaporte: XX2436009, Processo: 46094014075201138 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIETER WILLEM VAN DER WALT Passaporte: M00008694, Processo: 46094013717201181 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL OWHORCHUKU CHUKUNDAH Passaporte: A02690793, Processo: 46094013876201186 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN JEREMIAH GRAVES Passaporte: 135920995, Processo: 46094014132201189 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS JOHN BOOTH Passaporte: 401280183, Processo: 46094014133201123 Empresa: ENSCO BRAZIL-SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN FRANKLIN FOREMAN Passaporte: 134341406 Estrangeiro: BOBBY NEIL BURNEY Passaporte: 448365219 Estrangeiro: DANIEL JOHN SALAY Passaporte: N3460593 Estrangeiro: FELIX MICHAEL BLAYNEY Passaporte: M9264906 Estrangeiro: FREDRICK LEE BRADSHAW Passaporte: 449098674 Estrangeiro: GERONIMO ACOSTA Passaporte: E3064453 Estrangeiro: IAN FRASER ABBOTT Passaporte: 099008842 Estrangeiro: JAMES DONALD MILLER JR Passaporte: 466501929 Estrangeiro: JOSEPH DARREN DUNN Passaporte: 447871532 Estrangeiro: KURT JAMES MOREHEAD Passaporte: 449941172 Estrangeiro: MELVIN C EALEY Passaporte: 448146541 Estrangeiro: MICHAEL EDWARD LOVE Passaporte: 135824358 Estrangeiro: MICHAEL TREVOR BOURN Passaporte: N4850661 Estrangeiro: PATRICK LAVON MC GEE Passaporte: 443503514 Estrangeiro: RAHUL MUKUND APTE Passaporte: Z2112214 Estrangeiro: SCOTT ROBERT MARTIN Passaporte: N2734385 Estrangeiro: TIMOTHY JOSEPH MC ELVEEN Passaporte: 431598423, Processo: 46094014060201170 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 23/03/2013 Estrangeiro: CHAOSHENG RUI Passaporte: G34417778, Processo: 46094014061201114 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 23/03/2013 Estrangeiro: ELMOR MIRANDA MANAL Passaporte: XX5234691 Estrangeiro: JOEBEL NISPEROS GUINTAWAN Passaporte: XX4855071 Estrangeiro: ROLAN BENOLLAS BALDOMAR Passaporte: XX5184977, Processo: 46094013919201123 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: GREGORY FRANCIS HUDSON Passaporte: 099130295, Processo: 46094013918201189 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: GLICERIO JR. PEÑAFLOR BAUNO Passaporte: EB0709541, Processo: 46094013917201134 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: NOEL DIOLA GARCIA Passaporte: EB0807226, Processo: 46094014139201109 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: DANTE GASTADOR COYOCA Passaporte: WW 0009176, Processo: 46094013915201145 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: REYNALDO CODILLA PAREJA Passaporte: VV0114315, Processo: 46094013916201190 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ARNOLD PAREJA LANCHINEBRE Passaporte: EB0579884, Processo: 46094013912201110 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: NELSON JR PAREJA GELILANG Passaporte: XX3033782, Processo: 46094014140201125 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: GAY LORD DELA CERNA BACALSO Passaporte: XX5663053, Processo: 46094013914201109 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: TRIFON MALINAO BAUNO Passaporte: XX1860871, Processo: 46094013913201156 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: NESTOR SANTOS BERGONIO Passaporte: XX4737656, Processo: 46094013922201147 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARRIE PLOURDE NORTON Passaporte: 472014499, Processo: 46094013909201198 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: NORBERTO JR DARIO SELIM Passaporte: XX4841549, Processo: 46094014183201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOS KATRIS Passaporte: AE2377121, Processo: 46094013910201112 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 19/02/2012 Estrangeiro: ROGELIO GAYAS ALIPALA Passaporte: XX2759766, Processo: 46094014187201199 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAMDO BECIROVIC Passaporte: 001527028, Processo: 46094014185201108 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMANOUIL MAKRAKIS Passaporte: AE7221371, Processo: 46094014186201144 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIO CESAR SOMOZA MENDOZA Passaporte: A03491521, Processo: 46094014182201166 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: CESAR ENRIQUEZ SANTOS Passaporte: XX4375898 Estrangeiro: ULPIANO COMENDADOR COLIPAPA Passaporte: XX1106398.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094009456201103 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Edmee Marie Paule Therese Cornette Passaporte: 08AK22423.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094012003201156 Empresa: MITSUBA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROSHI NAGASAWA Passaporte: TG 5360210, Processo: 46094012034201115 Empresa: M&O PARTNERS REPRESENTACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL WHITTAKER Passaporte: 27457408, Processo: 46094011874201152 Empresa: OSVALDO MATOS BRASIL COMERCIO DE APARELHOS DE ILUMINACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS JORGE SARMENTO DE BEIRES DOS SANTOS FERNANDES Passaporte: G766500, Processo: 46094012287201181 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: AKIO ENOMOTO Passaporte: TH7634568.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094001959201122 Empresa: RPM COMERCIO,IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO PERSICO Passaporte: AA3256118, Processo: 46094008605201117 Empresa: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BYEONG RYEOL CHOI Passaporte: M89008066, Processo: 46094010165201150 Empresa: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUICHI SASAKI Passaporte: TZ0408411, Processo: 46094010286201100 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Masahiro Takedagawa Passaporte: MZ0487960, Processo: 46094010287201146 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Yukio Kishigami Passaporte: TH 5448400, Processo: 46094012119201195 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKUJI MASUTANI Passaporte: TH0824357, Processo: 46094010292201159 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Bengt Magnus Karlson Passaporte: 81104005, Processo: 46094011715201158 Empresa: NORVENTO BRASIL ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DOMINGO RAMALLEIRA VAZQUEZ Passaporte: BA582030, Processo: 46094011960201165 Empresa: MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY LIMITED - ESCRITORIO DE REPRESENTACAO NO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: EIICHI MIZUI Passaporte: TH4431288, Processo: 46094011961201118 Empresa: MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY LIMITED - ESCRITORIO DE REPRESENTACAO NO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TAKATO KATO Passaporte: TH9474551, Processo: 46094011752201166 Empresa: CHINA METAIS E MINERAIS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LISHENG GUO Passaporte: P01180237, Processo: 46094011805201149 Empresa: NYK LINE DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUNICHI KAWATE Passaporte: TG 8260777, Processo: 46094011171201124 Empresa: ITW WELDING PRODUTOS PARA SOLDAGEM LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JESUS RAFAEL CRESPO MOROS Passaporte: G01653042, Processo: 46094011947201114 Empresa: GEP BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LEOPOLDO SAN MARTIN REGNE Passaporte: AE699057, Processo: 46094011962201154 Empresa: CONSTRUTORA TODA DO BRASIL SA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SATOSHI MIKAMI Passaporte: TH9848091, Processo: 46094011728201127 Empresa: DELTA GREENTECH (BRASIL) SA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILLIAM BILLY BRADSHAW Passaporte: 437254538, Processo: 46094011649201116 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DO HYUNG KIM Passaporte: M16999075, Processo: 46094011714201111 Empresa: URIA & MENENDEZ LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOSE RUIZ-GALLARDON UTRERA Passaporte: AAA829871, Processo: 46094011648201171 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HANGWON CHO Passaporte: M58847622, Processo: 46094012001201167 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KANA HASEGAWA Passaporte: TK 4070958, Processo: 46094011906201110 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WAN SU KIM Passaporte: M79260466, Processo: 46094012085201139 Empresa: TOSHIBA TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOMIO TAKANASHI Passaporte: TG1641773, Processo: 46094011823201121 Empresa: TEIJIN DESENVOLVIMENTO AGRO PECUARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIICHI MORITA Passaporte: TK0238694, Processo: 46094011904201121 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KWANG HUN KIM Passaporte: JR3806680, Processo: 46094011905201175 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TAE HYUN KIM Passaporte: M72653711, Processo: 46094011908201117 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HAN SUB YEOM Passaporte: M41345931, Processo: 46094011963201107 Empresa: AVEVA DO BRASIL INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Santiago Luis Pena Fraguela Passaporte: XDA151965, Processo: 46094012122201117 Empresa: FASTENAL BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: NELSON VICENTE Passaporte: L639287, Processo: 46094012528201191 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SUNG WOOK LEE Passaporte: M03259545, Processo: 46211003268201180 Empresa: GFB CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Claude René Faro Passaporte: 02AH09537, Processo: 46211003267201135 Empresa: GFB CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Vincent Marie Claude Pierre Gorioux Passaporte: 02YD54334, Processo: 46094012306201179 Empresa: A VIDA E BELA MARKETING LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO PEREIRA DOS REIS GENTIL QUINA Passaporte: L024926, Processo: 46094012400201128 Empresa: LARSEN & TOUBRO CONSULTORIA E PROJETO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MANISH MISHRA Passaporte: F6271325, Processo: 46094012288201125 Empresa: PPI - PROJETO DE PLANTAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MAKOTO KOGA Passaporte: TG 8113637, Processo: 46094012374201138 Empresa: GBM BRASIL - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Diego Ramos Leon De La Barra Passaporte: G04600741, Processo: 46207002711201164 Empresa: MAER DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DARIA PODGORENCU Passaporte: 14410523, Processo: 46211003481201191 Empresa: BIOTOPE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E ECOTURISMO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Alain Christophe Lenfant Passaporte: 07CC07518.

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 97 de 20/05/2011, seção 1, pág. 87, processo: 46094.011574/2011-73, onde se lê: JAMEWENDELL VASTBINDERS, leia-se: JAMES WENDELL VASTBINDER.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 75 de 19/04/2011, seção 1, pág. 99, processo: 46094.007932/2011-43, onde se lê: EDUARDO JOSÉ TEIXEIRA DE LEMOS, leia-se: EDUARDO JOSÉ TEIXEIRA FERREIRA DE LEMOS.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, publicado no DOU nº. 95 de 19/05/2011, seção 1, pág. 132, processo: 46094.006349/2011-15, onde se lê: VICENT MARK VANIDERSTINE, leia-se: VINCENT MARK VANIDERSTINE.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2011

Processo nº 46290.000132/2011-85 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise das retificações e parecer técnico às fls. 72, corroborada pelo Memorando/SRTE/GO/SERET/ Nº 033/2011 de 26 de maio de 2011 às fls. 73, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria nº 440, de 03 de outubro de 2007, publicada no D.O.U. de 04 de outubro de 2007, HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários da GVP Marcenaria Ltda., ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

SAMUEL ALVES SILVA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 26 de maio de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 446/2011/DICNES/CGRS/SRT resolve revogar o ato que publicou o pedido de alteração estatutária n. 46222.010555/2008-11 no DOU em 30/03/2010, com fundamento no art. 53 da lei 9784/99, bem como o arquivar o referido processo de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará - SINDSAUDE, CNPJ n°. 05.660.816/0001-65, com fundamento no art. 5° inciso II da portaria 186/2008.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Art. 3º da Portaria nº 94 do Gabinete do Ministro, de 18/05/2011, publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2011, Seção 1, onde se lê: art. 1º, parágrafo único, leia-se: art. 1º § 1º.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.076, DE 18 DE MAIO DE 2011

Aplica penalidade de advertência à Companhia Docas da Paraíba.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes dos processos nºs 50300.000829/2010-86, 50304.001327/2009-07 e 50300.000167/2009-19, considerando o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 293ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à Companhia Docas da Paraíba, CNPJ nº 02.343.132/0001-41, com sede na rua Presidente João Pessoa, s/n - Centro, Cabedelo - PB, na forma do inciso I, do art. 78-A, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, considerando o inciso I, do art. 66, da Resolução nº 987-ANTAQ, por infringir o art. 52 da Resolução nº 55/2002.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.078, DE 25 DE MAIO DE 2011

Adita o Termo de Autorização nº 696-ANTAQ, que autorizou a empresa Z & L Navegação Ltda-ME, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Manaus-AM e Monte Alegre-PA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.000720/2009-55 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 696-ANTAQ, de 29 de setembro de 2010, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração nos horários do esquema operacional.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.079, DE 30 DE MAIO DE 2011

Aprova a prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 07/91, firmado entre a Transbrasa - Transitária Brasileira Ltda. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, e considerando a que consta no Processo nº 50300.001794/2011-83, ad referendum, resolve:

Art. 1º Aprovar a Prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 07/91, firmado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a TRANSBRASA - Transitária Brasileira Ltda., com supedâneo na Resolução nº 525/2005-ANTAQ.

Art. 2º Fica a prorrogação condicionada ao disposto no Parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 525/2005-ANTAQ, configurada a situação de excepcionalidade, não podendo o seu prazo ser superior a trinta e seis meses, hábeis ao disciplinamento da exploração do arrendamento em observância à Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º A Administração Portuária fica responsável pela execução da programação proposta bem como pela avaliação nesse período do interesse público em realizar o certame licitatório na área. O descumprimento a sujeitará às penalidades estabelecidas pela ANTAQ, além de outras que possam ser estabelecidas pelos organismos de fiscalização governamental.

Art. 4º Tem-se a presente deliberação, sem prejuízo de continuidade da instrução do processo acima referido.

Art. 5º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

ACÓRDÃO Nº 8, DE DE 18 DE MAIO DE 2011

PROCESSO: 50300.001600/2009-25 e 50304.000276/2009-98
Parte: PORTO DO RECIFE S/A.
Ementa:

Trata o presente acórdão do exame do Pedido de Reconsideração requerido pela empresa Porto do Recife S/A., CNPJ Nº 09.038.731/0001-09, com sede praça da Comunidade Luso-Brasileira, nº 70, Recife - PE, contra a Decisão da Diretoria Colegiada da ANTAQ, que em sua 293ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de maio de 2010, decidiu aplicar a essa empresa a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na forma do art. 78-A, inciso II, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, considerando o inciso II, do art. 66, da Resolução nº 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, conforme Resolução nº 1753-ANTAQ, de 6/7/2010.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 293ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 18 de maio de 2011, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo não conhecimento do pedido de reconsideração, dada sua intempestividade, no entanto, considerando o princípio da legalidade e da autotutela, fica anulada as penalidades de multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), inciso XXVI e inciso LIV do art. 13, da Resolução nº 858-ANTAQ, de 2007, respectivamente, em razão da impossibilidade de retroagir os efeitos da Resolução nº 858-ANTAQ, de 2007, permanecendo as demais penalidades consubstanciada na Resolução nº 1753-ANTAQ, de 2010. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Fernando Antonio Brito Fialho, o Diretor- Relator Tiago Pereira Lima, o Procurador-Geral, Glauco Alves Cardoso Moreira e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor Relator

ACÓRDÃO Nº 9, DE 18 DE MAIO DE 2011

PROCESSO: 50300.000829/2010-86, 50304.001327/2009-07 e 50300.000167/2009-19.
Parte: COMPANHIA DOCAS DA PARAÍBA
Ementa:
Trata o presente acórdão do exame do pedido de reconsideração requerido pela Companhia Docas da Paraíba, CNPJ nº 02.343.132/0001-41, com sede na rua Presidente João Pessoa, s/n - Centro, Cabedelo - PB, contra decisão da Diretoria Colegiada que em sua 285ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de dezembro de 2010, decidiu aplicar a essa empresa a penalidade de ADVERTÊNCIA, na forma do inciso I, do art. 78-A, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, considerando o inciso I, do art. 66, da Resolução nº 987-ANTAQ, por infringir o art. 52 da Resolução nº 55/2002.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 293ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 18 de maio de 2011, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, pelo conhecimento do pedido de reconsideração, dado sua regularidade e tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, por não apresentar fatos ou argumentos novos que possam substanciar a revisão da decisão proferida. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Fernando Antonio Brito Fialho, o Diretor-Relator Tiago Pereira Lima, o Procurador-Geral, Glauco Alves Cardoso Moreira, e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira. Brasília-DF, 18 de maio de 2011.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral

TIAGO PEREIRA LIMA
Diretor-Relator

1º TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 696, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo nº 50306.000720/2009-55 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 696-ANTAQ, de 29 de setembro de 2010, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

' I - Autorizar a empresa Z & L NAVEGAÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº 10.547.682/0001-00, doravante denominado Autorizada, com sede na rua Silvério Sirotheau Correa, nº 2.415, Fátima, Santarém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Manaus-AM e Monte Alegre-PA.

II - A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação LUIZ AFONSO e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pela empresa, relacionado abaixo:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA MANAUS-AM - MONTE ALEGRE-PA):

PARTIDA			CHEGADA		
LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Manaus-AM	Terça-feira	13:00	Itacoatiara-AM	Terça-feira	22:30
Itacoatiara-AM	Terça-feira	22:40	Parintins-AM	Quarta-feira	09:10
Parintins-AM	Quarta-feira	09:30	Juruti-PA	Quarta-feira	13:30
Juruti-PA	Quarta-feira	14:00	Óbidos-PA	Quarta-feira	17:00
Óbidos-PA	Quarta-feira	17:30	Santarém-PA	Quarta-feira	22:00
Santarém-PA	Quarta-feira	24:00	Monte Alegre-PA	Quinta-feira	06:00
Monte Alegre-PA	Quinta-feira	20:00	Santarém-PA	Sexta-feira	05:00
Santarém-PA	Sexta-feira	13:00	Óbidos-PA	Sexta-feira	21:00
Óbidos-PA	Sexta-feira	21:30	Juruti-PA	Sábado	02:00
Juruti-PA	Sábado	02:30	Parintins-AM	Sábado	08:00
Parintins-AM	Sábado	08:30	Itacoatiara-AM	Sábado	22:15
Itacoatiara-AM	Sábado	22:30	Manaus-AM	Domingo	12:00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - A Autorizada deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 156, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, Resolução ANTT nº 2.695/08 e no que consta do Processo nº 50500.051615/2008-05 , resolve:

Art. 1º Autorizar a AUTOBAN - Sistema CCR a realizar obras de Substituição e Ampliação de Viaduto Ferroviário situado no Km 48+700 do trecho ferroviário entre Boa Vista Velha e Campinas/SP.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eficácia dessa autorização fica condicionada à apresentação, pela América Latina Logística - ALL da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização por parte da concessionária com o respectivo comprovante de pagamento;

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada a título de permissão onerosa pelo uso de parte da faixa de domínio, acordada em R$ 500,00 (quinhentos reais) anuais, prevista para vigorar pelo mesmo prazo de vigência do Contrato de Concessão, até 31 de dezembro de 2026. Os valores serão reajustados anualmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que o venha a substituir.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A ALL deverá encaminhar à ANTT cópia do Contrato formalizado com a AUTOBAN em até 10 (dez) dias após sua assinatura.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 173, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.008303/2011-79, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Empresa Gontijo de Transportes Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Petrolina (PE) - Picos (PI), prefixo nº 04-1257-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 174, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.023360/2011-88, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Real Expresso Ltda., para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Brasília (DF) - Riachão das Neves (BA), prefixo nº. 12-1117-00, para 2 (dois) horários semanais por sentido, nos meses de janeiro, julho e dezembro, e 1 (um) horário semanal, por sentido, nos meses de fevereiro a junho e agosto a novembro.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 175, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.020768/2011-06, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Caxias do Sul (RS) - Blumenau (SC), prefixo nº. 10-1239-00, para 2 (dois) horários semanais por sentido, nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 176, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.128518/2010-24, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa Gontijo de Transportes Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros São Paulo (SP) - Ribeira Pombal (BA), prefixo nº 08-1037-00, para 1 (um) horário semanal por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 177, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.020772/2011-66, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Caxias do Sul (RS) - Balneário Camboriú (SC), prefixo 10-1239-01, para 2 (dois) horários semanais por sentido, nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 178, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.020779/2011-88, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Rio de Janeiro (RJ) - Porto Alegre (RS), prefixo 07-0093-00, para 3 (três) horários semanais por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 179, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.140100/2010-95, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Viação União Santa Cruz Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Santa Maria (RS) - Itajaí (SC), prefixo nº 10-9115-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 16 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000281/2011-61
RECLAMANTE: ROSA MARIA HONESCO MARTINS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Decisão: (…)

Em face do exposto, determino o ARQUIVAMENTO SUMÁRIO da presente reclamação, nos termos do artigo 74, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificando-se os interessados e o Plenário.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

SESSÃO: 22/2011 DATA: 26/05/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE
CSMPF: 1.00.001.000076/2011-31
Assunto: CORREIÇÃO
Origem: PGR
Relator(a): Cons. EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO
Interessado(s): Procuradoria da República no Estado de Roraima
Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
CSMPF: 1.00.001.000077/2011-85
Assunto: CORREIÇÃO
Origem: PGR
Relator(a): Cons. SANDRA VERONICA CUREAU
Interessado(s): Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas
CSMPF: 1.00.001.000078/2011-20
Assunto: RECURSO
Origem: PGR
Relator(a): Cons. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Interessado(s): Sr. Plínio Marcos Moreira da Rocha
CSMPF: 1.00.001.000079/2011-74
Assunto: AFASTAMENTO
Origem: PRR/4ª REGIÃO
Relator(a): Cons. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Interessado(s): Dra. Maria Hilda Marsiaj Pinto
CSMPF: 08100-1.00005/93-98
Assunto: RESOLUÇÃO
Origem: PGR
Relator(a): Cons. AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS
Interessado(s): Ministério Público Federal

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 3, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo, instaurado com vistas a apurar possíveis irregularidades nos vestibulares promovidos pelo Centro Universitário do Maranhão, consistentes na ausência de prestação de atendimento diferenciado aos portadores de deficiência auditiva.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.000145/2005-04, mediante a conversão de procedimento administrativo, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Outrossim, determino a expedição de ofício ao UNICEUMA, informando que a resposta ao OFÍCIO Nº 573/2009-PRDC/MA, apresentada pela instituição por meio do OFÍCIO/REIT/Nº144/2009, não foi satisfatória, visto que não houve qualquer esclarescimento acerca do procedimento utilizado para a correção das provas de candidatos com deficência auditiva, e requisitando informações quanto à existência de sistema específico de correção das provas menciondas, por profissional qualificado no ensino de LIBRAS, e sua interpretação para a língua portuguesa.

Determino, ainda, que o procedimento administrativo Nº 1.19.000.000751/2005-11 seja desapensado e encaminhado ao Ministério Público do Estado do Maranhão, especificamente à Promotoria Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com fulcro no parágrafo 1º do art. 15 da LC/75, para conhecimento e adoção das medidas que aquele órgão entender cabíveis, haja vista a ausência de atribuições deste Parquet para atuar quanto às possíveis irregularidades praticadas pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, uma vez que não se faz incidente, no caso concreto, a regra definidora de competência do art. 109, da CF/88, afastando assim qualquer atração das funções do presente Órgão Ministerial.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SILVA SOARES

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo, instaurado com intuito de garantir a execução de medidas no campo da acessibilidade no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.000598/2009-56, mediante a conversão de procedimento administrativo, para promover amplo acompanhamento das referidas medidas.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Outrossim, determino a expedição de ofício à INFRAERO requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, informações atualizadas a respeito da efetivação das medidas de acessibilidade no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, notadamente em relação às que se encontravam pendentes, quais sejam, a aquisição de um ambulift, a formação de nova turma do curso de libras, cardápios em braille nas lanchonetes e restaurantes da praça de alimentação do aeroporto e melhorias do acesso das rampas existentes localizadas em frente ao terminal de passageiros do aeroporto, através da colocação de piso para o deslocamento de usuários de cadeiras de rodas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SILVA SOARES

PORTARIA Nº 55, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, com o escopo de apurar possível irregularidade quanto ao direito de acessibilidade das pessoas portadoras de necessidade especial, na realização do concurso público para provimento dos cargos de servidores do Ministério Público da União, organizado pelo CESP/UNB.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, seja expedido ofício à Faculdade São LUÍS/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito dos fatos relatados na representação, bem como acerca do teor das informações prestadas pelo CESPE/UNB ao MPF (cujas cópias devem seguir em anexo), no prazo de 10 (dez) dias.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO DE SOUSA CARNEIRO

PORTARIA Nº 4, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o Nº 1.33.015.000005/2009-13 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto fiscalização do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta firmado ente o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN acerca da acessibilidade bancária às pessoas com deficiência, dentro do cronograma estabelecido no acordo

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): todos os bancos da jurisdição de Mafra-SC

AUTOR(ES) DA REPRESENTAÇÃO: MPF, Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN

Determina que sejam oficiadas as agências bancárias desta subseção para que informem, no prazo de 10 dias, comprovadamente, o cumprimento dos itens "9" a "17".

Determino, outrossim que seja reiterado o ofício de fl. 44, posto que até o momento a agência do Santander S/A em São Bento do Sul/SC não encaminhou resposta a esta Procuradoria, fixando o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da solicitação.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PORTARIA Nº 16, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução Nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º; Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL, com o objetivo de apurar o controle feito pela Polícia Federal no setor de imigração do Aeroporto Internacional de Guarulhos, notadamente a entrada e saída de crianças pois, conforme relatório acostado, há notícias de crianças e adolescentes que entraram no Brasil nos anos de 2009 e 2010, com registros formais em aeroportos internacionais brasileiros, sem que existam registros formais de saída.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1. Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2. Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

3. Afixe-se no local de costume;

4. Aguarde-se a resposta e após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 52, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando que o procedimento administrativo n.º 1.25.005.001016/2010-45 foi instaurado nesta Procuradoria da República, a partir de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso/Pr, com extensão de base no Município de Primeiro de Maio/Pr, por meio da qual noticia a existência de famílias acampadas em áreas rurais de propriedade do Grupo Atalla, situadas na região dos Municípios de Porecatu/Pr e Alvorada do Sul/Pr, as quais vêm sofrendo com despejos pelas autoridades locais, sofrendo com isso, além dos homens, também mulheres e crianças, sendo constatados em algumas oportunidades violências e prisões ilegais;

Considerando que a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, incisos II a IV da Constituição Federal;

Considerando os direitos humanos fundamentais consagrados no art. 5º da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de adoção de novas diligências;

Considerando que o §1º do art. 4º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a nova redação dada pela Resolução 106/2010, permite que o prazo do Procedimento Administrativo seja prorrogado, apenas uma única vez, por 90 (noventa) dias;

Resolve converter este procedimento administrativo em Inquérito Civil Público, com o propósito de adotar todas as medidas possíveis e necessárias, a fim de apurar a ocorrência de conflitos agrários em áreas rurais de propriedade do Grupo Atalla, situadas na região dos Municípios de Porecatu/Pr e Alvorada do Sul/Pr.

Determino, ainda, a realização das seguintes providências:

1 - a remessa dessa Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, mediante a abertura de novo volume e mantendo-se a numeração;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada nos autos do Anexo II da Instrução Normativa/INCRA n.º 36/2006 e da Norma de Execução/INCRA/SD N.º 35/2004;

4 - a expedição de ofício à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Paraná a fim de correlacionar as fases "atualização cadastral" e "revisão de vistoria" de tramitação dos procedimentos administrativos de desapropriação aos itens do fluxograma previsto no Anexo II da Instrução Normativa/INCRA n.º 36/2006, bem como para esclarecer por qual motivo está sendo efetuada a revisão de vistoria em parte dos imóveis rurais, cf. descritos às fls. 62/64.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 53, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, José Lucas Perroni Kalil, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar Nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando o teor de representação encaminhada pela promotoria de justiça local, no sentido de que o Hospital Regional de Pouso Alegre, que atende mais de 40 municípios, obtenha o credenciamento de mais leitos de UTI, pleito que se encontra em análise junto ao Ministério da Saúde há mais de seis meses;

Considerando que é incabível qualquer mora administrativa na análise deste tipo de pleito, uma vez que a falta de leitos de UTI afeta negativamente a saúde e a vida de cidadãos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a "saúde é direito de todos e dever do Estado", conforme mandamento constitucional (art. 196, da Lei Maior);

Resolve INSTAURAR, nos termos do art. 2º, II, da Resolução Nº 23/2007 do CNMP, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Proceda-se os registros de praxe do presente procedimento administrativo como Inquérito Civil Público no sistema ARP de controle desta PRM-Pouso Alegre/MG;

2. Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

3. Oficie-se à Secretaria de Atenção á Saúde, do Ministério da Saúde, dando-lhe ciência desta Portaria e dos documentos que acompanham a representação, requisitando-se informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com a advertência do art. 10º da Lei n.º 7.347/85, as razões pelas quais ainda não foi deferido ou indeferido o pleito de aumento do credenciamento de mais leitos de UTI para o Hospital Samuel Libânio;

4. Oficie-se ao Hospital Samuel Libânio, com cópia integral destes autos, para que informe se possui estudo para o número de leitos de UTI que seriam necessários seu credenciamento no SUS para o eficaz atendimento á população, encaminhando-nos, ainda, cópia do pleito de credenciamento que ainda não foi analisado pelo Ministério da Saúde.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL

PORTARIA Nº 57, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o recebimento de ofício remetido pela PRDC Analúcia Hartmann informando que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social tem relação com o direito do cidadão à moradia e deve obediência às regras de direito ambiental, e que foi encaminhada a recomendação Nº 369/09 aos municípios do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de apurar o cumprimento das obrigações e prazos estipulados na Recomendação pelos Municípios da área de atribuição desta Procuradoria, DETERMINO, nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal e do artigo 8º, § 1º da Lei Nº 7.347/85, a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro da presente portaria, com as anotações consequentes.

Comunique-se à E. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 67, DE 5 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e :

Considerando as incumbências previstas no art. 6º, VII, a e b e art.7º, I da Lei Complementar 75/93;

Considerando a decisão de 14/9/2010 do STF no HC Nº 104459 e o Ofício Nº : OJC.0005.000711-0/2010 oriundo da 1ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal do ES, que solicitaram a tomada de providências quanto à apuração das supostas condições insalubres do Centro de Detenção Provisória de Viana II, onde estaria custodiado o preso Carlos Alberto Corcino de Freitas;

Considerando a existência de súmula vinculante do STF Nº 11 a respeito do uso de algemas, estabelecendo as hipóteses dessa prática, e tendo em vista o relato de desrespeito a tais ditames por parte da Secretaria de Estado de Justiça do ES;

Considerando que é função do Ministério Público zelar pela dignidade da pessoa presa, por sua integridade física e psíquica promovendo o acesso à saúde e à instalações higiênicas e atuar para garantir os direitos previstos na constituição e na Lei de Execuções Penais;

Converta-se as peças de informação autuadas sob o Nº 1.17.000.001641/2010-17 em Inquérito Civil Público como objetivo de apurar o suposto uso inadequado de algemas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça do ES, especialmente no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV-II).

Determino ainda seja expedido ofício, com prazo de 20 (vinte) dias, à Secretaria de Estado de Justiça do ES, requisitando que informe sobre a prática adotada quanto ao uso de algemas, tendo em vista a súmula vinculante Nº 11 do STF, informando ainda quais as providências adotadas no caso decidido em HC pelo STF.

Após os registros de estilo, publique-se e comunique-se à Procuradoria Federal dos Diretos do Cidadão, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II da Resolução CNMP Nº 23/2007.

CARLOS FERNANDO MAZZOCO

PORTARIA Nº 97, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Em razão da profusão de notícias veiculadas por jornais de grande circulação informando a proibição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP quanto ao uso de relógio, lápis e borracha durante a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2010 e das inúmeras reclamações de estudantes que alegaram prejuízo na realização da prova, instaurou-se Procedimento Administrativo para acompanhar as ações do INEP.

Como diligência, contactou-se o INEP, que alegou estar submetido ao consórcio formado para a realização da prova, subordinando-se às decisões do mesmo. Expediu-se recomendação ao INEP para que divulgasse oficialmente o método de controle do tempo, tendo em vista que o edital de abertura do certame era silente sobre o assunto. Em resposta, o INEP alegou que controle seria feito por meio de sinais sonoros no início e no final da prova, além disso haveria um aviso oral pelos fiscais quando restassem 30 minutos e estes estavam autorizados a informar a hora quando questionados.

Houve propositura de Ação Civil Pública por esta PR/ES requerendo a alteração das vedações mencionadas, mas a ação foi extinta sem julgamento do mérito, tendo em vista a perda do objeto, já que o exame fora realizado, mantida a proibição.

O ENEM 2011 foi inaugurado por meio do Edital Nº 07, de 18 de maio de 2011. Especificamente com relação ao objeto deste procedimento, o item 7.1.8, informa a seguinte regra aos participantes: "Não utilizar lápis, lapiseira, borracha, livros, manuais, impressos, anotações, óculos escuros e quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablet, ipod®, gravador, pendrive, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens".

Diante disso, optou-se por dar prosseguimento ao PA com vistas a tentar evitar que os problemas do exame passado se repitam este ano de modo a prejudicar os alunos participantes.

Ante o exposto, RESOLVO instaurar Inquérito Civil Público para apurar as medidas adotadas pelo INEP no tocante à permissão do uso de relógios, lápis e borrachas durante a realização das provas do ENEM no ano de 2011.

Registre-se com a ementa: "Apura as medidas adotadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP no tocante à permissão do uso de relógios, lápis e borrachas durante a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM no ano de 2011".

Classificação temática: PFDC - Educação.

Junte-se aos respectivos autos o Edital Nº 07/2011, cuja cópia segue em anexo. Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente no Diário Oficial da União e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

CARLOS FERNANDO MAZZOCO

PORTARIA Nº 134, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, d, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que os autos tratam da segurança disponibilizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul à comunidade acadêmica do campus de Campo Grande/MS.

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 2º, §6º, da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público Nº 23/2007 e o art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87/2010, o procedimento administrativo deve ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez;

CONSIDERANDO que não foram esgotadas todas as diligências cabíveis no caso, razão pela qual é necessária a continuidade da investigação;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.21.000.001340/2010-52 em INQUÉRITO CIVIL, com o seguinte objeto: Apurar se existe risco à segurança da comunidade acadêmica e dos servidores da UFMS em relação à falta de controle no acesso e saída de pessoas ao campus de Campo Grande.

Registrem-se os autos como inquérito civil.

Após os registros de praxe, cumpram-se as seguintes providências, nos termos dos arts 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e dos artigos 4º, VI, e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal: (1) comunicação desta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e remessa de cópia para que providencie a publicação no Diário Oficial; (2) afixação de cópia desta portaria no local de costume; (3) inclusão do correspondente arquivo virtual na área disponível para consulta no site desta Procuradoria da República.

FELIPE FRITZ BRAGA

PORTARIA Nº 166, DE 23 DE MAIO DE 2011

A Procuradora da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Martins I, município de Água Boa/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo Nº 1.20.000.000852/2003-18 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Martins I, conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, determino que sejam encaminhados, junto com os ofícios já determinados em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PAULA FONSECA DE GÓES ARAÚJO

PORTARIA Nº 167, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a prestação de serviços público essenciais, como o fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, revelam-se indispensáveis para a efetiva promoção da dignidade das pessoas;

Considerando que as empresas Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT) e constitui concessionária de serviço público federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar a regularidade no fornecimento de energia elétrica no município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DOUGLAS SANTOS ARAÚJO

PORTARIA Nº 169, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária na Gleba "Naves", município de Confresa/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.001276/2009-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar a devida implementação da reforma agrária na Gleba Naves, município de Confresa/MT, mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto grifado constante deste parágrafo.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCELLUS BARBOSA LIMA

PORTARIA Nº 170, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana;

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos, legitimam a atuação reparadora do Ministério Público Federal, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos da prestação regular do serviço público de assistência e previdência social;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000083/2009-35 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO mantendo o objetivo de fiscalizar a regularidade do atendimento prestado pelo INSS aos cidadãos, mormente no que diz respeito ao tempo de espera nas filas.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DOUGLAS SANTOS ARAÚJO

PORTARIA Nº 171, DE 24 DE MAIO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária nos projetos de assentamentos localizados no município de Canabrava do Norte/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo Nº 1.20.000.000795/2007-92 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO "mantendo o objetivo específico de fiscalizar a realização do georreferenciamento nos projetos de assentamento do município de Canabrava do Norte/MT e a liberação de créditos habitacionais para os assentados", mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto entre aspas constante deste parágrafo.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, determino que sejam encaminhados, junto com o ofício já determinado em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

DOUGLAS SANTOS ARAÚJO

PORTARIA Nº 172, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a prestação de serviços público essenciais, como o fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, revelam-se indispensáveis para a efetiva promoção da dignidade das pessoas;

Considerando que as empresas Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT) e Eletronorte constitui concessionária de serviço público federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar a regularidade no fornecimento de energia elétrica no assentamento "Itanhangá", município de Tapurah/MT, conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DOUGLAS SANTOS ARAÚJO

PORTARIA Nº 174, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a tensão social que permeia a efetiva implementação da reforma agrária nas áreas denominadas 'escola do Buriti' e 'Gleba Mestre Área I', município de Jaciara/MT;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001142/2006-40 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a devida implementação da reforma agrária na denominada Gleba Mestre Área I", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por fim, encaminhe-se, junto ao ofício, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 175, DE 27 DE MAIO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Tapurah/Itanhangá, em Tapurah/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as peças de informação Nº 1.20.000.001263/2009-34 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Tapurah/Itanhangá, em Tapurah/MT, mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto entre aspas constante deste parágrafo.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, encaminhe-se cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PAULA FONSECA DE GÓES ARAÚJO

PORTARIA Nº 176, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando que, nos termos do inciso XXXII do artigo 5º e no inciso V do artigo 170, ambos da Constituição Federal, a defesa do consumidor é dever do Estado e direito fundamental do cidadão, bem como princípio geral da ordem econômica nacional;

Considerando que o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos";

Considerando que o serviço educacional superior, de acordo com os ditames constitucionais, deve ser prestado pela União ou por agentes autorizados, com perene fiscalização do Ministério da Educação e da Cultura (MEC);

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000236/2005-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a observância das normas consumeristas no curso de Estética e Cosmetologia na Universidade de Cuiabá", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, encaminhe-se, junto aos ofícios, cópias desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 177, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando que a Constituição Federal estabelece que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações;

Considerando caber à Agencia Nacional de Telecomunicações (ANATEL), autarquia federal, regular e fiscalizar os serviços de telecomunicações no Brasil, dentre os quais o de telefonia;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor, conforme preceitua a alínea c do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93 e o inciso X do artigo 6º da Lei Nº 8.078/90;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000050/2008-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a instalação de Posto de Atendimento Pessoal (PAB) aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no município de Ribeirão Cascalheira/MT, consoante determinado pela Resolução Nº 30/1998 da ANATEL", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por fim, encaminhe-se, junto ao ofício, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 861, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução Nº 87, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, provendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a quem compete garantir, por meio de políticas sociais, a redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme artigo 196 da Constituição da República;

Considerando o arquivamento do P.A. Nº 1.23.000.000852/2006-41, que tinha por fito apurar os problemas enfrentados pelo Município de Anajás no combate à malária, ao argumento de que as informações constantes daquele apuratório já se encontravam desatualizadas;

Considerando a necessidade de dar continuidade à apuração do fato em alusão, desta vez de forma mais objetiva, passando-se à verificar a execução, no Município de Anajás, do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária - PNCM, do Ministério da Saúde1, que consigna as responsabilidades de entidades e órgãos com relação à matéria;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determino:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com cópia do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária - PNCM, somente na parte que guarda relação com o feito, em anexo, com distribuição para esta PRDC, por deter atribuição para atuar no caso;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF;

3 - Após, promova-se a adoção das seguintes medidas:

1) Expeça-se ofício à FUNASA, requisitando seja informado quais medidas, dentre as descritas no PNCM, vem adotando com vistas à prevenção e controle da malária, no Município de Anajás/PA. Em anexo, encaminhe-se cópia do PNCM;

2) Expeça-se ofício ao Estado do Pará, requisitando seja informado quais medidas, dentre as descritas no PNCM, vem adotando com vistas à prevenção e controle da malária, no Município de Anajás/PA. Em anexo, encaminhe-se cópia do PNCM;

3) Expeça-se ofício ao Município de Anajás, requisitando seja informado quais medidas, dentre as descritas no PNCM, vem adotando com vistas à prevenção e controle da malária. Em anexo, encaminhe-se cópia do PNCM;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4) Expeça-se ofício à Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, requisitando seja informado se vem viabilizando a implementação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Programa Saúde da Família no Município de Anajás, de modo particular, por se tratar de área endêmica de malária, nos termos do PNCM, que deverá seguir anexo.

ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 34, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando a necessidade de se averiguar a preservação do patrimônio histórico e cultural móvel de propriedade da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) no Município de Jundiaí, conforme cópias pertinentes obtidas no bojo do inquérito civil público Nº 28/2009. Fundamentos legais especificamente relacionados ao objeto do presente: artigo 216 da CF/88; Decreto-lei Nº 25/37 (tombamento na esfera federal).

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar e apoiar a efetividade da preservação do patrimônio histórico e cultural móvel de propriedade da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em Jundiaí/SP.Autos 1.34.004.000628/2011-01.

Determino a expedição dos seguintes ofícios, a fim de instruir o feito: à Inventariança da Rede Ferroviária Federal, requisitando para atendimento em 20 dias informações atualizadas, ainda que em relatório contendo resultados parciais, sobre o término do inventário dos bens móveis de natureza museológica, fotográfica, arquivística, bibliográfica e documental componentes do acervo da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Jundiaí, bem como os cuidados necessários em relação ao patrimônio histórico cultural; ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) questionando se foram tombados os bens móveis de natureza museológica, fotográfica, arquivística, bibliográfica e documental componentes do acervo da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Jundiaí e houve a liberação de verba para a contratação de empresa especializada para higienizar, digitalizar e acondicionar o material encontrado conforme informação do ofício Nº 290/2010, de 25 de maio de 2010; ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), solicitando informações sobre o processo de tombamento dos bens móveis de natureza museológica, fotográfica, arquivística, bibliográfica e documental componentes do acervo da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Jundiaí, com cópia da decisão, se houver, bem como se houve ação visando a conservação de tais bens.

Declaro a publicidade dos presentes autos ante a ausência de elementos que imponham o sigilo legal; sem prejuízo da possibilidade de futura alteração, a depender da incidência de hipótese de sigilo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8.625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8.078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais.

Considerando a necessidade de se averiguar a preservação do patrimônio histórico e cultural imóvel de propriedade da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) no Município de Jundiaí, conforme cópias pertinentes obtidas no bojo do inquérito civil público Nº 28/2009. Fundamentos legais especificamente relacionados ao objeto do presente: artigo 216 da CF/88; Decreto-lei Nº 25/37 (tombamento na esfera federal).

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar e apoiar a efetividade da preservação do patrimônio histórico e cultural imóvel de propriedade da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em Jundiaí/SP. Autos 1.34.004.000629/2011-47.

Determino a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Jundiaí, solicitando a relação de todos os bens imóveis existentes no município que pertenciam à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e indique em relação a eles: quem é o atual proprietário, se foram tombados ou possuem processo de tombamento (se possível, indicar nas três esferas de governo), qual o estado de conservação, e para que enviem fotos de cada um desses locais. No mesmo ofício, deve ser questionado ao município se a construção de um túnel na cidade coloca em risco o patrimônio histórico cultural da Estação de Passageiros, apresentando as justificativas pertinentes.

Declaro a publicidade dos presentes autos ante a ausência de elementos que imponham o sigilo legal; sem prejuízo da possibilidade de futura alteração, a depender da incidência de hipótese de sigilo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES

PORTARIA Nº 111, DE 16 DE MAIO DE 2011

Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República, lotada na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 2º Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições e

Considerando ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);Considerando a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo cível Nº 1.22.000.003281/2009-86, instaurado para apurar o desmatamento em área circundante do PARNA Cipó.

Resolve converter o PAC em tela em inquérito civil público.

Cumpra-se o despacho de fl. 31.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PORTARIA Nº 114, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei Nº 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 29 de março de 2011, as peças de informação Nº 1.11.000.000290/2011-13, instauradas a partir do auto de infração Nº 646177-D expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em face do Sr. CICERO RODRIGUES DOS SANTOS, ante a constatação de que o autuado efetuou corte de florestas nativas do bioma caatinga no município de Piranhas/AL sem autorização do órgão competente;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Após, remetam-se os autos conclusos para análise quanto à atribuição desta PRM para conhecer da matéria;

J0SÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 173, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, lotada em exercício nesta Procuradoria da República no Município de Santa Maria/RS, nos termos do que dispõe a Resolução 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o inicialmente apurado nos autos do procedimento administrativo autuado nesta Procuradoria da República no Município de Santa Maria/RS sob o número 1.29.008.000392/2010-43, relativamente às notícias de possível desrespeito à legislação concernente à Área de Preservação Permanente no âmbito territorial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

CONSIDERANDO que, com base em laudo produzido pelo IBAMA (fls. 84/88), foi informado que no campus da UFSM a ocorrência e caracterização de áreas de preservação permanente dá-se, exclusivamente, sobre faixas marginais a cursos d'águas, canais de drenagem natural de águas artificiais, ao redor de nascentes e banhados, lagos naturais e reservatórios artificiais de água;

CONSIDERANDO que o IBAMA confeccionou outro laudo a respeito do tema investigado (fls. 94/103) e informou que existem construções e obras civis no campus da UFSM que se localizam em área de preservação permanente e em outras áreas legalmente protegidas pela legislação;

CONSIDERANDO que o IBAMA revelou, também, que estão sendo desenvolvidas atividades agrícolas no entorno de reservatórios artificiais de água e às margens de cursos d'água e canais de drenagem natural sem estarem sendo respeitadas as distâncias exigidas pela legislação ambiental (art. 3º, inciso I, da Resolução CONAMA n.º 302/2002; art. 2º, alínea "a", inciso I, da Lei n.º 4.177/1965);

CONSIDERANDO que a preservação destas áreas está diretamente relacionada à estabilidade de encostas e margens de corpos d'águas, à manutenção dos corredores de fauna, à qualidade de águas, à manutenção da biota, entre outros fatores;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser obrigação do Poder Público garantir a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a ser defendido e preservado para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que as condutas lesivas ao meio ambiente, ainda que lícitas, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos, sendo dispensável a comprovação da culpa, o que consagra o princípio do poluidor-pagador, nos termos do § 3º do art. 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que se entende por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante das atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, nos termos da alínea "a" do inc. III do art. 3º da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente);

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/1993;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito verificar se está sendo respeitada a legislação ambiental referente à Área de Preservação Permanente no âmbito territorial da UFSM.

DETERMINA que a Coordenadoria dos Direitos do Cidadão registre, autue e efetive o seguinte:

1. autue na categoria de Inquérito Civil Público, comunicando-se, imediatamente, a 4a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente portaria:

Matéria/Tema: 4a CCR/MPF - Meio Ambiente

Sub-tema: Espaços Territoriais Especialmente Protegidos - Área de Preservação Permanente

Município: Santa Maria/RS

2. mantenha a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista a prevenção na atuação sobre o caso em análise;

3. observe as determinações constantes da Resolução 87/2006, com as alterações da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, especialmente no que se refere à prorrogação de prazo e à publicidade;

4. após, façam-me os autos conclusos.

JERUSA BURMANN VIECILI

PORTARIA Nº 294, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a- considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b- considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c- considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d- considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e- considerando que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo Nº 1.30.801.002301/2011-19, instaurado nesta Procuradoria da República, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO HISTÓRICO. AFETAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E RISCO DE PERDIMENTO DE ACERVO DO PRÉDIO DA UFRJ, PRAIA VERMELHA, EM VIRTUDE DE INCÊNDIO".

Resolve converter o Procedimento Administrativo 1.30.801.002301/2011-19, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MAURÍCIO RIBEIRO MANSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.001233/2010-73. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe traz notícia de indícios de irregularidades na gestão dos recursos do Convênio FNS/MS nº 3507/2001, firmado entre o Fundo Nacional de Saúde/MS e a Prefeitura Municipal de Lagoa Salgada/RN, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a unidade de saúde do Município;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 4, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.001465/2010-21. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe traz notícia da falta de transporte, de merenda escolar e de conservação das estradas que dão acesso às escolas e indícios de irregularidades no uso de verbas originárias do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar-PNATE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE ;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 5, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.001156/2009-18. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe apura irregularidades e não-conformidades suscitadas na Ata da 179ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Natal e na Resolução nº 02/2008 do referido Conselho ;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 6, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.001382/2010-32. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe traz notícia da representação criminal e por prática de ato de improbidade administrativa em desfavor de ex-Prefeito de Vila Flor/RN, na falta de prestação de contas do exercício de 2008 a órgãos federais;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 7, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.001022/2010-31. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe traz notícia de irregularidades em depósitos bancários, convênio Bradesco/ECT, ocorridos na agência dos Correios de Tangará/RN;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 8, DE 16 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo n° 1.28.000.000284/2010-88. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe traz notícia de omissão do dever de prestar contas do convênio nº 2281/2004-FNS, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde-FNS e a Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, que tinha por objeto a manutenção da unidade de saúde e fortalecer o SUS com compras de medicamentos e material de consumo;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 19, 10 DE MAIO DE 2011

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000197/2010-56

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como do patrimônio público;

O teor da representação subscrita por Saulo Ferreira da Silva, Silvino Ferraz das Virgens Júnior e Genivaldo Santos Borges, noticiando o atraso no pagamento de salários dos agentes de endemias da Prefeitura Municipal de Encruzilhada, sendo que tais salários são pagos com verbas federais repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o procedimento administrativo nº 1.14.007.000197/2010-56;

Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração da notícia de atrasos nos pagamentos de salários dos agentes de endemias da Prefeitura Municipal de Encruzilhada, com verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde.

Outrossim, são determinadas como diligência necessária ao prosseguimento do feito:

Reitere-se o Ofício nº 992/2010/PRM-VC/GAB/MM;

Encaminhem-se cópias dos autos ao Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde, solicitando-se informações sobre as alegações feitas pela Prefeitura de atraso e insuficiência dos repasses efetuados pelo Fundo.

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

Após as respostas, voltem-me conclusos.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 21, DE 11 DE MAIO DE 2011

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000199/2010-45

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como do patrimônio público;

O inteiro teor da representação formulada pelo Município de Caraíbas, nos autos do Processo nº 5371-98.2010.4.01.3307, noticiando o cadastramento ilegal de ESTRAGES CHAVES BARBOSA e sua esposa LAUDICE DAS NEVES PATEZ no programa Bolsa Família;

O ofício encaminhado pela Caixa Econômica Federal a esta Procuradoria (f. 25), em resposta ao Ofício nº 974/2010/PRM-VC/GAB/MM, informando a existência do benefício de nº 163.11246.99-7 em nome de ESTRAGES CHAVES BARBOSA SANTOS, tendo havido saques com o cartão Bolsa Família no período de abril de 2007 a junho de 2010;

Que ESTRAGES CHAVES BARBOSA não se enquadra no perfil de beneficiário do programa assistencial Bolsa Família, uma vez que possui patrimônio de R$ 130.000,00, conforme declaração por ele prestada ao Tribunal Superior Eleitoral (f.14), sendo que sua esposa é ocupante do cargo de Vereadora do Município de Caraíbas, possuindo renda mensal comprovada de mais de R$ 2.000,00;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o procedimento administrativo nº 1.14.007.000199/2010-45;

Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração de recebimento indevido do benefício assistencial Bolsa Família por Estrages Chaves Barbosa, no período de abril/2007 a junho/2010.

Outrossim, são determinadas como diligência necessária ao prosseguimento do feito:

Notifique-se o requerido para comparecer a esta Procuradoria, em data e horário previamente agendados, conforme disponibilidade de pauta, a fim de prestar esclarecimentos;

Comunique-se à Sra. Prefeita do Município de Caraíbas a instauração do presente inquérito civil.

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

Após as respostas, voltem-me conclusos.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 21, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.002100/2009-76, instaurado no âmbito da PR/BA em 26 de outubro de 2009, com a finalidade de apurar possível desvio de recursos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.002100/2009-76 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor concedidos à Empresa J.S Alimentos S.A, com sede em Simões Filho/BA;

3. Oficie-se ao Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, informações atualizadas a respeito da elaboração dos cálculos aludidos no Ofício nº 309/2010/DGFI/SECEX/MI, bem como acerca de eventual cobrança administrativa (enviar cópia de fls. 09/14);

4. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

5. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 29, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.005.000031/2011-97 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: Representação contra a Universidade Federal Fluminense. Servidor aposentado, em tese, por invalidez pela Universidade Federal Fluminense. Compatibilidade entre aposentadoria concedida e o exercício de outras atividades - Dentista da Aeronáutica - pelo beneficiário.

Possível responsável pelo fato investigado: Universidade Federal Fluminense

Interessado: Ministério Público Federal

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 30, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF no município de América Dourada/BA, exercícios de 2003. Autos n.º 1.14.004.000209/2009-39

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 03/06/2009, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada pelo Ministério Público Estadual da Bahia, visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF no município de América Dourada/Ba, exercícios de 2003, na gestão do então prefeito Sinobelino Dourado Neto.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 35, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.000205-2003-03, instaurado no âmbito da PR/BA em 21 de março de 2003, com a finalidade de apurar possível desvio de recursos recebidos do Fundo Municipal de Saúde - FMS pela Secretaria Municipal de Saúde de Candeias/BA;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade de realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.000205-2003-03 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar a suposta malversação de recursos públicos federais, oriundos do Ministério da Saúde, repassados ao Município de Candeias/BA, no exercício de 2000.

3. Considerando que os documentos de fls. 91/119 reportam-se a informações fiscais das Empresas Cristal Comércio e Serviços Ltda e Imperatriz Comercial Ltda, proceda-se ao seu desentranhamento dos autos e posterior formação de apenso sigiloso;

4. Oficie-se à SESAB, solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que informe as providências adotadas para assegurara o devido ressarcimento ao erário em virtude das constatações exaradas nos Relatórios de fls. 05/09, informando se foi instaurada a devida Tomada de Constas Especial;

4. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo;

5. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE MAIO DE 2011

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO, mais, informações do Tribunal de Contas da União noticiando o não início das obras de implantação da Estação Retificadora Porto Velho/RO-500 KV CC-3150 MW, que faz parte dos empreendimentos do Rio Madeira, embora decorrido 16 meses do prazo estabelecido no Contrato de Concessão nº 12/2008-ANEEL;

CONSIDERANDO, também, que a obra envolve recursos da União no montante de R$ 201.000.000,00 (duzentos e um milhões), consoante Acórdão 1735/2010-TCU-Plenário;

CONSIDERANDO, ainda, notícia de obstrução ao livre exercício da fiscalização, suportada Tribunal de Contas da União, envolvendo Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Grupo Eletrobras - MME e Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - MME;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de apuração dos fatos, face sua gravidade, impondo a atuação deste ofício de defesa do patrimônio público e social.

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4° Ofício/5° CCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariar o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos anexos;

2. Oficie-se à Eletronorte, representação local, solicitando informações acerca da previsão para início e término das obras de implantação da Estação Retificadora Porto Velho/RO-500 KV CC-3150 MW, bem ainda esclarecimentos acerca de eventuais providências adotadas para sanar o atraso mencionado no relatório de fiscalização do TCU (remeter cópia);

3. Pesquise-se na internet informações a respeito do Leilão nº007/2008-ANEEL. Após, junte-se.

CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para conhecimento.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 43, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.002005/2009-72, instaurado com a finalidade de apurar infrações cometidas pelo servidor público CARLOS ANTÔNIO ALMEIDA PEREIRA na qualidade de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.002005/2009-72 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar atos de improbidade administrativa praticados pelo servidor CARLOS ANTÔNIO ALMEIDA PEREIRA, na qualidade de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, consoante Processo Administrativo Disciplinar n.º 16301.000003/2007-73;

3. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

4. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 44, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.000899/2007-02, instaurado com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa OLIVEIRA SANTANA CONSTRUÇÕES LTDA pela Prefeitura Municipal de Simões Filho/BA;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.000899/2007-02 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Junte-se ao presente cópia do despacho exarado nos autos do Inquérito Civil n.º 1.14.000.001754/2009-82/2004-45 pela Exma. Procuradora da República Dra. Melina Castro Montoya Flores;

3. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

4. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 45, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.000421/2007-74, instaurado com a finalidade de apurar eventuais irregularidades ocorridas no Instituto Anísio Teixeira;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.000421/2007-74 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar eventuais irregularidades na utilização de recursos federais pelo Instituto Anísio Teixeira, órgão em Regime Especial, vinculado à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, entre os anos de 2003 a 2006, para atender as despesas oriundas dos contratos de fls. 217/306;

3. Oficie-se o FNDE, solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que informe se foram constatadas eventuais irregularidades relacionadas a repasses de verbas federais, nos exercícios de 2003 a 2006, pelo Instituto Anísio Teixeira, vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, encaminhando-se, em caso positivo, cópia das respectivos documentos ao MPF;

4. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

5. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 46, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de nº. 1.14.000.001071/2002-59, instaurado para apurar atos de improbidade administrativa perpetrados durante os trabalhos de contagem da população/96, nos municípios jurisdicionados à agência de Valença, pelo então servidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ADELSON DELFINO PEREIRA DAS MERCÊS, e pelos contratados temporariamente WASHINGTON LUIZ PELEGRINI, ITAMAR BATISTA DE QUEIROZ e SIRONEY SANTOS BONFIM, objeto do processo administrativo disciplinar n.º 03629.000403/2001-59, que resultou na demissão do primeiro;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.001071/2002-59 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Oficie-se ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado da Bahia solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações atualizadas a respeito da quantificação do valor devido pelo servidor ADELSON DELFINO PEREIRA DAS MERCÊS, no tocante ao processo administrativo disciplinar n.º 03629.000403/2001-59, bem como sobre eventual ajuizamento de ação em face do ocorrido;

3. Certifique a Coordenadoria Jurídica da PR/BA a atual situação e localização do inquérito policial reportado às fls. 39/40;

4. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

5. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 51, DE 16 DE MAIO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000523/2011-55

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando que os elementos dos autos são insuficientes para adoção das medidas pertinentes;

d) considerando que talvez não seja possível instruir o feito no prazo de seis meses;

e) considerando o teor da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão das presentes Peças de informação em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto: "apurar notícias de irregularidades praticadas pela operadora de telefonia móvel Tim Nordeste Telecomunicações S.A., consistentes em interromper as ligações que ultrapassam o lapso temporal de uma hora, efetuadas pelos usuários do plano Infinity Pré, embora a propaganda apresentada pela empresa indique tempo ilimitado para as ligações, além de realizar propaganda oferecendo novos planos, com os mesmos benefícios do plano Infinity Pré, porém, em tempo inferior ao que este contempla e, também, sem informar expressamente acerca desta redução, o que poderia induzir os consumidores em erro".

Autuem-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Determino, ainda, que se acautelem os autos nessa Secretaria pelo prazo de 60 (sessenta) dias, em virtude das informações prestadas pela ANATEL, à fl. 27, a qual informou que foi efetuada uma demanda de fiscalização para averiguação dos fatos narrados, e que será remetida a esta PRPE o resultado da apuração. Após o prazo fixado, retornem conclusos para requisição de novas informações.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 104, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.000420/2006-49

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.000.000420/2006-49), que trata de suposta omissão na prestação de contas do convênio nº 067/2004, celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Social e a Prefeitura Municipal de Canudos/BA na gestão de João Ribeiro Gama, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Reitere-se o ofício de fl. 51, destacando-se que se trata de reiteração. Prazo: 20 (vinte) dias.

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 105/2011, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.000897/2003-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.000.000897/2003-81), que trata de supostas irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEF pelo Sr. Edvaldo Cardoso Calasans, ex-gestor municipal de Ribeira do Pombal/BA, no exercício de 2004, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, a seguinte providência:

1. Ao Setor Cartorário, para efetivar pesquisa, nos sistemas Único e ainda junto à Vara da Justiça Federal local, sobre se há procedimentos/processos que tenham como razão os mesmos fatos objeto deste ICP e, se positivo, qual seu estágio (registro que a presente medida deve-se ao teor do Despacho de fls. 03-05, que informa que outros procedimentos/processos a respeito do caso já estariam em tramitação);

2. Após, retornem-me conclusos, com a Certidão.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 106, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 341/2007 (SIAFI 593676), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha/MG, referente a realização do evento "Itabirinha em Festa".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 341/2007 (SIAFI 593676), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha/MG, referente a realização do evento "Itabirinha em Festa".

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 341/2007 (SIAFI 593676), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha/MG, referente a realização do evento "Itabirinha em Festa".

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 107, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 906/2007 (SIAFI 619522), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "7º Carnajaó de Tumiritinga".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 906/2007 (SIAFI 619522), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "7º Carnajaó de Tumiritinga".

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 906/2007 (SIAFI 619522), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "7º Carnajaó de Tumiritinga".

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 108, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 931/2007 (SIAFI 619523), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha do Mantena/MG, referente a realização do evento "Reveillon 2007".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 931/2007 (SIAFI 619523), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha do Mantena/MG, referente a realização do evento "Reveillon 2007".

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 931/2007 (SIAFI 619523), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itabirinha do Mantena/MG, referente a realização do evento "Reveillon 2007".1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 109, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 918/2007 (SIAFI 619395), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "Festa de Natal e Reveillon".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 918/2007 (SIAFI 619395), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "Festa de Natal e Reveillon"..

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 918/2007 (SIAFI 619395), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Tumiritinga/MG, referente a realização do evento "Festa de Natal e Reveillon".

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 110, DE 11 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades em licitação (Carta Convite 02-01/2009) e execução da obra de recuperação de calçamento das ruas do município de Castro Alves/BA. Autos n.º 1.14.004.000016/2011-01

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 28/01/2011, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada por Maria Nilza da Silva Araújo, visando apurar supostas irregularidades em licitação (Carta Convite 02-01/2009) e execução da obra de recuperação de calçamento das ruas do município de Castro Alves/BA.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 110, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 00688/2009 (SICONV 704093), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Felix de Minas/MG, referente a realização do evento "8ª Cavalgada".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 00688/2009 (SICONV 704093), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Felix de Minas/MG, referente a realização do evento "8ª Cavalgada".

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 00688/2009 (SICONV 704093), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Felix de Minas/MG, referente a realização do evento "8ª Cavalgada".

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 111, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. nº 1.14.006.000004/2009-33

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.006.000004/2009-33), que trata de possíveis irregularidades na contratação pela Prefeitura Municipal de Jeremoabo/BA da empresa GCAST Gerenciamento Contábil Auditorial e serviços Técnicos S/C LTDA, para a realização de serviços de programação e coordenação do evento Jornada Pedagógica nas escolas municipais do citado município no período de 26 a 28 de fevereiro de 2007, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determinam-se, também, as seguintes providências:

1. Reitere-se o ofício nº 035/2009-GAB/PRM/PA (fl. 94), destacando-se que se cuida de reiteração. Prazo 30 (vinte) dias.

2. Oficie-se a Junta Comercial do Estado de Sergipe, requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do contrato social e alterações posteriores da empresa GCAST GERENCIAMENTO CONTÁBIL AUDITORIAL E SERVIÇOS TÉCNICOS SC LTDA.

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 111, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 697/2009 (SIAFI 704113), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Geraldo do Baixio/MG, referente a realização do evento "XIX Corrida de Cavalos".

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 697/2009 (SIAFI 704113), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Geraldo do Baixio/MG, referente a realização do evento "XIX Corrida de Cavalos".

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do Convênio nº 697/2009 (SIAFI 704113), firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Geraldo do Baixio/MG, referente a realização do evento "XIX Corrida de Cavalos".

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 112, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. nº 1.14.006.000033/2009-03

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.006.000033/2009-03), que trata de suposta falta de segurança, da pouca iluminação e do grande volume de vegetação na propriedade do Governo Federal à disposição do Comando do Exército da cidade de Paulo Afonso, visando melhorar o acesso dos moradores da rua André Falcão que fica situada paralelamente ao respectivo terreno, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, a seguinte providência:

1. Oficie-se aos autores da representação, dando conta da resposta apresentada pelo Comando militar local (fls. 10-12) e requisitando informações, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre se persistem os problemas relatados inicialmente.

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. nº 1.14.006.000010/2010-24

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de suposta irregularidade no Concurso Público para provimento de vagas no Cargo de Analista do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Edital nº 01/2008, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Reitere-se o ofício nº 042/2010-GAB/PRM/PA (fl. 61), destacando-se que se cuida de reiteração. Encaminhe-se cópia das fls. 02/04. Prazo 20 (vinte) dias.

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 114, DE 2 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Felix Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Felix Ltda. em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Felix Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa dias).

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 115, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Itaobim Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Itaobim Ltda. em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Mineração Itaobim Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício encaminhada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa dias).

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 116, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Areal e Material de Construção São Jorge Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Areal e Material de Construção São Jorge Ltda. em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Areal e Material de Construção São Jorge Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria;

2. Oficiar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa dias).

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm.nº 1.14.006.000074/2010-25

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento preparatório (nº 1.14.006.000074/2010-25), que trata de apurar supostas irregularidades perpetradas pelo gestor municipal de Sítio do Quinto/BA, Sr. Cleigivaldo Carvalho Santa Rosa na licitação destinada a contratação das empresas N. & Torres Serviços de Transportes LTDA e Viação Joseph Hyggor LTDA-ME FILIAL, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto/BA, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias:

a) cópia dos procedimentos licitatórios que culminaram na constratação das empresas N. & Torres Serviços de Transportes LTDA (CNPJ 10.536.922/0001-71) e Viação Joseph Hyggor LTDA-ME FILIAL;

b) informação sobre o nome e a data de admissão, dos últimos dois Diretores de Departamento de Administração Geral da Prefeitura;

c) informações sobre o cargo que ocupa, local de trabalho e as atribuições cotidianas do servidor municipal JOSIAS ALMEIDA BARROS.

2. Oficie-se à Junta Comercial do Estado da Bahia, requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias dos contratos sociais e eventuais alterações posteriores das empresas N. & Torres Serviços de Transportes LTDA (CNPJ 10.536.922/0001-71) e Viação Joseph Hyggor LTDA-ME FILIAL;

3. Comunique-se o autor da representação sobre a instauração do presente ICP.

Com as respostas, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 119, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.006.000011/2007-73

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.006.000011/2007-73), que trata de denúncia feita pelo Sr. Solano Lopes de Menezes em face do então prefeito do Município de Cipó/BA, Sr. Jailton Ferreira de Macedo, por supostas irregularidades na condução de processos licitatórios envolvendo recursos federais, especialmente do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, no ano de 2005, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, a seguinte providência:

1. Oficie-se ao FNDE requisitando informações sobre a prestação de contas relativas ao PNAE - ano 2005, referentes ao município de Cipó/BA. Prazo: 30 (trinta) dias;

2. Oficie-se a Junta Comercial do Estado da Bahia, requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia dos contratos sociais e das eventuais alterações posteriores das empresas SUPER MACEDO C.V. DE ALIMENTOS LTDA, J. PEDRO DE SANTANA E CIA LTDA, JAILTON FERREIRA DE ANDRADE e ADENOR AUGUSTO DE OLIVEIRA, demais dados na folha em anexo (encaminhar fls. 05).

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 122, DE 11 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. nº 1.14.000.000408/2006-34

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (nº 1.14.000.000408/2006-34), que trata de supostas irregularidades na execução do PNAE/FNDE ocorridas no município de Ribeira do Amparo/BA, no exercício de 2006, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se à Associação autora da representação (fls. 03), requisitando informações, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre se a situação narrada naquela representação foi solucionada rapidamente e se, por acaso, ela voltou a ocorrer (por longo período) durante a gestão municipal de Marcello da Silva Britto. (encaminhe-se cópia das fls. 03).

2. Oficie-se à Promotoria de Cipó, solicitando a prestimosa colaboração daquele Parquet Estadual para realização de oitivas de cinco (ou mais, se julgar necessário) pessoas da lista anexa, escolhidas aleatoriamente, todas professores da rede municipal de Ribeira do Amparo no ano de 2006, questionando, entre outras coisas que julgar pertinente ao caso:

a) houve falta de merenda escolar no ano de 2006, em especial nos primeiros meses?

b) em caso afirmativo, houve rápido retorno da alimentação ou a falta de merenda foi longa?

c) houve falta de merenda escolar em outros anos durante a gestão do prefeito Marcello da Silva Britto?

d) você considera que, durante a gestão do prefeito Marcello da Silva Britto, a merenda oferecida era de boa qualidade?

e) se havia perseguição, por parte da gestão municipal, àqueles que - porventura - denunciassem alguma irregularidade ocorrente na prefeitura (acaso positivo, favor detalhar);

f) dentre as irregularidades a seguir descritas (mostrar fls. 89, denúncia advinda por e-mail), o depoente sabe dizer se alguma é verdadeira? Quais? possui informações a respeito dos fatos? (acaso positivo, favor detalhar)

Encaminhe-se, à Promotoria de Cipó, cópia da representação de fls. 03/04, das fls. 20 a 26, das fls. 89, e da lista de fls. 94 a 103.

3. Oficie-se o Juízo de Direito da Comarca de Cipó, solicitando informações cópia do processo judicial de número 1101344-0/2006 (partes: Marcelo da Silva Brito x Vicente Aloisio Ferreira da Silva e outros, cat.: Interpelação Judicial).

4. Por fim, efetue-se a numeração dos presentes autos.

Com as respostas, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 123, DE 2 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da Empresa Mineira de Granitos Ltda. - EMGA por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da Empresa Mineira de Granitos Ltda. - EMGA em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da Empresa Mineira de Granitos Ltda. - EMGA por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Oficie à Empresa Mineira de Granitos Ltda. - EMGA, requisitando cópia de todas as notas fiscais emitidas pela empresa nos 3 (três) últimos meses de forma sequencial.

4. Após, acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 124, DE 2 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Granistone S/A por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Granistone S/A em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Granistone S/A por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para oficiar, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio de cópia desta portaria;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa dias).

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 132, DE 16 DE MAIO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Procedimento Administrativo nº 1.14.002.000012/2008-39

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

1. CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento, consistente em apurar irregularidades na gestão do SUS, no Município de Valente/BA, instaurado a partir de Auditoria do SUS, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006, alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com os autos do procedimento administrativo nº 1.14.002.000012/2008-39 vinculado à 5ª CCR;

2. Comunique-se à 5ª CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;3. Oficie-se ao DENASUS, solicitando informar acerca da existência de auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Valente, Clínica Sagrada Família (CLISF), Clínica Médica Valente (CLIMEV), e no Hospital Municipal José Mota de Araújo, no que diz respeito à aplicação irregular dos valores repassados pelo SUS. Em caso positivo, que sejam encaminhados os respectivos relatórios. Na hipótese de não terem sido auditadas as respectivas unidades hospitalares, requisite-se o agendamento;

4. Oficie-se à SESAB, solicitando informar se houve glosa de valores de procedimentos, envolvendo recursos do SUS, nas seguintes unidades hospitalares situadas no município de Valente/BA: Clínica Sagrada Família (CLISF), Clínica Médica Valente (CLIMEV), e no Hospital Municipal José Mota de Araújo. Ademais, solicite informar se vem acompanhando a evolução das unidade hospitalares, realizando periodicamente auditorias de acompanhamento.

5. Encaminhe-se cópia dos Relatórios de Auditoria da SESAB à Promotoria Estadual com atuação na Comarca de Valente/BA, dando-lhe ciência, para adoção das providências que entender cabíveis, diante das irregularidades afetas à qualidade do atendimento médico e às condições físico-funcionais das seguintes unidades hospitalares situadas no município de Valente/BA: Clínica Sagrada Família (CLISF), Clínica Médica Valente (CLIMEV), e no Hospital Municipal José Mota de Araújo. Por oportuno, solicite a especial colaboração de informar se, no âmbito do Ministério Público Estadual, há procedimento de apuração instaurado relacionado a essas unidades hospitalares.

6. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 136, DE 12 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Corcovado Granitos Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Corcovado Granitos Ltda. por transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Corcovado Granitos Ltda., "embarcador da carga" por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e 5camara@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício (ICP n.º 1.22.009.000315/2010-34), encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Junte-se aos autos Relatório de Pesquisa nº 1.420/2011, 1.460/2011, 1.461/2011, 1.462/2011 e 1.463/2011, pedido de pesquisa nº 824/2011 e 843/2011, elaborado pelo Sistema Nacional de Pesquisa e Análise - SNP/SINASSPA.

4. Oficie-se, na modalidade MÃO PRÓPRIA, aos sócios da empresa Corcovado Granitos Ltda., Sr.Abimael dos Anjos Souza Junior, Sr.Giulio Malenza, Sra.Renata Malenza e Sr.Umberto Malenza, requisitando cópia das notas fiscais relativas ao transporte de carga em rodovias federais, emitidas nos meses de maio, junho e julho de 2010 de forma sequencial, com as advertências de praxe, encaminhando cópia dos Ofícios nº 1910/2010 - GAB/EVDL (Fls. 11), nº 2364/2010 - GAB/EVDL (Fls.15) e nº 067/2011- GAB/EVDL (Fls. 18).

5. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 138, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis irregularidades no Convênio nº 366/2005 (SIAFI 560635), firmado entre o Município de Frei Inocêncio/MG e o Ministério da Integração Nacional, tendo como objeto a reconstrução de unidades habitacionais.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 366/2005 (SIAFI 560635), firmado entre o Município de Frei Inocêncio/MG e o Ministério da Integração Nacional, tendo como objeto a reconstrução de unidades habitacionais.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 366/2005 (SIAFI 560635), firmado entre o Município de Frei Inocêncio/MG e o Ministério da Integração Nacional, tendo como objeto a reconstrução de unidades habitacionais.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e 5camara@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

2. Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional, requisitando informações sobre a prestação de contas referente ao Convênio nº 366/2005 (SIAFI nº 560635) firmado com o Município de Frei Inocêncio, encaminhando, em anexo, cópia do Relatório de Fiscalização nº 01568 (Fls 10-12), elaborado pela Controladoria-Geral da União para manifestação e ciência.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 139, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III, na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", e art. 6º, inciso VII, alínea "b", na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º, bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de se acompanhar a regular aplicação das verbas públicas decorrentes dos convênios nº 14/2009, 17/2009, 66/2009, 67/2009, 3/2010, 830/2010 e 831/2010, todos celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e a Missão Evangélica Caiuá e relacionados com a Atenção Básica de Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que apenas nos últimos 04 (meses) meses foram liberados, em decorrência dos r. convênios, mais de 25 milhões de reais;

Resolve instaurar o presente inquérito civil público, para tanto determinando:

a) Autue-se a presente sob o nome "Inquérito Civil Público"; b) Vincule-se à E. 5ª CCR, tema: patrimônio público; c) Cadastre-se sob o assunto: "Convênios firmados entre a Fundação Nacional de Saúde e a Missão Evangélica Caiuá sobre Atenção Básica de Saúde Indígena"; d) Interessados: Fundação Nacional de Saúde e Missão Evangélica Caiuá; e) determino:

1) a elaboração de minuta de ofício à Fundação Nacional de Saúde solicitando seja fornecida, no prazo de 10 (dez) dias úteis, cópia integral dos seguintes convênios celebrados com a Missão Evangélica Caiuá: 14/2009 (SIAFI nº 704364), 17/2009 (SIAFI nº 704988), 66/2009 (SIAFI nº 707367), 67/2009 (SIAFI nº 707368), 3/2010 (SIAFI nº 731932), 830/2010 (SIAFI nº 753093) e 831/2010 (SIAFI nº 753094).

f) designo para secretariar o presente o Secretário de Tutela deste Gabinete, EVANDRO NERY CAPUTTI, bem como o servidor que eventualmente venha a substituí-lo em seus afastamentos legais; g) Comunique-se a E. 5ª CCR acerca da instauração do presente, devendo-se informar o número, assunto e interessados, h) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente; e i) Com a resposta, conclusos.

RAPHAEL OTAVIO BUENO SANTOS

PORTARIA Nº 193, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de representação criminal no âmbito da PRM de Paulo Afonso-BA. Representação Criminal nº 1.14.006.000042/2007-24

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e de acordo com as Resoluções nº 13/06 - CNMP e nº 77/04 - CNMPF, resolve CONVERTER a presente Representação Criminal - que apura supostas irregularidades na

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

aplicação dos recursos objeto do Convênio nº 999/00 (SIAFI nº 412557), celebrado entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal/BA -, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que se decide por prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, haja vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Ademais, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, a seguinte providência:

1. Tendo em vista que este ICP trata de matéria sujeita à atuação da 5ª CCR (improbidade administrativa), proceda-se a correção do registro no sistema cadastral ARP, bem como a retificação da autuação.

2. Expeça-se ofício ao Tribunal de Contas da União solicitando informações sobre a existência ou não de Processo de Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio nº 999/00 (Siafi nº 412557) - Processo nº 25130.002.013/2000-77 -, celebrado entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal/BA. Sem prazo fixado.

Com a resposta, ou esgotado prazo razoável sem ela, façam-me conclusos.

ANDRÉ LUIZ BATISTA NEVES
Procurador da República

PORTARIA Nº 267, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando que o presente procedimento, instaurado nesta Procuradoria com o fim de averiguar a celebração de contratos/convênios, pela Fundação Osório, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir do procedimento administrativo nº 1.30.012.000998/2010-07, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino ainda que seja oficiado à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, concedendo prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARCIA MORGADO MIRANDA

PORTARIA Nº 80, DE 2 DE MAIO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000126/2011-51. Interessados: Município de Caxias do Sul, Ministério das Cidades. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Apurar a execução do Convênio SIAFI 710542 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul para a construção de passarela no km 146 da BR116 no Bairro São Ciro em Caxias do Sul/RS

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando o teor da matéria intitulada "Insegurança na BR-116 - Passarela está em perigo" publicada no Jornal Pioneiro no dia 19 de abril de 2011, nas páginas14/15, noticiando que a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul tem até o dia 30 de abril de 2011 para enviar à Caixa Econômica Federal documentos para a liberação de recursos federais para a construção da passarela no km 146 da BR116 no Bairro São Ciro em Caxias do Sul/RS. Ainda, a matéria afirma que a autorização do Dnit e do Daer foi encaminhada à Prefeitura no dia 14/04/2011, sendo que, sem tempo hábil para terminar a licitação da obra, a Administração Municipal pedirá a prorrogação do prazo;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, e o art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais bem como dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos e instaurar inquéritos civis públicos, visando o exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar ao Ministério das Cidades solicitando cópia integral (se possível no formato digital, em arquivo pdf) do processo administrativo relativo ao Convênio SIAFI 710542 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul para a construção de passarela no km 146 da BR116 no Bairro São Ciro em Caxias do Sul/RS;

- Oficiar ao Município de Caxias do Sul para que informe a situação atual do Convênio SIAFI 710542 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul para a construção de passarela no km 146 da BR116 no Bairro São Ciro em Caxias do Sul/RS;

- Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 10 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo Nº 1.26.003.000076/2010-23 - instaurado para apurar problemas de desnutrição e mortalidade infantil ocorridos na comunidade indígena Atikum-, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução Nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo Nº 1.26.003.000076/2010-23, pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Apurar problemas de desnutrição e mortalidade infantil ocorridos na comunidade indígena Atikum, localizada no Município de Carnaubeira da Penha/PE ".

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF;

c) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República Polo Serra Talhada - Salgueiro (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP).

RODRIGO GOMES TEIXEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 11, DE 19 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do 1º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais,

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe, já que se trata de apurar as más condições de fornecimento de água à Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra localizada na Barra dos Coqueiros no Estado de Sergipe;

Decide:

Instaurar Inquérito Civil Público e em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, estabelecer como elementos de capa os seguintes dados: a) Resumo: Apurar as más condições de fornecimento de água à Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra localizada na Barra dos Coqueiros no Estado de Sergipe; b) Envolvidos: FUNASA e Município de Barra dos Coqueiros; c) Originador: Robério Manoel da Silva; d) Distribuição: 1º Ofício da Tutela Coletiva - PR/SE; e) Câmara: 6ª Câmara - Índios e Minorias.

Designar, para atuarem como secretárias do inquérito civil público, as servidoras Priscilla Barreto Menezes Navas, Matrícula MPF Nº 19297-0 e Keith Grima Cabeço Antonini, Matrícula MPF Nº 9816-7, sendo desnecessária e dispensada a colheita de termo de compromisso.

Determinar, a título de diligências iniciais:

a) A publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, pelo prazo de 15 dias, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

b) A comunicação via e-mail à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

c) Sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

d) Oficie-se à FUNASA e ao Município de Barra dos Coqueiros requisitando, no prazo de 10 dias, informações atualizadas sobre o fornecimento de água à Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra localizada na Barra dos Coqueiros no Estado de Sergipe.

Após os registros de praxe, voltem-me conclusos.

LÍVIA NASCIMENTO TINÔCO

PORTARIA Nº 14, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Ponta Porã/MS, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, e 7.º, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do MPF promover a defesa dos bens e interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades indígenas (arts.127, caput, e 129, V e IX, da CF/88; art.5.º, III, "e", art.6.º, VII, "c", XI, art.37, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

. também compete ao Parquet defender a ordem jurídica e o regime democrático, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.127, caput, e 129, II, da CF/88; art.5.º, V, "b", art.11 da Lei Complementar n.º 75/93);

. os elementos carreados aos autos do procedimento administrativo n.º 1.21.005.000183/2009-84 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta, etc.);

. já se exauriu o prazo total de 180 (cento e oitenta dias) para a realização de diligências iniciais no bojo do denominado "procedimento administrativo", o que impõe seu arquivamento, sua conversão em inquérito civil ou o ajuizamento da respectiva ação civil pública, na forma do art.4.º, §§1.º a 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/06 (com redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106/10), e do art.2.º, §§5.º a 7.º, da Resolução n.º 23/07 do CNMP;

Resolve

converter o procedimento administrativo n.º 1.21.005.000183/2009-84 em INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

Omissão do Poder Público, notadamente FUNAI e Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS, na prestação de assistência e realização de obras no interesse da Comunidade Indígena Guarani Kaiowá de Pirakuá, no município de Bela Vista/MS, notadamente no que tange a manutenção e recuperação de pontes e estradas, dentro e fora da aldeia, afetando o direito de acesso dos indígenas a serviços públicos essenciais como saúde, educação, entre outros.

Fica designado, como secretário neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06 (incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), o servidor Jorge Daniel Delgado Jara, Técnico Administrativo, a quem se determina providenciar o registro, a autuação e o envio de cópia desta portaria à Egrégia 6.ª CCR/MPF, no prazo de até 10 dias, para fins de publicação, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

1) Nos termos da minuta que ofereço, oficie-se à Coordenadoria Regional da FUNAI em Ponta Porã/MS;

2) Cls. com a resposta ou decorrido o prazo fixado.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 33, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando os termos da Resolução Nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando a documentação de fls. 02/12, indicando o possível risco de os indígenas da Aldeia do Paraíso e da Aldeia Itapuã ficarem desprovidos do direito fundamental a uma educação escolar, decorrente da não contratação de professores para a Escola Estadual Indígena Aldeia do Paraíso e da Aldeia Itapuã, em Iguape/SP.

Determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.012.000682/2010-68 para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação, pelo prazo de 30 dias;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 6ª CCR/MPF.

Fica designado para funcionar como Secretária neste feito Cláudia Moraes da Silva, Analista Processual e Isabel Carvalho dos Santos Silva, Técnico Administrativo, ou outro servidor atuando em substituição a estas.

LUIZ ANTONIO PALACIO FILHO

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE MAIO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.12.000.000183/2010-77

CONSIDERANDO:

1. QUE é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público, nos termos do art. 129, II e III, da Constituição da República, e art. 6º, VII, b, da Lei Complementar Nº 75/1993, para proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

2. QUE que foi instaurado o procedimento administrativo Nº 1.12.000.000183/2010-77 para tratar das questões alusivas ao meio ambiente, mais especificamente, aos recursos minerais e possível descumprimento do Termo de Ajustamento de conduta Nº 3/2009 por parte da COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE LOURENÇO-COOGAL.

3. QUE é dever do poder público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações

4. QUE a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" (CF, art. 23), implicando a omissão total ou parcial do cumprimento desse dever, a possibilidade de responsabilização não só da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, como também dos seus respectivos administradores;

5. QUE, de acordo com o § 2o do artigo 225 da Constituição Federal, aquele que explora recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com solução técnica exigida pelo órgão ambiental competente;

6. QUE art. 20, inciso IX da Constituição Federal, que estabelece serem bens da União "os recursos minerais, inclusive os do subsolo";

7. QUE art. 176, §1º da Constituição Federal, o qual estabelece que "A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União", bem como o art. 1º do Código de Mineração, que prevê que "Compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais".

8. QUE o disposto no art. 174, §3º da Constituição Federal, que estabelece que "O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros".

9. QUE a mineração, dentre as atividades humanas, destaca-se como uma das mais imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos municípios e do Estado do Amapá, ao constituir um dos um dos fatores de geração de emprego e renda para a população local;

10. QUE o Poder Público deve ter como objetivo precípuo promover a harmonia entre o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva e a necessidade de preservação do patrimônio natural;

11. QUE o art. 3º da lei Nº 7.805/89, que alterou o Código de Mineração, que determina que "A outorga da permissão de lavra garimpeira depende de prévio licenciamento ambiental concedido pelo órgão ambiental competente"; bem como o art. 16 que dispõe que "A concessão de lavras depende de prévio licenciamento do órgão ambiental competente";

12. QUE foi instaurado o procedimento administrativo Nº 1.12.000.000183/2010-77 para tratar das questões alusivas ao meio ambiente, mais especificamente, aos recursos minerais e possível descumprimento do Termo de Ajustamento de conduta Nº 3/2009 por parte da COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE LOURENÇO-COOGAL.

com fulcro nos arts. 1º, inciso III, e 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, e no art. 2º, inciso II, da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, determina-se a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, adotando-se as seguintes providências:

i) comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da instauração do presente ICP;

ii) publique-se a presente Portaria, nos termos do art. 6º, §1º, inciso I, da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF.

JOSÉ CARDOSO LOPES

PORTARIA Nº 109, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição Da República e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita na Procuradoria da República no Município de Arapiraca, desde 17 de fevereiro de 2011, o Procedimento Administrativo Nº 1.11.001.000014/2011-45, instaurado a partir de solicitação proveniente da Coordenação Regional de Alagoas da FUNAI para que este órgão ministerial intervenha em conflito territorial envolvendo índios integrantes da comunidade Katokim no município de Pariconha/AL, visto que estes teriam invadido propriedade rural particular denominada "Sítio Quelé" naquela municipalidade, cuja posse foi devolvida aos proprietários por meio de decisão judicial de antecipação de tutela;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação desta portaria, assim como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Após, considerando que o Analista Pericial em Antropologia se manifestou recentemente nos presentes autos, retornem estes conclusos.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CORREGEDORIA-GERAL

ATA DE CORREIÇÃO

Espécie: ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª/MT REGIÃO NO PERÍODO DE 4 A 8 DE ABRIL DE 2011 No período compreendido entre os dias 04 a 08 de abril de 2011, A Corregedora-Geral do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 106, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, da Resolução nº 17/96, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, art. 3º, inciso II, e do Procedimento Correicional n° 5, de 27 de agosto de 2009, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, realizou Correição Ordinária na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, de 04 a 08 de abril de 2011. A Correição Ordinária foi efetuada, com o exame dos procedimentos administrativos e processos judiciais da Sede e das Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Água Boa, Alta Floresta, Cáceres, Rondonópolis e Sinop, por natureza de matéria, nos termos da Constituição, das Leis, dos Regulamentos e do Interesse Público, bem como a atuação e a produtividade dos Membros, por amostragem. Diversas reuniões foram realizadas por esta Corregedora: com o Procurador-Chefe, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho; com a Coordenadora da Coordenadoria de 1º Grau, Dra. Thalma Rosa de Almeida; com a Coordenadora da Coordenadoria de 2º Grau, Dra. Eliney Bezerra Veloso; com os Coordenadores das Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Água Boa, Dra. Priscila Maria Ribeiro; Alta Floresta, Dra. Mônica Fenalti Delgado; Cáceres, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves; Rondonópolis, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen; e Sinop, Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior; e com os membros em estágio probatório, Dr. Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Dra. Marcela Monteiro Dória, Dra. Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani, Dr. Rafael Garcia Rodrigues, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen, Dr. Fábio Fernando Pássari, Dra. Priscila Maria Ribeiro, Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza, Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato, Dra. Mônica Fenalti Delgado e Dr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues, além de outros membros lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. A seguir, relata-se, nestes autos, a Correição Ordinária procedida na sede e, nos autos anexados (anexo I, II, III, IV e V), os relatórios de Correição Ordinária relativos às Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Água Boa, Alta Floresta, Cáceres, Rondonópolis e Sinop. 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL - MEMBROS. 1.1. Na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho, estão lotados sete Membros: Eliney Bezerra Veloso, Marcela Monteiro Dória, Raulino Maracajá Coutinho Filho (Procurador-Chefe), Thalma Rosa de Almeida, Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani, Thiago Gurjão Alves Ribeiro (Procurador-Chefe substituto) e Rafael Garcia Rodrigues. O Procurador do Trabalho designado para atuar na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, está provisoriamente exercendo suas atribuições na Sede, tendo em vista que o prédio onde funcionará a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres está em fase de construção. 1.3. Considerações Gerais - Atuação dos Membros. Os Membros lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região atuam em conformidade com o disposto na Resolução n° 86, de 11 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Dessa forma, registra-se a atuação diferenciada entre os membros, em primeiro e segundo graus, não havendo separação entre órgão agente e interveniente, conforme se segue: Coordenadoria de 1º Grau: Marcela Monteiro Dória, Thalma Rosa de Almeida, Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani e Rafael Garcia Rodrigues. Coordenadoria de 2º Grau: Eliney Bezerra Veloso, Raulino Maracajá Coutinho Filho e Thiago Gurjão Alves Ribeiro. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região não conta com Procuradores Regionais do Trabalho, razão pela qual a atuação em segundo grau se dá por Procuradores do Trabalho. O Procurador-Chefe, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, atua em segundo grau, na condição de órgão interveniente, manifestando-se nos processos de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, sendo os demais feitos distribuídos aos outros Membros que atuam na Coordenadoria de 2º Grau. O Procurador do Trabalho designado para a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, lotado provisoriamente na Sede, foi designado para atuar também nos feitos afetos à Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região pela Portaria PRT/23 nº 06/2011, de 15 de fevereiro de 2011. Consignou o Procurador-Chefe que o quadro de membros atual atende às necessidades da Regional, ressaltando, contudo, que o Estado do Mato Grosso apresenta índices de crescimento acima da média nacional, em especial na produção agrícola, e, por essa razão, num futuro próximo, o quadro de Membros não será suficiente para atender à demanda. Todos os Membros lotados na Sede residem na cidade de Cuiabá/MT, obedecendo ao disposto no art. 129, §2°, IX, da CF, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Registrou-se que nenhum dos membros lotados na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região exerce o Magistério. Conforme relatado pelo Procurador-Chefe, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, o relacionamento entre os Membros é bom e cortês, e que todos apresentam bom desempenho funcional e são assíduos no exercício de suas atribuições, não havendo ausências fora das hipóteses legais, tampouco omissões, abusos ou improdutividade. Além disso, ressaltou que todas as convocações são devidamente atendidas, não havendo descumprimento de prazos. O Colégio de Procuradores se reúne a cada dois ou três meses, para tratar de temas afetos à Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, tanto administrativos quanto processuais. 1.4. Do Estágio Probatório. Na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região há treze Membros em estágio probatório, quatro deles lotados na Sede e os outros nove nas Procuradorias do Trabalho nos Municípios, conforme se segue. Sede: Dra. Marcela Monteiro Dória, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossada em 25/10/2010; Dr. Rafael Garcia Rodrigues, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010; Dra. Thaylise Campos Coleta de Souza, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossada em 25/10/2010; e Dr. Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010. Procuradorias do Trabalho em Municípios: Dr. Fábio Fernando Pássari, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis; Dr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta; Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossada em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Rondonópolis; Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop; Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres. O membro está provisoriamente exercendo suas atribuições na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, conforme Portaria PRT/23 nº 06/2011; Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop; Dra. Mônica Fenalti Delgado, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossada em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta; Dra. Priscila Maria Ribeiro, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossada em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa; Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza, Proveniente do XVI concurso para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 25/10/2010, tendo entrado em exercício na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa. A Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região supervisiona o estágio probatório dos Membros a partir do acompanhamento dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, bem como através de visitas periódicas às Procuradorias do Trabalho nos Municípios, além de reuniões com o Colegiado local para sanar dúvidas e solucionar eventuais demandas. Realizou-se reunião com todos os Procuradores do Trabalho em estágio probatório lotados na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Regiao nos dias 06 e 07 de abril de 2011, sendo abordadas as dificuldades iniciais enfrentadas pelos Membros, ressaltando-se, na oportunidade, a importância de se observar as Resoluções sobre a residência na comarca de lotação (Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho), o exercício do magistério (Resolução CNMP n° 3/2005) e os prazos previstos para o envio dos relatórios bimestrais, previsto na Resolução n° 71/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, dentre outras questões. 1.5. ATUAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. 1.5.1.1. Atuação dos Membros como Órgão Agente em Primeiro Grau. Atuam em 1º Grau os seguintes Membros: Thalma Rosa de Almeida (Coordenadora), Marcela Monteiro Dória, Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani e Rafael Garcia Rodrigues. Não há atuação diferenciada ou especializada por matéria. 1.5.1.2. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região. A violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na área de abrangência da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região diz respeito ao meio ambiente de Trabalho. 1.5.1.3. Forma de registro e distribuição. Os registros das Representações, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis e outros procedimentos são feitos por meio do sistema MPT Digital. Para a distribuição dos feitos, conforme previsão do Regimento Interno da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, as denúncias são encaminhadas diretamente ao Gabinete da Coordenadora da Coordenadoria de 1º Grau, Dra. Thalma Rosa de Almeida, para análise dos temas a serem autuados, sendo, depois, encaminhadas para a Divisão Processual para autuação como representação e distribuição imediata. 1.5.1.4. Acompanhamento dos Termos de Ajuste de Condutas. A fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta, em regra, é feita pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso, por meio de fiscalização in loco pelos próprios Procuradores do Trabalho, ou através da realização de audiências, a critério do membro oficiante. Nas respostas ao questionário enviado por ocasião da presente Correição Ordinária, informou-se que não há forma específica de dar publicidade aos Termos de Ajuste de Conduta firmados, mas, em geral, consta dos instrumentos a obrigatoriedade da empresa em dar publicidade, por meio de sua afixação em local visível dentro da empresa. Além disso, dependendo do caso, são oficiados a Superintendência Regional do Trabalho, os Sindicatos e demais órgãos fiscalizatórios. O controle e acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta são realizados nos próprios autos do Procedimento Preparatório ou do Inquérito Civil em que foram firmados, conforme disposto na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007. Em reunião realizada com esta Corregedora-Geral com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23° Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com a Coordenadora da Coordenadoria de 1º Grau, Dra. Thalma Rosa de Almeida, ponderou-se a importância da fiscalização e acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta, solicitando-se que todos os membros verifiquem a efetividade dos termos firmados. A Coordenadora da Coordenadoria de 1º Grau, Dra. Thalma Rosa de Almeida, justificou a inexistência de informações quanto aos motivos de encerramento dos Termos de Ajuste de Conduta firmados pelo Ministério Público do Trabalho, nos anos de 2008, 2009 e 2010, pelo fato de que o Sistema/CODIN, anterior ao Sistema MPT Digital, não dispunha de campo específico para indicar o motivo do arquivamento do Procedimento com Termo de Ajuste de Conduta. Assim, no que toca ao atendimento da Recomendação nº 14/2010 da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, ponderou-se que a averiguação dos motivos referentes aos procedimentos arquivados nos anos de 2008, 2009 e 2010 estão sendo feitas manualmente, em cada processo. Desse modo, tendo em vista a necessidade de se analisar mais de 600 (seiscentos) procedimentos, o que, certamente, causaria transtorno ao desenvolvimento normal dos trabalhos na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, em decorrência da escassez de servidores, esse trabalho está sendo efetivado gradativamente, com a pertinente fiscalização do cumprimento desses instrumentos realizado nos autos do procedimento que o originou. Nesse sentido, visando a possibilitar o efetivo acompanhamento pela Corregedoria, da fiscalização e cumprimento das cláusulas entabuladas pelo Ministério Público do Trabalho, nos Termos de Ajuste de Conduta firmados, e ainda, em observância a necessidade de atendimento das regras constantes no artigo 14 e seus parágrafos, da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMP n° 87/2009), solicitou-se o preenchimento dos dados a seguir: I - Número de Termos de Ajuste de Condutas assinados: Em 2010: Danielle Olivares Correa Masseran: 0 maio, 0 junho, 1 julho, 3 agosto, 1 setembro, 7 outubro, 2 novembro, 0 dezembro; Raulino Maracajá Coutinho Filho: 1 janeiro, 3 fevereiro, 4 março, 3 abril, 4 maio, 2 junho, 0 julho, 2 agosto, 0 setembro, 0 outubro, 3 novembro, 0 dezembro; Thalma Rosa de Almeida: 0 janeiro, 1 fevereiro, 7 março, 3 abril, 2 maio, 0 junho, 1 julho, 2 agosto, 3 setembro, 3 outubro, 8 novembro, 3 dezembro; Ulisses Dias de Carvalho: 0 janeiro, 3 fevereiro, 1 março, 1 abril, 7 maio, 0 junho, 2 julho, 1 agosto, 6 setembro, 2 outubro, 0 novembro, 0 dezembro; Marcela Monteiro Dória: 4 novembro, 2 dezembro; Thaylise C. C. de S. Zaffani: 7 novembro, 1 dezembro; Rafael Garcia Rodrigues: 2 novembro, 0 dezembro; Marco Aurélio Estraiotto Alves: 0 novembro, 0 dezembro. Em 2011: Thalma Rosa de Almeida: 0 janeiro, 0 fevereiro; Marcela Monteiro Dória: 10 janeiro, 1 fevereiro; Thaylise C. C. de S. Zaffani: 1 janeiro, 3 fevereiro; Rafael Garcia Rodrigues: 2 janeiro, 1 fevereiro; Marco Aurélio Estraiotto Alves: 1 janeiro, 2 fevereiro. II - Termos de Ajuste de Conduta por membro (banca). Registrou-se que antes da expedição da Recomendação nº 14/2010, da Corregedoria do MPT, os Procedimentos com TAC firmados eram arquivados após ser oficiada a Superintendência Regional do Trabalho, e desarquivados para acompanhamento quando da juntada de documentos, especialmente respostas das fiscalizações e novas denúncias. Em 2010: Danielle Olivares Correa Masseran: 14 TACs Assinados, 17 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs Encerrados - IC 006081.2000.23.000/1; IC 608171.2000.23.000/0; IC 000307.2002.23.000/2; IC 000164.2003.23.000/3; IC 000339.2006.23.000/8; IC 000283.2008.23.000/3; IC 000334.2008.23.000/1; IC 000104.2009.23.000/6; IC 000148.2009.23.000/0; IC 000541.2009.23.000/9; IC 000027.2010.23.000/6; IC 000077.2010.23.000/7; IC 000301.2010.23.000/2; IC 000320.2010.23.000/0; IC 000332.2010.23.000/0; IC 000349.2010.23.000/2; 0 Ações de Execução de TACs, 05 TACs acompanhados. Raulino Maracajá Coutinho Filho: 22 TACs Assinados, 32 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs Encerrados - IC 000225.2000.23.000/0; IC 000239.2000.23.000/3; IC 000221.2001.23.000/8; IC 000166.2002.23.000/3; IC 000060.2004.23.000/8; IC 000118.2004.23.000/5; IC 000176.2004.23.000/6; (CP) 006215.2005.23.000/2; IC 000169.2005.23.000/0; IC 000499.2005.23.000/7; CP 006211.2006.23.000/2; PP 000199.2006.23.000/5; IC 000427.2006.23.000/6; IC 000023.2007.23.000/8; IC 000101.2007.23.000/1; IC 000297.2007.23.000/3; IC 000306.2007.23.000/0; IC 000228.2008.23.000/1; IC 000475.2008.23.000/5; IC 000484.2008.23.000/6; PP 000112.2009.23.000/0; PP 000141.2009.23.000/6; IC 000161.2009.23.000/0; IC 000201.2009.23.000/5; PP 000517.2009.23.000/5; PP 000538.2009.23.000/6; PP 000016.2010.23.000/0; PP 000025.2010.23.000/1; PP 000062.2010.23.000/2; PP 000124.2010.23.000/0; PP 000125.2010.23.000/6; PP 000437.2010.23.000/0; 02 Ações de Execução de TACs, 33 TACs acompanhados. Thalma Rosa de Almeida: 33 TACs Assinados, 41 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs Encerrados IC 000001.1998.23.000/4; IC 608114.2000.23.000/4; IC 000193.2000.23.000/0; IC 000362.2001.23.000/1; IC 000180.2002.23.000/0; IC 000048.2003.23.000/6; IC 000107.2003.23.000/9; IC 000099.2004.23.000/8; PP 000122.2004.23.000/4; PP 000072.2005.23.000/4; IC 000106.2005.23.000/8; IC 000196.2005.23.000/3; PP 000029.2006.23.000/8; IC 000401.2006.23.000/3; IC 000408.2006.23.000/8; PP 000200.2007.23.000/3; PP 000203.2007.23.000/2; REP 000040.2008.23.000/6; IC 000097.2008.23.000/8; IC 000123.2008.23.000/1; IC 000242.2008.23.000/8; IC 000353.2008.23.000/0; IC 000470.2008.23.000/3; IC 000476.2008.23.000/1; IC 000034.2009.23.000/0; IC 000163.2009.23.000/3; IC 000183.2009.23.000/8; IC 000192.2009.23.000/9; IC 000206.2009.23.000/7; REP 000267.2009.23.000/7; IC 000571.2009.23.000/0; IC 000574.2009.23.000/0; IC 000041.2010.23.000/9; IC 000191.2010.23.000/1; IC 000231.2010.23.000/6; IC 000347.2010.23.000/0; IC 000386.2010.23.000/2; IC 000426.2010.23.000/7; IC 000448.2010.23.000/4; IC 000466.2010.23.000/6; IC 000469.2010.23.000/5; 0 Ações de Execução de TACs, 39 TACs acompanhados. Ulisses Dias de Carvalho: 23 TACs Assinados, 40 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000047.2001.23.000/1-07; IC 000263.2001.23.000/0-07; IC 000269.2001.23.000/8-07; PP 000282.2001.23.000/8-07; PP 000184.2003.23.000/8-07; IC 000285.2003.23.000/2-07; IC 000142.2004.23.000/9-07; IC 000143.2004.23.000/5-07; PP 000091.2005.23.000/3-07; IC 000407.2005.23.000/9-07; IC 000065.2006.23.000/1-07; REP 000120.2006.23.000/7-07; IC 000184.2006.23.000/6-07; IC 000315.2006.23.000/8-07; IC 000027.2007.23.000/7-07; PP 000261.2007.23.000/3-07; PP 000388.2007.23.000/0-07; IC 000420.2007.23.000/4-07; IC 000059.2008.23.000/0-07; IC 000073.2008.23.000/2-07; IC 000107.2008.23.000/2-07; IC 000113.2008.23.000/4-07; PP 000305.2008.23.000/6-07; CP 000327.2008.23.000/3-07; IC 000361.2008.23.000/4-07; PP 000377.2008.23.000/0-07; IC 000018.2009.23.000/3-07; IC 000050.2009.23.000/8-07; IC 000079.2009.23.000/0-07; REP 000120.2009.23.000/5-07; IC 000372.2009.23.000/0-07; MED 000471.2009.23.000/2-07; IC 000006.2010.23.000/5-07; IC 000009.2010.23.000/0-07; REP 000014.2010.23.000/6-07; IC 000022.2010.23.000/0-07; IC 000157.2010.23.000/0-07; CP 000203.2010.23.000/7-07; IC 000046.2010.23.003/8-07; IC 000366.2010.23.000/8-07; 5 Ações de Execução de TACs, 53 TACs acompanhados. Macela Monteiro Dória: 06 TACs Assinados, 06 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000334.2008.23.000/1-04; IC 000530.2009.23.000/5-04; IC 000077.2010.23.000/7-04; IC 000288.2010.23.000/7-04; IC 000332.2010.23.000/0-04; PP 000370.2010.23.000/7-04; 0 Ações de Execução de TACs, 06 TACs acompanhados. Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani: 08 TACs Assinados, 11 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000025.2003.23.000/8-05; IC 000133.2003.23.000/5-05; IC 000427.2006.23.000/6-05; IC 000201.2009.23.000/5-05; PP 000357.2010.23.000/7-05; IC 000447.2010.23.000/8-05; IC 000450.2010.23.000/0-05; IC 000453.2010.23.000/0-05; IC 000456.2010.23.000/9-05; IC 000459.2010.23.000/8-05; IC 000468.2010.23.000/9-05; 1 Ações de Execução de TACs, 03 TACs acompanhados. Rafael Garcia Rodrigues: 02 TACs Assinados, 01 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000107.2008.23.000/2-07; 0 Ações de Execução de TACs, 11 TACs acompanhados. Em 2011: Macela Monteiro Dória: 10 TACs Assinados, 03 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000449.2010.23.000/0-04; IC 000452.2010.23.000/3-04; IC 000470.2010.23.000/5-04; 0 Ações de Execução de TACs, 01 TACs acompanhados. Thaylse Campos Coleta de Souza Zaffani: 1 TACs Assinado, 1 TAC Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: 1 IC 000036.2006.23.000/4-05; 0 Ações de Execução de TACs, 01 TACs acompanhados. Thalma Rosa de Almeida: 0 TACs Assinado, 02 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000451.2010.23.000/7-06; IC 000472.2010.23.000/8-06; 0 Ações de Execução de TACs, 02 TACs acompanhados. Rafael Garcia Rodrigues: 2 TACs Assinado, 04 TACs Arquivados e/ou Encerrados, Relação de TACs: IC 000058.1997.23.000/2-07; IC 000037.2002.23.000/7-07; IC 000056.2005.23.000/7-07; IC 000405.2010.23.000/6-07; 0 Ações de Execução de TACs, 04 TACs acompanhados. III - Andamento dos Termos de Ajuste de Conduta em curso na Procuradoria Regional do Trabalho. Marcela Monteiro Dória: IC 20.2001.23.0.4, TAC 94/2001, data da assinatura 2001-05-07, última movimentação: AR PENDENTE 2011-03-02; IC 20.2001.23.0.4, TCAC 50/2008, data da assinatura 2008-05-09, última movimentação: AR PENDENTE 2011-03-02; IC 59.2001.23.0.5, TAC 114/2001, data da assinatura 2001-07-19, última movimentação: RETORNO À DIVISÃO PROCESSUAL 2011-03-03; IC 295.2002.23.0.7, TAC 89/2007, data da assinatura 2007-05-17, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-17; PP 196.2004.23.0.0, TCAC 131/2007, data da assinatura 2007-10-09, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; PP 231.2004.23.0.3, TCAC 124/2007, data da assinatura 2007-09-04, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-22; IC 468.2005.23.0.9, TAC 118/2006, data da assinatura 2006-08-07, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-15; IC 178.2006.23.0.4, TAC 105/2006, data da assinatura 2006-07-13, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-15; IC 190.2006.23.0.8, TCAC 147/2008, data da assinatura 2008-10-15, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; IC 190.2006.23.0.8, aditivo ao 147/2008, data da assinatura 2009-03-05, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; IC 442.2006.23.0.9, TCAC 14/2007, data da assinatura 2007-02-07, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-03; IC 60817.2006.23.0.9, TCAC 57/2006, data da assinatura 2006-03-28, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-17; IC 25.2007.23.0.2, 44/2009, data da assinatura 2009-04-03, última movimentação: AR PENDENTE 2011-02-28; IC 181.2007.23.0.0, TCAC 114/2007, data da assinatura 2007-07-04, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-27; IC 181.2007.23.0.0, TCAC 11/2009, data da assinatura 2009-02-06, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-27; IC 327.2007.23.0.0, TCAC 148/2008, data da assinatura 2008-11-14, última movimentação: DESPACHO 2011-03-02; CPTAC 10.2008.23.0.1, TCAC 15/2008, data da assinatura 2008-05-15, última movimentação: DESPACHO 2011-03-02; IC 80.2008.23.0.9, n 33/2009, data da assinatura 2009-03-10, última movimentação: OUTROS - VER OBS. 2011-01-07; IC 189.2008.23.0.3, TCAC 122/2008, data da assinatura 2008-10-09, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-28; IC 246.2008.23.0.3, n. 14/2009, data da assinatura 2009-02-09, última movimentação: DIVISÃO PROCESSUAL 2011-03-03; IC 334.2008.23.0.1, TAC 181/2010, data da assinatura 2010-11-04, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-22; PP 1.2009.23.0.0, TAC 32/2009, data da assinatura 2009-05-29, última movimentação: DESPACHO 2011-03-02; REP 377.2009.23.0.2, data da assinatura 2009-08-05, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-28; IC 582.2009.23.0.4, TAC 228/2011, data da assinatura 2011-01-13, última movimentação: APENSADO 2011-01-19; IC 29.2010.23.0.0, TAC 238/2011, data da assinatura 2011-01-21, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-27; IC 91.2010.23.0.0, TAC 262/2011, data da assinatura 2011-02-10, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-15; IC 136.2010.23.0.0, 251/2011, data da assinatura 2011-01-31, última movimentação: AR PENDENTE 2011-02-11; IC 288.2010.23.0.7, TAC 176/2010, data da assinatura 2010-10-27, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-12; IC 290.2010.23.0.3, TAC 224/2011, data da assinatura 2011-01-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-27; IC 301.2010.23.0.2, TAC 164/2010, data da assinatura 2010-10-19, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2010-12-14; IC 514.2010.23.0.5, TAC 223/2011, data da assinatura 2011-01-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-18; IC 530.2010.23.0.4, TAC 236/2011, data da assinatura 2011-01-20, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-25; IC 531.2010.23.0.0, TAC 228/2011, data da assinatura 2011-01-13, última movimentação: APENSADO 2011-01-19; PP 11.2011.23.0.8, 294/2011, data da assinatura 2011-03-03, última movimentação: DOCUMENTO EXPE-

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA PROIBIDA

DIDO 2011-03-03; CP 13.2011.23.0.2, TAC 858/2010, data da assinatura 2011-01-23, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-28. Thaylise Zaffani: IC 220.2002.23.0.4, TAC 29/2009, data da assinatura 2009-02-17, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-18; IC 116.2004.23.0.2, TAC 28/2005, data da assinatura 2005-02-16, última movimentação: JUNTADA DE DOCUMENTOS 2011-02-28; IC 451.2005.23.0.7, TAC 119/2007, data da assinatura TAC: 2007-07-31, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-03-10; IC 451.2005.23.0.7, TAC 145/2008, data da assinatura 2008-11-19, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-03-10; IC 129.2006.23.0.4, TAC 232/2011, data da assinatura TAC: 2011-02-09, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-09; IC 410.2006.23.0.4, TAC 79/2007, data da assinatura 2007-05-09, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-03-10; IC 263.2007.23.0.6, TAC 099/2009, data da assinatura 2009-06-30, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-15; PP 263.2010.23.0.0, TAC 179/2010, data da assinatura 2010-11-08, última movimentação 2020-11-05; IC 477.2010.23.0.0, TAC 261/2011, data da assinatura 2011-02-10, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-11; IC 483.2010.23.0.1, TAC 179/2010, data da assinatura 2010-11-04, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; PP 515.2010.23.0.1, TAC 222/2011, data da assinatura 2011-01-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-15; IC 520.2010.23.0.7, TAC 220/2010, data da assinatura 2010-12-17, última movimentação: NOVO TAC FIRMADO 2011-02-18; REP 28.2011.23.0.7, TAC 289/2011, data da assinatura 2011-03-03, última movimentação: OFÍCIO 2011-03-04. Thalma Rosa de Almeida: IC 1.1998.23.0.4, TAC 26/2000, data da assinatura 2000-04-27, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-03; IC 1.1998.23.0.4, TAC 27/2000, data da assinatura 2000-04-27, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-03; IC 1.1998.23.0.4, TAC 48/2008, data da assinatura 2008-05-08, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-03; PP 26.1998.23.0.7, TAC 143/2009, data da assinatura 2009-09-10, última movimentação: 2020-12-10; IC 40.1998.23.0.0, TAC 88/2004, data da assinatura 2004-04-13, última movimentação: CERTIDAO 2011-01-10; IC 40.1998.23.0.0, TAC 107/2009, data da assinatura 2009-07-15, última movimentação: CERTIDAO 2011-01-10; IC 180.2002.23.0.0, TAC 138/2004, data da assinatura 2004-07-27, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-28; IC 180.2002.23.0.0, TAC 160/2003, data da assinatura 2003-11-24, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-28; IC 267.2005.23.0.6, TAC 99/2005, data da assinatura 2005-09-21, última movimentação: DESPACHO 2011-03-03; PP 254.2006.23.0.2, TAC 55/2008, data da assinatura 2008-05-15, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-23; IC 408.2006.23.0.8, TAC 84/2008, data da assinatura 2008-10-30, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-28; PP 200.2007.23.0.3, TAC 107/2008, data da assinatura 2008-08-20, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-28; PP 203.2007.23.0.2, TAC 18/2008, data da assinatura 2008-03-04, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-21; PP 203.2007.23.0.2, TAC 19/2008, data da assinatura 2008-03-04, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-21; PP 203.2007.23.0.2, TAC 122/2009, data da assinatura 2009-08-12, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-21; PP 203.2007.23.0.2, TAC 123/2009, data da assinatura 2009-08-12, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-21; IC 310.2008.23.0.1, TAC 31/2009, data da assinatura 2009-03-20, última movimentação: JUNTADA DE DOCUMENTOS 2011-03-01; IC 476.2008.23.0.1, TAC 16/2010, data da assinatura 2010-03-29, última movimentação: DESPACHO 2011-03-04; PP 54.2009.23.0.7, n. 40/2009, data da assinatura 2009-03-17, última movimentação 2020-02-24; IC 163.2009.23.0.3, TAC 25/2010, data da assinatura 2010-04-28, última movimentação 2020-03-03, IC 193.2009.23.0.5, TAC 142/2009, data da assinatura 2009-09-14, última movimentação: DOCUMENTO EXPEDIDO 2011-03-04; REP 548.2009.23.0.3, TAC 22/2009, data da assinatura 2009-11-03, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-03; REP 548.2009.23.0.3, TAC 20/2009, data da assinatura 2009-11-03, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-03; REP 548.2009.23.0.3, TAC 21/2009, data da assinatura 2009-11-03, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-03; IC 167.2010.23.0.8, 190/2010, data da assinatura 2010-11-25, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; IC 192.2010.23.0.8, TAC 38/2007, data da assinatura 2007-07-31, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-16; IC 347.2010.23.0.0, TAC 125/2010, data da assinatura 2010-09-01, última movimentação: NOTIFICAÇÃO 2011-03-04; IC 426.2010.23.0.7, TAC 151/2010, data da assinatura 2010-09-29, última movimentação: NOTIFICAÇÃO 2011-03-03; IC 478.2010.23.0.6, TAC 203/2010, data da assinatura 2010-12- 02, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2010-12-09. Rafael Rodrigues: PP 282.2001.23.0.8, TAC 51/2008, data da assinatura 2008-05-14, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; PP 282.2001.23.0.8, TAC 53/2008, data da assinatura 2008-05-14, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; IC 86.2004.23.0.8, TAC 115/2004, data da assinatura 2004-05-18, última movimentação: AR PENDENTE 2011-03-02; IC 119.2004.23.0.1, TAC 125/2006, data da assinatura 2006-08-29, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-16, IC 143.2004.23.0.5, TAC 89/2005, data da assinatura 2005-08-29, última movimentação: REMETIDO AO ENGENHEIRO SST 2011-02-11; IC 15.2005.23.0.7, TAC 47/2006, data da assinatura 2006-03-03, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; IC 56.2005.23.0.7, TAC 69/2006, data da assinatura 2006-04-20, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; IC 56.2005.23.0.7, TAC 10/2008, data da assinatura 2008-02-13, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; IC 56.2005.23.0.7, TAC 03/2009, data da assinatura 2002-01-08, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02; PP 91.2005.23.0.3, TAC 40/2008, data da assinatura 008-04-16, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-02; PP 91.2005.23.0.3, TAC 23/2006, data da assinatura 2006-02-02, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-02, IC 407.2005.23.0.9, TAC 18/2009, data da assinatura 2009-02-10, última movimentação: OUTROS - VER OBS. 2020-02-25; PP 447.2005.23.0.8, TCAC 139/2007, data da assinatura 2007-10-24, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-28; PP 447.2005.23.0.8, TAC 138/2007, data da assinatura 2007-10-24, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-02-28; CPTAC 6043.2005.23.0.6, TAC 39/2005, data da assinatura 2005-10-26, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-03; REP 120.2006.23.0.7, TAC 106/2009, data da assinatura 2009-07-22, última movimentação: JUNTADA DE DOCUMENTOS 2011-03-01; PP 413.2006.23.0.3, TAC 23/2008, data da assinatura 2008-03-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-13; IC 458.2006.23.0.4, TAC 75/2009, data da assinatura 2009-05-15, última movimentação: DESPACHO 2011-03-02; IC 477.2006.23.0.2, TAC 74/2009, data da assinatura 2009-05-11, última movimentação: DOCUMENTO EXPEDIDO 2011-03-03; IC 107.2007.23.0.0, TAC 126/2008, data da assinatura 2008-10-23, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2010-11-22; IC 420.2007.23.0.4, TAC 60/2009, data da assinatura 2009-05-08, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; PP 3.2008.23.0.1, TAC 51/2008, data da assinatura 2008-05-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; PP 3.2008.23.0.1, TAC 53/2008, data da assinatura 2008-05-12, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; IC 39.2008.23.0.3, TAC 106/2008, data da assinatura 2008-09-01, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-03-01; IC 59.2008.23.0.0, TAC 44/2008, data da assinatura 2008-04-29, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; IC 63.2008.23.0.4, TAC 03/2009, data da assinatura 2009-01-08, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-01-27; IC 73.2008.23.0.2, TAC 125/2009, data da assinatura 2009-08-10, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-18; REP 6205.2008.23.0.1, TAC 21/2008, data da assinatura 2008-03-11, última movimentação: AR PENDENTE 2011-03-03; CPTAC 14.2009.23.0.4, TAC 19/2008, data da assinatura 2008-06-05, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; PP 113.2009.23.0.7, data da assinatura 2008-11-25, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-02-28; IC 134.2009.23.0.8, TAC 63/2009, data da assinatura 2009-04-29, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-16; IC 368.2009.23.0.1, TAC 137/2009, data da assinatura 2009-09-08, última movimentação: DESPACHO 2011-03-03; IC 372.2009.23.0.0, TAC 151/2009, data da assinatura 2009-11-13, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-04; PP 389.2009.23.0.2, TAC 104/2009, data da assinatura 2009-08-03, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-24; CPTAC 5.2010.23.0.7, TAC 19/2009, data da assinatura 2009-09-09, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-23; IC 7.2010.23.0.3, TAC 5/2010, data da assinatura 2010-03-08, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-02-17; IC 22.2010.23.0.0, 87/2010, data da assinatura 2010-07-26, última movimentação: DESPACHO 2011-03-03; IC 272.2010.23.0.1, 271/2011, data da assinatura 2011-02-16, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-02. Marco Aurélio Estraiotto Alves: IC 281.2002.23.0.4, TAC 8/2003, data da assinatura 2003-02-21, última movimentação: CERTIDAO 2011-02-28; PP 184.2003.23.0.8, TAC 30/2007, data da assinatura 2007-02-15, última movimentação: OUTROS - VER OBS. 2020-09-22, PP 184.2003.23.0.8, TAC 87/2007, data da assinatura 2007-05-14, última movimentação: OUTROS - VER OBS. 2020-09-22, IC 65.2006.23.0.1, 80/2009, data da assinatura 2009-07-23, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 95.2006.23.0.6, TAC 2008, data da assinatura 2009-01-12, última movimentação: CONCLUSO À BANCA 2011-03-02; IC 218.2006.23.0.9, TAC 59/2008, data da assinatura 2008-05-19, última movimentação: AGUARDANDO JUNTADA 2011-03-03; IC 283.2006.23.0.8, TAC 154/2006, data da assinatura 2006-10-09, última movimentação: CERTIDAO 2011-02-28; IC 336.2007.23.0.1, TAC 52/2008, data da assinatura 2008-05-14, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; PP 284.2008.23.0.0, TAC 141/2008, data da assinatura 2008-11-05, última movimentação: CERTIDAO 2011-02-28; PP 355.2008.23.0.2, TAC 02/2009, data da assinatura 2009-01-22, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 484.2008.23.0.6, 66/2010, data da assinatura 2010-06-22, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; PP 538.2009.23.0.6, TAC 18/2004, data da assinatura 2010-03-22, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 568.2009.23.0.8, 204/2010, data da assinatura 2010-12-02, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 183.2010.23.0.7, 259/2011, data da assinatura 2011-02-10, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 231.2010.23.0.6, TAC 93/2010, data da assinatura 2010-08-04, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; IC 434.2010.23.0.1, TAC 233/2011, data da assinatura 2011-01-19, última movimentação: CERTIDAO 2011-02-28; IC 475.2010.23.0.7, TAC 205/2010, data da assinatura 2010-12-02, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02; PP 517.2010.23.0.4, TAC 174/2010, data da assinatura 2010-10-27, última movimentação: CERTIDAO 2011-03-02, IC 3.2011.23.0.5, TAC 293/2011, data da assinatura 2011-03-03, última movimentação: AGUARDANDO PRAZO 2011-03-03. 1.5.1.5. Controle das ações ajuizadas. Para o controle e o acompanhamento das ações ajuizadas na atuação como Órgão Agente, forma-se Procedimento de Acompanhamento Judicial (PAJ), o qual é remetido ao gabinete do Procurador do Trabalho periodicamente, ou no caso de intimações pessoais nos próprios autos do Processo Judicial. 1.5.1.6. Média das distribuições. Cada Membro recebe, em média, quatro representações por semana, não se computando nesse montante eventuais desarquivamentos, redistribuições e conclusões semanais. 1.5.1.7 Impedimentos/Afastamentos. Em caso de afastamento de membros, os procedimentos são redistribuídos, conforme previsto na Resolução nº 86, de 27 de agosto de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. 1.5.1.8. Procedimentos Distribuídos. Em 2010, os procedimentos foram distribuídos da seguinte forma: a) janeiro: resíduo 231, distribuídos: 123, encerrados: 42, em andamento 312; b) fevereiro: resíduo 312, distribuídos 86, encerrados: 94, em andamento 304; c) março: resíduo 304, distribuídos 96, encerrados 159, em andamento 241; d) abril: resíduo 241, distribuídos 51, encerrados 72, em andamento 220; e) maio: resíduo 263*, distribuídos 140, encerrados 195, em andamento 208; f) junho: resíduo 208, distribuídos 39, encerrados 52, em andamento na PRT 195; g) julho resíduo 195, distribuídos 77, encerrados 51, em andamento 221; h) agosto: resíduo 221, distribuídos 93, encerrados 83, em andamento 231; i) setembro: resíduo 231, distribuídos 100, encerrados 89, em andamento 242; j) outubro: resíduo 242, distribuídos 123, encerrados 73, em andamento 292; l) novembro: resíduo 292, distribuídos 272, encerrados 312, em andamento 252; m) dezembro: resíduo 252, distribuídos 77, encerrados 70, em andamento 259. Em 2011, os procedimentos foram distribuídos da seguinte forma: a) janeiro: resíduo 259, distribuídos 41, encerrados 55, em andamento 245; b) fevereiro: resíduo 245, distribuídos 31, encerrados 46, em andamento 230. *Em maio/2010 a Dra. Danielle Masseran, que estava lotada na PTM de São Félix do Araguaia, passou a atuar na Sede, portanto, a diferença existente entre o total de abril, com o resíduo de maio (43), refere-se aos procedimentos em trâmite na PTM adrede mencionada. 1.5.1.9. Procedimentos distribuídos por Membro. Em 2010, os procedimentos foram distribuídos a cada Membro da seguinte forma: a) Dra. Danielle Masseran - janeiro, - fevereiro, - março, - abril, 10 maio, 07 junho, 19 julho,10 agosto, 03 setembro, 28 outubro, 0 novembro, - dezembro; b) Dr. Raulino Maracajá Filho: 08 janeiro, 13 fevereiro, 14 março, 07 abril, 14 maio, 7 junho, 3 julho,8 agosto, 3 setembro, 18 outubro, 0 novembro, - dezembro; c) Dra. Thalma Almeida: 3 janeiro, 15 fevereiro, 15 março, 09 abril, 16 maio, 4 junho, 7 julho, 11 agosto, 23 setembro, 25 outubro, 6. novembro, 9 dezembro; d) Dr. Ulisses Dias: 11 janeiro, 11 fevereiro, 12 março, 8 abril, 13 maio, 0 junho, 16 julho, 6 agosto, 19 setembro, 9 outubro, 0 novembro, - dezembro; e) Dr. Thiago Gurjão: 0 novembro, 0 dezembro; f) Dra. Marcela Dória: 0 janeiro, 0 fevereiro, 0 março, 0 abril, 0 maio, 0 junho, 0 julho, 0 agosto, 0 setembro, 0 outubro, 9 novembro, 10 dezembro; g) Dra. Thaylise Zaffani: 0 janeiro, 0 fevereiro, 0 março, 0 abril, 0 maio, 0 junho, 0 julho, 0 agosto, 0 setembro, 0 outubro, 8 novembro, 8 dezembro; h) Rafael Rodrigues: 0 janeiro, 0 fevereiro, 0 março, 0 abril, 0 maio, 0 junho, 0 julho, 0 agosto, 0 setembro, 0 outubro, 4 novembro, 6 dezembro; i) Marco Aurélio Alves: 0 janeiro, 0 fevereiro, 0 março, 0 abril, 0 maio, 0 junho, 0 julho, 0 agosto, 0 setembro, 0 outubro, 1 novembro, 0 dezembro. Em 2011: a) Dra. Thalma Almeida: 1 janeiro, 3 fevereiro; b) Dra. Marcela Dória: 11 janeiro, 3 fevereiro; c) Thaylise Zaffani: 6 janeiro, 4 fevereiro; d) Rafael Rodrigues: 8 janeiro, 3 fevereiro; e) Marco Aurélio Alves: 0 janeiro, 0 fevereiro. 1.5.1.10. Procedimentos autuados: No ano de 2010, foram autuadas 451 Representações e 68 Procedimentos Preparatórios. No ano de 2010, foram autuadas 39 Representações e 5 Procedimentos Preparatórios. Número total de Procedimentos: no ano de 2010: 516. No ano de 2011: 45. Procedimentos/Procuradores: Procedimentos em andamento: 551; Número de Procuradores: 05. Média: 110,2. Ressalta-se que, os Procuradores do Trabalho possuem entendimento de que a fase de Procedimento Preparatório é prescindível e, por vezes, a partir de uma Representação, instaura-se diretamente Inquérito Civil. Tais resultados não são demonstrados neste relatório por não terem sido solicitados, ainda mais porque o MPT Digital não dispõe de tal ferramenta. Em 2010 a atuação em 1º Grau era feita apenas por 4 (quatro) Procuradores do Trabalho. Em fevereiro de 2011, o colegiado local de Procuradores do Trabalho decidiu que o membro vinculado à PTM de Cáceres deveria receber igualmente os processos vinculados à atribuição da Sede, pelo fato de aquela Procuradoria do Trabalho no Município estar em fase de instalação. 1.5.1.11. Quadro Acumulado de Atividades. Em 2010, as atividades na PRT 23ª Região dividiram-se, por tipo, da seguinte forma: 1 Ações Anulatórias (resíduo 1), 2 Ação Cautelar (resíduo 2), 03 Ações Civis Públicas (resíduo 72), 0 Ação Rescisória (resíduo de 0), 549 Audiências na PRT (resíduo 179), 48 Inquéritos Civis (resíduo de 155), 7 Notificações Recomendatórias (resíduo 4), 3438 Ofícios (resíduo 1489), 135 Petições (resíduo 140), 3 Procedimentos Preparatórios (resíduo 37), 4 Representações (resíduo 31), 112 Termos de Ajuste de Conduta (resíduo 49). Em 2011, as atividades na PRT 18ª Região dividiram-se, por tipo, da seguinte forma: 0 Ações Anulatórias (resíduo 1), 4 Ação Cautelar (resíduo 5), 113 Ações Civis Públicas (resíduo de 111), 8 Ação Rescisória (resíduo 8), 29 Inquéritos Civis (resíduo 203), 1 Notificações Recomendatórias, 814 Ofícios; 82 Petições; 8 Procedimentos Preparatórios (resíduo 28), 34 Representações (resíduo de 28), 32 Termos de Ajuste de Conduta. (O Sistema MPT Digital não fazia diferenciações entre ofícios, notificações e requisições, estando o acumulado no campo "Ofício"). 1.5.1.12. Quadro com o andamento das Representações distribuídas nos últimos 06 (seis) meses a cada membro lotado na Procuradoria Regional do Trabalho (2010): a) Daniele Olivares Correa Masseran: setembro: resíduo 15, recebidos 3, convertidos 6, encerrados 9, total em andamento 3; outubro: resíduo 3, recebidos 29, convertidos 0, encerrados 3, total em andamento 29; novembro: resíduo 29, recebidos 0, convertidos 16, encerrados 13, total em andamento 0; b) Raulino Maracajá Coutinho Filho setembro: resíduo 6, recebidos 3, convertidos 3, encerrados 2, total em andamento 4; outubro: resíduo 4, recebidos 18, convertidos 14, encerrados 1, total em andamento 7;novembro: resíduo 7, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 7, total em andamento 0; c) Thalma Rosa de Almeida: setembro: resíduo 11, recebidos 24, convertidos 13, encerrados 7, total em andamento 15; outubro: resíduo 15, recebidos 27, convertidos 18, encerrados 8, total em andamento 16 ;novembro: resíduo 16, recebidos 6, convertidos 7, encerrados 7, total em andamento 8; dezembro: resíduo 8, recebidos 10, convertidos 4, encerrados 4, total em andamento 10; janeiro: resíduo 10, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 9, total em an-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

damento 1; fevereiro: resíduo 1, recebidos 4, convertidos 0, encerrados 1, total em andamento 4; d) Ulisses Dias de Carvalho: setembro: resíduo 5, recebidos 20, convertidos 12, encerrados 6, total em andamento 7; outubro: resíduo 7, recebidos 10, convertidos 0, encerrados 6, total em andamento 11; novembro: resíduo 11, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 11, total em andamento 0; e) Marcela Monteiro Dória: novembro: resíduo -, recebidos 19, convertidos 7, encerrados 2, total em andamento 10; dezembro: resíduo 10, recebidos 10, convertidos 11, encerrados 3, total em andamento 6; janeiro: resíduo 6, recebidos 10, convertidos 4, encerrados 3, total em andamento 9; fevereiro: resíduo 9, recebidos 3, convertidos 5, encerrados 4, total em andamento 3; f) Thaylise C. C. de Souza Zaffani: novembro: resíduo -, recebidos 13, convertidos 4, encerrados 1, total em andamento 08; dezembro: resíduo 8, recebidos 7, convertidos 9, encerrados 2, total em andamento 4; janeiro: resíduo 4, recebidos 7, convertidos 1, encerrados 3, total em andamento 7; fevereiro: resíduo 7, recebidos 4, convertidos 3, encerrados 2, total em andamento 6; g) Rafael Gonçalves Rodrigues: novembro: resíduo -, recebidos 11, convertidos 3, encerrados 5, total em andamento 03; dezembro: resíduo 3, recebidos 8, convertidos 3, encerrados 1, total em andamento 7; janeiro: resíduo 7, recebidos 8, convertidos 1, encerrados 3, total em andamento 11; fevereiro: resíduo 11, recebidos 3, convertidos 8, encerrados 0, total em andamento 6; h) Marco Aurélio Estraiotto Alves: novembro: resíduo -, recebidos 1, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 01; dezembro: resíduo 1, recebidos 1, convertidos 1, encerrados 1, total em andamento 0; janeiro: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0. 1.5.1.13. Procedimentos vistos em Correição. Por ocasião dos trabalhos correicionais, foram analisados, por amostragem, 60 (sessenta) procedimentos, observando-se algumas irregularidades, tais como: ausência de carimbo padronizado de numeração de folhas; não utilização de carimbo de cancelamento quando da renumeração de folhas; autos conclusos por longos períodos; cumprimento de despachos dos membros pela Secretaria em tempo superior ao razoável; falta de assinatura em documentos juntados aos autos ou utilização de carimbo "original assinado"; despachos de mero expediente escritos à mão; utilização de terminologia diversa para os Termos de Ajuste de Conduta, que não aquela padronizada na Resolução CSMPT nº 69/2007; folhas soltas nos autos; e, não observância dos prazos previstos na Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), inclusive quanto à prorrogação de inquéritos civis em curso. Cumpre registrar que os procedimentos em que foram firmados Termos de Ajuste de Conduta avaliados durante a correição estavam com andamentos regulares no sentido de fiscalizar o efetivo cumprimento das clausulas entabuladas nos respectivos instrumentos. Banca 04, Marcela Monteiro Dória: IC 000405.2007.23.000/1, IC 000024.2008.23.000/9, IC 000188.2008.23.000/7, IC 000237.2008.23.000/2, IC 000422.2009.23.000/2, IC 000434.2009.23.000/2, IC 000449.2009.23.000/1, IC 000462.2009.23.000/1, IC 000512.2009.23.000/3, IC 000549.2009.23.000/0, IC 000004.2010.23.000/9, IC 000020.2001.23.000/4 (TAC), IC 000059.2001.23.000/5 (TAC), IC 000178.2006.23.000/4 (TAC), IC 000190.2006.23.000/8 (TAC), IC 000025.2007.23.000/2 (TAC); Banca 05 Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani: IC 000076.2008.23.000/4, IC 000201.2008.23.000/2, IC 000088.2010.23.000/2, IC 000054.2010.23.004/2, IC 000172.2010.23.000/3, IC 000209.2010.23.000/5, IC 000259.2010.23.000/1, IC 000355.2010.23.000/4, PP 000368.2010.23.000/0, IC 000116.2004.23.000/2 (TAC), IC 000129.2006.23.000/4 (TAC), PP 000515.2010.23.000/1 (TAC), PP 000520.2010.23.000/7 (TAC), PP 000263.2010.23.000/0 (TAC); Banca 06, Thalma Rosa de Almeida: IC 000193.2000.23.000/0, IC 000111.2002.23.000/5, IC 000174.2004.23.000/3, IC 000323.2006.23.000/2, IC 000199.2007.23.000/8, IC 000303.2006.23.004/0, IC 000220.2009.23.000/3, IC 000536.2009.23.000/3, IC 000586.2009.23.000/0, IC 000193.2010.23.000/4, IC 000001.1998.23.000/4 (TAC), PP 000026.1998.23.000/7(TAC), IC 000180.2002.23.000/0 (TAC), IC 000048.2003.23.000/6 (TAC), PP 000203.2007.23.000/2 (TAC). Banca 07, Rafael Garcia Rodrigues: IC 000394.2004.23.000/4, IC 000214.2008.23.000/9, IC 000424.2009.23.000/5, IC 000446.2009.23.000/2, IC 000516.2009.23.000/9, IC 000086.2010.23.000/8, IC 000116.2010.23.000/5, IC 000122.2010.23.000/7, IC 000227.2010.23.000/7, IC 000302.2010.23.000/9, PP 000282.2001.23.000/8 (TAC), IC 000086.2004.23.000/8 (TAC), IC 000119.2004.23.000/1 (TAC), IC 000056.2005.23.000/7 (TAC), IC 000015.2005.23.000/7 (TAC). 1.5.2. Atuação dos Membros como Órgão Interveniente em Primeiro Grau. 1.5.2.1. Considerações Gerais. Os processos encaminhados pelas Varas do Trabalho, para manifestação, são distribuídos e remetidos imediatamente, conforme preceito legal, bem como por previsão no Regimento Interno da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Todos os membros recebem todos os tipos de processo, inexistindo separação por matéria. O Procurador-Chefe informou desconhecer relatos de perda de prazos em processos judiciais por parte de membros da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. A média de distribuição é de dois processos por semana para cada membro que atua na Coordenadoria de 1º Grau. 1.5.2.2. Acervo de Processos na Procuradoria: Resíduo do ano de 2010: 17, data: 31/12/2010; Recebidos do TRT no ano de 2011: 11, data: até 21/02/11; Aguardando distribuição: 0 , data: até 21/02/11; Aguardando remessa ao TRT: 0, data: até 21/02/11; em poder dos Procuradores: 0, data: até 21/02/11; devolvidos ao TRT: 28, data: até 21/02/11. Total na PRT 23ª Região: 0, data: 21/02/11. 1.5.2.3. Número de Processos em poder dos Membros. Informou-se que na data do envio das respostas ao questionário à Corregedoria (21 de fevereiro de 2011), não havia processos, na condição de órgão interveniente em 1º Grau, em poder dos membros. 1.5.2.4. Quadro Acumulado de atividades: Em 2010: Audiências VT: 381, resíduo: 179; Ofícios: 3238, resíduo: 1489; Petições: 68, resíduo: 102; Despachos: 4388, resíduo: 2551; Audiências judiciais: 75, resíduo: 29. Em 2011: Audiências VT: 82, resíduo de 2010: 560; Ofícios: 427, resíduo de 2010: 4727; Petições: 23, resíduo de 2010: 170; Despachos: 719, resíduo: 6939; Audiências judiciais: 12, resíduo de 2010: 274. 1.5.2.4. Volume de Processos: em 2010, o volume de processos na PRT-23 ª Região, computando o que foi recebido e devolvido, está disposto da seguinte forma: janeiro: recebidos do TRT 11 e devolvidos 9, restando 2 na PRT; fevereiro, recebidos do TRT 15 e devolvidos 13, restando 4 na PRT; março, recebidos do TRT 26 e devolvidos 30, restando 0 na PRT; abril, recebidos do TRT 25 e devolvidos 19, restando 6 na PRT; maio, recebidos do TRT 20 e devolvidos 22, restando 4 na PRT; junho, recebidos do TRT 26 e devolvidos 29, restando 1 na PRT; julho, recebidos do TRT 21 e devolvidos 17, restando 5 na PRT; agosto, recebidos do TRT 28 e devolvidos 30, restando 3; setembro, recebidos do TRT 21 e devolvidos 24, restando 0 na PRT; outubro, recebidos do TRT 17 e devolvidos 15, restando 2 na PRT; novembro, recebidos do TRT 14 e devolvidos 13, restando 3 na PRT; dezembro, recebidos do TRT 26 e devolvidos 12, restando 17 na PRT. Em 2011, o volume de processos na PRT-23ª Região, computando o que foi recebido e devolvido, está disposto da seguinte forma: janeiro, recebidos do TRT 1 e devolvidos 1, restando 17 na PRT; fevereiro, recebidos do TRT 10 e devolvidos 27, restando 0 na PRT. 1.5.2.5. Distribuição Mensal de 2010: Em 2010, os Membros lotados na Sede receberam, em distribuição, os seguintes processos: a) Danielle Masseran: 1 janeiro, 0 fevereiro, 1 março, 2 abril, 3 maio, 4 junho, 6 julho, 4 agosto, 1 setembro, 5 outubro, 0 novembro, - dezembro; b) Marcela Dória: 03 novembro, 01 dezembro; c) Raulino Maracajá Filho: 1 janeiro, 2 fevereiro, 8 março, 4 abril, 2 maio, 6 junho, 0 julho, 4 agosto, 0 setembro, 2 outubro, 0 novembro, - dezembro; d) Thaylise Zaffani: 01 novembro, 01 dezembro; e) Thalma de Almeida: 1 janeiro, 4 fevereiro, 7 março, 7 abril, 3 maio, 2 junho, 2 julho, 3 agosto, 5 setembro, 5 outubro, 03 novembro, 18 dezembro; f) Ulisses Carvalho: 3 janeiro, 3 fevereiro, 6 março, 4 abril, 2 maio, 0 junho, 6 julho, 5 agosto, 3 setembro, 2 outubro, 0 novembro, - dezembro; g) Rafael Rodrigues: 04 novembro, 02 dezembro; h) Marco Alves: 0 novembro, 0 dezembro. Em 2011, os Membros lotados na Sede receberam, em distribuição, os seguintes processos: a) Marcela Dória: 0 janeiro, 3 fevereiro; a) Danielle Masseran: 0 janeiro, 3 fevereiro; b) Thaylise Zaffani: 0 janeiro, 3 fevereiro; c) Thalma de Almeida: 0 janeiro, 1 fevereiro; d) Rafael Rodrigues: 1 janeiro, 2 fevereiro; e) Marco Alves: 0 janeiro, 1 fevereiro. 1.5.2.6. Quadro com movimento processual dos últimos 06 (seis) meses referente a cada Membro lotado na Procuradoria Regional do Trabalho. a) Danielle Masseran - setembro recebidos do TRT 01, devolvidos ao TRT 01, residual 00; outubro recebidos do TRT 05, devolvidos ao TRT 05, residual 00; novembro recebidos do TRT 0, devolvidos ao TRT 0, residual 0; b) Marcela Dória - novembro recebido do TRT 03, devolvidos ao TRT 01, residual 02; dezembro recebidos do TRT 01, devolvidos ao TRT 03, residual 00; janeiro recebidos do TRT 0; devolvidos ao TRT 0, residual 00; fevereiro foi recebidos do TRT 03, devolvido ao TRT 03, residual 00; c) Raulino Maracajá Filho - setembro recebidos do TRT 0, devolvidos ao TRT 0, residual 00; outubro recebidos do TRT 02, devolvidos ao TRT 02, residual 00; d) Thaylise Zaffani - novembro recebido do TRT 01, devolvidos ao TRT 01, residual 0; dezembro recebidos do TRT 1, devolvidos ao TRT 01, residual 00; janeiro recebidos do TRT 0; devolvidos ao TRT 0, residual 00; fevereiro foi recebidos do TRT 03, devolvido ao TRT 03, residual 00; e) Thalma de Almeida - setembro recebidos do TRT 05, devolvidos ao TRT 05, residual 00; outubro recebidos do TRT 05, devolvidos ao TRT 04, residual 01; novembro recebidos do TRT 3, devolvidos ao TRT 4, residual 0; dezembro recebidos do TRT 18, devolvidos ao TRT 02, residual 16; janeiro recebidos do TRT 0; devolvidos ao TRT 0, residual 16; fevereiro recebidos do TRT 1, devolvido ao TRT 17, residual 0; f) Ulisses Carvalho - setembro recebidos do TRT 3, devolvidos ao TRT 3, residual 0; outubro recebidos do TRT 02, devolvidos ao TRT 01, residual 00; novembro recebidos do TRT 0, devolvidos ao TRT 1, residual 0; g) Rafael Rodrigues - novembro recebido do TRT 04, devolvidos ao TRT 04, residual 0; dezembro recebidos do TRT 2, devolvidos ao TRT 01, residual 01; janeiro recebidos do TRT 1; devolvidos ao TRT 1, residual 01; fevereiro foi recebidos do TRT 02, devolvido ao TRT 03, residual 00; h) Marco Alves - novembro recebido do TRT 0, devolvidos ao TRT 0, residual 0; dezembro recebidos do TRT 0, devolvidos ao TRT 0, residual 00; janeiro recebidos do TRT 0; devolvidos ao TRT 0, residual 00; fevereiro foi recebidos do TRT 01, devolvido ao TRT 01, residual 00. 1.6. ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU. 1.6.1 Atuação dos Membros como Órgão Interveniente em 2º Grau. Atuam na Coordenadoria de 2º Grau os Procuradores do Trabalho: Eliney Bezerra Veloso, Raulino Maracajá Coutinho Filho e Thiago Gurjão Alves Ribeiro. A Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região informou que, com o objetivo de cumprir dispositivo constitucional previsto no artigo 129, § 5º, os processos são recebidos todas as sextas-feiras e distribuídos no primeiro dia útil seguinte, com exceção dos processos de caráter urgente, como Mandados de Segurança, Habeas Corpus e Ações Cautelares, que são distribuídos no mesmo dia do recebimento, tudo conforme previsão no Regimento da Regional. A distribuição é automática, realizada pelo Sistema MPT Digital. São adotados critérios específicos para a distribuição de processos aos Procuradores do Trabalho, sendo que, nos termos regimentais, os processos de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, ficam a cargo do Procurador-Chefe, sendo os demais distribuídos aos outros Membros vinculados à Coordenadoria de 2º Grau. O Dr. Thiago Gurjão Alves Ribeiro atua perante a primeira turma e a Dra. Eliney Bezerra Veloso perante a segunda turma do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Quando do afastamento de algum dos membros, a distribuição é feita equitativamente aos demais. Informou o Procurador-Chefe que não há relatos de perda de prazos processuais, no que concerne à atuação como órgão interveniente em 2º Grau. A média de distribuição por membro é de 6 (seis) processos, por semana. 1.6.1.1. Acervo de Processos na Procuradoria: Resíduo do ano de 2010: 4, data: 31/12/10; Recebidos do TRT no ano de 2011: 26, data: 31/01/2011; Aguardando distribuição: 0, data: 31/01/2011; Aguardando remessa ao TRT: 3, data: 31/01/2011; Em poder dos Procuradores: 7, data: 31/01/2011; Devolvidos ao TRT: 20, data: 31/01/2011. 1.6.1.2. Número de processos em poder dos Membros. a) Eliney Bezerra Veloso: data da distribuição: 14/02/11 e 21/02/11, em poder do membro: 08; b) Raulino Maracajá Coutinho Filho: data da distribuição: 18/02/11 e 21/02/11, em poder do membro: 05; c) Thiago Gurjão Alves Ribeiro: data da distribuição: 21/02/11, em poder do membro: 05. 1.6.1.3. Número de Processos em trâmite na Procuradoria/Resíduo: O número de processos, em trâmite, por tipo, na Procuradoria Regional do Trabalho - 23ª Região, está disposto da forma a seguir: a) Ação Anulatória: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 0, sendo 0 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; b) Ação Declaratória: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 00, sendo 00 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; c) Ação Rescisória: havia um resíduo de 2010: 02, foram recebidas 35, sendo 37 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; d) Agravo de Instrumento: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 21, sendo 21 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; e) Agravo de Petição: havia um resíduo de 2010: 04, foram recebidas 99, sendo 102 devolvidos, restando 01 na PRT-23ª Região; f) Agravo Regimental: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 02, sendo 02 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; g) Arguição de Inconstitucionalidade: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 00, sendo 00 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; h) Conflito de Competência: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 05, sendo 05 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; i) Dissídio Coletivo: havia um resíduo de 2010: 01, foram recebidas 04, sendo 05 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; j) Dissídio Coletivo de Greve: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 08, sendo 08 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; l) Habeas Corpus: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 05, sendo 05 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; m) Incidente de Uniformização de Jurisprudência: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 00, sendo 00 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; n) Mandado de Segurança: havia um resíduo de 2010: 02, foram recebidas 72, sendo 74 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; o) Matéria Administrativa: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 77, sendo 77 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; p) Medida Cautelar: havia um resíduo de 2010: 02, foram recebidas 11, sendo 13 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; q) Precatório: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 00, sendo 00 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; r) Recurso Ordinário: havia um resíduo de 2010: 08, foram recebidas 341, sendo 346 devolvidos, restando 03 na PRT-23ª Região; s) Remessa Ex Officio: havia um resíduo de 2010: 01, foram recebidas 22, sendo 23 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; t) Restauração de autos: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 00, sendo 00 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; t) outros: havia um resíduo de 2010: 00, foram recebidas 08, sendo 08 devolvidos, restando 00 na PRT-23ª Região; totalizando: 20 resíduo de 2010, 710 recebidos, 726 devolvidos e restando 04 na PRT 23ª Região. 1.6.1.4 Volume de Processos: em 2010, o volume de processos na PRT-23 ª Região, computando o que foi recebido e devolvido, está disposto da seguinte forma: Janeiro foram recebidos do TRT 40 e devolvidos 44, restando 16 na PRT; Fevereiro foram recebidos do TRT 50 e devolvidos 46, restando 20 na PRT; março foram recebidos do TRT 88 e devolvidos 89, restando 19 na PRT; abril foram recebidos do TRT 66 e devolvidos 64, restando 21 na PRT; maio foram recebidos do TRT 45 e devolvidos 54, restando 12 na PRT; junho foram recebidos do TRT 43 e devolvidos 54, restando 01 na PRT; julho foram recebidos do TRT 72 e devolvidos 62, restando 11 na PRT; agosto foram recebidos do TRT 49 e devolvidos 41, restando 19; setembro foram recebidos do TRT 53 e devolvidos 53, restando 19 na PRT; outubro foram recebidos do TRT 60 e devolvidos 61, restando 18 na PRT; novembro foram recebidos do TRT 42 e devolvidos 51, restando 9 na PRT; e dezembro foram recebidos do TRT 25 e devolvidos 30, restando 04 na PRT. Em 2011, o volume de processos na PRT-23ª Região, computando o que foi recebido e devolvido, está disposto da seguinte forma: no mês janeiro, foram recebidos do TRT 26 e devolvidos 20, restando 10 na PRT; Fevereiro foram recebidos do TRT 52 e devolvidos 44, restando 18 na PRT. 1.6.1.5. Distribuição Mensal de 2010: Em 2010, os Membros lotados na Sede receberam, em distribuição, os seguintes processos: a) Eliney Bezerra Veloso: 0 em Janeiro, 17 em fevereiro, 35 em março, 24 em abril, 40 em maio, 31 em junho, 02 em julho, 22 em agosto, 21 em setembro, 15 em outubro, 22 em novembro e 09 em dezembro; b) José Pedro dos Reis: 18 em Janeiro, 0 em fevereiro, 18 em março, 16 em abril, 15 em maio, 12 em junho, 62 em julho, 16 em agosto, 22 em setembro, 24 em outubro, 02 em novembro, 00 em dezembro; c) Virgínia Leite Henrique: 28 em Janeiro, 23 em fevereiro, 36 em março, 29 em abril, 0 em maio, 0 em junho, 0 em julho, 19 em agosto, 10 em setembro, 10 em outubro, 05 em novembro, 00 em dezembro; d) Thiago Gurjão Alves Ribeiro: 00 em Janeiro, 00 em fevereiro, 00 em março, 00 em abril, 00 em maio, 00 em junho, 00 em julho, 00 em agosto, 00 em setembro, 00 em outubro, 20 em novembro, 09 em dezembro; e) Raulino Maracajá Coutinho Filho: 00 em Janeiro, 00 em fevereiro, 00 em março, 00 em abril, 00 em maio, 00 em junho, 00 em julho, 00 em agosto, 00 em setembro, 00 em outubro, 04 em novembro, 07 em dezembro. 1.6.1.6. Distribuição Mensal de 2011: Em 2011, os Membros lotados na Sede receberam, em distribuição, até o mês de fevereiro, os seguintes processos: a) Eliney Bezerra Veloso: 0 em Janeiro, 16 em fevereiro; b) Raulino Maracajá Coutinho Filho: 14 em Janeiro, 17 em fevereiro; c) Thiago Gurjão Alves Ribeiro: 12 em Janeiro, 19 em fevereiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA AIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6.1.7. Quadro com movimento processual dos últimos 06 (seis) meses de cada membro lotado na Procuradoria Regional do Trabalho (Setembro/2010 a Fevereiro/2011). a) Eliney Bezerra Veloso - setembro foram recebidos do TRT 21, devolvidos para o TRT 27, residual 4; outubro foram recebidos do TRT 15, devolvidos para o TRT 19, residual 0; novembro foram recebidos do TRT 22, devolvidos para o TRT 19, residual 3; dezembro foram recebidos do TRT 9, devolvidos para o TRT 12, residual 0; janeiro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; fevereiro foram recebidos do TRT 16, devolvidos para o TRT 8, residual 8; b) José Pedro dos Reis- setembro foram recebidos do TRT 22, devolvidos para o TRT 20, residual 5; outubro foram recebidos do TRT 24, devolvidos para o TRT 22, residual 07; novembro foram recebidos do TRT 2, devolvidos para o TRT 9, residual 0; dezembro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; janeiro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; fevereiro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; c) Dr. Virgínia Leite Henrique - setembro foram recebidos do TRT 10, devolvidos para o TRT 15, residual 0; outubro foram recebidos do TRT 10, devolvidos para o TRT 10, residual 0; novembro foram recebidos do TRT 5, devolvidos para o TRT 5, residual 0; dezembro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; janeiro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; fevereiro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; d) Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho - setembro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; outubro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; novembro foram recebidos do TRT 4, devolvidos para o TRT 4, residual 0; dezembro foram recebidos do TRT 7, devolvidos para o TRT 7, residual 0; janeiro foram recebidos do TRT 14, devolvidos para o TRT 11, residual 3; fevereiro foram recebidos do TRT 17, devolvidos para o TRT 15, residual 5; e) Dr. Thiago Gurjão Alves Ribeiro - setembro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; outubro foram recebidos do TRT 0, devolvidos para o TRT 0, residual 0; novembro foram recebidos do TRT 20, devolvidos para o TRT 14, residual 6; dezembro foram recebidos do TRT 9, devolvidos para o TRT 15, residual 0; janeiro foram recebidos do TRT 12, devolvidos para o TRT 8, residual 4; fevereiro foram recebidos do TRT 19, devolvidos para o TRT 18, residual 5. 1.6.1.8. Processos Judiciais vistos em Correição. Por ocasião dos trabalhos correicionais, procedeu-se a análise, por amostragem, de 32 (trinta e dois) processos judiciais que encontravam-se na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, na data de 07 de abril de 2011, verificando-se regularidade a distribuição e o cumprimento dos prazos legais. Eliney Bezerra Veloso: RO 0077400-84.2010.5.23.0031, RO 0048600-39.2010.5.23.0001, RO 0006400-51.2010.5.23.0022, AP 0000235-14.2011.5.23.0002, RO 0082300-95.2010.5.23.0036, RO 0063200-72.2010.5.23.0031, AG 0000215-14.2011.5.23.0005, RO 0075700-73.2010.5.23.0031, AP 0150300-11.2008.5.23.0007; Marcela Monteiro Dória: AEX 01199.2004.003.23.00-9, ACP 01105.2000.001.23.00-5, ACC 0117000-02.2010.5.23.0003. Marco Aurélio Estraiotto Alves: ACP 01733.2009.096.23.00-6, ACP 00366.2009.031.23.00-8, ACP 00332.2009.005.23.00-7; Rafael Garcia Rodrigues: RS 0000199-04.2011.5.23.0056; Raulino Maracajá Coutinho Filho: MS 0004500-65.2011.5.23.0000, RO 01201.2008.081.23.00-9, RO 01049.2000.001.23.00-9; Thalma Rosa de Almeida: AEX 00249.2009.007.23.00-0, ACP 0125800-19.2010.5.23.0003; Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani: AD 0016400-76.2008.5.23.0056, ACP 00135.2002.031.23.00-8, ACP 0029300.23.2010.5.23.0056; Thiago Gurjão Alves Ribeiro: RO 0048800-68.2010.5.23.0026, RO 0089400-19.2010.5.23.0031, RO 077600-91.2010.5.23.0031, RO 0075600-21.2010.5.23.0031, RO 0092200-98.2010.5.23.0005, RO 0131000-89.2010.5.23.0008, RO 0077500-39.2010.5.23.0031, ACP 0011900-62.2010.5.23.0066. 1.6.2. Atuação dos Membros como Órgão Agente, em Segundo Grau. 1.6.2.1. Considerações Gerais. Na Coordenadoria de Segundo Grau, a distribuição dos processos ocorre após seu registro no sistema MPT Digital, de forma equitativa e imediata, não havendo critério de especialização por matéria. Devido à restrita atribuição legal, a atuação em segundo grau limita-se, basicamente, a atuações judiciais, apenas quando se trata de matéria de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, sendo maior a incidência no que toca à lide simulada e greve. Registrou-se que, devido à restrita atribuição legal da Coordenadoria de Segundo Grau, na qualidade de Órgão Agente, a atuação em Representações tem média inferior a 1 (um) processo/procedimento por semana. 1.6.2.2 Procedimentos/Processos Distribuídos*. Em 2010, os procedimentos foram distribuídos da seguinte forma: a) janeiro: resíduo 1, distribuídos: 0, encerrados: 0, em andamento na PRT: 1; b) fevereiro: resíduo 1, distribuídos: 3, encerrados: 2, em andamento na PRT: 2; c) março: resíduo 2, distribuídos: 1, encerrados: 2, em andamento na PRT: 1 d) abril: resíduo 1, distribuídos: 1, encerrados: 0, em andamento na PRT: 2; e) maio: resíduo 2, distribuídos: 1, encerrados: 2, em andamento na PRT: 1; f) junho: resíduo 1, distribuídos: 0, encerrados: 0, em andamento na PRT: 1; g) julho: resíduo 1, distribuídos: 4, encerrados: 0, em andamento na PRT: 5; h) agosto: resíduo 5, distribuídos: 6, encerrados: 4, em andamento na PRT: 7; i) setembro: resíduo 7, distribuídos: 2, encerrados: 3, em andamento na PRT: 6; j) outubro: resíduo 6, distribuídos: 1, encerrados: 0, em andamento na PRT: 7; k) novembro: resíduo 7, distribuídos: 1, encerrados: 5, em andamento na PRT: 3; l) dezembro: resíduo 3, distribuídos: 1, encerrados: 1, em andamento na PRT: 3. Em 2011, os procedimentos foram distribuídos da seguinte forma: a) janeiro: resíduo 3, distribuídos: 0, encerrados: 1, em andamento na PRT:2; b) fevereiro: resíduo 2, distribuídos: 0, encerrados: 2, em andamento na PRT: 0; *Foram contabilizados os processos e procedimentos distribuídos, desarquivados e recebidos em redistribuição. 1.6.2.3. Processos/Procedimentos distribuídos por Membro. Em 2010, os procedimentos foram distribuídos a cada Membro da seguinte forma: a) Eliney Bezerra Veloso - janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; b) José Pedro dos Reis - janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 04, agosto 01, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; c) Virgínia Leite Henrique- janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 01, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; d) Raulino Maracajá Coutinho Filho - janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 01; e) Thiago Gurjão Alves Ribeiro - janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; 1.6.2.4. Distribuição Mensal de 2011. Em 2011, os procedimentos foram distribuídos a cada Membro da seguinte forma: a) Eliney Bezerra Veloso - janeiro 0, fevereiro 0; b) Raulino Maracajá Coutinho Filho - janeiro 06, fevereiro 0; c) Thiago Gurjão Alves Ribeiro - janeiro 01, fevereiro 0. *Os valores informados referem-se apenas às representações. 1.6.2.5. Processos/Procedimentos autuados: Número total de Procedimentos: no ano de 2010: 39. No ano de 2011: 0 processos/procedimentos. * Os valores informados referem-se apenas às representações e ações judiciais. Procedimentos/Procuradores (2010): Procedimentos em andamento: 83; Número de Procuradores: 03, Média: 27,6. 1.6.2.6. Quadro Acumulado de Atividades - Em 2010, as atividades na PRT 23ª Região dividiram-se, por tipo, da seguinte forma: Despachos: 411; Ofícios: 19; Petições: 42; Ações Iniciadas: 36. Em 2011: Despachos: 61; Ofícios: 7; Petições: 17; Ações Iniciadas: 0. 2. Coordenadorias. Para possibilitar a coordenação das ações institucionais e a definição de estratégias, dando solidez aos objetivos prioritários estabelecidos pelo Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, há 08 (oito) Coordenadorias Nacionais Temáticas, que abordam um grande número de irregularidades trabalhistas que devem ser coibidas. Informou-se que a escolha dos membros dá-se em Reunião do Colegiado de Procuradores, sem previsão de rotatividade, podendo ser mudada apenas em nova reunião. Não há separação física entre as Coordenadorias, sendo a assistência desempenhada pelos servidores da Divisão Processual e pelos servidores lotados nos gabinetes dos Procuradores do Trabalho. COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE ÀS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONAP, Rodney Lucas Vieira de Souza (Titular), Priscila Maria Ribeiro (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO -COORDIGUALDADE: Juliana Mendes Martins Rosolen (Titular), Leontino Ferreira de Lima Júnior (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE ÀS FRAUDES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO - CONAFRET: Thiago Gurjão Alves Ribeiro (Titular), Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE ELIMINAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - CONAETE: Raulino Maracajá Coutinho Filho (Titular), Rafael Garcia Rodrigues (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DO TRABALHO PORTUÁRIO E AQUAVIÁRIO - CONATPA: Marco Aurélio Estraiotto Alves (Titular), Jefferson Luiz Maciel Rodrigues (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO - CODEMAT: Eliney Bezerra Veloso (Titular), Marcos Mauro Rodrigues Buzato (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -COORDINFÂNCIA: Thalma Rosa de Almeida (Titular), Marcela Monteiro Dória (Suplente); COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL - CONALIS: Mônica Fenalti Delgado (Titular), Fábio Fernando Passari (Suplente). 3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL - SERVIDORES. 3.1. Considerações Gerais. Na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, estão lotados quarenta e um servidores, sendo trinta e três do quadro do Minsitério Público da União e oito cedidos por outros órgãos ou sem vínculo com a administração, conforme se segue: 3.2.1 Servidores efetivos. a) Analista Processual: ALESSANDRA ANTONIA MARTINS COUTO, LETÍCIA GALERY TEIXEIRA BALTAZAR, MÁRCIO FERNANDES DOS REIS, ONÉSIMO NUNES ROCHA FILHO, TÂNIA MARIA SOUZA SANTOS FERREIRA, WANDERLEY PEDRO DE ANDRADE JUNIOR; B)ANALISTA DE INFORMÁTICA: DENIS SANTOS SILVA, FLÁVIO APARECIDO ANGELO; C) ANALISTA ADMINISTRATIVO: CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA COSTA (FC-02); D) TÉCNICO ADMINISTRATIVO: ALESSANDRO CHRISTIAN MAXIMILIANO FREIRE, ANDRÉIA KUNTZ GRZESIUK DE CARVALHO, CLÁUDIA MARQUES, CLAUDIO SALDANHA DE CERQUEIRA GATTI (FC-02), DANIEL AUGUSTO FIGUEIREDO DE CARVALHO (FC-02), DEONATO CASSIMIRO DA SILVA JÚNIOR (FC-01), FLÁVIO DOURADO GABALDO, GUILHERME DE ALMEIDA, LIVIA VASCONCELOS DE CARVALHO, LUIZ FERNANDO SANTOS SOARES, OLIVAL RODRIGUES GONÇALVES FILHO, PAULO ROBERTO NEVES (FC-01), RENAN JOSÉ DUARTE BATISTA, SANDRA MARIA DE OLIVEIRA SIQUEIRA (FC-01). e) Técnico de Apoio Especializado: AMIZAEL FRANCISCO DE SOUZA, ANSELMO LUIZ MAIOLINO, CLAUDEMIR ADVÍNCULA SÃO MIGUEL, JAIR RODRIGUES DE SOUZA, MARCOS EDUARDO DA SILVEIRA, ZÉLIA DE OLIVEIRA MOSCARDINI (FC-02); f) Secretário Regional: CARLOS CÉSAR PIMENTEL ABREU (CC-03); g) Diretor Processual: EDIANDRO MARTINS (CC-02); h) Diretor Administrativo: EDUARDO CATUSSO GUIBOR (CC-02). 3.2.2. Servidores que não pertencem ao quadro do MPT. a) SECRETÁRIA GABINETE: IVETH MARIA ALVES O. ROBERTO (FC-02); b) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: CAETANO OVIDES; c) AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO: DOMICINHA DORALICE DOS SANTOS; d) ASSESSORA TÉCNICA: LUCILÂNIA LUIZ PEREIRA (CC-02); e) REQUISITADOS: MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA, MARILENE GUIMARÃES DE JESUS DE SOUZA; f) ASSESSORA: ROSÂNGELA CORRÊA HENRIQUE LINDOTE (CC-03); g) FUNÇÃO COMISSIONADA: ROSEMEIRE MARIA DIAS VELASCO (FC-03). 3.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos. a) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: CAETANO OVIDES; b) AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO: DOMICINHA DORALICE DOS SANTOS; c) REQUISITADOS: MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA, MARILENE GUIMARÃES DE JESUS DE SOUZA; d) ASSESSORA: ROSÂNGELA CORRÊA HENRIQUE LINDOTE (CC-03). 3.3 Servidores ocupantes das Principais Funções: a) Chefia de Gabinete: Iveth Maria Alves de Oliveira, Domicinha Doralice dos Santos; b) Assessoria Jurídica: Rosangela Corrêa Henrique Lindote, Lucilânia Luiz Pereira; c) Assessoria de Imprensa: Rosemeire Maria Dias Velasco; d) Secretaria Regional: Carlos César Pimentel Abreu; e) Setor de Informática: Flávio Aparecido Angelo, Denis Santos Silva, Juliana Cristina Zerbato; f) Coordenadoria de 1º Grau: Ediandro Martins, Daniel Augusto Figueiredo de Carvalho, Cláudia Marques, Deonato Cassimiro da Silva Júnior, Flávio Dourado Gabaldo, Guilherme de Almeida, Olival Rodrigues Gonçalves Filho, Caetano Ovides, Claudio Saldanha de Cerqueira Gatti (Pregoeiro); g) Setor de Execução Orçamentária e Financeira: Zélia de Oliveira Moscardini, Luiz Fernando Santos Soares; j) Setor de Patrimônio/Almoxarifado, Protocolo e Serviços Gerais: Amizael Francisco de Souza, Marcos Eduardo da Silveira. 3.4. Comportamento e capacitação dos Servidores. Na área jurídica, atuam 19 (dezenove) servidores, sendo 05 (cinco) analistas processuais, 10 (dez) técnicos e 04 (quatro) requisitados. Na área administrativa, atuam 22 (vinte e dois) servidores, assim distribuídos: 02 (dois) no gabinete do Procurador-Chefe, 01 (um) na Secretaria Regional, 09 (nove) na Diretoria Administrativa, 03 (três) na Diretoria de Informática, 01 (um) no Plan-Assiste, 01 (um) na assessoria de comunicação, 02 (dois) no setor de pessoal e passagens e 03 (três) no setor de transporte. Todos os membros lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região contam com o apoio de 01 (um) analista processual e 01 (um) estagiário, ressaltando-se, contudo, que o quadro de servidores ainda é insuficiente, principalmente nos gabinetes, divisão administrativa e setor de transportes. O gabinete do Procurador-Chefe não possui analista processual, sendo essa deficiência suprida por servidores ocupantes de cargo comissionado. Quase totalidade dos membros lotados em Procuradorias do Trabalho nos Municípios não contam com o apoio de analistas processuais para o desenvolvimento das atividades. Ressaltou o Procurador-Chefe, que, de modo geral, os servidores apresentam excelente rendimento no trabalho, sendo bastante comprometidos com o cumprimento dos deveres funcionais e o mister institucional, aduzindo, todavia, que o atual quadro encontra-se muito abaixo do ideal, havendo necessidade urgente de nomeação de novos servidores. Registrou, nesse contexto, que a Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa não conta com nenhum servidor do quadro do Ministério Público da União, sendo o trabalho realizado por dois servidores cedidos por outros órgãos. No Gabinete do Procurador-Chefe, há 04 (quatro) servidores, sendo 02 (dois) cedidos que ocupam a função de secretárias e 02 (dois) ocupantes de Cargo Comissionado - CC2 e CC3, respectivamente para Assessora Técnica e Assessora Jurídica. Entretanto, a estrutura é precária, pois há enorme demanda de documentos, que são recebidos diariamente para despacho e providências. Além disso, o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, não executa apenas atividades administrativas, mas também as judiciais, além de recepção de autoridades, pessoas e representantes de instituições, empresas e órgãos públicos, sendo que tais atribuições, são organizadas e apoiadas pelos citados servidores. As atividades administrativas são realizadas por uma secretaria, onde são lotados 14 (quatorze) servidores do quadro e 02 (dois) cedidos, distribuídos da seguinte forma: a) atividades de cumprimento de despacho: 02 (dois) servidores; b) acompanhamento de prazos em procedimentos e judiciais: 02 (dois) servidores; c) atendimento ao público: 02 (dois) servidores, que também acompanham os prazos e juntam documentos. Nas atividades de diretoria, instauração de processos, arquivamento e em cada uma das salas de audiência, há somente 01 (um) um servidor para executar as atividades. Há, também, apenas 02 (dois) servidores atuando no cumprimento de despachos, os quais atendem a todos os 07 (sete) procuradores atuantes na Coordenadoria de Primeiro Grau. Informou a Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região que, periodicamente, a Administração disponibiliza recursos para capacitação, sendo que no ano de 2010, 19 (dezenove) servidores solicitaram e participaram de treinamento, totalizando gastos no montante de R$ 15.294,00 (quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais). 3.5. Relação entre o número de servidores/procuradores. A relação entre o número de Servidores/Procuradores é igual a 3,31 (três ponto trinta e um), incluídos os servidores efetivos e os cedidos, podendo ser considerada razoável, se comparada à realidade de outras Procuradorias Regionais do Trabalho. Desconsiderados os Servidores cedidos por outros órgãos e aqueles que não possuem vínculo com a Administração, essa proporção cai para 2,75 (dois ponto setenta e cinco) Servidores por Procurador do Trabalho. 3.6. Quadro de estágio acadêmico. Na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, há 12 (doze) estagiários, sendo 10 (dez) na área de Direito, na 01 (um) área de Informática e 01 (um) na área de Jornalismo. Consignou-se que a Recomendação n° 05/2002, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho é observada. A Coordenadoria de estágio é exercida pelos Procuradores do Trabalho Dr. Rafael Garcia Rodrigues e Dra. Marcela Monteiro Dória. 4. INSTALAÇÕES. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, ocupa as mesmas instalações existentes quando da Correição Ordinária realizada no período de 07 a 11 maio de 2007, estando localizada na área central de Cuiabá/MT, na Rua Presidente Castelo Branco, nº 1268, Bairro Goiabeiras. O prédio é alugado, sendo o valor mensal da locação de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos) reais. O horário de funcionamento da Regional é de 12:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, com atendimento ao público das 12:00 às 18:00 horas. As audiências ocorrem durante o horário de expediente. A recepção e a sala de espera são amplas e adequadas ao atendimento da população. O prédio onde está instalada a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região está adaptado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

para receber pessoas com deficiência, havendo rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados. As instalações da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região contam com aparato contra incêndio, tendo o Secretrário Regional informado que são realizadas vistorias regulares do Corpo de Bombeiros, em razão de ser o prédio locado e segurado. A última vistoria do Corpo de Bombeiros foi realizada em 2010, havendo diversos extintores de incêndio e hidrantes em todo o prédio, que conta, também, com alarme contra incêndio. No terceiro, quarto e quinto andares do prédio estão instalados os gabinetes dos Procuradores do Trabalho e salas de apoio aos gabinetes, além das salas de audiências e auditório. O segundo andar abriga a Divisão Administrativa e no primeiro está instalada a Diretoria Administrativa, a Diretoria de Informática e a Biblioteca. O Gabinete do Procurador-Chefe é confortável e ventilado, possuindo área aproximada de 26m² (vinte e seis metros quadrados), havendo janelas e persianas, dotadas de móveis e equipamentos apropriados. Além disso, é climatizado e equipado com equipamentos de informática, vaporizador, mobiliários, banheiro privativo, poltronas, sofá e cadeiras ergonômicas. Cada Procurador do Trabalho tem seu próprio Gabinete, com climatização e equipamentos de informática, vaporizadores, mobiliários, banheiros privativos e cadeiras ergonômicas. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região dispõe de 02 (duas) salas de audiência, sendo uma no quarto e outra no terceiro andar, ambas devidamente equipadas com computador e impressoras, ressaltando o Procurador-Chefe que o número de salas de audiência é insuficiente para o atendimento satisfatório da demanda. Na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região há um auditório, localizado no quinto andar, com capacidade para aproximadamente 45 (quarenta e cinco) pessoas, equipado com aparelhos de som, ar condicionado e projetor multimídia, dentre outros. Há, ainda, 01 (uma) sala de reuniões, instalada no 4º andar, que contém 01 (uma) mesa de reuniões com capacidade para 12 (doze) pessoas, sistema de vídeo conferência, aparelho de ar condicionador e equipamentos de informática. Na Biblioteca da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região não há servidores lotados, sendo administrada atualmente por um servidor lotado na Diretoria de Administração. O espaço físico é razoável, havendo acervo adequado à demanda, que é atualizado e ampliado anualmente, através da aquisição de novas obras. Em razão da falta de servidores, informou-se que o sistema Pergamum, que contribui para o gerenciamento do acervo, não se encontra em funcionamento. O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, consignou que as instalações físicas não são boas, pois o prédio é antigo e está em vias de não mais comportar a lotação de membros e servidores. Evidenciou o aumento da demanda de trabalho, à medida que o Ministério Público do Trabalho torna-se mais conhecido perante a sociedade, salientando que a estrutura inadequada pode vir a comprometer a imagem da instituição. Registrou, ainda, que a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Regiao havia recebido da Secretaria de Patrimônio da União um terreno para a construção da nova sede, contudo, estudos técnicos demonstraram a inviabilidade da utilização do terreno disponibilizado. Que, então, o Governo do Estado de Mato Grosso, fez a doação de um terreno com 5.000 m2 (cinco mil metros quadrados), para a construção da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, havendo ainda, projeto de construção pronto e aprovado, que necessita apenas de readequação para o novo terreno, o que poderá ser feito durante o ano de 2011, caso existam recursos para tanto, sendo intenção da adminsitração iniciar a construção do novo prédio no ano de 2012. 5. Meios de Informática. Os equipamentos de informática da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região possuem boa configuração e estado adequado, estando aptos, portanto, a proporcionar aos membros e servidores ótimas condições de trabalho. Informou-se que há, aproximadamente, 144 (cento e quarenta e quatro) microcomputadores, 14 (quatorze) servidores, 80 (oitenta) impressoras e 14 (quatorze) notebooks. Além disso, consignou-se que o departamento de informática se desenvolveu muito nos últimos dois anos, alcançando, hoje, um bom patamar. Quanto aos sistemas utilizados, destacam-se os seguintes: a) Os Sistemas Operacionais (S.O.) são Windows XP e Windows 7 nas estações de trabalho, todos devidamente atualizados; b) Os Softwares aplicativos são BrOffice, Libreoffice e FSecurity; c) O Sistema de ponto, almoxarifado e patrimônio é próprio; d) O Sistema MPT Digital encontra-se em funcionamento, desde 2008. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região possui intranet local, que atualmente passa por um estudo para a reimplantação de seus sistemas. A internet é fornecida pelo Ministério Público da União. Quanto aos meios de prevenção da LER/DORT, foi informadno em resposta ao questionário encaminhado pela Corregedoria, que todos os equipamentos e mobiliários disponibilizados para os membros e servidores são ergonômicos. Além disso, disponibilizou-se na intranet orientações sobre a cinesioterapia laboral na posição sentada. Registra-se que, durante o período disponibilizado ao público em geral, no decorrer da Correição Ordinária, o servidor Onésimo Nunes Rocha Filho, Analista Processual, ponderou que há necessidade de aquisição de equipamentos para prevenção de LER/DORT e a implementação de ginástica laboral, registrando que já sofreu LER. Na oportunidade, foi sugerido que o pleito fosse encaminhado diretamente ao Procurador-Chefe para as providências pertinentes junto à Direção-Geral da Procuradoria-Geral do Trabalho. 6. Meios de Transporte. No prédio em que se localiza a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, há apenas 09 (nove) vagas de garagem, sendo 05 (cinco) destinadas aos veículos oficiais e 04 (quatro) aos Procuradores do Trabalho, não havendo estacionamento para os servidores, advogados e público em geral. Na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região há 06 (seis) motoristas, sendo 04 (quatro) Técnicos de Apoio Especializado/Transporte e 02 (dois) cedidos de outros órgãos. Destes, 04 (quatro) estão lotados na Sede, 01 (um) na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis e outro na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop. A Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região destacou ponto negativo no que toca à inexistência de vagas de estacionamento, pois o prédio está localizado em rua estreita e com bastante movimento. Na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região há 12 (doze) veículos oficiais: 1) Chevrolet S-10, 2006/06, KAH8968, em bom estado de conservação - de representação; 2) Nissan X-TERRA, 2006/2007, KAE4882, em bom estado de conservação - de representação; 3) Fiat DOBLO, 2005/2006, KAU0648, em bom estado de conservação - de representação; 4) Chevrolet VECTRA, 2005/2006, KAI3084, em bom estado de conservação - de representação; 5) Mitsubishi L-200, 2005/2005, KAA6265, necessita ser substituído - representação; 6) Chevrolet MERIVA, 2006/2006, KAA0272, em bom estado de conservação - de representação; 7) Chevrolet S-10, 2006/2006, KAH9028, em bom estado de conservação - de representação; 8) Chevrolet S-10, 2006/2006, KAH8978, em bom estado de conservação - de representação; 9) Mitsubishi PAJERO, 2008/2008, JYA1673, em bom estado de conservação - de representação; 10) Mitsubishi PAJERO, 2008/2008, JXZ8193, em bom estado de conservação - de representação; 11) Mitsubishi L-200, 2008/2008, NIZ6726, em bom estado de conservação - de representação; 12) Ford RANGER, 2009/2010, JHN 9253, em bom estado de conservação - de representação. 7. GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Com o escopo de cumprir a Portaria PGT n° 245, de 01 de julho de 2009, publicada no Boletim Especial 7-B, de 03 de julho de 2009, que instituiu o Programa MPT Ambiental, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, informou que unidade aderiu ao termo de parceria nº 001/2010/SETECS - Programa Sócio Ambiental Reciclar - Projeto Vale Luz. Por meio do qual, inicialmente, haverá a reciclagem de materiais de plástico e alumínio. Quanto ao artigo 3º, § 2°, da Portaria PGT n° 245, de 01 de julho de 2009, que determina a criação das Comissões de Gestão Ambiental, no âmbito das Regionais, que deverão ser compostas por membros e servidores, integrantes de área de formação e atuação diversas, a Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região informou que foi publicada a Portaria PRT/23 n° 09/2011, que nomeou a referida comissão. 8. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL. Na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, a guarda, classificação, administração e conservação dos processos administrativos e judiciais é realizada pela Divisão Processual, inexistindo, por ora, qualquer previsão de destruição de documentos. Destacou-se, ainda, nas respostas ao questionário enviado a esta Corregedoria, que na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região não há comissão especificamente designada para tratar do arquivo morto. 9. PROCURADORIAS DO TRABALHO NOS MUNICÍPIOS. Encontram-se em funcionamento, as Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Água Boa, Alta Floresta, Cáceres, Rondonópolis e Sinop, sendo que a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres encontra-se em fase de construção. Em reunião realizada com esta Corregedora-Geral, no dia 05 de março de 2011, o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, informou que todos os membros oficiantes nas Procuradorias do Trabalho nos Municípios participam das reuniões realizadas na sede da Regional. Além disso, conforme já relatado neste Relatório de Correição, habitualmente há visitas periódicas por parte da Chefia às Procuradorias do Trabalho nos Municípios. 10. CORREIÇÃO ANTERIOR. Em relação às Recomendações e Sugestões da Correição realizada de 07 a 11 de maio de 2007, a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região apresentou a seguinte situação: Sugestões/Providências: 1. Solicitar recursos para aquisição de frigobar para os gabinetes dos Procuradores (daquelas Unidades pouco atrativas para que se tornem mais). Atendido; 2. Manter contato com a Administração Superior do MPT perseguindo lotar a Regional de maior número de Analista Processual, imprescindível para o bom desempenho das atividades Ministeriais, considerando o elevado e crescente volume de processos em tramitação. O pedido foi encaminhado; 3. Cuidar para que após assinatura de TCAC haja comunicação ao denunciante e à DRTE para fiscalização, independente de determinação do Procurador, para uniformidade de rotina, Nesse sentido o consenso entre Membros é Primordial. Os membros determinam o encaminhamento de Ofício à SRTE, após a firmatura de TAC; 4. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante. Atendido; 5. Estabelecer contato com a Coordenação de Estágio Acadêmico do Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Geral do Trabalho, objetivando ampliação/criação do quadro de estagiários. Atendido; 6. Estudar a possibilidade de identificar, nas vias principais das imediações, através de placa padrão de trânsito a sinalização do Edifício Sede, para facilitar o acesso do público e a divulgação do Ministério Público do Trabalho. Atendido em parte. A prefeitura de Cuiabá, somente demarcou área de desembarque em frente ao prédio sede da Regional; 7. Indicar sempre a Vara do Trabalho (ou Juízo), onde os autos tramitam, na capa dos "espelhos". Atendido. Modelo de capa gerado automaticamente pelo sistema; 8. Cuidar para que os "Espelhos" das Ações tenham suas folhas devidamente numeradas, facilitando o compulsar. Atendido; 9. Atentar para que a cor da capa dos autos suplementares, espelhos ou cópias de segurança não coincida com as dos Procedimentos Administrativos (Representações, Procedimento Prévio etc.) de modo a diferenciá-las, evitando com isso qualquer contratempo. Atendido. As capas dos PAJs são verdes e dos administrativos, brancas; 10. Padronizar as rotinas, viabilizando atuação uniforme no que toca ao acompanhamento dos Processos Judiciais, Procedimentos Administrativos e eventuais Recursos interpostos, centralizando-os na Divisão Processual. Há a formação de PAJ para toda ação de órgão agente, com remessas periódicas ao gabinete; 11. Programar visitas periódicas, e se possível a curtos intervalos, aos Ofícios, pela Chefia e Secretário da Regional, para auxiliar e padronizar as rotinas. Além disso, programar o comparecimento dos Membros lotados nos Ofícios, quase sempre em estágio probatório, às Reuniões Gerais ocorridas na Sede, onde são tratados assuntos pertinentes ao MPT, objetivando maior integração, aproximando todos e mantendo-se as distâncias apenas geograficamente. Está sendo cumprido; 12. Reunir o Colegiado local para discutir a possibilidade de se adotar rotina única para acompanhamento de cumprimento de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Reunião já realizada, com deliberação sobre esta rotina. Os TACs serão acompanhados nos autos do IC/PP, nos termos da Res. 69/2007, do CSMPT; 13. Reunir o Colegiado local para discutir formas alternativas de agilização dos Procedimentos Administrativos que dependam das requisições de fiscalização formuladas pelos DD Órgãos do MPT na Região, à DRTE, tão morosa no atendimento, com o fito de que os Procedimentos Administrativos em trâmite na Unidade não restem paralisados, trazendo desconforto à Instituição e claro prejuízo à Sociedade, não se descuidando do fato de que a DRTE possui infraestrutura precária. Foram realizadas diversas reuniões com a SRTE e outros órgãos de fiscalização; 14. Realizar, periodicamente, com mais freqüência, reuniões entre Membros e Servidores, para manter a boa integração entre os Quadros. Recomendações/Providências: 1. Criar Procedimento Eletrônico de Acompanhamento de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, vez que esses podem estar sendo arquivados sem mecanismo eficiente de controle do ajustado, para efeito de execução. Os procedimentos com TAC firmado estão sendo desarquivados, conforme possibilidade de pessoal, para acompanhamento contínuo, nos termos da Recomendação 14/2010; 2. Providenciar para que não se utilize a terminologia INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nos feitos específicos, mas tão somente a adotada na Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº 75/93, qual seja INQUÉRITO CIVIL. Atendido; 3. Imprimir maior agilidade aos procedimentos da CODIN, vez que constatada a demora na atuação em alguns processos vistos em correição, ressaltando-se que esses, em sua maioria, aguardam relatório de ação fiscal solicitada à DRTE. Atendido. Os prazos da Res. 69/2007 estão sendo atendidos; 4. Cuidar para que os documentos juntados aos autos por determinação do Condutor/Presidente dos Procedimentos Administrativos mereçam análise no mais curto espaço de tempo possível. Atendido. As remessas são semanais e, sempre após a juntada de documentos, há conclusão dos autos ao gabinete; 5. Cuidar para que as Certidões lançadas nos autos dos processos judiciais e procedimentos administrativos estejam devidamente assinadas pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos. Atendido; 6. Cuidar para que constem dos autos de Procedimentos Administrativos a assinatura do Membro Oficiante nos documentos - Ofícios, Requisições, Notificações etc, pois em alguns procedimentos vistos em correição constatou-se documentos apócrifos. Sendo atendido; 7. Cuidar para que nos autos dos Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis ou Procedimentos Investigatórios constem, sempre que possível, as vias originais dos documentos que os instruem, autuando-os no mais breve tempo possível. Nos termos do Regimento Interno, as denúncias são encaminhadas ao Geabinete do Coordenador de 1º grau, para análise dos temas a serem investigados, após, a divisão processual procede à imediata autuação e distribuição; 8. Providenciar, urgentemente, a confecção de carimbos padronizados para os mais diversos tipos de atos e termos processuais, hoje feitos à mão, bem como carimbos personalizados que identifiquem a função e o Servidor que formalizou o ato. Atendido; 9. Cuidar para que sejam sempre cumpridas e certificadas nos autos as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações. Atendido; 10. Certificar sempre a juntada de quaisquer documentos entranhados nos autos, no verso da folha anterior, de preferência, ou na impossibilidade, em folha em separado. Os documentos são juntados mediante certidão; 11. Imprimir maior rigor no controle dos prazos assinalados pelo condutor das investigações em curso na Unidade. Atendido; 12. Cuidar para que sejam sempre cumpridas de forma célere e certificadas nos autos as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações. Atendido; 13. Lembrar aos Senhores Membros sobre a necessidade de se observar, rigorosamente, o prazo do artigo 5º da Lei 5.584/70, em face do que dispõe o inciso I do artigo 236 da Lei Complementar nº 75/93. Não há relatos de perda de prazo; 14. Zelar para que as Certidões lançadas nos autos judiciais e/ou procedimentos administrativos contenham as datas em que o feito foi recebido no Gabinete do Membro. Atendido; 15. Cuidar para que as Certidões lançadas nos autos dos processos judiciais e/ou administrativos retratem fielmente as datas em que os atos foram praticados. Atendido; 16. Cuidar para que despachos terminativos e/ou manifestações exaradas nos autos de Procedimentos Administrativos constem sempre as datas em que elaborados. Atendido; 17. Cuidar para que as Certidões lançadas nos autos dos processos judiciais e procedimentos administrativos estejam completas, ou seja, com as datas dos atos nelas noticiados e devidamente assinadas. Atendido; 18. Formar, obrigatoriamente, apenso, devidamente numerado, englobando os documentos que vierem soltos, quando de representações e que não façam parte de sua instrução. Atendido. Quando a formação de apensos, há, ainda, a devida certificação nos autos principais; 19. Evitar que documentos, oferecidos supervenientemente, fiquem soltos dentro dos autos principais, recomendando-se sua juntada "por linha" na contra-capa dos autos. Os documentos apresentados são devidamente juntados aos autos; 20. Cuidar para que o Subscritor dos Despachos exarados seja sempre identificado. Atendido; 21. Providenciar para que os Avisos de Recebimento - AR dos expedientes encaminhados sejam juntados aos autos no mais curto espaço de tempo possível e que neles conste sempre a data em que a correspondência foi recebida. Nesse sentido contato com a Direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é fundamental. Atendido; 22. Fazer juntar ao processo, imediatamente após a elaboração do ato, as respectivas cópias de notificações e outras comunicações, sempre acompanhadas do documento que comprove sua expedição, na forma da certificação nos autos, ainda que se trate de reiteração ou reprodução. Atendido; 23. Fazer constar na capa dos autos dos Procedimentos Administrativos e nos "Espelhos" (cópia de segurança dos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processos Judiciais) o número do volume, somente quando for o caso. As ações de órgão agente são sempre acompanhadas de PAJs, que são instruídos com as principais peças dos autos judiciais; 24. Nos Procedimentos Administrativos e Judiciais, evitar que sejam manuscritos Pareceres, Despachos e Decisões circunstanciadas, os quais devem ser digitados em papel timbrado, admitindo-se apenas para despachos lacônicos de mero expediente. Atendido. Os despachos são feitos em meio eletrônico e inseridos no Sistema MPT Digital, conforme Recomendação 13/2010; 11. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES. As recomendações e sugestões abaixo formuladas são decorrentes do que foi visto durante esta correição ordinária, dos exames dos processos judiciais e procedimentos administrativos e das reuniões feitas com os Membros. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram possíveis irregularidades ou persistam as detectadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência aos Membros das sugestões e recomendações feitas a seguir, e colher a assinatura dos mesmos, enviando, no prazo de 10 (dez) dias, a referida lista com as assinaturas à esta Corregedoria. 12. OUTRAS CONSIDERAÇÕES FEITAS PELA CHEFIA DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO. O Procurador-Chefe, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, consignou que a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região encontra-se bastante organizada, com Membros e Servidores comprometidos com a realização de suas atividades, focados no atendimento ao cidadão, zelo pelas atividades e materiais do serviço. Destacou, ainda, a utilização do Sistema MPT Digital, que, embora ainda esteja em fase de adaptação e produção, tem sido uma ferramenta de grande valia, que permitiu imprimir maior agilidade no desempenho das funções institucionais. Salientou, por fim, esperar que, num futuro próximo, que este sistema faça jus ao seu nome, e que, com isso, os procedimentos passem a ser digitalizados, gerando maior transparência e eficiência nas investigações e resultados das atividades do Ministério Público do Trabalho. 13. SUGESTÕES. S1. Persistir no intuito de solicitar à Procuradoria-Geral do Trabalho à nomeação de servidores, devido a escassez dos mesmos constatada durante os trabalhos correicionais; S2. Providenciar junto a Procuradoria-Geral do Trabalho, a devida autorização, para que possam ser ofertados mais cursos necessários a capacitação dos servidores, de forma periódica e constante; S3. Programar visitas periódicas, pelo menos a cada 06 (seis) meses, às Procuradorias do Trabalho nos Municípios, pela Chefia e Secretário Regional, este, visando unificar rotinas de secretaria; S4. Persistir no objetivo de construir a nova sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, para que o ambiente de trabalho se torne mais confortável e adequado; S5. Buscar a aquisição de equipamentos destinados à prevenção de LER/DORT, bem como verificar a possibilidade de implementação de ginástica laboral. 14. RECOMENDAÇÕES. R1. Nos procedimentos administrativos, numerar todas as folhas dos autos, com carimbo padronizado, facilitando, dessa maneira, o controle e manuseio; R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), em especial, quanto aos prazos de duração previstos para os Procedimentos Preparatórios e para a prorrogação de Inquéritos Civis em curso na unidade; R3. Cuidar para que nos processos judiciais a distribuição seja imediata, obedecendo-se ao disposto no artigo 129 § 5º, da Constituição Federal, uma vez que, durante os trabalhos correicionais, constatou-se que a distribuição nem sempre é feita de imediato; R4. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme padronização feita pela Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho; R5. Nos Procedimentos Administrativos e Processos Judiciais, evitar que sejam manuscritos pareceres e despachos circunstanciados, que devem ser digitados em papel timbrado, admitindo-se o manuscrito apenas para despachos de mero expediente, pois a escrita dificulta a leitura e o entendimento; R6. Providenciar para que a Secretaria imprima maior celeridade no cumprimento das determinações feitas por membro em procedimento administrativo sob sua condução, uma vez que foi constatada a demora em diversos procedimentos vistos em correição; R7. Cuidar para que sejam juntadas aos autos, imediatamente após a elaboração do ato, as cópias de notificações e ofícios, sempre acompanhadas de documento que comprove sua expedição; R8. Estabelecer rotinas para o regular acompanhamento do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, adotando-se as medidas judiciais necessárias, quando cabíveis, além da adoção de medidas destinadas à publicidade dos ajustes firmados, possibilitando, também, o controle/fiscalização pelos próprios beneficiários, das medidas acordadas; R9. Proceder, de forma periódica, ao acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta firmados, até o efetivo cumprimento das cláusulas entabuladas, ou a propositura da ação judicial pertinente; R10. Adotar as diligências de maior eficácia e celeridade, em cada caso, para fiscalização do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta firmados, evitando que os procedimentos fiquem sem movimentação por período excessivo; R11. Cuidar para que, encerrado o acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta, e constatado seu cumprimento, seja proferido o devido despacho de arquivamento, com a conseqüente inserção no Sistema MPT Digital, na forma disposta na Recomendação n° 13/2010, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; R12. Providenciar para que os termos de recebimento e de conclusão de autos sejam sempre datados e assinados; R13. Instituir rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na unidade, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por período excessivo; R14. Cuidar para que seja observado o art. 3º, § 8º, da Resolução CSMPT 86/2009, que determina que nos casos de impedimentos/afastamentos legais superiores a 90 (noventa) dias, contínuos, toda a banca do Procurador afastado será redistribuída igualitariamente, devendo ele receber, no retorno às atividades normais, o mesmo número de procedimentos redistribuídos; R15. Cuidar para que sejam lançados no sistema, os motivos do encerramento dos procedimentos em que foram firmados Termos de Ajuste de Conduta, facilitando assim, o controle e a extração de dados. 15. CONCLUSÕES. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região ocupa as mesmas instalações que ocupava durante a Correição Ordinária realizada no período de 07 a 11 de maio de 2007, estando localizada, na na Rua Presidente Castelo Branco, nº 1268, Bairro Goiabeiras. A Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região funciona em edifício alugado pelo montante mensal de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), destancando-se, conforme salientado pelo Procurador-Chefe da unidade, que as instalações não são adequadas para atender as necessidades da Regional, levando-se em consideração que trata-se de um prédio antigo, que, em futuro próximo, devido ao expressivo aumento da demanda na região e o esperado aumento no número de membros e servidores, não comportará a contento as atividades desenvolvidas na unidade. Cumpre registrar, nesse sentido, que a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Regiao recebeu do Governo do Estado de Mato Grosso um terreno, em doação, com a dimesão de 5.000 m2 (cinco mil metros quadrados), para a construção da nova sede da Regional, havendo, ainda, projeto de construção pronto e aprovado, que necessita apenas de readequação para o novo terreno, o que poderá ser feito durante o ano de 2011, e, existindo condições materiais e financeiras, pretende-se iniciar as obras de construção do novo prédio no ano de 2012. A carência de servidores continua sendo óbice para a plena atuação institucional, pois o número atual é insuficiente para atender a demanda, afetando todos os setores da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, sendo este um dos maiores problemas enfrentados pela unidade. Na Coordenadoria de 1° Grau, na atuação como órgão agente, observou-se algumas irregularidades, que já foram destacadas no corpo deste relatório. Além disso, ressalta-se as considerações feitas sobre a importância da fiscalização e acompanhamento dos Termos de Ajuste de Condutas firmados pelo Ministério Público do Trabalho, o que foi objeto de recomendação formulada pela Corregedoria. Na Coordenadoria de 2° grau, na atuação como custos legis, o prazo previsto na Lei n° 5.584/70 vem sendo cumprido, não sendo detectados atrasos na devolução dos processos judiciais ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Apesar das dificuldades assinaladas, os membros, de uma forma geral, procuram cumprir os prazos estabelecidos na Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/200) e na Lei n° 5584/70, embora muitas vezes não seja possível, devendo-se o problema, principalmente, à escassez de servidores. Registra-se, por fim, que a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região está em fase de desenvolvimento e consolidação. Destaca-se as melhorias realizadas, desde 2007, e as dificuldades que ainda persistem, ressaltando-se nas recomendações e sugestões feitas, os principais aspectos observados, e que devem ser sanados, assim que possível. PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT. A Corregedora-Geral do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 106, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, da Resolução nº 17/96, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, art. 3º, inciso II, e do Procedimento Correicional nº 5, de 27 de agosto de 2009, da Corregedoria, realizou Correição Ordinária no período de 04 a 08 de abril de 2011, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região e nas Procuradorias do Trabalho em Municípios a ela vinculadas, sendo o presente relatório referente à Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT. Utilizou-se, na confecção deste relatório, as informações prestadas em resposta ao questionário encaminhado pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho à Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, a análise de procedimentos previamente selecionados solicitados à Sede, as informações prestadas pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e pela Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, a Procuradora do Trabalho, Dra. Priscila Maria Ribeiro, em reunião realizada pela Corregedora-Geral, por ocasião dos trabalhos correicionais. Esta é a primeira Correição Ordinária realizada na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT. 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 1.1. Membros.Há 02 (dois) Procuradores do Trabalho lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, o Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza, e a Dra. Priscila Maria Ribeiro, que exerce o encargo de Coordenadora. Ambos os Procuradores do Trabalho são provenientes do XVI Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossados em 21/10/2010 (Portaria PGR nº 519, de 20/10/2010), encontrando-se em Estágio Probatório, sendo a lotação inicial na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT.Os citados Procuradores do Trabalho residem no Município de Água Boa/MT, obedecendo, portanto, ao disposto no art. 129, § 2°, IX, da Constituição Federal, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Os Membros não exercem o magistério (Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 3, de 16 de dezembro de 2005). Consignou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, que o quadro de membros é suficiente para atender a demanda atual, ressaltando que ambos os Procuradores do Trabalho apresentam desempenho funcional condizente com as exigências e a dignidade da Instituição, buscando atender aos anseios sociais das comunidades nas quais estão inseridos. 1.2. Servidores. A Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa conta com 02 (dois) servidores, sendo 01 (um) cedido pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia e 01 (um) sem vínculo com a administração pública. Não há servidores do quadro do Ministério Público da União lotados na unidade. Não existe vaga de servidor em aberto na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, não existindo, tampouco, servidores lotados provisoriamente em outra unidade/órgão. Ressaltou a Coordenadora, Dra. Priscila Maria Ribeiro, que o quadro de servidores atual é insuficiente para o bom andamento dos trabalhos, ponderando que os dois servidores contam com amplo banco de horas em razão da necessidade de trabalho além do horário em diversas ocasiões, na tentativa de dar cumprimento a todos os despachos exarados. Consignou, ainda, que não há nenhum servidor na unidade com conhecimentos jurídicos, apto a fazer pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e auxiliar na elaboração de minutas, tampouco há servidor apto a dirigir os veículos oficiais em viagens mais longas, as quais ocorrem com frequência, na região. A Procuradora do Trabalho, Priscila Maria Ribeiro, registrou que há necessidade de capacitação dos servidores para utilização do MPT Digital, em especial, na parte que diz respeito ao ECOI, consignando, ainda, que, quando necessário, os membros os orientam acerca da forma de trabalho e de quais atividades devem ser prioritariamente realizadas. Na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, não há estagiários do curso de Direito e nem há vagas para os mesmos, haja vista a inexistência de Faculdade de Direito na Região.2. ATUAÇÃO DO MEMBRO.Os membros lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT atuam como órgão agente e interveniente, desempenhando todas as atividades inerentes aos encargos de suas atribuições. 2.1. Atuação do Membro como Órgão Interveniente. Ressaltou a Coordenadora da unidade que até o presente momento os Procuradores do Trabalho atualmente lotados nesta Procuradoria ainda não receberam nenhum processo para atuação como órgão interveniente. 2.1.1. Volume de processos recebidos e devolvidos com parecer às Varas do Trabalho. Em 2010, janeiro: recebidos 3, devolvidos 2, resíduo 1; fevereiro: recebidos 0, devolvidos 1, resíduo 0; março: recebidos 3, devolvidos 3, resíduo 0; abril: recebidos 1, devolvidos 0, resíduo 1; maio: recebidos 5, devolvidos 6, resíduo 0; junho: recebidos 6, devolvidos 4, resíduo 2; julho: recebidos 3, devolvidos 3, resíduo 2; agosto: recebidos 7, devolvidos 7, resíduo 2; setembro: recebidos 15, devolvidos 12, resíduo 3; outubro: recebidos 7, devolvidos 10, resíduo 0; novembro: recebidos 5, devolvidos 1, resíduo 4; dezembro: recebidos 0, devolvidos 4, resíduo 0. Em 2011, janeiro: recebidos 3, devolvidos 3, resíduo 0; fevereiro: recebidos 4, devolvidos 3, resíduo 1; 2.1.2. Movimento processual dos últimos seis meses: a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: setembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; outubro/2010. Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; novembro/2010: Recebidos 2, Devolvidos 1, Resíduo 1; dezembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 1, Resíduo 0; janeiro/2011: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0; fevereiro/2011: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0. b) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: setembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; outubro/2010. Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; novembro/2010: Recebidos 3, Devolvidos 0, Resíduo 3; dezembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 3, Resíduo 0; janeiro/2011: Recebidos 1, Devolvidos 2, Resíduo 0; fevereiro/2011: Recebidos 3, Devolvidos 2, Resíduo 1. c) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite*: setembro/2010: Recebidos15, Devolvidos 12, Resíduo 3; outubro/2010. Recebidos 7, Devolvidos 10, Resíduo 0. * Membro oficiou na unidade até o mês de novembro de 2010. 2.2. Atuação como Órgão Agente. No que concerne à atuação do Ministério Público do Trabalho como órgão agente na Unidade, destacou-se que, normalmente as representações são convertidas em procedimentos preparatórios ou em inquéritos civis, que culminam na celebração de Termos de Ajuste de Conduta, no ajuizamento de Ações Civis Públicas ou, caso não se verifiquem os termos constantes da denúncia, em arquivamento. Há ainda os procedimentos promocionais, especialmente os instaurados a partir dos projetos da Coordinfância, como, por exemplo, o MPT na Escola. Em caso de violações de direitos que sejam de conhecimento público, há instauração de procedimentos ex officio. As eventuais dificuldades para obtenção de provas dos fatos são discutidas entre os membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT e, caso não solucionadas, busca-se apoio dos colegas mais experientes. 2.2.1. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região. Consignou a Coordenadora da unidade a existência de muitos procedimentos com o tema relativo a trabalho em condições degradantes, em fazendas do Vale do Araguaia, tais como alimentação imprópria para o consumo, não fornecimento de água potável, alojamentos inóspitos, entre outras violações, ponderando que, devido a mudança da sede para o Município de Água Boa/MT e o aumento da circunscrição territorial, com a inclusão do Município de Barra do Garças/MT, observou-se uma pequena mudança nesse perfil, passando a abranger temas relativos à liberdade sindical, apropriação indevida de recursos sindicais (peculato art.552/CLT), meio-ambiente do trabalho em frigoríficos e temas relativos ao comércio em geral. Destacou, também, que muitos comerciantes têm se valido de denúncias como meio de defesa frente à concorrência local, o que tem sido sopesado pelos membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, a fim de se evitar a instrumentalização da atuação ministerial para finalidades estranhas aos seus fins institucionais.2.2.2. Forma de registro e distribuição. A unidade adota o MPT Digital como sistema informatizado para registro e acompanhamento das atividades dos membros, havendo distribuição equitativa, respeitando-se, ainda, os casos de prevenção, quando são feitas as devidas compensações. Registrou a Procuradora do Trabalho, Priscila Maria Ribeiro, no tocante à dinâmica dos trabalhos que: "Com o recebimento da Assim que é recebida a denúncia na Procuradoria, ela é encaminhada ao gabinete da Coordenadora, que faz o despacho de autuação, determinando à Secretaria que autue a denúncia como Representação e determinando que a representação seja distribuída conforme as regras de distribuição. O Secretário da PTM, então, insere os dados no MPT Digital, momento a partir do qual a representação recebe um número, conforme a ordem de entrada das denúncias na Procuradoria, e a representação é distribuída, sendo, imediatamente, conclusa ao Procurador ao qual foi distribuída." Registrou, ainda, que as Representações, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Termos de Ajuste de Conduta e demais procedimentos, possuem numeração própria e unificada. Os Temos de Ajuste de Conduta, por serem do-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cumentos específicos dentro dos procedimentos, recebem número próprio, mas os Procedimentos de Acompanhamento de Termos de Ajuste de Conduta continuam com o número já existente no Procedimento Preparatório ou no Inquérito Civil, quando da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta. Para acompanhamento das ações ajuizadas pelos Membros são formados Procedimentos de Acompanhamento, que correspondem a espelhos dos autos judiciais. Normalmente, tais procedimentos de acompanhamento vão conclusos ao gabinete caso haja intimação do Ministério Público do Trabalho nos autos judiciais ou a cada 90 (noventa) dias, caso não haja intimação, para que o Membro possa verificar se há algum problema com o andamento do processo, e, se for o caso, manifestar-se a respeito nos autos judiciais.2.2.3. Prazo médio para que o membro exare despacho e para seu cumprimento. Verificou-se que o prazo médio para despacho do membro é de aproximadamente uma semana, podendo variar conforme a complexidade dos procedimentos. Já o prazo médio para cumprimento do despacho exarado é de aproximadamente duas a três semanas, tendo em vista a insuficiência de recursos humanos na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT. 2.2.4. Procedimentos Distribuídos. No ano de 2010, janeiro: resíduo do mês anterior 42, distribuídos 8, encerrados 0, total no mês 50; fevereiro: resíduo 50, distribuídos 7, encerrados 0, total no mês 57; março: resíduo 57, distribuídos 6, encerrados 3, total no mês 60; abril: resíduo 60, distribuídos 5, encerrados 3, total no mês 62; maio: resíduo 62, distribuídos 7, encerrados 2, total no mês 66, junho: resíduo 66, distribuídos 4, encerrados 1, total no mês 69; julho: resíduo 69, distribuídos 1, encerrados 0, total no mês 70; agosto: resíduo 70, distribuídos 3, encerrados 0, total no mês 73; setembro: resíduo 73, distribuídos 3, encerrados 4, total no mês 75, outubro: resíduo 75, distribuídos 0, encerrados 0, total no mês 75; novembro: resíduo 75, distribuídos 14, encerrados 3, total no mês 86; dezembro: resíduo 86, distribuídos 5, encerrados 3, total no mês 88. No ano de 2011, janeiro: resíduo 88, distribuídos 11, encerrados 8, total no mês 91; fevereiro: resíduo 91, distribuídos 10, encerrados 0, total no mês 101. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, a) Dra. Danielle Olivares Corrêa Masseran: no ano de 2010: janeiro 4, fevereiro 4, março 3, abril 3, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0. b) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite: no ano de 2010: janeiro 4, fevereiro 3, março 3, abril 2, maio 49, junho 4, julho 1, agosto 3, setembro 3, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; c) Dra. Priscila Maria Ribeiro: no ano de 2010: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 66, dezembro 3; d) Rodney Lucas Vieira de Sousa: no ano de 2010: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 61, dezembro 2. No ano de 2011 - a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: janeiro 6, fevereiro 6; b) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: janeiro 5, fevereiro 5. 2.2.5. Representações, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis dos últimos seis meses. a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: setembro: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; outubro: resíduo 0, recebidos 74, convertidos 5, encerrados 1, total em andamento 73; novembro: resíduo 73, recebidos 3, convertidos 5, encerrados 2, total em andamento 74; dezembro: resíduo 74, recebidos 6, convertidos 6, encerrados 6, total em andamento 74; janeiro/2011: resíduo 74, recebidos 5, convertidos 5, encerrados 1, total em andamento 78; fevereiro/2011: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0. b) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: setembro: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; outubro: resíduo 0, recebidos 68, convertidos 8, encerrados 2, total em andamento 66; novembro: resíduo 66, recebidos 2, convertidos 3, encerrados 1, total em andamento 67; dezembro: resíduo 67, recebidos 5, convertidos 5, encerrados 2, total em andamento 70; janeiro/2011: resíduo 70, recebidos 5, convertidos 4, encerrados 5, total em andamento 70; fevereiro/2011: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0. 2.2.6. Número de Procedimentos autuados: Em 2010: 76. Em 2011: 21. Média de procedimentos por Procurador: 93. Representações apresentadas em 2010 e em 2011 e número de Representações convoladas em Procedimentos Preparatórios. Em 2010, foram autuadas 76 Representações, 56 convertidas em Procedimentos Preparatórios. Em 2011, foram autuadas 21 Representações, 15 convertidas em Procedimentos Preparatórios. 2.2.7. Quadro Geral de Atividades: Em 2009: 60 Procedimentos Preparatórios, 66 Representações, 37 Inquéritos Civis, 43 Procedimento Administrativo, 43 Termos de Ajuste de Conduta, 25 Ações Civis Públicas, 1 Ação Rescisória, 0 Ações Anulatórias, 3 Ações Cautelares, 92 Audiências na PTM, 240 Ofícios, 47 Requisições, 26 Petições, 96 Notificações Expedidas, 1 Notificação Recomendatória. Em 2011: 38 Procedimentos Preparatórios, 75 Representações, 86 Inquéritos Civis, 41 Procedimentos Administrativos, 28 Termos de Ajuste de Conduta, 25 Ações Civis Públicas, 1 Ação Rescisória, 0 Ação Anulatória, 3 Ação Cautelar, 97 Audiências na PTM, 238 Ofícios, 35 Petições, 115 Notificações Expedidas, 1 Notificação Recomendatória. 2.2.8. Acompanhamento de ações e recursos judiciais.O membro responsável pela Unidade consignou que os recursos elaborados pelos membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, tanto na atuação como Órgão Interveniente quanto como Órgão Agente, são elaborados perante o Juízo de primeira instância competente, cabendo à sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª região o acompanhamento do trâmite do apelo a instância ad quem, ficando a cargo da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT a remessa da pasta de acompanhamento respectiva à Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª região, para que promova o andamento adequado. 2.2.9. Acompanhamento dos Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis e Termos de Ajuste de Conduta. Na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, os Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Termos de Ajuste de Conduta e demais procedimentos, seguem numeração própria sequencial, por ano. Com a implementação do MPT Digital, todos os Termos de Ajuste de Conduta firmados são inseridos e acompanhados nesse sistema informatizado. Quanto à publicidade, destacou-se que os Termos de Ajuste de Conduta são disponibilizados no sistema MPT Digital, e, além disso, são inseridas cláusulas obrigando o compromitente a dar ciência do conteúdo do instrumento aos seus empregados, bem como a deixar uma cópia afixada em local visível. Quando o Termo de Ajuste de Conduta firmado tem maior relevância, a Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT comunica à Assessoria de Comunicação - ASCOM - da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, que divulga a notícia no site desta. I - Número de Termos de Ajuste de Condutas assinados: 2.2.9.1. Número de Termos de Ajuste de Conduta assinados, por membro (banca). No ano de 2009: a)Dr. Maurel Mamede Selares: janeiro 2, fevereiro 1, março 3, abril 3, maio 0, junho 2, julho 3, agosto 2, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; b) Dr. Meicivan Lemes de Lima: janeiro 7, fevereiro 3, março 2, abril 0, maio 1, junho 3, julho 2, agosto 3, setembro 2, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; c) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 1, dezembro 1; No ano de 2010: a) Dra. Danielle Olivares Correa Masseran: janeiro 2, fevereiro 0, março 2, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; b) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite: janeiro 0, fevereiro 1, março 2, abril 3, maio 1, junho 3, julho 1, agosto 3, setembro 5, outubro 2, novembro 0, dezembro 0; c) Dra. Priscila Maria Ribeiro: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 2; d) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 1, dezembro 1. No ano de 2011: a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: janeiro 3 fevereiro 2, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; b) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: janeiro 2, fevereiro 1, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0. No ano de 2009 - a) Dr Maurel Mamede Selares: TAC's assinados 15; TAC's arquivados e/ou encerrados 9; TAC's em andamento 6. b) Dr. Meicivan Lemes Lima: TAC's assinados 23; TAC's arquivados e/ou encerrados 15; TAC's em andamento 5. c) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite: TAC's assinados2; TAC's arquivados e/ou encerrados 0; TAC's em andamento 1; No ano de 2010: a) Dra. Danielle Olivares Corrêa Masseran: TAC's assinados 4; TAC's arquivados e/ou encerrados 4; TAC's em andamento 2. b) Dr. Carlos Henrique Pereira Leite: TAC's assinados 20; TAC's arquivados e/ou encerrados 13; TAC's em andamento 5; c) Dr. Priscila Maria Ribeiro: TAC's assinados 2; TAC's arquivados e/ou encerrados 0; TAC's em andamento 16. d) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: TAC's assinados 2; TAC's arquivados e/ou encerrados 0; TAC's em andamento 16. No ano de 2011: a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: TAC's assinados 4; TAC's arquivados e/ou encerrados 3; TAC's em andamento 16. b) Dr.Rodney Lucas Vieira de Souza: TAC's assinados 3; TAC's arquivados e/ou encerrados 0; TAC's em andamento 16. 2.2.9.3 Últimos andamentos no acompanhamento de cumprimento de Termos de Ajustes de Conduta, por membro (banca): a) Dra. Priscila Maria Ribeiro: IC nº 011.2005.23.004/0, data da assinatura 15/01/09, penúltima movimentação: exarado despacho no sentido de oficiar à Receita Federal, última movimentação: retorno à Divisão Processual; IC nº 303.2005.23.002/0, data da assinatura: 29/07/09, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 341.2005.23.002/0, data da assinatura: 10/10/07, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 215.2006.23.002/0, data da assinatura: 15/12/09, penúltima movimentação: notificação para comprovar nomeação de posse dos concursados, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 057.2007.23.002/0, data da assinatura: 07/04/09, penúltima movimentação: notificação para comparecer em audiência administrativa, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 46.2008.23.002/0, data da assinatura: 19/09/08, penúltima movimentação: exarado despacho solicita fiscalização no cumprimento de TAC, última movimentação: retorno à divisão processual; IC nº 57.2008.23.002/0, data da assinatura: 29/09/10, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: ofício à DRTE solicitar ação fiscal; PP nº 065.2008.23.002/0, data da assinatura: 11/12/08, penúltima movimentação: juntada de documentos apresentados na audiência, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 32.2009.23.002/0, data da assinatura: 21/08/09, penúltima movimentação: juntada de documentos, última movimentação: concluso à banca; IC nº 07.2010.23.002/0, data da assinatura: 07/12/10, penúltima movimentação: ofício para DRT solicitar ação fiscal para verificar cumprimento de TAC, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 020.2010.23.002/7, data da assinatura: 24/09/10, penúltima movimentação: ofício para DRTE solicitar AF verificar cumprimento de TAC, última movimentação: aguardando AR. Após arquivar; PP nº 45.2010.23.002, data da assinatura: 09/12/10, penúltima movimentação: exarado despacho para solicitar ação fiscal - verificar cumprimento de TAC, última movimentação: retorno à divisão processual; PP nº 66.2010.23.002/3, data da assinatura: 25/01/11, penúltima movimentação: juntada de documentos apresentados na audiência administrativa, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 69.2010.23.002/5, data da assinatura: 21/01/11, penúltima movimentação: exarado despacho no sentido de aguardar juntada de documentos, última movimentação: retorno à divisão processual; PP nº 71.2010.23.002/5, data da assinatura: 03/02/11, penúltima movimentação: audiência administrativa realizada, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 76.2010.23.002/1, data da assinatura: 21/01/11, penúltima movimentação: juntada de documentos apresentados na audiência administrativa, última movimentação: aguardando prazo; b) Dr. Rodney Lucas Vieira de Souza: IC nº 202.2003.002/0, data da assinatura: 19/05/08, penúltima movimentação: exarado no sentido de requisitar ação fiscal à DRTE em Rondonópolis, última movimentação: retorno à divisão processual; IC nº 025.2006.002/0, data da assinatura: 06/02/09, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando relatório de ação fiscal; IC nº 035.2007.002/0, data da assinatura: 12/03/09, penúltima movimentação: aguardando prazo, última movimentação: certidão - retorno de envelope; IC nº 052.2007.002/02, data da assinatura: 07/01/09, penúltima movimentação: ofício à Procuradora de Rondonópolis solicitando carta precatória, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 067/2008/002/0, data da assinatura: 13/10/10, penúltima movimentação: relatório com promoção de arquivamento, última movimentação: retorno à divisão processual; IC nº 072/2008/002/0, data da assinatura: 10/08/10, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 074/2008.002/0, data da assinatura: 23/07/09, penúltima movimentação: exarado no sentido de reiterar solicitação de ação fiscal, última movimentação: retorno à divisão processual; IC nº 0027.2009.002/0, data da assinatura: 15/02/11, penúltima movimentação: TAC firmado, última movimentação: aguardando prazo; IC nº 021.2010.002/4, data da assinatura: 07/10/10, penúltima movimentação: exarado no sentido de solicitar ação fiscal à DRTE de Rondonópolis, última movimentação: retorno à divisão processual; IC nº 044.2010.002/2, data da assinatura: 11/02/11, penúltima movimentação: TAC firmado, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 053.2010.002/3, data da assinatura: 07/10/10, penúltima movimentação: exarado no sentido de notificar proprietário para comprovar pagamento da 2ª parcela ao FEAT, última movimentação: retorno à divisão processual; PP nº 60.2010.002/0, data da assinatura: 23/11/10, penúltima movimentação: juntada de pedido de dilação de prazo para apresentar documentação, última movimentação: concluso à banca; PP nº 64.2010.002/9, data da assinatura: 14/01/11, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando prazo; PP nº 068.2010.002/8, data da assinatura: 02/02/11, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, última movimentação: aguardando juntada de documentos; PP nº 070.2010.002/8, data da assinatura: 14/01/11, penúltima movimentação: retorno à divisão processual, após TAC firmado, última movimentação: aguardando prazo. 2.2.10. Deslocamentos e Apoio da Polícia Federal. Consignou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa que a atuação da unidade se dá perante a Vara do Trabalho de Água Boa/MT e a Vara do Trabalho de Barra do Garças/MT. Havia ainda a Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia/MT, que, atualmente, é apenas um posto avançado. Há também postos avançados em Confresa/MT e Vila Rica/MT, onde, eventualmente, faz-se necessária a presença dos Procuradores do Trabalho. Nesse contexto, normalmente, os Juízes do Trabalho, cientes das grandes distâncias que precisam ser percorridas no Estado do Mato Grosso, agendam as audiências em que se faz necessária a presença do Ministério Público do Trabalho para a mesma data. Além disso, os Procuradores aproveitam tais ocasiões para realizar inspeções nas mesmas localidades, poupando tempo, recursos humanos e recursos financeiros. Ponderou-se que não há unidade da Polícia Federal em região próxima ao Município de Água Boa/MT, de modo que, em casos de maior riso, os Membros tem se valido da colaboração da Polícia Militar, quando necessário. 2.2.11. Procedimentos vistos em Correição. Priscila Maria Ribeiro IC 000034.2010.23.002/4-201; IC 000041.2010.23.002/0-201; IC 000059.2010.23.002/7-201; IC 000049.2010.23.002/9-201; IC 000062.2010.23.001/3-201; IC 000025.2010.23.002/3-201; PP 000061.2010.23.002/7-201; PP 000063.2010.23.002/1-201; PP 000065.2010.23.002/6-201; PP 000074.2010.23.002/7-201; IC 000011.2005.23.002/0-201 (TAC); IC 000303.2005.23.002/0-201 (TAC); IC 000341.2005.23.002/0-201 (TAC); IC 000215.2006.23.002/0-201 (TAC); IC 000007.2010.23.002/0-201 (TAC). Rodney Lucas Vieira de Souza. IC 000027.2010.23.002/8-202; IC 000036.2010.23.002/9-202; IC 000044.2010.23.001/1-202; IC 000043.2010.23.002/5-202; IC 000054.2010.23.002/0-202; PP 000048.2010.23.002/1-202; PP 000082.2010.23.001/0-202; PP 000062.2010.23.002/4-202; PP 000072.2010.23.002/2-202; PP 000075.2010.23.002/4-202; IC 000202.2003.23.002/0-202 (TAC); PP 000025.2006.23.002/0-202 (TAC); IC 000035.2007.23.002/0-202 (TAC); IC 000044.2010.23.002/2-202 (TAC); PP 000053.2010.23.002/3-202 (TAC). Da análise amostral de procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, verificou-se: utilização de despachos manuscritos, que não de mero expediente; diversas folhas soltas nos autos; termos de juntada de documentos sem data e assinatura; autos em secretaria por longos períodos; tempo excessivo para se fazer conclusão; e inobservância, em alguns casos, dos prazos previstos na Resolução CSMPT nº 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009). Relativamente aos Termos de Ajuste de Conduta verificados, vale registrar que uma vez firmados há comprovação de sua fiscalização e acompanhamento pelos Membros da Unidade. Porém, não é observada a terminologia Termo de Ajuste de Conduta em alguns procedimentos. 3. INSTALAÇÕES. A Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT encontra-se localizada na Rua 2, nº 49, Setor Central, de fácil acesso à população e servida por transporte público regular, distante 750 (setecentos e cinquenta) quilômetros de Cuiabá, onde está localizada a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, e, por não haver voos comerciais entre as referidas cidades, o deslocamento é feito por via terrestre, em viagem que dura de nove a dez horas, ressaltando-se que, embora haja dois veículos oficiais disponíveis, não há técnico de apoio especializado em transporte, sendo as viagens até a sede realizadas pelos próprios membros, utilizando veículos particulares. O horário de funcionamento da unidade é das 08:00 às 18:00 horas, e para atendimento ao público externo, das 12:00 às 18:00 horas. As audiências são realizadas tanto no horário da manhã quanto da tarde. A Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT encontra-se instalada em imóvel recém construído, alugado pelo valor mensal de R$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês, contando com a seguinte composição: uma recepção com um banheiro para uso pelo público externo; dois banheiros (um feminino e um masculino), para

VEDADA A VENDA EXEMPLAR NÃO COMERCIAL

uso pelos servidores e funcionários terceirizados; sala grande, para uso dos servidores; cozinha; uma sala de audiências; uma sala onde ficam os equipamentos de informática (servidor central); uma sala utilizada como almoxarifado e arquivo; dois gabinetes, cada um com seu próprio banheiro.O prédio possui rampa de acesso para receber pessoas com deficiência e há um banheiro adaptado. Há 3 (três) extintores de incêndios (um de gás carbônico, na sala dos equipamentos de informática e dois com carga d´água, um na Secretaria e um na recepção). Segundo informado pelo Secretário da PTM, não foi realizada nenhuma vistoria pelo Corpo de Bombeiros, mas o imóvel recebeu habite-se da Prefeitura Municipal. Os Gabinetes dos Procuradores estão em ótimas condições. Cada um conta com computador equipado com impressora multifuncional, mesa de trabalho, armário com prateleiras, gaveteiro, aparelho de telefone, umidificador de ar, ar condicionado split e frigobar. O único equipamento faltante nos gabinetes é o no-break, tendo em vista que são comuns as quedas de energia na região. A sala de audiências é excelente, com equipamentos novos, e é a mesma sala usada para a realização de reuniões. A sala dos servidores também está em boas condições. São necessários, entretanto, alguns no-breaks, vez que as quedas de energia são comuns na região, sendo que a compra de tais equipamentos será solicitada ao Procurador-Chefe da Regional. Consignou a Coordenadora da unidade que as instalações são boas e permitem que os Membros desenvolvam seus trabalhos em boas condições. 4. MEIOS DE INFORMÁTICA. As condições dos meios de informática disponíveis em apoio às atividades da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT são boas. Os sistemas e programas funcionam normalmente, bem como o acesso à Internet e à Intranet. Os problemas com os equipamentos da unidade são demandados aos servidores responsáveis pela área de informática da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Sr. Flávio Aparecido Ângelo e Sra. Juliana Cristina Zerbato, que, conforme afirmou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, estão sempre disponíveis para resolvê-los com muita destreza e rapidez, sendo sempre muito solícitos atenciosos e eficazes. No que toca aos meios de prevenção à Lesão por Esforço Repetitivo, o mobiliário (mesas, cadeiras, regulador de altura do monitor) é ergonômico e preparado para possibilitar aos Servidores e Membros o maior conforto físico possível durante a realização do trabalho. Contudo, não tem sido realizada qualquer tipo de ginástica laboral. 5. MEIOS DE TRANSPORTE. Ressaltou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa, Priscila Maria Ribeiro, que as garagens ainda não foram construídas, de forma que os carros particulares de Procuradores e Servidores são estacionados na via pública, consignando, ainda, que um dos veículos oficiais (a caminhonete L200) fica guardado dentro do terreno da unidade, cujo piso é de terra, sendo que o outro (caminhonete S-10) fica para o lado de fora. Registrou, também, que normalmente os Membros utilizam seus veículos particulares para atividades de serviço, sendo indenizados, tendo em vista a inexistência de servidor apto a dirigir de forma adequada os veículos oficiais. Ressaltou, que, além disso, a caminhonete L 200 Savana, por diversas ocasiões, apresentou problemas na estrada, e a caminhonete S-10 está com o para-brisa trincado, motivo pelo qual preferem realizar as atividades com seus próprios veículos. Registrou, ainda, que em uma ocasião que exigiu um deslocamento maior - realização de audiências na Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia, que fica à distância de aproximadamente 410 quilômetros de Água Boa/MT, com aproximadamente 300 quilômetros em estrada de terra -, a Procuradora Priscila Maria Ribeiro solicitou um Técnico de Apoio Especializado à Sede, no que foi prontamente atendida. O Secretário da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT faz as atividades externas necessárias, dentro da cidade de Água Boa/MT, como devolver processos na Vara do Trabalho, ir aos correios e outros serviços de rotina. 6. GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Como medidas adotadas para a educação e gestão ambiental destacou-se que, sempre que possível, imprimem seus arquivos no formato borda longa, utilizando a frente e o verso do papel. Além disso, para o consumo de água e café, são utilizados, preferencialmente, xícaras e copos de vidro, que são reutilizáveis e, portanto, menos nocivos ao meio ambiente, evitando-se a utilização de copos descartáveis. 7. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL. Não há uma Comissão de "Arquivo Morto", permanente na unidade, tampouco existe um setor responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, contudo os documentos são arquivados pela secretaria da unidade.

8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES. No campo destinado a "outras considerações", registrou-se na resposta ao questionário enviado, que:"A Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT foi inaugurada em 03/11/2010, de forma que as condições gerais da Procuradoria são muito boas. A sua sede, apesar de alugada, é recém-construída, e todas as instalações estão em ótimas condições. Não é possível efetuar comparações com a Correição anterior, porque a Procuradoria ainda não existia na ocasião.O maior problema da PTM é, efetivamente, o problema da insuficiência de recursos humanos. O número de Membros é suficiente. Entretanto, há carência de apoio especializado, tanto de Analistas Processuais, ou seja, servidores com conhecimentos jurídicos, quanto de Técnicos Administrativos e de um Técnico de Apoio Especializado - Transporte.Não se pode deixar de destacar a extensa abrangência territorial da atribuição da Procuradoria do Trabalho de Água Boa/MT, sendo que a distância em quilômetros, seguindo pela BR-158, de Barra do Garças/MT a Vila Rica/MT - cidades que estão nos limites territoriais da área de atuação da PTM - corresponde a 755 quilômetros, com diversos trechos em que as estradas não são asfaltadas. Ressalte-se ainda que a distância entre Água Boa/MT e a sede da PRT da 23ª Região, em Cuiabá, é de aproximadamente 750 quilômetros. Assim, verifica-se que um profissional especializado em transporte é indispensável para deslocamento dos Procuradores pela região, ainda mais se for considerado o fato de que não há voos comerciais partindo de Água Boa/MT. A nomeação de servidores Técnicos Administrativos, por sua vez, faz-se necessária para o bom andamento dos serviços administrativos da PTM, como tramitação dos procedimentos, lançamento de dados nos sistemas do Ministério Público do Trabalho, elaboração de ofícios, entre outras atividades. Os Analistas Processuais são indispensáveis no apoio à atividade fim dos Procuradores do Trabalho, que, atualmente, não contam com nenhum servidor com conhecimento jurídico que possa auxiliar no desenvolvimento das atividades da Procuradoria, tais como realização de pesquisas bibliográficas e de jurisprudência, elaboração de minutas, entre outras.Ressalte-se que no Município de Água Boa/MT não há curso de Direito, o que inviabiliza a contratação de estagiários por esta PTM, de forma que a única maneira de suprir a necessidade de serviço é através da nomeação de servidores efetivos.Destaca-se, por fim, que atualmente a PMT conta com apenas dois servidores: uma servidora cedida pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia/MT e um servidor que não tem vínculo nenhum com a Administração Pública, sendo que tais servidores são insuficientes à crescente demanda da Procuradoria, que a cada dia que passa vem sendo mais procurada pela população de Água Boa/MT." 9. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES. As recomendações e sugestões ora formuladas são decorrentes do que foi visto durante a correição, do exame dos procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, e de reuniões feitas pela Corregedora-Geral, durante os trabalhos correicionais, com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa, a Procuradora do Trabalho, Dra. Priscila Maria Ribeiro. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram as irregularidades possíveis ou persistam as verificadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência à Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, das sugestões e recomendações feitas a seguir, colhendo a assinatura da mesma e enviando-as à Corregedoria, no prazo de 10 (dez) dias.10. SUGESTÕES.S1. Programar visitas periódicas, e se possível a curtos intervalos, a Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MS, pela Chefia e Secretário Regional, para auxiliar e padronizar as rotinas. Além disso, programar o comparecimento dos Membros lotados na unidade às Reuniões Gerais realizadas na Sede, em que são tratados assuntos de interesse geral, objetivando com isso maior integração e aproximação; S2. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante, em especial no que tange ao sistema MPT Digital e as rotinas administrativas da CODIN; S3. Providenciar para que sejam nomeados mais servidores para a Unidade, em especial técnico administrativo especializado em transporte para o deslocamento adequado dos Membros e analista processual; S5. Providenciar a construção de garagem pavimentada e coberta; S6.Providenciar para que seja nomeado 01 (um) analista processual, pertencente ao quadro do Ministério Público da União.11. RECOMENDAÇÕES. R1. Providenciar para que todas as folhas dos autos sejam numeradas, utilizando-se carimbo padronizado para numeração, bem como aposto o carimbo de "CANCELADO", quando da renumeração de folhas; R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009), em especial quanto ao cumprimento dos prazos de conclusão dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis em curso na unidade, bem assim, para que seja exarado despacho justificativo de prorrogação do feito no tempo oportuno, nos termos dos artigos 3º, §9º, e 9º, da referida Resolução; R3. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme padronização feita no artigo 14 da Resolução do CSMPT nº 69/2007, alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009, e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho; R4. Cuidar para que as Certidões ou outros documentos juntados aos autos dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos estejam devidamente assinados pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos;R5. Cuidar para que sejam sempre cumpridas de forma célere e certificadas nos autos, as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações, instituindo rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na unidade, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por período excessivo; R6. Certificar nos autos de Procedimentos Administrativos a movimentação dos feitos, no exato momento de sua ocorrência, facilitando seu controle e evitando possíveis extravios; R7. Evitar que os despachos exarados pelos membros, nos autos dos procedimentos, sejam feitos de forma manuscrita, excetuando-se os de mero expediente; R8. Cuidar para que, em caso de afastamento/impedimento de um Membro, seja observado o artigo 3°, § 8°, da Resolução CSMPT n° 86/2009, de 27 de agosto de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; R9. Cuidar para que nos procedimentos que contenham documentos sigilosos, estes sejam armazenados em envelopes lacrados e anexados aos autos; R10. Providenciar para que a Secretaria imprima maior celeridade no cumprimento das determinações feitas por membro em procedimento administrativo sob sua condução, em no máximo 05 dias, uma vez constatada a demora em alguns procedimentos vistos em correição; R11. Cuidar para que não fiquem folhas soltas dentro dos autos de procedimento, evitando a ocorrência de extravios; R12. Evitar o transcurso de longo lapso temporal para a realização de conclusão, quando possível; R13. Providenciar para que os termos processuais sejam devidamente datados e assinados; R14. Continuar procedendo, de forma periódica, ao acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta firmados, até o efetivo cumprimento das cláusulas entabuladas, ou a propositura da ação judicial; R15. Instituir rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na Sede, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por longos lapsos temporais na Secretaria. 12. CONCLUSÕES. A Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT foi submetida à correição ordinária, pela primeira vez , no período de 04 a 08 de abril de 2011.A unidade está instalada em imóvel alugado, que, atualmente, atende a contento às necessidades. Todavia, a aquisição ou construção de imóvel, poderia viabilizar, ainda em melhores condições, um melhoramento nas atividades institucionais, além da redução de valores despendidos com aluguel.Os dois Procuradores do Trabalho lotados na unidade encontram-se em Estágio Probatório, estando em dia com as suas obrigações, não existindo anotações de interesse a fazer quanto ao cumprimento do estágio probatório.No tocante à atuação dos membros no desenvolvimento de suas missões institucionais, cumpre consignar que, de modo geral, há regularidade na condução dos procedimentos em curso na unidade, observando-se os prazos processuais e procedimentais. Do que foi verificado, necessária se faz a lotação de mais servidores dos quadros do Ministério Público da União na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, sendo imperiosa, ainda, a necessidade de se oferecer treinamento/capacitação aos servidores de forma periódica e constante, buscando-se, a implantação de rotinas e padrões pré-estabelecidos, que otimizem os trabalhos na unidade. Desse modo, do que restou verificado durante os trabalhos correicionais, a Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT, apesar das dificuldades assinaladas, está desempenhado de modo eficiente suas atividades, colaborando sobremaneira para a efetiva interiorização do Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso. Brasília-DF, 12 de abril de 2011. Heloisa Maria Moraes Rego Pires. Corregedora-Geral do MPT. PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT. A Corregedora-Geral do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 106, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, da Resolução nº 17/96 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, art. 3º, inciso II, e do Procedimento Correicional nº 5, de 27 de agosto de 2009, da Corregedoria, realizou Correição Ordinária no período de 04 a 08 de abril de 2011, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região e nas Procuradorias do Trabalho em Municípios a ela vinculadas, sendo o presente relatório referente à Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT.Utilizou-se, na confecção deste relatório, as informações prestadas em resposta ao questionário encaminhado pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho à Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, a análise de procedimentos previamente selecionados solicitados à Sede, as informações prestadas pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e pelo Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta, o Procurador do Trabalho, Dr. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues, em reunião realizada pela Corregedora-Geral, por ocasião dos trabalhos correicionais. Esta é a primeira Correição Ordinária realizada na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta. 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 1.1. Membros. Há 02 (dois) Procuradores do Trabalho lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, a Dra. Mônica Fenalti Delgado, e o Dr. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues, que exerce o encargo de Coordenador. Ambos os Procuradores do Trabalho são provenientes do XVI Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossados em 25/10/2010 (Portaria PGR nº 519, de 20/10/2010), encontrando-se em Estágio Probatório, sendo a lotação inicial na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT. Os citados Procuradores do Trabalho residem no Município de Alta Floresta/MT, obedecendo, portanto, ao disposto no art. 129, § 2°, IX, da Constituição Federal, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Os Membros não exercem o magistério (Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 3, de 16 de dezembro de 2005). Consignou o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT que o quadro de membros lotados na unidade, atualmente, atende as necessidades, porém no limite, ponderando a grande extensão da circunscrição, que abrange 29 (vinte e nove), em um Estado com 903.329,700 Km², no caso de Mato Grosso, e, desse modo, em caso de afastamento de um dos Membros, a carga de trabalho será elevada para apenas um Procurador do Trabalho, certamente causando prejuízo ao melhor atendimento das demandas. No que toca ao desempenho funcional, ponderou que, em razão das características da região abrangida pela Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, os Membros atuam, na maioria dos casos, como Órgão Agente, seja através de Investigações, com a instauração e condução de inquéritos civis, ou no ajuizamento, e acompanhamento, de ações nos Juízos de Primeiro Grau, com o fim de buscar a tutela dos interesses sob a égide do Ministério Público do Trabalho.Nessa atividade, os procedimentos observam as Resoluções do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, em especial as Resoluções nº69/2007, 76/2008 e 86/2009. Ademais, observam também o Princípio do Promotor Natural e rotinas, sobretudo de distribuição, compensação e controle, previstas no sistema MPT Digital.O Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, Procurador Jefferson Luiz Maciel Rodrigues, é responsável pela análise inicial das demandas e orienta a distribuição. Também há a atuação, na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, sob o aspecto judicial, como órgão interveniente, seja nos casos em que o Ministério Público é instado a participar pelo Poder Judiciário ou, lado outro, quando o Membro vislumbra a necessidade de se fazer presente, em audiência ou intervindo nos autos. Outra atividade que também é digna de nota, na região, é a atuação dos Membros do Ministério Público como Promotor de Interesses. Nas localidades abrangidas, dadas as características geoeconômicas, é extremamente necessária a atuação do Membro como instrumento de interlocução social, promovendo ou participando de palestras, encontros, seminários ou demais atividades congêneres que demandem esclarecimentos ou atuação preventiva, em especial, nos temas "trabalho infantil", "trabalho em condições degradantes" e "meio ambiente do trabalho". Ressalte-se, também que, ante as dificuldades encontradas quanto à fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para a resolução dos procedimentos sob a condução dos Membros, é comum a atuação dos Membros em inspeções, sobretudo em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

fazendas, dada a elevada quantidade de denúncias de trabalho em condições degradantes. É de se esclarecer, por relevante, que em razão da dificuldade de pessoal da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, bem como a necessidade de potencializar a atuação do Ministério Público do Trabalho na região, os Membros, em geral, atuam em parceria nas inspeções e, também, nas atividades promocionais. 1.2. Servidores. A Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT conta com 02 (dois) servidores, sendo 01 (um) sem vínculo com a Administração e 01 (um) cedido pela Prefeitura Municipal de Alta Floresta. Não há nenhum servidor do quadro Ministério Público da União lotado na unidade. Ressaltou o Coordenador, Dr. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues, que a Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, não dispõe de servidores do quadro do Ministério Público da União, havendo apenas uma Secretária, ocupante de função comissionada, e um servidor cedido pelo Município de Alta Floresta, que inclusive foi solicitado para voltar ao órgão de origem, fato que, se efetivado, virá a recrudescer as dificuldades e atuação dos Membros, na região. Os dois servidores atuam na área administrativa. A Secretária concentra-se na coordenação das atividades de rotinas e afetas do MPT Digital, como o cumprimento de despachos, autuações, recebimento de denúncias, abertura de vistas, recebimento de processos e encaminhamento e, o outro servidor, além de auxiliar a Secretaria, atua, também, dirigindo o veículo oficial, quando necessário. No tocante ao apoio prestado pelos servidores, consignou o Coordenador, que o fazem com absoluta dedicação. Nesse contexto, registrou o Coordenador que: "Em que pesem os esforços, a atuação é insuficiente. Os Procuradores, na PTM, hoje, não contam com nenhum assessoramento, realizando, pessoalmente, os seus despachos e demais atividades, afetas à necessidade de atuação, judicial ou administrativa. Ademais, na região, os Correios não atendem parte da área rural, inclusive no Município de Alta Floresta, fato que determina a utilização de servidores, sob pena de ineficácia da atividade investigatória, na tarefa de notificar testemunhas ou investigados, dirigindo o veículo Oficial. Consignou, ainda, que não há treinamento/capacitação de servidores, havendo necessidade de maior qualificação e aperfeiçoamento, seja no que concernem às novas tecnologias (informática) ou mesmo quanto à imprescindível tarefa de colheita de depoimentos que, quando realizada perfeitamente, garante um passo decisivo no deslinde das investigações. A Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT conta com 02 (duas) estagiárias do curso de Direito, sendo observada a Recomendação nº 05/2002, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho. 2. ATUAÇÃO DO MEMBRO. Os membros lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, atuam como órgão agente e interveniente, desempenhando todas as atividades inerentes aos encargos de suas atribuições. 2.1. Atuação do Membro como Órgão Interveniente. A atuação como custos legis ocorre quando são instados a se manifestar pelo Poder Judiciário, ou, ainda, quando percebida a necessidade de atuação pelo próprio Membro, ressaltando-se, em geral, que os temas mais recorrentes, são aqueles em que há interesse de crianças ou adolescentes e, também, acidente do trabalho, ponderando que, nesse último aspecto, dependendo do caso, atua colimando a buscar elementos para a tutela do direito sob o âmbito coletivo, nos termos do art. 5º, item X, da Recomendação nº 06, do Conselho Nacional do Ministério Público. 2.1.1. Volume de processos recebidos e devolvidos com parecer às Varas do Trabalho. Em 2010, janeiro: recebidos - 4; devolvidos - 4; resíduo - 0; fevereiro: recebidos - 7; devolvidos - 6; resíduo - 1; março: recebidos - 6; devolvidos - 6; resíduo - 1; abril: recebidos - 7; devolvidos - 6; resíduo - 2; maio: recebidos - 7; devolvidos - 8; resíduo - 1; junho: recebidos - 7; devolvidos - 8; resíduo - 0; julho: recebidos - 4; devolvidos - 3; resíduo - 1; agosto: recebidos - 6; devolvidos - 5; resíduo - 2; setembro: recebidos - 2; devolvidos - 4; resíduo - 0; outubro: recebidos - 5; devolvidos - 5; resíduo - 0; novembro: recebidos - 8; devolvidos - 3; resíduo - 5; dezembro: recebidos - 4; devolvidos - 6; resíduo - 3. Em 2011, janeiro: recebidos - 3; devolvidos - 1; Resíduo - 5. 2.1.2. Movimento processual dos últimos seis meses: a) Dr. : maio: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; junho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; julho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; abril: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; agosto: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; junho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; setembro: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; outubro: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; b) Dr. maio: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; junho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; julho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; abril: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; agosto: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; junho: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; setembro: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; outubro: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; 2.2. Atuação como Órgão Agente. No que concerne à atuação do Ministério Público do Trabalho como órgão agente na Unidade, destacou-se que, em razão das características da região abrangida pela Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, essa é a modalidade de atuação predominante, ocorrendo através de Investigações, com a instauração e condução de inquéritos civis, o ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais, com o fim de buscar a tutela dos interesses sob a égide do Ministério Público do Trabalho. Destacou-se que, nessas atividades, os procedimentos observam as Resoluções do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, em especial as Resoluções nº69/2007, 76/2008 e 86/2009, o Princípio do Promotor Natural e demais rotinas, sobretudo de distribuição, compensação e registros, previstas no sistema MPT Digital. Nesse sentido, registrou-se que, recebida a denúncia, o Coordenador analisa e determina a sua autuação e distribuição. Uma vez distribuída, é formulada a Apreciação Prévia e, assim, considerada apta ou pertinente com a atuação do Parquet, instaura-se o Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil, nos quais se busca colher elementos a fim de formar a convicção do Procurador oficiante. A modalidade de atuação que merece destaque, em razão das características geoeconômicas da área de abrangência da PTM de Alta Floresta, é aquela pertinente ao trabalho em condições análogas à de escravo, face às elevadas denúncias que chegam à Procuradoria. 2.2.1. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região. Consignou o Coordenador da unidade que a violação a direitos ou interesses de trabalhadores de maior incidência na região é o trabalho em condições análogas à de escravo, sobretudo na modalidade degradante, com foco na atividade pecuária extensiva, havendo, ainda, grande demanda relativa à violação às normas de segurança e saúde do trabalho. 2.2.2. Forma de registro e distribuição. A unidade adota o MPT Digital como sistema informatizado para registro e acompanhamento das atividades dos membros, havendo distribuição equitativa entre os membros, respeitando-se, ainda, os casos de prevenção, quando são feitas as devidas compensações, ressaltando que o sistema é adequado as necessidades. As Representações, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Termos de Ajuste de Conduta e demais procedimentos, possuem numeração própria e unificada. O acompanhamento das ações ajuizadas pelos Membros é feito por meio de consultas ao site do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. 2.2.3. Prazo médio para que o membro exare despacho e para seu cumprimento. Consignou-se que o prazo médio para que o membro exae despacho e para o seu cumprimento é de aproximadamente quinze dias. 2.2.4. Procedimentos Distribuídos. No ano de 2010, janeiro: resíduo do mês anterior - 205; distribuídos - 31; encerrados - 18; total no mês - 218; fevereiro: resíduo - 218; distribuídos - 49; encerrados - 25; total no mês - 242; março: resíduo - 242; distribuídos - 62; encerrados - 40; total no mês - 264; abril: resíduo - 264; distribuídos - 22; encerrados - 22; total no mês - 264; maio: resíduo - 264; distribuídos - 44; encerrados - 72; total no mês - 236; junho: resíduo - 236; distribuídos - 42; encerrados - 49; total no mês - 229; julho: resíduo - 229; distribuídos - 27; encerrados - 25; total no mês - 231; agosto: resíduo - 231; distribuídos - 28; encerrados - 106; total no mês - 153; setembro: resíduo - 153; distribuídos - 15; encerrados - 43; total no mês - 125; outubro: resíduo - 125; distribuídos - 24; encerrados - 32; total no mês - 117; novembro: resíduo - 117; distribuídos - 38; encerrados - 33; total no mês - 122; dezembro: resíduo - 122; distribuídos - 13; encerrados - 33; total no mês - 102. No ano de 2011, janeiro: resíduo - 102; distribuídos - 9; encerrados - 11; total no mês - 99. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Drª. Lorena : No ano de 2010: janeiro - 27; fevereiro - 27; março - 37; abril - 7; maio - 27; junho - 20; julho - 23; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Dr. Francisco : No ano de 2010: janeiro - 5; fevereiro - 22; março - 25; abril - 15; maio - 17; junho - 22; julho - 4; agosto - 17; setembro - 9; outubro - 24; novembro - 0; dezembro - 0. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Drª. Monica : No ano de 2010: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 35; dezembro - 0. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Drª. Jefferson : No ano de 2010: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 3; dezembro - 13. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Drª. Monica : No ano de 2011: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, Drª. Lorena : No ano de 2010: janeiro - 27; fevereiro - 27; março - 37; abril - 7; maio - 27; junho - 20; julho - 23; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. 2.2.5. Representações, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis dos últimos seis meses. a) Dr. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues: setembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; outubro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; novembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; dezembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; janeiro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; fevereiro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0. b) Dra. Mônica Fenalti Delgado: setembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; outubro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; novembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; dezembro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; janeiro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0; fevereiro: resíduo - 0; recebidos - 0; convertidos - 0; encerrados - 0; total em andamento - 0. 2.2.6. Número de Procedimentos autuados: Em 2010: 127; Em 2011: 5. Média de procedimentos por Procurador: Procedimento em andamento: 101; Número de Procuradores: 2. Média: 50,5 . Representações apresentadas em 2010 e em 2011 e número de Representações convoladas em Procedimentos Preparatórios. Em 2010, foram autuadas 136 Representações, 100 convertidas em Procedimentos Preparatórios. Em 2011, foram autuadas 5 Representações, 3 convertida em Procedimentos Preparatórios. 2.2.7. Quadro Geral de Atividades: Em 2010: Procedimentos Preparatórios: Resíduo de anos anteriores - 134; 2010 - 121; resíduo de 2010 - 30; 2011 - 100. Representações: Resíduo de anos anteriores - 29; 2010 - 122; resíduo de 2010 - 4; 2011 - 136. Inquéritos Civis: Resíduo de anos anteriores - 149; 2010 - 64; resíduo de 2010 - 65; 2011 - 88. Procedimento Administrativo: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 0; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 0. Termos de Ajuste de Conduta: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 72; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 61. Ações Civis Públicas: Resíduo de anos anteriores - 15; 2010 - 0; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 2. Ação Rescisória: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 0; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 0. Ações Anulatórias: Resíduo de anos anteriores - 1; 2010 - 0; resíduo de 2010 - 1; 2011 - 0. Ações Cautelar: Resíduo de anos anteriores - 1; 2010 - 2; resíduo de 2010 - 3; 2011 - 0. Audiências na PTM: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 188; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 122. Ofícios: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 1191; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 1027. Requisição: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 196; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 141. Petições: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 128; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 55. Notificações Expedidas: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 269; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 277. Notificações Recomendatórias: Resíduo de anos anteriores - 0; 2010 - 7; resíduo de 2010 - 0; 2011 - 22. Outros: Resíduo de anos anteriores - 0; ACC 2010 - 1; resíduo de 2010 - 0; 2011 - MS 02. 2.2.8. Acompanhamento dos Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis e Termos de Ajuste de Conduta. Na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, os Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Termos de Ajuste de Conduta e demais procedimentos, seguem numeração própria sequencial, por ano. A publicidade dos Termos de Ajuste de Conduta é realizada, em geral, com a previsão em cláusula no ajuste, padronizada, no sentido de obrigar a compromissária a dar ciência aos seus empregados, expondo-o em local onde haja visibilidade por parte dos trabalhadores. Também há a inclusão do Termo no sistema MPT Digital e, dependendo da lesão e do interesse social, a remessa para a divulgação através da assessoria de imprensa da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, inclusive, para a inserção da notícia no site. O controle e/ou acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta firmados, são realizados nos próprios autos do Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Neste ano, atendendo a Recomendação nº14/2010, os Procuradores atuantes na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta baixaram a Ordem de Serviço nº01/2011 direcionada à Secretaria da unidade determinando o desarquivamento de todos os procedimentos em que haja Termo de Ajuste de Conduta firmado, colocando-os em acompanhamento, nos termos da Resolução nº 69/2007. Ante a escassez de pessoal, bem como em razão do grande volume de denúncias atuais de trabalho em condições degradantes na região, e que demandam, pelas suas características, uma atuação célere por parte do Ministério Público do Trabalho, sob pena de não efetividade da investigação, não vem sendo possível, apesar dos esforços envidados, a fiscalização in loco do cumprimento dos termos de ajustamento de conduta firmados, exceto quando chega a notícia de seu descumprimento. 2.2.8. Acompanhamento dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis. No ano de 2009: Dr. Raulino: janeiro - 0; fevereiro - 4; março - 6; abril - 0; maio - 1; junho - 0; julho - 4; agosto - 5; setembro - 1; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. No ano de 2009. : Dra. Fernanda: janeiro - 0; fevereiro - 4; março - 2; abril - 9; maio - 5; junho - 8; julho - 3; agosto - 3; setembro - 1; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. Dra. Lorena: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 1; novembro - 3; dezembro - 2. Dra. Francisco: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 3; novembro - 4; dezembro - 1. No ano de 2010: Dra. Lorena: janeiro - 1; fevereiro - 3; março - 1; abril - 2; maio - 2; junho - 4; julho - 6; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. Dr. Francisco: janeiro - 2; fevereiro - 0; março - 1; abril - 2; maio - 2; junho - 1; julho - 0; agosto - 13; setembro - 4; outubro - 7; novembro - 0; dezembro - 0. Dra. Monica: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 5; dezembro - 1. Dra. Jefferson: janeiro - 0; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 3; dezembro - 1. No ano de 2011: Dra. Monica: Dra. Fernanda: janeiro - 1; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. Dr. Jefferson: janeiro - 1; fevereiro - 0; março - 0; abril - 0; maio - 0; junho - 0; julho - 0; agosto - 0; setembro - 0; outubro - 0; novembro - 0; dezembro - 0. 2.2.9. Acompanhamento de Termos de Ajuste de Conduta. No ano de 2009: Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho: TAC's Assinados: 20; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 28; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 1; Total de TAC's acompanhados: pelo atual sistema não possível verificar. No ano de 2009: Dra. Fernanda Estrela Guimaraes: TAC's Assinados: 37; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 25; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 1; Total de TAC's acompanhados: pelo atual sistema não possível verificar. No ano de 2009: Dra. Lorena Brandão Landim Camarotti: TAC's Assinados: 6; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 5; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 0; Total de TAC's acompanhados: pelo atual sistema não possível verificar. No ano de 2009: Dr. Francisco Carlos da Silva Araújo: TAC's Assinados: 8; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 10; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 0; Total de TAC's acompanhados: pelo atual sistema não possível verificar. No ano de 2010: Dra. Lorena Brandão Landim Camarotti: TAC's Assinados: 19; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 15; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 0; Total de TAC's acompanhados: 4. No ano de 2010: Dr. Francisco Carlos da Silva Araújo: TAC's Assinados: 32; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 10; TAC's encerrados informando o motivo: pelo sistema atual não foi possível verificar; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 3; Total de TAC's acompanhados: 10. No ano de 2010: Dra. Monica Fenalti Delgado: TAC's Assinados: 6; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 3; TAC's encerrados informando o motivo: 143 - por TAC, 186 - por TAC, s/n - por TAC; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 0; Total de TAC's acompanhados: 28. No ano de 2010: Dr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues: TAC's Assinados: 8; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 10; TAC's encerrados informando o motivo: 24, 42, 160, 175, 160, s/n, s/n, s/n, s/n; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 1; Total de TAC's acompanhados: 23. No ano de 2011: Dra. Monica Fenalti Delgado: TAC's Assinados: 1;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 1; TAC's encerrados informando o motivo: s/n; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 0; Total de TAC's acompanhados: 16. No ano de 2011: Dr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues: TAC's Assinados: 1; TAC's Arquivados e/ou Encerrados: 0; TAC's encerrados informando o motivo: 0; Número de Ações de Execução de TAC Ajuizada: 1; Total de TAC's acompanhados: 24. 2.2.10. Deslocamentos e Apoio da Polícia Federal. Consignou-se que não há unidade da Polícia Federal em região próxima ao Município de Alta Floresta/MT, de modo que, em casos de maior riso, os Membros tem se valido da colaboração da Polícia Militar, quando necessário. 2.2.11. Procedimentos vistos em Correição. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues PP 000020.2011.23.004/2-402; IC 000021.2007.23.004/0-402; PP 000167.2010.23.004/0-402; IC 000052.2010.23.004/8-402; PP 000127.2010.23.004/1-402; PP 000131.2010.23.004/0-402; IC 000033.2009.23.004/0-402; PP 000135.2010.23.004/6-402; PP 000139.2010.23.004/1-402; PP 000169.2010.23.004/3-402; IC 000030.2007.23.004/0-402 (TAC); IC 000077.2007.23.004/0-402 (TAC); PP 000095.2007.23.004/0-402 (TAC); PP 000077.2008.23.004/0-402 (TAC); PP 000160.2008.23.004/0-402 (TAC). Mônica Fenalti Delgado PP 000008.2011.23.004/3-401; IC 000015.2008.23.004/0-401; IC 000018.2008.23.004/0-401; IC 000037.2008.23.004/0-401; IC 000057.2008.23.004/0-401; IC 000071.2008.23.004/0-401; IC 000011.2010.23.004/0-401; PP 000013.2011.23.004/6-401; PP 000149.2010.23.004/9-401; PP 000151.2010.23.004/5-401; IC 000122.2008.23.004/0-401 (TAC); IC 000127.2008.23.004/0-401 (TAC); IC 000012.2009.23.004/0-401 (TAC); PP 000015.2009.23.004/0-401 (TAC); PP 000056.2009.23.004/0-401 (TAC). Da análise amostral de procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, verificou-se: utilização de despachos manuscritos, que não de mero expediente; autos em secretaria por longos períodos; e inobservância, em alguns casos, dos prazos previstos na Resolução CSMPT nº 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009). Relativamente aos Termos de Ajuste de Conduta verificados, vale registrar que uma vez firmados, há comprovação de sua fiscalização e acompanhamento pelos Membros da Unidade. Porém, não é observada a terminologia Termo de Ajuste de Conduta em alguns procedimentos. 3. INSTALAÇÕES. A Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT encontra-se localizada na Rua Acerola, nº 147, Setor H, de fácil acesso à população e servida por transporte público regular. O município de Alta Floresta está distante 800 (oitocentos) quilômetros de Cuiabá/MT, onde está localizada a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, sendo que há apenas uma companhia aérea que faz o referido itinerário. O horário de funcionamento da unidade é das 12:00 às 19:00 horas, e para atendimento ao público externo, das 12:00 às 18:00 horas. Ressaltou-se, contudo, que pelo volume de trabalho e deficiência de pessoal, é comum a presença dos Membros pela manhã, sendo que as audiências, em geral, são realizadas na parte da tarde face à necessidade de suporte dos servidores, presentes nesse período. A Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, encontra-se instalada em imóvel próprio, contando com a seguinte composição: 02 Gabinetes Membros c/ banheiros; 01 sala p/ estagiário; 01 sala de arquivo; 01 sala de audiência; 01 sala da secretaria; 01 copa/cozinha; 02 banheiros sociais (masculino e feminino); 01 recepção; garagem p/ 03 carros; 01 sala para biblioteca.Os gabinetes estão em ótimas condições e devidamente equipados, contando com: 01 máquina de impressora/scaner/cópias; 01 frigobar; 01 computador; 01 armário com porta; 01 armário horizontal; 01 gaveteiro c/ 04 gavetas; 01 mesa para computador; 01 poltrona; 02 cadeiras.A Sala de Audiências/Reuniões é adequada para as atividades. As instalações permitem aos membros desenvolverem seus trabalhos em boas condições, sendo, de maneira geral, adequadas. Há problema nas instalações em relação à infiltrações, porém já está em processo de reforma, agendado para início de março/2011. O prédio não possui elevador ou acesso com rampa para o andar superior onde ficam os gabinetes, sala de arquivo, sala de estagiários e biblioteca, sendo que esta última não está ativa, em razão das infiltrações no cômodo. O fato de não ter nenhum outro meio de acesso ao andar superior não possibilita o acesso de pessoas com deficiência, além do que, os servidores e procuradores, precisam subir e descer as escadas carregando processos nos braços. 4. MEIOS DE INFORMÁTICA. Em geral, a PTM de Alta Floresta goza de uma boa estrutura material, inclusive no que concerne ao acesso à internet, intranet, com o importante suporte do setor de informática da PRT da 23ª Região, localizado na capital, Cuiabá. A grande dificuldade, aqui, em razão do excesso de chuvas, talvez, ou dos meios de comunicações no norte de Mato Grosso, é o considerável número de quedas da internet e, por conseguinte, da intranet, fato que, realmente, prejudica bastante a realização dos trabalhos, tanto no que concerne aos Servidores e Procuradores. Não há orientações quanto à prevenção de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) etc. 5. MEIOS DE TRANSPORTE. A PTM de Alta Floresta responde por uma circunscrição de 29 (vinte e nove) Municípios. Nestes termos, a área de atuação abrange as jurisdições das Varas Trabalhistas de Alta Floresta, Colíder e Juara. Com a Vara do Trabalho de Alta Floresta não há problema, pois se situa quase em frente à Procuradoria. Mas no que concerne às Varas do Trabalho de Colíder e Juína, busca-se, como praxe, estabelecer contato com os Juízos Trabalhistas com o fim de otimizar o transporte, evitando-se gastos desnecessários. A grande dificuldade, contudo, na PTM de Alta Floresta, é a presença em audiências na VT de Juína e na itinerante de Juara as quais, dada a malha rodoviária do Estado do Mato Grosso, demanda dois dias de transporte, um de ida e um de volta, para a realização de audiência em um único dia. Mesmo optando-se pelo transporte aéreo, neste último caso, demonstra-se custoso e, também, difícil, pois para o Procurador dirigir-se até as localidades acima deve, primeiro, ir até Cuiabá, localizada a 800 (oitocentos) Km da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT e, então, embarcar em um avião com poucos lugares e com vôos limitados. A unidade conta com dois veículos oficiais. 6. GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Como medidas adotadas para a educação e gestão ambiental destacou-se que vem se buscando conscientizar o uso adequado da energia, tanto no que concerne ao aproveitamento da luz solar, como do ar condicionado. Também se busca o reaproveitamento de papéis, com a utilização de rascunhos e, ademais, impressões no verso. Copos descartáveis não mais são utilizados, trazendo os Membros e Servidores, de casa, os seus copos de vidro. Em relação à coleta seletiva, em que pese a intenção, não se colocou em prática, pois o Município de Alta Floresta/MT, onde se situa a unidade, não faz ou dispõe de tal tipo de serviço. Embora não tenha sido formalmente implementada Comissão de Gestão Ambiental na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, informou-se que os Membros e Servidores vêm tomando todas as medidas que, no aspecto particular da Procuradoria, vêm ao encontro do espírito norteador da Portaria PGT n° 245, de 01 de julho de 2009. 7. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL. Não há uma Comissão de "Arquivo Morto", permanente na unidade, tampouco existe um setor responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, contudo os documentos são arquivados pela secretaria da unidade. 8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES. No campo destinado a "outras considerações", registrou-se na resposta ao questionário enviado, que: "Muito embora, sob o aspecto físico, a Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta tenha uma boa estrutura material, estabelecida em prédio próprio com acomodação para os Procuradores e Servidores, a grande dificuldade, sob o aspecto interno para a atuação, é a carência de servidores. Atualmente, ademais dos terceirizados, a PTM apenas conta com uma secretária, cargo em comissão, duas estagiárias e um funcionário cedido pelo Município de Alta Floresta o qual, aliás, a Excelentíssima Sra. Prefeita já informou, por escrito, a intenção iminente de retorno à Prefeitura, alegando questões orçamentárias e, em especial, necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Coordenador da PTM já levou esse último fato ao Excelentíssimo Sr. Procurador Chefe, inclusive a proposta da Exma. Prefeita de continuar cedendo o servidor, porém com ônus para o Ministério Público do Trabalho. Embora sensível ao pleito, o Exmo. Procurador Chefe explicou que não há, no momento, funções disponíveis na PRT 23ª Região, a fim de possibilitar a permanência do referido servidor. No mês de janeiro, com a Secretária tendo exercido o direito de gozar 15 (quinze) dias de férias, as dificuldades operacionais vieram a se recrudescer, no período, ante a falta de pessoal. Uma das dificuldades da PTM, nesse aspecto, é a distância da Capital do Estado do Mato Grosso, Cuiabá, fato que desanima muitos candidatos a tomarem posse e entrarem em exercício. No final de dezembro de 2010, dois técnicos que viriam para PTM, desistiram de tomar posse quando souberam que o local de lotação seria Alta Floresta.Fitando minimizar as dificuldades, este Coordenador realizou um estudo sobre as áreas de atuação das Procuradorias do Trabalho de Alta Floresta e Sinop, a fim de se propor reflexão e, pois, um redimensionamento. O estudo foi encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Procurador Chefe que, de imediato, submeteu ao Crivo do Colégio de Procuradores do Trabalho da 23ª Região, em 08 de fevereiro de 2011, sendo aprovado por unanimidade. Hoje a PTM de Sinop tem uma circunscrição de congrega 13 (treze) Municípios ao passo que a PTM de Alta Floresta abrange 29 (vinte e nove). A proposta deve ser encaminhada ao Excelentíssimo Sr. Dr. Procurador Geral do Trabalho, pelo Procurador Chefe da 23ª Região, a fim de decidir sobre o redimensionamento, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Ademais de outros aspectos, a deficiência de pessoal da PTM de Alta Floresta acena para a necessidade, urgente, de aprovação e, pois, implementação do redimensionamento. Aliada à deficiência de pessoal, o norte de Mato Grosso ainda recente, e muito, da fiscalização do trabalho, cuja sede localiza-se a quase mil quilômetros, em Cuiabá. As atuações por intermédio de grupos móveis são insuficientes e, portanto, deixam a descoberto muitos procedimentos sob a égide da PTM de Alta Floresta. O fato de não haver órgão do Ministério do Trabalho em Alta Floresta faz com que o Ministério Público do Trabalho seja o grande canalizador de denúncias na região, sobretudo, hoje, de trabalho em condições degradantes na pecuária extensiva. A extensão da área de atuação da PTM e a dificuldade quanto à fiscalização laboral, impõem uma postura pró-ativa do Procurador do Trabalho, na PTM, com a inspeção, muitas das vezes, in loco a fim de se esclarecer denúncias no que concerne a trabalho em condições análogas à de escravo. No mais, em contraponto às dificuldades que hão de ser superadas as quais, lado outro, acabam por estender as horas de trabalho dos Procuradores e Servidores designados para atuar na PTM de Alta Floresta, é importante ressaltar que a atividade desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho na região é de extrema relevância para o resgate e tutela da dignidade humana, no seio da relação de trabalho, sendo, nesse norte, um elemento ímpar a ensejar enorme realização profissional." 9. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES. As recomendações e sugestões ora formuladas são decorrentes do que foi visto durante a correição, do exame dos procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, e de reuniões feitas pela Corregedora-Geral, durante os trabalhos correicionais, com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, o Procurador do Trabalho, Dr. Jeferson Luiz Maciel Rodrigues. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram as irregularidades possíveis ou persistam as verificadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência ao Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT, das sugestões e recomendações feitas a seguir, colhendo a assinatura da mesma e enviando-as à Corregedoria, no prazo de 10 (dez) dias. 10. SUGESTÕES. S1. Programar visitas periódicas, e se possível a curtos intervalos, a Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MS, pela Chefia e Secretário Regional, para auxiliar e padronizar as rotinas. Além disso, programar o comparecimento dos Membros lotados na unidade às Reuniões Gerais realizadas na Sede, em que são tratados assuntos de interesse geral, objetivando com isso maior integração e aproximação; S2. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante, em especial no que tange ao sistema MPT Digital e as rotinas administrativas da CODIN; S3. Providenciar para que sejam nomeados mais servidores para a Unidade, em especial 02 (dois) técnicos administrativos, sendo 01 (um) especializado em transporte, para o deslocamento adequado dos Membros, e 01 (um) para lidar com as rotinas de secretaria, além de 01 (um) analista processual, todos do quadro do Ministério Público da União; 11. RECOMENDAÇÕES. R1. Providenciar para que todas as folhas dos autos sejam numeradas, utilizando-se carimbo padronizado para numeração, bem como aposto o carimbo de "CANCELADO", quando da renumeração de folhas; R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009), em especial quanto ao cumprimento dos prazos de conclusão dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis em curso na unidade, bem assim, para que seja exarado despacho justificativo de prorrogação do feito no tempo oportuno, nos termos dos artigos 3º, §9º, e 9º, da referida Resolução; R3. Providenciar as adaptações necessárias para o fiel cumprimento das regras constantes no artigo 14 e seus parágrafos, da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), no que tange ao acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta nos próprios autos dos procedimentos preparatórios e inquéritos civis em que foram firmados; R4. Estabelecer rotinas para o regular acompanhamento do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, adotando-se as medidas judiciais necessárias, quando cabíveis, além da adoção de medidas destinadas à publicidade dos ajustes firmados, possibilitando, também, o controle/fiscalização pelos próprios beneficiários, das medidas acordadas; R5. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme padronização feita no artigo 14 da Resolução do CSMPT nº 69/2007, alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009, e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho; R6. Cuidar para que as Certidões ou outros documentos juntados aos autos dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos estejam devidamente assinados pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos; R7. Cuidar para que sejam sempre cumpridas de forma célere e certificadas nos autos, as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações, instituindo rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na unidade, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por período excessivo; R8. Certificar nos autos de Procedimentos Administrativos a movimentação dos feitos, no exato momento de sua ocorrência, facilitando seu controle e evitando possíveis extravios; R9. Evitar que os despachos exarados pelos membros, nos autos dos procedimentos, sejam feitos de forma manuscrita, excetuando-se os de mero expediente; R10. Cuidar para que seja dado adequado tratamento aos documentos remetidos ao "Arquivo Morto", efetuando-se, nesse sentido, a classificação e conservação de documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, em especial aqueles de valor histórico da atuação da unidade do Ministério Público do Trabalho na região, solicitando, se necessário, auxílio da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, para implementação dessa rotina; R11. Cuidar para que, em caso de afastamento/impedimento de um Membro, seja observado o artigo 3°, § 8°, da Resolução CSMPT n° 86/2009, de 27 de agosto de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; R12. Cuidar para que nos procedimentos que contenham documentos sigilosos, estes sejam armazenados em envelopes lacrados e anexados aos autos; R13. Providenciar para que a Secretaria imprima maior celeridade no cumprimento das determinações feitas por membro em procedimento administrativo sob sua condução, em no máximo 05 dias, uma vez constatada a demora em alguns procedimentos vistos em correição; R14. Cuidar para que as Certidões ou outros documentos juntados aos autos dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos estejam devidamente assinados pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos; R15. Cuidar para que, encerrado o acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta, e constatado seu cumprimento, seja proferido o devido despacho de arquivamento, com a consequente inserção no Sistema MPT Digital, na forma disposta na Recomendação n° 13/2010, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; R16. Estabelecer rotinas para o acompanhamento in loco do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, possibilitando uma atuação célere e efetiva do Ministério Público do Trabalho; R17. Providenciar para que sejam divulgadas orientações e implementadas medidas no intuito de prevenir Lesões por Esforço Repetitivo. 12.

CONCLUSÕES. A Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MT foi submetida à correição ordinária pela primeira vez no período de 04 a 08 de abril de 2011. A unidade está instalada em imóvel próprio, que, atualmente, atende às suas necessidades. Porém, o espaço físico atualmente disponível se tornará insuficiente com a lotação de novos servidores e membros, o que recomenda, quando possível, a aquisição ou construção de prédio com estrutura adequada à expansão da unidade. Os dois Procuradores do Trabalho lotados na unidade encontram-se em Estágio Probatório, estando em dia com as suas obrigações, não existindo anotações de interesse a fazer quanto ao cumprimento do estágio probatório. No tocante à atuação dos membros no desenvolvimento de suas missões institucionais, cumpre

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011060100218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

consignar que, de modo geral, há regularidade na condução dos procedimentos em curso na unidade, observando-se os prazos processuais e procedimentais, principalmente se levarmos em consideração a extensão territorial coberta pela PTM, bem como o número escasso de servidores e Membros. Do que foi verificado, necessária se faz a lotação de mais servidores dos quadros do Ministério Público da União na Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MS, sendo imperiosa, ainda, a necessidade de se oferecer treinamento/capacitação aos servidores, de forma periódica e constante, buscando-se a implantação de rotinas e padrões pré-estabelecidos, que otimizem os trabalhos na unidade. Desse modo, do que restou verificado durante os trabalhos correicionais, a Procuradoria do Trabalho no Município de Alta Floresta/MS, apesar das dificuldades assinaladas, está desempenhado de modo eficiente suas atividades, colaborando sobremaneira para a efetiva interiorização do Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso. Brasília-DF, 12 de abril de 2011. Heloisa Maria Moraes Rego Pires. Corregedora-Geral do MPT. PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT: 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 1.1. Membros: Há 01 (um) Procurador do Trabalho designado para atuar na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, o Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves. O citado Procurador do Trabalho, é proveniente do XVI Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, empossado em 21/10/2010 (Portaria PGR nº 519, de 20/10/2010), encontrando-se em Estágio Probatório, sendo a sua lotação inicial na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT. O referido Membro, lotado provisoriamente na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, reside na cidade de Cuiabá/MT, obedecendo, portanto, ao disposto no art. 129, § 2°, IX, da Constituição Federal, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. O Procurador do Trabalho, Marco Aurélio Estraiotto Alves, não exerce o magistério (Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 3, de 16 de dezembro de 2005). 1.2. Servidores: A Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres conta com 01 (um) servidor do quadro do Ministério Público da União, lotado provisoriamente na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, por não estar em funcionamento a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT. Não existe vaga de servidor em aberto na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT. Ressaltou o Coordenador, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, que, em virtude da lotação provisória na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, o trabalho está sendo redistribuído aos demais servidores. Porém, asseverou que quando houver a instalação da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, o quadro atual de servidores estará abaixo do necessário. 2. ATUAÇÃO DO MEMBRO. A Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres conta com 01 (um) servidor do quadro do Ministério Público da União, lotado provisoriamente na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, por não estar em funcionamento a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT. Não existe vaga de servidor em aberto na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT. Ressaltou o Coordenador, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves, que, em virtude da lotação provisória na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, o trabalho está sendo redistribuído aos demais servidores estará abaixo do necessário. 2.1. Atuação do Membro como Órgão Interveniente. Registrou o Procurador do Trabalho responsável pela unidade que as informações no tocante à atuação com Órgão Interveniente estão prejudicadas, uma vez que não é possível separar quais processos estão relacionados à Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT e quais são da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23º Região. Assim, a atuação do Membro foi registrada no relatório da Sede. 2.2. Atuação como Órgão Agente: Registrou o Procurador do Trabalho responsável pela unidade que as informações no tocante à atuação com Órgão Interveniente estão prejudicadas, uma vez que não é possível separar quais processos estão relacionados à Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT e quais são da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23º Região. Assim, a atuação do Membro foi registrada no relatório da Sede. 2.2.1. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região: Há a lotação de um Procurador do Trabalho na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, porém devido ao fato de que não houve a instalação física da unidade, há uma demanda reprimida, por ser uma região de fronteira com a Bolívia, sendo rota de tráfico ilícito de drogas no país e, por isso, supõe-se uma região violenta onde as normas podem estar sendo descumpridas, inclusive em relação às trabalhistas. 2.2.2. Prazo médio para que o membro exare despacho e para seu cumprimento. No tocante aos despachos, consignou que as remessas são semanais, ocorridas às segundas-feiras e, via de regra, os despachos são exarados na mesma semana, ou na subseqüente, sendo que o cumprimento do despacho gira em torno de 02 (dois) dias. 2.2.3. Procedimentos vistos em Correição. Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves: IC 000331.2001.23.000/3-501, IC 000164.2007.23.000/4-501, IC 000223.2007.23.000/7-501, IC 000194.2008.23.000/9-501, IC 000343.2008.23.000/2-501, IC 000348.2008.23.000/4-501, IC 000436.2009.23.000/5-501, IC 000522.2009.23.000/0-501, IC 000072.2010.23.000/0-501, IC 000099.2010.23.000/8-501, IC 000047.2003.23.000/9-501 (TAC), IC 000076.2006.23.000/7-501 (TAC), IC 000102.2008.23.000/0-501 (TAC), IC 000197.2009.23.000/0-501 (TAC), IC 000498.2010.23.000/0-501 (TAC). Da análise amostral dos procedimentos referentes a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MS, verificou-se: utilização de despachos manuscritos, que não de mero expediente; autos em secretaria por longos períodos; diversas folhas soltas nos autos; termos de conclusão e recebimento sem data e assinatura; prorrogação de Inquérito Civil sem comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão, conforme artigo 9º da Resolução CSMPT nº 87/2009e inobservância, em alguns casos, dos prazos previstos na Resolução CSMPT nº 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009). Relativamente aos Termos de Ajuste de Conduta verificados, vale registrar que uma vez firmados há comprovação de sua fiscalização e acompanhamento pelos Membros da Unidade. Porém, não é observada a terminologia Termo de Ajuste de Conduta em alguns procedimentos. 3. MEIOS DE TRANSPORTE: Registrou-se que o Membro utiliza os veículos oficiais da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região para os deslocamentos para participar de audiências e diligências, sendo conduzido por servidor da área de transporte. Registrou-se, também, que os veículos oficiais atendem a demanda. Por isso, o Membro não utiliza veículo particular em serviço. Consignou-se que a Polícia Rodoviária Federal tem apoiado o Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso para atuação em situações de risco. 4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES: As recomendações e sugestões ora formuladas são decorrentes do que foi visto durante a correição, do exame dos procedimentos que se destinou a Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, e de reuniões feitas pela Corregedora-Geral, durante os trabalhos correicionais, com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, o Procurador do Trabalho, Dr. Marco Aurélio Estraiotto Alves. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram as irregularidades possíveis ou persistam as verificadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência ao Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, das sugestões e recomendações feitas a seguir, colhendo a assinatura do mesmo e enviando-as à Corregedoria, no prazo de 10 (dez) dias. 5. SUGESTÕES. S1. Providenciar para que sejam nomeados mais servidores para a Unidade, em especial analista processual, para o apoio adequado ao Membro. 6. RECOMENDAÇÕES: R1. Providenciar para que todas as folhas dos autos sejam numeradas, utilizando-se carimbo padronizado para numeração, bem como aposto o carimbo de "CANCELADO", quando da renumeração de folhas; R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009), em especial quanto ao cumprimento dos prazos de conclusão dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis que se destinou a unidade, bem assim, para que seja exarado despacho justificativo de prorrogação do Inquérito Civil, no tempo oportuno, nos termos dos artigos 3º, §9º, e 9º, da referida Resolução; R3. Providenciar as adaptações necessárias para o fiel cumprimento das regras constantes no artigo 14 e seus parágrafos, da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), no que tange ao acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta nos próprios autos dos procedimentos preparatórios e inquéritos civis em que foram firmados; R4. Estabelecer rotinas para o regular acompanhamento do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, adotando-se as medidas judiciais necessárias, quando cabíveis, além da adoção de medidas destinadas à publicidade dos ajustes firmados, possibilitando, também, o controle/fiscalização pelos próprios beneficiários das medidas acordadas; R5. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme padronização feita no artigo 14 da Resolução do CSMPT nº 69/2007, alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009, e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho; R6. Certificar nos autos de Procedimentos Administrativos a movimentação dos feitos, no exato momento de sua ocorrência, facilitando seu controle e evitando possíveis extravios; R7. Evitar que os despachos exarados pelos membros, nos autos dos procedimentos, sejam feitos de forma manuscrita, excetuando-se os de mero expediente; R8. Cuidar para que nos procedimentos que contenham documentos sigilosos, estes sejam armazenados em envelopes lacrados e anexados aos autos; R9. Evitar que fiquem folhas soltas nas contracapas dos autos, evitando, assim, o risco de extravio; R10. Cuidar para que nos processos judiciais a distribuição seja imediata, obedecendo-se ao disposto no artigo 129 § 5º, da Constituição Federal, uma vez que, durante os trabalhos correicionais, constatou-se que a distribuição nem sempre é feita de imediato; 7. CONCLUSÕES: A Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT foi inaugurada formalmente de novembro de 2008, submetendo-se à correição ordinária pela primeira vez no período de 04 a 08 de abril de 2011. A unidade está instalada, provisoriamente, na sede da Procuradoria do Trabalho da 23ª Região. O Procurador do Trabalho lotado na unidade encontra-se em Estágio Probatório, estando em dia com as suas obrigações, não existindo anotações de interesse a fazer quanto ao cumprimento do estágio probatório. No tocante à atuação do membro no desenvolvimento de sua missão institucional, cumpre consignar que, de modo geral, há regularidade na condução dos procedimentos em curso na unidade, observando-se os prazos processuais e procedimentais. Do que foi verificado, necessária se faz a lotação de mais servidores dos quadros do Ministério Público da União na Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT, tão logo instalada. Desse modo, do que restou verificado durante os trabalhos correicionais, evidenciou-se que a eficiência da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT somente será aferida com a instalação física no Município de Cáceres/MT, em virtude da demanda reprimida, ficando, assim, prejudicada avaliar as atribuições institucionais da unidade. PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT: 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 1.1. Membros: Há 02 (dois) Procuradores do Trabalho lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, a Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen, que exerce o encargo de Coordenadora, e o Dr. Fábio Fernando Pássari. Os Procuradores do Trabalho, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen e Dr. Fábio Fernandes Pássari, lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT (Portaria PGT nº 445, de 22/10/10, publicada no DOU, Seção 2, de 25/10/10), estão em estágio probatório, sendo proveniente do 16º Concurso de Provimento de cargos para Procuradores do Trabalho e empossados em 25/10/10.Os citados Procuradores do Trabalho residem no Município de Rondonópolis/MT, obedecendo, portanto, ao disposto no art. 129, § 2°, IX, da Constituição Federal, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Os Membros não exercem o magistério (Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 3, de 16 de dezembro de 2005).Consignou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, que o quadro de membros atual atende a demanda existente na unidade, destacando que os membros apresentam desempenho funcional condizente com os anseios do Ministério Público do Trabalho, sendo que já participaram de eventos, diligências, inspeções, entre outras atividades, colaborando com as atividades da unidade.1.2. Servidores: A unidade conta com 03 (três) servidores, sendo 02 (dois) do quadro do Ministério Público da União, e 01 (um) cedido por outro órgão, conforme se segue: Servidores do Quadro do Ministério Público da União: João Bosco Carvalho Filho (Técnico Administrativo), Manuel de Jesus Rodrigues (Técnico em Transporte); Servidor cedido de outro órgão ou sem vínculo: Maria Luiza Vieira (Assistente Administrativo) - Prefeitura de Cuiabá/MT. Existe vaga de servidor, em aberto, na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, para os cargos de técnico administrativo e analista processual. Não há servidores lotados provisoriamente em outra unidade/órgão. Sob o ângulo da respectiva área de lotação, não existe servidores atuando na área jurídica, pois todos atuam na área administrativa. Relativamente ao apoio prestado pelos servidores, registrou a Coordenadora da unidade que todos desempenham suas atividades com zelo, dedicação, na medida das condições oferecidas, haja vista que em razão da grande demanda existente na Procuradoria do Trabalho do Município de Rondonópolis/MT, e da falta de servidores, há acúmulo de serviço, exigindo a prestação de serviços além da jornada de trabalho estipulada. A Procuradora do Trabalho, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen, responsável pela Unidade, consignou, ainda, que há necessidade de treinamento/capacitação dos servidores, em especial, quanto à utilização do sistema MPT Digital. Há dois estagiários do curso de Direito na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, sendo observada a Recomendação nº 05/2002, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho. 2. ATUAÇÃO DO MEMBRO: Em razão da lotação recente na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, os membros apenas tiveram ciência de alguns processos com atuação como órgão interveniente. 2.1. Atuação do Membro como Órgão Interveniente: A atividade de órgão interveniente se dá com acompanhamento dos trâmites processuais de demandas que encerram interesse de incapaz e demandas ajuizadas pelos sindicatos. 2.1.1. Volume de processos recebidos e devolvidos com parecer às Varas do Trabalho. Em 2010, janeiro: recebidos 0, devolvidos 0, resíduo 0; fevereiro: recebidos 1, devolvidos 0, resíduo 1; março: recebidos 2, devolvidos 1, resíduo 2; abril: recebidos 8, devolvidos 4, resíduo 6; maio: recebidos 1, devolvidos 5, resíduo 2; junho: recebidos 3, devolvidos 5, resíduo 0; julho: recebidos 7, devolvidos 6, resíduo 1; agosto: recebidos 3, devolvidos 4, resíduo 0; setembro: recebidos 9, devolvidos 9, resíduo 0; outubro: recebidos 3, devolvidos 3, resíduo 0; novembro: recebidos 2, devolvidos 2, resíduo 0; dezembro: recebidos 3, devolvidos 3, resíduo 0. Em 2011, janeiro: recebidos 6, devolvidos 3, resíduo 3. 2.1.2. Movimento processual dos últimos seis meses, por banca: a) Dra. Cristiane Vieira Nogueira: agosto/10: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0; setembro/10: Recebidos 6, Devolvidos 6, Resíduo 0; outubro/10: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0; novembro/10: Recebidos REMOÇÃO, Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO; dezembro/10: Recebidos REMOÇÃO , Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO; janeiro/11: Recebidos REMOÇÃO, Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO;b) Dr. Carlos Alberto Costa Peixoto: agosto/10: Recebidos 1, Devolvidos 2, Resíduo 0; setembro/10: Recebidos 3, Devolvidos 3, Resíduo 0; outubro/10: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0; novembro/10: Recebidos REMOÇÃO, Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO; dezembro/10: Recebidos REMOÇÃO , Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO; janeiro/11: Recebidos REMOÇÃO, Devolvidos REMOÇÃO, Resíduo REMOÇÃO;c) Dra Juliana Mendes Martins Rosolen: agosto/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; setembro/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; outubro/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; novembro/10: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0; dezembro/10: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0; janeiro/11: Recebidos 3, Devolvidos 0, Resíduo 3; d) Dr. Fábio Fernando Pássari: agosto/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; setembro/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; outubro/10: Recebidos -, Devolvidos -, Resíduo -; novembro/10: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0; dezembro/10: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0; janeiro/11: Recebidos 3, Devolvidos 3, Resíduo 0. 2.2. Atuação como Órgão Agente: No que concerne à atuação do Ministério Público do Trabalho como Órgão Agente na Unidade, destacou-se que ocorre a partir do recebimento de representação ou mediante instauração de procedimento ex officio, com a conversão em procedimento preparatório ou inquérito civil. Solucionam-se os procedimentos por meio da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, do ajuizamento de Ação Civil Pública ou outra demanda necessária, bem como, quando há o arquivamento em consonância com os entendimentos do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, consolidados nos precedentes. 2.2.1. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região: Registrou a Coordenadora da unidade que o tema de maior recorrência na região está relacionado à quantidade de indústrias, devido a grande incidência de violações ocorrerem na sonegação e/ou burla dos direitos trabalhistas na relação empregatícia. Consignou, também, que existem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

casos de trabalho em condições análogas à de escravo e atuação irregular de sindicatos 2.2.2. Forma de registro e distribuição: Consignou a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, que a unidade adotou o MPT Digital como sistema informatizado para o acompanhamento das atividades dos membros. 2.2.3. Prazo médio para que o membro exare despacho e para seu cumprimento: Consignou-se que os membros despacham no prazo médio de 07 (sete) dias, podendo variar, para mais ou para menos, conforme a complexidade dos procedimentos. Já o prazo médio para cumprimento do despacho exarado é de aproximadamente 14 (quatorze) a 21 (vinte um) dias, tendo em vista a insuficiência de recursos humanos na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT.2.2.4. Procedimentos Distribuídos. No ano de 2010, janeiro: resíduo do mês anterior 116, distribuídos 7, encerrados 0, total no mês 121; fevereiro: resíduo 122, distribuídos 7, encerrados 0, total no mês 120; março: resíduo 118, distribuídos 10, encerrados 9, total no mês 119; abril: resíduo 119, distribuídos 13, encerrados 11, total no mês 121; maio: resíduo 127, distribuídos 10, encerrados 13, total no mês 124, junho: resíduo 132, distribuídos 5, encerrados 5, total no mês 132; julho: resíduo 137, distribuídos 6, encerrados 7, total no mês 136; agosto: resíduo 140, distribuídos 10, encerrados 8, total no mês 142; setembro: resíduo 142, distribuídos 8, encerrados 5, total no mês 145, outubro: resíduo 151, distribuídos 7, encerrados 8, total no mês 150; novembro: resíduo 152, distribuídos 20, encerrados 37, total no mês 135; dezembro: resíduo 162, distribuídos 10, encerrados 10, total no mês 162. No ano de 2011, janeiro: resíduo 161, distribuídos 9, encerrados 19, total no mês. 2.2.5. Representações, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis dos últimos seis meses, por banca. . a) Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen: Em 2010; agosto: resíduo - , recebidos -, convertidos -, encerrados -, total em andamento -; setembro: resíduo -, recebidos -, convertidos -, encerrados -, total em andamento -; outubro: resíduo -, recebidos -, convertidos -, encerrados -, total em andamento -; novembro: resíduo -, recebidos 12, convertidos 9, encerrados 18, total em andamento 105; dezembro: resíduo 105, recebidos 5, convertidos 5, encerrados 7, total em andamento 113. Em 2011: janeiro: resíduo 113, recebidos 4, convertidos 7, encerrados 12, total em andamento 119; b) Dr. Fábio Fernando Pássari: agosto: resíduo -, recebidos -, convertidos -, encerrados -, total em andamento -; setembro: resíduo -, recebidos -, convertidos - , encerrados -, total em andamento -; outubro: resíduo -, recebidos - , convertidos -, encerrados -, total em andamento -; novembro: resíduo -,, recebidos 8, convertidos 9, encerrados 20, total em andamento 75; dezembro: resíduo 75, recebidos 5, convertidos 14, encerrados 3, total em andamento 80. Em 2011: janeiro: resíduo 80, recebidos 5, convertidos 5, encerrados 6, total em andamento 85. 2.2.6. Número de Procedimentos autuados: Em 2010: 115 . Em 2011: 11. Média de procedimentos por Procurador: 190. Representações apresentadas em 2010 e em 2011 e número de Representações convoladas em Procedimentos Preparatórios. Em 2010, foram autuadas 115 Representações, 59 convertidas em Procedimentos Preparatórios. Em 2011, foram autuadas 11 Representações, 11 convertida em Procedimentos Preparatórios. 2.2.7. Quadro Geral de Atividades: Em 2010: 25 Procedimentos Preparatórios, 109 Representações, 82 Inquéritos Civis, - Procedimento Administrativo, 26 Termos de Ajuste de Conduta, 5 Ações Civis Públicas, - Ação Rescisória, - Ações Anulatórias, 1 Ação Cautelar, 99 Audiências na PRT, 741 Ofícios, - Requisição, - Petições, - Notificações Recomendatórias, 1 Outros (a especificar). Em 2011: 15 Procedimentos Preparatórios, 10 Representações, - Inquéritos Civis, - Procedimento Administrativo, 17 Termos de Ajuste de Conduta, 2 Ações Civis Públicas, - Ação Rescisória, - Ações Anulatórias, - Ação Cautelar, 48 Audiências na PRT, 133 Ofícios, - Requisição, 29 Petições, 1 Notificações Recomendatórias, - Outros (a especificar). 2.2.8. Acompanhamento dos Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis e Termos de Ajuste de Conduta. 2.2.9. Acompanhamento de Ações e Recursos Judiciais. A Coordenadora responsável pela unidade consignou que o acompanhamento das ações ajuizadas pelos membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT são formados através de Procedimentos de Acompanhamento, que correspondem a espelhos dos autos judiciais. Tais procedimentos vão conclusos ao gabinete, caso haja intimação do Ministério Público do Trabalho nos autos judiciais, ou a cada 60 (sessenta) dias, caso não haja intimação, para que o Membro possa verificar se há algum problema com o andamento do processo, e, se for o caso, manifestar-se a respeito nos autos judiciais. Quanto aos recursos, destacou-se que a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis fica responsável pela apresentação de recursos e contra-razões em face de sentenças proferidas pelo juízo de primeiro grau. No tocante ao acompanhamento, fica a cargo de um Procurador do Trabalho lotado na sede, tendo em vista a divisão administrativa. I. Número de Termos de Ajuste de Conduta assinados, por membro: No ano de 2010: a)Dra. Cristiane V. Nogueira: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 1, maio 2, junho 0, julho 0, agosto 4, setembro 2, outubro 4, novembro 1, dezembro -. b)Dr. Carlos Alberto C. Peixoto: janeiro 1, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 2, junho 0, julho 2, agosto , setembro 5, outubro 4, novembro 0, dezembro -. c)Dra. Juliana Mendes M. Rosolen: janeiro -, fevereiro -, março , abril -, maio -, junho -, julho -, agosto -, setembro -, outubro -, novembro 0, dezembro 0; d)Dr. Fábio Fernando Pássari: janeiro -, fevereiro -, março , abril -, maio -, junho -, julho -, agosto -, setembro -, outubro -, novembro 0, dezembro 0. No ano de 2011: a) Dra. Juliana Mendes M. Rosolen: janeiro 2, fevereiro -, março , abril -, maio -, junho -, julho -, agosto -, setembro -, outubro -, novembro -, dezembro -; b) Dr. Fábio Fernando Pássari: janeiro 2, fevereiro -, março , abril -, maio -, junho -, julho -, agosto -, setembro -, outubro -, novembro -, dezembro -. II Últimos andamentos no acompanhamento de cumprimento de Termos de Ajustes de Conduta, por membro (banca): No ano de 2009 a) Dr. Paulo Douglas de Almeida: 12 TAC's assinados ; 12 TAC's arquivados e/ou encerrados ; 00 TAC's em andamento . b) Dr. Rogério Sitonio de Oliveira: 12 TAC's assinados ; 11 TAC's arquivados e/ou encerrados ; 01 TAC's em andamento . No ano de 2010 a) Dra. Christiane Vieira Nogueira: 14 TAC's assinados ; 09 TAC's arquivados e/ou encerrados ; 05 TAC's em andamento . b) Dr. Carlos Alberto Costa Peixoto: 10 TAC's assinados ; 6 TAC's arquivados e/ou encerrados ; 01 Ação de execução de TAC, 04 TAC's em andamento; c) Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen: 00 TAC's assinados ; 00 TAC's arquivados e/ou encerrados ; 00 TAC's em andamento; d) Dr. Fábio Fernando Pássari: 07 TAC's assinados; 01 TAC's arquivados e/ou encerrados; 08 TAC's em andamento; No ano de 2011: a) Dra. Juliana Mendes Marins Rosolen: 02 TAC's assinados; 03 TAC's arquivados e/ou encerrados; 01 Ação de TAC ajuizada, 21 TAC's em andamento . b) Dr. Fábio Fernando Pássari: 09 TAC's assinados; 05 TAC's arquivados e/ou encerrados; 23 TAC's em andamento. Na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, os Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, Termos de Ajuste de Conduta e demais procedimentos, seguem numeração própria sequencial, por ano. A partir do momento que a denúncia é convertida em representação e recebe um número, tal número vai acompanhá-la mesmo que seja convertida em Procedimento Preparatório, Procedimento Promocional ou Inquérito Civil. Os Termos de Ajuste de Conduta, por serem documentos específicos dentro dos procedimentos, recebem número próprio, mas os Procedimentos de Acompanhamento dos Termos de Ajuste de Conduta continuam com o número já existente no Procedimento Preparatório ou no Inquérito Civil quando da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta. Com a implementação do MPT Digital, todos os Termos de Ajuste de Conduta firmados são inseridos nesse sistema informatizado. Quanto à publicidade, destacou-se que na maioria dos Termos de Ajuste de Condutas firmados consta uma cláusula obrigando o compromitente a dar ciência dos mesmos a seus empregados, bem como deixar uma cópia afixada em local visível aos empregados. A fiscalização dos Termos de Ajuste de Condutas é realizada solicitando-se ação fiscalizatória após um prazo de 06 (seis) meses, em média, atendendo o disposto na Recomendação nº 14/2010 da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho. A Coordenadora responsável pela unidade consignou que o acompanhamento das ações ajuizadas pelos membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT são formados através de Procedimentos de Acompanhamento, que correspondem a espelhos dos autos judiciais. Tais procedimentos vão conclusos ao gabinete, caso haja intimação do Ministério Público do Trabalho nos autos judiciais, ou a cada 60 (sessenta) dias, caso não haja intimação, para que o Membro possa verificar se há algum problema com o andamento do processo, e, se for o caso, manifestar-se a respeito nos autos judiciais. Quanto aos recursos, destacou-se que a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis fica responsável pela apresentação de recursos e contra-razões em face de sentenças proferidas pelo juízo de primeiro grau. No tocante ao acompanhamento, fica a cargo de um Procurador do Trabalho lotado na sede, tendo em vista a divisão administrativa. 2.2.10. Apoio da Polícia Federal: A Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, Juliana Mendes Martins Rosolen, afirmou que a Polícia Federal tem prestado o apoio necessário para as atividades dos membros. 2.2.11. Procedimentos vistos em Correição. a) Dra. Juliana Martins Mendes Rosolen: IC 000042.2007.23.001/0-101, IC 000025.2008.23.001/0-101, IC 000045.2008.23.001/0-101, IC 000055.2008.23.001/0-101, IC 000062.2008.23.001/0-101, IC 000065.2008.23.001/0-101, IC 000077.2008.23.001/0-101, IC 000079.2008.23.001/0-101, IC 000007.2009.23.001/0-101, IC 000011.2009.23.001/0-101, IC 000042.2007.23.001/0-101 (TAC), IC 000025.2008.23.001/0-101 (TAC), IC 000045.2008.23.001/0-101 (TAC), IC 000055.2008.23.001/0-101 (TAC), PP 000099.2010.23.001/9-101 (TAC). b) Dr. Fábio Fernando Pássari: IC 000051.2005.23.001/0-102, IC 000003.2007.23.001/0-102, IC 000011.2007.23.001/0-102, IC 000049.2008.23.001/0-102, IC 000003.2009.23.001/0-102, IC 000008.2009.23.001/0-102, IC 000012.2009.23.001/0-102, IC 000017.2009.23.001/0-102, IC 000023.2009.23.001/0-102, IC 000039.2009.23.001/0-102, IC 000256.2001.23.001/0-102 (TAC), IC 000030.2005.23.001/0-102 (TAC), IC 000050.2005.23.001/0-102 (TAC), PP 000049.2006.23.001/0-102 (TAC), PP 000084.2010.23.001/4-102 (TAC). Da análise amostral de procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, verificou-se: utilização de despachos manuscritos, que não de mero expediente; ausência nos volumes de termos de abertura e encerramento; autos em secretaria por longos períodos; tempo excessivo para se fazer conclusão; diversas folhas soltas nos autos; certidão de recebimento de autos sem data e assinatura; prorrogação de Inquérito Civil sem comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão, conforme artigo 9º da Resolução CSMPT nº 87/2009; e inobservância, em alguns casos, dos prazos previstos na Resolução CSMPT nº 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009). Relativamente aos Termos de Ajuste de Conduta verificados, vale registrar, que uma vez firmados, há comprovação de sua fiscalização e acompanhamento pelos Membros da Unidade. Porém, não é observada a terminologia Termo de Ajuste de Conduta, em alguns procedimentos. 3. INSTALAÇÕES: A Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT encontra-se localizada na Rua Dom Aquino, nº 419, Bairro Jardim Guanabara - Rondonópolis/MT, de fácil acesso à população e servida por transporte público regular, distante 210 (duzentos e dez) quilômetros de Cuiabá/MT, onde está localizada a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Consignou-se que até a presente data não foi registrada nenhuma queixa quanto às instalações e localização do imóvel, nem pelos servidores e membros e nem pela população. O horário de funcionamento da unidade é das 12:00 às 18:00 horas para o atendimento ao público externo e das 08:00 às 19:00 horas para o atendimento do público interno. As audiências são realizadas no período vespertino. O imóvel em que se encontra instalada a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT é alugado pelo valor mensal de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), possuindo a seguinte composição: uma sala de espera e recepção; sanitário para visitantes, podendo ser usado por três pessoas de gêneros diferentes e um para atender a portadores de necessidades especiais; um corredor que leve às diversas instalações do prédio; sala de audiência com computador e três monitores com capacidade para dezesseis visitantes sentados; uma secretária com cinco mesas para servidores, todas equipadas com computadores e capacidade para oito visitantes sentados, sanitário para ambos gêneros; uma sala para estagiários contendo cinco mesas equipadas com computadores; duas salas para procuradores equipadas com estação de trabalho, armários, computador, banheiro e paisagismo; um almoxarifado, uma sala de arquivo equipada com estantes com capacidade de armazenamento suficiente para os próximos anos; uma copa contendo bancada e pia, estante, forno micro-ondas e cafeteira; garagem coberta para seis veículos, privativa dos veículos oficiais, dos servidores e dos membros. O referido imóvel está adaptado para receber pessoas com deficiência, havendo rampas de acesso e banheiro adaptado. 4. MEIOS DE INFORMÁTICA: Os Gabinetes possuem espaço razoável, oferecendo boas condições para o desenvolvimento das atividades dos membros, e estão equipados com uma mesa em ´´L``, e cadeiras confortáveis, além de equipamentos de informática em bom estado de conservação (PC, impressora, monitor, etc.), aparelho de ar-condicionado, telefone, escrivania e estante em madeira. 5. MEIOS DE TRANSPORTE: O imóvel em que está instalada a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT possui uma garagem, que oferece acomodação para alguns veículos (veículos oficiais, dos servidores e dos membros). Há 01 (um) técnico de apoio especializado em transporte lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT.Registrou-se que os Membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT não utilizam veículos particulares em serviço. 6. GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A Coordenadora da unidade, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen, destacou que não há implementação de medidas internas destinadas à adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis e à conscientização institucional para a preservação ambiental. 7. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL: Não há uma Comissão de "Arquivo Morto", permanente na unidade, tampouco existe um setor responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, sendo cada setor responsável por seus documentos. 8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES: No campo destinado a "outras considerações", registrou-se na resposta ao questionário enviado, que: "A Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis apresenta condições gerais boas, que proporcionam um meio ambiente de trabalho hígido, apresentado significativa melhora em relação à antiga sede desta PTM, conforme relato dos servidores". 9. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO ÀS SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES DA ÚLTIMA CORREIÇÃO, NO ANO DE 2007: Em relação às Recomendações e Sugestões expedidas na Correição Ordinária realizada no período de 06 a 09 de maio de 2007, a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região apresentou a seguinte situação: 1. SUGESTÕES: Solicitar recursos para aquisição de frigobar para os gabinetes dos Procuradores (daquelas Unidades pouco atrativas para que se tornem mais)- PROVIDÊNCIAS: Aguardando o envio de 1 frigobar pela PRT23. 2. SUGESTÕES: Persistir no objetivo de adquirir/alugar Sede compatível com as dimensões de atuação do Ministério Público do Trabalho, preferencialmente, independente de outras Instituições, pois o uso de instalações compartilhadas poderá comprometer a atuação do MPT; PROVIDÊNCIAS: Sede Alugada. 3. Agilizar o trâmite dos "feitos", os quais ficam aguardando análise dos Procuradores acerca de eventual prevenção ou conexão evitando o acúmulo de denúncias não distribuídas - PROVIDÊNCIAS: Solucionado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 4. Manter contato com a Administração Superior do MPT perseguindo lotar a Regional de maior número de Analista Processual, imprescindível para o bom desempenho das atividades Ministeriais, considerando o elevado e crescente volume de processos em tramitação - PROVIDÊNCIAS: A solicitação de mais vagas de Membros, servidores, estagiários e de funções comissionadas tem sido constante, apesar das reiteradas respostas negativas. Com a aprovação recente de cargos para o MPT, temos certeza que este problema será bastante minorado; SUGESTÕES: 5. Informatizar, armazenando em CD, o arquivo de pareceres circunstanciados da Divisão Processual e, se for o caso, disponibilizá-los aos demais Membros do MPT - PROVIDÊNCIAS: Solucionado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 6. Cuidar para que após assinatura de TCAC haja comunicação ao denunciante e à DRTE para fiscalização, independente de determinação do Procurador, para uniformidade de rotina, Nesse sentido o consenso entre Membros é primordial - PROVIDÊNCIAS: Resolvido com a Resolução 69/2007; SUGESTÕES: 7. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante -PROVIDÊNCIAS: Segundo informações da PGT, em 2009, dentre todas as Regionais, a nossa foi a que mais investiu na área de capacitação. Em 2010, entretanto, tivemos um corte de quase 50% nos nossos recursos para capacitação. SUGESTÕES: 8. Cuidar para que, quando do afastamento do Membro, para gozo de licença-prêmio e/ou férias etc., igual ou superior a 60 dias, haja designação de substituto, evitando, desse modo, que o Procedimento Administrativo fique sem avançar, o que é extremamente danoso para o feito e, via de conseqüência, à Instituição, sem prejuízo de posterior reposição compensatória - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado. SUGESTÕES: 9. Diligenciar junto ao TRT para que os processos que versem matéria administrativa sejam encaminhados à PRT para exame, antes de entrarem em pauta, observado, sempre, o interesse público - PROVIDÊNCIAS: Quando os processos são controvertidos, a Presidente do TRT manda a remessa. Entretanto, devemos formalizar tal rotina; SUGESTÕES: 10. Estabelecer contato com a Coordenação de Estágio Acadêmico do Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Geral do Trabalho, objetivando ampliação/criação do quadro de estagiários - PROVIDÊNCIAS: Temos enviado periodicamente expedientes à PGT solicitando ampliação do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

quadro de estagiários; SUGESTÕES: 11. Estudar a possibilidade de identificar, nas vias principais das imediações, através de placa padrão de trânsito a sinalização do Edifício Sede, para facilitar o acesso do público e a divulgação do Ministério Público do Trabalho - PROVIDÊNCIAS: Será providenciado; SUGESTÕES: 12. Indicar sempre a Vara do Trabalho (ou Juízo), onde os autos tramitam, na capa dos "espelhos" - PROVIDÊNCIAS: Solucionado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 13. Providenciar para que o número de folhas dos autos não ultrapasse 200 (duzentas) folhas em cada volume, certificando-se o encerramento de um e abertura de outro, quando ocorrer a hipótese - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado; SUGESTÕES: 14. Manter cópia de segurança ou autos suplementares, dos processos judiciais nos quais o MPT é parte, que retratem fielmente os autos originais e, se não for possível, que pelo menos contenham as peças principais. Referidos autos deverão ter suas folhas numeradas, facilitando o compulsar - PROVIDÊNCIAS: Solucionado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 15. Cuidar para que não sejam juntados aos autos judiciais pareceres manuscritos, pelos óbvios inconvenientes (letra nem sempre legível, podendo induzir em equívoco o intérprete) que a prática encerra e por isso deve ser evitada - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado. SUGESTÕES: 16. Cuidar para que os "Espelhos" das Ações tenham suas folhas devidamente numeradas, facilitando o compulsar - PROVIDÊNCIAS: Implementado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 17. Cuidar para que as Notificações Recomendatórias, Requisições e demais procedimentos ora encaminhados mediante Ofício, recebam numeração própria, como vem sendo feito com os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, a fim de facilitar a pesquisa de dados estatísticos - PROVIDÊNCIAS: Solucionado a partir da implantação do MPT Digital; SUGESTÕES: 18. Padronizar, segundo critérios definidos pela Coordenadoria da CODIN, o acompanhamento processual das Ações Judiciais, ora feito na periodicidade determinada pelo Procurador Oficiante - PROVIDÊNCIAS: Recentemente foi designada uma servidora para tratar do acompanhamento dos processos judiciais. SUGESTÕES: 19. Atentar para que a cor da capa dos autos suplementares, espelhos ou cópias de segurança não coincida com as dos Procedimentos Administrativos (Representações, Procedimento Prévio etc.) de modo a diferenciá-las, evitando com isso qualquer contratempo - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado. SUGESTÕES: 20. Cuidar para que haja padronização das certidões/carimbos lançados nos autos dos processos judiciais e procedimentos administrativos, numerando-se as folhas dos "espelhos" com uso de carimbo que identifique o setor, para facilitar o compulsar - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado. SUGESTÕES: 21. Cuidar para que o planejamento dos deslocamentos de Membros ao interior do Estado seja feito de forma centralizada, padronizando e otimizando as rotinas - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado; SUGESTÕES: 22. Reunir o Colegiado local para discutir a possibilidade de se adotar rotina única para acompanhamento de cumprimento de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, ora feito somente pelo Membro que firmou o TCAC - PROVIDÊNCIAS: Está sendo observado; 10. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES: As recomendações e sugestões ora formuladas são decorrentes do que foi visto durante a correição, do exame dos procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, e de reuniões feitas pela Corregedora-Geral, durante os trabalhos correicionais, com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, a Procuradora do Trabalho, Dra. Juliana Mendes Martins Rosolen. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram as irregularidades possíveis ou persistam as verificadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência a Coordenadora da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, das sugestões e recomendações feitas a seguir, colhendo a assinatura do mesmo e enviando-as à Corregedoria, no prazo de 10 (dez) dias. 11. SUGESTÕES: S1. Programar visitas periódicas, e se possível a curtos intervalos, a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, pela Chefia e Secretário Regional, para auxiliar e padronizar as rotinas. Além disso, programar o comparecimento dos Membros lotados na unidade às Reuniões Gerais realizadas na Sede, em que são tratados assuntos de interesse geral, objetivando com isso maior integração e aproximação; S2. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante, em especial no que tange ao sistema MPT Digital e as rotinas administrativas da CODIN; S3. Providenciar para que sejam nomeados mais servidores para a Unidade, em especial analista processual e técnico administrativo; S4. Providenciar a contratação de estagiários para auxiliar nas atividades da Unidade. S5. Promover gestões junto à administração visando a aquisição de prédio para a instalação da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, tendo em vista os elevados valores despendidos mensalmente com aluguel. 12. RECOMENDAÇÕES: R1. Providenciar para que todas as folhas dos autos sejam numeradas, utilizando-se de carimbo padronizado para numeração, bem como que seja aposto o carimbo de "CANCELADO", quando da renumeração de folhas; R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009), em especial quanto ao cumprimento dos prazos de conclusão dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis em curso na unidade, bem assim, para que seja exarado despacho justificativo de prorrogação do feito no tempo oportuno, nos termos dos artigos 3º, §9º, e 9º, da referida Resolução; R3. Providenciar as adaptações necessárias para o fiel cumprimento das regras constantes no artigo 14 e seus parágrafos, da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), no que tange ao acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta nos próprios autos dos procedimentos preparatórios e inquéritos civis em que foram firmados; R4. Estabelecer rotinas para o regular acompanhamento do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, adotando-se as medidas judiciais necessárias, quando cabíveis, além da adoção de medidas destinadas à publicidade dos ajustes firmados, possibilitando, também, o controle/fiscalização pelos próprios beneficiários, das medidas acordadas; R5. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho e padronização feita no artigo 14 da Resolução do CSMPT nº 69/2007, alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009; R6. Cuidar para que as Certidões ou outros documentos juntados aos autos dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos estejam devidamente assinados pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos; R7. Cuidar para que sejam cumpridas de forma célere e certificadas nos autos, as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações, instituindo rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na unidade, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por período excessivo; R8. Certificar nos autos de Procedimentos Administrativos a movimentação dos feitos, no exato momento de sua ocorrência, facilitando seu controle e evitando possíveis extravios; R9. Evitar que os despachos exarados pelos membros, nos autos dos procedimentos, sejam feitos de forma manuscrita, excetuando-se os de mero expediente; R10. Cuidar para que seja dado adequado tratamento aos documentos remetidos ao "Arquivo Morto", efetuando-se, nesse sentido, a classificação e conservação de documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, em especial aqueles de valor histórico da atuação da unidade do Ministério Público do Trabalho na região, solicitando, se necessário, auxílio da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, para implementação dessa rotina; R11. Cuidar para que, em caso de afastamento/impedimento de um Membro, seja observado o artigo 3°, § 8°, da Resolução CSMPT n° 86/2009, de 27 de agosto de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; R12. Cuidar para que nos procedimentos que contenham documentos sigilosos, estes sejam armazenados em envelopes lacrados; R13. Providenciar para que a Secretaria imprima maior celeridade, no cumprimento das determinações feitas por membro em procedimento administrativo sob sua condução, utilizando no máximo o prazo de 05 (cinco) dias para o citado cumprimento, pois foi constatada a demora excessiva em alguns procedimentos vistos em correição; R14. Providenciar para que haja observância do disposto Recomendação n° 05/2002, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho. 13.

CONCLUSÕES: A Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT foi submetida à correição ordinária, pela primeira vez, no dia 09 de maio de 2007, e agora, no período de 04 a 08 de abril de 2011. A unidade está instalada em imóvel alugado, pelo valor mensal de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), que, atualmente, atende às suas necessidades. Os dois Procuradores do Trabalho lotados na unidade encontram-se em Estágio Probatório, estando em dia com as suas obrigações, não existindo registros relevantes a fazer quanto ao cumprimento do estágio probatório desses membros. No tocante à atuação dos membros no desenvolvimento de suas missões institucionais, cumpre consignar que, de modo geral, há regularidade na condução dos procedimentos administrativos em curso na unidade, observando-se, ainda os prazos processuais. Do que foi verificado, necessária se faz a lotação de mais servidores dos quadros do Ministério Público da União na Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, sendo imperiosa, ainda, a necessidade de se oferecer treinamento/capacitação aos servidores de forma periódica e constante, buscando-se a implantação de rotinas e padrões pré-estabelecidos, que otimizem os trabalhos na unidade. No tocante às instalações da Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, verificou-se a necessidade de adequações do imóvel para o cumprimento das normas de acessibilidade, com a instalação de banheiros adaptados, visando dar o adequado atendimento às pessoas com deficiência. Além disso, o espaço físico atualmente disponível se tornará insuficiente com a lotação de novos servidores e membros, o que recomenda, quando possível, a aquisição ou construção de prédio com estrutura adequada à expansão da unidade, considerando-se, ainda, nesse contexto, os altos valores despendidos mensalmente com aluguel. Desse modo, do que restou verificado durante os trabalhos correicionais, a Procuradoria do Trabalho no Município de Rondonópolis/MT, apesar das dificuldades assinaladas, está desempenhado de modo eficiente suas atividades, colaborando sobremaneira para a efetiva interiorização do Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso. PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SINOP/MT: 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. 1.1. Membros: Há 02 (dois) Procuradores do Trabalho lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, o Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, que exerce o encargo de Coordenador, e o Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato. Os Procuradores do Trabalho, Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior e Dr. Mauro Marcos Rodrigues Buzato lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT (Portaria PGT nº 445, de 22/10/10, publicada no DOU, Seção 2, de 25/10/10), estão em estágio probatório, sendo proveniente do 16º Concurso de Provimento de cargos para Procuradores do Trabalho e empossados em 25/10/10.Os citados Procuradores do Trabalho residem no Município de Sinop/MT, obedecendo, portanto, ao disposto no art. 129, § 2°, IX, da Constituição Federal, a Resolução n° 26/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Resolução n° 70/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Os Membros não exercem o magistério (Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 3, de 16 de dezembro de 2005).Consignou o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT que o quadro de membros atual atende a demanda existente na unidade.1.2. Servidores: A unidade conta com 03 (três) servidores, sendo 02 (dois) do quadro do Ministério Público da União, e 01 (um) cedido por outro órgão conforme se segue: Servidores do Quadro do Ministério Público da União: Leandro Marcidelli de Almeida (Analista Processual), Pedro Gomes de Sá Júnior (Técnico Administrativo); Servidor cedido de outro órgão ou sem vínculo: Jucemar Antonio Bearzi (Motorista) - Prefeitura de Sinop/MT. Existe vaga de servidor, em aberto, na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT para o cargo de técnico administrativo. Não há servidores lotados provisoriamente em outra unidade/órgão. Consignou o Coordenador da unidade, Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, que o número de servidores na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT é relativamente baixo se comparável com a média nacional. Assim, seria necessário, pelo menos um técnico administrativo, um analista e um estagiário para cada membro do Ministério Público do Trabalho. Além disso, para melhorar a atuação da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT e agilizar o andamento das investigações seria imprescindível a presença de um analista pericial - engenheiro de segurança do trabalho, posto que, a maioria das investigações refere-se ao meio ambiente do trabalho e ficam por longos períodos pendentes de fiscalização pela Secretaria Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Sob o ângulo da respectiva área de lotação, existe um servidor atuando na área jurídica (analista processual) e dois atuando na área administrativa (técnico administrativo e analista processual). Relativamente ao apoio prestado pelos servidores, registrou o Coordenador da unidade que tem sido de excelente qualidade, contribuindo para as atividades finalísticas da instituição. Contudo, há carência de recurso humano, pois há apenas 01 (um) técnico administrativo e 01 (um) analista processual para atender toda a demanda da Procuradoria do Trabalho do Município de Sinop/MT, o que acaba prejudicando o apoio aos Procuradores do Trabalho, já que a secretaria exige a participação de 02 (dois) servidores do quadro. O Procurador do Trabalho, Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior, responsável pela unidade, consignou, ainda, que há necessidade de treinamento/capacitação dos servidores, em especial, quanto à utilização do sistema MPT Digital e aprimoramento em cursos de gestão. A Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT não conta, atualmente, com o apoio de estagiários, tendo um processo seletivo em curso para tal desiderato. 2. ATUAÇÃO DO MEMBRO: Os membros lotados na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT atuam como órgão agente e interveniente, desempenhando todas as atividades inerentes aos encargos de suas atribuições. 2.1.1. Volume de processos recebidos e devolvidos com parecer às Varas do Trabalho. Em 2010, janeiro: recebidos 6, devolvidos 6, resíduo 0; fevereiro: recebidos 2, devolvidos 1, resíduo 1; março: recebidos 6, devolvidos 6, resíduo 1; abril: recebidos 7, devolvidos 4, resíduo 4; maio: recebidos 0, devolvidos 4, resíduo 0; junho: recebidos 12, devolvidos 7, resíduo 5; julho: recebidos 3, devolvidos 8, resíduo 0; agosto: recebidos 9, devolvidos 7, resíduo 2; setembro: recebidos 6, devolvidos 8, resíduo 0; outubro: recebidos 5, devolvidos 1, resíduo 4; novembro: recebidos 6, devolvidos 7, resíduo 3; dezembro: recebidos 2, devolvidos 4, resíduo 1. Em 2011, janeiro: recebidos 2, devolvidos 1, resíduo 2. 2.1.2. Movimento processual dos últimos seis meses, por banca: a) Dr.Wagner Gomes Amaral: agosto/2010: Recebidos 3, Devolvidos 3, Resíduo 0; setembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; outubro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; novembro/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; dezembro/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; janeiro/2011: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ;b) Dr. Leontino Ferreira Lima Júnior: agosto/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; setembro/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; outubro/2010: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0; novembro/2010: Recebidos 1, Devolvidos 1, Resíduo 0; dezembro/2010: Recebidos 2, Devolvidos 0, Resíduo 2; janeiro/2011: Recebidos 0, Devolvidos 2, Resíduo 0 c) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: agosto/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; setembro/2010: Recebidos , Devolvidos , Resíduo ; outubro/2010: Recebidos 3, Devolvidos 3, Resíduo 0; novembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; dezembro/2010: Recebidos 0, Devolvidos 0, Resíduo 0; janeiro/2011: Recebidos 2, Devolvidos 2, Resíduo 0. 2.2. Atuação como Órgão Agente: No que concerne à atuação do Ministério Público do Trabalho como órgão agente na Unidade, destacou-se que ocorre através das investigações por meio de procedimentos administrativos (Inquérito Civis, Procedimento Preparatório e Representações), bem como por meio de ações judiciais.O Coordenador da unidade consignou que os membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT priorizam, sempre que possível, a solução extrajudicial das questões evitando a morosidade e sobrecarga ao Poder Judiciário, priorizando a efetividade na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Destacou, também, que as ações de execução de obrigação de pagar são fundadas em título executivo extrajudicial (Termo de Ajuste de Conduta). 2.2.1. Violação a direitos de trabalhadores de maior incidência na região: Registrou o Coordenador da unidade que o tema de maior recorrência na região está relacionado à violação às normas de segurança e saúde no trabalhador. Asseverou, também que a preservação do meio ambiente do trabalho é um dos objetivos constantes da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT e que na região há um índice elevado de denúncias relativas à prática de trabalho em condição análoga à de escravo, na modalidade, trabalho degradante. 2.2.2. Forma de registro e distribuição: Consignou o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, que uma vez recebida a denúncia, esta é imediatamente repassada ao Procurador do Trabalho Coordenador da CODIN, o qual profere o despacho determinando a sua distribuição ou a juntada do documento nos autos de investigação já instaurados, se o caso. No tocante às autuações, asseverou que são registradas no MPT Digital de forma automática. 2.2.3. Prazo médio para que o membro exare despacho e para seu cumprimento: Consignou-se que, em razão da conclusão de todos os procedimentos pela passagem de banca, os prazos foram mais elastecidos, não correspondendo à realidade do gabinete. Atualmente, os membros des-

PUBLICAÇÃO DE ASSINANTE

pacham todos os procedimentos recebidos na mesma semana. Já o prazo médio para cumprimento do despacho exarado pelos servidores é de 02 (dois) dias. 2.2.4. Procedimentos Distribuídos. No ano de 2010, janeiro: resíduo do mês anterior 96, distribuídos 18, encerrados 10, total no mês 104; fevereiro: resíduo 104, distribuídos 5, encerrados 8, total no mês 101; março: resíduo 101, distribuídos 20, encerrados 10, total no mês 111; abril: resíduo 111, distribuídos 0, encerrados 7, total no mês 104; maio: resíduo 104, distribuídos 10, encerrados 13, total no mês 101, junho: resíduo 101, distribuídos 6, encerrados 12, total no mês 95; julho: resíduo 95, distribuídos 6, encerrados 11, total no mês 90; agosto: resíduo 90, distribuídos 7, encerrados 11, total no mês 90; setembro: resíduo 86, distribuídos 7, encerrados 7, total no mês 86, outubro: resíduo 86, distribuídos 8, encerrados 5, total no mês 89; novembro: resíduo 89, distribuídos 14, encerrados 1, total no mês 102; dezembro: resíduo 120, distribuídos 5, encerrados 4, total no mês 103. No ano de 2011, janeiro: resíduo 103, distribuídos 5, encerrados 9, total no mês 99. Procedimentos distribuídos ao Procurador do Trabalho, no ano de 2010 a) Dr. Wagner Gomes do Amaral: janeiro 18, fevereiro 5, março 20, abril 0, maio 10, junho 6, julho 6, agosto 7, setembro 7, outubro 8, novembro 0, dezembro 0; b) Dr. Leontino Ferreira Lima Júnior: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 8, dezembro 3; c) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 6, dezembro 2. No ano de 2011: a) Dr. Leontino Ferreira Lima Júnior: janeiro 3; b) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: janeiro 2. 2.2.5. Representações, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis dos últimos seis meses, por banca. a) Dr. Wagner Gomes do Amaral: agosto/2010: resíduo 90, recebidos 19, convertidos 12, encerrados 11, total em andamento 86; setembro/2010: resíduo 86, recebidos 16, convertidos 9, encerrados 7, total em andamento 86; outubro/2010: resíduo 86, recebidos 12, convertidos 4, encerrados 5, total em andamento 89; novembro/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; dezembro/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; janeiro/2011: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; b) Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: agosto/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; setembro/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; outubro/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; novembro/2010: resíduo 44, recebidos 14 convertidos 6, encerrados 1, total em andamento 51; dezembro/2010: resíduo 51, recebidos 6, convertidos 3, encerrados 2, total em andamento 52; janeiro/2011: resíduo 52, recebidos 5, convertidos 2, encerrados 6, total em andamento 49; c) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; outubro/2010: resíduo 0, recebidos 0, convertidos 0, encerrados 0, total em andamento 0; novembro/2010: resíduo 45, recebidos 11 convertidos 5, encerrados 0, total em andamento 51; dezembro/2010: resíduo 51, recebidos 5, convertidos 3, encerrados 2, total em andamento 51; janeiro/2011: resíduo 51, recebidos 4, convertidos 2, encerrados 3, total em andamento 50; 2.2.6. Número de Procedimentos autuados: Em 2010: 68 . Em 2011: 02. Média de procedimentos por Procurador: 44,5. Representações apresentadas em 2010 e em 2011 e número de Representações convoladas em Procedimentos Preparatórios. Em 2010, foram autuadas 63 Representações, 48 convertidas em Procedimentos Preparatórios. Em 2011, foram autuadas 2 Representações, 1 convertida em Procedimento Preparatório. 2.2.7. Quadro Geral de Atividades: Em 2009: 36 Procedimentos Preparatórios, 5 Representações, 62 Inquéritos Civis, 32 Termos de Ajuste de Conduta, 9 Ações Civis Públicas, 0 Ação Rescisória, 0 Ação Anulatória, 1 Ação Cautelar, 145 Audiências na PRT, 554 Ofícios, 81 Requisições, 57 Petições, 241 Notificações Expedidas, 21 Notificações Recomendatórias; Em 2010: 33 Procedimentos Preparatórios, 4 Representações, 62 Inquéritos Civis, 4 Termos de Ajuste de Conduta, 9 Ações Civis Públicas, 0 Ação Rescisória, 0 Ação Anulatória, 1 Ação Cautela, 0 Audiências na PRT, 55 Ofícios, 5 Requisições, 0 Petições, 31 Notificações Expedidas, 0 Notificações Recomendatórias. 2.2.8. Acompanhamento dos Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis e Termos de Ajuste de Conduta. 2.2.9. Acompanhamento de Ações e Recursos Judiciais. Na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, com exceção dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis, os demais procedimentos seguem numeração própria sequencial, inclusive os Termos de Ajuste de Conduta firmados. Com a implementação do MPT Digital, todos os Termos de Ajuste de Conduta firmados são inseridos nesse sistema informatizado. Quanto à publicidade, destacou-se que é incluída nos Termos de Ajuste de Condutas firmados uma cópia do termo para que seja afixada no livro de registro de empregados ou no livro de inspeção do trabalho. A fiscalização dos Termos de Ajuste de Condutas é realizada através de ofício enviada à Secretaria Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para conhecimento e fiscalização oportuna.I. Número de Termos de Ajuste de Conduta assinados, por membro:. No ano de 2009: a) Dra. Christiane V. Nogueira: janeiro 0, fevereiro 1, março 5, abril 3, maio 1, junho 1, julho 0, agosto 3, setembro 2, outubro 0, novembro 0, dezembro 0. b) Dr. Carlos Alberto C. Peixoto: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 1. No ano de 2010: a) Dr. Wagner Gomes do Amaral: janeiro 1, fevereiro 1, março 3, abril 0, maio 0, junho 8, julho 3, agosto 4, setembro 3, outubro 0, novembro 0, dezembro 0. b) Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0; c) Dr. Marcos M. Rodrigues Buzato: janeiro 0, fevereiro 0, março 0, abril 0, maio 0, junho 0, julho 0, agosto 0, setembro 0, outubro 0, novembro 0, dezembro 0. No ano de 2011: a) Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: janeiro 2; b) Dr. Marcos M. Rodrigues Buzato: janeiro 2. No ano de 2009: a) Dra. Thalma Rosa de Almeida: 17 TAC's assinados; 15 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. b) Dr. Wagner Gomes do Amaral: 1 TAC assinado; 0 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. No ano de 2010: a) Dr. Wagner Gomes do Amaral: 30 TAC's assinados; 18 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. b) Dr. Leontino de Lima Ferreira Júnior: 0 TAC's assinados; 0 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. No ano de 2011 (até 31/2011): a) Dr. Leontino de Lima Ferreira Júnior: 2 TAC's assinados; 0 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. b) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: 2 TAC's assinados; 0 TAC's arquivados e/ou encerrados; pelo atual sistema não foi possível verificar os TAC's em andamento. II Últimos andamentos no acompanhamento de cumprimento de Termos de Ajustes de Conduta, por membro (banca): a) Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: IC nº 000266.2004.23.001/0, data da assinatura:14/06/10, penúltima movimentação: 22/06/2010-certidão de arquivamento, última movimentação: 18/08/2010-TAC firmado; IC nº 000377.2004.23.001/0, data da assinatura: 30/04/07, penúltima movimentação: 17/12/2008-ação ajuizada (lançar no adm), última movimentação: 13/05/2009-aguardando prazo; IC nº 000026.2005.23.001/0, data da assinatura: 24/06/05, penúltima movimentação: 15/12/10- despacho, última movimentação: 16/12/10-certidão; IC nº 000033.2005.23.001/0, data da assinatura: 11/04/06, penúltima movimentação: 26/01/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 26/01/11-aguardando prazo; IC nº 000035.2005.23.001/0, data da assinatura: 03/08/11, penúltima movimentação: 15/02/11-aguardando prazo, última movimentação: 21/02/11-concluso à banca; IC nº 000071.2005.23.001/0, data da assinatura: 23/10/08, penúltima movimentação: 14/02/11-concluso à banca, última movimentação: 18/02/11-despacho; IC nº 000062.2006.23.001/0, data da assinatura: 02/09/08, penúltima movimentação: 16/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 16/02/11-aguardando prazo; IC nº 000087.2006.23.001/0, data da assinatura: 23/11/06, penúltima movimentação: 29/09/10-juntada de documentos, última movimentação: 13/10/10-aguardando prazo; IC nº 000094.2006.23.001/0, data da assinatura: 31/10/06, penúltima movimentação: 17/03/10-retorno à divisão processual, última movimentação: 17/03/10-aguardando prazo; IC nº 000070.2007.23.001/0, data da assinatura: 09/08/07, penúltima movimentação: 10/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 10/02/11-aguardando prazo; IC nº 000072.2007.23.001/0, data da assinatura: 05/12/07, penúltima movimentação: 18/12/2007-retorno à divisão processual, última movimentação: 19/12/2007-arquivado; PROMO nº 000010.2008.23.001/0, data da assinatura: 02/09/10, penúltima movimentação: 03/09/10-arquivado por TAC, última movimentação: 03/09/10-certidão de arquivamento; nº 000040.2008.23.001/0, data da assinatura: 30/08/10, penúltima movimentação: 30/08/10-arquivado por TAC, última movimentação: 30/08/10-certidão de arquivamento; IC nº 000060.2008.23.001/0, data da assinatura: 17/04/09, penúltima movimentação: 26/01/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 26/01/11-aguardando prazo; IC nº 000069.2008.23.001/0, data da assinatura: 03/07/09, penúltima movimentação: 11/02/11-concluso à banca, última movimentação: 18/02/11-despacho; IC nº 000046.2009.23.001/0, data da assinatura: 04/02/11, penúltima movimentação: 11/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 11/02/11-aguardando prazo; IC nº 000127.2009.23.001/0, data da assinatura: 18/08/10, penúltima movimentação: 09/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 09/02/11-aguardando prazo; IC nº 000010.2010.23.001/8, data da assinatura: 16/02/11, penúltima movimentação: 17/02/11-juntada de documentos, última movimentação: 17/02/11-aguardando prazo; IC nº 000016.2010.23.001/1, data da assinatura: 31/01/11, penúltima movimentação: 31/01/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 31/01/11-aguardando prazo; IC nº 000018.2010.23.001/6, data da assinatura: 10/02/11, penúltima movimentação: 15/02/11-TAC firmado, última movimentação: 10/02/11-aguardando prazo; IC nº 000032.2010.23.001/9, data da assinatura: 10/02/11, penúltima movimentação: 15/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 15/02/11-aguardando prazo; PP nº 000095.2010.23.001/0, data da assinatura: 11/02/11, penúltima movimentação: 11/02/11-retorno à divisão processual, última movimentação: 11/02/11-aguardando prazo; b) Dr. Fábio Fernando Pássari: IC nº 00215.2004.23.003/0, data da assinatura: 14/02/07, penúltima movimentação: 11/02/11-retorno à DP, última movimentação: 11/02/11-Notificação Expedida. Audiência Administrativa. designada; IC nº 000232.2007.23.003/0, data da assinatura: 15/05/08-08/09/10, penúltima movimentação: 04/02/11-juntada de doc., última movimentação: 04/02/11-aguardando prazo; IC nº 000017.2010.23.003/0, data da assinatura: 02/02/11, penúltima movimentação: 02/02/11-retorno à DP, última movimentação: 02/02/11-juntada de documentos e aguardando prazo; IC nº 0000028.2010.23.003/6, data da assinatura: 17/06/2010-14/02/2011, penúltima movimentação: 14/02/11-ofício para a SRTE, com cópia do TAC, última movimentação: 16/02/11-aguardando juntada; IC nº 000036.2010.23.003/0, data da assinatura: 22/06/10, penúltima movimentação: 25/01/2011-aguardando prazo-ofício expedido, última movimentação: 09/02/11-AR pendente; IC nº 000068.2010.23.003/9, data da assinatura:16/02/11, penúltima movimentação: 16/02/11-Conclusos, última movimentação: 17/02/11-Despacho; PP nº 000012.2008.23.003/0, data da assinatura: 06/05/2008, penúltima movimentação: 28/01/11-retorno à DP, última movimentação: 28/01/11-certidão; PP nº 000002.2010.23.003/8, data da assinatura: 20/05/11, penúltima movimentação: 27/01/11-aguardando prazo, última movimentação: 27/01/11-abertura de novo volume; PP nº 000013.2010.23.003/1, data da assinatura: 13/05/10, penúltima movimentação: 02/02/11-retorno à DP, última movimentação: 03/02/11-redistribuído (conclusos); PP nº 000097.2010.23.003/6, data da assinatura: 25/01/11, penúltima movimentação: 15/02/11-AR pendente, última movimentação: 17/02/11-aguardando prazo (fiscalização. pendente); 2.2.10. Apoio da Polícia Federal: O Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, Leontino Ferreira de Lima Júnior, afirmou que tanto a Polícia Federal quanto a Polícia Rodoviária Federal tem prestado o apoio necessário para as atividades dos membros, sendo que esta última, inclusive, já apoiou diligência conjunta em investigação oriunda de denúncia de trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo. 2.2.11. Procedimentos vistos em Correição.. Dr. Leontino Ferreira de Lima Júnior: IC 000112.1999.23.003/0-301; IC 000033.2003.23.003/0-301; IC 000341.2003.23.003/0-301; IC 000379.2006.23.003/0-301; IC 000406.2006.23.003/0-301; IC 000236.2007.23.003/0-301; IC 000056.2008.23.003/0-301; IC 000018.2009.23.003/0-301; IC 000041.2009.23.003/0-301; IC 000095.2009.23.003/0-301; IC 000284.2003.23.003/0-301 (TAC); IC 000347.2003.23.003/0-301 (TAC); PP 000186.2005.23.003/0-30V (TAC); IC 000397.2005.23.003/0-301 (TAC); IC 000095.2007.23.003/0-301 (TAC); b) Dr. Marcos Mauro Rodrigues Buzato: IC 000385.2004.23.000/3-302; IC 000226.2002.23.003/0-302; IC 000392.2005.23.003/0-302; IC 000078.2006.23.003/0-302; IC 000430.2006.23.003/0-302; IC 000220.2007.23.003/0-302; IC 000400.2007.23.003/0-302; IC 000091.2008.23.003/0-302; IC 000009.2009.23.003/0-302; IC 000026.2009.23.003/0-302; IC 000215.2004.23.003/0-302 (TAC); IC 000232.2007.23.003/0-302 (TAC); PP 000012.2008.23.003/0-302 (TAC); PP 000002.2010.23.003/8-302 (TAC); PP 000013.2010.23.003/1-302 (TAC). Da análise amostral de procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, verificou-se: utilização de despachos manuscritos, que não de mero expediente; autos em secretaria por longos períodos; diversas folhas soltas nos autos; tempo excessivo para se fazer conclusão; e inobservância, em alguns casos, dos prazos previstos na Resolução CSMPT nº 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009). Relativamente aos Termos de Ajuste de Conduta, vale registrar que, uma vez firmados, há comprovação de sua fiscalização e acompanhamento pelos Membros da Unidade. Porém, não é observada a terminologia Termo de Ajuste de Conduta, em alguns procedimentos. 3. INSTALAÇÕES: A Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT encontra-se localizada na Avenida das Figueiras, 1964, Quadra 12 - Centro Comercial - Sinop/MT, de fácil acesso à população e servida por transporte público regular. O horário de funcionamento da unidade é das 12:00 às 19:00 horas para o atendimento ao público interno e das 12:00 às 18:00 horas para o atendimento do público externo. O imóvel em que se encontra instalada a Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT é prédio próprio, possuindo a seguinte composição: uma sala de recepção; dois gabinetes com banheiro, dois sanitários adaptados para atender aos portadores de necessidades especiais; sala de audiência com computador; uma copa contendo bancada, pia e geladeira; garagem coberta para seis veículos, privativa dos veículos oficiais, dos servidores e dos membros; uma sala para arquivo e almoxarifado; e duas salas para a secretária. A unidade conta com extintores de combate a incêndio. Não há, contudo, projeto para o combate ao incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, o que será objeto de recomendação da Corregedoria. O referido imóvel está adaptado para receber pessoas com deficiência, havendo rampas de acesso e banheiro adaptado. 4. MEIOS DE INFORMÁTICA: As condições dos meios de informática disponíveis na unidade são satisfatórias e adequadas às atividades desenvolvidas pela Procuradoria do Trabalho do Município de Sinop/MT, atendendo as necessidades atuais. Há suporte on-line pelos servidores da Tecnologia da Informação da Procuradoria Regional do Trabalho da 23º Região (sede). Quanto aos meios de prevenção à Lesão por Esforço Repetitivo (LER), consignou o Coordenador que há dispositivos e teclados, que tem o fito de prevenir essa doença. 5. MEIOS DE TRANSPORTE: O imóvel em que está instalada a Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT possui uma garagem, que oferece acomodação para vários veículos (veículos oficiais, dos servidores e dos membros). Há 01 (um) técnico de apoio especializado em transporte, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT. Registrou-se que os Membros da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT não utilizam veículos particulares em serviço. 6. GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O Coordenador da unidade, Dr. Leontino Ferreira Lima Júnior destacou que, no tocante a conscientização institucional para preservação ambiental, há coleta seletiva de papéis, lâmpadas fluorescentes e outros resíduos, nos termos da portaria nº 564/2010 da Procuradoria Geral do Trabalho. 7. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL: Não há uma Comissão de "Arquivo Morto", permanente na unidade, tampouco existe um setor responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade. 8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES: No campo destinado a "outras considerações", registrou-se na resposta ao questionário enviado, que:"Os atuais procuradores do trabalho tomaram posse no cargo em outubro do ano passado, razão pela qual esta é a primeira correição de que participam, restando, assim, prejudicada a possibilidade de comparação com correições anteriores". 10. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E AS SUGESTÕES: As recomendações e sugestões ora formuladas são decorrentes do que foi visto durante a correição, do exame dos procedimentos em curso na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, e de reuniões feitas pela Corregedora-Geral, durante os trabalhos correicionais, com o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, e com o Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, o Procurador do Trabalho, Dr. Leontino Ferreira Lima Júnior. São medidas de caráter educativo ou corretivo de fatos, com a finalidade de divulgação, para evitar que ocorram as irregularidades possíveis ou persistam as verificadas. Dessa forma, deverá o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho, dar ciência ao Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, das sugestões e recomendações

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

feitas a seguir, colhendo a assinatura do mesmo e enviando-as à Corregedoria, no prazo de 10 (dez) dias. 11. SUGESTÕES: S1. Programar visitas periódicas, e se possível a curtos intervalos, a Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, pela Chefia e Secretário Regional, para auxiliar e padronizar as rotinas. Além disso, programar o comparecimento dos Membros lotados na unidade às Reuniões Gerais realizadas na Sede, em que são tratados assuntos de interesse geral, objetivando com isso maior integração e aproximação; S2. Providenciar para que aos Servidores sejam ministrados Cursos de Reciclagem/Capacitação, de forma periódica e constante, em especial no que tange ao sistema MPT Digital e as rotinas administrativas da CODIN; S3. Providenciar para que sejam nomeados mais servidores para a Unidade, em especial técnico especializado em transporte para o deslocamento adequado dos Membros; S4. Providenciar, junto a Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, um veículo, do tipo caminhonete, para que atenda a demanda dos Membros da unidade, em áreas rurais da região; S5. Providenciar a contratação de estagiários para auxiliar nas atividades da Unidade. 12. RECOMENDAÇÕES: R1. Providenciar para que todas as folhas dos autos sejam numeradas, utilizando-se de carimbo padronizado para numeração, bem como que seja aposto o carimbo de "CANCELADO", quando da renumeração de folhas e retifique as mesmas, caso não siga a ordem crescente de numeração. R2. Providenciar para que sejam feitas as adaptações necessárias para o fiel cumprimento da Resolução n° 69/2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009), em especial quanto ao cumprimento dos prazos de conclusão dos Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis em curso na unidade, bem assim, para que seja exarado despacho justificativo de prorrogação do feito no tempo oportuno, nos termos dos artigos 3º, §9º, e 9º, da referida Resolução; R3. Providenciar as adaptações necessárias para o fiel cumprimento das regras constantes no artigo 14 e seus parágrafos, da Resolução CSMPT n° 69/2007 (alterada pela Resolução CSMPT n° 87/2009), no que tange ao acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajuste de Conduta nos próprios autos dos procedimentos preparatórios e inquéritos civis em que foram firmados; R4. Estabelecer rotinas para o regular acompanhamento do cumprimento das cláusulas entabuladas nos Termos de Ajuste de Conduta, adotando-se as medidas judiciais necessárias, quando cabíveis, além da adoção de medidas destinadas à publicidade dos ajustes firmados, possibilitando, também, o controle/fiscalização pelos próprios beneficiários, das medidas acordadas; R5. Cuidar para que seja utilizada a terminologia "Termo de Ajuste de Conduta", conforme artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho e padronização feita no artigo 14 da Resolução do CSMPT nº 69/2007, alterada pela Resolução CSMPT nº 87/2009; R6. Cuidar para que as Certidões ou outros documentos juntados aos autos dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos estejam devidamente assinados pelo Servidor/Membro, conforme o caso, e que todas as movimentações sejam certificadas nos autos; R7. Cuidar para que sejam cumpridas de forma célere e certificadas nos autos, as determinações levadas a efeito em observância ao que foi lançado pelo Membro Oficiante em suas manifestações, instituindo rotinas que viabilizem a conclusão periódica dos procedimentos em curso na unidade, de modo a evitar que fiquem sem movimentação por período excessivo; R8. Certificar nos autos de Procedimentos Administrativos a movimentação dos feitos, no exato momento de sua ocorrência, facilitando seu controle e evitando possíveis extravios; R9. Evitar que os despachos exarados pelos membros, nos autos dos procedimentos, sejam feitos de forma manuscrita, excetuando-se os de mero expediente; R10. Cuidar para que seja dado adequado tratamento aos documentos remetidos ao "Arquivo Morto", efetuando-se, nesse sentido, a classificação e conservação de documentos administrativos e judiciais produzidos na unidade, em especial aqueles de valor histórico da atuação da unidade do Ministério Público do Trabalho na região, solicitando, se necessário, auxílio da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, para implementação dessa rotina; R11. Cuidar para que, em caso de afastamento/impedimento de um Membro, seja observado o artigo 3°, § 8°, da Resolução CSMPT n° 86/2009, de 27 de agosto de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; R12. Cuidar para que nos procedimentos que contenham documentos sigilosos, estes sejam armazenados em envelopes lacrados; R13. Providenciar para que a Secretaria imprima maior celeridade, no cumprimento das determinações feitas por membro em procedimento administrativo sob sua condução, utilizando no máximo o prazo de 05 (cinco) dias para o citado cumprimento, pois foi constatada a demora excessiva em alguns procedimentos vistos em correição; R14. Providenciar para que haja observância do disposto Recomendação n° 05/2002, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho. 13. CONCLUSÕES: A Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT foi submetida à correição ordinária pela primeira vez, no período de 04 a 08 de abril de 2011. A unidade está instalada em imóvel próprio, que, atualmente, atende às suas necessidades. Porém, o espaço físico atualmente disponível se tornará insuficiente com a lotação de novos servidores e membros, o que recomenda, quando possível, a aquisição ou construção de prédio com estrutura adequada à expansão da unidade. Os dois Procuradores do Trabalho lotados na unidade encontram-se em Estágio Probatório, estando em dia com as suas obrigações, não existindo registros relevantes a fazer quanto ao cumprimento do estágio probatório desses membros. No tocante à atuação dos membros no desenvolvimento de suas missões institucionais, cumpre consignar que, de modo geral, há regularidade na condução dos procedimentos administrativos em curso na unidade, observando-se, ainda os prazos processuais, levando-se em conta o volume de trabalho e a escassez de servidores. Do que foi verificado, necessária se faz a lotação de mais servidores dos quadros do Ministério Público da União na Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, sendo imperiosa, ainda, a necessidade de se oferecer treinamento/capacitação aos servidores de forma periódica e constante, buscando-se a implantação de rotinas e padrões pré-estabelecidos, que otimizem os trabalhos na unidade. Desse modo, do que restou verificado durante os trabalhos correicionais, a Procuradoria do Trabalho no Município de Sinop/MT, apesar das dificuldades assinaladas, está desempenhado de modo eficiente suas atividades, colaborando sobremaneira para a efetiva interiorização do Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso.

Brasília, 15 de abril de 2011
HELOISA MARIA MORAES REGO PIRES
Corregedora-Geral do MPT

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.373, DE 26 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 001961.2006.01.003/1 - 303, instaurado a partir de denúncia formulada por NILO SÉRGIO DIAS PASSOS a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE - STIEENF, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na prática de medidas atentatórias a liberdade sindical;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 001961.2006.01.003/1 - 303, em face de SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE - STIEENF. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 402, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a empresa PB CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 03.701.380/0005-03, é investigada em virtude de descumprimento de cota de aprendizagem noticiada em Relatório de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá.

DETERMINA, em 11/05/2011, em Macapá-AP: (I) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000068.2011.08.001/4, para apuração dos fatos acima narrados; (II) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

PAULO ISAN COIMBRA DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 403, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a empresa JARI CELULOSE S/A, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.815.734/0001-80, é investigada por suposta prática de terceirização ilícita noticiada por sindicato profissional

DETERMINA, em 09/05/2011, em Macapá-AP: (I) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000064.2011.08.001/5, para apuração dos fatos acima narrados; (II) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

PAULO ISAN COIMBRA DA SILVA JÚNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES PROTOCOLO Nº 1.585/10/DDJ/PGJM

PEÇAS DE INFORMAÇÃO N. 16.11.2010.1401
PJM JUIZ DE FORA/MG

Trata-se de peças de informação instauradas com base em representação apresentada pelo 2º Sargento do Exército EZEQUIEL DE CARVALHO RODRIGUES inicialmente perante a Procuradoria da República no Distrito Federal, por meio da qual relata suposta prática de abuso de autoridade, coação e restrição a sua liberdade.

O representante informa que foram instaurados procedimentos de natureza disciplinar sem justa causa, com a aplicação de punições por parte do Comandante da Escola de Sargentos das Armas, o General CELSO JOSÉ TIAGO, e do Comandante do Batalhão de Comandos e Serviços, o Major ROBERTO FONSECA ALVES.

O noticiante sustenta que foi retido no Hospital Geral do Exército em Juiz de Fora sem qualquer justificativa e contra sua vontade. Alega, ainda, a instauração de diversos procedimentos disciplinares relacionados a sua ausência em atividades da caserna, apesar de se encontrar dispensado dessas atribuições por ordem médica.

O Procurador da República atuante, depois de instruir o feito, afastou a prática do crime de abuso de autoridade e requereu a declinação de competência em favor da Justiça Militar para apreciar as condutas delituosas narradas na representação (fls. 228/231), haja vista a possível prática dos crimes previstos nos artigos 174 (Rigor Excessivo) e 324 (Inobservância de Lei, Regulamento ou Instrução), ambos do Código Penal Militar, o que foi homologado pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (fl. 235).

Aportados os autos no Ministério Público Militar e após o cumprimento de várias diligências, o membro atuante requereu o arquivamento, nos seguintes termos (fl. 248):

Frise-se, que parte dos fatos narrados pelo graduado já foi apurada na Peça de Informação 02/09 desta instaurada no âmbito desta Procuradoria, que acabou sendo arquivada, após a homologação da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar.

Ressalta-se, por fim, que, embora na peça de fls. 115/134, tenha o SGT EZEQUIEL DE CARVALHO RODRIGUES mencionado, de forma vaga, que teria sido submetido a várias situações constrangedoras, perseguições e maus tratos, não se deu ao trabalho de responder aos ofícios de fls. 241 e 244, nos quais esta Procuradoria de Justiça Militar, objetivando a completa elucidação dos fatos, solicitou maiores informações sobre as perseguições e maus tratos aos quais alega ter sido submetido, bem como sobre sua suposta internação forçada.

A seu turno, a Câmara de Coordenação e Revisão declinou de sua atribuição em favor da Procuradora-Geral da Justiça Militar, em face do possível envolvimento de oficial-general no caso (fls. 256/259).

É o relatório.

A suposta prática do crime de abuso de autoridade, referente às perseguições perpetradas contra o representante e a sua arbitrária internação, foi afastada pelo Ministério Público Federal, conforme se infere às fls. 228/231. Portanto, nada há a ser acrescentado nesse particular.

Resta apenas analisar as condutas denunciadas à luz do Código Penal Militar.

Nesse aspecto, o representante insurge-se contra a instauração de vários procedimentos disciplinares, a aplicação de punições e a restrição de sua liberdade quando foi coagido a permanecer internado no Hospital Geral do Exército, em Juiz de Fora/MG.

Com efeito, apurou-se que efetivamente, foram instaurados procedimentos disciplinares contra o representante, entretanto, os documentos de fls. 40/91 demonstram que foram respeitados o contraditório e a ampla defesa em todos eles.

Dessa forma, os procedimentos ora questionados e as punições eventualmente aplicadas poderão ser enfrentadas pela Justiça Federal, uma vez que se trata de matéria eminentemente administrativa, sem repercussão penal.

No tocante à suposta internação arbitrária do representante no HGE, em Juiz de Fora/MG, a manifestação do Ministério Público Federal não merece qualquer reparo, razão pela qual a adoto como razão de decidir (fl. 230):

Quanto ao fato referente à internação de Ezequiel de Carvalho Rodrigues no Hospital Militar em Juiz de Fora, onde diz ter sido mantido contra a própria vontade entre os dias 16 e 19 de outubro de 2009, apesar da documentação de fls. 103/106 demonstrar que ele esteve no referido hospital apenas no dia 19, tal internação ao que parece se mostrou necessária, pois Ezequiel foi encaminhado para avaliação médica pela Junta de Inspeção de Saúde de Guarnição de Três Corações, conforme cópia de documento de fl. 102.

Portanto, conforme já avaliado, a internação do Sargento EZEQUIEL foi necessária para preservação de sua saúde, na medida em que o próprio representante confessa que passou a sofrer de "problemas psicológicos e psiquiátricos", razão pela qual procurou atendimento médico especializado no Posto Médico da EsSA, tendo sido atendido pela médica psiquiatra 1º Tenente CRISTIANE que o examinou, medicou e o encaminhou para tratamento psicológico (fl. 6).

A bem da verdade, o relatório médico elaborado pelo 1º Tenente CRISTIANE LOPES DE OLIVEIRA revela que o representante estava em tratamento psiquiátrico e psicoterápico decorrente do diagnóstico de transtornos ansiosos (CID X - F.41).

Assim, considerando que restou demonstrada a preocupação do Comandante na preservação da saúde física e mental do representante, bem como que não houve a alegada "retenção" no nosocômio militar, a investigação criminal não merece prosseguimento.

Vale ressaltar ainda que, não obstante a inexistência de crime militar a ser investigado por este Órgão Especializado, remanesce incólume o direito de ação do representante, que, se assim julgar necessário, pode questionar perante a Justiça Federal, a legalidade dos atos praticados no âmbito dos processos administrativos.

Por fim, com relação à conduta do Comandante do Batalhão de Comandos e Serviços, o Major ROBERTO FONSECA ALVES, o membro atuante na instância já se manifestou pelo arquivamento do feito, entretanto, a CCR/MPM não se pronunciou sobre sua homologação. Dessa forma, o feito deve ser remetido àquele Órgão Colegiado para apreciação do arquivamento em relação ao citado Major do Exército.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos apenas em relação ao General CELSO JOSÉ TIAGO.

Encaminhem-se os autos à CCR/MPM.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações/MG, com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília-DF, 25 de maio de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

PROTOCOLO N. 413/11/DDJ/PGJM
INQUÉRITO POLICIAL MILITAR N. 197-65.2010.7.01.0201
2ª AUDITORIA DA 1ª CJM

Trata-se de Inquérito Policial Militar remetido a esta Procuradoria-Geral pelo Juízo da 2ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar devido à discordância do arquivamento promovido pelo MPM na instância.

O presente IPM foi instaurado para apurar as circunstâncias que envolveram o acidente de trânsito com viatura militar (Land Rover Defender 110), ocorrido no dia 25 de maio de 2010, por volta das 14h30, na Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Segundo as investigações, as condições precárias da via, tais como os desníveis da pista e a existência de resíduos de asfalto e de areia no local, contribuíram para que o motorista perdesse o controle do veículo, o que teria ocasionado o acidente.

Todas as testemunhas foram uníssonas ao afirmar que a viatura trafegava em velocidade compatível com a permitida naquela via. É certo também que o motorista estava devidamente habilitado para o cumprimento da missão e a viatura encontrava-se em perfeitas condições de uso (fls. 46/59).

O referido sinistro causou lesões levíssimas em um dos militares que se encontrava no veículo no momento do acidente, o Capitão FLÁVIO HENRIQUE PINHEIRO DA COSTA. O Laudo de Exame de Corpo de Delito registra que:

(...)escoriação em placa que mede cerca de dez milímetros de extensão, localizada na região compreendida entre o pavilhão auricular direito até região periorbitária lateral direita da face; apresenta também duas escoriações em placas na região dorsal da mão direita, medindo cada uma dez milímetros; por fim o periciado refere sentir dor na região dorsal a nível da região escapular esquerda em virtude do trauma, porém nada se observa a inspeção nesta região. (fl. 94).

O MPM de primeira instância, após minuciosa análise do caso, pediu o arquivamento do feito ,por considerar que a lesão sofrida pelo Capitão é de natureza levíssima, entendendo, ao final, que "a condição mínima da culpabilidade é a previsibilidade do resultado antijurídico. Se o resultado era capaz de escapar, no caso concreto, ao homo medius, do tipo comum de sensibilidade ético-social, deve-se admiti-lo, sob o prisma penal, como imprevisível, sendo, portanto, caso fortuito" (fl. 122).

A autoridade judiciária indeferiu o pedido de arquivamento sob o fundamento da existência de indícios de autoria e materialidade delitivas (fl. 123).

Vindos os autos à PGJM, a colenda Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, pelo arquivamento, em conformidade com o posicionamento adotado na primeira instância (fls. 128/131).

É o Relatório. Decido.

Concordo com o arquivamento nesta seara especializada.

A nosso sentir, o julgamento do crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor compete à Justiça Comum Estadual, pois não se amolda às hipóteses previstas no art. 9º do CPM. Nesse passo, qualquer conduta relativa a trânsito em vias públicas, ocorrida após a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e nele prevista, rege-se por esse novo Codex.

Vale lembrar o previsto nos artigos 1º , 2º e 3º do CTB, verbis:

Art. 1º - O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

...

Art. 2º - São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Art. 3º - As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Importante consignar que o ordenamento jurídico trouxe ainda novos tipos para os crimes de lesão corporal culposa e homicídio culposo, com o acréscimo da elementar "na direção de veículo automotor", previstos nos artigos 302 e 303 do citado diploma legal. Assim, pelo princípio da especialidade, as normas do Código de Trânsito Brasileiro prevalecem sobre as demais.

Logo, à vista da parte geral e, especificamente, da parte que trata de crimes de trânsito e suas sanções, parece-nos inequívoco que tanto a lesão corporal culposa quanto o homicídio culposo deixaram de ser aplicáveis no campo penal militar, quando praticados na direção de veículo automotor, em vias abertas de trânsito, após a vigência do novo Código, como é o caso destes autos de inquérito.

Dessa forma, as lesões sofridas, bem como a conduta do motorista, deverão ser examinadas pela Justiça Comum Estadual.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos presentes autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro/RJ, com cópia integral dos autos e desta decisão, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis.

Publique-se.

Brasília-DF, 27 de maio de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 133, DE 30 DE MAIO DE 2011

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Ministério da Fazenda.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XXXIV, art. 28, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, na forma do Anexo desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o Ministério da Fazenda - MF, destinados à Unidade Orçamentária 25101 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo – SAMF-SP, UG 170131, Gestão 00001, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais) para o exercício financeiro de 2011, com o objetivo de atender ao rateio de despesas decorrentes do consumo de combustível.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados ao Ministério da Fazenda, não comprometidos até 31 de dezembro de 2011, deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União, em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

ANEXO

GRUPO NATUREZA DE DESPESA: OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Descrição	Valor (em R$ 1,00)
01.032.0550.4018.0001 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.30	Material de Consumo	11.000,00
Total			11.000,00

PLENÁRIO

ATA Nº 19, DE 25 DE MAIO DE 2011

(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausente, em missão oficial, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

A Sessão foi suspensa às 18 horas e 2 minutos e reiniciada às 18 horas e 45 minutos, para a realização, nesse intervalo, da solenidade de aposição do retrato do Ministro Ubiratan Aguiar na Galeria dos Presidentes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a ata nº 19, da sessão ordinária realizada em 18 de maio (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Apresentação de projeto de instrução normativa com intuito de alterar a IN-TCU nº 65/2011, que dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas a serem apresentadas pelas autoridades e pelos servidores públicos;

Homologação da Instrução Normativa-TCU nº 66/2011, que prorroga, por mais 60 dias, o prazo para que as unidades de pessoal da Administração Pública remetam a esta Corte a relação atualizada das autorizações de acesso aos dados das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física recebidas dos agentes públicos indicados no art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993; e

Realização de Sessão Extraordinária do Plenário destinada à apreciação das Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2010, no dia 1º de junho.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Apresentação de Projeto de Instrução Normativa, que altera dispositivos da Instrução Normativa - TCU 65/2011, relativa a procedimentos referentes às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física a serem apresentadas pelas autoridades e por servidores públicos federais. Foi aberto prazo de 6 dias úteis para a apresentação de emendas e sugestões, nos termos do art. 75 do Regimento Interno.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

Realização de Levantamento no Setor de Produção de Etanol no Brasil para aprofundar o conhecimento das atuais ações executadas pelo Governo Federal quanto ao setor sucroalcooleiro e identificar os eventos de maior risco capazes de comprometer o crescimento sustentável desse setor, bem como o abastecimento nacional de Etanol, a estabilidade de preço desse combustível e a confiança da população.

Do Ministro José Jorge:

Apresentação de Projeto de alteração da Resolução- TCU nº 234, que estabelece diretrizes a serem observadas pelas unidades internas do Tribunal na elaboração das normas previstas em Instrução Normativa do TCU e no tratamento das peças e conteúdos relacionados à prestação de contas das unidades jurisdicionadas. Foi aberto prazo de 15 dias para a apresentação de emendas e sugestões, nos termos do art. 75 do Regimento Interno.

Apresentação de Projeto de Instrução Normativa, decorrente de estudo realizado pela Comissão de Coordenação Geral - CCG, que dispõe sobre o recebimento de documentos a serem protocolados junto ao Tribunal. Foi aberto prazo de 15 dias para a apresentação de emendas e sugestões, nos termos do art. 75 do Regimento Interno.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-010.665/2011-0, pelo Ministro Raimundo Carreiro, para que a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. se abstenha de dar continuidade aos atos referentes à Concorrência n.º 2/2011.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 19/05/2010

Processo: 002.132/2009-2

Interessado: /UNI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 006.506/2008-4

Interessado: Prefeitura Municipal de Barro - CE, Florentina Oliveira Machado

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 007.934/2009-3

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 007.943/2011-3

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 015.863/2006-0

Interessado: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE GUANAMBI ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA - MEC

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 024.696/2010-2

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 028.552/2009-1

Interessado: CONGRESSO NACIONAL

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 030.911/2010-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Data do sorteio: 20/05/2010

Processo: 014.181/2011-8

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 19 da Res. 175/2005

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos Administrativos/Regimento Interno

Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Data do sorteio: 24/05/2010

Processo: 000.658/2011-1

Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 002.288/2001-8

Interessado: MEC - SEMTEC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGI

Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 002.659/2010-7

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 005.361/2003-0

Interessado: Prefeitura Municipal de Boa Vista - RR

Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 006.106/2008-2

Interessado: /MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Prefeitura Municipal de Mulungu - PB

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 006.245/2009-4

Interessado: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 006.260/2005-8

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/RJ - JE

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 007.494/2010-6

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 009.478/2005-7

Interessado: Prefeitura Municipal de Esplanada - BA

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Deliberação em relação)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 012.019/2009-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 012.652/2001-0

Interessado: DEPARTAMENTO DE EMPREGO E SALÁRIO - SPPE/MTE

Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 014.161/2010-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 014.388/2005-9

Interessado: CEPLAC - SUPERINT. REG. DA AMAZÔNIA ORIENTAL - ALTA FLORESTA/MT - MAPA

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 017.995/2009-2

Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de Novo Acordo - TO

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 020.029/2009-0

Interessado: ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 020.500/2006-4

Interessado: SEDUC - TO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TO, /TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Manoel Pires dos Santos e outros

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 020.528/2004-9

Interessado: SECEX-MA/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO MA

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 024.914/2009-4

Interessado: CICSAT/RS/CÂMARA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, AGRICULTURA E TURISMO DE GRAMADO

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 026.227/2006-9

Interessado: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim - RN

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 027.577/2006-1

Interessado: Antonio Fernando Barros E Silva de Souza, CONSTRUTORA ENGENHARIA LTDA./CONSTRUTORA ENGENHARIA LTDA.

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 029.771/2010-2

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 030.095/2010-7

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 031.545/2010-6

Interessado: POLIEDRO INFORMÁTICA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA./Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda.

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 032.003/2010-2

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 033.005/2010-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara

Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 033.316/2010-4

Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 033.877/2010-6

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 034.151/2010-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara

Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 575.164/1995-6

Interessado: PM - ITAPERUNA - RJ

Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário

Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1316 a 1335.

RELAÇÃO Nº 18/2011 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 1316/2011 - TCU - Plenário

Considerando que por meio do Acórdão nº 3073/2010 - TCU - Plenário, este Tribunal, conheceu da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, com aplicação de multa aos responsáveis Srs. Sandoval Cadengue de Santana e Marcos Antônio Ferreira Siqueira, em face de ocorrência de irregularidades na execução do Convênio nº 916/02, firmado entre o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional e Saúde-FUNASA e a Prefeitura Municipal de Brejão/PE.

Considerando que a peça apresentada pelos responsáveis, foi examinada como Pedido de Reexame adequado ao presente caso, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92;

Considerando que, no presente recurso, os recorrentes buscam impugnar os termos da decisão condenatória, baseando-se no argumento de que já existe ação em trâmite no TRF - 5ª Região, versando sobre as mesmas questões enfrentadas neste processo;

Considerando que os recorrentes não apresentam qualquer fato novo que motive o conhecimento do recurso vez que se limitam a apresentar alegações fáticas e jurídicas, o que não se caracteriza como fato novo;

Considerando que eventual ação judicial não obsta a apuração de irregularidade por este Tribunal de Contas, quando praticadas no âmbito da administração pública;

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelos recorrentes não demonstram a superveniência de fatos novos, que admitam a exceção de intempestividade prevista no art. 32 da Lei nº 8.443/92, c/c o § 2º do art. 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da Serur, pelo não conhecimento do pedido de reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 28, caput e § 2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU; em:

1. não conhecer do Pedido de Reexame, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

2.dar ciência deste acórdão aos recorrentes, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade da Serur de fls. 15/16.

1. Processo TC-015.821/2009-4 (PEDIDO DE REEXAME - REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrentes: Marcos Antonio Ferreira de Siqueira (391.331.764-34); Sandoval Cadengue de Santana (238.472.984-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Brejão - PE

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE(SECEX-PE)

1.4. Advogado constituído nos autos: Renato Vasconcelos Curvelo, OAB/PE 19.086

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 19/2011 - Plenário
Relator - Ministro UBIRATAN AGUIAR

ACÓRDÃO Nº 1317/2011 - TCU - Plenário

Considerando que a questão das contratações de mão de obra por empresa interposta para o exercício de atribuições finalísticas na Eletronuclear foi analisada com maior abrangência nos autos do TC 004.156/2002-6, no âmbito do qual, por meio da Decisão 1.471/2002, com as alterações promovidas pelos Acórdãos 169/2004 e 847/2007, o Plenário do Tribunal determinou a substituição paulatina dos empregados contratados irregularmente por empregados aprovados em concurso público. O mesmo ponto foi realçado no recente exame do TC 014.248/2006-6;

Considerando que especificamente quanto ao TC 014.248/2006-6, que vinha sobrestando as presentes contas, este veio a ser julgado por meio do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário, em Sessão de 30/3/2011, decidindo o Tribunal por acolher as razões de justificativa e as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, com o julgamento pela regularidade com ressalvas de suas contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com alterações sugeridas pelo relator, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário, e da ocorrência noticiada no item 4.1.1.3 do Relatório 190.358 da CGU, referente à contratação da Fundação COGE para fins de desenvolvimento e aplicação de programa de treinamento e aperfeiçoamento de operadores e demais profissionais especializados em operação das centrais nucleares da Eletronuclear;

b) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Paulo Sérgio Petis Fernandes, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário, e das impropriedades identificadas na formalização dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, particularmente no tocante à justificação dos preços;

c) julgar regulares as contas dos Srs. Pedro José Diniz de Figueiredo, João Carlos da Cunha Bastos, Luiz Antônio de Amorim Soares, Paulo César da Costa Carneiro, Antônio Marques de Jesus e Luís Hiroshi Sakamoto, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, da Lei 8.443/92;

d) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário, e da ocorrência noticiada no item 4.1.1.3 do Relatório 190.358 da CGU, referente à contratação da Fundação COGE para fins de desenvolvimento e aplicação de programa de treinamento e aperfeiçoamento de operadores e demais profissionais especializados em operação das centrais nucleares da Eletronuclear;

e) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Paulo Sérgio Petis Fernandes, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário, e das impropriedades identificadas na formalização dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, particularmente no tocante à justificação dos preços;

f) julgar regulares as contas dos Srs. Pedro José Diniz de Figueiredo, João Carlos da Cunha Bastos, Luiz Antônio de Amorim Soares, Paulo César da Costa Carneiro, Antônio Marques de Jesus e Luís Hiroshi Sakamoto, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, da Lei 8.443/92;

g) arquivar este processo sem prejuízo de se fazer as determinações/recomendações sugeridas:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-019.198/2007-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2006)

1.1.Classe de Assunto: IV

1.2. Responsáveis: Antônio Marques de Jesus (CPF 025.261.747-91); João Carlos da Cunha Bastos (CPF 329.629.757-04); Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15); Luiz Antônio Amorim Soares (CPF 546.971.157-91); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Paulo César da Costa Carneiro (CPF 543.966.037-20); Paulo Sérgio Petis Fernandes (CPF 100.379.007-06); Pedro José Diniz de Figueiredo (CPF 020.040.627-20)

1.3. Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR

1.4. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-1)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. levantar o sobrestamento destes autos;

1.7. alertar a Eletronuclear que nas presentes contas foram observadas as seguintes principais impropriedades/irregularidades:

1.7.1. liberação de recursos do convênio GAR.A.CT002/205, firmado com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Defesa Civil, em conta bancária de uso geral, ignorando a sistemática estabelecida no art. 7º, inciso XIX, da IN/STN 01/97;

1.7.2. caracterização inadequada da inviabilidade de competição que fundamentou a contratação, por inexigibilidade de licitação, da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, por meio do contrato GRA.A/CT 012/06;

1.7.3. exigência de amostras dos produtos a serem adquiridos, para fins de análise técnica, antes da fase de lances do Pregão GSU.A-PR-133/06, comprometendo o caráter competitivo do certame e contrariando a jurisprudência desta Corte, a exemplo do Acórdão 1634/2007-TCU-Plenário;

1.7.4. no tocante ao Contrato GAR.A.CT.002/2006 celebrado entre a Eletronuclear e a Fundação COGE:

1.7.4.1. a documentação acostada aos autos indica que a fundação foi contratada para intermediar a contratação de mão de obra;

1.7.4.2. não haveria o controle apropriado sobre as atividades realizadas pelos consultores fora das salas de aula;

1.7.4.3. não restou adequadamente demonstrada a compatibilidade dos preços contratados com os vigentes no mercado para atividades similares;

1.8. encaminhar à Eletronuclear cópia desta deliberação, acompanhada da instrução de fls. 324/327 do volume 2.

ACÓRDÃO Nº 1318/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em expedir quitação aos Srs. Clovis Lascosque e Danilo Roger Marçal Queiroz, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram imputadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.869/2009-9 (MONITORAMENTO)

1.1.Classe de Assunto: VII

1.2.Responsáveis: Clovis Lascosque (CPF 480.761.807-59) e Danilo Roger Marçal Queiroz (CPF 904.621.657-87)

1.3. Interessado: Secretaria de Controle Externo - ES

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES(SECEX-ES)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Quitações relativas ao subitem 9.2 do Acórdão nº 2245/2007, proferido pelo Plenário, em Sessão de 24/10/2007, conforme Ata nº 45/2007.

Danilo Roger Marçal Queiroz:

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 24/10/2007

Valor recolhido: R$ 3.417,63 Data do último recolhimento: 1/4/2011

Clovis Lascosque:

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 24/10/2007

Valor recolhido: R$ 3.402,11 Data do último recolhimento: 22/3/2011

ACÓRDÃO Nº 1319/2011 - TCU - Plenário

Considerando o caráter sigiloso de algumas peças do presente processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em fazer as determinações sugeridas de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com alterações do relator:

1. Processo TC-009.830/2010-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: V

1.2. Responsáveis: Abenildo Alves de Oliveira (CPF 354.708.524-15), Antônio Cesar de Oliveira Silva (CPF 081.379.003-49), Armando Feijó de Paula (CPF 848.223.414-53), Carlos Henrique Santos Rocha (CPF 154.375.585-20), Fernando da Silva Christ (CPF 237.603.380-20), Flávio Fernando Casa Nova da Motta (CPF 377.258.404-78), Gustavo André de Abreu Viana C Câmara (CPF 031.108.764-77), Heleno Lira (CPF 151.074.184-49), Ivo Tasso Bahia Baer (CPF 413.054.427-68), Jeremias Luiz da Silva (CPF 039.967.304-03), José Raimundo Lima Mendes (CPF 229.711.495-87), José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), Leandro Santos da Silva (CPF 039.223.744-09), Luis Carlos Queiroz de Oliveira (CPF 080.526.797-29), Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes (CPF 793.109.077-20), Marcos André Ferreira da Costa (CPF 053.293.474-16), Marcos José Pessoa de Resende (CPF 128.157.134-20), Marcos Leandro Pereira Soares (CPF 796.968.485-87), Omar Antônio Kristoschek Filho (CPF 900.295.340-20), Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), Rafael Brandão Rocha (CPF 236.807.096-68), Renato Alves Pessoa (CPF 084.308.287-96), Ricardo Luiz Ferreira Pinto Távora Maia (CPF 746.600.047-91), Sebastião Marcondes da Silva Júnior (CPF 098.720.018-63), Sidney José Honório da Silva (CPF 804.864.954-34), Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04), Venina Velosa da Fonseca (CPF 550.496.306-06), Vladimir Ferreira de Oliveira Campos (CPF 000.810.686-03)

1.3. Interessado: Congresso Nacional

1.4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3)

1.6. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59712), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24882), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15345), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37506), Pedro da Silva Machado (OAB/RJ 86278), Leonardo de Mattos Galvão (OAB/SP 234.550), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Patricia Werner Gomez (OAB/RJ 120.257), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Daniele Domingues Lima e Silva (OAB/AL 7286), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412), Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859) e Fernanda Ferreira Cortes (OAB/RJ 160.980).

1.7. conceder vista e cópia ao consórcio Queiroz Galvão/Iesa, incluindo-se o pedido da Sra. Fernanda Ferreira Cortes, advogada regularmente constituída pela empresa Iesa Óleo e Gás, nos seguintes termos:

1.7.1. vista e cópia dos dois volumes relativos ao processo principal;

1.7.2. vista e cópia das folhas 1257/1280, do Anexo 6;

1.7.3.cópia do arquivo, em formato "Excel", referente à planilha elaborada pela unidade técnica para a apuração do sobrepreço no contrato 0800.0057000.10- 2 (Tubovias);

1.8.conceder vista e cópia ao consórcio Camargo Corrêa/CNEC, incluindo-se o pedido do Sr. Giuseppe Giamundo Neto, advogado regularmente constituído pela empresa Camargo Corrêa, nos seguintes termos:

1.8.1. vista e cópia dos dois volumes relativos ao processo principal;

1.8.2. vista e cópia das folhas 1224/1238, do Anexo 6;

1.8.3.cópia do arquivo, em formato "Excel", referente à planilha elaborada pela unidade técnica para a apuração do sobrepreço no contrato 0800.0053457.09- 2 (UCR);

1.9. conceder vista e cópia ao consórcio Odebrecht/OAS, nos seguintes termos:

1.9.1. vista e cópia dos dois volumes relativos ao processo principal;

1.9.2. vista e cópia das folhas 1217/1223 e 1239/1256, do Anexo 6;

1.9.3. cópia do arquivo, em formato "Excel", referente à planilha elaborada pela unidade técnica para a apuração do sobrepreço no contrato 0800.0055148.09- 2 (UHDT/UGH);

1.10. conceder vista e cópia dos autos à Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.;

1.11. deferir o pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar da notificação desta deliberação, solicitado pelos consórcios Queiroz Galvão/Iesa, Camargo Corrêa/CNEC e Odebrecht/OAS, e pelas empresas 'Camargo Correa' e 'Iesa Óleo e Gás', unificando-se os prazos para apresentação de suas manifestações;

1.12. deferir o pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar da notificação desta deliberação, solicitado pelos responsáveis Flávio Fernando Casa Nova da Motta, Ivo Tasso Bahia Baer, Marcos José Pessoa de Resende, Luis Carlos Queiroz de Oliveira, Omar Antônio Kristoschek Filho, Ricardo Luiz Ferreira Pinto Távora Maia e Sérgio dos Santos Arantes, inquiridos em audiência por determinação do item 9.1. do Acórdão nº 3.362/2010-TCU-Plenário, autorizando a juntada de cópia da presente deliberação aos processos TC-003.586/2011-1, TC-004.025/2011-3, TC-004.038/2011-8 e TC-004.040/2011-2; e

1.13. conceder cópia integral dos autos, ao Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional em Pernambuco, em atendimento ao Ofício nº 0740/2011 - IPL 0075/2011-4 - SR/DPF/PE.

ACÓRDÃO Nº 1320/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em expedir quitação ao Sr. João Pedro Marcato, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.058/2010-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: V

1.2. Responsável: João Pedro Marcato (CPF 016.594.068-97)

1.3. Entidade: Município de Tabapuã - SP

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP(SECEX-SP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão nº 3237/2010, proferido pelo Plenário, em Sessão de 1/12/2010, conforme Ata nº 47/2010.

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 1/12/2010

Valor recolhido: R$ 3.000,00 Data do recolhimento: 5/1/2011

Ata n° 19/2011 - Plenário

Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 21/2011 - Plenário

Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1321/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 232, incisos I a III, e § 2º, do Regimento Interno do TCU, c/c artigo 4º, § 1º, da Resolução TCU 215/2008, em não conhecer da presente solicitação de informações, por falta de legitimidade do solicitante, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e desta deliberação ao interessado, nos termos propostos pela unidade técnica.

1. Processo TC-007.294/2011-5 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: David Samuel Alcolumbre Tobelem (509.002.262-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário

Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 13/2011 - Plenário

Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1322/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e" do Regimento Interno, em autorizar, em caráter improrrogável, a dilação do prazo para atendimento às determinações constantes do subitem 1.4.2 do Acórdão 3328/2010 - TCU - Plenário, de acordo com o parecer da Sefip.

1. Processo TC-001.286/2005-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aecio de Souza Melo (052.995.514-87); Antonieta Alves Pascoal (234.130.004-97); Arlinda Maria Correa de Oliveira Martins (128.698.724-53); Ary de Medeiros Annes (048.113.994-04); Carlene Socorro Goncalves Oliveira (225.685.494-91); Celina Oliveira dos Santos (079.533.214-91); Claudio Cavalcanti de Novaes (000.596.684-15); Cleude Josefina Melo do Egito (083.367.174-04); Diana Maria de Araujo Cabral (128.308.794-49); Dulce Dantas Lima Ribeiro (078.698.274-87); Edinalva Maria Sergio da Silva (038.642.514-00); Eliete Maria Vicente da Silva (532.805.474-15); Gilda Gomes de Oliveira (103.713.544-04); Jose Pereira da Silva (054.239.534-72); Jose Pessoa de Oliveira (043.074.104-91); Luzinete Maria da Costa (097.987.814-49); Maria Elizabete Gomes da Silva (068.909.974-68); Maria Lucy Cardoso do Rego (053.365.704-00); Rene Pacheco de Sa Nogueira (621.086.464-34); Sebastiana Angelo Costa Porto (134.561.304-06); Tereza Cristina Sales Gomes (080.384.654-15)

1.2. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1323/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o Sr. Ruy Lourenço Martins foi notificado da deliberação recorrida (Acórdão 787/2009 - TCU - Plenário) na data de 29/5/2009;

considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU, contados na forma prevista no art. 183;

considerando que o recorrente apresentou o recurso em 19/6/2009;

considerando, dessa forma, que o presente recurso de reconsideração foi apresentado intempestivamente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando, ainda, que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito da deliberação combatida;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I, e 285, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, e em determinar o arquivamento do processo, após enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade de fls. 59/63 do anexo XI.

1. Processo TC-575.305/1998-3 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 1997)

1.1. Apensos: 003.062/1997-0 (REPRESENTAÇÃO); 001.654/1999-3 (REPRESENTAÇÃO); 575.578/1997-1 (REPRESENTAÇÃO); 014.972/1997-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Recorrentes: Ruy Lourenço Martins.

1.3. Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Furtado

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1324/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o apensamento do processo a seguir indicado ao TC-020.587/2005-8, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.530/2007-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Celso Lisboa de Lacerda (557.390.089-72); Incra - Superintendência Regional no Paraná - MDA (00.375.972/0011-32)

1.2. Entidade: Incra - Superintendência Regional no Paraná - MDA.

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 23/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1325/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Thompson Fernandes Mariz, Reitor da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, no exercício de 2004, contra o Acórdão nº 2.038/2008 - Plenário (fls. 3028/3031, vol. 15).

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) Remeter os presentes autos ao Gabinete do Exmo. Ministro Augusto Nardes, sorteado relator para o Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Alexandre José de Almeida Gama (anexo 8); e

c) dar ciência deste Acórdão ao Recorrente.

1. Processo TC-015.512/2005-6 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (Prestação de Contas - Exercício: 2004)

1.1. Apensos: 002.864/2005-1 (Representação); 010.250/2005-8 (Denúncia)

1.2. Recorrente: Thompson Fernandes Mariz (160.623.704-78)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

1.5. Representante do Ministério Público: Paulo Soares Bugarin - Subprocurador-Geral

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR)

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1326/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Auditoria de Natureza Operacional com Registro Fiscalis nº 534/2009, decorrente do Acórdão nº 1081/2009-Plenário, com o objetivo de analisar, de forma setorial, a adequação de programas/indicadores constantes do PPA 2008/2011 aos objetivos das políticas de governo, avaliando a atuação da SPI neste contexto, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que o Comitê de Gestão do PPA e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, cumpram a determinações, constantes dos itens 9.1.1 e 9.3 do Acórdão nº 117/2011-Plenário, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.899/2009-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI - MP

1.2. Unidade: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI - MP

1.3. Unidade Técnica: Sec. de Macroavaliação Governamental (SEMAG)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1327/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d" e "e", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) retificar, por inexatidão material o CPF do Sr. Paulo Sérgio Duarte, especificado no item 4.1 (Seção Responsáveis) do Acórdão 525/2011-TCU-Plenário aonde se lê: "(CPF 177.538.301-63)" leia-se: "(021.884.098-50)", a fim de que seja promovida a regular audiência do responsável, nos termos do item 9.2.3 do Acórdão 525/2011-TCU-Plenário; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Sefti e pelo Ministério Público.

b) prorrogar o prazo por mais trinta dias, a contar do término do prazo original, para a Sra. Taís Oberdá Carneiro e o Sr. Luiz Paulo Miyashiro apresentarem suas razões de justificativa relativas às audiências constantes do item 9.2.3 do Acórdão 525/2011-TCU-Plenário, com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "e", c/c o art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; e

c) autorizar prorrogações que vierem a ser solicitadas pelos demais responsáveis, limitadas ao prazo máximo de 30 dias, a contar do término do prazo original.

1. Processo TC-006.341/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Alberto Ferreira Alves (244.453.121-34); Antannoan Barbosa da Mota França (151.548.901-91); Antenor Pimenta Madeira (408.088.236-04); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Caixa Econômica Federal (03.360.305/0001-04); Carlos Eduardo Gomide (007.580.378-05); Eladio Marcos de Souza (455.129.227-34); Esimar Antonio Cezar (626.471.566-20); Filipe da Silva e Souza (079.046.567-10); Idenes César Toledo (869.139.481-15); Joselito Mondador de Oliveira (351.549.181-34); Luis Gustavo de Oliveira Pereira (910.495.477-72); Luiz Paulo Myashiro (030.852.708-92); Manoel Gomes de Carvalho (048.191.873-68); Paulo Sérgio Duarte (021.884.098-50); Renata Vasconcelos Barreto (978.069.941-49); Stelvio Vieira Teixeira (360.389.116-34); Tais Oberda Carneiro Marques (374.181.656-68)

1.2. Interessado: TCU

1.3. Unidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA

1.4. Unidade Técnica: Sec. de Fisc. de Tec. da Informação (SEFTI)

1.5. Advogado constituído nos autos: Advogados constituídos nos autos: Guilherme Lopes Mair (OAB/SP 241.701); Aline Lisboa Naves Guimarães (OAB/DF 22.400); Jussara Mendes Berlie (OAB/DF 18.102); Carlos Roberto Guimarães Marcial ((OAB/DF 1.330/A); Celi Depine Mariz Delduque (OAB/DF 11.975); André de Sá Braga (OAB/DF 11.657); Arthurn Octávio Bellens Porto Marcial (OAB/DF 20.600); Antonio Cecílio Moreira Pires (OAB/SP 107.285); Rangel Perruci Fiorin (OAB/SP 192.906); Cristina Geremias de Oliveira (OAB/SP 191.000); Lilian Regina G. M. Pires (OAB/SP 108.4250); Kauê de Barros Machado (OAB/DF 30.848), Joana Soares Carvalho (OAB/RS sob o n° 76.359) e na (OAB/DF sob n° 33.679)

ACÓRDÃO Nº 1328/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação com pedido de medida cautelar apresentada pela licitante NT Soluções e Serviços Ltda. - C.N.P.J. 04.184.281/0001-30 - NT Soluções, nos termos do § 1º do art. 113 da Lei n. 8666/93 c/c inciso VII do art. 237 do Regimento Interno do TCU - RI/TCU, em face de possíveis irregularidades cometidas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 100/2010, realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP (documento eletrônico n. 1); com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, ACORDAM em :

a) conhecer da presente representação impetrada pela licitante NT Soluções e Serviços Ltda., nos termos do § 1º do art. 113 c/c inciso VII do art. 237 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de medida cautelar da representante, por ausentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, nos termos do art. 276 do RI/TCU;

c) dar ciência deste Acórdão à Representante e à Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; e

d) arquivar os presentes autos, com base no inciso IV do art. 169 do RI/TCU.

1. Processo TC-011.769/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: NT Soluções e Serviços Ltda. - C.N.P.J. 04.184.281/0001-30

1.2. Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP - MME

1.3. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 1329/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.481/2011-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Entidade: Secretaria da Saúde do Estado do Piauí/PI

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1330/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, c/c art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, em considerar concluído o monitoramento das determinações proferidas no Acórdão TCU n.º 978/2010 - Plenário, e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.993/2008-9 (REPRESENTAÇÃO) - Apensos: 030.384/2008-3 (Representação)

1.1. Interessados: Justiça Federal - Seção Judiciária/AM - TRF-1 (00.508.903/0007-73); Procuradoria da República/AM - MPF/MPU (26.989.715/0008-89)

1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1331/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 604/2011 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 16/3/2011, Ata nº 8/2011, relativamente ao item 3, para que, onde se lê "...Maria Felícia Valadão Silveira (101.102.587-71)...", leia-se "...Maria Felícia Valadão Silveira (011.102.587-71)...", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.883/2004-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Benedito Dias Lopes (491.671.547-00); Oswaldo Valadão Silveira (101.248.027-53); Maria Felícia Valadão Silveira (011.102.587-71); Miguel Jorge Batista Santos (013.351.847-75); F. Q. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (40.326.217/0001-00) e Serpub-Serviços de Publicidade e Assessoria Administrativa Ltda. (73.475.360/0001-13)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.4. Advogado constituído nos autos: Roberto A. Reis (OAB/RJ nº 15.147) e Paulo R. Souza e Silva (OAB/RJ nº 56.098).

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1332/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo posteriormente:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Quitação relativa ao item 9.2 do Acórdão nº 48/2011 - Plenário, em Sessão de 19/1/2011, Ata nº 1/2011.

Valor original da multa: R$ 3.500,00 data de origem: 19/1/2011

Valor recolhido: R$ 3.500,00 data do recolhimento: 23/2/2011

1. Processo TC-015.484/2006-8 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2005)

1.1. Responsável: Cícero Eutrópio Magalhães (344.868.527-53)

1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude no Rio de Janeiro - NERJ

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Paulo Lara (OAB/SP 250.257), Vanessa Sibila Silva Rosa (OAB/SP 201.759), Christiane Nora Gregolin (OAB/SP 132.231), Daniele Maria Barreiro Bastasini (OAB/RJ 180.772-E).

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1333/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em adotar a seguinte providência, conforme pareceres emitidos nos autos, arquivando estes em seguida.

1. Processo TC-029.428/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Maranhão

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Autuar processo de Monitoramento visando acompanhar a execução do Acórdão nº 1.333/2010-Plenário, nos termos do art. 243 do Regimento Interno.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 21/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1334/2011 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, por meio da qual a empresa Poliedro Informática Ltda. noticiou a este Tribunal possíveis irregularidades praticadas pelo Departamento de Planejamento e Administração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na condução do pregão eletrônico 11/2010.

Considerando que o referido pregão eletrônico nº 11/2010 objetivava a contratação da prestação de serviços continuados de supervisão, análise e operação de suporte de infraestrutura e de atendimento aos usuários de soluções de e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da Administração Central do Instituto em Brasília e no Rio de Janeiro.

Considerando que a presente representação versa sobre a inabilitação, supostamente irregular e injusta, da empresa representante, sob a alegação de não ter cumprido os requisitos do edital e apresentado proposta com valores individuais divergentes e incompatíveis com o valor total.

Considerando que restou demonstrado que foi dada à empresa representante cinco oportunidades para retificar os erros apresentados em sua proposta de forma a ajustá-la aos termos do edital e ao valor total apresentado.

Considerando que, ao final do procedimento, o pregoeiro considerou ainda existirem sete falhas na proposta da representante, o que conduziu a sua desclassificação.

Considerando que a análise efetuada pela unidade técnica, em instrução constante dos autos, confirmou a análise efetuada pelo pregoeiro em relação a cinco itens, e deu razão à representante em apenas dois itens.

Considerando que consoante a unidade técnica, as cinco falhas não retificadas são suficientes para desclassificar a proposta da empresa representante, conforme corretamente concluído pelo pregoeiro, e pelas razões por ele apontadas.

Considerando que a unidade técnica opina, uniformemente, pelo conhecimento da presente representação, por atender os requisitos legais, e, no mérito, apesar da procedência parcial da peça apresentada, pela confirmação da legalidade da conduta adotada pelo pregoeiro, pelo que não estariam presentes os *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* necessários à adoção da medida cautelar solicitada pela empresa representante ou de outra qualquer medida corretiva, arquivando-se, portanto, os autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) o envio de cópia da presente deliberação à empresa representante e ao IPHAN;

c) arquivar o presente processo, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar novamente fatos atinentes ao certame, em processo distinto caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-009.821/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Poliedro Informática Ltda.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - MinC

1.3. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 6/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1335/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, de acordo com os pareceres emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Sr. Armindo Gonzales Miranda, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão TCU nº 2878/2010-Plenário:

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 13/12/2010

Valor recolhido: R$ 3.047,70 Data do recolhimento: 15/12/2010

1. Processo TC-009.117/2009-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)

1.1. Apensos: 012.938/2010-6 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Afonso Bandeira Florence (177.341.505-00); Armindo Gonzalez Miranda (158.741.255-15); Hugo Sternick (296.677.716-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Maria Del Carmen Fidalgo Sanchez Puga (070.630.165-04); Paulo Roberto Neves de Souza (118.349.435-15); Saulo Filinto Pontes de Souza (096.808.535-00).

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgãos/Entidades: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. restituir os autos à Serur, para instrução do recurso, conforme despacho do Ministro-Relator Ubiratan Aguiar (Anexo 5, fl. 36).

Ata n° 19/2011 - Plenário
Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1336 a 1389, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. Não foi utilizado na numeração dos acórdãos o número 1375.

ACÓRDÃO Nº 1336/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: 014.919/2005-4 c/ 1 Volume e 13 Anexos

2. Grupo (II) - Classe de Assunto (I) - Recurso de Reconsideração (TCE)

3. Recorrentes: SMP&B Comunicação Ltda. - CNPJ: 01.322.078/0001-95; João Henrique de Almeida Sousa (Presidente da ECT) - CPF: 035.809.703-72; José Otaviano Pereira (Chefe do Departamento de Comunicações de Marketing - DMARK/ECT) - CPF: 318.752.461-34; e Maria Laurência Santos Mendonça (Chefe da Divisão de Propaganda e Publicidade do DMARK/ECT) - CPF: 126.946.491-49

4. Entidade/Órgão: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: SERUR

8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Madeira Nazário - OAB/DF n° 12931(fl. 151, v.p.), Paulo Roberto Moglia Thompson Flores - OAB/DF n° 11.848 (fl. 151), Francisco Oliveira Thompson Flores - OAB/DF n° 17122 (fl. 151, v.p.), Durval Amaral Santos Pace - OAB/SP n° 107.437 (fl. 105, anexo 8), Cintia Pampuch - OAB/SP n° 140.215 (fl. 105, anexo 8), Gabriel Pauli Fadel - OAB/RS n° 7.889 (fl. 151, v.p.), José Ribeiro Braga - OAB/DF n° 8874 (fls. 15 e 21, anexo 9) e Manoel Jesus Siqueira Silva - OAB/DF n° 8873 (fl. 15, anexo 9).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de representação, em que são examinados os recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes indicados no item 3 acima contra o Acórdão n° 2455/2007 - TCU - Plenário, que julgou irregulares as contas com aplicação de multas individuais aos responsáveis.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei n° 8.443/92, o recurso de reconsideração interposto pelo Sr. João Henrique de Almeida Sousa (CPF: 035.809.703-72), ex-presidente da ECT, para, no mérito, dar-lhe provimento com vistas a julgar suas contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei n° 8.443/1992 e, em consequência, alterar os subitens "9.6." e "9.7" do Acórdão n° 2455/2007 - TCU - Plenário, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"9.6. julgar irregulares as contas dos Sr. José Otaviano Pereira - ex - Chefe do Departamento de Comunicação e Marketing (DEMARK) , da Sra. Maria Laurência Santos Mendonça - ex - Chefe da Divisão de Propaganda e Publicidade do DEMARK e da empresa SMP&B Comunicação Ltda., com fundamento no art. 16,inciso III, alínea "b", da Lei n° 8.443/1992;

9.7. aplicar, individualmente, multa aos responsáveis relacionados no quadro seguinte, com base no art. 58, incisos I e II, da Lei n° 8.443/1992, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data dos respectivos recolhimentos:

Responsável	Valor (R$)
José Otaviano Pereira	7.000,00
Maria Laurência Santos Mendonça	7.000,00

"

9.2. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei n° 8.443/92, os recursos de reconsideração interpostos pela empresa SMP&B Comunicação Ltda. (CNPJ: 01.322.078/0001-95); José Otaviano Pereira (CPF: 318.752.461-34); e Maria Laurência Santos Mendonça (CPF: 035.809.703-72), para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.3. manter os demais termos do acórdão recorrido;

9.4. levar ao conhecimento dos recorrentes e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, o inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1336-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1337/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.887/2008-1.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas - exercício de 2007.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.

3.2. Responsáveis: Márcio Favilla Lucca de Paula (297.493.016-68), Secretário Executivo; Robson Napier Borchio (132.576.416-72), Secretário-Executivo-substituto; Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68), Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração; Simone Maria da Silva Salgado (284.959.421-00), Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração - substituta; Neuzi de Oliveira Lopes da Silva (267.085.311-00), Pregoeira; Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72), Consultora Jurídica; Sandra Elizabeth Lage Costa (719.822.997-20), Coordenadora de Assuntos Técnico Judiciais;Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Cristiano Fonseca Pereira (032.674.416-92); Duncan Frank Semple (329.743.531-34); Gilberto Barbosa dos Santos (021.972.208-02); Gráfica e Editora Brasil Ltda (00.287.519/0001-00); José Augusto Guedes Falcão (414.210.007-68); José Evaldo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Gonçalo (358.832.781-91); Junia Cristina Franca Santos Egidio (385.305.701-20); Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho (075.881.858-05); Marden Elias Ferreia (410.608.901-78); Maria Luisa Campos Machado Leal (185.722.601-10); Márcia Cristina Oliveira Fonseca (797.779.611-20).

4. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

8. Advogados constituídos nos autos: Igor Tamasauskas, OAB/SP 173163 e Bruno Martins Guerra, OAB/SP 285562.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, exercício de 2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 16, inciso III, alínea "c"; 19, *caput*; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Rubens Portugal Bacellar, condenando-o, solidariamente com a Gráfica e Editora Brasil Ltda., ao pagamento dos valores abaixo especificados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora a partir das datas indicadas até a da efetiva quitação, fixando-lhes prazo de quinze dias, a contar da ciência, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
R$ 115.181,80	23/03/2007
R$ 23.803,05	23/03/2007
R$ 135.508,00	28/11/2007
R$ 135.508,00	17/12/2007
R$ 101.631,00	17/12/2007

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Rubens Portugal Bacellar e à empresa Gráfica e Editora Brasil Ltda. multa individual de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), fixando-lhes prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das multas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. com fundamento nos artigos 16, inciso III, alínea "c"; 19, *caput*; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Neuzi de Oliveira Lopes da Silva e aplicar a ela a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.4.1. autorizar, se requerido pelos responsáveis, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o parcelamento das dívidas em até vinte e quatro vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais;

9.4.2. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.5. com fundamento nos artigos 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Márcio Favilla Lucca de Paula, Sandra Elizabeth Lage Costa, Manoelina Pereira Medrado, Simone Maria da Silva Salgado e Robson Napier Borchio e dar-lhes quitação;

9.6. com fundamento nos artigos 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados às fls. 783/799, principal, v.4, dando a eles quitação plena;

9.7. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c art. 276 do RI/TCU, tornar definitiva a medida cautelar adotada por este Tribunal, em 28/9/2009, pela qual foi determinado à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo para pagar os serviços de digitalização e impressão de documentos à empresa Gráfica e Editora Brasil Ltda., tomando por base as planilhas de custos referentes ao Contrato Administrativo 1/2006, de 26/1/2006, sendo que, nas solicitações que se enquadrassem nas planilhas nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, fosse utilizado o preço unitário da primeira faixa de quantidades (A);

9.8. com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo - SE/MTUR que:

9.8.1. ao promover licitação para serviços de impressão e digitalização (incluindo sistema de busca), observe o disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, realizando licitações distintas para os serviços de impressão e informática, a menos que se comprove a inviabilidade técnica e econômica;

9.8.2. nas contratações em que é inexigível a licitação, instrua o processo com todos os elementos exigidos no parágrafo único do artigo 26 da Lei 8.666/1993;

9.9. alertar a SE/MTur que as determinações deverão ser fielmente observada em situações análogas e que o seu descumprimento poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.10. com fundamento no art. 6º da Resolução 185/2005, remeter cópia do presente acórdão, bem como do voto e relatório que o fundamentam, à Adplan/Secegex, para que avalie a conveniência e oportunidade de realização de fiscalizações por outras unidades técnicas com o objetivo de verificar a licitude de pagamentos realizados à Gráfica e Editora Brasil Ltda., decorrentes de contratos celebrados com base em adesões à Ata de Registro de Preços do Pregão 22/2005 - Secretaria Executiva do MTur, que contém planilhas de preços unitários sem observar a economia de escala;

9.11. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para adoção das providências que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1337-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1338/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.320/2006-9 (c/ 9 anexos).

2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes (809.055.287-00), Célia Regina Macedo de Brito (768.340.007-63), Guilherme Calmon Nogueira da Gama (972.952.137-91) e Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (899.136.637-68).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal 2ª Região (RJ/ES).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral)

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: Sergio Bermudes (OAB/RJ 17.587), Bruno Calfat (OAB/RJ 105.258), Daniel Chacur de Miranda (OAB/RJ 147.781) e Luiza Lourenço Bianchini (OAB/RJ 155.050).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em função de determinação exarada mediante o Acórdão nº 1.751/2006-Plenário, com a finalidade de avaliar possíveis acumulações indevidas de cargos e a percepção de remunerações acima dos valores máximos constitucionalmente estabelecidos por servidores e magistrados do referido órgão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no inciso I do art. 43 da nº Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, determinar:

9.1.1. aos órgãos e entidades adiante listados, em conjunto ou separadamente, que adotem providências, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da ciência desta deliberação, com vistas a verificar se as acumulações de cargos identificadas em relação aos juízes e servidores a seguir relacionados estão regulares, com compatibilidade e sem prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos licitamente acumulados, observando-se, em relação aos magistrados, as disposições da Lei Complementar n.º 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura - LOMAN), ou seja, sem limitação de carga horária e, no que toca aos servidores estatutários, a aplicação, se cabível, do previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990, informando, ainda, circunstanciadamente, em igual prazo, os resultados obtidos ao Conselho Nacional de Justiça, no que diz respeito aos magistrados, assim como a esta Corte, sobre todas as situações, no próximo relatório de gestão:

9.1.1.1. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UFRJ)
Agustinho Fernandes Dias da Silva	Juiz Federal, Matrícula 5003	Professor de 3º Grau, Matrícula 0367114, CPF 003.244.857-00.
José Eduardo Carreira Alvim	Juiz Federal, Matrícula 5016	Professor de 3º Grau, Matrícula 1449997, CPF 056.342.456-72.
Anna Maria Biolchini da Silva Gonçalves	Analista Judiciário	Professora de 3º Grau aposentada, Matrícula 12182, CPF 020.930.907-59.

9.1.1.2. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade do Rio de Janeiro (Unirio):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (Unirio)
André Ricardo Cruz Fontes.	Juiz Federal, Matrícula 5036.	Professor de 3º Grau, Matrícula 0398889, CPF 754.575.807-25.
Simone Schreiber.	Juíza Federal, Matrícula 6041.	Professora de 3º Grau, matrícula 1182374, CPF 829.167.997-53.
Frana Elizabeth Mendes.	Juíza Federal, Matrícula 6084.	Professora de 3º Grau, matrícula 1545049, CPF 135.901.088-27.

9.1.1.3. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Federal Fluminense (UFF):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UFF)
Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.	Juiz Federal, Matrícula 6040.	Professor de 3º Grau, matrícula 6311400, CPF 899.136.637-68.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.1.4. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UERJ)
Guilherme Calmon Nogueira da Gama	Juiz Federal, Matrícula 6037.	Professor de 3º grau na UERJ, jornada semanal de 40 horas, CPF 972.952.137-91.
Aluísio Gonçalves de Castro Mendes.	Juiz Federal, Matrícula 6054.	Professor de 3º grau na UERJ, jornada semanal de 40 horas, CPF 809.055.287-00.

9.1.1.5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro:

Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (Secretaria de Educação/RJ)
Flamarion Pinto da Motta.	Analista Judiciário, Matrícula 15235, CPF 492.442.567-20.	Professor Docente I D, Matrícula 803.974-5, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação - Rio de Janeiro. Data de Admissão: 1º/2/1991. Lotação: C. E. Charles Dickens - Coordenadoria Metropolitana IV - RJ.

9.1.2. ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que adote medidas no sentido de se instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando a que o servidor Gilmar Carbonelli, matrícula 10818, CPF 822.567.137-68, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, promova a opção por uma das hipóteses abaixo transcritas:

9.1.2.1. permanecer no cargo exercido no TRF da 2ª Região, apresentando, em consequência, declaração da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro informando sobre a sua exoneração nos dois cargos abaixo listados, já que, consoante a jurisprudência desta Corte, incompatíveis as acumulações:

- Professor Docente I C, Matrícula 279.440-2, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação - Rio de Janeiro. Data de Admissão: 16.03.1988. Lotação: C. E. Paulo de Frontin, Coordenadoria Metropolitana X - RJ;
- Professor Docente I C, Matrícula 807.554-1-2, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação - Rio de Janeiro. Data de Admissão: 01.02.1991. Lotação: C. E. Tomás Antônio Gonzaga - Coordenadoria Metropolitana X - RJ; ou

9.1.2.2. não permanecer no cargo ocupado no TRF da 2ª Região, solicitando a sua exoneração;

9.1.3. com fundamento no inciso I do art. 43 da nº Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, determinar ao Instituto Nacional de Seguridade Social - Gerência Executiva de Petrópolis/RJ, que corrija os dados funcionais da ex-servidora Márcia Helena de Oliveira, CPF 702.089.217-53, alterando a situação, no item Grupo/Ocorrência Exclusão, de: Suspensão Temporária Administrativa, código 03/183, para: Posse em Outro Cargo Inacumulável-Art.33, Inciso VIII-8112, Código 02/122, dando notícias ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da decisão a ser proferida por este Tribunal, das medidas adotadas e dos resultados obtidos;

9.1.4. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do voto e relatório que a fundamentam, ao Conselho Nacional de Justiça, à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade do Rio de Janeiro, à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento e eventual adoção das providências cabíveis por parte dos referidos órgãos e entidades.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1338-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1339/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.392/2010-9.

2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessada: Seteh Engenharia Ltda (26.742.502/0001-81).

4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades técnicas: 1ª Secretaria de Controle Externo - Secex-1 e Secretaria de Fiscalizações de Obras - Secob-3.

8. Advogados constituídos nos autos: Ana Maria Vieira dos Santos Neto, OAB/DF nº 11.683, Cirineu Roberto Pedroso, OAB/DF nº 33.754, Dimitri Graco Lages Machado, OAB/DF nº 26.911, Giovanna Loyola Macêdo, OAB/DF nº 28.735, José Cícero Cordeiro, OAB/DF nº 11.204, Jussara Costa Melo, OAB/DF nº 8.104, Marina de Araújo Lopes, OAB/DF nº 9.342/E, Priscila Karla Ismene, OAB/DF nº 29.939, Priscila Paz Godoy, OAB/SP nº 170.200, Rafael Deutschmann Coelho,OAB/DF nº 25.694 e Rodrigo Monteiro Augusto, OAB/DF nº 12.693.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pela empresa Seteh Engenharia Ltda. em face do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB, promovido pela empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, conforme as diretrizes contidas nos artigos 1º e 4º do Decreto nº 7.175, de 12/05/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º , da Lei n.º 8.666, de 1993, c/c o art. 250, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c art. 251 do Regimento Interno do TCU, determinar à Telebrás que:

9.2.1. em relação aos Contratos ns. 22/2010-TB e 23/2010-TB, celebrados, respectivamente, com o Consórcio formado pelas empresas Clemar Engenharia Ltda. e Eltek Valere Ltda. e empresa Zopone Engenharia e Comércio Ltda., renegocie os valores contratados, de modo a adequá-los aos valores de mercado, tomando como referência os valores apurados pela Secob-3, após os ajustes contidos no Voto precedente;

9.2.1.1. em caso de recusa das contratadas na realização de renegociação, abstenha-se de emitir novas ordens de serviço;

9.2.2. em relação ao remanescente das atas registradas com base no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB, renegocie os preços adjudicados, de modo a adequá-los aos valores de mercado, tomando como referência os valores apurados pela Secob-3, após os ajustes contidos no Voto precedente;

9.3. determinar à Telebrás que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal acerca do resultado das referidas renegociações, acompanhado da documentação comprobatória pertinente, sem prejuízo de reiterar os termos da medida cautelar adotada em 16/12/2010, no sentido de não ampliar os objetos já contratados junto ao Consórcio formado pelas empresas Clemar Engenharia Ltda. e Eltek Valere Ltda. e à empresa Zopone Engenharia e Comércio Ltda., até deliberação ulterior deste Tribunal;

9.4. alertar à Telebrás e às empresas contratadas que, caso as negociações acima mencionadas não sejam satisfatórias, o TCU poderá determinar a anulação das respectivas atas de registro de preço bem como, se for o caso, a instauração de tomada de contas especial;

9.5. determinar à Telebrás que não autorize a utilização ou adesão às atas de registros de preço decorrentes do Pregão Eletrônico n.º 02/2010/TB por parte de outros órgãos e entidades da Administração Pública;

9.6. orientar que, caso seja de sua conveniência e independentemente de pronunciamento deste Tribunal, a Telebrás poderá, desde logo, realizar nova licitação para contratação do remanescente das atas em preço, depois de realizar ampla pesquisa de mercado bem como de rever e corrigir as falhas encontradas no edital anterior;

9.7. recomendar à Telebrás que, nos futuros certames:

9.7.1. não se limite ao prazo mínimo de publicidade previsto para a modalidade pregão quando a complexidade e o volume de recursos envolvidos assim exigirem, adotando como referência os prazos previstos na Lei de Licitações (30 dias);

9.7.2. reavalie sua estratégia, no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga, de não licitar em lotes distintos as obras civis e os equipamentos.

9.8. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado do Voto e Relatório que o fundamentam, ao Ministério das Comunicações e à empresa representante.

9.9. restituir os autos à Secob-3 para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1339-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1340/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 029.352/2009-5

1.1. Apenso: TC 023.508/2010-8

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessado: Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora da República no Distrito Federal, Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

4.1. Responsáveis: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00), Diretor-Geral

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. 1º Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.2. 2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 1ª Secex

8. Advogados constituídos nos autos: Renato Soares Cunha (OAB/MG 36.060); Arianne Soares de Oliveira (OAB/MG 71.862); Leo Alves de Assis Jr. (OAB/MG 97.013); Heloisa Maristela Pereira (OAB/MG 95.480); Adriano José Borges Silva (OAB/BA 17.025); Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto (OAB/DF 23.490); Giovanna Ramos Mee do Nascimento (OAB/DF 30.790); Robson Maia Lins (OAB/SP 208.576); Olívia Tonello Mendes Ferreira (OAB/DF 21.776); Maurício Charlita de Freitas (OAB/DF 25.891); Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373); Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400); Marília de Almeida Maciel Cabral (11.166); Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344); Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação interposta pelo Ministério Público Federal em virtude da ocorrência de possíveis irregularidades na Concorrência 159/2009, conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo 1º Revisor, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, I, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113,§ 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. declarar, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, a inidoneidade das empresas Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 25.898.180/0001-00, líder do Consórcio 5A, Sinalizadora Rodoviária Ltda., CNPJ 87.942.454/0001-60, líder do Consórcio Bravias, e Pró Sinalização Viária Ltda., CNPJ 44.218.154/0001-20, integrante do Consórcio Bravias, para fins de participação de licitações na Administração Pública Federal pelo prazo de 2 (dois) anos;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.3.1. revise o preço referencial das defensas metálicas nas tabelas do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), tendo em vista as evidências de superestimativa deste insumo, conforme relatado nos presentes autos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias à rescisão do contrato firmado com o Consórcio 5A, referente ao lote 6 da Concorrência nº 159/2009, mantendo-o pelo prazo estritamente necessário a nova contratação, por meio de licitação, para execução do objeto, que deverá levar em conta a revisão mencionada no item 9.3.1 deste acórdão;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3.3. apure se as condutas das empresas aqui declaradas inidôneas se repetiram em outros lotes da Concorrência nº 159/2009;

9.3.4. informe a este Tribunal as providências adotadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2, no prazo de 60 (sessenta) dias;

9.4. determinar à 1ª Secex que monitore as determinações do item 9.3;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação:

9.5.1. à Procuradora da República no Distrito Federal, Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa;

9.5.2. à Controladoria Geral da União e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para registro, respectivamente, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), quanto ao item 9.2 acima;

9.6. encaminhar cópia eletrônica deste processo ao DNIT, tendo em vista solicitação formulada pelo Diretor-Geral daquela autarquia;

9.7. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1340-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (2º Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros com voto vencido: Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.3. Ministro que não participou da votação: Aroldo Cedraz

13.4. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (1º Revisor).

13.5. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1341/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.886/2010-3.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial,

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (03.549.012/0001-68); Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Segurança Pública (87.958.583/0001-46).

3.2. Responsáveis: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria da Segurança Pública (87.958.583/0001-46); José Otávio Germano (364.473.740-15).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (03.549.012/0001-68); Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Segurança Pública (87.958.583/0001-46).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).

8. Advogado constituído nos autos: Emanuel Cardoso Pereira -OAB/DF nº 18.168.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENASP/MJ, em decorrência da não aprovação da prestação de contas relativa ao Convênio SENASP/MJ n.º 157/2002, SIAFI n.º 473218 (fls. 22/31), celebrado entre a União, por meio do Ministério da Justiça, e o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Justiça e da Segurança.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa trazidas pelo Sr. José Otávio Germano;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Estado do Rio Grande do Sul e do Sr. José Otávio Germano, com fundamento no art. 1º, inciso I, inciso II, 18, 23, inciso II, todos da Lei nº 8.443/1992, expedindo-lhes quitação;

9.3. dar ciência ao Estado do Rio Grande do Sul para a necessidade de observar as prioridades estabelecidas no pacto de convênio que venha a ser celebrado com a União, cujo objeto seja estruturação dos serviços de segurança pública no âmbito daquela unidade federativa, a fim de evitar a ocorrência verificada na execução da meta 7 do Convênio SENASP/MJ n.º 157/2002;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1341-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Revisor), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1342/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.030/2010-0.

2. Grupo I - Classe III - Assunto: Consulta.

3. Interessado: Milton de Moura França, Ministro-Presidente do TST.

4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho (TST).

5. Relator: Auditor Weder de Oliveira.

5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina consulta formulada pelo Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Exmo. Sr. Milton de Moura França, acerca da "possibilidade de conversão, em pecúnia, por ocasião da aposentadoria, dos dias de licença-prêmio por assiduidade computados em dobro, mediante opção irretratável, quando ainda não prevalecia o entendimento da possibilidade de conversão em pecúnia, para a concessão do abono de permanência, de que trata o art. 40, § 19, da Constituição Federal de 1988, bem assim os arts. 2º, § 5º, e 3º, §1º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada no DOU de 31/12/2003, realizada antes da faculdade prevista no Acórdão nº 1980/2009-TCU-Plenário e regulamentada neste Tribunal pelo ATO.GDGSET.GP.Nº 573/2009, desde que o servidor restitua, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90, os valores relativos ao referido abono, visando à mencionada conversão".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, por atender aos requisitos de admissibilidade elencados no art. 264, inciso V, §§ 1º e 2º, do RI/TCU;

9.2. esclarecer ao consulente que no Acórdão TCU nº 1980/2009-Plenário esta Corte de Contas deliberou sobre caso concreto e singularíssimo de servidor que, no interesse da Administração, não usufruiu das licenças-prêmio que adquirira e não pode beneficiar-se da contagem em dobro das licenças não usufruídas para fins de aposentadoria, uma vez que, no momento em que requereu o benefício, contava com tempo de efetivo serviço superior ao exigido pela Constituição, em nada lhe aproveitando, portanto, a referida contagem de tempo ficto;

9.3. esclarecer ao consulente que o Acórdão TCU nº 1980/2009-Plenário, com a redação dada pelo Acórdão TCU nº 2912/2010 - Plenário, não facultou ao servidor a conversão de licença-prêmio não usufruída em pecúnia como alternativa, à sua livre escolha, à contagem em dobro do período não usufruído para fins de aposentadoria;

9.4. informar ao consulente que, conforme mencionado no relatório e na proposta de deliberação que acompanham este acórdão, na Decisão nº 981/2001-Plenário, este Tribunal, ao mesmo tempo em que decidiu que "faz jus à isenção da contribuição previdenciária todo servidor que permanece em atividade após completar as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas no art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, ou nas condições previstas no art. 8º da referida Emenda, mesmo que para tanto tenha se valido do cômputo em dobro, para efeito de aposentadoria, de períodos de licença-prêmio, consoante disposto no art. 7º da Lei nº 9.527/97" (item 8.1.1), decidiu que "a opção formal do servidor pela contagem em dobro de período de licença-prêmio, para efeito de aposentadoria, é irretratável" (item 8.1.2);.

9.5. responder ao consulente, utilizando os estritos termos da consulta formulada, que não é possível "a conversão, em pecúnia, por ocasião da aposentadoria, dos dias de licença-prêmio por assiduidade computados em dobro, mediante opção irretratável, para a concessão do abono de permanência, de que trata o art. 40, § 19, da Constituição Federal de 1988, bem assim os arts. 2º, § 5º, e 3º, §1º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada no DOU de 31/12/2003", realizada antes da prolação do Acórdão nº 1980/2009-TCU-Plenário;

9.6. remeter cópia desta deliberação ao Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, para conhecimento;

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1342-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Revisor), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1343/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-027.147/2010-0

2. Grupo (I) - Classe de Assunto (V) - Relatório de Auditoria de Conformidade (Fiscalis nº 968/2010)

3. Responsáveis: Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil, CPF: 043.980.408-82; Maria Fernanda Ramos Coelho, CPF: 318.455.334-53

4. Unidades jurisdicionadas: Banco do Brasil S.A. - BB e Caixa Econômica Federal - Caixa

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Sefid 1; Secob; Semag; Sefti

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de inspeção realizada pela 1ª Sefid com vistas a atender ao disposto no item '9.2' do Acórdão nº 1969/2010 - TCU - Plenário, relativa à parceria público-privada (PPP) promovida pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal para constituírem um complexo intitulado Datacenter como suporte para o pleno funcionamento dos equipamentos de informática dos agentes financeiros.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Banco do Brasil S.A. e à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 157 do RI/TCU e no art. 8° da IN/TCU n° 52/2007, que encaminhe as informações relativas à conclusão do projeto executivo, com parecer técnico final acerca da aprovação por parte do Consórcio Datacenter, bem como relativas ao início das obras de engenharia do respectivo complexo Datacenter;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Desestatização - Sefid, com fulcro no item '9.2' do Acórdão n.º 1969/2010-TCU-Plenário, no art. 8º da IN/TCU n° 52/2007 e no art. 4º, inciso V, da Portaria Segecex n.º 27/2009, que autue processo de monitoramento para o acompanhamento das demais fases da execução contratual, quais sejam, construção e entrega do Complexo Datacenter;

9.3. dar ciência do inteiro teor deste acórdão bem como do relatório e voto que o fundamentam ao Ministério da Fazenda, ao Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), ao Consórcio Datacenter, ao Banco do Brasil S.A. (BB) e à Caixa Econômica Federal (Caixa);

9.4. arquivar, com fulcro no art. 169, inciso IV, do RI/TCU c/c o art. 3º da Portaria-Segecex n.º 27/2009, e art. 40, inciso V, da Resolução TCU n.º 191/2006, o presente processo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1343-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1344/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.600/2010-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Sec. de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da solicitação;

9.2. informar a Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Rio Grande do Sul/RS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 54, de 2010, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) e verificou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. considerar a solicitação do Senado Federal integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1344-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1345/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.161/2007-3.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério Público junto ao TCU.

3.2. Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Angela Silva Fernandes (823.318.987-15); Antonio Barros de Castro (029.505.457-34); Armando Mariante Carvalho Junior (178.232.937-49); Bernard Appy (022.743.238-01); Carlos Kawall Leal Ferreira (043.046.308-14); Carlos Mariani Bittencourt (007.595.037-53); Carlos Renato Pereira Cotovio (937.808.187-87); Carlos Roberto Lopes Haude (659.240.027-72); Charles Carvalho Guedes (539.600.681-15); Demian Fiocca (130.316.328-42); Eduardo Rath Fingerl (373.178.147-68); Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Fernando Borges da Fonseca (430.616.567-15); Fábio Sotelino da Rocha (550.305.807-00); Guido Mantega (676.840.768-68); Joao Antonio Felicio (672.384.168-91); Joao Pedro de Moura (371.269.970-00); Joaquim Vieira Ferreira Levy (727.920.007-91); Jose Fernando Monteiro Alves (025.339.608-53); Jose Roberto Leal Ferreira Fiorencio (405.672.577-20); José Francisco Graziando da Silva (713.516.048-72); João Paulo dos Reis Velloso (019.687.267-72); João de Oliveira Costa (075.937.406-68); Luis Carlos Guedes Pinto (021.056.918-20); Luiz Fernando Furlan (019.489.978-00); Luiz Marinho (008.848.518-85); Manoel de Souza Lima Neto (379.549.971-20); Marcus Pereira Aucélio (393.486.601-87); Mario Guedes de Mello Neto (338.936.597-49); Mauricio Borges Lemos (165.644.566-20); Mauricio Teixeira da Costa (045.373.607-63); Márcio Fortes de Almeida (027.147.367-34); Nadja Brunner de Souza Pinheiro (398.489.227-68); Paulo Antonio Skaf (674.083.628-00); Ricardo Luiz de Souza Ramos (804.112.237-04); Roberto Timotheo da Costa (040.604.317-53); Vânia Maria da Costa Borgerth (774.502.057-34); Wagner Bittencourt de Oliveira (337.026.597-49).

4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex-5).

8. Advogado constituído nos autos: Marco Antônio Rodrigues Barbosa, OAB/SP 25184; Carolina Arid Rosa, OAB/SP 206908; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, OAB/DF 6546; Jaques Fernando Reolon, OAB/DF 22885; Cristiane Miranda Mônaco, OAB/MS 9499-B; Vera Mirna Schomarantz, OAB/DF 17966; Francisco Eduardo Carrilho Chaves, OAB/DF 22322.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto contra o Acórdão 4397/2008 - 1ª Câmara, mediante o qual o Tribunal julgou regulares com ressalva as contas anuais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, exercício de 2006,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência aos interessados.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1345-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1346/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.664/2006-0.

1.1. Apensos: TC 016.986/2005-6, TC 025.941/2007-0, TC 027.094/2007-3

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Antonio Sávio Lins de Mendes (CPF 421.613.714-87), Cláudio de Castro Vasconcelos (CPF 252.377.641-34), Fernando Antônio Rocha Gonzaga (CPF 248.150.806-82), Henrique Pizzolato (CPF 296.719.659-20), José Augusto Gonçalves (CPF 085.585.428-64), Maria Luzineide Medeiros Soares (CPF 236.624.174-72), Murilo Antonio Silva Martins (CPF 737.396.698-53), Paulo de Tarso Veras Pereira (CPF 184.227.051-68), Renato Luiz Belineti Naegele (CPF 308.076.621-00), Rinaldo Messias de Jesus Feitosa (CPF 171.335.215-04).

4. Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).

8. Advogados constituídos nos autos: Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998), Marthius Sávio C. Lobato (OAB/DF 1681-A), Elisangela Nogueira (OAB/DF 18.740), Marco Aurélio de Moraes (OAB/DF 16.614).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria determinada pelo Acórdão n° 1122/2006 - 2ª Câmara, com o objetivo de verificar a regularidade dos patrocínios concedidos pelo Banco do Brasil S.A. no período de 2001 a 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis identificados no item 3 deste Acórdão;

9.2. com fulcro no art. 43, I, da Lei nº 8.443/92, determinar ao Banco do Brasil S. A. que, caso ainda não o tenha feito, adote providências com vistas ao ressarcimento dos recursos irregularmente pagos à Guga Kuerten Participações e Empreendimentos Ltda., no âmbito do processo 2001/0003 - Tênis Brasil - Guga/Escolinha/Juvenil/Exibição/Davis, em razão da utilização de índice de atualização monetária diferente daquele contratualmente previsto, dando ciência a este Tribunal, quando da apresentação de suas próximas contas ordinárias, acerca das medidas adotadas;

9.3. encaminhar cópias deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

9.3.1. à Controladoria-Geral da União, para que faça cumprir a providência determinada no item 9.2, *in fine*, deste Acórdão;

9.3.2. à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, tendo em conta o Requerimento nº 955/2007, encaminhado a este Tribunal por meio do Ofício n° 1430 (SF), de 05/10/2007;

9.3.3. à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em vista da Proposta de Fiscalização Financeira e Controle n° 104/2005, encaminhada a este Tribunal por meio do Ofício n° 298/2007/CFFC-P, de 17/10/2007;

9.3.4. ao Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, tendo em conta a solicitação de sua autoria encaminhada a este Tribunal por meio do Ofício n° 01073/2005, de 13/9/05;

9.4. nos termos do art. 17, §2°, II, da Resolução-TCU n° 215/2008, considerar integralmente atendidas as solicitações de interesse do Congresso Nacional contidas nos processos TC-025.941/2007-0, TC-027.094/2007-3 e TC-016.986/2005-6, apensos

9.5. arquivar os presentes autos, após a realização das comunicações.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1346-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1347/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.735/2006-3.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Representação)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Olivo Dambros (430.305.729-00) e Moacir Kretzmann (711.032.797-34)

3.2. Responsáveis: Olivo Dambros (430.305.729-00) e Moacir Kretzmann (711.032.797-34).

4. Entidades: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços, e Instituto Maytenus para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

5. Relator/Relator da deliberação recorrida:

5.1. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.387).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Olivo Dambros e Moacir Kretzmann, contra o Acórdão 2.016/2009, Plenário, que os apenou com a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, em razão de irregularidades na aplicação de recursos dos programas nacionais de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Olivo Dambros e Moacir Kretzmann, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Caixa Econômica Federal;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1347-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1348/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.058/2002-9

Apenso: TC 001.201/2009-7

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração

3. Embargantes: Ronaldo Adami Loureiro (CPF 526.661.587-72) e João Luiz Zaganelli (CPF 738.532.407-04)

4. Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/ES

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam nesta fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 537/2010-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 de Lei nº 8.443/92, para, no mérito, acolhê-los, alterando os termos do Acórdão nº 537/2010-Plenário a fim de:

9.1.1 reduzir o valor da multa cominada pelo item 9.24 do Acórdão nº 2.104/2007-Plenário ao Sr. Ronaldo Adami Loureiro para R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de modo a refletir somente a irregularidade relativa ao item 9.5 do referido Acórdão;

9.1.2. reduzir o valor da multa cominada pelo item 9.7 do Acórdão nº 537/2010-Plenário ao Sr. Antônio Tarcísio de Arruda para R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de modo a refletir somente a irregularidade relativa ao item 9.6 do Acórdão nº 2.104/2007-Plenário;

9.1.3 reduzir o valor da multa mantida pelo item 9.10 do Acórdão nº 537/2010-Plenário ao Sr. João Luiz Zaganelli para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), adequando-a àquela aplicada ao Sr. Vicente Paula Dias Filho pelas mesmas irregularidades (itens 9.6 e 9.7 do Acórdão nº 2.104/2007-Plenário);

9.1.4 incluir o nome do Sr. Luiz Soresini no subitem 9.3 do Acórdão nº 537/2010- Plenário, a fim de estender os efeitos quanto ao acolhimento das razões de justificativa em relação às irregularidades indicadas nos itens 9.3 e 9.11 do Acórdão nº 2.104/2007-Plenário, excluindo a multa cominada no subitem 9.24 deste último, tendo em vista ter sido chamado em audiência somente por estas irregularidades;

9.1.5 estender ao Sr. José Caldas da Costa os efeitos quanto ao acolhimento das razões de justificativa relativamente à irregularidade indicada no item 9.3 do Acórdão nº 2.104/2007-Plenário, excluindo a multa cominada no subitem 9.24, tendo em vista ter sido chamado em audiência somente por esta irregularidade;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), aos embargantes e aos Srs. Antônio Tarcísio de Arruda, Luiz Soresini e José Caldas da Costa.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1348-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1349/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.418/1999-1.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedidos de Reexame

3. Recorrentes: Adyr da Silva (CPF 042.991.087-87); Eduardo Bogalho Pettengill (CPF 010.199.376-53); Nelson Jorge Borges Ribeiro (CPF 049.230.817-91); Nelson Vitali Pazzini (CPF 393.165.488-53).

4. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secex-3

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de quatro pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 903/2010 - TCU - Plenário, o qual tratou de relatório de levantamento referente às obras e serviços de construção do novo terminal de passageiros, edificações de apoio, estacionamento e acesso de veículos, redes e sistemas do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Natal/RN.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 903/2010-TCU - Plenário, com fundamento no art. 48, c/c o art. 33, ambos da Lei nº 8.443/92, e no mérito negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada do relatório e do voto que o fundamentam, aos recorrentes e à Infraero.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1349-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1350/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.647/2003-1

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Agamenon Rodrigues do Prado (CPF 220.387.791-04), Fábio Portela Machinski (CPF 164.466.581-68) e José Luiz dos Reis (CPF 422.152.691-20)

3.1. Responsáveis: Agamenon Rodrigues do Prado (CPF 220.387.791-04); Ana Maria Chaves Faustino Tiete (CPF 450.499.478-04); Cristiane Ruiz (CPF 639.852.091-20); Fábio Portela Machinski (CPF 164.466.581-68); José Luiz dos Reis (CPF 422.152.691-20); Maria José de Moraes (CPF 501.152.001-34); Sônia Savi (CPF 202.226.531-91) e Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (CNPJ 02.704.880/0007-06)

4. Unidade: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda de Mato Grosso do Sul (Seter/MS)

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Secex/MS e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: José Valeriano de S. Fontoura (OAB/MS 6.277) e Maria Celeste da Costa e Silva (OAB/MS 3.281)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Agamenon Rodrigues do Prado, Fábio Portela Machinski e José Luiz dos Reis contra o Acórdão nº 2.330/2008 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 208/2009 - Plenário), por meio do qual foram julgadas irregulares as contas dos recorrentes, com aplicação de débito e multa (além da inabilitação dos Srs. Agamenon Rodrigues do Prado e José Luiz dos Reis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período de oito anos).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Agamenon Rodrigues do Prado e José Luiz dos Reis contra o Acórdão nº 2.330/2008 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 208/2009 - Plenário), nos termos dos arts. 31, 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. não conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Fábio Portela Machinski contra o Acórdão nº 2.330/2008 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 208/2009 - Plenário), por intempestividade e ausência de fatos novos, nos termos do art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.3. determinar à Segecex que:

9.3.1. promova ajuste no Sistema Cadirreg em relação à admissão de recursos de reconsideração interpostos por terceiros que aproveitariam ao Sr. Fábio Portela Machinski e às Srªs. Maria José de Moraes, Ana Maria Chaves Faustino Tiete, Sônia Savi e Cristiane Ruiz, bem como ao Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), tendo em vista que não foi ratificada referida admissão com relação a esses responsáveis, por inaplicabilidade do art. 281 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. no caso da Srª Cristiane Ruiz, atente para o fato de que o ajuste mencionado no item precedente deste acórdão deve ocorrer tão somente em relação à não admissão dos recursos de reconsideração interpostos por terceiros, devendo ser mantido, por ora, o registro de exclusão de seu nome e CPF do Sistema Cadirreg, em respeito à decisão proferida pelo MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Federal de Campo Grande - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul nos Autos nº 0012261-68.2010.403.6000;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, à Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso do Sul e à 2ª Vara Federal de Campo Grande - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul (Autos nº 0012261-68.2010.403.6000).

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1350-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1351/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.751/2011-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Levantamento de Auditoria.

3. Responsável: Luiz Antonio Pagot

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela Secob-2 no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, no âmbito do Fiscobras/2011, cujo objeto foi o Edital da Concorrência Pública nº 386/2010, relacionado à execução dos serviços necessários à realização das Obras de Revitalização (Recuperação, Restauração e Conservação) - CREMA 2ª Etapa, na Rodovia BR-364/RO, ora revogado pela entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, em caso de nova licitação para contratação dos serviços necessários à realização das Obras de Revitalização (Recuperação, Restauração e Conservação) - CREMA 2ª Etapa, na Rodovia BR-364/RO:

9.1.1. ajuste os consumos de Melhorador de Adesividade (Dope) para os serviços de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (capa e binder), conforme resultados dos respectivos ensaios;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.2. revise a distribuição das instalações industriais, considerando a possibilidade de adoção de duas ou mais unidades de produção para cada lote, mediante a confirmação da viabilidade técnica das ocorrências de materiais para pavimentação (pedreiras e areais) disponíveis nas extremidades dos segmentos projetados;

9.1.3. caso não utilize, no Lote nº 3, base e/ou sub-base estabilizada granulometricamente com insumos provenientes das jazidas constantes dos Editais SR/RO nºs 704/2009 e 705/2009, demonstre a inviabilidade técnica e/ou econômica dessa alternativa;

9.1.4. realize ensaios, cálculos e laudos conclusivos acerca da viabilidade técnico/econômica da utilização de pedreiras, areais e cascalheiras circunvizinhas aos trechos de realização das obras e que não possuam licenciamento ou lavra concedida, identificados no *site* do Departamento Nacional de Produção Mineral, mas possam ser objeto de prévio bloqueio das jazidas junto ao DNPM, ou que possuam menor distância de transporte;

9.1.5. no caso de não ser viável a adoção das medidas indicadas no subitem anterior previamente ao lançamento do novo edital, adote-as no prazo de até 90 (noventa) dias após a emissão da ordem de serviço e promova, se for a hipótese, as providências necessárias para reestabelecer o equilíbrio econômico/financeiro dos eventuais contratos assinados, de forma a modificar as fontes de aquisição dos insumos;

9.1.6. revise os quantitativos de fresagem contínua e descontínua nos projetos dos quatro lotes, tomando por base a metodologia proposta pela Coordenação de Projetos de Infraestrutura, consubstanciada na sua Nota Técnica nº 34/2011;

9.1.7. padronize os projetos e quantitativos das instalações e manutenção de canteiros de obras e dos serviços de mobilização de equipamentos e pessoal para os quatro lotes do empreendimento, assegurando as particularidades de cada segmento e avaliando a possibilidade de considerar a origem dos equipamentos de Porto Velho-RO, ao invés de Cuiabá-MT;

9.1.8. certifique-se para que não haja dupla contratação dos serviços de manutenção e conservação nos km 0 a 700,6, uma vez que os Editais nºs 457, 488, 702, 703, 704 e 705/2009 e 007/2010, de responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia, já licitados ou em fase de licitação, têm como objeto a realização de serviços de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) nos mesmos trechos, de modo a evitar a ocorrência de danos ao Erário;

9.2. determinar, ainda, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que revise e atualize os projetos de todos os contratos relacionados ao CREMA 2ª etapa, atualizando os orçamentos para a data-base mais recente disponível no SICRO 2;

9.3. determinar à Secob-2, em caso de publicação de novo edital para contratação dos serviços necessários à realização das Obras de Revitalização (Recuperação, Restauração e Conservação) - CREMA 2ª Etapa, na Rodovia BR-364/RO, monitore o cumprimento das medidas determinadas no subitem 9.1 retro;

9.4. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao DNIT;

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1351-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1352/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-003.765/2010-5
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria Operacional
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/PA
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria Operacional efetivada com o objetivo de avaliar o desempenho operacional das entidades responsáveis pela administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no que concerne à missão de financiar as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar ao Banco da Amazônia S/A que:

9.1.1 inclua nas prestações de contas apresentadas ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia análises que evidenciem a eficácia e efetividade do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em especial, quanto a efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração de empregos, renda e tributos nas microrregiões prioritárias mapeadas pela Política, tendo em vista o disposto no inciso V, art. 15, da Lei nº 7.827/89, e no inciso II, art. 6º, do Decreto nº 6.047/2007;

9.1.2 realize mapeamento e acompanhamento sistemático das agências e superintendências com baixo desempenho na concessão de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte a mini, micro e pequenos produtores, de modo a direcionar esforços administrativos para melhoria do alcance das metas de montante de recursos a serem alocados a empreendimentos classificados nesses segmentos, tendo em vista o disposto no inciso III, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.3 incremente as medidas de divulgação dos programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para os possíveis tomadores de recursos classificados como de micro até médio portes, tendo em vista o disposto no inciso XII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.4 incremente e aperfeiçoe as ações com vistas ao acompanhamento contínuo do comportamento da inadimplência, a fim de atuar de forma preventiva quando da sinalização de tendência de crescimento da inadimplência em determinado setor econômico, porte de empreendedor, tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e superintendência, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.5 implemente critérios e padrões para avaliação da eficiência, efetividade e eficácia da área de reestruturação de ativos, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.6 promova a alocação de profissionais e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Gerência de Acompanhamento do Crédito de Fomento para as operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.7 amplie e aperfeiçoe as ações para capacitação de empregados que desenvolvem análise de crédito nas agências, acompanhamento dos financiamentos e renegociação de dívidas, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.8 revise os procedimentos de acompanhamento/comprovação/vistoria das operações, com foco em cadastramento e viabilidade econômica de projetos, a fim de adoção de medidas preventivas, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.9 implemente critérios e indicadores para avaliação da eficiência, efetividade e eficácia das ações de cobrança judiciais, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89;

9.1.10 adote as seguintes medidas de aperfeiçoamento operacional da Gerência de Auditoria relativamente aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte:

9.1.10.1 inclusão, a partir do exercício de 2011, de escopos e metodologias específicos de fiscalização de operações com recursos do FNO em seus planos anuais de atividades de auditoria, conforme Instruções Normativas CGU nº 07/06 e nº 01/07, em especial:

9.1.10.1.1 adoção de procedimentos de auditoria estruturados para aferição objetiva do desempenho operacional das unidades na gestão de recursos do Fundo;

9.1.10.1.2 estabelecimento de critérios de seleção amostral baseados em materialidade das operações e classificação de risco que reflitam a representatividade das aplicações de fomento no conjunto das operações da carteira das unidades auditadas; e

9.1.10.1.3 detalhamento de metas quantitativas de horas a serem empregadas em fiscalizações de recursos do FNO;

9.1.10.2 adoção de indicadores de desempenho para as atividades de auditoria interna, relativos ao cumprimento dos objetivos e metas de fiscalização dos recursos do FNO, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;

9.1.10.3 alocação dos recursos humanos e implantação de sistemas informatizados necessários ao cumprimento das metas de auditoria das unidades responsáveis pelas operações de crédito do FNO estabelecidas nos planos anuais de atividades de auditoria interna, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal; e

9.1.10.4 implementação de metodologia de monitoramento da eficácia e efetividade das recomendações formuladas nas sínteses de auditoria, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;

9.1.11 apresente a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência desta deliberação, plano para cumprimento das determinações formuladas nos subitens 9.1.1 a 9.1.10 acima, contemplando a especificação de medidas, prazos e responsáveis;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, formular as seguintes recomendações:

9.2.1 à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Integração Nacional que examinem a possibilidade de encaminhar ao Congresso Nacional proposta de projeto de lei que contemple a adoção de encargos financeiros e outras condições operacionais diferenciadas para financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para empreendimentos localizados em áreas consideradas prioritárias conforme diagnóstico da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

9.2.2 ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia que:

9.2.2.1 estabeleça, a partir do exercício de 2011, critérios e metas quantitativas de distribuição espacial de recursos nos planos de aplicação anuais dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, conforme a tipologia de microrregiões instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

9.2.2.2 inclua nos planos anuais de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte regras relativas à fixação de critérios e padrões objetivos para aferição da adequação dos pleitos de investimento de recursos do Fundo, em especial os projetos do setor de infraestrutura, às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do futuro Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, em especial quanto aos efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração de empregos, tributos e renda nas regiões prioritárias;

9.2.3 à Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia que:

9.2.3.1 intensifiquem os esforços no sentido de encaminhar ao Congresso Nacional, ainda no exercício de 2011, a minuta do projeto de lei ordinária que instituirá o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia;

9.2.3.2 promovam o aperfeiçoamento dos pareceres de avaliação da gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, análises e recomendações quanto à:

9.2.3.2.1 distribuição dos montantes de recursos entre microrregiões e municípios, conforme tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e

9.2.3.2.2 análise das repercussões macroeconômicas e sociais dos investimentos do Fundo nas microrregiões e mesorregiões da Região Norte, conforme tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

9.2.3.3 incrementem as ações, em coordenação com os demais órgãos federais e governos estaduais e municipais, com vistas a aumentar e qualificar a demanda e facilitar o acesso ao crédito pelos produtores classificados como de micro, mini e pequeno portes, em especial no tocante a:

9.2.3.3.1 regularização fundiária e ambiental das pequenas propriedades rurais;

9.2.3.3.2 aumento da capacidade de atendimento às demandas de emissão de documentos necessários à obtenção de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar;

9.2.3.3.3 incremento do apoio à formação e gestão das associações e cooperativas de mini e pequenos produtores;

9.2.3.3.4 melhoria da infraestrutura de transportes, energia e comunicação nas comunidades rurais e urbanas onde residem os clientes potenciais de recursos do Fundo enquadráveis nos segmentos prioritários; e

9.2.3.3.5 aumento dos investimentos em ações de pesquisa e assistência técnica voltadas para desenvolvimento técnico-econômico de atividades florestal, agropecuária e industrial;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e ao Banco da Amazônia S/A.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1352-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1353/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-006.370/2011-0
2. Grupo I - Classe V - Levantamento de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Órgão: Ministério do Esporte
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-1
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Levantamento de Auditoria, integrante do plano especial do Fiscobras/2011, que teve por objetivo verificar a conformidade da utilização dos recursos previstos no Orçamento 2011 para a implantação da infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, determinar a oitiva da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, apresente informações necessárias à confirmação da aderência da finalidade dos gastos realizados com a finalidade da ação orçamentária e para justificar a inexecução do planejamento orçamentário;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, às seguintes entidades envolvidas com a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016: Ministério do Esporte, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Casa Civil da Presidência da República, Autoridade Pública Olímpica e 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União;

9.3. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011) na implantação da infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, Programa de Trabalho 27.811.0181.128X.0001/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1353-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1354/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.502/2003-9
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração
3. Recorrente: Agamenon Rodrigues do Prado (CPF 220.387.791-04)
3.1. Responsáveis: Agamenon Rodrigues do Prado (CPF 220.387.791-04), Ana Maria Chaves Faustino Tiete (CPF 450.499.478-04), José Luiz dos Reis (CPF 422.152.691-20), Sônia Savi (202.226.531-91), Terezinha Lopes Chaves (CPF 199.945.161-91) e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Grande-MS e Região (CNPJ 03.270.741/0001-80)
4. Unidade: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda de Mato Grosso do Sul (Seter/MS)
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidades Técnicas: Secex/MS e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Maria Celeste da Costa e Silva (OAB/MS 3.281)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Agamenon Rodrigues do Prado contra o Acórdão nº 495/2010 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 672/2010 - Plenário), por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente e de outros responsáveis, com imputação de débito.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Agamenon Rodrigues do Prado contra o Acórdão nº 495/2010 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 672/2010 - Plenário), nos termos dos arts. 31, 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar quitação do débito solidário constante do item 9.3 do Acórdão nº 495/2010 - Plenário (retificado pelo Acórdão nº 672/2010 - Plenário), nos termos do art. 27 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aos Srs. Agamenon Rodrigues do Prado e José Luiz dos Reis e ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Grande-MS e Região, ante o recolhimento aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) das quantias constantes do referido item do acórdão recorrido;
9.3. determinar à Segecex que promova ajuste no Sistema Cadirreg em relação à admissão de recurso de reconsideração interposto por terceiro que aproveitaria ao Sr. José Luiz dos Reis, tendo em vista que não foi ratificada referida admissão com relação a esse responsável, por inaplicabilidade do art. 281 do Regimento Interno/TCU;
9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Sr. José Luiz dos Reis, ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Grande-MS e Região, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, à Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso do Sul e ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1354-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1355/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.993/2010-0
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração
3. Embargante: Maria Vieira de Mendonça (CPF 068.166.655-20)
4. Entidade: Município de Itabaiana/SE
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SECEX/SE
8. Advogado constituído nos autos: Nilton Cesar dos Santos Barros (OAB/SE 4.029).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam nesta fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 662/2011-Plenário que, por meio de seu item 9.4, aplicou a multa do art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92 à embargante.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 de Lei nº 8.443/92, para, no mérito, rejeitá-los.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1355-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1356/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.891/2008-0.
1.1. Apenso: TC 015.821/2010-2
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Monitoramento
3. Responsáveis: Frederico Augusto da Rocha Capilé (CPF 503.107.471-04); Laudo Rodrigues da Silva (CPF 314.199.841-87); Murilo Domingos (CPF 242.393.308-82).
4. Entidade: Município de Várzea Grande - MT.
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).
8. Advogado constituído nos autos: Jorge Luiz Dutra de Paula (OAB/MT 5053-B)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de fiscalização com o intuito de monitorar o atendimento de deliberações do Acórdão/TCU nº 608/2008 - Plenário, pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, na condução de licitações para as obras do PAC naquele município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar cumpridas as determinações do Acórdão nº 608/2008 - Plenário constantes dos seguintes itens: 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6, 9.3.7, 9.3.9, 9.3.14, 9.3.15;
9.2. alertar a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT sobre o descumprimento das determinações dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.8, 9.3.10, 9.3.11, 9.3.12 e 9.3.13 do Acórdão nº 608/2008- Plenário;
9.3. com relação às justificativas apresentadas pelo Sr. Murilo Domingos, Prefeito de Várzea Grande/MT em atendimento ao Acórdão nº 608/2008 - Plenário:
9.3.1. rejeitar as inerentes ao não atendimento das determinações dos itens 9.3.1, 9.3.11 e 9.3.12 e as relacionadas ao sobrepreço por quantitativo nas obras de esgotamento sanitário, Concorrência 01/2008, e ausência de estudos geológicos para as obras de saneamento;
9.3.2. aceitar parcialmente as inerentes ao não atendimento da deliberação do item 9.3.8 quanto ao não detalhamento da taxa de encargos;
9.3.3. aceitar a justificativa relativa ao item 9.3.14;
9.4. aplicar ao Sr. Murilo Domingos a multa prevista no artigo 58, VII, c/c o §1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação vigente;
9.5. com relação às justificativas apresentadas pelo Sr. Frederico Augusto da Rocha Capilé, responsável pela elaboração do orçamento da Concorrência 02/2008, em atendimento ao Acórdão nº 608/2008 - Plenário:
9.5.1. rejeitar as inerentes ao não atendimento das determinações constantes dos itens 9.3.11, 9.3.12;
9.5.2. aceitar parcialmente as relativas ao não atendimento do item 9.3.8;
9.5.3. aceitar a justificativa relativa ao item 9.3.14;
9.6. aplicar ao Sr. Frederico Augusto da Rocha Capilé a multa prevista no artigo 58, VII, c/c o §1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação vigente;
9.7. com relação às justificativas apresentadas pelo Sr. Laudo Rodrigues da Silva, servidor do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE/VG, responsável pela elaboração do orçamento da Concorrência 01/2008 e dos projetos das Concorrências 02 e 03/2008, PAC Várzea Grande, em atendimento ao Acórdão nº 608/2008 - Plenário:
9.7.1. rejeitar as inerentes ao não atendimento das determinações dos itens 9.3.11 e 9.3.12 e as relacionadas ao sobrepreço por quantitativo nas obras de esgotamento sanitário, Concorrência 01/2008, e à ausência de estudos geológicos para as obras de saneamento;
9.7.2. aceitar parcialmente as inerentes ao não atendimento da deliberação do item 9.3.8, quanto ao não detalhamento da taxa de encargos;
9.8. aplicar ao Sr. Laudo Rodrigues da Silva a multa prevista no artigo 58, VII, c/c o §1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação vigente;
9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial dos valores constantes dos item 9.4, 9.6 e 9.8 acima, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;
9.10. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.10.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.11. promover, preliminarmente, a oitiva das empresas contratadas para execução das obras decorrentes das Concorrências nºs 01, 02 e 03/2008, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciem sobre as seguintes propostas da Secex/MT para modificação dos contratos por meio de termos aditivos a serem oportunamente firmados:
9.11.1. observar nos referidos aditivos que o preço do metro para os tubos de ferro fundido assinalados pela Caixa Econômica Federal já incluem acréscimo relativo à aplicação do percentual de 20,5% de BDI, uma vez que não são custos diretos, e sim preços contratuais:
DN 600 mm, R$ 723,79 (setecentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos);
DN 500 mm, R$ 573,50 (quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos);
DN 400 mm, R$ 402,25 (quatrocentos e dois reais e vinte e cinco centavos);
9.11.2. na composição dos BDIs de aquisições que serão objeto de termo aditivo, adequar a rubrica de 2% de ISS, vez que a base de cálculo desse tributo em relação ao fornecimento de materiais é apenas o próprio BDI e não o total do fornecimento;
9.11.3. na composição dos BDIs que serão objeto de termo aditivo, não incluir margem de incerteza, bem como observar os parâmetros discutidos nos Acórdãos/TCU nºs 1600/2003-Plenário, 157/2009-Plenário;
9.11.4. observar que os ajustes acima implicam a revisão das medições anteriores;
9.11.5. reavaliar a inviabilidade técnico-econômica de uso dos tapumes de proteção com 10 reaproveitamentos em chapa de madeira compensada em detrimento dos tapumes em tela de polietileno para todas as áreas;
9.12. determinar à Secex/MT que, ao promover a oitivas das empresas contratadas para execução das obras das Concorrências nºs 01, 02 e 03/2008, encaminhe, desde logo, cópia das peças processuais relativas aos questionamentos, bem como cópia dos esclarecimentos já enviados pelos responsáveis, devendo ser constituído processo apartado para cuidar exclusivamente das possíveis justificativas a serem prestadas pelas empresas interessadas;
9.13. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, à Superintendência da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso e às empresas contratadas para execução das obras das Concorrências nºs 01, 02 e 03/2008.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1356-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1357/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.951/2010-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Daniel Dantas Wanderley (CPF 024.131.444-55) e Josivan Gomes Marques (CPF 042.875.244-62).
4. Entidade: Município de Maturéia/PB.
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), no Município de Maturéia/PB, com o objetivo de avaliar aspectos de conformidade da execução do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex/RN que monitore a atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE quanto ao acompanhamento do Convênio em exame, reinstruindo o feito após a conclusão final encaminhada pelo órgão repassador quanto ao Convênio nº 710217/2008, firmado com o Município de Maturéia/PB;

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1357-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1358/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.717/2011-0.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação

3. Responsáveis: Gilvan Pizzano Agibert (CPF 340.476.549-49), Júlio Alberto Durski (CPF 130.844.459-15), Distribuidora de Medicamentos São Marcos Ltda. (CNPJ 07.127.606/0001-31), GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87).

4. Entidade: Município de Prudentópolis/PR.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Paraná (SECEX-PR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação de autoria da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná em decorrência de possíveis irregularidades relacionadas à aquisição de medicamentos, com recursos de convênios, pelo município de Prudentópolis/PR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 246, do Regimento Interno do TCU;

9.2. com fundamento no art. 47 da Lei n° 8.443/92, converter os presentes autos em tomada de contas especial e determinar a citação do Sr. Gilvan Pizzano Agibert, Prefeito Municipal de Prudentópolis, solidariamente com o Sr. Júlio Alberto Durski, Secretário Municipal de Saúde à época, e com as empresas a seguir relacionadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, apresentem alegações de defesa para os fatos descritos nos subitens 9.2.3 e 9.2.4, abaixo, e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as respectivas importâncias, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, conforme discriminado a seguir:

9.2.1. empresa Distribuidora de Medicamentos São Marcos Ltda.:

Convênio	Nota Fiscal	Valor (R$)	Data
709494/2009	4109	3.908,00	13/12/2010
	4110	2.348,40	13/12/2010
712276/2009	4107	3.926,10	13/12/2010
	4108	3.342,50	13/12/2010

9.2.2. empresa GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda.:

Convênio	Nota Fiscal	Valor (R$)	Data
709494/2009	1235	23.319,00	14/12/2010
	1236	23.263,80	14/12/2010
	1237	21.102,47	14/12/2010
	1238	23.114,80	14/12/2010
712276/2009	1243	35.614,50	15/12/2010
	1244	35.511,79	15/12/2010

9.2.3. condutas atribuíveis aos Srs. Gilvan Pizzano Agibert e Júlio Alberto Durski:

9.2.3.1. pagamento antecipado de medicamentos, configurado pela aceitação dos termos de fiel depositário assinados pelas empresas fornecedoras;

9.2.3.2. aceitação de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, emitidas, portanto, em desacordo com a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98;

9.2.3.3. pagamento da totalidade dos medicamentos adquiridos, sem que as mercadorias tenham sido entregues;

9.2.4. condutas imputáveis às empresas Distribuidora de Medicamentos São Marcos Ltda. e GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda.:

9.2.4.1. não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais emitidas, contrariando a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98; e

9.2.4.2. recebimento de recursos públicos sem a correspondente entrega da totalidade dos medicamentos adquiridos à conta dos recursos dos Convênios 709494/2009 e 712276/2009;

9.3. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam ao Ministro da Saúde e ao Ministério Público Federal no Estado do Paraná.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1358-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1359/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.118/2010-8.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Front Propaganda Ltda.

4. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Educação.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (6ª Secex).

8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760) e Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação interposta pela empresa Front Propaganda Ltda. em 4/8/2010, acerca de possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 72/2009, instaurado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/SE/MEC, destinado à contratação de empresa para a realização de eventos do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação formulada pela Front Propaganda Ltda., uma vez que preenche os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. alertar a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/SE/MEC quanto à necessidade de, nas licitações para registro de preços, formular o instrumento de contrato quando os valores envolvidos se encaixarem nas hipóteses de concorrência e de tomada de preços, na forma estabelecida no art. 11 do Decreto nº 3.931/2001, c/c o art. 62 da Lei nº 8.666/1993;

9.3. determinar à 6ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal que proceda à constituição de processo apartado para:

9.3.1. avaliar o cumprimento das determinações contidas nos subitens 1.5.2 e 1.5.3 do Acórdão nº 1.630/2010 - Plenário, verificando a efetiva existência de antieconomicidade nos preços utilizados para locação de espaço físico para eventos no âmbito do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 72/2009, levando em conta, entre outros fatores, o resultado das eventuais pesquisas de preços realizadas pelo MEC, conforme anunciado na Nota Técnica Complementar nº 01/2010 - CGCC/SAA/SE/MEC; e

9.3.2. examinar a legalidade das emissões de empenho pela SAA/SE/MEC e pela Capes, em favor da empresa FJ Produções Ltda., após a vigência da ata de registro de preços decorrente do citado pregão;

9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/SE/MEC, à representante e à empresa FJ Produções Ltda.;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1359-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1360/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.746/2006-0 (c/ 1 volume e 8 anexos).

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: José Guimarães Cavalcante (064.284.012-15).

4. Órgão: Departamento Nacional de Produção Mineral - 16º Distrito no Estado do Amapá - DNPM/AP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Alan do Socorro Souza Cavalcante (OAB/AP nº 236) e Ary Ferreira de Farias (OAB/AP nº 756).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração interpostos contra o Acórdão n° 1.746/2010-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou recurso de reconsideração e decidiu manter a multa imposta ao recorrente mediante o Acórdão nº 100/2008-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei nº 8.443/1992, não conhecer dos embargos de declaração, por não preencherem os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

9.2. declarar, de ofício, em virtude de error in procedendo, a insubsistência do Acórdão nº 937/2011-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1360-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1361/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.264/2010-1 (c/ 1 anexo).

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (4ª Secex).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramente decorrente de Auditoria de Natureza Operacional realizada com o objetivo de avaliar a aplicação dos recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos municipais de assistência social, entre outras questões,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar aos subitens 9.2.7, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6, 9.3.7, 9.3.8 e 9.3.13 do Acórdão nº 2.809/2009-TCU-Plenário a seguinte redação:

"*9.2.7. adote as medidas necessárias junto aos municípios identificados na auditoria, estendendo-se aos demais municípios que porventura se encontrem na mesma situação, para que demonstrem, de forma precisa, a parcela de recursos próprios destinados às ações de assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social, com vistas à observância do parágrafo único do art. 30 da Lei 8.742/1993, informando, com exatidão, esse valor no Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente, do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUASWeb) ou de outro sistema que vier a substituí-lo (Achado VI);*

9.3.4. providencie a concessão de senha de acesso ao sistema SUASWeb ou a outro sistema que vier a substituí-lo para os conselhos de assistência social que porventura não disponham de acesso ao sistema, com o perfil para a inserção do parecer de avaliação do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente (Achado IV);

9.3.5. avalie a possibilidade de fornecer senha de acesso ao sistema SUASWeb ou a outro sistema que vier a substituí-lo, com perfil para consulta, a todos os conselheiros municipais de assistência social, a fim de que possam acompanhar as informações lançadas no referido sistema, relativas ao município e ao próprio conselho (Achado IV);

9.3.6. aperfeiçoe os procedimentos para a inserção das informações no sistema SUASWeb ou em outro sistema que vier a substituí-lo, a fim de evitar a possibilidade de inserção, pelo mesmo usuário, tanto da prestação de contas, a cargo do gestor municipal, dos recursos transferidos pelo FNAS, quanto do parecer de avaliação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente, a cargo do conselho municipal de assistência social competente, de modo a observar o princípio da segregação de funções (Achado IV);

9.3.7. inclua, no sistema SUASWeb ou em outro sistema que vier a substituí-lo, campo para identificação do nome do conselheiro que inserir o parecer de apreciação do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente, bem como campo contendo declaração de responsabilidade (Achado IV);

9.3.8. avalie a possibilidade de implementar, no sistema SUASWeb ou em outro sistema que vier a substituí-lo, a análise automática, mediante cruzamento de dados, das informações constantes da prestação de contas apresentada no Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente (Achado VII);

(...)

9.3.13. priorize a regulamentação dos critérios e procedimentos para aprovação, pelos conselhos de assistência social competentes, do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira, ou documento equivalente, consoante o disposto no artigo 14, caput e inciso I, da Portaria MDS/GM nº 625/2010;"

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à Secretaria Nacional de Assistência Social, ao Conselho Nacional de Assistência Social, aos Conselhos de Assistência Social dos Estados e do Distrito Federal, ao Ministério Público da União, aos Ministérios Públicos dos Estados, à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Casa Civil da Presidência da República;

9.3. restituir os autos à 4ª Secex para a programação do segundo monitoramento da implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 2.809/2009-TCU-Plenário, nos termos do art. 243 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. apensar o presente processo ao TC-024.821/2008-5, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução TCU nº 191/2006.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1361-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1362/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº 028.576/2008-5 (c/ 1 volume e 4 anexos).

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.

3. Recorrente: Nordeste Transporte de Valores Ltda. (05.194.878/0001-29).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)/MF.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Benner Roberto Ranzan de Britto, OAB/PE nº 26.121.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela empresa Nordeste Transporte de Valores Ltda. contra o Acórdão nº 1.108/2009-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal conheceu representação de sua autoria e, no mérito, considerou-a improcedente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso II, e 286 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Nordeste Transporte de Valores Ltda. para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão nº 1.108/2009-TCU-Plenário;

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1362-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1363/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.751/2001-9.

1.1. Apenso: TC 005.687/2002-4

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Governo do Estado de Rondônia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional.

3.2. Responsáveis: Isaac Bennesby (032.263.792-91), Análise Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 24.723.959/0001-13), Elétron Eletricidade de Rondônia S/A. (CPNJ 34.782.938/0001-22)

4. Unidade: Governo do Estado de Rondônia-RO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RO (Secex/RO).

8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Maldonado Rodrigues (OAB/RO 1.179).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria efetuado pela Secex/RO em obras das Rodovias e RO-473, executadas pelo Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia - Devop/RO, com recursos repassados pelo Bird, pelos Ministérios do Planejamento e Orçamento e Gestão e da Integração Nacional, por meio de convênios firmados com o Governo do Estado de Rondônia/RO, além de recursos estaduais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir da relação processual as empresas Análise Construções e Serviços Ltda. e Elétron Eletricidade de Rondônia S/A;

9.2. afastar a responsabilidade de Isaac Bennesby, aproveitando a ele a defesa apresentada pela empresa Elétron Eletricidade de Rondônia S/A, com fundamento no art. 161 do Regimento Interno/TCU;

9.3 arquivar estes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1363-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1364/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.499/2003-3.

1.1. Apensos: 021.818/2008-6; 021.828/2008-2

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial

3. Recorrente: Arte Engenharia e Empreendimentos S/C Ltda. (00.502.366/0001-69).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Itambaracá/PR.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1 Relator da decisão recorrida: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex/PR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pela empresa Arte Engenharia e Empreendimentos S/C Ltda. contra Acórdão 2408/2006-1ª Câmara, de 29/8/2006, Ata 31/2006-1ª Câmara, Gabinete do Ministro Guilherme Palmeira, parcialmente modificado pelo Acórdão 2358/2007-1ª Câmara, de 14/8/2007, Ata 27/2007-1ª Câmara, Gabinete do Ministro Valmir Campelo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 288, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Revisão e negar-lhe provimento;

9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1364-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1365/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.073/2010-8

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Presidência do Senado Federal.

4. Unidade: Município de Catanduva/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 33/2010, firmada entre o Município de Catanduva/SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 8.439.000,00, para financiar o "Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva-SP".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;

9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia desta deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

9.4. considerar integralmente atendida a solicitação formulada por meio do Ofício 1676-SF, datado de 10/8/2010, e arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do caput do art. 17 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1365-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1366/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.857/2011-3

2. Grupo I - Classe VII - Solicitação.

3. Interessado: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União substituto.

4. Unidade: Advocacia-Geral da União.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo - Secex/6.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Advogado-Geral da União substituto de prorrogação de prazo para apresentação do relatório de gestão e da tomada de contas de 2010 da AGU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com base no art. 7º, II, da IN TCU 63/2010, em:

9.1. conhecer da solicitação e deferi-la;

9.2. autorizar, em caráter excepcional, o envio a esta Corte do relatório de gestão e da tomada de contas anual de 2010 da AGU até os dias 20/4/2011 e 20/8/2011, respectivamente;

9.3. dar ciência desta deliberação à Advocacia-Geral da União, à Controladoria-Geral da União e ao Projeto Contas da Secretaria Geral de Controle Externo, com o alerta de que a autorização excepcional ora concedida limita-se aos demonstrativos referentes ao exercício de 2010;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1366-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1367/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.137/2010-0.

2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.

3. Interessada: Segep - Secretaria de Gestão de Pessoas.

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Segep - Secretaria de Gestão de Pessoas, com proposta de alteração do inciso II do art. 37 da Resolução-TCU nº 14, de 4 de dezembro de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no artigo 79 do Regimento Interno do TCU, em aprovar a proposta de alteração do inciso II do art. 37 da Resolução-TCU nº 154, de 4 de dezembro de 2002, na forma do texto anexo a este acórdão.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1367-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

RESOLUÇÃO-TCU Nº 243, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Altera a Resolução-TCU nº 154, de 4 dezembro de 2002.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das competências conferidas pelos arts. 73 e 96 da Constituição Federal, pelo art. 1º, inciso XIV, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e pelo art. 1º, inciso XXXIII, do Regimento Interno,

considerando a política de gestão de pessoas do TCU estabelecida nos termos da Resolução-TCU nº 187, de 5 de abril de 2006;

considerando que a capacidade de o Tribunal gerar resultados depende essencialmente da competência, da motivação, do comprometimento e da integração de seus servidores;

considerando os estudos constantes do processo TC 014.137/2010-0, resolve:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 37 da Resolução-TCU n° 154, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 (...)

(...)

II - nas demais unidades e subunidades da Secretaria do Tribunal:

a) funções de códigos FC-6 e FC-5, cargo de Auditor Federal de Controle Externo (AUFC);

b) função de código FC-4, cargos de Auditor Federal de Controle Externo (AUFC) e de Técnico Federal de Controle Externo (TEFC);

c) funções de códigos FC-3 a FC-1, cargos de Auditor Federal de Controle Externo (AUFC), de Técnico Federal de Controle Externo (TEFC) e de Auxiliar de Controle Externo (AUX)."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ACÓRDÃO Nº 1368/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.423/2001-7.

1.1. Apensos: 015.296/2000-9; 006.703/2009-1; 006.719/2009-1; 001.884/2003-3; 011.744/2002-8; 006.716/2009-0; 006.704/2009-9; 005.319/2009-5; 005.322/2009-0; 006.670/2009-9; 005.424/2009-0; 005.310/2009-0; 006.709/2009-5; 006.708/2009-8; 006.732/2009-3; 006.667/2009-3; 006.711/2009-3

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas do Exercício de 2000.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Tecnomídia Comercial Ltda. (CNPJ: 02.729.246/0001-24).

3.2. Responsáveis: Agenor Severino de Lima (095.118.491-15); Ana Karin D. de A. A. F. Quental (086.823.388-90); Andrelin Artes Gráficas e Editora Ltda (02.327.946/0001-92); Autograff Gráfica e Editora Ltda. (02.450.550/0001-38); Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia (548.247.107-15); Brasília Informática Ltda (02.408.972/0001-45); Caio Luiz Cibella de Carvalho (577.886.268-72); Claudio Roberto Monteiro de Oliveira (516.751.531-91); Cromo Representações e Consultoria Ltda (03.472.607/0001-62); Cássia P. da Anunciação-me (02.758.168/0001-96); Edson Jose Fernandes Ferreira (430.521.504-72); Edson Vedovato da Silva (010.884.318-10); Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia (13.937.032/0001-60); Fabio Germano Medeiros de Frias (084.277.471-87); Fabricio Castro Soares (778.554.501-49); Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Francisco Gabriel de Lima (261.993.861-91); Grafica Valci Editora Ltda (00.336.024/0001-16); Homero Mateus Fonseca (124.930.749-04); Indústria Comércio de Etiquetas Adesivas Brasília (00.736.033/0001-02); Informed Comério e Serviços Ltda (01.576.994/0001-51); Infotec Comércio e Representação Ltda (00.699.865/0001-98); José Osmar Monte Rocha (029.120.311-68); João Andrelin Pinheiro (223.628.861-15); João Elias Cardoso (270.422.007-72); Julio Alberto Gomes Faiad (694.473.811-20); Júlio César Barbosa Melo (338.012.405-25); Marco Aurelio dos Santos (816.256.937-53); Maria Carmen Ines Gurgel de Sousa Candal Garcia (434.749.776-87); Maria Silvia Dal Farra (507.606.888-34); Marlene Medeiros Lacerda (199.842.274-72); Mf Gráfica e Editora Ltda (02.216.595/0001-42); Ml Comunicações Ltda (01.919.559/0001-82); Moacir Fernandes de Souza (120.954.781-34); Montreal Gráfica e Editora Ltda (00.729.822/0001-08); Og Tamos Nemer (400.101.121-20); Paulo Eustaquio Pereira (068.015.011-00); Roston Luiz Nascimento (032.979.188-53); Sheila Cristina Eustaquio (598.200.631-91); Sidney Luiz Morais Moretti (295.600.200-72); Tecnomidia Comercial Ltda (02.729.246/0001-24); Tropical Gráfica e Editora Ltda (00.506.691/0001-08); Valci Teixeira (023.368.041-15); Valeria Azevedo Gomes (622.573.233-00); Walter Batista Alvarenga (033.379.011-15).

4. Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); Ministério do Turismo (MTur) (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 6ª Secex e Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Gabriel Albanese Diniz de Araujo (OAB-DF 20.334); Luiz Humberto Alves de Oliveira (OAB-DF 21.254); Tiago Pedrosa Figueiredo (OAB-DF 18.230).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.241/2010 pelo qual o Plenário julgou recursos de reconsideração e manteve o Acórdão 2.148/2008, prolatado neste processo de prestação de contas do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), relativas ao exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e à Embratur.

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1368-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1369/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.071/2010-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Senado Federal

4. Entidade: Estado de Minas Gerais

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo com garantia da União, firmada entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 32/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso I, do Regimento Interno;

9.2. informar, com fulcro no caput do art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 59/2009, à Presidência do Senado Federal que após análise da documentação relativa à operação de crédito em questão, verificou-se que, no que diz respeito aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas de forma devida e que este Tribunal acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

9.4. declarar integralmente atendida a solicitação e arquivar os presentes autos, nos termos do art. art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa TCU nº 59/2009, após a comunicação da presente deliberação à Presidência do Senado Federal, consoante prevê o art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1369-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1370/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.882/2008-4
2. Grupo I - Classe I- Assunto: Pedido de Reexame em processo de Representação
3. Interessados: Jaider Moreira de Almeida, Francisco Antônio Saraiva de Farias e Olinda Batista Assmar
4. Entidade: Universidade Federal do Acre (UFAC)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Luciano Oliveira de Melo (OAB/AC 3.091) e Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que nesta fase processual tratam de pedidos de reexame interpostos em relação ao Acórdão nº 849/2009-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Jaider Moreira de Almeida e Francisco Antônio Saraiva de Farias, por serem intempestivos e não apresentarem fatos novos, nos termos dos arts. 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Olinda Batista Assmar, com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1370-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1371/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.280/2011-2.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
4. Entidade: Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores da Marinha do Brasil.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI) do TCU, a respeito de indícios de ilegalidades na Ata de Registro de Preço nº 14/2010 decorrente do Pregão Eletrônico nº 2/2010 promovido pela Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores da Marinha do Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, e deixar de apreciar o mérito diante da perda de objeto;

9.2. dar ciência à Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores da Marinha do Brasil sobre as seguintes impropriedades constatadas no processo referente ao Pregão Eletrônico nº 2/2010 e à Ata de Registro de Preços nº 14/2010:

9.2.1. ausência de parcelamento do objeto, no que se refere aos itens 429 a 467 do Pregão Eletrônico nº 2/2010, em desacordo com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993;

9.2.2. ausência de especificação do objeto no termo de referência para os itens 429 a 449, em desacordo com o inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/1993 e inciso II do art. 3º da Lei nº 10.520/2002;

9.2.3. adoção da métrica de homem-hora para medição dos serviços dos itens 450 a 467 em desacordo com o art. 3º do Decreto nº 2.271/1997, bem como com a jurisprudência do TCU (Acórdãos nºs 1.558/2003, 786/2006 e 1.111/2006, todos do Plenário);

9.2.4. inexistência de processo de software definido para o item 452, em desacordo com a Lei nº 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, e com a IN SLTI/MP nº 4/2010, art. 13, II, e conforme precedentes do TCU, a exemplo do item 1.6.1.2 do Acórdão nº 4.355/2009-2ª Câmara (Relação nº 24/2009-MIN-JJ-2C do Min. José Jorge), do item 1.4.1.6 do Acórdão nº 7.312/2010-2ª Câmara e do item 9.1.4 do Acórdão nº 2.746/2010-Plenário;

9.3. determinar à Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores que em caso de eventual publicação de edital em substituição aos revogados itens de 429 a 467, correspondentes aos grupos 14 e 15 da Ata de Registro de Preços nº 14/2010, oriundos do Pregão eletrônico nº 2/2010, encaminhe cópia a este Tribunal;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI) do TCU que caso seja publicado edital em substituição aos revogados itens de 429 a 467, correspondentes aos grupos 14 e 15 da Ata de Registro de Preços nº 14/2010, oriundos do Pregão eletrônico nº 2/2010, verifique sua aderência à legislação e à jurisprudência desta Corte, representando, caso seja necessário;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1371-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1372/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.678/2010-0 (eletrônico)
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação
3. Interessado: César Augusto Rabello Borges (ex-Senador)
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT e Companhia Docas do Estado da Bahia-Codeba.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 1 (SEFID-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de solicitação formulada pelo então Senador César Borges, para que este Tribunal reabra o processo de Solicitação do Congresso Nacional TC 020.160/2009-5, apreciado mediante Acórdão 2363/2009 - Plenário, em vista da notícia de aditamento do contrato de arrendamento portuário firmado entre a Companhia Docas do Estado da Bahia - Codeba - e a empresa Tecon Salvador S/A, aumentando a área de exploração portuária a cargo da referida empresa, mediante a incorporação da área denominada Ponta Norte, do Porto de Salvador.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 não conhecer da solicitação, tendo em vista que o requerente não figura no rol do art. 232 do Regimento Interno do Tribunal, que define as autoridades legitimadas a formular solicitações da espécie;

9.2 determinar o apensamento deste processo ao TC 028.834/2010-0, nos termos do arts. 2º, inciso XV, 33 e 34, da Resolução TCU 191/2006;

9.3 determinar à Sefid-1 que, nas propostas de encaminhamento do TC 028.834/2010-0 para expedição de acórdãos, inclua a remessa de cópia da deliberação a ser proferida à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização d Controle - CMA - do Senado Federal, em complemento às informações expedidas no Acórdão 2363/2009-Plenário;

9.4 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado, Sr. César Augusto Rabello Borges, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, à Companhia Docas do Estado da Bahia - Codeba, e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização d Controle - CMA - do Senado Federal.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1372-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1373/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.005/2010-1
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria Operacional.
3. Responsáveis: não há.
4. Unidade: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades - Semob/Cidades.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo - Seprog.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria operacional realizada com a finalidade de avaliar a mobilidade urbana no Brasil;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com base no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;

9.1. recomendar à Semob/Cidades que:

9.1.1. defina e implemente sistemática de coleta e tratamento de informações que permita identificar problemas, necessidades e possíveis soluções concernentes à mobilidade urbana em cidades de porte médio, capitais, aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, de modo a dispor de diagnóstico que reflita, com razoável precisão, a realidade específica em cada uma dessas localidades e que possa fornecer aos vários setores envolvidos subsídios para aperfeiçoamento do planejamento e da gestão das intervenções nessa área;

9.1.2. defina e implemente, no processo de elaboração do Plano Plurianual 2012/2015, matriz de indicadores gerenciais capazes de monitorar a execução e o resultado das ações financiadas pelos programas sob sua responsabilidade, com identificação e fixação de metas para os principais produtos e entregas;

9.1.3. amplie, em futuras contratações de projetos relacionados a intervenções em mobilidade urbana, os critérios para seleção de propostas, de modo a contemplar apresentação e análise de: (i) estudos sobre a adequação e viabilidade técnica e financeira do projeto; (ii) compatibilidade da proposta com os planos de ordenamento territorial e com os planos integrados de transporte, quando exigidos por lei, dos municípios envolvidos, levando em consideração o planejamento integrado dos municípios pertencentes a regiões metropolitanas ou de influência;

9.1.4. defina e implemente estratégia de ação que contemple: (i) diagnóstico da situação do processo de integração dos planos de transporte das regiões metropolitanas ou de influência; (ii) mecanismos para apoiar os municípios na consolidação do processo de construção do planejamento integrado de transporte; (iii) medidas de indução a que municípios que integram regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões se associem ao Estado em que se situam e institucionalizem uma instância de coordenação de planejamento, investimento e operação dos serviços de transporte coletivo urbano de interesse comum;

9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e à Semob/Cidades que enviem ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação que contenha: (i) cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações acima formuladas, com identificação dos responsáveis, e (ii) eventualmente, justificativas fundamentadas para a impossibilidade de sua implementação;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram ao: (i) Ministro de Estado das Cidades; (ii) Ministro dos Esportes; (iii) Casa Civil da Presidência da República (iv) Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana; (v) Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados; (vi) Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal;

9.4. determinar à Seprog que programe o monitoramento deste acórdão;

9.5. arquivar os autos na Seprog.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1373-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1374/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.213/2009-8.
2. Grupo I - Classe III - Consulta
3. Interessado: Antônio Cesar Gonçalves Borges (Reitor)
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pelotas, acerca do teor de dispositivos contidos no Acórdão nº 599/2008-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em, com fundamento nos arts. 264 e 265 do Regimento Interno:

9.1. não conhecer da presente consulta;

9.2. comunicar o interessado acerca da presente deliberação;

9.3. apensar os presentes autos ao TC-021.858/2006-5.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1374-19/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1376/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.964/2010-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Cacoal/RO
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RO (SECEX-RO).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Cacoal/RO, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 alertar o Município de Cacoal/RO quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:

9.1.1 remanejamento, entre os blocos de financiamento, dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, o implicou em ofensa ao disposto nas Leis nºs 101/2000 e 9.142/90, bem assim no Decreto nº 1.232/94 e na Portaria MS nº 204/2007;

9.1.2 ausência de publicação dos créditos adicionais, decorrentes da apuração do superávit financeiro do exercício de 2009, bem como da disponibilização do respectivo orçamento necessário ao empenhamento das despesas, em infringência aos arts. 11, § 3º, e 42 da Lei nº 4.320/1964 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000;

9.1.3 contratação de pessoal sem concurso público, por meio da celebração de convênio, com infringência ao art. 37, II, da Constituição Federal;

9.2 recomendar ao Município de Cacoal/RO que adote as medidas pertinentes ao oportuno planejamento de suas aquisições, com vistas a evitar que os recursos relativos ao Fundo Municipal de Saúde permaneça, sem aplicação, nas contas correntes específicas, a exemplo do ocorridos com aqueles relativos ao bloco "Assistência Farmacêutica", no exercício de 2009;

9.3 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Município de Cacoal/RO, à Câmara Legislativa de Cacoal/RO, ao Conselho Municipal de Saúde de Cacoal/RO, ao Denasus/RO; e

9.4 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1376-19/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1377/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.619/2010-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (4ª Secex).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada nos sistemas informatizados do Ministério da Saúde, em confronto com o Sistema de Óbitos, tendo por objetivo específico identificar a realização de internações e/ou procedimentos de alto custo/complexidade em pacientes que vieram a óbito.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde que, em conjunto, adotem as seguintes medidas:

9.1.1. avaliar a possibilidade de estabelecer o funcionamento de mecanismo de crítica no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) que impeça a modificação do período de internação quando da reapresentação de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), de forma a evitar a ocorrência descrita no item 3.1 do relatório integrante da presente deliberação;

9.1.2. avaliar a possibilidade de incluir crítica no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) que impeça e/ou emita alerta sobre a cobrança de AIH em que há período de internação posterior à data de óbito do paciente, utilizando, para tanto, sistemas de informações oficiais, de forma a evitar a ocorrência descrita no item 3.1 do relatório integrante da presente deliberação;

9.1.3. avaliar a possibilidade de crítica no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) que impeça e/ou emita alerta sobre a abertura de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo com data de início posterior à data de óbito do paciente, utilizando, para tanto, sistemas de informações oficiais, de forma a evitar a ocorrência descrita no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.1.4. apresentar a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte), informações a respeito das providências tomadas para o cumprimento das determinações propostas nos itens anteriores.

9.2. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/CE que:

9.2.1. realize a apuração nas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), ora informadas, nas quais houve a alteração das datas de início e/ou final de internação nas AIH - tabela "Hospital Batista Memorial de Fortaleza - CE", e em seus respectivos prontuários, providenciando, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, a teor do descrito no item 3.1 do relatório integrante da presente deliberação;

9.2.2. realize a apuração em todas as Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente, ora informadas, nas quais foi constatado o achado "Cobrança indevida de Apac's" e providencie, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.2.3. apresente a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado das medidas tomadas para o cumprimento das determinações supra, incluindo informações a respeito da situação encontrada em cada Apac e das medidas adotadas para o saneamento das irregularidades porventura encontradas;

9.3. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Belém/PA que:

9.3.1. realize a apuração das Autorizações de Internação Hospitalar de nº 1508101599500, 1509101661122 e 1508101863587 e dos seus respectivos prontuários, providenciando, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa desses recursos, conforme exposto no item 3.1 do relatório integrante da presente deliberação;

9.3.2. apresente a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado das medidas tomadas para o cumprimento da determinação proposta no item anterior, incluindo informações a respeito da situação encontrada em cada AIH e das medidas adotadas para o saneamento das irregularidades encontradas;

9.4. determinar à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco que:

9.4.1. realize a apuração em todas as Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente, identificadas na tabela "Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) de Recife/PE", ora informadas, e providencie, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.4.2. apresente a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado das medidas tomadas para o cumprimento da determinação proposta no item anterior, incluindo informações a respeito da situação encontrada em cada Apac e das medidas adotadas para o saneamento das irregularidades encontradas;

9.5. determinar às Secretarias de Saúde dos municípios de São Paulo-SP, Recife-PE, Cabo Frio-RJ, Porto Velho-RO, Cascavel-PR, Carazinho-RS e Cachoeiro do Itapemirim-ES, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde, nos casos em que a responsabilidade sobre o estabelecimento de saúde é dupla (gestão estadual e municipal), que:

9.5.1. realizem a apuração nas Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente relativas à "Tabela 8 - Soma de Apac com registro após o óbito, por município" e providenciem, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.5.2. apresentem a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado da apuração realizada e as medidas adotadas para o saneamento das irregularidades encontradas;

9.6. determinar às Secretarias de Saúde dos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Paraná e Espírito Santo, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, nos casos em que a responsabilidade sobre o estabelecimento de saúde é dupla (gestão estadual e municipal), que:

9.6.1. realizem a apuração nas Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente relativas à "Tabela 8 - Soma de Apac com registro após o óbito, por município" e providenciem, se for o caso, o respectivo ressarcimento em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.6.2. apresentem a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado da apuração realizada e as medidas adotadas para o saneamento das irregularidades encontradas;

9.7. recomendar às Secretarias de Saúde dos municípios de Campina Grande do Sul - PR, Itajaí - SC, Fortaleza - CE, São José do Rio Preto - SP, Porto Alegre - RS, Goiânia - GO, Campos dos Goytacazes - RJ, Florianópolis - SC, Barbalha - CE, João Pessoa - PB, Juiz de Fora - MG, Rio de Janeiro - RJ, Salvador - BA, Campinas - SP, São Bernardo do Campo - SP, Piracicaba - SP, Petrolina - PE, Santos - SP, Araraquara - SP, Natal - RN, Montes Claros - MG, Curitiba - PR, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde, nos casos em que a responsabilidade sobre o estabelecimento de saúde é dupla (gestão estadual e municipal), que realizem a apuração nas Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente relativas à "Tabela 8 - Soma de Apac com registro após o óbito, por município" e providenciem, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.8. recomendar às Secretaria de Saúde dos estados de Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, nos casos em que a responsabilidade sobre o estabelecimento de saúde é dupla (gestão estadual e municipal), que realizem a apuração nas Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo abertas após o registro do óbito do paciente relativas à "Tabela 8 - Soma de Apac com registro após o óbito, por município" e providenciem, em caso de pagamento indevido, o respectivo ressarcimento, compensação e/ou glosa dos respectivos valores, conforme exposto no item 3.2 do relatório integrante da presente deliberação;

9.9. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.9.1. oriente os gestores de saúde a coibir a prática de inserção, na Autorização de Internação Hospitalar, por hospitais prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), de data de internação que não corresponda à real data de atendimento, alertando que tal prática compromete a qualidade dos dados epidemiológicos registrados nos sistemas do Ministério da Saúde, adotados por todos os entes para planejamento das ações de saúde e respectiva programação financeira, indo também de encontro ao disposto no artigo 1º da Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS nº 25, de 27 de janeiro de 2000, e no Manual do Sistema de Informação Hospitalar - Módulo II - Sisaih01.exe - Operação do sistema - Entrada ou captação de dados da AIH (para uso do prestador / hospital);

9.9.2. oriente os gestores de saúde a atentarem para a ocorrência de cobranças irregulares de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo abertas após o óbito dos pacientes, em desconformidade com as regras consolidadas no manual "Orientações técnicas sobre aplicação de glosas em auditoria no SUS", do Ministério da Saúde (2005), de forma que promovam, no âmbito de suas competências, as medidas corretivas necessárias ao saneamento do problema identificado;

9.9.3. oriente os gestores de saúde a reforçar as estruturas locais de auditoria na saúde, no intuito de melhorar a efetividade das atividades de auditoria sobre as Autorizações de Internação Hospitalar e Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo;

9.9.4. alerte os gestores de saúde que esses poderão vir a ser responsabilizados por este Tribunal caso sejam identificados pagamentos realizados com recursos federais sem que haja a correspondente contraprestação dos serviços e/ou fornecimento de bens;

9.10. alertar as Secretarias Municipais de Saúde de Aparecida de Goiânia-GO, Belém-PA, Campina Grande-PB e Fortaleza-CE quanto à impropriedade detectada no registro, na Autorização de Internação Hospitalar - AIH, concernente à informação de período de internação diferente do efetivamente ocorrido, em desconformidade com o artigo 1º da Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS nº 25, de 27 de janeiro de 2000, e com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar - Módulo II - Sisaih01.exe - Operação do sistema - Entrada ou captação de dados da AIH (para uso do prestador / hospital);

9.11. encaminhar a cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, bem como de cópia do relatório de auditoria produzido no âmbito da 4ª Secex: ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); ao Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); ao Ministério da Saúde; à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS); ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus); às Secretarias de Saúde dos municípios de Apa-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

recida de Goiânia-GO, Araraquara-SP, Barbalha-CE, Belém-PA, Cabo Frio-RJ, Cachoeiro do Itapemirim-ES, Campina Grande-PB, Campina Grande do Sul-PR, Campinas-SP, Campos dos Goytacazes-RJ, Cascavel-PR, Carazinho-RS, Curitiba-PR, Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, Goiânia-GO, Itajaí-SC, João Pessoa-PB, Juiz de Fora-MG, Montes Claros-MG, Natal-RN, Petrolina-PE, Piracicaba-SP, Porto Alegre-RS, Porto Velho-RO, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, Santos-SP, São Bernardo do Campo-SP, São José do Rio Preto-SP, São Paulo-SP; às Secretarias de Saúde dos estados de Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo; à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; à Comissão de Assuntos Sociais - CAS do Senado Federal; ao Ministério Público Federal; e

9.12. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1377-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1378/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.662/2006-5 (1 volume e 12 anexos)
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame
3. Interessados: Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 6ª Região - Ajucla/PE, Silvio Britzki, José da Silva Pereira, Oswaldo Augusto de Barros, Gilberto Martinez, Madalena Alves, João Luiz Botelho, Eufrosino Pereira da Silva e Miguel Abrão Neto.
4. Órgão: Justiça do Trabalho (vinculador).
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Auditor Marcos Bemquerer Costa
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) e Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: Fernando Antonio Malta Montenegro (OAB/PE 4.239), Ana Maria Costa Cavalcanti Montenegro (OAB/PE 4.245), Pedro Henrique Cavalcanti Montenegro (OAB/PE 21.800), Ana Carolina Cavalcanti Montenegro (OAB/PE 22.047) e Carla Rodrigues da Cunha Lôbo (OAB/DF 7511).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedidos de Reexame interpostos por ex-juízes classistas e pela Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 6ª Região - Ajucla/PE contra o Acórdão 2.253/2007 - TCU - Plenário, por meio do qual este Tribunal determinou aos Tribunais Regionais do Trabalho que apurassem a ocorrência de eventuais pagamentos irregulares em favor de juízes classistas sob suas jurisdições, efetuados em desacordo com o entendimento sufragado pelo STF, nos autos da ADI nº 1.797/PE, e que, em caso positivo, adotassem o devido processo legal para sustar tais pagamentos e para o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 não conhecer, com fulcro no art. 48, da Lei nº 8.443/1992, dos Pedidos de Reexame interpostos pela Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 6ª Região - Ajucla/PE e pelos Srs. Silvio Britzki, José da Silva Pereira, Oswaldo Augusto de Barros, Gilberto Martinez, Madalena Alves, João Luiz Botelho, Eufrosino Pereira da Silva e Miguel Abrão Neto;
9.2 remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos Tribunais Regionais do Trabalho, alertando-os sobre as considerações constantes do parágrafo 11 do Voto;
9.3 remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, às Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho nos Estados;
9.4 encaminhar os autos à Serur, para análise de admissibilidade do recurso constante do anexo 26; e
9.5 dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1378-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1379/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.351/1999-8
2. Grupo II - Classe I -Revisão de Ofício em Aposentadoria
3. Interessados: Claudio Cesar da Costa Pereira (CPF 064.438.263-53), Cleto Leite Gomes (CPF 004.325.203-68), Iramar Ferreira Rodrigues (CPF 054.840.653-72), Luce Maria Brandão Torres (CPF 035.004.203-97), Lucimar de Nazaré Serra de Freitas (CPF 043.904.823-00), Maria Luiza Silva Gomes (CPF 198.214.503-00), Maria Raimunda Santos Aroucha (CPF 063.935.273-15), Tereza da Silva Martins (CPF 062.805.103-44) e Valdemiro Montelo da Silva (CPF 044.230.113-87)
4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação revisada: Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da revisão de ofício de atos de concessão de aposentadoria a servidores da Fundação Universidade Federal do Maranhão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 2°, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. negar seguimento à revisão de ofício dos atos de aposentadoria de Claudio Cesar da Costa Pereira, Cleto Leite Gomes, Iramar Ferreira Rodrigues, Luce Maria Brandão Torres, Lucimar de Nazaré Serra de Freitas, Maria Luiza Silva Gomes, Maria Raimunda Santos Aroucha, Tereza da Silva Martins e Valdemiro Montelo da Silva, por não estar devidamente comprovado nos autos que a Fundação Universidade Federal do Maranhão sanou a ilegalidade que levou à recusa de registro dessas concessões;
9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1379-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1380/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-026.011/2008-4 (com 4 volumes e 4 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Ladimir Kosciuk (CPF 292.951.060/91), Coordenador do Centro de Resultados em Traumato-Ortopedia; Ana Maria Del Lito Sturmhoebel (CPF 509.954.500-25) e Pedro Paulo dos Reis Costa (CPF 183.165.300-15), Chefes da Gerência de Materiais; Mário Márcio Araújo Lopes Reis (CPF 125.378.020-04), Maria Lúcia Izé Gutierres (CPF 136.276.430-20), Rachel Gerhardt Carneiro Martin (CPF 299.546.900-00), Rosângela da Silva Eduardo (CPF 286.111.440-15), Fernanda Lopes da Silva (CPF 289.688.400-91), Gorete Beatriz Pellisoli (CPF 450.402650-34), Ingrid Bracht Lino (CPF 426.074.930-72) e Sara Wainberg (CPF 575.717.830-20), membros da Comissão de Licitações; Orthomed Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 01.192.199/0001-18), Improtec Comércio de Material Cirúrgico Ltda. (CNPJ 94.868.742/0001-87) e Bio Engenharia Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda. (CNPJ 00.097.446/0001-86)
4. Unidade: Hospital Cristo Redentor S/A (HCR)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogados constituídos nos autos: Eleonora Braz Serralta (OAB/RS 29.694); Daisson Flach (OAB/RS 36.768); Daniel Mitidiero (OAB/RS 56.555), Oswaldo Luiz Maestri Scalzilli (OAB/RS 8.073), Fabrício Nedel Scalzili (OAB/RS 44.066); Marcelo Nedel Scalzilli (OAB/RS 45.861), Fernanda Nedel Scalzilli (OAB/RS 56.240), Verônica Althaus (OAB/RS 51.150), Lilian Mendes (OAB/RS 66.340), Guilherme da Silva Costa (OAB/RS 67.254), Tomás Godoy Chagas Machado (OAB/RS 62.132), Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB/RS 68.625), Christian Stroeher (OAB/RS 48.822), Paulo Ricardo Costa (OAB/RS 62.719) e Bianca D'Alessandro Kosciuk (OAB/RS 72.781)

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em virtude de sobrepreço na aquisição de próteses fora da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), ocorrido no Hospital Cristo Redentor (HCR).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos II e III, alínea "c", e §§ 2º, alíneas "a" e "b", e 3º; 18; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 24, 25 e 28, inciso II; 46; e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 6º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Ana Maria Del Lito Sturmhoebel, Pedro Paulo dos Reis Costa, Mário Márcio Araújo Lopes Reis, Maria Lúcia Izé Gutierres, Rachel Gerhardt Carneiro Martin, Rosângela da Silva Eduardo, Fernanda Lopes da Silva, Gorete Beatriz Pellisoli, Ingrid Bracht Lino e Sara Wainberg, dando-lhes quitação;
9.2. julgar irregulares as contas de Ladimir Kosciuk, condenando-o solidariamente com as empresas Orthomed Comércio e Representações Ltda. e Bio Engenharia Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda. ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Hospital Cristo Redentor S/A:
9.2.1. Ladimir Kosciuk, solidariamente com Orthomed Comércio e Representações Ltda.:

Data de ocorrência	Valor histórico	Data de ocorrência	Valor histórico
17/10/2000	R$ 1.071,99	07/11/2002	R$ 1.890,00
17/04/2001	R$ 1.179,00	18/11/2002	R$ 1.890,00
27/04/2001	R$ 153,00	18/11/2002	R$ 662,00
28/08/2001	R$ 3.161,00	18/11/2002	R$ 498,00
22/10/2001	R$ 29.320,00	13/12/2002	R$ 1.890,00
22/10/2001	R$ 18.318,70	13/12/2002	R$ 498,00
21/11/2001	R$ 8.182,00	13/02/2002	14.331,00
11/12/2001	R$ 8.182,00	27/02/2003	R$ 662,00
02/01/2002	R$ 40.191,00	06/03/2003	R$ 1.890,00
18/02/2002	R$ 39.995,00	06/03/2003	R$ 662,00
03/04/2002	R$ 9.184,00	18/03/2003	R$ 1.890,00
03/07/2002	R$ 1.440,00	18/03/2003	R$ 1.890,00
08/08/2002	R$ 299,00	18/03/2003	R$ 498,00
06/09/2002	R$ 1.890,00	18/03/2003	R$ 498,00
07/10/2002	R$ 1.890,00	27/03/2003	R$ 1.890,00
07/10/2002	R$ 498,00		

9.2.2. Ladimir Kosciuk, solidariamente com Bio Engenharia Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda.:

Data de ocorrência	Valor histórico	Data de ocorrência	Valor histórico
05/06/2001	R$ 13.494,00	11/11/2002	R$ 2.232,00
20/07/2001	R$ 17.545,00	11/11/2002	R$ 3.348,00
15/08/2001	R$ 1.176,00	11/11/2002	R$ 2.232,00
21/08/2001	R$ 25.395,00	11/11/2002	R$ 2.232,00
28/08/2001	R$ 1.176,00	11/11/2002	R$ 3.348,00
28/08/2001	R$ 9.504,80	14/11/2002	R$ 1.176,00
28/08/2001	R$ 32.650,00	14/11/2002	R$ 1.176,00
19/10/2001	R$ 47.848,00	14/11/2002	R$ 2.232,00
22/11/2001	R$ 15.856,00	14/11/2002	R$ 3.348,00
12/12/2001	R$ 16.594,00	18/11/2002	R$ 1.176,00
27/12/2001	R$ 17.284,30	18/11/2002	R$ 1.176,00
13/02/2002	R$ 5.804,00	18/11/2002	R$ 1.176,00
11/03/2002	R$ 27.769,20	18/11/2002	R$ 3.348,00
26/03/2002	R$ 43.589,00	18/11/2002	R$ 3.348,00
03/04/2002	R$ 130,00	18/11/2002	R$ 2.232,00
12/07/2002	R$ 1.176,00	25/11/2002	R$ 1.176,00
12/07/2002	R$ 1.176,00	25/11/2002	R$ 2.232,00
12/07/2002	R$ 3.348,00	16/12/2002	R$ 1.176,00
12/07/2002	R$ 2.232,00	16/12/2002	R$ 3.348,00
22/07/2002	R$ 588,00	24/02/2003	R$ 1.176,00
22/07/2002	R$ 1.176,00	24/02/2003	R$ 1.176,00
24/07/2002	R$ 1.176,00	24/02/2003	R$ 2.232,00
02/08/2002	R$ 1.176,00	24/02/2003	R$ 2.232,00
02/08/2002	R$ 2.232,00	24/02/2003	R$ 2.232,00
12/08/2002	R$ 1.176,00	24/02/2003	R$ 2.232,00
12/08/2002	R$ 1.176,00	28/02/2003	R$ 1.176,00
12/08/2002	R$ 1.176,00	28/02/2003	R$ 1.176,00
12/08/2002	R$ 558,00	28/02/2003	R$ 1.176,00
12/08/2002	R$ 2.232,00	28/02/2003	R$ 3.906,00
19/08/2002	R$ 1.176,00	28/02/2003	R$ 2.232,00
19/08/2002	R$ 1.176,00	28/02/2003	R$ 3.348,00
19/08/2002	R$ 2.232,00	05/03/2003	R$ 1.176,00
19/08/2002	R$ 2.232,00	05/03/2003	R$ 1.176,00
04/09/2002	R$ 1.176,00	05/03/2003	R$ 1.176,00
04/09/2002	R$ 1.176,00	05/03/2003	R$ 2.232,00
04/09/2002	R$ 3.348,00	05/03/2003	R$ 2.232,00
04/09/2002	R$ 2.232,00	05/03/2003	R$ 3.348,00
06/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
06/09/2002	R$ 2.232,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
11/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
11/09/2002	R$ 2.232,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
23/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
23/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 1.176,00
23/09/2002	R$ 2.232,00	17/03/2003	R$ 3.348,00
23/09/2002	R$ 2.232,00	17/03/2003	R$ 2.232,00
25/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 3.348,00
25/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 2.232,00
25/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 2.232,00
25/09/2002	R$ 1.176,00	17/03/2003	R$ 2.232,00
25/09/2002	R$ 2.232,00	18/03/2003	R$ 1.176,00
25/09/2002	R$ 2.232,00	18/03/2003	R$ 1.176,00
25/09/2002	R$ 2.232,00	18/03/2003	R$ 1.176,00
25/09/2002	R$ 2.232,00	18/03/2003	R$ 1.176,00
14/10/2002	R$ 1.176,00	18/03/2003	R$ 2.232,00
14/10/2002	R$ 1.176,00	18/03/2003	R$ 2.232,00
14/10/2002	R$ 1.176,00	18/03/2003	R$ 5.022,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14/10/2002	R$ 2.232,00	18/03/2003	R$ 4.464,00
14/10/2002	R$ 2.232,00	21/03/2003	R$ 1.176,00
14/10/2002	R$ 2.232,00	21/03/2003	R$ 2.232,00
21/10/2002	R$ 588,00	03/04/2003	R$ 1.176,00
21/10/2002	R$ 1.176,00	03/04/2003	R$ 1.176,00
21/10/2002	R$ 1.176,00	03/04/2003	R$ 1.176,00
21/10/2002	R$ 1.116,00	03/04/2003	R$ 2.232,00
21/10/2002	R$ 2.232,00	03/04/2003	R$ 2.232,00
21/10/2002	R$ 2.232,00	03/04/2003	R$ 3.348,00
04/11/2002	R$ 1.176,00	04/04/2003	R$ 1.176,00
04/11/2002	R$ 1.176,00	04/04/2003	R$ 1.176,00
04/11/2002	R$ 1.176,00	04/04/2003	R$ 2.232,00
04/11/2002	R$ 2.232,00	04/04/2003	R$ 3.348,00
04/11/2002	R$ 2.232,00	13/05/2003	R$ 1.176,00
04/11/2002	R$ 2.232,00	13/05/2003	R$ 1.176,00
11/11/2002	R$ 1.176,00	13/05/2003	R$ 3.348,00
11/11/2002	R$ 1.176,00	13/05/2003	R$ 4.464,00
11/11/2002	R$ 1.176,00	25/06/2003	R$ 1.176,00
11/11/2002	R$ 1.176,00	25/06/2003	R$ 3.348,00
11/11/2002	R$ 1.176,00		

9.3. aplicar individualmente a Ladimir Kosciuk e às empresas Orthomed Comércio e Representações Ltda. e Bio Engenharia Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda. multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. declarar as empresas Orthomed Comércio e Representações Ltda. e Bio Engenharia Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda. inidôneas para participar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de licitações na Administração Pública Federal;

9.6. enviar cópia da deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, ao Ministério da Saúde, à Direção do Hospital Cristo Redentor S/A e ao Conselho Regional de Medicina no Estado do Rio Grande do Sul, para ciência, e ao Ministério Público da União, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1380-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1381/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-033.538/2008-5 (com 2 volumes e 4 anexos)

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em Representação

3. Recorrente: Pascoal Torres Muniz (CPF 055.598.395-15), vice-reitor

4. Unidade: Universidade Federal do Acre (UFAC)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secex/AC e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Pascoal Torres Muniz contra o Acórdão nº 35/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento interno do TCU, em:

9.1 não conhecer do pedido de reexame, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, mantendo, assim, os exatos termos do Acórdão nº 35/2011-Plenário;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1381-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1382/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-028.424/2010-7 (com dois anexos)

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação

3. Interessada: Procuradoria da República em Tubarão/SC

4. Unidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sefid 2

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público Federal de Tubarão/SC acerca do subsídio custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a produção de energia elétrica com carvão mineral.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 169, inciso IV, 237, inciso I e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 - conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 - determinar à Aneel que:

9.2.1 - apresente, no prazo de sessenta dias, um plano de ação que detalhe como se dará o cumprimento do art. 12 da Resolução Normativa Aneel nº 129/2004, de modo a promover regulamentação específica no que tange aos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com o estabelecimento de critérios de eficiência, visando à otimização do uso desse subsídio para geração de energia elétrica a partir de usinas térmicas a carvão mineral, uma vez que a ausência de controle fere o art. 13, inciso I, alínea "b", da Lei nº 10.438/2002 e os princípios da eficiência e da modicidade tarifária;

9.2.2 - exija da Eletrobras o estabelecimento de um procedimento contínuo de avaliação da razoabilidade dos preços do carvão mineral, conforme previsto no art. 7º, inciso V, da Resolução Normativa Aneel nº 129/2004;

9.3 - determinar à Eletrobras que, no prazo de cento e oitenta dias, apresente ao TCU estudo que avalie a razoabilidade dos preços dos combustíveis primários e secundários subsidiados pela CDE, como exigido pelo inciso II do art. 43, inciso II, do Decreto nº 4.541/2002 c/c o art. 7º, inciso V, da Resolução Normativa Aneel nº 129/2004, de modo a contemplar os critérios considerados na avaliação do custo desses combustíveis;

9.4 - recomendar à Aneel a realização de um estudo no qual sejam revistos os valores de geração de referência das usinas térmicas, expurgando-se do cálculo fatores sazonais e outros que não reflitam as condições normais de operação das usinas, encaminhando os resultados a este Tribunal;

9.5 - encaminhar ao representante cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam;

9.6 - arquivar os autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1382-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1383/2011 - TCU - Plenário

1.Processo TC-009.854/2010-0.

1.1. Apenso: TC-003.880/2010-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Wander Carlos de Souza, Prefeito de Acreúna/GO, CPF 087.387.931-72, José Marcelo Pereira Marquez, Engenheiro fiscalizador do Município de Acreúna/GO, CPF 985.437.096-87, Neocir Borges de Resende, ex-Prefeito de Aparecida do Rio Doce-GO, CPF 160.975.726-20, Neiba Maria Moraes Barcelos, Prefeita de Mineiros/GO, CPF 377.503.721-72, Pedro Augusto dos Reis, ex-Prefeito de Porteirão/GO, CPF 039.738.321-53, Marta Aparecida Rodrigues Dorascienzi, Prefeita de Porteirão-GO, CPF 930.721.398-49.

4. Unidades: Prefeituras Municipais de Mineiros/GO, Acreúna/GO, Quirinópolis/GO, Porteirão/GO e Aparecida do Rio Doce/GO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo/GO (Secex/GO).

8. Advogados constituídos nos autos: Rosemberg André Batista de Prado, OAB/GO nº 18.512, Luiz César Rondon Goulart, OAB/GO nº 31.321 e Roberto Vilela França, AOB/GO nº 21.876.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada nas Prefeituras Municipais de Mineiros, Acreúna, Quirinópolis, Porteirão e Aparecida do Rio Doce, todos de Goiás, que se insere na execução de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) que tem por objetivo a avaliação da regularidade das despesas efetuadas na construção de escolas da educação infantil com os recursos recebidos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como avaliar as ações de supervisão e fiscalização exercidas por essa autarquia no referido programa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa dos responsáveis Neocir Borges de Resende, ex-Prefeito do Município de Aparecida do Rio Doce/GO, Neiba Maria Moraes Barcelos, Prefeita do Município de Mineiros/GO, e Maria Aparecida Rodrigues Dorascienzi, Prefeita do Município de Porteirão/GO;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Wander Carlos de Souza e Pedro Augusto dos Reis, Prefeito e ex-Prefeito de Acreúna/GO e Porteirão, respectivamente;

9.3. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que:

9.3.1. realize vistoria nas obras de construção das escolas de educação infantil (Proinfância) nos municípios de Acreúna/GO, Mineiros/GO e Porteirão/GO, a fim de verificar o andamento e a conformidade das obras ao Plano de Trabalho dos Convênios Fnde nºs 710209/2008, 710017/2008 e 830476/2007, e, no caso de não execução completa e a contento desses convênios, adote as medidas administrativas cabíveis de forma a preservar o erário, instaurando, em caso de insucesso, processos de tomada de contas especial;

9.3.2. informe a este Tribunal, no prazo de noventa dias, acerca do cumprimento da determinação constante do item 9.3.1. retro;

9.4. dar ciência às Prefeituras Municipais de Acreúna, Mineiros, Aparecida do Rio Doce e Porteirão, de que:

9.4.1. em fiscalização realizada por este Tribunal foram constatados pagamentos antecipados de serviços objeto de convênio celebrado pelo FNDE, objetivando a construção de escolas, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância);

9.4.2. nos termos do art. 38 do Decreto 93.872/86, não é permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, devendo os procedimentos de liquidação de despesas observar os ditames dos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64, admitindo-se, justificadamente, em caráter excepcional e mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento antecipado de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, desde que prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta;

9.5. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) acerca da necessidade de se fazer constar, expressamente, nos convênios que vier a celebrar, cláusula que oriente os convenentes acerca das disposições constantes do art. 38 do Decreto 93.872/64 e arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, cujo cumprimento deve ser obrigatório àquele que recebe transferência voluntária de recursos públicos da União, de forma a evitar irregularidades como as vistas nestes autos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), aos responsáveis e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1383-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1384/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-024.570/2007-5 (apenso TC-010.566/2000-3).
2. Grupo: I - Classe de assunto: IV- Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ricardo Antônio Archer, ex-Prefeito (CPF 174.698.647-68); Anízio Romanholo, Presidente da Comissão de Licitação (CPF 543.384.098-00); Paulo Roberto Moreira da Silva, membro da Comissão de Licitação (CPF não identificado); Antonio Neves Cavalcante, membro da Comissão de Licitação (CPF 181.232.443-04); X. S. Arimatéia Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.597.601/0001-59); J. Carnib Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.195.398/0001-94); Distribuidora Guanabara - Guanabara Comércio e Representações Importação Exportação Ltda. (CNPJ 01.604.808/0001-40); Lila Magazine Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 00.686.617/0001-02); Tipizal Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 02.401.150/0001-32); A. J. Aguiar Comércio e Representações (CNPJ 00.239.221/0001-17); Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib (CPF 149.198.183-00); Carlos Antonio Ferreira Lima (CPF 297.490.853-53); Inez Sampaio Guilhon (CPF 417.571.653-04); Antonio Raimundo Ferreira Lima (CPF 330.236.203-00); Idelmar Borges Coelho (CPF 257.607.773-00).
4. Unidade: Município de Codó/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secex/MA.
8. Advogados constituídos nos autos: Emmanuel Almeida Cruz (OAB/MA 3.806), Tadeu de Jesus e Silva Carvalho (OAB/MA 2.905), Marco Antonio Ferreira da Silveira Junior (OAB/MA 7.653), Raimundo Vitório de Sousa (OAB/MA 3.605).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de representação encaminhada pela Procuradoria da República no Estado do Maranhão, versando sobre irregularidades praticadas pelo então Prefeito, Sr. Ricardo Antônio Archer, durante o exercício de 1998, na aplicação de recursos do Fundef e da merenda escolar, transferidos pela esfera federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d", e § 2º, alínea "b"; e 19, *caput*, todos da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo Antônio Archer (CPF 174.698.647-68) referentes ao Pnae, condenando-o em solidariedade com os responsáveis abaixo elencados, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, calculadas a partir das datas correspondentes, nos termos da legislação vigente, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência	Em solidariedade com
34.500,00	20/04/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib CPF 149.198.183-00
23.010,00	29/04/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib CPF 149.198.183-00
84.040,00	08/05/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib, CPF 149.198.183-00
7.000,00	27/05/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib, CPF 149.198.183-00
20.448,00	27/05/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib, CPF 149.198.183-00
23.560,00	27/05/1998	Carlos Antonio Ferreira Lima, CPF 297.490.853-53, e Inez Sampaio Guilhon, CPF 417.571.653-04
23.625,00	10/06/1998	-
34.500,00	10/06/1998	-
70.222,25	22/07/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib, CPF 149.198.183-00
23.813,46	16/12/1998	Espólio do Sr. Jairo Xavier Reis Carnib, representado pela Srª Sonia Maria Arimateia Carnib, CPF 149.198.183-00 e a própria pessoalmente
36.820,00	15/01/1999	Antonio Raimundo Ferreira Lima, CPF 330.236.203-00 e Idelmar Borges Coelho, CPF 257.607.773-00

9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d" e 19, *caput*, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo Antônio Archer (CPF 174.698.647-68) referentes ao Fundeb, condenando-o ao pagamento da importância original de R$ 28.000,00, calculada a partir de 09/06/1998, em solidariedade com os senhores Carlos Antonio Ferreira Lima (CPF 297.490.853-53) e Inez Sampaio Guilhon (CPF 417.757.163-04), sócios da extinta firma LILA MAGAZINE COM. E REPRES. LTDA., nos termos da legislação vigente, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do Município de Codó/MA, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU

9.3. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57, *caput*, da Lei 8.443/92, ao Sr. Ricardo Antônio Archer (CPF 174.698.647-68), no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como aos Srs. Carlos Antonio Ferreira Lima (CPF 297.490.853-53), Inez Sampaio Guilhon (CPF 417.571.653-04), Sonia Maria Arimateia Carnib (CPF 149.198.183-00), Antonio Raimundo Ferreira Lima (CPF 330.236.203-00) e Idelmar Borges Coelho (CPF 257.607.773-00), no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Anízio Romanholo (CPF 543.384.098-00), Presidente da Comissão de Licitação; Paulo Roberto Moreira da Silva (CPF não identificado), membro da Comissão de Licitação; Antonio Neves Cavalcante (CPF 181.232.443-04), membro da Comissão de Licitação, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam:

9.6.1. a Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno; e

9.6.2. ao Sr. Paravecini Neiva Soares Viana, Delegado da Polícia Federal em Caxias/MA, com vistas à instrução dos autos do Inquérito Policial 0026/2007-4 - DPF/CXA/MA.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1384-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1385/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.011/2010-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Cultura - MinC; Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB; e Banco do Brasil S.A. - BB.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, oriundo de determinação contida no Acórdão 1.481/2010 - Plenário, que teve como finalidade verificar a regularidade da concessão das renúncias de receitas previstas na Lei nº 8.313, 23 de dezembro de 1991, englobando a análise e aprovação dos projetos culturais, acompanhamento da execução e apreciação das prestações de contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Cultura que:

9.1.1. discipline em ato normativo, no prazo de 90 (noventa) dias:

9.1.1.1. o detalhamento dos segmentos culturais que podem ser atendidos por meio da renúncia de receita criada pelo art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, mantendo a necessária correlação com a listagem exaustiva de áreas ou segmentos contemplados no § 3º do referido artigo;

9.1.1.2. a metodologia de acompanhamento da execução e avaliação físico-financeira dos projetos culturais incentivados, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, a qual deve incluir o registro da localidade de efetiva execução dos projetos e permitir a verificação da sua efetividade e da vedação constante do caput do art. 27 da citada Lei;

9.1.1.3. a sistemática para a prestação de informações por parte de incentivadores e beneficiários, de modo independente, especificando a forma, periodicidade e conteúdo de tais informações, com vistas a viabilizar o controle do fluxo financeiro entre incentivadores e beneficiários, nos moldes previstos pelo art. 21 da Lei nº 8.313, de 1991, c/c o art. 37 do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006;

9.1.2. publique anualmente, até 28 de fevereiro, o montante de recursos estimados para a renúncia fiscal no exercício anterior, com a identificação dos respectivos beneficiários, compatibilizando esse montante com os recursos autorizados para captação e os recursos efetivamente captados em cada projeto cultural incentivado, em cumprimento à Lei nº 8.313, de 1991;

9.2. determinar ao Ministério da Cultura e ao Banco do Brasil que adotem providências no sentido de implementar, no prazo de 90 (noventa) dias, as sistemáticas de registro automático da captação de recursos no sistema SalicWeb e de preenchimento da Declaração de Benefícios Fiscais a ser encaminhada à Receita Federal do Brasil, a partir das informações da movimentação financeira das contas correntes dos projetos culturais incentivados pela Lei nº 8.313, de 1991;

9.3. determinar ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que apresentem, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de ação com medidas para reduzir o elevado estoque de prestações de contas que se encontram sem análise conclusiva no âmbito do Ministério da Cultura e para estruturar, de forma sustentável, os recursos humanos e materiais, incluindo sistemas de informação, necessários à consecução das atividades voltadas ao acompanhamento e à prestação de contas dos projetos culturais incentivados no âmbito da Lei nº 8.313, de 1991;

9.4. recomendar ao Ministério da Cultura que apresente projeto de decreto do Presidente da República para regulamentar o disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, detalhando os critérios para aferição anual do cumprimento do princípio da não-concentração por segmento e por beneficiário, que envolvem o montante de recursos, o quantitativo de projetos, a capacidade executiva e a disponibilidade do valor absoluto anual de renúncia fiscal;

9.5. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU que realize o monitoramento das deliberações deste Acórdão, inclusive quanto ao cumprimento das normas de inabilitação dos proponentes culturais que tiverem suas prestações de contas rejeitadas;

9.6. dar ciência do inteiro teor da presente deliberação à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; às Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; aos Ministros de Estado da Cultura; Chefe da Casa Civil; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Controladoria-Geral da União; ao Secretário da Receita Federal do Brasil; ao Presidente do Banco do Brasil; e às seguintes unidades técnicas da Secretaria deste Tribunal: 2ª Secex, 6ª Secex e Secex/RS; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1385-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1386/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.817/2008-6

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Hortência Maria Santana Linhares (CPF 217.091.305-04)

4. Entidade: Conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/SE.

8. Advogados constituídos nos autos: Correia Matos (OAB/SE 1.955); Claudinei dos Santos Pereira (OAB/SE 4.372); Leão Magno Brasil Junior (OAB/SE 2.825); Emanuel Messias Barboza Moura Júnior (OAB/SE 2.851); Fábio Rosa Rodrigues (OAB/SE 3.510); Emanuel Messias Oliveira Cacho (OAB/SE 207-B); Vânia Maria Barros Andrade (OAB/SE 4.776); e Kleber Renisson Nascimento dos Santos (OAB/SE 2.473).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam embargos de declaração opostos pela Sra. Hortência Maria Santana Linhares contra o Acórdão 310/2011 - Plenário, proferido no julgamento da tomada de contas especial convertida a partir da representação autuada a partir de documentos encaminhados a este Tribunal pelo juiz federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Exmo. Sr. Edmilson da Silva Pimenta, com vistas a apurar indícios de irregularidades praticados no Conselho Regional de Enfermagem daquele Estado - Coren/SE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão à embargante;

9.3. fixar o termo a quo para contagem do prazo de 15 dias, como sendo a data da notificação e ciência deste Acórdão, de modo que a Sra. Bárbara Bezerra Tavares comprove o início do recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa que lhe foi imposta pelo Acórdão 310/2011-Plenário, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo-se a autorização para o recolhimento parcelado do restante da dívida, em até (24) vinte e quatro prestações mensais e sucessivas;

9.4. informar às Sras. Maria dos Santos, Kátia Vieira Gomes Ferreira e Silvana Menezes dos Santos que o item 9.14 do Acórdão 310/2011-Plenário já autorizou, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento da multa que lhes foi imposta, em até (24) vinte e quatro prestações mensais e sucessivas, bastando então que as responsáveis promovam, a partir da ciência deste Acórdão, o devido pagamento da penalidade pecuniária e comprovem o respectivo recolhimento nos termos legais;

9.5. esclarecer às Sras. Bárbara Bezerra Tavares, Maria dos Santos, Kátia Vieira Gomes Ferreira e Silvana Menezes dos Santos que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (conforme § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. determinar à Secex/SE que, após a adoção das providências indicada neste acórdão, encaminhe os presentes autos à Serur, para a devida análise de admissibilidade dos demais recursos anexados aos autos.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1386-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1387/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.715/2010-0.

1.1. Apenso: TC 014.173/2008-0

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Castellar Engenharia Ltda (CNPJ 02.955.426/0001-24); David José de Castro Gouvêa (CPF 232.236.859-87).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit/MT.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secex/PR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia tomada de contas especial instaurada para apuração de irregularidade identificada em Levantamento de Auditoria (TC 002.301/2006-2 - Fiscobras 2006) realizado pela Secex/PR no âmbito do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE, especificamente nas obras rodoviárias emergenciais da BR 416, envolvendo débito pertinente ao pagamento de serviços sem o desconto de 20% sobre os preços da Tabela SICRO, conforme estabelecido na Instrução de Serviço Dnit nº 2, de 7 de janeiro de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 209, incisos II e III, e § 6º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas do Sr. David José de Castro Gouvêa, então coordenador da Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná, condenando-o, em solidariedade com a empresa Castellar Engenharia Ltda., ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Dnit, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a contar das datas originais indicadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data original	Débito (R$)
31/1/2006	15.531,79
28/2/2006	34.519,21
31/3/2006	247.388,51
28/4/2006	229.199,17
31/5/2006	140.884,53

9.2. informar aos responsáveis que o pagamento do débito poderá ser compensado, com base na última data original, 31/5/2006, com o crédito que a empresa ainda tem no contrato, no valor de R$ 38.055.98;

9.3. aplicar ao Sr. David José de Castro Gouvêa e à empresa Castellar Engenharia Ltda., de forma individual, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, na forma do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, ainda, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.1 e 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217

do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar o desconto parcelado da dívida nos vencimentos do Sr. David José de Castro, servidor do Dnit, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

9.7. remeter cópias da presente deliberação, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que a subsidia:

9.7.1. à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná, para que registre em seus sistemas de medição e controle financeiro os ajustes determinados para o ressarcimento dos valores à União e a forma de quitação financeira do saldo residual de R$ 38.055,98 medido no Contrato UT-09-011/2006; e

9.7.2. à Procuradoria da República no Estado do Paraná para adoção das medidas julgadas cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1387-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1388/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.115/2009-8.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Meio Ambiente - MMA.

3.2. Responsáveis: Francisco Ivan Alzier de Araújo (147.055.672-34); José Freire de Souza Lôbo (048.778.882-68); João Luiz Ferreira Lessa (334.420.292-87); Leila Regina da Silva Menezes (284.289.862-15); Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53); Coman - Construtora Manauense Ltda. (04.785.026/0001-43).

4. Entidade: Município de Coari/AM (04.262.432/0001-21).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secex/AM.

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4177); Jayme Pereira Júnior (OAB/AM 3918); Josinete Sousa Lamarão (OAB/AM 6429); Euraney da Silva Costa (OAB/AM 6151); Gláucia Danielle Carneiro Gonçalves (OAB/AM 6923); Mário Batista de Andrade Neto (OAB/AM 5083).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente contra o Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, ex-prefeito do município Coari/AM, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio nº 2001CV000111 (Siafi 430050), cujo objeto era a implantação de aterro sanitário e modernização da usina de reciclagem de lixo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa do Sr. José Freire de Souza Lôbo;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro;

9.3. considerar revéis, para todos os efeitos, os demais responsáveis arrolados nos autos, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992;

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis João Luiz Ferreira Lessa, Francisco Ivan Alzier de Araújo e Leila Regina da Silva Menezes, membros da comissão de licitação do município, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, aplicando-lhes, individualmente, a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, ex-prefeito, e do Sr. José Freire de Souza Lôbo, ex-secretário municipal de obras, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alínea "a"; e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c art. 209, incisos II e III, e § 6º do RITCU, condenando-os, em solidariedade com a empresa Coman - Construtora Manauense Ltda., ao pagamento do débito especificado abaixo, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculado desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Valor original (em R$)	Data da ocorrência
60.000,00	2/1/2002
540.000,00	4/1/2002

9.6. aplicar aos Srs. Manoel Adail Amaral Pinheiro e José Freire de Souza Lôbo e à empresa Coman - Construtora Manauense Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.7. com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, considerar grave a infração cometida e inabilitar o Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.8. declarar a inidoneidade da empresa Coman - Construtora Manauense Ltda. para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na administração pública federal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.9. autorizar, desde logo, com base no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitens 9.4 a 9.6 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) parcelas, caso requerido;

9.10. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.4 a 9.6 deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União - CGU, para as providências de cumprimento dos subitens 9.7 e 9.8, respectivamente, em especial no que diz respeito à inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, criado por meio da Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010; e

9.12. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1388-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1389/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.917/2011-8

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

3.2. Responsável: José Roberto Ribeiro Forzani (411.388.566-49)

4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Superintendência Regional no estado do Tocantins

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no estado do TO (Secex-TO)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a monitoramento realizado com a finalidade de acompanhar o cumprimento de determinações estatuídas no subitem 9.2 do Acórdão 2445/2010 - Plenário, desta Corte de Contas, proferidas no âmbito do TC 028.422/2009-7;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendidas as determinações exaradas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão TCU nº 2445/2010 - Plenário;

9.2. apensar estes autos ao TC 028.422/2009-7.

10. Ata n° 19/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1389-19/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ATO NORMATIVO APROVADO (v. Anexo IV a esta Ata)

RESOLUÇÃO-TCU Nº 243 - "Altera a Resolução-TCU nº 154, de 4 de dezembro de 2002."

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-014.919/2005-4, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo, o Dr. Durval Amaral Santos Pace produziu sustentação oral em nome da SMP&B São Paulo Comunicação Ltda..

Na apreciação do processo nº TC-018.887/2008-1, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Rubens Portugal Bacellar produziu sustentação oral em seu próprio nome e o Dr. Diego Ricardo Marques declinou de apresentar a sustentação oral que havia requerido.

Na apreciação do processo nº TC-025.320/2006-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Bruno Calfat produziu sustentação oral em nome da Associação dos Juízes Federais - Ajufe.

Na apreciação do processo nº TC-032.392/2010-9, cujo relator é o Ministro José Jorge, produziram sustentação oral os Drs. Petrônio Augusto, em nome da empresa Seteh Engenharia Ltda., e Rafaelo Abritta, em nome da União.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-029.352/2009-5 (Ata nº 47/2010) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 1340, sendo vencedora a proposta apresentada pelo 1º Revisor, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-014.886/2010-3 (Ata nº 11/2011) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1341.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-020.030/2010-0 (Ata nº 16/2011) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1342.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-010.997/2004-4, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro José Múcio Monteiro. Já votaram o relator e o Ministro Walton Alencar Rodrigues, que acompanhou o relator. Os Ministros Aroldo Cedraz e José Jorge declararam seu impedimento nos autos. O relatório e voto proferido bem como a minuta de Acórdão apresentada constam do Anexo VI desta Ata.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, os processos nºs:

TC-012.188/2009-1, cujo relator é o Ministro Ubiratan Aguiar.

TC-026.127/2010-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

TC-011.290/2010-2, cujo relator é o Ministro José Jorge.

TC-002.567/2011-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

TC-005.150/2009-4, TC-003.558/2011-8 e TC-011.792/2011-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

TC-011.571/2008-3 e TC-017.517/2010-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

TC-030.413/2010-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos nºs 1402 e 1405, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

Os acórdãos constam também do Anexo V desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1402/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.183/2005-9.

1.1. Apensos: 020.194/2006-9; 005.687/2005-9; 001.967/2010-0; 012.930/2007-9; 000.794/2006-4; 033.368/2008-3; 010.886/2006-1

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Partidos dos Trabalhadores - Diretório Estadual no Ceará (07.044.522/0001-34).

3.2. Responsáveis: Galvão Engenharia S.A.(01.340.937/0001-79); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Josidan Gois Cunha (059.960.823-49); José Wanks Meireles Sales (008.440.986-04).

4. Órgão: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará - Dnit/MT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, encaminhada a esta Corte, noticiando possíveis irregularidades praticadas pela Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em

9.1. nos termos dos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Wanks Meireles Sales, ex-Coordenador Geral do Dnit/CE, Sr. Hideraldo Luiz Caron, ex-Diretor de Infraestrutura de Transporte do Dnit, e pelas empresas Delta Construções S.A e Galvão Engenharia S.A.;

9.3. encaminhar cópia do Relatório Final das Atividades, realizado pela Universidade Federal do Ceará, e desta deliberação, ao denunciante e ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Meireles Marques, Procurador da República no Estado do Ceará;

9.4. apensar o presente processo ao TC-014.901/2005-0, referente à prestação de contas do Dnit relativa ao exercício de 2004;

9.5. retirar a tarja de sigilo que recai sobre os autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1402-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Valmir Campelo.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1405/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-027.894/2009-3.

1.1. Apenso: 017.031/2010-9

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.

3. Responsáveis/interessado:

3.1. Responsáveis: Wilton José Patrício, Presidente (CPF 845.155.117-34); Antônio José Coutinho de Jesus, ex-Presidente (CPF 682.226.967-34); Célia Regina do Nascimento, membro da CPL (CPF 756.822.817-72); Daiane Deglesposte, membro da CPL (CPF 092.206.977-85); Geraldo Alves, membro da CPL (CPF 774.966.557-91); Robson Luiz D'andrea, Assessor Jurídico (031.459.907-05); Rúbia Cecília Bonella Gonçalves, membro da CPL (CPF 051.648.827-95); Sheila Cristina de Souza Cruz, membro da CPL (CPF 765.305.075-15); Urias de Oliveira Donelles, Assessor Administrativo (CPF 449.942.307-49); Waleska Ribeiro Meireles Freire, membro da CPL (CPF 052.423.487-63); Wladimilson Gama Almeida, membro da CPL (CPF 001.770.497-90).

3.2. Interessado: Identidade preservada (Lei 8.443/1992, art. 55).

4. Órgão/Entidade Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/ES.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia noticiando irregularidades na gestão administrativa do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) nas áreas de controle, pessoal, licitações e contratos, entre outras, durante os mandatos dos Presidentes Antônio José Coutinho de Jesus (de 30/4/2004 a 18/4/2006) e Wilton José Patrício (de 19/4/2006 a 30/10/2011),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer desta denúncia, com fundamento no art. 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 234 e 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. aplicar ao Sr. Wilton José Patrício, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência ao Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) quanto às seguintes impropriedades constatadas neste processo:

9.4.1. ausência de orçamento de preços na realização de licitações, na forma estabelecida pelo art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.4.2. ausência de verificação da documentação de regularidade jurídica e fiscal das empresas também nos casos de contratações por dispensa de licitação;

9.4.3. inobservância do regular procedimento de liquidação de despesa estabelecido pelos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, especialmente quanto à exigência de nota fiscal e ao atesto destas por servidor do órgão;

9.4.4. inobservância da Súmula TCU 248, bem como do § 7º do art. 22 da Lei 8.666/1993, que impõem ao gestor a obrigatoriedade de repetição do convite na ausência de três propostas aptas à seleção, convocando nesta segunda oportunidade outros possíveis interessados não convidados anteriormente;

9.4.5. inobservância das fases específicas de habilitação e de julgamento nas licitações, conforme estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/1993;

9.4.6. inadequação na definição da modalidade de licitação aplicável à contratação de serviços de natureza continuada, visto que não foi levado em consideração o valor global do contrato, incluindo as possíveis prorrogações previstas;

9.4.7. não realização de licitação para a contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas para a entidade, nos termos do art. 2º, *caput*, da Lei 8.666/1993;

9.5. retirar o sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos;

9.6. dar ciência desta deliberação ao denunciante, e

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, informando que o item 2.8 do relatório refere-se à matéria tratada no Of. 7977, de 9/6/2010.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 25/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1405-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 20 horas e 23 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 31 de maio de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 30 de maio de 2011

Processo TRT n. 1602/2011

Ratifico a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, da locação dos imóveis que abrigam a Seção de Arquivo-Geral e o Almoxarifado do TRT/24ª Região, firmado com o Senhor Elias Panagiotis Kontos, inscrito no CPF sob o n.º 403.491.871-34, pelo período de 24 meses, a contar da data da assinatura do contrato, no valor mensal de R$ 6.914,87, perfazendo o valor global de R$ 82.978,44.

Processo TRT nº 1334/2011

RATIFICO a despesa relativa à contratação da Empresa Work Educação Empresarial Ltda., CNPJ nº 02.849.548/0001-36, mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 14.800,00, correspondente à Palestra "A Arte de Viver a Mudança", a ser proferida pela Professora Dulce Magalhães, no dia 22 de junho de 2011.

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na ResoluçãoNª 256, de 28 de maio de 2011, publicada no DOU, Seção 1, página 98, de 31/05/2011, no Parágrafo único onde se lê: www.crbio4.gov.br; leia-se: www.crbio04.gov.br.

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da UniãoNº 90, do dia 12/05/2011, Seção 1, páginas 97/98, nas Decisões adotadas pela 4ª Câmara Recursal em sua 2ª Sessão de Julgamento de Processos, realizada em 30 de março de 2011, Relator Conselheiro Waldemar Bezerra de Figueiredo, onde se lê: 9- Processo-COFECINº 1142/2009. Recte: DIRCEU SCNOCCA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP., leia-se: 9- Processo-COFECINº 1142/2009. Recte: DIRCEU SCNOCCA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃONº 4.725, DE 28 DE MAIO DE 2011

Homologa Processos Contábeis dos Conselhos Regionais e Cofecon.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela LeiNº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978; em sua 633ª Sessão Plenária Ordinária. CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade do COFECON; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Comissão de Tomada de Contas resolve:

Art. 1º - Homologar a Reformulação Orçamentária de 2009 dos seguintes Conselhos Regionais de Economia:

CORECON - MT, ProcessoNº 15.003/11

Art. 2º - Homologar os Balancetes do 1º Trimestre de 2010 do Conselho Regional de Economia:

CORECON - MT, ProcessoNº 14.678/10

Art. 3º - Homologar os Balancetes do 2º Trimestre de 2010 do Conselho Regional de Economia:

CORECON - MT, ProcessoNº 14.991/11

Art. 4º - Homologar os Balancetes do 3º Trimestre de 2010 do seguinte Conselho Regional de Economia:

CORECON - CE, ProcessoNº 14.869/10

Art. 5º - Homologar as Prestações de Contas de 2010 dos seguintes Conselhos Regionais de Economia:

CORECON - TO, ProcessoNº 14.944/11
CORECON - PA, ProcessoNº 14.949/11
CORECON - MA, ProcessoNº 14.973/11
CORECON - ES, ProcessoNº 14.994/11
CORECON - PI, ProcessoNº 14.999/11
CORECON - MG, ProcessoNº 15.012/11
CORECON - AL, ProcessoNº 15.027/11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º - Homologar Auxílio Financeiro dos Conselhos Regionais:

CORECON - PE, ProcessoNº 13.956/09
CORECON - TO, ProcessoNº 14.004/09
CORECON - GO, ProcessoNº 14.127/09
CORECON - MA, ProcessoNº 14.272/09
CORECON - GO, ProcessoNº 14.677/10
CORECON - MA, ProcessoNº 14.698/10
CORECON - AM, ProcessoNº 14.819/10

Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

WALDIR PEREIRA GOMES
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.726, DE 28 DE MAIO DE 2011

Homologa processos apreciados na 633ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela LeiNº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta dos processos apreciados na 633ª Sessão Plenária Ordinária, resolve:

Art. 1º - Homologar os processos abaixo relacionados:

Indeferimento de Recurso de Aplicação de Multa - Homologação:

ProcessoNº 15.009/11 (CORECON-MG)
Interessado: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Indeferimento de Recurso à Obrigatoriedade de Registro - Homologação:

ProcessoNº 14.383/09 (CORECON-SP)
Interessado: Vetoria Gestão de Recursos Ltda.
ProcessoNº 14.385/09 (CORECON-SP)
Interessado: MPFRE DTVM S/A
ProcessoNº 14.388/09 (CORECON-SP)
Interessado: Valora Gestão de Investimentos Ltda.
ProcessoNº 14.386/09 (CORECON-SP)
Interessado: Humaitá Investimentos Ltda.

Cancelamentos de Registros - Com Remissão de débitos Homologação:

ProcessoNº 15.021/11 (CORECON-MG)
Interessado: Joel Siqueira
ProcessoNº 15.017/11 (CORECON-MG)
Interessado: Edmilson Leão Alkmim
ProcessoNº 15.022/11 (CORECON-MG)
Interessado: Wigberto Lara Cesar
ProcessoNº 15.002/11 (CORECON-AL)
Interessado: Benedito Leôncio de Farias Filho

Cancelamentos de Registros - Homologação:

ProcessoNº 15.049/11 (CORECON-RN)
Interessado: Ismênio Bezerra Damasceno

Recursos - Cancelamentos de Registros - Indeferimento:

ProcessoNº 14.857/10 (CORECON-MG)
Interessado: Joel Rocha Xavier
ProcessoNº 15.038/11 (CORECON-RS)
Interessado: Tiago Bueno
ProcessoNº 14.657/10 (CORECON-SC)
Interessado: Rose Maria Bento e Silva
ProcessoNº 14.958/11 (CORECON-MG)
Interessado: Gilberto Rocha de Freitas
ProcessoNº 14.712/10 (CORECON-SC)
Interessado: Murilo Bergler Lucio
ProcessoNº 14.876/10 (CORECON-RS)
Interessado: Sueli Fiorini Sommer
ProcessoNº 14.701/10 (CORECON-MG)
Interessado: Alberto de Souza Vieira
ProcessoNº 14.816/10 (CORECON-SP)
Interessado: Leonildo Alves Moreira Junior
ProcessoNº 14.101/09 (CORECON-PR)
Interessado: Luimaru - Pesquisas Empresariais
ProcessoNº 14.957/11 (CORECON-MG)
Interessado: Newton de Paiva Ferreira Filho
ProcessoNº 14.817/10 (CORECON-SP)
Interessado: Cyntia Graziella Tirolli

Recursos - Cancelamentos de Registros - Homologação:

ProcessoNº 14.622/10 (CORECON-RS)
Interessado: Francisco Freire Duarte
ProcessoNº 14.915/10 (CORECON-RS)
Interessado: Flávio Santos Motta Liborio

Remissão de débitos - Registro Remido - Homologação:

ProcessoNº 14.981/11 (CORECON-RN)
Interessado: Rosilda da Rocha

Dossiê Eleitoral - Homologação:

ProcessoNº 14.758/10 , Interessado: CORECON-MT

Concessão de Apoios Financeiros:

ProcessoNº 15.045/11, Interessado: CORECON-RN
Assunto: XI Prêmio RN de Economia, Valor: R$ 3.000,00;
ProcessoNº 15.031/11, Interessado: CORECON-PR
Assunto: 21º Prêmio PR de Economia, Valor: R$ 3.000,00;
ProcessoNº 15.032/11, Interessado: CORECON-PR
Assunto: 1ª Gincana Paranaense de Economia, Valor: R$ 3.000,00; ProcessoNº 14.971/11, Interessado: CORECON-PA
Assunto: Confecção do livro "O Economista e a Sociedade"
Valor: R$ 3.000,00;
ProcessoNº 15.010/11, Interessado: CORECON-AL, Assunto: XXV Encontro de Entidades de Economia do Nordeste - XXV ENE, Valor: R$ 5.000,00 (Condicionada regularização de situação)

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor nesta data.

WALDIR PEREIRA GOMES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
1ª CÂMARA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 31 de maio de 2011

RECURSONº 2010.08.09017-01. Recte: Maria Cristina da Costa, OAB/AC 2373 (Adv.: Sinbad Thadeu Focaccia, OAB/SP 66682). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). Despacho: (...) o presente recurso decorre de decisão unânime do Colegiado Paulista, não tendo a Recorrente demonstrado que a decisão atacada contrarie o Estatuto, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos. Diante disso, sou pelo indeferimento liminarmente do presente recurso, com base no que consta do artigo 140, do Regulamento Geral, determinando o retorno dos autos a Seccional de origem, a fim de que proceda a representação. (...). Brasília 25 de março de 2011. Sérgio Eduardo da Costa Freire, Conselheiro Relator. DESPACHO DO PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA. 1. Trata-se de recurso interposto contra decisão (fls. 102) unânime da Primeira Câmara do Conselho Seccional da OAB/SP, que suspendeu a inscrição suplementar da Dra. Maria Cristina da Costa, OAB/AC 2373, nos seus quadros. 2 - Verifica-se no presente recurso que a recorrente não demonstrou em nenhum momento que a decisão atacada contrariou a Lei 8.906/94, ou decisão deste Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos. 3 - Diante do exposto, acolho o despacho de fls. 111, do Relator, Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN), no sentido de indeferir liminarmente o recurso, por falta de pressupostos legais para sua interposição, estando assim em conformidade com o art. 140 do Regulamento Geral. 4 - Devolvam-se os autos à Seccional de origem para as devidas providências. Brasília, 25 de março de 2011. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente da Primeira Câmara.

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos recorridos para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ou manifestação, considerando os recursos interpostos: 1) RECURSONº 2010.08.02250-05. Recte: Ivan Anísio Brito, OAB/DF 16403 (adv. Mauri Ricardo Reffatti, OAB/DF 12327). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. 2) RECURSONº 2010.08.00766-05. Recte: Rosane Araújo Fernandes, OAB/MG 68507. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais.

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 25 DE MAIO DE 2011

Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n° 5.766, de 20/12/1971;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º, letra "c", da Lei n° 5.766 de 20/12/1971, e o Art. 6º, inciso V, do Decreto n° 79.822 de 17/6/1977;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu Art. 196, bem como os princípios e diretrizes preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), definem que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil (ResoluçãoNº 14 de 11/11/1994), resultante da recomendação do Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal da ONU, que estabelece em seu Art. 15 a assistência psicológica como direito da pessoa presa;

CONSIDERANDO as "Diretrizes para Atuação e Formação dos Psicólogos do Sistema Prisional Brasileiro", elaboradas pelo Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP);

CONSIDERANDO que as questões relativas ao encarceramento devem ser compreendidas em sua complexidade e como um processo que engendra a marginalização e a exclusão social;

CONSIDERANDO que a Psicologia, como Ciência e Profissão, posiciona-se pelo compromisso social da categoria em relação às proposições alternativas à pena privativa de liberdade, além de fortalecer a luta pela garantia de direitos humanos nas instituições em que há privação de liberdade;

CONSIDERANDO que as(os) psicólogas(os) atuarão segundo os princípios do seu Código de Ética Profissional, notadamente aqueles que se fundamentam no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

CONSIDERANDO o processo de profícua interlocução com a categoria, as teses aprovadas no IV, V, VI e VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), relativas ao sistema prisional, com o objetivo de regulamentar a prática profissional da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional;

CONSIDERANDO decisão desta Diretoria, ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em reunião realizada no dia 25 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º. Em todas as práticas no âmbito do sistema prisional, a(o) psicóloga(o) deverá respeitar e promover:

a) - Os direitos humanos dos sujeitos em privação de liberdade, atuando em âmbito institucional e interdisciplinar;

b) - Os processos de construção da cidadania, em contraposição à cultura de primazia da segurança, de vingança social e de disciplinarização do indivíduo;

c) - A desconstrução do conceito de que o crime está relacionado unicamente à patologia ou à história individual, enfatizando os dispositivos sociais que promovem o processo de criminalização;

d) A construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais e uma participação maior dos sujeitos por meio de projetos interdisciplinares que tenham por objetivo o resgate da cidadania e a inserção na sociedade extramuros.

Art. 2º. Em relação à atuação com a população em privação de liberdade ou em medida de segurança, a(o) psicóloga(o) deverá:

a) Compreender os sujeitos na sua totalidade histórica, social, cultural, humana e emocional;

b) Promover práticas que potencializem a vida em liberdade, de modo a construir e fortalecer dispositivos que estimulem a autonomia e a expressão da individualidade dos envolvidos no atendimento;

c) Construir dispositivos de superação das lógicas maniqueístas que atuam na instituição e na sociedade, principalmente com relação a projetos de saúde e reintegração social;

d) Atuar na promoção de saúde mental, a partir dos pressupostos antimanicomiais, tendo como referência fundamental a Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei n° 10.216/2001, visando a favorecer a criação ou o fortalecimento dos laços sociais e comunitários e a atenção integral;

e) Desenvolver e participar da construção de redes nos serviços públicos de saúde/saúde mental para as pessoas em cumprimento de pena (privativa de liberdade e restritiva de direitos), bem como de medidas de segurança;

f) Ter autonomia teórica, técnica e metodológica, de acordo com os princípios ético-políticos que norteiam a profissão.

Parágrafo Único: É vedado à(ao) psicóloga(o) participar de procedimentos que envolvam as práticas de caráter punitivo e disciplinar, notadamente os de apuração de faltas disciplinares.

Art. 3º. Em relação à atuação como gestor, a(o) psicóloga(o) deverá:

a) Considerar as políticas públicas, principalmente no tocante à saúde integral, à assistência social e aos direitos humanos no âmbito do sistema prisional, nas propostas e projetos a ser implementados no contexto prisional;

b) Contribuir na elaboração e proposição de modelos de atuação que combatam a culpabilização do indivíduo, a exclusão social e mecanismos coercitivos e punitivos;

c) Promover ações que facilitem as relações de articulação interpessoal, intersetorial e interinstitucional;

d) Considerar que as atribuições administrativas do cargo ocupado na gestão não se sobrepõem às determinações contidas no Código de Ética Profissional e nas resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 4º. Em relação à elaboração de documentos escritos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança:

a) A produção de documentos escritos com a finalidade exposta no caput deste artigo não poderá ser realizada pela(o) psicóloga(o) que atua como profissional de referência para o acompanhamento da pessoa em cumprimento da pena ou medida de segurança, em quaisquer modalidades como atenção psicossocial, atenção à saúde integral, projetos de reintegração social, entre outros.

b) A partir da decisão judicial fundamentada que determina a elaboração do exame criminológico ou outros documentos escritos com a finalidade de instruir processo de execução penal, excetuadas as situações previstas na alínea 'a', caberá à(ao) psicóloga(o) somente realizar a perícia psicológica, a partir dos quesitos elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão.

§ 1º. Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexo causal a partir do binômio delito-delinqüente.

§ 2º. Cabe à(ao) psicóloga(o) que atuará como perita(o) respeitar o direito ao contraditório da pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança.

Art. 5º. Na atuação com outros segmentos ou áreas, a(o) psicóloga(o) deverá:

a) Visar à reconstrução de laços comunitários, sociais e familiares no atendimento a egressos e familiares daqueles que ainda estão em privação de liberdade;

b).Atentar para os limites que se impõem à realização de atendimentos a colegas de trabalho, sendo seu dever apontar a incompatibilidade de papéis ao ser convocado a assumir tal responsabilidade.

Art. 6º. Toda e qualquer atividade psicológica no âmbito do sistema prisional deverá seguir os itens determinados nesta resolução.

Parágrafo Único - A não observância da presente norma constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outros que possam ser arguidos.

Art. 7º. Esta resolução entrará em vigor no dia 2 de junho de 2011.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CFPNº 009/2010.

HUMBERTO VERONA
Conselheiro-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS